

Deutsche Bank



Relatório Anual de 2023

Deutsche Bank

Resumo financeiro

	2023	2022
Objetivos financeiros do Grupo		
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ¹	7,4%	9,4%
Taxa de crescimento anual composta das receitas a partir de 2021 ²	6,6%	7,1%
Rácio custo/rendimento ³	75,1%	74,9%
Rácio de capital Common Equity Tier 1	13,7%	13,4%
Demonstração de resultados		
Receitas líquidas totais, em mil milhões de euros.	28,9	27,2
Provisão para perdas de crédito, em mil milhões de euros.	1,5	1,2
Despesas totais (excluindo juros), em mil milhões de euros.	21,7	20,4
Custos não operacionais, em mil milhões de euros	1,1	0,5
Custos ajustados, em mil milhões de euros ⁴	20,6	19,9
Lucro antes das provisões, em mil milhões de euros ⁵	7,2	6,8
Lucros (prejuízos) antes dos impostos, em mil milhões de euros	5,7	5,6
Lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo custos não operacionais, em mil milhões de euros	6,8	6,1
Lucros (prejuízos), em mil milhões de euros.	4,9	5,7
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank, em mil milhões de euros	4,2	5,0
Balanço⁶		
Total dos ativos, em mil milhões de euros	1.312	1.337
Ativos líquidos (ajustados), em mil milhões de euros ⁴	1.029	1.019
Ativos remunerados médios, em mil milhões de euros	971	983
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros	479	489
Média de empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos), em mil milhões de euros	483	489
Depósitos, em mil milhões de euros	622	621
Provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros	5,2	4,8
Capital próprio dos acionistas, em mil milhões de euros	64	62
Volume de financiamento sustentável (por trimestre/ano), em mil milhões de euros ⁷	64	58
Recursos⁶		
Ativos ponderados pelo risco, em mil milhões de euros	350	360
dos quais: RWA relativos ao risco operacional, em mil milhões de euros	57	58
Exposição de alavancagem, em mil milhões de euros	1.240	1.240
Capital próprio tangível dos acionistas (valor contabilístico tangível), em mil milhões de euros ⁴	58	56
Ativos líquidos de alta qualidade (HQLA), em mil milhões de euros	219	219
Reservas de liquidez, em mil milhões de euros	261	256
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	90.130	84.930
Agências	1.432	1.536
Rácios		
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ¹	6,7%	8,4%
Provisão para perdas de crédito como pontos base da média de empréstimos	31,1	25,1
Alavancagem operacional ⁸	(0,3)%	12,3%
Margem da taxa de juro líquida	1,4%	1,4%
Rácio empréstimos/depósito	77,0%	78,6%
Rácio de alavancagem	4,5%	4,6%
Rácio de cobertura de liquidez	140%	142%
Informações relacionadas com ações		
Resultados por ação básicos	2,07 €	2,42 €
Resultados por ação diluídos	2,03 €	2,37 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação ⁴	31,64 €	29,74 €
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível ⁴	28,41 €	26,70 €
Dividendo por ação (em relação ao exercício anterior)	0,30 €	0,20 €

¹ Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

² Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021

³ Despesas totais (excluindo juros) como uma percentagem da margem financeira antes de provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁴ Para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁵ Definido como receitas líquidas menos gastos operacionais (excl. juros)

⁶ No final do período

⁷ As atividades de financiamento e investimento sustentáveis são definidas no "Quadro de Financiamento Sustentável - Deutsche Bank Group", disponível em investor-relations.db.com; nos casos em que não for possível concluir a validação do Quadro antes do final do trimestre de referência, os volumes são divulgados após a conclusão da validação nos trimestres seguintes

⁸ A alavancagem operacional é calculada como a diferença entre a variação anual em percentagem das receitas líquidas reportadas e a variação anual em percentagem dos gastos operacionais (excl. juros) reportados

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Índice

1 –

Relatório da Gestão Combinado

2
43
50

Análise operacional e financeira
Perspetivas
Riscos e oportunidades

66
207
209
213
216

Relatório de Risco
Sustentabilidade
Colaboradores
Controlo interno sobre o relato financeiro
Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do
Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos
artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

220

221

2 –

Demonstrações financeiras consolidadas

230
231
232
233

Demonstração consolidada dos resultados
Demonstração consolidada do rendimento integral
Balanço consolidado
Demonstração consolidada das alterações no capital
próprio

235
237
279
286
346
407

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa
Notas às demonstrações financeiras consolidadas
Notas às demonstrações financeiras consolidadas
Notas ao balanço consolidado
Notas adicionais
Confirmações

3 –

Relatório de Remunerações

423
462
467

Remuneração do Conselho de Administração
Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização
Apresentação comparativa das tendências de
remuneração e ganhos
Relatório do auditor independente
Remuneração dos colaboradores (não auditada)

469
471

4 –

Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial
alemão/Relatório de Governo da Sociedade

488
504
504
505
509

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
Relato e Transparência
Operações com partes relacionadas
Auditoria e controlo
Cumprimento do Código de governo das sociedades
alemão

5 –

Informações adicionais (não-auditadas)

515
523
524
525

Medidas financeiras não-GAAP
Declaração de aval
Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
Impressão/Publicações

Grupo Deutsche Bank

II
V
VI
VIII
XVII
XVIII
XXI

Carta do Diretor-Geral
Conselho de Administração
Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização
Relatório do Conselho de Fiscalização
Conselho de Fiscalização
Comités
Estratégia

Carta do Diretor-Geral

Caros Acionistas,

Pelo quarto ano consecutivo, olhamos para trás e vemos mais um ano passado num ambiente muito difícil. Além da guerra na Ucrânia, que se desenrola com uma ferocidade inabalável, eclodiu uma nova guerra entre Israel e o Hamas, que ameaça desestabilizar todo o Médio Oriente e está também a causar novas perturbações económicas.

A complexa situação económica que daí resulta confronta os nossos clientes com escolhas difíceis. Num mundo em que o equilíbrio de poderes está a mudar e o protecionismo está a aumentar, têm de se posicionar corretamente. Têm de fazer investimentos urgentes no futuro, numa altura em que as taxas de juro e, consequentemente, os custos de financiamento aumentaram significativamente. E precisam de se proteger contra o aumento dos riscos.

Como *Hausbank Global*, é a nossa tarefa apoiar os nossos clientes nesta altura, ombro a ombro. Juntos, queremos encontrar as soluções certas e definir o rumo para o seu futuro de sucesso. Com a nossa reorganização estratégica em 2019 e a subsequente transformação, estamos idealmente posicionados para concretizar este objetivo da melhor forma possível.

Os resultados do ano passado são mais uma prova de que esta estratégia está a funcionar. Como os nossos clientes estão a fazer mais negócios connosco, as nossas receitas aumentaram 6%, para quase 29 mil milhões de euros. Ao mesmo tempo, mantivemo-nos disciplinados nas nossas despesas, com os custos ajustados a crescerem 3%, um crescimento mais lento do que a inflação. Graças a esta força operacional, conseguimos aumentar mais uma vez o nosso lucro antes de impostos. Com 5,7 mil milhões de euros, foi 2% superior ao valor do ano anterior, o nível mais elevado dos últimos 16 anos.

A agência de notação S&P Global reconheceu os nossos progressos renovados em dezembro com uma nova subida de notação. Este facto deverá também ter um impacto positivo nos nossos ganhos futuros.

Queremos que também beneficie deste sucesso. Iremos propor à Assembleia Geral Anual de maio de 2024 um dividendo de 0,45 euros por ação para o exercício de 2023. Tal como no ano anterior, este valor corresponde a um aumento de 50%. Além disso, iremos recomprar ações em tesouraria no valor de 675 milhões de euros no primeiro semestre do ano, depois de já termos investido 450 milhões de euros em recompras de ações em 2023.

Demonstrar resiliência num ambiente incerto

O ano de 2023 foi também um ano de grande sucesso para nós, porque apoiámos a estabilidade e a resiliência do Deutsche Bank quando estas foram postas à prova. Em março, na sequência das falências de vários bancos regionais nos Estados Unidos e da aquisição do Credit Suisse, o nosso banco também esteve sob pressão durante um curto período de tempo. Mas resistimos a essa pressão e rapidamente deixámos claro que não há dúvidas quanto à nossa solidez.

Os números completos do ano são a prova de que estes dias tumultuosos não deixaram marcas duradouras. No final de 2023, os nossos depósitos, no valor de 622 mil milhões de euros, voltaram a ser superiores ao nível registado no final de 2022, depois de terem diminuído ligeiramente durante as turbulências do mercado.

A difícil conjuntura económica do ano passado também não causou grandes perturbações na nossa atividade. Os nossos gestores de riscos fizeram mais uma vez jus à sua reputação de primeira classe. Com base na nossa carteira de empréstimos de elevada qualidade e bem diversificada, conseguimos limitar as perdas com empréstimos e as provisões para perdas com empréstimos. Estas últimas foram de 1,5 mil milhões de euros, ou seja, 31 pontos de base dos empréstimos médios. Este valor foi apenas ligeiramente superior à previsão anunciada no início do ano.

A nossa base de capital é também extremamente robusta: o rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1) era de 13,7% no final do ano, em comparação com 13,4% no final de 2022. Este valor foi significativamente mais elevado do que o nosso objetivo de cerca de 13% para o período até 2025. Devemos isto, por um lado, à nossa contínua disciplina de capital, que se reflete na nova redução dos ativos ponderados pelo risco; por outro lado, estamos agora a operar de forma tão rentável que estamos a criar capital adicional, apesar do aumento dos dividendos.

A combinação estável de resultados demonstra a solidez do modelo empresarial

Devemos esta força operacional a todas as nossas divisões. No âmbito da nossa reorganização estratégica, estabelecemos o objetivo de alinhar o nosso banco em torno de quatro pilares fortes que se complementam e nos dão estabilidade em diferentes fases do mercado.

O nosso mix de receitas no ano passado mostra o quanto avançámos nesta área, com quase quatro quintos das nossas receitas provenientes de negócios que proporcionam uma rentabilidade fiável. E estas foram muito bem distribuídas pelas quatro divisões. Naturalmente, o nosso Corporate Bank e o Private Bank, em particular, beneficiaram da subida das taxas de juro a nível mundial. No entanto, os fortes números do banco para o ano inteiro não teriam sido possíveis se o Investment Bank e a nossa equipa de Asset Management não tivessem também tirado grande partido de um ambiente de mercado difícil.

Especificamente, as nossas divisões desenvolveram-se da seguinte forma:

O **Corporate Bank** aumentou as suas receitas em 22%, para 7,7 mil milhões de euros. Todas as atividades registaram um crescimento de dois dígitos. Além da margem financeira, devemos também este facto às inovações de produtos e aos investimentos no serviço ao cliente nos principais mercados e áreas de crescimento.

Com 9,2 mil milhões de euros, as receitas do **Investment Bank** foram 9% inferiores às do ano anterior, que foi muito forte. O crescimento significativo das receitas na atividade de Geração e Consultoria não compensou as descidas na atividade de Fixed Income & Currency. No entanto, no final do ano, já se registavam sinais claros de recuperação, tendo as receitas do Investment Bank aumentado 10% no último trimestre, em termos homólogos.

O **Private Bank** gerou receitas de 9,6 mil milhões de euros, um aumento de 5% em relação ao ano anterior. Este crescimento teria sido duas vezes mais forte se fosse ajustado para efeitos não recorrentes, como a venda do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália. Os maiores aumentos registaram-se no negócio dos depósitos, em particular no Private Bank Alemanha, que também foi responsável por uma parte significativa das elevadas entradas líquidas de 29 mil milhões de euros. No entanto, o resultado positivo neste domínio foi ensombrado por atrasos e restrições consideráveis para alguns clientes, na sequência da migração do ambiente informático do Postbank para uma plataforma comum. Neste caso, não correspondemos às expectativas dos nossos clientes. Nos últimos meses, reduzimos significativamente os atrasos, por exemplo, com a ajuda de pessoal adicional. Ao mesmo tempo, revimos e automatizámos parcialmente vários processos para evitar que algo semelhante aconteça no futuro.

No nosso negócio de **Asset Management**, as receitas diminuíram 9% para 2,4 mil milhões de euros. Este facto deveu-se principalmente à redução das comissões de gestão em resultado das perdas de valor de mercado e de margens ligeiramente inferiores. Ao mesmo tempo, os ativos sob gestão aumentaram 75 mil milhões de euros, incluindo 28 mil milhões de euros de entradas líquidas. Isto cria a base para futuras receitas de comissões.

O aumento dos investimentos lança as bases para o sucesso futuro

Como resultado, estabelecemos uma forte posição de mercado nas quatro divisões de negócio. E vemos potencial para o expandir ainda mais. É por isso que fizemos mais investimentos em 2023 para acelerar a nossa trajetória de crescimento e tirar partido das oportunidades de mercado.

Para o efeito, promovemos inovações de produtos e contratámos pessoal em algumas áreas-chave para melhorar a nossa cobertura de mercado, especialmente em áreas onde podemos marcar pontos junto dos clientes com a nossa experiência e aconselhamento de alta qualidade. Isto inclui a nossa atividade de Wealth Management, a Cobertura de Clientes no Corporate Bank e a Geração e Consultoria no Investment Bank. Reforçámos decisivamente esta última com a aquisição da Numis, líder britânica na corretagem de empresas.

Ao mesmo tempo, continuámos a investir em tecnologia, em processos e plataformas rigorosos e nos nossos controlos. Nos últimos anos, concentrámos os nossos investimentos nesta área, a fim de cumprir os requisitos regulamentares e de proteger eficazmente o banco. Depois de investir novamente mais de mil milhões de euros em melhorias dos nossos controlos em 2023, partimos agora do princípio de que os trabalhos de correção dos nossos programas regulamentares mais importantes estão quase concluídos.

Em termos de custos, estamos também num ponto de viragem. Em 2023, deixámos deliberadamente para trás algumas rubricas de custos importantes. Além dos investimentos na atividade, na tecnologia e nos controlos, este valor incluiu custos de reestruturação e de indemnização relacionados com a estratégia de transformação e rubricas extraordinárias, como a amortização do goodwill no Numis. Uma grande parte destes custos não se repetirá a partir de 2024, razão pela qual os gastos operacionais (excl. juros) deveriam ter atingido o seu pico no ano passado, com 21,7 mil milhões de euros.

Perspetivas: no bom caminho para atingir o objetivo de rentabilidade, com maior ambição para as receitas

Para os próximos anos, esperamos uma clara diminuição dos custos. Por um lado, os investimentos em tecnologia, processos e controlos traduzir-se-ão cada vez mais em poupanças; por outro lado, as poupanças resultantes de medidas de eficiência reduzirão a nossa base de custos. Em 2023, otimizámos ainda mais a nossa rede de agências. Além disso, lançámos um programa para reduzir cerca de 3500 postos de trabalho através da automatização e da eliminação de funções duplicadas, especialmente no que diz respeito a funções não relacionadas com os clientes.

O nosso objetivo é alcançar um nível de custos que permita ao banco estar protegido contra influências externas num ambiente incerto. Prevemos que este nível seja de cerca de 20 mil milhões de euros por ano, e queremos atingi-lo já em 2025. A disciplina de custos é uma prioridade máxima e é um pré-requisito para atingirmos os nossos objetivos. Até ao final de 2025, pretendemos alcançar um rácio custo/rendimento inferior a 62,5% e uma rentabilidade do capital próprio tangível após impostos superior a 10%. E temos um caminho claro para atingir estes objetivos.

Outro fator importante neste contexto é a melhoria das nossas perspetivas de receitas. O nosso objetivo inicial era alcançar um crescimento anual composto das receitas de 3,5 a 4,5% para o período de 2021 a 2025. Nos últimos anos, com uma média de cerca de 7%, ultrapassámos largamente este objetivo e estamos confiantes de que continuaremos a crescer a um ritmo mais forte. Por conseguinte, aumentámos o nosso objetivo para 2021 a 2025 para um crescimento anual composto das receitas de 5,5 a 6,5%. Até ao final de 2025, isto traduzir-se-ia em receitas anuais de cerca de 32 mil milhões de euros.

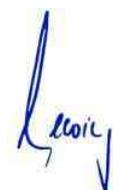
De acordo com os nossos ambiciosos objetivos financeiros, esperamos poder aumentar ainda mais a distribuição de capital aos nossos acionistas nos próximos anos. Estabelecemos um objetivo de distribuição de capital de 8 mil milhões de euros para os exercícios de 2021 a 2025, pagos em 2022 a 2026, e acreditamos que estamos em boa posição para ultrapassar este objetivo com base na realização dos nossos objetivos financeiros. Para o exercício de 2025, pretendemos um dividendo de 1,00 € por ação, desde que tal seja compatível com um rácio de pagamento de 50%.

Dito isto, estamos conscientes de que o ambiente económico continuará a ser difícil por enquanto. No entanto, com o nosso modelo de negócio diversificado, acreditamos que estamos bem posicionados para continuar a crescer, mesmo num ambiente difícil. No centro da nossa estratégia como Global Hausbank está a nossa ambição de acompanhar os nossos clientes em todas as fases, como um parceiro forte, que lhes dá segurança financeira e trabalha com eles para alcançar o seu sucesso a longo prazo. A resposta dos nossos clientes e a procura crescente dos nossos produtos e serviços reforçam a nossa convicção de que estamos no caminho certo com esta estratégia. Isto dá-nos a força e a confiança necessárias para concentrar os nossos planos no futuro do Deutsche Bank. Temos uma ambição clara: continuar a nossa trajetória de crescimento e ser um banco líder no espaço europeu.

Saber que está ao nosso lado é um prazer e um incentivo para nós.

Obrigado por depositar a sua confiança no Deutsche Bank.

Com os melhores cumprimentos,



Christian Sewing

Conselho de Administração

Conselho de Administração no ano em análise:

Christian Sewing, *1970
desde 1 de janeiro de 2015
Diretor-geral (CEO) da

Christian Sewing
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke * 1969
desde 1 de julho de 2017
Presidente
Diretor Financeiro e
Responsável pela divisão de Asset Management
(desde 1 de julho de 2023)

James von Moltke
Presidente

Karl von Rohr
Presidente
(até 31 de outubro de 2023)

Fabrizio Campelli, *1973
desde 1 de novembro de 2019
Diretor do Corporate e Investment Bank

Fabrizio Campelli

Bernd Leukert

Bernd Leukert, *1967
desde 1 de janeiro de 2019
Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação

Alexander von zur Mühlen

Alexander von zur Mühlen, * 1975
desde 1 de agosto de 2020
Diretor Geral Regional para a Ásia (até 30 de junho de 2023)
Diretor Geral da Ásia-Pacífico, Europa,
Médio Oriente e África (EMEA) e Alemanha
(desde 1 de julho de 2023)

Christiana Riley
(até 17 de maio de 2023)

Claudio de Sanctis
(desde 1 de julho de 2023)

Rebecca Short

Claudio de Sanctis, *1972
desde 1 de julho de 2023
Diretor do Private Bank

Stefan Simon

Olivier Vigneron

Rebecca Short, *1974
desde 1 de maio de 2021
Diretor de Transformação (até 30 de maio de 2023)
Diretor de Operações (desde 1 de junho de 2023)

Stefan Simon, * 1969
desde 1 de agosto de 2020
Diretor Administrativo e
Américas (desde 17 de maio de 2023)

Olivier Vigneron, *1971
desde 20 de maio de 2022
Diretor de Risco

Mensagem do presidente do Conselho de Fiscalização

Caros Acionistas,

No ano passado, o Deutsche Bank provou a sua capacidade de resistência num ambiente volátil, aumentando ainda mais as receitas e obtendo o seu melhor lucro antes de impostos em 16 anos. Graças a uma gestão prudente dos riscos, o Banco dispõe de um balanço sólido e estável e reforçou ainda mais a sua base de capital. Consequentemente, este ano estamos mais uma vez em posição de aumentar substancialmente a distribuição de capital aos acionistas e congratulamo-nos com o facto de o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração proporem um aumento de 50% dos dividendos para 0,45 euros por ação na Assembleia Geral Anual deste ano.

Neste ambiente económico, a resiliência e a rentabilidade sustentável do nosso banco foram também temas centrais para o Conselho de Fiscalização. O Comité de Risco foi incumbido de acompanhar a adequação dos nossos fundos próprios, bem como de supervisionar a gestão dos riscos do banco e a evolução dos riscos não financeiros. Outra prioridade era definir o rumo para o crescimento futuro. O Conselho de Fiscalização acompanhou de perto o desenvolvimento estratégico da cultura e do modelo de negócio do banco, bem como os seus objetivos financeiros e de capital até 2025. O Conselho de Fiscalização apoia expressamente o facto de o banco se concentrar ainda mais no seu papel de Global Hausbank. Parte deste trabalho consiste em apoiar os clientes na sua transformação sustentável e digital. Esta estratégia não só permite que o banco desempenhe o seu papel na economia alemã e europeia, como também - e disto está convencido o Conselho de Fiscalização - é a forma correta de gerar lucros e rentabilidade sustentáveis para os acionistas. Neste contexto, o Conselho de Fiscalização saúda e apoia o trabalho do Conselho de Administração no sentido de definir claramente o objetivo do banco, a sua visão e cultura aspiracional, guiado pela convicção de que a nossa principal prioridade deve ser uma concentração ainda maior em colocar os nossos clientes no centro de tudo o que fazemos.

Os controlos eficazes protegem tanto o nosso banco como os nossos clientes. A melhoria destes controlos foi outro tema importante no ano passado. O Conselho de Fiscalização debateu regularmente questões regulamentares importantes, bem como os progressos registados no tratamento de processos judiciais importantes. Estamos conscientes de que ainda há muito a fazer. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização mantêm um diálogo estreito com as entidades reguladoras e estão empenhados em introduzir as melhorias necessárias. Para o conseguir, o banco gastou cerca de 1,2 mil milhões de euros em controlos em 2023 e contratou cerca de 1000 profissionais dedicados em todas as regiões. Para mais pormenores sobre estas questões importantes, sugerimos que consulte o Relatório Não Financeiro do Deutsche Bank, publicado em simultâneo com o presente Relatório Anual.

Uma das questões que o Conselho de Fiscalização abordou intensamente no ano passado foram as restrições para os nossos clientes na sequência da migração das TI do Postbank para uma plataforma comum. O Conselho de Administração informou regularmente o Conselho de Fiscalização sobre os progressos realizados na resolução dos atrasos registados, que puderam ser substancialmente reduzidos nos últimos meses. No entanto, é evidente que não estivemos à altura dos nossos padrões de serviço e de qualidade e que desiludimos os nossos clientes. Em nome do Conselho de Fiscalização, gostaria de apresentar as minhas sinceras desculpas pelos atrasos e problemas causados aos nossos clientes. Como consequência, o Conselho de Fiscalização tomou medidas e reduziu a remuneração variável de vários membros do Conselho de Administração, atuais e cessantes. Os pormenores podem ser consultados no nosso Relatório de Remuneração.

Aí encontrará também informações sobre a forma como tencionamos desenvolver o sistema de remuneração do Conselho de Administração para 2024 e anos seguintes. Na nossa revisão, incorporámos o feedback dos investidores e estamos a dar resposta a duas preocupações principais: em primeiro lugar, queremos simplificar o sistema, tornando-o mais transparente para as nossas partes interessadas externas, reduzindo significativamente o número de objetivos e indicadores dos quais depende a remuneração variável. Em segundo lugar, pretendemos alinhar ainda mais a forma como avaliamos o desempenho dos membros do Conselho de Administração com os interesses dos nossos acionistas. Isto aplica-se sobretudo à componente a longo prazo da remuneração variável, que no futuro deixará de ser avaliada em função dos resultados dos anos anteriores. No novo sistema, tanto os objetivos financeiros como os objetivos SAG serão orientados para o futuro, para um período de três anos. Além disso, pretendemos ser mais ambiciosos quando se trata de estabelecer objetivos para determinados indicadores-chave de desempenho. Iremos submeter o sistema de remuneração revisto à vossa votação na Assembleia Geral Anual, em maio, e deverá ser aplicado já este ano.

Em 2023, o Conselho de Fiscalização também se debruçou sobre as decisões relativas ao pessoal do Conselho de Administração. Na Assembleia Geral Anual, despedimo-nos de Christiana Riley, Diretora Geral para as Américas, e de Karl von Rohr, Presidente e Diretor do Private Bank, que deixaram o banco no final de outubro, após 25 anos de serviço. Claudio de Sanctis assumiu posteriormente a responsabilidade pelo Private Bank e entrou para o Conselho de Administração em julho. Está no Deutsche Bank desde 2018 e, nos últimos anos, transformou com êxito o International Private Bank, focando a sua atividade em torno dos seus pontos fortes, sobretudo na atividade de consultoria. Stefan Simon assumiu a responsabilidade pela região das Américas - além da sua responsabilidade global pelos Assuntos Jurídicos, Regulamentares e Anticrime Financeiro. Além da cobertura dos clientes, a estrutura do mercado norte-americano exige uma coordenação e

um diálogo significativos com as entidades reguladoras. Alexander von zur Mühlen é responsável por manter ligações mais estreitas entre as regiões e o nosso mercado nacional. Assumi a responsabilidade pela Alemanha e pela Europa, Médio Oriente e África (EMEA) em julho. Continua também a supervisionar a região Ásia-Pacífico. Rebecca Short foi nomeada para um mandato alargado no Conselho de Administração, com o objetivo de tornar o banco mais eficiente. Além da sua responsabilidade pelos Recursos Humanos, foi nomeada Diretora de Operações, com responsabilidade global pelos custos do Grupo.

No âmbito das medidas de reorganização do pessoal, o Conselho de Administração foi reduzido de dez para nove membros, a fim de o tornar mais eficiente. Com esta nova composição, ficamos, no entanto, aquém do nosso próprio compromisso relativamente à percentagem de mulheres no Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização está empenhado em aumentar a proporção de mulheres em cargos de liderança, tanto a nível do Conselho de Administração, como a nível inferior. No âmbito do novo sistema de remuneração do banco, procuramos integrar mais firmemente este último nos objetivos de desempenho dos membros do nosso Conselho de Administração.

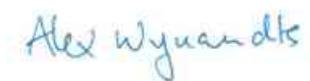
No Conselho de Fiscalização, houve uma mudança de rotina em resultado das eleições do ano passado, com Susanne Bleidt, Claudia Fieber, Brigit Laumen, Gerlinde Siebert, Frank Schulze, Stephan Szukalski e Jürgen Tögel a serem eleitos como representantes dos trabalhadores, enquanto Jan Duscheck, Manja Eifert e Timo Heider foram reeleitos para um novo mandato. Em janeiro de 2024, Birgit Laumen renunciou ao seu mandato e o tribunal nomeou Florian Haggenmiller como seu sucessor. Gostaria de dar mais uma vez as boas-vindas a todos os que integraram o Conselho de Fiscalização. Os meus agradecimentos especiais vão para Frank Schulze, um dos meus adjuntos, pela estreita cooperação e parceria desde o início.

Do lado dos acionistas, a continuidade foi a ordem do dia. Quatro representantes dos acionistas, cujo mandato terminava em 2023, foram reeleitos pela Assembleia Geral Anual por mais quatro anos. Aguardamos com expectativa a continuação da nossa valiosa colaboração com Mayree Clark, John Thain, Michele Trogni e Norbert Winkeljohann.

Em 2024, a nossa Assembleia Geral Anual voltará a realizar-se virtualmente. A experiência dos últimos anos convenceu-nos a dar este passo; este formato inclusivo oferece inúmeras vantagens. Fomos reconhecidos pela implementação transparente e pela qualidade das respostas às perguntas dos acionistas, que este ano serão novamente apresentadas com antecedência. Ao mesmo tempo, pretendemos permitir um diálogo reforçado com os acionistas no dia da Assembleia Geral Anual.

Caros acionistas, o Conselho de Fiscalização está confiante de que o vosso Deutsche Bank está no bom caminho. O banco tem a estrutura adequada e uma equipa de gestão forte. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para os apoiar na próxima fase da sua estratégia de crescimento e para colocar os nossos clientes no centro de tudo o que fazemos. Estou convencido de que, se nos concentrarmos nos nossos clientes e nos nossos pontos fortes, continuaremos a criar valor sustentável para os nossos acionistas.

Com os melhores cumprimentos,



Alex Wynaendts

Presidente do Conselho de Fiscalização

Relatório do Conselho de Fiscalização

No exercício financeiro de 2023, o Conselho de Fiscalização desempenhou todas as tarefas que lhe competem de acordo com a legislação e requisitos regulamentares, bem como as que decorrem dos estatutos e termos de referência.

O Conselho de Administração informou-nos regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre todos os assuntos relevantes para o nosso banco e, em particular, sobre as políticas comerciais e estratégia, juntamente com os temas fundamentais relativos à administração e cultura da empresa, ao planeamento corporativo e ao controlo, conformidade e sistemas de remuneração. Prestou-nos contas sobre o desenvolvimento financeiro, a situação dos ganhos e de risco, a liquidez, capital e gestão do risco do banco, os recursos organizacionais e técnicos, bem como as atividades, transações e eventos que foram de importância significativa para o banco. Participámos em decisões de suma importância para o banco. Tal como nos anos anteriores, o Conselho de Administração forneceu-nos, de acordo com os nossos pedidos, informação detalhada sobre várias áreas temáticas, por exemplo: O combate à criminalidade financeira e o desenvolvimento contínuo dos controlos associados, os progressos na correção das medidas de execução regulamentares e as conclusões críticas relacionadas, bem como interações importantes com várias entidades reguladoras.

Além das questões regulamentares, o Conselho de Fiscalização abordou amplamente a situação no Private Bank e as limitações para os nossos clientes na sequência da migração da divisão de TI do Postbank para uma plataforma partilhada. O Conselho de Administração informou regularmente o Conselho de Fiscalização sobre os progressos realizados na resolução dos atrasos daí resultantes, tendo estes sido substancialmente reduzidos nos últimos meses.

A promoção da diversidade no Conselho de Administração do Deutsche Bank é muito importante para o Conselho de Fiscalização, que também se debruçará intensamente sobre este tema no futuro. O plenário do Conselho de Fiscalização e o Comité de Nomeações deliberaram várias vezes sobre a situação e as medidas neste contexto e discutiram-nas em conjunto com o Conselho de Administração. Para a seleção dos membros adequados para o Conselho de Administração, o Comité de Nomeações tem em conta o equilíbrio e a diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração. Procura também ativamente promover a diversidade no Conselho de Administração, por exemplo, no que diz respeito ao sexo, à nacionalidade e à idade, bem como a diferentes origens e mentalidades. Neste contexto, foi dada especial atenção ao aumento da proporção de mulheres em cargos de liderança, tanto no Conselho de Administração, como nos níveis inferiores.

Em várias reuniões, discutimos com o Conselho de Administração o estado atual e desejado da cultura corporativa, os progressos alcançados e as ações para atingir os objetivos relacionados. O debate centrou-se nos valores e comportamentos que gostaríamos de promover em conjunto no banco em geral. O Conselho de Administração estabeleceu um programa que define claramente o objetivo do banco, a sua visão e cultura aspiracional para desenvolver ainda mais a cultura empresarial do banco, que será lançado em 2024.

O Presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités mantiveram debates regulares com o Conselho de Administração entre as reuniões. Foram também consultados sobre as ordens de trabalho das reuniões dos respetivos comités a que presidem, e discutiram temas de grande importância para o Conselho de Fiscalização. Além disso, as próximas decisões foram deliberadas e preparadas em discussões realizadas regularmente entre o Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Fiscalização, bem como os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização. Além disso, o Conselho de Administração convidou-nos para um total de quatro eventos de informação sobre vários temas atuais. A nossa cooperação com o Conselho de Administração caracterizou-se pelo facto de nos termos concentrado em trabalhar em conjunto, de forma responsável e num espírito de confiança mútua, para o desenvolvimento bem sucedido da empresa.

Tiveram lugar 55 reuniões do Conselho de Fiscalização e dos seus comités. Estas foram realizadas sob a forma de reuniões com participação física, videoconferências ou reuniões híbridas (com participação presencial e virtual). Quando as reuniões foram convocadas por videoconferência, foi também disponibilizada uma sala para todos os membros participarem nas instalações do banco. Entre as reuniões, as resoluções foram adotadas, quando necessário, através do processo de votação por circulação.

Reuniões do Conselho de Fiscalização

Realizámos um total de oito reuniões, sete das quais agendadas regularmente e uma reunião extraordinária. Foram realizadas duas reuniões presenciais e seis reuniões híbridas.

Também no ano passado, centrámo-nos em particular nos desenvolvimentos geopolíticos e económicos e nos seus efeitos no Banco. Discutimos a evolução do setor bancário, tanto na Europa como nos EUA. Em várias reuniões, debatemos em profundidade com o Conselho de Administração a situação do processamento no Private Bank. Em várias reuniões, centrámo-nos na implementação efetiva e no desenvolvimento da estratégia e da cultura corporativa do banco. Juntamente com o Conselho de Administração, deliberámos sobre estes relatórios e sobre os relatórios regulares de progresso relativos a cada uma das divisões empresariais, áreas de infraestruturas e regiões. Além disso, debatemos regularmente temas e procedimentos regulamentares que afetam o nosso banco em todo o mundo, casos de litígio significativos e os progressos realizados ao nível da remediação das conclusões. Além disso, abordámos a nomeação de membros para as comissões, bem como as tarefas correspondentes das comissões, e aprovámos as resoluções relevantes neste contexto.

Na nossa primeira reunião, a 1 de fevereiro, abordámos os resultados financeiros efetivos e os números-chave previstos para o ano de 2022, bem como as estimativas dos analistas. Os desvios foram discutidos em pormenor. Confirmámos a proposta preliminar do Conselho de Administração para os dividendos, tendo também em conta os requisitos regulamentares para o financiamento de capital, e abordámos o planeamento para 2023-2025, a carteira de investimentos para 2023, bem como o desenvolvimento de medidas comerciais e de gestão relativamente às investigações em curso na DWS. O Conselho de Administração informou-nos sobre o estado da consolidação das plataformas de TI do Postbank e do Deutsche Bank e sobre os desafios relacionados. Tomámos conhecimento do projeto da declaração sobre o governo da sociedade, nos termos das Secções 289f e 315d do Código Comercial Alemão (HGB), com aprovação. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remunerações, bem como as consultas subsequentes com o responsável de remunerações do banco e consultores em remunerações externos e independentes, determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2022. Neste contexto, discutimos também os níveis de desempenho dos respetivos membros do Conselho de Administração para 2022 e as regras do plano para o ano de 2023, e definimos objetivos a longo prazo para o Conselho de Administração, juntamente com os critérios de medição relevantes para o período de desempenho de 2023. Além disso, debatemos a avaliação anual da estrutura, dimensão, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, em conformidade com a Secção 25g (11) da Lei Bancária Alemã (KWG).

Na nossa segunda reunião, em 16 de março, após o relatório do Conselho de Administração e uma discussão com o auditor, e com base na recomendação do Comité de Auditoria, aprovámos as Demonstrações financeiras consolidadas e as Demonstrações financeiras anuais para 2022 e concordámos com a proposta do Conselho de Administração de apropriação de lucros distribuíveis. Analisámos o sistema de contabilidade financeira, o sistema de controlos internos e o sistema de gestão do risco e discutimos as avaliações do Conselho de Administração e do auditor sobre a respetiva adequação e eficácia. Com base na recomendação do Comité de Auditoria, determinámos que não há objeções a levantar relativamente ao relatório não financeiro separado do Grupo, em conformidade com a Secção 315c do Código Comercial Alemão (HGB), em conjugação com as Secções 289c a 289e do HGB, bem como com o Regulamento Taxonomia da União Europeia (UE) e os atos delegados adotados neste contexto, também com base nos resultados finais das nossas próprias inspeções. O Conselho de Administração informou-nos sobre a evolução do mercado e do setor bancário, tanto na Europa como nos EUA, sobre as investigações em curso na DWS, bem como sobre o estado de correção das medidas de aplicação da regulamentação e sobre as conclusões críticas relacionadas. O Conselho de Administração apresentou-nos um relatório sobre a estrutura dos sistemas de remuneração e o Relatório de Recursos Humanos para 2022. Também discutimos e aprovámos o Relatório do Conselho de Fiscalização. Além disso, abordámos os temas da Assembleia Geral e aprovámos as propostas para a ordem de trabalhos. Sob proposta do Comité de Controlo de Remunerações, discutimos a proposta de ajustamento da estrutura de remuneração do Conselho de Fiscalização e a correspondente proposta de deliberação para a Assembleia Geral. Além disso, os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização adotaram as resoluções necessárias para exercer os direitos dos acionistas nas subsidiárias do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, em conformidade com a Secção 32 da lei alemã de codeterminação (MitbestG). Tomámos nota do relatório do Conselho de Administração sobre as mudanças nos conselhos consultivos regionais na Alemanha, de acordo com a Secção 8 dos Estatutos da Associação.

Na nossa reunião extraordinária de 26 de abril, abordámos a saída da Sra. Riley do banco a partir de 31 de maio de 2023 e a do Sr. von Rohr a partir de 31 de outubro de 2023. Deliberámos sobre a proposta conjunta do Comité de Nomeações e do Comité do Presidente de que o Sr. Claudio de Sanctis seja nomeado para o Conselho de Administração como sucessor do Sr. von Rohr, e decidimos aprovar esta proposta. Abordámos a dimensão do Conselho de Administração, que foi reduzido de dez para nove membros quando as alterações ao nível do Conselho de Administração se tornaram efetivas. Além disso, aprovámos as propostas de ajustamento das áreas de responsabilidade funcional dos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração apresentou-nos uma panorâmica dos resultados do primeiro trimestre de 2023 e uma atualização da estratégia.

A 16 de maio, os representantes da Equipa Comum de Supervisão apresentaram os resultados do Processo de análise e avaliação da supervisão (SREP 2022), juntamente com as principais observações e as prioridades de supervisão para o período de 2023-2025, bem como o programa de trabalho da Equipa Comum de Supervisão para o Deutsche Bank para o ano de 2023. Posteriormente, discutimos estes temas com a Equipa Comum de Supervisão e o calendário para a sua implementação, bem como a cultura corporativa. Também abordámos a Assembleia Geral pendente e aprovámos a resolução sobre o Presidente da Assembleia Geral. O Conselho de Administração informou-nos, entre outras questões, sobre a evolução e a volatilidade do mercado na sequência dos acontecimentos relacionados com o Silicon Valley Bank e os efeitos sobre o banco, as investigações em curso na DWS, bem como sobre a evolução e o estado da correção das medidas de execução regulamentares e as conclusões críticas relacionadas.

Na nossa reunião constitutiva de 17 de maio, imediatamente após a Assembleia Geral, elegemos o Sr. Alexander Wynaendts como Presidente do Conselho de Fiscalização até ao termo do seu mandato, o Sr. Frank Schulze como primeiro Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann como segundo Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização. Além disso, decidimos aprovar as nomeações de membros para os nossos comités na sequência das alterações de pessoal no Conselho de Fiscalização e da publicação da nossa Matriz de Competências atualizada. Deliberámos emitir o mandato de auditoria à EY, que tinha sido eleita pela Assembleia Geral como auditor das demonstrações financeiras anuais e consolidadas.

Na nossa reunião de 27 de julho, abordámos a questão da remuneração do Conselho de Administração e procedemos aos ajustes necessários dos objetivos, com base numa recomendação do Comité de Controlo de Remunerações, tendo em conta a alteração das áreas de responsabilidade ao nível do Conselho de Administração. O Conselho de Administração informou-nos sobre as reações do mercado e das nossas partes interessadas à publicação do Relatório Intercalar e sobre as medidas lançadas pelo Conselho de Administração para acelerar a trajetória de crescimento em relação aos objetivos para 2025. O Conselho de Administração informou-nos sobre os atuais desenvolvimentos na DWS, o desenvolvimento da sua atividade, a sua governação e as medidas tomadas pela sua administração relativamente às investigações em curso. Discutimos, em conjunto com o Conselho de Administração, as atividades comerciais e de TI na Rússia e o calendário para a redução ordenada da atividade. Além disso, os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização adotaram as resoluções necessárias para exercer os direitos dos acionistas nas subsidiárias do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, em conformidade com a Secção 32 da lei alemã de codeterminação (MitbestG). Em conjunto com o Conselho de Administração, discutimos a cultura corporativa, as expectativas dos reguladores e o programa patrocinado pelo Conselho de Administração para o desenvolvimento da cultura corporativa.

No âmbito da nossa reunião de 25 e 26 de outubro, decidimos aprovar a Declaração de Conformidade nos termos da Secção 161 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG). Em conjunto com o Conselho de Administração, deliberámos amplamente sobre a estratégia do Grupo e as estratégias comerciais das divisões de negócio, bem como sobre a cultura corporativa e a definição do objetivo e da visão do banco. O Conselho de Administração informou-nos sobre o modelo de negócio operacional, incluindo o impacto nos custos, e sobre a estratégia tecnológica do banco alinhada com a estratégia de negócio. Também abordámos o estado da consolidação das plataformas de TI do Postbank e do Deutsche Bank e o processo de resolução dos atrasos e limitações daí resultantes para os clientes.

Na nossa reunião de 14 de dezembro, os representantes da Equipa Comum de Supervisão apresentaram os resultados do Processo de Análise e Avaliação para fins de Supervisão (SREP 2023), juntamente com as propostas e recomendações regulamentares relacionadas, que posteriormente discutimos em conjunto. O Conselho de Administração informou-nos sobre o desenvolvimento da atividade e as prioridades estratégicas para 2024, bem como sobre os progressos realizados na correção da carteira de medidas de execução regulamentares em aberto e das conclusões externas críticas em 2023. Em conjunto com o Conselho de Administração, debatemos a cultura corporativa no contexto do objetivo e da visão do banco, bem como as medidas de implementação previstas neste contexto para o ano de 2024. O Conselho de Administração informou-nos sobre a estratégia preliminar e o plano de capital para 2024-2026, bem como sobre a situação no Postbank e sobre os progressos realizados na resolução dos atrasos.

Comitês do Conselho de Fiscalização

Os membros de cada um dos comitês e as alterações ocorridas durante o exercício são especificados na Declaração de Governo da Sociedade, no Relatório Anual.

O Comitê de Presidentes realizou nove reuniões durante o período abrangido pelo relatório - seis reuniões presenciais e três por videoconferência. Realizaram-se sete reuniões ordinárias e duas reuniões extraordinárias (incluindo uma em conjunto com o Comitê de Nomeações). O Comitê do Presidente abordou em profundidade os assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, adicionalmente à governança corporativa e dos temas em curso entre as reuniões do Conselho de Fiscalização, bem como os preparativos para as mesmas. Esta ação incluiu os preparativos para as mudanças no Conselho de Administração, em consulta com o Comitê de Nomeações, a preparação das versões revistas dos nossos termos de referência e dos documentos internos do Conselho de Fiscalização, bem como tópicos de preparação para a Assembleia Geral. O Comitê também abordou o tema da utilização e monitorização das comunicações eletrônicas relacionadas com as empresas, a situação dos serviços no âmbito do Private Bank e uma série de tópicos especiais. Além disso, o Comitê abordou os mandatos dos membros do Conselho de Administração e a assunção dos custos dos (antigos) membros do Conselho de Administração.

Em 2023, o Comitê de Risco reuniu-se seis vezes - duas reuniões presenciais e quatro por videoconferência. Tal como em anos anteriores, o Comitê de Risco centrou-se em temas periodicamente recorrentes, como a declaração anual de apetência da empresa, o processo interno para assegurar a adequação de capital interno e o processo interno para assegurar uma posição de liquidez adequada. Em várias reuniões do ano passado, o Comitê centrou-se no tema do risco não financeiro em geral, mas também, em particular, no que se refere a tipos de risco específicos. Regularmente, foram avaliadas as apetências pelo risco específicas de cada divisão de negócio, em particular, as do Private Bank e da DWS. Além disso, o Comitê obteve relatórios sobre desenvolvimentos políticos e económicos significativos, como o conflito Israel-Gaza, as tensões entre a China e Taiwan, bem como a evolução do setor imobiliário comercial. Além disso, o Comitê abordou as principais iniciativas de transformação do banco relacionadas com a função de risco. No que respeita às prioridades dos reguladores, o Comitê centrou-se, por exemplo, na gestão do risco interno dos bancos em geral, no quadro de reconhecimento das provisões, nos riscos não financeiros e no tema da sustentabilidade. Por último, o Comitê abordou o enquadramento geral no que respeita à estrutura dos produtos, ao planeamento do capital para cada uma das divisões de negócio e às alterações nos modelos de crédito e respetivos efeitos no capital do banco.

O Comitê de Auditoria reuniu-se cinco vezes em 2023. Foram realizadas cinco reuniões presenciais no local e quatro por videoconferência. As áreas de enfoque incluíram a abordagem dos impactos dos desenvolvimentos no setor bancário, tanto na Europa como nos EUA, para as demonstrações contabilísticas do banco e os novos requisitos de informação ambiental, social e de governação (SAG). Além disso, o Comitê debruçou-se regularmente sobre o acompanhamento da eficácia das funções de controlo (em especial, a conformidade, a função de combate ao branqueamento de capitais e a auditoria do Grupo). O acompanhamento do Conselho de Administração na remediação de conclusões relacionadas com os processos Know-Your-Customer (KYC) foi outro ponto fulcral do trabalho do Comitê, além do programa de gestão de conclusões para a redução acelerada das conclusões críticas. Além disso, o Comitê abordou, no contexto da insolvência da Wirecard, as potenciais implicações para o auditor das nossas demonstrações financeiras anuais e consolidadas, em particular no que diz respeito à independência do auditor.

O Comitê de Nomeações reuniu-se seis vezes no total durante o período abrangido pelo relatório, incluindo uma reunião extraordinária com o Comitê do Presidente. Quatro reuniões foram realizadas no local e duas foram efetuadas por videoconferência. O Comitê de Nomeações abordou amplamente o planeamento da sucessão do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, tendo em consideração os requisitos legais e regulamentares e os princípios da diversidade. Neste contexto, o Comitê de Nomeações abordou, em consulta com o Comitê do Presidente, as alterações no Conselho de Administração resultantes da saída da Sra. Riley e do Sr. von Rohr do Conselho de Administração. Além disso, o Comitê decidiu recomendar que o Conselho de Fiscalização indicasse a Sra. Mayree Clark, o Sr. John Thain, a Sra. Michele Trogni e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann para reeleição para o Conselho de Fiscalização na Assembleia Geral. Além disso, o Comitê debruçou-se sobre a composição dos comitês do Conselho de Fiscalização, a admissão de novos membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, as medidas de formação do Conselho de Administração, a revisão regular das nossas políticas e procedimentos internos, bem como temas relacionados com a adequação ("competente e idónea") dos membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração. Outros temas incluíram a avaliação anual do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, em conformidade com a Secção 25d (11) da Lei Bancária Alemã (KWG), e a promoção da diversidade.

O Comité de Controlo de Remunerações reuniu-se sete vezes em 2023. Duas reuniões foram realizadas no local, quatro reuniões foram realizadas por videoconferência e uma foi realizada sob a forma de reunião híbrida. Nas suas reuniões, o Comité concentrou-se, em particular, no acompanhamento da estrutura dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e dos trabalhadores. O Comité apresentou propostas relativas aos objetivos para o ano de 2023 e à determinação da remuneração variável do Conselho de Administração para o ano de 2022. O Comité também tratou de alterações relacionadas com o pessoal do Conselho de Administração, com o correspondente ajustamento dos objetivos individuais. Além disso, abordou desenvolvimentos regulamentares e conclusões regulamentares sobre tópicos relativos à remuneração e abordou, também com o apoio de consultores externos, a examinação da existência das condições prévias para a suspensão, perda de direitos ou claw-back de elementos da remuneração variável de (antigos) membros do Conselho de Administração. Na medida do necessário, adotou resoluções e elaborou recomendações sobre propostas de resolução para o plenário do Conselho de Fiscalização. Outro ponto central foi o Relatório de Remuneração sobre a remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, que, nos termos da Secção 162 da Lei Alemã relativa às Instituições de Crédito (AktG), devia ser submetido à aprovação da Assembleia Geral e subsequentemente publicado juntamente com o parecer do auditor. Além disso, o Comité acompanhou a identificação dos Responsáveis pelos Riscos Materiais e a determinação do montante total da remuneração variável para o exercício de 2022, bem como as decisões sobre a remuneração dos responsáveis pelas funções de Conformidade e Risco. O Comité de Controlo de Remunerações também se debruçou sobre a revisão do sistema de remuneração do Conselho de Administração, que deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Geral de 2024. O novo sistema destina-se a alinhar mais estreitamente a base da avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração com os interesses dos acionistas. A partir de 2024, a componente variável da remuneração a longo prazo deixará de ser medida com base no desempenho da empresa nos anos anteriores, mas sim na evolução dos objetivos financeiros e ambientais, sociais e de governação (SAG) em cada período de três anos seguinte.

O Comité de Supervisão Regulamentar reuniu-se seis vezes em 2023. Uma reunião foi realizada no local, duas reuniões foram realizadas por videoconferência e três reuniões foram realizadas sob a forma de reuniões híbridas. O Comité de Supervisão Regulamentar foi informado pelo Conselho de Administração, numa base contínua, sobre os contactos com as entidades reguladoras com uma relevância significativa para a atividade do negócio e, especialmente, sobre auditorias especiais, queixas substanciais e outras medidas excecionais por parte das autoridades reguladoras bancárias alemãs e estrangeiras, na medida em que não estejam relacionadas com relatórios financeiros ou questões de auditoria. O Conselho de Administração informou, em todas as reuniões, sobre a situação da correção das medidas de aplicação da regulamentação e dos resultados críticos relacionados. Além disso, o Comité foi informado, nas suas reuniões, sobre os inquéritos internos importantes e a sua evolução. Paralelamente, o Comité de Supervisão Regulamentar continua a ocupar-se dos controlos preventivos de conformidade e dos casos de litígio com maior risco do ponto de vista do banco.

O Comité de Estratégia e Sustentabilidade reuniu-se quatro vezes. Foram realizadas duas reuniões no local e duas por videoconferência. Nas suas reuniões, o Comité debruçou-se intensamente sobre a transformação estratégica do banco e obteve regularmente relatórios sobre esta matéria do Conselho de Administração. Por conseguinte, foi dada uma atenção especial ao planeamento estratégico e financeiro do banco até 2025, com o objetivo de o posicionar como "Global Hausbank". Neste contexto, o Comité debruçou-se sobre os progressos realizados no que respeita aos principais objetivos do banco para aumentar a eficiência operacional, bem como sobre a carteira das principais unidades de negócio. Outro ponto fulcral do trabalho do Comité foi a análise da implementação da estratégia de sustentabilidade do Banco e os progressos realizados na consecução dos seus objetivos de sustentabilidade. A estratégia digital do banco e o leque de ofertas para os segmentos de clientes com afinidade digital, a estratégia da área de Tecnologia, Dados e Inovação, as estratégias de clientes do Corporate Bank e do Investment Bank, as estratégias regionais, o modelo operacional do banco e a evolução macroeconómica foram outros temas de reporte e discussão.

O Comité de Tecnologia, Dados e Inovação reuniu-se quatro vezes. Três reuniões foram realizadas no local e duas reuniões foram realizadas por videoconferência. As áreas de enfoque em 2023 foram a estratégia tecnológica a nível do Grupo, o tema da gestão de dados, a implementação de programas tecnológicos fundamentais para todo o banco, a cibersegurança e a segurança da informação, bem como inovações na área da inteligência artificial e da aprendizagem automática. Além disso, em 2023, o Comité abordou amplamente a migração da plataforma de banca de retalho e recebeu atualizações sobre o programa correspondente do banco, incluindo pormenores sobre a gestão de incidentes e medidas de desmantelamento. Além disso, o Comité recebeu relatórios pormenorizados sobre as estratégias e os roteiros de TI das divisões de negócio, bem como relatórios sobre a migração para a nuvem, a correção das constatações regulamentares e a implementação dos programas front-to-back do banco. No que diz respeito à cibersegurança e à segurança da informação, o Comité debateu a situação atual em matéria de segurança e as métricas para a sua avaliação, bem como os riscos e as ações resultantes da situação geopolítica na China e na Rússia. A fim de apoiar o Comité de Risco no que diz respeito à estratégia global de risco, o Comité de Tecnologia, Dados e Inovação abordou a gestão do risco e do controlo no domínio da tecnologia, dados e inovação, bem como os principais resultados relacionados.

As reuniões do Comité de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias.

Participação em reuniões

Durante o período abrangido pelo relatório, os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e dos comitês dos quais eram membros, conforme se segue: A participação foi presencial ou por videoconferência. Não se registou nenhum caso de participação por telefone.

N.º de reuniões/participação em %	Conselho de Fiscalização	Comité do Presidente	Comité de Risco	Comité de Auditoria	Comité de Nomeações
Wynaendts, Alexander (Presidente)	8 / 8 100%	9 / 9 100%	6 / 6 100%	3 / 3 100%	6 / 6 100%
Bleidt, Susanne (desde 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%			2 / 2 100%	
Blomeyer-Bartenstein, Ludwig (até 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%		3 / 3 100%		
Clark, Mayree	8 / 8 100%		6 / 6 100%		6 / 6 100%
Duscheck, Jan	8 / 8 100%		6 / 6 100%		
Manja Eifert	8 / 8 100%			5 / 5 100%	
Fieber, Claudia (desde 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%				
Gabriel, Sigmar	8 / 8 100%				
Heider, Timo	8 / 8 100%	5 / 5 100%			2 / 2 100%
Klee, Martina (até 17 de maio de 2023)	3 / 4 75%				
Laumen, Birgit (desde 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%			0 / 2 0%	
Platscher, Gabriele (até 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%			3 / 3 100%	
Polaschek, Detlef (até 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%	4 / 4 100%		3 / 3 100%	4 / 4 100%
Rose, Bernd (até 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%			3 / 3 100%	
Schulze, Frank (desde 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%	5 / 5 100%			2 / 2 100%
Siebert, Gerlinde (desde 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%		3 / 3 100%	2 / 2 100%	
Slyngstad, Yngve	8 / 8 100%				
Szukalski, Stephan (desde 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%		3 / 3 100%		
Thain, John	7 / 8 88%				
Tögel, Jürgen (desde 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%				
Trogni, Michele	8 / 8 100%		6 / 6 100%		
Valcárcel, Dagmar	7 / 8 88%			5 / 5 100%	
Viertel, Stefan (até 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%		3 / 3 100%	3 / 3 100%	
Weimer, Theodor	7 / 8 88%			5 / 5 100%	
Werneke, Frank (até 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%	3 / 4 75%			4 / 4 100%
Winkeljohann, Norbert	8 / 8 100%	9 / 9 100%	6 / 6 100%	5 / 5 100%	6 / 6 100%
Witter, Frank	8 / 8 100%			5 / 5 100%	
Total	98%	97%	100%	96%	100%

N.º de reuniões/participação em %	Comité de Controlo de Remunerações	Comité de Supervisão Regulamentar	Comité de Estratégia e Sustentabilidade	Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	Total
Wynaendts, Alexander (Presidente)	7 / 7 100%	6 / 6 100%	4 / 4 100%	4 / 4 100%	53 / 53 100%
Bleidt, Susanne (desde 17 de maio de 2023)				3 / 3 100%	9 / 9 100%
Blomeyer-Bartenstein, Ludwig (até 17 de maio de 2023)		3 / 3 100%			10 / 10 100%
Clark, Mayree			4 / 4 100%		24 / 24 100%
Duscheck, Jan	3 / 3 100%	2 / 3 67%		1 / 1 100%	20 / 21 95%
Manja Eifert				4 / 4 100%	17 / 17 100%
Fieber, Claudia (desde 17 de maio de 2023)			2 / 2 100%	3 / 3 100%	9 / 9 100%
Gabriel, Sigmar		5 / 6 83%			13 / 14 93%
Heider, Timo	3 / 3 100%	6 / 6 100%	2 / 2 100%		26 / 26 100%
Klee, Martina (até 17 de maio de 2023)				0 / 1 0%	3 / 5 60%
Laumen, Birgit (desde 17 de maio de 2023)			1 / 2 50%		5 / 8 63%
Platscher, Gabriele (até 17 de maio de 2023)		3 / 3 100%			10 / 10 100%
Polaschek, Detlef (até 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%		2 / 2 100%		21 / 21 100%
Rose, Bernd (até 17 de maio de 2023)	3 / 4 75%			1 / 1 100%	11 / 12 92%
Schulze, Frank (desde 17 de maio de 2023)			2 / 2 100%		13 / 13 100%
Siebert, Gerlinde (desde 17 de maio de 2023)					9 / 9 100%
Slyngstad, Yngve				4 / 4 100%	12 / 12 100%
Szukalski, Stephan (desde 17 de maio de 2023)		3 / 3 100%			10 / 10 100%
Thain, John			4 / 4 100%		11 / 12 92%
Tögel, Jürgen (desde 17 de maio de 2023)	3 / 3 100%		2 / 2 100%		9 / 9 100%
Trogni, Michele			4 / 4 100%	4 / 4 100%	22 / 22 100%
Valcárcel, Dagmar	7 / 7 100%	6 / 6 100%			25 / 26 96%
Viertel, Stefan (até 17 de maio de 2023)			2 / 2 100%		12 / 12 100%
Weimer, Theodor					12 / 13 92%
Werneke, Frank (até 17 de maio de 2023)	4 / 4 100%		2 / 2 100%		17 / 18 94%
Winkeljohann, Norbert	7 / 7 100%				41 / 41 100%
Witter, Frank					13 / 13 100%
Total	98%	94%	97%	96%	97%

Governo da Sociedade

A composição do Conselho de Fiscalização e os respetivos comités está em conformidade com os requisitos da legislação, assim como com as normas de governação regulamentares. O Banco Central Europeu analisou e confirmou as habilitações profissionais e a fiabilidade pessoal dos nossos membros no âmbito da sua avaliação da adequação. A avaliação de adequação abrange os conhecimentos especializados, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual. Adicionalmente, houve uma avaliação do conhecimento, competências e experiência de todo o Conselho de Fiscalização que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva). A Equipa Comum de Supervisão do Banco Central Europeu e o Comité de Nomeações controlam continuamente a idoneidade dos membros do Conselho de Fiscalização.

O presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités coordenaram o seu trabalho continuamente e consultaram-se uns aos outros de forma regular e – como exigido – numa base ad hoc, entre as reuniões, de modo a assegurar o intercâmbio de informação necessária para captar e avaliar todas as questões e riscos relevantes para o desempenho das suas funções. A cooperação nos comités foi marcada por uma atmosfera aberta e de confiança.

Os presidentes dos comités reportaram regularmente nas reuniões do Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités individuais. De forma regular, antes das reuniões do Conselho de Fiscalização, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. No início ou no fim das reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités houve debates regulares nas “Sessões Executivas” sem a participação do Conselho de Administração.

O Presidente do Conselho de Fiscalização e os presidentes dos comités participaram regularmente em debates com representantes de vários reguladores e informaram-nos sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e respetivos comités e sobre a cooperação com o Conselho de Administração.

Em conjunto com o Departamento de Relações com Investidores do Banco, o Presidente do Conselho de Fiscalização manteve conversações com investidores, consultores e associações de acionistas. Os temas das discussões foram tópicos de governação e estratégia na perspetiva do Conselho de Fiscalização, questões relacionadas com nomeações de pessoal e planeamento da sucessão, processos de controlo do banco, remuneração do Conselho de Administração e a visão do Conselho de Fiscalização sobre a estratégia ambiental, social e de governação (SAG) do banco.

Em várias reuniões do Comité de Nomeações e do Conselho Fiscal em plenário, abordámos a avaliação prevista na lei do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização para o exercício financeiro de 2023, que também inclui a autoavaliação de acordo com o Código de governo das sociedades alemão. O debate final dos resultados teve lugar numa reunião plenária do Conselho de Fiscalização a 31 de janeiro de 2024, e os resultados foram apresentados num relatório final.

Para mais informações, por exemplo, sobre os peritos financeiros do Comité de Auditoria, os peritos em matéria de remuneração e a independência de cada um dos membros, consultar a secção “Conselho de Fiscalização” da Declaração sobre o Governo da Sociedade.

A declaração de conformidade nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), emitida pela última vez pelo Conselho de Administração em outubro de 2022, foi reemitida em outubro de 2023. O texto da declaração de conformidade, juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado no Relatório Anual e no nosso sítio Web em <https://www.db.com/ir/en/documents.htm>. As nossas declarações de conformidade e declarações sobre o governo da sociedade dos últimos cinco anos estão também disponíveis aí, juntamente com as versões atualmente em vigor dos termos de referência do Conselho de Fiscalização e respetivos comités do Conselho de Administração.

Formação e medidas de formação contínua

Realizámos várias sessões de formação em 2023, tal como nos anos anteriores. Foram conduzidas, na maioria dos casos, por especialistas externos nas matérias, mas também por especialistas internos. A formação centrou-se em temas como a inteligência artificial, os riscos climáticos e ambientais, bem como a evolução macroeconómica e os seus efeitos no banco. Além disso, recebemos uma perspetiva do ambiente global e regulamentar no sector dos serviços financeiros para o ano de 2023 (incluindo áreas temáticas como a geopolítica e a fragmentação regulamentar, as condições económicas e os impactos nos clientes, os ativos digitais, a digitalização dos serviços financeiros, as questões ambientais, sociais e de governação (SAG), o combate ao crime financeiro, a agilidade estratégica e a resiliência operacional, e os requisitos regulamentares).

Para os novos membros que ingressaram no Conselho de Fiscalização, foram realizados cursos de iniciação extensivos adaptados e implementados individualmente para facilitar a sua adaptação ao cargo.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Esforçamo-nos continuamente por identificar e prevenir, o mais cedo possível, potenciais conflitos de interesses por parte dos nossos membros e providenciar a sua atenuação.

Na sequência da eleição dos representantes dos trabalhadores para o Conselho de Fiscalização em 5 de abril de 2023, a Sra. Gerlinde Siebert informou-nos de que o seu papel como Diretora Global de Governança poderá sobrepor-se às tarefas do Comité de Supervisão Regulamentar. Através de discussões aprofundadas, o Conselho de Fiscalização pôde assegurar-se de que qualquer conflito de interesses daí resultante não constitui um obstáculo a uma participação sem restrições no Conselho de Fiscalização. A Sra. Gerlinde Siebert não se tornou membro do Comité de Supervisão Regulamentar, pelo que não existe qualquer potencial conflito de interesses.

Além disso, o desempenho de mandatos externos pelos membros do nosso Conselho de Fiscalização noutras empresas e órgãos de gestão é regularmente analisado para detetar potenciais conflitos de interesses.

Demonstrações Financeiras Anuais, Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o Relatório Não Financeiro e o Relatório de Compensação combinados separados

A EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft (EY) auditou as demonstrações financeiras anuais, incluindo o relatório de contabilidade e o relatório de gestão combinado das demonstrações financeiras anuais, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do exercício financeiro de 2023 e emitiu, em cada caso, um parecer de auditoria sem reservas em 11 de março de 2024. Os relatórios de auditoria foram assinados conjuntamente pelos auditores Sr. Mai e Sr. Lösken.

Além disso, a EY realizou uma análise de garantia limitada no contexto do relatório não financeiro combinado separado, bem como a demonstração não financeira (relato não financeiro) e em cada caso emitiu uma opinião não qualificada. A EY emitiu um parecer separado sem reservas para o Relatório de Remuneração.

O Comité de Auditoria examinou os documentos para as demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas para 2023, bem como o relato não financeiro para 2023 na respetiva reunião em 12 de março de 2024. Representantes da EY apresentaram o relatório final sobre os resultados de auditoria. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comité de Auditoria e após apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas, assim como dos documentos do relato não financeiro, e na sequência de uma extensa discussão sobre o Conselho de Fiscalização, bem como com os representantes do auditor, tomámos nota dos resultados das auditorias com aprovação. Determinámos que, também com base nos resultados finais das nossas apreciações, não há qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração. Deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de afetação de lucros distribuíveis.

Questões pessoais

O mandato da Sra. Mayree Clark, do Sr. John Thain, da Sra. Michele Trogni e do Professor Dr. Norbert Winkeljohann terminou, como previsto, com a conclusão da Assembleia Geral em 17 de maio de 2023. De acordo com a nossa proposta, a Assembleia Geral reelegeram os quatro representantes dos acionistas para o Conselho de Fiscalização, em cada caso para um mandato de cerca de quatro anos.

Com a conclusão da Assembleia-Geral de 17 de maio de 2023, o mandato dos representantes dos colaboradores no Conselho de Fiscalização chegou ao fim. O Sr. Jan Duscheck, a Sra. Manja Eifert e o Sr. Timo Heider foram reeleitos para o Conselho de Fiscalização. Os novos representantes dos colaboradores eleitos para o Conselho de Fiscalização foram a Sra. Susanne Bleidt, a Sra. Claudia Fieber, a Sra. Birgit Laumen, a Sra. Gerlinde Siebert, o Sr. Frank Schulze, o Sr. Stephan Szukalski (eleito pela terceira vez para o Conselho de Fiscalização) e o Sr. Jürgen Tögel.

A Sra. Birgit Laumen renunciou ao seu cargo com efeitos a partir de 12 de janeiro de 2024. O Sr. Florian Haggemiller foi nomeado pelo tribunal como seu sucessor, com efeitos a partir de 16 de janeiro de 2024.

O mandato do Sr. Karl von Rohr como membro do Conselho de Administração terminou em 31 de outubro de 2023. O Sr. Karl von Rohr informou-nos de que não pretendia renovar o seu contrato de prestação de serviços do Conselho de Administração além do termo previsto em 31 de outubro de 2023. A Sra. Christiana Riley decidiu aceitar um desafio fora do banco e renunciou ao seu mandato no Conselho de Administração com efeitos a partir de 17 de maio de 2023, tendo deixado o banco com efeitos a partir de 31 de maio de 2023. Nomeámos o Sr. Claudio de Sanctis, com efeitos a partir de 1 de julho de 2023, para o Conselho de Administração como sucessor do Sr. Karl von Rohr, a fim de assegurar uma transição ordenada no cargo. Em 25 de outubro de 2023, decidimos prolongar a nomeação da Sra. Rebecca Short para o Conselho de Administração por três anos, até 30 de abril de 2027.

Todas as resoluções foram baseadas nas recomendações do Comité de Nomeações e do Comité do Presidente.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como aos membros que abandonaram os seus cargos no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio construtivo que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Adicionalmente, também gostaríamos de expressar o nosso enorme agradecimento aos colaboradores do banco pela sua grande dedicação pessoal.

Frankfurt am Main, 13 de março de 2024

O Conselho de Fiscalização

Alexander Wynaendts

Presidente

Conselho de Fiscalização

Alexander Wynaendts - Presidente Haia Países Baixos	Claudia Fieber* desde 17 de maio de 2023 Berlim Alemanha	Yngve Slyngstad Oslo Noruega
Detlef Polaschek* - Vice-presidente até 17 de maio de 2023 Essen Alemanha	Sigmar Gabriel Goslar Alemanha	Stephan Szukalski* desde 17 de maio de 2023 Ober-Morlen Alemanha
Professor Dr. Norbert Winkeljohann - Vice-presidente Osnabrück Alemanha	Florian Haggemiller* desde 16 de janeiro de 2024 Kempten (Allgäu) Alemanha	John Alexander Thain † Rye EUA
Frank Schulze* - Vice-presidente desde 17 de maio de 2023 Hanau Alemanha	Timo Heider* Emmerthal Alemanha	Jürgen Tögel* desde 17 de maio de 2023 Hörpau Alemanha
Susanne Bleidt* desde 17 de maio de 2023 Bell Alemanha	Martina Klee* até 17 de maio de 2023 Frankfurt am Main Alemanha	Michele Trogini Riverside EUA
Ludwig Blomeyer-Bartenstein* até 17 de maio de 2023 Bremen Alemanha	Birgit Laumen* de 17 de maio de 2023 até 12 de janeiro de 2024 Alfter Alemanha	Dr. Dagmar Valcárcel Madrid Espanha
Mayree Clark Nova Canaan EUA	Gabriele Platscher* até 17 de maio de 2023 Braunschweig Alemanha	Stefan Viertel* até 17 de maio de 2023 Kelkheim im Taunus Alemanha
Jan Duscheck* Berlim Alemanha	Bernd Rose* até 17 de maio de 2023 Meriden Alemanha	Dr. Theodor Weimer Wiesbaden Alemanha
Manja Eifert* Berlim Alemanha	Gerlinde Siebert* desde 17 de maio de 2023 Frankfurt am Main Alemanha	Frank Werneke* até 17 de maio de 2023 Berlim Alemanha
		Frank Witter Braunschweig Alemanha

*Representante dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente

Alexander Wynaendts, Presidente

Timo Heider* (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze* (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke (até maio de 2023)*, Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações

Alexander Wynaendts, Presidente

Mayree Clark, Timo Heider* (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze* (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Auditoria

Frank Witter, Presidente

Susanne Bleidt* (desde 17 de maio de 2023) Manja Eifert* Birgit Laumen* (de 17 de maio de 2023 até 12 de janeiro de 2024), Gabriele Platscher (até 17 de maio de 2023)*, Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose* (até 17 de maio de 2023), Gerlinde Siebert* (desde 17 de maio de 2023), Dr. Dagmer Valcárcel, Stefan Viertel* (até 17 de maio de 2023), Dr. Dagmer Weimer, Prof. Dagmer Valcárcel, Stefan Viertel* (até 17 de maio de 2023), Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts (até 17 de maio de 2023)

Comité de Risco

Mayree Clark, Presidente

Ludwig Blomeyer-Bartenstein (até 17 de maio de 2023)*, Jan Duscheck*, Gerlinde Siebert* (desde 17 de maio de 2023), Stephan Szukalski* (desde 17 de maio de 2023), Michele Trogni, Stefan Viertel* (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts

Comité de Supervisão Regulamentar

Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente

Ludwig Blomeyer-Bartenstein* (até 17 de maio de 2023), Jan Duscheck* (desde 17 de maio de 2023), Sigmar Gabriel, Timo Heider*, Gabriele Platscher* (até 17 de maio de 2023), Stephan Szukalski* (desde 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Controlo de Remunerações

Prof. Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente

Jan Duscheck* (desde 17 de maio de 2023), Timo Heider (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose* (até 17 de maio de 2023), Jürgen Tögel* (desde 17 de maio de 2023), Dr. Dagmar Valcárcel, Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Estratégia e Sustentabilidade

John Alexander Thain, Presidente

Mayree Clark, Claudia Fieber* (desde 17 de maio de 2023), Florian Haggemiller* (desde 31 de janeiro de 2024), Timo Heider* (até 17 de maio de 2023), Birgit Laumen* (desde 17 de maio de 2023 até janeiro de 2024), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze* (desde 17 de maio de 2023), Jürgen Tögel* (desde 17 de maio de 2023), Michele Trogni, Stefan Viertel* (até 17 de maio de 2023), Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni, Presidente

Susanne Bleidt* (desde 17 de maio de 2023), Jan Duscheck* (até 17 de maio de 2023), Manja Eifert* (desde 17 de maio de 2023), Claudia Fieber* (de 17 de maio de 2023 a 31 de janeiro de 2024), Florian Haggemiller* (desde 31 de janeiro de 2024), Martina Klee* (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose* (até 17 de maio de 2023), Yngve Slyngstad, Alexander Wynaendts

Comité de Mediação

Alexander Wynaendts, Presidente

Timo Heider* (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze* (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

*Representante dos colaboradores

Os resultados refletem a força da estratégia do Global *Hausbank*



Rentabilidade

- Atingiu um CAGR das receitas de cerca de 7% desde 2021, acima do objetivo atualizado de 0,5-6,5%¹ entre 2021 e 2025
- Investiu em 2023 para continuar a desenvolver a carteira de clientes do banco no sentido de impulsionar o crescimento do negócio, reforçar os controlos e melhorar a eficiência operacional; espera-se que a taxa de execução trimestral futura seja de 5 mil milhões de euros de custos ajustados a partir de 2024



Resiliência

Rácio CET 1

- Capital resiliente devido à forte geração de capital orgânico
- O objetivo é manter um rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET1) de cerca de 13%, ou seja, operar com uma reserva de 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) previsto para o banco



Rácio de cobertura de liquidez

- Liquidez e base de financiamento sólidas, com um LCR de 140% e um NSFR de 121% no final de 2023



Distribuição de capital

- Plano para aumentar de forma sustentável os dividendos em numerário e, a prazo, devolver aos acionistas o capital excedentário através da recompra de ações
- Tenciona propor à Assembleia Geral Anual de 2024 um dividendo de 0,45 euros por ação, ou seja, cerca de 900 milhões de euros, em comparação com 0,30 euros por ação para 2022
- Recebeu aprovação da autoridade de supervisão para uma recompra de ações no valor de 675 milhões de euros, que o banco pretende concluir materialmente no primeiro semestre de 2024, após ter concluído 450 milhões de euros em recompras de ações em 2023



Sustentabilidade

- Aumento contínuo dos volumes de financiamento sustentável em 14 mil milhões de euros no final de 2023, para um total de 279 mil milhões de euros (acumulado desde 2020)



Estratégia

Global Hausbank

O roteiro estratégico e financeiro do Deutsche Bank até 2025 visa posicionar o Deutsche Bank como um *Global Hausbanke*, bem como atingir as metas financeiras e os objetivos de capital do banco para 2025. A estratégia *Global Hausbank* é sustentada por três temas-chave: gestão de risco, sustentabilidade e tecnologia, que se tornaram ainda mais importantes tendo em conta os atuais desafios geopolíticos e macroeconómicos. Neste contexto, o Deutsche Bank pretende tirar partido de um ambiente mais favorável em termos de taxas de juro, utilizar a experiência em matéria de gestão do risco para apoiar os clientes e afetar capital a oportunidades de crescimento de elevada rentabilidade. À medida que a sustentabilidade se torna cada vez mais importante, o banco pretende aprofundar o seu diálogo e apoio aos clientes e alargar a agenda no que respeita às próprias operações do banco. À medida que a tecnologia continua a evoluir, o Deutsche Bank pretende alcançar mais poupanças de custos, acelerar a transição para um banco digital e expandir as parcerias estratégicas que já estão a criar um valor substancial. Simultaneamente, o Deutsche Bank continua a trabalhar no sentido de criar uma estrutura de longo prazo que permita um futuro de crescimento sustentável. Isto inclui uma definição clara do seu objetivo, visão e cultura.

Indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank para 2025

Metas financeiras e objetivos de capital para 2025

Objetivos financeiros:

- Rendibilidade do capital próprio tangível médio após impostos superior a 10% para o Grupo
- Taxa de crescimento anual composta das receitas entre 2021 e 2025 de 5,5 a 6,5% (aumento de 3,5 a 4,5%)
- Rácio custo/rendimento inferior a 62,5%

Objetivos de capital:

- Rácio de capital Common Equity Tier 1 de aproximadamente 13%
- Rácio de reembolso total de 50% a partir de 2025

O Deutsche Bank reafirma os seus objetivos financeiros, incluindo o objetivo da taxa de crescimento anual composta das receitas, que aumentou de 3,5-4,5% para 5,5-6,5% no início de 2024, bem como os seus objetivos de capital para 2025.

A rentabilidade do capital próprio médio tangível após impostos e os custos ajustados são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informação financeira suplementar (não auditada): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com os valores IFRS em que as mesmas se baseiam.

Progresso na implementação da estratégia

Em 2023, o Deutsche Bank registou novos progressos na aceleração da execução da sua estratégia *Global Hausbank* em todas as dimensões: crescimento das receitas, eficiência operacional e de capital.

As receitas aumentaram para cerca de 29 mil milhões de euros e a taxa de crescimento das receitas foi de cerca de 7% por ano desde 2021, à medida que os benefícios do modelo de negócio aperfeiçoado se fizeram sentir. O banco tomou decisões de investimento conscientes em 2023 para continuar a desenvolver o seu franchise, principalmente para impulsionar o crescimento do negócio, reforçar os controlos e melhorar a eficiência operacional. O Deutsche Bank considera que o banco atingiu um ponto de inflexão em matéria de custos, uma vez que estes investimentos estão quase concluídos. Além disso, o banco demonstrou resiliência, com uma gestão de risco de elevada qualidade e um capital e balanço sólidos, o que resultou num aumento de 50% dos dividendos e das recompras de ações em relação a 2022.

Crescimento das receitas

No que se refere ao crescimento das receitas, o Deutsche Bank considera que o banco registou um crescimento sustentado graças a uma combinação de atividades bem equilibrada. Por exemplo, o banco tirou partido da subida das taxas de juro, nomeadamente no Corporate Bank e no Private Bank, mas também se concentrou em aumentar as receitas de comissões em todas as atividades geradoras de comissões. O Corporate Bank desenvolveu produtos inovadores, contratou gestores de relações em áreas estratégicas e aprofundou as relações com os principais clientes. O Investment Bank continuou a executar as suas prioridades estratégicas, incluindo a conclusão da aquisição da Numis para melhorar a sua capacidade de prestar serviços aos seus clientes. Além disso, o Investment Bank e o International Private Bank adicionaram quadros superiores em áreas relacionadas com os clientes. O banco também atraiu entradas líquidas de 57 mil milhões de euros no Private Bank e em Asset Management, o que contribuiu para o crescimento dos ativos sob gestão em 115 mil milhões de euros, atingindo 1,5 biliões de euros nestas atividades.

Tendo em conta os progressos alcançados, o Deutsche Bank aumentou o seu objetivo de crescimento anual composto para o período entre 2021 e 2025 de 3,5 - 4,5% para 5,5 - 6,5% no início de 2024, depois de ter superado o objetivo inicial do banco em 2022 e 2023. O banco espera que a concretização do objetivo revisto seja apoiada pelo crescimento dos rendimentos não decorrentes de juros, resultante de uma quota de mercado crescente no Corporate Bank, colhendo os benefícios dos investimentos em Geração e Consultoria, aproveitando o forte desempenho relativo recente do banco no negócio de Fixed Income and Currencies (FIC), aumentando as comissões de produtos de investimento no Private Bank e expandindo certos negócios de crédito. Em Asset Management, o banco planeia tirar o máximo partido da recuperação do mercado que teve início no final de 2023 para continuar a crescer nos setores de Passivos e Alternativos. Além disso, o Private Bank e a divisão de Asset Management pretendem converter em receitas as entradas líquidas de 2023 e o crescimento dos ativos sob gestão.

Eficiência operacional

O Deutsche Bank fez novos progressos no seu programa de eficiência operacional de 2,5 mil milhões de euros durante 2023 e já realizou poupanças com as medidas de eficiência concluídas. O banco espera que as restantes poupanças resultem da execução de medidas relacionadas com a eficiência das infraestruturas e da tecnologia, incluindo o desmantelamento de aplicações e a melhoria do modelo operacional, a otimização da plataforma do banco na Alemanha e a reformulação dos processos "front-to-back", incluindo fluxos de trabalho simplificados e automatização. Prevê-se igualmente que estas medidas conduzam a uma redução de cerca de 3500 postos de trabalho, principalmente em áreas não relacionadas com os clientes, dos quais alguns já abandonaram a plataforma. O banco pretende atingir uma taxa de execução trimestral de custos ajustados de 5 mil milhões de euros em 2024 e pretende operar com um total de despesas totais (excluindo juros) de cerca de 20 mil milhões de euros em 2025.

A base de custos do Deutsche Bank para 2023 foi afetada pela inflação, pelo crescimento da atividade e pelos investimentos destinados a acelerar a execução da estratégia do *Global Hausbank* do banco. Alguns dos investimentos destinados a acelerar a execução da estratégia não são recorrentes e estão principalmente relacionados com a melhoria da eficiência operacional do banco, como acima referido, e com investimentos pontuais no setor imobiliário. O banco também reconheceu uma imparidade do goodwill relacionada com a Numis em 2023. Além disso, o Deutsche Bank efetuou investimentos que deverão continuar a ter impacto na base de custos do banco. No que se refere ao crescimento das atividades, o banco investiu em atividades menos intensivas em capital e, no que se refere aos controlos, reforçou as funções-chave.

O investimento na inovação e na digitalização continua a ser uma das principais áreas de incidência dos objetivos de eficiência operacional do Deutsche Bank. Em 2023, o banco alargou o seu alcance tecnológico, centrando-se na inteligência artificial (IA), incluindo o teste das ferramentas de IA da Google Cloud. Esperam-se oportunidades de IA nas operações e na automatização de processos para permitir investimentos em soluções para clientes e fomentar o crescimento das receitas.

Eficiência de capital

No que respeita à eficiência de capital, o Deutsche Bank reduziu os ativos ponderados pelo risco (RWA) em 2023, o que já coloca o banco no bom caminho no que respeita à sua ambição de reduzir os RWA em 25 a 30 mil milhões de euros até 2025. Estas medidas, juntamente com uma forte geração de capital orgânico, permitiram ao Deutsche Bank aumentar o seu rácio CET1 para 13,7% no final de 2023, face a 13,4% no final de 2022. O Deutsche Bank pretende manter um rácio de capital Common Equity Tier 1 de cerca de 13%, ou seja, operar com uma reserva de 200 pontos base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) esperado do banco, também após os impactos da adoção do CRR 3, que deverá entrar em vigor em 1 de janeiro de 2025.

O Deutsche Bank planeia aumentar de forma sustentável os dividendos em numerário e, ao longo do tempo, devolver aos acionistas, através da recompra de ações, o capital excedentário em relação às necessidades de apoio ao crescimento rentável e às futuras alterações regulamentares. Para o exercício de 2023, o Conselho de Administração tenciona propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 0,45 euros por ação, após ter pago um dividendo de 0,30 euros por ação para 2022 e de 0,20 euros por ação para 2021. Para o exercício de 2024 e anos subsequentes, o banco tem como objetivo um rácio de reembolso de 50% do resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank, através de uma combinação de dividendos em dinheiro e recompra de ações. Estas distribuições aos acionistas estão sujeitas à autorização dos acionistas e aos requisitos da lei alemã das sociedades e, no caso de recompra de ações, requerem adicionalmente uma aprovação regulamentar prévia. O Deutsche Bank planeia aumentar tanto as recompras de ações como os dividendos em, pelo menos, 50% ao ano em 2024. O banco recebeu a aprovação da autoridade de supervisão para uma recompra de ações no valor de 675 milhões de euros, que pretende concluir materialmente no primeiro semestre de 2024, tendo concluído 450 milhões de euros em recompras de ações em 2023; e o Deutsche Bank planeia propor um dividendo relativo ao exercício de 2023 de 0,45 euros por ação, ou seja, aproximadamente 900 milhões de euros, acima dos 0,30 euros por ação para 2022, na Assembleia Geral Anual do banco em maio de 2024. Para os exercícios de 2024 e 2025, o Deutsche Bank pretende distribuir dividendos em numerário de 0,68 e 1,00 euros por ação, respetivamente, sujeito a um limite de 50% do rácio de distribuição em relação ao lucro líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank. O banco estabeleceu um objetivo de distribuição de capital de 8 mil milhões de euros para os exercícios de 2021-2025, pagos em 2022-2026, e acredita que está posicionado para ultrapassar este objetivo com base na realização dos objetivos financeiros do banco.

As agências de notação reconheceram os progressos contínuos realizados pelo banco durante o ano de 2023, nomeadamente a melhoria da rentabilidade. Este facto refletiu-se nas atualizações efetuadas pela S&P, Fitch e Morningstar DBRS durante o ano. Em maio, a S&P aumentou a sua perspetiva sobre o banco para positiva. Em junho, a DBRS Morningstar melhorou em um nível todas as notações de longo prazo do Deutsche Bank. A Fitch melhorou a notação do banco em um nível em julho. No final de 2023, a S&P melhorou as notações de crédito do Deutsche Bank, a quarta melhoria sucessiva das notações de crédito do Deutsche Bank por uma das principais agências de notação durante 2023. A S&P salientou os progressos do banco no crescimento do franchise, no reforço dos lucros e na manutenção de perfis sólidos de capital e liquidez.

Sustentabilidade

O Deutsche Bank tem a firme intenção de apoiar e acelerar a transformação histórica para uma sociedade e uma economia mais sustentáveis. Consequentemente, o Conselho de Administração do Deutsche Bank fez da sustentabilidade uma prioridade de gestão em 2019.

Para apoiar este objetivo, o banco organizou o seu segundo "Sustainability Deep Dive" em março de 2023, onde os líderes seniores relataram os progressos na implementação da estratégia de sustentabilidade do banco nas áreas específicas de negócios e das infraestruturas. A tônica foi colocada na forma como o banco planeia integrar os aspetos ambientais, sociais e de governação nos produtos, nas políticas e nos processos. A estratégia de sustentabilidade centra-se nos quatro pilares seguintes:

- **Finanças sustentáveis:** orientar os clientes do banco no seu percurso de sustentabilidade, integrando-os profundamente nos seus processos e decisões, com o apoio de uma oferta inovadora e baseada em dados
- **Políticas e compromissos:** manter e desenvolver quadros e processos de controlo específicos para transformar os desafios regulamentares em oportunidades comerciais e orientar a tomada de decisões com base na medição do impacto
- **Pessoas e operações próprias:** construção de uma organização orientada para a sustentabilidade, impulsionada por uma liderança baseada em valores e por colaboradores capacitados - integração profunda dos aspetos ambientais e sociais nos processos do banco
- **Liderança inovadora e envolvimento das partes interessadas:** desempenhar um papel fundamental para que as agências governamentais, o meio académico e os grupos de interesse acelerem a definição de normas a nível local e internacional

Ao implementar esta estratégia, o banco pretende maximizar a sua contribuição para o Acordo Climático de Paris e para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. O Deutsche Bank apoiou vários quadros e iniciativas universais de sustentabilidade, tais como a Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente, o Pacto Global das Nações Unidas e os Princípios para uma Banca Responsável.

Para medir e comunicar de forma transparente os progressos realizados, o Deutsche Bank estabeleceu os seguintes objetivos e metas:

- O banco pretende atingir um volume acumulado de financiamento sustentável e de investimento SAG de 500 mil milhões de euros no período de janeiro de 2020 até ao final de 2025 (excluindo a DWS); as transações que podem ser classificadas como sustentáveis estão documentadas no Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank e publicadas no site do Deutsche Bank
- Pretende atingir o compromisso de emissões líquidas nulas até 2050 e, por conseguinte, publicou objetivos de emissões líquidas nulas para sete setores com utilização intensiva de carbono na carteira de empréstimos a empresas do banco até ao final de 2030 (intercalar) e até ao final de 2050 (final)
- O banco pretende garantir que, até 2025, pelo menos 35% dos cargos de diretor executivo, diretor e vice-presidente sejam ocupados por mulheres
- Pretende reduzir as emissões nas operações do próprio banco e na cadeia de abastecimento (Âmbito 1, Âmbito 2 e Âmbito 3 divulgado: Categoria 1 a 14) em 46% até ao final de 2030, em comparação com a linha de base de 2019

Em 2023, o Deutsche Bank continuou a cumprir as metas, os objetivos e os pilares da estratégia de sustentabilidade do banco. Por exemplo, o banco:

- Publicou o seu Plano de Transição inicial, que resume a estratégia e as ações de descarbonização do banco em três dimensões: operações próprias (âmbitos 1 e 2), cadeia de fornecimento (âmbito 3 divulgado: Categoria 1 a 14); e o financiamento que o banco fornece aos seus clientes (Âmbito 3: Categoria 15)
- Anunciou três objetivos adicionais de redução das emissões setoriais na carteira de empréstimos a empresas para os setores do transporte marítimo, do cimento e da extração de carvão, depois de ter publicado objetivos de redução para quatro setores no ano anterior (ou seja, petróleo e gás, automóvel, produção de energia e aço)
- Atualizou as diretrizes do banco relativas ao carvão térmico, tornando mais rigorosos os critérios para que uma empresa seja considerada uma empresa de carvão térmico e abrangida pelas diretrizes, bem como especificando os requisitos a aplicar aos clientes abrangidos pelas diretrizes atualizadas
- Lançou uma formação em "Finanças Sustentáveis" para o pessoal que trabalha com os clientes e financiou projetos de conservação comunitária em vários países da Ásia-Pacífico através de uma parceria com a The Nature Conservancy
- Continuou a reforçar a gestão do risco do banco e os processos conexos para evitar violações dos direitos humanos na cadeia de abastecimento, em conformidade com a lei alemã relativa à diligência devida na cadeia de abastecimento

Para reforçar a estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank, a transformação do banco no que diz respeito às metas e objetivos relacionados com a sustentabilidade é uma componente da remuneração baseada no desempenho dos executivos de topo do banco.

Esta secção não abrange a DWS, que define a sua própria estratégia de sustentabilidade. Consulte a secção de Asset Management neste capítulo.



Segmentos da atividade do Deutsche Bank

Corporate Bank

A banca de empresas é uma parte integrante do negócio do Deutsche Bank. As capacidades do Corporate Bank em Cash Management, Trade Finance e Lending, bem como Foreign Exchange, em estreita colaboração com o departamento de câmbios do Investment Bank, permitem à divisão satisfazer as principais necessidades dos clientes empresariais. Enquanto banco líder ao serviço das empresas multinacionais e alemãs no mercado interno e no estrangeiro, o Corporate Bank ajuda os clientes a otimizar o seu capital de operacional e liquidez, a garantir cadeias de abastecimento e canais de distribuição globais e a gerir os seus riscos (fonte: EUROMONEY). Além disso, o Corporate Bank atua como prestador de serviços especializados a Instituições financeiras, oferecendo serviços de Correspondent Banking e de serviços fiduciários e de agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários. Por último, a divisão presta serviços bancários a pequenas empresas e empresários na Alemanha, através de um conjunto de produtos normalizado.

O Corporate Bank definiu uma série de iniciativas específicas para capitalizar as suas competências centrais nestas diferentes áreas e aumentar as suas receitas, a fim de alcançar os seus objetivos. Em particular, os investimentos da divisão em novas iniciativas e a experiência na gestão de situações complexas para os clientes, tais como as incertezas associadas ao aumento das tensões geopolíticas, o menor crescimento económico nos principais países em atividade devido às perturbações em curso nas cadeias de abastecimento, o aumento dos preços da energia e das matérias-primas, bem como a incerteza em torno das políticas dos bancos centrais, permitem ao Corporate Bank demonstrar as suas capacidades de aconselhamento e de soluções.

Em 2023, o Corporate Bank continuou a progredir na prossecução dos objetivos estratégicos do segmento de negócio, beneficiando da subida das taxas de juro e de uma forte disciplina de preços. Em julho de 2023, o Deutsche Bank foi selecionado como o novo parceiro emissor do cartão de crédito Lufthansa Miles & More, o principal programa de fidelização da Europa, a partir de meados de 2025. Além disso, o segmento pretende expandir ainda mais as suas ofertas digitais, por exemplo, o Corporate Bank candidatou-se à Autoridade Federal de Supervisão Financeira alemã (BaFin) no segundo trimestre de 2023 para obter uma licença para a custódia de ativos digitais.

Em termos prospetivos, espera-se que o Corporate Bank continue a atuar como parte integrante da estratégia do Global Hausbank e contribua para os objetivos do Deutsche Bank para 2025. O segmento vê oportunidades de crescimento em todos os principais grupos de clientes (Corporate, Institucional, Business Banking), a partir dos pontos fortes do Corporate Bank existentes e de novos produtos. A rede global do segmento em 140 países, combinada com um profundo conhecimento local, um conjunto abrangente de produtos e uma oferta personalizada aos clientes, deverá continuar a oferecer vantagens competitivas em relação aos seus pares. O Corporate Bank continua a trabalhar na prossecução das suas ambições estratégicas, tirando partido da sua marca forte e das relações profundas com os seus clientes, com o objetivo de oferecer uma gama completa de soluções de aconselhamento e de financiamento aos tesoureiros das empresas. O segmento pretende continuar a ser o parceiro de confiança da economia alemã e reforçar a sua posição de líder do Corporate Bank no seu mercado nacional. O segmento está também empenhada em interligar instituições financeiras em todo o mundo, uma atividade em que é um dos líderes de mercado (fonte: análise comparativa de pares SWIFT Euro).

As iniciativas do Corporate Bank visarão o crescimento de receitas com clientes empresariais através da gestão e pagamentos de caixa, incluindo o crescimento dos seus negócios baseados em honorários com clientes institucionais e a expansão do crédito.

À medida que o segmento procura desenvolver a sua atividade com clientes a nível mundial, o Corporate Bank compromete-se a aplicar princípios sólidos de gestão do risco para manter a sua carteira de empréstimos de elevada qualidade e padrões de crédito rigorosos. Do mesmo modo, o segmento vê um potencial adicional para reduzir a sua base de custos a partir da tecnologia e da otimização do processo em toda a linha, bem como da automação e da estratégia de localização.

Além disso, como parceiro de transição, o Corporate Bank ajuda os seus clientes em todas as cadeias de valor do setor a atingir os seus objetivos estratégicos, oferecendo um vasto conjunto de soluções financeiras sustentáveis e conhecimentos sectoriais SAG alinhados com o setor. Além disso, o Corporate Bank visa permitir a aceleração da construção de energias renováveis e infraestruturas através de capacidades de financiamento de ativos e projetos, incluindo novas tecnologias como soluções de armazenamento, hidrogénio e gestão de carbono.

Investment Bank

O Investment Bank é um pilar fundamental da atividade do Deutsche Bank. Através das áreas de FIC e Geração e Consultoria, os clientes empresariais e institucionais têm acesso a uma gama abrangente de serviços, incluindo financiamento, criação de mercado/fornecimento de liquidez, soluções de gestão do risco, consultoria, emissão de dívida e de ações. A nível regional, o segmento engloba a região EMEA, as Américas e a APAC, tanto no que se refere às atividades do Investment Bank, como à presença junto dos clientes.

Em 2023, os mercados subjacentes foram menos propícios aos fluxos de clientes em comparação com um 2022 muito forte, e a incerteza daí resultante continuou a diminuir os níveis do mercado de capitais e da atividade de consultoria. Apesar disso, o Investment Bank continuou a executar as suas prioridades estratégicas, oferecendo uma melhor oferta de serviços aos seus clientes e aproveitando os progressos realizados desde a formação do negócio em 2019.

A evolução das atividades do Investment Bank no domínio das FIC foi acentuada, com um crescimento a longo prazo das receitas e da quota de mercado que reflete a concretização bem sucedida dos objetivos estratégicos em várias áreas de atividade. Este êxito deve-se a um vasto leque de fatores. Existe uma equipa de gestão forte e estável, com o segmento a demonstrar a sua capacidade de atrair os melhores talentos através de uma série de contratações específicas e orientadas para posições de liderança em subnegócios até 2023. Uma estratégia tecnológica definida está a proporcionar uma capacidade simplificada e sustentável - com mais de 175 aplicações desativadas nos últimos dois anos - e o investimento em áreas de toda a empresa está a permitir melhorias nos produtos e o desenvolvimento de novas capacidades para os clientes da divisão. Este facto foi demonstrado pelas soluções de fluxo de trabalho, que permitem aos clientes aceder ao conjunto de produtos do Deutsche Bank de uma forma simplificada e operacionalmente eficiente. O enfoque contínuo nos clientes da divisão foi reforçado através da criação de funções dedicadas de gestão de relações e de capacitação de clientes no Grupo de Cobertura Institucional. Isto assegura relações estratégicas mais profundas com os clientes, ao mesmo tempo que lhes proporciona as formas mais eficientes de trabalhar com o Deutsche Bank. Este facto é ainda reforçado pelo aumento significativo do envolvimento dos clientes na sequência das recentes subidas de notação. O sucesso contínuo também foi reconhecido externamente. A título de exemplo, a Euromoney reconheceu o Deutsche Bank como o principal fornecedor global de FX pelo segundo ano consecutivo.

Num ambiente em que as comissões continuam a ser limitadas, o foco de Geração e Consultoria tem sido a construção da plataforma para garantir que o negócio está posicionado para beneficiar quando se espera que a atividade regresse em 2024. Foi efetuado um número significativo de contratações de quadros superiores, com especial incidência nos setores e regiões em que o Deutsche Bank tem capacidade para competir, mas em que, atualmente, não tem peso suficiente. Paralelamente a este crescimento orgânico, a aquisição da Numis reforçará ainda mais a profundidade da oferta de Geração e Consultoria no Reino Unido, o maior conjunto de comissões da EMEA, permitindo também a venda cruzada de outros produtos segmentares à base de clientes. Para garantir a manutenção de relações sólidas com os clientes, a empresa criou uma equipa de Estratégia e Análise de Clientes que irá aprofundar as relações com a sua base de clientes e garantir um acompanhamento rigoroso do desempenho ao nível mais pormenorizado.

Em 2024, a estratégia do Investment Bank está centrada na concretização da sua visão de ser o principal banco de investimento global fora dos EUA e no cumprimento dos objetivos de crescimento e rentabilidade do segmento. Este objetivo deverá ser alcançado através de investimentos orientados para o crescimento e do desenvolvimento contínuo da sua estratégia para os clientes, combinados com uma focalização na tecnologia, na capacidade de transmissão de dados, na eficiência e no controlo do capital.

Espera-se que os investimentos efetuados no franchise de Geração e Consultoria aumentem o peso das receitas de consultoria estratégica em percentagem das receitas totais ao longo do tempo. No âmbito de FIC, prosseguirá o investimento nas atividades existentes em domínios em que a divisão tem uma vantagem competitiva. Esta ação será complementada pela expansão para um pequeno número de atividades adjacentes, em que a plataforma e a base de clientes existentes podem ser aproveitadas para permitir o crescimento a baixos custos marginais. O resultado de cada uma destas ações será uma maior diversificação dos fluxos de receitas, assegurando simultaneamente uma oferta de produtos melhorada e relevante para a base de clientes.

Por último, a vertente SAG continua a ser uma prioridade em todo o Investment Bank, uma vez que o segmento continua a apoiar os seus clientes a nível mundial. O Deutsche Bank realizou o seu segundo "Sustainability Deep Dive" em março de 2023, proporcionando uma visão sobre as diferentes abordagens que o banco desenvolveu com clientes em todo o mundo. Do ponto de vista das transações, houve uma série de eventos importantes em 2023, incluindo a conclusão de uma cobertura de taxa de juro contingente à transação personalizada e um financiamento personalizado para Hai Long, o maior projeto eólico offshore de Taiwan até à data, e atuando como coordenador global e joint bookrunner ativo na oferta inaugural de obrigações longas a 3 anos e longas a 5 anos da Air France-KLM, no valor de mil milhões de euros, ligadas à sustentabilidade.

Private Bank

O Private Bank está estruturado em duas atividades principais: Private Bank Alemanha e International Private Bank. O Private Bank serve clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. Dentro do segmento, os negócios internacionais também se centram nos clientes comerciais. Com mais de 20 milhões de clientes e uma vasta gama de serviços financeiros em 19 países, o Private Bank contribui significativamente para as atividades globais do Deutsche Bank. O segmento continuou a adotar uma abordagem disciplinada para atingir os seus objetivos estratégicos e financeiros. Os resultados alcançados ao longo de 2023 permitiram ao Private Bank reduzir ainda mais o fosso em relação aos seus objetivos para 2025. Os progressos registados pelo Private Bank na evolução das suas atividades estão igualmente em conformidade com as ambições do Grupo em matéria de crescimento e de eficiência operacional e de capital.

O Private Bank Alemanha está posicionado como o banco privado líder de mercado na Alemanha e serve 19 milhões de clientes com as suas duas principais marcas, o Deutsche Bank e o Postbank. Enquanto o Deutsche Bank continua a oferecer aos clientes privados serviços de aconselhamento de alta qualidade com excelentes soluções de produtos individuais, os clientes da marca Postbank beneficiam de ofertas de produtos não complexos e normalizados, juntamente com serviços postais e de encomendas em cooperação com a Deutsche Post DHL. Através das suas ofertas omnicanal, os clientes do Private Bank têm acesso não só a uma rede de agências a nível nacional, mas também a diversas soluções bancárias através de vendas diretas, vendas móveis e parceiros de distribuição.

Em 2023, o Private Bank Alemanha aumentou substancialmente as suas receitas em relação ao ano anterior, apoiado por um crescimento robusto dos depósitos e por campanhas bem-sucedidas de produtos de taxa fixa. Enquanto as atividades de crédito hipotecário se mantiveram estáveis, os ativos sob gestão do Private Bank Alemanha nas atividades de investimento aumentaram em comparação com o ano anterior, devido aos elevados fluxos de entrada resultantes da evolução positiva do mercado. Além disso, o Private Bank Alemanha continuou a trabalhar na sua transformação estratégica. Isto incluiu a transformação contínua do modelo de comercialização da subdivisão, incluindo a redução das agências do Postbank para cerca de 550 no final de 2023 e a implementação de novos conceitos de agência. Nos próximos anos, o Private Bank Alemanha planeia continuar a ajustar o seu modelo de entrada no mercado e reforçar a sua proposta digital. Além disso, o Private Bank Alemanha concluiu uma das maiores migrações de clientes no mercado bancário europeu em 2023. Doze milhões de clientes com 19 milhões de contratos foram migrados para uma plataforma unificada para todos os clientes na Alemanha, abrindo caminho para o desmantelamento de todas as antigas aplicações do Postbank Group e permitindo ao banco continuar a impulsionar a sua transformação digital. A migração resultou num maior número de pedidos de clientes, o que levou a uma acumulação de pedidos não resolvidos. O Private Bank Alemanha está a dar prioridade a um plano de remediação para melhorar as capacidades, responder às preocupações dos clientes e voltar a atingir os níveis de serviço operacional pretendidos.

O International Private Bank tem um mix de receitas bem diversificado em todas as regiões, com segmentos de clientes centrados em Wealth Management & Bank for Entrepreneurs e Premium Banking. A empresa está orientada para empresários familiares com um património líquido muito elevado a nível mundial e clientes abastados em toda a Europa, centrando-se num modelo digital, com a ambição de ser a casa global de eleição para os empresários.

O International Private Bank manteve a sua forte dinâmica na captação de fluxos de clientes, com entradas líquidas positivas em ativos sob gestão em cada trimestre durante quatro anos consecutivos, apesar das difíceis condições de mercado em 2023. A alocação estratégica de ativos emblemática do International Private Bank e as soluções inovadoras centradas no mercado privado e no património líquido ultraelevado contribuíram significativamente para o crescimento dos novos ativos líquidos do International Private Bank. Além disso, a empresa continuou a progredir em várias iniciativas orientadas para o cumprimento da sua agenda estratégica, por exemplo, reforçando a cobertura de Wealth Management e as equipas de produtos nos principais mercados, com o apoio de contratações estratégicas centradas no empreendedorismo. A empresa também aplicou uma disciplina de custos rigorosa, gerindo assim com êxito os custos num ambiente inflacionista. As vantagens das abordagens do OneBank e do Bank for Entrepreneurs refletiram-se no sucesso da empresa em dar resposta às complexas necessidades dos clientes empresários abastados. Além disso, no segmento de Premium Banking, o negócio continuou a sua jornada de transformação estratégica rumo a serviços de aconselhamento remoto e de envolvimento de clientes com prioridade digital, ao mesmo tempo que otimizava e inovava a pegada das agências.

No domínio SAG, o Private Bank anunciou a sua estratégia para os próximos anos no "Sustainability Deep Dive" do Deutsche Bank em março de 2023, reforçando ainda mais a sua proposta global de valor SAG através de melhorias na carteira de produtos, colaborações temáticas estratégicas e esforços internos de capacitação SAG. O objetivo era apoiar os clientes nos seus percursos globais de transição sustentável.

Em julho de 2023, o Private Bank anunciou uma nova estrutura organizacional para melhorar ainda mais as capacidades do segmento e atingir os seus objetivos para 2025. A partir do primeiro trimestre de 2024, o Private Bank seguirá uma abordagem centrada no cliente com dois subsegmentos de clientes: "Wealth Management & Private Banking" e "Personal Banking". O segmento de Wealth Management & Private Banking combinará Private Banking e os clientes de elevado património líquido e de ultraelevado património líquido a nível mundial. O segmento "Personal Banking" inclui todos os clientes de retalho e afluentes, bem como os clientes da banca comercial em regiões internacionais específicas. Estes clientes da banca comercial

consistem em pequenas empresas e clientes empresariais de pequena dimensão que não são abrangidos pelo subsegmento Wealth Management & Private Banking.

Asset Management

A divisão de Asset Management é constituída principalmente pelo DWS Group GmbH & Co., um gestor de ativos global com capacidades de investimento diversificadas que abrangem estratégias ativas e passivas tradicionais, bem como soluções alternativas personalizadas.

A DWS opera num ambiente de mercado em constante mudança e enfrenta uma variedade de desafios económicos, fiscais, políticos e ambientais. A estratégia da DWS consiste em quatro grupos estratégicos: Crescimento, Valor, Construção e Redução, e está alinhada com as suas capacidades e com as perspetivas de crescimento do mercado. O objetivo é manter a liderança do mercado na Alemanha, com base na experiência e nas relações com os clientes, para além de expandir as parcerias existentes e desenvolver novos canais de distribuição, a fim de conquistar uma maior quota de mercado. A DWS vê um potencial de mercado adicional especialmente nos investimentos alternativos e nos fundos passivos, representados pela marca Xtrackers. A estratégia global também tem em conta a sustentabilidade e, em 2023, a DWS atualizou a sua estratégia de sustentabilidade para definir claramente as suas prioridades.

A estratégia de crescimento baseia-se na força das atividades de Passivos e Alternativos. A atividade de Passivos, com a marca Xtrackers, oferece, na opinião da divisão, um potencial de crescimento sustentado e rentável, que proporciona uma escalabilidade suficiente. Com base no franchise e na atividade europeia, a DWS decidiu investir num plano de crescimento nos EUA que inclui sustentabilidade, ETF temáticos e ativos. Além disso, a DWS vê uma forte procura de mandatos na Ásia-Pacífico, pelo que planeia expandir o seu negócio de mandatos personalizados. Além do potencial de crescimento regional, a DWS continua a ver oportunidades para que as soluções em Passivos personalizadas superem a replicação de índices gerais.

Na vertente de Alternativos, o interesse dos investidores no setor imobiliário abrandou em 2023, enquanto a procura no setor das infraestruturas se manteve forte. No entanto, a DWS espera um aumento da procura no setor de Alternativos e pretende facilitar a eliminação do fosso entre a procura e a oferta de capital com soluções de investimento de capital privado na Europa. A DWS continua a concentrar-se nas suas plataformas de investimento imobiliário e de infraestruturas e a posicionar a divisão para o crescimento no espaço da dívida privada.

A estratégia de Valor visa manter a liderança em mercados maduros para estratégias de investimento ativo, especificamente ações, rendimento fixo e ativos múltiplos. No domínio das ações, a DWS tenciona continuar a desenvolver a plataforma de ações temáticas e fazer progressos nas ofertas de sustentabilidade. Dado o ambiente de mercado em mutação e as taxas de juro mais elevadas, a DWS centrar-se-á mais no rendimento fixo e nos investidores institucionais. No que respeita aos Ativos Múltiplos, o objetivo é reforçar ainda mais as capacidades de soluções e melhorar a plataforma de investimento modular para atingir uma maior escala.

A ênfase da estratégia de Construção nas tendências de digitalização visa centrar-se na gestão de ativos como um serviço e nos ativos digitais. A DWS planeia construir uma oferta modular que seja escalável e integrada através de interfaces de programação de aplicações em ofertas de parceiros de distribuição novos e existentes. A DWS espera uma crescente tokenização da economia, com as consequentes mudanças na estrutura do mercado, e tem como objetivo utilizar a nova infraestrutura da blockchain, desenvolver novos produtos e alcançar clientes nativos digitais. Em dezembro de 2023, a DWS concordou em criar uma joint venture com a Galaxy Digital e a Flow Traders, para reunir a experiência tradicional de gestão de ativos com o know-how de ativos digitais, com o objetivo de emitir uma moeda estável totalmente garantida denominada em euros num ambiente regulamentado.

A estratégia de Redução pretende reafetar recursos financeiros para financiar investimentos nos domínios da Construção e Crescimento. A DWS analisará continuamente as medidas destinadas a aumentar a eficiência, incluindo a alienação de atividades de menor escala e a redução dos níveis de gestão, assegurando assim que estas medidas não tenham um impacto negativo nas atividades em curso. Em 2023, a DWS concluiu a venda da sua unidade de negócio de soluções de Private Equity. Além disso, a DWS reduziu os níveis de gestão dentro da empresa como parte de um programa de eficiência mais alargado.

Com base na sua estratégia, a DWS continua empenhada em cumprir os seus objetivos financeiros a médio prazo até 2025: objetivo de ganhos por ação de 4,50 euros em 2025, rácio custo/rendimento ajustado inferior a 59% até 2025 e crescimento dos AUM em Passivos, incluindo Xtrackers, e Alternativos de 12% e 10%, respetivamente (taxa de crescimento anual composta 2022-2025).

Em 2023, a DWS atualizou a sua estratégia de sustentabilidade e aperfeiçoou as suas prioridades de sustentabilidade. O objetivo é permitir que os clientes naveguem na transformação sustentável da economia real, fornecendo-lhes conhecimentos e soluções de investimento. O tema das alterações climáticas continua a ser o tema central da estratégia de sustentabilidade atualizada, construída em torno de três prioridades: concentrar-se no investimento relacionado com o clima, reforçar o envolvimento com os beneficiários dos investimentos e outras partes interessadas relevantes, e fazer avançar a própria transformação empresarial da DWS para alcançar o compromisso de zero emissões líquidas.

1- Relatório da Gestão Combinado

2	Análise operacional e financeira
2	Sumário Executivo
6	Grupo Deutsche Bank
13	Resultados operacionais
37	Posição Financeira
40	Liquidez e recursos de capital
43	Perspetivas
50	Riscos e oportunidades
66	Relatório de Risco
68	Visão geral do risco e do capital
72	Quadro de risco e de capital
83	Gestão do risco e de capital
149	Desempenho de capital e risco
207	Sustentabilidade
209	Colaboradores
213	Controlo interno sobre o relato financeiro
216	Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo
220	Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão
221	Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Análise operacional e financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas. A análise operacional e financeira do Deutsche Bank inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações de toda a entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações relacionadas" das demonstrações financeiras consolidadas. As declarações prospectivas são divulgadas na secção de "Perspetivas" do presente relatório.

Sumário Executivo

Economia global

Crescimento económico (em %) ¹	2023 ²	2022 ³	Principal fator responsável
Economia global	3,1	3,4	A economia mundial perdeu algum dinamismo em 2023. Embora o banco acredite que a inflação tenha ultrapassado o seu pico, o elevado nível de preços continuou a pesar sobre a procura das famílias. A política monetária mais restritiva para combater a inflação também abrandou a economia mundial
Dos quais:	1,6	2,6	A evolução nos países desenvolvidos foi variável. Enquanto a economia dos EUA se manteve resiliente no final de 2023, a economia da zona euro já estava a abrandar visivelmente. Os bancos centrais mantiveram as taxas de juro máximas e assinalaram a sua intenção de prosseguir a sua política monetária baseada em dados. As taxas de inflação continuaram a descer, mas mantiveram-se acima dos objetivos dos bancos centrais no final do ano
Países desenvolvidos			
Mercados emergentes	4,2	3,9	A evolução dos mercados emergentes variou de região para região no final de 2023. Os países asiáticos beneficiaram da dinâmica da China, enquanto a América Latina se concentrou no combate à inflação. Os elevados preços da energia e as repercussões da geopolítica continuaram a ser um fardo para os países da Europa Central e Oriental
Economia da área do euro	0,5	3,4	A economia da zona euro enfraqueceu no segundo semestre de 2023. O consumo privado continuou a ser afetado negativamente pela perda de poder de compra, apesar de a inflação ter diminuído significativamente. O mercado de trabalho manteve-se estável, devido ao facto de as empresas terem mantido o seu pessoal. O BCE manteve as suas taxas de juro diretoras inalteradas no quarto trimestre de 2023
Dos quais:	(0,3)	1,8	A economia alemã continuou a enfraquecer até ao final de 2023, depois de ter estado mais ou menos estagnada. O consumo privado manteve-se fraco, embora o impacto da inflação tenha diminuído. O mercado de trabalho manteve-se robusto e o crescimento dos salários já compensou alguma perda de poder de compra
Economia alemã			
Economia dos Estados Unidos	2,5	1,9	A economia dos EUA abrandou ligeiramente no final de 2023, com o mercado de trabalho a tornar-se mais equilibrado e a pressão inflacionista a abrandar. O consumo privado das famílias manteve-se robusto. A Fed manteve as suas taxas de juro diretoras inalteradas a um nível elevado
Economia do Japão	2,0	0,9	A economia japonesa recuperou algum dinamismo no final do ano. O consumo privado beneficiou do forte crescimento dos salários, enquanto a inflação não registou um enfraquecimento significativo. As taxas de juro diretoras do Banco do Japão permaneceram inalteradas no seu nível acomodatório
Economia asiática⁴	5,1	4,1	As economias asiáticas beneficiaram da recuperação da China. As tendências da inflação variaram a nível regional e foram impulsionadas, nomeadamente, pelos preços dos produtos alimentares. O enfraquecimento do comércio mundial teve um impacto negativo nas exportações
Dos quais:	5,2	3,0	Em resultado do apoio da política orçamental e monetária, a economia chinesa ganhou um impulso adicional no último trimestre de 2023. No entanto, o setor imobiliário travou a recuperação do consumo privado. As taxas de inflação tornaram-se negativas no segundo semestre de 2023
Economia chinesa			

¹ Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário

² Fontes: Deutsche Bank Research

³ Alguns dados económicos para 2022 foram revistos pelas autoridades estatísticas públicas devido aos efeitos económicos da pandemia. Como resultado, estes dados podem diferir dos anteriormente publicados.

⁴ Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Tailândia e Vietname; exclui o Japão.

Setor bancário

31 dez 2023

Crescimento em relação ao ano anterior (em %)	Empréstimos a Empresas	Empréstimos a Retalho	Depósitos de empresas	Depósitos a Retalho	Principal fator responsável
Zona Euro	(0,1)	0,2	(0,5)	1,2	Na sequência do anterior boom, a concessão de empréstimos e a aceitação de depósitos, tanto por parte das empresas como das famílias, abrandou até à estagnação, em resultado de taxas de juro significativamente mais elevadas, tendo os volumes permanecido praticamente inalterados ao longo do ano. Os depósitos de empresas foram ligeiramente mais voláteis do que as outras categorias
Dos quais: Alemanha	1,0	0,7	1,4	2,2	O crédito hipotecário abrandou fortemente, atingindo o nível mais fraco desde 2012, mas manteve-se moderadamente positivo, apesar do aumento das taxas. Esta situação também fez baixar o total de empréstimos a retalho. Do mesmo modo, o crescimento dos empréstimos às sociedades não financeiras caiu para um mínimo plurianual, com volumes praticamente estáveis em termos homólogos. Do mesmo modo, os depósitos do setor privado em circulação estagnaram em grande medida durante o ano
EUA	0,9	3,6	(1,7) ¹	(1,7) ¹	O crescimento dos empréstimos às famílias abrandou em relação à forte dinâmica registada no ano anterior, mas manteve-se sólido. Os volumes de crédito às empresas mantiveram-se praticamente constantes ao longo do ano, após uma dinâmica ainda maior em 2022. O total de depósitos registou uma contração até à primavera e depois estabilizou, conduzindo a uma contração moderada durante todo o ano. É apenas a segunda vez que tal acontece desde o início dos registos em 1973, e a segunda vez consecutiva após a ligeira contração em 2022, que se seguiu ao boom da pandemia em 2020/2021
China	14,4	6,9	4,9	13,7	Os empréstimos às empresas aumentaram, enquanto os empréstimos a retalho se expandiram a menos de metade do ritmo. A evolução dos depósitos foi exatamente o oposto: as entradas dinâmicas das famílias contrastaram com um aumento moderado das empresas

¹ O total de depósitos nos EUA discriminado por segmentos não está disponível.

Em 2023, os mercados de imóveis comerciais (CRE) continuaram a enfrentar contrariedades devido aos impactos das taxas de juro mais elevadas, à diminuição da liquidez do mercado combinada com condições de empréstimo mais rigorosas e às mudanças estruturais no setor das empresas. A tensão do mercado tem sido mais pronunciada nos EUA, onde os índices de preços dos imóveis apontam para um maior declínio dos valores dos ativos CRE em relação aos picos recentes, em comparação com a Europa e a APAC. Especialmente no segmento de empresas, a fraqueza do mercado é mais evidente nos EUA, o que se reflete numa atividade de arrendamento moderada e em taxas de disponibilidade mais elevadas do que na Europa.

A pool global de comissões do sector de Geração e Consultoria em 2023 caiu mais 16%, após uma queda de 35% em 2022 em relação aos máximos históricos em 2021, impulsionada por um mercado de Fusões e Aquisições moderado, mercados de crédito primários desafiadores e patrocinadores em grande parte inativos. As Fusões e Aquisições em 2023 diminuíram 23%, mas ainda assim foram superiores ao conjunto de comissões pré-COVID-19 de 26 mil milhões de euros, enquanto o quarto trimestre de 2023 registou fortes volumes. A emissão de ações nos mercados de capitais aumentou em 2023, devido à recuperação dos mercados de ações e à baixa volatilidade. O mercado de alto rendimento registou uma subida de mais de 60% em relação ao mínimo de uma década, enquanto a emissão de empréstimos alavancados caiu 17%, com os patrocinadores a optarem por continuar a fazer uma pausa nas aquisições. O mercado de obrigações com grau de investimento manteve-se relativamente robusto, com a emissão a descer 3% em 2023, e teve um forte arranque em 2024. No domínio do rendimento fixo, os conjuntos de receitas mantiveram-se em níveis elevados em comparação com as médias históricas, embora abaixo dos níveis registados em 2022. A atividade cambial diminuiu nas dez moedas mais transacionadas a nível mundial, com as taxas de juro e os mercados emergentes a descerem em relação aos fortes níveis registados no ano anterior. Em contrapartida, no setor do crédito, o aumento homólogo foi impulsionado por um ambiente mais favorável para a negociação secundária, com uma tendência geral de redução dos spreads, enquanto no financiamento a procura dos clientes permaneceu estável e globalmente alinhada com o ano anterior.

Desempenho do Deutsche Bank

O Deutsche Bank registou um lucro líquido de 4,9 mil milhões de euros para o exercício completo de 2023, uma descida de 14% em termos anuais, refletindo despesas mais elevadas com o imposto sobre o rendimento em comparação com 2022. Em 2023, a despesa de imposto sobre o rendimento incluiu ajustes positivos de avaliação dos ativos por impostos diferidos no final do ano no valor de mil milhões de euros, refletindo, em grande medida, o desempenho continuamente forte no Reino Unido. Este valor é comparativo a um ajustamento positivo da avaliação dos DTA no final do exercício, no valor de 1,4 mil milhões de euros em 2022, relacionado com as operações do banco nos Estados Unidos. A provisão para perdas de crédito foi de 1,5 mil milhões de euros em 2023, face a 1,2 mil milhões de euros em 2022, ou seja, 31 pontos base dos empréstimos médios, ligeiramente acima das orientações do banco, refletindo o impacto desafiante contínuo das condições macroeconómicas e das taxas de juro em partes da carteira de crédito em 2023. O Deutsche Bank publicou mais pormenores sobre os seus planos de distribuição aos acionistas, na sequência do aumento das suas perspetivas de capital em 3 mil milhões de euros em outubro de 2023. O banco planeia aumentar tanto as recompras de ações como os dividendos em 50% em 2024. O banco recebeu aprovações de supervisão para recompras de ações no valor de 675 milhões de euros em 2024, tendo concluído o seu programa de recompra de 450 milhões de euros em 2023, e planeia recomendar um dividendo de 0,45 euros por ação para 2023, acima dos 0,30 euros por ação para 2022, na Assembleia Geral Anual de maio de 2024.

O lucro antes de impostos foi de 5,7 mil milhões de euros para todo o ano de 2023, um aumento de 2% em relação a 2022. As receitas cresceram 6%, para 28,9 mil milhões de euros, e 8% excluindo rubricas específicas. As despesas não relacionadas com juros foram de 21,7 mil milhões de euros, um aumento de 6%, com o crescimento impulsionado principalmente por custos não operacionais de 1,1 mil milhões de euros, face a 474 milhões de euros em 2022. Os custos ajustados, que excluem estas rubricas não operacionais, aumentaram 3% para 20,6 mil milhões de euros, uma vez que as poupanças resultantes das medidas de eficiência compensaram parcialmente os custos relacionados com os investimentos. O rácio custos/rendimentos foi de 75% em 2023, estável em comparação com 2022. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas após impostos (RoE) foi de 6,7%, em comparação com 8,4% no ano anterior. A rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas após impostos (RoTE) foi de 7,4%, em comparação com 9,4% em 2022. A evolução homóloga de ambos os rácios reflete, em parte, o aumento do capital próprio total devido à geração de capital orgânico e a maior despesa com o imposto sobre o rendimento em comparação com 2022.

Indicadores-chave de desempenho

	Metas financeiras e objetivos de capital para 2025	Situação no final de 2023	Situação no final de 2022
Objetivos financeiros			
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	acima de 10%	7,4%	9,4%
Taxa de crescimento anual composta das receitas a partir de 2021 ²	3,5 a 4,5% ³	6,6%	7,1%
Rácio custo/rendimento ⁴	Inferior a 62,5%	75,1%	74,9%
Objetivos de capital			
Rácio de capital Common Equity Tier 1 ⁵	~ 13% ⁶	13,7%	13,4%
Rácio de reembolso capital ⁷	50% ⁸	21%	36%

¹ Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas):

Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

² Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021

³ Rácio-alvo até 31 de dezembro de 2023; aumentado no início de 2024 para 5,5 a 6,5% entre 2021 e 2025

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

⁵ Para mais informações sobre o cálculo deste rácio, consulte o Relatório de Risco do presente relatório

⁶ Rácio-alvo, mantendo uma reserva de 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) previsto para o banco

⁷ Distribuições sob a forma de dividendos pagos em ações ordinárias e recompra de ações para cancelamento executadas no período de referência em relação ao resultado líquido do período anterior atribuível aos acionistas do Deutsche Bank

⁸ Relativamente ao exercício financeiro de 2024 e seguintes

As receitas líquidas ascenderam a 28,9 mil milhões de euros em 2023, um aumento de 6% em termos anuais e de 8% se ajustadas a rubricas específicas. Estas rubricas incluíam um ganho no ano anterior com a venda do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália de cerca de 310 milhões de euros e 125 milhões de euros de atividades de reestruturação relacionadas com a Sal. Oppenheim em 2022, não se repetindo nenhuma delas em 2023. Estas duas rubricas surgiram no Private Bank. Além disso, os ajustes de avaliação da dívida no Investment Bank tiveram um impacto negativo de 47 milhões de euros em 2023, contra um benefício de 49 milhões de euros em 2022. O crescimento anual composto das receitas do Grupo desde 2021 foi de 6,6%, muito acima do objetivo inicial do banco de 3,5% a 4,5% entre 2021 e 2025. Tendo em conta os progressos alcançados, o banco aumentou o seu objetivo de uma taxa de crescimento anual composta das receitas para 5,5 a 6,5% entre 2021 e 2025 no início de 2024.

A provisão para perdas de crédito foi de 1,5 mil milhões de euros em 2023, ou seja, 31 pontos base dos empréstimos médios, ligeiramente acima das orientações anteriormente anunciadas pelo banco, refletindo o impacto desafiante contínuo das condições macroeconómicas e das taxas de juro em partes da carteira de crédito durante o ano. Em 2022, a provisão para perdas de crédito foi de 1,2 mil milhões de euros, ou seja, 25 pontos de base dos empréstimos médios.

Os gastos operacionais (excl. juros) ascenderam a 21,7 mil milhões de euros em 2023, um aumento de 6% em termos homólogos. Esta evolução refletiu, em grande medida, um aumento dos custos não operacionais para 1,1 mil milhões de euros, face a 474 milhões de euros em 2022, em grande parte relacionado com a execução da estratégia de Global Hausbank do banco. Os custos não operacionais de 2023 incluíram despesas de reestruturação e indemnizações no valor de 566 milhões de euros, em comparação com uma libertação de 8 milhões de euros em 2022, e imparidades do goodwill e outros ativos intangíveis no valor de 233 milhões de euros, face a 68 milhões de euros em 2022, devido à imparidade de goodwill relacionada com a Numis. Os custos ajustados foram de 20,6 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 3%. Os investimentos no crescimento do negócio, nos controlos e nas medidas de eficiência foram parcialmente compensados pelas já referidas poupanças realizadas com os programas de eficiência do banco.

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 787 milhões de euros em 2023, em comparação com um benefício fiscal de 64 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva de 14% em 2023 beneficiou dos ajustes de avaliação dos DTA positivos no final do exercício, no valor de 1,0 mil milhões de euros, acima referidos, refletindo, em grande medida, o forte desempenho contínuo no Reino Unido.

O rácio Common Equity Tier 1 era de 13,7% no final de 2023, contra 13,4% no final de 2022. A geração de capital orgânico mais do que compensou os impactos combinados de dividendos, recompra de ações, inflação de ativos ponderados pelo risco regulamentares e crescimento do negócio durante o ano. As medidas de eficiência de capital, que fazem parte da execução acelerada da estratégia *de Hausbank Global* do Deutsche Bank, proporcionaram reduções de RWA de 13 mil milhões de euros em 2023.

As receitas excluindo itens específicos, os custos ajustados, a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e os ativos líquidos (ajustados) são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório anual para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Grupo Deutsche Bank

Organização do Deutsche Bank

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, o Deutsche Bank é o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras do mundo em total de ativos: 1,312 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Nessa data, o banco empregava 90.130 empregados internos equivalentes a tempo inteiro e operava em 57 países com 1.432 agências, das quais 66 % estavam localizadas na Alemanha. O banco oferece uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos a particulares, a entidades empresariais e a clientes institucionais por todo o mundo.

Em 31 de dezembro de 2023, o banco estava organizado nos seguintes segmentos:

- Corporate Bank
- Investment Bank
- Private Bank
- Asset Management
- Corporate & Other

Tal como anunciado no relatório anual de 2022, tendo cumprido o mandato de redução de riscos e de custos da unidade de libertação de capital de 2019 até ao final de 2022, a unidade de libertação de capital deixou de ser comunicada como um segmento separado com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. A restante carteira, recursos e colaboradores são reportados no segmento Corporate & Other. Em consonância com a alteração, as principais áreas de negócio do Deutsche Bank, que anteriormente representavam o Grupo, excluindo a Unidade de Libertação de Capital, deixaram de ser reportadas a partir do primeiro trimestre de 2023. Os comparativos dos anos anteriores foram alinhados com a apresentação do ano atual.

Adicionalmente, o Deutsche Bank possui um nível organizacional regional e nacional para facilitar uma implementação consistente de estratégias globais.

O banco tem operações ou transações com clientes reais e potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem o trabalho através de:

- Subsidiárias e agências
- Escritórios de representação
- Um ou mais representantes designados para servir os clientes

As alienações ou despesas de capital relativas às divisões estão incluídas na visão geral da divisão corporativa.

Estrutura de gestão

O Conselho de Administração estruturou o Grupo como uma organização de matriz, que inclui divisões corporativas e funções de infraestrutura que operam em entidades jurídicas e agências e em localizações geográficas.

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O Conselho de Administração gere o Deutsche Bank Group de acordo com orientações uniformes e exerce o controle global de todas as entidades e sucursais.

O Conselho de Administração decide sobre todas as questões previstas na lei e nos Estatutos e assegura o cumprimento dos requisitos legais e das diretrizes internas (conformidade), tomando igualmente as medidas necessárias para garantir a elaboração e a aplicação de diretrizes internas adequadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem a direção e a gestão estratégica do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, o controle e gestão do risco, bem como controle empresarial e uma organização de negócios que funciona corretamente. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco.

A atribuição de responsabilidades funcionais a cada um dos membros do Conselho de Administração é descrita no seu Plano de Atribuição de Funções, que estabelece o quadro para a delegação de responsabilidades à direção abaixo do Conselho de Administração. O Conselho de Administração aprova a responsabilidade individual dos titulares de cargos seniores em oposição à tomada de decisões conjuntas nos comitês. Simultaneamente, o Conselho de Administração reconhece a importância de ter informações abrangentes e sólidas em todos os negócios, a fim de tomar decisões bem informadas e estabelecidas, o "Comité de Gestão do Grupo", que visa melhorar o fluxo de informação entre as divisões corporativas e entre as divisões corporativas e o Conselho de Administração, juntamente com os Comitês de Infraestrutura, os Comitês Executivos de Negócio e os Comitês Regionais. O Comité de Gestão do Grupo, que não é exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações, é um comitê sênior composto por todos os membros do Conselho de Administração e pelos representantes mais graduados das empresas, com o objetivo de trocar informações e discutir a atividade, o crescimento e a rentabilidade.

Corporate Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Corporate Bank está focado principalmente em atender clientes corporativos, incluindo o "Mittelstand" alemão, clientes comerciais e de banca empresarial de maior e menor porte na Alemanha, e empresas multinacionais. A divisão também presta às instituições financeiras determinados serviços bancários de transação. O Corporate Bank registra as receitas com base em três categorias de clientes: Serviços de Clientes Institucionais, Serviços de Tesouraria Empresarial e Banca Empresarial.

Não houve gastos de capital significativos ou alienações desde 1 de janeiro de 2021.

Produtos e serviços

O Corporate Bank é um fornecedor global de soluções de gestão de risco, gestão de tesouraria, crédito, financiamento de transações, serviços fiduciários e de agente, bem como serviços de valores mobiliários. Os serviços de gestão de tesouraria incluem pagamentos integrados e soluções de câmbio. A oferta de financiamento e de concessão de empréstimos comerciais abrange desde a atividade documental e de garantia até ao financiamento e concessão de empréstimos comerciais estruturados. Os serviços fiduciários e de agência abrangem os certificados de depósito, Corporate Trust e a custódia de documentos. Com foco nos departamentos financeiros de clientes corporativos e comerciais e instituições financeiras na Alemanha e em todo o mundo, os seus conhecimentos especializados holísticos e a nossa rede global permitem oferecer soluções integradas.

Além da gama de produtos Corporate Bank, as nossas equipas de cobertura proporcionam aos clientes o acesso aos conhecimentos especializados do Investment Bank.

Canais de Distribuição e Marketing

A função de cobertura de empresas do Corporate Bank centra-se em clientes empresariais internacionais de média e grande dimensão e está organizada em três unidades: Cobertura Global, Cobertura MidCorps e Soluções de Gestão do Risco. A Cobertura inclui os generalistas multiprodutos que cobrem o nível de sede e subsidiárias através de equipas de cobertura global, regional e local para empresas multinacionais. A Cobertura MidCorps inclui generalistas multiproduto com um foco especial em empresas de média dimensão. As Soluções de Gestão do Risco incluem especialistas em produtos de divisas, mercados emergentes e taxas. Esta unidade é gerida regionalmente na Ásia-Pacífico, nas Américas e na região EMEA, a fim de assegurar uma ligação estreita com os clientes.

As empresas são servidas a partir das três categorias de clientes do Corporate Bank. Os Serviços de Tesouraria Empresarial abrangem clientes corporativos médios e grandes em duas marcas, o Deutsche Bank e o Postbank, e oferecem toda a gama de soluções em numerário, financiamento comercial, empréstimos e gestão do risco para tesoureiros empresariais. A Banca Empresarial abrange pequenas empresas e clientes empresariais e oferece um conjunto de produtos em grande parte normalizado, além de ofertas de parceiros bancários contextuais selecionados (por exemplo, soluções de contabilidade). Os Serviços de Clientes Institucionais incluem a Gestão de Caixa para Clientes Institucionais, Serviços Fiduciários e de Agente, bem como Serviços de Valores Mobiliários.

Investment Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Investment Bank combina as áreas de Fixed Income & Currencies (FIC), Sales & Trading e Geração e Consultoria do Deutsche Bank, bem como a área de Research do Deutsche Bank. O Investment Bank concentra-se nos seus pontos fortes tradicionais nestes mercados, reunindo a experiência da banca grossista em matéria de gestão de riscos, vendas e negociação, banca de investimento e infraestruturas. Isto permite ao Investment Bank alinhar os recursos e capital ao longo do seu perímetro de clientes e produtos para apoiar eficazmente as metas estratégicas do banco.

A partir do primeiro trimestre de 2024, o Investment Bank introduz subcategorias adicionais nas receitas de FIC Sales and Trading, intituladas "Fixed Income & Currencies: Financiamento" e "Fixed Income & Currencies: Ex-financiamento". Simultaneamente, a divisão de FIC Sales and Trading passará a designar-se "Fixed Income & Currencies". As receitas de Geração e Consultoria continuarão a ser apresentadas nas subcategorias de Geração de dívida, Geração de ações e Consultoria. Além disso, as receitas de Investigação serão registadas juntamente com as outras na categoria "Investigação e outras".

Em abril de 2023, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo sobre uma oferta em numerário para a aquisição da Numis Corporation Plc ("Numis"). Em 13 de outubro de 2023, o Deutsche Bank concluiu a transação e adquiriu uma participação de 100% na Numis por um preço de compra em numerário de 397 milhões de libras esterlinas. A aquisição destina-se a permitir que o Deutsche Bank acelere a sua estratégia de *Global Hausbank*, permitindo um envolvimento muito mais profundo com os clientes empresariais no Reino Unido. Após a atribuição inicial do preço de compra, foi identificado um goodwill de 233 milhões de euros relacionado com a transação. O Deutsche Bank atribuiu o goodwill identificado à unidade geradora de caixa ("UGC") do Investment Bank. Dado o valor da UGC Banco de Investimento, o goodwill foi considerado em imparidade e anulado no quarto trimestre de 2023.

Não se registaram alienações significativas desde 1 de janeiro de 2021.

Produtos e serviços

A área de FIC Sales & Trading reúne vendas, comércio e especialização em estruturação institucional em Divisas, Taxas de câmbio, Mercados emergentes, Comércio de crédito e Financiamento. O negócio de FIC Sales & Trading opera a nível global e fornece tanto a clientes empresariais como institucionais liquidez e serviços de criação de mercado e uma gama de soluções especializadas de gestão de risco através de uma vasta gama de produtos FIC, complementada por uma oferta de financiamento abrangente. A aplicação da tecnologia e a inovação contínua dos processos do ciclo de vida das transações está a permitir ao Deutsche Bank aumentar a automatização/suporte eletrónico para responder aos requisitos dos clientes e aos requisitos regulamentares.

A área de Geração e Consultoria é responsável pelo negócio de geração de dívida, fusões e aquisições da divisão, e por uma plataforma focada na criação e consultoria de capital próprio. É composta por equipas de cobertura regionais e centradas na indústria, colideradas a partir dos centros do banco na Europa, nos EUA e na Ásia-Pacífico. Isto facilita o fornecimento de um conjunto de produtos e serviços financeiros aos clientes empresariais do banco.

Canais de Distribuição e Marketing

A cobertura dos clientes do Investment Bank é fornecida principalmente por três grupos que trabalham em conjunto entre si: O Grupo de Clientes Institucionais, que acolhe a equipa de vendas de dívida, a Cobertura de Banca de Investimento no âmbito da Geração e Consultoria e as Soluções de Gestão do Risco no Corporate Bank, que abrangem os mercados de capitais e as soluções de tesouraria. A estreita cooperação entre estes grupos ajuda a criar sinergias reforçadas, levando a um aumento das vendas cruzadas de produtos/soluções aos clientes.

Private Bank

Visão geral da divisão corporativa

O Private Bank serve clientes pessoais e privados, indivíduos, empresários e famílias abastados. As atividades internacionais também se centram em clientes comerciais em mercados selecionados. O Private Bank está organizado segundo as atividades Private Bank Alemanha e International Private Bank.

A partir do primeiro trimestre de 2024, o Private Bank seguirá uma abordagem centrada no cliente, classificando a atual base de clientes em duas categorias distintas: Wealth Management & Private Banking e Personal Banking. Esta abordagem reflete o objetivo de servir os clientes de uma forma mais direcionada e eficaz em todo o Private Bank. O segmento Wealth Management & Private Banking combina a cobertura de clientes de banca privada, de clientes com elevado património líquido e de clientes com património líquido muito elevado, bem como de clientes empresariais em empresas internacionais selecionadas. O segmento de clientes de Personal Banking inclui clientes de retalho e clientes afluentes, bem como clientes da banca comercial em negócios internacionais específicos (ou seja, todos os clientes de pequenas empresas e clientes corporativos de pequena dimensão que não estão abrangidos como parte do segmento de clientes do segmento Wealth Management & Private Banking).

Em agosto de 2021, o Deutsche Bank SpA assinou um acordo para vender a sua unidade Deutsche Bank Financial Advisors em Itália ao Zurich Insurance Group (Zurich Itália). A transação foi fechada após a aprovação regulamentar em 17 de outubro de 2022.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2021

Produtos e serviços

A gama de produtos do Private Bank inclui serviços de pagamento e de conta, produtos de crédito e depósito, assim como consultoria para investimento. Estas ofertas incluem uma gama de produtos SAG, que permitem aos clientes aceder a produtos de empréstimo e investimento compatíveis com SAG, em conformidade com os valores e de acordo com estratégias, pontuações e critérios de exclusão SAG especificados.

O Private Bank Alemanha segue uma abordagem diferenciada e focada no cliente, com duas marcas principais fortes e complementares: Deutsche Bank e Postbank. A marca Deutsche Bank centra-se no fornecimento aos seus clientes privados de produtos e serviços bancários e financeiros que incluem soluções de consultoria sofisticadas e individuais. O foco da marca Postbank reside no fornecimento de produtos convencionais e serviços diários da banca de retalho aos clientes de retalho, apoiados por capacidades bancárias diretas. Em cooperação com a Deutsche Post DHL AG, o Private Bank Alemanha também oferece serviços postais e de encomendas nas agências da marca Postbank.

O International Private Bank tem também uma abordagem diferenciada, centrada no cliente, com duas categorias de clientes: Premium Banking e Wealth Management & Bank for Entrepreneurs. O International Private Bank presta aos seus clientes serviços bancários e outros serviços financeiros, incluindo apoio no planeamento, gestão e investimento do património, financiamento de interesses pessoais e empresariais e atendimento de necessidades institucionais e empresariais.

Canais de Distribuição e Marketing

O Private Bank aposta numa abordagem omnicanal e os clientes podem escolher de forma flexível entre diferentes possibilidades de acesso a serviços e produtos.

Os canais de distribuição incluem redes de agências, apoiadas por centros de aconselhamento e de atendimento ao cliente, terminais de autoatendimento, bem como ofertas digitais, incluindo serviços bancários online e móveis. O Private Bank também tem colaborações com consultores financeiros independentes e outros parceiros de vendas e cooperação, incluindo várias cooperações com parceiros Business-to-Business-to-Consumer na Alemanha. Para a categoria de clientes Wealth Management & Bank for Entrepreneurs, o International Private Bank tem uma abordagem de equipa de cobertura distinta de clientes, com diretores de relacionamento e investimento apoiados por executivos de serviços ao cliente que auxiliam os clientes com serviços de gestão de património e produtos de arquitetura aberta. Além disso, na Alemanha, a Deutsche Oppenheim Family Offices AG fornece serviços a escritórios familiares, fundos discricionários e soluções de consultoria.

A expansão das capacidades digitais continua a ser um forte foco em todas as empresas, à medida que é possível observar uma mudança significativa no comportamento do cliente em relação aos canais digitais. O Private Bank continuará a otimizar o seu mix omnicanal no futuro, a fim de proporcionar aos clientes o acesso mais conveniente aos produtos e serviços.

Asset Management

Visão geral da divisão corporativa

Com 896 mil milhões de euros de ativos sob gestão em 31 de dezembro de 2023, a divisão de Asset Management, que opera sob a marca DWS, aspira a ser um gestor de ativos líder. A DWS atende uma base diversificada de clientes de investidores de retalho e institucionais em todo o mundo, com uma forte presença no mercado doméstico do banco, na Alemanha. Estes clientes incluem grandes instituições governamentais, empresas e fundações, bem como investidores individuais. Enquanto gestora de ativos regulamentados, a DWS atua como fiduciária dos clientes e está consciente do seu impacto na sociedade. O investimento responsável tem sido uma parte importante do património da DWS há mais de vinte anos.

O Deutsche Bank retém 79,49% de participação de capital na DWS e a gestão de ativos continua a ser um negócio essencial para o Grupo. As ações da DWS estão cotadas na bolsa de valores de Frankfurt.

Em 2022, a DWS concluiu a transferência da sua plataforma de investimento digital para uma joint venture com a Blackfin. A DWS detém uma participação de 30% na nova empresa MorgenFund GmbH.

Não houve gastos de capital significativos desde 1 de janeiro de 2021

Produtos e serviços

A DWS oferece aos particulares e às instituições acesso a capacidades de investimento em todas as principais classes de ativos em ações ativas, rendimento fixo, numerário, ativos múltiplos e investimentos sistemáticos e quantitativos, bem como investimentos passivos, incluindo a gama Xtrackers e investimentos alternativos. Os investimentos alternativos incluem imóveis, infraestrutura, ativos imobiliários líquidos e investimentos sustentáveis. Além disso, as estratégias de solução da DWS são direcionadas às necessidades dos clientes que não podem ser atendidas apenas pelas classes de ativos tradicionais. Tais serviços incluem soluções de seguros e pensões, gestão de ativos-passivos, soluções de gestão de carteiras e assessoria na alocação de ativos.

Canais de Distribuição e Marketing

As ofertas de produtos DWS são distribuídas na EMEA, nas Américas e na Ásia-Pacífico através de uma rede de distribuição global. A DWS também alavanca canais de distribuição de terceiros, incluindo outras divisões do Grupo Deutsche Bank.

Infraestrutura

As funções de infraestrutura executam atividades de controle e serviço para empresas, incluindo as tarefas relacionadas com todo o Grupo, planejamento de recursos inter-divisionais, direção e controle, bem como as tarefas relacionadas com a gestão do risco, liquidez e capital.

As funções de infraestrutura são organizadas nas seguintes áreas de responsabilidade associadas a um membro dedicado do Conselho de Administração:

- Diretor Geral (CEO)
- Diretor Financeiro
- Departamento de Risco
- Diretor Administrativo
- Tecnologia, Dados e Inovação
- Diretor de Operações
- Operações e controles CB & IB

A infraestrutura também inclui Comunicação e Responsabilidade Social Corporativa, Gabinete de Sustentabilidade, Gestão Regional, Auditoria do Grupo, Gabinete Jurídico, Seleção de Empresas e Conflitos, Conformidade, Combate aos Crimes Financeiros, Aprovisionamento Global, Imobiliário Global e Recursos Humanos.

Para 2021 e 2022, os custos relacionados com as funções de infraestruturas foram imputados utilizando uma abordagem "real face ao planeado". A partir do primeiro trimestre de 2023, o banco introduziu uma metodologia de gestão de custos baseada em fatores de produção para a imputação de custos originados nas funções de infraestrutura aplicáveis. A nova abordagem visa dar transparência aos fatores que determinam os custos das infraestruturas e associa estreitamente os custos ao consumo de serviços por segmentos. Enquanto em 2023 as afetações às divisões empresariais continuaram a basear-se nas afetações planeadas, com exceção dos custos de desenvolvimento tecnológico, que são imputados às divisões com base nas despesas efetivas, a partir de 2024 os custos de infraestrutura serão todos imputados às divisões com base nos custos efetivos e no consumo de serviços, em apoio à orientação contínua do banco para a disciplina de custos.

Despesas de capital e alienações significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa dos três últimos exercícios fiscais nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2021, não houve ofertas públicas de aquisição por parte de terceiros relativamente às ações do Deutsche Bank.

Resultados operacionais

Resultados operacionais consolidados

A discussão e análise que se segue deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada e condensada dos resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	13.602	13.650	11.155	(48)	(0)	2.495	22
Provisão para perdas de crédito	1.505	1.226	515	280	23	710	138
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	12.097	12.425	10.640	(328)	(3)	1.785	17
Rendimentos de serviços e comissões ¹	9.206	9.838	10.934	(632)	(6)	(1.096)	(10)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados ¹	4.947	2.999	3.045	1.948	65	(45)	(1)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(0)	(216)	237	216	(100)	(453)	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	(96)	(2)	1	(94)	N/S	(3)	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(38)	152	98	(190)	N/S	54	56
Outro resultado	1.259	789	(58)	469	59	848	N/S
Rendimento total excluindo juros	15.277	13.560	14.255	1.717	13	(695)	(5)
Memo: Total de receitas líquidas²	28.879	27.210	25.410	1.669	6	1.800	7
Remunerações e benefícios	11.131	10.712	10.418	418	4	294	3
Despesas gerais e administrativas	10.112	9.728	10.821	384	4	(1.093)	(10)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	233	68	5	165	N/S	64	N/S
Atividades de reestruturação	220	(118)	261	338	N/S	(379)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	21.695	20.390	21.505	1.305	6	(1.115)	(5)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	5.678	5.594	3.390	84	2	2.205	65
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	787	(64)	880	851	N/S	(945)	N/S
Lucros (prejuízos)	4.892	5.659	2.510	(767)	(14)	3.149	125
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	120	134	144	(14)	(11)	(10)	(7)
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	4.772	5.525	2.365	(753)	(14)	3.159	134
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	560	500	426	60	12	74	17
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	4.212	5.025	1.940	(813)	(16)	3.085	159

N/S – Não significativo

¹ Para mais pormenores, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" do presente relatório

² Total de receitas líquidas definido como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito mais receitas não relacionadas com juros

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total de juros e rendimentos similares	44.074	24.299	16.599	19.775	81	7.700	46
Total de gasto de juros	30.472	10.649	5.444	19.823	186	5.205	96
Rendimento de juros líquido	13.602	13.650	11.155	(48)	(0)	2.495	22
Ativos remunerados médios ¹	970.924	982.709	937.947	(11.785)	(1)	44.762	5
Passivos remunerados médios ¹	735.576	725.268	690.656	10.308	1	34.612	5
Rendimento de juros bruto ²	4,52%	2,33%	1,56%	2.19ppt	94	0.77ppt	50
Taxa de juros bruta paga ³	4,12%	1,27%	0,50%	2.85ppt	N/S	0.77ppt	155
Diferencial da taxa de juro líquida ⁴	0,40%	1,06%	1,06%	(0,66) pp	(62)	(0,00) pp	(0)
Margem da taxa de juro líquida ⁵	1,40%	1,39%	1,19%	0.01ppt	1	0.20ppt	17

N/S – Não significativo

pp – pontos percentuais

¹ Saldos médios do ano calculados com base nos saldos de final de mês

² O rendimento de juros bruto como a taxa média de juro dos ativos remunerados médios

³ A taxa de juros bruta paga como a taxa média de juro paga pelos passivos remunerados médios

⁴ O diferencial da taxa de juro líquida como a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios

⁵ Margem financeira líquida como margem financeira em percentagem dos ativos remunerados médios

2023

A margem financeira foi de 13,6 mil milhões de euros em 2023, uma diminuição de 48 milhões de euros em comparação com 2022, principalmente devido às taxas de juro mais altas dos depósitos, que foram parcialmente compensadas pelos benefícios das taxas de juro mais altas dos empréstimos. A margem financeira incluiu despesas com juros de 741 milhões de euros ao abrigo do programa Targeted Long-Term Refinancing Operation III (ORPA direcionada III) em 2023, enquanto 2022 incluiu receitas de juros de 211 milhões de euros ao abrigo deste programa. Globalmente, a margem de juro líquida do banco situou-se em 1,40% em 2023, mais 1 ponto de base do que no ano anterior.

2022

A margem financeira foi de 13,6 mil milhões de euros em 2022, em comparação com 11,2 mil milhões de euros em 2021, um aumento de 2,5 mil milhões de euros ou 22%, impulsionado por taxas de juro mais elevadas e um forte desempenho comercial subjacente, parcialmente compensado por menores benefícios do programa TLTRO III. As receitas de juros incluíram 211 milhões de euros ao abrigo do programa TLTRO III em 2022, enquanto 2021 incluiu 494 milhões de euros ao abrigo deste programa. Globalmente, a margem de juro líquida do banco foi de 1,39% em 2022, um aumento de 20 pontos base em comparação com o ano anterior.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de negociação	4.878	2.782	1.859	2.096	75	923	50
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	217	(61)	1.106	278	N/S	(1.167)	N/S
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(148)	277	79	(426)	N/S	198	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.947	2.999	3.045	1.948	65	(45)	(1)

N/S – Não significativo

2023

Os resultados líquidos nos ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram os 4,9 mil milhões de euros em 2023, face aos 3,0 mil milhões de euros de 2022. O aumento de 1,9 mil milhões de euros, ou seja, 65%, deveu-se aos impactos positivos das coberturas de taxas de juro no segmento "Empresas e outros" e a um aumento na gestão de ativos decorrente dos ajustes de avaliação dos fundos garantidos, que tiveram uma compensação correspondente em outros resultados. O Investment Bank beneficiou da não repetição de perdas de exercícios anteriores relativas a compromissos de empréstimos e a atividades de cobertura em 2023. Estes fatores foram parcialmente compensados por decréscimos no Private Bank, principalmente devido a menores impactos da avaliação a preços de mercado das atividades de cobertura, que tiveram um efeito de compensação parcial em outros resultados, e por perdas de reavaliação no Corporate Bank, em comparação com ganhos no ano anterior.

2022

Os ganhos líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados ascenderam a 3,0 mil milhões de euros em 2022, uma diminuição de 45 milhões de euros em comparação com 2021, devido a impactos negativos das coberturas de taxas de juro no segmento "Corporate & Other", bem como a uma variação desfavorável do justo valor das garantias no segmento "Asset Management", que teve uma compensação correspondente em outros rendimentos. O decréscimo global foi parcialmente compensado pelo impacto positivo da avaliação a preços de mercado dos derivados no Investment Bank, em resultado da atividade acrescida do mercado e dos fortes fluxos de clientes, bem como ganhos de mercado das atividades de cobertura no Private Bank, que tiveram um efeito de compensação em outros proveitos.

Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As atividades de negociação e gestão do risco do banco incluem instrumentos de taxas de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte da margem financeira. As atividades de negociação do banco podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta a margem financeira e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	13.602	13.650	11.155	(48)	(0)	2.495	22
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	4.947	2.999	3.045	1.948	65	(45)	(1)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18.549	16.649	14.200	1.899	11	2.450	17
Discriminação por divisão corporativa ¹							
Corporate Bank	5.065	3.720	2.666	1.344	36	1.055	40
Investment Bank	8.102	8.265	6.891	(163)	(2)	1.374	20
Private Bank	6.382	6.612	4.847	(230)	(3)	1.765	36
Asset Management	(11)	(250)	246	239	(95)	(496)	N/S
Corporate & Other	(988)	(1.698)	(450)	709	(42)	(1.248)	N/S
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18.549	16.649	14.200	1.899	11	2.450	17

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Esta discriminação reflete a margem financeira e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados; para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consulte a Nota 4 "Segmentos de negócio e informação associada" do presente relatório

2023

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 18,5 mil milhões de euros em 2023, face aos 16,6 mil milhões de euros em 2022, o que representa um aumento de 1,9 mil milhões de euros. Este impacto foi em grande parte atribuível a um aumento global da margem financeira e a impactos positivos das coberturas de taxas de juro. No Corporate Bank, o total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados aumentaram 1,3 mil milhões de euros, principalmente devido a uma margem financeira mais elevada, impulsionada por uma conjuntura de taxas de juro mais favorável e pela continuação da disciplina de fixação de preços. O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados no Investment Bank diminuiu 0,2 mil milhões de euros, devido a uma menor margem financeira, parcialmente compensada por ganhos de marcação a mercado em derivados no segmento FIC Sales & Trading. O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados no Private Bank diminuiu 0,2 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior, devido ao impacto da avaliação a preços de mercado das atividades de cobertura, com um efeito de compensação em outros proveitos, parcialmente compensado por receitas de juros mais elevadas decorrentes de uma conjuntura de taxas de juro mais favorável. O movimento global foi apoiado por impactos positivos em Corporate & Other, no montante de aproximadamente 0,7 mil milhões de euros, incluindo benefícios das coberturas de taxas de juro, bem como em Asset Management, no valor de 0,2 mil milhões de euros, principalmente devido a uma variação mais favorável do justo valor das garantias.

2022

O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 16,6 mil milhões de euros em 2022, face aos 14,2 mil milhões de euros em 2021, o que representa um aumento de 2,4 mil milhões de euros. Esta evolução deveu-se principalmente a um aumento das receitas líquidas de juros, devido a um ambiente de taxas de juro mais favorável e a um sólido desempenho das atividades subjacentes. O total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados aumentou em 1,8 mil milhões de euros no Private Bank. Este impacto foi em grande parte atribuível a ganhos mais elevados

de "mark-to-market" de atividades de cobertura que tiveram um efeito correspondente em outros rendimentos. A subida das taxas de juro e a continuação do crescimento da atividade tiveram também um impacto positivo no aumento homólogo; estes foram também os principais fatores que contribuíram para o aumento de 1,1 mil milhões de euros do Corporate Bank. O total da margem financeira e dos ganhos (perdas) líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados no Investment Bank aumentou 1,4 mil milhões de euros, devido a um maior impacto positivo da avaliação a preços de mercado dos derivados no segmento de FIC Sales & Trading, em resultado da atual atividade acrescida no mercado e dos fortes fluxos de clientes. Estes efeitos positivos globais foram parcialmente compensados por impactos negativos de 1,2 mil milhões de euros no segmento "Corporate & Other", sobretudo devido a diferenças de avaliação e de prazos nos derivados e nas coberturas de taxas de juro, bem como no segmento "Asset Management", no valor de 0,5 mil milhões de euros, principalmente devido a uma variação menos favorável do justo valor das garantias.

Provisão para perdas de crédito

2023

A provisão para perdas de crédito foi de 1,5 mil milhões de euros em 2023, acima dos 1,2 mil milhões de euros em 2022, ou seja, 31 pontos base dos empréstimos médios, refletindo as condições macroeconómicas e de taxa de juro que continuaram a ser difíceis para partes da carteira de crédito durante o ano. Em particular, o setor do imobiliário comercial, e mais concretamente o sector dos escritórios, foi afetado por uma alteração da procura impulsionada pela pandemia da COVID-19 e ficou ainda mais pressionado pelos aumentos das taxas de juro, que conduziram a maiores riscos de refinanciamento. As provisões para crédito malparado relacionadas com a Fase 3 ascenderam a 1,5 mil milhões de euros, distribuídas por várias regiões e segmentos, incluindo uma parte notável de 400 milhões de euros relacionada com o imobiliário comercial, afetando especialmente o Investment Bank. As provisões da Fase 1 e da Fase 2 para empréstimos produtivos foram libertadas em 33 milhões de euros, devido a uma melhoria das perspetivas macroeconómicas em comparação com 2022 e aos benefícios das alterações relacionadas com o modelo.

2022

A provisão para perdas de crédito foi de 1,2 mil milhões de euros em 2022, contra 515 milhões de euros em 2021. A evolução homóloga refletiu condições macroeconómicas mais difíceis durante a maior parte de 2022, no contexto da guerra na Ucrânia, enquanto 2021 beneficiou da recuperação económica na sequência do abrandamento das restrições da COVID-19. As provisões foram de 25 pontos de base dos empréstimos médios. As provisões para empréstimos em incumprimento relacionadas com a Fase 3 foram de mil milhões de euros, distribuídas por regiões e segmentos. A provisão da Fase 1 e da Fase 2 para empréstimos produtivos foi de 204 milhões de euros, potenciada pela deterioração das provisões macroeconómicas durante a maior parte do ano.

As secções "Resultados de Operações dos Segmentos" e "Relatório de Risco" disponibilizam mais detalhes sobre a provisão para perdas de crédito.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimentos de serviços e comissões ¹	9.206	9.838	10.934	(632)	(6)	(1.096)	(10)
Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor							
através de outro rendimento integral	(0)	(216)	237	216	(100)	(453)	N/S
Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado	(96)	(2)	1	(94)	N/S	(3)	N/S
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(38)	152	98	(190)	N/S	54	56
Outro resultado	1.259	789	(58)	469	59	848	N/S
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	10.330	10.561	11.210	(231)	(2)	(649)	(6)
¹ inclui:							
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	280	300	357	(19)	(6)	(57)	(16)
Comissões de ativos geridos	3.700	3.792	3.734	(93)	(2)	58	2
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	441	490	398	(49)	(10)	91	23
Total	4.421	4.582	4.489	(161)	(4)	92	2
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	1.105	1.283	2.162	(179)	(14)	(879)	(41)
Comissões de corretagem	366	540	752	(174)	(32)	(212)	(28)
Total	1.471	1.824	2.914	(353)	(19)	(1.091)	(37)
Comissões por outros serviços ao cliente	3.314	3.432	3.530	(119)	(3)	(97)	(3)
Rendimento total de serviços e comissões	9.206	9.838	10.934	(632)	(6)	(1.096)	(10)

N/S – Não significativo
Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Rendimentos de serviços e comissões

2023

O rendimento de serviços e comissões foi de 9,2 mil milhões de euros em 2023, o que representa uma diminuição de 632 milhões de euros, ou 6%, em comparação com 2022. A diminuição deveu-se a uma redução das comissões de intermediação e das receitas de transações, bem como a alterações das condições contratuais no Private Bank e a uma redução das receitas de comissões no Investment Bank, principalmente devido à diminuição das atividades de fusões e aquisições. Além disso, o decréscimo também se deveu à redução das comissões de gestão resultante de condições de mercado desfavoráveis, associada à compressão das margens na gestão de ativos.

2022

O rendimento de serviços e comissões foi de 9,8 mil milhões de euros em 2022, o que representa uma diminuição de 1,1 mil milhões de euros, ou 10%, em comparação com 2021. O decréscimo deveu-se a uma redução significativa das receitas de Geração e Consultoria no Investment Bank, refletindo a continuação do ambiente difícil do setor, a redução das receitas dos mercados de capitais de dívida alavancada e uma redução significativa das comissões em relação ao ano anterior. Além disso, as receitas de comissões e taxas no Private Bank diminuíram, refletindo um ambiente macroeconómico mais difícil. Em Asset Management, as comissões de desempenho foram significativamente inferiores às do ano anterior, devido à ausência de uma grande comissão de desempenho multiativos comunicada em 2021. Estes valores foram parcialmente compensados por um aumento das comissões e das receitas de honorários no Corporate Bank, devido ao sólido desempenho da atividade subjacente.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

2023

Os resultados líquidos em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de (0) milhões de euros em 2023 e de (216) milhões de euros em 2022, tendo o resultado no ano anterior sido impulsionado por uma venda de obrigações e títulos da reserva estratégica de liquidez.

2022

Os resultados em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral foram de (216) milhões de euros em 2022 e de 237 milhões de euros em 2021, com o resultado em ambos os períodos a dever-se principalmente à venda de obrigações e títulos da reserva de liquidez estratégica.

Resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado

2023

Os resultados líquidos com ativos financeiros ao custo amortizado foram de (96) milhões de euros em 2023, em comparação com (2) milhões de euros em 2022, devido a perdas realizadas na alienação de empréstimos detidos na carteira de títulos a receber.

2022

Os resultados líquidos de ativos financeiros ao custo amortizado ganhos foram de (2) milhões de euros em 2022, em comparação com 1 milhão de euros em 2021, impulsionados pela carteira “Deter para recolher”.

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2023

O resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial foi de (38) milhões de euros em 2023, em comparação com 152 milhões de euros em 2022, uma diminuição de 190 milhões de euros, principalmente relacionada com a avaliação em baixa dos ativos de empréstimo subjacentes na Huarong Rongde Asset Management Company Limited, bem como com um ganho na saída em 2022 que não se repetiu.

2022

O resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial foi de 152 milhões de euros em 2022, em comparação com 98 milhões de euros em 2021, um aumento de 54 milhões de euros, ou 56%, relacionado com uma redução das imparidades para a Huarong Rongde Asset Management Company Limited em 2022, em comparação com 2021.

Outro resultado

2023

Os outros resultados foram de 1,3 mil milhões de euros em 2023, em comparação com 789 milhões de euros em 2022. Esta melhoria esteve sobretudo relacionada com ganhos nas carteiras de cobertura e com a não recorrência de ganhos com a alienação de ativos detidos para venda, incluindo um ganho com a venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália, bem como com atividades de reestruturação relacionadas com a Sal. Oppenheim, reconhecidas em outras receitas no ano anterior. Esta situação foi parcialmente compensada por um impacto desfavorável dos ajustes de avaliação do justo valor das garantias na gestão de ativos, que teve uma compensação correspondente nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

2022

Outro resultado foi de 789 milhões de euros em 2022 em comparação com (58) milhões de euros em 2021. Esta melhoria deveu-se a um impacto favorável dos ajustes de avaliação do justo valor das garantias na gestão de ativos, que teve um efeito de compensação correspondente nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nos ganhos com a alienação de ativos detidos para venda, incluindo os ganhos com a venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália e nas atividades de reestruturação relacionadas com a Sal. Oppenheim, reconhecidas em outras receitas. Esta situação foi parcialmente compensada por uma diminuição dos proveitos no Private Bank, devido ao efeito contrário dos impactos positivos acima referidos nos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Remunerações e benefícios	11.131	10.712	10.418	418	4	294	3
Despesas gerais e administrativas ¹	10.112	9.728	10.821	384	4	(1.093)	(10)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	233	68	5	165	N/S	64	N/S
Atividades de reestruturação	220	(118)	261	338	N/S	(379)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	21.695	20.390	21.505	1.305	6	(1.115)	(5)
N/S – Não significativo							
¹ inclui:							
Tecnologias de informação	3.755	3.680	4.321	76	2	(641)	(15)
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.478	1.429	1.727	49	3	(298)	(17)
Regulamentares, impostos e seguros ²	1.399	1.285	1.395	114	9	(110)	(8)
Serviços profissionais ³	899	858	924	41	5	(66)	(7)
Serviços bancários e operações subcontratados ³	964	881	946	82	9	(64)	(7)
Serviços de Dados de Mercado e Investigação	374	378	347	(4)	(1)	31	9
Despesas de deslocação	143	110	46	33	30	64	140
Despesas de marketing	203	165	178	37	23	(13)	(7)
Outras despesas ⁴	899	943	938	(44)	(5)	5	0
Despesas totais gerais e administrativas	10.112	9.728	10.821	384	4	(1.093)	(10)

² Inclui taxas bancárias de 528 milhões de euros em 2023, 762 milhões de euros em 2022 e 553 milhões de euros em 2021.

³ Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

⁴ Inclui despesas relacionadas com litígios de 311 milhões de euros em 2023, 413 milhões de euros em 2022 e 466 milhões de euros em 2021. Para mais pormenores, consulte a Nota 27 "Provisões" do presente relatório

Remunerações e benefícios

2023

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 418 milhões de euros, ou 4%, para 11,1 mil milhões de euros em 2023, em comparação com os 10,7 mil milhões de euros em 2022. Este aumento deveu-se principalmente ao crescimento dos salários, ao aumento do pessoal externo e ao aumento dos custos de indemnização resultantes da execução acelerada da estratégia de Global Hausbank.

2022

As remunerações e benefícios registaram um aumento de 294 milhões de euros, ou 3%, para 10,7 mil milhões de euros em 2022, em comparação com os 10,4 mil milhões de euros em 2021. O aumento deveu-se principalmente a movimentos cambiais adversos, com custos salariais mais elevados.

Despesas gerais e administrativas

2023

As despesas gerais e administrativas aumentaram 384 milhões de euros, ou 4%, para 10,1 mil milhões de euros em 2023, face aos 9,7 mil milhões de euros verificados em 2022. O aumento foi impulsionado por despesas mais elevadas em tecnologia da informação, principalmente relacionadas com o aumento dos custos com fornecedores e software, bem como com impostos operacionais mais elevados. Esta situação foi parcialmente compensada por despesas com litígios mais baixas, que diminuíram 103 milhões de euros, relacionadas com a libertação de uma provisão para litígios e uma diminuição das taxas bancárias de 235 milhões de euros.

2022

As despesas gerais e administrativas diminuíram 1,1 mil milhões de euros, ou 10%, para 9,7 mil milhões de euros em 2022, face a 10,8 mil milhões de euros em 2021. A diminuição foi impulsionada por uma redução significativa dos encargos de transformação, uma vez que o banco concluiu as iniciativas de transformação anunciadas em 2019. Verificaram-se outras

reduções nas principais categorias de custos, refletindo os esforços contínuos de redução de custos do Banco. As despesas com processos judiciais diminuíram 53 milhões de euros, em parte devido à libertação de uma provisão relacionada com o acórdão do Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) sobre acordos de fixação de preços. Estas descidas foram parcialmente compensadas por um aumento homólogo das taxas bancárias de 210 milhões de euros.

Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis

2023

A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis foi de 233 milhões de euros, relacionada com a imparidade de goodwill da Numis no Investment Bank em 2023, em comparação com 68 milhões de euros relativos a uma aquisição histórica de um ativo intangível não amortizado associado a contratos de retalho de fundos mútuos dos EUA em Asset Management em 2022.

2022

A imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis foi de 68 milhões de euros em 2022, relacionada com a aquisição histórica acima referida em Asset Management, em comparação com 5 milhões de euros no Corporate Bank em 2021.

Reestruturação

2023

As atividades de reestruturação representaram encargos de 220 milhões de euros em 2023, em comparação com uma libertação de (118) milhões de euros em 2022. Os encargos foram suportados principalmente pelo Private Bank, no contexto da execução de iniciativas estratégicas.

2022

As atividades de reestruturação representaram uma libertação de (118) milhões de euros em 2022, em comparação com encargos de 261 milhões de euros em 2021. A evolução em ambos os períodos, foi impulsionada principalmente pelo Private Bank, no contexto da execução dos objetivos estratégicos.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2023

A despesa de imposto sobre o rendimento foi de 787 milhões de euros em 2023, em comparação com um benefício fiscal de 64 milhões de euros no ano anterior. A taxa de imposto efetiva de 14% em 2023 beneficiou de ajustes positivos na avaliação de ativos por impostos diferidos no final do ano no valor de 1,0 mil milhões de euros, refletindo, em grande medida, o forte desempenho contínuo no Reino Unido.

2022

Os benefícios fiscais sobre o rendimento em 2022 foram de 64 milhões de euros, em comparação com 880 milhões de euros em 2021. A taxa de imposto efetiva em 2022 de (1)% beneficiou de um ajustamento positivo da avaliação dos ativos por impostos diferidos no final do ano de 1,4 mil milhões de euros, refletindo a continuação do forte desempenho das operações do Deutsche Bank nos EUA.

Resultados líquidos

2023

O lucro líquido em 2023 foi de 4,9 mil milhões de euros, em comparação com 5,7 mil milhões de euros no ano anterior. A diminuição do lucro líquido deveu-se principalmente ao já referido aumento das despesas com o imposto sobre o rendimento em comparação com 2022, incluindo os já referidos ajustes de avaliação dos ativos por impostos diferidos no final do exercício.

2022

O lucro líquido em 2022 foi de 5,7 mil milhões de euros, em comparação com 2,5 mil milhões de euros no ano anterior. O aumento do lucro líquido deveu-se essencialmente ao bom desempenho das receitas das principais atividades, à redução dos gastos operacionais (excl. juros) e ao já referido benefício fiscal decorrente de um ajustamento da avaliação dos ativos por impostos diferidos no final do ano. Em parte, a compensação foi um aumento da provisão para perdas de crédito.

Resultados de operações dos segmentos

A secção seguinte apresenta uma análise dos resultados dos segmentos de negócio. Consulte a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações associadas" das demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

- alterações no formato de divulgação por segmento do banco
- a estrutura dos sistemas de relatórios de gestão do banco

A informação por segmentos do Deutsche Bank segue a estrutura organizacional refletida nos sistemas internos de informação de gestão do Grupo, que constituem a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a afetação de recursos aos mesmos. A segmentação baseia-se na estrutura do Grupo em 31 de dezembro de 2023. Os comparativos dos anos anteriores foram alinhados com a apresentação do ano em curso.

	2023					
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas Líquidas¹	7.716	9.160	9.575	2.383	45	28.879
Provisão para perdas de crédito	266	431	783	(1)	26	1.505
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.537	2.524	2.806	891	3.372	11.131
Despesas gerais e administrativas	2.934	4.136	4.742	934	(2.634)	10.112
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	0	0	0	233
Atividades de reestruturação	(4)	(3)	228	0	(1)	220
Despesas totais (excluindo juros)	4.466	6.890	7.777	1.825	738	21.695
Participações minoritárias	0	3	0	163	(166)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.984	1.836	1.015	396	(553)	5.678
Ativos (em mil milhões de euros)²	264	658	331	10	49	1.312
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	117	101	261	0	0	479
Adições a ativos não correntes	13	89	90	73	1.853	2.118
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	18	308	0	7	622
Capital próprio médio dos acionistas alocado	13.306	27.593	14.477	5.318	2.318	63.011
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	69	140	86	15	40	350
dos quais: RWA relativos ao risco operacional (em mil milhões de euros)	6	22	8	3	19	57
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	307	546	339	10	39	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	25.520	19.979	38.451	4.962	1.218	90.130
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ³	15,2%	3,8%	4,1%	4,9%	N/S	6,7%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ³	16,6%	4,0%	4,5%	11,3%	N/S	7,4%
Rácio custo/rendimento ⁴	57,9%	75,2%	81,2%	76,6%	N/S	75,1%
¹ inclui:						
Rendimento de juros líquido	5.113	3.013	6.160	(124)	(560)	13.602
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(6)	(70)	(5)	42	2	(38)
² inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	91	413	84	420	5	1.013

N/S – Não significativo

³ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

	2022					
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	6.337	10.016	9.153	2.608	(904)	27.210
Provisão para perdas de crédito	335	319	583	(2)	(9)	1.226
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.422	2.376	2.785	899	3.231	10.712
Despesas gerais e administrativas	2.786	4.075	4.176	883	(2.192)	9.728
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	68
Atividades de reestruturação	(19)	15	(113)	0	(2)	(118)
Despesas totais (excluindo juros)	4.188	6.466	6.848	1.850	1.037	20.390
Participações minoritárias	0	15	0	174	(190)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.814	3.217	1.722	584	(1.743)	5.594
Ativos (em mil milhões de euros)²	258	677	333	10	60	1.337
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	122	103	265	0	(1)	489
Adições a ativos não correntes	3	4	177	41	2.267	2.494
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	16	317	0	(1)	621
Capital próprio médio dos acionistas alocado	12.015	26.036	13.557	5.395	2.991	59.994
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	74	139	88	13	46	360
dos quais: RWA relativos ao risco operacional (em mil milhões de euros)	5	23	8	3	19	58
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	321	530	344	9	36	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	22.161	18.420	37.716	4.778	1.856	84.930
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ³	10,0%	8,0%	8,3%	7,4%	N/S	8,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ³	10,9%	8,4%	9,0%	17,1%	N/S	9,4%
Rácio custo/rendimento ⁴	66,1%	64,6%	74,8%	71,0%	N/S	74,9%
¹ inclui:						
Rendimento de juros líquido	3.628	3.467	5.223	(65)	1.398	13.650
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	4	50	27	66	6	152
² inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	501	99	415	20	1.124

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

³ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de (1)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

	2021					
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	5.153	9.631	8.233	2.708	(314)	25.410
Provisão para perdas de crédito	(3)	104	446	5	(36)	515
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.447	2.197	2.808	822	3.145	10.418
Despesas gerais e administrativas	3.053	3.843	4.939	846	(1.862)	10.821
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	5
Atividades de reestruturação	42	47	173	2	(2)	261
Despesas totais (excluindo juros)	4.547	6.087	7.920	1.670	1.281	21.505
Participações minoritárias	0	(17)	0	223	(206)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	609	3.458	(133)	809	(1.353)	3.390
Ativos (em mil milhões de euros)²	246	616	310	10	141	1.324
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros.)	122	93	254	0	6	476
Adições a ativos não correntes	17	6	149	32	1.733	1.939
Depósitos (em mil milhões de euros)	270	13	313	0	7	604
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.101	25.281	13.041	5.128	1.883	56.434
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	65	141	85	14	46	352
dos quais: RWA relativos ao risco operacional (em mil milhões de euros)	6	25	8	3	20	62
Exposição ao efeito de alavancagem (fully loaded, em mil milhões de euros) ³	300	530	321	11	62	1.125
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20.560	16.927	37.458	4.514	3.510	82.969
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3,2%	9,0%	(1,5)%	11,0%	N/S	3,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3,5%	9,4%	(1,7)%	25,8%	N/S	3,8%
Rácio custo/rendimento ⁵	88,2%	63,2%	96,2%	61,7%	N/S	84,6%
¹ inclui:						
Rendimento de juros líquido	2.605	3.332	4.601	(5)	622	11.155
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	(34)	40	81	9	98
² inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	72	462	180	349	29	1.091

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

³ A exposição ao rácio de alavancagem é calculada de acordo com o CRR, tal como aplicável à data do relatório; a partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo foi autorizado a excluir certas exposições baseadas em euros face a bancos centrais da zona Euro da exposição ao rácio de alavancagem, com base nas Decisões do BCE (UE) 2020/1306 e UE 2021/1074; esta exclusão aplicou-se até 31 de março de 2022; as exposições à alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa exclusão

⁴ A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 26% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

⁵ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.

Corporate Bank

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Serviços de Tesouraria Empresarial	4.366	3.821	3.072	545	14	749	24
Serviços de Clientes Institucionais	1.906	1.587	1.299	319	20	287	22
Banca para empresas	1.445	930	781	515	55	148	19
Total de receitas líquidas	7.716	6.337	5.153	1.379	22	1.185	23
Dos quais:							
Rendimento de juros líquido	5.113	3.628	2.605	1.485	41	1.022	39
Rendimentos de serviços e comissões	2.328	2.356	2.204	(28)	(1)	151	7
Rendimentos restantes	275	354	343	(79)	(22)	11	3
Provisão para perdas de crédito	266	335	(3)	(68)	(20)	338	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.537	1.422	1.447	115	8	(26)	(2)
Despesas gerais e administrativas	2.934	2.786	3.053	148	5	(267)	(9)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	5	0	N/S	(5)	N/S
Atividades de reestruturação	(4)	(19)	42	15	(77)	(61)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	4.466	4.188	4.547	278	7	(358)	(8)
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.984	1.814	609	1.169	64	1.205	198
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro)¹	7.859	7.444	7.441	415	6	3	0
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	7.853	6.508	5.838	1.345	21	670	11
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	9.808	8.209	7.282	1.599	19	927	13
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	25.520	22.161	20.560	3.359	15	1.600	8
Total de ativos (em mil milhões de euros) ^{1,2}	264	258	246	6	2	12	5
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹ dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ¹	69 6	74 5	65 6	(5) 0	(7) 5	9 (0)	14 (5)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	307	321	300	(14)	(4)	21	7
Depósitos (em mil milhões de euros) ¹	289	289	270	1	0	18	7
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ¹	117	122	122	(5)	(4)	(1)	(1)
Rácio custo/rendimento ³	57,9%	66,1%	88,2%	N/S	(8,2) pp	N/S	(22,1) pp
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	15,2%	10,0%	3,2%	N/S	5,2ppt	N/S	6,8ppt
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	16,6%	10,9%	3,5%	N/S	5,7ppt	N/S	7,4ppt

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁴ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2023, 2022 e 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

2023

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 3,0 mil milhões de euros para o exercício completo de 2023, face a 1,8 mil milhões de euros em 2022, impulsionado por receitas mais elevadas e uma menor provisão para perdas de crédito, parcialmente compensadas por gastos operacionais (excl. juros) mais elevados. A rentabilidade das participações de capital dos acionistas médias (após impostos) foi de 15,2%, um aumento face ao valor de 10,0% registado no ano anterior. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 16,6%, face a 10,9% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 58%, uma descida face aos 66% registados em 2022.

As receitas líquidas do exercício foram de 7,7 mil milhões de euros, 22% mais elevadas em termos homólogos, impulsionadas pelo aumento das taxas de juro e pela continuação da disciplina de fixação de preços, enquanto as receitas de comissões e taxas permaneceram essencialmente estáveis. O volume de depósitos manteve-se essencialmente estável, enquanto o volume de empréstimos diminuiu 5 mil milhões de euros, ou seja, 4%, devido a uma utilização mais seletiva do balanço e ao impacto negativo das variações cambiais.

Todas as atividades do Corporate Bank contribuíram para o crescimento das receitas. As receitas líquidas dos Serviços de Tesouraria de Empresas ascenderam a 4,4 mil milhões de euros, um aumento de 14% em termos homólogos, impulsionado pelo aumento das taxas de juro, associado a um volume de depósitos essencialmente estável. As receitas líquidas do Serviço de Apoio a Clientes Institucionais ascenderam a 1,9 mil milhões de euros, 20% mais elevadas em termos homólogos, beneficiando de taxas de juro mais elevadas e de um maior volume de depósitos. As receitas líquidas da banca de negócios ascenderam a 1,4 mil milhões de euros, um aumento de 55% em relação ao ano anterior, refletindo o aumento das taxas de juro e o atraso nos pagamentos de depósitos na Alemanha, apoiados por volumes de negócios essencialmente estáveis.

A provisão para perdas de crédito em 2023 foi de 266 milhões de euros, ou 23 pontos de base dos empréstimos médios, em comparação com provisões de 335 milhões de euros, ou 27 pontos de base dos empréstimos médios, em 2022. A redução reflete a libertação das provisões das fases 1 e 2, devido à melhoria das perspetivas macroeconómicas e a alterações do modelo.

As despesas não relacionadas com juros ascenderam a 4,5 mil milhões de euros, um aumento de 7% em termos homólogos, principalmente devido ao aumento dos custos não operacionais, das dotações de custos de serviços internos e dos custos diretos não relacionados com compensações.

2022

O lucro antes de impostos do Corporate Bank foi de 1,8 mil milhões de euros para todo o ano 2022, um aumento face a 0,6 mil milhões de euros em 2021, motivado por um aumento das receitas e uma diminuição dos gastos operacionais (excl. juros), parcialmente compensado pelo aumento das provisões para perdas de crédito. A rentabilidade das participações de capital dos acionistas médias (após impostos) foi de 10,0%, um aumento face ao valor de 3,2% registado no ano anterior. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios foi de 10,9%, face a 3,5% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 66%, uma descida face aos 88% registados em 2021.

As receitas líquidas do ano foram de 6,3 mil milhões de euros, 23% mais elevadas do que no ano anterior. O crescimento das receitas foi impulsionado pelo aumento das taxas de juro e pela continuação da disciplina de fixação de preços, pelo aumento das comissões e das receitas de taxas, bem como pelo crescimento dos depósitos e por movimentos favoráveis das taxas de câmbio. Os depósitos aumentaram 18 mil milhões de euros, ou seja, 7%, durante o ano, enquanto o volume de empréstimos diminuiu mil milhões de euros, ou seja, 1%.

Todas as atividades do Corporate Bank contribuíram para o crescimento das receitas. As receitas líquidas dos Serviços de Tesouraria Empresarial ascenderam a 3,8 mil milhões de euros, um aumento de 24% em termos homólogos, impulsionado pelo aumento das taxas de juro em todos os mercados, pelo crescimento das receitas de comissões e taxas e pelo aumento dos depósitos. As receitas líquidas dos Serviços de Clientes Institucionais foram de 1,6 mil milhões de euros, 22% mais elevadas em termos homólogos, beneficiando de taxas de juro mais elevadas e de movimentos cambiais favoráveis. As receitas líquidas da banca empresarial foram de 930 milhões de euros, ou seja, 19% mais elevadas em termos homólogos, refletindo a transição para um ambiente de taxas de juro positivas na Alemanha no segundo semestre de 2022, e o aumento das receitas de comissões e taxas decorrentes da reavaliação de contas.

A provisão para perdas de crédito foi de 335 milhões de euros no ano, ou 27 pontos base dos empréstimos médios, refletindo o ambiente macroeconómico enfraquecido, sendo essencialmente nula no ano anterior.

Os custos não relacionados com juros foram de 4,2 mil milhões de euros, uma descida de 8% em termos homólogos, dado que o contributo positivo das iniciativas de não compensação e a redução dos custos não operacionais foram parcialmente compensados por variações cambiais.

Investment Bank

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	7.974	8.935	7.063	(961)	(11)	1.871	26
Geração de dívida	843	412	1.573	431	105	(1.161)	(74)
Geração de ações	102	101	544	1	1	(443)	(81)
Consultoria	301	485	491	(184)	(38)	(6)	(1)
Geração e consultoria	1.246	998	2.608	249	25	(1.610)	(62)
Outros	(60)	84	(40)	(144)	N/S	124	N/S
Total de receitas líquidas	9.160	10.016	9.631	(856)	(9)	385	4
Provisão para perdas de crédito	431	319	104	112	35	215	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.524	2.376	2.197	149	6	179	8
Despesas gerais e administrativas	4.136	4.075	3.843	61	1	232	6
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	233	0	0	233	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(3)	15	47	(18)	N/S	(32)	(68)
Despesas totais (excluindo juros)	6.890	6.466	6.087	424	7	379	6
Participações minoritárias	3	15	(17)	(12)	(79)	32	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.836	3.217	3.458	(1.381)	(43)	(241)	(7)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ¹	4.940	4.334	4.212	606	14	122	3
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	3.050	3.298	2.928	(248)	(8)	370	13
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	11.989	10.788	9.787	1.201	11	1.001	10
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	19.979	18.420	16.927	1.559	8	1.493	9
Total de ativos (em mil milhões de euros) ^{1,2}	658	677	616	(18)	(3)	61	10
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	140	139	141	0	0	(1)	(1)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ¹	22	23	25	(2)	(7)	(2)	(7)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	546	530	530	17	3	(1)	(0)
Depósitos (em mil milhões de euros) ¹	18	16	13	1	9	4	28
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ¹	101	103	93	(2)	(2)	10	11
Rácio custo/rendimento ³	75,2%	64,6%	63,2%	N/S	10,7ppt	N/S	1,4ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3,8%	8,0%	9,0%	N/S	(4,2) pp	N/S	(1,0) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	4,0%	8,4%	9,4%	N/S	(4,3) pp	N/S	(1,1) pp

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁴ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2023, 2022 e 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

2023

O lucro antes de impostos em 2023 foi de 1,8 mil milhões de euros, menos 1,4 mil milhões de euros, ou 43%, em comparação com 2022. Esta evolução reflete uma diminuição dos lucros antes de impostos nas receitas de FIC Sales & Trading, em comparação com um ano anterior muito forte, custos mais elevados resultantes de investimentos estratégicos na atividade, incluindo a aquisição da Numis, e um aumento da provisão para perdas de crédito. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas, depois de impostos, foi de 3,8%, face a 8,0% no ano anterior. A rentabilidade após impostos do capital próprio dos acionistas tangível médio foi de 4,0%, face a 8,4% no ano anterior. O rácio custo/rendimento em 2023 era de 75%, em comparação com 65% em 2022.

As receitas líquidas foram de 9,2 mil milhões de euros, o que representa uma diminuição de 856 milhões de euros, ou seja, 9% em termos homólogos.

As receitas de FIC Sales & Trading ascenderam a 8,0 mil milhões de euros, menos 961 milhões de euros, ou 11%, em comparação com 2022, o que constituiu o melhor desempenho das receitas de FIC numa década. As receitas em Taxas de Juro, Mercados Emergentes e Taxas de Câmbio foram todas significativamente inferiores, refletindo níveis reduzidos de volatilidade e atividade no mercado. As receitas da atividade de negociação de créditos foram significativamente mais

elevadas devido à melhoria do desempenho do fluxo de crédito na sequência de investimentos na atividade. As receitas de financiamento foram robustas e mantiveram-se essencialmente estáveis em relação ao ano anterior.

As receitas de Geração e Consultoria ascenderam a 1,2 mil milhões de euros, um aumento de 249 milhões de euros, ou seja, 25% em termos homólogos. Esta evolução deveu-se principalmente ao facto de não se terem verificado reduções significativas dos empréstimos alavancados nos mercados de capitais de dívida alavancada. As receitas da dívida com grau de investimento foram inferiores, refletindo uma diminuição do conjunto de comissões do setor (fonte: Dealogic). As receitas de consultoria foram significativamente inferiores devido à redução do número de transações anunciadas para 2023. As receitas de Geração de Ações mantiveram-se essencialmente estáveis em relação ao ano anterior.

As outras receitas foram de 60 milhões de euros negativos, em comparação com 84 milhões de euros positivos em 2022. O decréscimo homólogo foi substancialmente impulsionado por uma perda de 47 milhões de euros relacionada com o impacto dos ajustes de avaliação da dívida em determinados passivos derivados, face a um ganho de 49 milhões de euros no ano anterior.

A provisão para perdas de crédito foi de 431 milhões de euros, ou seja, 42 pontos base do crédito médio, um aumento de 112 milhões de euros em termos homólogos, devido ao aumento dos níveis de imparidades de nível 3, principalmente em relação ao setor dos imóveis comerciais.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2023 ascenderam a 6,9 mil milhões de euros, um aumento de 424 milhões de euros ou 7% em termos homólogos, devido principalmente a uma imparidade de goodwill decorrente da aquisição da Numis, bem como a investimentos estratégicos realizados em toda a atividade e em consonância com a estratégia anteriormente comunicada.

2022

O lucro antes de impostos foi de 3,2 mil milhões de euros em 2022, um decréscimo de 241 milhões de euros, em comparação com um exercício anterior especialmente forte. O desempenho das receitas ligeiramente mais alto foi amplamente compensado por uma provisão para perdas de crédito e por gastos operacionais (excluindo juros) bastante mais elevados. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas, depois de impostos, foi de 8,0%, face a 9,0% no ano anterior. A rentabilidade após impostos do capital próprio dos acionistas tangível médio foi de 8,4%, face a 9,4% no ano anterior. O rácio custo/rendimento em 2022 era de 65%, em comparação com 63% em 2021.

As receitas líquidas foram de 10 mil milhões de euros em 2022, um aumento de 385 milhões de euros ou, 4%, em relação a 2021.

As receitas de FIC Sales & Trading ascenderam a 8,9 mil milhões de euros, um aumento de 1,9 mil milhões de euros, ou 26%, em relação ao ano anterior, com um forte crescimento homólogo na maior parte do franchise. As receitas de Rates, Foreign Exchange e Emerging Markets foram todas significativamente mais elevadas, refletindo níveis elevados de atividade no mercado, maiores fluxos de clientes e uma gestão do risco disciplinada. As receitas de financiamento foram mais elevadas, principalmente devido ao aumento da margem financeira, em resultado do aumento da atividade de concessão de empréstimos. As receitas da atividade de negociação de créditos foram significativamente inferiores, devido ao facto de não se ter verificado a contribuição de uma posição de crédito desafiante concentrada no ano anterior e a um ambiente de mercado difícil.

As receitas líquidas de Geração e Consultoria foram de mil milhões de euros, uma diminuição de 1,6 mil milhões de euros, ou 62%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de Geração de Dívida ascenderam a 412 milhões de euros, significativamente abaixo do ano anterior, devido principalmente aos mercados de capitais de dívida alavancada, onde as receitas foram afetadas por uma descida significativa das comissões do setor e das reduções de valor dos empréstimos, que se verificaram em todo o setor. As receitas da dívida de Grau de Investimento também diminuíram, mas menos do que a média do setor (fonte: Dealogic). As receitas da Geração de Ações, no valor de 101 milhões de euros, foram significativamente inferiores, refletindo uma redução significativa da emissão primária de ações durante o ano. As receitas de Consultoria, de 485 milhões de euros, mantiveram-se essencialmente estáveis em relação a 2021, num conjunto de honorários que diminuiu cerca de 15% (fonte: Dealogic).

As receitas provenientes do segmento Outros foram positivas em 84 milhões de euros, em comparação com os 40 milhões de euros negativos em 2021. O aumento anual foi materialmente motivado por um ganho de 49 milhões de euros relacionado com o impacto de ajustes da avaliação de dívida em determinados passivos derivados face a uma perda de 28 milhões de euros em 2021. Além disso, 2021 foi negativamente afetado pela reversão de ganhos de cobertura de Obrigações de Empréstimo Colateralizadas anteriormente registados, que resultaram da libertação de provisão para perdas de crédito subjacentes. Estas não se repetiram em 2022.

A provisão para perdas de crédito foi de 319 milhões de euros, ou seja, 32 pontos base dos empréstimos médios, um aumento de 215 milhões de euros em relação ao ano anterior, devido principalmente a um ambiente macroeconómico enfraquecido, enquanto o ano anterior beneficiou de uma recuperação após a COVID-19.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2022 foram de 6,5 mil milhões de euros, um aumento de 379 milhões de euros, ou 6%, em comparação com o ano anterior, refletindo o impacto da conversão cambial e taxas bancárias mais altas.

Private Bank

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Private Bank Alemanha	6.070	5.325	5.006	745	14	319	6
International Private Bank	3.505	3.828	3.226	(322)	(8)	601	19
Premium Banking	986	942	934	44	5	8	1
Wealth Management & Bank for Entrepreneurs	2.520	2.886	2.292	(366)	(13)	593	26
Total de receitas líquidas	9.575	9.153	8.233	422	5	920	11
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	6.160	5.223	4.601	937	18	622	14
Rendimentos de serviços e comissões	2.852	3.155	3.206	(303)	(10)	(51)	(2)
Rendimentos restantes	563	775	426	(212)	(27)	349	82
Provisão para perdas de crédito	783	583	446	201	34	137	31
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2.806	2.785	2.808	21	1	(22)	(1)
Despesas gerais e administrativas	4.742	4.176	4.939	566	14	(764)	(15)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	228	(113)	173	341	N/S	(285)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	7.777	6.848	7.920	929	14	(1.072)	(14)
Participações minoritárias	0	0	0	(0)	(12)	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.015	1.722	(133)	(707)	(41)	1.855	N/S
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ¹	20.599	21.092	21.973	(492)	(2)	(881)	(4)
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	5.637	5.816	6.060	(179)	(3)	(243)	(4)
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	12.215	10.808	9.426	1.407	13	1.382	15
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro) ¹	38.451	37.716	37.458	735	2	258	1
Total de ativos (em mil milhões de euros) ^{1,2}	331	333	310	(2)	(1)	22	7
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	86	88	85	(1)	(2)	2	3
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ¹	8	8	8	0	0	0	1
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	339	344	321	(6)	(2)	24	7
Depósitos (em mil milhões de euros) ¹	308	317	313	(10)	(3)	4	1
Empréstimos (bruto da provisão para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ¹	261	265	254	(4)	(1)	10	4
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) ³	559	518	554	40	8	(36)	(6)
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	29	30	30	(1)	(4)	(0)	(1)
Rácio custo/rendimento ⁴	81,2%	74,8%	96,2%	N/S	6,4ppt	N/S	(21,4) pp
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁵	4,1%	8,3%	(1,5)%	N/S	(4,2) pp	N/S	9,8ppt
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁵	4,5%	9,0%	(1,7)%	N/S	(4,6) pp	N/S	10,7ppt

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ O Grupo define os ativos sob gestão como (a) os ativos detidos em nome dos clientes para fins de investimento e/ou (b) os ativos dos clientes que são geridos pelo banco; os ativos sob gestão são geridos numa base discricionária ou de aconselhamento, ou estes ativos são depositados no banco; os depósitos são considerados ativos sob gestão se servirem para fins de investimento; no Private Bank Alemanha e no Premium Banking, isto inclui os depósitos a prazo e os depósitos de poupança; no Wealth Management & Bank for Entrepreneurs, parte-se do princípio de que todos os depósitos dos clientes são detidos no banco principalmente para fins de investimento; nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento que se qualificam como ativos sob gestão e que são geridos pela DWS, estes são reportados como ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁵ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2023, 2022 e 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

2023

O Private Bank registou um lucro antes de impostos de 1,0 mil milhões de euros em 2023, em comparação com 1,7 mil milhões de euros no ano anterior, o que representa uma descida de 41%. A evolução anual reflete custos e receitas não operacionais significativos. Os custos não operacionais foram de 468 milhões de euros em 2023, em comparação com um benefício de 147 milhões de euros em 2022. Além disso, as receitas de 2022 incluíram 430 milhões de euros em rubricas específicas que não se repetiram em 2023. Estas rubricas tiveram impacto nos principais rácios, com o rácio custos/proveitos a aumentar para 81%, face a 75% no ano anterior, enquanto a rentabilidade após impostos dos capitais próprios médios diminuiu para 4,1%, face a 8,3% em 2022, e a rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios dos acionistas diminuiu para 4,5%, face a 9,0% no ano anterior. Excluindo os custos não operacionais e as rubricas específicas de receitas, o resultado antes de impostos teria aumentado 30% em relação ao ano anterior.

As receitas líquidas ascenderam a 9,6 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 5% em relação ao ano anterior, ou um aumento de 10% se forem ajustadas para ter em conta a não recorrência dos já referidos 430 milhões de euros de rubricas específicas do ano passado. Estas incluem uma mais-valia de cerca de 310 milhões de euros resultante da venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália e os efeitos positivos da venda da Sal. Oppenheim. O crescimento das receitas foi impulsionado pelo aumento da margem financeira dos produtos de depósito, parcialmente compensado por menores receitas de comissões e menores receitas de empréstimos num ambiente de subida das taxas de juro. O Private Bank atraiu entradas líquidas para ativos sob gestão no valor de 29 mil milhões de euros em 2023, com entradas líquidas tanto em produtos de investimento como em depósitos. A evolução dos empréstimos refletiu uma menor procura por parte dos clientes, principalmente no que se refere aos empréstimos hipotecários na Alemanha e à desalavancagem dos clientes na região APAC.

No Private Bank Alemanha, as receitas líquidas aumentaram 14% para 6,1 mil milhões de euros, uma vez que a margem financeira mais elevada proveniente de produtos de depósito mais do que compensou o impacto de receitas de comissões mais baixas devido a alterações nas condições contratuais e regulamentares.

No International Private Bank, as receitas líquidas cifraram-se em 3,5 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 8% em termos homólogos, ou um aumento de 5% se ajustado ao impacto das rubricas específicas acima mencionadas, de receitas não recorrentes de cerca de 50 milhões de euros na sequência da alienação de atividades em Itália. O aumento das receitas de depósitos foi compensado pela diminuição das receitas de empréstimos e investimentos, principalmente na região APAC.

Os ativos sob gestão no Private Bank ascendiam a 559 mil milhões de euros no final do ano, um aumento de 40 mil milhões de euros durante o ano. O aumento deveu-se principalmente a entradas líquidas de 29 mil milhões de euros e a um impacto benéfico de 19 mil milhões de euros decorrente de níveis de mercado mais elevados, parcialmente compensado por um impacto negativo de 4 mil milhões de euros decorrente de variações cambiais.

A provisão para perdas de crédito foi de 783 milhões de euros, ou 30 pontos de base dos empréstimos médios, em comparação com 583 milhões de euros, ou 22 pontos de base dos empréstimos médios no ano anterior. O aumento refletiu sobretudo um ambiente macroeconómico mais difícil, impactos mais elevados das perdas com nomes individuais no International Private Bank e efeitos de atrasos operacionais temporários relacionados com a migração informática do Postbank, enquanto a provisão para perdas de crédito em 2022 beneficiou de libertações na sequência da venda de empréstimos não produtivos. A evolução da carteira global continuou a refletir a elevada qualidade da carteira de empréstimos, em especial nas atividades de retalho, e a disciplina de risco rigorosa que se mantém.

Os gastos operacionais (excl. juros) ascenderam a 7,8 mil milhões de euros, um aumento de 14% em termos homólogos, impulsionados predominantemente pelos já referidos 468 milhões de euros em custos não operacionais, incluindo reestruturação e indemnizações no valor de 346 milhões de euros e encargos com litígios no valor de 123 milhões de euros, em comparação com libertações de custos não operacionais no valor de 147 milhões de euros em 2022. Os custos ajustados, que excluem estas rubricas, aumentaram 4%, refletindo sobretudo os investimentos nas funções de controlo do Grupo, as iniciativas estratégicas, o aumento da imputação de custos internos, a correção dos serviços do Postbank e os impactos da inflação. Estas foram parcialmente atenuadas pela continuação das poupanças dos programas de transformação e pela redução dos encargos regulamentares.

2022

O Private Bank registou um lucro antes de impostos de 1,7 mil milhões de euros em 2022, em comparação com uma perda de 133 milhões de euros no ano anterior, o maior lucro antes de impostos desde a criação do Private Bank em 2019. A rentabilidade após impostos dos capitais próprios médios dos acionistas foi de 8,3%, contra 1,5% negativos em 2021, e a rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios dos acionistas aumentou para 9,0%, contra 1,7% negativos no ano anterior. O rácio custo/rendimento melhorou para 75%, face a 96% no ano anterior, refletindo um crescimento de 11% das receitas, combinado com uma redução de 14% dos gastos operacionais (excl. juros).

As receitas líquidas ascenderam a 9,2 mil milhões de euros, um aumento de 11% em relação ao ano anterior. O aumento refletiu, em parte, rubricas de receitas específicas mais elevadas, sobretudo um ganho de cerca de 310 milhões de euros com a venda da atividade do Deutsche Bank Financial Advisors em Itália, bem como o impacto positivo da redução das receitas não realizadas relacionadas com o acórdão do Tribunal Federal de Justiça alemão (BGH) de 2021 sobre acordos de fixação de preços. Ajustadas a estes impactos, as receitas líquidas cresceram 6% em relação ao ano anterior, impulsionadas por uma margem financeira mais elevada, por movimentos da taxa de câmbio e pelo crescimento contínuo do negócio. O crescimento do negócio foi de 41 mil milhões de euros em 2022 e refletiu entradas líquidas em ativos sob gestão de 30 mil milhões de euros, incluindo entradas líquidas em produtos de investimento de 25 mil milhões de euros e depósitos de 5 mil milhões de euros, bem como novos empréstimos líquidos a clientes de 11 mil milhões de euros.

O Private Bank Alemanha gerou receitas líquidas no valor de 5,3 mil milhões de euros, um aumento de 6% em relação ao ano anterior, refletindo em parte a redução das receitas perdidas devido ao acórdão do BGH. Excluindo este impacto, as receitas aumentaram 4%, uma vez que o aumento da margem financeira dos produtos de depósito mais do que compensou o impacto da redução das receitas de empréstimos e das comissões num ambiente macroeconómico mais difícil.

No International Private Bank, as receitas líquidas ascenderam a 3,8 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 19% em relação ao ano anterior, e de 9%, se ajustadas em função da mais-valia de venda acima referida e das atividades de investimento da Sal. Oppenheim. O crescimento das receitas deveu-se principalmente a receitas de depósitos mais elevadas, devido ao aumento das taxas de juro, à expansão contínua da carteira de empréstimos e a movimentos positivos das taxas de câmbio. As receitas dos produtos de investimento beneficiaram de entradas líquidas, mas também foram afetadas por um ambiente de mercado mais difícil. O International Private Bank atraiu novos volumes líquidos de 29 mil milhões de euros em empréstimos e ativos sob gestão durante todo o ano, o valor mais elevado desde a sua criação.

Os ativos sob gestão no Private Bank diminuíram 36 mil milhões de euros para 518 mil milhões de euros no final do ano. Esta evolução refletiu um impacto negativo de 56 mil milhões de euros decorrente da evolução do mercado e um efeito líquido de alienação de 15 mil milhões de euros após a venda da atividade da Financial Advisors em Itália, parcialmente compensado por entradas líquidas de 30 mil milhões de euros e um impacto positivo de 6 mil milhões de euros decorrente de variações cambiais.

A provisão para perdas de crédito foi de 583 milhões de euros, ou seja, 22 pontos base dos empréstimos médios, em parte devido a certas exposições individuais no setor internacional. Excluindo estes últimos, a evolução da carteira global continuou a refletir a elevada qualidade da carteira de empréstimos e a disciplina de risco rigorosa que se mantém. Este valor é comparável aos 446 milhões de euros de provisões para perdas de crédito no ano anterior, que beneficiaram de um ambiente macroeconómico mais estável.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 6,8 mil milhões de euros, menos 14% face ao ano anterior. Esta evolução reflete o impacto positivo da libertação de provisões para litígios registadas no ano anterior relacionadas com a decisão do BGH, menores despesas de reestruturação no contexto da execução de objetivos estratégicos e uma redução anual de 7% nos custos ajustados. Esta última foi impulsionada por poupanças incrementais resultantes de iniciativas de transformação, incluindo reduções de efetivos e o encerramento de mais de 170 sucursais. A gestão contínua dos custos e a menor afetação dos custos dos serviços internos também contribuíram para a redução dos custos ajustados. Estes valores foram parcialmente compensados por um impacto negativo resultante de movimentos cambiais.

Asset Management

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.314	2.458	2.370	(143)	(6)	88	4
Comissões de desempenho e transação	128	125	212	2	2	(86)	(41)
Outros	(59)	24	126	(84)	N/S	(102)	(81)
Total de receitas líquidas	2.383	2.608	2.708	(225)	(9)	(100)	(4)
Provisão para perdas de crédito	(1)	(2)	5	1	(50)	(6)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	891	899	822	(8)	(1)	77	9
Despesas gerais e administrativas	934	883	846	50	6	37	4
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	68	0	(68)	N/S	68	N/S
Atividades de reestruturação	0	0	2	(0)	(15)	(2)	(95)
Despesas totais (excluindo juros)	1.825	1.850	1.670	(26)	(1)	180	11
Participações minoritárias	163	174	223	(12)	(7)	(49)	(22)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	396	584	809	(188)	(32)	(225)	(28)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ¹	2.023	2.024	1.913	(2)	(0)	111	6
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	2.363	2.258	2.159	105	5	100	5
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	576	495	442	81	16	53	12
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	4.962	4.778	4.514	185	4	264	6
Total de ativos (em mil milhões de euros) ^{1,2}	10	10	10	0	2	(0)	(2)
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	15	13	14	2	18	(2)	(11)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ¹	3	3	3	0	2	0	2
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	10	9	11	0	3	(1)	(11)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) ³	896	821	928	75	9	(106)	(11)
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	28	(20)	48	48	N/S	(68)	N/S
Rácio custo/rendimento ⁴	76,6%	71,0%	61,7%	N/S	5,6ppt	N/S	9,3ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁵	4,9%	7,4%	11,0%	N/S	(2,5) pp	N/S	(3,6) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁵	11,3%	17,1%	25,8%	N/S	(5,9) pp	N/S	(8,7) pp

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento representam uma visão consolidada; isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ O Grupo define os ativos sob gestão como (a) os ativos detidos em nome dos clientes para fins de investimento e/ou (b) os ativos dos clientes que são geridos pelo banco; os ativos sob gestão são geridos numa base discricionária ou de aconselhamento, ou estes ativos são depositados no banco; os depósitos são considerados ativos sob gestão se servirem para fins de investimento; no Private Bank Alemanha e no Premium Banking, isto inclui os depósitos a prazo e os depósitos de poupança; no Wealth Management & Bank for Entrepreneurs, parte-se do princípio de que todos os depósitos dos clientes são detidos no banco principalmente para fins de investimento; nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento que se qualificam como ativos sob gestão e que são geridos pela DWS, estes são reportados como ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁵ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2023, 2022 e 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste Relatório Anual.

2023

O lucro antes de impostos foi de 396 milhões de euros, o que representa uma redução de 32%, devido principalmente à diminuição das receitas. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas, depois de impostos, foi de 4,9%, face a 7,4% no ano anterior. A rentabilidade após impostos do capital próprio dos acionistas tangível médio foi de 11,3%, face a 17,1% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 77%, contra 71% em 2022.

As receitas líquidas em 2023 ascenderam a 2,4 mil milhões de euros, menos 9% do que em 2022, em resultado de outras receitas significativamente mais baixas, impulsionadas por custos de financiamento mais elevados e menores rendimentos de investimento, bem como de comissões de gestão ligeiramente mais baixas devido à evolução negativa do mercado, à composição das entradas líquidas em Alternativos e à compressão das margens noutras classes de produtos. As comissões de desempenho e de transação mantiveram-se essencialmente estáveis em comparação com o ano de 2022.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,8 mil milhões de euros em 2023, o que representa uma descida de 1%. Os custos ajustados aumentaram 3%, principalmente devido a custos de TI mais elevados para apoiar a transformação e a custos de serviços bancários mais elevados, impulsionados por um aumento dos ativos sob gestão no negócio de Passivos, enquanto a remuneração e os benefícios permaneceram essencialmente estáveis. Os custos não operacionais foram

significativamente mais baixos devido a uma imparidade de 68 milhões de euros de um ativo intangível não amortizado relacionado com contratos de retalho de fundos de investimento nos Estados Unidos no ano anterior.

Os fluxos líquidos foram positivos em 28 mil milhões de euros, principalmente nos produtos nas áreas de Passivos, Numerário e Multi-ativos. Esta situação foi parcialmente compensada por saídas líquidas de fundos em ações e investimentos sistemáticos e quantitativos (SQL), enquanto os fluxos líquidos em investimentos alternativos e em rendimento fixo se mantiveram essencialmente estáveis. Os produtos SAG atraíram entradas líquidas de 5 mil milhões de euros em 2023, principalmente para a Xtrackers.

Os ativos sob gestão aumentaram 75 mil milhões de euros, ou seja, 9%, para 896 mil milhões de euros em 2023, principalmente devido à evolução positiva do mercado e às entradas líquidas, enquanto as variações cambiais tiveram um impacto negativo.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2023, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQL ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2022	99	194	68	64	80	199	118	821
Fluxos de entrada	13	37	15	10	608	93	14	788
Fluxos de saída	(15)	(36)	(11)	(11)	(602)	(71)	(13)	(760)
Fluxos líquidos	(2)	0	4	(2)	6	21	0	28
Impacto cambial	(1)	(3)	(0)	(0)	(2)	(4)	(2)	(12)
Desempenho	11	12	3	5	1	31	(5)	57
Outros	0	0	1	(1)	0	0	0	1
Saldo em 31 de dezembro de 2023	107	204	76	66	85	247	111	896
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	69	11	30	31	4	17	47	27

2022

O lucro antes de impostos foi de 584 milhões de euros, o que representa uma descida de 28%, devido principalmente a uma redução significativa das comissões de desempenho e de outros rendimentos, bem como a uma imparidade de ativos intangíveis. Ajustado para despesas de reestruturação e indemnizações e imparidades de goodwill, e outros ativos intangíveis, o lucro antes de impostos foi de 689 milhões de euros, uma descida de 17%. A rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas, depois de impostos, foi de 7,4%, face a 11,0% no ano anterior. A rentabilidade após impostos do capital próprio dos acionistas tangível médio foi de 17,1%, face a 25,8% no ano anterior. O rácio custo/rendimento foi de 71%, contra 62% em 2021.

As receitas líquidas para 2022 ascenderam a 2,6 mil milhões de euros, uma descida de 4%, uma vez que as comissões de gestão mais elevadas foram mais do que compensadas por comissões de desempenho significativamente mais baixas, refletindo a não recorrência de uma comissão de desempenho de 89 milhões de euros de um fundo Active Asset reconhecida em 2021, e outras receitas significativamente mais baixas.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,8 mil milhões de euros em 2022, um aumento de 11%. Os custos ajustados aumentaram 5%, principalmente devido a um aumento das remunerações e benefícios, em virtude do aumento do número de efetivos para apoiar a transformação e o crescimento. Os custos não operacionais incluem uma imparidade de 68 milhões de euros de um ativo intangível não amortizado relacionado com contratos de retalho de fundos de investimento nos Estados Unidos. O rácio custo/rendimento foi de 71%, mais 9 pontos percentuais do que no ano anterior.

Os fluxos líquidos foram negativos em 20 mil milhões de euros, principalmente nos produtos de margem mais baixa, Fixed Income, Cash e Passive, afetados pela pressão sobre os fluxos exercida por todo o setor. Esta situação foi parcialmente compensada por entradas líquidas nos produtos de maior margem Multiativos e Alternativos. Os produtos SAG atraíram entradas líquidas de mil milhões de euros em 2022, apesar da conjuntura adversa.

Os ativos sob gestão diminuíram 106 mil milhões de euros, ou seja, 11%, para 821 mil milhões de euros em 2022, principalmente devido à evolução negativa do mercado e às saídas líquidas, enquanto as variações cambiais tiveram um impacto positivo.

A tabela seguinte fornece uma evolução dos ativos sob gestão durante 2022, discriminados por tipo de produto, bem como as respetivas margens das comissões de gestão:

em mil milhões de euros	Capital próprio ativo	Rendimento fixo ativo	Multiativo ativo	SQI ativo	Numerário ativo	Passivo	Alternativos	Ativos sob gestão
Saldo em 31 de dezembro de 2021	116	227	70	77	84	238	115	928
Fluxos de entrada	16	39	16	10	562	81	17	741
Fluxos de saída	(17)	(51)	(10)	(11)	(568)	(88)	(16)	(761)
Fluxos líquidos	(1)	(12)	6	(0)	(6)	(7)	1	(20)
Impacto cambial	2	7	0	0	2	7	4	22
Desempenho	(18)	(28)	(8)	(13)	0	(38)	(2)	(108)
Outros	(0)	1	0	(0)	(0)	(1)	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2022	99	194	68	64	80	199	118	821
Margens das comissões de gestão (em pontos base)	71	12	31	29	3	18	50	28

Corporate & Other

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)			Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
	2023	2022	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	45	(904)	949	N/S	(590)	188
Provisão para perdas de crédito	26	(9)	35	N/S	27	(76)
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	3.372	3.231	141	4	86	3
Despesas gerais e administrativas	(2.634)	(2.192)	(441)	20	(331)	18
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(1)	(2)	1	(40)	0	(22)
Despesas totais (excluindo juros)	738	1.037	(299)	(29)	(244)	(19)
Participações minoritárias	(166)	(190)	24	(12)	16	(8)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(553)	(1.743)	1.190	(68)	(389)	29
Colaboradores (C&O, líquidos, equivalentes a tempo inteiro) ¹	1.218	1.856	(638)	(34)	(1.654)	(47)
Colaboradores (infraestrutura central atribuída às empresas, equivalente a tempo inteiro) ¹	34.588	30.300	4.288	14	3.363	12
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	35.806	32.156	3.650	11	1.709	6
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	40	46	(6)	(13)	(0)	(0)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	39	36	3	7	(25)	(41)

N/S – não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

2023

O segmento Corporate & Other registou perdas antes de impostos de 0,6 mil milhões de euros em 2023, em comparação com perdas antes de impostos de 1,7 mil milhões de euros em 2022, refletindo receitas mais elevadas e menores gastos operacionais (excl. juros).

As receitas líquidas foram positivas em 45 milhões de euros em 2023, em comparação com 904 milhões de euros negativos em 2022. As receitas relacionadas com a avaliação e as diferenças temporais foram positivas em 792 milhões de euros em 2023, em comparação com 119 milhões de euros negativos em 2022, tendo a melhoria homóloga sido impulsionada por movimentos do mercado e pela reversão de perdas de períodos anteriores. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram de 242 milhões de euros negativos em 2023, face a 311 milhões de euros negativos em 2022.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 738 milhões de euros em 2023, uma redução de 299 milhões de euros, ou 29%, em comparação com 2022. A redução foi impulsionada principalmente por libertações positivas de litígios no valor de 37 milhões de euros em 2023, em comparação com um encargo de 261 milhões de euros em 2022. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, foram de 582 milhões de euros em 2023 face a 510 milhões de euros em 2022.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos no segmento Corporate & Other. Estes foram de 166 milhões de euros em 2023, em comparação com 190 milhões de euros em 2022, principalmente relacionados com a DWS.

2022

O segmento Corporate & Other registou um prejuízo antes de impostos de 1,7 mil milhões de euros em 2022, em comparação com um prejuízo antes de impostos de 1,4 mil milhões de euros em 2021, refletindo principalmente receitas líquidas negativas mais elevadas.

As receitas líquidas foram uns negativos 904 milhões de euros em 2022, em comparação com os negativos 314 milhões de euros em 2021. As receitas relacionadas com as diferenças de avaliação e temporais foram negativas em 119 milhões de euros em 2022, em comparação com 158 milhões de euros positivos em 2021. As receitas líquidas relacionadas com financiamento e liquidez foram negativas em 311 milhões de euros em 2022, contra 242 milhões de euros negativos em 2021.

Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 1,0 mil milhões de euros em 2022, em comparação com 1,3 mil milhões de euros em 2021, uma redução de 19% em termos homólogos. Esta redução deveu-se principalmente às carteiras antigas, refletindo menores encargos com serviços internos e uma diminuição dos custos diretos com remunerações e não remunerações. As despesas associadas às atividades de acionistas, tal como definido nas orientações relativas aos preços de transferência da OCDE, não afetadas às divisões de negócio, foram de 510 milhões de euros em 2022 face a 460 milhões de euros em 2021.

As participações minoritárias são deduzidas do lucro antes de impostos das divisões e revertidos no segmento Corporate & Other. Estes foram de 190 milhões de euros em 2022, em comparação com 206 milhões de euros em 2021, principalmente relacionados com a DWS.

Posição Financeira

Ativos

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31 dez 2023	31 dez 2022	Variação absoluta	Variação em %
Caixa, banco central e saldos interbancários	184.556	186.091	(1.535)	(1)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo	14.764	11.478	3.286	29
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	465.252	482.376	(17.124)	(4)
Dos quais: Ativos detidos para negociação	125.275	92.867	32.408	35
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	251.856	299.686	(47.830)	(16)
Dos quais: Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	88.047	89.654	(1.608)	(2)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	35.546	31.675	3.871	12
Empréstimos pelo custo amortizado	473.705	483.700	(9.995)	(2)
Restantes ativos	138.507	141.468	(2.961)	(2)
Dos quais: Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	72.566	71.250	1.317	2
Total do ativo	1.312.331	1.336.788	(24.458)	(2)

Passivo e capital próprio

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31 dez 2023	31 dez 2022	Variação absoluta	Variação em %
Depósitos	622.035	621.456	579	0
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	3.042	585	2.456	N/S
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	366.475	388.072	(21.597)	(6)
Dos quais: Passivos detidos para negociação	44.005	50.616	(6.611)	(13)
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	238.260	282.353	(44.093)	(16)
Dos quais: Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	83.727	54.634	29.092	53
Outros empréstimos a curto prazo	9.620	5.122	4.498	88
Dívida a longo prazo	119.390	131.525	(12.135)	(9)
Restantes passivos	116.951	117.700	(749)	(1)
Dos quais: Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	81.539	82.711	(1.173)	(1)
Total do passivo	1.237.513	1.264.460	(26.948)	(2)
Total do capital próprio	74.818	72.328	2.490	3
Total do passivo e do capital próprio	1.312.331	1.336.788	(24.458)	(2)

Movimentos nos Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2023, o balanço total de 1,3 bilhões de euros manteve-se essencialmente inalterado em comparação com o final do ano de 2022.

Os ativos de negociação aumentaram em € 32.4 billion, principalmente devido ao aumento da exposição em títulos do Estado, resultante de maiores fluxos de clientes e do posicionamento das mesas de negociação em relação ao ambiente atual. Os passivos correspondentes diminuíram em € 6.6 billion, principalmente devido à redução das posições curtas em obrigações do Estado na atividade de taxas na Europa.

Os valores de mercado positivos e negativos dos instrumentos financeiros derivados diminuíram em € 47.8 billion e € 44.1 billion, respetivamente, devido aos produtos cambiais, principalmente devido à desvalorização do dólar americano face ao euro e à redução do risco. A descida foi também observada nos produtos de taxa de juro, devido à evolução das curvas de taxa de juro.

Os empréstimos ao custo amortizado diminuíram em € 10.0 billion, principalmente devido à menor procura e à continuação da utilização seletiva do balanço no Corporate Bank, bem como à menor originação de hipotecas no Private Bank.

Os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados aumentaram 29,1 mil milhões de euros, principalmente devido a um aumento dos títulos vendidos com acordos de recompra, em resultado de um maior financiamento garantido das existências de negociação e das atividades dos clientes, bem como a um aumento da dívida de longo prazo, devido a novas emissões de títulos FIC no Investment Bank.

Os outros empréstimos a curto prazo aumentaram 4,5 mil milhões de euros, principalmente devido à emissão de papel comercial.

A dívida a longo prazo ao custo amortizado diminuiu em € 12.1 billion em resultado do pré-pagamento das ORPA direcionadas e das emissões vencidas, que foram parcialmente compensadas por novas emissões durante o ano.

O movimento global do balanço incluiu uma diminuição de 18,6 mil milhões de euros, devido a variações cambiais sobretudo motivadas pela desvalorização do dólar dos Estados Unidos face ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento das rubricas do balanço discutidas nesta secção.

Liquidez

O total de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA), tal como definidos pelo Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e alterados pelo Regulamento (UE) 2018/1620, permaneceu estável em 219 mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Esta evolução deve-se principalmente ao reembolso dos passivos TLTRO, compensado pelos movimentos da carteira de negócios. O Grupo mantém ativos adicionais elegíveis do banco central com elevada liquidez, não qualificados como HQLA ou sujeitos a restrições de transferência ao abrigo da definição de HQLA. Estes ativos líquidos adicionais ascendiam a 42 mil milhões de euros, pelo que o total das reservas de liquidez do Grupo era de 261 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2023. No final de 31 de dezembro de 2022, estes ativos líquidos adicionais ascendiam a 37 mil milhões de euros, pelo que o total das reservas de liquidez do Grupo era de 256 mil milhões de euros. O rácio de cobertura de liquidez era de 140% no final do quarto trimestre de 2023, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 62 mil milhões de euros em comparação com 142% no final do quarto trimestre de 2022, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 64 mil milhões de euros.

Ações

O capital próprio total em 31 de dezembro de 2023 era de 74,8 mil milhões de euros, em comparação com 72,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 2,5 mil milhões de euros. Esta variação deveu-se a uma série de fatores, incluindo o lucro atribuível aos acionistas do Deutsche Bank e componentes adicionais de capital próprio reportados para o período, no valor de 4,8 mil milhões de euros, e as ações próprias distribuídas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações, no valor de 407 milhões de euros. Outros fatores que contribuíram para este resultado foram os ganhos líquidos não realizados em outro rendimento integral acumulado, principalmente em derivados de cobertura de fluxos de caixa, no valor de 592 milhões de euros, líquidos de impostos, bem como os ganhos atribuíveis a ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, no valor de 133 milhões de euros, líquidos de impostos. Estes valores foram parcialmente compensados pelos efeitos negativos da conversão cambial, no montante de 1,1 mil milhões de euros, líquidos de impostos, resultantes sobretudo do enfraquecimento do dólar dos Estados Unidos face ao euro, das aquisições líquidas de ações próprias no montante de 857 milhões de euros, dos cupões pagos sobre componentes adicionais de capital no montante de 498 milhões de euros, bem como dos dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank no montante de 610 milhões de euros. Outros fatores que contribuíram para esta evolução incluem perdas de remensuração relacionadas com planos de benefícios definidos no valor de 148 milhões de euros, líquidas de impostos, uma variação líquida de prémios em ações no período de 94 milhões de euros e dividendos pagos a participações minoritárias no valor de 100 milhões de euros.

Em 28 de fevereiro de 2023, o Deutsche Bank cancelou 26,5 milhões das suas ações ordinárias, concluindo o seu programa de recompra de ações de 2022. A anulação reduziu o valor nominal das ações em 68 milhões de euros. As ações anuladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, pelo seu custo de aquisição de 300 milhões de euros. A diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 232 milhões de euros. As ações já tinham sido deduzidas do capital próprio total reportado em 31 de dezembro de 2022. Por conseguinte, a anulação não reduziu o capital próprio total reportado em 2023.

Em 25 de julho de 2023, o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG decidiu iniciar o programa de recompra de ações em 2023, num montante máximo de 450 milhões de euros. O programa de recompra de ações teve início em 2 de agosto de 2023 e terminou em 8 de dezembro de 2023. Neste período, o Deutsche Bank recomprou 45,5 milhões de ações ordinárias. A recompra destas ações reduziu o capital próprio total reportado em 450 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023.

Fundos Próprios

O capital Common Equity Tier 1 CRR/CRD do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2023 permanecem materialmente estáveis em 48,1 mil milhões de euros, em comparação com 31 de dezembro de 2022. Os ativos ponderados pelo risco (RWA) diminuíram 10,3 mil milhões de euros para 349,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 360,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. O rácio de fundos próprios CET 1 aumentou para 13,7% em 31 de dezembro de 2023, de 13,4% em 31 de dezembro de 2022, em resultado de uma diminuição dos RWA.

A 31 de dezembro de 2023, o capital Tier 1 do Banco totalizava 56,4 mil milhões de euros, sendo composto por um capital CET 1 de 48,1 mil milhões de euros e num capital Tier 1 adicional de 8,3 mil milhões de euros. Os fundos próprios de Tier 1 foram 0,2 mil milhões de euros inferiores aos registados no final de 2022, devido a uma diminuição dos fundos próprios AT1. O rácio de capital Tier 1 em 31 de dezembro de 2023 aumentou para 16,1%, em comparação com 15,7% em 31 de dezembro de 2022.

O capital total em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 65,0 mil milhões de euros, em comparação com 66,1 mil milhões de euros no final de 2022. A diminuição do capital total foi impulsionada por uma diminuição dos fundos próprios Tier 1 de 0,2 mil milhões de euros e uma diminuição dos fundos próprios Tier 2 de 0,9 mil milhões de euros desde o final de 2022. O rácio de capital total em 31 de dezembro de 2023 aumentou para 18,6% em comparação com 18,4% em 31 de dezembro de 2022.

Liquidez e recursos de capital

Para uma análise pormenorizada da gestão do risco de liquidez do Banco, consulte o Relatório de Risco do presente relatório anual.

Notações de crédito

O Deutsche Bank é classificado pela Moody's France SAS ("Moody's"), S&P Global Ratings UK Limited ("S&P"), Fitch Ratings - uma filial da Fitch Ratings Ireland Limited ("Fitch"), e DBRS Ratings GmbH ("Morningstar DBRS", juntamente com a Moody's, S&P e Fitch, as "agências de notação").

A Moody's, a Fitch e a Morningstar DBRS estão estabelecidas na União Europeia e foram registadas em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 1060/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de setembro de 2009, na redação em vigor, relativo às agências de notação de crédito ("Regulamento ANC"). Relativamente à S&P, as notações de crédito são aprovadas pela sede da na Irlanda (S&P Global Ratings Europe Limited), em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3 do Regulamento ANC.

Desenvolvimento nas notações de crédito

As agências de notação reconheceram os progressos contínuos realizados pelo banco durante o ano de 2023, nomeadamente a melhoria da rentabilidade. Este facto refletiu-se nas atualizações efetuadas pela S&P, Fitch e Morningstar DBRS durante o ano.

Em 17 de maio de 2023, a S&P reviu a perspectiva do rating de crédito do emitente a longo prazo do Deutsche Bank de estável para positiva. A S&P refletiu o reforço da capacidade de resistência e do desempenho do banco. Na sua opinião, o programa de transformação do Deutsche Bank estabeleceu um modelo de negócio mais direcionado e rentável e lançou as bases para novos progressos. Além disso, a S&P salientou os sólidos perfis de capital, financiamento e liquidez do banco, que sustentam o seu perfil de crédito e atenuam a volatilidade do mercado.

Em 29 de junho de 2023, a Morningstar DBRS subiu em um nível a notação de risco de longo prazo do Deutsche Bank. As notações dos depósitos a longo prazo e da dívida sénior a longo prazo do banco, bem como a notação do emitente e a avaliação intrínseca foram melhoradas de A (baixa) para A. Além disso, as notações da dívida sénior não preferencial do banco foram aumentadas de BBB (elevado) para A (baixo), bem como as suas notações de obrigações críticas, aumentadas de A (elevado) para AA (baixo). A perspectiva de todas as notações de risco de longo prazo foi alterada de positiva para estável. A Morningstar DBRS destacou a implementação bem sucedida do programa de transformação estratégica, que ajudou a estabilizar e a aumentar o franchise do Deutsche Bank, juntamente com a melhoria da rentabilidade. Ao mesmo tempo, o banco tem mantido um perfil de risco conservador e rácios de capital sólidos, na sua opinião. Dada a dinâmica do negócio, a reavaliação em curso da sua carteira de empréstimos para taxas mais elevadas e os controlos de custos implementados, a Morningstar DBRS espera que o Deutsche Bank seja capaz de manter os níveis de rentabilidade em linha com a sua notação.

Em 3 de julho de 2023, a Fitch subiu em um nível a notação de risco de longo prazo do Deutsche Bank. Os ratings dos depósitos a longo prazo e da dívida preferencial sénior a longo prazo do banco, bem como a notação da contraparte de derivados, foram melhorados de A- para A. Além disso, a notação de incumprimento do emitente a longo prazo do banco e as notações da dívida sénior não privilegiada foram aumentados de BBB+ para A-. As notações da dívida adicional Tier 1 e Tier 2 foram atualizadas de BB para BB+, e de BBB- para BBB, respetivamente. As notações de curto prazo dos depósitos e da dívida preferencial sénior foram aumentadas de F2 para F1, respetivamente. A perspectiva da notação de incumprimento do emitente a longo prazo foi alterada de positiva para estável. A Fitch salientou a conclusão da maior parte da sua reestruturação, bem como o facto de o Deutsche Bank ter um modelo de negócio mais estável e diversificado. Além disso, na sua opinião, a sólida apetência pelo risco, a qualidade dos ativos, o financiamento e a liquidez do banco também apoiam as notações.

Na sequência da revisão da perspectiva para positiva em maio, a S&P subiu em um nível as notações de longo e curto prazo do Deutsche Bank em 8 de dezembro de 2023. A notação de crédito de longo prazo do banco e a notação da dívida preferencial sénior de longo prazo foram melhoradas de A- para A, enquanto a notação da dívida sénior não preferencial foi aumentada de BBB- para BBB. Além disso, as notações da dívida adicional de Tier 1 e Tier 2 foram atualizadas de BB+ para BBB- e de BB- para BB, respetivamente. A notação de crédito do emitente a curto prazo foi aumentada de A-2 para A-1. A perspectiva da notação de crédito do emitente a longo prazo foi alterada de positiva para estável. A S&P destacou o desempenho reforçado e a resiliência do Deutsche Bank como fatores determinantes para a subida de notação, acreditando também que a capitalização do banco é favorável às notações.

Os impactos potenciais das reduções de notações

O Deutsche Bank calcula o impacto potencial contratual e hipotético de uma redução de um nível e de dois níveis pelas agências de notação (Moody's, S&P e Fitch) sobre a sua posição de liquidez, e inclui este impacto no respetivo teste de esforço de liquidez diário e nos cálculos de rácio de cobertura de liquidez. Os resultados do LCR e dos testes de esforço de liquidez por cenário são divulgados em separado.

Em termos de obrigações contratuais, o impacto hipotético em saídas de esforço de liquidez de derivados de uma redução de notação de crédito em 1 nível nas três agências de notação Moody's, S&P e Fitch totaliza aproximadamente 0,4 milhões de euros, essencialmente motivados pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais. O impacto hipotético de uma redução de notação de crédito em 2 níveis totaliza aproximadamente 0,5 mil milhões de euros, principalmente motivada pelo aumento de requisitos de financiamento e/ou de margem de derivados contratuais.

A análise acima assume uma redução simultânea pelas três agências de notação Moody's, S&P e Fitch que iria reduzir consequentemente a capacidade de financiamento do Deutsche Bank nos montantes referidos. Esta análise contratual específica é integrada no cenário de testes de esforço de liquidez idiossincrático do banco.

O impacto efetivo de uma redução de nível do Deutsche Bank é imprevisível e pode variar dos potenciais impactos de financiamento e liquidez descritos acima.

Categorias de notação selecionadas

	Risco de contraparte	Sénior preferencial/ Depósitos ¹	Sénior não preferencial ²	Notação a curto prazo
Moody's Investors Service, Nova Iorque	A1 (cr)	A1	Baa1	P-1
Standard & Poor's, Nova Iorque	-	A	BBB	A-1
Fitch Ratings, Nova Iorque	A (notação de contraparte de derivados)	A	A-	F1 ³
Morningstar DBRS, Toronto	AA (baixo)	A	A (baixa)	R-1 (baixa)

¹ Definida como notação bancária sénior não garantida na Moody's, como dívida sénior não garantida na Standard & Poor's, como dívida sénior preferencial na Fitch e como dívida sénior na Morningstar DBRS. Todas as agências fornecem notações separadas para depósitos e dívida "sénior preferencial", mas no mesmo nível de notação.

² Definida como notação de dívida sénior júnior na Moody's, como dívida subordinada sénior na Standard & Poor's e como dívida sénior não preferencial na Fitch e na Morningstar DBRS

³ F1 atribuído a depósitos e dívida sénior não garantida "preferencial". F2 atribuído para a notação de incumprimento do emitente a longo prazo

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e cada notação deverá ser consultada e avaliada separadamente e as agências de notação devem ser consultadas para todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. As notações de crédito a longo prazo não devem ser vistas como recomendações para comprar, deter ou vender os títulos do Deutsche Bank.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2023.

Obrigações contratuais	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Pagamento devido por período Superior a 5 anos
em milhões de euros					
Obrigações de dívida de longo prazo ¹	135.540	34.999	39.785	28.897	31.859
Títulos fiduciários preferenciais ^{1,2}	307	307	0	0	0
Passivos financeiros de longo prazo designados ao justo valor através de resultados ³	10.810	2.170	2.874	3.742	2.024
Futuras saídas de caixa não refletidas na mensuração de passivos de locações ⁴	4.922	14	225	364	4.318
Passivos por locação ¹	5.981	834	908	908	3.331
Obrigações de aquisição	4.388	835	1.072	1.645	836
Depósitos de longo prazo ¹	24.033	0	10.218	3.189	10.627
Outros passivos de longo prazo	252	156	18	8	70
Total	186.234	39.315	55.100	38.754	53.065

¹ Inclui pagamentos de juros

² Data de pagamento contratual ou primeira data de compra

³ Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados

⁴ Para mais detalhes, consulte a Nota 22 "Locações"

As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos a, entre outras coisas, serviços de tecnologia de informação e de gestão de instalações. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os

pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 22, "Locações", Nota 26, "Depósitos" e Nota 30, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Perspetivas

A secção seguinte fornece uma visão geral das perspetivas do Deutsche Bank para o Grupo e as divisões para o exercício financeiro de 2024. As perspetivas para a economia global e o setor bancário no capítulo seguinte refletem as expectativas gerais do Grupo relativamente à evolução futura da economia e da indústria. Os pressupostos económicos utilizados nos modelos do banco são definidos separadamente nas respetivas secções.

Economia global

Perspetivas da economia global

Crescimento económico (em %) ¹	2024 ²	2023	Principal fator responsável
Economia global			Prevê-se que o crescimento económico mundial abrande ligeiramente em 2024. É provável que os efeitos desfasados da contração da política monetária constituam um entrave para as economias de mercado desenvolvidas, pelo menos até meados de 2024. Prevê-se que os contributos visivelmente positivos para o crescimento global provenham principalmente dos mercados emergentes. O enfraquecimento da economia mundial é suscetível de favorecer um novo abrandamento da inflação
PIB	2,9	3,1	
Inflação	5,1	6,9	
Dos quais:			
Países desenvolvidos			Nas economias desenvolvidas, é provável que o crescimento seja enfraquecido, em especial pela fraca dinâmica da zona euro. Um abrandamento sensível da inflação deverá apoiar os rendimentos reais das famílias e limitar assim a recessão económica. A descida das taxas de inflação deverá permitir que os bancos centrais comecem a baixar as taxas de juro diretoras a partir de meados de 2024
PIB	1,2	1,6	
Inflação	2,5	4,7	
Mercados emergentes			Prevê-se que o crescimento nos mercados emergentes seja um pouco mais fraco em 2024, sendo provável que a evolução em cada uma das regiões varie consideravelmente. No entanto, a maioria dos países deverá registar um abrandamento significativo da inflação. O fraco crescimento previsto nos países industrializados será um fator de abrandamento para o comércio externo, embora seja provável que varie de região para região
PIB	4,0	4,2	
Inflação	6,8	8,4	
Economia da área do euro			O crescimento do PIB na zona euro deverá estagnar até meados do ano. Depois disso, o consumo privado deverá dar um maior apoio à economia se a inflação continuar a baixar significativamente. Prevê-se que o BCE comece a baixar as taxas de juro diretoras a partir do primeiro semestre de 2024. A inflação poderá atingir o objetivo de 2% em meados do ano.
PIB	0,2	0,5	
Inflação	2,2	5,4	
Dos quais: Economia alemã			Prevê-se que o PIB alemão volte a diminuir em 2024. É provável que a política orçamental se torne mais restritiva devido a uma decisão do Tribunal Constitucional Federal. Se o aumento dos salários e o abrandamento da inflação apoiarem o consumo privado, espera-se que a economia recupere o seu dinamismo no verão. A economia mundial um pouco mais fraca é suscetível de limitar a recuperação. A política monetária ainda restritiva constituirá um obstáculo adicional
PIB	(0,2)	(0,3)	
Inflação	2,6	6,0	
Economia dos Estados Unidos			É provável que a economia dos EUA registe um crescimento robusto, apesar do impacto desfasado das anteriores subidas das taxas de juro e do menor crescimento dos salários. Se o mercado de trabalho e a inflação continuarem a enfraquecer, a Fed poderá começar a reduzir as taxas de juro a partir de meados do ano
PIB	2,4	2,5	
Inflação	2,4	4,1	
Economia do Japão			Prevê-se que a taxa de crescimento da economia japonesa abrande, nomeadamente devido a contrariedades do abrandamento no estrangeiro e que a política orçamental se torne gradualmente menos acomodatória. É provável que o crescimento dos salários seja forte em 2024 e apoie o consumo privado. Devido à inflação constante e ao crescimento dos salários, o Banco do Japão deverá pôr termo à sua política de taxas de juro negativas em 2024
PIB	0,4	2,0	
Inflação	2,9	3,3	
Economia asiática³			O desenvolvimento da China continua a ser de importância crucial para as economias asiáticas. O abrandamento do crescimento no estrangeiro é um fator negativo para a região. É provável que o abrandamento da inflação termine em 2024. Quando o banco central dos Estados Unidos começar a reduzir as taxas de juro, os bancos centrais asiáticos poderão também começar a reduzir a restritividade
PIB	4,8	5,1	
Inflação	2,0	2,3	
Dos quais: Economia chinesa			Em 2024, poderá ser necessário um maior apoio orçamental e monetário para atingir o objetivo de crescimento do governo. O fraco crescimento previsto para a Europa é suscetível de constituir um obstáculo para a economia de exportação da China. O fraco mercado imobiliário está a diminuir a procura por parte das famílias
PIB	4,7	5,2	
Inflação	0,6	0,2	

¹ Crescimento efetivo anual do PIB (% homólogo). Fontes: Autoridades nacionais exceto se indicado em contrário

² Fontes: Deutsche Bank Research

³ Inclui a China, Hong Kong, Índia, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Sri Lanka, Coreia do Sul, Tailândia e Vietname; exclui o Japão.

Há uma série de riscos para as perspetivas económicas globais do banco. Os riscos geopolíticos continuam elevados na Ucrânia e no Médio Oriente. A competição estratégica entre os EUA e a China poderá continuar a intensificar-se. A potencial intensificação das interdependências entre os focos de crise poderá exacerbar o impacto nos mercados. Em 2024, realizar-se-ão eleições importantes em muitas regiões do mundo, incluindo os EUA e a UE, e as notícias que as rodeiam poderão ter o potencial de movimentar os mercados, pelo menos a curto prazo.

Setor bancário

O setor bancário mundial enfrentará provavelmente mais contrariedades em 2024 do que no ano passado, quando o ambiente operacional era bastante benigno. É provável que as taxas de juro tenham atingido o seu máximo nas principais economias e que comecem a descer a partir da primavera. Esta situação pode exercer pressão sobre as margens de juro líquidas a médio prazo, apesar de um potencial benefício a curto prazo decorrente de um custo de financiamento mais baixo. A qualidade dos ativos pode deteriorar-se um pouco em relação aos níveis atuais, uma vez que as taxas de juro significativamente mais elevadas continuam a penetrar no setor privado e os mutuários em dificuldades enfrentam riscos crescentes de refinanciamento, especialmente nos mercados imobiliários comerciais. Simultaneamente, o abrandamento da economia real nos países avançados pode levar a que a procura de crédito por parte das empresas e das famílias continue a enfraquecer até se estabilizar ao longo do ano, com uma possível contração moderada dos volumes de empréstimos. A dinâmica dos mercados de capitais poderá registar uma melhoria cíclica após dois anos de atividade reprimida.

Os bancos europeus podem continuar a beneficiar de taxas de juro substancialmente mais elevadas, embora os efeitos secundários associados ganhem peso. Em resultado da considerável incerteza quanto à velocidade e extensão do processo de desinflação, o calendário e a dimensão dos cortes iniciais das taxas do BCE estão também sujeitos a expectativas variáveis. Do mesmo modo, a incerteza em matéria de política fiscal e económica pode aumentar devido à entrada em funções da nova Comissão Europeia e do novo Parlamento Europeu, além da evolução nos diferentes Estados-Membros da UE e da iminente fragmentação geopolítica. No entanto, o setor bancário deverá continuar a operar a partir de uma posição de força, com receitas ainda fortes, apesar de um crescimento mais lento, e a rentabilidade dos resultados finais a manter-se provavelmente próxima dos atuais níveis recorde. Os rácios de capital poderão aumentar ligeiramente, enquanto o impacto específico da implementação das reformas finais de Basileia III na UE deverá tornar-se claro. No entanto, poderá ser mais difícil obter melhorias adicionais em termos de rentabilidade e de capital.

Nos EUA, a economia poderá continuar a expandir-se de forma robusta em 2024, o que poderá apoiar o crescimento dos empréstimos. Embora seja provável que a Fed avance mais lentamente na redução das taxas de juro do que o BCE, taxas mais baixas poderão, no entanto, ajudar a aliviar o peso das perdas de títulos não realizadas nos balanços dos bancos. Tal como na Europa, a incerteza política poderá aumentar antes das eleições de novembro nos EUA. No entanto, está a surgir uma maior clareza no que diz respeito à implementação das reformas finais de Basileia III e, especificamente, aos requisitos mais rigorosos que os bancos regionais terão de enfrentar como consequência da turbulência em março de 2023. Esta situação poderá abrandar o seu crescimento e tornar prioritária a constituição de capital e o reforço da liquidez. No entanto, a rentabilidade de todo o sistema deverá manter-se elevada.

Os bancos na China e no Japão podem continuar a sofrer os efeitos adversos de um crescimento económico pouco dinâmico e de taxas de juro baixas, ou mesmo nulas, apesar de se esperar uma primeira subida das taxas no Japão na primavera. Os bancos chineses, em particular, são suscetíveis de serem afetados pela atual crise do mercado imobiliário nacional. No entanto, as repercussões exatas são difíceis de prever, dado o forte papel que as autoridades poderão desempenhar na resolução de eventuais problemas.

Em 2024, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e os Estados-Membros concentrar-se-ão em encerrar o maior número possível de dossiês legislativos pendentes, antes das eleições do Parlamento Europeu em junho de 2024 e da nomeação da nova Comissão Europeia em outubro de 2024. Os dossiers que estão em aberto incluem o Listings Act, a estratégia de investimento de retalho, o euro digital, o financiamento aberto, a diretiva relativa à diligência devida em matéria de sustentabilidade das empresas, a revisão do quadro dos serviços de pagamento, a revisão do quadro da infraestrutura dos mercados europeus (EMIR 3.0), o regulamento relativo aos índices de referência e a prorrogação do regulamento relativo aos índices de referência de países terceiros até dezembro de 2025.

Nos EUA, a maior parte das atenções centra-se na proposta das agências norte-americanas de implementar o pacote final de Basileia III no quadro dos EUA. A proposta aumenta os requisitos de fundos próprios para os bancos com mais de 100 mil milhões de dólares americanos em ativos e elimina grande parte da diferenciação entre os requisitos das instituições que não são bancos de importância sistémica global dos EUA, com base na sua dimensão e complexidade.

Grupo Deutsche Bank

O roteiro estratégico e financeiro do Deutsche Bank até 2025, designado por estratégia *Global do Hausbank*, define as metas financeiras e os objetivos de capital do banco para 2025. Se o Deutsche Bank continuar a aperfeiçoar e a acelerar a estratégia de *Global Hausbank* com medidas que implemente com êxito, o banco poderá ultrapassar os seus objetivos financeiros para 2025.

Os indicadores-chave de desempenho do Deutsche Bank são apresentados na tabela que se segue.

Indicadores-chave de desempenho

Objetivos financeiros	31 dez 2023	Metas financeiras e objetivos de capital para 2025
Rentabilidade das participações de capital tangíveis médias (após impostos) ¹	7,4%	acima de 10,0%
Taxa de crescimento anual composta das receitas entre 2021 e 2025 ²	6,6%	5,5 a 6,5% ³
Rácio custo/rendimento ⁴	75,1%	Inferior a 62,5%
Objetivos de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 ⁵	13,7%	~ 13,0% ⁶
Rácio de reembolso capital ⁷	21%	50% ⁸

¹ Com base nos lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após cupões AT1; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

² Período de doze meses até ao final do respetivo período de referência, em comparação com o ano completo de 2021

³ Rácio-alvo aumentado para 5,5 a 6,5% entre 2021 e 2025 no início de 2024

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como margem financeira antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁵ Para mais informações sobre o cálculo deste rácio, consulte o Relatório de Risco do presente relatório

⁶ Rácio-alvo, mantendo uma reserva de 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) previsto para o banco

⁷ Distribuições sob a forma de dividendos pagos em ações ordinárias e compra de ações para cancelamento executadas no período de referência em relação ao resultado líquido do período anterior atribuível aos acionistas do Deutsche Bank

⁸ Relativamente ao exercício financeiro de 2024 e seguintes

O Deutsche Bank reafirma os seus objetivos financeiros a atingir até 2025 de uma rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios superior a 10% e aumenta o seu objetivo de crescimento anual composto das receitas entre 5,5% e 6,5% para o período de 2021 a 2025, em relação ao objetivo anteriormente anunciado de 3,5% a 4,5%, bem como de um rácio custos/rendimentos inferior a 62,5%. O banco confirma igualmente os seus objetivos de capital de um rácio de fundos próprios CET 1 de cerca de 13% e de um rácio de reembolso de 50% a partir do exercício de 2024. Todas as projeções prospetivas abaixo são baseadas nas taxas de câmbio estrangeiras de 31 de janeiro de 2024.

Em 2024, prevê-se que as receitas do Deutsche Bank sejam ligeiramente superiores às do ano anterior. O Deutsche Bank prevê que as receitas se situem em cerca de 30 mil milhões de euros a nível do Grupo, apoiadas pela resiliência e pelo potencial de crescimento das suas atividades e pela continuação da dinâmica empresarial. Prevê-se que as receitas do Corporate Bank sejam ligeiramente inferiores em 2024, devido a uma normalização contínua das margens de juro líquidas. Prevê-se que as receitas do Investment Bank sejam mais elevadas em 2024, devido ao aumento significativo das receitas no domínio da Geração e Consultoria, principalmente devido a uma recuperação prevista na atividade de Originação de Dívida, e a receitas ligeiramente mais elevadas no domínio FIC Sales & Trading. As receitas líquidas do Private Bank deverão manter-se essencialmente estáveis, beneficiando do crescimento do negócio dos produtos de investimento, que são parcialmente compensados por receitas de depósitos mais baixas devido a um ambiente mais competitivo. Em Asset Management, prevê-se que as receitas sejam ligeiramente superiores, pressupondo a estabilização do mercado.

O Deutsche Bank está a gerir a base de custos do Grupo no sentido do nosso objetivo de relação custo/rendimento para 2025. O banco continua altamente focado na disciplina de custos e na concretização das iniciativas em curso e espera que as despesas não relacionadas com juros, bem como os custos ajustados em 2024, sejam essencialmente estáveis em comparação com 2023. O Grupo acredita que os custos em 2024 beneficiarão do investimento do banco em medidas de eficiência estrutural. Estas medidas incluem a otimização da plataforma na Alemanha, a atualização da arquitetura tecnológica, a reformulação dos processos "front-to-back" e medidas para aumentar a eficiência das infraestruturas. Espera-se que estes efeitos contrabalancem as contrariedades continuadas da inflação e ajudem a financiar investimentos selecionados no crescimento das empresas e no ambiente de controlo. O banco pretende atingir uma taxa de execução trimestral de custos ajustados de 5 mil milhões de euros em 2024 e pretende operar com um total de despesas totais (excluindo juros) de cerca de 20 mil milhões de euros em 2025.

Tendo em conta as contrariedades no primeiro trimestre de 2024, as orientações do Grupo para a provisão para perdas de crédito para todo o ano de 2024 deverão situar-se no limite superior de 25 a 30 pontos de base dos empréstimos médios, à luz das persistentes incertezas macroeconómicas e geopolíticas. O Deutsche Bank continua empenhado em aplicar normas

de subscrição rigorosas e um quadro rigoroso de gestão do risco. Estão disponíveis detalhes mais pormenorizados sobre o cálculo das perdas de crédito esperadas na secção "Relatório de Gestão: Relatório de Risco".

Espera-se que o rácio Common Equity Tier 1 (rácio CET 1) até ao final do ano 2024 permaneça essencialmente inalterado em comparação com 2023. O banco recebeu a maior parte das decisões regulamentares relativas aos modelos internos de risco de crédito e de mercado em 2023, estando previstas decisões menos impactantes em 2024. Numa base líquida, prevê-se que os ativos ponderados pelo risco sejam ligeiramente superiores devido ao crescimento eficiente do capital das empresas. A partir de 2024, o Deutsche Bank introduz uma nova metodologia relativa à atribuição dos ativos ponderados pelo risco operacional às divisões. Embora os ativos ponderados pelo risco operacional do Grupo não sejam afetados por esta alteração, os respetivos indicadores das divisões serão alterados no futuro. O Deutsche Bank pretende manter um rácio de capital Common Equity Tier 1 de cerca de 13%, ou seja, operar com uma reserva de 200 pontos base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) esperado do banco, também após os impactos da adoção do CRR 3, que deverá entrar em vigor em 1 de janeiro de 2025.

O Deutsche Bank planeia aumentar de forma sustentável os dividendos em numerário e, ao longo do tempo, devolver aos acionistas, através da recompra de ações, o capital excedentário em relação às necessidades de apoio ao crescimento rentável e às futuras alterações regulamentares. Para o exercício de 2023, o Conselho de Administração tenciona propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 0,45 euros por ação, após ter pago um dividendo de 0,30 euros por ação para 2022 e de 0,20 euros por ação para 2021. Para o exercício de 2024 e anos subsequentes, o banco tem como objetivo um rácio de reembolso de 50% do resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank, através de uma combinação de dividendos em dinheiro e recompra de ações. Estas distribuições aos acionistas estão sujeitas à autorização dos acionistas e aos requisitos da lei alemã das sociedades e, no caso de recompra de ações, requerem adicionalmente uma aprovação regulamentar prévia. O Deutsche Bank planeia aumentar tanto as recompras de ações como os dividendos em, pelo menos, 50% ao ano em 2024. O banco recebeu a aprovação da autoridade de supervisão para uma recompra de ações no valor de 675 milhões de euros, que pretende concluir materialmente no primeiro semestre de 2024, tendo concluído 450 milhões de euros em recompras de ações em 2023; e o Deutsche Bank planeia propor um dividendo relativo ao exercício de 2023 de 0,45 euros por ação, ou seja, aproximadamente 900 milhões de euros, acima dos 0,30 euros por ação para 2022, na Assembleia Geral Anual do banco em maio de 2024. Para os exercícios de 2024 e 2025, o Deutsche Bank pretende distribuir dividendos em numerário de 0,68 e 1,00 euros por ação, respetivamente, sujeito a um limite de 50% do rácio de distribuição em relação ao lucro líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank. O banco estabeleceu um objetivo de distribuição de capital de 8 mil milhões de euros para os exercícios de 2021-2025, pagos em 2022-2026, e acredita que está posicionado para ultrapassar este objetivo com base na realização dos objetivos financeiros do banco.

Devido à natureza da atividade do banco, o Deutsche Bank está envolvido em processos litigiosos, de arbitragem e regulamentares e em investigações na Alemanha e em algumas outras jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Estas questões estão sujeitas a muitas incertezas. Apesar de o Deutsche Bank ter resolvido um conjunto de questões de litígio importantes e de ter alcançado progressos relativamente a outras, prevê a continuação de dificuldades neste contexto de contencioso e execução. Para 2024, e com uma advertência de que a previsão das despesas de litígio está sujeita a muitas incertezas, o Deutsche Bank espera atualmente despesas de litígio líquidas superiores aos níveis observados em 2023. Para mais pormenores, consulte o capítulo "Provisões" do presente relatório.

As aspirações do Deutsche Bank estão sujeitas a vários riscos externos e internos, alguns dos quais o banco não pode influenciar. A realização atempada e bem-sucedida dos seus objetivos ou aspirações estratégicas pode ser afetada negativamente pela redução da capacidade de geração de receitas de algumas das principais atividades do banco, caso os riscos negativos se cristalizem. Estes riscos incluem, entre outros, a trajetória futura incerta da inflação e das políticas do banco central em matéria de taxas de juro, a guerra entre Israel e o Hamas e a guerra na Ucrânia, ambas com potencial de escalada, um ambiente macroeconómico em deterioração, riscos geopolíticos elevados, eventos cibernéticos plausíveis, as atuais contrariedades colocadas pelas reformas regulamentares e os efeitos nos processos legais e regulamentares do banco. Em 2023, a inflação persistentemente elevada, que conduziu a uma maior restritividade monetária, a expectativas crescentes de um ambiente de taxas de juro mais elevadas por mais tempo e a condições financeiras geralmente mais restritivas nas principais economias avançadas, constituíram um dos principais focos de atenção. No final de 2023, a evidência de uma diminuição da pressão inflacionista levou a uma reavaliação das expectativas do mercado no que respeita a cortes mais precoces e mais significativos das taxas dos bancos centrais em 2024, acompanhados de uma menor restritividade das condições financeiras. Além disso, registaram-se episódios de significativa volatilidade do mercado, em especial em torno de falências e/ou reestruturações seletivas no sector bancário dos EUA e da Europa, bem como uma pressão crescente sobre o mercado de imóveis comerciais, em especial no sector de escritórios dos EUA. Globalmente, estas tendências podem continuar a gerar elevados níveis de incerteza e podem provocar flutuações nos resultados das operações, nos planos estratégicos e nos objetivos financeiros do Deutsche Bank. Para uma análise mais pormenorizada dos potenciais riscos negativos, consulte a secção "Riscos e oportunidades" do presente relatório.

Os custos ajustados, bem como a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio, são medidas financeiras não-GAAP. Consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório para as definições de tais medidas e reconciliações com as medidas IFRS em que as mesmas se baseiam.

Segmentos da atividade do Deutsche Bank

Corporate Bank

Prevê-se que as receitas do Corporate Bank sejam ligeiramente inferiores em 2024, em comparação com o ano anterior. O desempenho das receitas em 2023 foi marcado por níveis extraordinariamente elevados de margem financeira, principalmente nas atividades baseadas em depósitos, resultantes do aumento das taxas de juro e de uma rigorosa disciplina de fixação de preços. O Corporate Bank prevê uma normalização das receitas de depósitos em 2024, que deverá ser parcialmente compensada pelo crescimento dos fluxos de receitas não sensíveis à taxa de juro, incluindo comissões e taxas. Apesar de serem ligeiramente inferiores em comparação com 2023, as receitas deverão ser significativamente superiores às registadas durante o período de baixas taxas de juro.

Prevê-se que as receitas dos Serviços de Tesouraria para Empresas sejam ligeiramente inferiores devido à normalização do repasse de taxas na atividade de Corporate Cash Management, parcialmente compensada pelo crescimento das soluções estruturadas e de fluxo de financiamento do comércio e dos empréstimos. As receitas dos Serviços a Clientes Institucionais também deverão ser ligeiramente inferiores, devido a uma redução da margem financeira, parcialmente compensada por receitas de comissões ligeiramente superiores. Na Banca de Empresas, as receitas deverão manter-se essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior, impulsionadas pelo crescimento da atividade, com receitas de juros estáveis e pagamentos de depósitos desfasados.

Prevê-se que a provisão para perdas de crédito se situe num intervalo de 20 a 25 pontos de base dos empréstimos médios em 2024.

Prevê-se que os gastos operacionais (excl. juros) e os custos ajustados sejam mais elevados em 2024, em comparação com 2023, como resultado de maiores afetações de custos de serviços internos.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco no Corporate Bank sejam mais elevados em 2024, devido ao aumento das atividades de concessão de empréstimos, às alterações decorrentes da nova metodologia acima referida relativa à afetação dos ativos ponderados pelo risco operacional às divisões e às alterações do modelo.

Para além dos riscos já descritos acima, os riscos para as perspetivas da divisão incluem um menor crescimento económico nos principais países em funcionamento devido às perturbações em curso na cadeia de abastecimento, preços mais elevados da energia e das matérias-primas, bem como a incerteza em torno das políticas dos bancos centrais (por exemplo, o ambiente das taxas de juro). Além disso, os desenvolvimentos regulamentares em curso (por exemplo, a finalização do quadro de Basileia III) e os níveis mais baixos de atividade dos clientes podem também ter um impacto adverso.

Investment Bank

Prevê-se que as receitas do Investment Bank sejam mais elevadas em 2024 do que no ano anterior. Em 2024, a divisão espera que os investimentos específicos efetuados no ano anterior, tanto em FIC Sales & Trading como em Geração e Consultoria, combinados com uma recuperação mais ampla do mercado de Geração e Consultoria, conduzam a um melhor desempenho.

Prevê-se que as receitas de FIC Sales & Trading sejam ligeiramente superiores em comparação com 2023. A divisão de Rates planeia consolidar a sua posição atual, enquanto cresce seletivamente através de investimentos orientados de acordo com a procura dos clientes e as oportunidades de mercado. A atividade cambial procurará desenvolver a tecnologia no mercado à vista e expandir a sua oferta de metais preciosos. O negócio dos Mercados Emergentes Globais continuará a desenvolver as suas capacidades onshore, por exemplo, com base no desenvolvimento da América Latina e nas soluções de fluxo de trabalho dos clientes a nível global, ao mesmo tempo que expande seletivamente a sua oferta de produtos. A divisão de Credit Trading pretende tirar partido da reviravolta no desempenho registada na atividade de fluxos em 2023. A atividade de financiamento continuará a otimizar a utilização eficaz dos recursos e procurará manter a sua posição no top 3 a nível mundial.

Prevê-se que as receitas de Geração e Consultoria sejam significativamente mais elevadas em 2024, em comparação com 2023, impulsionadas por uma recuperação esperada do sector e pelo impacto dos investimentos efetuados no ano anterior, com a aquisição da Numis a trazer benefícios para toda a atividade. No âmbito da Geração de Dívida, a empresa espera que os Mercados de Capitais de Dívida Alavancada se baseiem na recuperação parcial a que assistiu no ano anterior, enquanto a Dívida de Grau de Investimento procurará manter o seu desempenho robusto em 2023 e beneficiar de uma melhoria esperada no conjunto de comissões do sector em 2024. A divisão de Geração de Ações continuará a oferecer uma oferta competitiva em todos os produtos, com especial incidência nas IPO. A divisão de Consultoria planeia aproveitar a dinâmica do investimento direcionado em 2023, incluindo a aquisição da Numis, que irá expandir materialmente a base de clientes da empresa no Reino Unido.

Prevê-se que as provisões para perdas de crédito em 2024 se situem num intervalo de 35 a 40 pontos de base dos empréstimos médios. É provável que os níveis globais de provisionamento se mantenham elevados, uma vez que se prevê que os fatores macroeconómicos que estiveram na origem destes níveis se mantenham este ano.

Em 2024, prevê-se que os gastos operacionais (excl. juros) se mantenham essencialmente estáveis em comparação com o ano anterior. Prevê-se que a imparidade de goodwill não recorrente, os encargos significativamente mais baixos de taxas bancárias e os acordos de litígio mais baixos em 2024 sejam compensados por um ano inteiro de custos associados às iniciativas de crescimento estratégico, juntamente com mais investimentos em pessoal e tecnologia, inflação contínua e aumento dos custos relacionados com a regulamentação no âmbito do apoio às infraestruturas.

Para 2024, prevê-se que os RWA do Investment Bank se mantenham essencialmente estáveis em comparação com 2023. O aumento dos ativos ponderados pelo risco de crédito para apoiar o crescimento das receitas é compensado pela redução dos ativos ponderados pelo risco operacional afetados e pelas alterações de modelos.

Além dos riscos acima descritos para o Grupo, os riscos para as perspetivas do Investment Bank em 2024 incluem os potenciais impactos no modelo de negócio decorrentes de alterações macroeconómicas, incluindo as incertezas associadas aos conflitos em curso na Europa e no Médio Oriente, enquanto os efeitos de segunda ordem na energia, as perturbações na cadeia de abastecimento e os preços dos produtos alimentares continuarão a ter um impacto significativo nos mercados financeiros. As políticas dos bancos centrais, especificamente em torno das taxas de juro e da esperada flexibilização orçamental, poderão criar novos riscos. Adicionalmente, o quadro regulamentar em evolução pode levar a custos de conformidade regulamentar imprevisíveis e a possíveis atrasos na implementação das medidas de eficiência da divisão, o que pode ter um impacto adverso na sua base de custos.

Private Bank

Em 2024, o Private Bank prevê que as receitas líquidas se mantenham essencialmente estáveis em relação a 2023. Prevê-se que o crescimento das receitas dos produtos de investimento, apoiado por entradas líquidas contínuas de ativos sob gestão, impulsionado pelo crescimento contínuo do negócio, seja parcialmente compensado por uma diminuição das receitas de depósitos, devido a um ambiente de mercado mais competitivo.

No Private Bank Alemanha, prevê-se que as receitas líquidas se mantenham essencialmente estáveis em comparação com 2023. Prevê-se que as receitas de depósitos diminuam devido à maior concorrência, bem como as de empréstimos, devido à continuação do ambiente de taxas de juro elevadas, enquanto os produtos de investimento deverão crescer. No International Private Bank, prevê-se que as receitas líquidas se mantenham essencialmente estáveis em termos anuais, devido ao aumento das receitas dos produtos de investimento, que refletem o crescimento contínuo da atividade, parcialmente compensado por uma diminuição das receitas de depósitos, enquanto as receitas de empréstimos se mantêm essencialmente estáveis.

O Private Bank pressupõe um crescimento contínuo dos ativos sob gestão em 2024, prevendo-se que os volumes correspondentes sejam mais elevados em comparação com o final de 2023. No entanto, a evolução global dos volumes dependerá em grande medida dos parâmetros do mercado, incluindo os índices de ações e as taxas de câmbio.

Em 2024, prevê-se que a provisão para perdas de crédito se situe num intervalo de 25 a 30 pontos de base dos empréstimos médios. O ano de 2023 incluiu um pequeno número de perdas individuais no International Private Bank e uma provisão mais elevada para perdas de crédito resultantes de uma carteira operacional temporária no segundo semestre de 2023 no Private Bank Alemanha.

Prevê-se que as despesas não relacionadas com juros sejam ligeiramente inferiores em 2024, em comparação com 2023, impulsionadas por custos não operacionais significativamente mais baixos. Prevê-se que os custos ajustados sejam ligeiramente inferiores em termos anuais, refletindo a continuação das poupanças resultantes de iniciativas estratégicas, incluindo uma ligeira redução do número de efetivos, bem como a afetação dos custos dos serviços internos. Esta situação será parcialmente compensada pela continuação do impacto da inflação.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco sejam mais elevados em 2024, principalmente devido à reafetação dos ativos ponderados pelo risco operacional e às alterações de modelos, à inflação regulamentar e aos aumentos dos ativos ponderados pelo risco relacionados com os empréstimos.

Além dos riscos acima descritos para o Grupo, os riscos para as perspetivas do Private Bank incluem pressões inflacionistas globais devido ao aumento dos preços da energia e dos produtos de base, bem como as perturbações em curso na cadeia de abastecimento, a incerteza quanto às taxas de juro, o abrandamento do crescimento económico nos principais países em que opera e a diminuição da atividade dos clientes. A atividade dos clientes pode ser afetada por incertezas do mercado, incluindo volatilidade superior à esperada nos mercados acionista e de crédito. A implementação de requisitos regulamentares, atrasos na implementação de projetos estratégicos, atrasos na recuperação de serviços do Postbank ou alterações resultantes de renegociações de contratos podem também ter um impacto negativo nas receitas, no consumo de capital e nos custos.

Asset Management

O segmento de Asset Management é constituído principalmente pelos resultados financeiros consolidados da DWS Group GmbH & Co. KGaA, da qual o Deutsche Bank AG detém uma participação maioritária.

Dadas as atuais perspetivas macroeconómicas e os desafios da indústria de gestão de ativos, a divisão de Asset Management pretende concentrar-se em produtos e serviços inovadores onde se possa diferenciar e servir melhor os clientes, mantendo ao mesmo tempo uma abordagem de custos disciplinada à medida que investe no crescimento e na transformação. A divisão de Asset Management também continua a esperar que a sua base diversificada de ativos proporcione alguma proteção contra os desafios atuais.

A divisão prevê que as receitas líquidas sejam ligeiramente superiores para todo o ano de 2024, em comparação com 2023. Prevê-se que as comissões de gestão se mantenham essencialmente estáveis, uma vez que as comissões ligeiramente mais elevadas decorrentes dos fluxos e dos impactos no mercado deverão ser contrabalançadas pela compressão das margens prevista para todo o sector. Prevê-se que as comissões de desempenho e de transação sejam mais baixas em 2024 e que as outras receitas sejam significativamente mais elevadas devido à melhoria dos rendimentos dos investimentos e à redução das afetações de fundos.

Prevê-se que os gastos operacionais (excl. juros) e os custos ajustados se mantenham essencialmente estáveis em 2024, em comparação com 2023, uma vez que a divisão espera continuar a investir no crescimento e na transformação da plataforma.

A divisão de Asset Management espera que os ativos sob gestão sejam ligeiramente superiores no final de 2024 em comparação com o final de 2023, com entradas líquidas contínuas em áreas de crescimento como os Passivos, incluindo a Xtrackers. Os fluxos líquidos deverão ser reforçados por parcerias estratégicas e inovações de produtos.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco sejam mais elevados em 2024, principalmente devido à reafetação dos ativos ponderados pelo risco operacional e a alterações de modelos.

Além dos riscos acima descritos para o Grupo, os riscos para as perspetivas da divisão de Asset Management incluem políticas protecionistas e anticomerciais que podem ter consequências imprevisíveis na economia, na volatilidade do mercado e na confiança dos investidores, o que pode levar a quebras na atividade e afetar as receitas e os lucros. Adicionalmente, o quadro regulamentar em evolução pode levar a custos de conformidade regulamentar imprevistos e a possíveis atrasos na implementação das medidas de eficiência, o que pode ter um impacto adverso na base de custos da divisão.

Corporate & Other

Prevê-se que o segmento Corporate & Other gere um prejuízo antes de impostos em 2024. O segmento Corporate & Other continuará a reter as despesas dos acionistas, que deverão rondar os 0,6 mil milhões de euros para todo o ano de 2024, bem como determinados impactos de financiamento e liquidez, que deverão rondar os 0,2 mil milhões de euros para todo o ano de 2024. O segmento Corporate & Other continuará a registar a reversão das participações minoritárias reportadas nos segmentos do negócio, principalmente da DWS.

Prevê-se que as carteiras herdadas gerem uma perda antes de impostos superior em 2024, principalmente devido à não recorrência de uma provisão para litígios registada no quarto trimestre de 2023. Adicionalmente, os resultados na área de Corporate & Other continuarão a ser influenciada pelas diferenças de avaliação e de calendário em posições que estão economicamente cobertas mas que não estão em conformidade com os requisitos para a contabilidade de cobertura.

Prevê-se que os ativos ponderados pelo risco sejam significativamente inferiores em 2024, principalmente devido à reafetação dos ativos ponderados pelo risco operacional e às alterações do modelo.

Riscos e oportunidades

A secção seguinte concentra-se nas tendências ou eventos futuros que possam resultar em risco de descida ou de potencial subida daquilo que o Deutsche Bank antecipa nas suas "Perspetivas".

As aspirações do Grupo estão sujeitas a vários fatores externos e internos, alguns dos quais não pode influenciar. A realização atempada e bem sucedida dos seus objetivos ou aspirações estratégicas, incluindo a contenção dos custos à taxa de execução esperada, pode ser afetada negativamente pela redução da capacidade de geração de receitas de algumas das principais atividades do banco, caso se cristalizem os riscos de abrandamento. Estes riscos incluem, entre outros, a trajetória futura incerta da inflação e das políticas do banco central em matéria de taxas de juro, o conflito entre Israel e o Hamas e a guerra na Ucrânia, ambas com potencial de escalada, um ambiente macroeconómico em deterioração, riscos geopolíticos elevados, eventos cibernéticos, as atuais contrariedades colocadas pelas reformas regulamentares e os efeitos nos processos legais e regulamentares do banco. Em 2023, o foco principal foi a inflação persistentemente elevada que levou a uma maior restritividade monetária, os riscos de um ambiente de taxas de juro mais elevadas por mais tempo e condições financeiras geralmente mais restritivas nas principais economias avançadas. No final do ano, a evidência de uma diminuição da pressão inflacionista levou a uma reavaliação das expectativas do mercado no que respeita a cortes mais precoces e mais significativos das taxas dos bancos centrais em 2024, acompanhados de uma menor restritividade das condições financeiras. Além disso, registaram-se episódios de significativa volatilidade do mercado, em especial em torno de falências e/ou reestruturações seletivas no sector bancário dos EUA e da Europa, bem como uma pressão crescente sobre o mercado de imóveis comerciais (CRE), em especial no sector de escritórios dos EUA. Globalmente, estas tendências podem continuar a gerar elevados níveis de incerteza e podem provocar flutuações nos resultados das operações, nos planos estratégicos e nos objetivos financeiros do Grupo.

Podem surgir oportunidades se as condições macroeconómicas e o ambiente da inflação e das taxas de juro melhorarem para além dos níveis atualmente previstos, conduzindo a receitas mais elevadas e melhorando a capacidade do Grupo para atingir os seus objetivos financeiros. Atualmente, as previsões macrofinanceiras apontam para uma adaptação suave da maioria das economias avançadas (com breves episódios de recessão ligeira ou estagnação), aumentos apenas moderados do desemprego, taxas de inflação mais baixas e uma flexibilização significativa da política monetária por parte dos principais bancos centrais em 2024. Simultaneamente, níveis potencialmente mais elevados de inflação e de taxas de juro, bem como a volatilidade do mercado, poderão conduzir a um aumento das receitas provenientes dos fluxos de negociação e a um aumento da margem financeira e das margens de crédito. Em tempos de volatilidade ou de incerteza, o Deutsche Bank poderá também beneficiar do facto de ajudar os seus clientes a navegar nesses mercados financeiros. Ao concentrar-se e investir nas áreas de pontos fortes do Deutsche Bank, a implementação da sua estratégia pode criar novas oportunidades se for implementada em maior medida ou em condições mais favoráveis do que as atualmente previstas.

Riscos

Condições macroeconómicas e de mercado

Em 2023, vários bancos regionais dos EUA e um grande banco europeu faliram ou foram reestruturados, o que suscitou preocupações dos investidores relativamente ao sector bancário em geral. Embora os fundamentos globais tenham permanecido sólidos, como indicado pelo CCAR de 2023 nos EUA e pelos testes de esforço da ABE a nível da UE, e a volatilidade do mercado tenha diminuído subsequentemente, estes acontecimentos em certas áreas aumentaram a probabilidade de uma maior restritividade das condições financeiras, uma vez que os bancos atuam para preservar a liquidez num contexto de maior concorrência pelos depósitos e de uma maior sensibilidade dos depositantes em relação aos riscos de concentração e às perdas não realizadas em exposições sensíveis às taxas. Uma restritividade pronunciada das condições financeiras conduziria a normas de concessão de empréstimos mais rigorosas, a riscos de refinanciamento mais elevados para os clientes, com o imobiliário comercial e os clientes empresariais mais alavancados entre os setores com maior risco.

Os principais bancos centrais atingiram provavelmente o pico do ciclo das taxas diretoras em 2023. A inflação global e, mais recentemente, a inflação subjacente deram sinais mais claros de desaceleração no sentido dos objetivos do banco central. Os mercados financeiros começaram a antecipar cortes significativos nas taxas para 2024, o que apoiou uma flexibilização significativa das condições financeiras, com rendimentos obrigacionistas mais baixos, ações mais altas e spreads de crédito mais apertados. No entanto, a trajetória de normalização da política monetária permanece algo incerta, com os bancos centrais a sinalizarem que as expectativas do mercado de cortes precoces das taxas em 2024 podem ser demasiado otimistas à luz dos riscos de inflação remanescentes.

Os efeitos desfasados de uma política monetária mais restritiva poderão conduzir a riscos de refinanciamento e a potenciais descidas de notação em toda a carteira de clientes do banco, enquanto as taxas de incumprimento das empresas poderão continuar a aumentar em 2024. O risco de incumprimentos idiossincráticos também permanece elevado. Além disso, a inflação, as taxas de juro e a volatilidade do mercado podem conduzir a reduções significativas do valor das garantias, com riscos relacionados com as recuperações em caso de liquidação e, por conseguinte, impactos mais elevados nas provisões para perdas de crédito. Isto é particularmente relevante nos casos em que o financiamento é baseado em ativos e sem recurso a terceiros. À medida que os efeitos desfasados das taxas mais elevadas e da maior restritividade quantitativa se forem repercutindo na economia real, poderão cristalizar-se novos eventos de liquidez. Por conseguinte, o banco poderá registar provisões para perdas de crédito mais elevadas do que o previsto e as taxas de juro elevadas poderão afetar negativamente os resultados operacionais, os objetivos financeiros e os custos previstos do Deutsche Bank, o que poderá resultar em descidas de notação em toda a carteira de clientes do banco, conduzindo a uma inflação dos ativos ponderados pelo risco de crédito. Uma inflação mais persistente e taxas de juro terminais mais elevadas podem aumentar a reafetação das poupanças dos clientes para depósitos fixos que pagam juros mais elevados e travar as despesas dos consumidores e os investimentos dos clientes privados, o que pode levar a uma redução dos novos empréstimos para financiamento ao consumo e/ou hipotecas privadas. Além disso, o aumento do custo de vida dos particulares, resultante de um ambiente inflacionista mais persistente, poderá afetar negativamente a sua capacidade de reembolsar as obrigações de crédito e, conseqüentemente, conduzir a provisões mais elevadas para perdas de crédito, em especial no financiamento ao consumo.

Os mercados de imóveis comerciais permanecem sob pressão devido ao impacto das elevadas taxas de juro e dos custos dos empréstimos, das condições rigorosas de concessão de crédito e dos fatores económicos adversos. A diminuição da liquidez e da descoberta de preços para o CRE resultou num declínio acentuado das transações e da disponibilidade para conceder empréstimos, em especial no mercado de escritórios dos EUA, com riscos agravados pelas mudanças pós-pandémicas nos padrões de trabalho. A situação de crise nos mercados de CRE tem impacto nos valores das garantias e, conseqüentemente, nos valores dos empréstimos, em especial no setor dos escritórios, e pode resultar numa provisão para perdas de crédito superior à prevista.

A economia dos EUA manteve-se resiliente em 2023, com um desempenho em linha com um cenário de adaptação suave, com o mercado de trabalho a abrandar gradualmente e as pressões inflacionistas a recuar. As previsões consensuais de crescimento do PIB para 2023 e 2024 têm sido continuamente revistas em alta. No entanto, continuam a existir riscos económicos negativos, principalmente devido ao impacto desfasado da contenção monetária. O mesmo se aplica à economia da zona euro, onde a atividade económica continua fraca, em especial na indústria transformadora, e o desempenho dos países é divergente, com a Alemanha a ter um desempenho inferior, uma vez que o choque de competitividade induzido pela energia e outros fatores estruturais continuam a pesar sobre a economia. Prevê-se que o crescimento económico recupere apenas lentamente em 2024. Os riscos externos de abrandamento provêm não só dos EUA e da Europa, mas também da economia chinesa, onde a atividade interna carece de dinamismo e o setor imobiliário, altamente endividado, ainda não deu sinais de mudança.

De um modo geral, quer isoladamente, quer em combinação com outros fatores de risco, como a escalada das tensões entre a China e Taiwan e os riscos políticos associados às eleições de 2024 nos EUA, os riscos acima referidos podem conduzir a uma deterioração da qualidade da carteira do Deutsche Bank e a perdas de crédito e de mercado superiores às previstas. Esta situação poderá também conduzir a uma descida da notação dos clientes, o que levará a um aumento dos níveis de provisionamento, bem como a um aumento do número de clientes que recorrem a facilidades de crédito, o que conduzirá a maiores exigências de capital e de liquidez. Haveria também um risco mais elevado de incumprimentos idiossincráticos. Uma maior volatilidade nos mercados financeiros poderia conduzir a um aumento das margens de avaliação, a um aumento no risco do mercado de RWA e a reservas de avaliação elevadas. Os impactos negativos na apetência dos investidores podem também afetar a capacidade do Grupo para distribuir e reduzir o risco dos compromissos no mercado de capitais, o que pode resultar em perdas e tornar a fixação de preços e a cobertura mais difíceis e dispendiosas. A volatilidade dos mercados de capitais também aumenta o risco de acontecimentos idiossincráticos com as contrapartes, tanto direta como indiretamente, por exemplo, falhas nas operações da Lombard ou de financiamento de títulos.

Os desenvolvimentos acima referidos podem também afetar as capacidades de geração de receitas e os custos do Deutsche Bank, ao passo que as quedas e a volatilidade do mercado podem ter um impacto negativo no valor dos instrumentos financeiros, gerar volatilidade na avaliação do banco e diferenças temporais e resultar em imparidades de ativos não financeiros. Este aspeto é particularmente relevante, uma vez que uma diminuição da liquidez dos mercados financeiros exacerbaria a volatilidade dos preços e o risco de tensões mais amplas no mercado. A volatilidade do mercado, que também pode ser desencadeada por decisões políticas inesperadas ou erros políticos, e o ambiente macroeconómico difícil também podem levar a um aumento dos riscos inerentes a vários riscos não financeiros, incluindo o processamento de transações, a fraude interna e externa e os riscos de conduta, incluindo tentativas de ocultar perdas e maiores tentativas de litígio por parte dos clientes.

Outra área de incidência são os mercados de capitais privados, que incluem certas atividades de instituições financeiras não bancárias e o crédito privado em geral. O setor das instituições financeiras não bancárias é extremamente vasto, com diversos perfis de risco e vulnerabilidades. A falência de uma ou de várias instituições financeiras não bancárias de maior dimensão

pode conduzir a perdas diretas para os bancos, incluindo o Deutsche Bank e outros credores/fornecedores de capital. A instabilidade generalizada do mercado, com o aumento das taxas, a aversão ao risco, a falta de liquidez do mercado e o abrandamento económico, aumentam a probabilidade de ocorrência de falências, à medida que os rendimentos diminuem e os investidores reafetam o capital. As abordagens internas de gestão do risco são proporcionais ao perfil de risco das exposições subjacentes ao risco de contraparte e ao risco de concentração e, embora o banco não tenha registado quaisquer perdas dignas de nota no passado, poderá vir a registá-las no futuro.

Uma parte substancial dos ativos e passivos no balanço do Grupo inclui instrumentos financeiros que são escriturados pelo justo valor, com alterações no justo valor reconhecido na demonstração de resultados. Como resultado destas alterações, o Grupo incorreu em perdas no passado e poderá incorrer em mais perdas no futuro. O Grupo está exposto a riscos relacionados com os movimentos das taxas de câmbio, sobretudo em relação ao USD e à GBP. O banco também contabiliza uma parte substancial dos ativos e passivos a custos amortizados. O justo valor destes ativos pode ser inferior ao seu valor contabilístico e pode resultar em perdas realizadas se o ativo for vendido antes do vencimento.

Da mesma forma, o risco de liquidez pode surgir de um menor valor e negociabilidade dos Ativos Líquidos de Alta Qualidade (HQLA) do Deutsche Bank, para os quais o Grupo, durante 2023, fez a transição da sua apetência pelo risco das Reservas de Liquidez (conforme definido no Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão). Além disso, o risco de liquidez pode afetar o montante das receitas disponíveis para cobrir as saídas de caixa durante um evento de esforço. Podem ser incorridas margens de avaliação (haircuts) adicionais para além de valores de ativos já em imparidade. Além disso, os valores mobiliários podem perder a sua elegibilidade como garantia necessária para aceder às facilidades do Banco Central, bem como o seu valor no mercado de recompra/financiamento por grosso. Simultaneamente, a posição de liquidez do Grupo pode também ser prejudicada em situações em que a sua contraparte, por exemplo, num contrato de derivados, não cumpra a sua obrigação de prestar garantias, caso em que o banco tem de cobrir o défice através de outros meios.

O Grupo está exposto a riscos de pensões que podem afetar significativamente a mensuração das obrigações do Deutsche Bank com pensões, incluindo riscos de taxas de juro, inflação e longevidade que podem afetar significativamente os seus ganhos.

Se vários riscos negativos se materializarem e/ou ocorrerem simultaneamente em combinação com uma desaceleração económica mais pronunciada, o impacto negativo no ambiente de negócios do Deutsche Bank poderá ser mais grave do que o atualmente esperado.

Geopolítica

Vários riscos e eventos políticos e geopolíticos podem afetar negativamente o ambiente de negócios do Deutsche Bank, incluindo uma atividade económica mais fraca, correções nos mercados financeiros, riscos de conformidade ou um nível de taxas de juro mais baixo.

Em 7 de outubro de 2023, os terroristas do Hamas atacaram Israel, ao que Israel respondeu com uma campanha militar contra as forças e infraestruturas do Hamas em Gaza. Embora os riscos ou impactos diretos para o banco estejam contidos até à data e não se prevejam perdas significativas, o principal risco está relacionado com a extensão de uma escalada mais ampla na região. No futuro, esta situação poderá também afetar os preços do petróleo, os mercados energéticos em geral e as cadeias de abastecimento mundiais, prejudicando assim a confiança e o crescimento mundial. No início de 2024, esta escalada regional aumentou, incluindo ataques Houthi contra navios de carga no Mar Vermelho. Esta última já está a ter impacto nas cadeias de abastecimento mundiais, tendo as tarifas de frete entre a Ásia e a Europa do Norte mais do que duplicado.

No meio da atual guerra na Ucrânia, foram introduzidos novos pacotes de sanções em 2023. As novas sanções, bem como as contramedidas do governo russo, aumentaram as diferenças entre a aplicação local e a implementação dos requisitos relevantes pelas subsidiárias do Deutsche Bank na Rússia e pelo Grupo Deutsche Bank, além de aumentarem a complexidade operacional e criarem situações de conflito de leis. As sanções e as contramedidas russas, incluindo a expropriação de ativos, podem também complicar a liquidação das transações e das relações que o banco poderá ter de abandonar. Este ambiente regulamentar ou outras restrições podem resultar em perdas contabilísticas ou na perda de controlo sobre as subsidiárias ou os ativos do Deutsche Bank. Qualquer um destes riscos pode perturbar a atividade e conduzir a perdas materiais.

Neste contexto, o governo e a economia russos poderão recorrer ainda mais a atividades destinadas a contornar as sanções impostas, facilitadas intencionalmente ou não através de operadores económicos no Ocidente ou nos chamados países por procuração que assumem uma posição neutra em relação à guerra russa contra a Ucrânia. Pode ser difícil para o banco identificar essa atividade e protegê-lo contra os potenciais impactos regulamentares e de reputação dessa atividade ilícita em todos os casos. Num contexto de sanções difíceis, os bancos podem também estar envolvidos em disputas económicas de e com contrapartes que podem resultar em custos ou perdas que não ocorreriam no decurso normal da atividade.

Adicionalmente, as tensões entre os EUA e a China continuam elevadas em muitas áreas, incluindo questões comerciais e tecnológicas, Hong Kong, Taiwan, direitos humanos e segurança cibernética. Embora o banco não considere um conflito militar entre a China e Taiwan como cenário de base a curto prazo, os potenciais impactos negativos de uma escalada são significativos e podem afetar de forma substancial e adversa os resultados operacionais e os objetivos financeiros previstos pelo Deutsche Bank. O Governo alemão publicou a sua própria estratégia para a China, que prevê que as empresas alemãs continuem a participar no desenvolvimento económico da China, incentivando simultaneamente os esforços de diversificação para reduzir os riscos de concentração potencialmente prejudiciais e as dependências económicas em relação à China. Recentemente, embora em ligação com a guerra em curso na Ucrânia, os EUA sancionaram várias empresas chinesas e russas, aumentando as tensões entre os dois países. Em setembro, a Comissão Europeia anunciou uma investigação sobre as subvenções concedidas aos exportadores chineses de veículos elétricos, que poderá conduzir a um aumento das tarifas e a eventuais medidas de retaliação comercial por parte da China. As tensões geopolíticas poderão conduzir a uma maior polarização económica e à fragmentação do comércio mundial, com a possível emergência de blocos distintos liderados pela China e pelos EUA. A médio e longo prazo, o Fundo Monetário Internacional, entre outros, salientou o potencial impacto negativo da desglobalização no nível de vida e no crescimento.

Em muitos países democráticos, os desafios políticos internos resultam da crescente polarização política, do aumento do descontentamento social e do aumento da inflação. Estes desafios podem dificultar os processos de decisão política, impedir a realização das reformas estruturais necessárias e conduzir a resultados económicos negativos que podem ter um impacto direto ou indireto no perfil de risco do banco.

As eleições dos EUA de novembro de 2024 poderão aumentar a incerteza económica e geopolítica, uma vez que as atuais sondagens de opinião indicam um resultado potencialmente renhido, que poderá dar origem a políticas comerciais e externas radicalmente diferentes. A UE também vai realizar eleições em junho de 2024, nas quais os partidos populistas poderão aumentar a sua quota de votos, aumentando potencialmente a polarização política e a fragmentação na Europa. Outras regiões que realizam ou deverão realizar eleições locais/gerais em 2024 incluem o Reino Unido, a Turquia, a África do Sul e a Índia, com resultados inesperados que poderão gerar volatilidade nos mercados locais e incerteza económica.

Em 2023, registou-se uma série de golpes de Estado militares, principalmente na África Ocidental. Nenhuma destas situações teve um impacto significativo no banco. Os quadros de gestão do risco do Banco, incluindo a sua abordagem em matéria de gestão do risco do país, destinam-se a evitar uma concentração indevida de riscos em relação a este tipo de acontecimentos, mas o alargamento deste tipo de acontecimentos a outros países e regiões pode conduzir a perdas financeiras e a perturbações operacionais numa situação negativa.

A incerteza e os riscos económicos negativos associados diminuíram ao longo dos três anos desde que o Reino Unido deixou o mercado único e a união aduaneira da UE. No entanto, as negociações entre o Reino Unido e a UE continuaram no que diz respeito aos serviços financeiros não amplamente cobertos pelo acordo existente. A prorrogação das disposições temporárias de equivalência para as CCP (contrapartes centrais de compensação) do Reino Unido até junho de 2025 eliminou temporariamente o risco de que o acesso à compensação do Reino Unido fosse recusado às empresas da UE, embora as empresas sejam aconselhadas a não esperar uma nova prorrogação.

Estratégia

A estratégia *Global Hausbank* do Deutsche Bank inclui metas e objetivos financeiros do Grupo e das divisões para o período até 2025. Embora o Grupo planeie e se adapte continuamente a situações em mudança, o banco corre o risco de que uma deterioração significativa do ambiente operacional global, uma mudança adversa na confiança do mercado no setor bancário e/ou no comportamento dos clientes, bem como uma maior concorrência, possam levar o banco a não atingir os seus objetivos financeiros para 2025. Como tal, o Deutsche Bank pode incorrer em perdas inesperadas, incluindo novas imparidades e provisões, registar uma rentabilidade inferior à prevista ou uma erosão do capital ou da base de liquidez do banco e da sua situação financeira geral, o que terá um efeito adverso significativo nos resultados de exploração e na cotação das ações do Deutsche Bank. Isto também inclui o risco de o Deutsche Bank não poder efetuar as distribuições de dinheiro e as recompras de ações desejadas, sujeitas à aprovação regulamentar, à autorização dos acionistas e ao cumprimento dos requisitos da legislação societária alemã. Nos casos em que os objetivos reflitam também os compromissos assumidos com os reguladores, a sua falta pode também desencadear a adoção de medidas por parte desses reguladores ou agências de notação. Nestas situações, o Grupo teria de tomar medidas para garantir o cumprimento dos seus objetivos mínimos de capital ou de liquidez. Estas ações ou medidas podem ter efeitos adversos na atividade do Deutsche Bank, nos resultados das operações ou nos planos e objetivos estratégicos.

O Deutsche Bank opera em mercados altamente competitivos em todos os setores de atividade. A capacidade de mobilizar capital e financiar investimentos é um importante fator de sucesso. O Grupo acompanha e reage continuamente à evolução da concorrência para proteger a sua posição no mercado e aproveitar as oportunidades de crescimento. Neste contexto, os concorrentes incluem grandes bancos internacionais, bancos nacionais de menor dimensão, bem como concorrentes emergentes não bancários.

Em 2023, as condições do mercado de trabalho normalizaram-se e, conseqüentemente, as taxas de rotação dos trabalhadores diminuíram significativamente em todas as regiões. De um modo mais geral, o aumento da inflação mundial, que só deverá abrandar em 2024, pode exercer pressão sobre os gastos operacionais (excl. juros) e sobre a capacidade do Grupo para cumprir os objetivos em matéria de custos.

O Deutsche Bank comunicou vários objetivos de capital na secção "Estratégia". Um deles diz respeito ao rácio CET 1, em que o Deutsche Bank tem como objetivo manter um rácio CET 1 não inferior a 200 pontos de base acima do limiar do montante máximo distribuível (MDA) do banco - com alguma variabilidade possível em 2024. A evolução do rácio de fundos próprios do Grupo reflete, entre outros aspetos: o desempenho operacional das atividades principais; a dimensão dos custos de reestruturação e a concretização dos benefícios associados às iniciativas de mudança, incluindo, por exemplo, os programas de otimização "front-to-back"; os custos relacionados com potenciais litígios e ações de aplicação da regulamentação; o crescimento da utilização do balanço das atividades principais; as alterações nas contas de impostos e pensões do banco; os impactos em Outro Rendimento Integral; e as alterações na regulamentação e nas normas técnicas regulamentares.

O Grupo celebra contratos e cartas de intenção no contexto da sua transformação em curso, bem como no decurso normal dos negócios. Quando estes são de natureza preliminar ou condicional, o Grupo está exposto ao risco de não resultar na execução do acordo final ou na consumação do acordo proposto, colocando em risco os benefícios associados a tais acordos.

Os resultados financeiros do banco podem ser afetados negativamente se os benefícios previstos de fusões e aquisições, joint ventures, parcerias estratégicas, poupanças de custos planeadas e outros investimentos não se concretizarem. Ao mesmo tempo, qualquer processo de integração exigirá tempo e recursos significativos, e o banco pode não ser capaz de gerir o processo com sucesso.

Tudo o que foi acima exposto poderia ter um impacto significativo no rácio CET 1 do Grupo, bem como noutros rácios visados. Por conseguinte, é possível que o banco fique aquém, por exemplo, do objetivo do rácio CET 1 de, pelo menos, 200 pontos de base acima do limiar de MDA do banco, do objetivo do rácio custo/rendimento ou do objetivo de rendibilidade após impostos dos fundos próprios tangíveis médios, conforme salientado na secção "Estratégia" do presente relatório.

Liquidez e financiamento

O Deutsche Bank manteve a notação de grau de investimento com todas as principais agências de notação de crédito até ao ano 2023. Em 2023, a Fitch, a DBRS e a S&P subiram a classificação do Deutsche Bank em um nível cada.

Ao longo de 2023, os bancos foram pressionados a repercutir o aumento das taxas de juro nos clientes. No final de 2023, as taxas de juro parecem ter atingido o seu máximo, embora a restritividade quantitativa dos bancos centrais possa continuar, conduzindo a uma menor oferta de liquidez para os bancos. É possível que os níveis das reservas mínimas obrigatórias sejam aumentados pelos bancos centrais, o que poderia reduzir a liquidez utilizável e comunicada e restringir os empréstimos bancários.

Simultaneamente, uma nova desaceleração do ambiente macroeconómico poderia levar a uma diminuição dos níveis de depósitos e do crescimento dos empréstimos. Este efeito pode levar a que os clientes se afastem dos depósitos à ordem para os depósitos a prazo, em busca de melhores taxas na atual conjuntura, o que pode ser ainda mais exacerbado pelas pressões concorrenciais sobre os preços exercidas por outras instituições que aceitam depósitos.

O início de 2023 foi um período turbulento para os bancos, devido à falência ou reestruturação de vários bancos regionais dos EUA e de um grande banco europeu. Embora o ambiente de liquidez do banco tenha melhorado desde o início de 2023, como demonstrado pela rentabilidade dos saldos dos depósitos e dos clientes, o ambiente geopolítico e económico poderá ter um impacto adverso nos níveis de spread de crédito do Deutsche Bank, nos indicadores de liquidez ou na notação do banco no futuro. Em 31 de dezembro de 2023, o banco demonstrou uma forte liquidez e métricas de financiamento que estavam bem acima dos requisitos regulamentares e da apetência interna pelo risco, proporcionando uma base sólida para manter a estabilidade, se necessário, em futuros períodos de volatilidade ou stress do mercado.

Migração informática do Postbank

O Deutsche Bank concluiu a última migração de dados do Postbank em julho de 2023. Embora a migração informática se tenha centrado na execução da transferência de clientes e na utilização da nova infraestrutura informática por parte dos colaboradores, deu origem a problemas operacionais e a atrasos por parte dos clientes. O Deutsche Bank aplicou várias medidas de atenuação e elaborou um plano de correção, que é acompanhado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha através de um monitor, tal como previsto na respetiva ordem.

O Deutsche Bank registou progressos na resolução dos inquéritos pendentes. Na maioria dos processos, isto foi realizado até ao final do ano de 2023; no entanto, para processos selecionados, a correção dos atrasos está em curso e espera-se que seja resolvida principalmente até ao final do primeiro trimestre de 2024. Existe um risco remanescente quando os casos não são tratados atempadamente. Se o banco precisar de mais tempo para processar os pedidos de informação pendentes, os custos operacionais e de crédito poderão aumentar ainda mais e/ou afetar a reputação do banco, podendo resultar na perda de clientes ou de negócios. Este facto, por sua vez, poderá ter impacto nos resultados futuros do banco.

Reformas, avaliações e processos de fiscalização regulamentar

As reformas regulamentares promulgadas e propostas em resposta às debilidades identificadas durante a última crise do setor financeiro, juntamente com um aumento do controlo regulamentar e discricionário, irão impor custos materiais ao banco, criar incertezas significativas e podem afetar adversamente os planos de negócios do Grupo, assim como a capacidade do banco para executar os seus planos estratégicos a médio prazo. Essas alterações que requeiram que o banco mantenha um maior capital podem afetar significativamente o modelo de negócio do banco, a sua condição financeira e resultados operacionais, bem como o ambiente concorrencial mais em geral.

Os supervisores podem também impor sobretaxas de capital ou ajustes regulamentares, por exemplo, em resultado do Processo regular de revisão e avaliação pelo supervisor (SREP) realizada pelo BCE anualmente. Tais ajustes podem, por exemplo, refletir riscos adicionais decorrentes de deficiências no ambiente de controlo do Grupo relativamente ao tratamento de carteiras, produtos ou transações específicos. Na sequência do SREP de 2023, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos de fundos próprios prudenciais a manter a partir de 1 de janeiro de 2024, segundo a qual o requisito de Pilar 2 do Deutsche Bank ascende a 2,65%, uma redução de cinco pontos base em comparação com o requisito de Pilar 2 do banco aplicável em 2023. A decisão do BCE relativa ao SREP inclui também, pela primeira vez, um requisito do Pilar 2 para o rácio de alavancagem de 10 pontos de base, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024. Além disso, a decisão inclui as conclusões que o BCE retira de testes de esforço regulamentares realizados pela EBA ou pelo BCE. O BCE avalia o desempenho de cada banco de um ponto de vista qualitativo para informar a decisão sobre o nível do Requisito de Pilar 2 e um resultado quantitativo que é um aspeto na avaliação do nível de orientação de Pilar 2. O BCE já utilizou estes poderes nas suas decisões do SREP no passado e pode continuar a fazê-lo para abordar as conclusões das inspeções no local. Em casos extremos, o BCE pode mesmo suspender determinadas atividades ou a autorização para operar nas suas jurisdições e impor multas monetárias por incumprimento das regras aplicáveis.

Os reguladores em todo o mundo também podem impor sobretaxas de capital para enfrentar os riscos macroeconómicos, através da utilização de instrumentos macroprudenciais. Estes incluem aumentos de reservas de CET1 que poderiam aplicar-se a todo o grupo ou apenas para atividades locais a nível nacional ou para tipos específicos de exposições (por exemplo, hipotecas). A utilização destes instrumentos é regida pelo quadro macroprudencial aplicável na UE ou qualquer outra jurisdição relevante, e é tipicamente decidida pelas autoridades macroprudenciais nacionais, como o BaFin, frequentemente com base na análise dos riscos macroeconómicos pelo Banco Central.

Prevê-se que várias alterações futuras aos instrumentos macroprudenciais tenham impacto na atividade do Deutsche Bank. A Comissão Europeia tinha anunciado anteriormente uma revisão do regime macroprudencial da UE para 2022-2023. O Deutsche Bank sabe agora que estas revisões não serão efetuadas dentro do prazo previsto. A Comissão Europeia continuará a analisar estas questões em 2024 e existe sempre a possibilidade de uma proposta legislativa, especialmente após a nomeação da nova Comissão Europeia em outubro de 2024. Essas reformas poderão resultar num aumento do nível de requisitos de capital do banco, incluindo amortecedores de capital, requisitos de capital adicional para titularizações ou um aumento dos ativos ponderados pelo risco.

Em dezembro de 2023, os legisladores da UE, ou seja, o Parlamento Europeu e o Conselho, confirmaram o seu acordo para a reforma das regras prudenciais da UE (Regulamento e Diretiva Requisitos de Requisitos de Capital - CRR III e CRD VI), implementando as reformas finais de Basileia III do Comité de Supervisão Bancária (BCBS). Estas reformas alteram a forma como os bancos da UE calcularão os seus ativos ponderados pelo risco. A Comissão Europeia informou que as reformas serão aplicáveis a partir de janeiro de 2025, mas que o limite mínimo de produção, que limita os ativos ponderados pelo risco do modelo interno a 72,5% dos ativos ponderados pelo risco do método padrão, será plenamente aplicável em janeiro de 2030. A versão final de Basileia III aumentará os RWA do banco e os requisitos de capital associados. A reforma está também a ser implementada, com diferentes calendários, em todas as principais jurisdições.

Em abril de 2023, a Comissão Europeia emitiu uma proposta legislativa para a reforma do quadro de gestão de crises e de seguro de depósitos da UE, com alterações a todas as diretivas e regulamentos relevantes, incluindo a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancárias, o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução e a Diretiva de Sistema de Garantia de Depósitos. O objetivo da proposta legislativa é, entre outros, harmonizar e regulamentar melhor a gestão de crises e a resolução de crises dos bancos de pequena e média dimensão da UE, que está atualmente sujeita a um certo grau de discricionariedade nacional. Na sua proposta legislativa, a Comissão inclui várias alterações que poderão ter impacto no Deutsche Bank e nos seus clientes, incluindo uma alteração na hierarquia de insolvência dos créditos de todos os depositantes, incluindo os que não estão cobertos por sistemas de garantia de depósitos. Além disso, as propostas preveem

uma maior possibilidade de as autoridades utilizarem os fundos do sistema nacional de garantia de depósitos para contribuir para a resolução de um banco, dando assim também acesso ao Fundo Único de Resolução. Esta proposta legislativa da Comissão Europeia seguirá agora o processo colegislativo regular da UE, com a participação dos 27 Estados-Membros da UE e do Parlamento Europeu. A finalização das diretivas e do regulamento revistos pode demorar vários anos, dependendo da capacidade dos legisladores para chegarem a um compromisso, e pode diferir significativamente da proposta original da Comissão.

Em 24 de maio de 2023, a Comissão Europeia publicou uma Estratégia de Investimento de Retalho, propondo uma série de medidas e alterações ao atual quadro legislativo para impulsionar a participação dos pequenos investidores e reforçar a confiança dos consumidores. A estratégia está atualmente a ser discutida no Parlamento e no Conselho, antes de o Parlamento e o Conselho iniciarem negociações políticas.

As negociações políticas sobre a diretiva e o regulamento relativos aos mercados de instrumentos financeiros (MiFID II / R) foram concluídas em junho de 2023. O texto final aguarda a adoção por ambos os legisladores antes de ser publicado no Jornal Oficial e entrar subsequentemente em vigor. Prevê-se que o trabalho técnico adicional sobre os requisitos de transparência pós-negociação, através de consultas pela Comissão Europeia e pela AEVMM, continue em 2024.

Em 28 de junho de 2023, a Comissão Europeia publicou dois pacotes legislativos, um relacionado com a introdução de um euro digital e o outro com o acesso a dados financeiros e pagamentos. O Parlamento Europeu e os Estados-Membros da UE vão agora debater ambos os pacotes. Prevê-se que o texto jurídico final só seja acordado após as eleições para o Parlamento Europeu de junho de 2024.

Na Europa, as atenções estão a centrar-se mais no financiamento da transição. A Comissão Europeia publicou um relatório que fornece orientações de alto nível sobre estas questões. O conceito de financiamento da transição e o seu desenvolvimento trazem consigo algumas incertezas para os bancos. Além disso, o quadro pormenorizado da taxonomia da UE que foi criado pelos legisladores europeus será provavelmente revisto pela Comissão Europeia. Espera-se que a próxima Comissão Europeia inclua ambos os elementos no seu programa de trabalho para o período de 2025 a 2029. A rápida evolução das exigências regulamentares e das partes interessadas pode afetar significativamente a atividade do Deutsche Bank, os resultados das operações ou os planos estratégicos se o banco não adotar ou implementar as suas medidas de transição para uma economia com baixas emissões de carbono.

A proposta legislativa da Comissão para uma reformulação do Regulamento de Infraestruturas do Mercado Europeu tem estado em negociações políticas entre o Conselho (em representação dos Estados-Membros) e o Parlamento Europeu desde dezembro de 2023 e continuará no início de 2024, com o objetivo de a finalizar antes das eleições para o Parlamento Europeu em junho deste ano.

Além disso, o Deutsche Bank pode ser afetado por futuras decisões do Tribunal de Justiça da UE no que respeita aos termos e condições relacionados com os compromissos de pagamento irrevogáveis para com o FUR. Se uma decisão do tribunal tiver um impacto negativo no atual tratamento contabilístico desses compromissos de pagamento irrevogáveis, tal poderá resultar numa perda contabilística e ter um efeito adverso significativo nos resultados das operações do banco.

No que respeita às CCP indianas, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha publicou uma declaração em 17 de fevereiro de 2023, dando às instituições de crédito alemãs, incluindo o Deutsche Bank, a possibilidade de permanecerem membros das seis CCP indianas até 31 de outubro de 2024. Isto permite que os bancos europeus, incluindo o Deutsche Bank, efetuem quaisquer alterações necessárias para que os clientes possam continuar a ser servidos posteriormente.

As autoridades de supervisão podem também impor outras sobretaxas de capital, como o aumento das reservas macroprudenciais de capital, incluindo o amortecedor de capital contracíclico e a reserva de risco sistémico.

Em resumo, prevê-se que tanto o ambiente regulamentar como o legislativo sejam dinâmicos e possam ter impacto nas receitas e nos custos do Deutsche Bank (por exemplo, os custos para garantir o cumprimento contínuo e futuro).

Processos judiciais e de execução regulamentar e inspeções fiscais

O Deutsche Bank está sujeito a uma série de procedimentos legais e regulamentares e a inspeções fiscais. O resultado destes processos é difícil de prever e pode afetar de forma substancial e adversa os resultados planeados de operações do banco, bem como a sua condição financeira e reputação. Se estas questões forem resolvidas em termos mais adversos do que aquilo que o banco espera, no que respeita aos custos ou alterações necessárias aos negócios do Deutsche Bank, ou se as perceções negativas relacionadas relativamente ao negócio e perspectivas e impacto no negócio relacionado aumentarem, o Deutsche Bank poderá não conseguir alcançar os seus objetivos estratégicos ou poderá ter de os alterar.

De modo mais geral, o banco opera num contexto litigioso, alta e continuamente regulamentado, que o expõe potencialmente a passivo e outros custos, cujos montantes podem ser consideráveis e difíceis de estimar, bem como a sanções regulamentares e legais e a prejuízos na reputação. O banco continua a manter um diálogo regular com as respetivas autoridades de supervisão que esperam que o banco introduza melhorias de controlo a um ritmo mais rápido e com maior qualidade. O Deutsche Bank compreende estas críticas e está empenhado em corresponder a estas expectativas.

Se algum dos procedimentos legais for resolvido contra o banco, ou quaisquer investigações resultarem na constatação de que o Banco não cumpriu a lei aplicável, o Deutsche Bank poderá ficar exposto a danos materiais, multas, limitações de negócios, organismos de reparação, ações judiciais, ou outros efeitos adversos significativos na sua condição financeira, bem como o risco para a sua reputação e potencial perda de negócios devido à atenção extensiva dos meios de comunicação social. As declarações de culpa ou condenações relativamente ao banco ou às respetivas filiais em processos criminais, ou ordens regulamentares ou de execução, liquidações ou acordos aos quais o banco ou as respetivas filiais estejam sujeitos, poderão ter consequências com efeitos adversos em alguns dos seus negócios.

Conformidade e combate aos crimes financeiros

A luta contra a criminalidade financeira e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis são essenciais para garantir a estabilidade dos bancos, como o Deutsche Bank, e a integridade do sistema financeiro internacional.

Um contexto de controlo interno robusto e eficaz e infraestruturas adequadas (incluindo pessoas, políticas e procedimentos, testes de controlo e sistemas informáticos) são necessários para assegurar que o banco conduza os seus negócios em conformidade com as leis, regulamentos e expectativas de supervisão associadas.

Os processos de controlo de conformidade e de vigilância do banco, bem como outros processos de controlo interno que visaram garantir a boa conduta dos seus negócios e serviços, bem como prevenir abusos de mercado, abusos de informação interna e violações de conduta estão, de tempos a tempos, sujeitos a revisões regulamentares e/ou a inquéritos em determinadas jurisdições.

Além disso, os processos e controlos de Combate ao Branqueamento de Capitais (AML) e Conheça o seu Cliente (KYC) do banco, destinados a impedir a utilização indevida dos seus produtos e serviços para cometer crimes financeiros, continuam a ser objeto de revisões regulamentares, investigações e ações de execução em várias jurisdições. O banco procura constantemente aumentar a eficácia do seu ambiente de controlo interno e melhorar a sua infraestrutura para os requisitos regulamentares revistos e para colmatar as lacunas identificadas pelo banco e/ou pelos reguladores e monitores.

Em setembro de 2018, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha ordenou ao Deutsche Bank que adotasse salvaguardas internas apropriadas e cumprisse as obrigações gerais de diligência devida para prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, e em fevereiro de 2019, que revisse os processos de gestão do risco do banco na banca correspondente e os ajustasse quando necessário. Em abril de 2021, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha prolongou as ordens anteriores e ordenou ao banco que adotasse mais salvaguardas internas adequadas e cumprisse as obrigações de diligência devida, no que diz respeito a revisões regulares dos ficheiros dos clientes. Esta expansão aplica-se também às relações de correspondência e ao controlo das transações. A autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha nomeou um Representante especial para acompanhar a implementação das medidas ordenadas, bem como avaliar e informar a mesma sobre o progresso da implementação.

Em 28 de setembro de 2022, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha ordenou ao Deutsche Bank AG que tomasse medidas específicas destinadas a prevenir o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo, a fim de aplicar as ordens emitidas pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha em 21 de setembro de 2018 e 15 de fevereiro de 2019. O banco concluiu as atividades de correção que foram objeto desta ordem.

Em novembro de 2023, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha ordenou ao banco que tomasse medidas específicas para melhorar os sistemas de processamento de dados para o controlo das transações e ameaçou impor sanções financeiras em caso de incumprimento. O despacho não contém novas conclusões, mas estabelece um calendário vinculativo para a aplicação das medidas já acordadas. A fim de acompanhar os progressos na aplicação das medidas acordadas, o mandato do Representante Especial foi prorrogado até 30 de outubro de 2024. O banco continuará a cooperar plenamente com a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha e o Representante Especial e a investir os recursos necessários para implementar estas medidas dentro dos prazos estabelecidos.

Em julho de 2023, o banco celebrou uma Ordem de Consentimento e um Acordo Escrito com a Reserva Federal, resolvendo discussões regulamentares anteriormente divulgadas relativas à adesão a ordens e acordos anteriores relacionados com sanções e embargos e cumprimento de AML, uma relação anterior de correspondente bancário e acordos e obrigações de correção relacionados com questões de gestão de riscos. Tanto a Ordem de Consentimento como o Acordo Escrito exigem que o banco cumpra e efetue determinados compromissos de reparação. Na medida em que o Banco não cumpra esses

compromissos, poderá enfrentar ações regulamentares adicionais, incluindo novas sanções pecuniárias civis e restrições comerciais.

Em 25 de setembro de 2023, a DWS concordou com ordens de cessação e desistência e sanções pecuniárias civis para resolver as investigações da SEC. Estas questões diziam respeito a certos processos históricos, procedimentos e práticas de marketing que a DWS já resolveu ou está a resolver.

Em outubro de 2023, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha impôs uma coima pelo atraso na apresentação de relatórios de atividades suspeitas à Unidade de Informação Financeira alemã. A publicação resultou de uma ordem administrativa emitida pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha sobre esta matéria em 21 de março de 2023. O Deutsche Bank aceitou a coima e o assunto está resolvido.

Tal como discutido noutro ponto do presente documento, a guerra na Ucrânia levou a um aumento significativo das sanções contra entidades estatais russas, bem como empresas e indivíduos ligados à Rússia. As restrições ao controlo das exportações também aumentaram os encargos de conformidade para os bancos. Além disso, a Ordem Executiva 14114 dos EUA, recentemente promulgada, estabelece um novo regime de sanções secundárias, através do qual podem ser tomadas medidas severas contra instituições financeiras estrangeiras que facilitem transações que envolvam vastos sectores da economia russa, incluindo os setores da indústria transformadora e da tecnologia. Estas medidas de sanção secundárias aumentam a carga operacional e o risco regulamentar para os bancos estrangeiros com clientes que têm operações comerciais na Rússia ou com entidades na Rússia. Do mesmo modo, vários reguladores impuseram novas sanções contra pessoas e entidades com suspeitas de ligações ao terrorismo na sequência do ataque do Hamas a Israel em outubro de 2023. O Deutsche Bank gere estas sanções com comunicações reforçadas, orientação e apoio operacional liderados pela equipa de Sanções e Embargos da AFC. Para controlar este risco, as transações são filtradas, os dados do cliente e da contraparte são analisados, o comércio de instrumentos financeiros sancionados é restringido, os bens e mercadorias (como o petróleo) sujeitos a restrições de financiamento do comércio são analisados numa abordagem baseada no risco e são tomadas outras medidas, como a rejeição ou o congelamento de uma transação, a restrição das atividades do cliente, o abandono de uma relação com o cliente ou a obtenção das autorizações regulamentares necessárias.

Políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco

O Grupo dedicou recursos significativos ao desenvolvimento das suas políticas, procedimentos e métodos de gestão de risco, incluindo em relação ao mercado, crédito, liquidez, risco operacional, bem como risco de reputação e risco de modelo. Contudo, tais recursos podem não ser totalmente eficazes na mitigação da exposição do banco ao risco em todos os contextos económicos ou de mercado ou contra todos os tipos de risco, incluindo os riscos que o banco não consegue identificar ou antecipar. Quando o Grupo utiliza estes modelos para calcular os ativos ponderados pelo risco para fins regulamentares, as potenciais deficiências podem também levar os reguladores a impor uma recalibração de parâmetros de entrada ou uma revisão completa do modelo.

O Deutsche Bank está exposto a riscos operacionais decorrentes de potenciais falhas no seu ambiente de controlo interno ou de erros no desempenho dos processos do banco, por exemplo, no processamento de transações, falhas tecnológicas, bem como perda de continuidade do negócio, que podem perturbar o negócio do Deutsche Bank e conduzir a perdas materiais.

As tecnologias de informação e a segurança constituem a base das operações comerciais do Deutsche Bank, complementando os processos e as estruturas organizacionais. As ameaças em constante evolução, juntamente com a evolução da tecnologia e as mudanças no panorama empresarial, exigem esforços constantes para manter um nível de risco aceitável. O banco mantém a sua capacidade de operar e de se proteger através de capacidades de segurança, processos e governação estabelecidos. No entanto, o ambiente externo volátil, o fluxo constante de novas explorações de dia zero e outras novas vulnerabilidades e a utilização continuada de plataformas que já não se enquadram na arquitetura estratégica continuam a constituir um risco para a estabilidade da tecnologia do banco, com o potencial de aumento das interrupções de serviço. O impacto potencial no caso de um evento de segurança pode ser muito vasto, desde problemas menores a extremos que conduzam a falhas tecnológicas, violações de segurança, acesso não autorizado, bem como perda ou destruição de dados.

Os atrasos na aplicação dos requisitos regulamentares, incluindo as medidas de proteção dos consumidores e os seus projetos estratégicos, poderão também ter um impacto negativo nas receitas e nos custos do banco. Adicionalmente, o Grupo está também exposto a risco de conduta, que inclui riscos relativos a práticas comerciais impróprias, incluindo a venda de produtos que não sejam adequados a um determinado cliente, fraude, negociações não autorizadas e incapacidade de cumprir os regulamentos, as leis e as políticas internas aplicáveis. Por exemplo, a conduta imprópria de um colaborador que reflita intenções fraudulentas poderá levar não só a perdas materiais mas também a danos reputacionais. O risco de conduta é elevado devido ao facto de as entidades reguladoras se centrarem cada vez mais na má conduta, em particular como indicador da saúde da gestão do risco, tendo o banco implementado controlos para monitorizar e atenuar o risco.

Qualquer um dos riscos ou acontecimentos acima referidos pode potencialmente resultar em litígios, perdas financeiras, perturbação das atividades comerciais e responsabilidade para com os clientes do banco, controlo regulamentar, intervenção governamental ou danos na sua reputação. Ao mesmo tempo, a gestão destes e de outros riscos exige uma adaptação contínua dos controlos do banco.

Enquanto banco global, o Deutsche Bank é frequentemente notícia. O banco conduz o seu diálogo com os meios de comunicação social através de equipas oficiais. No entanto, informações internas do Deutsche Bank, incluindo assuntos confidenciais, têm sido objeto de cobertura mediática externa. As fugas de informação para os meios de comunicação social podem ter consequências graves para o Deutsche Bank, especialmente quando envolvem declarações incorretas, rumores, especulações ou opiniões não autorizadas. Do mesmo modo, os clientes do Deutsche Bank podem contactar os meios de comunicação social para manifestar a sua insatisfação ou comunicar algo negativo através das plataformas de redes sociais, o que pode ter um impacto generalizado na sua reputação. As publicações negativas legítimas sobre o Deutsche Bank são tratadas com planos de ação imediatos, incluindo medidas concretas e compromissos com os clientes, com comunicação atempada. Embora o banco disponha de processos, a sua capacidade de se proteger contra estes riscos é limitada, o que resulta na exposição a consequências financeiras, tais como a perda de confiança ou de negócios com os clientes e o potencial impacto no preço das ações do banco.

No setor bancário, continua a haver divergências na forma como as instituições financeiras definem os tipos de carteiras e as classes de ativos, incluindo em relação a temas relacionados com as questões SAG. Muitas vezes, não existem definições aceites pelo setor ou universalmente, em especial no que respeita aos ativos que se pretendem classificar como ecológicos ou compatíveis com as normas SAG, e as diferenças podem ser motivadas por divergências entre uma visão contabilística e de gestão do risco. Estas variações podem afetar a forma como os intervenientes externos avaliam a exposição ao risco subjacente a esses tipos de carteiras e classes de ativos. Se as perdas excederem as expectativas do mercado num determinado tipo de carteira ou classe de ativos, tal poderá ter impacto na reputação do banco e afetar negativamente os resultados operacionais e os objetivos financeiros previstos pelo Deutsche Bank.

Do mesmo modo, pode haver divergências de pontos de vista quando se trata de conceber cenários, por exemplo, para efeitos de testes de esforço ou no contexto de cenários aplicados na avaliação de potenciais requisitos de provisionamento para clientes institucionais numa base individual. Uma vez que as avaliações da evolução futura estão naturalmente expostas a incertezas, existe o risco de que o futuro possa ser diferente.

A fim de gerir os impactos do risco financeiro e não financeiro de, por exemplo, eventos geopolíticos ou outros eventos de rápido desenvolvimento, o Deutsche Bank utiliza estruturas de governação dedicadas, incluindo a Gestão de Crise Global e Regional. Quando pertinente, foram e serão utilizados controlos e processos adicionais. Tal implicaria igualmente a apresentação de relatórios adicionais para garantir que os principais interessados, incluindo o Conselho de Administração, se mantenham atualizados.

Gestão de fornecedores terceiros

As instituições financeiras dependem de prestadores de serviços terceiros para uma série de serviços, alguns dos quais apoiam as suas operações críticas. Estas dependências aumentaram nos últimos anos como parte da tendência crescente de digitalização do setor dos serviços financeiros, que pode trazer múltiplos benefícios, incluindo flexibilidade, inovação e maior resiliência operacional. No entanto, se não for corretamente gerida, a interrupção de serviços críticos ou de prestadores de serviços pode colocar em risco as instituições financeiras e, em alguns casos, a estabilidade financeira.

O quadro regulamentar para a gestão do risco de terceiros continua a evoluir e torna-se cada vez mais complexo, uma vez que as autoridades reguladoras procuram dar resposta a vários objetivos. Há duas áreas principais de enfoque, incluindo a forma como as instituições financeiras gerem os seus riscos de terceiros e a forma de abordar os riscos sistémicos causados pela concentração de serviços prestados por terceiros críticos.

Os exemplos recentes da publicação do conjunto de ferramentas do Conselho de Estabilidade Financeira sobre o reforço da gestão e supervisão do risco de terceiros, o documento de consulta sobre Terceiros Críticos publicado pelas autoridades reguladoras do Reino Unido e a Lei da Resiliência Operacional Digital (DORA) introduzida pelas autoridades reguladoras da UE demonstram a forte intenção das autoridades reguladoras de proteger a estabilidade financeira, abordando os potenciais riscos sistémicos causados por terceiros.

O Deutsche Bank tem uma abordagem bem estabelecida em relação à Gestão de Risco de Terceiros; desde uma política e procedimento claros até ao processo centralizado de risco para as empresas utilizarem quando se envolvem com terceiros. Para responder às crescentes exigências regulamentares, o Deutsche Bank está a melhorar continuamente o atual ambiente de controlo do banco. Em 2023, o banco alcançou uma maior eficiência, uma abordagem mais proporcional, uma monitorização em tempo real e uma melhor cultura de sensibilização para proteger o banco do risco de terceiros.

Ao recorrer a prestadores de serviços terceiros, o banco continua a ser totalmente responsável pelo cumprimento de todas as obrigações regulamentares, incluindo a capacidade de supervisionar a externalização de funções críticas ou importantes. O banco pode enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se terceiros não prestarem serviços conforme acordado com o banco e/ou em conformidade com os requisitos regulamentares.

À semelhança das ameaças à cibersegurança do Deutsche Bank, um ciberataque bem sucedido a um fornecedor terceiro pode ter um impacto negativo significativo no banco, que pode resultar na divulgação ou utilização indevida de informações de clientes e de propriedade, danos ou incapacidade de acesso a sistemas de tecnologias da informação, perdas financeiras, custos adicionais, obrigações de notificação de violação de dados pessoais, danos à reputação, insatisfação dos clientes e potenciais sanções regulamentares ou exposição a litígios

Nas situações em que o Deutsche Bank é o terceiro prestador de serviços, o banco pode estar exposto a riscos financeiros, como perda de receitas, custos e despesas associados ao cancelamento do contrato de prestação de serviços, caso o Deutsche Bank deixe de poder beneficiar da relação.

Goodwill e outros ativos intangíveis

O Goodwill é revisto anualmente para efeitos de imparidade, ou com maior frequência se houver indícios de que possa ter ocorrido uma imparidade.

Outros ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Estes ativos são objeto de um teste de imparidade ou as respetivas vidas úteis são reconfirmadas pelo menos anualmente. Isto inclui os testes em relação às imparidades de software.

A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem. A imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis tem tido e poderá continuar a ter um efeito material adverso na rentabilidade e nos resultados de operações do banco.

Obrigações com pensões

O Deutsche Bank patrocina vários planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, incluindo planos de benefício definido. Se os fatores que determinam as responsabilidades do banco em matéria de pensões evoluírem de forma adversa, se os pressupostos do banco relativamente a variáveis-chave se revelarem incorretos ou se o financiamento das responsabilidades em matéria de pensões por parte do Deutsche Bank não cobrir suficientemente essas responsabilidades, o banco poderá ter de efetuar contribuições adicionais ou ficar exposto a perdas atuariais ou contabilísticas relativamente aos planos de pensões do banco.

Ativos por impostos diferidos

O banco reconhece os ativos por impostos diferidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores contabilísticos da demonstração financeira dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Na medida em que já não seja provável que haja suficientes receitas tributáveis disponíveis para permitir a utilização da totalidade ou de parte dos ativos por impostos diferidos, o banco terá de reduzir os valores escriturados. Trimestralmente, o banco reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, que pode variar de período para período e requer um julgamento significativo por parte da gestão. As reduções no montante de ativos por impostos diferidos decorrentes de uma alteração na estimativa tiveram e poderá ter novamente no futuro efeitos adversos na rentabilidade do banco, no capital e na sua condição financeira.

Tecnologia, Dados e Inovação

A inovação digital oferece oportunidades de entrada no mercado aos novos concorrentes, como por exemplo operadores da indústria, empresas globais de alta tecnologia ou empresas de tecnologia financeira. Como tal, o banco prevê que os seus negócios tenham uma necessidade aumentada de investimentos nos recursos de processos e produtos digitais para atenuar o risco de uma possível perda de quota de mercado.

Para poder responder aos desenvolvimentos do mercado, reagir às necessidades dos clientes de forma mais rápida e ter mais flexibilidade, bem como para aumentar a resiliência das TI, o banco decidiu migrar um grande número de aplicações para a Nuvem pública através de uma parceria estratégica com o Google Cloud. Esta parceria com o Google Cloud é um marco

importante no percurso digital do banco e demonstra o compromisso de adoção de novas tecnologias, como a Nuvem. O objetivo é melhorar a experiência do cliente através de melhores produtos e serviços, uma resiliência e segurança do sistema, bem como reduzir as ineficiências de custos da gestão de plataformas antigas. Uma migração tecnológica tão importante exige uma governação e um planeamento robustos, incluindo a atribuição necessária de financiamento, para gerir o risco de questões de segurança e estabilidade. Além disso, há um interesse regulamentar significativo neste programa. Da mesma forma, tal como com quaisquer prestadores de serviços externos, o banco deve assegurar os mais elevados padrões de privacidade e controlos de segurança dos dados, a fim de salvaguardar a informação dos clientes e dos bancos. Não fazê-lo pode comprometer a confiança dos clientes, conduzir a perdas financeiras e, em casos graves, a sanções regulamentares, litígios e à obrigação de indemnizar clientes individuais por danos.

A dependência de produtos e serviços de terceiros que apoiam operações críticas pode afetar a postura de risco do banco, uma vez que estes podem ser alvo de ataques novos e evolutivos à segurança da informação. Este risco, juntamente com a expansão dos requisitos regulamentares, exigiu uma maior utilização da tecnologia para melhor identificar os riscos de segurança da informação em terceiros e, quando necessário, realizar ações de sensibilização proativas com eles.

O Deutsche Bank gere os riscos de segurança da informação de terceiros através do seu programa global de gestão do risco de terceiros. Este programa inclui uma política de segurança da informação especificamente para terceiros que estabelece os objetivos e expectativas de controlo do banco. Além disso, o Deutsche Bank dispõe de um processo de gestão do risco de terceiros concebido para identificar, controlar e atenuar os riscos decorrentes da colaboração com terceiros, o que inclui a supervisão pelo banco das operações de terceiros relacionadas com os serviços prestados ao banco. O Deutsche Bank opera num contexto com níveis de digitalização cada vez maiores e num panorama de ameaças em constante evolução relacionadas com a segurança da informação. Os ataques cibernéticos e outra cibercriminalidade poderão resultar em perdas materiais de informações de clientes, danos de reputação do banco e causar sanções regulatórias e perdas financeiras.

O banco observa atentamente os desenvolvimentos tecnológicos relevantes, o panorama geopolítico e os impactos económicos que conduzem aos riscos de segurança e avalia a sua relevância para potenciais impactos no Deutsche Bank e no ecossistema financeiro em geral. Os ciberataques com motivações financeiras e outros ciberataques, incluindo o *ransomware* ou de negação de serviço, podem ser observados como uma ameaça persistente em todos os setores e prevê-se que se tornem mais frequentes. Os ataques à cadeia de abastecimento, a frequência cada vez maior de vulnerabilidades de software crítico potencialmente exploradas por agentes de ameaças (explorações de dia zero) e uma superfície de ameaça em expansão introduzida, por exemplo, por formas remotas de trabalho ou pela utilização de serviços em nuvem constituem ameaças adicionais. As áreas de incidência para 2023 incluem, além dos cenários de ataque comuns, a Inteligência Artificial e a Computação Quântica.

O Deutsche Bank poderá enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no seu ambiente de controlo, incluindo erros no desempenho dos processos ou controlos de segurança, bem como a perda de dados, o que poderá perturbar o negócio do banco e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, o banco poderá também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os serviços não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as normas internas.

O Deutsche Bank e outras instituições financeiras sofreram ataques a sistemas informáticos, incluindo ataques que tinham por objetivo obter acesso não autorizado a informações confidenciais da empresa ou de clientes, danificar ou interferir com os dados, recursos ou atividades comerciais da empresa, ou de outra forma explorar vulnerabilidades na infraestrutura, incluindo ataques ocorridos em fornecedores terceiros do banco. O grupo Deutsche Bank espera continuar a ser alvo de ataques deste tipo no futuro. Embora, até à data, o banco não tenha sofrido qualquer impacto material na sua atividade devido a estes ataques, o grupo pode não ser capaz de antecipar e evitar eficazmente a ocorrência de mais ataques materiais no futuro. Por conseguinte, o Deutsche Bank continua a investir na proteção dos seus sistemas, incluindo dados, infraestruturas, dispositivos e aplicações, contra essas violações e na garantia de que os seus fornecedores utilizam salvaguardas adequadas em matéria de cibersegurança. No entanto, estas medidas podem não ser eficazes contra as muitas ameaças à segurança que o grupo Deutsche Bank enfrenta.

O Deutsche Bank ainda está a amadurecer a sua estratégia global de gestão de dados em relação aos seus principais processos e conjuntos de dados, tais como dados transacionais, de clientes e de referência. Isto inclui o desenvolvimento e a implementação dos princípios da arquitetura empresarial do banco em toda a infraestrutura tecnológica central. Este aspeto é fulcral para a estratégia mais vasta do Deutsche Bank em matéria de tecnologia e dados, permitindo o crescimento e a eficiência da atividade, ao mesmo tempo que melhora o ambiente de controlo. As entidades reguladoras do Deutsche Bank estão ativamente empenhadas em garantir que o banco avance com esta componente da sua estratégia. Além disso, o banco enfrenta também desafios no que diz respeito à adoção e integração de novas tecnologias disruptivas em conjunto com a arquitetura tecnológica existente, a fim de garantir as normas industriais de segurança da informação e de experiência dos clientes.

As grandes transformações tecnológicas nas áreas de negócio e de infraestruturas do banco são executadas através de iniciativas específicas. Os benefícios destas transformações incluem a redução dos custos de TI e do negócio, a melhoria do controlo, o crescimento das receitas através da oferta de novas características dos clientes ou o crescimento visado do cliente. Os riscos decorrentes da execução de programas, incluindo restrições financeiras e de talento, dependências de

outros programas e Key Deliverables (também referidos como KD), prazos de implementação prolongados ou o impacto da atividade relacionada com as alterações no ambiente de controlo ou nas questões de funcionalidade nas aplicações atualizadas ou na tecnologia subjacente, são cuidadosamente geridos para atenuar parcialmente o risco de não alcançar plenamente os benefícios esperados.

Aspetos ambientais, sociais e de governação

Os impactos do aumento das temperaturas globais e as mudanças políticas, tecnológicas e comportamentais associadas, necessárias para limitar o aquecimento global a um máximo de 1,5 °C acima dos níveis pré-industriais, conduziram ao aparecimento de fontes de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os impactos dos riscos físicos decorrentes de fenómenos meteorológicos extremos e os riscos de transição, uma vez que os setores com utilização intensiva de carbono são confrontados com custos mais elevados, uma procura potencialmente reduzida e um acesso restrito ao financiamento. O aparecimento mais rápido do que o atualmente previsto de riscos climáticos transitórios e/ou físicos e de outros riscos ambientais pode conduzir a um aumento das perdas de crédito e de mercado, bem como a perturbações operacionais devido a impactos nos fornecedores e nas próprias operações do banco. O Deutsche Bank integrou as considerações relativas aos riscos climáticos e ambientais nos seus quadros de risco e de controlo, a fim de garantir a identificação, o acompanhamento e a gestão dos riscos.

Além disso, as instituições financeiras estão a enfrentar um maior escrutínio das questões relacionadas com o clima e as questões SAG por parte de governos, reguladores, acionistas e outros organismos (incluindo organizações não-governamentais), o que conduz a riscos para a sua reputação se o banco não for visto a apoiar a transição para uma economia com menos carbono, a limitar os riscos relacionados com a natureza, como a biodiversidade e a perda de habitats, e a proteger os direitos humanos. Este maior escrutínio inclui requisitos de divulgação SAG mais extensos e prescritivos, como a Diretiva relativa aos relatórios de sustentabilidade das empresas (CSRD). O aparecimento de normas regulamentares e/ou de divulgação de informações SAG significativamente divergentes entre jurisdições poderá conduzir a custos de conformidade mais elevados e a riscos de incumprimento dos requisitos.

O Deutsche Bank é classificado por vários fornecedores de notação SAG, sendo estas notações cada vez mais utilizadas como critérios para determinar a elegibilidade para investimentos sustentáveis e para avaliar a gestão dos riscos e oportunidades SAG. As metodologias e pontuações utilizadas pelos diferentes fornecedores podem conduzir a divergências significativas nos resultados. Se a notação do banco for inferior à dos seus pares ou se deteriorar significativamente, tal poderá ter um impacto negativo na sua reputação e reduzir a procura de ações/dívida por parte dos investidores. A melhoria das classificações pode ter o efeito contrário.

Os dados, metodologias e normas da indústria para medir e avaliar os riscos climáticos e outros riscos ambientais estão ainda a evoluir ou, em certos casos, ainda não estão disponíveis. Este facto, combinado com a falta de divulgação exaustiva e coerente de informações sobre o clima e outros riscos ambientais por parte dos seus clientes, significa que o banco, à semelhança do setor em geral, depende fortemente de estimativas de substituição e/ou de abordagens próprias para a divulgação das suas próprias informações sobre a gestão dos riscos climáticos e ambientais. O elevado grau de incerteza que esta situação cria aumenta o risco de terceiros poderem afirmar que as divulgações do banco relacionadas com a sustentabilidade constituem *greenwashing*. Positivamente, o reforço dos requisitos de divulgação para os nossos clientes reduzirá a dependência de estimativas de proxy e/ou abordagens proprietárias no futuro.

Embora o Deutsche Bank continue empenhado nos objetivos e ambições delineados no seu Sustainability Deep Dive de 2 de março de 2023, o banco pode enfrentar contrariedades para atingir o seu objetivo de 500 mil milhões de euros em volumes cumulativos de financiamento e investimento SAG até ao final de 2025. Se as ambições ou os objetivos não forem atingidos, tal poderá ter impacto, nomeadamente, nas receitas e na reputação do banco. Além disso, a escassez de ativos SAG pode reduzir a capacidade do Deutsche Bank para emitir financiamentos em conformidade com as normas SAG. Do mesmo modo, desvios significativos em relação aos objetivos de emissões líquidas nulas absolutas e baseadas na intensidade podem expor o banco a riscos de reputação.

Algumas jurisdições começaram a desenvolver medidas anti-SAG, incluindo a exigência de que as instituições financeiras que desejem fazer negócios com elas certifiquem a sua não adesão a aspetos da agenda de transição. O não cumprimento destes requisitos pode resultar na cessação de negócios existentes e na incapacidade de realizar novos negócios com essas jurisdições, enquanto o cumprimento pode levar a riscos reputacionais.

Oportunidades

Condições macroeconómicas e de mercado

Se as condições económicas, como o crescimento do PIB, os níveis de desemprego, a conjuntura das taxas de juro e as condições de concorrência no setor dos serviços financeiros melhorarem além dos níveis atualmente previstos, tal poderá resultar em receitas mais elevadas. Estes impactos podem ser apenas parcialmente compensados por custos adicionais, melhorando assim a capacidade do Grupo para atingir os seus objetivos financeiros. Simultaneamente, a subida potencial da inflação e das taxas de juro, e o aumento da volatilidade do mercado, podem representar uma série de oportunidades, como o aumento das receitas provenientes de fluxos comerciais mais elevados no contexto do reposicionamento das carteiras de clientes privados, empresariais e institucionais, o aumento da margem financeira, bem como o aumento das margens sobre os empréstimos concedidos em todo o balanço do Grupo.

Uma parte substancial dos ativos e passivos do balanço do Grupo é constituída por instrumentos financeiros escriturados ao justo valor, sendo as variações do justo valor reconhecidas na demonstração de resultados. Se as condições de mercado melhorarem ou as taxas de juro descerem, tal poderá resultar num aumento do justo valor de determinados instrumentos financeiros. Como resultado dessas alterações, o Grupo pode realizar ganhos no futuro.

Geopolítica

Embora o aumento dos riscos geopolíticos crie incertezas que minam as perspetivas de crescimento global e conduzam a uma maior fragmentação do ambiente empresarial, o Deutsche Bank poderá beneficiar do apoio prestado aos seus clientes no sentido de reduzir o risco das suas cadeias de abastecimento e reequilibrar a sua presença global, caso a fragmentação da ordem do comércio internacional acelere. Se o risco geopolítico diminuir inesperadamente, as perspetivas de crescimento global poderão melhorar para além dos pressupostos do banco, com implicações positivas para as receitas e os indicadores de risco.

Alteração regulamentar

As alterações regulamentares podem encorajar os bancos a fornecer melhores produtos ou serviços que podem oferecer oportunidades para diferenciação no mercado. Por exemplo, à medida que os padrões de informação continuam a desenvolver-se para o financiamento sustentável, o mercado pode evoluir para adotar iniciativas financeiras sustentáveis de forma mais ampla. Como os clientes e o mercado adotam iniciativas relacionadas a finanças sustentáveis, o Grupo pode ter a oportunidade de diferenciar ainda mais o banco através da melhoria dos serviços prestados aos seus clientes.

Estratégia

A estratégia global do Deutsche Bank para o Hausbank define a abordagem do banco para melhorar substancialmente os retornos para os acionistas ao longo do tempo e a melhor forma de utilizar o balanço, bem como outros recursos, de uma forma que seja consistente com a carteira de clientes e a apetência pelo risco do banco. Como tal, a implementação da estratégia do Grupo poderá criar ainda mais oportunidades, caso seja implementada numa maior dimensão ou sob condições mais favoráveis do que as previstas. Tal inclui benefícios potenciais decorrentes de condições macroeconómicas, de mercado e geopolíticas melhores do que o previsto ou de alterações vantajosas no ambiente concorrencial, como o recuo de concorrentes tradicionais e emergentes não bancários em mercados selecionados.

Se os negócios e os processos melhorarem para além dos pressupostos planeados do Deutsche Bank e as eficiências de custos puderem ser apuradas mais cedo ou numa maior extensão do que a prevista, isto também poderia impactar positivamente os nossos resultados das operações. Os progressos poderão ser ainda mais estimulados se os mercados reagirem favoravelmente à subida de notação do Deutsche Bank e ao desempenho sustentado das receitas. Tal poderá, por sua vez, reduzir os custos de financiamento e amplificar ainda mais a rentabilidade do banco.

O banco espera prosseguir a estratégia do Grupo e tornar-se o primeiro ponto de contacto para todos os seus clientes, respondendo a todas as suas necessidades financeiras - como o seu "Global Hausbank". O Deutsche Bank espera que o seu legado de mais de 150 anos, a sua rede global, a sua experiência de mercado, a sua extraordinária gestão de riscos e a sua vasta gama de produtos apoiem o crescimento e os investimentos orientados, com o objetivo de se tornar sustentavelmente rentável, aumentando simultaneamente a eficiência operacional e mantendo a disciplina de capital.

No âmbito do Corporate Bank, o Deutsche Bank vê oportunidades multifacetadas num franchise líder de mercado que tira partido da presença global e do modelo de cobertura do Corporate Bank. O Deutsche Bank espera aumentar as receitas combinando soluções de gestão do risco com novas capacidades de plataforma de tesouraria e estabelecendo o Corporate Bank como um parceiro-chave para apoiar a transformação energética dos seus clientes, com base na sua posição na Europa e expandindo ainda mais para a APAC.

O Investment Bank continua a ser um líder mundial em produtos de rendimento fixo e de financiamento, e o Deutsche Bank está concentrado em consolidar esta posição e manter a quota de mercado conquistada. Para atingir este objetivo, combinado com a força da plataforma de Geração e Consultoria, que foi ainda mais reforçada com a aquisição da Numis Corporation PLC, a divisão centra-se em investimentos específicos em áreas de crescimento adjacentes às atividades atuais para melhorar e diversificar a oferta de produtos. Entretanto, o Investment Bank continua a concentrar-se na otimização dos custos e do capital em toda a carteira, bem como em melhorias adicionais do ambiente de controlo. Além disso, um maior enfoque na eficiência da cobertura de clientes da divisão pretende aumentar a força e a profundidade das relações em toda a base global de clientes.

Para o Private Bank, o foco continua a ser o retalho alemão, o retalho internacional e os clientes empresariais, bem como a procura do crescimento, predominantemente nas áreas de consultoria. No que respeita às atividades de Wealth Management, o Grupo vê oportunidades de crescimento particularmente na EMEA e APAC.

No que diz respeito a Asset Management, que inclui as entidades jurídicas da DWS, a DWS continua a executar a estratégia declarada publicamente, que visa manter a liderança em classes de ativos maduras e crescer seletivamente noutras regiões e produtos, a fim de cimentar o seu estatuto de líder na gestão de ativos. As áreas de crescimento incluem oportunidades de receitas provenientes de novas transferências de ativos para investimentos passivos e produtos alternativos.

O Deutsche Bank continua a focar-se na sustentabilidade em todo o banco e tem visto oportunidades de crescimento neste espaço em todos os negócios fundamentais, à medida que a resposta dos clientes às alterações climáticas ganha mais força. Dada a forte apetência dos clientes, o Deutsche Bank continua a ver o financiamento sustentável como uma oportunidade fundamental e uma área de investimento. Como parte dos esforços mais amplos para desenvolver uma estratégia de apetência pelo risco para gerir o risco climático, o banco vê oportunidades de apoiar os seus clientes, por exemplo, no desenvolvimento de estratégias de descarbonização credíveis e apoio à sua transição.

Os investidores privados e institucionais, incluindo clientes e não clientes do banco, consideram cada vez mais os riscos e oportunidades ambientais, sociais e de governação como significativos para os retornos a longo prazo, e o banco acredita que este se tornará um diferenciador fundamental. No que a isto diz respeito, a inclusão de fatores SAG nos processos de investimento ou no processo de tomada de decisões para a concessão de mandatos de negócio nos nossos negócios continua a crescer. Como tal, o Deutsche Bank pretende desenvolver e fornecer produtos financeiros ou possibilidades de investimento que possam ajudar o banco e os nossos clientes a alcançar os seus objetivos comuns de SAG e avançar a estratégia holística de SAG. De um modo mais geral, o banco acredita que o avanço das atividades de SAG pode conduzir a oportunidades de receitas adicionais, mas também a uma melhor marca e perceção das partes interessadas.

Além disso, uma cultura de risco e de controlo partilhada e forte a nível de toda a empresa, possibilitada pela tecnologia, pela análise e pela profunda especialização do banco em matéria de risco, pode, em parte, proporcionar a vantagem competitiva necessária para apoiar a estratégia de crescimento das atividades do Deutsche Bank.

De um modo geral, o Deutsche Bank tem oportunidades para ganhar quota de mercado e aumentar a sua base de clientes, apoiando as suas necessidades de financiamento, consultoria e gestão do risco.

Tecnologia, Dados e Inovação

A inovação digital oferece várias oportunidades de proveitos para aumentar a monetização dos grupos de clientes existentes e a aquisição de novos grupos, através da expansão da carteira de produtos do Grupo e através da participação em parcerias de produtos com entidades terceiras, beneficiando assim de um tempo de comercialização potencialmente mais curto. Os recentes desenvolvimentos nas tecnologias de inteligência artificial (IA), como a IA generativa e os modelos linguísticos de grande dimensão, constituem uma área com um potencial significativo para a eficiência operacional e o crescimento das receitas do Deutsche Bank. O banco está também a colaborar com a Google na adoção precoce de novas tecnologias de IA e na "IA responsável" para a atividade bancária. O banco está a experimentar essas tecnologias de forma prudente e responsável, para garantir que compreende e atenua os riscos que possam surgir antes de essas tecnologias serem implementadas em produção. O alcance global do Grupo permite escalar os produtos de forma rápida e eficiente em várias áreas geográficas. Simultaneamente, os clientes do banco beneficiarão do facto de os produtos e serviços serem desenvolvidos e colocados no mercado mais rapidamente no futuro.

Além disso, as novas formas de tecnologia criam um novo conjunto de ativos e dinheiro digitais, como divisas digitais de bancos centrais, depósitos simbólicos, moedas estáveis ou títulos eletrónicos. Estes têm o potencial de facilitar transações financeiras mais baratas, mais rápidas e mais eficientes, ao mesmo tempo que desbloqueiam novos casos de utilização. O Deutsche Bank está a desempenhar um papel ativo na formulação de recomendações sobre a forma como tal poderia ser feito, em particular no contexto dos projetos de euro digital do BCE para casos de utilização de retalho e grossista.

Os investimentos contínuos e a concretização da agenda alterada do banco, nomeadamente através dos principais resultados, deverão ajudar o Deutsche Bank a diferenciar-se num mercado altamente competitivo.

Aspetos ambientais, sociais e de governação

Tal como referido no Sustainability Deep Dive do Deutsche Bank de 2 de março de 2023, a transição para uma economia de carbono mais baixo apresenta múltiplas oportunidades para apoiar os clientes nos seus percursos para emissões líquidas nulas através da disponibilização de financiamento sustentável e de conhecimentos especializados em matéria de transição. Além disso, em 19 de outubro de 2023, o Deutsche Bank publicou o seu Plano de Transição, que consolida numa única publicação as definições, metodologias, objetivos e realizações do banco no seu caminho para emissões líquidas nulas até 2050. Globalmente, juntamente com a gestão ativa da pegada de carbono do Grupo através do seu regime de objetivo de emissões líquidas nulas, isto pode conduzir tanto a oportunidades de receitas como a uma melhor perceção das partes interessadas.

Relatório de Risco

68	Introdução – 67
	Visão geral do risco e do capital
	Indicadores de risco fundamentais – 68
	Perfil de risco – 70
72	Quadro de risco e de capital
	Princípios de gestão do risco – 72
	Governança do risco – 73
	Apetência pelo risco e capacidade de risco – 76
	Plano de risco e de capital – 76
	Testes de esforço – 79
	Sistemas de medição e relatório do risco – 80
83	Planeamento de recuperação e resolução – 82
	Gestão do risco e de capital
	Gestão de capital – 83
	Definição de limites para recursos – 83
	Identificação e avaliação do risco – 84
	Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos – 84
	Gestão do risco de mercado – 119
	Gestão do risco operacional – 127
	Gestão do risco de liquidez – 134
	Gestão do risco empresarial – 140
	Gestão do risco do modelo – 143
	Gestão do risco de reputação – 144
149	Cibersegurança – 145
	Desempenho de capital e risco
	Capital, rácio de alavancagem e MREL – 149
	Exposição ao risco de crédito – 166
	Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação – 188
	Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação – 191
	Exposição ao risco operacional – 193
	Exposição ao risco de liquidez – 194

Introdução

Divulgações em conformidade com a IFRS 7

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: Divulgações. Também considera a classificação subjacente e os requisitos de mensuração e imparidade na IFRS 9, podendo consultar-se mais detalhes na secção "Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos", na secção "Qualidade dos ativos", na secção "Redução do risco de crédito" e na Nota 1 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas" das demonstrações financeiras consolidadas. As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um sombreado azul claro ao longo deste Relatório de Risco.

Desde 30 de junho de 2020, o Grupo aplica os regimes transitórios em relação à IFRS 9 como previsto no atual CRR/CRD para todas as medidas CET1.

Divulgações de acordo com o Pilar 3 do Quadro de Capital de Basileia III

As divulgações do Deutsche Bank, de acordo com o Pilar 3 dos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III, que são implementadas na União Europeia através do Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR"), incluindo emendas recentes; e apoiadas pela Orientação da EBA "Projeto final de implementação de normas técnicas sobre a divulgação pública pelas instituições das informações referidas nos Títulos II e III da Parte Oitava do Regulamento (UE) n.º 575/2013" e diretrizes relacionadas, aplicáveis às divulgações de Pilar 3, são publicadas no relatório adicional do Pilar 3 do Grupo, que pode ser encontrado no site do Deutsche Bank.

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação"

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB), com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. O Deutsche Bank adere às recomendações de divulgação neste Relatório de Risco e também no seu Relatório Pilar 3 adicional.

Visão geral do risco e do capital

Indicadores de risco fundamentais

A secção seguinte apresenta divulgações qualitativas e quantitativas sobre crédito, mercado, liquidez e outras métricas de risco e os seus desenvolvimentos nos doze meses findos a 31 de dezembro de 2023. As divulgações de acordo com o Pilar 3 do Quadro de Capital de Basileia III, que são implementadas na União Europeia pelo Regulamento de Requisitos de Capital (CRR) e apoiadas pelas Normas técnicas de execução da EBA ou Orientação da EBA, serão publicadas no relatório separado do Pilar 3 do Grupo.

Os seguintes rácios de risco principais selecionados e as métricas correspondentes fazem parte da gestão holística do risco do banco em tipos de risco individual. O rácio Common Equity Tier 1, rácio de adequação de capital económico, rácio de alavancagem, capacidade total de absorção de perdas, requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis, rácio de cobertura de liquidez, rácio de posição de liquidez líquida em esforço e financiamento estável líquido servem como métricas de alto nível e são totalmente integradas no planeamento estratégico, quadro de apetência pelo risco, testes de esforço e práticas de planeamento de recuperação e resolução, os quais são revistos e aprovados pelo Conselho de Administração, pelo menos anualmente.

Rácio de Common Equity Tier 1 (CET1)		Ativos ponderados pelo risco (Risk-weighted assets - RWA)	
31/12/2023	13,7%	31/12/2023	349,7 mil milhões de euros
31/12/2022	13,4%		
Rácio de adequação de capital económico (ECA)			
31/12/2023	205%	31/12/2022	360,0 mil milhões de euros
31/12/2022	239%		
Rácio de alavancagem		Capital económico (EC)	
31/12/2023	4,5%	31/12/2023	23,3 mil milhões de euros
31/12/2022	4,6%		
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)			
31/12/2023 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	32,6%	31/12/2022	20,9 mil milhões de euros
31/12/2023 (baseado na exposição à alavancagem)	9,2%		
31/12/2022 (baseado em ativos ponderados pelo risco)	32,2%	Exposição à alavancagem	
31/12/2022 (baseado na exposição à alavancagem)	9,3%	31/12/2023	1,240 mil milhões de euros
Rácio de cobertura de liquidez (LCR)			
31/12/2023	140%	31/12/2022	1,240 mil milhões de euros
31/12/2022	142%		
		Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	
		31/12/2023	35,2%
		31/12/2022	34,4%
		Posição de liquidez líquida em esforço (sNLP)	
		31/12/2023	57,7 mil milhões de euros
		31/12/2022	48,1 mil milhões de euros
		Rácio de financiamento estável líquido (NSFR)	
		31/12/2023	121%
		31/12/2022	120%

Além disso, o Deutsche Bank avalia regularmente os impactos potenciais dos riscos no balanço e na rentabilidade através de revisões de carteira e testes de esforço. Os testes de esforço também são usados para testar a resiliência dos planos estratégicos do Deutsche Bank. Os resultados destes testes indicam que o capital e as reservas de liquidez atualmente

disponíveis, em combinação com as medidas de mitigação disponíveis, são suficientes para resistir a períodos de esforço potencial.

O Grupo concluiu que os riscos, tal como descritos acima ou nas secções seguintes, aos quais o Deutsche Bank está exposto, incluindo potenciais impactos na estratégia empresarial, fornecem uma imagem verdadeira e justa do perfil de risco.

Para obter detalhes adicionais, consulte as secções "Perfil de risco", "Apetência pelo risco e capacidade de risco", "Plano de risco e de capital", "Testes de esforço", "Planeamento de recuperação e resolução", "Gestão do risco e de capital", "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL", "Rácio de cobertura de liquidez" e "Testes de esforço e análise de cenários".

Perfil de risco

O mix de atividades de negócio do Deutsche Bank resulta numa diversidade de riscos assumidos. O Grupo mede os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total, que capta o perfil de risco das divisões e tem em conta os efeitos de risco transversal ao nível do grupo.

O perfil de risco do Corporate Bank resulta sobretudo dos produtos e serviços oferecidos nos Serviços de Tesouraria Empresarial (incluindo Trade Finance, Lending e Corporate Cash Management), Estratégia de Empréstimos a Empresas e Business Banking. A procura de capital económico nestes segmentos decorre, em grande medida, do risco de crédito.

O perfil de risco do Investment Bank é dominado pelas suas atividades de financiamento e trading, as quais originam todos os principais tipos de risco. O risco de crédito no Investment Bank está amplamente distribuído pelas unidades de negócio, mas com maior destaque no Fixed Income & Currencies e Leveraged Debt Capital Markets. O risco de mercado decorre principalmente das atividades de negociação e criação de mercado.

O perfil de risco do Private Bank inclui riscos de crédito decorrentes da atividade com clientes de retalho alemães e internacionais, clientes empresariais e clientes de Wealth Management, bem como riscos de mercado não relacionados com a negociação decorrentes do risco de investimento, da modelação de depósitos de clientes e do risco de spread de crédito.

A Asset Management, enquanto gestor de ativos fiduciário, investe dinheiro em nome dos clientes. Como tal, os principais fatores de risco são não financeiros. A procura de capital económico para o risco de mercado é impulsionada principalmente por riscos de mercado não relacionado com a negociação, que surgem em produtos de garantia e coinvestimentos nos fundos.

O perfil de risco de Corporate & Other inclui uma série de fatores de risco diferentes, incluindo os relacionados com a Tesouraria, determinadas rubricas corporativas e carteiras antigas. A procura de capital económico inclui principalmente o risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente do risco de taxa de juro na Tesouraria, o risco cambial estrutural, o risco de pensões e o risco de compensação de ações, o risco de crédito decorrente dos investimentos de Tesouraria, o risco estratégico decorrente dos riscos fiscais e os riscos de ativos de software e o risco operacional das carteiras antigas.

A tabela abaixo mostra a posição de risco global do Deutsche Bank, medida pela procura de capital económico calculado para risco de crédito, de mercado, operacional e estratégico nas datas especificadas. A posição de risco económico global do Deutsche Bank também considera normalmente os benefícios de diversificação em todos os tipos de risco.

Perfil de risco das divisões do Deutsche Bank medido pelo capital económico

	31 dez 2023						
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.612	4.395	2.182	48	2.639	11.875	51
Risco de mercado	801	2.009	1.346	217	3.955	8.328	36
Risco operacional	445	1.729	613	278	1.507	4.572	20
Risco estratégico	0	0	0	0	1.874	1.874	8
Vantagem de diversificação ¹	(460)	(1.197)	(589)	(130)	(1.009)	(3.385)	(15)
Total de EC	3.399	6.936	3.551	413	8.967	23.265	100
Total de EC em %	15	30	15	2	39	100	N/S

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

	31 dez 2022						
em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total	Total (em %)
Risco de crédito	2.760	4.259	2.344	53	2.386	11.802	56
Risco de mercado	343	1.177	662	180	3.994	6.355	30
Risco operacional	424	1.852	611	273	1.507	4.668	22
Risco estratégico	0	0	0	0	1.854	1.854	9
Vantagem de diversificação ¹	(440)	(1.308)	(543)	(162)	(1.325)	(3.778)	(18)
Total de EC	3.088	5.980	3.073	344	8.416	20.900	100
Total de EC em %	15	29	15	2	40	100	N/S

¹ Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico

² Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

Em 31 de dezembro de 2023, a procura de capital económico do Deutsche Bank ascendia a 23,3 mil milhões de euros, um valor 2,4 mil milhões de euros ou 11% superior aos 20,9 mil milhões de euros de procura de capital económico em 31 de dezembro de 2022. Esta evolução deveu-se a um aumento da procura de capital económico para risco de mercado e a uma menor vantagem de diversificação entre os tipos de risco, que foi parcialmente compensado por uma diminuição da procura de capital económico para risco operacional.

A procura de capital económico para risco de mercado totalizava 8,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, um valor 2,0 mil milhões de euros ou 31% superior em comparação com o final do ano de 2022. O aumento deveu-se sobretudo à recalibração anual dos parâmetros de distribuição do modelo, a uma redução da exposição líquida curta ao spread de crédito decorrente dos ativos do plano de pensões de benefícios definidos do Grupo, a um aumento das existências para negociação para apoiar a criação de mercado e o fluxo de clientes nas atividades de Taxas e negociação de crédito globais do Investment Bank e a uma alteração dos pressupostos de modelação comportamental dos depósitos de clientes no Private Bank.

A vantagem de diversificação entre riscos da procura de capital económico entre riscos de crédito, de mercado, operacional e estratégico totalizava 3,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, o que era 0,4 mil milhões de euros, ou 10%, inferior em comparação com o final do ano de 2022. Esta diminuição deveu-se sobretudo à introdução de um controlo de compensação para uma deficiência na modelação da distribuição do risco operacional no âmbito do cálculo da diversificação.

A utilização de capital económico para o risco operacional totalizou 4,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, o que foi 0,1 mil milhões de euros ou 2% inferior à utilização de capital económico de 4,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Em linha com o desenvolvimento dos RWA para risco operacional do Grupo, a diminuição foi principalmente impulsionada por um desenvolvimento mais favorável do perfil de perdas internas do Deutsche Bank que alimenta o modelo de capital. É apresentada uma descrição pormenorizada na secção "Gestão do risco operacional".

Quadro de risco e de capital

Princípios de gestão do risco

O modelo de negócio do Deutsche Bank implica, por inerência, a assunção de riscos. Os riscos podem ser financeiros e não financeiros e incluir riscos patrimoniais e extrapatrimoniais. O objetivo do Deutsche Bank é criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. O quadro de gestão do risco contribui para isso, alinhando a gestão de risco planeada e efetiva com a apetência pelo risco, tal como expresso pelo Conselho de Administração, estando ao mesmo tempo em linha com o nosso capital e liquidez disponíveis.

O quadro de gestão do risco do Deutsche Bank é constituído por várias componentes, que incluem os mecanismos de controlo interno estabelecidos. São definidos princípios e normas para cada componente:

- As estruturas organizacionais devem seguir o modelo de três linhas de defesa ("3LoD") com uma definição clara de funções e responsabilidades para todos os tipos de risco.
- A 1.ª linha de defesa ("1st LoD") refere-se àquelas funções no banco cujas atividades geram riscos, sejam financeiros ou não financeiros, e que detêm e são responsáveis por estes riscos. A 1.ª LoD gere estes riscos dentro da apetência pelo risco definida, estabelece uma governação de risco e uma cultura de risco adequadas e adere aos quadros de tipo de risco definidos pela 2.ª Linha de Defesa ("2nd LoD")
- A 2.ª LoD refere-se às funções do Banco que definem o quadro de gestão do risco para um tipo de risco específico. A 2.ª LoD avalia e questiona de forma independente a implementação do quadro do tipo de risco e a adesão à apetência pelo risco, e atua como consultor à 1.ª LoD sobre a forma de identificar, avaliar e gerir os riscos.
- A 3.ª Linha de Defesa ("3rd LoD") é a Group Audit (Auditoria do Grupo), que é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno
- Todos os colaboradores devem atuar como gestores de risco em coerência com a apetência pelo risco do banco, normas e valores de gestão do risco
- A apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração deve ser em cascata e cumprida em todas as dimensões do Grupo, com consequências adequadas em caso de violação
- Os riscos devem ser identificados e avaliados
- Os riscos devem ser geridos ativamente, incluindo a redução adequada dos riscos e sistemas de controlo interno eficazes
- Os riscos devem ser medidos e comunicados utilizando dados precisos, completos e em tempo real, através de modelos aprovados
- Devem ser realizados testes de esforço regulares contra cenários adversos e deve ser estabelecido um planeamento adequado de resposta a crises

O Grupo promove uma forte cultura de risco em que todos os colaboradores devem compreender plenamente e ter uma visão holística dos riscos que podem resultar das suas ações, compreender as consequências e geri-las adequadamente em relação à apetência pelo risco do banco. O banco prevê que os colaboradores exibam comportamentos que apoiem uma forte cultura de risco em linha com o Código de Conduta do banco. Para promover este objetivo, as políticas do Deutsche Bank exigem que os riscos assumidos (incluindo contra a apetência pelo risco) devem ser tidos em consideração durante a avaliação comportamental e nos processos de remuneração do banco. Esta expectativa continua a ser reforçada através de campanhas de comunicação e cursos de formação obrigatórios para todos os colaboradores do DB. Adicionalmente, os membros do Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo.

O sistema de gestão de riscos e de controlo interno do Deutsche Bank é descrito com mais pormenor no relatório do Deutsche Bank sobre o Pilar 3 (especificamente na secção "Objetivos e políticas de gestão de riscos, Risco empresarial"). O sistema de gestão do risco e de controlo interno abrange igualmente os objetivos relacionados com a sustentabilidade (tal como descrito no Relatório Não Financeiro de 2023, especificamente nos capítulos "Estratégia e implementação da sustentabilidade" e "Risco climático").

O Conselho de Administração é da opinião de que foi estabelecido um quadro de gestão do risco e um sistema de controlo interno que são, na sua totalidade, adequados e eficazes para o modelo de negócio e o perfil de risco do banco.

Governança do risco

As operações do Deutsche Bank são regulamentadas e supervisionadas a nível mundial pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que o banco exerce a sua atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, bem como nos requisitos organizacionais e de relato. O Banco Central Europeu (BCE) e as autoridades competentes dos países da UE que aderiram ao Mecanismo Único de Supervisão através da Equipa Comum de Supervisão atuam em conjunto, como as principais entidades de supervisão do Deutsche Bank, com o objetivo de monitorizar a conformidade com a lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Diversos níveis de gestão garantem uma governança do risco coerente:

- O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank é informado regularmente sobre a situação, a gestão e o controlo dos riscos, incluindo os riscos para a reputação e os casos de litígios importantes, tendo criado vários comités para tratar de assuntos específicos (para uma descrição pormenorizada destes comités, consultar o "Relatório do Conselho de Fiscalização", bem como o capítulo "Conselho de Fiscalização" no "Relatório de Governo da Sociedade")
 - Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração informa sobre as exposições ao risco atuais e futuras, as carteiras, a apetência e a estratégia de risco e as questões consideradas relevantes para a avaliação e supervisão da situação de risco do Deutsche Bank AG; informa também sobre os empréstimos que exigem uma resolução do Conselho de Fiscalização, nos termos da lei ou dos Estatutos; o Comité de Risco presta aconselhamento sobre questões relacionadas com a apetência global pelo risco, a posição de risco agregada e a estratégia de risco e mantém o Conselho de Fiscalização informado sobre as suas atividades
 - O Comité de Supervisão Regulamentar, entre outras responsabilidades, monitoriza as medidas do Conselho de Administração que promovem a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as políticas da própria empresa; analisa também os códigos de conduta e de ética do banco, bem como o seu quadro de políticas e, a pedido, apoia o Comité de Risco na monitorização e análise dos riscos legais e de reputação do banco; o Conselho de Administração informa o comité sobre os contactos com os reguladores com uma relevância significativa para a atividade do negócio
 - O Comité de Auditoria, entre outras matérias, apoia o Conselho de Fiscalização no controlo da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, bem como na correção, por parte do Conselho de Administração, das deficiências identificadas
- O Conselho de Administração é responsável pela gestão do Deutsche Bank Group, em conformidade com a lei, os Estatutos e o seu mandato, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa, tendo assim em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas relacionadas com a empresa; o Conselho de Administração é responsável por assegurar uma organização empresarial adequada, incluindo uma gestão de riscos apropriada e eficaz, bem como o cumprimento dos requisitos legais e das orientações internas; o Conselho de Administração instituiu o Comité de Risco do Grupo como fórum central para a análise e decisão sobre riscos importantes e questões relacionadas com o capital; o Comité de Risco do Grupo reúne-se geralmente uma vez por semana; delegou algumas das suas funções a indivíduos e subcomités; o Comité de Risco do Grupo e os seus subcomités são descritos mais pormenorizadamente a seguir

Estrutura de governação de gestão do risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comitês funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

- O Comité de Risco do Grupo tem várias funções e competências específicas, incluindo a aprovação de modelos de risco e de capital novos ou alterados e a análise do inventário de riscos, das carteiras de risco de alto nível, da evolução da exposição ao risco e dos resultados dos testes de esforço internos e regulamentares a nível do Grupo; além disso, o Comité de Risco do Grupo analisa e recomenda elementos para aprovação do Conselho de Administração, como os princípios fundamentais de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação do Grupo e o plano de financiamento de contingência, os parâmetros globais de apetência pelo risco e os indicadores de recuperação e de escalonamento; o Comité de Risco do Grupo também apoia o Conselho de Administração durante os processos de planeamento do risco e do capital a nível do Grupo
- O Comité de Risco Não Financeiro supervisiona, rege e coordena a gestão dos riscos não financeiros no Deutsche Bank Group e estabelece uma perspetiva transversal e holística dos principais riscos não financeiros do Grupo, incluindo o risco de conduta e de criminalidade financeira; está incumbido de definir o quadro de tolerância da apetência pelo risco não financeiro, de acompanhar e controlar a eficácia do modelo operacional do risco não financeiro (incluindo as interdependências entre as divisões empresariais e as funções de controlo) e de acompanhar a evolução dos riscos não financeiros emergentes relevantes para o Grupo
- O Comité de Risco de Reputação do Grupo é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação e prevê um processo de análise e de ensinamentos colhidos; as questões são remetidas para o Comité de Risco de Reputação do Grupo em circunstâncias excecionais - pode ser o caso se uma questão for recusada pelo Comité de Risco de Reputação Regional e for objeto de recurso por parte do departamento ou se o Comité de Risco de Reputação Regional não conseguir chegar a uma decisão por maioria de dois terços; o Comité Regional do Risco de Reputação, que é um subcomité do Comité do Risco de Reputação do Grupo, é responsável pela supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação nas respetivas regiões, em nome do Conselho de Administração
- O Comité de Risco Empresarial foi criado com o mandato de se concentrar nas tendências de risco a nível da empresa, nos eventos e nas carteiras de risco cruzadas, reunindo peritos de risco de várias disciplinas de risco; no âmbito do seu mandato, o Comité de Risco Empresarial aprova o inventário de risco do grupo, determinados aumentos dos limiares por país e por sector e as linhas gerais da conceção de cenários para testes de esforço mais severos a nível do grupo, bem como testes de esforço inversos; analisa os resultados dos testes de esforço a nível do grupo de acordo com a apetência pelo risco, analisa as perspetivas de risco, os riscos emergentes e os tópicos com implicações de risco a nível da empresa; supervisiona o quadro de risco climático e ambiental

- O Comitê de Governança de Produtos está incumbido de assegurar que haja supervisão, governança e coordenação adequadas da governança de produtos no Grupo, estabelecendo uma perspectiva transversal ao risco e holística dos principais riscos financeiros e não financeiros associados a produtos e transações ao longo do ciclo de vida
- O Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros é um órgão de governança ad-hoc, presidido pelo Diretor Financeiro e pelo Diretor de Risco, com autoridade delegada pelo Conselho de Administração, para supervisionar a gestão de crises financeiras no banco; o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros constitui um fórum único para supervisionar a execução do plano de financiamento de emergência e do plano de recuperação do Grupo; o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros recomenda medidas de atenuação a tomar em caso de stress de capital ou de liquidez, previsto ou efetivo; especificamente, o Conselho de Gestão dos Recursos Financeiros está encarregado de analisar a posição de capital e de liquidez do banco, em antecipação de um cenário de stress, recomendando propostas para questões relacionadas com o capital e a liquidez e supervisionando a execução das decisões
- O Comitê de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo foi estabelecido pelo Conselho de Administração com o mandato de otimizar a origem e a implementação do balanço do banco e os recursos financeiros no âmbito da apetência pelo risco definida pelo Conselho de Administração

O Diretor de Risco do Deutsche Bank, que é membro do Conselho de Administração, tem a responsabilidade a nível do Grupo e supradivisional, de estabelecer um quadro de gestão do risco com identificação, mensuração, monitorização, mitigação e relato adequados de riscos de liquidez, crédito, mercado, negócio, modelo e não financeiros (incluindo riscos operacionais e reputacionais). No entanto, os quadros para determinados riscos são estabelecidos por outras funções, de acordo com o plano de afetação de negócios.

O Diretor de Risco tem responsabilidade direta pela gestão da função do Departamento de Risco. Os deveres de controlo e gestão do risco na função do Departamento de Risco são geralmente atribuídos a unidades de gestão do risco especializadas que se focam na gestão de

- Tipos de risco específicos
- Riscos num negócio específico
- Riscos numa região específica.

Estas unidades de gestão do risco especializadas têm geralmente as seguintes tarefas essenciais:

- Promover a coerência com a apetência pelo risco estabelecida pelo Conselho de Administração e aplicado às divisões e respetivas unidades de negócio
- Determinar e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e de capital apropriados aos negócios que integram cada divisão
- Estabelecer e aprovar limites de risco
- realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis
- Criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão

Os Diretores de Risco de cada divisão empresarial, bem como em cada região, tendo uma visão holística do respetivo negócio, desafiam e influenciam as estratégias das divisões e das regiões, a consciência e a propriedade do risco, bem como o cumprimento da apetência pelo risco.

Ao funcionarem de forma independente entre si e relativamente às divisões de negócio, as funções Financeiras e de Risco possuem responsabilidade partilhada para quantificar e verificar o risco que o banco assume.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível agregado e dos tipos de risco que o Deutsche Bank está disposto a assumir para alcançar os seus objetivos estratégicos, conforme definido por um conjunto de demonstrações qualitativas e indicadores quantitativos. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que o Deutsche Bank pode assumir tendo em conta a base de capital e liquidez, as capacidades de controlo e gestão do risco e as restrições regulamentares.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos processos de planeamento de negócio através do plano e da estratégia de risco, de modo a promover a coerência adequada entre os objetivos de risco, de capital e de desempenho, considerando, simultaneamente, as restrições da apetência pelo risco e da capacidade de risco no que respeita a riscos financeiros e não financeiros. A conformidade do plano com a apetência pelo risco e capacidade de risco é igualmente testada em condições de mercado em esforço. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco e a nossa capacidade de risco anualmente, ou com mais frequência no caso de mutações imprevistas no contexto de risco, com o objetivo de assegurar que as mesmas são consistentes com a estratégia do Grupo, o contexto de negócios e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a capacidade e apetência pelo risco, são determinados diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e são definidos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. O Deutsche Bank atribui indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais o Deutsche Bank está exposto e que funcionam como indicadores da saúde financeira. Adicionalmente, o quadro de governação da gestão de risco e recuperação está associado ao quadro de apetência pelo risco.

Os relatórios relativos ao perfil de risco em comparação com a apetência pelo risco e estratégia de risco do Deutsche Bank, e a monitorização das mesmas, são apresentados regularmente ao Conselho de Administração. Se a apetência pelo risco pretendida for violada, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos órgãos de governação apropriados.

Plano de risco e de capital

Plano estratégico e de capital

O Deutsche Bank realiza anualmente um processo de planeamento estratégico integrado, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico enquanto Grupo e para as áreas de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão intra-anual do desempenho. Dessa forma, o Grupo procura identificar opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os principais objetivos de resultados do Deutsche Bank (incluindo proveitos e custos), oferta de capital, procura de capital, bem como de alavancagem, financiamento e liquidez são definidos e discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio. Neste passo do processo, os objetivos para os cinco anos seguintes baseiam-se nas perspetivas macroeconómicas globais e no enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são questionados e aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada divisão, compostos por um plano operacional discriminado mensalmente para o primeiro ano; o segundo e terceiro anos são planeados por trimestre e do quarto até ao quinto anos os planos são anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os respetivos diretores das áreas de negócio. Por conseguinte, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica do banco. A fase ascendente inclui a preparação de planos para as principais entidades jurídicas de análise dos níveis de risco e de capitalização locais. Os testes de esforço complementam o plano estratégico para avaliar a resiliência do plano face a condições de mercado adversas.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é, além disso, apresentado ao Conselho de Fiscalização.

O Plano Estratégico e de Capital foi concebido para reforçar a visão do Grupo de ser um banco alemão líder, com fortes raízes europeias e uma rede global, e tem como objetivo assegurar:

- desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio
- elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco
- conformidade com os requisitos regulamentares
- uma posição sólida de capital e liquidez
- estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

- estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco
- avaliar a nossa adequação de capital no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar)
- aplicar análises de testes de esforço apropriadas para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez

Todos os objetivos financeiros comunicados externamente são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com o objetivo de evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração. Atingir os nossos objetivos de solvabilidade comunicados externamente garante que também cumprimos os requisitos do Processo de análise e avaliação da supervisão do Grupo (SREP) relacionados com o rácio de solvabilidade, tal como expressos pelo nosso supervisor interno.

Em dezembro de 2022, o BCE informou o Deutsche Bank da sua decisão, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023, de que o requisito do Pilar 2 do banco foi alterado em comparação com 2022. Isto resulta no requisito do Pilar 2 do BCE para 2,70% dos ativos ponderados pelo risco. Em 31 de dezembro de 2023, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 11,16%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 13,17% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,84%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,52%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico de 0,45% e o amortecedor de risco sistémico de 0,19% (ambos sujeitos a alterações ao longo do ano), bem como o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00%. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,51%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,68%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2023, o BCE comunicou ao Deutsche Bank uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de Pilar 2, correntemente designado por orientação de Pilar 2. O complemento de capital previsto para a orientação de Pilar 2 é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

Em 11 de dezembro de 2023, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2024, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024, na sequência dos resultados do SREP de 2023. A decisão fixou o requisito de Pilar 2 do BCE em 2,65% do RWA, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, dos quais pelo menos 1,49% devem ser cobertos por capital de CET 1 e 1,99% por capital de Tier 1.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank consiste em várias componentes bem estabelecidas que garantem que o Deutsche Bank mantém capital suficiente para cobrir os riscos aos quais o banco está continuamente exposto:

- Identificação e avaliação do risco: O processo de identificação dos riscos constitui a base do ICAAP e resulta num inventário dos riscos para o Grupo; todos os riscos identificados são avaliados quanto à sua materialidade; para mais informações, consulte a secção "Identificação e avaliação do risco"
- Procura de capital/medição do risco: Os modelos de medição do risco são aplicados para quantificar a procura de capital regulatório e económico que é necessária para cobrir todos os riscos materiais, exceto os que não podem ser adequadamente limitados por capital, como, por exemplo, o risco de liquidez; para mais informações, consulte as secções "Perfil de risco" e "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL"
- Oferta de capital: A quantificação da oferta de capital refere-se à definição dos recursos de capital disponíveis para absorver perdas inesperadas; para mais informações, consulte as secções "Capital, rácio de alavancagem, o TLAC e o MREL" e "Adequação de capital económico"
- Apetência pelo risco: O Deutsche Bank estabeleceu um conjunto de declarações qualitativas, indicadores quantitativos e limiares que exprimem o nível de risco que o Deutsche Bank está disposto a assumir para atingir os seus objetivos estratégicos; a ultrapassagem dos limiares está sujeita a um quadro de governação específico que desencadeia medidas de gestão destinadas a salvaguardar a adequação dos fundos próprios; para mais informações, consulte as secções "Apetência e capacidade de risco" e "Principais indicadores de risco"
- Planeamento de capital: Os limiares de apetência pelo risco para indicadores de adequação de capital constituem limites que têm de ser cumpridos no plano do capital para proteger a adequação de capital numa base prospetiva; para mais informações, consulte a secção "Plano estratégico e de capital".
- Testes de esforço: Os valores do plano de capital são também considerados em vários cenários de teste de esforço para comprovar a resiliência e a viabilidade global do banco; os indicadores de adequação dos fundos próprios regulamentares e económicos são também sujeitos a testes de esforço regulares ao longo do ano para avaliar constantemente a posição de capital do Deutsche Bank em cenários hipotéticos de esforço e para detetar vulnerabilidades em situações de esforço; para mais informações, consulte a secção "Testes de esforço"
- Avaliação da adequação de capital: Embora a adequação dos fundos próprios seja constantemente monitorizada ao longo do ano, o ICAAP é concluído com uma declaração anual específica sobre a adequação dos fundos próprios (CAS); a avaliação consiste numa declaração do Conselho de Administração sobre a adequação dos fundos próprios do Deutsche Bank, que está associada a conclusões específicas e a medidas de gestão a tomar para salvaguardar a adequação dos fundos próprios numa base prospetiva

Como parte do respetivo ICAAP, o Deutsche Bank distingue entre uma perspetiva interna normativa e uma perspetiva interna económica. A perspetiva interna normativa refere-se a uma avaliação plurianual da capacidade de cumprir todos os requisitos legais relacionados com o capital e as exigências de supervisão numa base contínua sob um cenário de base e um cenário adverso. A perspetiva económica interna refere-se a um processo interno utilizando modelos de procura de capital económico interno e uma definição de oferta de capital económico interno. Ambas as perspetivas se centram na manutenção da continuidade do Deutsche Bank.

Testes de esforço

O Deutsche Bank implementou um quadro de teste de esforço para satisfazer os requisitos de testes de esforço internos e externos. Os testes de esforço internos são baseados em métodos desenvolvidos internamente e envolvem vários casos de utilização de gestão do risco (tipo de risco específico, bem como risco transversal). Os testes de esforço internos são parte integrante do quadro de gestão do risco do Deutsche Bank, complementando as medidas de risco tradicionais. O quadro de teste de esforço do risco abrangente, o Group Wide Stress Test Framework (GWST), atende vários processos de gestão bancária, em particular o processo de planeamento estratégico, o ICAAP, o quadro de apetência pelo risco e a atribuição de capital. É realizado um teste de esforço do plano de capital para avaliar a viabilidade do plano de capital do banco em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Os testes de esforço regulamentares, como por exemplo o teste de esforço da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e o teste CCAR (Comprehensive Capital Analysis and Review) baseado nos EUA, seguem rigorosamente os processos e as metodologias previstas pelas autoridades reguladoras.

Os testes de esforço internos do Deutsche Bank são realizados regularmente para avaliar o impacto de crises económicas graves, bem como de eventos adversos específicos do banco, no perfil de risco e na posição financeira do banco. O quadro de testes de esforço do banco compreende abordagens regulares baseadas nas sensibilidades e em cenários que abordam diferentes gravidades e localizações regionais importantes. Todos os tipos de riscos importantes são incluídos nas atividades de teste de esforço. Estas atividades são complementadas por análises pessimistas específicas da carteira e do país, bem como por mais requisitos regulamentares, tais como testes de esforço inverso anuais e testes de esforço adicionais solicitados pelas entidades reguladoras ao nível do Grupo ou de entidades jurídicas. As metodologias aplicadas são submetidas a escrutínio regular por uma equipa de validação interna no Deutsche Bank (Gestão do risco do modelo), para assegurar que captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço.

A fase inicial do teste de esforço do risco transversal do Deutsche Bank consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela ERM Risk Research, em colaboração com especialistas empresariais através de um fórum de governação formal, o Conselho de conceção de cenários. A ERM Risk Research monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade e definem a narrativa segundo a qual a posição de solvência do banco é avaliada. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Com base nos modelos internos de testes de esforço do banco, são calculadas as seguintes métricas principais sob esforço: ativos ponderados pelo risco, impactos sobre os lucros e perdas e capital económico por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados os principais indicadores tais como o rácio de CET 1, o rácio de ECA, o rácio de MREL e o rácio de alavancagem em esforço. Também são considerados os impactos do esforço no rácio de cobertura de liquidez (LCR) e noutros indicadores de liquidez. O horizonte temporal dos testes internos de esforço é de um a cinco anos, dependendo do caso de utilização e dos pressupostos do cenário. O Conselho de Testes de esforço (STC) analisa os resultados finais de esforço, seguindo-se apresentações selecionadas ao Comité de Risco Empresarial (ERC). Após a comparação desses resultados com a apetência pelo risco definida do banco, o ERC debate ainda medidas específicas de redução para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível, já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco.

Os testes de esforço ao nível do grupo realizados em 2023 indicaram que a capitalização do banco, aliada às medidas de mitigação disponíveis, conforme definido no Plano de Recuperação do Grupo, é adequada para alcançar os níveis de saída de esforço definido internamente.

O teste de esforço inverso de risco transversal alavanca o quadro GWST e é tipicamente realizado anualmente para desafiar o modelo de negócio do Deutsche Bank ao determinar cenários que pudessem fazer com que o banco se tornasse inviável. Este teste de esforço inverso baseia-se num cenário macroeconómico hipotético melhorado por eventos idiossincráticos com base nos principais riscos monitorizados para cada tipo de risco. Comparando o cenário de inviabilidade com o ambiente económico atual, considera-se que a probabilidade de ocorrência de um tal cenário hipotético de stress é extremamente baixa. Assim sendo, o banco considera que a continuidade das suas atividades não está em risco.

Tal como exigido pelo BCE, o banco realizou testes de esforço plurianuais como parte do processo de planeamento estratégico anual para 2023, utilizando dois cenários adversos do mapa térmico, nomeadamente um cenário de "forte desaceleração liderada pela UE" e um cenário de "taxas de juro mais elevadas durante períodos mais longos".

Além do GWST, que inclui todos os tipos de risco importantes e os principais fluxos de receitas, o Deutsche Bank dispõe de programas de teste de esforço individuais para todos os indicadores de risco relevantes em linha com os requisitos regulamentares. Os programas de teste de esforço relevantes são descritos nas secções acerca dos métodos individuais de gestão do risco.

O Deutsche Bank também participou em dois importantes testes de esforço regulamentares realizados em 2023, nomeadamente o teste de esforço bianual da Autoridade Bancária Europeia (EBA), bem como o teste de esforço CCAR baseado nos EUA, tal como implementado de acordo com a Lei Dodd-Frank dos EUA. Os resultados do teste de esforço da EBA estão a ser integrados no processo SREP do Deutsche Bank. No contexto do CCAR, a Reserva Federal (FRB) divulgou o esgotamento do capital de stress para a DB USA Corporation e a DWS USA Corporation; isto demonstrou que cada entidade permanece muito bem capitalizada mesmo depois de suportar um ambiente hipotético de stress grave.

Também em 2023, o banco realizou um teste de esforço interno sobre o risco de transição climática nas suas carteiras globais, centrado num horizonte temporal de curto prazo (três anos), com o pressuposto grave de uma transição desordenada antecipada. Os resultados do teste de esforço são integrados em processos relevantes, incluindo a apetência pelo risco, o planeamento de negócios e o ICAAP.

Sistemas de medição e relatório do risco

Vista geral

Os sistemas de medição do risco do Deutsche Bank servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em todos os tipos de riscos. A infraestrutura de risco incorpora as entidades jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, limiares ou objetivos destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas no âmbito da função de Diretor Financeiro e CRO assumem a responsabilidade pela medição, análise e comunicação do risco, promovendo simultaneamente a qualidade e integridade suficientes dos dados relacionados com o risco e tendo em conta, quando relevante, os princípios para a agregação eficaz de dados sobre o risco e a comunicação do risco, de acordo com o regulamento n.º 239 do Comité de Supervisão Bancária de Basileia ("BCBS 239"). Os sistemas de gestão do risco do Grupo são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco.

A comunicação do Deutsche Bank é uma parte integrante da estrutura de gestão do risco do Deutsche Bank e, como tal, está em consonância com a configuração organizacional que fornece informações consistentes ao nível do Grupo e para entidades jurídicas importantes, bem como discriminações por tipos de risco, divisão e unidades de negócio importantes.

Os princípios a seguir indicados orientam as práticas de "mensuração e comunicação dos riscos" do Deutsche Bank:

- O Deutsche Bank monitoriza os riscos assumidos em relação à apetência pelo risco e às contrapartidas de risco/retorno em vários níveis do Grupo, por exemplo, ao nível do Grupo, das divisões, das unidades de negócio importantes, das entidades jurídicas importantes, dos tipos de risco, das classes de ativos materiais, da carteira e das contrapartes.
- A comunicação dos riscos tem de ser precisa, clara, útil e completa, bem como transmitir dados de risco reconciliados e validados para comunicar informações de forma concisa, com vista a garantir que, para os riscos financeiros e não financeiros significativos, o perfil de risco do banco seja claramente compreendido
- Os comités de risco sénior, tais como o Comité de Risco da Sociedade e o Comité de Risco do Grupo, e o Conselho de Administração, responsáveis pela gestão do risco e capital, recebem relatórios com regularidade (bem como relatórios ad-hoc conforme necessário)
- As equipas dedicadas no Deutsche Bank gerem de forma pró-ativa os riscos financeiros e não financeiros significativos e têm de garantir que as informações de gestão exigidas existem para permitir a identificação e a gestão pró-ativas dos riscos e evitar concentrações excessivas num tipo de risco específico e entre riscos (perspetiva de risco transversal)

Ao aplicar os princípios suprarreferidos, o Deutsche Bank mantém uma base comum para todos os relatórios de risco e visa reduzir os esforços segregados de relato, de modo a permitir ao Deutsche Bank o fornecimento de informações consistentes, apenas distintas devido à granularidade e ao foco no público-alvo.

Indicadores de risco fundamentais

O Banco identifica um grande número de indicadores nos seus sistemas de medição do risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de riscos e tipos de risco importantes. O Deutsche Bank designa um subconjunto desses indicadores como "Indicadores de risco fundamentais" que representam os indicadores mais críticos, para os quais o Banco aplica uma apetência, um limite, um limiar ou um objetivo ao nível do Grupo, e/ou são apresentados sistematicamente à direção para discussão ou tomada de decisões. Os Indicadores de risco fundamentais identificados incluem os indicadores de adequação de capital e liquidez; pode encontrar mais detalhes na secção "Indicadores de risco fundamentais".

Relatórios de risco fundamentais

Embora sejam utilizados vários relatórios no Banco, o Deutsche Bank designa um subconjunto desses relatórios como "Relatórios de risco fundamentais", os quais são essenciais para apoiar o quadro de gestão do risco do Deutsche Bank através do fornecimento de informações de risco à direção e, deste modo, permitir que os órgãos de governo relevantes monitorizem, realizem e controlem adequadamente as atividades de assunção de risco do Banco. Para assegurar que os Relatórios de riscos principais satisfazem os requisitos dos destinatários, as funções que produzem relatórios verificam regularmente se os Relatórios de riscos principais são claros e úteis.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação do Deutsche Bank informações relativas aos perfis de risco do Grupo são os seguintes:

- O relatório mensal sobre o perfil de risco e de capital é um relatório transversal, que proporciona uma visão global do perfil de risco do Deutsche Bank e é utilizado para informar o CEI, o Comité de Risco do Grupo, bem como o Conselho de Administração e, subsequentemente, o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização; o perfil de risco e de capital inclui sínteses específicas por tipo de risco e por atividade, bem como tópicos de risco a nível da empresa; inclui também atualizações sobre os principais indicadores de apetência pelo risco do Grupo e outros indicadores de controlo do tipo de risco da carteira, bem como atualizações sobre a evolução dos principais riscos, destacando áreas de particular interesse com atualizações sobre as correspondentes estratégias de gestão do risco
- O Relatório Semanal de Risco é um resumo semanal que abrange questões de alto nível sobre as principais áreas de risco e é apresentado todas as sextas-feiras aos membros do Comité de Risco Empresarial, do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração e, subsequentemente, aos membros do Comité de Risco do Conselho de Fiscalização; o Relatório Semanal de Risco caracteriza-se pela natureza ad-hoc dos seus comentários, bem como pela cobertura de temas, e centra-se em métricas de risco mais voláteis
- O Deutsche Bank realiza vários testes esforço macroeconómicos em todo o Grupo. Um cenário mensal de apetência pelo risco serve para definir e monitorizar regularmente a apetência do banco por perdas em situações de stress; além disso, existem cenários de atualidade que são comunicados e discutidos no Comité de Risco Empresarial e encaminhados para o Comité de Risco do Grupo, se tal for considerado necessário; os principais indicadores de desempenho em situação de stress são comparados com os limiares de apetência pelo risco do Grupo

Embora os relatórios suprarreferidos sejam utilizados ao nível do Grupo para monitorizar e analisar o perfil de risco do Deutsche Bank de forma holística, existem outros relatórios de gestão normalizados e pontuais complementares, incluindo para Tipos de Risco ou Carteiras de Foco, que são utilizados para monitorizar e controlar o perfil de risco.

Planeamento de recuperação e resolução

Na UE, o Regulamento do Mecanismo Único de Resolução (Regulação SRM) e a Diretiva de Recuperação e Resolução de Bancos (BRRD) visam reduzir a probabilidade de uma outra crise financeira, aumentar a resiliência das instituições em esforço e, por fim, apoiar a estabilidade de longo prazo dos sistemas financeiros sem expor o dinheiro dos contribuintes a perdas.

Em conformidade com as disposições do Regulamento SRM e do BRRD (que foram implementadas principalmente na Alemanha pela Lei Alemã de Recuperação e Resolução (Sanierungs- und Abwicklungsgesetz, SAG), o Deutsche Bank mantém um quadro de planeamento de recuperação e resolução concebido para identificar e gerir o impacto de eventos adversos de forma atempada e coordenada.

O Banco mantém um plano de recuperação do Grupo que especifica as medidas destinadas a restabelecer a posição financeira na sequência de uma deterioração significativa da sua situação financeira. O plano de recuperação do Grupo é atualizado pelo menos uma vez por ano e aprovado pelo Conselho de Administração.

O plano de resolução do Grupo, por outro lado, é preparado pelas autoridades de resolução, e não pelo próprio banco. O Deutsche Bank trabalha em estreita colaboração com o Conselho Único de Resolução e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht, BaFin), que estabelecem o plano de resolução do grupo para o Deutsche Bank, o qual se baseia, atualmente, numa recapitalização com um único ponto de entrada como a estratégia de resolução preferencial. No âmbito da estratégia de único ponto de entrada, a empresa-mãe, o Deutsche Bank AG, seria recapitalizada através de uma depreciação e/ou conversação em capital de instrumentos de capital (Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional, Tier 2) e outros passivos elegíveis para estabilizar o Grupo. No prazo de um mês a contar da aplicação da ferramenta de recapitalização para recapitalizar uma instituição, a BRRD (conforme transposta para a SAG) exige que a instituição em causa prepare um plano de reorganização do negócio que aborde as causas de incumprimento e vise recuperar a viabilidade de longo prazo da instituição. Para apoiar e melhorar ainda mais a continuidade operacional do banco para fins de planeamento da resolução, o Deutsche Bank completou os preparativos adicionais, nomeadamente acrescentando cláusulas de suspensão de rescisão aos acordos financeiros dos clientes regidos por legislação não comunitária e incluindo disposições de continuidade nos principais acordos de serviço. Os contratos financeiros e acordos de serviços regidos pela legislação da UE já estão cobertos por leis estatutárias que impedem a rescisão apenas devido a qualquer medida de resolução.

A BRDD obriga os bancos nos Estados-Membros da UE a manter requisitos mínimos de fundos próprios e passivos elegíveis para tornar a resolução credível ao estabelecer uma capacidade de absorção de perdas e de recapitalização suficiente. Além dos MREL, o Deutsche Bank, como banco de importância sistémica global, está sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais, que estabelece requisitos rigorosos para o montante e a elegibilidade dos instrumentos a serem mantidos para efeitos de recapitalização. Em particular, os instrumentos de TLAC têm de ser subordinados (incluindo a dívida sénior designada como não preferencial, mas também na forma de instrumentos de capital regulamentar) a outros passivos sénior. Isto garante que uma recapitalização seria aplicada, em primeiro lugar, aos instrumentos de TLAC e capital, que têm de ser esgotados antes de uma recapitalização poder afetar outros passivos sénior (preferenciais) tais como obrigações "plain vanilla" preferenciais sénior, instrumentos de dívida que são estruturados, depósitos e derivados.

Nos Estados Unidos, o Deutsche Bank AG é obrigado, ao abrigo do Título I da Lei Dodd-Frank da Reforma de Wall Street e de Proteção do Consumidor de 2010 (Lei Dodd-Frank), conforme alterada, a preparar e enviar periodicamente ao Conselho da Reserva Federal e da Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) um plano de resolução completo ou específico (o Plano de Resolução dos EUA) num calendário prescrito por essas agências. O Plano de Resolução dos EUA deve demonstrar que o Deutsche Bank AG tem a capacidade de executar e implementar uma estratégia para a resolução ordenada das suas entidades e operações relevantes nos EUA. Para as sociedades sediadas no estrangeiro sujeitas a estes requisitos de plano de resolução, tais como o Deutsche Bank AG, o Plano de resolução dos EUA refere-se apenas a subsidiárias, sucursais, agências e negócios domiciliados ou cujas atividades são realizadas na totalidade ou numa parte significativa nos Estados Unidos. O Plano de Resolução dos EUA do Deutsche Bank descreve a estratégia de ponto de entrada único para as entidades e operações relevantes do Deutsche Bank nos EUA e prescreve que a DB USA Corporation, uma das holdings intermediárias do banco, forneceria um suporte de liquidez e de capital às suas subsidiárias de entidades importantes dos EUA e asseguraria a sua dissolução solvente fora dos procedimentos de resolução aplicáveis.

O Deutsche Bank apresentou o seu primeiro plano de resolução "direcionado" nos EUA em 17 de dezembro de 2021, que descrevia os principais elementos da estratégia de resolução do Deutsche Bank nos EUA, como estratégias de capital, liquidez e recapitalização, bem como a forma como o Deutsche Bank integrou as lições aprendidas com a sua resposta à pandemia de COVID-19 no seu processo de planeamento da resolução. Em 16 de dezembro de 2022, o Federal Reserve Board e o FDIC (Agências) anunciaram os resultados da sua análise do Plano de Resolução do Deutsche Bank para 2021 nos EUA, bem como de outros bancos, e não encontraram quaisquer lacunas ou deficiências no plano do Deutsche Bank.

Na sua carta de resposta ao Deutsche Bank, as agências assinalaram áreas em que a realização de novos progressos ajudará a melhorar a resolubilidade. Em agosto de 2023, as Agências emitiram também uma proposta de orientação que irá alterar os requisitos de planeamento da resolução para determinados emitentes estrangeiros, incluindo o Deutsche Bank. O próximo plano de resolução completo do Deutsche Bank deverá ser apresentado até 31 de março de 2025.

Gestão do risco e de capital

Gestão de capital

A Tesouraria do Deutsche Bank gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a estratégia de capital do Deutsche Bank, desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. O banco está totalmente empenhado em manter a sólida capitalização do Deutsche Bank, tanto do ponto de vista económico como regulamentar, tendo em conta os fundos próprios contabilísticos baseados nas normas contabilísticas IFRS, o capital regulamentar e económico, bem como os requisitos específicos de capital das agências de notação. O banco controla e ajusta continuamente a procura e a oferta global de capital do Deutsche Bank, a fim de alcançar sempre um equilíbrio adequado.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as emissões do Deutsche Bank abaixo do par.

O Tesouro gere a sensibilidade do rácio CET 1 e do capital do Deutsche Bank em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este efeito, a Tesouraria desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas dentro dos limites de uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração. O capital investido em filiais e sucursais estrangeiras do Deutsche Bank não está coberto, está parcialmente coberto ou está totalmente coberto. Deste modo, a Tesouraria pretende equilibrar os efeitos das variações cambiais sobre o capital, as rubricas de dedução do capital e os ativos ponderados pelo risco em moeda estrangeira. Além disso, a Tesouraria contabiliza também os custos de cobertura associados e as implicações nos ativos ponderados pelo risco de mercado.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no plano estratégico anual do Deutsche Bank com as ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem do banco. Como parte do processo trimestral do Deutsche Bank, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura de capital (definido como a soma dos RWA e de determinados equivalentes de RWA de rubricas de dedução de capital e determinados equivalentes de RWA de rubricas de requisitos de amortecedor de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem) do Deutsche Bank, consoante o que represente a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das subsidiárias do Deutsche Bank, bem como algumas agências do banco, estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a posição de capital e de liquidez do Deutsche Bank, o banco tem em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das agências e subsidiárias do Deutsche Bank em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimento do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria é membro do Comité de Pensões do Deutsche Bank e está representada nos Comités de Investimento relevantes que supervisionam a gestão dos ativos dos maiores fundos de pensões do Deutsche Bank na Alemanha. Estes comités de investimento definem a estratégia de investimento para estes fundos, em conformidade com o objetivo de investimento do banco de proteger a base de capital e a capacidade de distribuição do banco.

Identificação e avaliação do risco

Os riscos para as atividades do Deutsche Bank e para as funções de infraestrutura, incluindo em condições de esforço, são regularmente identificados. Esta avaliação incorpora os dados da primeira e da segunda linha de defesa, sendo os riscos identificados avaliados em termos de materialidade com base na sua gravidade e probabilidade de materialização. A avaliação dos riscos é complementada por uma visão dos riscos emergentes, através da aplicação de uma perspectiva prospetiva. Este processo de identificação e avaliação do risco resulta no inventário de risco que capta os riscos materiais para o Grupo, e nos casos relevantes, entre empresas, entidades e agências.

As atualizações regulares do inventário de riscos do Grupo são comunicadas ao Comité de Risco Empresarial para análise e aprovação. O inventário é igualmente discutido no Comité de Risco do Grupo e comunicado ao Conselho de Administração. O inventário tem impacto nos principais processos de gestão do risco, incluindo o desenvolvimento de cenários de esforço personalizados para o perfil de risco do Deutsche Bank e as informações sobre a definição e monitorização da apetência pelo risco. Os riscos no inventário também são mapeados para riscos na taxonomia de tipo de risco do Grupo, onde também é fornecida uma avaliação de materialidade correspondente.

Gestão do risco de crédito e qualidade dos ativos

Quadro do risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos reais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que o Deutsche Bank se refere coletivamente como “contrapartes”), incluindo os créditos que o Deutsche Bank pretende distribuir. Reflete o risco de perda devido a uma deterioração da qualidade creditícia de uma contraparte ou ao facto de uma contraparte não cumprir os termos de qualquer contrato com o Deutsche Bank ou não cumprir o acordado.

Com base na Taxonomia do Tipo de Risco, o risco de crédito está agrupado em quatro categorias principais, nomeadamente risco de incumprimento/migração, risco de transação/liquidação (risco de exposição), risco de mitigação e risco de concentração de crédito. Isto é complementado por uma avaliação regular da identificação e materialidade dos riscos.

- O risco de incumprimento/migração como principal elemento do risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento ou sofrer uma deterioração significativa na qualidade creditícia que aumente a probabilidade de incumprimento
- O risco de transação/liquidação é o risco que resulta de qualquer exposição positiva futura existente, contingente ou potencial
- O risco de mitigação é o risco de perdas mais elevadas devido ao facto de as medidas de redução do risco não terem o efeito esperado
- Risco de concentração é o risco de um desenvolvimento adverso numa única contraparte, país, setor ou produto específico que resulte numa deterioração desproporcional no perfil de risco das exposições ao crédito do Deutsche Bank em relação a essa contraparte, país, setor ou produto

O Deutsche Bank gere o risco de crédito de acordo com a filosofia e princípios que se seguem:

- O risco de crédito só é aceite:
 - para clientes adotados
 - após a conclusão da diligência devida conduzida pelas respetivas equipas de originação como 1.ª LoD
 - Os novos produtos e as alterações aos produtos existentes têm de ser avaliados no âmbito do quadro de aprovação de novos produtos (NPA) do Grupo DB

- Se tiver sido atribuída uma notação em conformidade com os processos acordados e aprovados
 - Se todas as exposições ao crédito relevantes estiverem corretamente refletidas nos sistemas de risco relevantes
 - Se tiverem sido considerados planos para uma cessação ordenada das posições de risco
- O risco de crédito é assumido dentro dos limites de apetência pelo risco aplicáveis, definidos para divisões, países, setores, etc.
- A responsabilidade na demonstração de resultados por exposições ao crédito cabe à divisão originadora do Grupo
 - O risco assumido tem de ser adequadamente compensado
 - O risco deve ser continuamente monitorizado e gerido na 1.^a e 2.^a LoD
 - As normas de crédito são aplicadas de forma coerente em todas as divisões do Grupo, a fim de manter um perfil de risco favorável, em conformidade com a apetência pelo risco
 - As garantias ou outros instrumentos de atenuação do risco, de cobertura ou de transferência de notação, que podem constituir uma fonte alternativa de reembolso, não substituem as normas de subscrição e deve ser efetuada uma avaliação exaustiva da capacidade de serviço da dívida de uma contraparte durante o processo de crédito; essencialmente, os instrumentos de transferência de notação são documentos de apoio (por exemplo, cartas de conforto ou garantias parentais) que ajudam o devedor a evitar um incumprimento; consequentemente, este efeito pode ser considerado na probabilidade de incumprimento
 - O Deutsche Bank esforça-se por assegurar, garantir ou cobrir diretamente o risco de tesouraria e as exposições a prazos mais longos; esta abordagem não inclui, em geral, transações de curto prazo de menor risco e instrumentos de apoio a produtos específicos de financiamento ao comércio ou outros produtos de menor risco, sempre que a margem permita uma cobertura adequada das perdas
 - O Deutsche Bank mede e consolida globalmente todas as exposições instrumentos concedidos ao mesmo devedor; a cada grupo de clientes ligados (devedor) é atribuída uma pessoa de contacto principal (KCP) no seio de uma equipa de crédito para coordenar globalmente o processo de risco de crédito para o respetivo devedor
 - O Deutsche Bank criou, no âmbito da gestão do risco de crédito, equipas especializadas, se for caso disso, para a atribuição de notação interna aos clientes, para a análise e aprovação de transações ou para a cobertura de clientes com créditos reestruturados; para efeitos de aprovação de transações, as equipas estruturadas de gestão do risco de crédito estão alinhadas com os respetivos produtos ou riscos específicos para determinar os conhecimentos especializados de produtos adequados.
 - Sempre que necessário, o Deutsche Bank estabelece processos para gerir as exposições ao crédito ao nível de uma entidade jurídica ou regional
 - Para cumprir os requisitos do artigo 190.º do CRR, o Deutsche Bank atribuiu os vários requisitos de controlo dos processos de crédito às unidades da 2.^a LoD mais adequadas para realizar tais controlos

Medição do risco de crédito

O risco de crédito é medido por notação de crédito, pela procura de capital regulamentar e interna e outros componentes-chave como limites de crédito, conforme mencionados abaixo.

A notação de crédito é uma parte essencial do processo de crédito e de subscrição do banco e estabelece – entre outras – as bases para a determinação da apetência pelo risco ao nível de uma contraparte individual, da decisão de crédito e dos preços de transação, bem como para a determinação da procura de capital regulamentar para risco de crédito. A cada contraparte deve ser atribuída uma notação de crédito, a qual tem de ser revista, no mínimo, anualmente, sustentada pela monitorização contínua de contrapartes. A notação de crédito é uma condição prévia para o estabelecimento/aprovação de qualquer limite de crédito. A cada notação de crédito deve ser aplicada a abordagem de notação adequada e a notação de crédito derivada deve ser estabelecida nos sistemas relevantes. Foram estabelecidas diferentes específicas de notação para corresponderem melhor às características respetivas das classes de exposição, incluindo tipos de produto específicos, governos centrais e bancos centrais, instituições, empresas e retalho.

Às contrapartes das carteiras não retalho do banco é atribuída uma notação de crédito pela função de Gestão do risco de crédito independente do Deutsche Bank utilizando, parcialmente, sistemas automatizados de notação de crédito. Dada a natureza basicamente homogénea da carteira de retalho, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado. As notações de crédito relacionadas com o risco de país são fornecidas pela Enterprise Risk Management (ERM) Risk Research.

A análise da notação de crédito do Deutsche Bank baseia-se numa combinação de fatores qualitativos e quantitativos. Para atribuir uma notação a uma contraparte, o Deutsche Bank aplica metodologias internas de avaliação, pontuações (scorecards) e a escala de avaliação de 21 níveis do banco, destinada a avaliar a qualidade creditícia das contrapartes do banco.

As alterações aos modelos de crédito existentes e a introdução de novos modelos são aprovadas pelo Comité de Modelos de Risco de Crédito Regulamentar (RCRMC), presidido pelo Diretor de Gestão do Risco de Crédito, antes de os modelos serem utilizados para decisões de crédito e cálculos de capital pela primeira vez ou antes de serem significativamente alterados. Separadamente, para todas as alterações de modelos e para novos modelos, é necessária a aprovação da Gestão

do Risco do Modelo. As propostas com elevado impacto são recomendadas para aprovação pelo comité de Risco do grupo. Poderá também ser necessária aprovação regulamentar adicional. A validação do modelo é realizada independentemente do desenvolvimento do modelo pela equipa de gestão do risco do modelo. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas são comunicados ao RCRMC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações.

O Deutsche Bank mede os ativos ponderados pelo risco para determinar a procura de capital regulamentar para o risco de crédito utilizando abordagens “avançadas”, de “fundação” e “padrão”, das quais as duas primeiras são aprovadas pelo regulador do banco.

O método IRB avançado (método IRB) é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito e permite utilizar os modelos de notação de crédito internos do Deutsche Bank e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos do banco. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (probability of default – PD), a perda em caso de incumprimento (loss given default – LGD) e a maturidade (maturity – M) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (exposure at default – EAD). Para a maioria das exposições a risco de contraparte de derivados, bem como das transações de financiamento de títulos (SFT), o Deutsche Bank recorre ao método de modelo interno (IMM), em conformidade com o regulamento CRR para calcular a EAD. O banco dispõe de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos seus sistemas de notação interna para avaliar estes parâmetros. As metodologias de notação interna do Deutsche Bank visam as notações referentes a pontos temporais, não a ciclos; no entanto, em cumprimento dos requisitos de solvência regulamentares, são calibradas com base em médias a longo prazo das taxas de incumprimento observadas.

O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notação interna e valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a estimativas internas incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar. O método IRB básico continua em vigor para algumas exposições decorrentes do ex-Postbank.

O Deutsche Bank aplica o método padrão a um subconjunto de exposições a risco de crédito. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas. O Deutsche Bank atribui determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 150.º do regulamento CRR. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem a maioria das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são avaliadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Além da procura de capital regulamentar supramencionada, o Deutsche Bank determina a procura de capital interna para risco de crédito através de um modelo de capital económico.

O Deutsche Bank calcula o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos do risco de crédito. Em consonância com os requisitos de fundos próprios económicos do banco, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,9% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano. O capital económico para risco de crédito do Deutsche Bank é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do próprio fator alfa do banco, ao derivar a exposição a incumprimento para derivados e transações de financiamento de títulos ao abrigo do CRR. O Deutsche Bank afeta as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Além da notação de crédito, como um componente importante para a carteira de crédito do banco, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, o Deutsche Bank estabelece limites e exposições ao

crédito. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que o Deutsche Bank está disposto a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, o Deutsche Bank considera a sua qualidade creditícia acima de outras tendo por referência a sua notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas adequadas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, o Deutsche Bank analisa os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante o horizonte temporal relevante, que se baseia nos acordos jurídicos do banco com a contraparte.

IFRS 9 Imparidade

No capítulo seguinte, o Grupo apresenta uma panorâmica do quadro de imparidade da IFRS 9 e da forma como este está integrado nas atividades de gestão do risco de crédito do Deutsche Bank. A divulgação apresenta uma descrição do modelo e da metodologia IFRS 9 do Grupo, das alterações implementadas em 2023, bem como dos principais pressupostos do modelo. Este capítulo destaca também os novos riscos em foco em 2023 e a forma como o Deutsche Bank avaliou o impacto destes últimos desenvolvimentos nos seus cálculos de ECL e, em particular, como o modelo tem devidamente em conta os impactos das incertezas observadas em 2023 e no final do ano, juntamente com o impacto de alterações razoáveis nos principais pressupostos do modelo do Grupo.

Estas atividades e avaliações de gestão do risco de crédito estão integradas no quadro geral de controlo e de governação do banco para o risco de crédito, que inclui a estimativa das perdas de crédito esperadas ao abrigo da IFRS 9 e a governação em torno dos modelos utilizados. Estas atividades incluem, entre outras, análises regulares de riscos emergentes, bem como análises aprofundadas da carteira, gestão diária do risco ao nível de mutuários individuais, bem como validações regulares de modelos. São fornecidas explicações adicionais sobre as sobreposições de gestão aplicadas à provisão para perdas de crédito, sobre a forma como são efetuadas as revisões dos pressupostos e dados relevantes para o cálculo de ECL e sobre a forma como, no âmbito das revisões do modelo, é avaliada a potencial imprecisão do modelo e a necessidade de quaisquer sobreposições. O Grupo apresenta igualmente os antecedentes das sobreposições de gestão registadas no final de 2022, ao longo de 2023 e no final de 2023. A fim de proporcionar uma transparência adicional sobre o impacto de alterações razoáveis aos principais pressupostos, as sensibilidades do modelo são apresentadas numa secção separada que conclui com os principais fatores dos resultados do modelo IFRS 9.

Descrição do Modelo e Metodologia da IFRS 9

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a justo valor através de outro rendimento integral e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da abordagem de imparidades do banco, o Grupo refere-se a estes instrumentos como ativos financeiros.

O Grupo determina a sua provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 tal como se segue:

- A Fase 1 reflete os ativos financeiros em que é assumido que o risco de crédito não aumentou de forma significativa após o seu reconhecimento inicial
- A Fase 2 contém todos os ativos financeiros que não se encontram em incumprimento, mas que sofreram um aumento significativo relativo ao risco de crédito desde o reconhecimento inicial
- A Fase 3 consiste em ativos financeiros considerados com em situação de incumprimento, de acordo com as políticas do Deutsche Bank, que se baseiam no Regulamento de Requisitos de Capital (CRR), artigo 178.º. O Grupo define estes ativos financeiros como em imparidade, não rentáveis e em incumprimento
- O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando informações quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação do risco de crédito e em informações prospetivas
- Os ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") são ativos para os quais, no momento do reconhecimento inicial, existem provas objetivas de imparidade e que o Grupo adquiriu com desconto.

A abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9 é uma parte integral dos procedimentos de gestão do risco de crédito do Grupo. A estimativa de perdas de crédito esperadas (ECL) é realizada através do cálculo automático, baseado em parâmetros das ECL, usando o modelo ECL do Grupo ou determinada pelos colaboradores de crédito. Em ambos os casos, o cálculo é realizado para cada ativo financeiro de forma individual. Da mesma forma, a determinação da necessidade de transferência entre fases é realizada com base em cada ativo individual. O modelo ECL do Grupo é utilizado para calcular a provisão para perdas de crédito para todos os ativos financeiros na Fase 1 e na Fase 2, bem como para a Fase 3 na carteira homogénea (ou seja, empréstimos a retalho e a pequenas empresas com características de risco de crédito semelhantes). Para os ativos financeiros da carteira não homogénea do banco na Fase 3 e para os ativos POCI, a provisão para perdas de crédito é determinada individualmente por colaboradores de crédito.

O Grupo utiliza três grandes componentes para medir as ECL: as probabilidades de incumprimento (PD), as perdas em caso de incumprimento (LGD) e a exposição em caso de incumprimento (EAD). O Grupo alavanca os parâmetros existentes utilizados para determinação da procura de capital nos termos da abordagem baseada no método IRB de Basileia (IRBA) e das práticas de gestão do risco internas, tanto quanto possível, para calcular as ECL. Estes parâmetros são ajustados sempre que necessário para garantir o cumprimento dos requisitos da norma IFRS 9 (por exemplo, a utilização de notações em pontos específicos do tempo e a remoção de complementos de crise nos parâmetros regulamentares). Incorporar previsões de variáveis económicas futuras na medição das ECL também influencia a provisão para perdas de crédito. Para calcular as ECL na duração, o cálculo do Grupo obtém as probabilidades de incumprimento correspondentes na duração ao migrar as matrizes que refletem as previsões económicas.

Em julho de 2023, o Grupo concluiu a migração dos clientes do Postbank para os sistemas informáticos do Deutsche Bank, o que resultou num alinhamento a nível do Grupo do modelo e das metodologias de imparidade da IFRS 9, tendo sido desativados modelos específicos anteriormente aplicados ao Postbank. Esta alteração de estimativa resultou num aumento líquido imaterial da provisão para perdas de crédito do Grupo.

Em setembro de 2023, o Grupo recebeu aprovação das autoridades para alinhar o modelo de probabilidade de incumprimento (PD) para grandes empresas e empréstimos alavancados com os requisitos regulamentares. O modelo é utilizado para a determinação da procura de capital ao abrigo da abordagem baseada no método IRB de Basileia, para práticas internas de gestão do risco e é utilizado para efeitos de ECL da IFRS 9. A respetiva alteração de estimativa reduziu as ECL do Grupo em 30 de setembro de 2023, em € 101 million.

Determinação da fase e aumento significativo no risco de crédito

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são refletidos na Fase 1, a menos que os ativos financeiros sejam POCI. Se existir um aumento significativo no risco de crédito, o ativo financeiro é transferido para a Fase 2. O aumento significativo no risco de crédito é determinado utilizando indicadores relacionados com a notação e com os processos. A transferência de ativos financeiros para a Fase 3 baseia-se no facto de o mutuário estar em incumprimento. Se um mutuário estiver em incumprimento, todos os ativos financeiros do mutuário são transferidos para a Fase 3.

Indicadores da Fase 2 relacionados com a notação: O Grupo compara o histórico dos PD de um mutuário na data do relatório com as expectativas do histórico dos PD na data do reconhecimento inicial para determinar se houve uma alteração significativa nos PD do mutuário e, conseqüentemente, em qualquer uma das suas transações no âmbito da imparidade da IFRS 9. Com base no comportamento de migração historicamente observado e numa amostragem de diferentes cenários

económicos, obtém-se uma distribuição do histórico dos PD. Um percentil desta distribuição, definido para cada classe de contraparte, é escolhido como o limiar do histórico dos PD. Se o histórico remanescente dos PD de uma transação, de acordo com as expectativas atuais, exceder este limiar, considera-se que o ativo financeiro sofreu um aumento significativo do risco de crédito e é transferido para a Fase 2. Os percentis utilizados para definir os limiares da Fase 2 são determinados através de pareceres de especialistas, são revistos anualmente e não foram alterados desde a implementação da IFRS 9. Os limiares aplicados variam em função da qualidade do crédito original do mutuário, do histórico decorrido, do histórico restante e da classe da contraparte. A administração acredita que a abordagem definida e os percentis representam um indicador significativo de que um ativo financeiro sofreu um aumento significativo no risco de crédito.

Os indicadores relacionados com os processos da Fase 2 são derivados através da utilização dos indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião do banco, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos mutuários a uma lista de observação do Grupo, a transferência para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência. Enquanto a condição para um ou mais indicadores relacionados com o processo ou com a notação estiverem preenchidas e o mutuário do ativo financeiro não cumprir a definição de incumprimento, o ativo permanecerá na Fase 2. Se os indicadores da Fase 2 deixarem de ser cumpridos e se o ativo financeiro não tiver entrado em situação de incumprimento, o ativo financeiro é transferido novamente para a Fase 1. No caso de ativos financeiros reestruturados, o período probatório é de 2 anos antes de o ativo financeiro ser reclassificado para a Fase 1, o que está em conformidade com as orientações regulamentares.

Em caso de incumprimento do mutuário, todas as transações do mutuário são atribuídas à Fase 3. Se numa data posterior o mutuário já não se encontrar em incumprimento, são aplicados os critérios de cura de acordo com as orientações regulamentares (incluindo períodos de carência), que são de pelo menos 3 meses ou 1 ano no caso de reestruturações em dificuldades. Uma vez cumprido o período ou critério de cura regulamentar, o mutuário deixará de ser classificado como em incumprimento e será transferido novamente para a Fase 2 ou para a Fase 1.

O cálculo das ECL para a Fase 3 distingue entre transações nas carteiras homogénea e não homogénea, bem como ativos financeiros POCI. Para as transações que se encontrem na Fase 3 e numa carteira homogénea, o Grupo utiliza uma abordagem automatizada baseada em parâmetros para determinar a provisão para perdas de crédito por transação. Para estas transações, os parâmetros LGD são, em grande medida, modelados para serem dependentes do tempo, ou seja, consideram a expectativa de recuperação decrescente como à medida que o tempo decorre após o incumprimento. A provisão para perdas de crédito para os ativos financeiros das carteiras não homogéneas do banco na Fase 3, bem como para os ativos POCI, é determinada pelos colaboradores de crédito e tem de ser aprovada ao longo de uma hierarquia de autoridades estabelecida até ao Conselho de Administração, inclusive. Isto permite aos colaboradores de crédito considerar a informação atualmente disponível e as expectativas de recuperação específicas para os mutuários e os ativos financeiros na data do relatório.

Técnicas de estimação dos fatores-chave de cálculo

O primeiro fator-chave de cálculo da ECL do Grupo é a PD de um ano para mutuários que deriva dos sistemas internos de notação de crédito do banco. O Grupo atribui uma PD a cada exposição ao crédito do mutuário com base numa escala principal de notação de crédito de 21 níveis para a totalidade da exposição do Grupo.

As notações de crédito atribuídas ao mutuário são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes, incluindo o comportamento geral, dados financeiros e externos (por exemplo, entidade especializada em crédito). Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos baseados em especialista são geralmente aplicados a mutuários nas classes de exposição "Governos centrais e Bancos centrais", "Instituições" e "Corporativos", com exceção dos segmentos "Corporativos", para os quais estão disponíveis dados suficientes para modelos de pontuação estatísticos. Para estas, e para o segmento de retalho, são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística.

As PD de um ano são expandidas para curvas de PD de vários anos utilizando matrizes cíclicas e previsões macroeconómicas. Com base em cenários económicos centrados em torno da previsão de base macroeconómica, as matrizes cíclicas são primeiro transformadas em matrizes de migração de notação de crédito referentes a pontos temporais, geralmente para um período de dois anos. O cálculo das matrizes de pontos temporais alavanca uma ligação entre as variáveis macroeconómicas e o comportamento por defeito e de notação de crédito dos mutuários, que deriva de variáveis macroeconómicas históricas (MEV) e séries temporais de notação de crédito através de técnicas de regressão. Numa etapa final, as curvas de PD plurianuais derivam de matrizes de pontos temporais de migração de notação de crédito para períodos em que estão disponíveis previsões razoáveis e suportáveis e extrapoladas com base em matrizes cíclicas de migração de notação de crédito para além desses períodos.

O segundo fator-chave de cálculo da ECL é o parâmetro LGD, que é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento por parte do mutuário. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento do mutuário. Os modelos de LGD aplicados nas Fases 1 e 2, que se baseiam em modelos de LGD regulamentares mas ajustados aos requisitos da IFRS 9 (ou seja, remoção de complementos de crise e remoção de custos indiretos de reestruturação), asseguram que os principais fatores de risco de perda (ou seja, diferentes níveis e qualidade de garantia e tipos de cliente ou produto ou antiguidade da instalação) sejam refletidos como fatores de risco nas estimativas de LGD. Nos modelos LGD do banco, o Grupo atribui parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (haircuts). A definição de LGD para carteiras homogêneas em incumprimento depende parcialmente do tempo após o incumprimento e é calibrada com base na experiência de perda e recuperação de várias décadas do Grupo utilizando métodos estatísticos ou, para carteiras menos significativas, certos parâmetros de cálculo do modelo de LGD (por exemplo, taxas de cura) são determinados pelo parecer de peritos.

O terceiro fator-chave de cálculo é a exposição em caso de incumprimento ao longo da duração de um ativo financeiro, que é modelada tendo em conta os perfis de reembolso esperados (por exemplo, amortização linear, anuidades, estruturas de empréstimo de um só pagamento). As opções de pagamento antecipado são modeladas para algumas carteiras. O banco aplica fatores de conversão de crédito (CCF) específicos para calcular um valor de EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de um mutuário, esperado no momento do seu incumprimento. Quando uma transação envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de um mutuário. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior ao saldo pendente atual. Caso uma operação envolva uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de incumprimento. As calibrações desses parâmetros baseiam-se em dados históricos internos e, ou se baseiam em análises empíricas, ou são apoiadas pelo parecer de peritos, e consideram as características específicas dos mutuários e dos tipos de produtos. Quando os valores CCF de fiscalização têm de ser aplicados para fins regulamentares, são utilizadas estimativas internas para a IFRS 9.

Duração esperada

A IFRS 9 requer a determinação das ECL na duração, para as quais a duração esperada de um ativo financeiro é um fator-chave de cálculo. As ECL na duração representam eventos de incumprimento ao longo da duração esperada de um ativo financeiro. O Grupo mede as ECL tendo em consideração o risco de incumprimento durante o período contratual máximo (incluindo quaisquer opções de prorrogação do mutuário) durante o qual o Grupo está exposto a risco de crédito.

Descobertos a retalho, facilidade de cartão de crédito e determinados instrumentos renováveis corporativos normalmente incluem um empréstimo e um componente de compromisso não utilizado. A duração esperada destas facilidades à vista excede a sua vida contratual à medida que são geralmente canceladas apenas quando o Grupo toma conhecimento de um aumento no risco de crédito. A duração esperada é estimada tendo em consideração as informações históricas e as ações de gestão do risco de crédito do Grupo, como reduções ao limite de crédito e o cancelamento de facilidades. Sempre que estas facilidades forem sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, a duração para calcular as ECL é de 12 meses. Para as facilidades não sujeitas a uma revisão individual por parte da gestão do risco de crédito, o banco aplica uma duração para calcular as ECL de 24 meses.

Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, em conformidade com a IFRS 9 o Grupo aplica uma aproximação da taxa de juro efetiva (EIR), que é normalmente a taxa de juro contratual. A taxa de juro contratual é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, reconhecimento de juros e para desconto da ECL e não difere significativamente da EIR.

Consideração das garantias colaterais no cálculo das perdas de crédito esperadas ao abrigo da norma IFRS 9

O modelo ECL projeta o nível de garantias colaterais para cada ponto no tempo na duração de um ativo financeiro. Na data do relatório, o modelo utiliza o processo de distribuição de garantias existente aplicado no modelo de capital económico do Deutsche Bank. Neste modelo, o valor de liquidez de cada garantia colateral elegível é atribuído aos ativos financeiros relevantes para distinguir entre as partes colaterais e não colaterais de cada ativo financeiro. No cálculo da ECL, o Grupo aplica subsequentemente os LGD acima mencionados para as exposições garantidas e não garantidas, para obter a ECL para a parte garantida e não garantida da exposição separadamente.

Para garantias pessoais (por exemplo, garantias), o modelo ECL assume que o nível relativo de garantia permanece estável ao longo do tempo. No caso de um empréstimo de amortização, a exposição em risco e os valores de garantia diminuem em conjunto ao longo do tempo. Para garantias físicas (por exemplo, bens imobiliários), a ECL assume que o valor da garantia absoluto permanece constante. No caso de um empréstimo de amortização, a parte de garantia da exposição aumenta ao longo do tempo e o valor do empréstimo diminui em conformidade.

Alguns contratos de garantias financeiras são integrais aos ativos financeiros com garantia. Nestes casos, as garantias financeiras são consideradas como garantia colateral para o ativo financeiro e o benefício da garantia é utilizado para mitigar o ECL do ativo financeiro com garantia.

Informações prospetivas

Ao abrigo da norma IFRS 9, a provisão para perdas de crédito baseia-se em informações prospetivas razoáveis e passíveis de comprovação disponíveis sem custos ou esforços excessivos, as quais têm em consideração eventos no passado, as condições atuais e as previsões das condições económicas futuras.

Para incorporar as informações prospetivas na provisão para perdas de crédito do Grupo, o banco utiliza dois elementos essenciais:

- Como cenário base, o Grupo utiliza previsões macroeconómicas externas baseadas em inquéritos (por exemplo, visões consensuais sobre o PIB e as taxas de desemprego); além disso, o modelo de expansão de cenários, que foi inicialmente desenvolvido para testes de esforço, é usado para prever variáveis macroeconómicas que não são cobertas por dados de consenso externo; pressupõe-se que todas as previsões refletem a evolução mais provável das respetivas variáveis; o Grupo atualiza regularmente as suas previsões de fatores macroeconómicos durante cada trimestre e revê aspetos de potencial imprecisão do modelo (por exemplo, parâmetros MEV fora do intervalo histórico utilizado para calibração do modelo, se não estiverem ainda incluídos no modelo) como parte de um quadro de monitorização MEV para avaliar a necessidade de sobreposições.
- As técnicas estatísticas são então aplicadas para transformar as projeções do cenário base numa distribuição probabilística das variáveis macroeconómicas; estes cenários especificam desvios em comparação com as previsões de base; a distribuição de cenários é então utilizada para derivar curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, as quais são aplicadas no cálculo das ECL e na identificação de uma deterioração significativa na qualidade creditícia dos ativos financeiros, tal como descrito acima nos indicadores da Fase 2 relacionados com a notação

O Fórum de Risco e Provisão para Perdas de Crédito Financeiro do Grupo monitoriza trimestralmente o impacto das informações prospetivas, incluindo as últimas variáveis macroeconómicas, e determina se são necessárias sobreposições adicionais. Embora as taxas de juro e a inflação não sejam incluídas separadamente nos MEV, o impacto económico destes riscos reflete-se nas taxas de crescimento do PIB, no desemprego, nas ações e nos spreads de crédito, à medida que as taxas e a inflação mais elevadas são filtradas por estas previsões. Em 31 de dezembro de 2023, considerou-se que os dados de consenso aplicados no modelo ECL refletiam os mais recentes desenvolvimentos macroeconómicos e, após consideradas todas as incertezas relevantes nos MEV, não foram necessárias sobreposições adicionais.

Como descrito anteriormente, a abordagem padrão do Grupo para refletir variáveis macroeconómicas no cálculo das ECL é incorporar previsões para os próximos dois anos, utilizando oito observações trimestrais discretas. Após o período de oito trimestres, o Grupo cria previsões baseadas em variáveis macroeconómicas e respetivas tendências históricas.

Os quadros seguintes contêm as variáveis macroeconómicas incluídas na aplicação da informação prospetiva no modelo IFRS 9 em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022.

Informações prospetivas aplicadas

	31 de dezembro de 2023 ^{1 2}	
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)
Matérias-primas - Ouro	1.957,34	1.958,16
Matérias-primas - WTI	82,52	83,56
Crédito - Mercados emergentes CDX	195,16	192,83
Crédito - Elevado rendimento CDX	451,57	466,40
Crédito - CDX IG	70,04	72,12
Crédito - Índice de Alto Rendimento	4,05	4,19
Crédito - ITX Europa 125	73,09	72,21
Ações - MSCI Ásia	1.293	1.297
Ações - Nikkei	33.188	34.051
Ações - S&P500	4.514	4.621
PIB - Ásia em desenvolvimento	4,94%	4,37%
PIB - Mercados emergentes	4,08%	4,01%
PIB - Zona Euro	0,13%	1,08%
GDP - Alemanha	0,12%	1,30%
PIB - Itália	0,33%	1,03%
PIB - EUA	1,75%	1,31%
Preços Imobiliários - Índice US CRE	353,41	347,99
Desemprego - Zona Euro	6,67%	6,64%
Desemprego - Alemanha	3,12%	3,13%
Desemprego - Itália	7,75%	7,68%
Desemprego - Japão	2,58%	2,42%
Desemprego - Espanha	11,96%	11,67%
Desemprego - EUA	4,19%	4,40%

¹ MEV a partir de 6 de dezembro de 2023, que praticamente não sofreu alterações até 29 de dezembro de 2023

² O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2023 até ao terceiro trimestre de 2024, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2024 até ao terceiro trimestre de 2025

	31 de dezembro, 2022 ^{1 2}	
	Ano 1 (média 4 trimestres)	Ano 2 (média 4 trimestres)
Matérias-primas - Ouro	1.745,84	1.797,74
Matérias-primas - WTI	90,19	88,79
Crédito - Mercados emergentes CDX	260,99	239,03
Crédito - Elevado rendimento CDX	489,77	476,53
Crédito - CDX IG	85,33	84,94
Crédito - Índice de Alto Rendimento	4,46	4,31
Crédito - ITX Europa 125	101,26	96,50
Ações - MSCI Ásia	1.178	1.176
Ações - Nikkei	28.427	29.287
Ações - S&P500	3.933	4.011
PIB - Ásia em desenvolvimento	3,95%	4,60%
PIB - Mercados emergentes	3,31%	3,94%
PIB - Zona Euro	0,87%	0,53%
GDP - Alemanha	(0,26)%	1,00%
PIB - Itália	0,32%	0,68%
PIB - EUA	0,62%	0,61%
Preços Imobiliários - Índice US CRE	352,41	343,97
Desemprego - Zona Euro	7,03%	7,15%
Desemprego - Alemanha	3,22%	3,33%
Desemprego - Itália	8,24%	8,53%
Desemprego - Japão	2,56%	2,42%
Desemprego - Espanha	13,06%	12,98%
Desemprego - EUA	4,05%	4,75%

¹ MEV a partir de 12 de dezembro de 2022, que praticamente não sofreu alterações até 30 de dezembro de 2022

² O ano 1 equivale ao quarto trimestre de 2022 até ao terceiro trimestre de 2023, o Ano 2 equivale ao quarto trimestre de 2023 até ao terceiro trimestre de 2024

Domínios de enfoque em 2023

O ambiente macroeconómico do Deutsche Bank em 2023 caracterizou-se pela persistência de uma inflação elevada, que conduziu a uma maior contração monetária, pelos riscos de um ambiente de taxas de juro mais elevadas durante períodos mais longos e por condições financeiras geralmente mais restritivas nas principais economias avançadas. No final do ano, a evidência de uma diminuição da pressão inflacionista levou a uma reavaliação das expectativas do mercado no que respeita a cortes mais precoces e mais significativos das taxas dos bancos centrais em 2024, acompanhados de uma menor restritividade das condições financeiras. Além disso, registaram-se episódios de significativa volatilidade do mercado, em especial em torno de falências e/ou reestruturações seletivas no sector bancário dos EUA e da Europa, bem como uma pressão crescente sobre o mercado de imóveis comerciais (CRE), em especial no sector de escritórios dos EUA.

Para garantir que o modelo ECL do Deutsche Bank tinha em conta as incertezas do ambiente macroeconómico ao longo de 2023, o Grupo analisou os riscos emergentes para avaliar o seu potencial negativo e gerir a estratégia de crédito e a apetência pelo risco do banco numa base contínua. De um modo geral, o Deutsche Bank considera que as medidas tomadas em resultado destas análises foram designadas para garantir que o banco estava adequadamente provisionado para as suas perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2023.

Imóveis comerciais

Os mercados de imóveis comerciais (CRE) continuaram a enfrentar contrariedades devido aos impactos das taxas de juro mais elevadas, à diminuição da liquidez do mercado combinada com condições de empréstimo mais rigorosas e às mudanças estruturais no setor das empresas.

A tensão do mercado tem sido mais pronunciada nos EUA, onde os índices de preços dos imóveis apontam para um maior declínio dos valores dos ativos CRE em relação aos picos recentes, em comparação com a Europa e a APAC. Do mesmo modo, no segmento de empresas, a fraqueza do mercado é mais evidente nos EUA, o que se reflete numa atividade de arrendamento moderada e em taxas de disponibilidade mais elevadas do que na Europa.

No contexto atual, o principal risco para a carteira é o risco de refinanciamento. Os empréstimos CRE têm frequentemente uma parte significativa do seu montante de capital a pagar na maturidade. Nas atuais condições de mercado, os mutuários podem ter dificuldade em obter um novo empréstimo para reembolsar a dívida vencida ou cumprir as condições para prolongar o empréstimo. O Grupo está a acompanhar de perto a sua carteira CRE para detetar indícios de um risco elevado de refinanciamento.

Num contexto de subida das taxas de juro a partir de 2022 e de aumento da tensão no mercado imobiliário, o Grupo tem trabalhado proativamente com os mutuários para fazer face aos próximos vencimentos e estabelecer condições para alterações e prorrogações de empréstimos (por exemplo, prorrogações de prazos) que, em muitos casos, são classificadas como "carência", desencadeando a classificação de Fase 2 ao abrigo das IFRS, mas nem sempre são modificações de acordo com as IFRS. No entanto, em certos casos, não é possível chegar a um acordo sobre as extensões ou alterações dos empréstimos, e a incapacidade do mutuário para obter o refinanciamento conduz ao incumprimento. Esta situação resultou numa ECL de Fase 3 mais elevada para 2023, em comparação com 2022, e existe uma incerteza contínua no que respeita a futuros incumprimentos e ao momento de uma recuperação nos mercados de CRE.

A carteira de CRE é constituída por acordos de empréstimo originados em várias partes do Grupo e segmentos de clientes. A carteira de CRE do Grupo, de acordo com a definição de CRE do Grupo, inclui exposições reportadas ao abrigo das principais categorias de exposição de crédito por sectores industriais para a NACE de atividades imobiliárias, mas também exposições reportadas ao abrigo de outras classificações da NACE, incluindo atividades financeiras e de seguros.

No âmbito da carteira de CRE, o Grupo distingue entre financiamento com recurso e sem recurso. Os financiamentos de CRE com recurso têm normalmente um perfil de risco inerente mais baixo, com base no recurso a entidades ou indivíduos com qualidade creditícia, para além da garantia hipotecária. As exposições a CRE com recurso variam entre empréstimos com recurso garantido para propriedades comerciais ou empresariais a empresas imobiliárias, clientes de Wealth Management, bem como outros clientes privados e empresariais.

Os financiamentos sem recurso dependem de fontes de reembolso que são normalmente limitadas aos fluxos de caixa gerados pelo imóvel financiado e a capacidade de refinar esses empréstimos pode ser limitada pelo valor do imóvel subjacente e pelo fluxo de rendimento gerado por esse imóvel na altura do refinanciamento.

A totalidade da carteira de empréstimos para CRE está sujeita a testes de esforço periódicos no âmbito do quadro de Group Wide Stress Test do Deutsche Bank. Além disso, o Deutsche Bank recorre a testes de esforço de carteira personalizados para determinados subsegmentos da carteira de empréstimos para CRE, a fim de obter uma visão mais abrangente dos potenciais riscos de perda. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo efetuou um teste de esforço da carteira personalizado num subconjunto da carteira de financiamento sem recurso considerado de risco mais elevado, com base na sua maior sensibilidade aos atuais fatores de esforço do mercado de CRE, incluindo taxas de juro mais elevadas,

diminuição dos valores das garantias e risco elevado de refinanciamento devido a estruturas de empréstimos com uma elevada proporção do saldo do capital em dívida a pagar na maturidade.

Em 31 de dezembro de 2023, a carteira sem recurso sujeita a testes de esforço da carteira personalizados, também designada por carteira de CRE de risco mais elevado ou carteira de CRE sujeita a testes de esforço, ascendia a € 31.2 billion da carteira de CRE sem recurso de € 38.2 billion, excluindo apenas as subcarteiras com fatores de risco menos afetados, como centros de dados e habitação social municipal, que beneficiam de fortes fundamentos de procura subjacentes. A redução da carteira de CRE sem recurso e da carteira de CRE sujeita a testes de esforço desde 31 de dezembro de 2022 foi de € 0.7 billion e € 1.2 billion, respetivamente, principalmente devido a amortizações e vendas de empréstimos. A redução da carteira de CRE sem recurso em comparação com a carteira de CRE testada foi menor, uma vez que prosseguiram as originações seletivas nas subcarteiras de CRE sem recurso de menor risco acima referidas, tais como centros de dados e habitação social municipal.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral das atividades imobiliárias do Grupo e de outros sectores industriais (NACE) que contribuem para a carteira de CRE sem recurso e sujeita a testes de esforço do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente.

Visão geral da carteira de CRE

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Quantia escriturada bruta ¹	Provisão para perdas de crédito ²	Quantia escriturada bruta ¹	Provisão para perdas de crédito ²
Atividades imobiliárias ³	49.267	460	47.973	236
da qual: sem recurso	25.073	382	24.832	147
da qual: carteira sujeita a testes de esforço	21.331	364	22.144	135
Outros sectores industriais ³ sem recurso	13.119	225	14.037	189
da qual: carteira sujeita a testes de esforço	9.879	114	10.242	101
Total da carteira de CRE sem recurso	38.192	606	38.869	336
da qual: carteira sujeita a testes de esforço	31.210	478	32.386	236

¹ Empréstimos pelo custo amortizado

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país

³ Setor industrial por código NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne)

A tabela seguinte apresenta a carteira de CRE sem recurso por fases da IFRS 9, bem como a provisão para perdas de crédito registada em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Carteira de CRE sem recurso

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
	Quantia escriturada bruta ¹	Quantia escriturada bruta ¹
Exposição por fases		
Fase 1	27.325	31.892
Fase 2	7.661	5.233
Fase 3	3.206	1.744
Total	38.192	38.869
	2023	2022
Provisão para perdas de crédito ²	445	128

¹ Empréstimos pelo custo amortizado

² A provisão para perdas de crédito não inclui provisões para risco do país

O aumento homólogo das exposições de Fase 2 e Fase 3 reflete a deterioração dos mercados de CRE, que conduziu a um aumento dos empréstimos adicionados à lista de observação e às medidas de carência, bem como ao aumento dos incumprimentos.

A tabela seguinte apresenta a carteira de CRE sujeita a testes de esforço por IFRS 9, fases, região, tipo de imóvel e valor do ativo (LTV) médio ponderado, bem como a provisão para perdas de crédito registada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente.

Carteira de CRE sujeita a testes de esforço

	31 dez 2023	31 dez 2022
	Quantia escriturada bruta ¹	Quantia escriturada bruta ¹
em milhões de euros		
Exposição por fases		
Fase 1	21.568	26.199
Fase 2	6.889	5.046
Fase 3	2.753	1.141
Total	31.210	32.386
dos quais:		
América do Norte	56%	57%
Europa Ocidental (incluindo a Alemanha)	36% ²	36%
Ásia e Pacífico	7%	7%
da qual: escritórios	42%	41%
América do Norte	23%	22%
Europa Ocidental (incluindo a Alemanha)	17% ³	15%
Ásia e Pacífico	2%	3%
da qual: residencial	14%	12%
da qual: hotelaria	10%	11%
da qual: retalho	9%	9%
LTV médio ponderado, em %		
Investment Bank	66%	62%
Corporate Bank	53%	53%
Outros negócios	68%	56%
Provisão para perdas de crédito ⁴	2023	2022
	388	103
dos quais: América do Norte	298	87

¹ Empréstimos pelo custo amortizado

² A Alemanha representa cerca de 7% do total da carteira de CRE sujeita a testes de esforço

³ Os empréstimos para escritórios na Alemanha representam 4% do total de empréstimos para escritórios da carteira de CRE sujeita a testes de esforço

⁴ A provisão para perdas de crédito não inclui provisões para risco do país

O LTV médio no segmento de empréstimos para escritórios nos EUA era 81% em 31 de dezembro de 2023 contra 60% em 31 de dezembro de 2022. Os cálculos do LTV baseiam-se nos últimos valores avaliados externamente, que são adicionalmente sujeitos a ajustamentos internos intercalares regulares. Embora o Grupo esteja a atualizar os valores das garantias de CRE, quando aplicável, esses valores e os seus pressupostos subjacentes estão sujeitos a um maior grau de flutuação e incerteza no atual ambiente de maior volatilidade do mercado e de reduzida liquidez do mercado. A continuação das atuais condições de mercado em esforço poderá ter um impacto negativo adicional nos valores dos imóveis comerciais e nos rácios LTV.

A classificação por fases e os níveis de provisionamento baseiam-se principalmente na avaliação do Grupo da capacidade do mutuário de gerar fluxos de caixa recorrentes, da sua capacidade de obter refinanciamento na maturidade do empréstimo e numa avaliação do valor da garantia do imóvel financiado. O Deutsche Bank monitoriza ativamente estes fatores para detetar potenciais sinais de deterioração, a fim de assegurar um ajustamento atempado da classificação de empréstimos do mutuário. Quando um empréstimo é considerado em imparidade, o Grupo calcula as provisões para perdas de crédito necessárias utilizando vários cenários potenciais para a resolução do empréstimo, ponderados pelas suas probabilidades esperadas e tendo em conta a informação disponível nesse momento. Essas avaliações são inerentemente subjetivas no que diz respeito à ponderação de cenários e estão sujeitas a vários pressupostos, incluindo fluxos de caixa futuros gerados por um imóvel e potenciais proveitos de liquidação do imóvel. Estes pressupostos estão sujeitos a incertezas que são exacerbadas no atual ambiente de mercado volátil, de tal forma que uma evolução diferente dos pressupostos iniciais poderia ter um impacto futuro material nas provisões calculadas. Existe uma incerteza adicional no sector dos escritórios devido ao impacto incerto a longo prazo dos regimes de teletrabalho na procura de espaço para escritórios.

Dadas as perspetivas a curto prazo para as taxas de juro, o Grupo prevê que as condições de mercado em esforço se mantenham em 2024, o que poderá resultar numa maior deterioração da qualidade dos ativos e em provisões para perdas de crédito mais elevadas, o que se reflete nas orientações comunicadas sobre as provisões para perdas de crédito para 2024.

Desde o início da deterioração do mercado de CRE, o Grupo pretende avaliar o risco de perdas de crédito adicionais na sua carteira sem recurso de maior risco através de um teste de esforço temporário e personalizado, centrado no esforço dos valores dos imóveis como principal fator de gravidade das perdas. Os valores em esforço são obtidos através da aplicação de uma descida observada no índice de mercado "peak-to-trough" (um índice de mercado do valor do imóvel comercial para os valores avaliados) mais uma margem de avaliação adicional, diferenciada por tipo de propriedade e região. Implicando um cenário de liquidação, a análise de esforço pressupõe a ocorrência de uma perda num empréstimo quando o valor do imóvel em esforço é inferior ao saldo do empréstimo em dívida, ou seja, o LTV em esforço é superior a 100%. Para a análise de esforço realizada a 31 de dezembro de 2023, o Grupo aplicou margens de avaliação que variam entre 3% e 18% para além da descida observada no índice de mercado "peak-to-trough" para cada tipo de imóvel. Impulsionada por uma nova deterioração das condições de mercado, especialmente no sector dos escritórios dos EUA, a descida do índice no quarto trimestre aumentou ainda mais em comparação com o trimestre anterior.

Com base nos pressupostos do teste de esforço e utilizando como ponto de partida a carteira de CRE sujeita a testes de esforço a 31 de dezembro de 2023 de € 31.2 billion, o cenário de esforço poderia resultar em aproximadamente € 1.1 billion de perdas de crédito ao longo de vários anos com base no respetivo perfil de maturidade. A perda por esforço é reportada bruta de provisão, no entanto, deve notar-se que abrange uma carteira, onde o Grupo já tem uma provisão para perdas de crédito em vigor. No entanto, a perda por esforço num cenário de liquidação poderia exceder a atual estimativa de ECL.

O teste de esforço personalizado tem numerosas limitações, incluindo, mas não se limitando à falta de diferenciação com base no desempenho individual dos ativos, na localização específica ou no interesse pelo ativo, fatores que podem ter um impacto significativo nas potenciais perdas por esforço. Além disso, as perdas por esforço calculadas são sensíveis a uma potencial deterioração adicional dos valores do índice "peak-to-trough" e aos pressupostos sobre as margens de avaliação incrementais, pelo que as perdas incrementais por esforço podem alterar-se no futuro. Alterações nos pressupostos subjacentes podem conduzir a uma gama mais vasta de resultados de esforço e, por conseguinte, a abordagem de esforço personalizada do Grupo consiste em múltiplos cenários.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Deutsche Bank considera que a estimativa de ECL relacionadas com a carteira de CRE do Grupo se situa dentro de intervalos razoáveis, não requer medidas corretivas adicionais e representa, portanto, a melhor estimativa do banco. No entanto, o Grupo continua a ser muito seletivo em relação aos novos negócios, concentrando-se em tipos de imóveis mais resistentes, como os industriais ou logísticos.

Apreciação global de ECL

Para garantir que o modelo ECL do Deutsche Bank tinha em conta as incertezas do ambiente macroeconómico ao longo de 2023, o Grupo continuou a analisar os riscos emergentes, avaliou os potenciais impactos de base e negativos e exigiu medidas para gerir a estratégia de crédito e a apetência pelo risco do banco. O resultado dessas análises concluiu que o banco provisionou adequadamente as perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Os resultados das análises acima referidas e o desenvolvimento dos principais indicadores da carteira são regularmente discutidos no Fórum de Apetência e Gestão do Risco de Crédito e no Comité de Risco do Grupo. Sempre que necessário, são tomadas ações e medidas para atenuar os riscos. As notações dos clientes são revistas regularmente para refletir os últimos desenvolvimentos macroeconómicos e, quando são identificados riscos potencialmente significativos, os clientes são transferidos para a lista de observação (Fase 2), podem ser negociadas medidas de carência e são revistos os limites de crédito e as garantias. Em termos gerais, o Grupo acredita que, com base nas suas atividades diárias de gestão do risco e nas revisões regulares dos riscos emergentes, forneceu adequadamente a sua provisão de ECL.

No entanto, a secção seguinte analisa mais aprofundadamente se foram necessárias sobreposições adicionais no final do exercício de 2023.

Sobreposições de gestão aplicadas ao resultado do modelo IFRS 9

O Grupo revê regularmente a metodologia e os processos da IFRS 9, os principais dados para o cálculo de ECL e discute as alterações futuras do modelo, as potenciais imprecisões do modelo ou outras incertezas das estimativas, por exemplo, no ambiente macroeconómico, para determinar se são necessárias sobreposições significativas.

Em 2023, a sobreposição de € 92 million relacionada com as recalibrações de parâmetros necessárias devido à nova definição de incumprimento foi libertada (o que, na primeira aplicação, levou a uma diminuição da provisão para perdas de crédito). Esta sobreposição foi introduzida em 2021, quando o Grupo implementou a nova definição de incumprimento, que constitui o fator de acionamento da Fase 3. A implementação da nova definição de incumprimento afetou principalmente o Banco Privado, onde a população de Fase 3 nas carteiras homogêneas aumentou. Uma vez que a alteração na definição não tem um impacto material na expectativa de perda total destas carteiras, esta alteração resultou numa sobreavaliação das provisões da Fase 3, uma vez que os parâmetros PD e LGD relacionados não foram atualizados no modelo.

As recalibrações de PD e LGD previstas tiveram lugar no segundo semestre de 2023, depois de estarem disponíveis dados empíricos adicionais para permitir a recalibração estatística e conduziram às atualizações de parâmetros previstas. O efeito de recalibração líquido global, incluindo o impacto compensatório da libertação da sobreposição, ascendeu a € 15 million.

Para o final do ano de 2022, o Grupo registou sobreposições no valor total de € (92) million (o que levou a uma diminuição da provisão para perdas de crédito) contra € 84 million para o final do ano de 2023 (o que levou a um aumento da provisão para perdas de crédito), principalmente em relação às alterações previstas no modelo ECL planeadas para implementação no segundo trimestre de 2024.

Ao avaliar se o Grupo necessita de quaisquer sobreposições adicionais, analisa regularmente os riscos em evolução ou emergentes, especialmente no atual ambiente geopolítico. À semelhança das medidas incluídas acima nas áreas de incidência em 2023, estas medidas incluem inquéritos e entrevistas a clientes, juntamente com a análise de carteiras de negócios, regiões e setores. Além disso, o Grupo revê e valida regularmente os principais dados e pressupostos dos modelos (incluindo os dos modelos de Feeder) e garante que, nos casos em que é aplicada uma apreciação especializada, esta está em conformidade com o quadro de gestão de riscos do Grupo. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não identificou quaisquer deficiências do modelo que exigissem uma sobreposição adicional, exceto no que se refere às alterações relacionadas com o modelo ECL, para as quais foram registadas sobreposições.

Sensibilidade do modelo

O Grupo identificou três pressupostos-chave incluídos no modelo IFRS 9. Estes incluem variáveis macroeconómicas prospetivas, os critérios quantitativos para determinar se um mutuário incorreu num aumento significativo do risco de crédito e foi transferido para a Fase 2, e a fixação de LGD em carteiras homogéneas na Fase 3. A seguir, o banco apresenta uma análise de sensibilidade sobre o impacto potencial se estes pressupostos fundamentais aplicados no modelo ECL se desviassem das expectativas de base do banco.

Variáveis macroeconómicas

A sensibilidade do modelo de ECL em relação a potenciais alterações nas projeções para MEV chave é apresentada nas tabelas abaixo, que fornecem impactos de ECL para as Fases 1 e 2 de desvios sigma ascendentes e descendentes aplicados separadamente a cada grupo de MEV em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Um desvio sigma é um desvio padrão utilizado em cálculos estatísticos e de probabilidade e é uma medida da dispersão dos valores de uma variável aleatória. Cada um destes grupos é composto por MEV da mesma categoria:

- Taxas de crescimento do PIB: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Ásia em Desenvolvimento, Mercados Emergentes
- Taxas de desemprego: inclui EUA, Zona Euro, Alemanha, Itália, Japão, Espanha
- Ações: S&P500, Nikkei, MSCI Asia
- Spreads de crédito: ITX Europe 125, High Yield Index, CDX IG, CDX High Yield, CDX Emerging Markets
- Imobiliário: Índice de Preços de Imóveis Comerciais
- Matérias-primas: Preço do petróleo WTI, preço do ouro

Embora as taxas de juro e a inflação não sejam incluídas separadamente nos MEV acima referidos, o impacto económico destes riscos reflete-se noutras variáveis macroeconómicas, como as taxas de crescimento do PIB, o desemprego, as ações e os spreads de crédito, uma vez que taxas e inflação mais elevadas seriam filtradas por estas previsões e incluídas no modelo de ECL e na análise de sensibilidade abaixo.

Adicionalmente, a análise de sensibilidade inclui apenas o impacto do grupo de MEV agregado (ou seja, a correlação potencial entre diferentes grupos de MEV ou o impacto das sobreposições de gestão não é levada em consideração). As ECL para a Fase 3 não são afetadas nem refletidas nas tabelas seguintes, uma vez que o seu cálculo é independente dos cenários macroeconómicos.

O impacto da sensibilidade é inferior em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 31 de dezembro de 2022, devido a alterações da carteira e a pequenas melhorias das projeções de MEV de base em que as análises se basearam.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Nível do Grupo

	31 de dezembro de 2023			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(80,4)	(1) pp	88,9
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(43,1)	0,5 pp	45,9
Preços dos bens imobiliários ²	5%	(5,9)	(5)%	6,2
Ações	10%	(9,0)	(10)%	12,2
Spreads de crédito	(40)%	(20,5)	40%	22,8
Matérias-primas ¹	10%	(8,5)	(10)%	9,2

¹ Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto. 1 pp (ponto percentual), por exemplo, o PIB muda de 3% para 4% // 1% (variação percentual), por exemplo, o preço dos imóveis muda de 100 para 101

² Para um teste de esforço mais severo relativo à carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis comerciais acima

	31 de dezembro de 2022			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(83,3)	(1) pp	101,4
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(40,8)	0,5 pp	58,0
Preços imobiliários	5%	(5,6)	(5)%	6,0
Ações	10%	(15,8)	(10)%	19,6
Spreads de crédito	(40)%	(37,9)	40%	42,6
Matérias-primas	10%	(14,8)	(10)%	15,6

Ao nível das divisões, a análise de sensibilidade abaixo foi realizada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente, e revelou que as taxas de crescimento do PIB, os spreads de crédito e os preços das matérias-primas eram os fatores dominantes para o Investment Bank, enquanto a sensibilidade do modelo para o Corporate Bank e o Private Bank está principalmente associada a alterações nas taxas de crescimento do PIB e nas taxas de desemprego. A tabela de sensibilidade do modelo para o Private Bank mostra apenas taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego como as principais MEV relevantes para as carteiras subjacentes.

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Corporate Bank

	31 de dezembro de 2023			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(18,1)	(1) pp	20,7
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(10,4)	0,5 pp	11,0
Preços dos bens imobiliários ²	5%	(1,5)	(5)%	1,6
Spreads de crédito	(40)%	(3,8)	40%	4,4
Matérias-primas ¹	10%	(2,6)	(10)%	2,9

¹ Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto

² Para um teste de esforço mais severo relacionado com a carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis comerciais acima

	31 de dezembro de 2022			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(21,7)	(1) pp	24,6
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(12,2)	0,5 pp	14,0
Preços imobiliários	5%	(1,1)	(5)%	1,1
Spreads de crédito	(40)%	(7,5)	40%	9,1
Matérias-primas	10%	(4,3)	(10)%	4,6

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Investment Bank

	31 de dezembro de 2023			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(30,6)	(1) pp	33,5
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(6,7)	0,5 pp	7,5
Preços dos bens imobiliários ²	5%	(4,0)	(5)%	4,2
Ações	10%	(3,3)	(10)%	4,4
Spreads de crédito	(40)%	(13,6)	40%	14,7
Matérias-primas ¹	10%	(5,5)	(10)%	5,9

¹ Aqui, o sinal da mudança aplica-se às alterações dos preços do petróleo. As alterações ao preço do ouro têm o sinal oposto

² Para um teste de esforço mais severo relacionado com a carteira de CRE, que também tem em consideração a exposição existente e potencial na Fase 3, remete-se para a secção sobre Imóveis comerciais acima

	31 de dezembro de 2022			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(35,3)	(1) pp	36,9
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(5,3)	0,5 pp	6,1
Preços imobiliários	5%	(4,5)	(5)%	4,8
Ações	10%	(5,8)	(10)%	7,3
Spreads de crédito	(40)%	(26,3)	40%	28,5
Matérias-primas	10%	(9,8)	(10)%	10,3

IFRS 9 – Sensibilidades das informações prospetivas aplicadas na Fase 1 e na Fase 2 – Private Bank

	31 de dezembro de 2023			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros.	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros.
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(24,4)	(1) pp	26,3
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(22,4)	0,5 pp	23,3

	31 de dezembro de 2022			
	Sensibilidade ascendente		Sensibilidade descendente	
	Mudança ascendente	Impacto de ECL em milhões de euros	Mudança descendente	Impacto de ECL em milhões de euros
Taxas de crescimento do PIB	1 pp	(21,8)	(1) pp	34,5
Taxas de desemprego	(0,5) pp	(20,7)	0,5 pp	34,9

Impacto das perdas de crédito esperadas na duração para os mutuários da Fase 1

Conforme descrito acima, o Grupo utiliza uma combinação de critérios quantitativos e qualitativos para determinar o aumento significativo no risco de crédito que exige, para os mutuários afetados, uma mudança para ECL na duração (Fase 2). Se, para todos os mutuários da Fase 1, o Deutsche Bank registar perdas de crédito esperadas na duração, a provisão do Grupo para perdas de crédito no valor de € 5.7 billion em 31 de dezembro de 2023 e de € 5.6 billion em 31 de dezembro de 2022 aumentaria aproximadamente 38% no final do ano de 2023 e no final do ano de 2022, respetivamente.

Definição de LGD da Fase 3

A provisão do Grupo para perdas de crédito na Fase 3 para as carteiras homogéneas ascende a € 2.2 billion em 31 de dezembro de 2023 e a € 1.9 billion em 31 de dezembro de 2022. O fator-chave na determinação da provisão de ECL é a estimativa da perda em caso de incumprimento, que difere por carteiras individuais. A perda em caso de incumprimento é influenciada pelas taxas de recuperação, recebimentos da venda de garantias, bem como pelas taxas de sanção. Alguns dos fatores que determinam a existência de diferentes carteiras incluem elementos de apreciação por parte de peritos e, em particular, as taxas de cura previstas. Se a LGD para todas as carteiras homogéneas aumentasse 1%, a ECL da Fase 3 aumentaria, em 31 de dezembro de 2023, aproximadamente € 22 million (dos quais € 14 million na Alemanha, € 5 million em Itália e € 2 million em Espanha) e aproximadamente € 19 million em 31 de dezembro de 2022 (dos quais € 11 million na Alemanha, € 5 million em Itália e € 2 million em Espanha).

Resultados do modelo da IFRS 9

Em 2023, a provisão para perdas de crédito foi de € 1.5 billion, em comparação com € 1.2 billion registados no exercício findo em 2022. O aumento reflete um ambiente macroeconómico globalmente enfraquecido, com uma recuperação apenas lenta das principais economias após a invasão da Ucrânia pela Rússia em 2022, bem como desafios acrescidos para o sector dos imóveis comerciais, especialmente no espaço de escritórios, que já foi afetado por uma mudança na procura após a Covid. Este setor foi ainda mais pressionado pelas medidas monetárias impostas pelos bancos centrais em resposta ao aumento da inflação, o que subsequentemente levou a um aumento dos riscos de refinanciamento.

O total das provisões em 2023 inclui uma libertação de 51 milhões de euros relacionada com clientes na Rússia e na Ucrânia, em resultado de atividades de redução do risco bem-sucedidas, em comparação com um aumento de € 114 million em 2022.

Em 2023, libertações de € 33 million de provisões para perdas de crédito relacionadas com as Fases 1 e 2 e a nova provisão para perdas de crédito de € 1.5 billion para a Fase 3, o que compara com provisões de € 204 million das Fases 1 e 2 e de € 1.0 billion na Fase 3 em 2022. A redução das provisões das Fases 1 e 2 deveu-se principalmente à melhoria e estabilização dos parâmetros macroeconómicos após a deterioração significativa das perspetivas macroeconómicas em 2022, na sequência da invasão da Ucrânia pela Rússia, bem como aos benefícios de uma alteração pontual do modelo. O aumento das provisões da Fase 3 afetou todas as atividades, mas sobretudo o Private Bank e o Investment Bank.

O Corporate Bank registou uma provisão para perdas de crédito de € 266 million em 2023 contra € 335 million em 2022. A diminuição homóloga foi principalmente impulsionada pelas libertações das Fases 1 e 2 em 2023, em comparação com os encargos observados em 2022, na sequência de uma melhoria das perspetivas macroeconómicas e dos benefícios das alterações relacionadas com o modelo. Este fato foi parcialmente compensado pelo aumento moderado das provisões da Fase 3, em comparação com o ano anterior, em várias carteiras. O Investment Bank registou um aumento da provisão para perdas de crédito de € 431 million em 2023 contra € 319 million em 2022. O aumento deveu-se sobretudo a um maior número de imparidades, principalmente no sector dos imóveis comerciais. O Private Bank registou um aumento das provisões para perdas de crédito de € 783 million em 2023 contra € 583 million reportados em 2022. O aumento foi principalmente impulsionado pelas provisões da Fase 3 no primeiro trimestre de 2023 devido a casos individuais em Wealth Management e no quarto trimestre de 2023 devido à reversão da sobreposição de € 92 million relacionada com recalibrações de parâmetros necessárias devido à nova definição de incumprimento introduzida em 2021.

Os montantes reconhecidos na provisão para perdas de crédito em relação aos riscos relacionados com o clima são considerados imateriais no final de 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2023.

Para obter detalhes sobre a política contabilista do Grupo relacionada com a norma IFRS 9 Imparidade, consulte a Nota 1 – Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas das demonstrações financeiras consolidadas.

Exposição à Rússia

O Deutsche Bank continua a ter uma exposição limitada à Rússia. O quadro seguinte apresenta uma panorâmica do total das posições em risco na Rússia, incluindo depósitos overnight junto do Banco Central da Rússia no montante de € 0.6 billion em 31 de dezembro de 2023 (€ 0.8 billion em 31 de dezembro de 2022) e outras contas a receber, que estão sujeitas a imparidade ao abrigo da IFRS 9, e a correspondente provisão para perdas de crédito por fases em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Discriminação do risco total e da provisão para perdas de crédito por fases

em milhões de euros	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Total da exposição	Provisão para perdas de crédito ¹	Total das garantias e garantias colaterais	Total da exposição	Provisão para perdas de crédito ¹	Total das garantias e garantias colaterais
Fase 1	93	0	24	209	0	59
Fase 2	797	4	270	1.182	10	375
Fase 3	325	16	261	336	68	152
Total	1.215	20	555	1.726	79	586

¹ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 e de € 11 million em 31 de dezembro de 2022.

A exposição total de € 1.2 billion (€ 1.7 billion em 31 de dezembro de 2022) consiste numa exposição de € 0.5 billion (€ 0.8 billion em 31 de dezembro de 2022) em empréstimos à Rússia, € 26 million (€ 78 million em 31 de dezembro de 2022) de compromissos não utilizados e € 0.6 billion (€ 0.8 billion em 31 de dezembro de 2022) de depósitos overnight não garantidos em rublos junto do Banco Central da Rússia (que continuam a ser refletidos na Fase 2 em 31 de dezembro de 2023); a exposição residual não garantida, excluindo os depósitos overnight não garantidos em rublos junto do Banco Central da Rússia, é principalmente impulsionada por empréstimos a grandes empresas russas. Não estão incluídas nestas exposições as participações do Deutsche Bank nas suas entidades consolidadas na Rússia. Esta informação deve ser lida em conjunto com a secção "Riscos e oportunidades" do presente Relatório Anual.

Qualidade dos ativos

A secção “Qualidade dos ativos” ao abrigo da norma IFRS 9 descreve a qualidade dos instrumentos de dívida sujeitos a imparidades, os quais ao abrigo da norma IFRS 9 consistem em instrumentos de dívida medidos ao custo amortizado, instrumentos financeiros escriturados pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI), bem como compromissos de crédito extrapatrimoniais, como compromissos de empréstimos e garantias financeiras (em seguida denominados coletivamente “Ativos financeiros”).

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante da exposição e da provisão para perdas de crédito por classe de ativo financeiro, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Visão geral dos ativos financeiros sujeitos a imparidade

em milhões de euros	31 dez 2023					31 dez 2022				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Custo amortizado¹										
Valor contabilístico bruto	686.421	55.704	12.799	806	755.731	721.546	45.335	11.379	1.041	779.300
Provisão para perdas de crédito ²	447	680	3.960	198	5.285	533	626	3.656	180	4.995
dos quais empréstimos										
Valor contabilístico bruto	412.663	52.834	12.576	806	478.879	433.081	43.711	10.686	1.027	488.504
Provisão para perdas de crédito ²	424	673	3.874	198	5.170	507	619	3.491	174	4.790
Justo valor através de OCI										
Justo valor	34.424	1.076	46	0	35.546	31.123	482	70	0	31.675
Provisão para perdas de crédito	13	13	22	0	48	14	12	43	0	69
Fora do balanço										
Valor nominal	292.747	23.778	2.282	8	318.814	296.062	18.478	2.625	8	317.173
Provisão para perdas de crédito ³	117	88	187	0	393	144	97	310	0	551

¹ Os ativos financeiros ao custo amortizado são compostos por: empréstimos pelo custo amortizado, numerário e saldos do banco central, saldos interbancários (s/ bancos centrais), recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e determinadas subcategorias de outros ativos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de € 4 million em 31 de dezembro de 2023 e de € 14 million em 31 de dezembro de 2022

³ A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de € 9 million em 31 de dezembro de 2023 e de € 9 million em 31 de dezembro de 2022

Ativos financeiros ao custo amortizado

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do desenvolvimento dos ativos financeiros ao custo amortizado e da respetiva provisão para perdas de crédito em cada um dos períodos de relato relevantes, discriminados por fases de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Desenvolvimento das exposições no atual período de relato

	31 dez 2023				
	Valor contabilístico bruto				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	721.546	45.335	11.379	1.041	779.300
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	17.219	10.074	2.498	99	29.890
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(4.513)	3.111	1.402	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	0	8	(40)	0	(32)
Alterações nos modelos					
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(41.331)	(2.182)	(2.397)	(315)	(46.226)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	93	0	93
Taxas de câmbio e outras alterações	(6.499)	(641)	(136)	(18)	(7.295)
Saldo, fim do período de relato	686.421	55.704	12.799	806	755.731

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade diminuíram 24 mil milhões de euros ou 3%, em 2023, motivados pela Fase 1:

As exposições da Fase 1 diminuíram 35 mil milhões de euros, ou 5%, principalmente devido a uma redução na caixa e nos saldos de bancos centrais e de empréstimos pelo custo amortizado.

As exposições da Fase 2 aumentaram em € 10 billion ou 23% em todas as divisões, em grande parte devido a empréstimos pelo custo amortizado.

As exposições da Fase 3 aumentaram mil milhões de euros ou 10% em 2023, principalmente devido a novos incumprimentos de grandes clientes individuais no Private Bank, bem como na carteira de CRE no Investment Bank.

Desenvolvimento das exposições no período de relato anterior

	31 dez 2022				
	Valor contabilístico bruto				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	710.271	40.653	11.326	1.297	763.548
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	106.702	5.554	923	(1)	113.177
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(2.101)	666	1.435	0	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	0	(0)	(6)	0	(6)
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período	(103.660)	(2.177)	(2.583)	(258)	(108.679)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	68	3	71
Taxas de câmbio e outras alterações	10.334	639	216	0	11.189
Saldo, fim do período de relato	721.546	45.335	11.379	1.041	779.300

Os ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentaram 16 mil milhões de euros ou 2%, em 2022, motivados principalmente pela Fase 1:

As exposições da Fase 1 aumentaram 11 mil milhões de euros, ou 2%, principalmente devido a aumentos de títulos de dívida detidos para cobrança ao custo amortizado, e empréstimos, no Investment Bank e no Private Bank, parcialmente compensados por uma redução dos saldos do banco central.

As exposições da Fase 2 aumentaram 5 mil milhões de euros, ou 12%, devido principalmente a empréstimos pelo custo amortizado no Private Bank, devido à deterioração do ambiente macroeconómico.

As posições em risco da Fase 3 diminuíram ligeiramente em 203 milhões de euros ou 2%, em 2022, devido a reduções no Private Bank e na carteira de empréstimo POCI. Este facto foi parcialmente compensado por um aumento do Corporate Bank devido a novos incumprimentos.

Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

	31 dez 2023				
	Provisão para perdas de crédito ²				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	533	626	3.656	180	4.995
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(195)	294	1.647	32	1.778
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	170	(150)	(20)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(57)	(53)	0	0	(110)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ³	0	0	(1.145)	(52)	(1.197)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	93	0	93
Taxas de câmbio e outras alterações	(3)	(38)	(271)	38	(273)
Saldo, fim do período de relato	447	680	3.960	198	5.285
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(83)	92	1.627	32	1.668

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023

³ Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 0 milhões de euros em 2023 e de 46 milhões de euros em 2022

A provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 291 milhões de euros ou 6%, em 2023, motivada pela Fase 3:

As provisões da Fase 1 diminuíram 86 milhões de euros, ou 16%, entre todas as divisões, motivadas por alterações positivas não recorrentes do modelo ECL e uma melhoria das perspectivas macroeconómicas.

As provisões da Fase 2 aumentaram 54 milhões de euros, ou 9%, em todas as divisões, devido às sobreposições acima referidas, principalmente relacionadas com as alterações previstas no modelo ECL (informação prospetiva sobre LGD), que conduziram a um aumento da provisão para perdas de crédito.

As provisões da Fase 3 aumentaram 323 milhões de euros, ou 8%, principalmente devido às novas provisões e à libertação da sobreposição existente relacionada com as recalibrações de parâmetros necessárias devido à nova definição de incumprimento no Private Bank (que, na primeira aplicação, levou a uma diminuição da provisão para perdas de crédito), como acima referido.

O índice de cobertura da Fase 3 do Grupo (definido como Provisão para perdas de crédito na Fase 3 (excluindo POCI) em percentagem dos ativos financeiros a custo amortizado na Fase 3 (excluindo POCI)) foi de 31% no exercício corrente, comparado com 32% no ano anterior.

Devido às alterações positivas não recorrentes do modelo ECL, as transferências líquidas para a Fase 1 devido a alterações na qualidade creditícia aumentaram em 2023, em termos homólogos. As saídas líquidas da Fase 2 devidas a alterações na qualidade creditícia aumentaram em 2023, o que se deveu principalmente à melhoria do ambiente macroeconómico, como acima referido.

Em 2023, as saídas líquidas da Fase 3 (excluindo POCI) aumentaram em comparação com 2022. O montante imaterial de saídas líquidas da Fase 3 devido à qualidade creditícia em 2023 resultou da libertação de uma sobreposição, tal como acima referido.

Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito ²				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	440	532	3.740	182	4.895
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(32)	204	887	22	1.081
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	122	(121)	(0)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desconhecidos durante o período ³	0	0	(1.014)	(28)	(1.043)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	68	3	71
Taxas de câmbio e outras alterações	2	12	(25)	1	(10)
Saldo, fim do período de relato	533	626	3.656	180	4.995
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	90	82	886	22	1.081

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de 14 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

³ Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de 46 milhões de euros em 2022 e de 0 milhões de euros em 2021

A provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado sujeitos a imparidade aumentou 100 milhões de euros ou 2%, em 2022, motivada principalmente pelas Fases 1 e 2:

As provisões da Fase 1 aumentaram 93 milhões de euros, ou 21%, devido à deterioração do ambiente macroeconómico.

As provisões da Fase 2 aumentaram 94 milhões de euros, ou 18%, devido a uma deterioração das perspetivas macroeconómicas.

As provisões da Fase 3 diminuíram 87 milhões de euros, ou 2%, devido sobretudo a reduções decorrentes das vendas de carteiras não produtivas no Private Bank, que foram parcialmente compensadas pelas novas provisões no Investment Bank e no Corporate Bank.

Ativos financeiros ao custo amortizado por divisão

	31 dez 2023									
	Quantia escriturada bruta ¹					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	105.812	13.706	2.812	0	122.329	67	110	876	0	1.053
Investment Bank	150.562	13.309	3.127	806	167.804	119	108	536	198	962
Private Bank	233.744	26.815	6.400	0	266.960	249	445	2.497	0	3.191
Asset Management	1.224	8	0	0	1.232	(0)	0	0	0	(0)
Corporate & Other	195.079	1.866	460	0	197.406	11	16	51	0	79
Total	686.421	55.704	12.799	806	755.731	447	680	3.960	198	5.285

¹ Os números do valor contabilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other

	31 dez 2022									
	Quantia escriturada bruta ¹					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Corporate Bank	114.983	11.030	2.879	0	128.892	91	99	963	0	1.153
Investment Bank	164.443	10.288	2.375	1.041	178.147	145	89	491	180	904
Private Bank	243.896	22.609	5.870	0	272.375	283	433	2.167	0	2.883
Asset Management	1.861	49	0	0	1.910	0	0	0	0	0
Corporate & Other ²	196.363	1.359	255	0	197.978	14	5	35	0	54
Total	721.546	45.335	11.379	1.041	779.300	533	626	3.656	180	4.995

¹ Os números do valor contabilístico bruto por divisão são relatados após uma realocação dos saldos das divisões para Corporate & Other

² Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

Ativos financeiros ao custo amortizado por setor da indústria

A tabela abaixo fornece uma visão geral da qualidade dos ativos do Grupo por setor e tem por base o código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores.

	31 dez 2023									
	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	288	77	20	0	384	0	1	4	(0)	6
Indústria mineira e de extração de minérios	2.538	277	8	0	2.823	2	3	4	0	9
Indústria	23.474	4.061	1.445	44	29.024	27	48	456	2	533
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.253	206	73	0	4.532	3	3	16	0	23
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	491	21	5	0	517	1	0	3	0	5
Construção	3.248	893	213	60	4.414	5	9	80	12	107
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	17.237	3.407	698	25	21.366	16	31	351	3	402
Transporte e armazenamento	4.083	1.075	165	24	5.346	6	10	30	(0)	46
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.471	320	76	3	1.869	2	3	26	(0)	31
Informação e comunicação	7.398	814	89	0	8.302	10	11	28	0	49
Atividades financeiras e de seguros	342.352	12.189	1.691	351	356.583	96	90	491	92	769
Atividades imobiliárias	37.907	8.954	2.630	185	49.675	19	49	321	75	464
Atividades profissionais, científicas e técnicas	5.887	918	179	1	6.985	6	12	75	1	94
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.980	1.107	351	24	9.463	7	11	114	9	141
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	26.536	489	742	0	27.767	15	1	28	0	45
Educação	226	46	11	0	283	0	1	2	0	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	3.986	482	34	0	4.503	5	7	14	0	25
Artes, entretenimento e atividades de lazer	769	229	31	1	1.030	1	5	3	0	10
Outras atividades de serviços	8.436	648	225	86	9.395	11	6	119	6	143
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	187.649	19.492	4.113	3	211.257	212	379	1.792	(2)	2.381
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	213	0	0	0	213	0	0	0	0	0
Total	686.421	55.704	12.799	806	755.731	447	680	3.960	198	5.285

	31 dez 2022									
	Valor contábilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Agricultura, exploração florestal e pesca	425	76	23	0	525	1	1	8	0	10
Indústria mineira e de extração de minérios	2.227	137	70	0	2.434	4	5	23	0	32
Indústria	25.151	4.670	1.163	84	31.068	35	64	519	3	620
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	6.226	563	51	0	6.839	4	5	33	0	42
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	624	63	39	0	726	1	1	6	0	8
Construção	3.453	540	203	87	4.282	5	9	91	10	115
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	18.710	2.530	733	31	22.004	20	30	383	3	437
Transporte e armazenamento	5.233	642	225	28	6.127	9	8	65	(0)	83
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.385	466	112	6	1.969	2	5	59	1	67
Informação e comunicação	7.096	614	127	17	7.854	14	13	94	0	122
Atividades financeiras e de seguros	356.491	8.991	1.999	402	367.883	129	73	472	46	720
Atividades imobiliárias	41.450	6.345	896	238	48.929	30	22	116	71	239
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.147	721	218	1	7.087	6	9	104	0	119
Atividades de serviços administrativos e de apoio	8.429	1.003	383	18	9.833	9	13	94	6	121
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	30.984	418	923	0	32.325	15	0	17	0	33
Educação	205	41	4	0	251	0	1	2	0	3
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.188	351	83	0	4.622	8	12	12	0	32
Artes, entretenimento e atividades de lazer	922	185	28	1	1.137	1	5	2	0	9
Outras atividades de serviços	7.198	818	226	123	8.365	10	6	133	25	174
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	194.959	16.160	3.874	6	215.000	229	343	1.423	15	2.010
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	41	0	0	0	41	0	0	0	0	0
Total	721.546	45.335	11.379	1.041	779.300	533	626	3.656	180	4.995

Ativos financeiros ao custo amortizado por região

31 dez 2023										
em milhões de euros	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	291.826	21.499	3.653	0	316.978	214	390	1.936	(4)	2.537
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	134.376	15.228	3.410	560	153.573	116	179	1.076	194	1.564
Europa Oriental	8.768	1.058	396	0	10.221	4	11	47	0	62
América do Norte	175.011	12.133	3.442	89	190.674	51	74	445	12	582
América Central e América do Sul	3.936	261	80	5	4.282	2	1	16	0	19
Ásia e Pacífico	52.290	5.031	909	92	58.322	28	23	317	1	370
África	4.099	187	717	0	5.003	8	1	30	0	39
Outros	16.116	307	192	62	16.677	23	0	94	(5)	113
Total	686.421	55.704	12.799	806	755.731	447	680	3.960	198	5.285

31 dez 2022										
em milhões de euros	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Alemanha	317.241	19.904	3.689	0	340.835	201	333	1.619	13	2.166
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	141.935	9.828	3.171	712	155.646	178	194	1.224	162	1.758
Europa Oriental	8.050	1.174	386	0	9.609	3	7	97	0	107
América do Norte	173.084	10.504	1.628	149	185.366	81	55	289	5	431
América Central e América do Sul	4.525	253	82	5	4.865	6	2	5	0	12
Ásia e Pacífico	58.621	2.967	1.475	112	63.174	40	28	330	3	400
África	3.144	177	843	0	4.164	8	0	7	0	15
Outros	14.946	527	105	63	15.642	16	6	86	(4)	105
Total	721.546	45.335	11.379	1.041	779.300	533	626	3.656	180	4.995

Ativos financeiros ao custo amortizado por classe de notação

31 dez 2023										
em milhões de euros	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA-iAA	244.750	518	0	0	245.268	2	0	0	0	3
iA	101.538	2.359	0	9	103.907	8	1	0	0	9
iBBB	186.168	8.446	0	0	194.614	66	16	0	0	82
iBB	122.823	18.153	0	0	140.976	173	78	0	0	251
iB	28.531	20.040	0	0	48.571	165	294	0	0	459
iCCC e inferior	2.611	6.188	12.799	797	22.395	32	290	3.960	198	4.481
Total	686.421	55.704	12.799	806	755.731	447	680	3.960	198	5.285

31 dez 2022										
em milhões de euros	Valor contabilístico bruto					Provisão para perdas de crédito				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
iAAA-iAA	251.598	228	0	0	251.826	3	0	0	0	3
iA	106.548	580	0	14	107.142	9	1	0	0	10
iBBB	172.643	6.246	0	0	178.889	63	21	0	0	84
iBB	152.063	14.891	0	0	166.954	212	91	0	0	302
iB	35.626	17.717	0	14	53.358	218	276	0	6	501
iCCC e inferior	3.068	5.672	11.379	1.013	21.132	28	237	3.656	174	4.095
Total	721.546	45.335	11.379	1.041	779.300	533	626	3.656	180	4.995

Os compromissos do Grupo para empréstimo de fundos adicionais a devedores com ativos financeiros de Fase 3 ao custo amortizado ascendiam a € 816 million em 31 de dezembro de 2023 e a € 621 million em 31 de dezembro de 2022.

Garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na fase 3

em milhões de euros	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Valor contabilístico bruto	Garantias	Garantias	Valor contabilístico bruto	Garantias	Garantias
Ativos financeiros ao custo amortizado (Fase 3) ¹	12.799	4.451	1.435	11.379	3.431	1.439

¹ A Fase 3 consiste aqui apenas em ativos não POCI

Em 2023, as garantias detidas sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 aumentaram € 1 billion, ou 21%, sobretudo impulsionadas pelo Investment Bank e pelo Private Bank.

O Grupo não reconheceu uma provisão para perdas de crédito sobre ativos financeiros ao custo amortizado na Fase 3 de € 408 million em 2023 e 916 milhões de euros em 2022, devido à garantia total destes ativos.

Ativos modificados ao custo amortizado

Um ativo financeiro é considerado modificado quando os seus fluxos de caixa contratuais são renegociados ou de outra forma modificados. A renegociação ou a modificação poderá levar, ou não, ao desreconhecimento do instrumento financeiro antigo e ao reconhecimento do novo. Esta secção abrange ativos financeiros modificados que não foram desreconhecidos.

Nos termos da IFRS 9, quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original (EIR). Em ativos financeiros modificados, para determinar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, reflete-se a comparação de:

- Probabilidade de incumprimento (PD) do período restante à data de relato com base nos termos modificados; com
- A PD estimada do período restante com base nos dados aquando do reconhecimento inicial e nos termos contratuais originais.

A tabela seguinte fornece a visão geral dos ativos financeiros modificados ao custo amortizado nos períodos de relato discriminados em fases da IFRS 9.

Ativos modificados ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2023					31 dez 2022				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Valor contabilístico do custo amortizado antes da modificação	0	1.072	220	0	1.292	0	0	47	0	47
Resultados da modificação líquidos reconhecidos	0	5	(40)	0	(35)	0	(0)	(6)	0	(6)

Em 2023, o banco observou um aumento de € 1.2 billion nos ativos modificados ao custo amortizado devido a modificações relacionadas com clientes, motivadas por um único grande cliente no Private Bank e pela carteira de CRE no Investment Bank e no Corporate Bank. Estas últimas foram concedidas sem perdas de modificação.

Em 2023, o Grupo não observou quaisquer valores de ativos modificados que tenham sido atualizados para a Fase 1. O banco não observou qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas Fases 2 e 3.

Em 2022, o Grupo observou valores imateriais de ativos modificados que foram atualizados para a Fase 1. O banco não observou qualquer nova deterioração subsequente desses ativos nas Fases 2 e 3.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

O justo valor dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI) sujeito a imparidades ao abrigo da IFRS 9 foi de € 36 billion em 31 de dezembro de 2023, comparativamente a € 32 billion em 31 de dezembro de 2022. A provisão para perdas de crédito sobre estes ativos permaneceu praticamente inalterada a níveis muito baixos (€ 48 million em 31 de dezembro de 2023 e € 69 million em 31 de dezembro de 2022). Por não ser materialmente relevante, não é fornecida qualquer discriminação adicional relativa aos ativos financeiros ao FVOCI.

Compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral do montante nominal e da provisão para perdas de crédito da classe de ativos financeiros extrapatrimoniais do Grupo, discriminados por fases, de acordo com os requisitos da IFRS 9.

Desenvolvimento do montante nominal no atual período de relato

	31 dez 2023				
	Montante nominal				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	296.062	18.478	2.625	8	317.173
Movimentos incluindo novos negócios	4.062	2.510	(235)	0	6.337
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(3.040)	3.094	(54)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	(4.337)	(304)	(54)	0	(4.696)
Saldo, fim do período de relato	292.747	23.778	2.282	8	318.814
dos quais: Garantias financeiras	58.405	5.991	401	0	64.798

Desenvolvimento do montante nominal no período de relato anterior

	31 dez 2022				
	Montante nominal				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	276.157	14.498	2.582	11	293.248
Movimentos incluindo novos negócios	16.078	361	62	(3)	16.498
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	(3.047)	3.166	(119)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	6.874	452	100	(0)	7.427
Saldo, fim do período de relato	296.062	18.478	2.625	8	317.173
dos quais: Garantias financeiras	61.083	5.283	971	0	67.337

Evolução das provisões para perdas de crédito no atual período de relato

	31 dez 2023				
	Provisão para perdas de crédito ²				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	144	97	310	0	551
Movimentos incluindo novos negócios	(39)	(3)	(118)	0	(160)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	11	(4)	(7)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(2)	3	0	2
Saldo, fim do período de relato	117	88	187	0	393
dos quais: Garantias financeiras	84	37	113	0	233
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(28)	(7)	(125)	0	(160)

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de € 9 million em 31 de dezembro de 2023

Evolução das provisões para perdas de crédito no período de relato anterior

	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito ²				
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	108	111	225	0	443
Movimentos incluindo novos negócios	21	(1)	78	0	99
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	12	(15)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	4	3	3	0	9
Saldo, fim do período de relato	144	97	310	0	551
dos quais: Garantias financeiras	95	56	226	0	378
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	33	(16)	82	0	99

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no montante de € 9 million em 31 de dezembro de 2022

Ações judiciais

Os ativos sujeitos a atividade de execução consistem em ativos que foram total ou parcialmente abatidos e o Grupo continua a tentar a recuperação do ativo. Esta atividade de execução inclui, por exemplo, casos em que o banco continua a dedicar recursos (por ex., o nosso Departamento Jurídico/unidade de reestruturação de CRM) no sentido da recuperação, quer pela via legal, quer por agentes de recuperação terceiros. A atividade de execução aplica-se igualmente a casos em que o banco mantém ações judiciais pendentes ou ainda a decorrer. Isto verifica-se independentemente de se prever recuperar os montantes e do prazo da recuperação. Poderá ser prática comum, em determinadas jurisdições, que os casos de recuperação se prolonguem por vários anos.

Os montantes pendentes relativos a ativos financeiros que foram abatidos durante o período de relato e ainda sujeitos a atividade de execução ascenderam a € 334 million no exercício de 2023, principalmente relacionados com o Corporate Bank. Em 2022, as ações judiciais ascenderam a € 175 million, principalmente no Corporate Bank e no Private Bank.

Ativos renegociados e com período de carência pelo custo amortizado

Por razões económicas ou jurídicas, o banco pode celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta ou enfrentará dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e de cada transação e tomando em consideração as circunstâncias e os factos específicos do cliente. Nos empréstimos ao consumo, o banco oferece carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das estratégias de gestão do risco do Grupo e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade.

Na gestão e relato de ativos com período de carência pelo custo amortizado, o Grupo segue a definição da ABE para carência e empréstimos não produtivos (normas técnicas de execução (ITS) relativamente a fiscalização com relatórios em matéria de carência e exposições em incumprimento ao abrigo do artigo 99.º, n.º 4, do Regulamento (UE) n.º 575/2013). Assim que as condições referidas nas ITS estejam cumpridas, o Grupo relata o empréstimo como tendo um período de carência; remove o ativo do relatório de carência, assim que forem cumpridos os critérios de descontinuidade constantes das ITS (por exemplo, o contrato é considerado como produtivo, decorreu um período de vigilância mínimo de dois anos, foram realizados pagamentos regulares superiores a um montante agregado de capital ou de juros insignificante durante, pelo menos, metade do período de vigilância, e nenhuma das exposições ao devedor se encontre em incumprimento há mais de 30 dias no final do período de vigilância).

Ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2023						31 dez 2022					
	Em cumprimento		Em incumprimento			Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado	Em cumprimento		Em incumprimento			Total de empréstimos com período de carência ao custo amortizado
	Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2	Fase 3		Fase 1	Fase 2	Fase 1	Fase 2	Fase 3	
Alemães	426	2.356	0	7	812	3.600	729	1.563	0	21	1.066	3.379
Não alemães	639	4.399	0	194	3.632	8.864	1.254	3.139	60	13	3.299	7.764
Total	1.065	6.755	0	201	4.444	12.464	1.983	4.702	60	34	4.365	11.143

Evolução de ativos financeiros com período de carência ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Saldo no início do período	11.143	13.741
Classificados como de carência durante o exercício	4.007	3.196
Transferidos para não de carência durante o exercício (inclui reembolsos)	(2.500)	(5.899)
Reconhecimento de perdas	(80)	(142)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(106)	248
Saldo no fim do exercício	12.464	11.143

Os ativos com período de carência ao custo amortizado aumentaram em € 1.3 billion ou 12%, em 2023. Esta evolução deveu-se ao aumento no Investment Bank.

Os ativos com período de carência ao custo amortizado diminuíram em € 2.6 billion ou 19%, em 2022. Esta evolução deveu-se à redução das medidas de reestruturação relacionadas com a COVID-19, parcialmente compensadas por um aumento do Investment Bank e do Corporate Bank.

Garantias colaterais obtidas

O Grupo obteve garantias colaterais no balanço apenas em determinados casos, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. De um modo geral, o banco não ocupa os imóveis obtidos para as suas atividades.

Garantias colaterais obtidas durante o período de relato

em milhões de euros	2023	2022
Imóveis comerciais	0	2
Imóveis residenciais ¹	3	1
Outros	11	0
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	14	4

¹ O valor contabilístico de imóveis residenciais excluídos ascendeu a € 30 million em 31 de dezembro de 2023 e € 62 million em 31 de dezembro de 2022

As garantias colaterais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Em 2023 e 2022, o Grupo obteve € 0 million de garantias relacionadas com estes trusts.

Derivados – Ajustamento da avaliação de crédito

O banco definiu um ajustamento da avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivativos OTC com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivativos

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, o banco dispõe geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito das suas transações de derivativos nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição ou o comportamento da contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, ao abrigo dos contratos de derivativos relevantes é frequente ser possível obter garantias colaterais adicionais ou solicitar a conclusão ou vencimento antecipado das transações de derivativos com pouca antecedência.

Os contrato-tipo e os acordos de garantia associados para transações de derivativos OTC executadas com os clientes do banco resultam normalmente em que a maior parte da exposição ao crédito é garantida por garantia. Também fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento.

Os direitos de rescisão contratual do banco são suportados por políticas e procedimentos internos com funções e responsabilidades definidas que asseguram que potenciais incumprimentos de contrapartes são identificados e abordados de forma atempada. Estes procedimentos incluem restrições necessárias a liquidação e negociações. Nos casos em que a decisão de encerrar as transações de derivativos resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, o banco reestrutura a obrigação, transformando-a num crédito não derivado, e este é gerido através do processo de cálculo regular. Como tal, o banco normalmente não apresenta para fins contabilísticos quaisquer derivativos em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 291.º, n.º 2 e n.º 4, do CRR, o banco tem um processo de monitorização mensal de várias camadas de risco de correlação desfavorável (risco de correlação desfavorável específico, risco de correlação desfavorável explícito geral a nível de país/setor/região e risco de correlação desfavorável implícito geral, em que as exposições decorrentes de transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável). O relatório de risco de correlação desfavorável é enviado mensalmente para a gestão sénior de risco de crédito. O banco utilizou ainda o processo estabelecido para calibrar o seu próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 284.º, n.º 9 do CRR) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos derivativos e títulos que financiam a carteira de transações. O risco de contraparte dos derivativos do Private Bank Germany é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Gestão e mitigação de risco de crédito

Gestão de risco de crédito ao nível da contraparte

As contrapartes relevantes para o crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito que são organizadas por tipo de contraparte (tais como instituições financeiras, empresas ou particulares), por área económica (mercados emergentes, por exemplo) ou por produto, e apoiadas por equipas de analistas de notação de crédito, sempre que considerado necessário. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado devido a produtos e processos normalizados. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados nestes processos de crédito altamente automatizados no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente às contrapartes que lhes foram atribuídas. No Deutsche Bank vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco/perda.

Nos casos em que o Deutsche Bank identifica contrapartes cuja qualidade creditícia esteja a deteriorar-se ou possa vir a deteriorar-se até ao ponto de apresentarem um risco acrescido de incumprimento/perda, a respetiva contraparte é geralmente colocada na lista de observação. O Deutsche Bank pretende identificar essas contrapartes numa fase inicial, a fim de garantir que as exposições de crédito com riscos acrescidos sejam geridas de forma eficaz e que os instrumentos de gestão do risco do Banco sejam aplicados de forma adequada, com o objetivo de minimizar as perdas potenciais. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce do risco é um princípio da cultura de crédito do Deutsche Bank e destina-se a sensibilizar a gestão para estas posições.

Os limites de crédito para contrapartes individuais são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito, aplicando os poderes de crédito atribuídos a colaboradores de crédito. Isto também se aplica ao risco de liquidação que tem de se enquadrar em limites pré-aprovados pela Gestão do risco de crédito e de uma forma que reflita os padrões de liquidação esperados para a contraparte objeto da análise. As aprovações de crédito são documentadas por assinatura eletrónica, segundo o princípio dos quatro olhos, pelos respetivos titulares de poderes de crédito e são arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos com carácter pessoal, em função das habilitações e experiência profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir que são proporcionais ao desempenho individual do respetivo titular.

Quando o poder de crédito é insuficiente para estabelecer os limites de crédito necessários, a transação é remetida para um titular de poder de crédito com o respetivo poder de crédito ou, se exceder o poder pessoal mais elevado, para um comité de crédito adequado. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Mitigação de risco de crédito ao nível da contraparte

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte atribuindo notações internas e o alinhamento da exposição com as diretrizes do Banco de risco de concentração de contrapartes, o Deutsche Bank também utiliza várias técnicas de proteção e redução do risco de crédito para otimizar a exposição ao crédito e reduzir potenciais perdas de crédito. Estas técnicas são aplicadas nas seguintes formas:

- Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e executável
- Garantias, nas suas várias formas, para reduzir as perdas através do aumento da recuperação das obrigações; os princípios fundamentais da gestão das garantias incluem a eficácia e a aplicabilidade jurídicas, avaliações prudentes e realistas das garantias, redução do risco e dos fundos próprios regulamentares, bem como a eficiência dos custos
- Transferências de risco, que transferem o risco de incumprimento de um devedor para um terceiro, incluindo a cobertura executada pela equipa ou entidade de Strategic Corporate Lending (SCL) do banco; podem também ser utilizados outros instrumentos de redução do risco, como titularizações, etc.
- Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados e de transações de financiamento de títulos (por exemplo, acordos de recompra)
- Cobertura do risco de contraparte dos derivados, incluindo CVA, utilizando principalmente contratos CDS através da sala de Gestão da carteira de contraparte do banco

Garantias

O Deutsche Bank aceita regularmente a receção de garantias de clientes sujeitos a risco de crédito ou o seu fornecimento por terceiros acordados por contratos legalmente eficazes e executórios, documentados por um parecer jurídico escrito e fundamentado. A garantia é uma proteção de crédito sob a forma de ativos (financiados) cedidos ou penhorados ou obrigações (não financiadas) de terceiros que serve para mitigar o risco inerente de perda de crédito numa exposição, substituindo o risco de incumprimento da contraparte ou melhorando as recuperações em caso de incumprimento. Geralmente, o Deutsche Bank aceita todos os tipos de garantias colaterais elegíveis para os respetivos negócios, mas podemos limitar os tipos de garantias aceites para negócios ou regiões específicos, conforme habitual no respetivo mercado, ou motivados por objetivos de eficiência. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, esta não substitui a necessidade de normas de subscrição de maior qualidade e uma avaliação rigorosa da capacidade de pagamento da dívida por parte da contraparte, em conformidade com o artigo 194.º, n.º 9, do CRR.

O Deutsche Bank distingue os dois tipos de abordagens de proteção de crédito seguintes:

- Proteção de crédito financiada, como garantias financeiras e outras garantias colaterais, o que permite ao Deutsche Bank recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que a contraparte é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, títulos (ações, obrigações), penhores de garantias ou cessões de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, ativos móveis (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários; todas as garantias colaterais financeiras são reavaliadas e medidas com regularidade, na sua maioria diariamente, em relação à respetiva exposição ao crédito; o valor de outras garantias colaterais, incluindo, imóveis, é monitorizado com base em processos estabelecidos que incluem revisões ou reavaliações regulares por peritos internos e/ou externos
- Proteção de crédito não financiada, como garantias que complementam a capacidade de a contraparte cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros não correlacionados. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco (não financiadas). As garantias e cartas de conforto fortes fornecidas por membros correlacionados do grupo de clientes (geralmente a empresa-mãe) também podem ser aceites e consideradas em abordagens de notação aprovadas; as garantias colaterais com uma notação non-investment grade do garante estão limitadas

Os processos do Deutsche Bank procuram assegurar que as garantias aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Isto inclui processos para assegurar, em geral, documentação juridicamente eficaz e executável para ativos ou garantias realizáveis e mensuráveis que são avaliados dentro do processo de integração por avaliadores internos dedicados ou equipas com as devidas habilitações, competências e experiência ou avaliadores externos adequados mandatados em processos regulamentados. As avaliações aplicadas seguem métodos ou modelos de avaliação geralmente aceites. A correção contínua dos valores é monitorizada através de revisões frequentes e orientadas por eventos específicos do tipo de garantia, considerando parâmetros de risco relevantes. As reavaliações são aplicadas em casos de deterioração material provável identificada e o controlo futuro pode ser ajustado respetivamente. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (haircuts) aplicáveis. O Deutsche Bank tem margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, o Deutsche Bank procura evitar características de risco de “correlação desfavorável” (wrong-way), em que o risco da contraparte é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos de proteção de crédito não financiada, como garantias, está concertado com o processo de avaliação de crédito das contrapartes relevantes para o crédito.

A avaliação de garantia é considerada no âmbito de um cenário de liquidação. O valor de liquidação é igual aos proveitos esperados da monetização/realização de garantias num cenário de base, em que é alcançado um justo valor através de uma preparação cuidadosa e da liquidação disciplinada da garantia. A garantia pode movimentar-se em valor ao longo do tempo (valor dinâmico) ou não (valor estático). O valor de liquidez dinâmico geralmente inclui uma margem de segurança ou de avaliação face ao valor realizável, de modo a contabilizar a liquidez e os aspetos de viabilidade comercial.

O Grupo atribui um valor de liquidez a garantias colaterais elegíveis com base em, entre outros:

- o valor de mercado e/ou o valor de financiamento, o valor notional ou valor nominal de uma garantia como ponto de partida;
- o tipo de garantia; a discrepância de divisas, caso exista, entre a exposição segurada e a garantia; e uma discrepância na maturidade, caso exista;
- o ambiente jurídico ou a jurisdição aplicável (garantias onshore ou offshore);
- a liquidez e a volatilidade do mercado em relação às cláusulas de rescisão acordadas;
- a correlação entre o desempenho do mutuário e o valor da garantia, por exemplo, no caso de penhora das ações ou dos títulos do mutuário (neste caso, geralmente uma correlação integral resulta na inexistência de qualquer valor de liquidez);
- a qualidade das garantias físicas e o potencial de litígio ou os riscos ambientais; e
- a avaliação específica de um determinado tipo de garantia (0 – 100%) que reflita os riscos de cobrança (ou seja, os riscos de preços ao longo do período de liquidação médio e o processamento/a utilização/os custos de vendas), conforme especificado nas políticas respectivas.

As definições da avaliação de garantias são geralmente baseadas nos dados de recuperação históricos internos e/ou externos disponíveis (também poderão ser usadas as opiniões de peritos, sempre que tal for apropriado). Também poderão incorporar um componente prospectivo, na forma do levantamento e na previsão de avaliação fornecida por peritos no âmbito da Gestão do risco. Considerando os recebimentos esperados da liquidação dos diferentes tipos de garantias, as respectivas flutuações de valor, os custos de liquidação específicos do mercado e os haircuts aplicados no tempo variam entre 0 e 100%. Sempre que os dados forem insuficientes ou inconclusivos, terão de ser aplicados métodos de avaliação mais conservadores do que o habitual. As definições de avaliação são revistas, pelo menos, anualmente.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do processo de gestão do risco global do banco, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respectivas unidades de negócio e/ou pelo Strategic Corporate Lending em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O Strategic Corporate Lending gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira de crédito a empresas e instituições, parte da carteira de empréstimos com alavancagem e da carteira de médias empresas alemãs nas divisões do Corporate Bank e Investment Bank do banco.

Atuando como uma referência de preços central, o Strategic Corporate Lending fornece aos negócios uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O Strategic Corporate Lending centra-se em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

- reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito e
- gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, subparticipações e swaps de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantias para transações de derivados e de financiamento de títulos

A compensação é aplicável a derivados negociados em bolsa e derivados OTC. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos (por exemplo, transações de recompra, empréstimo de títulos e empréstimo com imposição de margens), quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente, de acordo com a lei aplicável e a Política e Procedimentos de Compensação de Contratos Financeiros e de Garantias do banco – Jurídico (coletivamente, "Políticas de Compensação"). Embora a compensação entre produtos derivados e operações de financiamento de títulos possa ser utilizada em certos casos, o banco não recorre à compensação entre produtos para efeitos regulamentares.

Todos os derivados negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (CCP), que se interpõem entre as entidades de negociação ao tornarem-se a contraparte para cada uma das entidades. Se legalmente exigido ou se disponível, e na medida acordada com as contrapartes do banco, o Deutsche Bank utiliza também a compensação das CCP para as suas transações de derivados OTC.

A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (Commodity Futures Trading Commission, CFTC) exigem uma compensação de CCP nos Estados Unidos para determinados derivados OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice, sujeito a exceções limitadas face a determinadas contrapartes. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivados OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (EMIR) e os Regulamentos Delegados da Comissão (UE) 2015/2205, (UE) 2015/592 e (UE) 2016/1178 baseados no mesmo introduziram a compensação obrigatória de CCP na UE para determinadas transações de derivados OTC uniformizados. A compensação obrigatória de CCP na UE teve início com alguns derivados de taxa de juro em 21 de junho de 2016 e com determinados derivados de crédito com base no iTraxx e derivados de taxa de juro adicionais em 9 de fevereiro de 2017. O artigo 4.º, n.º 2, do EMIR autoriza as autoridades competentes a isentar transações intragrupo da compensação obrigatória de CCP, desde que determinados requisitos, tais como a total consolidação das transações intragrupo e a aplicação de um procedimento de avaliação, medição e controlo de risco centralizado adequado, sejam satisfeitos. O banco pediu com sucesso a isenção de compensação para várias das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2023, o banco está autorizado a utilizar as isenções intragrupo da obrigação de compensação do regulamento EMIR para 58 relações intragrupo bilaterais. O âmbito das isenções é diferente, uma vez que nem todas as entidades efetuam tipos de transações relevantes sujeitos à obrigação de compensação. Das 58 relações intragrupo, 14 são relações em que ambas as entidades estão estabelecidas na União (UE), para as quais foi concedida uma isenção total, e 44 são relações em que uma das entidades está estabelecida num país terceiro ("relação de país terceiro"). As relações com países terceiros requeriam pedidos repetidos para cada nova classe de ativos sujeita à obrigação de compensação; o processo teve lugar ao longo do exercício de 2017. Devido ao "Brexit", o estatuto de algumas entidades do grupo mudou, de uma entidade da UE para uma entidade de um país terceiro, mas não houve impacto para o banco no que respeita às isenções de compensação.

As normas e os regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem habitualmente a compensação bilateral de todos os valores a pagar no mesmo dia e na mesma moeda ("compensação de pagamento"), reduzindo, assim, o risco de liquidação do banco. Consoante o modelo de negócio aplicado pela contraparte central (CCP), esta compensação de pagamento aplica-se a todos os derivados do banco compensados pela CCP ou, no mínimo, a todos aqueles que fazem parte da mesma classe de derivados. Muitas normas e regulamentos de contrapartes centrais (CCP) preveem também a conclusão, o vencimento antecipado e a compensação de todas as transações compensadas em caso de incumprimento da contraparte central ("compensação com vencimento antecipado"), os quais reduziram o risco de crédito do banco. Nos seus processos de medição do risco e de avaliação do risco, o Deutsche Bank aplica uma compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que acredita que as provisões de compensação com vencimento antecipado da CCP relevantes são legalmente válidas e executórias e foram aprovadas em conformidade com as Políticas de Compensação do banco.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível uma compensação das CCP, o Deutsche Bank procura regularmente celebrar com as contrapartes do banco contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela Associação Internacional de Swaps e Derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. – ISDA) ou o contrato-tipo alemão para transações financeiras com derivados). Um contrato-tipo permite a compensação com vencimento antecipado de direitos e obrigações decorrentes de transações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte. A compensação de pagamentos pode ser acordada periodicamente com as contrapartes do banco para várias transações com as mesmas datas de pagamento (por exemplo, transações cambiais) nos termos dos contratos-tipo, o que pode reduzir o risco de liquidação do banco. Nos seus processos de medição e avaliação do risco, o Deutsche Bank aplica a compensação com vencimento antecipado apenas na medida em que tenha concluído que o contrato-tipo é legalmente válido e aplicável em todas as jurisdições relevantes e o reconhecimento da compensação com vencimento antecipado tenha sido aprovado de acordo com as Políticas de Compensação do banco.

Além disso, o Deutsche Bank subscreve anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o risco de crédito do banco relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se o Deutsche Bank considerar que o anexo é executável, reflete essa consideração na sua medição da exposição.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. O Deutsche Bank também celebra contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas em alguns acordos podem também aplicar-se apenas ao Deutsche Bank. O Deutsche Bank analisa e monitoriza as suas potenciais obrigações de pagamento contingentes resultantes de uma descida de notação no âmbito da sua abordagem de teste de esforço e rácio de cobertura de liquidez para o risco de liquidez de forma contínua. Na tabela "Resultados dos testes de

esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da notação de crédito do banco.

A Lei Dodd-Frank e as normas CFTC nesse âmbito, incluindo a norma CFTC §23.504, bem como o regulamento EMIR e o Regulamento Delegado da Comissão com base no mesmo, designadamente o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, introduziram a utilização obrigatória de contratos-tipo e CSA relacionados, que têm de ser celebrados prévia ou simultaneamente à celebração de uma transação de derivados OTC não compensada. Alguma documentação é também exigida pelas regras relativas a margens dos EUA adotadas pelos reguladores prudenciais dos EUA. Ao abrigo das regras de margem dos reguladores prudenciais dos EUA, é exigido ao Deutsche Bank que declare e recolha a margem inicial das suas exposições a derivados com outros corretores de derivados, bem como com as contrapartes do banco que (a) sejam "utilizadores finais financeiros", na aceção das regras de margens dos Estados Unidos, e (b) tenham um valor nominal agregado diário médio de swaps não compensados, swaps baseados em valores mobiliários não compensados, contratos cambiais a prazo e swaps cambiais que excedam 8 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em junho, julho e agosto do ano civil anterior. Além disso, as regras de margens dos Estados Unidos requerem que o Deutsche Bank declare e recolha a margem de variação para os seus derivados com outros corretores de derivados e determinadas contrapartes de utilizadores finais financeiros. Estes requisitos de margens estão sujeitos a um limiar de 50 milhões de dólares dos Estados Unidos para a margem inicial, mas sem um limiar para a margem de variação, com um montante de transferência mínimo combinado de 500 000 dólares dos Estados Unidos. Os requisitos de margens dos Estados Unidos estão em vigor para bancos de grandes dimensões desde setembro de 2016, com requisitos de margem variável adicionais a entrar em vigor em 1 de março de 2017 e requisitos de margem inicial adicionais implementados progressivamente de setembro de 2017 a setembro de 2022.

Ao abrigo do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, o qual implementa os requisitos relativos a margem do regulamento EMIR, o CSA tem de prever uma avaliação diária e margens de variação diárias com um limiar de zero e um montante de transferência mínimo não superior a 500 000 euros. No caso de elevadas exposições a derivados que excedam 8 mil milhões de euros, a margem inicial também tem de ser declarada. Os requisitos de margem de variação ao abrigo do regulamento EMIR são aplicáveis a partir de 1 de março de 2017; os requisitos de margem inicial foram originalmente sujeitos a uma implementação faseada até 1 de setembro de 2021. No entanto, as alterações legislativas publicadas em 17 de fevereiro de 2021 prolongaram os prazos até 2022. Ao abrigo do Artigo 31 do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/2251, uma entidade da UE pode decidir não realizar a troca de margem com contrapartes em algumas jurisdições de não compensação, desde que determinados requisitos sejam cumpridos. Nos termos do artigo 11.º, n.os 5 a 10, do regulamento EMIR, as autoridades competentes estão autorizadas a isentar transações intragrupo da obrigação de declaração de margens, desde que sejam cumpridos determinados requisitos. Embora alguns desses requisitos sejam iguais às isenções de compensação do regulamento EMIR (consultar acima), existem requisitos adicionais como, por exemplo, a ausência de qualquer impedimento prático ou jurídico atual ou previsto para a pronta transferência dos fundos ou o reembolso de passivos entre contrapartes intragrupo. O banco irá recorrer a esta isenção. O banco pediu com sucesso a isenção de garantia para algumas das suas subsidiárias consolidadas regulamentarmente com derivados intragrupo, incluindo, por exemplo, a Deutsche Bank Securities Inc. e a Deutsche Bank Luxembourg S.A. A partir de 31 de dezembro de 2023, o banco tem autorização para utilizar isenções intragrupo da obrigação de garantia do regulamento EMIR para várias relações intragrupo bilaterais, as quais foram publicadas em [db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intragroup-exemptions-margining](https://www.db.com/legal-resources/european-market-infrastructure-regulation/intragroup-exemptions-margining). Para algumas relações intragrupo adicionais, a isenção relativa a margens do regulamento EMIR poderá ser utilizada com base no Artigo 11 (5) do EMIR, ou seja, sem a necessidade de qualquer pedido ou publicação, uma vez que ambas as entidades estão estabelecidas no mesmo Estado-Membro da UE. Para as filiais de países terceiros, a isenção intragrupo estava original limitada até 30 de junho de 2022, ou quatro meses após a publicação de uma decisão de equivalência pela Comissão da UE, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do EMIR, a menos que, no caso de ser aplicável uma decisão de equivalência, seja efetuado e concedido um pedido de isenção de acompanhamento. Em 13 de fevereiro de 2023, foi publicada no Jornal Oficial uma alteração ao Regulamento (UE) 2016/2251, que diz respeito à prorrogação da data de fim da isenção até 30 de junho de 2025. Embora o requisito de aplicação possa ser abolido com o "EMIR 3.0" (ver proposta da Comissão Europeia COM (2022) 697 final), o Deutsche Bank continua a dispor de processos que asseguram a preparação para a aplicação de margens intragrupo, caso seja necessário.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. O risco de concentração pode também ocorrer em carteiras de garantias (por exemplo, vários créditos e valores a receber contra terceiros) que são consideradas de forma conservadora no âmbito do processo de avaliação e/ou inspeções no local, quando aplicável. O Deutsche Bank utiliza várias ferramentas e indicadores para monitorizar as suas atividades de redução do risco de crédito e concentrações potenciais.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Gestão de risco de crédito ao nível da carteira

A carteira de Gestão do risco empresarial (ERM) estabelece o quadro para a gestão dos riscos de concentração a nível da carteira. Isto inclui a definição estratégica, monitorização, revisão, reporte e controlo das apetências pelo risco de crédito através de várias dimensões, tais como grupo, divisão, unidade de negócio, entidade jurídica, agência, classe de ativos, país e indústria que têm de ser considerados no contexto das aprovações de crédito. Além disso, a Carteira ERM também proporciona uma visão abrangente e holística do perfil de risco do banco em todos os tipos de risco.

A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A estrutura de gestão da carteira do Deutsche Bank integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da sua carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

A evolução do risco e da carteira é regularmente discutida no Fórum de Apetência pelo Risco de Crédito e de Gestão da Carteira, que inclui representantes de toda a função de Gestão do Risco de Crédito, incluindo o Diretor da Gestão do Risco de Crédito.

Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, o Deutsche Bank agrupou as suas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. As carteiras são revistas regularmente, pelo menos, numa base anual. As revisões destacam a evolução do setor e os riscos para a carteira de crédito do banco, examinam os riscos de concentração transversais, avaliam o perfil de risco/retorno e incorporam os resultados de um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

No quadro de gestão de risco de setor de atividade, os limiares são estabelecidos para limites de crédito para contrapartes na subcarteira de cada indústria. Para efeitos de gestão do risco, a agregação de limites entre setores industriais segue uma visão interna de risco que não tem de ser congruente com a visão baseada no código NACE (Nomenclature des Activités Economiques dans la Communauté Européenne) aplicada noutros pontos do presente relatório. São preparados resumos regulares da carteira industrial para que o Comité de Risco da Sociedade discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações de gestão do risco quando necessário.

Além do risco de crédito, o quadro de risco setorial do banco inclui limites para posições de crédito negociadas, enquanto os principais riscos não financeiros relevantes para a indústria são monitorizados de perto.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional e nacional é uma parte integrante do quadro de gestão do risco de crédito do banco. Para tal, são aplicados limiares de risco de país a países da Ásia não japonesa, da Europa Central e Oriental, do Médio Oriente e África e da América Latina, bem como a países selecionados dos mercados desenvolvidos (com base em classificações internas de risco de país). As carteiras por país são revistas regularmente, com a frequência da revisão a variar consoante a dimensão da carteira e o perfil de risco, bem como de acordo com a evolução do risco. Carteiras de maior dimensão ou sujeitas a maior risco são revistas, pelo menos, numa base anual. Estas revisões avaliam, entre outros fatores, a evolução e as perspetivas dos principais riscos macroeconómicos e políticos; a composição da carteira, a qualidade e as concentrações de riscos cruzados em condições normais e de stress; analisam o perfil de risco/remuneração da carteira. Com base nisto e tendo em conta a apetência e a estratégia de risco do Grupo, são definidas a apetência e as estratégias de risco por país pela ERM.

No quadro de limites de risco do país do banco, os limites são definidos para exposições a risco de crédito da contraparte em cada país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limiares abrangem as exposições a entidades constituídas localmente e as filiais de sociedades multinacionais estrangeiras, bem como empresas com uma dependência económica ou operacional significativa de um país específico, embora sejam constituídas externamente. Além disso, os limites do risco de diferenças são definidos para controlar o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país. Como tal, para efeitos de gestão do risco, a agregação de exposições entre países segue uma visão de risco interna que pode diferir da visão da exposição geográfica aplicada noutro ponto do presente relatório. Além do risco de crédito, o quadro de risco de país do banco inclui limiares para posições de negociação que medem o valor de mercado agregado das posições de risco de crédito negociadas. Para mercados emergentes, são também definidos limiares para medir o impacto dos resultados em cenários de esforço específicos por país nas posições de negociação em toda a carteira do banco. São ainda definidos limites para capital e exposição de financiamento intragrupo de entidades do Deutsche Bank nos países supramencionados devido ao risco de transferência inerente nestas posições transfronteiriças. Os principais riscos não financeiros são acompanhados de perto e

tidos em conta na fixação dos limiares financeiros, sempre que necessário. As notações de risco de país do Deutsche Bank representam um instrumento fundamental da sua gestão do risco de país. Estes incluem:

- Notação soberana (definida e gerida pela ERM Risk Research): Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira
- Notação de risco de transferência (definida e gerida pela ERM Risk Research): Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos, anualmente.

Gestão do risco específico de produtos/classe de ativos

Em complemento da abordagem do risco de contraparte, setorial e de país do banco, o Deutsche Bank está atento a determinadas concentrações de risco específico de produtos/classe de ativos e define limites ou limiares, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites de riscos específicos, em particular se uma concentração de transações de um tipo específico puder resultar em perdas significativas em determinadas condições. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto ou classe de ativo é sensível, ou outros fatores de risco comuns para essa classe de ativo.

Os negócios de Private Bank e alguns negócios de Corporate Bank do banco são geridos através de estratégias específicas de produtos que definem a apetência pelo risco relativamente a carteiras com características de risco de crédito semelhantes, como carteiras de retalho de créditos hipotecários e de consumo, bem como de produtos para clientes empresariais. As análises de risco são realizadas ao nível da carteira, incluindo uma maior discriminação por unidades de negócio, bem como por países/regiões. Em Wealth Management, são definidos níveis pretendidos para a concentração global em produtos, bem como baseados no tipo e na liquidez da garantia.

Subscrição de transações nos mercados de capitais

O banco centra-se especificamente nas transações com riscos de subscrição em que subscreve compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem o compromisso de fornecer empréstimos bancários para sindicância no mercado de capitais de dívida e empréstimos intercalares para a emissão de títulos. Os riscos inerentes de não ser bem-sucedido na distribuição das facilidades ou na colocação das notas incluem um atraso na distribuição, o financiamento de empréstimos subjacentes, bem como um risco na definição de preços, uma vez que alguns compromissos de subscrição estão adicionalmente expostos ao risco de mercado sob a forma de spreads de crédito alargados. Sempre que aplicável, o Deutsche Bank cobre dinamicamente este risco de spread de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Uma importante classe de ativos, na qual o Deutsche Bank está ativo em termos de subscrição, consiste nos empréstimos de alavancagem, os quais são principalmente executados através da divisão de Leveraged Debt Capital Markets. O modelo de negócio consiste numa abordagem focada em comissões à distribuição de compromissos de subscrição, principalmente sem financiamento, no mercados de capitais. Os riscos suprarreferidos relativos à distribuição e ao movimento de spreads de crédito aplicam-se a esta divisão. No entanto, são geridos com base num conjunto específico de limites nocionais e de risco de mercado. Estes últimos requerem que o negócio também garanta a cobertura das subscrições face a oscilações do mercado. O modelo baseado em comissões da divisão Leveraged Debt Capital Markets inclui uma abordagem restritiva às concentrações de risco de nome individual retidas no balanço do Deutsche Bank, o que resulta numa carteira global diversificada sem quaisquer concentrações materiais. A carteira no balanço a longo prazo resultante é também sujeita a um limite de crédito completo e a um quadro de cobertura.

O Deutsche Bank assume o risco de subscrição no que respeita aos créditos imobiliários comerciais. Principalmente na divisão de Commercial Real Estate do Investment Bank, onde os empréstimos podem ter origem com a intenção de titularizar nos mercados de capitais ou de sindicância a outros credores. Os riscos de subscrição inerentes suprarreferidos, como o atraso na distribuição e o risco de definição de preços, são geridos através de limites nocionais, limites de risco de mercado e de cobertura contra o risco de deslocações do mercado.

O Deutsche Bank também desenvolve uma importante atividade de subscrição através do seu gabinete de Debt Capital Markets, que se centra no apoio a empresas com grau de investimento e com notações cruzadas, geralmente no âmbito do financiamento de transações de fusões e aquisições. Estas exposições são normalmente empréstimos intercalares de 12 a 24 meses, que se espera sejam reembolsados por empréstimos em consórcio e/ou emissões nos mercados de capitais por parte do mutuário. O Deutsche Bank não assume o risco de colocação no mercado nem o risco de fixação de preços relativamente a estas exposições, mas enfrenta o risco de financiamento e o risco de crédito durante o período de vigência do compromisso, que são geridos através de limites de subscrição nocionais para o Grupo e de um quadro de concentração do sector.

Gestão do risco de mercado

Quadro de risco de mercado

A grande maioria dos negócios do Deutsche Bank está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das posições de negociação e investimento do Grupo. O risco pode decorrer de alterações nas taxas de juro, nos spreads de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado. O risco de mercado pode afetar as opiniões contabilísticas, económicas e regulamentares da exposição.

A Gestão do Risco de Mercado faz parte da função de risco independente do Deutsche Bank e está localizada dentro do grupo da Gestão do Risco de Mercado e Avaliações. Um dos principais objetivos da Gestão do Risco de Mercado é garantir que a exposição ao risco das unidades de negócio se encontra dentro dos limites de apetência pelo risco proporcionais à sua estratégia definida. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

O Grupo diferencia três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

- O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado e de facilitação a clientes das divisões do Investment Bank e do Corporate Bank. Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes
- O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação
- O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de movimentos do mercado, principalmente fora das atividades das unidades de negociação, na carteira bancária e em elementos extrapatrimoniais; inclui o risco de taxa de juro, o risco de spread de crédito, o risco de investimento e o risco cambial, bem como o risco de mercado decorrente dos regimes de pensões, dos fundos garantidos e da compensação por ações; o risco de mercado não relacionado com a negociação inclui também o risco decorrente da modelização dos depósitos dos clientes, bem como dos produtos de poupança e de empréstimo

O governo da Gestão do risco de mercado é concebido e desenvolvido para promover a supervisão de todos os riscos do mercado, a eficácia da tomada de decisões e uma atempada escalada à direção.

A Gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o risco de mercado do Grupo. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado através de uma análise ativa da carteira e da interação com as unidades de negócio.

Medição do risco de mercado

O Grupo tem o objetivo de medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que incorporam considerações contabilísticas, económicas e regulamentares.

Os riscos do mercado são medidos através de diversas métricas de risco desenvolvidas internamente e de estratégias de risco do mercado definidas pelo regulador.

Risco de mercado relacionado com a negociação

O nosso mecanismo principal de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de apetência pelo risco do banco, no qual o quadro limite é um componente chave. Assistido pela gestão do risco de mercado, o Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. A Gestão do risco do mercado atribui esta apetência global às divisões corporativas e às suas unidades de negócio individuais, com base em planos de negócio estabelecidos e acordados. O Deutsche Bank dispõe igualmente de direções da área de negócio alinhadas na gestão do risco de mercado que estabelecem limites de áreas de negócio, atribuindo o limite a carteiras individuais, regiões geográficas e tipos de riscos de mercado.

Os limites do valor em risco, capital económico e testes de esforço da carteira são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar importante da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço específicos da atividade. Além disso, são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, exposição, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de evento, tomando em consideração planos de negócio e a avaliação do risco em relação à rentabilidade.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente, consoante o instrumento de gestão do risco utilizado.

Modelos de risco de mercado desenvolvidos internamente

Valor em risco (VaR)

O VaR é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) das posições ao Justo valor devido a variações no mercado que não deverá ser excedida num determinado período e com um nível de confiança definido.

O valor em risco do Grupo para as atividades comerciais baseia-se num modelo de simulação histórica (abordagem de modelo interno) que utiliza predominantemente a reavaliação total, embora algumas carteiras continuem a ser baseadas numa abordagem de sensibilidade. A abordagem é utilizada tanto para a gestão do risco como para os requisitos de capital.

O VaR de gestão do risco é calibrado a um nível de confiança de 99 % e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao VaR reportado. Para efeitos de capital regulamentar, o modelo VaR é calibrado a um intervalo de confiança de 99% e um período de carência de dez dias.

O cálculo usa uma técnica de simulação histórica que utiliza um ano de dados históricos de mercado como dados de cálculo e correlações observadas entre os fatores de risco durante este período de um ano.

O modelo de VaR foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de swap/governo, curvas de crédito específicas por índices e emittentes, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de risco de segunda ordem, por exemplo, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de leasing de metais preciosos são também considerados no cálculo do VaR. A lista de fatores de risco incluída no modelo VaR é revista regularmente e melhorada como parte das avaliações de desempenho do modelo em curso.

O modelo incorpora tanto os impactos lineares como, especialmente para os derivados, os impactos não lineares predominantemente através de uma abordagem de reavaliação completa, mas também utiliza uma abordagem baseada na sensibilidade para determinadas carteiras. A abordagem de reavaliação completa utiliza as alterações históricas aos fatores de risco como dados para as funções de preços. Embora esta abordagem seja dispendiosa em termos de cálculo, dá uma visão mais precisa do risco de mercado para posições não lineares, especialmente em cenários de esforço. A abordagem baseada na sensibilidade utiliza sensibilidades para fatores de risco subjacentes, em combinação com alterações históricas desses fatores de risco.

É calculado um VaR separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de spread de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. O efeito de diversificação reflete o facto de o total do VaR num determinado dia ser inferior à soma dos VaR das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do VaR das classes de risco individuais para chegar a um VaR agregado implicaria o pressuposto de as perdas ocorrerem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O VaR permite ao Grupo aplicar uma medida consistente a todas as nossas exposições ao valor justo. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os resultados de negociação diários.

Ao utilizar resultados de VaR, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

- A utilização de dados históricos do mercado pode não ser um bom indicador de potenciais acontecimentos futuros, em especial os de natureza extrema; esta limitação "retrospectiva" pode fazer com que o VaR subestime as perdas potenciais futuras (como na crise do crédito financeiro de 2008/09), mas também pode fazer com que seja sobrestimado imediatamente após um período de tensão significativa (como na pandemia de COVID-19)
- O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em períodos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia
- O VaR não indica a perda potencial além do percentil 99
- O risco intradiário não está refletido no cálculo do VaR no final do dia
- Podem existir riscos na carteira de negociação ou bancária que não sejam totalmente captados no modelo VaR (parcialmente captados ou não captados de todo)

O processo de captar e avaliar sistematicamente os riscos atualmente não captados no modelo do VaR do banco foi desenvolvido e melhorado. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no modelo interno do banco. Os riscos não incluídos no VaR são monitorizados e avaliados regularmente, através do quadro Risco não incluído no VaR (RNIV). Este quadro também foi objeto de uma revisão significativa em 2020, que incluiu o alinhamento das metodologias com a abordagem de simulação histórica que, por sua vez, produz uma estimativa mais precisa da contribuição destes elementos em falta e da sua potencial capitalização.

O Deutsche Bank está empenhado no desenvolvimento contínuo dos modelos de risco internos e recursos substanciais são afetados à respetiva revisão, validação e melhoria.

Valor em risco em situação de esforço

O valor em risco em situação de esforço (SVaR) calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período de um ano de tensão de mercado significativa. O Grupo calcula uma medida de valor em risco em situações de tensão utilizando um nível de confiança de 99%. O VaR em esforço é calculado com um período de carência de dez dias. O cálculo do SVaR utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos e as correlações observadas de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da simulação histórica.

O processo de seleção do período de esforço para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na comparação do VaR calculado utilizando janelas de tempo históricas em comparação com o SVaR atual. Se uma janela histórica produzir um VaR superior ao SVaR atual, esta é investigado mais aprofundadamente e a janela de SVaR pode ser subsequentemente atualizada em conformidade. Este processo decorre numa base trimestral.

Durante 2023, o processo de seleção do período de esforço para o Grupo foi conduzido conforme descrito acima. Consequentemente, a janela SVaR utilizada em vários períodos em 2023 incluiu a crise financeira de 2008/09 e a crise soberana europeia de 2011/12.

Requisitos de capital para riscos adicionais

Os requisitos de capital para riscos adicionais captam os riscos de incumprimento e de migração do crédito nas posições sensíveis ao crédito da carteira de negociação. O Grupo utiliza uma simulação de Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira ao longo de um horizonte de capital de um ano sob uma abordagem de posição constante e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais.

O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo uma abordagem quantitativo preciso e consistente para todas as carteiras. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação, as maturidades, as notações com as correspondentes probabilidades de incumprimento e de migração e parâmetros que especificam correlações de emitentes.

Método padrão do risco de mercado

O Método Padrão do Risco de Mercado ("MRSA") é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos (testes de esforço da carteira, testes de esforço específicos individuais e cenários de risco de evento), contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo. Estes testes de esforço abrangem um vasto conjunto de gravidades concebidas para testar a estabilidade dos ganhos e a adequação de capital do banco.

Capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação

O modelo de capital económico do risco de mercado relacionado com a negociação do Deutsche Bank – VaR sob esforço com base em EC (SVaR com base em EC) – engloba dois componentes, a componente do "risco comum" que abrange os impulsionadores de risco em todos os negócios e a componente do "risco específico ao negócio", o que enriquece o Risco comum através de um conjunto de Testes de esforço específicos ao negócio. As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados. O risco comum é calculado utilizando uma versão aumentada do quadro SVaR, enquanto os Testes de esforço específicos ao negócio estão concebidos para captar os riscos mais diretamente relacionados com o produto/negócio (por exemplo, riscos de base complexa), bem como riscos superiores que não são captados no componente de risco comum. A CE baseada no SVaR utiliza o quadro de SVaR Monte Carlo.

Capital económico do risco de incumprimento negociado

O Capital económico do risco de incumprimento negociado capta as exposições a crédito relevantes nas nossas carteiras de negociação e bancárias ao justo valor. As exposições da carteira de negociação são monitorizadas através da gestão de risco de mercado, por meio de limiares de concentração de título único e de carteira que têm por base a notação, a dimensão e a liquidez. Estabelecem-se limiares à concentração de risco num único título para duas métricas fundamentais: Exposição ao incumprimento, ou seja, o impacto das perdas e ganhos de um incumprimento instantâneo à taxa de recuperação atual e o Valor de mercado equivalente a obrigação; ou seja, a exposição a incumprimento com recuperação a 0%. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

Relatórios de risco de mercado relacionado com a negociação

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Além disso, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a utilização de limites para cada proprietário do negócio.

Valorização prudente regulamentar de ativos executados pelo justo valor

Nos termos do Artigo 34.º do CRR, as instituições devem aplicar os requisitos de valorização prudente constantes no Artigo 105.º do CRR a todos os ativos medidos pelo justo valor e devem deduzir ao capital CET 1 o montante de qualquer valor de ajuste adicional necessário.

Determinámos o montante do valor de ajuste adicional com base na metodologia definida no Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2016/101.

Em 31 de dezembro de 2023, o montante do valor do ajuste adicional era de 1,7 mil milhões de euros. O montante em 31 de dezembro de 2022 era de 2,0 mil milhões de euros. A diminuição deveu-se predominantemente a uma combinação de alterações na exposição ao risco e a reduções na dispersão dos preços.

Em 31 de dezembro de 2023, a redução da perda esperada decorrente da subtração do valor do ajuste adicional era de 102 milhões de euros, o que mitigou parcialmente o impacto negativo do valor de ajuste adicional no nosso capital CET 1.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades fora das unidades de negociação, na carteira bancária, incluindo regimes de pensões e garantias, e de considerações sobre o diferente tratamento contabilístico das transações. Os principais fatores de risco de mercado a que o Grupo está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são o risco de taxa de juro (incluindo o risco de opcionalidade incorporada e alterações nos padrões comportamentais para determinados tipos de produtos), o risco de spread de crédito, o risco cambial (incluindo o risco cambial estrutural), o risco de ações (incluindo o risco relacionado com a compensação de ações e os investimentos em ações públicas e privadas, bem como em ativos imobiliários, infraestruturas e fundos).

Quanto aos riscos de mercado relacionados com a negociação, o quadro de apetência pelo risco e limite do Grupo também é aplicado para gerir a nossa exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação. A nível do grupo, as que são captadas pelo Conselho de Administração estabelecem limites para as exposições de captura de capital económico de risco de mercado a todos os riscos de mercado em todas as classes de ativos, bem como os limites baseados nos ganhos e no valor económico para o risco de taxa de juro nas carteiras bancárias. Esses limites são em cascata por gestão do risco de mercado até ao nível das divisões ou da carteira. O quadro-limite para a exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação é ainda complementado por um conjunto de testes de esforço específicos do negócio, limites de valor em risco e sensibilidade monitorizados diariamente ou mensalmente, dependendo da medida de risco utilizada.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

O risco de taxa de juro na carteira bancária (IRRBB) é o risco atual ou potencial, quer para o capital quer para os ganhos do Grupo, resultante de várias variações nas taxas de juro, que afetam as exposições da carteira bancária do Grupo. Este inclui risco de diferenças que resulta da estrutura temporal dos instrumentos da carteira bancária, risco de base que descreve o impacto de alterações relativas nas taxas de juro para instrumentos financeiros cujo preço é estabelecido utilizando diferentes curvas de taxa de juro, bem como risco de opção que resulta de posições em derivados de opções ou de elementos opcionais incorporados em instrumentos financeiros.

O Grupo gere as respetivas exposições ao IRRBB utilizando o valor económico e medidas baseadas nos lucros. A função de Tesouraria do Grupo está mandatada para gerir centralmente o risco de taxa de juro, com a Gestão de Risco de Mercado a atuar como 2.^a Linha de Defesa (LoD), avaliando e desafiando de forma independente a implementação do quadro e o cumprimento da apetência pelo risco. A Auditoria do Grupo, em sua função de "3.^a LoD", é responsável por garantir, de forma independente e objetiva, a adequação da conceção, eficácia operacional e eficiência do sistema de gestão do risco e dos sistemas de controlo interno. O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo ("ALCo") supervisiona e orienta a posição de risco de juro estrutural do Grupo, com particular ênfase nos riscos da carteira bancária e na gestão da margem financeira. O ALCo monitoriza a sensibilidade dos recursos financeiros e as métricas associadas aos parâmetros-chave do mercado, tais como curvas de taxas de juro, e supervisiona o cumprimento dos limites de recursos financeiros das divisões/do negócio.

As medidas baseadas no valor económico analisam a alteração no valor económico da carteira bancária de ativos, passivos e exposições extrapatrimoniais resultante de variações nas taxas de juro, independentemente do tratamento contabilístico. Assim, o Grupo mede a alteração no valor económico de capital (Δ EVE) como a diminuição máxima do valor económico da carteira bancária no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela EBA, além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco. Para a comunicação de cenários internos de esforço e apetência pelo risco, o Grupo aplica algumas hipóteses de modelização diferentes, tal como utilizadas nesta divulgação. Ao agregar o valor económico de capital Δ EVE através de diferentes divisas, o DB adiciona alterações negativas e positivas sem aplicar fatores de ponderação para alterações positivas. Além disso, o Grupo está a utilizar pressupostos de modelos comportamentais quanto à duração da taxa de juro do capital próprio, bem como depósitos sem prazo de vencimento de instituições financeiras.

As medidas baseadas nos lucros analisam a alteração esperada no rendimento de juros líquido (NII) resultante dos movimentos das taxas de juro ao longo de um horizonte temporal definido, em comparação com um cenário de referência definido. Por conseguinte, o Grupo mede o rendimento de juros líquido Δ NII como a redução máxima no âmbito dos seis cenários padrão definidos pela EBA, além dos cenários de esforço internos para finalidades de orientação do risco, em comparação com um cenário de curva de mercado implícito, ao longo de um período de 12 meses.

O Grupo emprega técnicas de mitigação para cobrir o risco de taxa de juro decorrente de posições não relacionadas com a negociação dentro de determinados limites. A taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação é gerida através dos mercados e investimentos de tesouraria. Por conseguinte, o Grupo utiliza derivados e aplica diferentes técnicas de contabilidade de cobertura, tais como contabilidade de cobertura do justo valor ou contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas no contexto da contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juro de referência.

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto.

A função de gestão do risco do modelo realiza uma validação independente de modelos utilizados para a medição do IRRBB, consoante todos os modelos de risco de mercado, em consonância com o quadro de governação do risco ao nível do grupo do Deutsche Bank.

O cálculo do VaR e das sensibilidades do risco de taxa de juro é realizado diariamente, ao passo que a medição e o reporte da taxa de juro de valor económico e o risco dos ganhos são realizados mensalmente. O Grupo utiliza, geralmente, os mesmos indicadores nos sistemas de gestão internos aplicáveis às divulgações no presente relatório.

Os pressupostos-chave de modelação do Deutsche Bank aplicam-se às posições nas divisões do Private Bank e Corporate Bank. Essas posições estão sujeitas a risco de alterações no comportamento dos clientes relativamente aos respetivos depósitos, bem como a produtos de crédito. O Grupo testa regularmente os pressupostos e atualiza-os quando necessário, seguindo um processo de governação definido. Em particular, o Grupo alterou os seus pressupostos durante a fase inicial de subida das taxas de juro, em que se observou uma reavaliação mais lenta dos depósitos do que o previsto.

O Grupo gere a exposição ao risco de taxa de juro dos depósitos sem prazo de vencimento através de uma abordagem de carteira de replicação para determinar a maturidade média de fixação de novos preços da carteira. Para efeitos de criação da carteira de replicação, a carteira de depósitos sem prazo de vencimento é agregada por dimensões tais como a divisão, a divisa, o produto e a localização geográfica. As principais dimensões que influenciam a maturidade de fixação de novos preços são a elasticidade das taxas de depósito face a taxas de juro do mercado, a volatilidade dos saldos dos depósitos e o comportamento observável do cliente. Para o período de relato, a maturidade média de fixação de novos preços atribuída em todas essas carteiras de replicação é de 2,40 anos, utilizando o Deutsche Bank 15 anos como a maturidade de fixação de novos preços mais longa.

Nos produtos de crédito e em alguns dos produtos de depósito a prazo, o Deutsche Bank considera o comportamento de pré-pagamento/retirada antecipado dos seus clientes. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas.

Além disso, o Grupo geralmente calcula os indicadores relacionados com o IRRBB nas divisas contratuais e agrega os indicadores resultantes para efeitos de relato. Ao calcular os indicadores baseados no valor económico, a margem comercial é excluída para os componentes materiais do balanço.

Risco de spread de crédito na carteira bancária

O Deutsche Bank está exposto a risco de spread de crédito de obrigações detidas na carteira bancária, principalmente como parte da carteira de reservas de liquidez da Tesouraria. O risco de spread de crédito na carteira bancária é gerido pelos negócios, com a Gestão do Risco de Mercado a agir como função de supervisão independente, assegurando que a exposição está dentro da apetência pelo risco aprovada. Esta categoria de risco está estreitamente associada ao risco de taxa de juro na carteira bancária, uma vez que as alterações na qualidade creditícia aparente de instrumentos individuais podem resultar em flutuações nos spreads relativos às taxas de juro subjacentes. O cálculo das sensibilidades do spread de crédito e do valor em risco para a exposição ao spread de crédito é, em geral, realizado diariamente, sendo a medição e a comunicação de capital económico e os testes de esforço realizados mensalmente.

Risco cambial

O risco cambial decorre das posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, que são expressas em divisas distintas da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação do Investment Bank, sendo conseqüentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma divisa, para que apenas subsista um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e comunicação geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial aberto não relacionado com a negociação resulta da conversão cambial do capital local para a moeda de relato do Grupo e de posições de cobertura de capital relacionadas. Assim, são assumidas posições longas abertas para um número selecionado de moedas relevantes por forma a imunizar a sensibilidade do rácio de capital do Grupo contra alterações nas taxas de câmbio.

Risco de capital e de investimento

O risco de capital não relacionado com a negociação decorre predominantemente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária e dos nossos planos de remuneração em capital.

As participações de investimento de capital do Deutsche Bank não consolidadas na carteira bancária são categorizadas em ativos de investimento estratégicos e alternativos. Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a franquia de negócio do banco e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os principais investimentos são investimentos diretos em capital privado, imobiliário, capital de risco, fundos de cobertura ou fundos mutualistas, ao passo que os ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários são de natureza não estratégica.

As propostas de investimento para investimentos estratégicos, bem como a monitorização dos progressos e do desempenho em relação a objetivos assumidos são avaliadas pela Comissão de Investimento do Grupo. Consoante a sua dimensão, os investimentos estratégicos podem exigir a aprovação da Comissão de investimentos do Grupo, do Conselho de Administração ou do Conselho de Fiscalização.

A Gestão de risco de crédito em investimentos de capital é responsável pela governação e monitorização relacionadas com o risco das atividades de ativos alternativos. A revisão dos compromissos de investimento em capital novos ou aumentados

é tarefa do Grupo de Aprovação do Compromisso de Investimento em capital, criado pelo Comité de Risco Empresarial como fórum de gestão do risco para investimentos de ativos alternativos. O Grupo de Aprovação do Compromisso de Investimento em capital aprova os investimentos sob a sua autoridade ou recomenda decisões acima da sua autoridade ao Conselho de Administração para aprovação. O Conselho de Administração também fixa limites de investimento para divisões e várias carteiras de risco, mediante recomendação do Comité de Risco Empresarial.

As participações de investimentos de capital são incluídas em testes de esforço regulares a nível do grupo e nos cálculos mensais de capital económico de risco de mercado.

Risco de pensões

O Grupo está exposto a riscos de mercado decorrentes de planos de pensões de benefícios prestação definida para colaboradores atuais e antigos. Os riscos de mercado nos planos de pensões materializam-se devido a um potencial declínio no valor de mercado dos ativos do plano ou a um aumento do valor atual das responsabilidades com pensões de cada um dos planos de pensões. A Gestão do Risco de Mercado é responsável por uma medição, monitorização, informação e controlo regulares dos riscos de mercado do lado do ativo e do passivo dos planos de pensões de prestação definida. Assim, os riscos de mercado nos planos de pensões incluem, mas não estão limitados ao risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de spread de crédito, risco de ações e risco de longevidade. Para mais detalhes sobre as obrigações com pensões de benefícios definidos do Grupo e a sua gestão, consulte a Nota 33 “Benefícios de colaboradores” na secção “Notas às demonstrações financeiras consolidadas”.

Outros riscos na carteira bancária

Os riscos de mercado do negócio de Asset Management resultam sobretudo de fundos ou contas de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos fundos do banco.

Capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação

O capital económico do risco de mercado não relacionado com a negociação é calculado através da aplicação da metodologia padrão de capital económico do risco de mercado negociado ou através da utilização de modelos de risco de mercado não negociado específicos de cada classe de risco e que consideram, entre outros fatores, movimentos historicamente observados no mercado, a liquidez de cada classe de ativos e as alterações no comportamento dos clientes relativamente aos produtos de depósitos.

Gestão do risco operacional

Quadro de gestão do risco operacional

O Deutsche Bank aplica a definição de risco operacional do conjunto único de regras da Autoridade Bancária Europeia: Por risco operacional entende-se o risco de perdas decorrentes de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos. O risco operacional inclui riscos jurídicos, mas exclui riscos de negócio e de reputação, e está incorporado em todos os produtos e atividades bancários." O risco operacional forma um subconjunto dos riscos não financeiros do banco.

A apetência pelo risco operacional do Deutsche Bank estabelece a quantidade de risco operacional que o banco está disposto a aceitar em consequência da sua atividade. O banco assume riscos operacionais conscientemente, quer a nível estratégico, quer nos negócios diários. Embora o banco não tenha qualquer apetência por determinados tipos de eventos de risco operacional (tais como violações de leis ou regulamentos e conduta imprópria), noutros casos, uma determinada quantidade de risco operacional tem de ser aceite se o banco pretender alcançar os seus objetivos de negócio. No caso de o risco residual ser avaliado como estando fora da apetência pelo risco, têm de ser tomadas medidas de redução do risco, incluindo a reparação dos riscos, o seguro dos riscos e a cessação da atividade.

O Quadro de Gestão do Risco Operacional é um conjunto de ferramentas e processos inter-relacionados que são utilizados para identificar, avaliar, mitigar e monitorizar os riscos operacionais do banco. As suas componentes foram concebidas para funcionar em conjunto de modo a proporcionar uma abordagem exaustiva com base no risco à gestão da maioria dos riscos operacionais materiais do banco. As componentes do Quadro de Gestão do Risco Operacional incluem a abordagem do Grupo para definir a apetência pelo risco operacional e cumpri-la, o tipo de risco operacional e taxonomias de controlo, as políticas e os procedimentos para processos de gestão do risco operacional, incluindo as respetivas ferramentas e o modelo de capital de risco operacional do banco.

Estrutura organizativa e de governo

Embora a gestão diária do risco operacional seja a principal responsabilidade das divisões e cargos da infraestrutura do banco, onde estes riscos são gerados, o Quadro de Gestão do Risco Não Financeiro (NFRM) supervisiona a gestão do risco operacional ao nível do Grupo, identifica e comunica concentrações de risco e promove uma aplicação coerente do Quadro de Gestão do Risco Operacional em todo o banco. A NFRM faz parte da função de risco do Grupo, o Gabinete de Risco, dirigido pelo Diretor de Risco.

O Diretor de Risco nomeia o diretor do NFRM, responsável pela conceção, supervisão e manutenção de um Quadro de Gestão do Risco Operacional do Grupo eficaz, eficiente e conforme às regulamentações, incluindo o modelo de capital de risco operacional. O diretor da NFRM monitoriza e desafia a implementação do Quadro de Gestão do Risco Operacional a nível do Grupo, além de monitorizar os níveis de risco globais face à apetência pelo risco operacional do banco.

O Comité de Risco Não Financeiro, presidido pelo Diretor de Risco, é responsável pela supervisão, governo e coordenação da gestão do risco operacional no Grupo, em nome do Conselho de Administração, através do estabelecimento de uma perspetiva transversal e holística ao risco dos riscos operacionais do Grupo. As suas funções de tomada de decisões e relativas a políticas incluem a análise, aconselhamento e gestão de todas as questões de risco operacional que possam ter impacto no perfil de risco das divisões e cargos da infraestrutura. Vários subfóruns com participantes da 1.ª e 2.ª LoD apoiam o Comité de Risco Não Financeiro para cumprir eficazmente o respetivo mandato. Adicionalmente ao Comité de Risco Não Financeiro ao nível do Grupo, as divisões estabeleceram fóruns de risco não financeiro da 1.ª LoD para a supervisão e gestão dos riscos operacionais nos vários níveis da organização.

A governação dos riscos operacionais segue a abordagem 3LoD do banco para gerir todos os seus riscos, quer sejam financeiros ou não financeiros. O Quadro de Gestão do Risco Operacional estabelece os padrões de governação do risco operacional, incluindo as funções centrais da 1.ª e 2.ª LoD e as respetivas responsabilidades, para assegurar uma gestão de risco eficaz e uma contestação independente apropriada:

Requisitos de risco operacional para a 1.ª LoD: Os proprietários do risco, como a 1.ª LoD, têm total responsabilidade pelos seus riscos operacionais e efetuam a respetiva gestão face a uma apetência pelo risco definida.

Os proprietários do risco são as funções do banco cujas atividades geram – ou estão expostas a – riscos operacionais. Enquanto diretores de divisões e cargos da infraestrutura, eles determinam a estrutura organizacional adequada para identificar o perfil de risco operacional, gerir ativamente estes riscos na sua organização, tomar decisões de negócio quanto à mitigação ou aceitação de riscos operacionais para garantir que estes se mantêm dentro da apetência pelo risco e estabelecer e manter os controlos da 1.ª linha de defesa.

Requisitos de risco operacional para a 2.^a LoD: Os Controladores do Tipo de Risco atuam como as funções de controlo da 2.^a LoD para todos os tipos de subrisco sob o tipo de risco principal "Risco operacional".

Os Controladores do Tipo de Risco estabelecem o quadro e definem as declarações de apetência pelo risco ao nível do Grupo para o tipo de risco operacional específico que supervisionam. Os Controladores do Tipo de Risco definem os padrões mínimos de controlo e gestão do risco e supervisionam e contestam de forma independente a implementação destas normas por parte dos proprietários do risco nos seus processos diários, bem como as suas atividades de assunção e gestão do risco. Os Controladores do Tipo de Risco oferecem supervisão do risco operacional e preparam relatórios de perfis de tipo de risco. Os Controladores do Tipo de Risco monitorizam o perfil do tipo de risco face à apetência pelo risco e têm direito de veto nas decisões de risco que levam a violações previsíveis da apetência pelo risco. Como especialistas em tipos de risco, os Controladores do Tipo de Risco definem o tipo de risco e a sua taxonomia e apoiam e facilitam a implementação do quadro do tipo de risco na 1.^a LoD. Para manter a sua independência, as funções de Controlador do Tipo de Risco estão localizadas apenas nas funções de infraestrutura.

Os requisitos do risco operacional para a NFRM como o Controlador do Tipo de Risco para o tipo de risco principal "Risco operacional": Como função de Controlador do Tipo de Risco/controlo de risco para o risco operacional, a NFRM estabelece e mantém o Quadro de Gestão do Risco Operacional abrangente e determina o nível adequado de capital para sustentar o risco operacional do Grupo.

- Como função de controlo de risco da 2.^a LoD, a NFRM define a abordagem do banco à apetência pelo risco operacional e monitoriza a sua adesão, violações e consequências; a NFRM é revisor independente e desafiador das avaliações de risco e controlo da 1.^a LoD e das atividades de gestão de risco relacionadas com o perfil de risco operacional holístico de uma unidade (enquanto os Controladores de Tipo de Risco monitorizam e desafiam as atividades relacionadas com os seus tipos de risco específicos). A NFRM supervisiona os planos de mitigação de riscos e de controlo para que o risco operacional do banco atinja a sua apetência pelo risco, sempre que necessário; também estabelece e comunica regularmente o perfil de risco operacional do banco e os principais riscos operacionais, ou seja, os riscos operacionais materiais do banco que estão fora da apetência pelo risco
- Como especialista na matéria para risco operacional, a NFRM fornece perspetivas de risco independentes para facilitar a gestão relacionada com o futuro de riscos operacionais, envolve-se ativamente com os proprietários do risco (1.^a linha de defesa) e facilita a implementação de padrões de gestão e controlo do risco em todo o banco
- A NFRM é responsável pela conceção, implementação e manutenção da abordagem para determinar o nível adequado de capital necessário para o risco operacional, para recomendação ao Conselho de Administração; isto inclui o cálculo e a afetação da procura de capital para o risco operacional e a perda esperada ao abrigo do Método de Medição Avançada (AMA)

Gestão do risco operacional

Para gerir o vasto leque de tipos de subriscos subjacentes ao risco operacional, o Quadro de Gestão do Risco Operacional fornece um conjunto de ferramentas e processos que se aplicam a todos os tipos de risco operacional em todo o banco. Estas ferramentas e processos permitem ao banco determinar o perfil de risco operacional em relação à sua apetência pelo risco para o risco operacional, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco.

Em 2023, o banco continuou a amadurecer a gestão do risco operacional, integrando e simplificando ainda mais o processo de gestão do risco. Este foi alcançado através da melhoria do inventário de controlos centrais do banco, da atualização da aplicação utilizada para analisar os eventos de perda de risco operacional, integrando a funcionalidade "ensinamentos retirados", da introdução de zonas de tolerância ao risco residual no quadro de apetência pelo risco e do alargamento da monitorização da adesão ao quadro de modo a abranger também as atividades da 2.^a LoD

Recolha de dados de perdas: Os dados relativos aos eventos de risco operacional externos (com um impacto na demonstração de resultados ≥ 10.000 €) são validados de forma independente e atempada. Os eventos materiais de risco operacional levam a ensinamentos retirados bem definidos e análises de comparação, os quais são realizados na 1.^a LoD, em estreita colaboração entre parceiros de negócio, controlo do risco e outras funções de infraestrutura. As avaliações dos ensinamentos retirados analisam os motivos dos eventos importantes de risco operacional, identificam as respetivas causas principais e documentam as medidas de correção adequadas para reduzir a probabilidade da respetiva recorrência. As análises de comparação têm em conta as conclusões do processo de ensinamentos retirados e procuram analisar a existência noutras áreas do banco, mesmo que ainda não tenham resultado em problemas ou perdas, de riscos semelhantes e deficiências no controlo identificados numa análise de ensinamentos retirados. Tal permite que sejam tomadas medidas de prevenção. Em 2023, a funcionalidade de documentação de ensinamentos retirados foi integrada na aplicação de gestão de eventos (EMApp) de risco operacional, permitindo uma ligação técnica direta ao evento de risco operacional subjacente e uma melhor monitorização, governação e comunicação dos ensinamentos retirados.

Análise de cenários: O perfil de risco operacional é complementado e ainda mais reforçado pela incorporação da análise de cenários exploratórios nas atividades diárias de gestão do risco. A análise de cenários é utilizada como uma ferramenta de identificação e gestão do risco que permite aos proprietários do risco e aos controladores do tipo de risco explorar a exposição potencial ao risco como base para identificar potenciais lacunas no perfil de risco operacional existente nos bancos. Além disso, é utilizada como um contributo para o cálculo do capital de risco operacional do banco. As histórias dos cenários baseiam-se em perdas internas, análises de riscos emergentes, principais riscos e concentrações de riscos e nas conclusões, bem como na análise de eventos externos de perda de risco operacional entre pares. As informações de eventos de perda atuais e potenciais futuros são utilizadas de forma sistêmica para identificar suscetibilidades temáticas e procuramos ativamente reduzir a probabilidade de incidentes semelhantes, por exemplo, através de análises profundas ou revisões do perfil de risco. Em 2023, o processo de análise de cenários foi reforçado através de um maior rigor nas funções e responsabilidades da 1.ª e 2.ª LoD na execução de cenários, e a análise de cenários continua a desempenhar um papel importante nos exercícios de resiliência operacional, em especial na avaliação dos impactos de temas de risco emergentes. Além disso, foram iniciados trabalhos que permitirão a realização de análises de cenários na aplicação de gestão de eventos (EMApp), a fim de automatizar a captura, a governação e a comunicação.

Avaliação e controlo de risco: O processo de avaliação e controlo do risco é composto por várias avaliações ascendentes dos riscos gerados pelas divisões e funções de infraestrutura, pela eficiência dos controlos implementados para a respetiva gestão e pelas medidas de correção necessárias para colocar os riscos dentro do perímetro da apetência pelo risco. O processo de avaliação e controlo do risco é realizado a nível empresarial global e, como tal, abrange todas as jurisdições. Foi concebido para ajudar a Direção a determinar se os riscos operacionais estão a ser geridos e controlados adequadamente através de uma abordagem de avaliação dinâmica que abrange todos os tipos de risco aplicáveis da Taxonomia do tipo de risco não financeiro (NFRTT) do Grupo. O processo de avaliação e controlo do risco coloca uma maior ênfase na avaliação e mitigação dos riscos que estão fora da apetência e dos riscos que conduzem a uma conduta antiética e inadequada no mercado dentro do banco.

Principais riscos: O processo de Principais riscos é um processo regular para identificar os riscos que suscitam maior preocupação no Grupo e nas divisões, para além de assegurar que existe uma atividade de correção proporcional associada para mitigar o risco. Os relatórios sobre os Principais riscos associados fornecem uma perspetiva do impacto dos programas de redução dos principais riscos, que incluem medidas de correção e melhorias de controlo planeadas, indicando o calendário previsto para a redução. Os relatórios também contêm os riscos emergentes e os assuntos que podem influenciar a população de principais riscos no futuro. O processo de identificação dos principais riscos está intimamente ligado à avaliação e controlo do risco e à apetência pelo risco, consumindo a exposição ao risco do primeiro e os níveis de apetência do segundo para ajudar a documentar a população de principais riscos.

Avaliação de riscos de transformação: Para identificar e gerir adequadamente os riscos das principais iniciativas de mudança dentro do banco, está em curso um processo de avaliação do risco de transformação para avaliar o impacto da transformação no perfil de risco e no ambiente de controlo do banco. A avaliação considera os impactos nos tipos de risco financeiro e não financeiro e é obrigatória para um subconjunto de iniciativas, categorizadas como resultados principais (normalmente inclui iniciativas regulamentares, migrações tecnológicas, iniciativas de correção, alterações estratégicas e organizacionais). Em 2023, o âmbito da avaliação do risco de transformação foi alargado de modo a abranger os futuros empreendimentos comuns e investimentos estratégicos do banco, a fim de aplicar os requisitos da política atualizada do banco em matéria de empreendimentos comuns e investimentos estratégicos.

Apetência pelo risco: A apetência pelo risco não financeiro reflete o montante do risco não financeiro que o banco está disposto a aceitar para prosseguir a sua estratégia. A estrutura de apetência pelo risco não financeiro fornece uma abordagem comum para definir o nível de apetência pelo risco em toda a empresa e monitorizar a exposição face a essa apetência. As métricas de apetência pelo risco de NFR são utilizadas para monitorizar o perfil de risco operacional em relação à apetência pelo risco definida do banco, e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Em 2023, foram introduzidas alterações na conceção que resultaram na introdução de zonas de tolerância ao risco residual que permitem uma articulação mais precisa da tolerância ao risco residual avaliado pelo processo de avaliação e controlo do risco. Isto introduz consequências definidas para determinadas combinações de probabilidade e gravidade do impacto para um determinado tipo de risco.

Conclusões e gestão de problemas: Os resultados e o processo de gestão de emissões permitem ao banco mitigar os riscos associados a fragilidades e deficiências de controlo conhecidas, e permite à administração tomar decisões baseadas no risco sobre a necessidade de remediação adicional ou aceitação do risco. Os resultados do processo de gestão de resultados devem ser capazes de demonstrar às partes interessadas internas e externas que o banco está a identificar ativamente os seus pontos fracos de controlo e a tomar medidas para gerir os riscos associados dentro de níveis aceitáveis de apetência pelo risco. Em 2023, a função de análise e aprovação da Auditoria do Grupo no ciclo de vida das questões auto-identificadas foi reforçada. Além disso, o âmbito da ligação "Resultados a controlar" foi alargado para abranger todos os tipos de risco e integrado na ferramenta de gestão de resultados.

Adesão ao quadro: A adesão ao Quadro de risco operacional é uma atividade fundamental para supervisionar, monitorizar e testar a conformidade com os requisitos dos componentes do Quadro NFR pelas principais partes interessadas. Os resultados da Adesão ao Quadro de risco operacional visam identificar proativamente as melhorias de implementação exigidas aos utilizadores do Quadro NFR e destacar potenciais melhorias na conceção do Quadro. Em 2023, a monitorização da adesão ao Quadro de risco operacional foi alargada de modo a abranger também as atividades da 2.ª LoD.

Quadros do tipo de risco operacional

O risco operacional é um tipo de risco na taxonomia de tipos de risco do Grupo. Juntamente com o risco de reputação, constitui o risco não financeiro. O Quadro de Gestão do Risco Operacional é um conjunto de ferramentas e processos interrelacionados que são utilizados para identificar, avaliar, medir, monitorizar e mitigar os riscos operacionais do Grupo Deutsche Bank, de acordo com uma definição regulamentar e industrial do conceito de risco operacional. Aplica-se aos subtipos de risco operacional a um nível mais granular e permite ao banco agregar e monitorizar o seu perfil de risco operacional. Estes tipos de subriscos operacionais são controlados por várias funções de infraestrutura e incluem o seguinte:

- O departamento de Compliance desempenha uma função de controlo independente de segundo nível que protege a licença do banco para operar, promovendo e fazendo cumprir a lei e impulsionando uma cultura de conformidade e conduta ética no banco; o departamento de Compliance assiste e desafia as divisões de negócios e trabalha com outras funções de infraestrutura e reguladores para estabelecer e manter uma abordagem baseada no risco para a gestão dos riscos de conformidade do banco, de acordo com a apetência pelo risco do banco e para ajudar o banco a detetar, mitigar e prevenir violações de leis e regulamentos; o departamento de Compliance desempenha as seguintes atividades principais: identificação, avaliação, atenuação, monitorização e comunicação dos riscos de conformidade; realiza controlos de segundo nível; os resultados destas avaliações e controlos são regularmente comunicados ao Conselho de Administração e ao Conselho de Fiscalização; o departamento de Compliance também assiste a equipa de Gestão da Regulamentação com o compromisso regulamentar.
- Os riscos de criminalidade financeira são geridos pela função de Combate à Criminalidade Financeira (AFC) através da manutenção e desenvolvimento de um programa específico; o programa de AFC baseia-se em requisitos regulamentares e de supervisão; a divisão de AFC definiu papéis e responsabilidades e estabeleceu funções específicas para a identificação e gestão dos riscos de criminalidade financeira resultantes do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo, do cumprimento de sanções e embargos, da facilitação da evasão fiscal, bem como de outras atividades criminosas, incluindo a fraude, o suborno, a corrupção e outros crimes; a AFC atualiza a sua estratégia de prevenção da criminalidade financeira através do desenvolvimento regular de políticas, processos e controlos internos, da avaliação dos riscos específicos da instituição e da formação do pessoal
- O Departamento Jurídico é uma função de infraestrutura totalmente independente, mandatada para prestar aconselhamento jurídico ao Conselho de Administração, ao Conselho de Fiscalização (limitado a questões que não deem origem a conflitos de interesses), às divisões corporativas e às funções de infraestrutura, e para apoiar o Conselho de Administração na definição e proteção do quadro de governo da sociedade do banco e gerir o quadro de governo da sociedade jurídica do banco, o risco jurídico antitrust e o risco de privacidade dos dados
O Departamento Jurídico exerce o seu mandato através das seguintes responsabilidades:
 - Aconselhar o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização sobre aspetos jurídicos relacionados com as respetivas atividades
 - Prestar assessoria jurídica a todas as unidades do Deutsche Bank para facilitar o cumprimento dos requisitos legais e regulamentares relacionados com as respetivas atividades
 - Apoiar outras unidades do banco na gestão das interações do Grupo Deutsche Bank com autoridades reguladoras
 - Contratar e gerir advogados externos utilizados pelo Grupo Deutsche Bank (em conjunto com a equipa de Gestão de Consultores Externos na Gestão e Exame Regulamentar)
 - Gerir todas as questões regulamentares relacionadas com litígio e outras questões controversas do Grupo Deutsche Bank (incluindo questões controversas de RH) e gerir a resposta do Grupo Deutsche Bank a investigações de execução regulamentar externas
 - Estabelecer processos adequados para a preparação, análise e execução de documentação transacional
 - Conservar de documentos no âmbito da gestão de assuntos contínuos através da emissão de retenções legais
 - Fornecer aconselhamento relativamente aos aspetos legais das investigações internas
 - Definir o quadro de governação global para o Grupo Deutsche Bank, facilitar a sua aplicação nas diversas unidades e avaliar a respetiva implementação
 - Desenvolver e garantir as estruturas de governação corporativa eficientes adequadas para apoiar na tomada de decisões eficientes, para alinhar o risco e a responsabilidade com base em cargos e responsabilidades coerentes e bem definidos
 - Manter o quadro do Grupo Deutsche Bank no que respeita às políticas, procedimentos, enquadramento e principais documentos operacionais e atuar, em particular, como guardião dos mesmos
 - Definir o quadro para o estabelecimento, a composição e o funcionamento dos órgãos de decisão conjuntos, assegurar a sua implementação coerente e fornecer um quadro e plataformas para uma documentação sustentável e auditável dos eventos decisórios, permitindo a rápida recuperação central da informação
 - Definir o quadro e facilitar os processos de aprovação de entidades jurídicas
 - Aconselhar sobre tópicos do governo da sociedade interno para assegurar a implementação dos quadros de governação, incluindo a análise de leis e regulamentos específicos de governo da sociedade, a interação com as autoridades de fiscalização sobre tópicos relacionados com o governo da sociedade interno e o desenvolvimento contínuo de soluções para temas organizacionais/estruturais do Grupo Deutsche Bank

- Aconselhar sobre leis, regras e regulamentação em matéria de privacidade de dados e manter o quadro de risco e controlo de privacidade de dados do Grupo Deutsche Bank
- Garantir a qualidade adequada em relação a todas as atividades supra referidas
- Os processos de aprovação de novos produtos e de revisão sistemática de produtos do Deutsche Bank constituem um quadro de controlo concebido para gerir os riscos associados a novos produtos e serviços e à gestão do seu ciclo de vida; estes processos são supervisionados pela Governação de Produtos, no âmbito da função de Risco Não Financeiro; os produtos e serviços existentes são revistos em ciclos de um a três anos, a fim de avaliar se continuam a ser adequados à sua finalidade e se são coerentes com as características e objetivos dos respetivos mercados-alvo; cada produto ou serviço deve ser patrocinado por um Diretor executivo da empresa, que é o responsável máximo pelo mesmo; as infrações aos requisitos de aprovação de novos produtos são abrangidas pelo processo de gestão das consequências de sinais de alerta do banco
- O seu mandato inclui a supervisão de segunda linha dos controlos sobre as atividades de processamento de transações, bem como os riscos de infraestrutura para evitar a interrupção da tecnologia ou dos processos, manter a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados, registos e segurança da informação, e garantir que as divisões de negócio e as funções de infraestrutura dispõem de planos sólidos para recuperar processos e funções de negócio críticos em caso de interrupção, incluindo falhas técnicas ou de edifícios, ou os efeitos de um ciberataque ou de uma catástrofe natural, bem como qualquer risco de segurança física; o controlador do tipo de risco da NFRM gere igualmente os riscos decorrentes dos compromissos assumidos com fornecedores internos e externos do banco, através da disponibilização de um quadro abrangente de gestão do risco de terceiros

Medição dos riscos operacionais

O Deutsche Bank calcula e mede os requisitos de capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando o Método de Medição Avançada (AMA). O cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas. Os prejuízos brutos de dados históricos internos e externos de perda (dados de consórcio da Operational Riskdata eXchange Association (ORX)), complementados com dados de cenários, são utilizados para estimar o perfil de risco (ou seja, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). O modelo de abordagem de distribuição de perdas inclui conservadorismo, ao reconhecer as perdas em eventos ocorridos em vários anos como eventos únicos no perfil de perda histórico.

No seio do modelo de abordagem de distribuição de perdas, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo de um horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é atribuído a cada uma das divisões, tendo em consideração os ajustes qualitativos e após a dedução das perdas esperadas.

Os requisitos regulamentares e de capital económico para o risco operacional derivam do percentil de 99,9%; consulte a secção "Adequação de capital interno" para mais pormenores. Tanto os requisitos de capital regulamentar como económico são calculados para o horizonte temporal de um ano.

Os cálculos de capital regulamentar e económico são realizados trimestralmente. O NFRM estabelece e mantém a abordagem de quantificação da procura de capital e garante que estão implementados os processos de desenvolvimento, validação e alteração adequados, enquanto a validação é realizada por uma função independente e em linha com o processo de gestão do risco de modelo do Grupo.

Fatores da evolução do capital de risco operacional

De acordo com o cálculo do capital AMA, a procura de capital para o risco operacional do Deutsche Bank é impulsionada predominantemente por eventos de perdas internas históricas. Tendo em conta a relevância dos riscos jurídicos no perfil de risco operacional do banco, é dedicada especial atenção à gestão e medição dos processos civis e questões de execução regulamentar em curso, em que o banco depende de informação de fontes de dados internas e externas para considerar evoluções em matérias jurídicas que afetam especificamente o banco, mas também a atividade bancária no seu todo. Refletindo a natureza multianual dos processos legais, a avaliação destes riscos tem também em conta níveis de alteração da certeza, captando os riscos em várias fases ao longo do ciclo de vida de uma questão jurídica.

Conceitualmente, o banco avalia o risco operacional, incluindo o risco jurídico, determinando as perdas de riscos operacionais anuais que não serão excedidas com uma determinada probabilidade. Este montante de perdas resulta de uma componente que, devido aos critérios IFRS, é refletida nas demonstrações financeiras do banco e de uma componente para além do montante refletido como provisões nas demonstrações financeiras do banco.

As perdas legais que o banco prevê com uma probabilidade de mais de 50% já se encontram refletidas nas demonstrações financeiras do grupo nos termos da IFRS. Estas perdas incluem alterações líquidas em provisões para processos novos e existentes num período específico em que as perdas são consideradas prováveis e são mensuráveis de forma fiável em conformidade com a IAS 37.

As perdas legais incertas que não se encontram refletidas nas demonstrações financeiras do banco como provisões porque não cumprem os critérios de reconhecimento de acordo com a IAS 37 são consideradas como procura de capital regulamentar ou económico.

Para quantificar as perdas de litígio no modelo AMA, o banco tem em conta as perdas, provisões e passivos contingentes históricos e as previsões jurídicas. As previsões jurídicas são normalmente constituídas por intervalos de potenciais perdas que cobrem os riscos de saídas superiores à provisão e os ajustamentos topside considerados remotos ou relacionados com questões ainda desconhecidas. Essas previsões podem resultar de questões jurídicas correntes e novas que são analisadas, pelo menos, trimestralmente pelos advogados responsáveis pelas questões jurídicas.

As previsões jurídicas são incluídas nos "Dados de perdas relevantes" utilizados no modelo AMA. O intervalo de projeção das previsões jurídicas não está limitado ao horizonte temporal de capital de um ano, vai para além disso e assume de forma conservadora a liquidação antecipada das perdas subjacentes no período de relato, considerando assim a natureza multianual das questões jurídicas.

Gestão do risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da potencial incapacidade do Grupo Deutsche Bank de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou sem incorrer em custos excessivos. A taxonomia de risco do Grupo distingue dois aspectos do risco de liquidez: Risco de liquidez a curto prazo e risco de financiamento estrutural, ambos integrados num quadro de gestão do risco de liquidez. O seu objetivo é assegurar que são estabelecidos todos os controlos e governação necessários dentro do Grupo para cumprir as suas obrigações de pagamento a todo o momento (incluindo intradia) e para gerir os seus riscos de liquidez e de financiamento dentro da apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração, ao executar o plano estratégico. O quadro considera motores relevantes e significativos do risco de liquidez, quer estes se encontrem no balanço ou sejam extrapatrimoniais.

Quadro de risco de liquidez e de financiamento

O Conselho de Administração define a estratégia do risco de liquidez e financiamento do Grupo e estabelece a apetência pelo risco, com base nas recomendações efetuadas pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco do Grupo. O Conselho de Administração analisa e aprova a apetência pelo risco pelo menos anualmente. A apetência pelo risco é aplicada ao Grupo e às principais entidades de liquidez específicas, por exemplo, o Deutsche Bank AG, para monitorizar e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Grupo.

O Quadro de gestão do risco de liquidez define a organização das funções de gestão de liquidez em alinhamento com a estrutura de três linhas de defesa, que é descrita na "Política de gestão de risco". As Divisões corporativas e a Tesouraria constituem a primeira linha de defesa, responsável pela execução das medidas necessárias para gerir da forma mais eficaz a liquidez do Grupo e orientar as atividades comerciais. O risco compreende a segunda linha de defesa, responsável pela definição do quadro de gestão do risco de liquidez, fornecendo supervisão independente do risco, desafio e validação das atividades conduzidas pela primeira linha de defesa, incluindo o estabelecimento da apetência pelo risco. A Auditoria do Grupo constitui a terceira linha de defesa, responsável pela supervisão das atividades da primeira linha de defesa e da segunda linha de defesa.

O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo é o órgão de governação decisivo do Grupo, mandatado pelo Conselho de Administração para otimizar a origem e a implementação do balanço e dos recursos financeiros do Grupo em linha com a apetência pelo risco e estratégia de risco do Conselho de Administração. O Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo tem a responsabilidade global de definir, aprovar e otimizar a estratégia de financiamento do Grupo. No que diz respeito à segunda linha de defesa, o Comité de Risco do Grupo é mandatado pelo Conselho de Administração com autoridade para tomar decisões relativas a tópicos importantes relacionados com o risco. Além disso, analisa e recomenda itens para aprovação pelo Conselho de Administração, incluindo princípios-chave de gestão do risco, a declaração de apetência pelo risco do Grupo, o plano de recuperação, o plano de financiamento de contingência, parâmetros abrangentes de apetência pelo risco e indicadores de recuperação e de escalada.

Os princípios de gestão do risco de liquidez do Grupo estão documentados na "Política de gestão do risco de liquidez" e o enquadramento é descrito nos documentos "Enquadramento global do risco de liquidez" e "Enquadramento global do risco de financiamento". Tanto a política como os documentos de enquadramento aderem e articulam a forma como as oito práticas fundamentais de gestão do risco são aplicadas ao risco de liquidez, nomeadamente a governação do risco, a organização do risco (3 linhas de defesa), a cultura do risco, a apetência e a estratégia do risco, a identificação e avaliação do risco, a atenuação e os controlos do risco, a medição e a comunicação do risco, o planeamento e a execução do esforço. As funções e responsabilidades individuais são definidas e documentadas na Matriz de responsabilidade global, que proporciona maior clareza e transparência sobre as funções e responsabilidades a todas as partes interessadas envolvidas. Todas as políticas e procedimentos adicionais (tanto globais como locais) emitidos pelas funções de gestão do risco de liquidez definem em maior detalhe os requisitos específicos para as práticas de risco de liquidez. Estão subordinados à "Política de gestão do risco de liquidez" e estão sujeitos às normas que esta estabelece.

De acordo com o Processo de análise e avaliação para fins de supervisão do Banco Central Europeu (e o requisito revisto do Processo de autoavaliação da adequação da liquidez interna emitido em novembro de 2018), o Grupo implementou um Processo de autoavaliação da adequação da liquidez interna, que é avaliado, documentado e revisto, pelo menos, anualmente e aprovado pelo Conselho de Administração.

Como parte de um processo de planeamento estratégico anual, a Tesouraria projeta o desenvolvimento das principais métricas de liquidez e financiamento, incluindo a exposição ao dólar dos Estados Unidos, com base nas atividades de negócio antecipadas, de modo a assegurar que o plano estratégico pode ser executado em conformidade com a apetência pelo risco do Banco.

Apetência pelo risco e definição de controles

A apetência pelo risco de liquidez do Grupo, que é definida através de princípios qualitativos e de métricas de apoio quantitativas, está definida na “Declaração de apetência pelo risco” e está sujeita às normas estabelecidas na “Política de apetência pelo risco”. Esta Declaração de apetência pelo risco é ainda apoiada pelo quadro de controlos do risco de liquidez, que consiste em “limites-chave” baseados na apetência pelo risco, bem como num conjunto de limites adicionais, limiares e indicadores de alerta precoce.

O Deutsche Bank implementou um quadro específico de apetência pelo risco que abrange o Pilar 1 regulamentar, bem como métricas internas de esforço (Pilar 2), que são definidas pela Gestão do Risco de Liquidez e asseguram que a posição de liquidez do Grupo é equilibrada em todo o Grupo, nas suas principais entidades de liquidez e em todas as divisas.

A Tesouraria gere a liquidez e o financiamento, de acordo com a apetência pelo risco relativamente a um leque de métricas relevantes, e implementa várias ferramentas, incluindo limites de apetência pelo risco de nível empresarial, transmitindo ainda aspetos da apetência pelo risco a nível das divisões, para assegurar a conformidade. Como tal, a Tesouraria trabalha em estreita colaboração com a Gestão do risco de liquidez, no âmbito da sua autoridade delegada, e com as divisões para identificar, analisar e monitorizar as características do risco de liquidez subjacentes às carteiras de negócios. Estas partes estão envolvidas em diálogos regulares sobre as alterações na posição de liquidez do Grupo decorrentes de atividades de negócio e circunstâncias do mercado.

Além disso, o Grupo garante, ao nível de cada entidade relevante em termos de liquidez, que todas as métricas de liquidez locais são geridas em conformidade com a apetência pelo risco definida. Os excedentes de liquidez locais são agrupados em hubs do Deutsche Bank AG e as carências de liquidez locais podem ser satisfeitas através do apoio destes hubs. As transferências de capacidade de liquidez entre entidades estão sujeitas ao quadro de aprovação que envolve a função de direção de liquidez do Grupo, bem como os gestores de liquidez locais, tendo em conta o cumprimento das métricas do Pilar 1, como o rácio de cobertura de liquidez (LCR), o rácio de financiamento estável líquido (NSFR), bem como a posição de liquidez líquida em esforço (sNLP), que é uma métrica do Pilar 2. O excedente disponível que reside em entidades com restrições à transferência de liquidez para outras entidades do Grupo, por exemplo, devido a requisitos regulamentares de empréstimo, é tratado como retido e, como tal, não é considerado no cálculo do excedente de liquidez do Grupo consolidado.

O Conselho de Administração é informado sobre o desempenho do Banco face às principais métricas de liquidez, incluindo a apetência pelo risco e indicadores internos e de mercado, através de um painel de liquidez semanal.

Monitorização e gestão do risco de liquidez

As divisões do Departamento financeiro de Relatório e análise de tesouraria e liquidez (LTRA) e de Relatórios globais - LTRA têm a responsabilidade global pela produção precisa e atempada do relatório de liquidez regulamentar externa (Pilar 1) e do relatório de gestão interno (Pilar 2) do risco de liquidez do Grupo. Além disso, a divisão de Relatório e análise de tesouraria e liquidez é responsável pelo desenvolvimento de sistemas de informação de gestão e análise relacionada para apoiar o quadro de risco de liquidez e a sua governação para a Tesouraria e a Gestão do risco de liquidez.

Rácio de cobertura de liquidez

O LCR, que é também um limite fundamental, destina-se a promover a resistência de curto prazo do perfil de risco de liquidez de um banco num cenário de esforço de 30 dias. O rácio é definido como o volume de ativos líquidos de alta qualidade que podem ser utilizados para aumentar a liquidez num cenário de esforço, medido face ao volume total de saídas de caixa líquidas resultantes de exposições contratuais e modeladas prescritas ao longo de um horizonte de 30 dias, numa base de divisa consolidada.

Mantendo um rácio em excesso de requisitos regulamentares mínimos, o LCR assegura que o Grupo detém recursos de liquidez adequados para reduzir um esforço de liquidez de curto prazo.

As principais diferenças entre o teste de esforço de liquidez interno (sNLP) e o LCR incluem o horizonte temporal (oito semanas versus 30 dias), diferenças de classificação e margem de avaliação entre os títulos de dívida no âmbito do sNLP e os ativos líquidos de alta qualidade do LCR, taxas de saída para várias categorias de financiamento e pressupostos de entrada para vários ativos (por exemplo, reembolso de empréstimos). O teste de esforço de liquidez do Grupo também inclui saídas relacionadas com pressupostos de liquidez intradiários, que não são explicitamente refletidos no LCR.

Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido é uma métrica regulamentar para avaliar o perfil estrutural de financiamento de um Banco. O NSFR destina-se a reduzir os riscos de financiamento de médio a longo prazo, requerendo que os bancos mantenham um perfil de financiamento estável nas suas atividades patrimoniais e extrapatrimoniais. O rácio é definido como o volume de Financiamento estável disponível (o capital e o passivo que se prevê serem fontes estáveis de financiamento), face ao volume de Financiamento estável requerido (uma função das características de liquidez de vários ativos detidos).

Com base na apetência pelo risco, foi estabelecido um limite-chave do NSFR para o Grupo, bem como para todas as principais entidades de liquidez e entidades relevantes em termos de liquidez sujeitas a um requisito regulamentar respetivo para garantir a conformidade com o mesmo.

Testes de esforço de liquidez e análise de cenários

Os testes internos de esforço e a análise de cenários globais de liquidez são utilizados para medir o risco de liquidez e avaliar a posição de liquidez de curto prazo do Grupo no âmbito do quadro de liquidez. Estes complementam o processo de gestão de caixa operacional. A estratégia de liquidez a longo prazo baseada em informação de fluxo de caixa modelada contratual e comportamental é representada por uma métrica de longo prazo conhecida como matriz de financiamento (consulte a Gestão do risco de financiamento e diversificação do financiamento abaixo).

O processo de teste de esforço de liquidez global é gerido pela Tesouraria em função da respetiva apetência pelo risco. A Tesouraria é responsável pela conceção da metodologia global, a escolha de fatores de risco de liquidez e a determinação de pressupostos (parâmetros) adequados para traduzir dados introduzidos em resultados de testes de esforço. A Gestão do Risco de Liquidez é responsável pela definição dos cenários de esforço. De acordo com os princípios e requisitos de política estabelecidos pela Gestão do risco do modelo, a Gestão do risco de liquidez e a Gestão do risco do modelo executam a validação independente de modelos de risco de liquidez e estimativas não de modelo. As divisões do Departamento financeiro de Relatório e análise de tesouraria e liquidez e de Relatórios globais são responsáveis pela implementação destas metodologias e pela realização do cálculo do teste de esforço em conjunto com a Tesouraria, a Gestão do risco de liquidez, a Análise Estratégica do Grupo e o Departamento de Informática.

Os testes de esforço e a análise de cenários são utilizados para descrever e avaliar o impacto de eventos de esforço súbitos e graves sobre a posição de liquidez do Grupo. O Deutsche Bank selecionou quatro cenários para calcular a Posição de liquidez líquida em esforço do Grupo. Estes cenários são concebidos para captar potenciais resultados que podem ser encontrados pelo Grupo. O cenário mais grave avalia as potenciais consequências de um evento de esforço combinado extensivo a todo o mercado e idiossincrático, incluindo reduções na notação de crédito do Deutsche Bank. Em cada um dos cenários, é considerado o impacto de um evento de esforço de liquidez em diferentes horizontes temporais e em múltiplos fatores de risco de liquidez, cobrindo todas as linhas de negócio e áreas de produtos, e, com isso, todas as carteiras e o balanço. O resultado da análise deste cenário alimenta o teste de esforço a nível do grupo, que considera o impacto dos cenários em todas as bandas de risco.

Além disso, são incluídos na análise os potenciais requisitos de financiamento de riscos de liquidez contingentes que podem surgir, incluindo levantamentos de facilidades de concessão de crédito, aumento de requisitos de garantias de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Subsequentemente, as contramedidas, que são as medidas que o Grupo tomaria para contrabalançar os fluxos de saída ocorridos durante um evento de esforço, são tomadas em consideração. Essas contramedidas incluem a utilização da reserva de liquidez do Grupo e a geração de liquidez a partir de outros ativos livres de encargos e comercializáveis sem causar qualquer impacto material no modelo de negócio do Grupo.

O teste de esforço é realizado a nível global e para entidades relevantes para a gestão do risco de liquidez. A análise de esforço abrange um horizonte de esforço de oito semanas, que é considerado o período de tempo mais crítico durante uma crise de liquidez, exigindo que a liquidez seja ativamente avaliada e orientada a nível do Grupo. Além do teste de esforço de divisas consolidado, são realizados testes de esforço adicionais para divisas importantes. A nível mundial e nos testes de esforço de liquidez dos EUA, é abrangido um período de doze meses. Além disso, os resultados dos testes de esforço são monitorizados ao longo de um período de doze meses com limites de risco específicos, se exigido pelas entidades reguladoras locais. A análise ad-hoc pode ser conduzida para refletir o impacto de potenciais eventos negativos que possam afetar o Grupo, como eventos climáticos ou relacionados com aspetos de ESG. São aplicados pressupostos de esforço relevantes para refletir os fluxos de liquidez dos fatores de risco e dos produtos no balanço e fora do balanço. O conjunto de cenários e pressupostos para testes de esforço é revisto regularmente e atualizado quando são feitas melhorias nas metodologias de testes de esforço.

Complementando os testes diários de esforço de liquidez, o Grupo também faz testes de esforço regulares ao nível do grupo realizados pela gestão do risco empresarial que analisam os riscos de liquidez em conjunto com os outros tipos de risco

definidos e avaliam o seu impacto e a interação tanto nas posições de capital como de liquidez, conforme descrito no capítulo “Quadro de risco e de capital - Testes de esforço”.

Gestão do risco de financiamento e diversificação do financiamento

Gestão do financiamento

Em conformidade com as diretrizes regulamentares, o Deutsche Bank desenvolveu um conjunto de indicadores internos para medir os seus riscos de financiamento inerentes. Estes são considerados para efeitos de orientação, além do rácio de financiamento estável líquido.

O Grupo depende de uma vasta gama de fontes de financiamento, como por exemplo depósitos, financiamento por grosso não garantido, emissões nos mercados de capitais e financiamento garantido. Estas protegem duplamente a sua posição de liquidez. Em primeiro lugar, uma vez que os eventos de esforço podem ter um impacto diferente nos mercados de financiamento, a manutenção de uma carteira de financiamento bem diversificada reduzirá o impacto médio destes. Em segundo lugar, em caso de dificuldades de liquidez, o acesso a uma vasta gama de fontes de financiamento melhora significativamente a capacidade do Grupo para aceder a diferentes mercados de financiamento. A diversificação entre produtos é complementada por limiares de risco, a fim de monitorizar a concentração de prazos e de contrapartes, tanto para as fontes de financiamento garantido como não garantido.

Além disso, a estabilidade da posição de financiamento do Grupo Deutsche Bank pode ser afetada negativamente por várias formas de risco setorial. Trata-se tipicamente de tendências estruturais de médio a longo prazo com um impacto potencialmente significativo a longo prazo na economia e, conseqüentemente, nos balanços dos bancos. O Deutsche Bank está a realizar análises ad hoc sobre esses riscos emergentes para avaliar o impacto dessas tendências na sua posição de financiamento, a fim de garantir que sejam tomadas medidas de atenuação atempadamente, quando tal for considerado necessário. Além disso, a Tesouraria avalia regularmente as informações atuais sobre o acesso ao mercado nos seus principais mercados de financiamento. As informações sobre o acesso ao mercado são compiladas mensalmente e apresentadas ao Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo.

A principal ferramenta interna do Grupo para monitorizar e gerir o risco de financiamento estrutural é a Matriz de financiamento. A Matriz de financiamento avalia o perfil de financiamento estrutural do Grupo ao longo de um horizonte temporal superior a um ano. Para produzir a Matriz de financiamento, todos os ativos e passivos relevantes em termos de financiamento são identificados em agregados temporais correspondentes às respetivas maturidades contratuais ou modeladas. Isto permite ao Grupo identificar excessos e défices esperados em passivos a prazo relativamente aos ativos em cada agregado temporal, facilitando a gestão de potenciais exposições de liquidez.

O perfil de liquidez baseia-se nas informações de fluxos de caixa contratuais. Se o perfil de maturidade contratual de um produto não refletir adequadamente o perfil de liquidez, é substituído por pressupostos de modelação. Elementos de balanço de curto prazo (menos de um ano) ou estruturas financiadas correspondentes (ativos e passivos diretamente correspondentes sem risco de liquidez) são excluídos da análise do prazo.

A avaliação ascendente por parte de uma linha de negócio individual é combinada com uma reconciliação descendente de acordo com o balanço da IFRS do Grupo. A partir do perfil de prazo cumulativo de ativos e passivos além de 1 ano, podem ser identificados excedentes de financiamento longo ou lacunas de financiamento curto na estrutura de maturidade do Grupo. O perfil cumulativo é assim acumulado começando no “agregado superior a dez anos” e descendo até ao “agregado superior a um ano”. A Matriz de financiamento também é efetuada para as moedas estrangeiras materiais, ou seja, USD.

Para diversificar as nossas atividades de refinanciamento, o Deutsche Bank recorre ativamente, entre outros, à emissão nos mercados de capitais.

Emissão nos mercados de capitais

O principal objetivo da emissão de dívida é obter financiamento e garantias a médio prazo da forma mais rentável possível. A emissão de dívida, abrangendo obrigações não garantidas sénior, obrigações cobertas e títulos de capital, é uma das principais fontes de financiamento a prazo do Grupo e é gerida diretamente pela Tesouraria. Pelo menos uma vez por ano, após aprovação pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos, a Tesouraria envia um plano de financiamento a longo prazo anual ao Comité de Risco do Grupo para recomendação e, em seguida, para o Conselho de Administração para aprovação. Este plano é impulsionado pelos requisitos globais e locais de financiamento e liquidez com base no desenvolvimento esperado do negócio. A carteira de emissão nos mercados de capitais do Grupo é dinamicamente gerida através dos nossos planos anuais de emissão para evitar concentrações de maturidade excessivas.

O Deutsche Bank detém uma licença para emitir obrigações hipotecárias Pfandbriefe e mantém um programa de emissão de obrigações cobertas estruturadas. Além disso, o Grupo continua a gerir um programa com o objetivo de emitir obrigações cobertas ao abrigo da lei espanhola (Cedulas). Em 2023, o Deutsche Bank diversificou ainda mais a sua base de investidores através de transações inaugurais na China (as chamadas obrigações Panda). Desde 2020, o Grupo mantém o seu quadro de obrigações verdes, que o banco expande continuamente para oferecer emissões de notas verdes a investidores institucionais e de retalho. Além disso, foram executadas várias obrigações estruturadas verdes, primeiros depósitos verdes e primeiros acordos de recompra (repos) verdes. Em 2023, o Grupo concluiu a integração da carteira de obrigações herdada das antigas atividades do Postbank na infraestrutura do Deutsche Bank, conduzindo a uma plataforma uniforme para todas as emissões.

Atenuação do risco

Ativos líquidos de alta qualidade

Os ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) são um cálculo do Pilar 1 que alimenta o LCR e, desde o início do quarto trimestre de 2023, é um limite fundamental de acordo com a apetência pelo risco, substituindo a reserva de liquidez. Os HQLA incluem caixa e seus equivalentes disponíveis e títulos líquidos de alta qualidade não onerados (incluindo obrigações governamentais e obrigações garantidas pelo governo), representando a contramedida mais prontamente disponível e mais importante num evento de esforço.

A grande maioria dos HQLA do Grupo é detida centralmente nas principais divisas nas contas em bancos centrais da empresa-mãe e das agências no estrangeiro nos locais-chave em que estamos ativos e numa carteira de reservas de liquidez estratégica detida pela Tesouraria, estabelecida exclusivamente para servir de atenuante durante períodos de esforço.

Oneração de ativos

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Geralmente, os empréstimos são onerados para apoiar a emissão garantida a longo prazo nos mercados de capitais, tais como obrigações cobertas ou outras estruturas de autotitularização, enquanto o financiamento da dívida e do inventário de ações numa base garantida é uma atividade regular para o negócio do Banco de Investimento. Além disso, em conformidade com normas técnicas da Autoridade Bancária Europeia quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos penhorados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados ativos onerados. Os ativos a receber de margens de derivados considerados como onerados de acordo com as diretrizes da Autoridade Bancária Europeia são também incluídos.

Preços de transferência de fundos

O quadro de preços de transferência de fundos é fundamental para incentivar as atividades de orientação da liquidez para as unidades de negócio. Aplica-se a todas as divisões corporativas e entidades com rubricas do balanço que exijam uma gestão ativa e financiamento do Grupo e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com o seu valor de liquidez e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo de fornecimento de ativos líquidos de alta qualidade adequados.

No âmbito deste quadro, os custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez são atribuídos às unidades de negócio do Grupo com base nas taxas que refletem os custos económicos de liquidez para o Deutsche Bank. A tesouraria poderá definir novos incentivos financeiros de acordo com as diretrizes do Grupo para o risco de liquidez. Embora o quadro promova uma afetação diligente no grupo dos custos de financiamento do Grupo aos utilizadores de liquidez, fornece também um quadro baseado em incentivos para negócios que geram financiamento estável a longo prazo e compatível com o esforço.

Ao longo de 2023, o Banco continuou a apresentar resultados face às melhorias das alterações ao quadro interno de preços de transferência de fundos iniciadas em 2019 destinadas a aumentar a sua eficácia como ferramenta de gestão, bem como a apoiar melhor a otimização dos custos de financiamento. Detalhes adicionais estão incluídos na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

Planeamento do financiamento de contingência

O Plano de Financiamento de Contingência do Grupo Deutsche Bank descreve como o Deutsche Bank responderia a um evento de esforço de liquidez real ou previsto. Especifica as provisões, os procedimentos e os planos de ação para fazer face a eventuais perturbações da capacidade do Banco se financiar. Abrange as ações que podem ser tomadas para angariar dinheiro e/ou recuperar as métricas de liquidez do Banco em caso de incumprimento. O Plano de financiamento de contingência define os mecanismos de governação para a sua ativação e apresenta o quadro dos indicadores de liquidez que permitem ao Banco identificar atempadamente a deterioração das circunstâncias do mercado e determinar rapidamente as medidas a tomar, incluindo a comunicação e a coordenação durante um evento de esforço de liquidez. O Deutsche Bank criou o Conselho de Gestão de Recursos Financeiros, que é responsável pela supervisão do capital e liquidez em cenários de contingência, recuperação e resolução de uma situação de crise definida.

Gestão do risco empresarial

A gestão do risco empresarial (ERM) proporciona uma visão holística do perfil de risco do Banco em todos os tipos de risco, negócios e áreas geográficas. As principais responsabilidades incluem:

- Definir a política de gestão do risco global, incluindo o estabelecimento de normas de gestão do risco.
- Definir e monitorizar a apetência pelo risco global do Banco e transmiti-la às dimensões dos negócios e das entidades.
- Fornecer informações através de análises de riscos e tendências emergentes, testes de esforço prospetivos, concentração de carteiras, análises aprofundadas e relatórios de eventos ad hoc.
- Supervisionar o processo interno de adequação dos fundos próprios do Banco, incluindo a apetência pelo risco de capital.
- Coordenar e implementar o plano de recuperação do grupo e manter planos de resolução credíveis que possam ser executados numa crise.
- Desenvolver e gerir o quadro de gestão dos riscos climáticos.
- Fornecer relatórios e análises de risco às principais partes interessadas, incluindo a direção e as entidades reguladoras.
- Atuar como função de controlo do risco de crédito.

Risco estratégico

O risco estratégico é o risco de uma queda nos lucros planeados (excluindo outros riscos materiais) devido a planos de negócios incorretos, a execução ineficaz do plano ou incapacidade de responder eficazmente a desvios significativos do plano. O risco estratégico advém da exposição do banco ao ambiente macroeconómico, às mudanças no cenário competitivo e aos desenvolvimentos regulatórios e tecnológicos. Além disso, pode ocorrer devido a erros no posicionamento estratégico, à incapacidade do banco em executar a sua estratégia planeada e/ou à incapacidade de abordar eficazmente o desempenho abaixo do esperado face às metas planeadas.

O plano estratégico é desenvolvido anualmente e submetido ao Conselho de Administração para debate e aprovação. O plano final é submetido ao Conselho de Fiscalização. O plano é desafiado num processo iterativo no que diz respeito aos seus pressupostos, credibilidade e integridade. Durante o ano, a execução de estratégias empresariais é regularmente monitorizada para avaliar o desempenho em relação aos objetivos. Uma descrição mais abrangente deste processo encontra-se pormenorizada na secção "Plano estratégico e de capital".

O risco estratégico é medido através de um modelo de risco dedicado que quantifica as perdas potenciais causadas por quebras inesperadas de receitas antes de impostos que não podem ser compensadas por reduções de custos em condições de mercado extremas mas plausíveis ao longo de um período de 12 meses. A apetência pelo risco estratégica é também estabelecida para o Grupo através de métricas específicas.

As Divisões e as Funções de infraestrutura são a 1.^a LoD que detém o risco e tem a responsabilidade de gerir o risco estratégico de acordo com o plano aprovado pelo Conselho de Administração. O departamento financeiro e o departamento de risco são a 2.^a LOD e atuam como facilitadores através das suas atividades de controlo, sendo responsáveis pela escalada para as autoridades de decisão adequadas.

Risco de capital

O risco de capital é definido como o risco de que o Deutsche Bank tenha um nível ou composição de oferta de capital insuficiente para apoiar as suas atividades comerciais atuais e planeadas e os riscos associados durante condições normais e de esforço.

O quadro de risco de capital do banco consiste em vários elementos que visam assegurar que o Deutsche Bank mantém, numa base contínua, uma capitalização adequada para cobrir os riscos a que está exposto. O quadro está fortemente integrado no processo de planeamento estratégico de todo o banco e estreitamente ligado ao processo interno de avaliação da adequação de capital do Deutsche Bank (ver secção "Processo de avaliação da adequação capital interno" para mais detalhes). A Tesouraria, juntamente com as divisões, são os principais gestores de risco dos riscos associados e representam a 1.^a LoD. A ERM atua como 2.^a LoD para o risco de capital.

A Tesouraria gere o risco de capital ao nível do grupo e localmente em cada região, conforme aplicável. Isto inclui a gestão de emissões e recompras de instrumentos de capital (ver secção sobre "Gestão de capital" para mais detalhes). Além disso, os limites por divisão dos principais recursos de capital são aprovados pelo Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo para assegurar o alinhamento com a nossa apetência pelo risco de capital (ver secção sobre "Definição de limites para recursos" para mais detalhes).

A ERM estabelece o quadro de risco de capital, avalia o perfil de risco de capital e proporciona um desafio independente. Isto inclui a fixação de limiares de apetência pelo risco para rácios de capital chave. As violações dos limiares estão sujeitas

a um quadro de governação específico que desencadeia ações de gestão até à execução do plano de recuperação do Deutsche Bank. Os limiares também estabelecem limites ao plano de capital e estão totalmente integrados na avaliação regular do risco de capital sob cenários de esforço.

Risco de concentração da carteira

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares no âmbito de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, de mercado, operacionais e estratégicos), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Estes ocorrem no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos. A gestão e a monitorização de concentrações de risco é alcançada através de uma abordagem quantitativa e qualitativa, da seguinte forma:

- As concentrações intrarrisco são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas funções de risco individuais (gestão do risco da empresa, do risco de crédito, do risco de mercado, do risco operacional e do risco de liquidez). Este processo é apoiado pela apetência pelo risco, incluindo a definição de limites em diferentes níveis e/ou de gestão, de acordo com cada tipo de risco
- As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco. Os efeitos de diversificação entre crédito, risco de mercado, risco operacional e risco estratégico são medidos através de um modelo de risco dedicado que quantifica a vantagem de diversificação causada por correlações não perfeitas entre estes tipos de risco. O cálculo da vantagem da diversificação do tipo de risco visa garantir que os valores individuais de capital económico para os tipos de risco individuais são agregados de modo economicamente significativo

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco é o Comité de Risco do Grupo (GRC).

Risco ambiental, social e de governação

Os impactos do aumento da temperatura global, e o maior foco nas alterações climáticas e a transição da sociedade, dos reguladores e do setor bancário para uma economia net-zero levaram ao aparecimento de novas e crescentes fontes de riscos financeiros e não financeiros. Estes incluem os riscos físicos decorrentes de eventos climáticos extremos, que estão a crescer em frequência e gravidade, bem como os riscos de transição, uma vez que os setores intensivos em carbono são confrontados com uma tributação mais elevada, procura reduzida e acesso potencialmente restrito ao financiamento. Estes riscos podem ter impacto no Deutsche Bank numa vasta gama de tipos de riscos financeiros e não financeiros.

As instituições financeiras enfrentam um maior escrutínio sobre o clima e questões mais amplas relacionadas com ESG por parte dos governos, reguladores, acionistas e outros organismos, levando a riscos reputacionais se o Grupo não apoiar a transição para uma economia de carbono mais baixa, para proteger a biodiversidade e os direitos humanos. O Deutsche Bank está a rever e a melhorar os seus quadros de gestão do risco ESG em conformidade com as orientações regulamentares e para garantir que gerimos ativamente os riscos ESG e evitamos o greenwashing. Os dados, metodologias e normas da indústria para medir e avaliar os riscos climáticos e outros riscos ambientais estão ainda a evoluir ou, em certos casos, ainda não estão disponíveis. Este facto, combinado com a falta de divulgação exaustiva e coerente de informações sobre o clima e outros riscos ambientais por parte dos seus clientes, significa que o banco, tal como o setor em geral, continua a depender parcialmente de estimativas aproximadas e de abordagens qualitativas na avaliação destes riscos, o que introduz um maior grau de incerteza nas divulgações relacionadas com o clima.

As instituições financeiras estão a enfrentar um maior escrutínio, bem como requisitos regulamentares de informações sobre o clima e questões mais gerais relacionadas com SAG por parte de governos, reguladores, acionistas e outros organismos. Isto pode levar a riscos reputacionais se o banco não for visto a apoiar a transição para uma economia com menos emissões de carbono ou se for visto como estando fortemente envolvido no financiamento de atividades prejudiciais para a natureza ou ligadas a abusos dos direitos humanos nas cadeias de abastecimento.

Algumas jurisdições começaram a desenvolver medidas anti-SAG, incluindo a exigência de que as instituições financeiras que desejem fazer negócios com elas certifiquem a sua não adesão a aspetos da agenda de transição. O não cumprimento destes requisitos pode resultar na cessação de negócios existentes e na incapacidade de realizar novos negócios com essas jurisdições, enquanto o cumprimento pode levar a riscos reputacionais.

O Deutsche Bank está empenhado em gerir as suas atividades e operações de negócios de uma forma sustentável, incluindo o alinhamento das suas carteiras com emissões líquidas zero até 2050. Em outubro, o Deutsche Bank publicou o seu Plano de transição inicial (*), que documenta a estratégia que o banco desenvolveu para descarbonizar as suas operações, a sua cadeia de abastecimento a montante e a sua carteira de financiamento. No plano, o Grupo também divulgou vias de

descarbonização alinhadas com emissões líquidas nulas para três sectores adicionais com utilização intensiva de carbono em relação a 2022, elevando para sete o número total de sectores abrangidos pelos objetivos da carteira: Petróleo e gás (a montante), produção de eletricidade, setor automóvel (veículos ligeiros), aço, extração de carvão, cimento e transporte marítimo. Os objetivos e as métricas divulgados no Plano de transição do banco estão integrados no quadro de gestão do risco, na apetência e nos controlos de todo o Grupo.

O Comité de Sustentabilidade do Grupo atua como o principal órgão de governação e de tomada de decisões em matéria de sustentabilidade no Deutsche Bank. Isto inclui a avaliação dos impactos materiais, bem como dos riscos e oportunidades para o Deutsche Bank. O Conselho de Administração delegou decisões relacionadas com a sustentabilidade neste comité, que é presidido pelo Diretor Geral e pelo Diretor de Sustentabilidade (Vice-Presidente).

O Comité de Risco do Grupo, presidido pelo Diretor de Risco e criado pelo Conselho de Administração, tem por mandato supervisionar várias questões relacionadas com o risco e o capital. Isto inclui a responsabilidade de desenvolver o quadro de risco climático do banco. O Comité aprova a apetência do Banco pelo risco climático e ambiental, incluindo a apetência pelo desvio das vias de redução linear de descarbonização de emissões líquidas nulas. Vários outros comités do Comité de Risco do Grupo são responsáveis pelo desenvolvimento e gestão de elementos específicos do risco climático e ambiental.

As atividades comerciais do Deutsche Bank são regidas por uma Política de Risco Climático e Ambiental que define funções e responsabilidades, bem como princípios qualitativos de apetência pelo risco, bem como limiares e métricas quantitativas de apetência pelo risco. Além disso, a Política Ambiental e Social do banco delinea restrições específicas para certos setores. O Deutsche Bank utiliza uma série de ferramentas complementares para identificar e avaliar riscos, incluindo o processo de identificação de riscos do Grupo, uma taxonomia interna de riscos climáticos e relatórios internos regulares de emissões e intensidades financiadas por carteira, bem como o progresso relativo aos objetivos "net-zero".

Gestão do risco do modelo

Introdução

O risco de modelo é o potencial de consequências adversas de decisões baseadas em abordagens de estimativa incorretas (abrangendo modelos e estimativas não baseadas em modelos) ou nos seus resultados mal utilizados. O risco de modelo pode causar perda financeira, fraca tomada de decisões estratégicas ou de negócios ou prejudicar a reputação. O Deutsche Bank reconhece que as abordagens de estimativa podem afetar outros tipos de risco e que o risco do modelo é um risco distinto que pode aumentar ou diminuir o risco agregado através de outros tipos de risco.

O Deutsche Bank utiliza abordagens de estimativa para uma ampla gama de atividades de tomada de decisão, tais como: subscrição de créditos; avaliação de exposições, instrumentos e posições; mensuração do risco; gestão e salvaguarda dos ativos de clientes, e determinação da adequação de capital e reservas. O termo "abordagem de estimativa" refere-se a um "modelo" ou a uma "estimativa sem modelo" que corresponde a um sistema, abordagem ou método quantitativo ou qualitativo que aplica análise especializada, teorias, técnicas e pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas. As abordagens de estimativa são representações simplificadas de relações do mundo real, e são baseados em suposições e no julgamento. Assim, o banco está exposto ao risco do modelo, que deve ser identificado, medido e controlado de forma adequada.

A supervisão da gestão do risco do modelo é fornecida por todos os níveis de gestão, incluindo o Conselho de Administração. A gestão do risco do modelo é sustentada por um quadro concebido e monitorizado por uma função de controlo da 2.ª linha de defesa independente do criador, proprietário e utilizador dos métodos de estimativa.

Quadro e governação da gestão do risco do modelo

O risco do modelo é um dos riscos de nível 1 do banco e é supervisionado pelo Diretor de Risco através da definição de uma declaração quantitativa e qualitativa da apetência pelo risco e gerido através de:

- A Política e o procedimento de risco do modelo, e documentos de suporte alinhados com a apetência pelo risco, requisitos regulamentares e melhores práticas da indústria, com funções e responsabilidades claras para as partes interessadas
- Inventários de todas as abordagens de estimativa, apoiando componentes do quadro de risco do modelo em curso, incluindo avaliações do risco e certificações
- Controlos-chave para abordagens de estimativa, desde o desenvolvimento até à desativação, incluindo validação, aprovação, implementação e monitorização
 - Validações independentes, e aprovações independentes subsequentes, verificam que as abordagens de estimativa foram adequadamente concebidas e implementadas para o âmbito e finalidade pretendidos, e que os respetivos controlos estão em vigor para assegurar que continuam a funcionar como esperado durante a sua utilização
 - Os controlos identificam as limitações e fraquezas das abordagens de estimativa, resultando em conclusões e controlos compensatórios, que podem ser condições de utilização, tais como ajustamentos ou sobreposições
- Governação do risco do modelo, incluindo fóruns seniores para monitorização e comunicação de tópicos relacionados com o risco do modelo, bem como atualizações mensais ao Conselho de Administração sobre as métricas da apetência pelo risco do modelo e atualizações periódicas do risco do modelo ao Conselho de Fiscalização.

Desenvolvimentos durante o período de relato

Em 2023, o Deutsche Bank elevou o estatuto da gestão do risco do modelo, com o Diretor global de gestão do risco do modelo a integrar a Comissão Executiva do Diretor de Risco e a responder diretamente perante o CRO. Este facto manifesta a importância do risco do modelo para o Banco e reflete o facto de o risco do modelo ser um risco de nível 1 para o Banco.

Além disso, o Deutsche Bank consolidou ainda mais os sistemas de inventário de modelos na plataforma estratégica de risco do modelo de todo o banco, substituindo todos os inventários históricos no futuro. Esta plataforma única alinha os dados de risco do modelo em todo o Banco e apoia a conformidade com o quadro de risco do modelo, incluindo medições chave, controlos e mitigação de riscos do modelo.

Gestão do risco de reputação

No processo de gestão do risco do Grupo, o risco de reputação é definido como o risco de possíveis danos para a marca e reputação do Deutsche Bank e o risco associado para os ganhos, capital ou liquidez, decorrente de qualquer associação, ação ou inação que possa ser considerada pelas partes interessadas como pouco ética, inadequada ou inconsistente com os valores e convicções do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank tem uma apetência limitada por transações ou relações que impliquem um risco significativo para a sua reputação ou em áreas que apresentem um risco inerentemente mais elevado para a sua reputação, como os setores da defesa, dos jogos de azar ou do entretenimento para adultos, ou em que existam certas preocupações ambientais. O risco de reputação não pode ser excluído, uma vez que pode ser impulsionado por alterações imprevisíveis na percepção das suas práticas pelas várias partes interessadas (por exemplo o público, clientes, acionistas e reguladores).

O quadro de risco de reputação (o quadro) existe para gerir o processo através do qual são tomadas decisões ativas sobre questões que podem constituir um risco de reputação, antes do evento e, assim, para evitar danos à reputação do Deutsche Bank sempre que possível. O Quadro fornece normas consistentes para a identificação, avaliação e gestão dos problemas relacionados com o risco de reputação. Os impactos de reputação que podem surgir como consequência de uma falha de outro tipo de risco, controlo ou processo são abordados separadamente através do quadro de tipo de risco associado e não são, por isso, abordados nesta secção.

O risco reputacional pode surgir de múltiplas fontes, incluindo, entre outras, potenciais problemas com o perfil da contraparte, o objetivo comercial/substância económica da transação ou produto, indústrias de alto risco, considerações ambientais e sociais, e a natureza da transação ou produto ou a sua estrutura e termos.

A modelação quantitativa e de modelação do capital interno de risco de reputação está implicitamente coberta no quadro de capital económico do banco, sobretudo no âmbito do risco estratégico.

Governança e Estrutura Organizacional

O quadro é aplicável a todas as unidades de negócio e regiões. As questões específicas da DWS são analisadas por um comité de risco reputacional da DWS e, se necessário, encaminhadas para a Comissão Executiva da DWS, que pode encaminhar as questões para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

Embora todos os colaboradores tenham a responsabilidade de proteger a reputação do banco, a responsabilidade principal pela identificação, avaliação, gestão, monitorização e, se necessário, referência e comunicação das questões relacionadas com o risco de reputação recai sobre as Divisões de Negócio do Deutsche Bank como principais detentores do risco. Cada Divisão de Negócios tem um processo estabelecido através do qual são avaliadas as questões considerados como constituindo um risco de reputação moderado ou superior. Trata-se do processo de avaliação do risco de reputação da unidade.

A RRAP da unidade é obrigada a encaminhar quaisquer questões relativas a um risco de reputação significativo para o respetivo Comité Regional de Risco de Reputação. O Quadro também estabelece uma série de questões que são consideradas como um risco inerentemente mais elevado a partir de uma perspetiva de risco de reputação e que são, portanto, referências obrigatórias para os Comités Regionais de Risco de Reputação. Os Comités Regionais de Risco de Reputação, que são os Comités da 2.^a LoD, são responsáveis por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação na respetiva região do Deutsche Bank. Os Comités Regionais de Risco de Reputação reúnem-se, no mínimo, trimestralmente, com reuniões ad hoc, conforme necessário. O Comité de Risco de Reputação do Grupo (GRRC) é responsável por assegurar a supervisão, governação e coordenação da gestão do risco de reputação no Deutsche Bank, em nome do Comité de Risco do Grupo e do Conselho de Administração. Adicionalmente, o Comité de Risco de Reputação do Grupo analisa casos com impacto em todo o Grupo e, em circunstâncias excecionais, os que não puderam ser resolvidos a nível regional.

Cibersegurança

Governança em matéria de cibersegurança

A responsabilidade pelas questões de cibersegurança cabe ao Departamento de Segurança, que constitui a primeira linha de defesa (1.ª LoD) no âmbito do modelo de três linhas de defesa ("3LoD") do Deutsche Bank. O Diretor de Segurança tem autoridade delegada pelo Conselho de Administração e responde diretamente ao Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação, que é membro do Conselho de Administração.

O Diretor de Segurança do Deutsche Bank desempenhou várias funções no domínio da segurança da informação durante mais de 20 anos. Entre as suas funções, conta-se a de Diretor de Segurança da Informação (CISO)/Diretor de Segurança (CSO) de três grandes instituições financeiras europeias e o cargo de sócio de uma empresa global de estratégia e consultoria, que lidera o trabalho de segurança para clientes de serviços financeiros.

O Diretor de Segurança é apoiado por titulares de funções de segurança da informação a vários níveis de antiguidade para ajudar a garantir que os requisitos de segurança são cumpridos numa perspetiva regional, de divisão e técnica. Todas as atividades de segurança da informação são supervisionadas por dois fóruns de governação específicos, presididos pelo Diretor de Segurança: o Conselho de Segurança Informática do Grupo (interface com as unidades de TI do banco) e o Comité de Segurança da Informação do Grupo (interface com as divisões comerciais e de infraestruturas do banco). Além disso, ambos os fóruns supervisionam a postura do Deutsche Bank em matéria de segurança da informação em relação a objetivos definidos, a evolução e o desempenho dos principais resultados em matéria de segurança da informação, o estado de correção das conclusões das auditorias relacionadas com a segurança da informação e os incidentes de segurança da informação em curso. Também aprovam a estratégia de segurança da informação e atuam como o mais alto nível de escalonamento dentro do Departamento de Segurança.

O Departamento de Segurança desenvolve a estratégia de segurança do banco a nível do grupo e supervisiona a sua implementação e operacionalização a nível global através da estrutura organizacional, da governação e das políticas de segurança implementadas. A estratégia de segurança é revista continuamente para ter em conta as alterações no panorama das ameaças, a tecnologia, o ambiente regulamentar, a estratégia empresarial e de TI do banco e outros parâmetros internos e externos. O quadro da estratégia de segurança do Deutsche Bank prevê controlos de segurança abrangentes e estratificados. Este quadro é reforçado por uma abordagem centrada nas ameaças para orientar e ajustar o investimento na segurança, incluindo a revisão e avaliação contínuas da maturidade da implementação de segurança do banco.

O Departamento de Segurança mantém um quadro abrangente de métricas e relatórios, sustentado por um vasto conjunto de dados que permite uma visão global, regional e das divisões. As métricas de segurança e os relatórios fornecidos aos fóruns de governação do banco a todos os níveis superiores apoiam a sensibilização para os riscos de segurança e a tomada de decisões adequadas. O Conselho de Administração recebe trimestralmente um relatório exaustivo sobre a postura de risco de segurança da informação, bem como informações ad hoc, se necessário. Além disso, o Diretor de Segurança fornece atualizações regulares sobre tópicos importantes relacionados com a segurança ao Comité do Conselho de Fiscalização responsável pela tecnologia, dados e inovação.

O risco de segurança da informação é gerido como um risco operacional no âmbito do quadro de gestão do risco não financeiro do banco. O Departamento de Segurança, na sua qualidade como 1.ª LoD, executa o quadro de gestão do risco não financeiro e utiliza os seus vários instrumentos (por exemplo, uma avaliação e controlo do risco anual), enquanto a gestão do risco não financeiro, enquanto segunda linha de defesa (2.ª LoD), assegura a supervisão, a análise e a contestação. Por conseguinte, parte do mandato do Comité de Risco Não Financeiro (NFRFC) consiste em supervisionar e gerir o perfil de risco de cibersegurança do Deutsche Bank, os programas de correção e a tolerância ao risco. Além disso, a 2.ª LoD está representada nos dois fóruns da 1.ª LoD acima descritos.

Em consonância com as suas políticas de gestão do risco não financeiro, o quadro de políticas de segurança do Deutsche Bank define os princípios fundamentais da gestão do risco de segurança e os fundamentos da gestão da segurança. O quadro completo é revisto anualmente e quaisquer alterações são aprovadas pelo Comité de Segurança da Informação do Grupo. O quadro é gerido a nível central e aplicada globalmente em todos os grupos de produtos e divisões de negócios e de infraestruturas. O quadro inclui uma descrição clara da tolerância ao risco relacionada com a segurança da informação. Define igualmente as funções, responsabilidades e obrigações do pessoal-chave identificado para gerir o risco de segurança da informação; a estratégia e as medidas para fazer face a violações da segurança da informação e o procedimento de comunicação correspondente.

Além disso, o Sistema de Gestão da Segurança da Informação do banco foi certificado de acordo com a norma ISO 27001 para todos os domínios de segurança da informação definidos nessa norma desde 2012. Para manter a certificação ISO 27001, o banco efetua um processo de recertificação completo de três em três anos, sendo que o último teve lugar em 2021. Nos anos em que não se realiza um processo de certificação completo, o banco efetua um acompanhamento da certificação, destinado a garantir a conformidade entre intervalos de certificação. O último acompanhamento da certificação foi efetuado em 2023. A próxima recertificação completa terá lugar em setembro de 2024.

O Deutsche Bank utiliza uma série de mecanismos para identificar as áreas que devem ser melhoradas e nas quais deve ser reforçado o controlo. Estas incluem testes de segurança, gestão de problemas de segurança e ensinamentos retirados. A eficácia do programa global de segurança da informação do banco é avaliada regularmente por organizações terceiras que comparam a abordagem do banco com os padrões de referência do setor. A função independente de Auditoria do Grupo do Deutsche Bank inclui frequentemente a avaliação dos controlos de segurança no seu plano de auditoria.

Identificar, avaliar e gerir as ameaças à cibersegurança

O Deutsche Bank opera num contexto com níveis de digitalização cada vez maiores e num panorama em constante evolução relacionado com as ameaças à cibersegurança. Devido à dinâmica e complexidade do contexto atual, o banco monitoriza continuamente o panorama das ameaças à segurança. O banco observa atentamente os desenvolvimentos tecnológicos, o panorama geopolítico e os impactos económicos que conduzem aos riscos de segurança e avalia a sua relevância para potenciais impactos no Deutsche Bank e no ecossistema financeiro em geral.

O Deutsche Bank dispõe de uma série de métodos e controlos de prevenção, tais como inteligência contra ameaças, prevenção de fugas de dados, ciber-higiene e soluções de encriptação. Estes incluem também uma forte ênfase na deteção, apoiada por um processo sólido de resposta a incidentes. O banco partilha ativamente as melhores práticas e informações sobre ameaças com organizações de segurança nacionais e internacionais, autoridades governamentais e organizações pares. Estas relações ajudam a garantir que a tecnologia e os procedimentos de segurança do banco refletem as melhores práticas atuais do sector e acompanham o ritmo do ambiente de ameaças.

A gestão de incidentes de segurança do Deutsche Bank abrange eventos de cibersegurança que podem afetar o banco, os seus clientes, parceiros comerciais ou funcionários. Os processos de gestão e de relatório associados, realizados com a participação dos departamentos de Compliance, Jurídico e de Privacidade de Dados do Grupo, foram concebidos para permitir uma resposta rápida e eficaz aos ciberataques e às ameaças à segurança da informação. O objetivo é minimizar as perdas, fugas ou perturbações e utilizar as informações obtidas com o tratamento de incidentes para melhorar continuamente os processos do banco. Os Centros de ciberinteligência e resposta distribuídos a nível mundial na Ásia-Pacífico, Europa e América permitem a deteção de ameaças e a resposta a incidentes em todo o mundo através de operações 24 horas por dia, 7 dias por semana.

Para fazer face à evolução das ameaças à segurança, o banco revê e melhora continuamente os seus controlos de segurança da informação em todos os níveis da tecnologia, incluindo gestão de identidades e de acessos, dados, infraestrutura, dispositivos e aplicações. Isto é complementado por controlos organizacionais, formação e sensibilização para a segurança. O objetivo desta abordagem em níveis é proporcionar uma proteção completa, bem como múltiplas oportunidades de deteção, prevenção, resposta e recuperação das ameaças cibernéticas.

Os riscos de segurança são avaliados regularmente, pelo menos uma vez por ano, tendo em conta de forma dinâmica os fatores de risco e os acontecimentos internos e externos. Uma análise minuciosa do panorama das ameaças externas, que utiliza estruturas de avaliação de ameaças padronizadas do setor, fornece uma base para a avaliação de cenários de risco relevantes para o setor financeiro. Estes são avaliados em função das capacidades do banco para fazer face a esses riscos. Em caso de novos desenvolvimentos, são efetuadas análises de risco adicionais. No âmbito do processo de avaliação e controlo do risco anual, os especialistas na matéria fornecem uma descrição do risco e são apoiados por outros departamentos, como o Jurídico, de Compliance ou de Privacidade de Dados do Grupo, conforme necessário. Especialistas de topo em segurança da informação de todas as divisões e funções avaliam a exposição do Grupo, com base na sua experiência divisional ou funcional. O processo tem em conta dados contextuais, tais como eventos importantes, avaliações de ameaças, conclusões, análise de cenários, métricas de controlo, ensinamentos retirados, comparação, expectativas regulamentares e atividades de correção ao avaliar os conjuntos de controlo e as posições de risco residual. As medidas para uma maior redução dos riscos residuais materiais podem incluir alterações de políticas ou emendas de políticas a nível da divisão ou do grupo, bem como um investimento prioritário e uma implementação acelerada de atividades de atenuação dos riscos.

A dependência de produtos e serviços de terceiros que apoiam operações críticas pode afetar a postura de risco do banco, uma vez que estes podem ser alvo de ataques de cibersegurança novos e evolutivos. Este risco, juntamente com requisitos regulamentares alargados, exigiu uma maior utilização da tecnologia para melhor identificar os riscos de segurança da informação em terceiros e, sempre que necessário, realizar ações de sensibilização proativas com eles. O Deutsche Bank

gere os riscos de segurança da informação de terceiros através do seu programa global de gestão do risco de terceiros. Este programa inclui uma política de segurança da informação especificamente para terceiros que estabelece os objetivos e expectativas de controlo do banco. Além disso, o Deutsche Bank dispõe de um processo de gestão do risco de terceiros concebido para identificar, controlar e atenuar os riscos decorrentes da colaboração com terceiros, o que inclui a supervisão pelo banco das operações de terceiros relacionadas com os serviços prestados ao banco.

Impactos materiais e potencialmente materiais das ameaças à cibersegurança

As ameaças à cibersegurança do Deutsche Bank estão principalmente relacionadas com o risco de violações da confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações dos bancos ou dos clientes, o que inclui violações da segurança dos sistemas informáticos de terceiros. As violações podem ocorrer devido ao acesso não autorizado a redes ou recursos, à introdução de vírus informáticos ou malware, ou a outras formas de ataques ou incidentes de cibersegurança, incluindo riscos regulamentares, geopolíticos, operacionais e de terceiros.

O Deutsche Bank poderá enfrentar riscos operacionais decorrentes de falhas no seu ambiente de controle, incluindo erros no desempenho dos processos ou controles de segurança, bem como a perda de dados, o que poderá perturbar o negócio e levar a perdas materiais. Ao mesmo tempo, o banco poderá também enfrentar riscos de perdas materiais ou danos à reputação se os serviços não forem fornecidos conforme acordado ou conforme as normas internas, o que pode resultar em sanções regulamentares e perdas financeiras. Os ciberataques podem afetar o Deutsche Bank tanto direta como indiretamente, incluindo os impactos de terceiros.

A frequência e a sofisticação crescentes dos ciberataques recentes resultaram num perfil de risco elevado para muitas organizações em todo o mundo, incluindo o Deutsche Bank. A direção do banco tem prestado uma atenção significativa ao nível geral de preparação para este tipo de ataques. A cibersegurança continua a ser uma área de incidência devido a fatores como a dependência contínua e crescente do ambiente tecnológico do banco, bem como os potenciais riscos decorrentes da necessidade de inovação digital, como a utilização de serviços públicos em nuvem, a inteligência artificial ou a computação quântica.

Os avanços tecnológicos também colocam exigências em matéria de privacidade e segurança dos dados e outros riscos para a segurança da informação. À medida que a utilização da inteligência artificial se generaliza, aumentam também os riscos para a cibersegurança: negação de serviço, utilização criminosa de deepfakes e ataques mais sofisticados de engenharia social. Os grupos de cibercrime podem ter a capacidade de utilizar técnicas de aprendizagem automática para automatizar a implantação e o funcionamento de campanhas de malware.

Os ciberataques com motivações financeiras e outros ciberataques sofisticados, incluindo o ransomware, podem ser observados como ameaças persistentes em todos os sectores e prevê-se que se tornem mais frequentes. Os ataques à cadeia de abastecimento, a frequência cada vez maior de vulnerabilidades de software crítico potencialmente exploradas por agentes de ameaças (explorações de dia zero) e uma superfície de ameaça em expansão introduzida, por exemplo, por formas remotas de trabalho ou pela utilização de serviços em nuvem constituem ameaças adicionais.

O Deutsche Bank sofreu ataques a sistemas informáticos, incluindo ataques que tinham por objetivo obter acesso não autorizado a informações confidenciais da empresa ou de clientes, danificar ou interferir com os dados, recursos ou atividades comerciais da empresa, ou de outra forma explorar vulnerabilidades na infraestrutura, incluindo ataques ocorridos em fornecedores terceiros do banco. Em 2023, o banco não registou qualquer efeito material na sua estratégia de negócio, nos resultados das operações ou na situação financeira em resultado de um incidente de segurança da informação, incluindo uma tentativa de ciberataque. O Deutsche Bank prevê continuar a ser alvo de ataques deste tipo no futuro e poderá não ser capaz de antecipar ou impedir eficazmente a ocorrência de ataques mais importantes no futuro.

Como resultado, os ciberataques podem levar a falhas tecnológicas, violações de segurança, acesso não autorizado, indisponibilidade de serviços, perda de dados, destruição de dados e inacessibilidade de dados e/ou sistemas. Isto inclui sistemas de tecnologia da informação internos e de terceiros. Um ciberataque bem sucedido pode ter um impacto negativo significativo no banco, que pode resultar na divulgação ou utilização indevida de informações de clientes e proprietárias, danos ou incapacidade de acesso a sistemas de tecnologia da informação, perdas financeiras, custos de correção (tais como investigação e restabelecimento de serviços), aumento dos custos de cibersegurança (tais como pessoal, tecnologia ou fornecedores terceiros adicionais), obrigações de notificação de violação de dados pessoais, danos à reputação, insatisfação dos clientes e potenciais sanções regulamentares ou exposição a litígios.

Desempenho de capital e risco

Capital, rácio de alavancagem e MREL

Fundos Próprios

O cálculo dos fundos próprios do Deutsche Bank inclui os requisitos de capital exigidos pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito", CRR e à "Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito", "CRD", que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção "Evolução dos ativos ponderados pelo risco", baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção refere-se à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz" ou "KWG"), que não inclui companhias de seguros e empresas fora do setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2023, abrange capital Tier 1 e Tier 2. O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 e capital Tier 1 adicional.

O capital CET 1 consiste principalmente em capital de ações ordinárias (valor líquido de participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET 1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem ganhos de titularização sobre a venda, coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem ativos intangíveis (que excedam o seu valor prudencial), ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, ativos líquidos de fundo de pensões de prestação definida, participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, T2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens que não são deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais, tais como perpétuos sem incentivos para resgate, a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.

O capital Tier 2 é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital Tier 2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Instrumentos de capital

O Conselho de Administração foi autorizado pela Assembleia-Geral Anual de 2022 a comprar, até 30 de abril de 2027, ações até 10% do capital social no momento em que esta deliberação foi tomada ou, se inferior, do capital social no respetivo momento em que a autorização foi exercida. À data da Assembleia-Geral Anual de 2022, isto correspondia a um volume de até 206,6 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 103,3 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2022 e a Assembleia-Geral Anual de 2023, foram adquiridas 36,3 milhões de ações para efeitos de compensação em ações no mesmo período ou em períodos futuros. Destas, 22,7 milhões de ações foram adquiridas através do exercício de opções de compra. Além disso, foram adquiridas 30,2 milhões de novas opções de compra para efeitos de compensação de ações em períodos futuros. O número

de ações detidas em Tesouraria era de 5,0 milhões à data da Assembleia-Geral Anual de 2023. Estas ações foram detidas para efeitos de compensação de ações em períodos futuros.

A Assembleia-Geral Anual de 17 de maio de 2023 concedeu ao Conselho de Administração a aprovação para comprar, até 30 de abril de 2028, ações até 10% do capital social no momento em que esta resolução foi tomada ou, se inferior, do capital social no respetivo momento em que a autorização foi exercida. Na Assembleia-Geral Anual de 2023, isto correspondia a 204 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 102 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituíram as autorizações do ano anterior. Entre a data da Assembleia-Geral Anual de 2023 e 31 de dezembro de 2023, foram compradas 45,5 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. O número de ações detidas em Tesouraria resultantes de recompras era de 48,2 milhões a 31 de dezembro de 2023. Destes, 45,5 milhões dizem respeito a ações recompradas para cancelamento. O montante remanescente de 2,7 milhões de ações refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovado na Assembleia-Geral Anual de 2021, e a 31 de dezembro de 2023, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações).

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2022, o Conselho de Administração está autorizado a emitir obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumpram os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente a 9,0 mil milhões de euros até 30 de abril de 2027. O Deutsche Bank emitiu 1,25 mil milhões de euros de novas notas AT1 ao abrigo desta autorização em novembro de 2022.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e Tier 2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Os instrumentos AT1 e Tier 2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Em 2023, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e Tier 2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. O Deutsche Bank tinha um montante imaterial de instrumentos que se qualificaram durante 2023, o que resultou no facto de não haver diferença material entre os montantes "fully loaded" e "transitórios".

Com base no atual CRR, o Grupo tem instrumentos AT1 elegíveis no valor de 8,6 mil milhões de euros por liquidar em dezembro de 2023. Em 2023, o banco não emitiu nem resgatou notas AT1.

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos de capital Tier 2 ascendiam a 8,6 mil milhões de euros (valor nominal de 11,5 mil milhões de euros). Em 2023, o banco emitiu instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 1,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (montante equivalente a 1,4 mil milhões de euros) e um valor nominal de 132,5 milhões de euros de instrumentos de capital Tier 2 venceu.

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O requisito de capital mínimo CET 1 do Pilar 1 aplicável ao Grupo é de 4,50% de RWA. O total dos requisitos de capital do Pilar 1, 8,00 %, exige mais recursos que poderão ser conseguidos com um máximo de 1,50 % de capital Tier 1 adicional e até 2,00 % de capital Tier 2.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. O Deutsche Bank cumpre os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2023.

Adicionalmente a estes requisitos mínimos de capital, os seguintes requisitos combinados de amortecedor de capital ficaram totalmente em vigor a partir de 2023. Estes requisitos de reservas têm de ser cumpridos para além dos requisitos mínimos de capital do Pilar 1, mas podem ser levantados em momentos de tensão económica.

O amortecedor de conservação de capital está implementado na secção 10c da Lei bancária alemã, com base no Artigo 129.º do CRD e equivale a um requisito de 2,50% de capital CET 1 de RWA em 2023 e em diante.

O amortecedor de capital contracíclico é implementado numa jurisdição quando o crescimento excessivo do crédito está associado a um aumento do risco sistémico. Pode variar entre 0% e 2,50% de capital CET 1 de RWA. Em casos excecionais, pode também ser superior a 2,50%. O amortecedor contracíclico específico à instituição aplicável ao Deutsche Bank resulta de uma média ponderada dos amortecedores de capital contracíclicos que se aplicam às jurisdições em que se situam as nossas exposições ao crédito relevantes. Em 31 de dezembro de 2023, o amortecedor de capital contracíclico específico da instituição foi de 0,45%.

Além dos amortecedores supramencionados, as autoridades nacionais, tal como a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, podem exigir a constituição de um amortecedor de risco sistémico para prevenir e reduzir riscos

macroprudenciais ou sistémicos não cíclicos de longo prazo que não estejam abrangidos pelo CRR. Poderão exigir um amortecedor adicional máximo de 5,00% de capital CET 1 de RWA. No final do exercício de 2023, o amortecedor de risco sistémico aplicado ao Deutsche Bank é de 0,19%.

O Deutsche Bank continua a ser designado como uma instituição global sistemicamente importante (G-SII) pela BaFin de acordo com o Deutsche Bundesbank, resultando num requisito de reservas para G-SII de 1,50% de capital CET 1 de RWA em 2023 com base nos indicadores publicados em 2020. Esta avaliação foi confirmada pelo FSB em 2023. Além disso, a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha anunciou que o requisito de reserva G-SII para o Deutsche Bank permanecerá inalterado para os anos de 2024 e 2025

Além disso, o Deutsche Bank foi classificado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, de acordo com o Deutsche Bundesbank, como “outra instituição de importância sistémica global” (O-SII) com um requisito de amortecedor adicional de 2,00% em 2023 que não foi cumprido a nível consolidado. Assim, para o Deutsche Bank, as reservas O-SII ascendem a 2,00% em 2023. A autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha anunciou que o requisito de reserva O-SII para o Deutsche Bank permanece inalterado para o ano de 2024, devendo ser aplicada a reserva mais elevada para as instituições de importância sistémica (reserva G-SII ou reserva O-SII).

De acordo com o SREP do Pilar 2, o BCE pode impor a bancos individuais requisitos de capital mais rigorosos do que os requisitos legais (o designado requisito de Pilar 2).

Em dezembro de 2022, o BCE informou o Deutsche Bank da sua decisão, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2023, de que o requisito do Pilar 2 do banco foi alterado em comparação com 2022. Isto resulta no requisito do Pilar 2 do BCE para 2,70% dos ativos ponderados pelo risco. Em 31 de dezembro de 2023, o Deutsche Bank tem de manter numa base consolidada um rácio de CET 1 de, pelo menos, 11,16%, um rácio de Tier 1 de, pelo menos, 13,17% e um rácio de Capital Total de, pelo menos, 15,84%. Este requisito de capital de CET 1 inclui o requisito de capital mínimo de Pilar 1 de 4,50%, o requisito de Pilar 2 (complemento SREP) de 1,52%, o amortecedor de conservação de capital de 2,50%, o amortecedor contracíclico de 0,45% e o amortecedor de risco sistémico de 0,19% (ambos sujeitos a alterações ao longo do ano), bem como o mais alto do nosso amortecedor G-SII/O-SII de 2,00%. De forma correspondente, o requisito de capital de Tier 1 inclui adicionalmente um requisito mínimo de capital de Tier 1 de 1,50% acrescido de um requisito de Pilar 2 de 0,51%, e o requisito de Capital Total inclui ainda um requisito de capital mínimo de Tier 2 de 2,00% e um requisito de Pilar 2 de 0,68%. Além disso, na sequência dos resultados do SREP de 2023, o BCE comunicou ao Deutsche Bank uma expectativa individual, no sentido de manter um complemento de capital CET 1 de Pilar 2, correntemente designado por orientação de Pilar 2. O complemento de capital previsto para a orientação de Pilar 2 é em separado e complementar ao requisito de Pilar 2. O BCE declarou esperar que os bancos sigam a orientação de Pilar 2, ainda que esta não seja juridicamente vinculativa, e que o incumprimento da orientação de Pilar 2 não conduza a restrições automáticas às distribuições de capital.

Em 11 de dezembro de 2023, o Deutsche Bank foi informado pelo BCE da sua decisão relativa aos requisitos prudenciais de capital mínimos para 2024, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2024, na sequência dos resultados do SREP de 2023. A decisão fixou o requisito de Pilar 2 do BCE em 2,65% do RWA, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2024, dos quais pelo menos 1,49% devem ser cobertos por capital de CET 1 e 1,99% por capital de Tier 1.

A tabela seguinte apresenta uma visão geral dos diferentes requisitos de amortecedor de capital mínimo do Pilar 1 e do Pilar 2 (mas excluindo a orientação do Pilar 2) aplicáveis ao Deutsche Bank para os anos de 2023 e 2024.

Visão geral do total dos requisitos de capital e amortecedores de capital

	2023	2024
Pilar 1		
Requisito mínimo de CET 1	4,50%	4,50%
Requisito de amortecedor combinado	5,14%	5,19%
Amortecedor de conservação de capital	2,50%	2,50%
Reserva contracíclica ¹	0,45%	0,50%
Reserva de risco sistémico ²	0,19%	0,19%
Máximo de:	2,00%	2,00%
Amortecedor G-SII	1,50%	1,50%
Amortecedor O-SII	2,00%	2,00%
Pilar 2		
Complemento SREP de capital CET 1 de Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2")	2,70%	2,65%
dos quais cobertos por capital CET 1	1,52%	1,49%
dos quais cobertos por capital Tier 1	2,03%	1,99%
dos quais cobertos por capital Tier 2	0,68%	0,66%
Requisito total de CET 1 do Pilar 1 e 2³	11,16%	11,18%
Requisito total de Tier 1 do Pilar 1 e 2	13,17%	13,18%
Requisito de capital total do Pilar 1 e 2	15,84%	15,84%

¹ O requisito de amortecedor contracíclico do Deutsche Bank está sujeito a taxas de amortecedores específicas de cada país instituídas pela ABE e pelo Comité de Basileia de Supervisão Bancária (BCBS), bem como às exposições a crédito relevantes do Deutsche Bank na respetiva data de relato; a taxa do amortecedor contracíclico para 2024 foi

calculada como 0,50% com base em alterações conhecidas ao amortecedor contracíclico em 2024. O amortecedor contracíclico está sujeito a alterações da carteira do Deutsche Bank e a novas alterações das taxas do amortecedor contracíclico ao longo do ano

² A taxa do amortecedor de risco sistémico para 2024 foi calculada em 0,19% com base em alterações conhecidas do amortecedor de risco sistémico em 2024. O amortecedor de risco sistémico está sujeito a alterações da carteira do Deutsche Bank e a novas alterações das taxas do amortecedor de risco sistémico ao longo do ano

³ O requisito total de CET 1 do Pilar 1 e do Pilar 2 (excluindo a orientação de "Pilar 2") é calculado como a soma do requisito SREP, do requisito de reserva de risco sistémico, do requisito de amortecedor de conservação de capital e do requisito de amortecedor contracíclico, bem como do mais elevado entre o requisito G-SII/O-SII

Desenvolvimento de fundos próprios

O capital CET 1 do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 48,1 mil milhões de euros e manteve-se substancialmente estável em comparação com o final de 2022. O capital AT1 era inferior em 0,2 mil milhões de euros, ascendendo a 8,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 8,5 mil milhões de euros no final de 2022. O capital Tier 1 em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 56,4 mil milhões de EUR, em comparação com 56,6 mil milhões de euros no final de 2022. O capital Tier 2 era inferior em 0,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, ascendendo a 8,6 mil milhões de euros, em comparação com 9,5 mil milhões de euros no final de 2022. O capital total era inferior em 1,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, ascendendo a 65,0 mil milhões de euros, em comparação com 66,1 mil milhões de euros no final de 2022.

O capital CET 1 manteve-se substancialmente estável ao longo do ano, com um lucro líquido positivo de 4,8 mil milhões de euros para o exercício de 2023, compensado por deduções regulamentares para futuros dividendos de ações ordinárias e pagamentos de cupão AT1 no valor de 1,3 mil milhões de euros, o que está em conformidade com a Decisão do BCE (UE) (2015/656) sobre o reconhecimento de lucros intercalares ou no fim do exercício no capital CET 1, em conformidade com n.º 2 do artigo 26.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (BCE/2015/4), e aumento dos ajustamentos regulamentares relacionados com o défice para perda esperada de 1,9 mil milhões de euros, principalmente devido à implementação de novos modelos, e ativos por impostos diferidos no valor de 1,0 mil milhões de euros, parcialmente compensados por reduções no ajuste do valor adicional de 0,3 mil milhões de euros, na compensação por ações de 0,2 mil milhões de euros e noutros ajustamentos regulamentares de 0,1 mil milhões de euros. Além disso, o capital CET 1 diminuiu em resultado dos efeitos negativos dos ajustamentos de conversão cambial líquidos dos contra-efeitos das rubricas de dedução de capital no valor de 0,8 mil milhões de euros e das recompras de ações no valor de 0,5 mil milhões de euros.

A redução do capital AT1 de 0,2 mil milhões de euros deveu-se ao aumento da dedução de capital resultante de limites mais elevados para as transações de criação de mercado.

A diminuição do capital Tier 2 de 0,9 mil milhões de euros deveu-se principalmente ao resgate de um instrumento de nível 2 com um valor nocional de 1,3 mil milhões de euros, a uma amortização de 0,7 mil milhões de euros, 0,2 mil milhões de euros devido a efeitos cambiais e a uma dedução mais elevada de 0,2 mil milhões de euros no limite de criação de mercado. Tal foi parcialmente compensado pela emissão de um novo instrumento de capital Tier 2 com um valor nocional de 1,4 mil milhões de euros no primeiro trimestre de 2023.

Modelo de fundos próprios (incluindo RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2023 CRR/CRD	31 dez 2022 CRR/CRD
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	44.908	45.458
Lucros não distribuídos	16.509	12.305
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(1.760)	(1.314)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis ¹	3.493	4.183
Outros	973	1.002
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	64.124	61.634
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.727)	(2.026)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(126)	600
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.014)	(5.024)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(4.207)	(3.244)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(2.386)	(466)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(920)	(1.149)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(0)	(0)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	0	0
Outros ajustamentos regulamentares ²	(1.679)	(2.225)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(16.058)	(13.536)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	48.066	48.097
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	8.578	8.578
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	0	0
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	8.578	8.578
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(250)	(60)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	0	0
Outros ajustamentos regulamentares	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(250)	(60)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	8.328	8.518
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	56.395	56.616
Capital Tier 2 (T2)	8.610	9.531
Total do capital (TC = T1 + T2)	65.005	66.146
Total dos ativos ponderados pelo risco	349.742	360.003
Rácios de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,7	13,4
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	16,1	15,7
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	18,6	18,4

N/S – Não significativo

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

² Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 1,2 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,3 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 1,0 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 0,9 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 7,4 milhões de euros) resultantes de compromissos de valor mínimo, nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CRR, e o CET 1 não apresenta qualquer alteração no ano em curso, mas apresenta uma diminuição de 14,7 milhões de euros para o ano de 2022 decorrente da disposição transitória da IFRS 9, nos termos do artigo 473.º-A do CRR

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 dez 2023	31 dez 2022
Total do capital acionista por balanço contabilístico	64.486	61.959
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(35)	29
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	0
Lucros não distribuídos	(35)	29
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	0
Total do capital acionista por balanço regulamentar	64.451	61.988
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	973	1.002
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas ¹	(1.279)	(1.342)
Instrumentos de capital não elegíveis para CET 1 nos termos do CRR 28(1)	(21)	(14)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	64.124	61.634
Ajustamentos de valor adicionais	(1.727)	(2.026)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(126)	600
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.014)	(5.024)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(4.207)	(3.244)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(920)	(1.149)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares ²	(4.065)	(2.691)
Capital Common Equity Tier 1	48.066	48.097

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

² Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 1,2 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,3 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 1,0 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 0,9 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 7,4 milhões de euros) resultantes de compromissos de valor mínimo nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CRR. O CET 1 não apresenta qualquer alteração no ano em curso, mas apresenta uma diminuição de 14,7 milhões de euros para o ano de 2022 decorrente da disposição transitória da IFRS 9, nos termos do artigo 473.º-A do CRR

Desenvolvimento de fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	doze meses terminados 31.12.2023	doze meses terminados 31.12.2022
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de abertura	48.097	46.506
Ações ordinárias, efeito líquido	(69)	(2)
Capital realizado adicional	(332)	(79)
Lucros não distribuídos	4.794	5.945
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	(150)	(325)
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	(445)	(870)
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas ¹	(1.279)	(1.342)
Ajustamentos de valor adicionais	300	(215)
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	11	(127)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura (excluindo os resultantes de diferenças temporárias)	(962)	(1.779)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(1.920)	107
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	230	(158)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limiar de 10% e 15%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	0	151
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(208)	285
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) – montante de fecho	48.066	48.097
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de abertura	8.518	8.868
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	0	1.967
Instrumentos vencidos e adquiridos	0	(2.350)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(190)	33
Capital Tier 1 adicional (AT1) – montante de fecho	8.328	8.518
Capital Tier 1	56.395	56.616
Capital Tier 2 (T2) – montante de fecho	8.610	9.531
Total do capital regulamentar	65.005	66.146

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

Cobertura mínima das perdas para a exposição em incumprimento (Non Performing Exposure - NPE)

Em abril de 2019, a UE publicou o Regulamento (UE) 2019/630 que altera o CRR (Regulamento (UE) n.º 575/2013) para uma reserva prudencial de proteção para riscos de incumprimento (NPE). Este regulamento resulta numa dedução do Pilar 1 do capital CET 1 quando não é cumprido um requisito mínimo de cobertura de perdas. É aplicado às exposições originadas e em incumprimento após 25 de abril de 2019.

Além disso, em março de 2018, o BCE publicou a sua "Adenda às Orientações do BCE aos bancos sobre empréstimos em incumprimento: expectativas de supervisão para o provisionamento prudencial de exposições em incumprimento" e, em agosto de 2019, a sua "Comunicação sobre as expectativas de cobertura de supervisão para as NPE".

As orientações do BCE emitidas são aplicáveis a todos os novos empréstimos em situação de incumprimento após 1 de abril de 2018 (ECB - novo NPE após 1 de abril de 2018) e, à semelhança das regras da UE, exige que os bancos tomem medidas caso não seja cumprido um requisito mínimo de cobertura por imparidade. No âmbito das discussões anuais do SREP, o BCE pode impor medidas de Pilar 2 aos bancos, caso o BCE não esteja confiante com as medidas tomadas pelo banco individual.

Para o final do ano de 2020, o banco introduziu um quadro para determinar o provisionamento prudencial de exposição em incumprimento como medida de Pilar 2, como solicitado nas orientações do BCE anteriormente mencionadas e na recomendação SREP.

Para a expectativa de cobertura mínima de perdas para NPE decorrentes de clientes em incumprimento antes de 1 de abril de 2018 (BCE – Stock NPE), foi prevista uma trajetória de integração progressiva para uma expectativa de cobertura de 100% com um aumento anual de 10%. Numa primeira fase, os bancos foram atribuídos a três grupos comparáveis com base nos rácios líquidos de NPL do banco no final de 2017 e, numa segunda fase, foi efetuada uma avaliação da capacidade relativamente ao impacto potencial para cada banco individual com um horizonte de final de 2026. O Deutsche Bank foi atribuído ao Grupo 1 que requer uma aplicabilidade total de cobertura mínima de perdas de 100% até ao final do ano de 2024 para empréstimos garantidos e até ao final do ano de 2023 para empréstimos não garantidos, respetivamente.

O desencontro entre os requisitos mínimos de cobertura de perdas para a exposição em incumprimento e as reservas de risco registadas em conformidade com a IFRS 9 para ativos em incumprimento (Fase 3) elevava-se a 322 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 e foi deduzido do CET 1. Este CET 1 adicional pode ser considerado como reserva de perdas adicionais e conduz a uma redução de 2,6 mil milhões de euros em RWA. A redução do défice e o respetivo aumento da redução dos RWA em 2023 foram impulsionados pelos benefícios da otimização dos dados e dos processos no âmbito das medidas de eficiência de capital do banco, como se refere a seguir.

Cobertura das perdas de exposição em incumprimento

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31 dez 2023			
	Valor de exposição ¹	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	3.745	650	1.299	51
Investment Bank	9.415	3.684	4.753	223
Private Bank	6.621	1.428	3.169	43
Asset Management	0	0	0	0
Corporate & Other	491	59	98	4
Total	20.271	5.820	9.319	322

¹ Valor de exposição em conformidade com o artigo 47.º-C do CRR

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31 dez 2022			
	Valor de exposição ¹	Requisito de cobertura mínima total	Cobertura disponível	Montante aplicável da cobertura insuficiente
Corporate Bank	4.378	795	1.176	316
Investment Bank	14.665	8.182	10.117	383
Private Bank	6.101	1.250	2.202	315
Asset Management	0	0	0	0
Corporate & Other ²	282	67	41	35
Total	25.426	10.294	13.535	1.048

¹ Valor de exposição em conformidade com o artigo 47.º-C do CRR

² Alinhado com a representação atual

Evolução de ativos ponderados pelo risco

A tabela seguinte fornece uma visão geral de RWA repartidos por tipo de risco e por divisão. Inclui os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre segmentos.

Ativos ponderados pelo risco por tipo de risco e divisão

	31 dez 2023					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	63.156	94.246	78.422	11.652	18.314	265.789
Risco de liquidação	0	1	13	0	0	14
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	82	4.654	110	0	429	5.276
Risco de mercado	181	19.019	22	28	2.260	21.510
Risco operacional	5.568	21.611	7.659	3.475	18.839	57.153
Total	68.987	139.532	86.226	15.155	39.842	349.742

	31 de dezembro de 2022 ¹					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Risco de crédito	68.022	93.184	79.865	9.417	18.726	269.214
Risco de liquidação	0	63	0	0	61	124
Ajustamento da avaliação de crédito (CVA)	130	5.144	29	4	877	6.184
Risco de mercado	847	17.895	72	28	7.289	26.131
Risco operacional	5.304	23.155	7.637	3.414	18.839	58.349
Total	74.303	139.442	87.602	12.864	45.792	360.003

¹ Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

Os RWA do Deutsche Bank foram de 349,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, face a 360,0 mil milhões de euros no final do exercício de 2022. Os RWA para risco de mercado diminuíram 4,6 mil milhões de euros, principalmente devido a reduções nos componentes de valor em risco e de valor em risco em situação de esforço, na sequência de uma redução dos componentes qualitativos e quantitativos do multiplicador de capital. Além disso, as reduções da exposição conduziram a um valor em risco e a um valor em risco em situação de esforço mais baixos, o que foi parcialmente compensado por requisitos de capital para riscos adicionais mais elevados, em comparação com o final do exercício de 2022. Os RWA de risco de crédito diminuíram 3,4 mil milhões de euros, principalmente devido aos benefícios da otimização de dados e processos no âmbito das medidas de eficiência de capital do banco, a novas titularizações, a variações cambiais e a uma redução dos RWA relativos a ativos por impostos diferidos. Este facto foi parcialmente compensado por um aumento dos RWA devido a alterações regulamentares decorrentes da introdução de novos modelos, impactos da migração de notação, exposições a contrapartes centrais, aumentos decorrentes da aquisição da Numis e crescimento da atividade. Os RWA de risco operacional diminuíram 1,2 mil milhões de euros, devido sobretudo a um desenvolvimento mais favorável do perfil de perdas internas do Deutsche Bank que alimentou o modelo de capital. Os RWA no ajustamento da avaliação de crédito (CVA) diminuíram 0,9 mil milhões de euros, devido sobretudo a atualizações do modelo e a alterações dos dados de mercado, parcialmente compensadas por alterações na metodologia e na política, bem como nas atividades comerciais.

As tabelas que se seguem apresentam uma análise de fatores responsáveis pelas variações dos ativos ponderados pelo risco observadas para o risco de crédito e para os ajustamentos da avaliação do crédito, bem como para o risco de mercado e risco operacional no período de relato. Além disso, as tabelas também mostram os movimentos correspondentes em requisitos de capital, derivados de RWA com um requisito mínimo de capital de 8%.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado, incluindo risco de crédito da contraparte

	31 dez 2023		31 dez 2022	
em milhões de euros	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	269.214	21.537	263.752	21.100
Dimensão da carteira	(3.694)	(296)	(6.254)	(500)
Qualidade da carteira	(886)	(71)	(478)	(38)
Atualizações do modelo	298	24	(179)	(14)
Metodologia e política	5.831	466	8.244	659
Aquisições e alienações	571	46	0	0
Variações cambiais	(4.174)	(334)	5.320	426
Outros	(1.371)	(110)	(1.191)	(95)
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	265.789	21.263	269.214	21.537

Dos quais: Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital	RWA para risco de crédito da contraparte	Requisitos de capital
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, início do ano	23.589	1.887	24.780	1.982
Dimensão da carteira	(4.664)	(373)	(1.734)	(139)
Qualidade da carteira	1.278	102	(41)	(3)
Atualizações do modelo	0	0	0	0
Metodologia e política	312	25	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	(646)	(52)	584	47
Outros	0	0	0	0
Saldo do risco de crédito de RWA da contraparte, fim do ano	19.868	1.589	23.589	1.887

As classificações dos principais fatores para a tabela de evolução de risco de crédito de RWA estão em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force). As alterações orgânicas na dimensão e composição da carteira do Grupo são tidas em conta na categoria "Dimensão da carteira". A categoria "Qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura e compensação de garantias colaterais. As "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa como, por exemplo, a aplicação de regulamentos novos, são considerados na secção "Metodologia e política". "Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios ou atividades relacionadas com alienações. As alterações que não possam ser atribuídas às categorias acima indicadas refletem-se na categoria "Outros".

A diminuição dos RWA para risco de crédito em 3,4 mil milhões de euros, ou 1,3%, desde 31 de dezembro de 2022, deve-se principalmente às categorias "variações cambiais", "dimensão da carteira", "outros" e "qualidade da carteira". Esta situação foi parcialmente compensada por alterações apresentadas nas categorias "metodologia e política", "aquisições e alienações" e "atualizações do modelo". A diminuição da categoria "dimensão da carteira" deve-se essencialmente a uma redução das titularizações sintéticas no Corporate Bank e no Private Bank, que foi parcialmente compensada pelo crescimento da atividade. Além disso, a diminuição na categoria "outros" reflete uma redução dos RWA para ativos por impostos diferidos e investimentos em entidades do setor financeiro. A redução da "qualidade da carteira" deve-se sobretudo aos benefícios da otimização dos dados e dos processos no âmbito das medidas de eficiência de capital do banco, parcialmente compensada pela deterioração das notações das contrapartes. As reduções acima referidas foram parcialmente compensadas por aumentos na categoria "metodologia e política", que reflete principalmente os impactos da introdução de novos modelos devido a alterações regulamentares e exposições a contrapartes centrais. A categoria "aquisições e alienações" reflete a aquisição da Numis. Além disso, os RWA de risco de crédito aumentaram na categoria "atualizações do modelo" em comparação com 2022, devido a aperfeiçoamentos no modelo IRBA do Deutsche Bank.

Os RWA relativos ao risco de crédito da contraparte diminuíram 3,7 mil milhões de EUR, ou 15,8%, desde 31 de dezembro de 2022, sobretudo devido à diminuição da categoria "dimensão da carteira", que reflete exposições mais baixas para os derivados, juntamente com ponderações de risco mais baixas para novas posições, bem como uma redução na categoria "variações cambiais". Este decréscimo foi parcialmente compensado por um aumento da categoria "qualidade da carteira", nomeadamente devido à deterioração das notações das contrapartes. Adicionalmente, os RWA relativos ao risco de crédito da contraparte aumentaram na categoria "metodologia e política", devido aos impactos da introdução de novos modelos em virtude de alterações regulamentares e de exposições a contrapartes centrais.

Com base no quadro regulamentar CRR/CRD, o Deutsche Bank é obrigado a calcular os RWA utilizando o CVA, que tem em consideração a qualidade creditícia das nossas contrapartes. Os RWA para CVA cobrem o risco de perdas do valor de mercado no risco de contraparte esperado, relacionado com exposições a derivados OTC e transações de financiamento de títulos. O Deutsche Bank calcula a maioria do CVA com base no seu próprio modelo interno, conforme aprovado pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o ajustamento da avaliação de crédito

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	RWA de CVA	Requisitos de capital	RWA de CVA	Requisitos de capital
Saldo de RWA para CVA, início do exercício	6.184	495	6.327	506
Variações dos níveis de risco	170	14	1.217	97
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(656)	(52)	(200)	(16)
Atualizações do modelo	(683)	(55)	(1.160)	(93)
Metodologia e política	261	21	0	0
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	0
Saldo de RWA para CVA, fim do exercício	5.276	422	6.184	495

A evolução dos RWA para CVA é repartida por várias categorias: “Variações dos níveis de risco”, que inclui alterações na dimensão e composição da carteira; “Calibrações e alterações em dados de mercado”, que inclui alterações em níveis e volatilidades de dados de mercado, bem como recalibrações; “Atualizações do modelo”, que se refere a alterações nos modelos de exposição ao crédito pelo IMM ou pelos modelos de valor em risco utilizados para os RWA para CVA; “Metodologia e política”, que está relacionado com alterações à regulamentação. Quaisquer aquisições ou alienações de negócios significativas seriam apresentadas na categoria “Aquisições e alienações”.

Em 31 de dezembro de 2023, os RWA para CVA ascendiam a 5,3 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 0,9 mil milhões de euros, ou -15%, face a 31 de dezembro de 2022. Este valor inclui uma diminuição de 0,7 mil milhões de euros nas atualizações do modelo e de 0,7 mil milhões de euros nas alterações de dados de mercado, parcialmente compensadas por alterações de metodologia e de política e por atividades comerciais ao longo do ano.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

em milhões de euros	31 dez 2023					Total de requisitos de capital
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total de RWA	
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	7.413	12.221	3.639	2.857	26.131	2.091
Variações dos níveis de risco	(1.901)	(1.724)	3.647	72	95	8
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	(393)	(10)	0	(53)	(456)	(36)
Atualizações/alterações do modelo	77	(663)	(158)	0	(745)	(60)
Metodologia e política	(1.446)	(2.735)	0	722	(3.459)	(277)
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	(57)	(57)	(5)
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	3.750	7.090	7.129	3.542	21.510	1.721

em milhões de euros	31 dez 2022					Total de requisitos de capital
	VaR	SVaR	IRC	Outros	Total de RWA	
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	3.538	9.360	3.657	3.219	19.773	1.582
Variações dos níveis de risco	(175)	1.986	(17)	266	2.061	165
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	2.651	(617)	0	(593)	1.441	115
Atualizações/alterações do modelo	100	(650)	0	0	(550)	(44)
Metodologia e política	1.299	2.142	0	0	3.441	275
Aquisições e alienações	0	0	0	0	0	0
Variações cambiais	0	0	0	113	113	9
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	7.413	12.221	3.639	2.857	26.131	2.091

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos modelos internos do banco para o valor em risco (VaR), valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais (IRC), bem como os resultados do cálculo do risco de mercado pelo método padrão (MRSA), que está incluído na categoria “Outros”. O MRSA é utilizado para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de mercado específico das titularizações da carteira de negociação, para certos tipos de fundos de investimento e para o risco de longevidade, conforme estabelecido nos regulamentos CRR/CRD.

As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria “Alterações e recalibrações dos dados de mercado”. As alterações dos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, tais como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria “Atualizações do modelo”. Na categoria “Metodologia e política” são comunicadas alterações aos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição

regulamentar. As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "Aquisições e alienações". Os impactos das "Variações cambiais" apenas são calculados para os métodos CRM e padrão.

Em 31 de dezembro de 2023, os RWA para o risco de mercado eram de 21,5 mil milhões de euros, uma diminuição de 4,6 mil milhões de euros, ou -18%, desde 31 de dezembro de 2022. A diminuição deve-se à categoria "Metodologia e política", devido a uma redução de 0,85 do componente quantitativo do multiplicador de capital, devido ao facto de os valores anómalos dos testes retrospectivos terem saído da janela de 250 dias e à redução de 0,5 do componente qualitativo do multiplicador. Os requisitos de capital para riscos adicionais aumentaram 3,5 mil milhões de euros, devido a alterações no inventário de obrigações soberanas para facilitar a criação de mercado nas atividades Taxas globais e Mercados emergentes globais, o que é compensado por um menor valor em risco e valor em risco em situação de esforço, devido a uma redução da exposição às taxas de juro no âmbito das Taxas globais e a reduções na sequência das alterações na estratégia da atividade cambial global.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	RWA para risco operacional	Requisitos de capital	RWA para risco operacional	Requisitos de capital
Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício	58.349	4.668	61.718	4.937
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	(1.577)	(126)	(3.405)	(272)
Evolução da perda esperada	150	12	(166)	(13)
Componente prospetiva de risco	130	10	794	63
Atualizações do modelo	0	0	(669)	(54)
Metodologia e política	100	8	78	6
Aquisições e alienações	0	0	0	0
Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício	57.153	4.572	58.349	4.668

As alterações nos eventos de perda internos e externos estão refletidas na categoria "Alterações no perfil de perda". A categoria "Evolução da perda esperada" baseia-se nos planos de negócio das divisões e nas perdas históricas, bem como é deduzida do valor do capital AMA dentro de certos limites. A categoria "Componente prospetivo de risco" reflete o ajustamento qualitativo e, como tal, a eficácia e o desempenho das atividades diárias de gestão do risco operacional através de métricas de apetência pelo risco não financeiro e de classificação de avaliação e controlo do risco (RCA), focando-se na conjuntura de negócios e fatores de controlo interno. A categoria "Atualizações do modelo" abrange aperfeiçoamentos do modelo, tais como a implementação de alterações de modelo. A categoria "Metodologia e política" representa alterações originadas por fatores externos, como, por exemplo, complementos regulamentares. A categoria "Aquisições e alienações" representa variações significativas de exposição que poderão facilmente ser atribuídas a negócios novos ou alienados.

A diminuição global de 1,2 mil milhões de euros dos RWA para o risco operacional durante 2023 deveu-se principalmente à menor frequência de perdas que alimenta o nosso modelo de capital.

Capital económico

Adequação de capital económico

O processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP) do Deutsche Bank visa manter a viabilidade do banco continuamente. A adequação de capital interno é avaliada de uma perspetiva económica como o rácio da nossa oferta de capital económico dividido pela procura de capital económico conforme indicado na tabela abaixo.

Total de oferta e procura de capital económico

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	31 dez 2023	31 dez 2022
Componentes da oferta de capital económico		
Capital próprio dos acionistas	64.486	61.959
Participações minoritárias ¹	899	897
Dedução de cupões AT1	(381)	(319)
Ganho na venda de titularizações, coberturas de fluxos de caixa	(45)	790
Resultados pelo justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio	(82)	(190)
Ajustamentos de avaliação adicionais	(1.727)	(2.026)
Ativos intangíveis	(3.692)	(3.677)
Ativos por impostos diferidos IFRS excl. diferenças temporárias	(4.737)	(3.937)
Défica para perda esperada	(2.386)	(466)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida	(947)	(1.176)
Outros ajustamentos	(3.782)	(1.864)
Oferta de capital económico	47.607	49.989
Componentes da procura de capital económico		
Risco de crédito	11.875	11.802
Risco de mercado	8.328	6.355
Risco operacional	4.572	4.668
Risco estratégico	1.874	1.854
Vantagem de diversificação	(3.385)	(3.778)
Total de procura de capital económico	23.265	20.900
Rácio de adequação de capital económico	205%	239%

¹ Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária

O rácio de adequação de capital económico era de 205% em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 239% em 31 de dezembro de 2022. Esta diminuição deveu-se a um aumento da procura de capital económico, explicado na secção "Perfil de risco", e a uma diminuição da oferta de capital económico.

A diminuição da oferta de capital económico de 2,4 mil milhões de euros em comparação com o final de 2022 deveu-se principalmente a uma maior dedução de capital do défica de perdas esperadas de 1,9 mil milhões de euros, à introdução de uma nova dedução de 1,5 mil milhões de euros para as diferenças de avaliação entre os valores escriturados e os justos valores dos títulos de dívida detidos para cobrança, a deduções para futuros dividendos de ações ordinárias e pagamentos de cupões AT1 de 1,3 mil milhões de euros, a ajustamentos de conversão cambial de 1,1 mil milhões de euros, a deduções de capital mais elevadas para ativos por impostos diferidos de acordo com as IFRS excluindo diferenças temporárias de 0,8 mil milhões de euros e a coberturas de fluxos de caixa de 0,8 mil milhões de euros. Estas diminuições foram parcialmente compensadas por um resultado líquido positivo de 4,8 mil milhões de euros e por uma dedução reduzida de 0,3 mil milhões de euros para ajustamentos de avaliação adicionais.

Rácio de alavancagem

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD

O rácio de alavancagem não baseado no risco atuará como medida suplementar para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de “proteção” não baseada no risco.

Foi introduzido um requisito mínimo de rácio de alavancagem de 3%, a partir de 28 de junho de 2021. A partir de 1 de janeiro de 2023, aplica-se um requisito adicional de rácio de alavancagem de 50% da taxa de amortecedor G-SII aplicável. Este requisito adicional equivale a 0,75% para o Deutsche Bank. Além disso, o Banco Central Europeu estabeleceu, pela primeira vez, um requisito do Pilar 2 para o rácio de alavancagem; a partir de 1 de janeiro de 2024, este requisito será de 0,10%.

O Deutsche Bank calcula a sua exposição de rácio de alavancagem em conformidade com os artigos 429.º a 429.º-G do CRR.

A exposição total ao rácio de alavancagem do Grupo inclui os derivados, transações de financiamento de títulos (SFT), exposição a extrapatrimoniais e outras exposições no balanço (excluindo derivados e SFT).

A exposição de alavancagem para derivados é calculada utilizando a versão modificada do método padrão para o risco de crédito da contraparte (SA-CCR), que compreende o custo corrente de reposição mais um suplemento regulamentar definido para uma potencial exposição futura. O valor nominal efetivo de derivados de crédito vendidos, ou seja, o valor nominal reduzido por quaisquer alterações negativas ao justo valor, que tenham sido incorporadas no capital Tier 1, é incluído na medida da exposição ao rácio de alavancagem; a medida de exposição resultante é ainda mais reduzida pelo valor nominal efetivo de uma proteção de derivado de crédito comprada no mesmo nome de referência, desde que sejam reunidas determinadas condições.

O componente de SFT inclui os valores a receber brutos para SFT, que são compensados com valores a pagar de SFT, se forem reunidas condições específicas. Para além da exposição bruta, está incluído um suplemento regulamentar para o risco de crédito da contraparte.

O componente de exposição extrapatrimonial segue o método padrão para o risco de crédito com fatores de conversão de risco de crédito (CCF), dependendo da categoria de risco (0% para risco baixo, 20% para risco médio/baixo, 50% para risco médio ou 100% para risco total). Para a determinação da exposição ao efeito de alavancagem, é aplicado um limite mínimo de 10%, o que conduz a um CCF de 10% para a categoria de baixo risco.

O componente das exposições patrimoniais (excluindo derivados e SFT) reflete os valores contabilísticos dos ativos (excluindo derivados, SFT e compras e vendas regulares que aguardam liquidação). O valor da exposição das compras e vendas regulares que aguardam liquidação é determinado como compensação entre esses valores a receber e a pagar, em que as vendas e compras regulares relacionadas são ambas liquidadas numa base de entrega mediante pagamento.

Os ativos podem ser excluídos da medida de exposição ao rácio de alavancagem se tiverem sido deduzidos na determinação do capital Tier 1. Os ajustamentos regulamentares correspondentes são refletidos nos montantes de ativos deduzidos na determinação do componente de capital de Tier 1.

As tabelas que se seguem apresentam a exposição de rácio de alavancagem e o rácio de alavancagem. Para mais informações sobre o capital Tier 1, consulte também a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

Resumo da reconciliação de exposições a rácio de alavancagem e ativos contabilísticos

em mil milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Total do ativo de acordo com as demonstrações financeiras publicadas	1.312	1.337
Ajustamento para entidades que são consolidadas para fins contabilísticos, mas que estão fora do âmbito da consolidação regulamentar	2	2
Ajustamentos para instrumentos financeiros derivados	(122)	(171)
Ajustamento para transações de financiamento de títulos (SFT)	4	1
Ajustamento para rubricas extrapatrimoniais (ou seja, conversão para montantes equivalentes de crédito de exposições extrapatrimoniais)	127	128
Outros ajustamentos	(83)	(57)
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.240	1.240

Divulgação comum de rácio de alavancagem

em mil milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

	31 dez 2023	31 dez 2022
Total de exposições a derivados	131	130
Total de exposições a transações de financiamento de títulos	99	96
Total de exposições extrapatrimoniais	127	128
Outros ativos	897	897
Montantes de ativo deduzidos na determinação de capital Tier 1	(14)	(11)
Capital Tier 1	56,4	56,6
Medida da exposição total ao rácio de alavancagem	1.240	1.240
Rácio de alavancagem (em %)	4,5	4,6

Descrição dos fatores que tiveram impacto no rácio de alavancagem em 2023

Em 31 de dezembro de 2023, o rácio de alavancagem era de 4,5% em comparação com 4,6% em 31 de dezembro de 2022. Isto tem em conta um capital Tier 1 de 56,4 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1240,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 (56,6 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1240,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, respetivamente).

Durante o ano de 2023, a exposição ao efeito de alavancagem manteve-se substancialmente inalterada em 1240,3 mil milhões de euros. Os montantes dos ativos deduzidos na determinação do capital Tier 1 diminuíram 2,8 mil milhões de euros, refletindo sobretudo deduções de capital mais elevadas para montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas e dos ativos por impostos diferidos. Além disso, a exposição extrapatrimonial a alavancagem diminuiu 0,6 mil milhões de euros. A exposição ao efeito de alavancagem dos ativos não relacionados com derivados e operações de financiamento garantidas diminuiu 0,5 mil milhões de euros, o que reflete em grande medida a evolução do balanço (para mais informações, consultar a secção "Movimentos nos ativos e passivos" do presente relatório). As rubricas relacionadas com as SFT (títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo) aumentaram 3,0 mil milhões de euros, em grande medida em linha com a evolução do balanço. Além disso, a exposição ao efeito de alavancagem relacionada com os derivados aumentou 0,8 mil milhões de euros.

A evolução da exposição ao efeito de alavancagem em 2023 inclui um impacto cambial negativo de 17,7 mil milhões de euros, principalmente devido ao enfraquecimento do dólar americano em relação ao euro. Os efeitos de variações cambiais estão incorporados no movimento dos itens de exposição à alavancagem discutidos nesta secção.

Para os principais fatores do desenvolvimento de capital Tier 1, consulte a secção "Desenvolvimento de fundos próprios".

Requisitos mínimo de fundos próprios e passivos elegíveis e Capacidade total de absorção de perdas

Requisitos MREL

O requisito mínimo para fundos próprios e passivos elegíveis (MREL) foi introduzido através do Regulamento da União Europeia, o qual estabeleceu regras homogêneas e um procedimento homogêneo para a resolução de instituições de crédito (Regulamento do mecanismo único de resolução, ou Regulamento MUR) e da diretiva da União Europeia que estabeleceu um quadro para a recuperação e resolução de instituições de crédito (Diretiva relativa à recuperação e resolução bancárias, ou BRRD), conforme implementadas na lei alemã pela Lei alemã de recuperação e resolução.

O nível de MREL atualmente requerido é determinado pelas autoridades de resolução competentes para cada banco supervisionado individualmente, dependendo da respetiva estratégia de resolução preferencial. No caso do Deutsche Bank AG, o MREL é determinado pelo Conselho Único de Resolução. Embora não exista um nível mínimo estatutário de MREL, o MUR, o BRRD e um regulamento delegado definem os critérios que a autoridade de resolução tem de ter em consideração ao determinar o nível requerido de MREL. São fornecidas orientações através de uma política MREL publicada anualmente pelo CUR. Qualquer rácio MREL vinculativo determinado pelo CUR é comunicado ao Deutsche Bank através da Autoridade Federal de Supervisão Financeira da Alemanha (BaFin).

Como resultado da sua revisão anual regular, o CUR atualizou os requisitos obrigatórios do rácio de MREL do Deutsche Bank AG no segundo trimestre de 2023, aplicável imediatamente. O requisito do rácio de MREL numa base consolidada é agora de 25,21% do RWA e 6,92% do LRE, dos quais 19,54% do RWA e 6,92% do LRE devem ser satisfeitos com fundos próprios e instrumentos subordinados.

Os requisitos combinados de reservas de 5,14% em 31 de dezembro de 2023 devem ser cumpridos para além dos requisitos de MREL com base no RWA e do MREL subordinado.

Requisitos TLAC

Desde 27 de junho de 2019, o Deutsche Bank, enquanto banco de importância sistémica global, também esteve sujeito a normas mínimas globais para a capacidade de absorção de perdas totais (TLAC). O requisito de TLAC foi implementado através de alterações ao Regulamento de Requisitos de Capital e à Diretiva de Requisitos de Capital, fornecidos em junho de 2019 com a publicação do Regulamento (UE) 2019/876 e da Diretiva (UE) 2019/878.

Este requisito de TLAC baseia-se em denominadores baseados no risco e não baseados no risco e fixados no maior dos 18% dos RWA, mais os requisitos de reservas combinados e 6,75% do LRE desde 1 de janeiro de 2022.

Desenvolvimento do rácio de MREL

Em 31 de dezembro de 2023, o MREL disponível era de 123,3 mil milhões de euros, o que corresponde a uma proporção de 35,24% dos RWA. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de MREL de 17,1 mil milhões de euros acima dos requisitos MREL do Deutsche Bank de 106,2 mil milhões de euros (ou seja, 30,35% do RWA, incluindo o requisito de reservas combinadas). Em comparação com 31 de dezembro de 2022, o excedente diminuiu, uma vez que um requisito MREL mais elevado não foi totalmente compensado por RWA mais baixos.

114,1 mil milhões de euros do MREL do Deutsche Bank disponível eram fundos próprios e passivos subordinados, correspondendo a um rácio de subordinação de MREL de 32,63% do RWA, uma reserva de 27,8 mil milhões de euros acima do requisito de subordinação do Deutsche Bank de 86,3 mil milhões de euros (ou seja, 24,68% do RWA, incluindo requisitos de reservas combinadas). Em comparação com 31 de dezembro de 2022, o excedente aumentou devido a um requisito MREL subordinado mais baixo e a RWA inferiores.

Desenvolvimento do rácio de TLAC

Em 31 de dezembro de 2023, o TLAC era de 114,1 mil milhões de euros e os rácios TLAC correspondentes eram de 32,63% do RWA e 9,20% do LRE. Isto significa que o Deutsche Bank tem um excedente confortável de TLAC de 30,4 mil milhões de euros acima dos requisitos TLAC de 83,7 mil milhões de euros (ou seja, 6,75% do LRE). Em comparação com 31 de dezembro de 2022, o excedente diminuiu devido a uma menor TLAC disponível.

Divulgação do MREL e TLAC

em milhões de euros
(salvo indicação em contrário)

	31 dez 2023	31 dez 2022
Elementos de capital regulamentar do TLAC/ MREL		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	48.066	48.097
Instrumentos de capital adicional Tier 1 (AT1) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	8.328	8.518
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL		
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos ao TLAC/MREL	8.610	9.531
Ajustamentos aos instrumentos de capital Tier 2 (T2) para TLAC/MREL	2.478	1.898
Instrumentos de capital Tier 2 (T2) elegíveis ao abrigo de TLAC/MREL	11.088	11.429
Elementos do total do capital regulamentar do TLAC/MREL	67.483	68.045
Outros elementos do TLAC/MREL		
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	46.624	47.862
Participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
Capacidade total de absorção de perdas (TLAC)	114.106	115.907
Inclusão de participações de instrumentos de passivo elegíveis de outros G-SII (apenas TLAC)	0	0
Fundos próprios disponíveis e passivos elegíveis subordinados (MREL subordinado)	114.106	115.907
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	5.538	4.552
Produtos estruturados preferenciais sénior	3.609	3.215
Mínimo disponível de fundos próprios e passivos elegíveis (MREL)	123.253	123.674
Ativos ponderados pelo risco ("Risk-weighted assets" - RWA)	349.742	360.003
Exposição a rácio de alavancagem (LRE)	1.240.318	1.240.483
Rácio de TLAC		
Rácio de TLAC (como percentagem do RWA)	32,63	32,20
Requisitos TLAC (como percentagem dos RWA)	23,14	22,57
Rácio de TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	9,20	9,34
Requisitos TLAC (como percentagem da Exposição à alavancagem)	6,75	6,75
Excedente do TLAC acima da exigência dos RWA	33.167	34.638
Excedente do TLAC acima da exigência dos LRE	30.385	32.174
Subordinação de MREL		
Rácio de subordinação de MREL (como percentagem do RWA)	32,63	32,20
Requisito de subordinação de MREL (como percentagem do RWA)	24,68	24,85
Excedente acima do requisito de subordinação de MREL	27.781	26.430
Rácio de MREL		
Rácio de MREL (como percentagem do RWA)	35,24	34,35
Requisitos MREL (como percentagem dos RWA)	30,35	29,46
Excedente de MREL acima do requisito	17.098	17.600

Fundos próprios e passivo elegível

Para efeitos do cumprimento dos requisitos MREL e TLAC, o Deutsche Bank tem de garantir a manutenção de instrumentos de passivo elegíveis suficientes. Os instrumentos elegíveis para MREL e TLAC são os instrumentos de capital regulamentares (fundos próprios) e um passivo que cumpra determinados critérios, o qual é designado passivo elegível.

Os fundos próprios utilizados para MREL e TLAC incluem o montante total de instrumentos de capital Tier 2 com um prazo residual superior a 1 ano e inferior a 5 anos, os quais são refletidos no capital regulamentar apenas numa base pro-rata.

Os passivos elegíveis são passivos emitidos com base na entidade de resolução Deutsche Bank AG que cumprem os critérios de elegibilidade, os quais devem garantir que são estruturalmente adequados como capital de absorção de perdas. Como resultado, os passivos elegíveis excluem depósitos que se encontrem abrangidos por um sistema de proteção de depósitos de seguros ou que sejam preferenciais ao abrigo da legislação alemã de insolvência (por exemplo, depósitos de privados bem como de pequenas e médias empresas). Entre outros, os passivos garantidos e os passivos de derivados são também geralmente excluídos. Os instrumentos de dívida com características de derivados incorporadas podem ser incluídos em determinadas condições (por exemplo, um capital conhecido e fixo ou crescente). Além disso, os passivos elegíveis têm de ter um período de tempo restante até atingirem a maturidade de pelo menos um ano e têm de ser emitidos ao abrigo da legislação de um Estado-Membro da União Europeia ou têm de incluir uma cláusula de recapitalização nos respetivos termos contratuais, de modo a tornar a conversão efetiva. O CUR concedeu um período de transição para passivos emitidos ao abrigo da lei britânica em ou antes de 15 de novembro de 2018, que não incluem uma cláusula de recapitalização executória e efetiva, mas que ainda podem ser incluídos nos passivos elegíveis após o Brexit até 28 de junho de 2025.

Além disso, os passivos elegíveis têm de ser subordinados para serem contabilizados em relação ao TLAC e aos requisitos de subordinação de MREL. Com entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2017, a Lei Bancária Alemã introduziu uma nova classe de títulos de dívida subordinada classificados como não preferenciais sénior abaixo dos restantes passivos sénior do banco (mas com primazia sobre os passivos subordinados contratualmente do banco, como os classificados como instrumentos Tier 2). No seguimento de um esforço de harmonização por parte da União Europeia, que resultou na implementação na Alemanha a 21 de julho de 2018, os bancos passaram a ser autorizados a decidir agora se a emissão específica de uma dívida sénior elegível é enquadrada na categoria não preferencial ou preferencial. Quaisquer instrumentos de dívida sénior não preferencial emitidos pelo Deutsche Bank AG ao abrigo das regras têm a mesma prioridade com os seus restantes instrumentos de dívidas em circulação que foram classificados como sénior não preferencial ao abrigo das regras anteriores. Todas estas emissões sénior não preferencial cumprem os critérios de subordinação TLAC e MREL.

Exposição ao risco de crédito

O Deutsche Bank define a sua exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto de as contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento, tal como definido no "Quadro do risco de crédito".

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de crédito (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. O Grupo aplica margens de avaliação (haircuts) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelece limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

	31 dez 2023					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito ¹	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ²	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado³						
Caixa e saldos do banco central	178.424	178.424	-	0	-	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.144	6.144	-	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	14.725	14.725	-	13.761	-	13.761
Títulos obtidos por empréstimo	39	39	-	33	-	33
Empréstimos	478.879	478.879	-	260.047	42.191	302.239
Outros ativos sujeitos a risco de crédito ^{4,5}	82.826	77.520	24.037	914	644	25.594
Total de ativos financeiros ao custo amortizado³	761.036	755.731	24.037	274.755	42.835	341.626
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados⁶						
Ativos detidos para negociação	122.841	-	-	1.458	951	2.408
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	251.856	-	195.499	40.036	12	235.547
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	87.153	-	1.931	76.894	92	78.917
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	65.937	-	1.931	63.877	0	65.807
Títulos obtidos por empréstimo	13.036	-	-	12.863	0	12.863
Empréstimos	812	-	-	89	72	160
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	75	-	-	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	461.925	-	197.430	118.388	1.055	316.872
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI						
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	1.805	1.805	-	1.740	0	1.740
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	-	0	0	0
Empréstimos	4.867	4.867	-	16	976	991
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	35.546	35.546	-	2.744	988	3.732
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁷	65.131	64.798	-	4.127	7.136	11.263
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁷	255.409	254.016	-	21.736	6.779	28.515
Total de extrapatrimoniais	320.540	318.814	-	25.863	13.915	39.777
Exposição máxima ao risco de crédito	1.579.048	1.110.090	221.466	421.750	58.792	702.008

¹ Não inclui derivado de crédito notional vendido (€ 540,063 million) e proteção de crédito derivado notional adquirido

² A proteção de crédito comprada é refletida com o valor notional do subjacente

³ Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito

⁴ Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados

⁵ Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade

⁶ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas

⁷ Os números são refletidos nos valores nominais

	31 dez 2022					
	Aumentos de crédito					
em milhões de euros	Exposição máxima ao risco de crédito ¹	Sujeito a imparidades	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito ²	Total de aumentos de crédito
Ativos financeiros ao custo amortizado³						
Caixa e saldos do banco central	178.897	178.897	–	0	–	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.199	7.199	–	0	0	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	11.479	11.479	700	10.771	–	11.471
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	–	0
Empréstimos	488.504	488.504	–	269.428	38.899	308.327
Outros ativos sujeitos a risco de crédito ^{4,5}	98.505	93.221	29.232	888	317	30.437
Total de ativos financeiros ao custo amortizado³	784.584	779.300	29.933	281.087	39.216	350.236
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados⁶						
Ativos detidos para negociação	90.180	–	–	1.573	1.264	2.837
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.686	–	227.299	53.273	6	280.579
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	88.799	–	2.480	78.920	69	81.469
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	63.855	–	2.480	61.376	0	63.855
Títulos obtidos por empréstimo	17.414	–	–	17.300	0	17.300
Empréstimos	1.037	–	–	78	46	124
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	168	–	–	0	94	94
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	478.833	–	229.779	133.767	1.433	364.978
Ativos financeiros pelo justo valor através de OCI						
Dos quais:						
Títulos comprados com acordos de revenda	2.156	2.156	–	1.732	0	1.732
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	–	0	0	0
Empréstimos	4.069	4.069	–	11	879	890
Total de ativos financeiros pelo justo valor através de OCI	31.675	31.675	–	2.622	879	3.500
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito ⁷	67.214	67.214	–	4.738	7.482	12.220
Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito ⁷	251.021	249.959	–	24.769	5.694	30.463
Total de extrapatrimoniais	318.234	317.173	–	29.507	13.176	42.683
Exposição máxima ao risco de crédito	1.613.327	1.128.148	259.712	446.982	54.704	761.398

¹ Não inclui derivado de crédito nacional vendido (€ 738,733 million) e proteção de crédito derivado nacional adquirido

² A proteção de crédito comprada é refletida com o valor nominal do subjacente

³ Todos os montantes são dados em valores brutos antes das deduções para provisão para perdas de crédito

⁴ Todos os montantes ao custo amortizado (bruto) exceto os derivados de cobertura elegíveis, os quais são refletidos ao justo valor através dos resultados

⁵ Inclui ativos detidos para venda, independentemente da classificação de contabilidade

⁶ Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas

⁷ Os números são refletidos nos valores nominais

A diminuição global da exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2023 foi de € 34.3 billion, principalmente devido a reduções de 47,8 mil milhões de euros em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, 15,7 mil milhões de euros em outros ativos sujeitos a risco de crédito e 9,6 mil milhões de euros em empréstimos pelo custo amortizado. Estas reduções foram parcialmente compensadas por aumentos de 32,6 mil milhões de euros nos ativos detidos para negociação, de 3,9 mil milhões de euros nos ativos financeiros pelo justo valor através de OCI e de 2,3 mil milhões de euros na exposição extrapatrimonial.

Os ativos detidos para negociação incluem, em 31 de dezembro de 2023, obrigações negociadas no valor de € 112.5 billion (€ 80.2 billion em 31 de dezembro de 2022), mais de 85% das quais com notação investment-grade (mais de 83% em 31 de dezembro de 2022).

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias/derivados de crédito. Recorre-se a margens de avaliação, ao parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e a avaliações

especializadas de garantias colaterais para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus e nos Estados Unidos. Adicionalmente, o Banco tem agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das principais categorias de exposição ao crédito do Deutsche Bank, designadamente, Empréstimos, Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis, Passivos contingentes, produtos do mercado de balcão (OTC), Títulos de dívida e Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

- "Empréstimos" são créditos brutos conforme reportados no nosso balanço patrimonial ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de resultados e empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito; isto inclui os "empréstimos negociados" comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade; do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação
- Os "compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos revogáveis e irrevogáveis
- Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito standby e outros acordos similares (sobretudo acordos de indemnizações)
- Os "derivados OTC" são as exposições de crédito do banco decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que o Grupo tenha assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário; no balanço do banco são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em ambos os casos apenas aplicando garantias em numerário recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS
- Os "títulos de dívida" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, tal como reportado no nosso balanço no âmbito das categorias de contabilidade pelo custo amortizado e pelo justo valor através de outro rendimento integral antes da dedução da provisão para perdas de crédito, e inclui também a categoria pelo justo valor através dos resultados; isto inclui as "obrigações negociadas", que consistem em obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e detidos para venda a curto prazo; do ponto de vista regulamentar, esta última categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
- Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem em transações de revenda, bem como em transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas, aplicando apenas as garantias recebidas e a liquidação elegíveis nos termos das IFRS.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação detalhada sobre a principal exposição ao crédito do Grupo: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, caixa e saldos do banco central, saldos interbancários (sem bancos centrais), ativos detidos para venda, juros acumulados a receber e posições de titularização tradicionais.

Salvo indicação em contrário, as tabelas abaixo refletem a exposição ao crédito antes da consideração das garantias e da atenuação do risco ou das melhorias estruturais, exceto no que se refere aos derivados OTC, em que são pós-reforços de crédito

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

	31 dez 2023						
	Empréstimos		Fora do balanço		Derivados OTC		
em milhões de euros	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴
Corporate Bank	116.732	456	303	4.393	158.490	59.781	55
Investment Bank	100.645	7.614	582	474	56.939	2.169	18.991
Private Bank	261.250	0	0	0	39.515	3.128	301
Asset Management	3	0	0	0	99	9	0
Corporate & Other	248	165	3	0	365	44	3.208
Total	478.879	8.235	887	4.867	255.409	65.131	22.555

							31 dez 2023
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Corporate Bank	294	19	0	595	0	0	341.118
Investment Bank	4.611	114.741	1.520	14.169	74.878	0	397.332
Private Bank	447	1	1	0	0	0	304.644
Asset Management	0	4.483	82	0	0	0	4.675
Corporate & Other	16.495	1.242	27.271	0	4.096	1.805	54.941
Total	21.847	120.485	28.874	14.764	78.973	1.805	1.102.711

¹ Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 13.4 billion em 31 de dezembro de 2023

² Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 44.2 million em 31 de dezembro de 2023

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.3 billion em 31 de dezembro de 2023

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 39.5 million em 31 de dezembro de 2023

⁶ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 1.5 million em 31 de dezembro de 2023

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

							31 dez 2022
em milhões de euros	Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
	pelos custos amortizados ¹	negociação - pelos justos valores através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³		Passivos contingentes
Corporate Bank	121.543	497	312	3.797	155.299	61.134	72
Investment Bank	103.072	7.198	883	272	51.299	3.515	24.353
Private Bank	264.893	7	7	0	43.737	2.503	388
Asset Management	23	0	0	0	92	9	0
Corporate & Other	(1.028) ⁸	253	3	0	594	52	4.154
Total	488.504	7.955	1.205	4.069	251.021	67.214	28.967

							31 dez 2022
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Corporate Bank	617	12	0	1.042	0	0	344.326
Investment Bank	4.800	82.947	1.606	10.437	74.662	0	365.044
Private Bank	804	3	2	0	0	0	312.345
Asset Management	0	3.728	80	0	0	0	3.932
Corporate & Other	19.375	1.334	23.763	0	6.607	2.156	57.263
Total	25.596	88.025	25.450	11.479	81.270	2.156	1.082.910

¹ Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 12.2 billion em 31 de dezembro de 2022

² Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 54.9 million em 31 de dezembro de 2022

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.6 billion em 31 de dezembro de 2022

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 327.6 million em 31 de dezembro de 2022

⁶ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 15.1 million em 31 de dezembro de 2022

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ O saldo negativo dos empréstimos a empresas e outros negócios ao custo amortizado deve-se ao programa de contabilidade de cobertura da carteira, principalmente relacionado com a atividade hipotecária do Private Bank

A principal exposição total ao crédito do Deutsche Bank aumentou 19,8 mil milhões de euros face ao ano anterior, tendo o aumento de 32 mil milhões de euros no Investment Bank sido parcialmente compensado pela diminuição de 7,7 mil milhões de euros no Private Bank, de 3,2 mil milhões de euros no Corporate Bank e de 2,3 mil milhões de euros no Corporate & Other. A divisão Corporate & Other inclui principalmente exposições na Tesouraria e na Capital Release Unit. Os aumentos de exposição foram observados principalmente nos títulos de dívida e nos elementos extrapatrimoniais, o que é parcialmente compensado pela diminuição nos empréstimos e nos produtos derivados OTC incluídos nas principais exposições de crédito por divisões.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

Os quadros abaixo fornecem uma visão geral da exposição ao crédito do banco por setor, com base no código NACE da contraparte. A NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne – Classificação das atividades económicas na Comunidade Europeia) consiste num sistema europeu de classificação padrão dos setores e não tem de ser congruente com uma visão interna baseada no risco aplicada noutros pontos do presente relatório.

31 dez 2023							
	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴
Agricultura, exploração florestal e pesca	384	2	0	0	224	32	1
Indústria mineira e de extração de minérios	2.774	230	126	0	4.893	1.409	47
Indústria	28.397	285	5	1.877	53.572	13.809	1.303
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.081	307	75	272	6.475	2.967	142
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	486	0	0	0	523	148	38
Construção	4.257	217	1	20	2.965	3.060	7
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21.030	233	79	784	16.540	6.247	599
Transporte e armazenamento	4.924	616	13	63	6.088	1.108	173
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.862	3	0	0	1.015	138	10
Informação e comunicação	7.589	372	21	100	13.244	3.209	289
Atividades financeiras e de seguros ⁹	110.901	3.840	276	1.281	90.138	28.491	18.175
Atividades imobiliárias ⁹	49.267	1.302	103	122	7.061	183	304
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.889	68	0	0	6.190	2.213	172
Atividades de serviços administrativos e de apoio	8.911	148	169	157	5.007	577	486
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	5.731	364	10	27	6.759	123	303
Educação	279	2	0	0	72	55	68
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.390	42	0	0	1.725	127	53
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.017	22	0	33	1.402	102	49
Outras atividades de serviços	4.727	183	10	130	4.534	850	165
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	210.981	0	0	1	26.981	282	140
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	0	0	0	0	0	2	29
Total	478.879	8.235	887	4.867	255.409	65.131	22.555

							31 dez 2023
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	0	0	0	0	0	643
Indústria mineira e de extração de minérios	46	486	2	0	0	0	10.012
Indústria	0	1.481	54	0	0	0	100.783
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	175	776	20	0	0	0	15.289
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	29	26	0	0	0	0	1.250
Construção	130	387	133	0	0	0	11.177
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	0	458	2	0	0	0	45.973
Transporte e armazenamento	66	481	15	0	0	0	13.548
Atividades de serviços de alojamento e restauração	5	90	0	0	0	0	3.124
Informação e comunicação	95	531	0	0	0	0	25.449
Atividades financeiras e de seguros ⁸	4.639	25.416	4.789	14.695	76.785	1.805	381.232
Atividades imobiliárias ⁹	227	1.159	546	69	0	0	60.343
Atividades profissionais, científicas e técnicas	49	151	111	0	0	0	15.843
Atividades de serviços administrativos e de apoio	51	436	8	0	0	0	15.950
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	15.907	83.791	22.725	0	2.154	0	137.893
Educação	0	160	9	0	0	0	645
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	99	95	11	0	0	0	6.543
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	58	0	0	0	0	2.683
Outras atividades de serviços	124	3.028	151	0	34	0	13.936
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	238.385
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	205	1.476	298	0	0	0	2.010
Total	21.847	120.485	28.874	14.764	78.973	1.805	1.102.711

¹ Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 13.4 billion em 31 de dezembro de 2023

² Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 44.2 million em 31 de dezembro de 2023

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.3 billion em 31 de dezembro de 2023

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 39.5 million em 31 de dezembro de 2023

⁶ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 1.5 million em 31 de dezembro de 2023

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ Inclui a exposição a empresas, incluindo holdings, no valor de 96 mil milhões de euros, títulos garantidos por ativos no valor de 44 mil milhões de euros, bancos no valor de 55 mil milhões de euros, seguros no valor de 13 mil milhões de euros, intermediários financeiros no valor de 10 mil milhões de euros e setor público no valor de 16 mil milhões de euros, todos com base na classificação interna dos clientes

⁹ A carteira de imóveis comerciais sem recurso, segundo a definição do Deutsche Bank, é de 38 mil milhões de euros

	31 dez 2022						
	Empréstimos				Fora do balanço		Derivados OTC
em milhões de euros	pelos custos amortizados ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴
Agricultura, exploração florestal e pesca	524	2	0	0	275	17	2
Indústria mineira e de extração de minérios	2.392	248	40	0	5.636	2.644	41
Indústria	30.534	380	7	1.431	58.584	13.053	1.863
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.893	107	75	28	6.479	3.779	145
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	725	0	0	0	457	158	245
Construção	4.239	233	0	21	3.198	2.927	75
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	21.535	224	39	806	16.947	6.795	570
Transporte e armazenamento	5.547	409	22	90	6.254	1.061	170
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.965	7	0	0	1.137	110	14
Informação e comunicação	7.002	489	62	231	14.567	3.317	960
Atividades financeiras e de seguros ⁹	116.558	3.186	620	969	74.787	28.173	22.881
Atividades imobiliárias ⁹	47.973	1.556	101	41	7.251	192	452
Atividades profissionais, científicas e técnicas	7.013	124	0	0	5.070	2.309	108
Atividades de serviços administrativos e de apoio	7.470	199	192	62	5.101	1.062	413
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	5.287	552	10	128	6.767	60	398
Educação	249	0	0	0	125	53	169
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.523	31	0	0	1.898	146	36
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.128	1	0	50	1.507	106	83
Outras atividades de serviços	4.152	206	39	210	4.037	793	68
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	214.795	0	0	1	30.943	455	189
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	1	0	0	0	0	2	85
Total	488.504	7.955	1.205	4.069	251.021	67.214	28.967

							31 dez 2022
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelos custos amortizados ⁶	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Agricultura, exploração florestal e pesca	0	8	0	0	0	0	828
Indústria mineira e de extração de minérios	34	362	2	0	0	0	11.398
Indústria	64	983	41	0	0	0	106.939
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	78	732	35	1.515	0	0	17.867
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	0	23	0	0	0	0	1.609
Construção	29	621	1	0	0	0	11.344
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	0	357	2	0	0	0	47.275
Transporte e armazenamento	117	537	14	0	0	0	14.220
Atividades de serviços de alojamento e restauração	0	26	0	0	0	0	3.259
Informação e comunicação	108	579	2	0	0	0	27.317
Atividades financeiras e de seguros ⁸	4.669	18.440	4.421	9.965	75.497	2.156	362.322
Atividades imobiliárias ⁹	405	1.703	548	0	0	0	60.222
Atividades profissionais, científicas e técnicas	27	206	115	0	0	0	14.973
Atividades de serviços administrativos e de apoio	39	268	5	0	0	0	14.811
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	19.782	59.291	19.991	0	5.768	0	118.034
Educação	0	113	17	0	0	0	727
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	88	49	12	0	0	0	6.783
Artes, entretenimento e atividades de lazer	0	125	0	0	0	0	3.001
Outras atividades de serviços	115	2.636	18	0	4	0	12.277
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	0	0	0	0	0	0	246.383
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	40	964	229	0	0	0	1.322
Total	25.596	88.025	25.450	11.479	81.270	2.156	1.082.910

¹ Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 12.2 billion em 31 de dezembro de 2022

² Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 54.9 million em 31 de dezembro de 2022

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.6 billion em 31 de dezembro de 2022

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 327.6 million em 31 de dezembro de 2022

⁶ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 15.1 million em 31 de dezembro de 2022

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ Inclui a exposição a empresas, incluindo holdings, no valor de 85 mil milhões de euros, títulos garantidos por ativos no valor de 43 mil milhões de euros, bancos no valor de 54 mil milhões de euros, seguros no valor de 15 mil milhões de euros, intermediários financeiros no valor de 22 mil milhões de euros e setor público no valor de 13 mil milhões de euros, todos com base na classificação interna dos clientes

⁹ A carteira de imóveis comerciais sem recurso, segundo a definição do Deutsche Bank, é de 39 mil milhões de euros

A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos “Princípios de gestão do risco de crédito” do banco, incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos/classe de ativos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de vender ou distribuir parte do risco a terceiros, estão sujeitas a revisão e aprovação por profissionais sênior de gestão do risco de crédito e (dependendo da dimensão) por um comitê de subscrição e/ou pelo Conselho de Administração. Coloca-se grande ênfase na estruturação e na definição de preços dessas transações, de modo a que a redução do risco possa ser alcançada em tempo real e – nos casos em que o Deutsche Bank assume o risco de preço de mercado – para atenuar esse risco de mercado.

A exposição a empréstimos de custo amortizado do Grupo dentro das categorias acima é principalmente para mutuários de boa qualidade. Além disso, com o foco no Corporate Bank e no Investment Bank, a exposição a empréstimos está sujeita a uma maior redução do risco do banco, por exemplo, através da unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas.

A exposição do Deutsche Bank a empréstimos familiares está principalmente associada às carteiras do Private Bank.

A exposição a empréstimos de custo amortizado do banco de 49,3 mil milhões de euros para atividades imobiliárias, tal como acima referido, baseia-se na classificação do código NACE e inclui financiamentos com e sem recurso, em várias partes do grupo e segmentos de clientes. Este valor inclui 25,1 mil milhões de euros de empréstimos que se baseiam na definição do Deutsche Bank de empréstimos CRE sem recurso. Para mais informações sobre empréstimos CRE sem recurso, consultar a secção Áreas de enfoque em 2023 no capítulo IFRS 9 Imparidade.

Os créditos imobiliários comerciais do Grupo, sobretudo com origem nos EUA e na Europa, são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente. O Deutsche Bank origina empréstimos a taxa fixa e variável e adquire seletivamente (geralmente com desconto substancial) empréstimos sub/não rentáveis vendidos por instituições financeiras. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito de limites de carteira separados. Orientações em matéria de política na subscrição de créditos preveem que os rácios LTV geralmente inferiores a 75%. se mantêm alinhados com a origem do empréstimo. Adicionalmente, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos por uma equipa de avaliação (que integra a função de Gestão do risco de crédito, independente), a qual também é responsável por analisar e contestar regularmente os valores imobiliários relatados. O Deutsche Bank origina empréstimos para distribuição no mercado bancário ou através de titularização. Neste contexto, o Deutsche Bank retém frequentemente uma parte dos empréstimos em consórcio, enquanto as posições titularizadas podem ser inteiramente vendidas (exceto quando a regulamentação exige a retenção do risco económico). As exposições intermédias (mezzanine) ou outras tranches de dívida júnior só são retidas em casos excecionais. O banco também participa em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitalizados e a outras empresas de operações imobiliárias.

As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e eventos idiossincráticos que afetem as propriedades subjacentes. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A exposição ao crédito do Grupo relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 12% da exposição total de crédito agregado do banco nestas categorias em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 11% em 31 de dezembro de 2022. As dez principais exposições a contraparte eram contrapartes com boa notação ou transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

A exposição do Deutsche Bank a atividades financeiras e de seguros é de 381,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, o que também inclui exposições a títulos garantidos por ativos, bancos, seguros, intermediários financeiros, setor público, bem como a empresas, incluindo sociedades gestoras de participações sociais. As exposições são geridas através de quadros de gestão de risco personalizados, de aprovações de transações comerciais e de métricas relevantes de apetência pelo risco. Os empréstimos totais em todas as categorias de medição aplicáveis ascendeu a 116,3 mil milhões de euros, o total de operações de recompra e tipo recompra em todas as categorias de medição aplicáveis ascendeu a 93,3 mil milhões de euros e as atividades extrapatrimoniais ascenderam a 118,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, e estavam principalmente associados a carteiras do Investment Bank e do Corporate Bank, que eram maioritariamente detidas na América do Norte e na Europa.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

								31 dez 2023		
								Empréstimos	Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴			
Europa	332.859	2.906	516	1.698	148.778	39.716	14.813			
Dos quais:										
Alemanha	225.639	321	70	409	76.810	16.532	4.146			
Reino Unido	8.323	239	97	252	13.175	3.102	4.834			
França	4.587	76	75	317	7.868	1.876	694			
Luxemburgo	18.056	612	23	142	8.493	641	970			
Itália	23.490	138	32	16	4.842	5.021	219			
Países Baixos	8.996	248	8	252	9.279	2.863	1.463			
Espanha	16.073	230	24	91	3.738	4.330	219			
Irlanda	5.273	331	184	87	4.237	351	542			
Suíça	6.827	37	1	0	8.206	2.558	355			
Polónia	2.617	0	0	16	2.569	176	6			
Bélgica	1.742	23	0	58	1.551	623	144			
Federação Russa ⁸	243	6	0	7	26	21	0			
Ucrânia ⁸	8	208 ⁹	0	0	3	5	0			
Outros Europa ⁸	10.984	435	2	50	7.981	1.617	1.222			
América do Norte	101.306	2.325	238	2.378	95.768	12.172	4.745			
Dos quais:										
EUA	89.570	2.202	178	2.247	89.460	10.754	3.269			
Ilhas Caimão	4.985	50	0	0	2.383	787	963			
Canadá	1.396	49	3	106	2.048	226	324			
Outros países da América do Norte	5.356	24	56	24	1.877	405	188			
Ásia e Pacífico	35.807	1.746	123	597	9.031	12.093	2.745			
Dos quais:										
Japão	1.404	328	34	10	481	451	459			
Austrália	3.203	250	0	0	2.652	830	153			
Índia	7.576	78	88	23	921	3.774	53			
China	4.254	1	0	22	413	1.442	762			
Singapura	3.789	362	0	189	1.558	1.357	157			
Hong Kong	2.259	64	0	82	836	607	242			
Outros países da Ásia e Pacífico	13.323	662	1	271	2.170	3.632	919			
Outras áreas geográficas	8.906	1.259	10	193	1.831	1.151	252			
Total	478.879	8.235	887	4.867	255.409	65.131	22.555			

							31 dez 2023
			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷				
			Títulos de dívida				Total
em milhões de euros	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Europa	9.661	52.205	12.884	6.021	17.184	395	639.636
Dos quais:							
Alemanha	830	10.114	1.388	348	1.351	0	337.957
Reino Unido	219	10.475	1.504	461	3.773	0	46.454
França	0	7.756	2.901	657	5.100	0	31.906
Luxemburgo	0	2.180	537	9	206	0	31.870
Itália	4.890	7.953	1.030	2.251	1.688	0	51.571
Países Baixos	0	2.289	27	0	99	0	25.526
Espanha	1.487	3.144	358	1.587	35	0	31.318
Irlanda	1.563	1.269	7	0	960	0	14.804
Suíça	0	1.289	1	0	225	0	19.499
Polónia	0	473	2.899	0	98	0	8.852
Bélgica	0	1.759	1.606	0	11	0	7.517
Federação Russa ⁸	0	31	0	0	0	0	333
Ucrânia ⁹	0	73	7	0	0	0	305
Outros Europa ⁸	672	3.401	619	707	3.638	395	31.724
América do Norte	9.433	32.184	11.503	5.855	47.782	0	325.688
Dos quais:							
EUA	9.415	31.042	11.320	2.979	14.357	0	266.793
Ilhas Caimão	0	495	0	2.876	33.284	0	45.823
Canadá	0	546	183	0	54	0	4.936
Outros países da América do Norte	18	101	0	0	88	0	8.137
Ásia e Pacífico	2.428	31.297	4.295	2.620	13.860	858	117.499
Dos quais:							
Japão	22	3.017	485	431	8.818	0	15.941
Austrália	1.725	2.387	315	0	284	0	11.800
Índia	414	5.858	62	0	0	279	19.126
China	0	7.977	98	0	1.365	0	16.334
Singapura	0	1.396	665	0	683	0	10.156
Hong Kong	9	738	463	0	124	0	5.424
Outros países da Ásia e Pacífico	258	9.922	2.206	2.189	2.587	579	38.718
Outras áreas geográficas	325	4.799	191	268	148	552	19.887
Total	21.847	120.485	28.874	14.764	78.973	1.805	1.102.711

¹ Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 13.4 billion em 31 de dezembro de 2023

² Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 44.2 million em 31 de dezembro de 2023

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.3 billion em 31 de dezembro de 2023

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 39.5 million em 31 de dezembro de 2023

⁶ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 1.5 million em 31 de dezembro de 2023

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia

⁹ Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é demónima

								31 dez 2022		
								Empréstimos	Fora do balanço	Derivados OTC
em milhões de euros	pelo custo amortizado ¹	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI ²	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis ³	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados ⁴			
Europa	338.920	2.647	724	1.708	142.035	41.773	19.293			
Dos quais:										
Alemanha	234.705	444	42	462	80.857	16.364	4.872			
Reino Unido	7.937	184	229	329	9.759	4.067	6.673			
França	3.696	99	75	70	7.264	2.095	1.364			
Luxemburgo	15.472	400	67	124	7.525	747	855			
Itália	24.578	145	8	25	3.709	5.354	291			
Países Baixos	9.009	165	45	200	8.279	2.519	1.404			
Espanha	17.429	326	8	107	3.460	4.037	503			
Irlanda	5.234	125	234	129	3.234	266	565			
Suíça	6.772	32	0	117	7.277	2.897	294			
Polónia	2.324	0	0	26	758	190	7			
Bélgica	1.532	12	0	77	1.730	571	193			
Federação Russa ⁸	537	18	0	41	75	64	0			
Ucrânia ⁸	44	270 ⁹	0	0	3	5	0			
Outros Europa ⁸	9.650	428	16	0	8.105	2.598	2.274			
América do Norte	101.736	2.998	350	1.687	98.137	11.766	5.542			
Dos quais:										
EUA	87.794	2.713	290	1.520	92.551	10.585	4.485			
Ilhas Caimão	5.202	103	4	23	2.026	445	419			
Canadá	1.919	78	2	118	1.884	463	372			
Outros países da América do Norte	6.821	104	54	25	1.676	274	266			
Ásia e Pacífico	39.502	1.517	109	602	9.268	12.507	3.910			
Dos quais:										
Japão	1.349	120	46	22	589	487	374			
Austrália	2.964	196	0	0	2.478	769	259			
Índia	7.861	27	3	23	1.154	3.408	179			
China	4.189	3	12	3	407	1.583	591			
Singapura	5.402	390	22	164	1.408	1.258	277			
Hong Kong	2.525	84	0	40	695	846	357			
Outros países da Ásia e Pacífico	15.213	698	25	351	2.537	4.154	1.873			
Outras áreas geográficas	8.346	793	22	72	1.580	1.168	222			
Total	488.504	7.955	1.205	4.069	251.021	67.214	28.967			

							31 dez 2022
em milhões de euros	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra ⁷			Total
	pelos custos amortizados ⁵	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI ⁶	ao custo amortizado	pelos justos valores através dos resultados	pelos justos valores através de OCI	
Europa	10.218	40.948	7.321	4.912	26.494	418	637.411
Dos quais:							
Alemanha	701	7.968	672	1.795	3.035	12	351.927
Reino Unido	1.212	8.399	708	585	8.519	0	48.598
França	0	6.161	870	6	7.337	0	29.038
Luxemburgo	0	1.816	702	0	549	0	28.257
Itália	4.868	3.570	953	200	480	0	44.180
Países Baixos	0	2.057	24	177	212	0	24.091
Espanha	1.486	3.390	1	1.485	24	0	32.256
Irlanda	1.270	1.543	4	0	1.346	0	13.948
Suíça	0	491	2	0	215	0	18.096
Polónia	0	113	2.944	0	149	0	6.511
Bélgica	40	2.271	342	0	1	0	6.769
Federação Russa ⁸	0	15	0	0	0	0	750
Ucrânia ⁹	0	17	0	0	0	0	339
Outros Europa ⁸	643	3.139	99	664	4.628	406	32.651
América do Norte	12.359	24.416	14.616	4.365	43.893	0	321.863
Dos quais:							
EUA	12.340	23.644	14.359	976	21.484	0	272.741
Ilhas Caimão	0	276	0	3.389	17.904	0	29.790
Canadá	0	350	180	0	4.494	0	9.859
Outros países da América do Norte	19	146	77	0	11	0	9.473
Ásia e Pacífico	2.878	19.347	3.344	2.126	10.652	1.301	107.063
Dos quais:							
Japão	25	2.759	481	284	6.374	0	12.909
Austrália	1.989	1.328	315	0	946	0	11.243
Índia	481	4.856	49	0	6	1.012	19.058
China	0	1.384	209	0	292	0	8.675
Singapura	0	847	159	0	210	0	10.136
Hong Kong	186	559	254	0	64	0	5.611
Outros países da Ásia e Pacífico	196	7.613	1.877	1.842	2.761	290	39.430
Outras áreas geográficas	141	3.314	170	77	232	437	16.573
Total	25.596	88.025	25.450	11.479	81.270	2.156	1.082.910

¹ Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 12.2 billion em 31 de dezembro de 2022

² Inclui empréstimos da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 54.9 million em 31 de dezembro de 2022

³ Inclui um montante de exposição extrapatrimonial na Fase 3 e POCI na Fase 3 no montante de € 2.6 billion em 31 de dezembro de 2022

⁴ Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura

⁵ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo custo amortizado no montante de € 327.6 million em 31 de dezembro de 2022

⁶ Inclui títulos de dívida da Fase 3 e POCI na Fase 3 pelo justo valor através de OCI no montante de € 15.1 million em 31 de dezembro de 2022

⁷ Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo

⁸ Adição temática no seguimento do conflito fronteiriço em curso entre a Federação Russa e a Ucrânia

⁹ Exposição a empréstimos de negociação na Ucrânia motivados por financiamento, materialmente garantidos por um banco de desenvolvimento supranacional. A exposição líquida considerando uma estrutura mais ampla de mitigação do risco é demónima

As tabelas acima fornecem uma visão geral da exposição de crédito do Deutsche Bank por região geográfica, alocada com base no país de domicílio da contraparte. A visão do domicílio pode diferir de qualquer visão interna baseada no risco aplicada noutro ponto do presente relatório

Em termos regionais, as maiores concentrações de risco de crédito do Grupo no âmbito dos empréstimos situam-se no seu mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em famílias, que inclui a maior parte do negócio de financiamento hipotecário e crédito à habitação.

No âmbito dos derivados OTC, ativos negociáveis e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra, as maiores concentrações do ponto de vista regional estavam na Europa e na América do Norte.

Classificação da exposição ao crédito

O Deutsche Bank também classifica a sua exposição ao crédito ao longo das divisões de negócio, o que está em linha com os mandatos do Diretor de Risco alinhados em termos de divisão. A secção abaixo apresenta a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank em conjunto. A secção seguinte fornece a exposição ao crédito para o Private Bank.

Exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank

As tabelas seguintes apresentam a principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Consulte a secção "Medição do risco de crédito" para mais informações sobre as notações internas do banco.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores brutos

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)		31 dez 2023						
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
		ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados ²	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	21.676	149	14	188	24.401	4.461	7.388
iA	> 0,04 ≤ 0,11	38.612	344	167	663	65.969	29.510	5.409
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	72.532	922	307	3.546	84.267	19.602	3.807
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	54.351	3.566	50	369	29.111	5.248	1.978
iB	> 2,27 ≤ 10,22	21.562	1.268	62	35	9.262	2.492	413
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	8.645	1.822	284	65	2.420	636	51
Total		217.378	8.070	884	4.867	215.429	61.950	19.046

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)		31 dez 2023						
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
		ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.085	60.918	71	1.267	24.801	–	146.419
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.614	18.476	23	4.244	7.727	–	172.758
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	1.181	18.180	180	2.467	9.207	–	216.197
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	836	16.009	962	2.840	30.237	–	145.555
iB	> 2,27 ≤ 10,22	150	755	282	3.947	2.907	–	43.136
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	39	421	1	0	0	–	14.385
Total		4.905	114.760	1.520	14.764	74.878	–	738.451

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

² Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores líquidos

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)		31 dez 2023 ¹						
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
		ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	13.529	149	14	30	22.874	3.766	4.817
iA	> 0,04 ≤ 0,11	28.218	38	167	663	64.306	27.109	3.424
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	35.191	426	242	2.842	78.680	15.924	2.855
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	21.830	2.947	24	256	25.986	3.611	1.833
iB	> 2,27 ≤ 10,22	6.239	831	45	5	8.674	1.234	374
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.155	1.387	70	65	2.336	365	50
Total		109.162	5.778	562	3.861	202.856	52.009	13.352

31 dez 2023¹

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)		Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.085	60.918	71	50	0	–	107.303
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.614	18.476	23	105	16	–	144.160
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	600	17.959	180	0	4	–	154.903
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	263	15.640	345	0	6	–	72.739
iB	> 2,27 ≤ 10,22	59	380	282	1.445	1.845	–	21.414
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	33	400	1	0	0	–	8.861
Total		3.653	113.773	903	1.600	1.870	–	509.380

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS

² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

As tabelas seguintes apresentam a principal exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank para 2022 por tipos de produtos e por bandas de notação interna.

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores brutos

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)		31 dez 2022						
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
		ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	ao justo valor através dos resultados ²
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	22.753	179	128	137	32.252	6.145	8.138
iA	> 0,04 ≤ 0,11	43.603	344	282	1.481	56.873	28.877	9.535
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	58.909	974	249	1.476	64.674	17.103	4.040
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	59.719	2.446	143	744	30.618	7.168	2.179
iB	> 2,27 ≤ 10,22	30.926	2.196	101	141	19.330	3.589	478
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	8.706	1.555	291	89	2.851	1.767	55
Total		224.616	7.694	1.195	4.069	206.598	64.649	24.425

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)		31 dez 2022						
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ¹	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
		ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.565	45.619	150	1.110	33.990	–	152.166
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.850	10.753	217	3.366	14.134	–	171.315
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	661	11.597	75	2.884	9.435	–	172.078
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	664	12.999	727	2.714	16.825	–	136.946
iB	> 2,27 ≤ 10,22	347	1.502	421	1.404	279	–	60.714
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	331	489	15	0	0	–	16.150
Total		5.417	82.960	1.606	11.479	74.662	–	709.370

¹ Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

² Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis

Principais categorias de exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank de acordo com as categorias internas de qualidade creditícia das contrapartes do banco – valores líquidos

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)		31 de dezembro de 2022 ¹						
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	Empréstimos			Fora do balanço		Derivados OTC	
		ao custo amortizado	negociação - pelo justo valor através dos resultados	Designada / obrigatória pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	Compromissos de crédito revogáveis e irrevogáveis	Passivos contingentes	pelo justo valor através dos resultados
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	12.790	179	100	24	31.486	4.128	3.414
iA	> 0,04 ≤ 0,11	32.026	87	282	1.354	55.080	26.877	7.069
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	29.648	592	134	1.020	60.166	13.600	2.779
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	24.889	1.479	101	538	27.922	5.724	1.831
iB	> 2,27 ≤ 10,22	9.078	1.553	51	132	17.751	2.262	424
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	4.025	1.047	123	89	2.765	984	49
Total		112.456	4.936	791	3.157	195.169	53.576	15.565

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)		31 de dezembro de 2022 ¹						
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em % ²	Títulos de dívida			Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra			Total
		ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	ao custo amortizado	pelo justo valor através dos resultados	pelo justo valor através de OCI	
iAAA–iAA	> 0,00 ≤ 0,04	1.565	45.619	150	11	0	–	99.465
iA	> 0,04 ≤ 0,11	1.850	10.753	217	180	47	–	135.823
iBBB	> 0,11 ≤ 0,5	661	11.263	75	0	174	–	120.113
iBB	> 0,5 ≤ 2,27	391	12.687	202	171	1.909	–	77.845
iB	> 2,27 ≤ 10,22	143	922	368	0	0	–	32.682
iCCC e inferior	> 10,22 ≤ 100	120	394	15	0	0	–	9.611
Total		4.730	81.638	1.028	362	2.130	–	475.538

¹ Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos IFRS

² Reflete a probabilidade de incumprimento num período de um ano

As tabelas acima mostram um aumento global na exposição bruta do Corporate Bank e do Investment Bank em 2023 de 29,1 mil milhões de euros, ou 4%. Os títulos de dívida pelo justo valor através de resultados aumentaram 31,8 mil milhões de euros, principalmente devido ao aumento da posição de inventário de obrigações longas em títulos do Estado na atividade de Core Rates. As posições extrapatrimoniais aumentaram 6,1 mil milhões de euros, principalmente devido a novos compromissos assumidos durante o período. Os acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra aumentaram 3,5 mil milhões de euros no Investment Bank. Numa perspetiva regional, o aumento é principalmente atribuível às contrapartes domiciliadas nas Ilhas Caimão, em Itália, na China e na Alemanha. Estes aumentos foram parcialmente compensados por uma diminuição nos empréstimos pelo custo amortizado de 7,2 mil milhões de euros, principalmente no Corporate Bank, e por uma diminuição dos derivados OTC de 5,4 mil milhões de euros, devido à redução dos produtos de taxa de juro e derivados cambiais.

A tabela acima mostra igualmente uma mudança significativa nas notações de crédito internas, principalmente de "Non-Investment Grade" para "Investment Grade". Este facto é atribuível a uma recalibração das pontuações relacionadas com Global Corporates e Leveraged Finance, impulsionada pela regulamentação, de modo a refletir melhor os históricos de incumprimento observados.

O Grupo utiliza as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas de exposição "líquida" apresentam a evolução das exposições do banco ao crédito do Corporate Bank e do Investment Bank líquidas de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Redução do risco relativamente à exposição ao crédito

A unidade de Estratégia de Empréstimos a Empresas ("SCL") contribui para reduzir o risco das exposições de crédito empresarial do banco. O valor nominal das atividades de redução de risco da SCL aumentou de 33,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022, para 37,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023.

No fim do exercício de 2023, o SCL reduziu o risco de crédito de 32,0 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos, através de obrigações sintéticas de empréstimo assumidas como garantia colateral, suportadas principalmente por garantias financeiras. Esta posição totalizava 27,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

O SCL detinha também derivados de crédito com um valor nominal subjacente de 5,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. A posição totalizava 6,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. Os derivados de crédito utilizados nas atividades de gestão de carteira do banco são contabilizados pelo justo valor.

O banco também recorre à cobertura de riscos noutras atividades para reduzir os riscos de concentração numa única entidade e utiliza seguros de risco privados e cobertura de agências de crédito à exportação para gerir exposições não garantidas.

Exposição ao crédito do Private Bank

Exposição ao crédito do Private Bank, exposição ao crédito na Fase 3 e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros		dos quais empréstimos da carteira em milhões de euros		Exposição ao crédito de Fase 3 em milhões de euros		Custos de crédito líquidos em % da exposição total ¹	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
PB Germany	191.055	198.102	172.340	174.611	2.632	2.632	0,22%	0,11%
Financiamento ao consumo	29.919	29.529	16.675	15.594	1.394	1.373	0,95%	0,80%
Hipotecas	158.249	163.611	153.937	155.249	1.211	1.163	0,08%	(0,01 %)
Finanças empresariais	1.573	1.292	972	898	27	6	0,64%	0,04%
Outros	1.315	3.670	756	2.870	0	90	0,04%	0%
International Private Bank	113.589	114.243	88.910	90.283	3.958	3.401	0,31%	0,32%
Financiamento ao consumo	11.422	10.972	9.032	8.894	368	378	1,06%	1,11%
Hipotecas	11.011	12.133	10.955	12.033	409	431	0,00%	(0,05 %)
Finanças empresariais	14.896	15.130	12.342	12.898	1.025	1.048	0,54%	0,76%
Wealth Management	75.467	75.214	56.567	56.425	2.155	1.543	0,21%	0,17%
Outros	793	793,68	14	32,87	0	0	0,01%	0,02 %
Total	304.644	312.345	261.250	264.893	6.589	6.033	0,26%	0,19%

¹ Os custos de crédito líquidos para o período de doze meses findo na data de balanço respetiva divididos pela exposição total nessa data de balanço

O financiamento ao consumo está dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. A área de negócio de financiamento ao consumo não tem garantias; o risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) a classificação do cliente, montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumo, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido do cliente). Dada a natureza basicamente homogênea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste no financiamento de propriedades residenciais (principalmente ocupadas pelo próprio) vendidas através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha e Itália. O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. Com base nos critérios e processos de subscrição e na carteira diversificada do banco (clientes/propriedades) com as respetivas garantias, a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco, enquanto a de financiamento ao consumo é categorizada como sendo de alto risco.

O financiamento às empresas representa produtos de crédito para pequenas empresas, SME até grandes empresas. Os produtos incluem contas correntes e linhas de crédito para empréstimos de investimento ou relacionados com instalações, factoring, leasing e derivados. Os clientes encontram-se principalmente em Itália e Espanha, mas o crédito pode também ser alargado a subsidiárias no estrangeiro, principalmente na Europa.

A divisão Wealth Management oferece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de banca privada, incluindo gestão de carteira discricionária e soluções de investimento alternativas e tradicionais, complementadas por gestão do risco estruturada, planeamento de património, empréstimos e serviços a escritórios familiares para indivíduos e famílias ricos, com património líquido elevado (HNW) e ultraelevado (UHNW). A exposição total da divisão Wealth Management é dividida em Lombard Lending (em relação a garantias/títulos líquidos imediatamente disponíveis no mercado) e Structured Lending (em relação a garantias menos líquidas). Embora o nível de risco de crédito para a carteira Lombard seja determinado pela avaliação da qualidade das garantias subjacentes, o nível do risco de crédito para a carteira Structured é determinado pela avaliação da qualidade do cliente e das garantias. Os produtos variam desde empréstimos Lombard segurados e empréstimos hipotecários até contas correntes (apenas na Europa), linhas de crédito e outros empréstimos e, de forma menos significativa, derivados e contingências. Os clientes estão localizados um pouco por todo o mundo.

Rácio entre o montante do empréstimo e o valor do ativo do Private Bank ¹

	31 dez 2023	31 dez 2022
≤ 50%	65%	63%
> 50 ≤ 70%	16%	17%
> 70 ≤ 90%	11%	11%
> 90 ≤ 100%	3%	3%
> 100 ≤ 110%	2%	2%
> 110 ≤ 130%	2%	2%
> 130%	1%	2%

¹ Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor subjacente do imóvel.

Os rácios LTV do Grupo são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor determinado dos respetivos imóveis. Estes valores são monitorizados e atualizados, se necessário, numa base regular. A exposição a transações que são suportadas adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV.

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante da gestão do risco do Grupo no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos riscos de crédito do Grupo. Regra geral, o Grupo tende a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições, por exemplo em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2023, 65% da exposição do Grupo relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%, em comparação com os 63% registados em 31 de dezembro de 2022.

Exposição a crédito decorrente de derivativos

Todos os derivativos negociados em bolsa são compensados através das contrapartes centrais (“CCP”), cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, o banco também recorre a serviços CCP para transações de derivativos OTC (“compensação de produtos do mercado de balcão”) e beneficia, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação CCP.

A Lei Dodd-Frank fornece um quadro extenso para a regulamentação de derivativos OTC, incluindo o relato obrigatório de compensação, transação em bolsa e transação de determinados derivativos OTC, bem como regras relativas ao registo, capital, margem, normas de conduta empresarial, manutenção de registos e outros requisitos para corretores de swaps, corretores de swaps baseados em valores mobiliários, principais participantes em swaps e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. A Lei Dodd-Frank e as normas relacionadas da CFTC requerem uma compensação de OTC nos Estados Unidos para determinados derivativos OTC uniformizados, incluindo determinados swaps de taxa de juro e swaps de risco de incumprimento de índice. Os requisitos de margem para transações de derivativos não compensados nos EUA começaram em setembro de 2016. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 relativo aos derivativos OTC, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações (“EMIR”) introduziu um conjunto de técnicas de redução do risco para derivativos OTC não aprovados a nível central em 2013 e a comunicação de OTC e derivativos negociados em bolsa em 2014. A compensação obrigatória de determinadas transações de derivativos OTC uniformizados teve início em junho de 2016 e os requisitos de margens para transações de derivativos OTC não compensados na UE tiveram início em fevereiro de 2017. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação na UE a partir de fevereiro de 2017 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas à margem EMIR para requisitos de derivativos não compensados.

A CFTC adotou regras que implementam as disposições mais significativas da Lei Dodd-Frank. Mas recentemente, em setembro de 2020, a CFTC emitiu uma regra final sobre a aplicação transfronteiriça das regras de swap dos EUA, que se baseia em e, em alguns casos, substitui a orientação transfronteiriça da CFTC a partir de 2013 e nas respetivas cartas de não interferência. Em outubro de 2020, também de acordo com a Lei Dodd-Frank, a CFTC finalizou regulamentos para impor limites de posição sobre determinadas matérias-primas e swaps, contratos de futuros e opções economicamente equivalentes.

A SEC também finalizou regras relativas a registo, reporte de negociação, capital, margem, técnicas de mitigação de risco, normas de conduta empresarial, reconhecimento e verificação do mercado, manutenção de registos e relato financeiro e requisitos transfronteiriços para corretores de swaps baseados em valores mobiliários e principais participantes em swaps baseados em valores mobiliários. O cumprimento destes requisitos foi geralmente exigido a partir de novembro de 2021.

Finalmente, os reguladores prudenciais dos EUA (a Reserva Federal, a FDIC, o Gabinete do Controlador de Divisas, a Farm Credit Administration e a Federal Housing Finance Agency) adotaram regras finais que estabelecem requisitos de margem para swaps não compensados e swaps baseados em valores mobiliários que são aplicáveis aos corretores de swaps e aos corretores de swaps baseados em valores mobiliários que estão sujeitos aos regulamentos prudenciais dos EUA (como o Deutsche Bank) em vez das regras de margem da CFTC e da SEC. O Deutsche Bank implementou o intercâmbio da margem inicial e da margem de variação para derivativos não compensados nos Estados Unidos a partir de setembro de 2016 para a primeira categoria de contrapartes sujeitas aos requisitos de margem dos reguladores prudenciais dos Estados Unidos. Os requisitos de margem adicionais para contrapartes menores foram implementados de forma faseada, de setembro de 2017 a setembro de 2022, sendo que as datas relevantes dependem, em cada caso, do volume transacional das partes e das suas afiliadas.

A tabela seguinte mostra uma discriminação dos montantes nominais e valores de mercado brutos para os ativos e passivos de transações cambiais e de derivativos OTC tendo por base o canal de aprovação

Valores nominais de derivados tendo por base o canal de aprovação e o tipo de derivado

31 dez 2023

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	17.224.862	13.754.903	9.568.113	40.547.878	124.837	112.997	11.840
Bilateral (Amt)	2.037.922	2.251.346	1.446.299	5.735.567	103.140	92.035	11.105
CCP (Amt)	15.186.940	11.503.557	8.121.813	34.812.311	21.696	20.961	735
Produtos negociados em bolsa	1.916.294	403.196	47	2.319.537	418	493	(75)
Total relacionadas com taxas de juro	19.141.156	14.158.099	9.568.160	42.867.415	125.255	113.490	11.764
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	6.609.578	1.055.879	427.832	8.093.289	108.652	105.818	2.834
Bilateral (Amt)	6.443.644	1.046.148	427.719	7.917.512	107.415	104.614	2.801
CCP (Amt)	165.933	9.730	113	175.777	1.237	1.204	33
Produtos negociados em bolsa	11.265	0	0	11.265	1	17	(16)
Total relacionadas com câmbios	6.620.842	1.055.879	427.832	8.104.553	108.653	105.835	2.818
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	17.014	7.937	647	25.599	1.209	2.574	(1.365)
Bilateral (Amt)	17.014	7.937	647	25.599	1.209	2.574	(1.365)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	164.955	25.648	1.523	192.126	2.391	2.103	288
Total relacionadas com ações/índices	181.970	33.586	2.170	217.726	3.600	4.677	(1.077)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	200.396	855.230	71.584	1.127.210	13.895	13.379	517
Bilateral (Amt)	72.835	94.804	33.716	201.355	3.142	2.715	427
CCP (Amt)	127.561	760.426	37.868	925.854	10.754	10.664	90
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	200.396	855.230	71.584	1.127.210	13.895	13.379	517
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	7.150	31.576	2.037	40.764	203	140	63
Bilateral (Amt)	7.150	31.576	2.037	40.764	203	139	64
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	1	(1)
Produtos negociados em bolsa	25.369	1.347	0	26.716	141	139	2
Total relacionadas com matérias-primas	32.519	32.923	2.037	67.479	344	279	65
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	57.766	3.924	102	61.791	971	819	152
Bilateral (Amt)	57.750	3.924	102	61.776	956	819	137
CCP (Amt)	15	0	0	15	15	0	15
Produtos negociados em bolsa	11.008	21	0	11.029	27	33	(6)
Total Outras	68.774	3.945	102	72.820	998	852	146
Negócio OTC total	24.116.765	15.709.449	10.070.316	49.896.530	249.766	235.726	14.041
Negócio bilateral total	8.636.315	3.435.736	1.910.521	13.982.573	216.064	202.895	13.169
Negócio CCP total	15.480.450	12.273.713	8.159.794	35.913.958	33.702	32.830	872
Total negócio em bolsa	2.128.891	430.212	1.570	2.560.673	2.979	2.786	193
Total	26.245.656	16.139.661	10.071.885	52.457.203	252.745	238.511	14.234
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	-	-	-	-	23.312	-	-

31 dez 2022

em milhões de euros	Distribuição de maturidades do valor nominal				Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total			
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	14.487.820	10.421.941	7.332.258	32.242.019	144.155	132.350	11.805
Bilateral (Amt)	1.422.223	2.200.127	1.501.758	5.124.107	118.768	107.854	10.914
CCP (Amt)	13.065.597	8.221.814	5.830.501	27.117.911	25.387	24.496	891
Produtos negociados em bolsa	515.543	117.763	45	633.351	663	624	39
Total relacionadas com taxas de juro	15.003.362	10.539.704	7.332.304	32.875.370	144.818	132.974	11.844
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	6.368.113	1.007.862	403.215	7.779.190	141.531	135.670	5.861
Bilateral (Amt)	6.246.281	998.771	403.037	7.648.090	140.039	134.420	5.619
CCP (Amt)	121.831	9.090	178	131.100	1.492	1.250	242
Produtos negociados em bolsa	19.869	0	0	19.869	17	20	(3)
Total relacionadas com câmbios	6.387.981	1.007.862	403.215	7.799.058	141.548	135.690	5.858
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	14.769	8.447	1.021	24.236	598	2.012	(1.414)
Bilateral (Amt)	14.769	8.447	1.021	24.236	598	2.012	(1.414)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	156.839	44.868	1.078	202.784	3.213	2.978	234
Total relacionadas com ações/índices	171.607	53.315	2.099	227.021	3.811	4.991	(1.179)
Derivados de crédito relacionados							
Produtos do mercado de balcão	193.047	1.238.463	91.903	1.523.414	9.899	8.311	1.589
Bilateral (Amt)	101.699	87.969	30.933	220.600	3.611	2.078	1.533
CCP (Amt)	91.348	1.150.495	60.970	1.302.813	6.288	6.233	55
Produtos negociados em bolsa	0	0	0	0	0	0	0
Derivados de crédito totais relacionados	193.047	1.238.463	91.903	1.523.414	9.899	8.311	1.589
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	1.827	16.546	1.492	19.865	86	231	(144)
Bilateral (Amt)	1.827	16.546	1.492	19.865	86	230	(145)
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	21.943	1.860	0	23.803	177	186	(9)
Total relacionadas com matérias-primas	23.770	18.405	1.492	43.668	263	416	(154)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	48.427	4.877	106	53.410	752	747	5
Bilateral (Amt)	48.427	4.877	106	53.410	752	747	5
CCP (Amt)	0	0	0	0	0	0	0
Produtos negociados em bolsa	5.250	0	0	5.250	12	11	1
Total Outras	53.676	4.877	106	58.660	764	758	6
Negócio OTC total	21.114.002	12.698.136	7.829.996	41.642.134	297.022	279.320	17.702
Negócio bilateral total	7.835.226	3.316.737	1.938.347	13.090.309	263.854	247.341	16.513
Negócio CCP total	13.278.776	9.381.399	5.891.650	28.551.825	33.168	31.979	1.189
Total negócio em bolsa	719.442	164.491	1.123	885.056	4.081	3.819	262
Total	21.833.444	12.862.626	7.831.119	42.527.190	301.103	283.139	17.964
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas	-	-	-	-	29.744	-	-

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos investimentos em participações divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. O Deutsche Bank gere as suas posições respetivas dentro do risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da exposição de capital

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Ações de negociação	1.984	2.374
Ações não negociáveis ¹	2.008	2.077
Exposição total do capital próprio	3.992	4.451

¹ Inclui fundos de investimentos em participações no montante de 113 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 e 101 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição a ações de negociação do grupo no Investment Bank era de 1,7 mil milhões de euros, em comparação com 2,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022.

Exposições de risco de mercado relacionado com a negociação

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco de Simulação Histórica calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as unidades de negociação do Grupo.

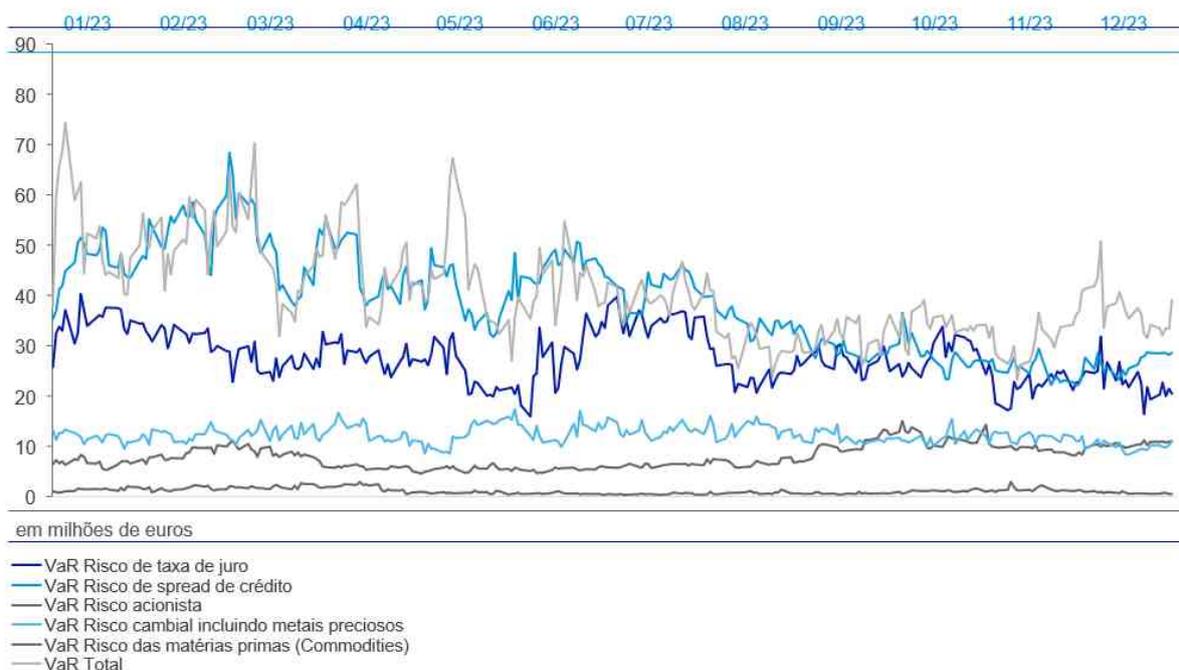
Valor em risco das unidades de negociação, por tipo de risco¹

em milhões de euros	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de spread de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial ²		Risco de preço das matérias-primas	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Médio	40,7	44,0	(46,3)	(43,3)	27,5	29,4	38,6	35,4	7,8	11,4	12,1	9,7	0,9	1,5
Máximo	74,3	71,4	(21,2)	(21,7)	40,1	48,1	68,4	58,7	14,9	21,7	17,4	15,0	2,8	4,3
Mínimo	23,2	24,9	(64,9)	(67,1)	15,7	13,4	21,9	19,3	4,5	5,4	8,2	5,8	0,2	0,3
Final do período	39,0	38,3	(31,9)	(43,3)	20,3	26,0	28,4	35,0	11,0	6,4	10,9	13,6	0,3	0,5

¹ Valores para 2023 em 31 de dezembro de 2023. Valores para 2022 em 31 de dezembro de 2022

² Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos

Evolução do valor em risco de simulação histórica por tipos de risco em 2023



O valor em risco médio para 2023 foi de 41 milhões de euros, uma diminuição de 3,3 milhões de euros (-8%) em comparação com a média de 2022; tal deveu-se principalmente à redução da volatilidade do mercado no período de um ano do modelo de valor em risco. Adicionalmente, a redução da exposição às taxas de juro entre divisas no âmbito do negócio Global Foreign Exchange, uma vez que se concentrou nos seus negócios de fluxo e nas alterações no posicionamento da curva de obrigações soberanas, e a redução da exposição global às taxas de juro no âmbito do negócio Global Rates também contribuíram para um menor valor em risco médio para 2023.

Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (spot value) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores.

Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)^{1,2,3}

em milhões de euros	Total		Negociação de crédito		Taxas globais		Mercados emergentes		Outros	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Médio	563,3	319,0	(15,0)	54,5	363,4	137,0	228,1	110,2	(13,2)	17,4
Máximo	904,6	414,0	121,4	130,6	892,5	305,0	349,9	332,4	32,0	51,2
Mínimo	330,3	272,4	(130,9)	(33,2)	198,7	53,2	122,4	39,3	(80,6)	(31,7)
Final do período	570,3	291,2	90,8	11,6	198,7	161,9	284,5	100,2	(3,6)	17,4

¹ Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram nas 12 semanas precedentes a 31 de dezembro de 2023 e a 31 de dezembro de 2022, respetivamente

² As discriminações de linhas de negócio foram atualizadas em 2023, no sentido de melhorar a reflexão da estrutura de negócios atual no relatório

³ Todos os horizontes de liquidez estão definidos para 12 meses

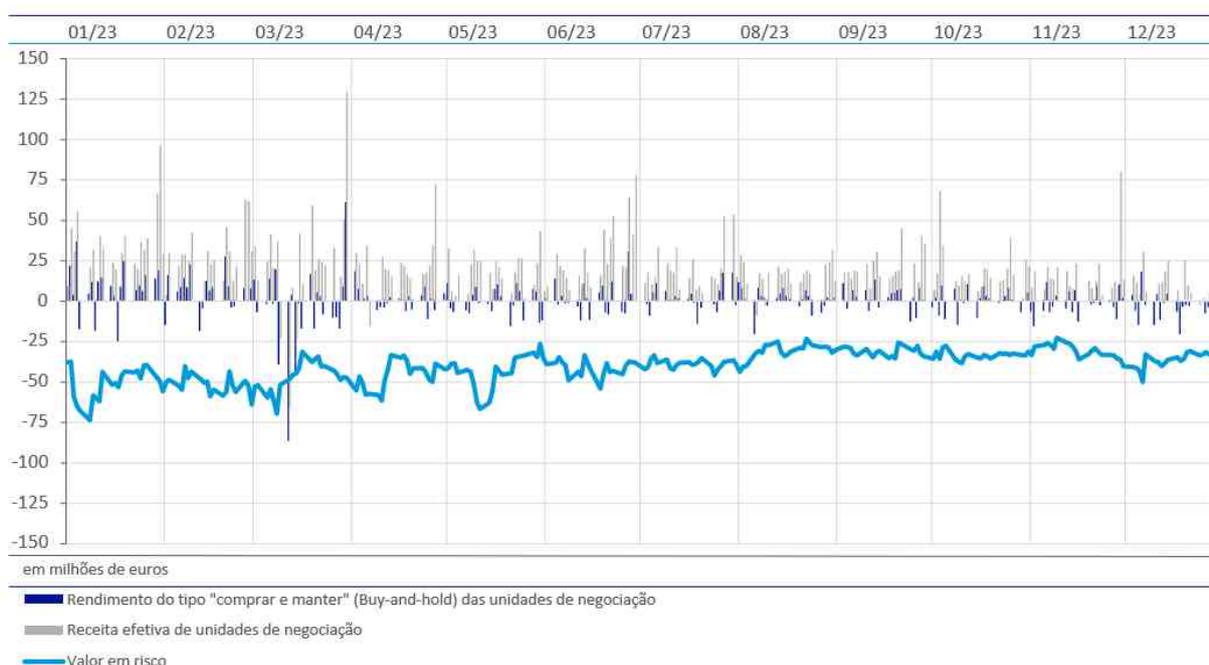
Os requisitos de capital para riscos adicionais no final de 2023 eram de 570 milhões de euros, tendo aumentado 279 milhões de euros (+96%) face ao final de 2022. A variação deveu-se ao aumento do inventário de obrigações soberanas para facilitar a criação de mercado no âmbito das atividades de Taxas globais e Mercados emergentes globais.

Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2023, o Grupo observou um valor atípico em que a perda do Grupo numa base de compra e manutenção e numa base efetiva excedeu o valor em risco das carteiras de negociação. Este facto foi motivado por um aumento da volatilidade do mercado na sequência da crise do Silicon Valley Bank no primeiro trimestre de 2023. A volatilidade do mercado conduziu a variações das taxas de juro superiores às registadas no período anterior de um ano utilizado no cálculo do valor em risco.

O gráfico seguinte apresenta as receitas diárias do tipo "comprar e manter" e efetivas das unidades de negociação em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das posições de negociação com as receitas "comprar e manter", dado que "comprar e manter" é a parte relevante dos resultados diários para comparação com o valor em risco do dia anterior, que exclui novas transações, reservas e quaisquer resultados de transporte que normalmente fazem parte da receita efetiva. Os números são apresentados em milhões de euros. O gráfico mostra que as unidades de negociação alcançaram receitas do tipo "comprar e manter" positivas para 54% dos dias de negociação em 2023, apresentando também o valor discrepante global registado em 2023.

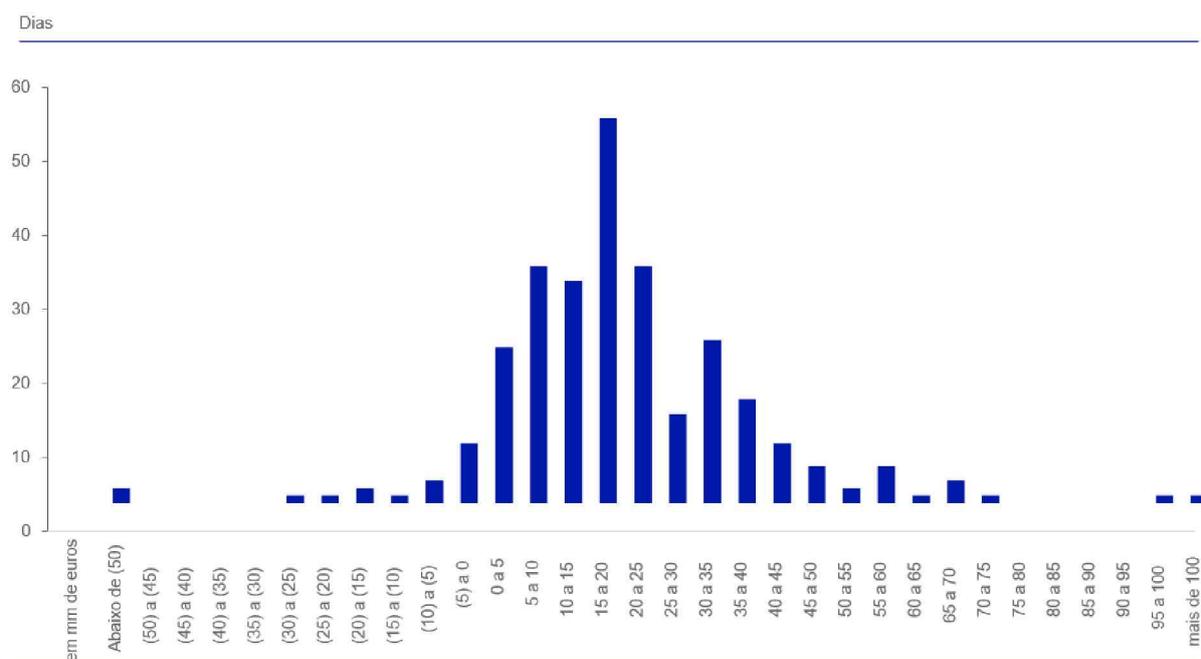
MR4 na UE – Comparação das estimativas de VaR com os resultados



Receitas diárias das unidades de negociação do Deutsche Bank

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das unidades de negociação do Grupo. A receita diária é definida como receita total e é composta por novas transações, taxas e comissões, receita do tipo “comprar e manter”, reservas, carry e outras receitas. Apresenta o número de dias de negociação em que o Grupo alcançou cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das unidades de negociação do Grupo em 2023



As unidades de negociação obtiveram uma receita positiva para 93% dos dias de negociação em 2023, em comparação com 84% em 2022.

Exposições de risco de mercado não relacionado com a negociação

Utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação

A tabela seguinte apresenta a utilização de capital económico de risco de mercado não relacionado com a negociação por tipo de risco:

Utilização de capital económico por tipo de risco.

em milhões de euros	Utilização de capital económico	
	31 dez 2023	31 dez 2022
Risco de taxa de juro	2.980	1.752
Risco de spread de crédito	60	29
Risco de capital e de investimento	1.044	841
Risco cambial	1.273	1.460
Risco de pensões	1.106	803
Risco de fundos garantidos	59	82
Total das carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	6.523	4.968

Os valores de capital económico tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre os diferentes tipos de risco.

A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação totalizava € 6.5 billion em 31 de dezembro de 2023, € 1.6 billion acima da nossa utilização de capital económico no final de 2022. O aumento do capital económico deveu-se essencialmente a posições adicionais de risco de taxa de juro tomadas para atenuar o risco de queda da margem financeira do Grupo, a um risco mais elevado relacionado com o pressuposto de modelação comportamental para a nossa carteira de depósitos sem prazo de vencimento e a uma contribuição mais elevada para o risco de mercado dos nossos planos de pensões de benefícios definidos.

- Risco de taxa de juro; encargo de capital económico para o risco de taxa de juro na carteira bancária, incluindo o risco de diferenças, o risco de base e o risco de opção, tal como o risco de alteração no comportamento do cliente incluído em depósitos sem prazo de vencimento modelados ou no risco de pré-pagamento; no total, a utilização de capital económico a 31 de dezembro de 2023 foi de € 3.0 billion, face a € 1.8 billion em 31 de dezembro de 2022
- Risco de spread de crédito; encargo de capital económico para as carteiras da carteira bancária sujeita a risco de spread de crédito; a utilização de capital económico foi de € 60 million em 31 de dezembro de 2023, face a € 29 million em 31 de dezembro de 2022
- Risco de capital e de investimento; encargo de capital económico relativo ao risco acionista decorrente de uma posição estrutural curta no preço das ações do próprio banco, resultante dos planos de compensação em ações do Grupo, e das participações de investimento não consolidadas, como investimentos estratégicos e ativos alternativos; a utilização de capital económico foi de € 1.0 billion em 31 de dezembro de 2023, face a € 841 million em 31 de dezembro de 2022
- Risco cambial; o risco cambial surge predominantemente da posição estrutural do Grupo assumida para imunizar a sensibilidade do rácio de capital do banco contra alterações nas taxas de câmbio. A utilização de capital económico era de € 1.3 billion em 31 de dezembro de 2023, face aos € 1.5 billion em 31 de dezembro de 2022
- Risco de pensões; este risco decorre das obrigações de benefícios definidos do Grupo, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de spread de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico era de € 1.1 billion em 31 de dezembro de 2023, face aos € 803 million em 31 de dezembro de 2022
- Risco de fundos garantidos; a utilização de capital económico era de € 59 million em 31 de dezembro de 2023, face aos € 82 million em 31 de dezembro de 2022

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A tabela seguinte apresenta o impacto na margem financeira do Grupo na carteira bancária, bem como a alteração do valor económico para as posições da carteira bancária decorrente de alterações nas taxas de juros no âmbito de seis cenários padrão definidos pela EBA:

Risco de taxa de juro ao valor económico e margem financeira na carteira bancária por cenário da EBA

em mil milhões de euros	Delta de EVE		Delta NII ¹	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Curva paralela ascendente	(5,1)	(4,6)	0,3	1,9
Curva paralela descendente	1,8	1,3	(0,3)	(1,1)
Critério para acentuação da curva	(0,8)	(0,1)	0,1	(0,4)
Critério para nivelamento da curva	(0,3)	(1,4)	(0,1)	1,5
Curva das taxas de curto prazo ascendentes	(1,6)	(2,4)	(0,0)	2,3
Curva das taxas de curto prazo descendentes	0,8	1,2	(0,1)	(1,2)
Máximo	(5,1)	(4,6)	(0,3)	(1,2)

em mil milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Capital Tier 1	56,4	56,6

¹ O delta do rendimento de juros líquido (NII) reflete a diferença entre o NII projetado no respetivo cenário com as taxas alteradas vs. as taxas implícitas do mercado. As sensibilidades baseiam-se num balanço estático a taxas de câmbio constantes, excluindo as posições de negociação e a DWS. Os valores não incluem os efeitos de Mark-to-Market (MtM)/Outro rendimento integral (OCI) em posições geridas a nível central não elegíveis para contabilidade de cobertura

A perda máxima do valor económico de capital foi de (5,1) mil milhões de euros em dezembro de 2023, em comparação com (4,6) mil milhões de euros em dezembro de 2022. Em dezembro de 2023, a perda máxima do EVE representa 9,0% do capital Tier 1.

A perda máxima do valor económico de capital (EVE) devido a uma mudança paralela de +200 pontos base da curva de rendimentos em todas as moedas, conforme definido pelo BaFin, foi de (5,1) mil milhões de euros em dezembro de 2023, representando 7,7% do Capital Total.

A variação moderada da perda do valor económico de capital no cenário de taxas de juro "curva paralela ascendente" deveu-se a atividades de reequilíbrio relacionadas com a posição de risco de taxa de juro na carteira de Tesouraria do Banco. O posicionamento global do Deutsche Bank em termos de risco de taxa de juro mantém-se praticamente inalterado e é gerido através de uma gestão de risco definida como parte do quadro do IRRBB.

A perda máxima de um ano na margem financeira (NII) era de (0,3) mil milhões de euros em dezembro de 2023, em comparação com (1,2) mil milhões de euros em dezembro de 2022.

A perda máxima para os 12 meses de sensibilidade da margem financeira para o cenário de "curva paralela descendente" diminuiu cerca de 0,8 mil milhões de euros.

A redução da perda máxima da margem financeira no cenário de "curva paralela descendente" deveu-se sobretudo a uma combinação de melhorias da metodologia destinadas a refletir melhor o comportamento dos clientes e as alterações da nossa posição de risco de taxa de juro na Tesouraria, em resposta à alteração do ambiente das taxas de juro.

A tabela seguinte apresenta a variação do valor económico para as posições da carteira bancária do Deutsche Bank resultante de choques de descida e subida de taxas de juro por divisa:

Risco de taxa de juro ao valor económico na carteira bancária por divisa

em mil milhões de euros	31 dez 2023	
	Curva paralela ascendente	Curva paralela descendente
EUR	(4,0)	1,4
USD	(1,1)	0,6
Outros	(0,0)	(0,2)
Total	(5,1)	1,8

Exposição ao risco operacional

Risco operacional – perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

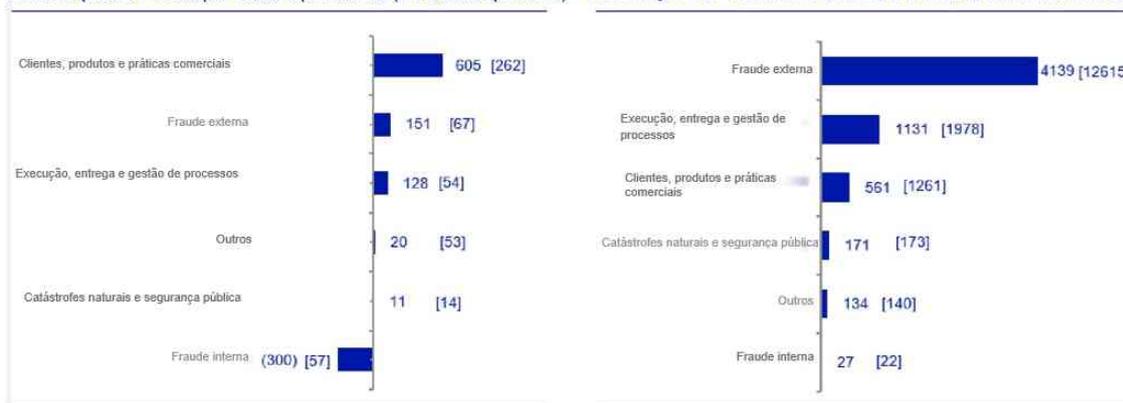
em milhões de euros	2023	2022 ¹
Clientes, produtos e práticas comerciais	605	278
Fraude externa	151	65
Execução, entrega e gestão de processos	128	81
Outras	20	157
Catástrofes naturais e segurança pública	11	6
Fraude interna	(333)	16
Grupo	582	602

¹ Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso. As perdas são registadas após a compensação dos seguros

Em 31 de dezembro de 2023, as perdas por risco operacional diminuíram 20 milhões de euros, ou 3%, para 582 milhões de euros. Tal deveu-se principalmente a um ganho de 333 milhões de euros relacionado com o tipo de evento "Fraude interna", que reflete a libertação de provisões para litígios. As perdas em "Clientes, produtos e práticas comerciais" aumentaram em relação ao ano anterior devido ao aumento das provisões para processos civis. As perdas com processos judiciais são globalmente estáveis quando se agregam os assuntos resolvidos e as alterações nas provisões para litígios relativos a assuntos não resolvidos em todas as categorias.

Perdas por risco operacional por tipo de evento ocorridas no período de 2023 (2018 - 2022)¹

Distribuição de Perdas por Risco Operacional (data de lançamento)² Distribuição de Perdas por Risco Operacional (primeira data de lançamento)³



¹ Os valores entre parênteses retos são médias entre 2018-2022. Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

² A distribuição de perdas por risco operacional baseia-se na data de lançamento

³ A frequência das perdas por risco operacional baseia-se na primeira data de lançamento

O diagrama "Distribuição de perdas por risco operacional" resume o valor dos lançamentos de perdas por risco operacional líquidas por tipo de evento em 2023, face à média do período comparativo de cinco anos de 2018 a 2022 (entre parênteses retos). O tipo de evento "Clientes, produtos e práticas comerciais" constitui a parte mais significativa das perdas operacionais, com uma quota-parte de 605 milhões de euros, em grande parte constituída por assuntos resolvidos e alterações nas reservas para litígios relativos a assuntos não resolvidos. O tipo de evento "Fraude Externa" registou um aumento substancial em relação ao ano anterior, devido a dois casos de litígio importantes. O tipo de evento "Execução, entrega e gestão de processos" também aumentou significativamente, principalmente devido a perdas não relacionadas com litígios. A redução das perdas no tipo de evento "Fraude interna" deve-se a uma libertação de provisões para litígios.

O diagrama "Frequência de perdas operacionais" resume os eventos de risco operacional por tipo de evento (com base numa contagem de eventos em que as perdas foram reconhecidas pela primeira vez em 2023), em relação à média do período comparativo de cinco anos de 2018 a 2022 (entre parêntesis). A "Fraude externa" continua a ser o tipo de evento mais frequente, embora se tenha registado uma redução notável em relação à média de cinco anos.

Embora o banco procure garantir a captação abrangente de todos os eventos de perda por risco operacional com um impacto líquido na perda por risco operacional de 10.000 euros ou mais, os totais apresentados nesta secção poderão estar subestimados devido à deteção e inscrição tardias dos eventos de perda.

Exposição ao risco de liquidez

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

Vários tópicos macro emergiram durante 2023 e pesaram nos mercados, após uma normalização após os eventos geopolíticos dos últimos anos. A inflação elevada, contrariada por subidas de taxas sem precedentes, a continuação das incertezas geopolíticas, o incumprimento de alguns bancos regionais dos EUA e a aquisição do Credit Suisse pelo UBS tiveram um impacto particular. Não obstante este contexto, o Banco navegou bem nos mercados e concluiu com êxito a sua atividade de emissão, que se cifrou em 17,2 mil milhões de euros. Depois de deduzidos os 1,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos de notas sénior e não preferenciais emitidas em novembro como pré-financiamento, o volume global ficou dentro do plano de 13 a 18 mil milhões de euros, que foi reduzido para uma orientação de 14 a 16 mil milhões de euros durante o quarto trimestre.

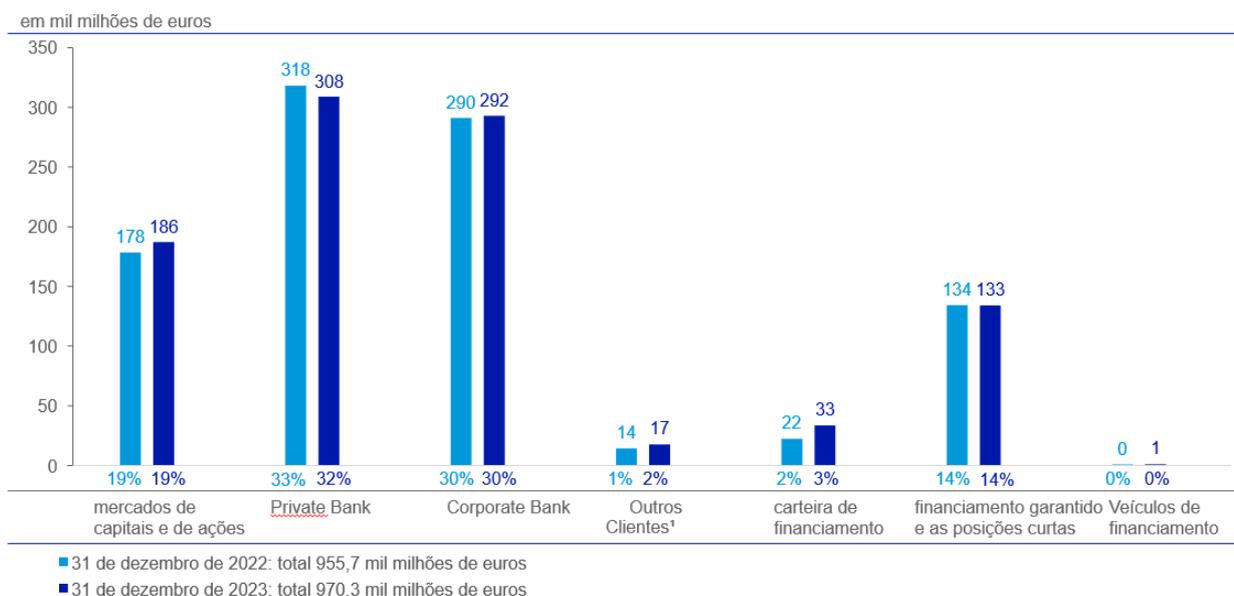
Analisando o ano inteiro, os mercados de crédito registaram um desempenho construtivo, apesar das múltiplas perturbações, com os índices mais amplos a negociarem de forma mais restritiva do que no final de 2022. As obrigações de caixa sénior não preferenciais do banco aumentaram devido à turbulência do mercado em março, relacionada com os bancos regionais dos EUA e o Credit Suisse, e tiveram um desempenho inferior ao dos seus pares até abril de 2023. Posteriormente, os spreads do DB tornaram-se mais estreitos e o seu desempenho foi superior ao dos seus pares. A evolução positiva dos spreads do DB foi apoiada por três subidas de notação da DBRS, Fitch e S&P ao longo do ano. No final de 2023, os spreads do DB são mais reduzidos do que no início do ano.

O volume total de emissão de 17,2 mil milhões de euros está repartido da seguinte forma: 1,4 mil milhões de euros em emissões de capital, 6,7 mil milhões de euros de financiamento sénior não preferencial e 6,0 mil milhões de euros de financiamento sénior preferencial. O Grupo também emitiu 2,6 mil milhões de euros de Pfandbriefe e 0,5 mil milhões de euros de Cédulas. Do ponto de vista das divisas, o volume total de emissões divide-se da seguinte forma: euros (8,5 mil milhões de euros), dólares americanos (6,9 mil milhões de euros), libras esterlinas (0,8 mil milhões de euros) e outras moedas agregadas (1,0 mil milhões de euros). A base de investidores do Grupo para emissões em 2023 foi a seguinte: gestores de ativos e fundos de pensões (34%), clientes de retalho (17%), bancos (16%), companhias de seguros (8%), empresas (1%), governos e agências (4%) e outros investidores institucionais (20%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (41%), resto da Europa (24%), EUA (26%), Ásia e Pacífico (8%) e Outros (1%). O spread médio da emissão da taxa Euribor a 3 meses/RFR (taxa sem risco) foi de 164 pontos base para o ano inteiro. O prazo médio foi de 5,1 anos. O Grupo emitiu os seguintes volumes em cada trimestre: T1: 7,5 mil milhões de euros, T2: 2,0 mil milhões de euros, T3: 3,1 mil milhões de euros e T4: 4,7 mil milhões de euros.

O plano de emissão do Deutsche Bank para 2024 é de 13 a 18 mil milhões de euros e semelhante ao de 2023. Inclui instrumentos de capital, obrigações sénior não preferenciais, preferenciais sénior e obrigações cobertas. O Grupo também planeia angariar parte deste financiamento em dólares americanos e poderá celebrar swaps cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. O Banco tem maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 11 mil milhões de euros. Além disso, o Banco emitiu títulos estruturados com um volume de 5,3 mil milhões de euros em 2013 e prevê emitir 6 a 7 mil milhões de euros em 2024. Esta atividade é conduzida pela divisão FIC e não faz parte do plano de emissão da Tesouraria.

Diversificação de financiamento

Em 2023, o valor total de financiamento externo aumentou 14,6 mil milhões de euros, de 955,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022 para 970,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Os financiamentos do Corporate Bank aumentaram 1,5 mil milhões de euros, enquanto os depósitos no Private Bank diminuíram 9,6 mil milhões de euros. Em ambas as divisões, registou-se uma mudança de depósitos à vista para depósitos a prazo. A carteira de financiamento por grosso sem garantia aumentou 11,4 mil milhões de euros, dos quais 2,5 mil milhões de euros de depósitos do Investment Bank. Além disso, os mercados de capitais e de ações aumentaram 8,5 mil milhões de euros, devido a um aumento de 2,5 mil milhões de euros em ações e de 6,0 mil milhões de euros em emissões de dívida de longo prazo. O financiamento garantido e as posições curtas mantiveram-se globalmente estáveis em comparação com 31 de dezembro de 2022, com reduções de 18,7 mil milhões de euros decorrentes do reembolso das TLTRO (operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas), bem como uma diminuição de 6,6 mil milhões de euros nos passivos detidos para negociação, compensada por um aumento de 23,9 mil milhões de euros nas operações de recompra.



Composição das fontes de financiamento externas

¹ Outros Clientes incluem depósitos fiduciários, notas de X-markets e margem/saldos de Corretagem Prime (apresentados numa base líquida). Referência: Reconciliação para o balanço total de 1312,3 mil milhões de euros (1336,8 mil milhões de euros); Derivados e saldos de liquidação de 266,5 mil milhões de euros (296,5 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) de 40,2 mil milhões de euros (50,4 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento de 35,4 mil milhões de euros (34,2 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente.

Maturidade do financiamento por grosso não garantido, do ABCP e da emissão nos mercados de capitais¹

31 dez 2023

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	1.942	1.419	692	402	4.455	558	103	5.117
Depósitos de outros clientes grossistas	9.838	4.740	3.475	1.984	20.038	422	633	21.093
CD e PC	1.085	2.143	2.041	1.623	6.891	84	0	6.976
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	91	1.173	2.852	4.146	8.261	7.700	36.328	52.289
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	198	442	1.293	718	2.650	3.494	5.325	11.470
Estruturados sénior	121	458	748	1.275	2.603	2.919	12.401	17.923
Obrigações/ABS cobertos	21	2.065	235	750	3.070	1.867	13.063	18.000
Passivos subordinados	10	15	291	94	410	5.887	14.039	20.336
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	13.306	12.454	11.627	10.992	48.380	22.931	81.892	153.204
Dos quais:								
Garantidos	21	2.065	235	750	3.070	1.867	13.063	18.000
Sem garantia	13.285	10.389	11.392	10.242	45.309	21.065	68.829	135.203

¹ Inclui títulos Tier 1 adicionais reportados como componentes de capital adicionais nas demonstrações financeiras. Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas. Volume de financiamento garantido reportado após a eliminação da dívida própria.

O volume total de passivos por grosso não garantidos, de ABCP e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo de um ano totalizava 45 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023, devendo ser considerado no contexto do total dos nossos ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) de 219 mil milhões de euros.

31 dez 2022

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Depósitos de bancos	549	156	528	1.200	2.432	0	526	2.958
Depósitos de outros clientes grossistas	4.477	4.448	3.502	1.690	14.118	869	927	15.915
CD e PC	88	801	1.438	782	3.109	0	9	3.118
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	2.271	285	1.920	823	5.299	13.284	33.478	52.061
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	19	0	125	1.077	1.221	3.610	3.897	8.727
Estruturados sénior	143	542	1.392	940	3.017	1.958	11.064	16.040
Obrigações/ABS cobertos	518	0	599	389	1.506	3.084	11.799	16.389
Passivos subordinados	0	10	2.581	307	2.899	1.723	16.151	20.773
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	8.066	6.242	12.086	7.208	33.601	24.528	77.851	135.980
Dos quais:								
Garantidos	518	0	599	389	1.506	3.084	11.799	16.389
Sem garantia	7.548	6.242	11.487	6.818	32.095	21.444	66.051	119.591

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa dos nossos financiamentos por grosso a curto prazo não garantidos, financiamentos ABCP e emissões nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso não garantido, ABCP e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

em milhões de euros	31 de dezembro de 2023					31 de dezembro de 2022				
	em EUR	em USD	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em USD	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	666	2.409	108	1.934	5.117	1.216	963	47	732	2.958
Depósitos de outros clientes grossistas	8.857	9.128	248	2.860	21.093	4.437	9.047	278	2.152	15.915
CD e PC	3.776	2.816	0	383	6.976	1.035	1.423	133	527	3.118
ABCP	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos "plain vanilla" não preferenciais sénior	22.309	23.199	3.611	3.171	52.289	24.052	21.826	2.735	3.448	52.061
Instrumentos "plain vanilla" preferenciais sénior	6.445	4.424	8	593	11.470	3.125	5.415	0	186	8.727
Estruturados sénior	8.278	7.502	43	2.100	17.923	6.712	7.517	24	1.785	16.040
Obrigações cobertas/ABS	17.710	290	0	0	18.000	16.387	2	0	0	16.389
Passivos subordinados	9.845	9.380	932	179	20.336	10.070	9.597	917	189	20.773
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	77.886	59.148	4.949	11.220	153.204	67.035	55.792	4.134	9.019	135.980
Dos quais:										
Garantidos	17.710	290	0	0	18.000	16.387	2	0	0	16.389
Sem garantia	60.176	58.858	4.949	11.220	135.203	50.648	55.790	4.134	9.019	119.591

Ativos líquidos de alta qualidade

Durante o ano de 2023, o Grupo fez a transição da sua apetência pelo risco de Reservas de Liquidez para HQLA (conforme definido no Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão).

Composição dos HQLA do Grupo por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

em mil milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Valor de mercado	Valor de acordo com o artigo 9.º do CRR	Valor de mercado	Valor de acordo com o artigo 9.º do CRR
Numerário disponível e reservas do banco central	156	156	154	154
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	133	133	132	132
Subsidiárias	23	23	22	22
Títulos líquidos de alta qualidade (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado e emitidos por agências públicas)	66	63	66	64
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	54	51	55	54
Subsidiárias	12	12	11	10
Total de HQLA	222	219	220	219
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	187	184	188	186
Subsidiárias	35	35	33	32

Em 31 de dezembro de 2023, os HQLA do Grupo permaneceram estáveis face a 31 de dezembro de 2022, em 219 mil milhões de euros. Esta evolução deve-se principalmente ao reembolso dos passivos TLTRO, compensado pelos movimentos da carteira de negócios. O Grupo mantém ativos adicionais elegíveis do banco central com elevada liquidez, não qualificados como HQLA ou sujeitos a restrições de transferência ao abrigo da definição de HQLA. Estes ativos líquidos adicionais ascendiam a 42 mil milhões de euros, pelo que o total das reservas de liquidez do Grupo era de 261 mil milhões de euros no final de 31 de dezembro de 2023. No final de 31 de dezembro de 2022, estes ativos líquidos adicionais ascendiam a 37 mil milhões de euros, pelo que o total das reservas de liquidez do Grupo era de 256 mil milhões de euros. A média de 12 meses de HQLA em 2023 foi de 215 mil milhões de euros, em comparação com 218 mil milhões de euros em 2022.

Rácio de cobertura de liquidez

O rácio de cobertura de liquidez era de 140% no final do quarto trimestre de 2023, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 62 mil milhões de euros em comparação com 142% no final do quarto trimestre de 2022, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 64 mil milhões de euros. Esta evolução foi impulsionada principalmente pelos reembolsos das TLTRO do BCE, compensados pelos movimentos da carteira de negócios.

O LCR médio ponderado a doze meses do Grupo foi de 137%. Este foi calculado de acordo com o Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2015/61 e as Orientações da EBA relativas à divulgação do LCR para complementar a divulgação da gestão do risco de liquidez ao abrigo do artigo 435.º do CRR.

Componentes do LCR

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2023	31 dez 2022
	Total do valor ponderado ajustado (média)	Total do valor ponderado ajustado (média)
Número de pontos de dados utilizados no cálculo das médias	12	12
Ativos líquidos de alta qualidade	215	218
Total de saídas de caixa líquidas	157	161
Rácio de cobertura de liquidez (LCR) em %	137%	135%

Gestão do risco de financiamento

Financiamento estrutural

Todas as matrizes de financiamento (matriz de financiamento de moedas agregadas, em USD e em GBP) estavam em linha com os objetivos no final do exercício de 2023 e 2022.

Testes de esforço e análise de cenários

No final de 2023, a posição de liquidez líquida do Grupo em situação de esforço era de 58 mil milhões de euros em comparação com os 48 mil milhões de euros no final de 2022. Esta evolução deveu-se principalmente a movimentos da carteira de negócios e a alterações de metodologia, compensadas por reembolsos das TLTRO do BCE.

Resultados diários globais dos testes de esforço em todas as moedas

em mil milhões de euros	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	123	242	119	120	234	114
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	38	180	142	90	234	145
Redução acentuada da notação de crédito (específico do DB)	161	259	97	154	251	97
Combinado³	203	261	58	205	254	48

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em EUR

em mil milhões de euros	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez
Combinado³	90	116	25	95	109	14

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em USD

em mil milhões de euros	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez
Combinado³	91	102	11	81	103	22

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

Resultados diários globais dos testes de esforço em GBP

em mil milhões de euros	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Défice de financiamento ¹	Compensação do défice ²	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento	Compensação do défice	Posição líquida de liquidez
Combinado³	4	5	1	6	11	5

¹ Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas

² Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez e outras atenuantes do negócio

³ Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e da acentuada redução da notação de crédito

A tabela seguinte apresenta o montante necessário para satisfazer os requisitos de garantias colaterais de obrigações contratuais em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivados contratuais	402	526	389	434
Outros requisitos de financiamento ou de margem	0	0	0	0

Rácio de financiamento estável líquido

O rácio de financiamento estável líquido era de 121% no final do quarto trimestre de 2023, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 107 mil milhões de euros em comparação com 120% no final do quarto trimestre de 2022, um excedente em relação aos requisitos regulamentares de 99 mil milhões de euros. Esta evolução deveu-se principalmente aos movimentos da carteira de negócios, compensados pelos reembolsos das TLTRO do BCE.

	31 dez 2023	31 dez 2022
	Total do valor ponderado ajustado	Total do valor ponderado ajustado (média)
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)		
Financiamento estável disponível (ASF)	605	606
Financiamento estável requerido (RSF)	499	507
Rácio de financiamento estável líquido (NSFR) em %	121%	120%

Oneração de ativos

Esta secção diz respeito à oneração de ativos do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária, em conformidade com a Lei bancária alemã. Por este motivo, são excluídas as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. Os ativos penhorados pelas nossas subsidiárias de seguros estão incluídos na Nota 20, "Ativos penhorados e recebidos como garantia" das demonstrações financeiras consolidadas, e os ativos restritos detidos para cumprir as obrigações dos segurados pelas companhias de seguros estão incluídos na Nota 37, "Informações sobre subsidiárias" das demonstrações financeiras consolidadas.

Os ativos onerados incluem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são penhorados como garantia de financiamento segurado, swaps colaterais e outras obrigações com garantia. Além disso, em conformidade com normas técnicas da EBA quanto a requisitos regulamentares em matéria de relato de ativos onerados, os ativos depositados com sistemas de liquidação, incluindo fundos de proteção contra o incumprimento e margens iniciais, assim como outros ativos penhorados como garantia que não podem ser livremente revogados, como é o caso das reservas mínimas obrigatórias nos bancos centrais, são considerados onerados. Também consideramos onerados os ativos a receber de margens de derivados, de acordo com as diretrizes da EBA.

Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Os ativos financeiros não onerados pelo justo valor, que não constituam títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados, e os investimentos disponíveis para venda são tidos como prontamente disponíveis.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico patrimonial e extrapatrimonial ou pelo justo valor e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (consulte "Ativos Líquidos de alta qualidade" para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Nesta categoria incluem-se títulos obtidos por empréstimo ou comprados com acordos de revenda e valor de mercado positivo de derivados. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora, dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em "Outros ativos" pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2023			
	Valor contabilístico			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Títulos de dívida	167	84	83	0
Instrumentos de capital	3	0	3	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	184	12	172	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	15	0	0	15
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	9	0	9	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	252	0	0	252
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	79	0	0	79
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1	0	1	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ²	7	0	5	2
Empréstimos	528	57	14	457
Outros ativos	69	36	0	34
Total	1.314	189	287	838

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados acima, em separado)

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2023			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos	Ativos onerados	Ativos desonerados	
Prontamente disponíveis			Outros	
Garantias recebidas:	379	325	49	6
Títulos de dívida	370	321	48	0
Instrumentos de capital	1	1	0	0
Outras garantias recebidas	8	3	0	6

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022			
	Valor contabilístico			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Títulos de dívida	136	59	77	0
Instrumentos de capital	3	1	2	0
Outros ativos:				
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	186	14	172	0
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	11	0	0	11
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados ²				
Ativos detidos para negociação	8	0	8	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	300	0	0	300
Títulos obtidos ou tomados a título de empréstimo com acordos de revenda ¹	82	0	0	82
Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1	0	1	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral ²	6	0	4	2
Empréstimos	525	74	14	438
Outros ativos	80	47	0	33
Total	1.339	194	279	866

¹ Todos os títulos obtidos por empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda são apresentados como outros ativos desonerados. O uso da garantia subjacente é captado separadamente na tabela de extrapatrimoniais abaixo

² Exclui títulos de dívida e instrumentos de capital (apresentados acima, em separado)

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2022			
	Justo valor das garantias recebidas			
	Ativos desonerados			
	Ativos	Ativos onerados	Prontamente disponíveis	Outros
Garantias recebidas:	309	255	49	6
Títulos de dívida	299	250	48	0
Instrumentos de capital	2	1	0	0
Outras garantias recebidas	9	3	0	6

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção "Testes de esforço de liquidez e análise de cenários" para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção "Financiamento estrutural" para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido e aprovado pelo Conselho de Administração.

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31 dez 2023

em milhões de euros	À vista (incl. notificaçã o de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central ¹	164.942	11.301	1.905	185	39	45	0	0	0	178.416
Saldos interbancários (sem bancos centrais) ¹	4.599	653	42	63	78	100	0	0	606	6.140
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	16	2.010	3.388	514	1.434	901	4.180	2.282	0	14.725
Com bancos	7	393	1.250	93	936	862	2.389	2.282	0	8.212
Com clientes	10	1.617	2.138	421	497	39	1.791	0	0	6.513
Títulos obtidos por empréstimo	0	33	0	0	0	0	6	0	0	39
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	33	0	0	0	0	6	0	0	39
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	390.279	51.826	11.152	3.130	563	2.655	700	1.287	3.660	465.252
Ativos detidos para negociação	123.907	0	0	0	0	1.353	0	0	16	125.275
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	120.731	0	0	0	0	0	0	0	0	120.731
Ações e outros títulos de rendimento variável	1.968	0	0	0	0	1.353	0	0	16	3.336
Outros ativos detidos para negociação	1.207	0	0	0	0	0	0	0	0	1.207
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	251.855	0	0	0	0	0	0	0	1	251.855
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	14.517	51.826	11.152	3.130	563	1.302	626	1.287	3.643	88.047
Títulos comprados com acordos de revenda	5.331	48.697	7.987	2.242	299	550	161	669	0	65.937
Títulos obtidos por empréstimo	9.159	2.001	1.859	0	0	0	17	0	0	13.036
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	12	521	1.301	861	264	136	386	580	2.373	6.434
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	16	607	5	27	0	616	62	38	1.270	2.640
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	0	74	0	1	75
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	337	211	104	55	38	18	79	46	889
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	36	3.590	1.514	1.106	666	482	2.314	8.761	17.077	35.546
Títulos comprados com acordos de revenda	0	1.805	0	0	0	0	0	0	0	1.805
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.476	980	771	475	336	1.548	6.337	16.951	28.874
Empréstimos	36	309	534	335	190	146	767	2.424	126	4.867
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	15.107	37.104	31.048	17.534	12.418	14.272	38.335	91.628	216.259	473.705
A bancos	227	537	348	332	41	1.535	862	519	801	5.202
A clientes	14.880	36.567	30.700	17.201	12.377	12.736	37.473	91.108	215.459	468.502
Retalho	2.375	5.803	4.879	1.721	1.302	2.170	4.786	16.929	168.184	208.148
Grandes empresas e outros clientes	12.505	30.763	25.822	15.480	11.075	10.567	32.688	74.180	47.275	260.354
Outros ativos financeiros	68.187	9.243	3.875	2.729	778	1.445	1.136	4.225	15.204	106.823
Total de ativos financeiros	643.167	116.096	53.134	25.365	16.030	19.936	46.691	108.263	252.853	1.281.535
Outros ativos	9.124	269	1	4.169	2	4.185	194	2.080	10.771	30.796
Total do ativo	652.291	116.366	53.135	29.534	16.032	24.121	46.885	110.342	263.624	1.312.331

¹ As posições "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" incluem 614 milhões de euros em numerário detidos nos bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia

31 dez 2022

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Caixa e saldos do banco central ¹	164.090	13.138	1.639	0	0	29	0	0	0	178.897
Saldos interbancários (sem bancos centrais) ¹	6.315	265	181	83	166	181	0	0	6	7.195
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	9	2.646	3.990	356	519	895	1.721	1.342	0	11.478
Com bancos	3	305	869	22	5	600	1.626	1.322	0	4.750
Com clientes	6	2.342	3.121	334	514	295	95	21	0	6.728
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Com clientes	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	410.982	47.537	6.495	3.577	3.381	3.973	2.130	655	3.646	482.376
Ativos detidos para negociação	91.150	0	0	0	0	1.437	0	0	280	92.867
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	88.153	0	0	0	0	0	0	0	4	88.156
Ações e outros títulos de rendimento variável	2.098	0	0	0	0	1.437	0	0	276	3.811
Outros ativos detidos para negociação	900	0	0	0	0	0	0	0	0	900
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	299.686	0	0	0	0	0	0	0	0	299.686
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	20.145	47.537	6.495	3.577	3.381	2.443	2.130	582	3.365	89.654
Títulos comprados com acordos de revenda	7.623	42.880	4.868	2.274	3.142	1.647	1.207	215	0	63.855
Títulos obtidos por empréstimo	12.445	3.594	1.167	202	0	0	7	0	0	17.414
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	77	390	460	1.096	239	153	810	328	2.842	6.396
Outros ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	673	0	4	0	643	106	39	523	1.989
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	0	0	0	0	94	0	74	1	168
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	260	441	225	88	49	15	65	275	1.417
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	3	3.857	1.557	803	696	380	1.606	11.093	11.681	31.675
Títulos comprados com acordos de revenda	0	2.156	0	0	0	0	0	0	0	2.156
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos de dívida	0	1.305	883	426	413	184	1.088	9.570	11.581	25.450
Empréstimos	3	396	673	377	283	195	518	1.523	100	4.069
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos	18.559	29.007	28.590	19.767	10.310	12.875	39.165	99.180	226.246	483.700
A bancos	199	530	415	490	154	178	2.157	2.119	906	7.148
A clientes	18.360	28.477	28.175	19.277	10.156	12.697	37.008	97.061	225.340	476.552
Retalho	3.040	1.475	5.077	1.760	1.344	1.389	5.222	16.190	176.847	212.344
Grandes empresas e outros clientes	15.320	27.001	23.098	17.517	8.813	11.308	31.786	80.871	48.493	264.208
Outros ativos financeiros	66.077	9.465	2.339	3.385	1.155	3.549	3.488	4.134	16.595	110.187
Total de ativos financeiros	666.034	106.175	45.231	28.196	16.316	21.931	48.124	116.469	258.448	1.306.924
Outros ativos	9.158	754	2	3.592	5	3.442	231	1.270	11.410	29.865
Total do ativo	675.193	106.929	45.232	31.788	16.321	25.373	48.355	117.740	269.858	1.336.788

¹ As posições "Caixa e saldos do banco central" e "Saldos interbancários (sem bancos centrais)" incluem 761 milhões de euros em numerário detidos nos bancos russos, predominantemente no Banco Central da Rússia

As tabelas seguintes apresentam a análise de maturidade do total do passivo com base no valor contábilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31 dez 2023

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	346.071	55.380	93.682	61.316	23.849	18.642	7.724	5.065	10.305	622.035
A pagar a bancos	48.482	1.741	10.139	8.791	5.902	478	3.126	3.398	8.977	91.034
A pagar a clientes	297.589	53.639	83.543	52.525	17.947	18.164	4.598	1.667	1.328	531.001
Retalho	130.097	9.882	47.506	34.857	8.635	7.031	1.272	502	43	239.826
Grandes empresas e outros clientes	167.492	43.758	36.036	17.669	9.312	11.133	3.326	1.166	1.285	291.176
Passivos detidos para negociação	282.264	0	0	0	0	0	0	0	0	282.264
Títulos para negociação	43.114	0	0	0	0	0	0	0	0	43.114
Outros passivos detidos para negociação	890	0	0	0	0	0	0	0	0	890
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	238.260	0	0	0	0	0	0	0	0	238.260
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	33.974	24.883	11.547	3.081	217	499	1.727	5.770	2.025	83.722
Títulos vendidos com acordos de recompra	32.183	24.790	11.422	2.748	58	301	537	339	0	72.377
Dívida a longo prazo	1.618	6	43	275	139	89	1.147	5.368	2.024	10.709
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	173	87	82	58	20	109	43	62	1	636
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	484	0	0	0	484
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	40	92	10	9	4	14	12	70	252
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.057	0	0	0	0	0	0	0	0	1.057
Títulos vendidos com acordos de recompra	274	288	295	302	0	0	2	773	48	1.981
A pagar a bancos	63	265	7	302	0	0	2	771	0	1.410
A pagar a clientes	211	23	287	0	0	0	0	2	48	571
Títulos cedidos por empréstimo	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
A pagar a bancos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
A pagar a clientes	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Outros empréstimos a curto prazo	1.479	2.973	2.345	1.522	493	808	0	0	0	9.620
Dívida a longo prazo	0	435	15.286	6.016	3.601	5.604	17.936	41.861	28.652	119.390
Títulos de dívida – sénior	0	378	3.991	4.487	858	5.408	14.665	35.848	16.050	81.685
Títulos de dívida subordinados	0	10	9	0	26	8	2.703	4.356	4.051	11.163
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	47	11.287	1.529	2.680	161	568	1.594	8.529	26.394
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	0	37	27	0	62	22	149
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	289	0	0	0	0	0	289
Outros passivos financeiros	89.980	754	635	1.837	173	308	733	1.209	2.478	98.108
Total de passivos financeiros	755.102	84.754	123.882	74.374	28.342	26.349	28.136	54.689	43.578	1.219.206
Outros passivos	18.307	0	0	0	0	0	0	0	0	18.307
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	74.818	74.818
Total do passivo e do capital próprio	773.409	84.754	123.882	74.374	28.342	26.349	28.136	54.689	118.396	1.312.330
Compromissos assumidos fora do balanço	42.501	10.875	21.158	15.720	14.318	24.459	37.389	113.593	40.527	320.540
Bancos	1.016	1.177	2.354	2.242	2.090	2.278	2.289	2.820	5.829	22.095
Retalho	14.707	1.354	1.206	503	718	2.281	971	583	4.940	27.262
Grandes empresas e outros clientes	26.778	8.344	17.597	12.976	11.510	19.899	34.130	110.190	29.758	271.182

31 dez 2022

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até um mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 ano mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	378.174	34.971	97.284	55.043	16.398	14.629	7.638	7.975	9.344	621.456
A pagar a bancos	41.570	1.052	9.089	8.984	6.248	1.592	2.965	5.699	7.853	85.053
A pagar a clientes	336.605	33.919	88.196	46.059	10.150	13.038	4.673	2.276	1.491	536.404
Retalho	155.180	5.491	58.382	28.637	1.334	1.273	943	579	84	251.903
Grandes empresas e outros clientes	181.425	28.428	29.813	17.422	8.816	11.764	3.730	1.697	1.407	284.500
Passivos detidos para negociação	332.969	0	0	0	0	0	0	0	0	332.969
Títulos para negociação	49.860	0	0	0	0	0	0	0	0	49.860
Outros passivos detidos para negociação	756	0	0	0	0	0	0	0	0	756
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	282.353	0	0	0	0	0	0	0	0	282.353
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	9.686	27.208	10.285	2.175	774	388	852	2.355	911	54.634
Títulos vendidos com acordos de recompra	7.484	27.026	10.131	2.028	658	228	554	351	55	48.517
Dívida a longo prazo	1.740	60	64	116	113	115	292	1.895	854	5.250
Outros passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	462	122	90	31	2	45	6	109	2	868
Passivos por contratos de investimento	0	0	0	0	0	469	0	0	0	469
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	144	182	94	78	16	46	47	181	787
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	170	182	144	20	0	0	25	16	15	573
A pagar a bancos	59	101	122	3	0	0	0	0	9	293
A pagar a clientes	111	81	23	17	0	0	25	16	6	279
Títulos cedidos por empréstimo	12	0	0	0	0	0	0	0	0	13
A pagar a bancos	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
A pagar a clientes	12	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Outros empréstimos a curto prazo	3.002	1.878	135	34	9	61	0	0	0	5.118
Dívida a longo prazo	0	3.085	27.434	6.756	4.994	4.355	17.537	43.826	23.539	131.525
Títulos de dívida – sénior	0	3.050	2.068	2.510	3.206	3.791	13.091	35.427	15.413	78.556
Títulos de dívida subordinados	0	0	25	1.309	0	0	36	7.095	2.670	11.135
Outras dívidas a longo prazo – sénior	0	34	25.340	2.882	1.770	501	4.385	1.242	5.433	41.588
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	0	0	55	18	63	25	62	23	245
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	0	500	0	0	0	0	0	500
Outros passivos financeiros	90.316	776	996	470	160	1.779	723	1.136	2.517	98.873
Total de passivos financeiros	814.329	68.243	136.461	65.092	22.411	21.697	26.821	55.355	36.507	1.246.916
Outros passivos	17.544	0	0	0	0	0	0	0	0	17.544
Total do capital próprio	0	0	0	0	0	0	0	0	72.328	72.328
Total do passivo e do capital próprio	831.874	68.243	136.461	65.092	22.411	21.697	26.821	55.355	108.835	1.336.788
Compromissos assumidos fora do balanço	45.318	11.115	15.621	22.407	12.160	24.447	43.057	105.306	38.803	318.234
Bancos	1.150	1.021	1.561	1.886	1.894	2.366	2.748	2.634	4.955	20.214
Retalho	15.916	820	1.005	335	608	2.212	875	727	8.900	31.398
Grandes empresas e outros clientes	28.253	9.274	13.055	20.186	9.659	19.869	39.434	101.945	24.948	266.622

Sustentabilidade

A sustentabilidade, que engloba as dimensões SAG, tem sido um elemento-chave da estratégia do Deutsche Bank desde 2019 e um dos três pilares temáticos que sustentam a estratégia empresarial do Deutsche Bank - juntamente com as mudanças macroeconómicas e a tecnologia. Em 2023, o banco continuou a centrar-se nos quatro pilares da sua estratégia de sustentabilidade: Financiamento sustentável, Políticas e Compromissos, Pessoas e Operações Próprias, bem como Liderança Pensada e Envolvimento das Partes Interessadas. A realização de progressos ao longo destes quatro pilares visa permitir ao banco maximizar o seu contributo para a consecução dos objetivos do Acordo de Paris sobre o Clima e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ONU). O Deutsche Bank subscreveu vários quadros e iniciativas universais de sustentabilidade. O banco é membro da Iniciativa Financeira do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (1992) e signatário dos dez princípios do Pacto Global das Nações Unidas (2000), dos Princípios para o Investimento Responsável (através da DWS, 2008), dos Princípios para uma Banca Responsável (2019) e da Net-Zero Banking Alliance (2021).

O Banco continuou a integrar a supervisão das questões relacionadas com a sustentabilidade nas estruturas de governação a vários níveis, desde o Conselho de Fiscalização e o Comité de Sustentabilidade do Grupo até à liderança empresarial sénior, às principais infraestruturas e funções de controlo, bem como às equipas especializadas. A governação da sustentabilidade do banco inclui dois comités principais e um conselho inteiramente dedicados à sustentabilidade.

O Comité de Sustentabilidade do Grupo atua como o principal órgão de governação e de tomada de decisões em matéria de sustentabilidade em todo o Grupo Deutsche Bank. O comité é presidido pelo Diretor Geral e pelo Diretor de Sustentabilidade (Vice-Presidente). O seu mandato de "gerir o banco" supervisiona a implementação da estratégia de sustentabilidade em todas as divisões e assegura o alinhamento da estratégia de sustentabilidade com a estratégia empresarial do banco. O Comité Diretor da Estratégia de Sustentabilidade supervisiona a implementação da estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank como um dos "resultados principais" do banco (prioridades "mudar o banco"). O Conselho de Sustentabilidade promove o intercâmbio de conhecimentos entre os defensores da sustentabilidade do banco para apoiar a mudança em todo o banco e identificar novos tópicos.

O Diretor de Sustentabilidade do Deutsche Bank responde ao Diretor Geral. Tem o mandato de desenvolver a estratégia de sustentabilidade do banco em todas as empresas, funções de infraestruturas e regiões e de conduzir a sua implementação. O Gabinete de Sustentabilidade é composto por três áreas: a equipa de Estratégia e Governação Regional, que é responsável pelo desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade corporativa e pela estrutura de governação regional. A subequipa de Governação Regional foi criada em 2023 com o mandato de definir e implementar estruturas regionais de governação da sustentabilidade a nível mundial. Além disso, a equipa de Execução, Dados e Regulamentação, que é responsável pela condução do programa de transformação estratégica e pela identificação e avaliação da regulamentação relevante. Em 2023, a função de Regulamentação da Sustentabilidade do banco foi criada como uma função central focada na interpretação dos principais regulamentos e normas de sustentabilidade a nível mundial, ao nível do grupo, no âmbito da equipa de Execução, Dados e Regulamentação. A terceira equipa, Sustentabilidade do Grupo, é responsável pela promoção das políticas e compromissos do banco em matéria de sustentabilidade, pelas questões de direitos humanos e respetivo acompanhamento e pelo diálogo com as partes interessadas externas, incluindo a gestão da classificação SAG. Em 2023, o Deutsche Bank nomeou um Diretor de direitos humanos no âmbito da Sustentabilidade do Grupo para reforçar ainda mais a sua gestão dos direitos humanos. Além disso, as divisões e as funções de infraestruturas do banco criaram equipas de peritos em SAG para promover a implementação da estratégia de sustentabilidade a nível das divisões e para permitir uma resposta rápida às oportunidades e riscos de negócio emergentes.

A transformação do banco no que diz respeito às metas e objetivos relacionados com a sustentabilidade é uma componente da remuneração baseada no desempenho dos executivos de topo do banco.

Na DWS, o Conselho Executivo da DWS é apoiado pelo Comité de Sustentabilidade do Grupo DWS, que tem poderes para tomar decisões que implementam a estratégia de sustentabilidade.

Financiamento sustentável

O Deutsche Bank estabeleceu o objetivo de atingir um volume acumulado de financiamento sustentável e de investimento SAG de 500 mil milhões de euros no período de janeiro de 2020 até ao final de 2025 (excluindo a DWS); as transações que podem ser classificadas como sustentáveis estão documentadas no Quadro de Financiamento Sustentável do Deutsche Bank e publicadas no site do Deutsche Bank.

Políticas e compromissos

Em março de 2023, o Deutsche Bank atualizou as suas diretrizes relativas ao carvão térmico, tornando mais rigorosos os critérios para que uma empresa seja considerada uma empresa de carvão térmico e abrangida pelas diretrizes, bem como especificando os requisitos a aplicar aos clientes abrangidos pelas diretrizes atualizadas.

Como primeiro parceiro bancário da Ocean Risk and Resilience Action Alliance (ORRAA), o Deutsche Bank assinou o compromisso #BackBlue de financiamento dos oceanos, que garante que a proteção dos oceanos é incorporada nas decisões financeiras e de seguros, em dezembro de 2023. Além disso, o banco participou no Grupo de Trabalho para a Divulgação do Impacto, juntamente com outras instituições financeiras, com o objetivo de aumentar o financiamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

O banco reforçou ainda mais a sua gestão do risco e os processos conexos para evitar violações dos direitos humanos na sua cadeia de abastecimento, em conformidade com a lei alemã relativa à diligência devida na cadeia de abastecimento (SCDDA).

Como parte do seu compromisso com a Net-Zero Banking Alliance, o Deutsche Bank publicou o seu plano de transição inicial em outubro de 2023, que resume a sua estratégia e as ações de descarbonização em três dimensões: operações próprias (Âmbitos 1 e 2), cadeia de abastecimento (Âmbito 3 divulgado): Categoria 1 a 14); e o financiamento que o banco fornece aos seus clientes (Âmbito 3: Categoria 15). Juntamente com esta publicação, o banco três objetivos adicionais de redução das emissões setoriais na carteira de empréstimos a empresas para os setores do transporte marítimo, do cimento e da extração de carvão, depois de ter publicado objetivos de redução para quatro setores no ano anterior (ou seja, petróleo e gás, automóvel, produção de energia e aço) Além disso, o banco estabeleceu a ambição de que, a partir de 2026, pelo menos 90% dos clientes com emissões elevadas nos sectores com utilização mais intensiva de carbono que efetuem novas transações de empréstimos a empresas com o Deutsche Bank assumam um compromisso de emissões líquidas nulas.

Pessoas e operações próprias

Desde o final de 2019 até ao final de setembro de 2023, o Deutsche Bank reduziu as emissões de Âmbito 1 e 2 em 71%, para 44.814 toneladas de CO₂. Em 2023, o banco recebeu 97% do seu próprio consumo global de eletricidade a partir de fontes renováveis e está a caminho de atingir o seu objetivo de 100% de eletricidade renovável até 2025.

O Deutsche Bank continuou a colaborar com os fornecedores para reduzir as emissões de carbono de Âmbito 3, concentrando-se na aquisição de bens e serviços (Âmbito 3): Categoria 1), representando 78% do total de emissões operacionais de Âmbito 3, de outubro de 2022 a setembro de 2023 (excluindo as emissões financiadas, Âmbito 3: Categoria 15).

32,3% dos cargos de diretor executivo, diretor e vice-presidente eram ocupados por mulheres até ao final de 2023.

Além disso, o Deutsche Bank lançou uma formação em "Finanças Sustentáveis" para o pessoal que trabalha com os clientes, contribuiu para a conservação da biodiversidade marinha no âmbito de um dos programas de CSR ambiental do banco, "How We Live", e financiou projetos de conservação comunitária em vários países da Ásia-Pacífico através de uma parceria com a The Nature Conservancy.

Liderança pensada e envolvimento das partes interessadas

Christian Sewing, Diretor Geral do Deutsche Bank, tornou-se membro do Grupo de Diretores da Glasgow Financial Alliance for Net-Zero (GFANZ) em julho de 2023.

Em março de 2023, o Deutsche Bank organizou o seu segundo "Sustainability Deep Dive". No evento, os líderes seniores falaram a quase 1700 clientes, investidores, analistas e funcionários sobre a estratégia de sustentabilidade e a forma como o Deutsche Bank apoia os seus clientes no seu caminho para as emissões líquidas nulas. Na conferência das Nações Unidas sobre o clima de 2023, no Dubai (Emirados Árabes Unidos), o Deutsche Bank co-organizou um evento para clientes e painéis de discussão sobre "Decarbonizing Industry": A German Lense" com seis parceiros do setor alemães, bem como o Future Institute for Sustainable Transformation da European School of Management and Technology em Berlim.

Em outubro de 2023, o banco criou um Painel Consultivo para a Natureza, que tem por objetivo ajudar o banco a avaliar os riscos relacionados com a natureza e a identificar novas ofertas de produtos financeiros associados ao desafio de inverter a perda de biodiversidade. Além disso, o Deutsche Bank atuou como co-líder do Grupo de Trabalho do Sector Imobiliário da Net-Zero Banking Alliance e desempenhou um papel importante na publicação do seu documento de práticas emergentes sobre "Definição de objetivos climáticos para o financiamento do setor imobiliário".

Colaboradores

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2023, o banco tinha um total de 90.130 colaboradores, em comparação com 84.930 em 31 de dezembro de 2022. O banco calcula o número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que inclui valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro do banco em 31 de dezembro de 2023, de 2022 e de 2021.

Colaboradores ¹	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2021
Alemanha	36.195	35.594	35.741
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	18.609	18.379	19.311
Ásia e Pacífico	27.095	23.236	20.215
América do Norte ²	8.033	7.534	7.556
América Latina	199	187	145
Total de colaboradores	90.130	84.930	82.969

¹ Colaboradores equivalentes a tempo inteiro, os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

² Principalmente Estados Unidos

Em 2023, o número de colaboradores do banco aumentou em 5200, ou seja, 6,1%, principalmente devido ao crescimento das atividades, ao reforço das funções informáticas e de controlo e às internalizações.

- Alemanha (+600; +1,7%), principalmente devido a aumentos no Corporate Bank e ao reforço das funções informáticas e de controlo, parcialmente compensados pela implementação de medidas de reestruturação, sobretudo no Private Bank
- América do Norte (+499; +6,6%), principalmente devido a aumentos no Investment Bank e ao reforço das funções informáticas e de controlo
- EMEA ex Alemanha (+230; +1,3%), principalmente devido a aumentos no Reino Unido, influenciados pela aquisição do Numis, e a aumentos na Roménia e no seu Centro de Operações, parcialmente compensados pela redução da presença do banco na Rússia
- Ásia e Pacífico (+3.859; +16,6%), principalmente devido aos aumentos na Índia e no respetivo Centro de Operações

A tabela a seguir apresenta a distribuição de colaboradores equivalentes a tempo inteiro por divisão em 31 de dezembro de 2023, de 2022 e de 2021.

Colaboradores ¹	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2021
Corporate Bank (CB)	17,4%	16,4%	16,0%
Investment Bank (IB)	8,9%	9,0%	8,6%
Private Bank (PB)	29,1%	31,7%	33,8%
Asset Management (AM)	4,9%	5,0%	4,9%
Infraestrutura	39,6%	37,7%	36,5%
Corporate & Other	0,1%	0,2%	0,2%

¹ Comparativos dos anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso; os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

- Corporate Bank (+1.760; +12,6%), principalmente como resultado de aumentos nas funções de Operações e controlo
- Investment Bank (+358; +4,7%), principalmente como resultado de aumentos nas funções de Operações e controlo e também da aquisição da Numis
- Private Bank (-672; -2,5%), principalmente devido a reduções na Alemanha
- Asset Management (+104; +2,4%), principalmente devido ao reforço das funções informáticas e de controlo
- Funções de infraestruturas (+3674; +11,5%), principalmente devido ao reforço das funções de controlo (por exemplo, Combate à Criminalidade Financeira e Auditoria do Grupo) e em Tecnologia, Dados e Inovação devido à estratégia de internalização do banco

Planos de benefícios pós-emprego

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos.

No processo de contabilidade globalmente coordenada do Grupo, que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as análises globais atuariais reveem as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos princípios globais do Grupo para determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, o Grupo conseguiu garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os planos de benefícios dos colaboradores do Grupo, consulte a Nota 33, "Benefícios dos colaboradores" nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Aquisição de talentos

Em 2023, as condições do mercado de trabalho normalizaram-se e, conseqüentemente, as taxas de rotação dos trabalhadores diminuíram significativamente em todas as regiões. As taxas de rotação voluntária do pessoal diminuíram de 10,1 % em 2022 para 5,6 % em 2023.

Em 2023, o recrutamento de talentos permaneceu uma prioridade fundamental para o banco. As contratações centraram-se no preenchimento de funções de front office em áreas em crescimento (como Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management), no reforço das funções de controlo e informáticas, na substituição de colaboradores do centro de operações que saíram voluntariamente e na integração de talentos para satisfazer a procura crescente de funções regulamentares (como a gestão do ciclo de vida do cliente e o combate à criminalidade financeira).

O banco permanece empenhado na sua prioridade estratégica de contratação de diplomados universitários. Em 2023, o banco contratou 1.177 licenciados (2022: 793). O banco também internalizou 1.308 funções externas (2022: 1.806), em especial na área de TI.

Promoção da mobilidade interna da carreira

A mobilidade interna desempenha um papel vital no desenvolvimento e na manutenção de colaboradores qualificados e talentos e na garantia de que o banco continua a beneficiar dos seus conhecimentos e experiência. O banco promovemos a mobilidade entre divisões, o que permite aos colaboradores alargar as suas competências e experiência. Além disso, a mobilidade interna ajuda a reduzir os custos de despedimentos e de recrutamento do banco.

Em 2023, o Deutsche Bank continuou a implementar a sua estratégia de mobilidade interna e a manter o seu compromisso de preencher um terço de todas as posições vagas com candidatos adequados de dentro da organização. As posições vagas são normalmente anunciadas pela primeira vez dentro do Grupo durante, pelo menos, duas semanas. A priorização de candidatos internos ajuda colaboradores afetados pela reestruturação a encontrar novos postos de trabalho no banco.

Em 2023, 29,9% (2022: 27,3%) de todas as vagas foram preenchidas internamente (excluindo o Postbank em 2022). Em média, foram necessários 89 dias para preencher as vagas (2022: 86 dias).

Diversidade, equidade e inclusão

A diversidade, a equidade e a inclusão (DEI) são os alicerces em que assentam os valores do banco e são pré-requisitos para as ambições do Global Hausbank. O banco procura atrair, desenvolver e reter os colaboradores com talento de todas as culturas, países, raças, etnias, gêneros, orientações sexuais, incapacidades, crenças, proveniências e experiências. A fim de refletir melhor a diversidade das sociedades em que opera e dos clientes que serve, o banco tem a ambição de aumentar o número de mulheres e de pessoas de todas as etnias em cargos de chefia, de tomada de decisões e de contacto com os clientes. O banco pretende que todos os seus colaboradores tenham um sentimento de pertença, criando um ambiente de trabalho inclusivo onde todos se sintam bem-vindos, respeitados, ouvidos, tratados de forma justa e possam contribuir e crescer.

Ao longo de 2023, o banco continua a incorporar a diversidade, a equidade e a inclusão na sua cultura e práticas de colaboradores, apoiando o avanço das mulheres e dos membros de outros grupos sub-representados. O banco adota uma abordagem multidimensional que inclui ações orientadas para atrair e contratar talentos diversificados, um melhor planeamento de carreiras, desenvolvimento de liderança, oportunidades de exposição e patrocínio de líderes seniores. O banco continua a dotar o seu pessoal de recursos para praticar a inclusão e compreender como tomar decisões equitativas relacionadas com as pessoas.

No final de 2023, oito, ou 40%, dos membros do Conselho de Fiscalização eram mulheres (2022: 30 %). Este número cumpria o requisito estatutário de 30% para as empresas alemãs co-determinadas e cotadas em bolsa, nos termos da legislação de quotas de género que entrou em vigor em 2015.

A atual lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FÜPoG II) exige a nomeação de, pelo menos, uma mulher e um homem para um conselho de administração com mais de três membros, não sendo necessário estabelecer objetivos adicionais. Com Rebecca Short no Conselho de Administração, o banco cumpriu este requisito em 31 de dezembro de 2023.

No âmbito do seu compromisso "35 by 25", o banco pretende que, até 2025, as mulheres representem pelo menos 35% da sua população de diretores executivos, diretores e vice-presidentes (divisões (excluindo Asset Management) e funções de infraestruturas). Este objetivo faz igualmente parte dos indicadores-chave de desempenho da "Pontuação equilibrada" que avalia o Conselho de Administração e o Comité de Gestão do Grupo. A diversidade de género nos títulos corporativos seniores aumentou 1,6 pontos percentuais para 32,3% em 2023 (2022): 30,7 %).

O banco também planeia ter pelo menos 30% de mulheres nos cargos um e dois níveis abaixo do Conselho de Administração (divisões (excluindo Asset Management) e funções de infraestruturas). A diversidade de género no cargo um nível abaixo do Conselho de Administração aumentou 2,9 pontos percentuais para 20,0% em 2023 (2022: 17,1%) e diminuiu no cargo dois níveis abaixo do Conselho de Administração em 2,0 pontos percentuais, para 27,6% em 2023 (2022: 29,6 %).

O banco está empenhado em aumentar a proporção de mulheres em posições de liderança sénior em toda a organização, mas são as empresas individuais do banco que honram este compromisso. Uma vez que as culturas e os desafios sociais variam consoante o país e o tipo de negócio, cada uma das regiões e empresas do banco tem os seus próprios esforços de diversidade, igualdade e inclusão. O banco põs em prática iniciativas específicas para acelerar a mudança. Estas iniciativas têm sido implementadas ao longo de todo o ciclo de vida dos colaboradores, desde atrair e contratar talentos até ao seu desenvolvimento, retenção e promoção. O programa "35 by 25" é patrocinado e apoiado ativamente pelo Conselho de Administração e pelo Comité de Gestão do Grupo. A partir de 2023, cada um dos comités de tomada de decisões do Banco deverá rever regularmente a sua composição, a fim de melhorar a diversidade de pensamento e apoiar o compromisso do Banco de aumentar a proporção de mulheres em cargos superiores de tomada de decisões.

Números-chave de colaboradores

A seguir são apresentados alguns números de colaboradores e KPI selecionados. Para mais informações sobre os indicadores de pessoal do Deutsche Bank, bem como das respetivas conquistas e prioridades estratégicas de RH, consulte o Relatório Não Financeiro 2023 do banco.

	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2021
Colaboradoras (em %, número de colaboradores)¹			
Diretoras Executivas	22,3%	20,9%	19,3%
Diretoras	28,0%	26,7%	25,7%
Vice-Presidentes do sexo feminino	34,8%	33,5%	32,8%
Vice-Presidente Adjuntas e Associadas	41,9%	41,8%	41,3%
Não Diretoras	59,0%	59,7%	60,4%
Total de colaboradoras	46,3%	46,4%	46,6%
Idade (em %, total)²			
15 – 29 anos	16,5%	15,4%	14,7%
30 – 39 anos	28,6%	28,1%	28,1%
40 – 49 anos	25,9%	26,7%	27,1%
50 – 59 anos	23,8%	25,0%	25,7%
mais de 59 anos	5,1%	4,8%	4,5%
Trabalho a tempo parcial (em % do total de colaboradores)			
Alemanha	24,9%	26,0%	26,8%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	5,0%	5,4%	5,6%
Américas	0,4%	0,3%	0,3%
Ásia e Pacífico	0,1%	0,1%	0,2%
Total de trabalho a tempo parcial	11,8%	12,9%	13,8%
Taxa de aprendizes na Alemanha	3,6%	3,5%	4,1%
	2023	2022	2021
Índice de compromisso	70%	69%	71%
Índice de envolvimento	71%	73%	73%
Taxa de rotação de voluntários			
Alemanha	2,5%	3,7%	2,2%
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	5,3%	9,7%	7,9%
Américas	7,7%	18,2%	17,0%
Ásia e Pacífico	9,5%	18,4%	14,6%
Total da taxa de rotação de voluntários	5,6%	10,1%	7,9%
Taxa de saúde (em %)³	92,6%	91,8%	93,1%

¹ Os cargos corporativos declarados do Postbank (incluindo subsidiárias) são apenas alternativos, tecnicamente derivados e não contratualmente definidos nem acordados

² Os números podem apresentar diferenças resultantes de arredondamentos

³ Taxa de saúde: $100 - ((\text{total de dias de doença} \times 100) / \text{total de dias de trabalho regular})$, Alemanha

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatos financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre o relato financeiro é um processo concebido sob a supervisão do nosso Presidente do Conselho de Fiscalização e do nosso Diretor Financeiro para proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade do relato financeiro. Para além da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da empresa para efeitos de relato externo, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). O nosso controlo interno sobre relato financeiro inclui os nossos controlos de divulgação e procedimentos concebidos para evitar declarações inexatas.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatos financeiros decorrem da possibilidade de as demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade de a publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As declarações inexatas poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam devido às demonstrações financeiras.

Para conter esses riscos associados ao relato financeiro, a administração do Grupo estabeleceu o controlo interno sobre relato financeiro com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável, mas não absoluta, contra erros significativos. Além disso, foi realizada uma avaliação da eficácia do controlo interno do Grupo sobre o relato financeiro. Tal baseou-se na Estrutura Integrada de Controlo Interno (2013) emitida pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO). O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o controlo interno sobre o relato financeiro, a Direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

- Existência - os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram;
- Integridade - todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras;
- Avaliação - os ativos, os passivos e as transações são registados nas demonstrações financeiras pelos montantes adequados;
- Direitos, Obrigações e Propriedade – os direitos, obrigações e propriedade são devidamente registados como ativos e passivos;
- Apresentação e Divulgações - a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas;
- Salvaguarda dos ativos - as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o controlo interno sobre o relato financeiro, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos de divulgação e os procedimentos ou sistemas de controlo interno do relato financeiro não são capazes de impedir todos os erros; erros involuntários ou intencionais (fraudes). Além disso, as projeções de qualquer avaliação de eficácia para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controlos se possam tornar inadequados devido a alterações nas condições, ou que o grau de conformidade com as políticas ou procedimentos se possa deteriorar ao longo do tempo. Ademais, a conceção de um sistema de controlo deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Controlos para minimização do risco de distorções no relato financeiro

O sistema de controlo interno sobre o relato financeiro inclui as políticas e os procedimentos que:

- Dizem respeito à manutenção de registos que, de forma pormenorizada, refletem com precisão e equitativamente as transações e alienações dos ativos da empresa;

- Fornecem garantia razoável de que as transações são registadas da forma necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que os recebimentos e gastos da empresa estão a ser feitos de acordo com as autorizações da gestão da empresa e;
- Fornecem garantia razoável relativamente à prevenção ou deteção atempada da aquisição não autorizada, utilização ou alienação de ativos da empresa que possam ter um efeito importante nas demonstrações financeiras.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos, a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de controlo interno sobre o relato financeiro. Esta avaliação incorpora uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de controlo interno sobre o relato financeiro, e considera:

- O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento da demonstração financeira; e
- A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade e o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores determinam na sua totalidade o tipo e o âmbito das evidências exigidas pelo artigo 315.º do HGB, que a Direção tem de avaliar para determinar se o controlo interno sobre o relato financeiro estabelecido é eficaz ou não. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação do controlo interno sobre o relato financeiro. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Essas fontes de informação podem incluir:

- Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
- Relatórios externos de auditoria; e
- Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do controlo interno sobre o relato financeiro realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e ad-hoc. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Esses relatórios fornecem igualmente provas para corroborar a avaliação anual por parte da Direção no que diz respeito à eficácia operacional global do controlo interno sobre o relato financeiro.

Em resultado da avaliação, a Direção concluiu em 31 de dezembro de 2023 que o controlo interno sobre o relato financeiro está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º-A, n.º 1 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social, incluindo capital autorizado e condicional

Para obter informações sobre o capital social do Deutsche Bank, consulte a Nota 32, "Ações ordinárias", na secção Demonstrações financeiras consolidadas.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco ou as suas subsidiárias detinham ações próprias durante o exercício de 2023 na sua carteira, de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhuns direitos puderam ser exercidos. Restrições semelhantes combinadas com restrições à alienação são impostas contratualmente aos colaboradores a quem foram concedidas ações como remuneração diferida com uma obrigação de detenção. O banco não tem conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique o banco e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) deste facto. O limiar mínimo é de 3%. O banco não tem conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confirmam direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os funcionários que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os restantes acionistas, de acordo com a lei aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. A lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz, artigo 31.º) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz) e o regulamento (UE) n.º 468/2014 do Banco Central Europeu (quadro regulamentar SSM), deverão ser apresentados ao Banco Central Europeu (BCE), à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 25.º-C, n.º 1 da lei bancária, artigo 93.º do quadro regulamentar SSM).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (Hauptversammlung, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

O BCE ou a BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã, artigo 93.º, n.º 2 do quadro regulamentar SSM).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).

Podere s do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações

A Assembleia-Geral Anual de 27 de maio de 2021 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2026, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam em mais de 10% os preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 17 de maio de 2023 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2028, inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social no momento em que a resolução foi tomada ou – se o valor for inferior – do capital social no momento do exercício desta autorização. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. A consideração da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém em mais de 20% ou não exceder em mais de 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser definida.

O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos que sirvam as operações de negócios da sociedade.

O Conselho de Administração também foi autorizado a utilizar as ações adquiridas com base em autorizações, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, para emitir de ações, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 17 de maio de 2023 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2028.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação no Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido. As opções de compra só poderão ser exercidas se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Declaração de Governo da Sociedade, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

A Declaração de Governo da Sociedade completa, nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, está disponível no sítio Web do Grupo, através da hiperligação <https://www.db.com/ir/en/reports.htm>, bem como no capítulo “4 – Declaração de Governo da Sociedade nos termos dos artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão/Relatório de Governo da Sociedade”.

Informação autónoma da empresa-mãe (HGB)

Introdução

O Deutsche Bank AG é a empresa-mãe do Grupo Deutsche Bank e o seu componente mais importante. A gestão do Grupo Deutsche Bank baseia-se nos resultados das IFRS das divisões corporativas do banco. O Deutsche Bank AG está totalmente integrado nas iniciativas e na definição de objetivos do Grupo Deutsche Bank. O desempenho do Grupo é, em última instância, o impulsionador do desempenho do Deutsche Bank AG. Além disso, o banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao capital regulamentar, de forma a que os rácios de capital regulamentar sejam aplicáveis apenas ao nível do Grupo.

Por conseguinte, as informações, que foram fornecidas sobre o Grupo Deutsche Bank no presente relatório de gestão combinado, são, em geral, também relevantes e aplicáveis ao Deutsche Bank AG. Esta secção contém informações adicionais, que facilitam a compreensão do Deutsche Bank AG. As informações financeiras da presente secção foram elaboradas de acordo com o Código Comercial alemão ("Handelsgesetzbuch", HGB), salvo indicação em contrário. Podem ser encontrados mais detalhes sobre informações financeiras elaboradas em conformidade com o HGB nas notas às demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG, num relatório separado.

Desempenho do Deutsche Bank AG

Um parâmetro para avaliar o desempenho do Grupo é a capacidade de fazer distribuições aos acionistas. Esta capacidade depende da disponibilidade de lucros distribuíveis do Deutsche Bank AG determinados em conformidade com o HGB. Além disso, a informação financeira do Deutsche Bank AG preparada em conformidade com o HGB é geralmente menos relevante para avaliar ou orientar o desempenho financeiro do Grupo devido às circunstâncias estabelecidas na introdução acima.

Em 2023, o Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 5,0 mil milhões de euros em comparação com um lucro líquido de 5,5 mil milhões de euros em 2022.

O lucro operacional de 5,5 mil milhões de euros foi superior em 5,7 mil milhões de euros ao do ano anterior. A melhoria dos resultados de negociação e o aumento do rendimento corrente conduziram a um aumento das receitas totais de 2,2 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior. Além disso, os níveis mais baixos das taxas de juro no final do ano conduziram a um aumento do rendimento dos ativos do plano de pensões de 1,9 mil milhões de euros e a um resultado mais elevado dos títulos da reserva de liquidez, que aumentou 1,1 mil milhões de euros.

O resultado fora do âmbito do lucro operacional deveu-se sobretudo a ajustamentos de avaliação líquidos negativos dos investimentos em empresas associadas no valor de 740 milhões de euros e a um resultado extraordinário líquido negativo de 157 milhões de euros. Como compensação parcial, um benefício fiscal de 646 milhões de euros contribuiu para o resultado líquido de 5,0 mil milhões de euros.

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização irão propor à Assembleia-Geral Anual que pague um dividendo de 0,45 euros por ação, 2,0 mil milhões de euros adicionais apropriados para reservas de proventos e que os lucros distribuíveis remanescentes sejam transitados.

Demonstração de resultados

A tabela abaixo fornece uma visão geral da demonstração de resultados do Deutsche Bank AG, que é seguida de mais informações sobre as rubricas individuais.

Demonstração de resultados condensada

em milhões de euros	2023	2022	Alterar	
			em milhões de euros	em %
Rendimento de juros ¹	57.802	23.911	33.891	142
Rendimento corrente ²	2.465	1.840	625	34
Rendimento de juros total	60.267	25.751	34.516	134
Gastos de juros	49.811	15.550	34.261	N/S
Rendimento de juros líquido	10.456	10.201	255	2
Rendimento de comissões	8.109	8.767	(657)	(7)
Gastos com comissões	1.886	2.672	(786)	(29)
Rendimento de comissões líquido	6.224	6.095	129	2
Resultado de negociação líquido	4.762	2.898	1.864	64
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E do HGB	0	0	0	N/S
Total de receitas	21.442	19.195	2.247	12
Salários e vencimentos	4.997	4.687	310	7
Contribuições obrigatórias para a segurança social ³	1.283	2.032	(749)	(37)
Gastos com pessoal	6.281	6.720	(439)	(7)
Outras despesas administrativas ⁴	10.110	9.788	322	3
Gastos administrativos	16.391	16.508	(117)	(1)
Saldo de outros rendimentos/gastos operacionais	929	(1.308)	2.238	N/S
Provisionamento de risco	514	1.596	(1.082)	(68)
Lucros operacionais	5.466	(217)	5.684	N/S
Saldo de outros rendimentos/gastos ordinários	(956)	3.816	(4.772)	N/S
Resultado extraordinário	(157)	95	(252)	N/S
Libertações de/(acréscimos) ao fundo para riscos bancários gerais	0	0	0	N/S
Resultados antes de impostos	4.353	3.694	659	18
Impostos	(646)	(1.813)	1.167	(64)
Resultado líquido	4.999	5.506	(507)	(9)
Lucros transitados do ano anterior	459	562	(103)	(18)
	5.458	6.068	(610)	(10)
Retirada de reservas de capital	0	0	0	N/S
Alocações a reservas de receitas	2.000	2.500	(500)	(20)
– a outras reservas de receitas	2.000	2.500	(500)	(20)
Lucros distribuíveis	3.458	3.569	(111)	(3)

N/S – Não significativo

¹ De empréstimos e setor do mercado monetário, títulos de rendimento fixo e créditos inscritos no registo da dívida pública

² De ações de capital e outros títulos de rendimento variável, participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas (incluindo contratos de transferência de lucros)

³ Incluindo encargos com pensões e outros benefícios dos colaboradores

⁴ Incluindo depreciação de ativos tangíveis e intangíveis

Rendimento de juros líquido

O rendimento de juros líquido aumentou 255 mil milhões de euros para 10,5 mil milhões de euros em 2023. O rendimento corrente, até 625 milhões de euros, beneficiou das contribuições das empresas afiliadas. O resultado líquido de juros de empréstimos e títulos menos juros diminuiu ligeiramente em 370 milhões de euros, devido sobretudo a um maior aumento dos juros sobre o passivo em comparação com as receitas de juros do ativo.

Rendimento de comissões líquido

O rendimento de comissões líquido, no valor de 6,2 mil milhões de euros, aumentou 129 milhões de euros em comparação com o ano anterior, principalmente devido ao aumento do resultado líquido de comissões de serviços de intermediário e outros serviços prestados.

Resultado de negociação líquido

O resultado de negociação líquido em 2023 foi de 4,8 mil milhões de euros, um aumento de 1,9 mil milhões de euros em comparação com o ano anterior. Este aumento deveu-se principalmente à redução das despesas de conversão cambial.

Gastos com pessoal e custos operacionais

Os gastos com pessoal foram de 6,3 mil milhões de euros, uma redução de 439 milhões de euros em comparação com 2022, principalmente devido a menores despesas com planos de benefícios definidos que sofreram perdas de avaliação devido ao aumento dos níveis das taxas de juro no ano anterior.

Discriminação geográfica dos colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) do banco

Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) ¹	31 dez 2023	31 dez 2022	Alterar
Alemanha	23.470	22.201	+1.269
Europa (excl. Alemanha)	7.783	7.522	+261
Américas	465	447	+18
África/Ásia/Austrália	5.191	5.115	+76
Total	36.910	35.285	+1.625

¹ Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes

O número de colaboradores na Alemanha aumentou principalmente devido a aumentos no Corporate Bank e ao reforço das funções informáticas e de controlo. Na Europa, excluindo a Alemanha, o número de colaboradores aumentou principalmente no Reino Unido, devido a aumentos no Investment Bank e ao reforço das funções de controlo.

Outros custos administrativos foram de 10,1 mil milhões de euros em 2023, um aumento de 322 milhões de euros em relação aos 9,8 mil milhões de euros em 2022. Outras despesas administrativas (excluindo depreciações e amortizações programadas de ativos tangíveis e intangíveis) aumentaram 290 milhões de euros para 8,9 mil milhões de euros. Esta evolução deveu-se principalmente a custos mais elevados com serviços prestados por empresas do grupo, que aumentaram 328 milhões de euros, e a custos operacionais e de manutenção mais elevados, que aumentaram 127 milhões de euros, parcialmente compensados por taxas bancárias mais baixas, que diminuíram 219 milhões de euros. A depreciação e amortização planeadas de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 1,2 mil milhões de euros em 2023, um aumento de 32 milhões de euros.

Resultado líquido de rendimentos e gastos operacionais

O saldo de outros rendimentos/gastos operacionais totalizou 929 milhões de euros positivos em 2023, face a 1,3 mil milhões de euros negativos em 2022. Esta melhoria de 2,2 mil milhões de euros deveu-se principalmente à redução das despesas líquidas com os ativos dos planos de pensões e com as provisões relacionadas com o pessoal, que diminuíram 1,9 mil milhões de euros.

Provisionamento líquido do risco

Em 2023, o total de provisionamento de risco líquido, composto por alterações no provisionamento de risco de crédito e pelo resultado líquido de títulos detidos na reserva de liquidez, totalizou 514 milhões de euros, uma redução de 1,1 mil milhões de euros em comparação com 2022. Esta evolução deveu-se quase totalmente a uma melhoria do resultado líquido dos títulos detidos na reserva de liquidez, que aumentou 1,1 mil milhões de euros, ao passo que o provisionamento no sector dos empréstimos permaneceu praticamente inalterado. A melhoria do resultado líquido dos títulos detidos na reserva de liquidez foi causada pela diminuição dos níveis das taxas de juro no final do exercício de 2023, o que levou a avaliações mais elevadas.

Saldo líquido de outros rendimentos/gastos ordinários

O saldo de outros rendimentos e gastos ordinários foi de 956 milhões de euros negativos (2022: 3,8 mil milhões de euros positivos), consistindo em ajustamentos de avaliação líquidos de investimentos em empresas associadas, amortizações e depreciações não programadas de ativos tangíveis e intangíveis e despesas decorrentes da assunção de perdas.

Os ajustamentos de avaliação líquidos e os resultados líquidos das alienações de investimentos em empresas associadas ascenderam a 740 milhões de euros negativos (2022: 4,2 mil milhões de euros positivos), principalmente relacionados com várias subsidiárias bancárias na Europa.

Além disso, os abatimentos e a depreciação não planeada de ativos tangíveis e intangíveis ascenderam a 103 milhões de euros em 2023, principalmente relacionados com mobiliário e equipamento (2022: 92 milhões de euros).

As despesas decorrentes da assunção de prejuízos ascenderam a 113 milhões de euros em 2023 (2022: 281 milhões de euros).

Resultado extraordinário

Os rendimentos e gastos líquidos extraordinários foram de 157 milhões de euros negativos, principalmente relacionados com atividades de reestruturação (2022: 95 milhões de euros positivos).

Impostos

Em 2023, o banco registou um benefício fiscal de 646 milhões de euros, em comparação com um benefício fiscal de 1,8 milhões de euros no ano anterior. O benefício fiscal do ano em curso deveu-se principalmente a alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos.

Lucro líquido e proposta de afetação

O Deutsche Bank AG registou um lucro líquido de 5,0 mil milhões de euros em 2023, em comparação com um lucro líquido de 5,5 mil milhões de euros em 2022.

Após uma adição às reservas de proveitos de 2,0 mil milhões de euros, o lucro distribuível de 2023 ascendeu a 3,5 mil milhões de euros. O Banco irá propor à Assembleia Geral Anual um dividendo de 0,45 euros por ação. Isto irá reduzir o lucro distribuível até 918 milhões de euros, dependendo do número de ações em circulação na data de registo. Será igualmente proposta a afetação de um montante adicional de 2,0 mil milhões de euros às reservas de receitas e o reporte do restante lucro distribuível.

Balanço

A tabela abaixo fornece uma visão geral do balanço do Deutsche Bank AG, que é seguido de mais informações sobre as rubricas individuais.

Balanço condensado

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022	Alterar	
			em milhões de euros	em %
Ativos				
Valores a receber de bancos e clientes, incl. saldos junto de bancos centrais e instrumentos de dívida de entidades do setor público	688.265	694.455	(6.190)	(1)
Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas	29.488	30.927	(1.438)	(5)
Obrigações e outros títulos e ações de capital	71.724	70.912	812	1
Ativos detidos para negociação	247.596	234.670	12.926	6
Outros ativos remanescentes	23.158	21.379	1.778	8
Total do ativo	1.060.231	1.052.343	7.888	1
Passivos e Capital próprio dos acionistas				
Responsabilidades para com bancos e clientes	662.954	673.859	(10.904)	(2)
Passivo na forma de certificados	92.132	87.090	5.042	6
Passivos detidos para negociação	191.329	178.394	12.935	7
Provisões	7.100	7.457	(357)	(5)
Capital e reservas	43.552	39.625	3.927	10
Passivos subordinados, capital de direitos de participação, instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional e fundo para riscos bancários gerais	24.328	24.747	(419)	(2)
Outros passivos remanescentes	38.835	41.171	(2.336)	(6)
Total do passivo e capital próprio dos acionistas	1.060.231	1.052.343	7.888	1

O total de ativos do Deutsche Bank AG ascendeu a 1060 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. O aumento de 1% em comparação com 31 de dezembro de 2022 foi impulsionado principalmente por aumentos em Ativos detidos para negociação. O crescimento líquido foi principalmente financiado por passivos detidos para negociação superiores.

Total de crédito concedido

O total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos) diminuiu 7,0 mil milhões de euros (1%) para 474,9 mil milhões de euros. Este desenvolvimento deveu-se principalmente a uma diminuição em Créditos sobre clientes de 21,3 mil milhões de euros (5%) para 412,7 mil milhões de euros, e foi parcialmente compensada por um aumento dos Empréstimos a bancos, que são relatados no total de crédito concedido, em 14,4 mil milhões de euros (30%) para 62,2 mil milhões de euros.

Total de crédito concedido (excluindo acordos de revenda e operações à vista com títulos)

em mil milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022	Alterar	
			em mil milhões de euros	em %
Créditos sobre clientes	413	434	(21)	(5)
com um período residual de				
até 5 anos ¹	293	318	(25)	(8)
mais de 5 anos	119	116	3	3
Empréstimos a bancos	62	48	14	30
com um período residual de				
até 5 anos ¹	48	36	12	34
mais de 5 anos	14	12	2	18
Total	475	482	(7)	(1)

¹ Incluindo os reembolsáveis à vista ou com um período indefinido

Os valores a receber de bancos (excluindo empréstimos) fora da negociação diminuíram 11,9 mil milhões de euros para 113,2 mil milhões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2022.

Investimentos em empresas afiliadas

Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 1,5 mil milhões de euros para 29,3 mil milhões de euros; esta diminuição deveu-se a abatimentos (0,9 mil milhões de euros), reembolsos de capital (0,8 mil milhões de euros), à fusão de uma empresa associada no Deutsche Bank AG (0,4 mil milhões de euros) e a um impacto negativo da conversão cambial (0,3 mil milhões de euros), parcialmente compensado por aquisições de empresas associadas (0,5 mil milhões de euros) e aumentos de capital (0,4 mil milhões de euros).

Títulos

A carteira de títulos do banco (excluindo ativos detidos para negociação) aumentou de 0,8 mil milhões de euros para 71,7 mil milhões de euros, principalmente impulsionada por um aumento nas obrigações.

Ativos detidos para negociação

Os ativos detidos para negociação ascenderam a 247,6 mil milhões de euros, um aumento de 12,9 mil milhões de euros (6%) em comparação com 31 de dezembro de 2022. Esta evolução deveu-se principalmente a um aumento dos títulos qualificados como de negociação, que cresceram 31,4 mil milhões de euros (49%) para 95,9 mil milhões de euros, bem como a um aumento dos valores a receber qualificados como de negociação, que aumentaram 2,9 mil milhões de euros (4%) para 76,2 mil milhões de euros, parcialmente compensado por uma diminuição de 21,8 mil milhões de euros (23%) para 74,5 mil milhões de euros dos valores de mercado positivos dos derivados de negociação.

Depósitos e passivos titularizados

As responsabilidades para com bancos diminuíram ligeiramente e totalizaram 145,2 mil milhões de euros em 2023, enquanto as responsabilidades para com clientes permaneceram quase estáveis em 517,7 mil milhões de euros, menos 7,6 mil milhões de euros (1%) em comparação com 31 de dezembro de 2022. Dentro desta rubrica, a composição mudou. Os outros passivos reembolsáveis à vista diminuíram 40,6 mil milhões de euros (12%), de 345,0 mil milhões de euros para 304,4 mil milhões de euros. Esta situação foi parcialmente compensada por um aumento dos depósitos de poupança de 4,6 mil milhões de euros (8%) de 59,6 mil milhões de euros para 64,3 mil milhões de euros, e por um aumento de outros passivos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso de 28,4 mil milhões de euros, de 120,6 mil milhões de euros para 149,0 mil milhões de euros.

As responsabilidades em certificados totalizaram 92,1 mil milhões de euros, um aumento de 5,0 mil milhões de euros (6%) em comparação com 31 de dezembro de 2022. O aumento foi parcialmente motivado por um aumento das obrigações emitidas de 1,7 mil milhões de euros (2%) em comparação com 31 de dezembro de 2022, e outros passivos sob a forma de certificados de 3,3 mil milhões de euros (102%) para 6,5 mil milhões de euros.

Discriminação do passivo

em mil milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022	Alterar	
			em mil milhões de euros	em %
Dívidas a bancos	145	149	(3)	(2)
reembolsáveis à vista	69	64	6	9
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	76	85	(9)	(11)
Responsabilidades para com clientes	518	525	(8)	(1)
depósitos de poupança	64	60	5	8
outros passivos				
reembolsáveis à vista	304	345	(41)	(12)
com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	149	121	28	24
Passivo na forma de certificados	92	87	5	6
obrigações emitidas	86	84	2	2
outros passivos na forma de certificados	7	3	3	102
dos quais: instrumentos do mercado monetário	6	3	3	117

Passivos detidos para negociação

Os passivos detidos para negociação ascenderam a 191,3 mil milhões de euros, um aumento de 12,9 mil milhões de euros (7%) em comparação com 31 de dezembro de 2022. Esta evolução deveu-se principalmente a aumentos de outros passivos qualificados como de negociação de 34,1 mil milhões de euros (61%) para 89,7 mil milhões de euros, parcialmente compensado por uma diminuição de 16,2 mil milhões de euros (19%) dos valores de mercado negativos dos derivados de negociação, para 68,8 mil milhões de euros, e por uma diminuição dos títulos (posições curtas) de 4,9 mil milhões de euros (13%) para 32,8 mil milhões de euros.

Provisões

As provisões ascenderam a 7,1 mil milhões de euros, menos 0,4 mil milhões de euros (5 %) em comparação com 31 de dezembro de 2022. Um aumento das provisões para impostos de 0,2 mil milhões de euros (38%) foi mais do que compensado por uma diminuição das provisões para pensões e obrigações semelhantes de 0,3 mil milhões de euros (11%) e de outras provisões de 0,3 mil milhões de euros (6%).

Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Os instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional totalizaram 8,9 mil milhões de euros, em comparação com 9,0 mil milhões de euros no ano passado. A variação em relação ao ano anterior é o resultado de efeitos de conversão cambial.

Capital e reservas

O capital e as reservas do Deutsche Bank AG ascenderam a 43,5 mil milhões de euros. O aumento de 3,9 mil milhões de euros é principalmente atribuível ao lucro distribuível gerado em 2023, bem como um aumento em outras reservas de receitas.

Em consonância com os anos anteriores, o Banco recorreu à opção prevista no artigo 2.º-A da Lei Bancária Alemã (KWG) no que diz respeito ao seu capital regulamentar e apresenta requisitos de capital apenas para o Grupo Deutsche Bank.

Em suma: O banco manteve o seu financiamento estável, base de elevada liquidez e uma posição sólida de capital regulamentar que tem por base o capital do Grupo. Para mais pormenores, consultar as secções de risco de liquidez e adequação de capital no Relatório de risco.

Gestão do Deutsche Bank AG no Grupo

O conteúdo do presente capítulo deve ser lido em conjugação com as secções do grupo correspondente no presente Relatório Anual, em especial "Relatório de Risco", "Perspetiva", "Riscos e Oportunidades" e "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Risk Management

O impacto dos riscos no Deutsche Bank AG não pode ser separado dos efeitos nas outras entidades jurídicas do Deutsche Bank, sobretudo motivados pelos seguintes aspetos:

- A estrutura de gestão do Grupo, incluindo as divisões corporativas, acompanha as necessidades dos seus clientes. A estrutura jurídica é determinada pela legislação local e, portanto, não acompanha necessariamente a estrutura de gestão. Por exemplo, a legislação local pode determinar se os negócios do Grupo num determinado país são geridos por uma agência do Deutsche Bank AG ou por uma subsidiária separada. No entanto, a administração tem de monitorizar os riscos nos negócios do banco – independentemente de serem transacionados por uma agência ou uma subsidiária.
- A correta monitorização e gestão do risco requer conhecimento sobre a medida na qual a situação dos lucros do Grupo depende do desenvolvimento de certos fatores de risco, ou seja, da qualidade creditícia das pessoas singulares ou emitentes de títulos financeiros ou de movimentos em preços de mercado. Por conseguinte, as respetivas exposições devem ser analisadas em todas as entidades jurídicas. Sobretudo para o risco de crédito associado a um mutuário, uma vez que é bastante irrelevante se a exposição ao crédito de uma empresa estiver distribuída por várias empresas do Grupo ou se estiver concentrada no Deutsche Bank AG. A monitorização separada do risco que afeta exclusivamente o Deutsche Bank AG ignoraria a potencial exposição do Grupo e, indiretamente, do Deutsche Bank AG – enquanto empresa-mãe – se a empresa declarasse insolvência.
- Os fatores de riscos individuais estão por vezes correlacionados e, em alguns casos, são independentes uns dos outros. Se as estimativas da natureza e extensão desta correlação estiverem disponíveis, a gestão do Grupo pode reduzir significativamente o risco global através da diversificação dos seus negócios para todos os grupos de clientes, emitentes e países. A correlação do risco é também independente da estrutura jurídica e de divisão do Grupo. Por conseguinte, a gestão só pode otimizar os efeitos de redução dos riscos da diversificação se os gerir ao nível do Grupo e em todas as entidades jurídicas.

Pelos motivos mencionados, a identificação, a monitorização e a gestão de todos os riscos no Deutsche Bank AG estão integradas no processo de gestão do risco ao nível do Grupo. Seguindo as políticas do Grupo, o Deutsche Bank AG cumpre os respetivos requisitos legais e regulamentares.

O rácio de cobertura de liquidez (LCR) do Deutsche Bank AG situa-se em 127,5% em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 130,8% em 31 de dezembro de 2022. O rácio de financiamento estável líquido (NSFR) ascende a 110,1% em 31 de dezembro de 2023, em comparação com 108,7% em 31 de dezembro de 2022. Ambos os rácios são calculados separadamente para garantir um nível adequado de liquidez e de financiamento estável no Deutsche Bank AG.

Perspetivas e estratégia

O Deutsche Bank AG enquanto empresa-mãe do Grupo define a estratégia e o planeamento para as divisões individuais do Grupo. O Deutsche Bank AG participa nos resultados das divisões do Grupo através de atividades próprias e da distribuição de lucros de subsidiárias. Por conseguinte, as perspetivas do Grupo englobam todas as divisões do Grupo e não se limitam à empresa-mãe. Além disso, os indicadores-chave de desempenho financeiro são definidos exclusivamente ao nível do Grupo, exceto no que diz respeito ao montante de lucros distribuíveis.

Riscos e oportunidades

Riscos

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, enfrenta riscos adicionais em relação ao plano do Grupo, no sentido em que determinadas transações num determinado ano podem conduzir a perdas mais elevadas ou mais baixas do que nas demonstrações financeiras do Grupo elaboradas ao abrigo das IFRS. Os itens seguintes apresentam um risco significativo a este respeito:

- Os potenciais ajustes de avaliação dos investimentos em empresas afiliadas, devido à conjuntura política e económica local, aumentaram a reestruturação ou os requisitos regulamentares locais, reestruturação ou alterações de preços das ações de investimentos cotados.
- Aumento das provisões a longo prazo, sobretudo as obrigações com pensões, apesar dos aumentos dos níveis das taxas de juro causados pelo desconto das taxas de juro médias, de acordo com o artigo 253.º, n.º2 do Código Comercial alemão.
- Ajustes de avaliação negativos aos ativos do plano, sobretudo numa conjuntura de níveis de taxas de juro crescentes. Devido à metodologia de avaliação acima mencionada, pode não haver qualquer efeito compensatório das obrigações com pensões mais baixas se as taxas de juros estiverem a aumentar.
- Possível necessidade de criar uma provisão de acordo com as diretrizes contabilísticas alemãs IDW RS BFA 3 no caso de a carteira bancária remunerada a juros não gerar margem de juro suficiente para cobrir os custos esperados de risco de crédito e gastos administrativos. Uma conjuntura de níveis persistentemente baixos de taxas de juro e o tratamento dos pagamentos de cupões relacionados com os instrumentos AT1 ao abrigo do HGB aumentam este risco.

Além disso, os proveitos ou lucros não distribuídos de empresas afiliadas podem não permitir o pagamento de dividendos suficientes ao Deutsche Bank AG para facilitar o pagamento de dividendos pelo Deutsche Bank AG como pretendido.

Oportunidades

O Deutsche Bank AG, enquanto entidade única de relato ao abrigo do HGB, pode ter oportunidades adicionais comparativamente ao Grupo, na medida em que determinadas transações num determinado ano são relatadas de uma maneira mais vantajosa do que para o Grupo ao abrigo das IFRS, tais como os ganhos realizados que podem ser reconhecidos na demonstração de resultados ao abrigo das IFRS num período anterior.

Além disso, existe a possibilidade de o Deutsche Bank AG, como empresa-mãe, apresentar lucros num determinado ano que sejam superiores à sua contribuição para o resultado líquido do Grupo, resultantes do aumento das distribuições de lucros de empresas afiliadas.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Os controlos efetuados para as demonstrações anuais do Grupo ao abrigo das IFRS aplicam-se às demonstrações financeiras do banco ao abrigo do HGB. Além destes controlos estão implementados controlos específicos relacionados com o HGB que incluem:

- A **reconciliação e eliminação interagências** são realizadas para saldos específicos do HGB; e,
- **Revisões analíticas** de rubricas de reavaliação e reclassificação entre as IFRS e o HGB ao nível das agências estrangeiras e da sede alemã.

Demonstração não financeira para o Deutsche Bank AG

Os pormenores nos termos do artigo 340.º-A, n.º 1, alínea a) do Código Comercial alemão (HGB), em conjugação com o artigo 289-B, n.º 3 do HGB, podem ser encontrados como um relatório não financeiro separado combinado em <https://investor-relations.db.com/reports-and-events/annual-reports/>.

2 - Demonstrações financeiras consolidadas

230	Demonstração consolidada dos resultados	23 –	Goodwill e outros ativos intangíveis – 322
231	Demonstração consolidada do rendimento integral	24 –	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 328
232	Balanço consolidado	25 –	Outros ativos e outros passivos – 329
233	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	26 –	Depósitos – 329
235	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	27 –	Disposições – 330
237	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	28 –	Compromissos de crédito e passivos contingentes – 342
1 –	Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas – 237	29 –	Outros empréstimos a curto prazo – 344
2 –	Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 263	30 –	Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 344
3 –	Aquisições e alienações – 265	31 –	Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 345
4 –	Segmentos de negócio e informação associada – 267		
279	Notas às demonstrações financeiras consolidadas		
5 –	Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 279	346	Notas adicionais
6 –	Rendimentos de serviços e comissões – 281	32 –	Ações ordinárias – 346
7 –	Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado – 283	33 –	Benefícios dos empregados – 347
8 –	Outro resultado (perdas) – 283	34 –	Impostos sobre o rendimento – 364
9 –	Despesas gerais e administrativas – 283	35 –	Derivados – 367
10 –	Reestruturação – 284	36 –	Operações com partes relacionadas – 372
11 –	Resultados por ação – 285	37 –	Informações sobre subsidiárias – 374
		38 –	Entidades estruturadas – 375
		39 –	Ativos e passivos correntes e não correntes – 380
286	Notas ao balanço consolidado	40 –	Acontecimentos após o período de relato – 381
12 –	Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 286	41 –	Informação sobre o capital regulamentar – 382
13 –	13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 288	42 –	Informação suplementar – 387
14 –	Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 306	43 –	Relatórios por país – 389
15 –	Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral – 308	44 –	Participações – 391
16 –	Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 308	45 –	Reforma do índice de referência das taxas de juro – 406
17 –	Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 310		
18 –	Empréstimos – 313	407	Confirmações
19 –	Provisão para perdas de crédito – 314		
20 –	Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia – 316		
21 –	Ativos fixos tangíveis – 319		
22 –	Locações – 321		

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2023	2022	2021
Juros e rendimentos similares ¹	5	44.074	24.299	16.599
Gasto de juros	5	30.472	10.649	5.444
Rendimento de juros líquido	5	13.602	13.650	11.155
Provisão para perdas de crédito	19	1.505	1.226	515
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		12.097	12.425	10.640
Rendimentos de serviços e comissões	6	9.206	9.838	10.934
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	4.947	2.999	3.045
Resultados líquidos do desconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	7	(96)	(2)	1
Resultados líquidos de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		(0)	(216)	237
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	16	(38)	152	98
Outro resultado	8	1.259	789	(58)
Rendimento total excluindo juros		15.277	13.560	14.255
Remunerações e benefícios	33	11.131	10.712	10.418
Despesas gerais e administrativas	9	10.112	9.728	10.821
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	23	233	68	5
Atividades de reestruturação	10	220	(118)	261
Despesas totais (excluindo juros)		21.695	20.390	21.505
Resultado antes de impostos sobre o rendimento		5.678	5.594	3.390
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	34	787	(64)	880
Lucros (prejuízos)		4.892	5.659	2.510
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias		120	134	144
Ganhos (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais		4.772	5.525	2.365

¹ Os juros e rendimentos similares incluíram 34,5 mil milhões de euros, 19,6 mil milhões de euros e 13,2 mil milhões de euros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respetivamente, calculado com base no método da taxa de juro efetiva.

Resultados por ação

	Notas	2023	2022	2021
Resultados por ação:¹	11			
Básicos		2,07 €	2,42 €	0,96 €
Diluído		2,03 €	2,37 €	0,93 €
Número de ações em milhões:				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		2.064,1	2.084,9	2.096,5
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas		2.104,0	2.125,6	2.143,2

¹ Os ganhos foram ajustados em € 498 million, € 479 million e € 363 million antes de impostos para os cupões pagos sobre as Notas Tier 1 adicionais em maio de 2023, maio de 2022 e abril de 2021; de acordo com a IAS 33, os cupões pagos sobre as Notas Tier 1 adicionais não são atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank, pelo que devem ser deduzidos no cálculo

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2023	2022	2021
Resultados líquidos reconhecidos na demonstração de resultados	4.892	5.659	2.510
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	(286)	1.203	804
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, antes dos impostos	(62)	91	(15)
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	155	(667)	(202)
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	25	(1.285)	(344)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	216	(237)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	439	(819)	1
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	395	71	(54)
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	0	0	0
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	0	0
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(1.294)	329	1.117
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(3)	(20)	(14)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	(25)	20	(5)
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	18	596	285
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	(637)	(267)	1.334
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	4.255	5.392	3.844
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	77	185	212
Acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	4.178	5.207	3.632

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos:			
Caixa e saldos do banco central		178.416	178.896
Saldos interbancários (sem bancos centrais)		6.140	7.195
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	20	14.725	11.478
Títulos obtidos por empréstimo	20	39	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		125.275	92.867
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		251.856	299.686
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados		88.047	89.654
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados		75	168
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	465.252	482.376
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15	35.546	31.675
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	16	1.013	1.124
Empréstimos pelo custo amortizado	18, 19, 20	473.705	483.700
Ativos fixos tangíveis	21, 22	6.185	6.103
Goodwill e outros ativos intangíveis	23	7.327	7.092
Outros ativos ¹	24, 25	114.697	118.293
Ativos por impostos correntes		1.513	1.584
Ativos por impostos diferidos	34	7.773	7.272
Total do ativo		1.312.331	1.336.788
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	26	622.035	621.456
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	20	3.038	573
Títulos cedidos por empréstimo	20	3	13
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação		44.005	50.616
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		238.260	282.353
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		83.727	54.634
Passivos por contratos de investimento		484	469
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 13, 20, 35	366.475	388.072
Outros empréstimos a curto prazo	29	9.620	5.122
Outros passivos ¹	22, 24, 25	113.036	113.714
Provisões	19, 27	2.448	2.449
Passivos por impostos correntes		631	388
Passivos por impostos diferidos	34	546	650
Dívida a longo prazo	30	119.390	131.525
Títulos fiduciários preferenciais	30	289	500
Total do passivo		1.237.513	1.264.460
Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de €2,56	32	5.223	5.291
Capital realizado adicional		40.187	40.513
Lucros não distribuídos		21.316	17.800
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	32	(481)	(331)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		(1.760)	(1.314)
Total do capital acionista		64.486	61.959
Componentes de capital adicionais		8.569	8.578
Participações minoritárias		1.763	1.791
Total do capital próprio		74.818	72.328
Total do passivo e do capital próprio		1.312.331	1.336.788

¹ Inclui ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	Resultados líquidos não realizados					Conversão cambial, líquida de impostos ²	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos ¹	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais ³	Participações minoritárias	Total do capital próprio
					De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos ²	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos ²	De derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos ²	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos ²								
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.291	40.606	10.014	(7)	278	7	7	0	(1.411)	(1)	(1.118)	54.786	5.824	1.587	62.196	
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	0	0	2.365	0	(398)	(13)	(40)	0	1.129	(5)	672	3.038	0	207	3.245	
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	(2)	0	0	2	0	0	0	0	2	0	0	0	0	
Ações ordinárias canceladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dividendos pagos em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(85)	(85)	
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(363)	0	0	0	0	0	0	0	0	(363)	0	0	(363)	
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	592	0	0	0	0	0	0	0	0	592	0	4	597	
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(99)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(99)	0	(2)	(101)	
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	312	0	0	0	0	0	0	0	312	0	0	312	
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	29	0	0	0	0	0	0	0	0	0	29	0	0	29	
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(50)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(50)	0	0	(50)	
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(346)	0	0	0	0	0	0	0	(346)	0	0	(346)	
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	35	0	0	0	0	0	0	0	35	0	0	35	
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros	0	94	0	0	0	0	0	0	0	0	0	94	2.481 ⁴	(13)	2.562	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.291	40.580	12.607	(6)	(120)	(3)	(33)	0	(282)	(6)	(444)	58.027	8.305	1.698	68.030	
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	0	0	5.525	0	(867)	65	(537)	0	452	16	(870)	4.655	0	177	4.832	
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ações ordinárias canceladas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dividendos pagos em numerário	0	0	(406)	0	0	0	0	0	0	0	0	(406)	0	(96)	(502)	
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(479)	0	0	0	0	0	0	0	0	(479)	0	0	(479)	
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	553	0	0	0	0	0	0	0	0	553	0	8	561	
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(48)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(48)	0	(1)	(49)	
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	370	0	0	0	0	0	0	0	370	0	0	370	
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	17	0	0	0	0	0	0	0	0	0	17	0	0	17	
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(58)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(58)	0	0	(58)	
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(695)	0	0	0	0	0	0	0	(695)	0	0	(695)	
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros	0	22	1	0	0	0	0	0	0	0	0	24	273 ⁴	5	301	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.291	40.513	17.800	(331)	(986)	62	(570)	0	171	10	(1.314)	61.959	8.578	1.791	72.328	
Total do rendimento integral (perda), após impostos ¹	0	0	4.772	0	133	(43)	592	0	(1.111)	(16)	(445)	4.327	0	78	4.404	
Resultados atribuíveis a instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados aquando da extinção antecipada atribuíveis a alteração do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(0)	0	0	0	0	
Ações ordinárias canceladas ⁵	(68)	(232)	0	300	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Dividendos pagos em numerário	0	0	(610)	0	0	0	0	0	0	0	0	(610)	0	(100)	(710)	
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	0	0	(498)	0	0	0	0	0	0	0	0	(498)	0	0	(498)	
Resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(148)	0	0	0	0	0	0	0	0	(148)	0	(1)	(149)	
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(94)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(94)	0	(1)	(95)	
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	407	0	0	0	0	0	0	0	407	0	0	407	
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27	0	(1)	26	
Prêmios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(65)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	(65)	0	0	(65)	
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(857)	0	0	0	0	0	0	0	(857)	0	0	(857)	
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Outros	0	39	0	0	0	0	0	0	0	0	0	39	(9) ⁴	(4)	26	

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	Resultados líquidos não realizados					Conversão cambial, líquida de impostos ²	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos ¹	Total do capital acionista	Componentes de capital adicionais ³	Participações minoritárias	Total do capital próprio
					De ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, após impostos ²	Atribuíveis a alterações do risco de crédito próprio de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, após impostos ²	De derivativos de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos ²	De ativos classificados como detidos para venda, após impostos ²	De resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial							
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.223	40.187	21.316	(481)	(853)	18	22	0	(941)	(6)	(1.760)	64.486	8.569	1.763	74.818	

¹ Excluindo resultados de reavaliação relativos a planos de benefícios definidos, após impostos

² Excluindo resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

³ Inclui Notas Tier 1 adicionais, que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como capital de acordo com as IFRS

⁴ Inclui receitas líquidas de seguro, compra e venda de Componentes de Capital Adicionais

⁵ Em 28 de fevereiro de 2023, o Deutsche Bank cancelou 26,5 milhões das suas ações ordinárias; o cancelamento reduziu o valor nominal das ações em 68 milhões de euros; as ações canceladas tinham sido detidas em ações ordinárias em tesouraria, ao custo de aquisição de 300 milhões de euros; a diferença entre as ações ordinárias ao preço de custo e o seu valor nominal reduziu o capital adicional realizado em 232 milhões de euros

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2023	2022	2021
Resultados líquidos	4.892	5.659	2.510
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	1.505	1.226	515
Atividades de reestruturação	220	(118)	261
Ganhos na venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(84)	128	(276)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	(553)	(852)	19
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	3.111	3.529	3.568
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	107	(129)	(197)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	9.197	9.443	6.400
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos centrais e em bancos	(699)	102	97
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	(3.285)	(3.046)	102
Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	793	1.511	(12.124)
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	93	(31)	309
Empréstimos pelo custo amortizado	8.556	(5.101)	(41.628)
Outros ativos	(1.384)	(459)	8.046
Depósitos	1.771	11.686	33.269
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento ¹	29.493	(6.046)	11.144
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	2.456	(187)	(3.249)
Outros empréstimos a curto prazo	4.534	1.065	477
Outros passivos	777	12.377	(17.823)
Dívida sênior a longo prazo ²	(11.880)	(17.019)	(6.191)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	(35.616)	2.249	19.559
Outros, líquido	801	(8.658)	(1.341)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais	5.606	(2.113)	(2.952)
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Recebimentos de:			
Venda de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	15.646	15.450	52.131
Vencimentos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	19.437	21.557	21.424
Venda de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(0)	0	67
Vencimentos de títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	8.025	6.519	5.468
Venda de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	20	118	23
Venda de ativos fixos tangíveis	33	22	114
Aquisição de:			
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(38.648)	(42.991)	(46.801)
Títulos de dívida detidos para recolher ao custo amortizado	(4.859)	(16.696)	(7.166)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(60)	(171)	(100)
Ativos fixos tangíveis	(422)	(337)	(550)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	(361)	439	(5)
Outros, líquido	(1.386)	(1.086)	(1.010)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	(2.576)	(17.175)	23.595
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	1.432 ³	2.716	1.146
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(1.471) ³	(90)	(42)
Emissões de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	0 ⁴	0	0
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(225) ⁴	0	(504)
Parte de capital dos pagamentos de locação	(534)	(607)	(679)
Ações ordinárias emitidas	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(857)	(695)	(346)
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	35
Componentes de capital adicionais (AT1) emitidos	0	2.000	2.500
Componentes de capital adicionais (AT1) reembolsados	0	(1.750)	0
Compra de componentes de capital adicionais (AT1)	(400)	(4.058)	(2.662)
Venda de componentes de capital adicionais (AT1)	415	4.074	2.642
Cupão sobre componentes de capital adicionais, antes de impostos	(498)	(479)	(363)
Dividendos pagos a participações minoritárias	(100)	(96)	(85)
Variação líquida em participações minoritárias	(5)	5	(13)
Dividendos pagos em numerário aos acionistas do Deutsche Bank	(610)	(406)	0
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	(2.852)	614	1.630
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	(2.036)	4.354	1.345
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(1.857)	(14.320)	23.618

em milhões de euros	2023	2022	2021
Caixa e seus equivalentes no início do período	165.626	179.946	156.328
Caixa e seus equivalentes no fim do período	163.768	165.626	179.946
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	955	1.288	1.031
Juros pagos ⁷	28.502	9.468	5.557
Juros recebidos ⁷	43.413	22.667	15.807
Dividendos recebidos	106	87	364
Caixa e seus equivalentes englobam			
Caixa e saldos do banco central ⁵	159.326	159.876	174.089
Saldos interbancários (sem bancos centrais) ⁶	4.442	5.749	5.857
Total	163.768	165.626	179.946

¹ Inclui emissões de dívida sênior de longo prazo de 6,5 mil milhões de euros e 2,5 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 1,2 mil milhões de euros e 738 milhões de euros até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente

² Inclui emissões de 26,8 mil milhões de euros e 36,4 mil milhões de euros e reembolsos e extinções de 40,1 mil milhões de euros e 44,2 mil milhões de euros até 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente

³ As alterações não monetárias relativas à dívida subordinada de longo prazo são de (31) milhões de euros no total e resultam principalmente de alterações no justo valor de 139 milhões de euros e de movimentos cambiais de (173) milhões de euros até 31 de dezembro de 2023 e de (141) milhões de euros no total, resultantes principalmente de alterações no justo valor de (464) milhões de euros e de variações cambiais no valor de 321 milhões de euros até 31 de dezembro de 2022

⁴ As alterações não monetárias relativas aos títulos fiduciários preferenciais ascendem a 15 milhões de euros no total, principalmente devido a alterações no justo valor de 8 milhões de euros até 31 de dezembro de 2023 e (28) milhões de euros no total, principalmente devido a alterações no justo valor de (33) milhões de euros até 31 de dezembro de 2022

⁵ Não incluído: depósitos a prazo remunerados em bancos centrais no valor de 19,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 e 19,0 mil milhões de euros em dezembro de 2022

⁶ Não incluído: depósitos a prazo remunerados em bancos no valor de 1,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 e 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022

⁷ Inclui os juros pagos e os juros recebidos de derivativos que se qualificam como instrumentos de cobertura ao abrigo da aplicação da contabilidade de cobertura de justo valor do Grupo, que inclui coberturas de carteira do risco de taxa de juro, de acordo com a versão de separação da IAS 39 da UE

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de caixa e do banco central incluem depósitos a prazo e à ordem no Banco Central da Rússia no valor de 612 milhões de euros (759 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022). Estes estão sujeitos a restrições cambiais. Os depósitos à ordem no valor de 30 milhões de euros (40 milhões de euros em dezembro de 2022) são classificados como Caixa e seus equivalentes no final do período.

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

01 - Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Taunusanlage 12, 60325, Frankfurt am Main, Alemanha ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (coletivamente o "Grupo" ou "Deutsche Bank"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

Antes da publicação a 14 de março de 2024, o Conselho de Fiscalização aprovou as Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2023 do Grupo a 13 de março de 2024, as quais foram elaboradas pelo Conselho de Administração a 7 de março de 2024.

Separação da UE

O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. O objetivo da aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE é alinhar a abordagem de contabilidade de cobertura do Grupo com a sua prática de gestão do risco e com a prática contabilística dos seus principais pares europeus. Nos termos da versão de separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada aos depósitos principais e a ineficácia da cobertura geralmente só é reconhecida quando a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao montante original designado desse agregado. Se o montante revista dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao montante original designado, não há ineficácia da cobertura. Nos termos das IFRS emitidas pelo IASB, a contabilidade de cobertura para macrocoberturas de justo valor não pode ser aplicada a depósitos principais. Além disso, nos termos das IFRS, tal como emitidas pelo IASB, a ineficácia da cobertura surge para todas as relações de contabilidade de macrocobertura de justo valor sempre que a estimativa revista do montante dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programadas seja superior ou inferior ao montante original designado desse agregado. A versão de separação da IAS 39 da UE também elimina a proibição de identificar uma componente de risco de referência num instrumento financeiro com um preço inferior ao de referência. Esta situação pode ocorrer quando os instrumentos financeiros têm um diferencial negativo, de tal forma que a componente de risco identificada e não especificada contratualmente é superior ao juro do próprio contrato.

Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2023, a aplicação da versão de separação da IAS 39 da UE teve um impacto negativo de 2,3 mil milhões de euros nos lucros antes de impostos e de 1,6 mil milhões de euros nos lucros líquidos de impostos. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022, a aplicação da versão de separação da UE teve um impacto positivo de 147 milhões de euros nas receitas líquidas e nos lucros antes de impostos e de 105 milhões de euros nos lucros líquidos de impostos.

O capital regulamentar do Grupo e os rácios do mesmo são também relatados com base na versão de separação da IAS 39 da UE. O impacto no capital próprio total também tem impacto no cálculo do rácio de capital CET1. Para o exercício findo a 31 de dezembro de 2023, a aplicação da versão de separação da UE teve um impacto negativo no rácio de capital CET1 de cerca de 43 pontos base e um impacto positivo de cerca de 5 pontos base para o exercício findo a 31 de dezembro de 2022.

Divulgações da IFRS 7 (incluindo a guerra na Ucrânia e divulgações relacionadas com o risco climático)

As divulgações sobre os riscos relacionados com o cenário macroeconómico podem ser encontradas nas secções de "Imparidade da IFRS 9", rubrica "Domínios de enfoque em 2023" no Relatório de Risco, Nota 35 "Derivados", secção "Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura", Nota 13 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor", secções

"Técnicas de avaliação" e "Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis", bem como na Nota 14 "Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor".

As divulgações sobre a natureza e medida dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, conforme requerido pela IFRS 7, "Instrumentos financeiros: Divulgações" são estabelecidas na secção Relatório de Risco do Relatório de Gestão Combinado e são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Os detalhes sobre exposições e o impacto sobre a imparidade de instrumentos financeiros da guerra na Ucrânia podem ser encontrados nas secções, "Imparidade da IFRS 9" e "Exposição à Rússia" no Relatório de Risco. A partir de 31 de dezembro de 2023, o Grupo descontinuou a sua divulgação relativa ao risco de mercado para a Rússia, às operações russas e aos riscos de conformidade e de combate à criminalidade financeira. Este facto tem em conta os esforços de redução de riscos que o Grupo empreendeu. O Grupo continua a monitorizar os seus riscos relacionados com a Rússia e a Ucrânia no âmbito das suas atividades regulares de gestão de riscos e da supervisão reforçada da governação em vigor.

As informações sobre riscos relacionados com o clima podem ser encontradas nas secções, "Gestão de Riscos Empresariais", rubrica "Riscos ambientais, sociais e de governação" no Relatório de Risco. O Grupo está exposto ao risco ambiental, social e de governação (ESG). Seguem-se exemplos de como esse risco pode afetar os resultados financeiros do Grupo:

- Os aumentos da frequência e da gravidade dos fenómenos climáticos podem afetar a capacidade do cliente de assegurar os pagamentos de capital e de juros ao abrigo dos instrumentos sujeitos à IFRS 9.
- O não cumprimento da legislação ambiental e social pode afetar a capacidade do cliente de gerar rendimentos sustentáveis para pagar os seus empréstimos.
- Se, no futuro, os clientes não possuírem seguros suficientes para os seus ativos físicos contra certos riscos (por exemplo, inundações), tal poderá ter impacto no valor das garantias detidas para certos tipos de empréstimos.

O Grupo considera esse risco ESG como parte da avaliação do risco de crédito e do processo de diligência devida antes da concessão de crédito aos clientes relevantes. O Grupo também gere a sua carteira de crédito dentro dos limites e da apetência pelo risco estabelecidos. Outras considerações contabilísticas, incluindo a consideração do risco, para os empréstimos indexados aos fatores ESG podem ser encontradas na secção "Ativos financeiros", na descrição das políticas contabilísticas relevantes abaixo.

Estas divulgações auditadas estão assinaladas a azul claro no Relatório de risco.

Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As políticas contabilísticas materiais do Grupo são descritas em "Políticas contabilísticas materiais".

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas materiais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

- a imparidade de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (ver "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais" abaixo)
- a determinação do justo valor (ver abaixo "Determinação do justo valor")
- o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo "Reconhecimento de lucros à data da operação")
- a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais")
- a imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis (ver abaixo "Goodwill e outros ativos intangíveis")
- o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver "Impostos sobre o rendimento" abaixo)
- a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver "Provisões" abaixo)

Políticas contábilísticas materiais

Segue-se a descrição das políticas contábilísticas materiais do Grupo. Exceto as alterações nas políticas contábilísticas e as alterações nas estimativas contábilísticas descritas anteriormente e indicadas abaixo, estas políticas foram aplicadas de forma coerente nos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

- a finalidade e organização da entidade
- as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
- se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
- se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
- se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

Associadas

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de fiscalização no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contábilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados como "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial".

Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da tradução e liquidação destes itens são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados como resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, a fim de alinhar os montantes de tradução com os reconhecidos das transações em moeda estrangeira (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo e passivo de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

Margem financeira – Os rendimentos e gastos de juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como resultado líquido de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva (EIR) é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação dos gastos e rendimentos de juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados no cálculo da EIR incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todos os honorários (incluindo comissões) que são considerados como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos. No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer honorários associados são reconhecidos em rendimentos de negociação quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor.

Se um ativo financeiro estiver em imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efetiva ao valor do custo amortizado. O valor do custo amortizado de um ativo financeiro é o valor contabilístico bruto de um ativo financeiro após ajuste para quaisquer provisões para imparidades. Para os ativos que são inicialmente reconhecidos como comprados ou com imparidade de crédito, os proveitos de juros são calculados através da utilização de uma taxa de juro efetiva ajustada ao crédito que tem em consideração as perdas de crédito esperadas.

O Grupo apresenta juros pagos negativos sobre ativos remunerados a juros como custos de juros e receitas de juros recebidas de passivos remunerados a juros como rendimento de juros.

O Grupo apresenta os rendimentos e gastos de juros calculados através do método EIR separadamente na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

Rendimentos de serviços e comissões – O Grupo aplica o modelo de reconhecimento de proveitos de cinco passos da IFRS 15, “Proveitos de contratos com clientes” para o reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões, segundo o qual os rendimentos devem ser reconhecidos quando o controle de mercadorias e serviços é transferido, sendo assim satisfeitas as obrigações contratuais de desempenho para o cliente.

Em conformidade, após a identificação de um contrato com um cliente no primeiro passo, o segundo passo é identificar a obrigação de desempenho – ou uma série de obrigações de desempenho distintas – fornecida ao cliente. O Grupo tem de analisar se o serviço tem capacidade para ser distinto e se é efetivamente distinto no contexto do contrato. Um serviço prometido é distinto se o cliente puder beneficiar do serviço por si próprio ou em conjunto com outros recursos que estejam prontamente disponíveis para o cliente e a promessa de transferir o serviço para o cliente for identificável separadamente de outras promessas no contrato. O montante de rendimento é medido com base no preço da transação acordado contratualmente pelo desempenho da obrigação definida no contrato. Se um contrato incluir uma contrapartida variável, o Grupo estima o montante da contrapartida à qual terá direito em troca da transferência das mercadorias e serviços prometidos a um cliente. O rendimento é reconhecido nos resultados quando a obrigação de desempenho identificável tiver sido cumprida. O Grupo não apresenta informações sobre as suas restantes obrigações de desempenho se fizer parte de um contrato com uma duração original esperada de um ano ou menos.

O Grupo determina o preço de venda individual no início do contrato de um serviço distinto subjacente a cada obrigação de desempenho no contrato e atribui o preço de transação proporcionalmente a esses preços de venda individuais. O preço de venda individual é o preço a que o DB venderia um serviço prometido separadamente a um cliente numa base separada. A melhor prova de um preço de venda individual é o preço observável de um serviço quando o Grupo vende esse serviço separadamente em circunstâncias semelhantes e a clientes semelhantes. Se o Grupo não vender o serviço a um cliente separadamente, estima o preço de venda individual a um valor utilizando um método adequado, por exemplo, em transações de syndicação de empréstimos, o Grupo aplica os requisitos para o reconhecimento do lucro do dia de negociação e considera o preço a que outros participantes no mercado prestam o mesmo serviço numa base separada. Como tal, ao estimar um preço de venda individual, o Grupo considera todas as informações (incluindo as condições de mercado) que estão razoavelmente à sua disposição. Ao fazê-lo, o Grupo maximiza a utilização de dados observáveis e aplica métodos de estimativa de forma coerente em circunstâncias semelhantes.

O Grupo fornece serviços de Asset Management que dão origem a comissões de Asset Management e de desempenho e constituem uma única obrigação de desempenho. Os componentes das comissões de Asset Management e de desempenho são contrapartidas variáveis de forma que, em cada data de relato, o Grupo estima o montante das comissões a que terá direito em troca da transferência dos serviços prometidos para o cliente. Os benefícios decorrentes dos serviços de Asset Management são simultaneamente recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo. O Grupo reconhece os proveitos ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos. Para o componente da comissão de gestão, esta data é no final do período de serviço mensal ou trimestral. Para as comissões de desempenho, esta data é quando tiver sido totalmente eliminada qualquer incerteza relacionada com o componente de desempenho.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que são contabilizados extrapatrimonialmente são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

Rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes de serviços que são recebidos e consumidos pelo cliente ao longo do tempo: administração, ativos sob gestão, negócios comerciais estrangeiros, processamento de empréstimos e garantias, outros serviços ao cliente diversos. O Grupo reconhece os proveitos destes serviços ao longo do tempo medindo o progresso no sentido do cumprimento total dessa obrigação de desempenho, sujeito à eliminação de qualquer incerteza quanto à elevada probabilidade de ocorrer ou não uma reversão significativa do montante cumulativo dos proveitos reconhecidos.

Os rendimentos de serviços e comissões predominantemente decorrentes do fornecimento de serviços num ponto temporal ou os serviços de transação-tipo incluem: outros títulos, comissões de subscrição e consultoria, comissões de corretagem, pagamentos locais, negócios de troca/divisa estrangeira e comissões intermediárias.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de serviços e comissões são apresentados líquidos em Rendimentos de serviços e comissões na demonstração consolidada dos resultados. Isto inclui rendimentos e gastos associados em que o Grupo detém contratualmente a obrigação de desempenho (ou seja, como mandante) em

relação ao serviço que origina os proveitos e gastos associados. Por outro lado, não inclui situações em que o Grupo não detém contratualmente a obrigação de desempenho e atua como agente. A determinação de se o Grupo atua como mandante ou agente baseia-se nos termos contratuais do acordo de serviço subjacente. Os montantes brutos dos rendimentos e encargos de serviços e comissões são divulgados na “Nota 6 – Rendimentos de serviços e comissões”.

Ativos financeiros

O Grupo classifica os ativos financeiros de acordo com os requisitos de classificação e medição da IFRS 9, segundo a qual os ativos financeiros são classificados com base no modelo de negócio utilizado para a gestão de ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro (conhecido como Apenas pagamentos relativos a capital e a juros ou “SPPI”). Estão disponíveis três modelos de negócio:

- Deter para recolher - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais. São subsequentemente valorizados ao custo amortizado e são registados em várias linhas no balanço consolidado do Grupo.
- Deter para recolher e vender - Ativos financeiros detidos com o objetivo de recolher fluxos de caixa contratuais e vender ativos financeiros. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral no balanço consolidado do Grupo.
- Outro - Ativos financeiros que não cumprem os critérios de “Deter para recolher” ou de “Deter para recolher e vender”. São registados como Ativos financeiros ao justo valor através de resultados no balanço consolidado do Grupo.

A avaliação do modelo de negócio exige um juízo baseado em factos e circunstâncias no momento do reconhecimento inicial. Como parte desta avaliação, o Grupo tem em conta fatores quantitativos (por ex., a frequência esperada e o volume de vendas) e fatores qualitativos, tais como a forma como o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio são avaliados e comunicados ao pessoal-chave de gestão do Grupo. Além de ter em conta os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio e os ativos financeiros detidos nesse modelo de negócio, em particular, a forma como esses riscos de crédito e mercado são geridos; e como são remunerados os gestores do negócio (por ex., se a remuneração é baseada no justo valor dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos). Esta avaliação resulta na classificação de um ativo num modelo de negócio Deter para recolher, Deter para recolher e vender ou Outro.

Se o Grupo detiver um ativo financeiro num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, então é necessária uma avaliação aquando do reconhecimento inicial para determinar se os fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro são Apenas pagamentos relativos a capital e a juros sobre o montante de capital em dívida para determinar a classificação do ativo financeiro. Os fluxos de caixa contratuais, que são SPPI sobre o montante de capital em dívida, são coerentes com um acordo de concessão de empréstimo básico. Num acordo de concessão de empréstimo básico, os juros são uma contrapartida pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante de capital em dívida durante um período de tempo específico. Também pode incluir contrapartidas por outros riscos de concessão de empréstimos básicos (por ex., risco de liquidez) e custos (por ex., custos administrativos) associados à detenção do ativo financeiro durante um período de tempo específico; e uma margem de lucro coerente com um acordo de concessão de empréstimo básico. Nos casos em que os fluxos de caixa podem mudar ao longo do tempo devido a eventos contingentes, tais como termos em que a margem de um empréstimo se ajusta em função do desempenho do mutuário em determinadas métricas ESG contratuais, o evento contingente e os fluxos de caixa são avaliados para determinar se os fluxos de caixa do instrumento são SPPI. A natureza do evento contingente e a dimensão da possível alteração nos fluxos de caixa são tidas em conta nesta avaliação numa base absoluta e relativa em comparação com o cupão global. Adicionalmente, como parte da avaliação SPPI, quando o empréstimo é de natureza sem recurso, é feita uma avaliação adicional para determinar se os fluxos de caixa são consistentes com o SPPI, o que depende da natureza do subjacente, do nível de subordinação e dos fluxos de caixa contratuais do instrumento detido. O Grupo origina e compra instrumentos de dívida de entidades que emitem várias tranches de dívida. Nos casos em que estes instrumentos correspondem à definição de instrumentos contratualmente vinculados, é efetuada uma análise mais aprofundada dos fluxos de caixa e da exposição ao risco de crédito do instrumento detido, bem como das garantias subjacentes detidas no momento da compra e que podem ser detidas no futuro.

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Os ativos financeiros são classificados ao justo valor através de resultados se forem detidos no modelo de negócio Outro, porque são detidos para negociação ou porque não cumprem os critérios dos modelos Deter para recolher ou Deter para recolher e vender. Além disso, inclui ativos financeiros que cumprem os critérios do modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender, mas o ativo financeiro não cumpre o critério SPPI ou nos casos em que o Grupo classificou os ativos financeiros na opção de justo valor.

Os ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados são medidos ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos ativos financeiros classificados pelo justo valor através dos resultados.

Ativos detidos para negociação – Os ativos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação e créditos para negociação. Incluem igualmente os compromissos de crédito que são afetados ao modelo de negócio Outro e que são apresentados como derivados detidos para negociação.

Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados – O Grupo atribui qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadra nos modelos de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender no modelo de negócio Outro e classifica-o como Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para recolher ou Deter para recolher e vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI são classificados pelo Grupo como Ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns ativos financeiros que seriam, de outra forma, avaliados subsequentemente ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral podem ser designados ao justo valor através de resultados se a designação eliminar ou reduzir significativamente uma medição ou inconsistência de reconhecimento. O Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor.

Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Os ativos financeiros serão classificados e medidos ao justo valor através de outro rendimento integral (“FVOCI”) se forem detidos num modelo de negócio Deter para recolher ou Deter para recolher e vender e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI, exceto se forem designados ao abrigo da opção de justo valor.

A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica Rendimento de juros líquido. Os resultados realizados são reportados em resultados líquidos de ativos financeiros ao FVOCI. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros ao FVOCI.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos ativos financeiros classificados como FVOCI.

É possível designar instrumentos de capital não relacionados com a negociação como FVOCI. No entanto, prevê-se que esta categoria venha a ter uma utilização limitada pelo Grupo e não foi utilizada até à data.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e posteriormente medido ao custo amortizado se o ativo financeiro for detido num modelo de negócio Deter para recolher e os fluxos de caixa contratuais forem SPPI.

Ao abrigo desta categoria de medição, o ativo financeiro é medido ao justo valor aquando do reconhecimento inicial. Subsequentemente, o valor escriturado é reduzido para pagamentos de capital, somando ou subtraindo a amortização cumulativa utilizando o método da taxa de juro efetiva. O ativo financeiro é avaliado quanto a imparidade nos termos do modelo de perda de crédito esperada da IFRS 9 no qual as provisões são reconhecidas com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais. A política de imparidades de instrumentos financeiros do Grupo é descrita mais detalhadamente na secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais (IFRS 9)”. O Grupo aplica a contabilidade da data de liquidação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem predominantemente empréstimos ao custo amortizado, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo e certos valores a receber em Outros ativos.

Modificação de ativos financeiros e passivos financeiros

Quando os termos de um ativo financeiro são renegociados ou modificados e a modificação não resulta em desreconhecimento, os ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. O ativo financeiro

modificado irá continuar a acumular juros à sua EIR original. Quando uma modificação resulta no desreconhecimento, o instrumento original é desreconhecido e o novo instrumento reconhecido pelo justo valor.

As renegociações não relacionadas com crédito ou comerciais, nas quais um devedor não sofreu um aumento significativo no risco de crédito desde a geração e tem um direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente os resultados do ativo financeiro em desreconhecimento do acordo original e reconhecimento de um novo ativo financeiro com base em condições comerciais negociadas novamente.

Para as modificações relacionadas com crédito (ou seja, as modificações devido a aumento significativo no risco de crédito desde a sua criação) ou aquelas em que um devedor não tem o direito imediatamente exercível de cessar antecipadamente, o Grupo avalia se os termos modificados resultam na modificação significativa do ativo financeiro e, assim, no seu desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Nos casos em que estas modificações não sejam consideradas significativas, o ativo financeiro não é desreconhecido e é contabilizado como uma modificação, conforme descrito acima.

Se for considerado que as mudanças são significativas, o instrumento antigo é desreconhecido e é reconhecido um novo instrumento. O Grupo reconhece, então, uma provisão para perda de crédito com base nas perdas de crédito esperadas de 12 meses. No entanto, se de uma modificação resultar um desreconhecimento do ativo financeiro original, existe evidência de que o novo ativo financeiro está em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial e, então, o novo ativo financeiro deve ser reconhecido como um ativo financeiro em imparidade de crédito aquando da origem e classificado inicialmente na fase 3 (consulte a secção “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo).

Quando os termos de um passivo financeiro são renegociados ou modificados, o Grupo avalia se os termos alterados resultam numa alteração significativa do passivo financeiro e, por conseguinte, desreconhecimento. Esta avaliação inclui uma avaliação quantitativa do impacto da mudança nos fluxos de caixa derivada da modificação das condições contratuais e, adicionalmente, quando necessário, uma avaliação qualitativa do impacto da mudança das condições contratuais. Quando estas modificações não forem consideradas como significativas, o passivo financeiro não é desreconhecido e ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração de resultados como a diferença entre os fluxos de caixa contratuais originais e os fluxos de caixa modificados descontados à taxa de juro efetiva original. Em caso de desreconhecimento, o passivo financeiro original é desreconhecido e o novo passivo reconhecido pelo seu justo valor.

Compromissos de crédito

Os compromissos de crédito permanecem extrapatrimoniais, exceto se forem atribuídos ao modelo de negócio Outro e apresentados como derivados detidos para negociação. O Grupo não reconhece nem mede alterações no justo valor de compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos spreads de crédito. No entanto, como se especifica nas secções “Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais” abaixo, estes compromissos de crédito extrapatrimoniais estão no âmbito do modelo da imparidade da IFRS 9.

Passivos financeiros

No âmbito da IFRS 9, os passivos financeiros são medidos ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva, exceto os passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem passivos detidos para negociação, passivos financeiros ao justo valor através de resultados e contratos de investimento não participativos (“contratos de investimento”). No âmbito da IFRS 9, são escriturados ao justo valor com resultados realizados e não realizados incluídos nos resultados líquidos em ativos e passivos ao justo valor através de resultados. Para passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os movimentos de justo valor atribuíveis ao componente de crédito próprio do Grupo para movimentos do justo valor são reconhecidos em Outro rendimento integral.

O Grupo aplica a contabilidade da data de negociação aos passivos financeiros classificados ao justo valor através dos resultados.

Os juros em ativos que pagam juros são apresentados em gasto de juros para instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Passivos detidos para negociação - Os passivos financeiros derivados de dívida emitida são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados ou incorridos com o objetivo principal de serem recomprados no curto prazo. Os

passivos detidos para negociação consistem essencialmente em passivos por derivados (incluindo certos compromissos de crédito) e posições curtas. Isto inclui também os compromissos de crédito em que o empréstimo resultante após o financiamento é afetado ao outro modelo de negócio de modo a que o compromisso de crédito não utilizado seja classificado como derivados detidos para negociação.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos passivos financeiros que não correspondiam à definição de passivos detidos para negociação foram designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para serem designados ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de passivos financeiros é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra, compromissos de crédito e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Contratos de investimento - Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento que correspondem a ativos específicos detidos pelo Grupo. Os contratos obrigam o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar passivos por contratos de investimento. Não contêm características significativas de risco de seguro ou de participação discricionária. As responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço. Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Derivados embutidos

Alguns contratos de passivos financeiros híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, o componente derivado é designado por derivado embutido, enquanto o componente não derivado representa o contrato de acolhimento de passivos financeiros. Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento de passivos financeiros, e o próprio contrato híbrido de passivos financeiros não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento de passivos financeiros continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do Balanço consolidado do contrato de acolhimento de passivos financeiros. Alguns contratos híbridos de passivos financeiros são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Passivos financeiros pelo custo amortizado

Os passivos financeiros medidos ao custo amortizado incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida. O Grupo aplica a contabilidade da data de liquidação aos passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no Balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem de ser executável tanto no decurso normal do negócio, como no caso de incumprimento, insolvência ou falência do Grupo e da sua contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no Balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maior parte da compensação aplicada pelo Grupo diz respeito a acordos de recompra e de revenda. Para mais informações, consulte a Nota 17, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação em condições normais de mercado entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

- O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico ou ao risco de crédito de uma contraparte em particular, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
- Os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
- Os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com os dados do método de avaliação que são utilizados para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 13, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 14, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

Reconhecimento de lucros à data da operação

O reconhecimento de lucros à data da operação é reconhecido se o justo valor do instrumento financeiro medido pelo justo valor através de resultados for obtido a partir de um preço de mercado cotado num mercado ativo, ou de outra forma evidenciado por comparação com outras transações de mercado correntes observáveis ou com base numa técnica de avaliação que incorpore dados de mercado observáveis. Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer reconhecimento de lucro diferido à data da operação remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se torna observável.

Estimativas contabilísticas críticas - A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação do instrumento financeiro subjacente (consultar a secção "Determinação do justo valor" para o juízo da direção necessário para estabelecer o justo valor dos instrumentos financeiros). Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados pelo justo valor no Balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Contabilidade de cobertura

A IFRS 9 inclui uma opção de política contabilística para diferir a adoção da contabilidade de cobertura da IFRS 9 e manter a contabilidade de cobertura da IAS 39. O Grupo decidiu exercer esta escolha de política contabilística e não adotou a contabilidade de cobertura da IFRS 9 a 1 de janeiro de 2018. O Grupo aplica contabilidade de cobertura de justo valor para coberturas de carteira de risco de taxa de juro (macrocoberturas de justo valor) em conformidade com a versão de separação da IAS 39 da UE. Nos termos da separação da IAS 39 da UE, a contabilidade de macrocobertura de justo valor pode ser aplicada a depósitos principais e a ineficácia da cobertura para todas as aplicações contabilísticas de macrocobertura de justo valor só é reconhecida quando a estimativa revista do valor dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for inferior ao valor original designado desse agregado e não for reconhecida quando o valor revisto dos fluxos de caixa nos agregados de prazos programados for superior ao valor original designado.

Para efeitos contabilísticos, o Grupo aplica os seguintes tipos de coberturas:

- Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em gastos e rendimentos de juros, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros proveitos. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros proveitos e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

- Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subseqüentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

- No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio spot é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subseqüentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subseqüente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

Os requisitos de imparidade da IFRS 9 aplicam-se a todas as exposições de crédito que são medidas a custo amortizado ou a FVOCI e a compromissos de crédito extrapatrimoniais, tais como compromissos de crédito e garantias financeiras. Para efeitos da política de imparidades abaixo, estes instrumentos são designados por ("Ativos financeiros").

A determinação das perdas por imparidade de um modelo de perdas de crédito esperadas ("ECL") nos termos da IFRS 9, em que as provisões são adotadas aquando do reconhecimento inicial do ativo financeiro, com base nas expectativas de perdas de crédito potenciais no momento do reconhecimento inicial.

Abordagem faseada à determinação das perdas de crédito esperadas

A IFRS 9 estabelece uma abordagem em três fases à imparidade para ativos financeiros que não estão em imparidade de crédito à data da origem ou da compra. Esta abordagem resume-se da seguinte forma:

- Fase 1: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses para todos os ativos financeiros. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não aumentou significativamente após o reconhecimento inicial.
- Fase 2: O Grupo reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas na duração para os ativos financeiros que se considera terem sofrido um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Isto requer a determinação de ECL com base na probabilidade de incumprimento na duração, perdas em caso de incumprimento na duração e exposição a incumprimento na duração que representa a probabilidade de ocorrer incumprimento na duração restante do ativo financeiro. A provisão para perdas de crédito é superior nesta fase devido a um aumento no risco de crédito desde a origem ou compra e ao impacto de serem considerados horizontes temporais mais alargados em comparação com 12 meses na Fase 1.
- Fase 3: O banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma Probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo, para os ativos

financeiros que estão em imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Grupo está em conformidade com a definição regulamentar de incumprimento. Os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito aquando do reconhecimento inicial são categorizados na fase 3 com um valor contabilístico que já reflete as perdas de crédito esperadas na duração. O tratamento contabilístico destes ativos em imparidade de crédito aquando da compra ou origem ("POCI") é analisado mais adiante.

As ECL são calculadas com base em três parâmetros principais: probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD). Estes parâmetros são geralmente derivados de modelos estatísticos desenvolvidos internamente, combinados com informações históricas, atuais e prospetivas, incluindo dados macroeconómicos. A PD a 12 meses e a PD na duração representam a probabilidade pontual esperada de um incumprimento durante os próximos 12 meses e a vida útil esperada restante do instrumento financeiro, respetivamente, com base nas condições existentes à data do balanço e nas condições económicas futuras que afetam o risco de crédito. A LGD representa a perda esperada condicional ao incumprimento, incorporando o efeito atenuante da garantia, o seu valor esperado quando realizado e o valor temporal do dinheiro. A EAD representa a exposição esperada em caso de incumprimento, tendo em conta o reembolso do capital e dos juros desde a data do balanço até ao evento de incumprimento, juntamente com qualquer utilização esperada de uma facilidade de crédito.

A informação prospetiva é incorporada na medição da provisão para perdas de crédito do Grupo em termos de ajustamentos às curvas de PD plurianuais com base em previsões macroeconómicas.

O modelo ECL do Grupo é utilizado para calcular a provisão para perdas de crédito para todos os ativos financeiros na Fase 1 e na Fase 2, bem como para a Fase 3 na carteira homogénea (ou seja, empréstimos a retalho e a pequenas empresas com características de risco de crédito semelhantes). Para os ativos financeiros da carteira não homogénea do banco na Fase 3 e para os ativos POCI, a provisão para perdas de crédito é determinada individualmente por colaboradores de crédito.

Aumento significativo no risco de crédito

Ao determinar se o risco de crédito (ou seja, risco de incumprimento) de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo tem em consideração informação razoável e suportável que é relevante e está disponível sem custos ou esforço injustificados. Isto inclui informação quantitativa e qualitativa baseada na experiência histórica do Grupo, avaliação do risco de crédito e informação relativa ao futuro (incluindo fatores macroeconómicos). A avaliação da deterioração significativa do crédito é essencial para determinar quando se deve passar da medição de uma provisão com base em ECL de 12 meses para uma medição baseada em ECL na duração (ou seja, transferir da fase 1 para a fase 2).

O quadro do Grupo para determinar se houve um aumento significativo do risco de crédito alinha-se com o processo interno de gestão de risco de crédito ("CRM") e utiliza:

- Indicadores relacionados com a notação – baseados num modelo que compara a probabilidade de incumprimento (PD) na duração na data de relato com as expectativas de PD na duração na data do reconhecimento inicial e, subsequentemente, aplica uma abordagem quantificada para determinar um limiar de forma a definir o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2; e
- Indicadores relacionados com o processo - que utilizam indicadores de gestão do risco existentes que, na opinião da administração, representam situações em que o risco de crédito dos ativos financeiros aumentou significativamente. Estes incluem a adição dos devedores a uma lista de observação de crédito, a transferência obrigatória para o estado de reestruturação, pagamentos com um atraso de 30 dias ou mais ou em período de carência.

Estes indicadores são discutidos mais adiante na secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco.

Ativos financeiros com imparidade de crédito na Fase 3

O Grupo alinou a sua definição de imparidade de crédito nos termos da IFRS 9 para quando um ativo financeiro entrou em incumprimento por motivos regulamentares, de acordo com o artigo 178.º do Regulamento relativo a requisitos de capital.

A determinação de se um ativo financeiro está em imparidade de crédito e, assim, na fase 3 centra-se exclusivamente no risco de incumprimento, sem ter em consideração os efeitos dos fatores mitigantes do risco de crédito, tais como garantias. Especificamente, um ativo financeiro está em imparidade de crédito e na fase 3 quando:

- O Grupo considera que é improvável que o devedor pague as suas obrigações de crédito ao Grupo. A determinação pode incluir ações de carência, nas quais o mutuário beneficiou de uma concessão ou por razões económicas ou jurídicas que sejam indicadores qualitativos de imparidades de crédito; ou
- Os pagamentos contratuais do capital ou dos juros por parte do devedor estão vencidos há mais de 90 dias.

Para ativos financeiros considerados como em imparidade de crédito, a provisão de ECL abrange o montante da perda que se espera que o Grupo sofra. A estimativa de ECL é efetuada caso a caso para carteiras não homogêneas ou aplicando parâmetros baseados nas carteiras a ativos financeiros individuais dessas carteiras através do modelo de ECL do Grupo para carteiras homogêneas. Esta estimativa inclui a utilização de fluxos de caixa descontados ajustados aos cenários.

São tidas em conta as previsões de condições económicas futuras para o cálculo de ECL. As perdas esperadas na duração são estimadas com base no valor atual ponderado na probabilidade da diferença entre os fluxos de caixa contratuais que são devidos ao Grupo nos termos do contrato; e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber.

Um ativo financeiro pode ser classificado como estando em imparidade de crédito na fase 3, mas sem provisão para perdas de crédito (ou seja, não é esperada perda por imparidade). Isto pode dever-se ao valor da garantia. O cálculo do motor de ECL do Grupo é efetuado mensalmente, enquanto a avaliação caso a caso de ECL na fase 3 para carteiras não homogêneas tem de ser efetuada pelo menos trimestralmente.

Ativos financeiros em imparidade de crédito aquando da compra ou origem na fase 3

Um ativo financeiro é considerado em imparidade de crédito aquando da compra ou origem se houver evidência objetiva de imparidade no momento do reconhecimento inicial. Estes ativos financeiros em imparidade de crédito são designados por ativos financeiros POCL. Os ativos financeiros POCL são mensurados para refletir as perdas de crédito esperadas na duração e todas as alterações subsequentes nas perdas de crédito esperadas na duração, positivas ou negativas, são reconhecidas na demonstração de resultados com um componente da provisão para perdas de crédito. Os ativos financeiros POCL só podem ser classificados na fase 3 ao longo da duração do ativo financeiro.

Abatimentos

O Grupo reduz o valor escriturado bruto de um ativo financeiro quando não existe expectativa razoável de recuperação. Os abatimentos podem estar relacionados com um ativo financeiro na sua totalidade ou com uma parte do mesmo e constituírem um evento de desreconhecimento. O Grupo tem em consideração todas as informações relevantes ao efetuar esta determinação, incluindo, entre outros:

- Medidas hipotecárias tomadas pelo Grupo que não foram bem-sucedidas ou que têm uma elevada probabilidade não serem bem-sucedidas
- Liquidação de garantias que não conduziu, nem irá conduzir, a recuperações consideráveis adicionais
- Situações em que não são esperadas de forma razoável recuperações adicionais

Os abatimentos podem ocorrer antes de serem concluídas as ações judiciais contra o mutuário para recuperar a dívida e um abatimento não envolve a desistência por parte do Grupo do seu direito legal de recuperar a dívida.

Taxa de juro utilizada no modelo da IFRS 9

No contexto do cálculo da ECL, o Grupo aplica, em conformidade com a IFRS 9, uma aproximação da EIR, que é normalmente a taxa de juro contratual ("CIR") e que não difere materialmente da EIR. A CIR é considerada como uma aproximação apropriada, uma vez que a taxa de juro é consistentemente utilizada no modelo ECL, no reconhecimento de juros e para desconto da ECL.

Garantia de ativos financeiros considerada na análise de imparidades

A IFRS 9 exige que os fluxos de caixa esperados de garantias e outros aumentos de crédito sejam refletidos no cálculo de ECL. Os seguintes são aspetos-chave relativamente a garantias:

- Elegibilidade da garantia, ou seja, que garantia deve ser tida em conta no cálculo de ECL;
- Avaliação da garantia, ou seja, que valor da garantia (liquidação) deve ser utilizado; e
- Projeção do montante da garantia disponível ao longo da duração de uma transação.

Estes conceitos são descritos mais detalhadamente na secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS" no Relatório de risco.

Estimativas contabilísticas críticas – Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de ativos financeiros constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidades nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente na projeção de informações e cenários prospetivos em circunstâncias de incerteza económica e financeira, quando as movimentações e

alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, consequentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos não homogêneos na fase 3, a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação das perdas de crédito esperadas nas Fases 1 e 2 e dos créditos homogêneos na Fase 3 é calculada utilizando o modelo de ECL do Grupo. O modelo incorpora numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica do modelo e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão. É necessário um juízo de valor por parte dos gestores sobre as seguintes estimativas contabilísticas críticas:

- Informação prospetiva: A identificação das variáveis macroeconómicas chave (MEV) reflete um equilíbrio de juízos quantitativos e qualitativos. A análise estatística, incluindo, por exemplo, testes retrospectivos e sensibilidades do modelo, é realizada para avaliar o poder explicativo das MEV, enquanto a contribuição especializada de colaboradores de crédito assegura o conforto da administração no comportamento geral do modelo. A parametrização final do modelo baseia-se numa revisão e desafio dos impactos nos fóruns internos de governação e numa validação independente realizada pela função de Gestão do risco do modelo. Além disso, a solidez conceptual da abordagem de estimativa é assegurada pela análise de testes de modelo preparada como parte das alterações ao modelo e por um quadro de monitorização contínuo, a fim de que a provisão de ECL reflita a melhor estimativa da administração no cálculo das perdas de crédito esperadas.
- Aumento significativo no risco de crédito: Em conformidade com a secção "Abordagem sobre imparidades da norma IFRS 9" no Relatório de risco, o Grupo utiliza indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o início. Para os ativos financeiros em carteiras não homogêneas, as notações são determinadas para cada contraparte individualmente com base no juízo especializado dos colaboradores de crédito. Para os ativos financeiros das carteiras homogêneas (devido ao grande número de relações com clientes), o processo de notação é significativamente automatizado com menos julgamento exigido pelos colaboradores de crédito sobre as contrapartes individuais. Tanto para carteiras homogêneas como não homogêneas, os indicadores relacionados com a avaliação para determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente baseiam-se num modelo que compara as probabilidades de incumprimento na duração na data do relatório com as expectativas de probabilidades de incumprimento na duração na data do reconhecimento inicial e, subsequentemente, aplicando uma abordagem de quantificação para determinar um limiar que define o momento em que é desencadeada a transição de um ativo financeiro para a Fase 2. A determinação do quantil para definir os limiares da Fase 2 é determinada por peritos na função de Risco do Grupo. Isto representa um dos principais juízos críticos no quadro da IFRS 9 do Grupo e é revisto anualmente com base em análises detalhadas de mudança de fase, análise comparativa com comportamentos históricos e comparações entre pares.
- Fase 3: definição de perda em caso de incumprimento (LGD) para carteiras homogêneas: A provisão para perdas de crédito na Fase 3 é determinada para as carteiras homogêneas do Grupo através de um processo automatizado baseado em LGD parcialmente dependentes do tempo, refletindo a menor expectativa de recuperação quanto mais tempo o cliente estiver em incumprimento, diferenciando assim entre exposições garantidas e não garantidas. Os LGD são calibrados utilizando o histórico de perdas do Grupo construído ao longo das décadas anteriores, os preços de mercado verificados das carteiras em incumprimento vendidas e o juízo de peritos. No caso de carteiras menos materiais, a calibração empírica do LGD é parcialmente apoiada por juízos especializados de colaboradores de crédito, especialmente para determinar as taxas de sanção do cliente como um dos contributos chave. As definições de LGD são validadas anualmente e são regularmente revistas pelo processo de validação do modelo independente do Grupo, que faz parte da função de Gestão do risco do modelo.
- Ajustes ao modelo: O Grupo revê regularmente os principais contributos para o cálculo de ECL e discute a potencial imprecisão do modelo para avaliar a necessidade de medidas corretivas sob a forma de sobreposições. As sobreposições são um resultado essencial do juízo de gestão que alimenta o modelo. Numa base trimestral, um fórum de gestão de topo discute a necessidade de reconhecimento e/ou de libertação de sobreposições. A discussão basear-se-á numa panorâmica das razões potenciais que podem exigir uma sobreposição, tendo em conta pontos de desencadeamento específicos. A decisão final de criar sobreposições é tomada conjuntamente pelo Diretor Financeiro (CFO) e pelo Diretor de Risco (CRO).

As divulgações quantitativas são fornecidas na Nota 18 "Empréstimos" e na Nota 19 "Provisão para perdas de crédito", bem como no Relatório de Risco, secção "IFRS 9 Imparidade", subsecção "Sensibilidade do Modelo".

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à recepção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um swap de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respectivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Certos contratos de derivativos OTC e a maior parte dos contratos de futuros e opções negociados em bolsa, compensados através de contrapartes centrais de compensação e de bolsas, implicam o pagamento ou a receção diária de uma margem de variação que representa a liquidação jurídica ou económica do valor atual do derivado em circulação. Isto resulta no desconhecimento do ativo financeiro derivado e dos passivos financeiros associados.

Acordos de recompra e de revenda

Os títulos comprados com acordos de revenda ("acordos de recompra inversos") e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente.

Nos termos da IFRS 9, o Grupo afeta carteiras de revenda que são geridas com base no justo valor ao outro modelo de negócio e classifica-os como "Ativos financeiros não relacionados com a negociação ao justo valor através de resultados".

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Gasto de juros".

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

O Grupo regista o montante de numerário avançado adiantado ou recebido como títulos obtidos por empréstimo e títulos cedidos por empréstimo, respetivamente, no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos na Nota 20 "Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia".

Goodwill e outros ativos intangíveis

O goodwill, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do goodwill, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliada ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O goodwill na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o goodwill adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o goodwill é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o goodwill for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o goodwill atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Os ativos de empresas são afetados a uma unidade geradora de caixa quando a afetação puder ser feita numa base razoável e consistente. Se isso não for possível, a unidade geradora de caixa individual é testada sem os ativos de empresas. Estes são então testados no nível da recolha mínima de unidades geradoras de caixa às quais podem ser afetados numa base razoável e consistente.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do goodwill sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 20 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indicarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com software desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de software de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do software estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de software capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou em qualquer momento quando existirem indícios de imparidade depois de o software estar em uso.

Estimativas contabilísticas críticas - A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação (tais como a abordagem dos custos), ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 23, "Goodwill e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Se o Grupo tiver um contrato oneroso, a presente obrigação ao abrigo do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. Um contrato oneroso é um contrato no qual os custos inevitáveis do cumprimento das obrigações decorrentes do contrato excedem os benefícios económicos que se espera receber ao abrigo do mesmo.

Estimativas contabilísticas críticas –A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios e processos regulamentares na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A

responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. Ver Nota 27 "Disposições" para mais informações sobre as incertezas dos procedimentos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos nos ganhos ou perdas, exceto tanto quanto o imposto estiver relacionado com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, sendo que nesse caso o imposto relacionado é reconhecido diretamente nos capitais próprios ou noutros rendimentos integrais, em conformidade.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se invertem no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação de ativos financeiros classificados como FVTOCI, coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente noutro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na Demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionado com o imposto diferido for reconhecido na Demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

Estimativas contabilísticas críticas – Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. A análise da capacidade fiscal histórica inclui a determinação da existência de um período de lucros passados ou um historial de perdas recentes à data de relato. A determinação de um período de lucros passados ou histórico de perdas recentes baseia-se nos resultados antes de impostos ajustados para ter em conta diferenças permanentes e abrange normalmente os exercícios fiscais atuais e os dois anteriores. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais, à capacidade fiscal histórica ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração do valor contabilístico de um ativo por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A utilização de estimativas também é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e prevê perdas potenciais que podem resultar de posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento incerto, de acordo com a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento" e a IFRIC 23, "Incerteza quanto ao tratamento de impostos sobre o rendimento". Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

A Nota 34, "Impostos sobre o rendimento" contém mais informações sobre os impostos sobre o rendimento do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como goodwill. Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (goodwill negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (step acquisitions), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da Demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (additional paid-in capital – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador e não pode ter aprovações regulamentares substantivas pendentes. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de alienação e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os ativos e passivos financeiros que respeitam os critérios continuam a ser medidos de acordo com a IFRS 9. Os valores comparáveis não são representados quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como software (só sistemas operativos). Os ativos sob direito de uso são apresentados em conjunto com os ativos fixos tangíveis no balanço consolidado do Grupo. As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo

deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 25 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

Os ativos fixos tangíveis são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

Garantias financeiras emitidas

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas pela direção com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na Demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Garantias financeiras adquiridas

As garantias financeiras adquiridas resultam em reembolsos nos termos da IAS 37, na medida em que a garantia financeira é assumida para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida com modelos de negócio HTC ou HTC&S. Tal resulta no reconhecimento de um ativo de reembolso por aumentos subsequentes das perdas de crédito esperadas, na medida em que é praticamente certo que a garantia financeira adquirida irá reembolsar o Grupo pelas perdas incorridas. Assim, quando o risco de crédito do mutuário deteriorar significativamente, um ativo de reembolso é reconhecido igual às perdas de crédito esperadas ao longo da vida e é apresentado como Outros ativos no balanço consolidado do Grupo. O ganho de reembolso correspondente é reconhecido como uma redução na Provisão para perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados do Grupo.

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida atribuídos aos modelos de negócio HTC ou HTC&S podem também ser incorporadas em Obrigações garantidas por empréstimos (CLO) emitidas pelo Grupo. Essas garantias incorporadas não são contabilizadas separadamente como um ativo de reembolso e, em vez disso, contabilizadas como parte do passivo de CLO detido ao custo amortizado. O Grupo revê regularmente o seu pagamento de resgate contratual estimado (incluindo o benefício de tais garantias incorporadas) de CLO quando o risco de crédito de um mutuário coberto pela garantia financeira incorporada nas CLO se deteriora significativamente. A revisão baseia-se nas perdas de crédito esperadas ao longo da vida do instrumento de dívida (na medida abrangida pelas CLO).

As garantias financeiras adquiridas assumidas para atenuar a exposição ao crédito de instrumentos de dívida incluídos no modelo de negócio Outro são contabilizadas ao justo valor através de resultados.

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de terrenos e edifícios, na qualidade de locatário. Outras categorias são automóveis da empresa e equipamento técnico/informático.

No cálculo do valor atual dos pagamentos de locação, o Grupo utiliza a sua taxa de financiamento incremental na data de início da locação, uma vez que a taxa de juro implícita na locação não é prontamente determinável. Após a data de início, o montante dos passivos por locação é aumentado para refletir o acréscimo do juro e reduzida pelos pagamentos de locação efetuados. Além disso, o valor contabilístico dos passivos por locação são remensurados se existir uma modificação, uma alteração no prazo da locação ou uma alteração nos pagamentos da locação (por exemplo, alterações nos pagamentos futuros resultantes de uma alteração num índice ou taxa utilizado para determinar esses pagamentos de locação).

Os ativos sob direito de uso são objeto de uma avaliação de toda e qualquer indicação de imparidade à data de cada relatório trimestral. Se tal indicação existir, é necessário estimar o valor recuperável, que corresponde ao justo valor deduzido dos custos de alienação, e é registada uma imparidade sempre que o valor recuperável seja inferior ao valor escriturado. Uma vez que os ativos sob direito de uso não geram fluxos de caixa de forma independente para calcular o seu valor em utilização, o Grupo considera qualquer rendimento de sublocação que pudesse razoavelmente ser obtido. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

O Grupo apresenta ativos sob direito de uso em "Ativos fixos tangíveis" e passivos de locação em "Outros passivos".

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento da locação de curto prazo às suas locações de curto prazo, ou seja, as locações que tenham um prazo de locação de 12 meses ou menos a partir da data de início. Além disso, aplica a locação de ativos de baixo valor que dispensa o reconhecimento a locações de equipamento técnico/informático que seja considerado de baixo valor. Os pagamentos de locação sobre locações de curto prazo e locações de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesas numa base linear ao longo do prazo da locação.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - derivado baseado na informação universal de obrigações com origem em prestadores de dados e índices de terceiros e agências de notação - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 33, "Benefícios dos empregados" contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente

comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (yields) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modificação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Outros planos de remuneração diferida

Os custos de remuneração para outros planos de remuneração diferida são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou ao longo do período das tranches desses prémios entregues em tranches. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente. O montante reconhecido baseia-se no valor atual do montante que se espera que seja pago ao abrigo do respetivo plano e é remensurado em cada data de relato. Os custos de remuneração acumulados finais reconhecidos são iguais ao valor monetário ou ao justo valor dos respetivos instrumentos financeiros entregues.

Subsídios governamentais

O Grupo reconhece rendimentos de subsídios governamentais quando existe garantia razoável de que receberá o subsídio e irá cumprir as condições subjacentes ao subsídio. O benefício é reconhecido no período em que o subsídio se destina a compensar o Grupo pelos custos relacionados e é apresentado como uma redução das despesas relacionadas.

O Grupo considerou os benefícios iniciais que resultaram da contração de empréstimos ao abrigo do TLTRO III como uma convenção governamental de um empréstimo abaixo do mercado ao abrigo da IAS 20 e reconheceu os benefícios subsequentes de acordo com a IFRS 9. Desde 23 de novembro de 2022, todas as restantes operações TLTRO III estão indexadas à média das taxas de juro diretoras do BCE aplicáveis.

Para mais informações sobre o benefício reconhecido pelo Grupo do programa de refinanciamento TLTRO III, consulte a Nota 5 "Margem financeira e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Opções e contratos a prazo sobre ações ordinárias

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

Existem várias circunstâncias em que os saldos em caixa e seus equivalentes detidos por uma entidade não estão disponíveis para utilização pelo Grupo. Exemplos incluem saldos em caixa e seus equivalentes detidos por uma filial que opera num país onde se aplicam controlos cambiais ou outras restrições legais, de modo a que os saldos não estejam disponíveis para utilização geral pelo Grupo ou pelas suas filiais.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio (“abordagem de gestão”). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelos segmentos de linha de negócio Corporate Bank e Investment Bank e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é a dívida emitida pelo Tesouro, que é considerada permutável com outras fontes de financiamento. Todos os custos de financiamento são atribuídos a atividades empresariais para estabelecer a sua rentabilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

02 – Diretrizes contábilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contábilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contábilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2023 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 17 "Contratos de seguros"

Em 1 de janeiro de 2023, o Grupo adotou a IFRS 17, "Contratos de seguro", que estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos contratos de seguro no âmbito da norma. A IFRS 17 substituiu a IFRS 4, que concedeu às empresas dispensa de efetuar contabilidade para contratos de seguros utilizando as normas de contabilidade nacional, resultando numa multiplicidade de abordagens diferentes. A IFRS 17 resolve os problemas de comparação criados pela IFRS 4, solicitando que todos os contratos de seguros sejam contabilizados de forma coerente, beneficiando os investidores e as seguradoras. As obrigações de seguro serão contabilizadas utilizando valores correntes, ao invés do custo histórico. A informação será atualizada regularmente, facultando mais informação útil aos utilizadores de demonstrações financeiras. Com base nas atividades de negócio atuais do Grupo, a IFRS 17 não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Por conseguinte, o Grupo não fornece as divulgações relacionadas com a transição ao abrigo da IFRS 17.

Em 1 de janeiro de 2023, o Grupo também adotou alterações à IFRS 17 "Contratos de seguro" que (1) abordaram preocupações e desafios de implementação que foram identificados após a publicação da IFRS 17 em 2017 e (2) alterações de âmbito restrito aos requisitos de transição da IFRS 17 para entidades que aplicam pela primeira vez a IFRS 17 e a IFRS 9 ao mesmo tempo. Nenhuma destas alterações teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 12 "Impostos sobre o rendimento"

Em 1 de janeiro de 2023, o Grupo adotou as alterações à IAS 12 "Impostos sobre o rendimento". Estas alterações mudaram o tratamento fiscal diferido relacionado com ativos e passivos numa única transação de forma a introduzir uma isenção da isenção de reconhecimento inicial prevista na IAS 12.15(b) e IAS 12.24. Por conseguinte, a isenção de reconhecimento inicial não se aplica às transações em que tanto as diferenças temporárias dedutíveis como as temporárias tributáveis surjam no reconhecimento inicial e resultem no reconhecimento de ativos e passivos por impostos diferidos. Nenhuma destas alterações teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) emitiu regras globais contra a erosão da base tributável e a transferência de lucros (BEPS) no âmbito do quadro do Pilar 2. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações à IAS 12 "Impostos sobre o rendimento" para introduzir uma exceção temporária obrigatória à contabilização dos impostos diferidos decorrentes da aplicação das regras do modelo do Pilar 2 e dos requisitos de divulgação. A aplicação da exceção acima descrita teve de ser aplicada imediatamente, com os requisitos de divulgação a serem efetivos para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. A exceção temporária obrigatória foi aplicada, não tendo havido qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras"

Em 1 de janeiro de 2023, o Grupo adotou alterações à IAS 1 e à "Declaração de Prática 2 da IFRS", que se destinam a fornecer orientações para decidir quais os princípios contábilísticos a divulgar nas demonstrações financeiras. Consequentemente, uma entidade é agora obrigada a divulgar as suas políticas contábilísticas materiais em vez das suas políticas contábilísticas significativas. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contábilísticas

As seguintes diretrizes contábilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2023 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IFRS 16 "Locações"

Em setembro de 2022, o IASB emitiu emendas à IFRS 16 "Locações" que esclarecem como um vendedor/locatário mede subsequentemente as transações de venda e locação concomitante que satisfazem os requisitos da IFRS 15 a serem contabilizadas como uma venda. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras"

Em janeiro de 2020 e julho de 2020, o Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade emitiu alterações à IAS 1 "Apresentação de demonstrações financeiras": Classificação dos passivos como correntes ou não correntes". As alterações esclarecem que a classificação dos passivos como correntes ou não correntes deve basear-se em direitos existentes no final do período de relato. As alterações também esclarecem que a classificação não é afetada pelas expectativas quanto à questão de saber se uma entidade exercerá o seu direito de adiar a liquidação de um passivo e deixar claro que a liquidação se refere à transferência para a contraparte de numerário, instrumentos de capital, outros ativos ou serviços. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. As mesmas não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Em outubro de 2022, o IASB emitiu uma nova emenda à IAS 1 que modifica os requisitos acima descritos sobre a forma como uma entidade classifica a dívida e outros passivos financeiros como correntes ou não correntes em circunstâncias particulares. Consequentemente, esclarece que apenas os convênios com os quais uma entidade é obrigada a cumprir na ou antes da data de relato afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente. De acordo com as alterações anteriores, as novas estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações não produzirão um impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 21 "Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio"

Em agosto de 2023, o IASB emitiu "Falta de capacidade de câmbio (alterações à IAS 21)" que contém orientações para especificar quando uma moeda é passível de câmbio e como determinar a taxa de câmbio quando não o é. Exige também a divulgação de informação adicional quando uma moeda não é passível de câmbio. As alterações estão em vigor para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2025, sendo permitida a adoção antecipada. Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Estas alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

03 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais

Em 28 de abril de 2023, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo sobre uma oferta em numerário para a aquisição da Numis Corporation Plc ("Numis"). A Numis é uma empresa líder em corretagem e consultoria empresarial no Reino Unido, fornecendo aconselhamento estratégico e ligação ao mercado de capitais a mais de 170 clientes de corretagem empresarial, incluindo 64 clientes no FTSE 350, representando quase 20% do índice.

Em 13 de outubro de 2023, a aquisição foi concluída e o Deutsche Bank adquiriu uma participação de 100% na Numis por um preço de compra em dinheiro de € 460 million (GBP 397 million).

A intenção de adquirir a Numis tem por objetivo estabelecer uma posição proeminente na corretagem de empresas e na consultoria estratégica no Reino Unido, permitindo ao Deutsche Bank acelerar a sua estratégia *Global Hausbank*, ao conseguir um envolvimento muito mais profundo com os clientes empresariais no Reino Unido. A combinação da atividade de financiamento de empresas do Deutsche Bank no Reino Unido e na Irlanda com a Numis será conhecida sob a nova marca, Deutsche Numis.

Na sequência da aquisição da Numis, a determinação dos justos valores dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos identificáveis à data da aquisição foi finalizada no quarto trimestre de 2023, com os detalhes incluídos no quadro abaixo. O justo valor das contas a receber adquiridas corresponde às quantias contratuais brutas, todas elas relacionadas com atividades comerciais de curto prazo. Outros ativos intangíveis identificados na alocação do preço de compra incluem relações com clientes (€ 56 million) e nome comercial (€ 27 million). O goodwill de € 235 million identificado na alocação do preço de compra representa principalmente o benefício económico futuro esperado das sinergias e o valor do capital humano.

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	13 de outubro de 2023
Contrapartida em dinheiro transferida	460
Contraprestação total transferida	460
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos: ¹	
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	126
Títulos obtidos por empréstimo	10
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	44
Ativos fixos tangíveis	53
Outros ativos intangíveis	84
Todos os outros ativos	410
Total de ativos adquiridos	727
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14
Todos os outros passivos	488
Total de passivos assumidos	502
Total de ativos líquidos identificáveis	225
Goodwill	235
Total de ativos líquidos identificáveis e de goodwill adquirido	460

¹ Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos

O Deutsche Bank atribuiu o goodwill resultante da aquisição da Numis à unidade geradora de caixa (UGC) Investment Bank. Dada a avaliação da UGC Investment Bank, após a aquisição, o goodwill reconhecido para o Numis é considerado em imparidade e foi abatido no quarto trimestre de 2023 (ver também a Nota 23 Goodwill e outros ativos intangíveis).

Desde a data de aquisição, a Numis contribuiu com € 31 million de receitas e uma perda líquida de € 1 million após impostos para os resultados do Grupo. Se a aquisição tivesse sido efetuada no início do ano, as receitas do Grupo, incluindo a Numis, teriam sido de € 29.0 billion e o lucro após impostos teria sido de € 4.9 billion.

Durante 2022, o Grupo não realizou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

No terceiro trimestre de 2021, o Grupo tinha concluído a aquisição de 100% das ações da Better Payment Germany GmbH, um prestador de serviços de pagamentos em fase inicial com sede em Berlim. Através desta aquisição, o Grupo pretendia expandir a sua quota de mercado no processamento e aceitação de pagamentos. O justo valor do preço de compra pago pela aquisição consistiu em € 5 million em numerário e numa contraprestação de € 3 million dependente de um conjunto de KPI a serem alcançados nos 3 anos seguintes à aquisição. Como parte da alocação do preço de compra, o Grupo registou um goodwill de € 5 million atribuído à UGC Corporate Bank. Dado o valor da UGC Corporate Bank, o novo goodwill foi considerado em imparidade e imediatamente anulado em 2021.

Alienações

O Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/negócios durante 2023, 2022 e 2021. Estas alienações foram principalmente constituídas por atividades que o Grupo tinha anteriormente classificado como detidas para venda, incluindo a transferência da plataforma de investimento digital da DWS como parte da sua parceria com a BlackFin, e a venda da atividade de consultores financeiros italianos à Zurich Italy em 2022, bem como a transferência da plataforma Global Prime Finance & Electronic Equities para o BNP Paribas em 2021. Para mais pormenores, consultar a Nota 24 "Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda". A contraprestação total recebida por estas alienações (em numerário) em 2023, 2022 e 2021 foi de € 117 million (€ 99 million em numerário), € 488 million (€ 439 million em numerário) e € 34 million (€ 0 million em numerário), respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2023	2022	2021
Caixa e seus equivalentes	7	1.126	0
Todos os restantes ativos	105	659	3.507
Total do ativo alienado	113	1.785	3.507
Total do passivo alienado	213	1.676	8.102

04 – Segmentos de negócio e informação associada

As informações por segmentos do Deutsche Bank foram elaboradas de acordo com o método de gestão, que exige a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão interna da entidade, que são regularmente analisados pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais, ou seja, o Conselho de Administração do Deutsche Bank, a fim de avaliar o desempenho financeiro dos segmentos de negócio e afetar recursos aos segmentos de negócio.

Segmentos de negócio

A informação por segmentos do Deutsche Bank segue a estrutura organizacional refletida nos sistemas internos de informação de gestão do Grupo, que constituem a base para a avaliação do desempenho financeiro dos segmentos de negócio e para a afetação de recursos aos mesmos.

As operações de negócios do banco são organizadas segundo a estrutura divisional que engloba as divisões corporativas seguintes:

- Corporate Bank
- Investment Bank
- Private Bank
- Asset Management
- Corporate & Other

O Grupo é constituído pelos seguintes segmentos passíveis de relato: Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank, Asset Management e Corporate & Other.

O Corporate Bank relata receitas nas categorias Serviços de Tesouraria Empresarial, Serviços a Clientes Institucionais e Business Banking.

O Investment Bank relata receitas nas categorias Rendimento Fixo, Currency Sales & Trading e Geração e Consultoria, bem como outras.

O Private Bank relata receitas nas categorias Private Bank Alemanha e International Private Bank. No âmbito do International Private Bank, as receitas são registadas nas categorias Wealth Management & Bank for Entrepreneurs e Premium Banking. No final do ano de 2022, o International Private Bank concluiu materialmente a liquidação da maioria dos ativos e passivos herdados associados a Sal. Oppenheim. Não se espera que os restantes ativos ou passivos tenham impactos financeiros significativos no futuro e serão incluídos no curso normal do segmento de clientes Wealth Management & Bank for Entrepreneurs. A divulgação associada de "rubricas específicas de receitas" foi descontinuada no primeiro trimestre de 2023.

Asset Management relata receitas nas categorias Comissões de gestão, Comissões de desempenho e transação e Outras.

O segmento Corporate & Other inclui as receitas, os custos e os recursos detidos centralmente que não são atribuídos aos segmentos de negócio individuais, bem como diferenças de avaliação e momento que decorrem de derivados utilizados para garantir o saldo do Grupo. Estes são impactos contabilísticos, e espera-se que as perdas de avaliação sejam recuperadas ao longo do tempo, à medida que os instrumentos subjacentes se aproximam da maturidade. Além disso, a rubrica Corporate & Other contém os impactos financeiros das carteiras antigas, anteriormente registadas como Capital Release Unit.

Tal como anunciado no relatório anual de 2022, tendo cumprido o mandato de redução de riscos e de custos da Capital Release Unit de 2019 até ao final de 2022, a Capital Release Unit deixou de ser registada como um segmento separado com efeitos a partir do primeiro trimestre de 2023. A restante carteira, recursos e colaboradores são reportados no segmento Corporate & Other. Em consonância com a alteração, o Core Bank, que anteriormente representava o Grupo, excluindo a Capital Release Unit, deixou de ser registado a partir do primeiro trimestre de 2023.

Além disso, com base em decisões de gestão durante o período abrangido pelo relatório, foram introduzidas novas alterações de divisões.

As informações segmentais dos anos anteriores são apresentadas na estrutura atual.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada na secção "Resultados de operações dos segmentos" nesta nota. A informação prestada

sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos. O relatório de gestão interno do Grupo não considera separadamente passivos por segmentos ou custos de juros. Do mesmo modo, a depreciação e amortização, as despesas fiscais e outro rendimento integral não são apresentados em separado internamente, pelo que não são aqui divulgados.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS utilizados nos relatórios de gestão do Grupo representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição pelo justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (no Investment Bank) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como uma componente do lucro antes de impostos das unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em Corporate & Other) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

Os sistemas de reporte de gestão afetam a margem financeira externa do Grupo de acordo com o valor de financiamento consumido ou fornecido pelas atividades de cada segmento de negócio, em conformidade com o quadro interno de preços de transferência de fundos do banco. Para além disso, para reter a comparabilidade com aqueles concorrentes que possuem unidades legalmente independentes com financiamento através de capitais próprios, o Grupo afeta o benefício de juros notionais líquidos no seu capital consolidado, em linha com a proporção de cada segmento de capital próprio médio dos acionistas.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo.

Afetação do capital próprio médio dos acionistas

O capital próprio dos acionistas é totalmente atribuído aos segmentos do Grupo com base na procura de capital regulamentar de cada segmento. A procura de capital regulamentar reflete a contribuição conjugada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo. As contribuições em cada uma das três dimensões são ponderadas para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de CET1 e o rácio de alavancagem são medidos através dos ativos ponderados pelo risco e da exposição ao rácio de alavancagem. A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill e outros ativos intangíveis são diretamente atribuídos aos segmentos do Grupo a fim de permitir a determinação do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva rentabilidade. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são afetados mensalmente e a média é calculada trimestralmente e para o ano completo.

Alteração da metodologia de alocação da gestão de custos baseada em fatores

Tal como divulgado no Relatório Anual de 2022, o Grupo implementou as alocações de gestão de custos baseadas em fatores a partir do primeiro trimestre de 2023. A nova metodologia tem por objetivo proporcionar uma maior transparência sobre os fatores que determinam os custos da infraestrutura e associa mais estreitamente os custos ao consumo de serviços por segmentos. Esta alteração não afetou o rácio custo/rendimento e a rentabilidade do capital próprio tangível do Grupo, mas tem impacto por segmento de negócio. Por conseguinte, a informação de períodos anteriores é apresentada na estrutura atual, resultando num aumento das despesas não relacionadas com juros (diminuição correspondente do resultado antes de impostos) para o Corporate Bank de 276 milhões de euros, para o Investment Bank de 239 milhões de euros, para o Private Bank de 279 milhões de euros e para o Asset Management de 15 milhões de euros, com uma diminuição correspondente das despesas não relacionadas com juros (redução correspondente das perdas antes de impostos) para Corporate & Other de 809 milhões de euros para o ano completo de 2022.

Reserva Estratégica de Liquidez e Atribuição de Resultados

A partir do primeiro trimestre de 2022, foi aperfeiçoada a metodologia para a atribuição de resultados por divisão intra-anual da Reserva Estratégica de Liquidez. Como parte da introdução da nova metodologia, a volatilidade intra-anual dos resultados

é mantida centralmente na Corporate & Other, a fim de refletir melhor o desempenho subjacente das divisões de negócios. A implementação da nova metodologia não tem impacto nas receitas globais do grupo nem nas atribuições anuais de negócios, pelo que os resultados do ano inteiro para 2022 e 2021 não são afetados.

Títulos isentos de impostos dos EUA

A margem financeira como uma componente das receitas líquidas, resultados antes de imposto e rácios conexos é apresentado num equivalente plenamente tributável para os valores mobiliários isentos de imposto dos EUA do Investment Bank. Tal permite à administração a medir o desempenho dos valores mobiliários tributáveis e isentos de imposto numa base comparativa. Esta apresentação resultou num aumento da margem financeira do Investment Bank de 10 milhões de euros no exercício de 2023, 33 milhões de euros no exercício de 2022 e 40 milhões de euros no exercício de 2021. Este aumento é compensado nos números consolidados do Grupo através de uma reversão em Corporate & Other. A taxa de impostos utilizada para determinar o equivalente plenamente tributável da margem financeira, relativamente à maioria dos valores mobiliários isentos de imposto dos EUA, é de 21% em 2023, 2022 e 2021.

Reajustamento da infraestrutura de colaboradores a tempo inteiro

No terceiro trimestre de 2021, aproximadamente 9000 FTE passaram de Corporate & Other para os segmentos de negócio operacionais, impulsionados pela decisão do banco de que o Diretor de Operações deixaria de ser uma função separada do Conselho de Administração. Assim, partes relacionadas com o negócio do Diretor de Operações que apoiam o Investment Bank e o Corporate Bank, que anteriormente eram geridos em Infraestruturas, passaram para essas divisões. A informação financeira comparativa por segmentos é apresentada em conformidade. Esta alteração não resultou num impacto financeiro material a nível de segmento, uma vez que os custos são alocados pela C&O aos segmentos de negócio operacionais que estão a utilizar o serviço das respetivas funções de infraestrutura e, com esta alteração, os custos são diretamente incorridos pelas divisões em vez de serem imputados à Corporate & Other.

Resultados de operações dos segmentos

Os quadros seguintes apresentam os resultados dos segmentos de negócio do Grupo, incluindo a reconciliação do resultado operacional consolidado em conformidade com as IFRS.

	2023					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	7.716	9.160	9.575	2.383	45	28.879
Provisão para perdas de crédito	266	431	783	(1)	26	1.505
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.537	2.524	2.806	891	3.372	11.131
Despesas gerais e administrativas	2.934	4.136	4.742	934	(2.634)	10.112
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	0	0	0	233
Atividades de reestruturação	(4)	(3)	228	0	(1)	220
Despesas totais (excluindo juros)	4.466	6.890	7.777	1.825	738	21.695
Participações minoritárias	0	3	0	163	(166)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.984	1.836	1.015	396	(553)	5.678
Ativos (em mil milhões de euros)²	264	658	331	10	49	1.312
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	117	101	261	0	0	479
Adições a ativos não correntes	13	89	90	73	1.853	2.118
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	18	308	0	7	622
Capital próprio médio dos acionistas alocado	13.306	27.593	14.477	5.318	2.318	63.011
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	69	140	86	15	40	350
dos quais: RWA relativos ao risco operacional (em mil milhões de euros)	6	22	8	3	19	57
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	307	546	339	10	39	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	25.520	19.979	38.451	4.962	1.218	90.130
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ³	15,2%	3,8%	4,1%	4,9%	N/S	6,7%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ³	16,6%	4,0%	4,5%	11,3%	N/S	7,4%
Rácio custo/rendimento ⁴	57,9%	75,2%	81,2%	76,6%	N/S	75,1%
¹ inclui:						
Rendimento de juros líquido	5.113	3.013	6.160	(124)	(560)	13.602
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	(6)	(70)	(5)	42	2	(38)
² inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	91	413	84	420	5	1.013

N/S – Não significativo

³ A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 14% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

	2022					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	6.337	10.016	9.153	2.608	(904)	27.210
Provisão para perdas de crédito	335	319	583	(2)	(9)	1.226
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.422	2.376	2.785	899	3.231	10.712
Despesas gerais e administrativas	2.786	4.075	4.176	883	(2.192)	9.728
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	68
Atividades de reestruturação	(19)	15	(113)	0	(2)	(118)
Despesas totais (excluindo juros)	4.188	6.466	6.848	1.850	1.037	20.390
Participações minoritárias	0	15	0	174	(190)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.814	3.217	1.722	584	(1.743)	5.594
Ativos (em mil milhões de euros)²	258	677	333	10	60	1.337
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	122	103	265	0	(1)	489
Adições a ativos não correntes	3	4	177	41	2.267	2.494
Depósitos (em mil milhões de euros)	289	16	317	0	(1)	621
Capital próprio médio dos acionistas alocado	12.015	26.036	13.557	5.395	2.991	59.994
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	74	139	88	13	46	360
dos quais: RWA relativos ao risco operacional (em mil milhões de euros)	5	23	8	3	19	58
Exposição de alavancagem (em mil milhões de euros)	321	530	344	9	36	1.240
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	22.161	18.420	37.716	4.778	1.856	84.930
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ³	10,0%	8,0%	8,3%	7,4%	N/S	8,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ³	10,9%	8,4%	9,0%	17,1%	N/S	9,4%
Rácio custo/rendimento ⁴	66,1%	64,6%	74,8%	71,0%	N/S	74,9%
¹ inclui:						
Rendimento de juros líquido	3.628	3.467	5.223	(65)	1.398	13.650
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	4	50	27	66	6	152
² inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	90	501	99	415	20	1.124

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

³ A rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de (1)% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para a rentabilidade após impostos do capital próprio médio e do capital próprio médio tangível dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditadas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

	2021					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Manage- ment	Corporate & Other	Total consolidado
Receitas líquidas¹	5.153	9.631	8.233	2.708	(314)	25.410
Provisão para perdas de crédito	(3)	104	446	5	(36)	515
Gastos operacionais (excl. juros)						
Remunerações e benefícios	1.447	2.197	2.808	822	3.145	10.418
Despesas gerais e administrativas	3.053	3.843	4.939	846	(1.862)	10.821
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	5
Atividades de reestruturação	42	47	173	2	(2)	261
Despesas totais (excluindo juros)	4.547	6.087	7.920	1.670	1.281	21.505
Participações minoritárias	0	(17)	0	223	(206)	0
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	609	3.458	(133)	809	(1.353)	3.390
Ativos (em mil milhões de euros)²	246	616	310	10	141	1.324
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros)	122	93	254	0	6	476
Adições a ativos não correntes	17	6	149	32	1.733	1.939
Depósitos (em mil milhões de euros)	270	13	313	0	7	604
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.101	25.281	13.041	5.128	1.883	56.434
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros)	65	141	85	14	46	352
dos quais: RWA relativos ao risco operacional (em mil milhões de euros)	6	25	8	3	20	62
Exposição ao efeito de alavancagem (fully loaded, em mil milhões de euros) ³	300	530	321	11	62	1.125
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20.560	16.927	37.458	4.514	3.510	82.969
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3,2%	9,0%	(1,5)%	11,0%	N/S	3,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3,5%	9,4%	(1,7)%	25,8%	N/S	3,8%
Rácio custo/rendimento ⁵	88,2%	63,2%	96,2%	61,7%	N/S	84,6%
¹ inclui:						
Rendimento de juros líquido	2.605	3.332	4.601	(5)	622	11.155
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	3	(34)	40	81	9	98
² inclui:						
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	72	462	180	349	29	1.091

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

³ A exposição ao rácio de alavancagem é calculada de acordo com o CRR, tal como aplicável à data do relatório; a partir de 30 de setembro de 2020, o Grupo foi autorizado a excluir certas exposições baseadas em euros face a bancos centrais da zona Euro da exposição ao rácio de alavancagem, com base nas Decisões do BCE (UE) 2020/1306 e UE 2021/1074; esta exclusão aplicou-se até 31 de março de 2022; as exposições à alavancagem por segmentos são apresentadas sem essa exclusão

⁴ A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio ao nível do Grupo reflete a taxa de imposto efetiva comunicada para o Grupo, que foi de 26% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; para a rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio e do capital próprio médio dos segmentos, a taxa de imposto efetiva do Grupo foi ajustada para excluir o impacto das diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, pelo que as taxas de imposto por segmento foram de 28% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não-auditas): Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

⁵ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

Corporate Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Serviços de Tesouraria Empresarial	4.366	3.821	3.072	545	14	749	24
Serviços de Clientes Institucionais	1.906	1.587	1.299	319	20	287	22
Banca para empresas	1.445	930	781	515	55	148	19
Total de receitas líquidas	7.716	6.337	5.153	1.379	22	1.185	23
Dos quais:							
Rendimento de juros líquido	5.113	3.628	2.605	1.485	41	1.022	39
Rendimentos de serviços e comissões	2.328	2.356	2.204	(28)	(1)	151	7
Rendimentos restantes	275	354	343	(79)	(22)	11	3
Provisão para perdas de crédito	266	335	(3)	(68)	(20)	338	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	1.537	1.422	1.447	115	8	(26)	(2)
Despesas gerais e administrativas	2.934	2.786	3.053	148	5	(267)	(9)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	5	0	N/S	(5)	N/S
Atividades de reestruturação	(4)	(19)	42	15	(77)	(61)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	4.466	4.188	4.547	278	7	(358)	(8)
Participações minoritárias	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.984	1.814	609	1.169	64	1.205	198
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ¹	7.859	7.444	7.441	415	6	3	0
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	7.853	6.508	5.838	1.345	21	670	11
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	9.808	8.209	7.282	1.599	19	927	13
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	25.520	22.161	20.560	3.359	15	1.600	8
Total de ativos (em mil milhões de euros) ^{1,2}	264	258	246	6	2	12	5
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	69	74	65	(5)	(7)	9	14
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ¹	6	5	6	0	5	(0)	(5)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	307	321	300	(14)	(4)	21	7
Depósitos (em mil milhões de euros) ¹	289	289	270	1	0	18	7
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ¹	117	122	122	(5)	(4)	(1)	(1)
Rácio custo/rendimento ³	57,9%	66,1%	88,2%	N/S	(8,2) pp	N/S	(22,1) pp
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	15,2%	10,0%	3,2%	N/S	5,2ppt	N/S	6,8ppt
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	16,6%	10,9%	3,5%	N/S	5,7ppt	N/S	7,4ppt

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos do segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁴ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2023, 2022 e 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Investment Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Fixed Income, Currency (FIC) Sales & Trading	7.974	8.935	7.063	(961)	(11)	1.871	26
Geração de dívida	843	412	1.573	431	105	(1.161)	(74)
Geração de ações	102	101	544	1	1	(443)	(81)
Consultoria	301	485	491	(184)	(38)	(6)	(1)
Geração e consultoria	1.246	998	2.608	249	25	(1.610)	(62)
Outros	(60)	84	(40)	(144)	N/S	124	N/S
Total de receitas líquidas	9.160	10.016	9.631	(856)	(9)	385	4
Provisão para perdas de crédito	431	319	104	112	35	215	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	2.524	2.376	2.197	149	6	179	8
Despesas gerais e administrativas	4.136	4.075	3.843	61	1	232	6
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	233	0	0	233	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(3)	15	47	(18)	N/S	(32)	(68)
Despesas totais (excluindo juros)	6.890	6.466	6.087	424	7	379	6
Participações minoritárias	3	15	(17)	(12)	(79)	32	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.836	3.217	3.458	(1.381)	(43)	(241)	(7)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ¹	4.940	4.334	4.212	606	14	122	3
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	3.050	3.298	2.928	(248)	(8)	370	13
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	11.989	10.788	9.787	1.201	11	1.001	10
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	19.979	18.420	16.927	1.559	8	1.493	9
Total de ativos (em mil milhões de euros) ^{1,2}	658	677	616	(18)	(3)	61	10
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	140	139	141	0	0	(1)	(1)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ¹	22	23	25	(2)	(7)	(2)	(7)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	546	530	530	17	3	(1)	(0)
Depósitos (em mil milhões de euros) ¹	18	16	13	1	9	4	28
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ¹	101	103	93	(2)	(2)	10	11
Rácio custo/rendimento ³	75,2%	64,6%	63,2%	N/S	10,7ppt	N/S	1,4ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁴	3,8%	8,0%	9,0%	N/S	(4,2) pp	N/S	(1,0) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁴	4,0%	8,4%	9,4%	N/S	(4,3) pp	N/S	(1,1) pp

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁴ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2023, 2022 e 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Private Bank

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas:							
Private Bank Alemanha	6.070	5.325	5.006	745	14	319	6
International Private Bank	3.505	3.828	3.226	(322)	(8)	601	19
Premium Banking	986	942	934	44	5	8	1
Wealth Management & Bank for Entrepreneurs	2.520	2.886	2.292	(366)	(13)	593	26
Total de receitas líquidas	9.575	9.153	8.233	422	5	920	11
dos quais:							
Rendimento de juros líquido	6.160	5.223	4.601	937	18	622	14
Rendimentos de serviços e comissões	2.852	3.155	3.206	(303)	(10)	(51)	(2)
Rendimentos restantes	563	775	426	(212)	(27)	349	82
Provisão para perdas de crédito	783	583	446	201	34	137	31
Gastos operacionais (excl. juros):							
Remunerações e benefícios	2.806	2.785	2.808	21	1	(22)	(1)
Despesas gerais e administrativas	4.742	4.176	4.939	566	14	(764)	(15)
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	228	(113)	173	341	N/S	(285)	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	7.777	6.848	7.920	929	14	(1.072)	(14)
Participações minoritárias	0	0	0	(0)	(12)	0	N/S
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.015	1.722	(133)	(707)	(41)	1.855	N/S
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ¹	20.599	21.092	21.973	(492)	(2)	(881)	(4)
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	5.637	5.816	6.060	(179)	(3)	(243)	(4)
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	12.215	10.808	9.426	1.407	13	1.382	15
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	38.451	37.716	37.458	735	2	258	1
Total de ativos (em mil milhões de euros)^{1,2}	331	333	310	(2)	(1)	22	7
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	86	88	85	(1)	(2)	2	3
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ¹	8	8	8	0	0	0	1
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	339	344	321	(6)	(2)	24	7
Depósitos (em mil milhões de euros) ¹	308	317	313	(10)	(3)	4	1
Empréstimos (bruto da dedução para perdas com empréstimos, em mil milhões de euros) ¹	261	265	254	(4)	(1)	10	4
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) ³	559	518	554	40	8	(36)	(6)
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	29	30	30	(1)	(4)	(0)	(1)
Rácio custo/rendimento ⁴	81,2%	74,8%	96,2%	N/S	6,4ppt	N/S	(21,4) pp
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁵	4,1%	8,3%	(1,5)%	N/S	(4,2) pp	N/S	9,8ppt
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁵	4,5%	9,0%	(1,7)%	N/S	(4,6) pp	N/S	10,7ppt

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ O Grupo define os ativos sob gestão como (a) os ativos detidos em nome dos clientes para fins de investimento e/ou (b) os ativos dos clientes que são geridos pelo banco; os ativos sob gestão são geridos numa base discricionária ou de aconselhamento, ou estes ativos são depositados no banco; os depósitos são considerados ativos sob gestão se servirem para fins de investimento; no Private Bank Alemanha e no Premium Banking, isto inclui os depósitos a prazo e os depósitos de poupança; no Wealth Management & Bank for Entrepreneurs, parte-se do princípio de que todos os depósitos dos clientes são detidos no banco principalmente para fins de investimento; nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento que se qualificam como ativos sob gestão e que são geridos pela DWS, estes são reportados como ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁵ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2023, 2022 e 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Asset Management

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas							
Comissões de gestão	2.314	2.458	2.370	(143)	(6)	88	4
Comissões de desempenho e transação	128	125	212	2	2	(86)	(41)
Outros	(59)	24	126	(84)	N/S	(102)	(81)
Total de receitas líquidas	2.383	2.608	2.708	(225)	(9)	(100)	(4)
Provisão para perdas de crédito	(1)	(2)	5	1	(50)	(6)	N/S
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	891	899	822	(8)	(1)	77	9
Despesas gerais e administrativas	934	883	846	50	6	37	4
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	68	0	(68)	N/S	68	N/S
Atividades de reestruturação	0	0	2	(0)	(15)	(2)	(95)
Despesas totais (excluindo juros)	1.825	1.850	1.670	(26)	(1)	180	11
Participações minoritárias	163	174	223	(12)	(7)	(49)	(22)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	396	584	809	(188)	(32)	(225)	(28)
Colaboradores (front office, equivalente a tempo inteiro) ¹	2.023	2.024	1.913	(2)	(0)	111	6
Colaboradores (operações alinhadas com o negócio, equivalente a tempo inteiro) ¹	2.363	2.258	2.159	105	5	100	5
Colaboradores (infraestrutura central atribuída, equivalente a tempo inteiro) ¹	576	495	442	81	16	53	12
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	4.962	4.778	4.514	185	4	264	6
Total de ativos (em mil milhões de euros) ^{1,2}	10	10	10	0	2	(0)	(2)
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	15	13	14	2	18	(2)	(11)
dos quais: ativos ponderados pelo risco operacional (em mil milhões de euros) ¹	3	3	3	0	2	0	2
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	10	9	11	0	3	(1)	(11)
Ativos sob gestão (em mil milhões de euros) ³	896	821	928	75	9	(106)	(11)
Fluxos líquidos (em mil milhões de euros)	28	(20)	48	48	N/S	(68)	N/S
Rácio custo/rendimento ⁴	76,6%	71,0%	61,7%	N/S	5,6ppt	N/S	9,3ppt
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos) ⁵	4,9%	7,4%	11,0%	N/S	(2,5) pp	N/S	(3,6) pp
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) ⁵	11,3%	17,1%	25,8%	N/S	(5,9) pp	N/S	(8,7) pp

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

² Os ativos por segmento são apresentados numa base consolidada, ou seja, os montantes não incluem saldos intersegmentos

³ O Grupo define os ativos sob gestão como (a) os ativos detidos em nome dos clientes para fins de investimento e/ou (b) os ativos dos clientes que são geridos pelo banco; os ativos sob gestão são geridos numa base discricionária ou de aconselhamento, ou estes ativos são depositados no banco; os depósitos são considerados ativos sob gestão se servirem para fins de investimento; no Private Bank Alemanha e no Premium Banking, isto inclui os depósitos a prazo e os depósitos de poupança; no Wealth Management & Bank for Entrepreneurs, parte-se do princípio de que todos os depósitos dos clientes são detidos no banco principalmente para fins de investimento; nos casos em que o Private Bank distribui produtos de investimento que se qualificam como ativos sob gestão e que são geridos pela DWS, estes são reportados como ativos sob gestão para o Private Bank e para Asset Management (DWS), uma vez que se trata de dois serviços qualificados distintos e independentes

⁴ Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros

⁵ Para a rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas e o capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 28% para os exercícios de 2023, 2022 e 2021; para mais informações, consulte "Informações adicionais (não auditadas)": Medidas financeiras não-GAAP" deste relatório

Corporate & Other

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Receitas líquidas	45	(904)	(314)	949	N/S	(590)	188
Provisão para perdas de crédito	26	(9)	(36)	35	N/S	27	(76)
Gastos operacionais (excl. juros)							
Remunerações e benefícios	3.372	3.231	3.145	141	4	86	3
Despesas gerais e administrativas	(2.634)	(2.192)	(1.862)	(441)	20	(331)	18
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	(1)	(2)	(2)	1	(40)	0	(22)
Despesas totais (excluindo juros)	738	1.037	1.281	(299)	(29)	(244)	(19)
Participações minoritárias	(166)	(190)	(206)	24	(12)	16	(8)
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	(553)	(1.743)	(1.353)	1.190	(68)	(389)	29
Colaboradores (C&O, líquidos, equivalentes a tempo inteiro)¹	1.218	1.856	3.510	(638)	(34)	(1.654)	(47)
Colaboradores (infraestrutura central atribuída às empresas, equivalente a tempo inteiro) ¹	34.588	30.300	26.937	4.288	14	3.363	12
Total de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)¹	35.806	32.156	30.447	3.650	11	1.709	6
Ativos ponderados pelo risco (em mil milhões de euros) ¹	40	46	46	(6)	(13)	(0)	(0)
Exposição ao efeito de alavancagem (em mil milhões de euros) ¹	39	36	62	3	7	(25)	(41)

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ No final do ano

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais informações sobre as componentes das receitas líquidas, ver "Relatório de gestão": Análise operacional e financeira: Resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes da provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respetivamente. A informação apresentada para o Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para Corporate & Other são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por Corporate & Other é detida centralmente.

em milhões de euros	2023	2022	2021
Alemanha:			
Corporate Bank	4.223	3.166	2.595
Investment Bank	573	587	450
Private Bank	6.570	5.876	5.479
Asset Management	1.211	1.266	1.385
Total da Alemanha	12.577	10.895	9.909
Reino Unido:			
Corporate Bank	192	143	144
Investment Bank	3.503	4.343	3.642
Private Bank	54	3	(2)
Asset Management	350	356	336
Total do Reino Unido	4.099	4.844	4.120
Resto da Europa, Médio Oriente e África:			
Corporate Bank	1.303	1.162	900
Investment Bank	460	383	255
Private Bank	1.987	2.191	1.783
Asset Management	274	275	286
Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África	4.024	4.011	3.223
Américas (principalmente Estados Unidos):			
Corporate Bank	1.010	974	750
Investment Bank	3.042	3.033	3.904
Private Bank	462	466	364
Asset Management	432	580	537
Total das Américas	4.945	5.053	5.555
Ásia e Pacífico:			
Corporate Bank	988	892	764
Investment Bank	1.583	1.671	1.381
Private Bank	503	617	608
Asset Management	115	131	163
Total de Ásia e Pacífico	3.188	3.311	2.917
Corporate & Other	45	(904)	(314)
Proveitos líquidos consolidados¹	28.879	27.210	25.410

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões); os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos; a localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação; o local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

05 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2023	2022	2021
Juros e rendimentos similares:			
Rendimento de juros em caixa e saldos do banco central	7.048	1.936	160
Rendimento de juros em saldos interbancários (sem bancos centrais)	607	352	67
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	1.069	504	273
Empréstimos	22.559	14.088	10.477
Outros	2.103	1.969	1.747
Total de juros e rendimentos similares de ativos medidos ao custo amortizado	33.385	18.849	12.724
Rendimento de juros sobre ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	1.097	798	501
Total de juros e rendimentos similares calculados segundo o método da taxa de juro efetiva	34.482	19.647	13.225
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	9.592	4.652	3.374
Total de juros e rendimentos similares	44.074	24.299	16.599
Dos quais: custos de juros negativos sobre passivos financeiros	76	959	1.217
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados	13.706	3.902	1.244
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	388	304	148
Outros empréstimos a curto prazo	310	111	71
Dívida a longo prazo	6.154	2.409	1.484
Títulos fiduciários preferenciais	16	13	3
Outros	2.848	1.119	876
Total de gasto de juros medidos pelo custo amortizado	23.422	7.858	3.825
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7.051	2.791	1.619
Total de gasto de juros	30.472	10.649	5.444
Dos quais: rendimentos de juros negativos sobre ativos financeiros	81	461	786
Rendimento de juros líquido	13.602	13.650	11.155

Impacto das operações de refinanciamento de prazo alargado direcionadas (programa TLTRO III) do BCE

O Conselho do BCE decidiu sobre uma série de alterações aos termos e condições do seu programa de financiamento TLTRO III, com início no segundo trimestre de 2020, a fim de apoiar o financiamento do crédito às famílias e às empresas e a perturbação económica devida à COVID-19. O Grupo considera os benefícios iniciais que resultam da contração de empréstimos ao abrigo do TLTRO III como uma convenção governamental de um empréstimo abaixo do mercado ao abrigo da IAS 20 e reconhece os benefícios subsequentes de acordo com a IFRS 9. A atual taxa de juro de todas as restantes operações TLTRO III está indexada à média das taxas de juro direcionadas do BCE aplicáveis a partir de 23 de novembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo contraiu um empréstimo de 15,0 mil milhões de euros (31 de dezembro de 2022: 33,7 mil milhões de euros) ao abrigo do programa de refinanciamento TLTRO III. A receita (despesa) líquida de juros resultante inclui (741) milhões de euros para os doze meses findos em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 211 mil milhões de euros) ao abrigo do programa TLTRO III.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2023	2022	2021
Rendimentos de negociação:			
FIC Sales and Trading	5.117	5.353	2.780
Outros rendimentos de negociação (perdas)	(239)	(2.571)	(921)
Total de rendimentos de negociação (perdas)	4.878	2.782	1.859
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:			
Discriminação por categoria de ativos financeiros:			
Títulos de dívida	89	(43)	95
Títulos de capital	(10)	47	812
Créditos e compromissos de crédito	112	(5)	18
Depósitos	(5)	14	2
Outros ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	31	(73)	180
Total de resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:	217	(61)	1.106
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Créditos e compromissos de crédito	12	(2)	11
Depósitos	(0)	4	5
Dívida a longo prazo	(180)	265	48
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	20	11	15
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(148)	277	79
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.947	2.999	3.045

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2023	2022	2021
Rendimento de juros líquido	13.602	13.650	11.155
Rendimentos de negociação (perdas) ¹	4.878	2.782	1.859
Resultados líquidos de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	217	(61)	1.106
Resultados de ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(148)	277	79
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.947	2.999	3.045
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados²	18.549	16.649	14.200
Serviços de Tesouraria Empresarial	2.902	2.451	1.772
Serviços de Clientes Institucionais	957	572	328
Banca para empresas	1.205	697	566
Corporate Bank	5.065	3.720	2.666
FIC Sales & Trading	8.123	8.697	6.918
Restantes produtos	(21)	(432)	(27)
Investment Bank	8.102	8.265	6.891
Private Bank Alemanha	4.156	4.619	3.114
International Private Bank	2.226	1.993	1.733
Private Bank	6.382	6.612	4.847
Asset Management	(11)	(250)	246
Corporate & Other	(988)	(1.698)	(450)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	18.549	16.649	14.200

¹ Os rendimentos de negociação (perda) incluem os resultados de derivados não qualificados para contabilidade de cobertura

² Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre margem financeira ou os resultados de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. A tabela acima combina o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão.

06 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2023	2022	2021
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões	11.657	12.512	13.730
Encargos com serviços e comissões	2.452	2.675	2.796
Resultado líquido de serviços e comissões	9.206	9.838	10.934

Desagregação de proveitos por tipo de produto e segmento de negócio

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 de dezembro de 2023					
	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	204	55	247	11	(2)	515
Comissões de ativos geridos	18	0	362	3.527	(0)	3.907
Comissões de outros títulos	461	0	37	1	1	499
Comissões de subscrição e consultoria	43	1.093	16	0	4	1.156
Comissões de corretagem	19	280	971	33	(20)	1.282
Comissões de pagamentos locais	488	0	995	0	1	1.484
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	475	27	22	0	(27)	497
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	6	0	4	0	(0)	10
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	646	329	230	0	1	1.207
Comissões intermediárias	28	3	364	0	10	405
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	248	290	41	117	0	695
Rendimento total de serviços e comissões	2.635	2.078	3.288	3.689	(33)	11.657
Despesa bruta						(2.452)
Serviços e comissões líquidas						9.206

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 de dezembro de 2022					
	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	218	33	254	17	(3)	520
Comissões de ativos geridos	18	1	363	3.642	(0)	4.024
Comissões de outros títulos	512	(0)	47	0	0	559
Comissões de subscrição e consultoria	35	1.373	12	0	(52)	1.368
Comissões de corretagem	19	253	1.164	65	(1)	1.501
Comissões de pagamentos locais	479	3	1.006	0	8	1.497
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	466	33	62	0	(5)	556
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	15	0	5	0	(0)	19
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	618	298	292	0	5	1.213
Comissões intermediárias	23	2	523	0	13	562
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	282	277	10	122	4	695
Rendimento total de serviços e comissões	2.684	2.273	3.739	3.847	(30)	12.512
Despesa bruta						(2.675)
Serviços e comissões líquidas						9.838

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

	31 de dezembro de 2021					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Principal tipo de serviços:						
Comissões de administração	231	27	259	21	2	539
Comissões de ativos geridos	16	1	369	3.570	(0)	3.956
Comissões de outros títulos	423	(0)	43	1	0	467
Comissões de subscrição e consultoria	35	2.258	12	0	(42)	2.264
Comissões de corretagem	22	246	1.302	96	118	1.784
Comissões de pagamentos locais	441	4	864	0	10	1.320
Comissões de negócios comerciais estrangeiros	456	23	95	0	(2)	572
Comissões de negócios de troca/divisa estrangeira	11	0	5	0	(0)	16
Comissões de processamento de empréstimos e garantias	564	279	305	0	10	1.157
Comissões intermediárias	12	3	617	0	12	644
Comissões por outros serviços ao cliente diversos	282	562	40	121	6	1.011
Rendimento total de serviços e comissões	2.494	3.403	3.910	3.809	114	13.730
Despesa bruta						(2.796)
Serviços e comissões líquidas						10.934

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Os proventos são reconhecidos quando as obrigações de desempenho são cumpridas. A obrigação de desempenho é satisfeita pelo desempenho do fundo que exceda uma “hurdle rate” (uma rentabilidade anual mínima acordada fornecida aos investidores). Em 31 de dezembro de 2023, existiam obrigações de desempenho a cumprir no valor de € 225 million com um intervalo de tempo de três anos de 2025 a 2027 (em 31 de dezembro de 2022, € 267 million com um intervalo de tempo de três anos de 2024 a 2026) de fundos alternativos. A diminuição das obrigações de desempenho a cumprir deveu-se principalmente à diminuição das avaliações imobiliárias devido às condições de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo do Grupo a receber de comissões e honorários era de € 903 million e € 798 million, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o saldo dos passivos contratuais do Grupo associados às receitas de comissões e honorários era de € 90 million e € 63 million, respetivamente. As responsabilidades contratuais são decorrentes da obrigação do Grupo de oferecer serviços futuros a um cliente para o qual recebeu contrapartida do cliente antes da conclusão dos serviços. Os saldos de valores a receber e de responsabilidades contratuais não variam significativamente entre períodos, refletindo o facto de estarem predominantemente relacionados com contratos de serviços recorrentes com períodos de serviço de menos de um ano, tais como serviços de contas correntes mensais e serviços de Asset Management trimestrais. Consequentemente, os saldos das responsabilidades contratuais do período anterior são geralmente reconhecidos em receitas no período subsequente. O pagamento dos clientes em troca dos serviços prestados está normalmente sujeito ao desempenho do Grupo ao longo de um período de serviço específico, de modo a que o direito ao pagamento do Grupo surge no final do período de serviço quando as suas obrigações de desempenho são concluídas na íntegra. Como tal, não é relatado nenhum saldo material de ativos contratuais.

07 – Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado

Durante os doze meses findos em 31 de dezembro de 2023, o Grupo vendeu ativos financeiros mensurados ao custo amortizado de € 559 million (31 de dezembro de 2022: € 473 million e 31 de dezembro de 2021: € 539 million). As vendas referiam-se principalmente a uma carteira Hold to Collect (HTC) no Corporate Bank, Corporate & Others e Investment Bank.

O quadro abaixo apresenta os resultados decorrentes do desreconhecimento destes títulos.

em milhões de euros	2023	2022	2021
Ganhos	5	11	15
Perdas	(101)	(13)	(15)
Resultados líquidos do desreconhecimento de ativos financeiros medidos pelo custo amortizado	(96)	(2)	1

08 – Outro resultado (perdas)

em milhões de euros	2023	2022	2021
Outro resultado:			
Prêmios de seguros	4	3	3
Resultados líquidos de relações de cobertura elegíveis para contabilidade de cobertura	1.206	(151)	124
Outros rendimentos (perdas) restantes ¹	48	937	(185)
Total de outro resultado	1.259	789	(58)

¹ Inclui resultados líquidos de € 41 million, € 404 million e € 10 million para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente, relacionados com ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

09 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2023	2022	2021
Despesas gerais e administrativas:			
Tecnologias de informação	3.755	3.680	4.321
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	1.478	1.429	1.727
Regulamentares, impostos e seguros ¹	1.399	1.285	1.395
Serviços profissionais	899	858	924
Serviços bancários e operações subcontratados	964	881	946
Serviços de dados de mercado e investigação	374	378	347
Despesas de deslocação	143	110	46
Despesas de <i>marketing</i>	203	165	178
Outras despesas ²	899	943	938
Despesas totais gerais e administrativas	10.112	9.728	10.821

¹ Inclui taxas bancárias no valor de € 528 million em 2023, € 762 million em 2022 e € 553 million em 2021

² Inclui despesas relacionadas com litígios no valor de € 311 million em 2023, € 413 million em 2022 e € 466 million em 2021; ver Nota 27 "Provisões", para mais detalhes sobre litígios

10 – Reestruturação

Em 2023, a reestruturação é principalmente impulsionada pela implementação da agenda estratégica Global Hausbank do Grupo. O Grupo definiu e está a implementar medidas de eficiência que visam contribuir para atingir os objetivos do banco para 2025. A reestruturação em períodos anteriores refere-se a medidas no âmbito da anterior estratégia "Competir para vencer", que o banco continua a implementar.

Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

Custos líquidos de reestruturação por divisão

em milhões de euros	2023	2022	2021
Corporate Bank	(4)	(19)	42
Investment Bank	(3)	15	47
Private Bank	228	(113)	173
Asset Management	0	0	2
Corporate & Other	(1)	(2)	(2)
Total de encargos líquidos de reestruturação	220	(118)	261

Reestruturação líquida por tipo

em milhões de euros	2023	2022	2021
Reestruturação – Relativo aos colaboradores	178	(117)	241
dos quais:			
Benefícios por cessação do vínculo laboral	176	(132)	224
Aceleração de retenção	1	15	16
Segurança social	1	0	1
Reestruturação – Não relativo aos colaboradores	42	(1)	21
Total de encargos líquidos de reestruturação	220	(118)	261

As provisões para reestruturação ascendiam a € 333 million, € 248 million e € 582 million em 31 de dezembro de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, respetivamente. Espera-se que a maioria das provisões atuais para a reestruturação seja utilizada nos dois anos seguintes.

Durante 2023, 476 os postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro foram reduzido através da reestruturação (2022: 903 e 2021: 1,362).

Alterações organizacionais

Colaboradores equivalentes a tempo inteiro	2023	2022	2021
Corporate Bank	29	113	228
Investment Bank	9	54	149
Private Bank	377	594	776
Asset Management	0	1	10
Infraestrutura	61	141	199
Total de colaboradores equivalentes a tempo inteiro	476	903	1.362

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2023	2022	2021
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	4.772	5.525	2.365
Cupões pagos sobre componentes de capital adicionais	(498)	(479)	(363)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	4.274	5.046	2.002
Efeito de títulos diluidores	0	0	0
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	4.274	5.046	2.002
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	2.064,1	2.084,9	2.096,5
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para colaboradores	0,0	0,0	0,0
Ações diferidas	39,9	40,7	46,6
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	0,0	0,0	0,0
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	2.104,0	2.125,6	2.143,2

Resultados por ação

em euros	2023	2022	2021
Resultados por ação básicos	2,07	2,42	0,96
Resultados por ação diluídos	2,03	2,37	0,93

Não havia instrumentos em aberto que pudessem potencialmente diluir os resultados por ação básicos e não estão incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos em 31 de dezembro de 2023.

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	115.832	84.012
Outros ativos detidos para negociação ¹	9.443	8.855
Total de ativos detidos para negociação	125.275	92.867
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	251.856	299.686
Total de ativos financeiros classificados como detidos para negociação	377.131	392.553
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados:		
Títulos comprados com acordos de revenda	65.937	63.855
Títulos obtidos por empréstimo	13.036	17.414
Empréstimos	812	1.037
Outros ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de resultados	8.261	7.348
Total de ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados	88.047	89.654
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Empréstimos	75	168
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	75	168
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	465.252	482.376

¹ Inclui empréstimos negociados no valor de € 8.2 billion e € 8.0 billion em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Passivos financeiros classificados como detidos para negociação:		
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	43.114	49.860
Outros passivos detidos para negociação	890	756
Total de passivos detidos para negociação	44.005	50.616
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	238.260	282.353
Total de passivos financeiros classificados como detidos para negociação	282.264	332.969
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	72.377	48.517
Compromissos de crédito	5	12
Dívida a longo prazo	10.709	5.250
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	636	856
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	83.727	54.634
Passivos por contratos de investimento	484	469
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	366.475	388.072

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados era de € 75 million e € 168 million em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do crédito sob a forma de garantias recebidas. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor de ativos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Valor nominal de ativos financeiros expostos a risco de crédito	75	168
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	1	0
Varição cumulativa do justo valor	(0)	1
Valor nominal de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	40	90
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(0)	0
Varição cumulativa do justo valor	(1)	0

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo¹

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Apresentado em Outro rendimento integral		
Varição cumulativa do justo valor	19	77
Apresentado na Demonstração de resultados		
Varição anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	0	0
Varição cumulativa do justo valor	0	0

¹ O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pelas entidades estruturadas consolidadas foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém

Transferências dos resultados cumulativos dentro do capital durante o período

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Resultados cumulativos dentro do capital durante o período	0	0

Montantes realizados no desconhecimento de passivos designados ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Montante apresentado em Outro rendimento integral realizado no desconhecimento	0	0

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros¹

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Incluindo compromissos de crédito não utilizados ²	1.769	3.308
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	1.104	892

¹ Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício

² Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito

13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Métodos de avaliação e controlo

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos – O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação – O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. Nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (input) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação – Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (bid/offer spreads), risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em bid/offer spreads são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação de compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de compra proposto (bid) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (mid) para o preço de venda proposto (offer). Os ajustamentos de avaliação com base em bid-offer são determinados a partir dos preços de bid-offer observados na respetiva atividade de negociação e em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço bid/offer, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (midmarket). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços bid/offer observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis bid/offer para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (credit valuation adjustments – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclui já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (netting agreement) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e a

probabilidade de incumprimento com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de swaps de risco de incumprimento (credit default swap – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis spreads de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações emitidas designados ao justo valor através de resultados) integra ajustamentos da avaliação para medir a alteração do risco de crédito próprio do Grupo [ou seja, ajustamentos da avaliação de dívida (DVA) para derivados e ajustamento de crédito próprio (OCA) para passivos de notas estruturadas]. As obrigações emitidas são descontadas utilizando o mesmo spread a que instrumentos semelhantes seriam negociados à data de medição, uma vez que isto reflete o valor na perspectiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo. A variação desta componente de crédito próprio é registada em Outro rendimento integral (OCI).

No que respeita aos passivos derivados, o Grupo considera a sua própria solvabilidade, avaliando a exposição futura esperada de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta quaisquer garantias prestadas pelo Grupo, o efeito dos acordos de compensação relevantes, o preço de mercado dos passivos de notas emitidas pelo Grupo, os custos de financiamento implícitos no mercado e a antiguidade dos créditos derivados no âmbito da resolução (subordinação estatutária).

Ao determinar o CVA e DVA, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (funding valuation adjustments – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis bid/offer menos observáveis, e estes ajustamentos pretendem estimar o bid/offer através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

O Grupo utiliza os pressupostos que os participantes no mercado utilizariam para determinar o preço do ativo ou passivo. Quando relevante, estes pressupostos podem incluir pressupostos sobre as alterações climáticas. O Grupo não fez ajustamentos materiais ao justo valor para as alterações climáticas além do que já foi fixado no preço de entrada no mercado.

Controlo de avaliação – O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado na função de Risco, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direcciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos

existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Técnicas de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias, técnicas de avaliação e procedimentos no âmbito do processo de avaliação e medição do justo valor. As atuais condições de mercado, incluindo os desafios macroeconómicos em curso e as incertezas geopolíticas, exigiram uma atenção e uma análise adicionais em determinadas áreas durante o ano de 2023, incluindo a avaliação dos diferenciais de compra e venda para garantir que são representativos do justo valor.

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital – Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (proxy) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por hipotecas e outros ativos (MBS/ABS) incluem MBS residenciais e comerciais e outros ABS, incluindo obrigações de dívida com garantia real (CDO). Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes, e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os títulos garantidos por ativos são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que fazem a maior utilização possível dos dados observáveis disponíveis. Os modelos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pagamento antecipado, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (spread, yield ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos – No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (proxy) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (leveraged loan index) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão – As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como swaps de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e swap de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da

avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados de acordo com a opção do justo valor – o justo valor dos passivos financeiros designados pelo justo valor através dos resultados de acordo com a opção do justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado, incluindo uma medida do risco de crédito do Grupo relevante para esse passivo financeiro (ou seja, ajustamento do crédito próprio (OCA) para títulos estruturados). Nos termos da IFRS 9, a componente de crédito próprio da alteração do justo valor é registada em Outro rendimento integral (OCI). Os passivos financeiros incluídos nesta classificação são as emissões de títulos estruturados, os depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados. O justo valor destes passivos financeiros é determinado através do desconto dos fluxos de caixa contratuais utilizando a curva de rendimento ajustada ao crédito relevante (ou seja, utilizando o spread a que instrumentos semelhantes seriam negociados à data de mensuração, uma vez que este reflete o valor na perspectiva de um participante no mercado que detém a rubrica idêntica como um ativo).

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento – Ativos que estão relacionados com passivos por contratos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Hierarquia do justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados com base em preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos.

Estes incluem: obrigações governamentais, derivados negociados em bolsa e títulos de capital negociados em bolsas ativas e com liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negociados em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os dados relevantes para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC, muitas obrigações de crédito cotadas com grau de investimento e alguns CDS.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um contributo para essa técnica que não é observável e que pode ter um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos, dívida em incumprimento (distressed debt), obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos, CDO (cash e sintéticos) ilíquidos, algumas colocações privadas de capital (private equity), muitos créditos imobiliários comerciais (commercial real estate – CRE), créditos ilíquidos e algumas obrigações municipais.

Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor¹

em milhões de euros	31 dez 2023			31 dez 2022		
	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Ativos detidos para negociação	53.095	62.760	9.420	42.035	42.285	8.547
Títulos para negociação	52.886	59.752	3.194	41.826	39.133	3.053
Outros ativos detidos para negociação	210	3.007	6.226	209	3.152	5.494
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	2.198	241.460	8.198	4.914	285.208	9.564
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	2.275	80.744	5.028	1.605	82.259	5.790
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	75	0	0	75	94
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	18.273	14.324	2.949	15.892	13.108	2.676
Outros ativos financeiros ao justo valor	1.353	(469) ²	5	1.706	(294) ²	5
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	77.193	398.894	25.599	66.153	422.640	26.675
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Passivos detidos para negociação	36.361	7.617	27	43.163	7.419	34
Títulos para negociação	36.361	6.727	26	43.162	6.667	30
Outros passivos detidos para negociação	0	890	0	2	752	3
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	2.333	228.261	7.666	3.256	270.596	8.500
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	169	80.309	3.248	0	51.843	2.792
Passivos por contratos de investimento	0	484	0	0	469	0
Outros passivos financeiros ao justo valor	486	1.213 ²	(85) ³	240	1.753 ²	(511) ³
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	39.349	317.884	10.856	46.660	332.080	10.815

¹ Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas".

² Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura

³ Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados incorporados separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados incorporados separados são detidos pelo justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor

Durante o ano de 2023, houve transferências de títulos de negociação do Nível 1 para o Nível 2 que ascenderam a € 6 billion de ativo e € 2 billion de passivo; juntamente com transferências do Nível 2 para o Nível 1 que ascenderam a € 11 billion de ativo e € 3 billion de passivo. A avaliação do Nível 1 versus Nível 2 é baseada em procedimentos de teste de liquidez.

Análise dos instrumentos financeiros cujo justo valor é obtido a partir de técnicas de avaliação que contêm parâmetros não observáveis significativos (Nível 3)

Alguns dos ativos financeiros e passivos financeiros no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados brutos.

Títulos detidos para negociação – Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. O aumento no período é impulsionado por compras e emissões, ganhos e transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos, parcialmente compensados por vendas e liquidações.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multdivisas; e certos swaps de risco de incumprimento para os quais o spread de crédito é inobservável.

O decréscimo dos ativos durante o período é determinado por transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos e liquidações, parcialmente compensadas por ganhos. O decréscimo dos passivos durante o período é motivado por transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos e liquidações, parcialmente compensadas por perdas.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em empréstimos negociados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. O aumento no período é impulsionado por compras e emissões, transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos e ganhos parcialmente compensados por vendas e liquidações.

Os ativos financeiros não relacionados com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados classificados no Nível 3 da hierarquia de justo valor incluem qualquer ativo financeiro não relacionado com a negociação que não se enquadre nem no modelo de negócios Deter para Recolher nem no modelo de negócios Deter para Recolher e Vender. Inclui principalmente acordos de recompra inversos que são geridos com base no justo valor. Além disso, quaisquer ativos financeiros que se enquadrem nos modelos de negócios Deter para Recolher ou Deter para Recolher e Vender para os quais as características de fluxo de caixa contratual sejam não SPPI. O decréscimo no período deve-se a liquidações e vendas, transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos e perdas, parcialmente compensadas por compras e emissões.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Alguns empréstimos a empresas e passivos estruturados que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia porque o parâmetro da utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. A diminuição dos ativos durante o período deve-se às liquidações. O aumento dos passivos durante o período é impulsionado por emissões e perdas parcialmente compensadas por transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos e liquidações.

Os ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral incluem carteiras de empréstimos em incumprimento, onde não há intenção de negociação e o mercado é muito ilíquido. O aumento no período é impulsionado por compras e emissões, parcialmente compensadas por vendas e liquidações, transferências líquidas entre o Nível 2 e o Nível 3 devido a alterações na observabilidade dos parâmetros de entrada utilizados para avaliar estes instrumentos e perdas.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

31 dez 2023

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades	Total dos resultados ¹	Compras	Vendas	Emisões ²	Liquidações ³	Transferências para o Nível 3 ⁴	Transferências para fora do Nível 3 ⁴	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	3.053	0	22	1.651	(974)	43	(615)	545	(532)	3.194
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9.564	0	104	0	0	0	(538)	2.073	(3.006)	8.198
Outros ativos detidos para negociação	5.494	0	42	604	(997)	2.253	(1.424)	636	(383)	6.226
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	5.790	15	(51)	682	(254)	504	(1.190)	211	(681)	5.028
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	94	0	0	0	0	0	(94)	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.676	0	(65) ⁵	238	(214)	1.918	(1.280)	184	(509)	2.949
Outros ativos financeiros ao justo valor	5	0	0	0	0	0	0	0	1	5
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	26.675	15	53^{6,7}	3.176	(2.438)	4.719	(5.140)	3.650	(5.110)	25.599
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	30	0	(4)	0	0	0	0	0	(0)	26
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	8.500	0	101	0	0	0	(435)	1.848	(2.348)	7.666
Outros passivos detidos para negociação	3	0	3	0	0	0	(6)	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.792	0	43	0	0	2.272	(853)	27	(1.032)	3.248
Outros passivos financeiros ao justo valor	(511)	0	325	0	0	0	54	3	44	(85)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	10.815	0	468^{6,7}	0	0	2.272	(1.240)	1.878	(3.336)	10.856

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no Nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do Nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício

⁵ O total de ganhos e perdas em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de € 17 million reconhecida em outro rendimento integral, líquida de impostos e uma perda de € 3 million reconhecida na demonstração de resultados apresentada nos resultados líquidos

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total dos ativos financeiros detidos pelo justo valor, este efeito é uma perda de € 273 million e, para o total dos passivos financeiros detidos pelo justo valor, é um ganho de € 44 million

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos

31 dez 2022

em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de sociedades	Total dos resultados ¹	Compras	Vendas	Emissões ²	Liquidações ³	Transferências para o Nível 3 ⁴	Transferências para fora do Nível 3 ⁴	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	3.614	0	(380)	2.226	(1.974)	80	(344)	606	(776)	3.053
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	9.042	0	(4.755)	0	0	0	(423)	8.011	(2.310)	9.564
Outros ativos detidos para negociação	5.201	(0)	(178)	748	(1.945)	2.998	(1.419)	875	(785)	5.494
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	4.896	(0)	332	652	(142)	1.373	(1.430)	702	(593)	5.790
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	49	0	2	0	0	0	(45)	88	0	94
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.302	0	(107) ⁵	79	(338)	977	(752)	549	(36)	2.676
Outros ativos financeiros ao justo valor	78	0	0	0	0	0	0	0	(74)	5
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	25.182	(0)	(5.087)⁶	3.706	(4.399)	5.428	(4.413)	10.831	(4.573)	26.675
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	33	0	(3)	0	0	0	(0)	0	0	30
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	9.781	0	(3.256)	0	0	0	(633)	4.454	(1.845)	8.500
Outros passivos detidos para negociação	49	0	(51)	0	0	0	5	0	0	3
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.740	0	(55)	0	0	1.140	(202)	178	(10)	2.792
Outros passivos financeiros ao justo valor	(179)	0	(380)	0	0	0	64	16	(31)	(511)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	11.424	0	(3.746)⁶	0	0	1.140	(766)	4.649	(1.887)	10.815

¹ Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados líquidos não realizados de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no Nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis

² Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor

³ Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações

⁴ As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do Nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício

⁵ O total de ganhos e perdas em ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral inclui uma perda de € 189 million reconhecida em outro rendimento integral, líquida de impostos, e uma perda de € 2 million reconhecida na demonstração de resultados apresentada nos resultados líquidos

⁶ Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total dos ativos financeiros detidos pelo justo valor, este efeito é um ganho de € 425 million e, para o total dos passivos financeiros detidos pelo justo valor, é uma perda de € 35 million

⁷ Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos

Análise de sensibilidade de parâmetros não observáveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita.

O cálculo de sensibilidade do Grupo dos parâmetros inobserváveis para o Nível 3 está em linha com a abordagem utilizada para avaliar a incerteza da valorização para efeitos de valorização prudente. A valorização prudente é um requisito de capital para os ativos detidos pelo justo valor. Fornece um mecanismo para quantificar e capitalizar a incerteza de avaliação em conformidade com o Regulamento Delegado (UE) 2016/101 da Comissão Europeia, que complementa o artigo 34.º do Regulamento (UE) n.º 2019/876 (CRR), exigindo que as instituições apliquem os requisitos do artigo 105.º, n.º 14, a todos os ativos mensurados ao justo valor e deduzam quaisquer ajustamentos de valor adicionais do capital CET1. Este utiliza a análise do preço de saída levada a cabo para os ativos e liquidações relevantes na avaliação da valorização prudente.

Se o Grupo valorizasse os instrumentos financeiros de Nível 3 utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, em 31 de dezembro de 2023, poderia ter aumentado o justo valor em até € 1.8 billion ou diminuído o justo valor em até € 1.3 billion. Em 31 de dezembro de 2022, poderia ter aumentado o justo valor até € 2.0 billion ou diminuído o justo valor até € 1.4 billion.

As alterações nos montantes sensíveis entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 consistiram numa redução do movimento positivo do justo valor de € 169 million, e numa redução do movimento negativo do justo valor de € 79 million.

As reduções nos movimentos positivos e negativos do justo valor estão alinhadas direcionalmente com a redução do Nível 3 do Grupo no período, com os ativos de Nível 3 a passarem de € 26.7 billion em 31 de dezembro de 2022 para € 25.6 billion em 31 de dezembro de 2023.

A variação dos movimentos positivos do justo valor de 31 de dezembro de 2022 para 31 de dezembro de 2023 representa uma redução de 9% e a variação dos movimentos negativos do justo valor representa uma redução de 6%.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento¹

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:				
Títulos de dívida	196	221	239	274
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	16	27	15	20
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	12	19	20	26
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	167	176	204	228
Títulos de capital	94	93	114	80
Derivados:				
Crédito	200	101	218	125
Ações	44	38	70	63
Relacionados com os juros	633	368	605	217
Divisas	47	17	37	30
Outros	91	86	59	110
Empréstimos:				
Empréstimos	486	355	618	459
Outros	0	0	0	0
Total	1.790	1.278	1.959	1.357

¹ Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido

Informação quantitativa sobre a sensibilidade de dados significativos não observáveis

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre os outros parâmetros inobserváveis e os parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos spreads de crédito em títulos garantidos por créditos hipotecários representa as posições com desempenho mais líquidas com spreads mais baixos do que as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores spreads de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. O quadro seguinte apresenta uma breve descrição de cada um dos principais tipos de parâmetros, juntamente com um comentário sobre as interrelações significativas entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O spread de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prêmio ou retornos de rentabilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao Banco pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (*constant default rate*) e a taxa de pré-pagamento constante (*constant prepayment rate*) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembolsos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma taxa de incumprimento constante superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, spreads de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, spreads de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as

referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (enterprise value – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31 dez 2023

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor –						
Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	86	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 220	102% 1.830
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	94	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0% 110 50% 0% 2%	104% 1.828 85% 2% 29%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	180	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.385	3.116	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 84	300% 651
Detido para negociação	2.887	26				
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	2.887					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.254					
Designados ao justo valor através de resultados	0	3.089				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	244					
Títulos de capital	778	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	0% 5	100% 15
Detido para negociação	127	0				
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	652		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	18%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	100%
Empréstimos	9.405	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 12	124% 1.207
Detido para negociação	6.121	0				
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	696					
Designados ao justo valor através de resultados	0	0		Taxa de recuperação	40%	75%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.588					
Compromissos de crédito	0	5	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	169 40%	1.070 76%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2.647 ²	154 ³	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	7% 120	13% 595
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	17.396	3.275				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total

² Outros ativos financeiros incluem € 104 million de outros ativos de negociação, € 2.4 billion de outros ativos financeiros não negociáveis obrigatórios pelo justo valor e € 117 million de outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

³ Outros passivos financeiros incluem € 154 million de títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra designados pelo justo valor

		Justo valor		31 dez 2023		
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	4.997	4.070	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(3.932)	4.150
				Taxa de swap sobre a inflação	1%	15%
				Taxa de incumprimento constante	0%	18%
				Taxa de pré-pagamento constante	0%	26%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	7%
				Volatilidade das taxas de juros	0%	43%
				Correlação IR - IR	(10)%	96%
				Correlação híbrida	(90)%	65%
Derivados de crédito	501	503	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	2	7.535
				Taxa de recuperação	8%	40%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	26%	59%
Derivados de ações	339	1.027	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	0%	84%
				Volatilidade de índice	7%	23%
				Índice - correlação de índice	0%	0%
				Ação - correlação de ação	0%	0%
				Ações - contratos a prazo	0%	3%
				Índice - contratos a prazo	0%	6%
Derivados FX	1.765	1.850	Modelo de preços de opção	Volatilidade	(6)%	39%
				Vol cotada	0%	0%
Outros derivados	601	130 ¹	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(7)	50
			Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	234	610
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	0%	129%
				Preço	73%	77%
				Correlação de matérias-primas	0%	85%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	8.203	7.581				

¹ Inclui derivados que estão incorporados em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado incorporado é separado

31 dez 2022

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Justo valor		Técnica(s) de avaliação ¹	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
	Ativos	Passivo				
Instrumentos financeiros detidos pelo justo valor –						
Instrumentos financeiros não derivados detidos pelo justo valor:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	22	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 182	100% 1.720
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	128	0	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	0% 169 16% 0% 3%	99% 2.672 95% 16% 29%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	151	0				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.720	2.625	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 62	181% 1.369
Detido para negociação	2.741	30				
Títulos de dívida empresariais, soberanos e outros títulos de dívida	2.741					
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	1.844					
Designados ao justo valor através de resultados	0	2.594				
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	135					
Títulos de capital	787	0	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	0% 5	100% 13
Detido para negociação	161	0				
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	626		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	8%	20%
Designados ao justo valor através de resultados	0		Baseado no preço	Preço	0%	150%
Empréstimos	8.819	3	Baseado no preço Fluxo de caixa descontado	Preço Spread de crédito (bps)	0% 133	122% 1.520
Detido para negociação	5.298	3				
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	925					
Designados ao justo valor através de resultados	94	0		Taxa de recuperação	40%	75%
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	2.502					
Compromissos de crédito	0	12	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	94 35%	925 76%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	2.629 ²	186 ³	Fluxo de caixa descontado	IRR Taxa de recompra (pontos base)	7% 2	13% 525
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	17.106	2.825				

¹ A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total

² Outros ativos financeiros incluem € 196 million de outros ativos de negociação, € 2.4 billion de outros ativos financeiros não negociáveis obrigatórios pelo justo valor e € 38 million de outros ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral

³ Outros passivos financeiros incluem € 141 million de títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra designados ao justo valor e € 45 million outros passivos financeiros designados ao justo valor

		Justo valor		31 dez 2022		
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)		Ativos	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	6.360	4.546	Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps) Taxa de swap sobre a inflação Taxa de incumprimento constante Taxa de pré-pagamento constante	(1.748) (1)% 0% 0%	1.301 14% 15% 19%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação Volatilidade das taxas de juros Correlação IR - IR Correlação híbrida	1% 0% (1)% (90)%	6% 43% 99% 90%
Derivados de crédito	577	517	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps) Taxa de recuperação	1 0%	4.885 40%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	25%	69%
Derivados de ações	452	1.155	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações Volatilidade de índice Índice - correlação de índice Ação - correlação de ação Ações - contratos a prazo Índice - contratos a prazo	0% 13% 88% 0% 1% 0%	75% 30% 96% 0% 11% 6%
Derivados FX	1.646	1.976	Modelo de preços de opção	Volatilidade Vol cotada	(12)% 0%	48% 0%
			Fluxo de caixa descontado	Taxa de swap (bps)	(6)	46
Outros derivados	534	(205) ¹	Fluxo de caixa descontado	Spread de crédito (bps)	0	0
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice Correlação de matérias-primas	0% 0%	91% 85%
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	9.569	7.989				

¹ Inclui derivados que estão incorporados em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado incorporado é separado

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 não se devem exclusivamente a parâmetros não observáveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os resultados por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os resultados relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração de resultados consolidados.

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	29	(298)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	1.347	(2.907)
Outros ativos detidos para negociação	59	(251)
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	(47)	247
Ativos financeiros designados pelo justo valor através de resultados	0	(0)
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	(2)	0
Outros ativos financeiros ao justo valor	(0)	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	1.385	(3.209)
Passivos financeiros detidos ao justo valor:		
Títulos para negociação	4	3
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(1.287)	1.634
Outros passivos detidos para negociação	0	2
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(53)	55
Outros passivos financeiros ao justo valor	(268)	358
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(1.604)	2.053
Total	(219)	(1.156)

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se existirem dados não observáveis significativos utilizados numa técnica de avaliação no reconhecimento inicial, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da negociação é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação durante o ano dos lucros à data de negociação diferidos devido a parâmetros significativos não observáveis para instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2023	2022
Saldo, início do exercício	550	462
Novas operações durante o período	295	265
Amortização	(144)	(111)
Operações vencidas	(69)	(60)
Transição subsequente para observabilidade	(53)	(9)
Alterações das taxas de câmbio	(1)	3
Saldo, fim do exercício	577	550

14 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

Os instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos com base no justo valor. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço do Grupo ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores. As diferenças entre o valor contabilístico e o justo valor em 31 de dezembro de 2023 são consistentes com o atual cenário de taxas de juro em comparação com 31 de dezembro de 2022.

Para os seguintes instrumentos financeiros que são predominantemente de curto prazo, o valor contabilístico representa uma estimativa razoável do justo valor:

Ativos	Passivo
Caixa e saldos do banco central	Depósitos
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos financeiros	Outros passivos financeiros

Para todos os outros instrumentos financeiros registados ao custo amortizado, são aplicadas as seguintes técnicas de avaliação:

- As carteiras de crédito a particulares com um grande número de empréstimos homogêneos (por exemplo, hipotecas residenciais) calculam o justo valor para cada tipo de produto descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando as novas taxas de empréstimo do Grupo para empréstimos a mutuários de qualidade de crédito semelhante, o que inclui o impacto do ambiente macroeconómico. Os principais dados para as hipotecas de retalho são a diferença entre as margens de produto históricas e atuais e as taxas de pagamento antecipado estimadas. As comissões de corretagem capitalizadas incluídas no valor contabilístico são também consideradas como sendo ao justo valor
- O justo valor da carteira de empréstimos a empresas é estimado predominantemente através do desconto do empréstimo até à sua maturidade, com base nos spreads de crédito específicos do empréstimo e nos custos de financiamento para o Grupo.
- Para a dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, o justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta os restantes fluxos de caixa contratuais a uma taxa à qual um instrumento com características similares é cotado no mercado.
- É geralmente utilizado um modelo de fluxo de caixa descontado para determinar o justo valor dos depósitos, uma vez que não estão normalmente disponíveis dados de mercado. Para além da curva de rendimentos, é também considerado o spread de crédito do próprio Deutsche Bank. Os spreads de crédito das respetivas contrapartes não são utilizados na mensuração do justo valor dos passivos financeiros pelo custo amortizado.

Para estes instrumentos financeiros registados a custos amortizados, o justo valor divulgado é categorizado de acordo com a hierarquia de justo valor das IFRS (ou seja, Nível 1, Nível 2 e Nível 3), tal como descrito na Nota 13 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor. Em geral, o Nível 1 inclui Caixa e saldos de bancos centrais; o Nível 2 inclui Saldos interbancários (sem bancos centrais), Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda, Títulos obtidos por empréstimo, Outros ativos financeiros, Depósitos, Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra, Títulos cedidos por empréstimo, Outros empréstimos de curto prazo, Outros passivos financeiros, Dívida de longo prazo e Títulos fiduciários preferenciais; e o Nível 3 inclui Empréstimos.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço¹

em milhões de euros	31 dez 2023				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	178.416	178.416	178.416	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	6.140	6.140	0	6.140	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	14.725	14.778	0	14.034	744
Títulos obtidos por empréstimo	39	39	0	39	0
Empréstimos	473.705	454.972	0	11.519	443.453
Outros ativos financeiros	106.596	105.132	13.304	90.973	855
Passivos financeiros:					
Depósitos	622.035	624.731	2	624.729	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	3.038	3.031	0	3.031	0
Títulos cedidos por empréstimo	3	3	0	3	0
Outros empréstimos a curto prazo	9.620	9.628	0	9.628	0
Outros passivos financeiros	99.272	99.272	1.961	97.311	0
Dívida a longo prazo	119.390	117.510	0	113.723	3.787
Títulos fiduciários preferenciais	289	264	0	264	0

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e saldos do banco central	178.896	178.896	178.896	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.195	7.195	0	7.194	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	11.478	11.505	0	10.363	1.142
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Empréstimos	483.700	461.070	0	12.038	449.032
Outros ativos financeiros	110.066	107.878	16.046	90.842	989
Passivos financeiros:					
Depósitos	621.456	629.629	1.736	627.893	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	573	572	0	572	0
Títulos cedidos por empréstimo	13	13	0	13	0
Outros empréstimos a curto prazo	5.122	5.121	0	5.115	7
Outros passivos financeiros	93.135	93.135	2.007	91.127	0
Dívida a longo prazo	131.525	127.743	0	123.525	4.219
Títulos fiduciários preferenciais	500	426	0	426	0

¹ Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas"

Em 31 de dezembro de 2023, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico dos empréstimos deve-se principalmente às taxas de juro atuais das hipotecas de retalho de longa data na Alemanha, em comparação com a taxa contratual. Como parte do projeto de migração informática do Postbank, o Grupo alinhou a sua abordagem de modelagem de gestão do risco dos fatores de risco de pré-pagamento de taxa de juro para as suas hipotecas de retalho de longa data na Alemanha no terceiro trimestre de 2023. Isto resultou num aumento do justo valor dessas hipotecas em 2,5 mil milhões de euros. A compensar parcialmente o montante escriturado de empréstimos encontravam-se os ajustamentos da contabilidade de cobertura macro ao abrigo da versão simplificada da IAS 39 da UE, que ascendiam a 5,6 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 e 7,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2022. O justo valor dos depósitos era superior ao valor contabilístico, uma vez que o valor contabilístico incluía ajustamentos negativos da contabilidade de cobertura macro ao abrigo da versão da IAS 39 da UE de 3,4 mil milhões de euros e 7,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente. No que diz respeito à dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais, a diferença entre o justo valor e o valor contabilístico é devida à alteração nas taxas de juro às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com a taxa a que o instrumento foi emitido. Os valores escriturados incluídos na tabela não incluem quaisquer impactos de coberturas económicas.

15 – Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Títulos comprados com acordos de revenda	1.805	2.156
Títulos de dívida:		
Governo alemão	1.566	602
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	9.232	12.334
Governos locais (municipais) dos EUA	446	392
Outros governos estrangeiros	15.672	9.960
Empresas	686	708
Outros títulos garantidos por ativos	0	0
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	442	486
Outros títulos de dívida	831	969
Total de títulos de dívida	28.874	25.450
Empréstimos	4.867	4.069
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	35.546	31.675

16 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 54 associadas e 6 entidades controladas conjuntamente a 31 de dezembro de 2023 (53 e 9, respetivamente, a 31 de dezembro de 2022). Duas associadas são consideradas materiais ao Grupo.

Investimentos significativos em 31 de dezembro de 2023¹

Investimento	Local principal de atividade	Natureza da relação	Percentagem de participação
Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim, China	Investimento estratégico	40,7%
Harvest Fund Management Co., Ltd.	Shanghai, China	Investimento estratégico	30,0%

¹ O Grupo tem uma influência significativa sobre estas entidades investidas através da sua quota de participação e assentos no conselho

Resumo das informações financeiras sobre a Huarong Rongde Asset Management Company Limited

em milhões de euros	31 dez 2022 ¹	31 dez 2021 ²
Total de receitas líquidas	(305)	(138)
Resultado líquido	(230)	(102)
Outro rendimento integral	0	0
Total do rendimento integral³	(230)	(102)

em milhões de euros	31 dez 2022	31 dez 2021
Ativo circulante	1.984	2.738
Ativos não correntes	513	568
Total do ativo	2.496	3.306
Passivos correntes	1.842	2.132
Passivos não correntes	228	460
Total do passivo	2.070	2.592
Participação minoritária	0	0
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	426	714

¹ Os números de 31 de dezembro de 2023 baseiam-se nas demonstrações financeiras auditadas de 2022 e nos ajustamentos contabilísticos do método de equivalência patrimonial de 2023, devido à diferença nos prazos de relato do Grupo e da Huarong Rongde Management Company Limited

² Os números de 31 de dezembro de 2022 baseiam-se nas demonstrações financeiras auditadas de 2021, nos ajustamentos de imparidades de 2022 e no ajustamento do direito a dividendos de 2021, devido à diferença nos calendários de relato do Grupo e da Huarong Rongde Management Company Limited

³ O Grupo recebeu dividendos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited no valor de € 0 million durante o período de reporte de 2023 (2022: € 0 million)

Reconciliação do total de ativos líquidos da Huarong Rongde Asset Management Company Limited com o valor contabilístico do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2022 ¹	31 dez 2021 ²
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	426	714
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	40,7%	40,7%
Quota do Grupo de ativos líquidos	173	291
Goodwill	0	0
Ativos intangíveis	0	0
Outros ajustamentos ^{3,4}	(36)	(64)
Valor escriturado	138	227

¹ Os números de 31 de dezembro de 2023 baseiam-se nas demonstrações financeiras auditadas de 2022 e nos ajustamentos contabilísticos do método de equivalência patrimonial de 2023, devido à diferença nos prazos de relato do Grupo e da Huarong Rongde Management Company Limited

² Os números de 31 de dezembro de 2022 baseiam-se nas demonstrações financeiras auditadas de 2021, nos ajustamentos de imparidades de 2022 e no ajustamento do direito a dividendos de 2021, devido à diferença nos calendários de relato do Grupo e da Huarong Rongde Management Company Limited

³ Não existe qualquer perda por imparidade em 2023 (€ 73 million em 2022), uma vez que o montante escriturado está devidamente refletido após a quota de perdas do Grupo relativamente à Huarong Rongde Management Company Limited

⁴ Outros ajustamentos incluem ajustamentos contabilísticos pelo método de equivalência patrimonial para refletir a quota de perdas do Grupo relativamente à Huarong Rongde Management Company Limited

Resumo das informações financeiras da Harvest Fund Management Co., Ltd.

em milhões de euros	31 dez 2023 ¹	31 dez 2022 ²
Total de receitas líquidas	843	1.016
Resultado líquido	199	237
Outro rendimento integral	1	7
Total do rendimento integral³	200	244

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativo circulante	955	1.090
Ativos não correntes	1.049	1.100
Total do ativo	2.004	2.190
Passivos correntes	638	812
Passivos não correntes	192	248
Total do passivo	830	1.060
Participação minoritária	50	47
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	1.124	1.083

¹ Os números de 31 de dezembro de 2023 são baseados em valores financeiros não auditados de 2023.

² Os números de 31 de dezembro de 2022 são baseados em valores financeiros auditados de 2022.

³ O Grupo recebeu dividendos da Harvest Fund Management Co., Ltd. no valor de € 28 million durante o período de reporte de 2023 (2022: € 45 million)

Reconciliação do total de ativos líquidos da Harvest Fund Management Co., Ltd. com o montante contabilístico do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2023 ¹	31 dez 2022 ²
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	1.124	1.083
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	30%	30%
Quota do Grupo de ativos líquidos	337	325
Goodwill	18	18
Ativos intangíveis	14	15
Outros ajustamentos	2	3
Montante contabilístico³	371	361

¹ Os números de 31 de dezembro de 2023 são baseados em valores financeiros não auditados de 2023.

² Os números de 31 de dezembro de 2022 são baseados em valores financeiros auditados de 2022.

³ Não existem perdas por imparidade em 2023 (€ 0 million em 2022)

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	505	536
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	(34)	100
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	(16)	15
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	(50)	115

17 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros”.

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (master netting arrangement) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantias em numerário e em instrumentos financeiros.

Ativos

	31 dez 2023						
	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros ¹	
em milhões de euros							
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	21.574	(9.999)	11.574	0	0	(11.491)	84
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	3.151	0	3.151	0	0	(2.270)	881
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	33	0	33	0	0	(33)	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	6	0	6	0	0	0	6
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	513.810	(199.127)	314.683	(197.430)	(32.109)	(74.885)	10.260
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	259.148	(15.648)	243.499	(195.499)	(32.092)	(5.766)	10.142
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	150.569	0	150.569	0	(1.227)	(10.167)	139.174
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	8.357	0	8.357	0	(1.101)	(1.077)	6.178
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	664.379	(199.127)	465.252	(197.430)	(33.337)	(85.052)	149.434
Empréstimos pelo custo amortizado	473.705	0	473.705	0	(11.317)	(69.594)	392.794
Outros ativos	123.702	(9.005)	114.697	(24.037)	(79)	(13)	90.569
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	940	(51)	889	(662)	(79)	(13)	136
Restantes ativos sujeitos a compensação	1.805	0	1.805	0	0	0	1.805
Restantes ativos não sujeitos a compensação	242.108	0	242.108	0	(73)	(3.533)	238.502
Total do ativo	1.530.462	(218.131)	1.312.331	(221.466)	(44.805)	(171.985)	874.074

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros

Passivo

31 dez 2023

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	622.035	0	622.035	0	0	0	622.035
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (executável)	11.890	(9.999)	1.891	0	0	(1.891)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (não executável)	1.147	0	1.147	0	0	(51)	1.096
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	3	0	3	0	0	(3)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	540.784	(199.152)	341.632	(197.923)	(21.990)	(68.806)	52.913
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	245.600	(16.132)	229.468	(195.962)	(21.990)	(2.608)	8.908
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	24.843	0	24.843	0	(785)	(4.485)	19.572
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	8.792	0	8.792	0	(723)	(191)	7.878
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	565.627	(199.152)	366.475	(197.923)	(22.776)	(73.292)	72.485
Outros passivos	122.016	(8.980)	113.036	(33.591)	(23)	(1)	79.421
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	280	(29)	252	(199)	(23)	(1)	28
Restantes passivos não sujeitos a compensação	132.925	0	132.925	0	0	0	132.925
Total do passivo	1.455.644	(218.131)	1.237.513	(231.514)	(22.799)	(75.239)	907.961

Ativos

31 dez 2022

em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros ¹	
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados							
com acordos de revenda (executável)	20.068	(8.621)	11.447	(700)	0	(10.746)	1
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados							
com acordos de revenda (não executável)	31	0	31	0	0	(25)	6
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	0	0	0	0	0	0	0
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	506.114	(141.991)	364.123	(229.779)	(41.907)	(80.591)	11.846
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	306.192	(16.087)	290.106	(227.299)	(41.904)	(9.076)	11.826
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	118.253	0	118.253	0	(1.101)	(10.167)	106.984
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	9.581	0	9.581	0	(966)	(1.327)	7.288
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	624.366	(141.991)	482.376	(229.779)	(43.008)	(90.759)	118.830
Empréstimos pelo custo amortizado	483.700	0	483.700	0	(12.278)	(66.762)	404.660
Outros ativos	130.663	(12.370)	118.293	(29.232)	(95)	(14)	88.952
Dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	3.704	(2.287)	1.417	(1.089)	(95)	(14)	220
Restantes ativos sujeitos a compensação	2.156	0	2.156	0	0	0	2.156
Restantes ativos não sujeitos a compensação	238.785	0	238.785	0	(111)	(2.995)	235.680
Total do ativo	1.499.770	(162.982)	1.336.788	(259.712)	(55.492)	(171.299)	850.285

¹ Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros

Passivo

31 dez 2022

em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Montantes não compensados no balanço			Montante líquido
				Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	
Depósitos	621.456	0	621.456	0	0	0	621.456
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (executável)	9.032	(8.621)	411	0	0	(410)	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos							
com acordos de recompra (não executável)	162	0	162	0	0	(51)	111
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	7	0	7	0	0	(7)	0
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	6	0	6	0	0	(6)	0
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (executável)	508.275	(141.849)	366.426	(230.359)	(26.319)	(44.516)	65.232
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	287.402	(16.382)	271.019	(227.766)	(26.319)	(2.319)	14.615
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	21.646	0	21.646	0	(880)	(4.245)	16.521
Dos quais: Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	11.333	0	11.333	0	(736)	(209)	10.388
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	529.921	(141.849)	388.072	(230.359)	(27.199)	(48.761)	81.753
Outros passivos	126.226	(12.512)	113.714	(44.114)	(76)	(2)	69.522
Dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	837	(51)	787	(622)	(76)	(2)	87
Restantes passivos não sujeitos a compensação	140.633	0	140.633	0	0	0	140.632
Total do passivo	1.427.442	(162.982)	1.264.460	(274.473)	(27.275)	(49.238)	913.475

A coluna "Montantes brutos compensados no balanço" demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte. Os montantes apresentados para outros ativos e outros passivos incluem valores a receber e a pagar de caixa/margens, respetivamente.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis ou acordos semelhantes referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre insolvência.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "Outros passivos" e "Outros ativos", respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

18 – Empréstimos

A carteira de empréstimos apresentada inclui empréstimos classificados ao custo amortizado, empréstimos pelo justo valor através de outro rendimento integral e empréstimos pelo justo valor através de resultados.

O quadro seguinte apresenta uma panorâmica da exposição do Grupo a empréstimos por setor de atividade, com base no código NACE (Nomenclature des Activités Économiques dans la Communauté Européenne) da contraparte. O NACE é um sistema europeu normalizado de classificação industrial.

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Agricultura, exploração florestal e pesca	386	526
Indústria mineira e de extração de minérios	3.130	2.679
Indústria	30.564	32.352
Fornecimento de eletricidade, gás, vapor e ar condicionado	4.734	5.103
Fornecimento de água, saneamento, gestão de resíduos e atividades de remediação	486	725
Construção	4.494	4.494
Comércio grossista e de retalho, reparação de veículos a motor e motocicletas	22.127	22.605
Transporte e armazenamento	5.617	6.067
Atividades de serviços de alojamento e restauração	1.865	1.972
Informação e comunicação	8.082	7.783
Atividades financeiras e de seguros	116.298	121.333
Atividades imobiliárias	50.793	49.671
Atividades profissionais, científicas e técnicas	6.958	7.137
Atividades de serviços administrativos e de apoio	9.385	7.922
Administração pública e defesa, segurança social obrigatória	6.131	5.977
Educação	281	249
Serviços de cuidados de saúde e atividades de serviços sociais	4.432	4.554
Artes, entretenimento e atividades de lazer	1.072	1.180
Outras atividades de serviços	5.050	4.606
Atividades de famílias como colaboradores, bens indiferenciados - e atividades de produção de serviços de famílias para utilização própria	210.982	214.796
Atividades de organizações e instituições extraterritoriais	0	1
Créditos brutos	492.868	501.732
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	1.675	131
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	491.192	501.601
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	5.208	4.848
Total de créditos	485.984	496.754

19 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito consiste na provisão para ativos financeiros ao custo amortizado, ativos financeiros ao justo valor através da OCI e compromissos de crédito extrapatrimoniais e garantias.

Evolução das provisões para perdas de crédito para ativos financeiros ao custo amortizado

em milhões de euros	31 dez 2023				
	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	533	626	3.656	180	4.995
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(195)	294	1.647	32	1.778
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	170	(150)	(20)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	(57)	(53)	0	0	(110)
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ³	0	0	(1.145)	(52)	(1.197)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	93	0	93
Taxas de câmbio e outras alterações	(3)	(38)	(271)	38	(273)
Saldo, fim do período de relato	447	680	3.960	198	5.285
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(83)	92	1.627	32	1.668

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 4 million em 31 de dezembro de 2023

³ Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de reporte foi de € 0 million em 2023 e € 46 million em 2022

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	440	532	3.740	182	4.895
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(32)	204	887	22	1.081
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	122	(121)	(0)	N/S	0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ³	0	0	(1.014)	(28)	(1.043)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	68	3	71
Taxas de câmbio e outras alterações	2	12	(25)	1	(10)
Saldo, fim do período de relato	533	626	3.656	180	4.995
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	90	82	886	22	1.081

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 14 million em 31 de dezembro de 2022

³ Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de reporte foi de € 46 million em 2022 e € 0 million em 2021

em milhões de euros	31 dez 2021				
	Provisão para perdas de crédito ²				
	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3 ⁴	Total
Saldo, início do exercício	544	648	3.614	139	4.946
Movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios e extensões de crédito	(245)	85	615	26	480
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	138	(197)	58		0
Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Ativos financeiros que foram desreconhecidos durante o período ³	0	0	(561)	(5)	(566)
Recuperação de montantes abatidos	0	0	55	23	78
Taxas de câmbio e outras alterações	3	(4)	(41)	(0)	(43)
Saldo, fim do período de relato	440	532	3.740	182	4.895
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(107)	(112)	673	26	480

¹ Os movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, as transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e as alterações nos modelos correspondem à provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 4 million em 31 de dezembro de 2021

³ Esta posição inclui reconhecimento de perdas da provisão para perdas de crédito

⁴ O montante total das perdas de crédito esperadas não contabilizadas no reconhecimento inicial de ativos financeiros comprados ou que originaram imparidade de crédito inicialmente reconhecidos durante o período de relato foi de € 0 million milhões de euros em 2021 e de 46 milhões de euros em 2020

Provisão para perdas de crédito para ativos financeiros ao justo valor através de OCI¹

31 dez 2023					
Provisão para perdas de crédito					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	13	13	22	0	48

¹ As provisões para perdas de crédito relativas a ativos financeiros ao justo valor através de OCI mantiveram-se em níveis muito baixos (€ 69 million em 31 de dezembro de 2022 e € 48 million em 31 de dezembro de 2023). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

31 dez 2022					
Provisão para perdas de crédito					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	14	12	43	0	69

¹ As provisões para perdas de crédito relativas a ativos financeiros ao justo valor através de OCI mantiveram-se praticamente inalteradas em níveis muito baixos (€ 41 million em 31 de dezembro de 2021 e € 69 million em 31 de dezembro de 2022). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

31 dez 2021					
Provisão para perdas de crédito					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Justo valor através de OCI	15	10	16	0	41

¹ As provisões para perdas de crédito relativas a ativos financeiros ao justo valor através de OCI mantiveram-se praticamente inalteradas em níveis muito baixos (€ 20 million em 31 de dezembro de 2020 e € 41 million em 31 de dezembro de 2021, respetivamente). Por não ser materialmente relevante, não fornecemos quaisquer detalhes sobre o desenvolvimento ano a ano.

Evolução das provisões para perdas de crédito para posições extrapatrimoniais

31 dez 2023					
Provisão para perdas de crédito ²					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	144	97	310	0	551
Movimentos incluindo novos negócios	(39)	(3)	(118)	0	(160)
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	11	(4)	(7)	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	1	(2)	3	0	2
Saldo, fim do período de relato	117	88	187	0	393
dos quais: Garantias financeiras	84	37	113	0	233
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(28)	(7)	(125)	0	(160)

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 9 million em 31 de dezembro de 2023

31 dez 2022					
Provisão para perdas de crédito ²					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	108	111	225	0	443
Movimentos incluindo novos negócios	21	(1)	78	0	99
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	12	(15)	3	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	4	3	3	0	9
Saldo, fim do período de relato	144	97	310	0	551
dos quais: Garantias financeiras	95	56	226	0	378
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	33	(16)	82	0	99

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 9 million em 31 de dezembro de 2022

31 dez 2021					
Provisão para perdas de crédito ²					
em milhões de euros	Fase 1	Fase 2	Fase 3	POCI na Fase 3	Total
Saldo, início do exercício	144	74	200	0	419
Movimentos incluindo novos negócios	(43)	38	18	0	13
Transferências devido a mudanças na qualidade creditícia	3	(5)	2	0	0
Alterações nos modelos	0	0	0	0	0
Taxas de câmbio e outras alterações	3	3	6	0	12
Saldo, fim do período de relato	108	111	225	0	443
dos quais: Garantias financeiras	69	64	164	0	297
Provisão para perdas de crédito excluindo o risco do país ¹	(40)	33	19	0	13

¹ O quadro acima discrimina o impacto na provisão para perdas de crédito dos movimentos em ativos financeiros incluindo novos negócios, transferências devido a mudanças na qualidade creditícia e alterações nos modelos

² A provisão para perdas de crédito não inclui a provisão para risco do país no valor de € 6 million em 31 de dezembro de 2021

20 – Transferência de ativos financeiros, ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os swaps de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	45.106	30.201
Acordos para empréstimo de títulos	10.155	8.313
Swaps de retorno total	4.483	1.461
Outros	5.060	4.480
Total de títulos para negociação	64.804	44.455
Outros ativos detidos para negociação	138	171
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	203	1.077
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.080	2.351
Empréstimos pelo custo amortizado ¹	26	104
Outras	8.674	3.815
Total	80.924	51.973
Montante escriturado de passivos associados	70.706	43.820

¹ Outros empréstimos negociados em que o passivo associado é o único recurso para os ativos transferidos tinham um valor contabilístico e um justo valor de € 20 million e € 0 million em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente. Os passivos associados tinham o mesmo valor contabilístico e justo valor, o que resultou numa posição líquida de € 0 million e € 0 million em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente

O valor contabilístico de ativos transferidos para o Grupo tem um envolvimento contínuo

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Montante contabilístico dos ativos originais transferidos		
Títulos para negociação	1.043	1.059
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	317	328
Montante contabilístico dos ativos que continuam a ser reconhecidos		
Títulos para negociação	28	34
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	16	16
Montante escriturado de passivos associados	78	95

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com swaps de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo

em milhões de euros	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda ¹	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda ¹
Empréstimos pelo custo amortizado						
Notas de titularização	389	344	344	357	321	321
Outros	0	0	0	0	0	0
Total de empréstimos pelo custo amortizado	389	344	344	357	321	321
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados						
Notas de titularização	23	23	23	30	30	30
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	23	23	23	30	30	30
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral:						
Notas de titularização	706	592	592	739	629	629
Outros	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	706	592	592	739	629	629
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	1.118	959	959	1.126	981	981
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	0	0	0	0	0	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	0	0	0	0	0	0

¹ A exposição máxima para a perda é definida como o valor contabilístico mais o valor nocional de quaisquer compromissos de crédito não utilizados não reconhecidos como passivos

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos

em milhões de euros	31 de dezembro de 2023			31 de dezembro de 2022		
	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do exercício até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	48	164	7	41	112	(8)
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	0	0	0	(0)	(0)	0
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	48	164	7	40	112	(8)

O Grupo penhora ativos, principalmente como garantia contra financiamento garantido e para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas. Em 31 de dezembro de 2023, o banco tinha empréstimos titularizados no valor de € 0 billion e as obrigações próprias garantidas foram dadas como garantia ao programa TLTRO do BCE ou a operações de financiamento de títulos normais do mercado. Os empréstimos onerados abaixo incluem estes saldos.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes¹

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	55.166	37.216
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.222	2.375
Empréstimos	54.148	73.305
Outros	9.610	5.306
Total	126.146	118.202

¹ Exclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

Total de ativos penhorados a credores disponíveis para venda ou repenhora¹

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	57.143	40.997
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.073	1.408
Empréstimos	5.428	2.716
Outros	7.815	593
Total	77.459	45.715

¹ Inclui ativos penhorados como garantia de transações que não resultem em passivos ou passivos contingentes

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	379.573	309.107
Dos quais:		
Garantia vendida ou repenhorada	324.757	254.856

21 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Ativos fixos tangíveis detidos (IAS 16)	Ativos de locação sob o direito de uso (IFRS 16)	Total
Custo da aquisição:							
Balanco em 1 de janeiro de 2022	514	2.283	3.102	398	6.297	5.439	11.737
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0
Adições	0	94	65	178	337	971	1.308
Transferências	0	109	362	(377)	94	78	171
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	0	(7)	(12)	0	(19)	(0)	(19)
Alienações	11	72	35	0	118	417	535
Alterações das taxas de câmbio	(1)	27	42	16	84	117	201
Saldo em 31 de dezembro de 2022	503	2.434	3.523	216	6.676	6.187	12.863
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(8)	7	0	(1)	34	34
Adições	0	84	40	297	422	263	685
Transferências	0	23	193	(50)	167	251	419
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(22)	0	0	0	(22)	0	(22)
Alienações	41	113	643	0	798	152	950
Alterações das taxas de câmbio	1	(27)	(43)	(2)	(71)	(77)	(148)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	441	2.393	3.078	461	6.374	6.507	12.881
Depreciação e imparidade acumuladas:							
Balanco em 1 de janeiro de 2022	288	1.860	2.095	1	4.244	1.957	6.201
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0
Depreciação	13	141	194	0	348	573	922
Perdas por imparidade	1	0	4	0	4	6	11
Reversão de perdas por imparidade	4	0	0	0	4	17	21
Transferências	0	61	24	0	86	3	89
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	0	(6)	(9)	0	(15)	0	(15)
Alienações	11	55	28	0	93	393	486
Alterações das taxas de câmbio	(1)	20	24	0	43	17	60
Saldo em 31 de dezembro de 2022	286	2.022	2.304	1	4.613	2.147	6.760
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	(10)	(0)	0	(11)	(0)	(11)
Depreciação	9	127	199	0	335	543	878
Perdas por imparidade	7	8	5	0	21	23	43
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	8	8
Transferências	(0)	17	54	0	71	(41)	29
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(19)	0	0	0	(19)	0	(19)
Alienações	20	108	638	0	766	141	907
Alterações das taxas de câmbio	0	(22)	(25)	(0)	(46)	(24)	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	264	2.033	1.900	1	4.198	2.498	6.696
Valor escriturado:							
Saldo em 31 de dezembro de 2022	217	412	1.219	215	2.063	4.040	6.103
Saldo em 31 de dezembro de 2023	177	360	1.179	460	2.176	4.009	6.185

As despesas de depreciação, as perdas por imparidade e a reversão de perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor escriturado das rubricas de ativos fixos tangíveis sobre os quais existe uma restrição de venda era de € 24 million e € 25 million em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente.

Os compromissos para a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de € 96 million no final do exercício de 2023 e € 150 million no final do exercício de 2022.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático para os quais conta com ativos sob direito de uso. Durante 2023, os acréscimos a ativos sob direito de uso ascenderam a € 263 million e refletiram, em grande medida, novas locações imobiliárias. Os encargos de amortização no valor de € 543 million reconhecidos em 2023 resultaram principalmente do consumo previsto de ativos sob direito de uso para locações de propriedades durante os seus termos contratuais. O valor contabilístico de ativos sob direito de uso no valor de € 4.0 billion incluídos no total de ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2023 representava predominantemente propriedades arrendadas no valor de € 4.0 billion e locações de veículos no valor de € 13 million. Para obter mais informações sobre as propriedades arrendadas do Grupo e as divulgações associadas exigidas nos termos da IFRS 16, consulte a nota 22 "Locações".

22 – Locações

As divulgações do Grupo são na qualidade de locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis. O grupo aplicou o seu juízo na apresentação de informações relacionadas nos termos da IFRS 16, de uma forma que considera mais pertinente para uma compreensão do seu desempenho e da sua posição financeira.

O Grupo arrenda muitos ativos, incluindo terrenos e edifícios, veículos e equipamento informático. O Grupo é locatário da maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de arrendamento de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação.

Em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022), o grupo registava ativos sob direito de uso no seu balanço com um valor contabilístico de € 4.0 billion (€ 4.0 billion), os quais estão incluídos em ativos fixos tangíveis. Os ativos sob direito de uso representaram predominantemente propriedades arrendadas no valor de € 4.0 billion (€ 4.0 billion) e locações de veículos no valor de € 13 million (€ 10 million). Para obter mais informações sobre o desenvolvimento desde o início do ano até à data relativo aos ativos sob direito de uso, consulte a Nota 21 "Ativos fixos tangíveis".

Correspondendo ao reconhecimento dos ativos sob direito de uso, em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022), o grupo registou passivos por locação no seu balanço com um valor contabilístico de € 4.5 billion (€ 4.5 billion), os quais estão incluídos em Outros passivos. Em 31 de dezembro de 2023, os passivos por locação incluíam o valor descontado de futuros pagamentos de rendas no valor de € 477 million relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O contrato de locação tem um prazo fixo até ao final de 2036, com opções para prolongar o contrato por dois períodos adicionais de cinco anos até ao final de 2046.

Durante 2023 e 2022, o custo com juros registados a partir da composição dos passivos por locação ascenderam a € 113 million e € 85 million, respetivamente. As maturidades contratuais para os fluxos de caixa não descontados destes passivos são apresentadas na Nota 31 "Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros".

As despesas reconhecidas em 2023 (2022) relativas a locações a curto prazo e locações de ativos de baixo valor, para as quais o grupo decidiu aplicar a isenção de reconhecimento nos termos da IFRS 16 (e, por conseguinte, não registar os ativos sob direito de uso e os passivos por locação correspondentes no balanço), ascenderam a € 1 million (€ 1 million) e € 0 million (€ 0 million), respetivamente.

As receitas registadas em 2023 (2022) provenientes da sublocação de ativos sob direito de uso totalizaram € 29 million (€ 29 million).

A saída de caixa total para as locações em 2023 (2022) foi de € 645 million (€ 691 million) e representou principalmente as despesas efetuadas para locações imobiliárias superiores a € 638 million (€ 683 million). Do montante total das saídas de caixa, foram efetuados pagamentos de € 534 million (€ 607 million) para a parte principal dos passivos por locação; os pagamentos de € 111 million (€ 84 million) foram efetuados para a parcela de juros.

As saídas de caixa futuras totais às quais o Grupo, enquanto locatário, está potencialmente exposto, que não se refletem na medição dos passivos da locação, incluem principalmente exposições potenciais ao pagamento decorrentes de opções de extensão (2023: € 4.9 billion) e pagamentos futuros para locações ainda não iniciadas, mas para os quais o Grupo está comprometido (2023: € 40 million). As maturidades esperadas são apresentadas na tabela que se segue.

Saídas de caixa futuras às quais o grupo está potencialmente exposto que não se refletem na contabilização dos passivos por locação

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação:		
Até um ano	14	14
Entre um ano e cinco anos	590	613
Após cinco anos	4.318	5.226
Saídas de caixa futuras não refletidas em passivos por locação	4.922	5.852

23 – Goodwill e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de goodwill

As alterações do valor contabilístico de goodwill, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de goodwill, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa.

As atividades do Grupo estão organizadas de acordo com a seguinte estrutura divisional: Corporate Bank, Investment Bank, Private Bank e Asset Management. As divisões corporativas são consideradas UGC.

Consulte também a Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas" para mais informações relativamente às alterações na apresentação de divulgações por segmento.

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Investment Bank	Corporate Bank	Asset Management	Private Bank	Total
Balanzo em 1 de janeiro de 2022	0	0	2.806	0	2.806
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade ¹	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0	113	0	113
Saldo em 31 de dezembro de 2022	0	0	2.919	0	2.919
Montante bruto do goodwill	4.079	629	3.408	3.717	11.834
Perdas por imparidade acumuladas	(4.079)	(629)	(489)	(3.717)	(8.915)
Saldo em 1 de janeiro de 2023	0	0	2.919	0	2.919
Goodwill adquirido durante o exercício	235	0	0	0	235
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	(7)	0	(7)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade ¹	(233)	0	0	0	(233)
Alterações das taxas de câmbio/outras	(2)	0	(63)	0	(65)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	0	0	2.849	0	2.849
Montante bruto do goodwill	4.175	615	3.336	3.723	11.848
Perdas por imparidade acumuladas	(4.175)	(615)	(487)	(3.723)	(9.000)

¹ As perdas por imparidade de goodwill são registadas como imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis na demonstração de resultados

Após a aquisição da Numis Corporation Plc em 13 de outubro de 2023 (ver Nota 3), a alocação do preço de compra para a concentração de atividades empresariais resultou no reconhecimento do goodwill de € 235 million, que foi alocado à UGC Investment Bank. Dada a avaliação da UGC Investment Bank, com um déficit contínuo do seu valor recuperável em relação ao seu valor contabilístico, o goodwill foi considerado em imparidade e totalmente anulado no quarto trimestre de 2023.

Alterações de goodwill em 2022 apenas incluíram variações cambiais de goodwill Asset Management detidas em moedas não do Grupo.

As alterações ao goodwill em 2021 foram relativas à reclassificação de € 56 million de goodwill da divisão Asset Management para ativos detidos para venda, na sequência da venda designada da plataforma de investimento digital da DWS a uma joint venture com a BlackFin e movimentos cambiais. Após a aquisição de um prestador de serviços de pagamentos (Better Payment Germany GmbH) em setembro de 2021 (ver Nota 3), como parte da alocação do preço de compra, o Grupo tinha registado um goodwill de € 5 million atribuído à UGC Corporate Bank. Dado que a avaliação da CGU continuou a ter um déficit do seu valor recuperável em relação ao seu valor contabilístico, o goodwill recentemente adquirido foi considerado depreciado e totalmente amortizado em 2021.

Teste de imparidade de goodwill

Para efeitos de teste de imparidade, o goodwill adquirido numa combinação de negócios é atribuído à UGC apropriada, na base descrita na Nota 1 "Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas". As UGC principais do Grupo são as descritas acima. O goodwill do Asset Management é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável da UGC com o seu valor escriturado. Além disso, o Grupo testa o goodwill sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de alienação e o seu valor de uso. A UGC de Asset Management foi a única UGC com goodwill a ser objeto de um teste de imparidade anual em 2021, 2022 e 2023. Os testes de imparidade realizados na Asset Management nestes períodos não resultaram numa perda por imparidade, uma vez que os montantes recuperáveis da UGC Asset Management eram superiores aos respetivos montantes escriturados.

Uma revisão da estratégia do Grupo ou de determinados riscos políticos ou globais para a indústria bancária, incertezas relativamente à implementação da regulação já adotada e a introdução de legislação já em discussão podem resultar numa imparidade de goodwill no futuro.

Valor escriturado

O valor contabilístico de uma unidade geradora de caixa principal é apurado usando um modelo de afetação de capital baseado no Quadro de afetação do capital próprio dos acionistas do Grupo (consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", para obter mais informações). A alocação utiliza o total do capital próprio do Grupo da avaliação, incluindo Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1") que constituem notas subordinadas e sem garantia do Deutsche Bank e são classificadas como componentes de capital adicionais de acordo com as IFRS. O total do capital próprio é ajustado para um ajustamento adicional para goodwill atribuível a participações minoritárias.

Valor recuperável

O Grupo determina os valores recuperáveis das suas unidades geradoras de caixa principais com base na de maior valor em utilização e justo valor menos os custos de alienação (nível 3 da hierarquia de justo valor). Utiliza um modelo de fluxo de caixa descontado que reflete os detalhes específicos do negócio bancário e do seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar. Os valores recuperáveis incluem também o justo valor das Notas AT1, que são atribuídas às UGC primárias.

O modelo de fluxos de caixa descontados usa as projeções de rendimentos e os respetivos pressupostos de capitalização com base em planos financeiros de cinco anos, bem como expectativas a mais longo prazo no impacto dos desenvolvimentos regulamentares, que são descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de rendimentos além do período inicial de cinco anos são, onde aplicável, ajustadas para derivar um nível sustentável. No caso de um negócio em continuidade, o fluxo de caixa para o capital próprio é assumido como estando a aumentar ou a convergir na direção de uma taxa de crescimento a longo prazo constante para a UGC Asset Management de até 3.0% (2022: até 3.0%). Isto baseia-se em previsões de projeção de rendimentos para as UGC, bem como em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor dos fluxos de caixa descontados de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada (custo do capital) e, em menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar as taxas de desconto. Para a UGC Asset Management, as taxas de desconto (após impostos) aplicadas para 2023 e 2022 foram de 10.9% e 10.3%, respetivamente.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela a seguir com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Os principais pressupostos de gestão são:

Goodwill - unidade geradora de caixa escriturada principal	Descrição de pressupostos-chave	Incerteza associada a pressupostos-chave e potenciais acontecimentos/circunstâncias que podem ter um efeito negativo
Asset Management	— Manter a liderança em mercados maduros (por exemplo, Equidade, Multi-Asset e Rendimento Fixo)	— Ambiente desafiante de mercado e volatilidade desfavorável às suas estratégias de investimento
	— Expandir as principais áreas como Xtrackers e Alternativas	— Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos
	— Construir mais capacidades digitais	
	— Expandir as parcerias de distribuição para alargar a sua atividade a nível mundial	— Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de fluxo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade, desempenho de investimento desfavorável, ganhos de eficiência mais baixos do que o esperado
	— Prosseguir uma execução plurianual para substituir as plataformas de infraestruturas de base	— Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas

Sensibilidades: Para testar a resistência do valor recuperável, toma-se em consideração os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros). Atualmente, na divisão Asset Management, o valor recuperável excede o valor contabilístico em 14% / € 1.0 billion.

Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	Asset Management
Aumento na taxa de desconto (após impostos)	
de	10,9%
para	12,0%
Alteração nos lucros futuros previstos em cada período até	(10,9)%
Taxa de crescimento a longo prazo	
de	3,0%
para	0,9%

Outros ativos intangíveis

Alterações de outros ativos intangíveis por classes de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos					Ativos intangíveis gerados internamente		Total de outros ativos intangíveis	
	Não amortizado		Amortizado			Amortizado			
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados		Software
Custo de aquisição/fabrico:									
Saldo em 1 de janeiro de 2022	1.017	440	1.457	1.398	70	789	2.257	9.018	12.732
Adições	0	0	0	0	0	45	45	1.145	1.191
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(6)	(6)	(20)	(26)
Alienações	0	0	0	0	0	37	37	122	160
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(32)	(32)
Transferências	0	0	0	(9)	0	0	(9)	0	(9)
Alterações das taxas de câmbio	67	0	67	32	0	0	32	128	226
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.083	441	1.524	1.421	70	792	2.283	10.116	13.923
Adições	0	0	0	56	0	66	122	1.314	1.436
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	71	72
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	(4)	(4)	0	(4)
Alterações das taxas de câmbio	(37)	0	(37)	(21)	0	0	(21)	(72)	(130)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.046	440	1.486	1.456	70	854	2.380	11.288	15.154
Amortização e imparidade acumulada:									
Saldo em 1 de janeiro de 2022	257	439	696	1.383	70	662	2.115	5.904	8.714
Amortização do exercício	0	0	0	3	0	37	40	980	1.020 ¹
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	(6)	(6)	(20)	(26)
Alienações	0	0	0	0	0	35	35	122	157
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	(25)	(25)
Perdas por imparidade	68	0	68	0	0	0	0	30	98 ²
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	3	0	0	3	0	3 ³
Transferências	0	0	0	3	0	0	3	0	3
Alterações das taxas de câmbio	17	0	17	31	0	0	31	78	126
Saldo em 31 de dezembro de 2022	342	439	781	1.417	70	659	2.146	6.824	9.750
Amortização do exercício	0	0	0	3	0	35	38	1.027	1.064 ⁴
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	0	71	72
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	24	24 ⁵
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	(3)	(3)	0	(3)
Alterações das taxas de câmbio	(12)	0	(12)	(20)	0	(1)	(21)	(54)	(87)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	330	439	769	1.399	70	690	2.159	7.749	10.676
Valor escriturado:									
Em 31 de dezembro de 2022	741	2	743	4	0	133	137	3.293	4.173

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos					Ativos intangíveis gerados internamente		Total de outros ativos intangíveis	
	Não amortizado			Amortizado		Amortizado			
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Ativos intangíveis baseados em contratos	Software e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados		
Em 31 de dezembro de 2023	716	1	717	57	0	164	221	3.539	4.478

¹ € 1.0 billion foram incluídos nas despesas gerais e administrativas

² € 98 million foram constituídos por imparidades em acordos de gestão de investimentos de retalho registadas em imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis de 68 milhões de euros e de 30 milhões de euros em software autodesenvolvido registado em despesas gerais e administrativas

³ € 3 million foram uma inversão de perdas por imparidade em bens intangíveis relacionados com clientes registados em despesas gerais e administrativas

⁴ € 1.1 billion foram incluídos nas despesas gerais e administrativas

⁵ € 24 million eram perdas por imparidade em software desenvolvido pela própria empresa, registadas nas despesas gerais e administrativas

Ativos intangíveis amortizados

Em 2023, a amortização de ativos intangíveis aumentou em € 330 million. Isto inclui despesas de amortização no valor de € 1.1 billion, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (€ 1.1 billion) e imparidades de software da plataforma atual, bem como de software em desenvolvimento (€ 24 million). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de € 1.3 billion, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais forte em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio negativas de € (19) million.

Em 2022, a amortização de ativos intangíveis aumentou em € 173 million. Isto inclui despesas de amortização no valor de € 1.0 billion, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (€ 1.0 billion) e imparidades de software da plataforma atual, bem como de software em desenvolvimento (€ 30 million). As adições aos ativos intangíveis gerados internamente de € 1.1 billion, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensaram o impacto negativo da amortização e dos encargos com imparidades no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais fraca em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de € 50 million.

Em 2021, a amortização de outros ativos intangíveis permaneceu praticamente inalterada, diminuindo apenas ligeiramente em € 22 million. Isto reflete despesas de amortização no valor de € 1.0 billion, principalmente para o consumo agendado de software capitalizado (€ 1.0 billion) e imparidades de software da plataforma atual, bem como de software em desenvolvimento (€ 149 million). Adições aos ativos intangíveis gerados internamente de € 1.1 billion, resultantes da capitalização das despesas incorridas em conjunto com o desenvolvimento de software próprio do Grupo compensado pela diminuição no valor contabilístico líquido. Uma taxa de câmbio de euro mais fraca em relação às principais divisas correspondeu a alterações das taxas de câmbio positivas de 42 milhões de euros.

Outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear.

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Vidas úteis em exercícios
Ativos intangíveis gerados internamente:	
Software	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 20
Outros	até 20

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, no valor de € 716 million, estão relacionados com o negócio de fundos mútuos do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à UGC Asset Management. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à Asset Management o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis a um custo mínimo, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. em 2002.

O valor recuperável foi calculado como justo valor deduzido dos custos de alienação usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos, aplicando um plano de cinco anos, e a medição do justo valor foi classificada como nível 3 na hierarquia de justo valor. Os pressupostos-chave na determinação do justo valor deduzido dos custos de alienação incluem a combinação de ativos, a previsão de fluxos, a taxa de comissão efetiva e a taxa de desconto, bem como a taxa de crescimento do valor terminal. A taxa de desconto (custo de capital) aplicada no teste da imparidade anual foi de 10.9% em 2023 (10.6% em 2022). A taxa de crescimento do valor terminal aplicada para 2023 foi de 3.4% (para 2022, 3.8%).

Em 31 de dezembro de 2023, a análise da imparidade não resultou numa imparidade. Em 31 de dezembro de 2022, uma perda por imparidade no valor de € 68 million foi reconhecida na demonstração de resultados do Grupo no âmbito da imparidade do goodwill e outros ativos intangíveis, devido a saídas líquidas e à alteração da taxa de desconto para 10.9% no quarto trimestre de 2022.

24 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Empréstimos, líquidos	0	40
Total de ativos classificados como detidos para venda	0	40
Passivos por contratos de investimento	0	208
Total de passivos classificados como detidos para venda	0	208

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, nenhuns resultados não realizados associados a ativos não correntes classificados como detidos para venda foram reconhecidos diretamente em outro rendimento (perda) integral acumulado (após impostos).

2022

A DWS completa o encerramento da transferência da sua plataforma de investimento digital como parte da sua parceria com a BlackFin

Em setembro de 2021, o DWS Group ("DWS") e a BlackFin Capital Partners ("BlackFin") tinha acordado uma parceria estratégica a longo prazo para fazer evoluir conjuntamente a plataforma de investimento digital para um ecossistema de plataforma que fornece soluções e serviços abrangentes. Foi acordado que a DWS iria transferir a sua plataforma de investimento digital para uma joint venture com a BlackFin, mantendo uma participação de 30%. A transação de transferência da plataforma de investimento digital para a recém-criada empresa MorgenFund GmbH foi encerrada a 30 de novembro de 2022. Como parte da contrapartida, o Grupo recebeu uma participação de 30% nessa empresa, que é contabilizada segundo o método de equivalência patrimonial e detida na divisão Asset Management.

Venda do negócio italiano de consultores financeiros à Zurich Italy

Em agosto de 2021, o Deutsche Bank e o Zurich Insurance Group Italy ("Zurich Italy") chegaram a um acordo com a Zurich Italy Bank S.p.A. para adquirir o negócio de Consultores Financeiros do Deutsche Bank em Itália. A conclusão da venda foi anunciada a 17 de outubro de 2022. Nos termos do acordo, um total de 1,085 Consultores financeiros, 96 colaboradores e aproximadamente € 16 billion em ativos sob gestão (dos quais € 1 billion de Gestão de Carteira Discricionária ainda geridos pelo Deutsche Bank) passaram para a Zurich Bank Italy S.p.A. O ganho antes de impostos sobre a venda totalizou € 312 million e foi registado nos resultados do segmento Private Bank no quarto trimestre de 2022.

25 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	40.157	50.394
Valores a receber de corretagem prime	5	4
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	1.801	2.385
Valores a receber de operações regular way não liquidadas	30.603	18.467
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	72.566	71.250
Títulos de dívida detidos para recolher	21.831	25.500
Juros acumulados a receber	4.158	3.588
Ativos detidos para venda	0	40
Ativos relacionados com a atividade de seguros	92	6
Outros	16.049	17.910
Total de outros ativos	114.697	118.293

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	49.516	62.824
Valores a pagar de corretagem prime	18	24
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.641	2.982
Valores a pagar de operações regular way não liquidadas	29.365	16.882
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	81.539	82.711
Juros acumulados a pagar	4.785	2.826
Passivos detidos para venda	0	208
Passivos por locação	4.493	4.470
Passivos relacionados com a atividade de seguros	87	1
Outros	22.133	23.499
Total de outros passivos	113.036	113.714

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 24, “Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda”.

26 – Depósitos

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Depósitos à ordem não remunerados	183.692	246.804
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	162.380	131.370
Depósitos a prazo	188.468	158.851
Depósitos de poupança	87.496	84.431
Total de depósitos remunerados	438.343	374.652
Total de depósitos	622.035	621.456

27 – Disposições

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Risco operacional	Processos civis	Execução regulamentar	Reestruturação	Outros	Total ¹
Balanco em 1 de janeiro de 2022	42	644	475	582	448	2.192
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	(0)	(0)
Novas provisões	14	285	290	3	653	1.246
Montantes utilizados	3	136	216	201	582	1.138
Montantes não utilizados revertidos	8	166	0	137	110	421
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	(0)	1	23	0	1	26
Transferências	0	(1)	(3)	1	(13)	(16)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	45	627	570	248	398	1.888
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(1)	(2)	(0)	(2)	4	(1)
Novas provisões	8	881	109	287	709	1.993
Montantes utilizados	4	328	196	132	604	1.264
Montantes não utilizados revertidos	8	73	339	69	82	570
Efeitos da flutuação das taxas de câmbio/efeito financeiro do desconto	0	18	(13)	0	1	6
Transferências	(1)	1	(1)	0	(5)	(6)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	40	1.124	129	333	421	2.047

¹ Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 19, "Provisão para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais

Classes de provisões

Risco operacional O risco operacional é o risco de perda resultante de processos internos inadequados ou fracassados, pessoas e sistemas ou de eventos externos. A definição usada para determinar as provisões operacionais difere da definição de gestão do risco, pois exclui o risco de perda resultante de processos civis e de matérias ligadas à execução regulamentar. Para fins de gestão do risco, o risco operacional inclui o risco legal, como pagamentos aos clientes, contrapartes e entidades regulamentares em processos civis ou matérias ligadas à execução regulamentar constituem fatores de perda para deficiências operacionais, mas exclui o risco empresarial e da reputação.

As provisões de **processos civis** surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei.

As provisões para **reestruturação** decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

Outras provisões incluem várias rubricas específicas resultantes de uma variedade de diferentes circunstâncias, incluindo a provisão para o reembolso de comissões de processamento de empréstimos, comissões de vendas diferidas, provisões para taxas bancárias e pedidos de recompra de hipotecas.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos que possa ser estimada com fiabilidade. Quando não pode ser feita uma estimativa fiável para tal obrigação, não é reconhecida uma provisão e a obrigação é considerada como um passivo contingente. Os passivos contingentes também incluem possíveis obrigações para as quais a possibilidade de um fluxo económico futuro de saída é mais do que remota, mas menos do que provável. Quando foi tomada uma provisão para uma reclamação em particular, não é registado um passivo contingente; para matérias ou conjuntos de matérias que consistam em mais de uma reclamação, no entanto, podem ser registadas provisões para algumas reclamações e podem ser registados passivos contingentes (ou nem uma provisão nem um passivo contingente) para outros.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora

da Alemanha, incluindo os Estados Unidos. Nos últimos anos, a regulamentação e a supervisão em várias áreas aumentaram e os órgãos governamentais e entidades reguladoras, além de outras entidades, procuraram submeter os prestadores de serviços financeiros a um escrutínio e supervisão crescentes, que, por sua vez, conduziu a ações de execução e investigações regulamentares adicionais, muitas vezes seguidas por processos civis.

Para determinar em quais das matérias a possibilidade de perdas é provável, ou menos do que provável, mas mais do que remota, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza dessa matéria e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indenizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos.

As provisões que o Grupo reconheceu para processos civis e execução regulamentar em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 encontram-se apresentadas na tabela acima. Para algumas matérias em que o Grupo acredita que uma saída de fundos é provável, mas o Grupo não pode estimar com fiabilidade o montante da saída potencial, não foi reconhecida qualquer provisão.

Para as matérias para as quais uma estimativa fiável pode ser feita, mas a probabilidade de uma perda futura ou saída de recursos é mais do que remota, mas menos do que provável, o Grupo estima atualmente que, em 31 de dezembro de 2023, esses passivos contingentes são aproximadamente de € 1.9 billion para matérias de contencioso civil (31 de dezembro de 2022: € 1.8 billion) e € 0.2 billion para matérias de execução regulamentar (31 de dezembro de 2022: € 0.1 billion). Estes valores incluem matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros. Se a melhor estimativa do Grupo estiver dentro de um intervalo, o montante no topo do intervalo é divulgado para os passivos contingentes.

Para outras matérias relevantes de contencioso civil e execução regulamentar, em que o Grupo acredita na possibilidade de uma saída de fundos mais do que remota mas menos que provável, mas o montante ainda não constitui uma estimativa fiável, tais matérias não são incluídas nas estimativas dos passivos contingentes. Adicionalmente, nos casos em que o Grupo considera remota a possibilidade de uma saída de fundos, o Grupo não registou uma provisão nem incluiu as matérias nas estimativas de passivos contingentes.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos errôneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas. A perda possível estimada, bem como quaisquer provisões tomadas, pode ser e é muitas vezes substancialmente inferior ao montante inicialmente solicitado pelos órgãos reguladores ou adversários ou a perda máxima potencial pode ser incorrida quando as matérias resultam numa adjudicação final adversa ao Grupo. Adicionalmente, em várias regiões em que o Grupo opera, não é muitas vezes exigido a um adversário que defina o montante que procura, e quando o é, o montante pode não estar sujeito aos mesmos requisitos que se aplicam geralmente às alegações factuais ou justificações legais.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas fiáveis e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Processos individuais atuais

Abaixo são apresentadas descrições de contencioso civil e de matérias de execução regulamentar ou grupos de matérias para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota, ou ainda para as quais existe a possibilidade de negócio material ou risco em termos de reputação, bem como outras matérias significativas; as matérias idênticas estão agrupadas e algumas delas são constituídas por várias reclamações. As matérias divulgadas também incluem matérias para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais o Grupo não pode fazer uma estimativa fiável da possível perda. As matérias são apresentados por ordem alfabética da lista em inglês, com base nos títulos utilizados pelo Grupo para as mesmas.

Biscayne. Em 6 de julho de 2021, o banco e várias entidades do Grupo foram citados como réus num processo civil apresentado no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Sul da Florida, alegando que os réus facilitaram ou negligenciaram a descoberta de um esquema orquestrado por certos clientes do banco referidos como as entidades "Biscayne". A ação foi intentada pelos liquidatários nomeados para estas entidades. A questão foi levada a julgamento em abril de 2023 e resultou num veredito desfavorável do júri no valor de U.S. \$ 95 million. O banco recorreu do veredito para o Tribunal de Recurso da Décima Primeira Comarca. Em 22 de janeiro de 2024, as partes assinaram um acordo nos termos do qual o banco pagará aos liquidatários U.S. \$ 43.5 million, e todas as reclamações contra o banco e as entidades do Grupo serão indeferidas. O acordo foi aprovado pelo Tribunal de Insolvências dos EUA para o Distrito Sul da Florida em 28 de fevereiro de 2024.

Ordem de consentimento e acordo escrito com a Reserva Federal. Em 19 de julho de 2023, o Deutsche Bank, o Deutsche Bank AG New York Branch, a DB USA Corporation, a Deutsche Bank Trust Company Americas e a DWS USA Corporation celebraram uma ordem de consentimento e um acordo escrito com a Reserva Federal, resolvendo discussões regulamentares anteriormente divulgadas relativas à adesão a ordens e acordos anteriores relacionados com sanções e embargos e cumprimento de AML, e acordos e obrigações de correção relacionados com questões de gestão de riscos. A ordem de consentimento alega uma implementação insuficiente e tardia das sanções e embargos pós-acordo e dos compromissos de reforço do controlo AML exigidos por ordens de consentimento anteriores que o banco celebrou com a Reserva Federal em 2015 e 2017. O acordo escrito alega várias deficiências na governação, gestão de riscos e controlos internos nas operações do banco nos EUA e considera que o banco deve continuar a implementar melhorias adicionais. A ordem de consentimento exige que o Deutsche Bank pague uma sanção pecuniária civil no valor de U.S. \$ 186 million, incluindo U.S. \$ 140 million pelas alegadas violações no que diz respeito às sanções e embargos pós-acordo e aos compromissos de reforço do controlo AML, bem como uma sanção separada no valor de U.S. \$ 46 million por práticas inseguras ou pouco sólidas decorrentes do tratamento pelo banco da sua antiga relação de correspondente bancário com o Danske Bank Estonia, que foi terminada em outubro de 2015. O acordo escrito não inclui uma sanção pecuniária civil. Tanto a ordem de consentimento como o acordo escrito incluem determinados compromissos de reparação e de apresentação de relatórios pós-acordo.

Investigações e litígios Cum-ex. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a transações de clientes Cum-ex. "Cum-ex" refere-se a atividades de negociação em ações alemãs em torno de datas de registo de dividendos (data de negociação anterior e data de liquidação posterior à data de registo dos dividendos) para obter créditos fiscais alemães ou restituições em relação à retenção na fonte cobrada sobre pagamentos de dividendos, incluindo estruturas de transações que resultaram na existência de mais do que um participante no mercado a reivindicar o mesmo pagamento de dividendos. As operações "cum-ex" são consideradas um crime de evasão fiscal pelos tribunais alemães. O Deutsche Bank está a cooperar com as autoridades responsáveis pela aplicação da lei nestas matérias.

O Procurador do Ministério público de Colónia (*Staatsanwaltschaft Köln*, "CPP") tem vindo a realizar uma investigação criminal desde agosto de 2017 no que diz respeito a dois antigos colaboradores do Deutsche Bank em relação a transações Cum-ex de alguns antigos clientes do banco. Em outubro de 2022, o CPP realizou uma busca nos escritórios do Deutsche Bank em Frankfurt e Eschborn. Com base no mandado de busca, o CPP alargou o âmbito da investigação. São abrangidos pela investigação atuais e antigos colaboradores do Deutsche Bank e sete antigos membros do Conselho de Administração. Esta investigação encontra-se ainda numa fase inicial e o âmbito da mesma pode ainda ser alargado. O Deutsche Bank é um potencial participante secundário nos termos do artigo 30 o da lei alemã sobre infrações administrativas no presente processo. Este processo poderá resultar numa redução dos lucros e em multas. O Deutsche Bank está a colaborar com o CPP.

Em maio de 2021, o Deutsche Bank tomou conhecimento através de um pedido de informação recebido pelo Deutsche Oppenheim Family Offices AG (DOAG) como sucessor legal de Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA (Sal. Oppenheim) que o CPP em 2021 abriu um processo de investigação criminal em relação a transações cum-ex contra antigo pessoal desconhecido de Sal. Oppenheim. O DOAG forneceu as informações solicitadas.

Em 12 de julho de 2023, o Deutsche Bank, na qualidade de sucessor legal do Deutsche Postbank AG, foi informado pelo CPP de que este tinha aberto uma nova investigação criminal separada contra pessoal não identificado do antigo Deutsche Postbank AG.

O Deutsche Bank agiu na sua qualidade de participante e apresentou pedidos de reembolso de impostos através do procedimento de reembolso eletrónico (*Elektronisches Datenträgerverfahren*) em nome, inter alia, de dois antigos clientes de custódia em ligação com as respetivas transações Cum-ex. Em fevereiro de 2018, o Deutsche Bank recebeu da Administração Federal Alemã (*Bundeszentralamt für Steuern*, "FTO") um pedido de cerca de € 49 million para as restituições fiscais pagas a um cliente de custódia anterior. O Deutsche Bank espera receber um aviso formal no mesmo montante. Em dezembro de 2019, o Deutsche Bank recebeu uma notificação de incumprimento do FTO, solicitando o pagamento de € 2.1 million em relação a pedidos de reembolso de impostos que o Deutsche Bank tinha apresentado em nome de outro antigo cliente de custódia, que o Deutsche Bank pagou no início de 2020. Em julho de 2022, o Deutsche Bank apresentou uma reclamação contra o pagamento junto do Tribunal Fiscal de Colónia (*Finanzgericht Köln*).

Em 2018, o Banco de Nova Iorque Mellon SA/NV ("BNY") informou o Deutsche Bank da sua intenção de solicitar uma indemnização por potencial responsabilidade por impostos associados "cum-ex" incorridos pelo BHF Asset Service GmbH (BAS) e/ou pelo Frankfurter Service Kapitalanlage-GmbH ("Service KAG", agora designado BNY Mellon Service Kapitalanlage-Gesellschaft mbH). O Deutsche Bank tinha adquirido o BAS e o Service KAG no âmbito da aquisição da Sal. Oppenheim em 2010 e vendeu-as ao BNY no final desse ano. O BNY estimou o potencial passivo fiscal em até € 120 million (excluindo juros de 6% ao ano). No final de 2020, o consultor do BNY informou o Deutsche Bank de que o BNY e/ou a Service KAG (entre outras) receberam avisos das autoridades fiscais no montante estimado no que diz respeito às negociações "cum-ex" relacionadas por determinados fundos de investimento em 2009 e 2010. A BNY apresentou objeções contra os avisos. Na sequência da receção de ordens de pagamento das autoridades fiscais no montante de € 118.3 million em relação aos fundos de investimento e após consulta do Deutsche Bank, o BNY pagou € 53.6 million às autoridades fiscais. Mais € 50.9 million foram pago por terceiros. Além disso, o BNY recebeu da Repartição de Finanças de Frankfurt, relativamente a um dos fundos de investimento, uma notificação e um pedido de pagamento de juros de mora (*Hinterziehungszinsen*) no montante de € 11.6 million. O BNY, após consulta do Deutsche Bank, solicitou uma suspensão da execução (*Aussetzung der Vollziehung*) relativamente ao pedido de pagamento, que está atualmente pendente no Tribunal Fiscal de Hesse (*Hessisches Finanzgericht*).

Em dezembro de 2023, o Deutsche Bank recebeu cartas de audição da Administração Tributária alemã (*Bundeszentralamt für Steuern*) relativamente a dois fundos de investimento de terceiros que participaram em operações "cum-ex" em 2009. O Deutsche Bank prestou serviços e financiamento aos investidores dos fundos. Ambos os fundos receberam um total de € 87 million em reembolsos de impostos retidos na fonte em 2009. Em fevereiro de 2024, o Deutsche Bank respondeu às cartas de audição.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios sobre produtos derivados cambiais. Na sequência de uma investigação interna sobre as vendas históricas de determinados produtos cambiais derivados, o Deutsche Bank está a fornecer informações e a cooperar com as autoridades reguladoras. Em dezembro de 2023, a Comissão Nacional do Mercado de Valores Mobiliários espanhola (CNMV) anunciou que iria dar início a um processo contra o Deutsche Bank, S.A.E. por serviços de consultoria prestados a clientes espanhóis relativamente a produtos derivados cambiais. Separadamente, em setembro de 2021, o Deutsche Bank foi notificado de uma ação intentada no Supremo Tribunal de Inglaterra e País de Gales por quatro empresas do Palladium Hotels Group (PHG). O PHG reclama a restituição ou indemnização por alegadas perdas estimadas em € 500 million relativamente a transações de derivados cambiais celebradas com o Deutsche Bank entre 2013 e 2019. Alegam que as transações foram indevidamente vendidas pelo Deutsche Bank e que um dos quatro demandantes do PHG não tinha capacidade jurídica para realizar algumas das transações. O Deutsche Bank apresentou uma defesa, contestando o pedido. Em janeiro de 2024, o PHG apresentou uma alteração às alegações para incluir alegações adicionais de declarações fraudulentas. O Deutsche Bank apresentou uma alteração à defesa em fevereiro de 2024, que contesta as novas alegações. O início do julgamento está previsto para o início de 2025.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei globalmente que investigaram as transações e vários outros aspetos do mercado cambial.

Em 2018, um grupo de gestores de ativos optou por não participar num acordo coletivo consolidado e intentou um processo individual, alegando uma conspiração entre operadores de 16 bancos para manipular as taxas de referência cambiais e aumentar os spreads dos pares de divisas cambiais no período de 2003 a 2013 (*Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.*). A moção de indeferimento dos demandados foi deferida e indeferida em parte em 2020, e os queixosos apresentaram uma terceira queixa alterada. O Deutsche Bank também foi nomeado réu numa ação coletiva alterada e consolidada apresentada em Israel. Esta ação afirma alegações factuais semelhantes às feitas na ação consolidada nos Estados Unidos

e procura indemnizações ao abrigo da lei antitrust de Israel bem como outras causas de ação. Esta ação está em fases preliminares.

Em 2020, o Deutsche Bank foi nomeado numa ação emitida no Supremo Tribunal de Justiça do Reino Unido (Tribunal Comercial) intentada por muitos dos mesmos queixosos que intentaram a *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.* referidos acima. A alegação baseava-se em alegações factuais semelhantes às efetuadas em *Allianz, et al. v. Bank of America Corporation, et al.* Em março de 2022, o Supremo Tribunal ordenou que o processo fosse transferido para o Tribunal de Recurso da Concorrência do Reino Unido. O Deutsche Bank chegou a um acordo para resolver os processos *Allianz* nos EUA e no Reino Unido. Em maio de 2023, os processos nos EUA e no Reino Unido foram encerrados na sua totalidade.

Em maio de 2021, o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão foi nomeado numa ação civil antitrust intentada no Tribunal Cível da Jurisdição Central de São Paulo pela Associação dos Exportadores Brasileiros (AEB) contra certos corretores cambiais e instituições financeiras filiadas no Brasil. Esta ação afirma alegações factuais baseadas na conduta investigada pela autoridade brasileira da concorrência, o CADE, e procura obter uma indemnização nos termos da lei antitrust brasileira. Em fevereiro de 2022, o juiz presidente indeferiu a ação com base no facto de a ação não ser apropriada para um processo coletivo. A AEB interpôs recurso da decisão. O Deutsche Bank ainda não foi notificado.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias, pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Questões de taxas interbancárias e de negociantes. *Matérias reguladoras e de aplicação da lei.* O Deutsche Bank respondeu a pedidos de informação de, e cooperou com, diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias e/ou de negociantes oferecidas.

De 2013 a 2017, o Deutsche Bank celebrou acordos com a Comissão Europeia, o Departamento de Justiça dos EUA (DOJ), a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA (CFTC), a Autoridade de Conduta Financeira do Reino Unido (FCA), o Departamento de Serviços Financeiros do Estado de Nova Iorque (DFS) e outras entidades reguladoras relativamente a questões de taxas interbancárias e de taxas oferecidas por corretores. Permanecem em curso outras investigações do Deutsche Bank relativamente à fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente às restantes investigações, pois concluiu que é expectável que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Visão geral dos processos civis. O Deutsche Bank é parte em quatro ações judiciais nos Estados Unidos relativas à alegada manipulação relacionada com a fixação de várias taxas interbancárias e/ou de negociantes que se encontram descritas nos parágrafos seguintes, bem como ações pendentes no Reino Unido, em Israel, na Argentina e em Espanha. A maioria das ações judiciais, incluindo ações coletivas putativas, estão pendentes no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque (SDNY), contra o Deutsche Bank e numerosos outros réus. Todas as ações judiciais nos Estados Unidos foram apresentadas em nome de partes que alegam perdas como resultado de manipulação relativa à definição do LIBOR em dólares dos Estados Unidos.

Os pedidos de indemnização por perdas e danos para todas as quatro ações judiciais nos Estados Unidos discutidas foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e das leis antitrust federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act e demais legislação estadual e federal. O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Com uma exceção, todas as ações civis nos Estados Unidos relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos (o “MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos”) no distrito sul de Nova Iorque. À luz do grande número de casos individuais pendentes contra o Deutsche Bank e ações semelhantes, as ações civis incluídas no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão agora integradas sob a seguinte descrição geral do litígio pertencentes a tais ações, sem divulgação das ações individuais exceto quando as circunstâncias ou a resolução de um caso individual for material para o Deutsche Bank.

No seguimento de uma série de decisões no MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos entre março de 2013 e março de 2019 que reduziram as queixas, os queixosos estão atualmente a apresentar queixas antitrust, queixas ao abrigo das leis Commodity Exchange Act e Securities Exchange Act dos Estados Unidos e queixas de fraude da lei estatal, contratuais, enriquecimento sem causa e outras alegações de responsabilidade delitual. O tribunal emitiu também decisões de revogação de determinadas alegações dos queixosos por falta de jurisdição pessoal e com base em prazos de prescrição.

Em 2016, o tribunal distrital emitiu um parecer a revogar determinadas queixas antitrust e a permitir que outras avançassem. Vários queixosos interpuseram recurso dessa decisão. Em dezembro de 2021, o tribunal de segunda instância confirmou a decisão do tribunal distrital sobre os fundamentos da defesa da concorrência, mas inverteu a decisão do tribunal por motivos de jurisdição pessoal, e remeteu os casos para o tribunal distrital para novos procedimentos. Em março de 2022, os demandados (incluindo o Deutsche Bank) apresentaram uma petição para um mandado de certiorari ao Supremo Tribunal dos EUA para rever a decisão do Tribunal de Recurso. O Supremo Tribunal dos EUA negou a petição dos demandados em junho de 2022.

Em outubro de 2023, os queixosos de uma ação coletiva anteriormente suspensa, pendente como parte da ação LIBOR em dólares americanos MDL (*National Asbestos Workers Pension Fund, et al. v. Bank of America Corp., et al.*) apresentaram uma notificação de desistência voluntária, desistindo do processo na sua totalidade.

Em agosto de 2020, os queixosos apresentaram uma ação não coletiva no Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Norte da Califórnia contra várias instituições financeiras, alegando que a LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi suprimida através do presente. Em setembro de 2022, o tribunal deferiu a moção dos réus, mas concedeu aos queixosos autorização de alteração da sua queixa. Mais tarde, em 2022, os queixosos apresentaram uma queixa alterada e os réus apresentaram uma moção para rejeitar a queixa alterada, que o tribunal deferiu em outubro de 2023. Os queixosos apresentaram uma notificação de recurso ao Tribunal de Recurso dos Estados Unidos para a Nona Comarca e uma notificação de recurso alterada em novembro de 2023.

Existe uma outra ação civil no Reino Unido relativa à LIBOR em dólares americanos tentada pela U.S. Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), que atua como liquidatária de 19 instituições financeiras falidas sediadas nos EUA, na qual foi apresentado um pedido de indemnização nos termos da legislação da UE, do Reino Unido e dos EUA. Em fevereiro de 2022, na sequência de uma decisão do Tribunal de segunda instância dos EUA para o Segundo Circuito em relação às reivindicações antitrust USD LIBOR, o processo UK LIBOR foi suspenso até julho de 2022, para permitir o esclarecimento da posição em relação ao processo paralelo instaurado pelo FDIC contra o Deutsche Bank nos EUA. O FDIC apresentou um pedido de reinstauração do processo nos Estados Unidos em julho de 2022. Após o termo da estadia no Reino Unido, numa conferência de gestão de casos que teve lugar em dezembro de 2022, o Tribunal do Reino Unido ordenou um julgamento de uma amostra de três das instituições financeiras falidas. Este julgamento de "banco de amostras" foi inscrito numa lista para um julgamento de 19 semanas em fevereiro de 2026. Em dezembro de 2022, o SDNY deferiu o pedido do FDIC para restabelecer algumas das suas reivindicações contra o Deutsche Bank (e os outros réus estrangeiros) nos EUA, na medida em que estas reivindicações sobreviveram a uma moção de indeferimento sobre o mérito e sujeitas à reserva de direitos dos réus para contestar as reivindicações no futuro.

Na Argentina, foi apresentada uma nova ação coletiva relativa à LIBOR, solicitando indemnizações por perdas alegadamente sofridas pelos detentores de obrigações argentinas com taxas de juro baseadas na LIBOR. O Deutsche Bank está a defender esta ação.

LIBOR GBP e LIBOR CHF. As ações coletivas putativas que alegam a manipulação da LIBOR GBP e da LIBOR CHF estavam pendentes mas foram resolvidas, com aprovações finais concedidas em 2023, nos montantes de U.S. \$ 5 million e U.S. \$ 13 million, respetivamente. Por conseguinte, as ações já não estão refletidas nas provisões para litígios.

Questões relacionadas com Jeffrey Epstein. Em dezembro de 2018, o Deutsche Bank iniciou o processo de cessação da sua relação de cliente com Jeffrey Epstein, que teve início em agosto de 2013. Desde a detenção de Epstein em julho de 2019, o Deutsche Bank forneceu informações e cooperou com várias agências reguladoras e de aplicação da lei relativamente à antiga relação de cliente do banco com Epstein (individualmente e através de partes e entidades relacionadas), concluiu uma investigação interna sobre a relação com Epstein e celebrou acordos para resolver determinadas questões regulamentares e contenciosas, conforme descrito abaixo.

Em 2020, a DFS emitiu uma Ordem de Consentimento, concluindo que o Deutsche Bank violou as leis bancárias do Estado de Nova Iorque no âmbito das suas relações com três antigos clientes do Deutsche Bank, a sucursal do Danske Bank na Estónia, Jeffrey Epstein e o FBME Bank, e impondo uma sanção civil de U.S. \$ 150 million no âmbito destas três antigas relações, que o Deutsche Bank pagou no terceiro trimestre de 2020. O Banco foi também citado como réu numa ação coletiva de valores mobiliários no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY que incluía alegações relacionadas com a relação do banco com Epstein e outras entidades. Em setembro de 2022, as partes chegaram a um acordo de ação coletiva no montante de U.S. \$ 26.3 million, que o Tribunal aprovou num despacho datado de 6 de fevereiro de 2023.

Além disso, em 24 de novembro de 2022, o Deutsche Bank foi citado como réu numa ação coletiva apresentada no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY por uma alegada vítima de tráfico sexual de Epstein, alegando queixas contra o banco ao abrigo da Lei de Proteção das Vítimas de Tráfico, da Lei das Organizações Corruptas e Influenciadas pela Extorsão e da lei do Estado de Nova Iorque relativamente à antiga relação de cliente do banco com Epstein. Em maio de 2023, as partes chegaram a um acordo de ação coletiva no montante de U.S. \$ 75 million, que o Tribunal aprovou num despacho datado de 20 de outubro de 2023.

Em 26 de dezembro de 2023, o Deutsche Bank e o Procurador-Geral do Novo México ("NMAG") anunciaram um compromisso de 5 milhões de dólares americanos por parte do Deutsche Bank para financiar recursos adicionais para prevenir, investigar e processar o tráfico de seres humanos no estado do Novo México. O Deutsche Bank fez esse compromisso na sequência da investigação em curso do NMAG sobre as relações bancárias de várias empresas de serviços financeiros com Epstein.

Em 23 de novembro de 2023, o Deutsche Bank AG, o Deutsche Bank AG New York Branch e o Deutsche Bank Trust Company Americas (DBTCA) foram indicados como réus numa queixa apresentada no Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque por uma alegada vítima de Epstein. No entanto, o Deutsche Bank ainda não foi citado nesta ação. A queixa, alterada em 31 de dezembro de 2023, contém as mesmas reivindicações da Lei de Proteção das Vítimas de Tráfico e da lei de Nova Iorque que foram apresentadas na queixa de ação coletiva recentemente resolvida no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY acima mencionado.

Índice KOSPI, matérias de dissolução. No seguimento do declínio do índice 200 de cotações compostas de ações da Coreia ("KOSPI 200") no encerramento de leilão em 11 de novembro de 2010 em cerca de 2,7%, o Serviço de Supervisão Financeira da Coreia iniciou uma investigação e expressou a preocupação de que a queda no KOSPI 200 foi atribuível a uma venda pelo Deutsche Bank de um conjunto de ações, no valor de aproximadamente € 1.6 billion, que foi detido como parte de uma posição de arbitragem do índice no KOSPI 200. Em 19 de agosto de 2011, o Ministério Público coreano acusou a DSK e quatro funcionários do grupo Deutsche Bank de manipulação do mercado à vista/de futuros. Em janeiro de 2016, o Tribunal Distrital Central de Seul proferiu veredictos de culpa contra um negociante da DSK e a DSK. Foi aplicada à DSK uma coima no valor de KRW 1.5 billion (menos de € 2 million). Os veredictos do processo penal contra o comerciante da DSK e contra a DSK foram anulados em recurso numa decisão proferida pelo Supremo Tribunal de Seul em dezembro de 2018. O recurso do Ministério Público coreano da decisão do Supremo Tribunal de Seul foi rejeitado em última instância pelo Supremo Tribunal da Coreia do Sul em 21 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, foram intentadas várias ações judiciais em tribunais da Coreia do Sul contra o Deutsche Bank e a DSK por algumas partes que alegam que incorreram em perdas como consequência da queda no KOSPI 200. O único pedido pendente foi indeferido em última instância pelo Supremo Tribunal da Coreia do Sul em 21 de dezembro de 2023.

Monte Dei Paschi. Em março de 2013, o Banca Monte dei Paschi di Siena (MPS) intentou uma ação cível em Itália contra o Deutsche Bank, alegando que o Deutsche Bank ajudou a antiga direção do MPS a cometer uma fraude contabilística contra o MPS, ao realizar operações de recompra com o MPS e a "Santorini", uma sociedade especialmente criada para o efeito detida a 100% pelo MPS, que ajudou o MPS a diferir as perdas de uma operação anterior realizada com o Deutsche Bank. Em dezembro de 2013, o Deutsche Bank chegou a um acordo com o MPS para encerrar o processo civil e as operações foram anuladas.

O Ministério Público de Siena deu início a uma investigação criminal sobre as operações efetuadas pelo MPS com o Deutsche Bank e sobre algumas operações não relacionadas com estas, efetuadas pelo MPS com outras entidades. Essa investigação foi transferida, no verão de 2014, de Siena para os procuradores do Ministério Público de Milão, como resultado de uma alteração das alegadas acusações que estavam a ser investigadas. Em outubro de 2016, o tribunal de Milão levou a julgamento todos os arguidos no processo penal.

Em novembro de 2019, o tribunal de Milão emitiu os seus veredictos, declarando culpados cinco antigos funcionários e um atual funcionário do Deutsche Bank e condenando-os a 3 anos e 6 meses ou 4 anos e 8 meses. O Deutsche Bank foi considerado responsável nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001 e o tribunal ordenou a apreensão de alegados lucros no valor de € 64.9 million e uma multa de € 3 million. O Tribunal considerou também que o Deutsche Bank tinha responsabilidade civil indireta por danos (a quantificar pelo tribunal civil) enquanto empregador dos atuais e antigos empregados que foram condenados. As sentenças e as multas não eram devidas até à conclusão de qualquer processo de recurso. Na sequência de recursos interpostos pelo Deutsche Bank e pelos seis antigos ou atuais trabalhadores, em 2022, o Tribunal de Recurso de Milão absolveu todos os arguidos do Deutsche Bank de todas as acusações, considerou que o Deutsche Bank não era responsável nos termos do Decreto Legislativo italiano n.º 231/2001, revogou o confisco de 64,9 milhões de euros e a multa de 3 milhões de euros decretada contra o Deutsche Bank e revogou a declaração de responsabilidade civil indireta por danos. Em novembro de 2022, o Ministério Público interpôs um recurso contra os veredictos do Tribunal de Recurso de Milão junto do Supremo Tribunal. Em 11 de outubro de 2023, o Supremo Tribunal declarou o recurso do Ministério Público inadmissível e confirmou as decisões de absolvição do Tribunal de Recurso de Milão, que são, por conseguinte, definitivas. Embora os processos penais tenham sido concluídos, continua a existir a possibilidade de potenciais ações cíveis futuras.

Em maio de 2018, a CONSOB, a autoridade responsável pela regulação dos mercados financeiros italianos, aplicou coimas no valor de € 100,000 a cada um dos seis atuais e antigos funcionários do Deutsche Bank que são arguidos no processo penal. Os seis indivíduos foram igualmente proibidos de exercer funções de gestão em Itália e em instituições sediadas em Itália durante três a seis meses cada um. Não foi aplicada qualquer coima ou sanção separada ao Deutsche Bank, mas este é solidariamente responsável pelas coimas aplicadas aos seis atuais/antigos funcionários do Deutsche Bank. Em junho de 2018, o Deutsche Bank e os seis indivíduos apresentaram um recurso no Tribunal de Recurso de Milão, contestando a

decisão da CONSOB. Em dezembro de 2020, o Tribunal de Recurso de Milão deu provimento aos recursos interpostos pelo Deutsche Bank e pelos seis atuais e antigos trabalhadores e anulou a resolução que os sancionava. Em junho de 2021, a CONSOB apresentou um recurso junto do Supremo Tribunal contra a decisão. O Deutsche Bank e os seis indivíduos opuseram-se ao recurso.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Títulos relacionados com hipotecas e garantidos por património - Emitente e tomador do processo civil. O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos outros processos civis iniciados por privados em ligação às suas várias qualidades, incluindo emitente ou tomador de ofertas de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (RMBS) e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos, descritos abaixo, alegam, de um modo geral, que os prospectos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação. O Grupo registou provisões relativas a vários destes casos civis, mas não registou provisões relativas a todas estas matérias. O Grupo não divulgou o montante destas provisões porque concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique gravemente a resolução desta matéria.

O Deutsche Bank é réu numa ação relacionada com ofertas de RMBS interposta pela FDIC dos EUA como recetador do Citizens National Bank e do Strategic Capital Bank (alegando um montante não especificado em indemnização contra todos os réus). Nesta ação, as queixas readmitidas do tribunal de recurso anteriormente anuladas com base em prazos de prescrição e petições para nova audiência e certiorari junto do Supremo Tribunal dos Estados Unidos foram rejeitadas. Em maio de 2022, o FDIC indeferiu voluntariamente a sua reclamação em relação a uma das ofertas do RMBS e o Deutsche Bank apresentou uma moção para julgamento sumário solicitando o indeferimento da restante reclamação. A moção do Deutsche Bank foi totalmente apresentada em julho de 2022. A descoberta fica suspensa enquanto se aguarda a resolução da moção do Deutsche Bank.

O Deutsche Bank foi constituído réu em casos relativos a dois trusts RMBS apresentados inicialmente por investidores do RMBS e posteriormente pelo HSBC, como mandatário, no tribunal do estado de Nova Iorque. Os processos alegam violações do alegado dever do Deutsche Bank de notificar o administrador de violações de declarações e garantias ao nível dos empréstimos nas ofertas do RMBS ACE Securities Corp. 2006-FM1 e ACE Securities Corp. 2007-ASAP1, respetivamente. Os processos apresentavam originalmente queixas contra o Deutsche Bank por violações de representações e garantias, mas essas queixas foram rejeitadas por serem intempestivas e o tribunal de recurso confirmou essa decisão em abril de 2019. A fase de instrução está a decorrer.

Em outubro de 2019, os queixosos apresentaram duas queixas (uma pelo HSBC como fiduciário e outra pelos titulares de certificados) procurando reavivar, ao abrigo da Secção 205(a) da Lei e Regras de Prática Civil de Nova Iorque, as queixas intempestivas de violação de representações e garantias às quais o indeferimento foi afirmado no processo relativo à ACE 2006-FM1. O tribunal de primeira instância indeferiu a ação dos titulares de certificado e o Primeiro Departamento confirmou o indeferimento em 2022. Os titulares de certificados apresentaram um pedido de autorização para recorrer ao Tribunal de Recurso, que foi recusado em 20 de fevereiro de 2024. O tribunal também rejeitou a ação de recuperação do fiduciário intentada pelo HSBC. Em novembro de 2022, o HSBC interpôs um recurso que continua pendente.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

Títulos relacionados com hipotecas e garantidos por património – Processos civis do mandatário. As subsidiárias norte-americanas do Deutsche Bank, Deutsche Bank National Trust Company (DBNTC) e Deutsche Bank Trust Company Americas (DBTCA) (coletivamente, os "Fiduciários"), são réus em dois processos civis distintos e a DBNTC é ré num terceiro processo civil, intentado por investidores relativamente ao papel dos Fiduciários como administradores fiduciários de determinados fundos fiduciários do RMBS. As ações geralmente alegam queixas de violação contratual, violação de deveres fiduciários, violação do dever de evitar conflitos de interesses, negligência e/ou violações da lei de escritura de trusts dos Estados Unidos de 1939 (Trust Indenture Act), com base no alegado incumprimento por parte das Mandatárias de prestar adequadamente determinadas obrigações e/ou serviços como mandatária de trusts.

Os três processos incluem ações intentadas (a) pelo National Credit Union Administration Board (NCUA), na qualidade de investidor em 18 fundos fiduciários que alegadamente sofreram perdas totais de garantias realizadas superiores a U.S. \$ 3.7 billion; (b) pelo Commerzbank AG, na qualidade de investidor em 50 fundos fiduciários do RMBS, alegando perdas de centenas de milhões de dólares; e (c) pela IKB International, S.A. em liquidação e pela IKB Deutsche Industriebank A.G. (coletivamente, "IKB"), na qualidade de investidor em 15 fundos fiduciários do RMBS, inicialmente com um pedido de indemnização superior a U.S. \$ 268 million, antes de a IKB ter voluntariamente retirado os seus pedidos de indemnização

relativos a determinados certificados do RMBS. No caso do NCUA, a moção da DBNTC para indeferir a queixa alterada foi parcialmente concedida e parcialmente recusada, indeferindo as queixas de responsabilidade delitual da NCUA mas mantendo as respetivas queixas de violação de contrato. Ambas as partes apresentaram moções para um julgamento sumário parcial e essas moções estão totalmente instruídas e pendentes no tribunal. Em fevereiro de 2022, o tribunal no processo Commerzbank concedeu parcialmente e recusou parcialmente a moção de julgamento sumário da DBNTC e da DBTCA, indeferindo todas as queixas de responsabilidade delitual e indeferindo as queixas de violação de contrato relativas a determinados trusts, e negou a moção de julgamento sumário do Commerzbank na sua totalidade. A fase de instrução está a decorrer. Em janeiro de 2021, o tribunal no processo da IKB deferiu em parte e indeferiu em parte a moção de indeferimento dos Fiduciários, indeferindo algumas das reivindicações da IKB, mas permitindo que algumas das suas reivindicações de violação de contrato e delito avançassem; os Fiduciários recorreram de alguns aspetos dessa decisão e a IKB recorreu de outros aspetos. Em agosto de 2022, o Supremo Tribunal de Nova Iorque, Secção de Recurso, Primeiro Departamento, afirmou em parte e inverteu em parte a ordem do tribunal sobre a moção de indeferimento. A DBNTC e a DBTCA recorreram de certos aspetos da decisão do Primeiro Departamento. Em 15 de junho de 2023, o Tribunal de Recurso de Nova Iorque modificou parcialmente a decisão do Primeiro Departamento, rejeitando algumas reivindicações contratuais adicionais e as restantes reivindicações de responsabilidade civil da IKB. A fase de instrução está a decorrer.

O Grupo estabeleceu passivos contingentes relativamente a algumas destas questões, mas não divulgou o montante porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

Matérias hipotecárias polacas. A partir de 2016, alguns clientes do Deutsche Bank Polska S.A. contactaram o Deutsche Bank Polska S.A., alegando que os seus contratos de empréstimo hipotecário em moeda estrangeira incluíam cláusulas injustas e eram inválidos. Estes clientes exigiram o reembolso dos alegados pagamentos excessivos ao abrigo desses acordos, num total de mais de 685 milhões de euros, tendo sido intentadas mais de 5000 ações cíveis nos tribunais polacos até 29 de fevereiro de 2024. Estes casos são um problema que afeta todo o setor na Polónia e outros bancos enfrentam reclamações semelhantes. O Deutsche Bank Polska S.A. tomou e irá tomar as ações judiciais necessárias para se defender e contestar tais reclamações nos tribunais.

Durante o ano de 2023, verificou-se uma deterioração do perfil de risco no que respeita à carteira de empréstimos hipotecários polacos sobre divisas, especialmente na sequência de uma decisão desfavorável do Tribunal de Justiça das Comunidades Europeias em 15 de junho de 2023, que afetou o setor bancário polaco em geral. Além disso, o banco aperfeiçoou o seu modelo de estimativa da provisão no terceiro trimestre, tendo em conta a evolução esperada das decisões judiciais e outros parâmetros de mercado. Como resultado, a provisão para esta matéria aumentou em € 244 million para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e a provisão total em 31 de dezembro de 2023 é de € 534 million.

Oferta pública de aquisição voluntária do Postbank. Em 12 de setembro de 2010, o Deutsche Bank anunciou a decisão de realizar uma oferta de aquisição voluntária de todas as ações do Deutsche Postbank AG (Postbank). Em 7 de outubro de 2010, o banco publicou a sua oferta oficial de aquisição e ofereceu aos acionistas do Postbank uma contrapartida de € 25 por cada ação do Postbank. Esta oferta foi aceite para um total de aproximadamente 48.2 million ações do Postbank.

Em novembro de 2010, uma antiga acionista do Postbank, a Effecten-Spiegel AG, que tinha aceitado a oferta de aquisição, intentou uma ação contra o Deutsche Bank, alegando que o preço de oferta era demasiado baixo e que não foi determinado de acordo com a legislação alemã aplicável. A queixosa alega que o Deutsche Bank tinha sido obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória de todas as ações do Postbank, o mais tardar, em 2009, uma vez que os direitos de voto da Deutsche Post AG no Postbank tinham de ter sido atribuídos ao Deutsche Bank nos termos do artigo 30.º da lei alemã relativa às aquisições. Com base nas mesmas, a queixosa alega que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 necessita de ser aumentada para € 57.25 por ação.

O tribunal regional de Colónia (*Landgericht*) indeferiu a ação em 2011 e o tribunal de recurso de Colónia indeferiu o recurso em 2012. O Tribunal Federal anuiu esta decisão e remeteu o processo para o Tribunal Regional Superior de Colónia, a fim de tomar provas de determinadas alegações do queixoso.

A partir de 2014, antigos acionistas adicionais do Postbank, que aceitaram a oferta de aquisição de 2010, intentaram ações semelhantes à da Effecten-Spiegel AG contra o Deutsche Bank, que estavam pendentes no tribunal regional de Colónia e no tribunal regional superior de Colónia respetivamente. A 20 de outubro de 2017, o tribunal regional de Colónia apresentou uma decisão deferindo as queixas num total de 14 casos, que foram combinados num processo. O tribunal regional de Colónia considerou que o Deutsche Bank foi obrigado a realizar uma oferta de aquisição obrigatória já em 2008, de modo que a contrapartida apropriada a oferecer na aquisição deveria ter sido de € 57.25 por ação do Postbank (em vez de 25 euros). A contrapartida adicional por ação devida aos acionistas que aceitaram a oferta de aquisição é de € 32.25. O Deutsche Bank recorreu desta decisão para o Supremo Tribunal Regional de Colónia.

Em 2019 e 2020, o Supremo Tribunal Regional de Colónia ouviu uma série de testemunhas em ambos os processos e emitiu ordens para a apresentação de documentos de transação relevantes celebrados entre o Deutsche Bank e a Deutsche Post AG em 2008 e 2009.

Em 16 de dezembro de 2020, o Tribunal Regional Superior de Colónia proferiu uma decisão e rejeitou integralmente as alegações da Effecten-Spiegel AG. Além disso, numa segunda decisão proferida em 16 de dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Regional de Colónia deferiu o recurso do Deutsche Bank contra a decisão do Tribunal Regional de Colónia de 20 de outubro de 2017 e rejeitou todas as alegações dos queixosos. Todos os queixosos relevantes interpuseram recursos junto do Tribunal Federal Alemão (*Bundesgerichtshof*) que, em 13 de dezembro de 2022, anunciou a sua decisão, anulando os acórdãos do Supremo Tribunal Regional de Colónia e reenviando os processos para o Supremo Tribunal Regional de Colónia. O Supremo Tribunal Superior de Colónia marcou uma audiência para 26 de abril de 2024.

O Deutsche Bank foi notificado de um número elevado de processos judiciais adicionais instaurados contra o Deutsche Bank pouco antes do final de 2017, estando a maioria dos quais agora pendentes no tribunal regional de Colónia. Alguns dos novos queixosos alegam que a contrapartida oferecida pelo Deutsche Bank pelas ações do Postbank na oferta de aquisição voluntária de 2010 deve ser aumentada para € 64.25 por ação.

Os pedidos de pagamento contra o Deutsche Bank relativos a estas questões totalizam quase € 700 million (excluindo os juros, que são significativos devido à longa duração dos processos).

O Grupo estabeleceu um passivo contingente relativamente a estas questões, mas não divulgou o montante deste passivo contingente, porque concluiu que tal divulgação poderia prejudicar gravemente o resultado destas questões.

A questão jurídica que se prende com a obrigatoriedade de o Deutsche Bank ter feito uma oferta de aquisição obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua aquisição voluntária em 2010 pode influenciar dois processos de avaliação pendentes (*Spruchverfahren*). Estes processos foram iniciados por antigos acionistas do Postbank com o objetivo de aumentar a remuneração em numerário oferecida no âmbito do afastamento de acionistas do Postbank em 2015 e a remuneração em numerário oferecida e a remuneração anual paga no âmbito da execução de um acordo de transferência de resultados e de domínio (*Beherrschungs- und Gewinnabführungsvertrag*) entre a DB Finanz-Holding AG (agora DB Beteiligungs-Holding GmbH) e o Postbank em 2012.

Os participantes nos processos de avaliação pretendem uma possível obrigação do Deutsche Bank em fazer uma oferta de aquisição obrigatória ao Postbank a um preço de oferta de € 57.25, ao determinar a remuneração em numerário adequado nos processos de avaliação. O tribunal regional de Colónia tinha inicialmente seguido este parecer jurídico dos requerentes em duas resoluções. Numa decisão datada de junho de 2019, o tribunal regional de Colónia abandonou expressamente este parecer jurídico no âmbito do processo de apreciação em relação à execução de um acordo de domínio e de transferência de lucros e perdas. De acordo com a presente decisão, a questão de saber se o Deutsche Bank foi obrigado a fazer uma oferta obrigatória para todas as ações do Postbank antes da sua oferta de aquisição voluntária em 2010 não será relevante para determinar a compensação pecuniária adequada. É provável que o tribunal regional de Colónia adote a mesma posição jurídica no processo de apreciação no âmbito do processo de liquidação. Em 1 de outubro de 2020, o Tribunal Regional de Colónia proferiu uma decisão no processo de avaliação relativo ao acordo de domínio e transferência de resultados (datado de 5 de dezembro de 2012), segundo a qual a compensação anual nos termos da Secção 304 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (*jährliche Ausgleichszahlung*) deve ser aumentada em € 0.12 para € 1.78 por ação do Postbank e o montante de liquidação nos termos da Secção 305 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (*Abfindungsbetrag*) deve ser aumentado em € 4.56 para € 29.74 por ação do Postbank. O aumento do montante do acordo é relevante para cerca de 492,000 antigas ações do Postbank, enquanto o aumento da compensação anual é relevante para cerca de 7 million antigas ações do Postbank. O Deutsche Bank, bem como os requerentes, interpelaram esta decisão.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a esta matéria pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Contencioso RusChemAlliance. Em junho de 2023, a RusChemAlliance LLC (RCA), uma joint venture russa da Gazprom PJSC e da RusGasDobycha JSC, apresentou uma queixa contra o Deutsche Bank num tribunal de comércio estadual em São Petersburgo. Em 31 de outubro de 2023, realizou-se uma audiência em tribunal. Uma nova audiência sobre o mérito foi marcada para 16 de abril de 2024. A RCA está a tentar obter o pagamento de aproximadamente € 238 million (excluindo juros) ao abrigo de uma garantia de adiantamento (APG) emitida pelo Deutsche Bank em 2021 a pedido de um dos seus clientes, sendo a RCA nomeada como beneficiária.

A RCA apresentou um pedido de pagamento ao abrigo da APG que foi rejeitado pelo Deutsche Bank devido à imposição de sanções da UE contra a Rússia. O tribunal russo aceitou este pedido e assumiu a competência, contrariamente às disposições contratuais da APG que preveem a arbitragem em Paris. Pode, portanto, presumir-se que o tribunal russo também não reconhecerá a aplicabilidade das sanções da UE. O Deutsche Bank mantém ativos na Rússia que poderão ser apreendidos se o pedido for deferido e executado. O Deutsche Bank tem direito a ser indemnizado pelo seu cliente no que diz respeito às obrigações de pagamento do banco ao abrigo da garantia de adiantamento e aos honorários e custos legais relacionados com o processo judicial e a execução de uma decisão judicial negativa. O Deutsche Bank reconheceu uma provisão no montante de aproximadamente € 260 million e um ativo de reembolso correspondente ao abrigo do acordo de indemnização. A despesa do reconhecimento da provisão é compensada pela receita do reconhecimento do ativo de reembolso.

Investigações e litígios de obrigações soberanas, supranacionais e de agências (SSA). O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a negociação de obrigações de SSA. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Em 24 de maio de 2023, a Autoridade da Concorrência e dos Mercados do Reino Unido (CMA) enviou uma comunicação de objeções ao Deutsche Bank relativamente a uma potencial violação das regras antitrust do Reino Unido no que se refere à venda, negociação no mercado secundário e leilões de recompra de obrigações governamentais do Reino Unido, incluindo Gilts e Gilt asset swaps, entre 2009 e 2013. O Deutsche Bank cooperou proativamente com a CMA nesta matéria, pelo que lhe foi concedida imunidade provisória total. O envio da comunicação de objeções é um passo na investigação da CMA e não prejudica o resultado da investigação que está em curso.

Em 22 de novembro de 2023, a Comissão Europeia anunciou a sua decisão de que o Deutsche Bank e um outro banco violaram no passado as regras antitrust da UE em relação à negociação no mercado secundário de obrigações SSA denominadas em euros e, numa medida muito limitada, de obrigações garantidas pelo Estado. O Deutsche Bank cooperou proativamente com a Comissão Europeia neste assunto e, como resultado, recebeu imunidade total. De acordo com as diretrizes da Comissão Europeia, não foi aplicada qualquer sanção financeira ao Deutsche Bank. O período de tempo da alegada infração terminou em 2016.

Em 2021, o Deutsche Bank foi notificado de que a autoridade da concorrência mexicana, a COFECE, chegou a uma resolução que impõe multas ao DB México e a dois dos seus antigos negociantes, bem como a seis outras instituições financeiras e nove outros comerciantes, por se envolverem em alegadas práticas monopolistas no mercado secundário de obrigações do Governo mexicano. O DB México recorreu. A coima aplicada ao DB Mexico foi de aproximadamente U.S. \$ 427,000.

O Deutsche Bank é réu numa ação coletiva putativa intentada em 16 de junho de 2023 no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY por alegados participantes diretos no mercado, que reivindicam uma violação da legislação antitrust relacionada com a alegada manipulação do mercado secundário de negociação de obrigações governamentais do Reino Unido. A queixa pede danos triplos e honorários advocatícios. O caso está em fase inicial.

O Deutsche Bank é réu numa ação coletiva putativa intentada em dezembro de 2022 no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY por alegados participantes diretos no mercado, que alegam uma violação da legislação antitrust relacionada com a alegada manipulação do mercado secundário de negociação de obrigações soberanas denominadas em euros. A queixa pede danos triplos e honorários advocatícios. O caso está em fase inicial.

O Deutsche Bank é também réu em ações coletivas putativas intentadas em 2017 no Tribunal Superior de Justiça do Ontário e no Tribunal Federal do Canadá, respetivamente, alegando violações da legislação antitrust e do direito comum relacionadas com a alegada manipulação da negociação secundária de obrigações SSA. As queixas procuram indemnizações compensatórias e punitivas. A 20 de julho de 2022, o Deutsche Bank celebrou um acordo de nacional que resolveria o pedido de indemnização federal canadiano relativamente às SSA contra todos os réus do Deutsche Bank. O acordo de liquidação continua sujeito à aprovação do Tribunal Federal do Canadá.

O Deutsche Bank foi citado como réu numa ação coletiva consolidada apresentada no Tribunal Distrital dos EUA para o SDNY, alegando violações da lei antitrust dos EUA e uma queixa por enriquecimento sem causa relacionada com a negociação de obrigações do governo mexicano. A moção dos réus para rejeitar a queixa alterada consolidada dos queixosos foi concedida sem prejuízo. Os queixosos apresentaram uma segunda queixa alterada, nomeando apenas os arguidos sediados no México, que também foi rejeitada sem prejuízo. Os queixosos recorreram para a Segunda Instância e, a 9 de fevereiro de 2024, o indeferimento da queixa foi anulado.

Para além do indicado acima, o Grupo não divulgou se estabeleceu provisões ou passivos contingentes relativamente às matérias acima referidas pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Investigações sobre Títulos do Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank recebeu pedidos de determinadas autoridades regulamentares e de aplicação da lei, incluindo pedidos de informação e documentos relativos a leilões, negociação e atividade de mercado relacionada com o Tesouro dos Estados Unidos. O Deutsche Bank colaborou nas investigações.

A Deutsche Bank Securities Inc., a principal subsidiária de corretagem do banco nos Estados Unidos (DBSI), foi demandada em várias ações coletivas putativas que alegavam violações da legislação antitrust dos Estados Unidos, da lei Commodity Exchange Act dos Estados Unidos e do direito comum relacionadas com a alegada manipulação do mercado de títulos do Tesouro dos Estados Unidos. Estes casos foram consolidados no SDNY. Em 2017, o tribunal excluiu a DBSI da ação coletiva sem prejuízo. Os réus apresentaram uma moção para rejeitar uma segunda queixa alterada, que foi aceite. A notificação de recurso dos queixosos para a Segundo Instância continua pendente.

Em 2020, a CFTC emitiu uma ordem nos termos de um acordo com a DBSI por alegada falsificação por parte de dois operadores sediados em Tóquio entre janeiro e dezembro de 2013. Sem admitir ou negar as constatações ou conclusões da mesma, o Deutsche Bank consentiu na adoção da decisão, incluindo uma coima.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias, pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

Litígios de spoofing de tesouraria dos Estados Unidos. Na sequência do acordo do banco com a CFTC acima mencionado, foram apresentadas cinco ações coletivas putativas distintas no Tribunal Distrital do Illinois contra o Deutsche Bank AG e a DBSI. Os casos alegam que o Deutsche Bank e outras entidades não denominadas participaram num esquema de janeiro a dezembro de 2013 para enganar o mercado de contratos de futuros e opções de tesouraria e contratos de futuros e opções de euro/dólares. Na sequência da instrução de uma moção de indeferimento, o juiz ordenou uma instrução suplementar sobre as questões da legitimidade e da instrução jurisdicional, que foi agora substancialmente concluída. Os queixosos apresentaram uma queixa alterada e depois uma segunda queixa alterada. O Deutsche Bank AG e a DBSI apresentaram uma moção de recusa em 12 de setembro de 2023 e uma resposta em 13 de dezembro de 2023.

O Grupo não divulgou se estabeleceu uma provisão ou passivo contingente relativamente a estas matérias pois concluiu que se pode esperar que tal divulgação prejudique seriamente o seu resultado.

28 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, incluindo compromissos de fronting, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de performance, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Na eventualidade de o Grupo ter de pagar em numerário no que respeita aos seus principais compromissos (Fronting Commitments), o Grupo procuraria de imediato reembolso de outros credores do consórcio. O Grupo tem todos os instrumentos acima em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito revogáveis, compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Compromissos de crédito irrevogáveis	206.084	202.595
Compromissos de crédito revogáveis	49.325	48.425
Passivos contingentes	65.131	67.214
Total	320.540	318.234

Outros compromissos e outros passivos contingentes

Os outros compromissos irrevogáveis e outros passivos contingentes do Grupo, sem considerar garantias ou provisões, ascendiam a € 74.2 million em 31 de dezembro de 2023 e a € 73.0 million em 31 de dezembro de 2022. O número considera a utilização máxima potencial do Grupo no caso de todas estas responsabilidades assumidas terem de ser assumidas. Por conseguinte, não inclui os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto e médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias são bastante semelhantes devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico ("OCDE"). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-Membros da OCDE) definem parâmetros de referência (benchmarks) destinados a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas para auxiliar os clientes no financiamento de bens e serviços exportados. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maioria dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes S.A., agindo em nome da República Federal da Alemanha, pela Atradius Credito y Caucion S.A. de Seguros y Reaseguros, agindo em nome do Reino de Espanha, ou pela Korea Trade Insurance Corporation, agindo em nome da República da Coreia.

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas e proteção de depósitos

Algumas entidades do Grupo são obrigadas a fazer contribuições para as autoridades nacionais de resolução ou para os sistemas de proteção de depósitos, como o Fundo Único de Resolução (FUR) do Conselho Único de Resolução (CUR). Uma parte dessas contribuições pode ser efetuada sob a forma de compromissos de pagamento irrevogáveis (IPC) apoiados por garantias em numerário e em títulos.

Os IPC relacionados com a taxa bancária de acordo com a Diretiva Recuperação e Resolução Bancárias (BRRD), o FUR e a proteção de depósitos fornecida pelo fundo alemão de proteção de depósitos ascendiam a 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: 1,3 mil milhões de euros). Há 1,0 mil milhões de euros de IPC relacionados com o FUR (31 de dezembro de 2022: 0,9 mil milhões de euros).

Em 2023, o Grupo forneceu IPC adicionais no valor de 119 milhões de euros ao FUR e de 54 milhões de euros ao fundo de proteção de depósitos alemão, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, o total das garantias consistia em 1,4 mil milhões de euros de garantias em numerário e 81 milhões de euros de garantias em títulos (31 de dezembro de 2022: 1,2 mil milhões de euros e 78 milhões de euros, respetivamente). Há 1,0 mil milhões de euros de garantias em numerário relacionadas com o FUR (31 de dezembro de 2022: 0,9 mil milhões de euros).

O Grupo contabiliza os IPC como passivos contingentes, uma vez que não se considera provável que os IPC venham a ser acionados. Além disso, o Grupo continua a ser o proprietário económico das garantias prestadas.

Em outubro de 2023, numa questão não relacionada com o Grupo, o Tribunal Geral da UE proferiu um acórdão que apoiava o CUR na sua opinião de que, no caso de uma entidade que já não esteja abrangida pelo âmbito de aplicação do Mecanismo Único de Resolução, os seus IPC são cancelados e as garantias que suportam estes compromissos só são devolvidas se a entidade pagar uma contribuição em numerário ao FUR no mesmo montante. O queixoso interpôs recurso contra este acórdão para o Tribunal de Justiça da UE em janeiro de 2024. O Grupo é de opinião que a sua análise contabilística dos IPC no que diz respeito ao FUR e à proteção dos depósitos permanece inalterada em 31 de dezembro de 2023, e continua a acompanhar os desenvolvimentos jurídicos e o seu potencial impacto contabilístico.

29 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	5.497	1.899
Outros	4.123	3.223
Total de outros empréstimos a curto prazo	9.620	5.122

30 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2024	Vencimento em 2025	Vencimento em 2026	Vencimento em 2027	Vencimento em 2028	Vencimento após 2028	Total 31 de dez. 2023	Total 31 de dez. 2022
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	14.803	12.237	12.380	10.779	8.736	13.720	72.656	63.986
Taxa variável	319	2.427	2.441	895	616	2.329	9.028	14.571
Outros	15.704	568	564	350	680	8.529	26.394	41.588
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	53	2.703	1.978	2.378	0	4.051	11.163	9.644
Taxa variável	0	0	0	0	0	0	0	1.491
Outros	64	0	42	20	0	22	149	245
Total de dívida a longo prazo	30.942	17.936	17.406	14.422	10.032	28.652	119.390	131.525

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2023 e 2022.

Títulos fiduciários preferenciais¹

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Taxa fixa	0	0
Taxa variável	289	500
Total de títulos fiduciários preferenciais	289	500

¹ Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo

31 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

em milhões de euros	31 dez 2023				
	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	183.692	0	0	0	0
Depósitos remunerados	162.585	150.427	107.907	13.432	10.627
Passivos detidos para negociação ¹	44.005	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	238.260	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	26.522	41.868	4.862	7.438	5.064
Passivos por contratos de investimento ²	0	0	484	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	0	132	24	26	70
Recursos de bancos centrais adquiridos	1.057	1	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	373	659	317	790	48
Títulos cedidos por empréstimo	3	0	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	1.566	5.338	2.910	0	0
Dívida a longo prazo	26	17.475	18.342	69.773	30.692
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	307	0	0
Passivos por locação	16	230	589	1.816	3.331
Outros passivos financeiros	90.041	1.342	1.954	509	62
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	197.337	0	0	0	0
Garantias financeiras	29.113	0	0	0	0
Total⁴	974.594	217.471	137.696	93.783	49.894

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota

em milhões de euros	31 dez 2022				
	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	246.804	0	0	0	0
Depósitos remunerados	131.585	132.641	92.629	16.414	9.735
Passivos detidos para negociação ¹	50.664	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos ¹	282.353	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	24.942	19.335	4.696	4.082	3.478
Passivos por contratos de investimento ²	0	0	469	0	0
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura ³	0	326	187	93	181
Recursos de bancos centrais adquiridos	0	0	0	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	3.603	398	21	41	15
Títulos cedidos por empréstimo	12	1	0	0	0
Outros empréstimos a curto prazo	3.003	2.149	142	0	0
Dívida a longo prazo	1	34.050	17.377	71.882	22.529
Títulos fiduciários preferenciais	0	0	514	0	0
Passivos por locação	36	144	453	1.613	3.214
Outros passivos financeiros	90.334	1.655	2.023	453	15
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	192.286	0	0	0	0
Garantias financeiras	28.083	0	0	0	0
Total⁴	1.053.708	190.699	118.511	94.578	39.167

¹ Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos

² Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor

³ Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine

⁴ Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota

Notas adicionais

32 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de € 2.56, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias, 1 de janeiro de 2022	2.066.773.131	(678.948)	2.066.094.183
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações ordinárias canceladas	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(55.830.172)	(55.830.172)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	27.577.502	27.577.502
Ações ordinárias em 31 de dezembro de 2022	2.066.773.131	(28.931.618)	2.037.841.513
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações ordinárias canceladas	(26.530.172)	26.530.172	0
Ações compradas para tesouraria	0	(81.868.366)	(81.868.366)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	36.074.703	36.074.703
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2023	2.040.242.959	(48.195.109)	1.992.047.850

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

O Grupo adquiriu ações nos termos das autorizações de recompra de ações pelas Assembleias Gerais Anuais. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. As ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas, bem como para futuras compensações com base em ações.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário. Em 31 de dezembro de 2023, o Deutsche Bank AG tinha autorizado, mas não emitido, capital no valor de € 2,560,000,000, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2026. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
512.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações e podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis	30.4.2026
2.048.000.000 €	Numerário	Podem ser excluídos na medida em que seja necessário para conceder direitos de preferência aos titulares de direitos de opção, obrigações convertíveis e direitos de participação convertíveis.	30.4.2026

Capital condicional

O Deutsche Bank não tem capital condicional pendente em 31 de dezembro de 2023, uma vez que a autorização expirou sem ser utilizada em 30 de abril de 2023. Não existe outro capital condicional.

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respetivamente.

	2023 (proposto)	2022	2021
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros)	<u>896.421.532</u>	<u>609.934.751</u>	<u>406.386.212</u>
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,45	0,30	0,20

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

33 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do Deutsche Bank Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do Deutsche Bank Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o período de lançamento para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma. Os prémios em ações diferidas estão sujeitos a provisões de perda de direitos e condições de desempenho até à sua disponibilização.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do Deutsche Bank Equity Plan para a atribuição dos prémios e, para os colaboradores de determinadas entidades jurídicas, o capital diferido é substituído por ações restritas devido a requisitos regulamentares locais.

Note-se que este quadro não abrange os prémios atribuídos ao Conselho de Administração. Para os prémios concedidos ao abrigo do DWS Equity Plan, consulte a secção Planos de remuneração com base em ações do DWS.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações:

Ano(s) de atribuição	Deutsche Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2022 – 2023 ⁴	Prémio anual	1/4: 12 meses ¹ 1/4: 24 meses ¹ 1/4: 36 meses ¹ 1/4: 48 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no âmbito do InstVV)
	Prémio anual	1/3: 12 meses ¹ 1/3: 24 meses ¹ 1/3: 36 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no compensação (não CB/IB/CRU)
	Prémio anual	1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão ³	Colaboradores selecionados
2019 – 2021 ⁴	Prémio anual	1/4: 12 meses ¹ 1/4: 24 meses ¹ 1/4: 36 meses ¹ 1/4: 48 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (CB/IB/CRU e colab. que correm riscos materiais no âmbito do InstVV) ²
	Prémio anual	1/3: 12 meses ¹ 1/3: 24 meses ¹ 1/3: 36 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (não CB/IB/CRU) ²
	Prémio anual	1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no anual (Direção)
	Retenção/Nova contratação/Off-Cycle ⁵	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão ³	Colaboradores regulamentados
2017 – 2018 ⁴	Prémio anual	1/4: 12 meses ¹ 1/4: 24 meses ¹ 1/4: 36 meses ¹ 1/4: 48 meses ¹ Ou aquisição imediata de direitos (cliff vesting) após 54 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual
	Sessão de funções	Especificação individual	Membros do Quadro de Liderança Sénior
	Retenção/Nova contratação/Off-Cycle	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	Retenção/Nova contratação/Off-Cycle	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos

¹ No caso dos colaboradores regulamentados pelo InstVV (e da Direção) aplica-se um novo período de retenção de doze meses (seis meses para os prémios concedidos entre 2017 e 2018)

² Para o ano de concessão de 2019, as divisões foram denominadas CIB, pelo que, para os anos de concessão de 2020 e 2021, a CIB é dividida em CB/IB/CRU

³ A entrega de ações ocorre após um período de retenção de doze meses

⁴ Os prémios anuais e de Retenção/Nova Contratação incluem subvenções concedidas ao abrigo do Plano de Ações Restritas de 2018-2023

⁵ Prémios Off-Cycle concedidos até 2020

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan. O Global Share Purchase Plan oferece aos funcionários em países específicos a oportunidade de comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o Grupo rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, 11,603 colaboradores de 18 países inscreveram-se no ciclo que teve início em novembro de 2023.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

A tabela que se segue define os movimentos em unidades de prémios em ações, incluindo subsídios no âmbito da variante em numerário do Deutsche Bank Equity Plan.

Ações (em milhares)	2023	2022
Saldo pendente a partir de 1 de janeiro	127.528	121.818
Concedidas	50.930	45.114
Libertadas	(44.963)	(34.121)
Caducadas	(4.565)	(4.872)
Outros movimentos	(302)	(411)
Saldo pendente em 31 de dezembro	128.627	127.528

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2023			2022		
	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prémio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DB Equity Plan	9,85 €	11,51 €	1,5	9,53 €	10,04 €	1,5

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de € 12 million e € 9 million para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente.

O volume de subsídios de prémios em ações em circulação foi de aproximadamente € 1.1 billion e € 1.0 billion em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente. Deste modo, aproximadamente € 0.8 billion e € 0.8 billion tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício de relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração diferida com base em ações ascendiam a aproximadamente € 0.3 billion e € 0.2 billion em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente.

Planos de remuneração baseados em ações da DWS

O DWS Group atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DWS Equity Plan. Este plano representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

Em setembro de 2018, foram concedidos prémios únicos relacionados com IPO ao abrigo do plano de direitos de valorização de ações da DWS (RAE) a todos os colaboradores da DWS. Ao abrigo do plano de capital da DWS, foi concedido a um número limitado de diretores da DWS um prémio único de ações de desempenho relacionadas com o IPO. No que respeita aos membros do Conselho Executivo, os prémios únicos relacionados com o IPO ao abrigo do plano de capital próprio da DWS foram concedidos em janeiro de 2019.

O plano de direitos de valorização de ações da DWS representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário igual a qualquer valorização (ou ganho) no valor de um determinado número de ações nocionais da DWS ao longo de um período de tempo fixo. Este prémio não confere qualquer direito a receber ações da DWS, direitos de votação ou dividendos associados.

O plano de equidade da DWS é um plano de ações "phantom" que representa um direito contingente para receber um pagamento em numerário, fazendo referência ao valor de ações da DWS durante um período de tempo especificado.

O beneficiário do prémio de qualquer plano de remuneração com base em ações não tem direito a receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Os prémios de ações concedidos nos termos e condições de qualquer plano de remuneração com base em ações podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante (ou o fim do período de retenção para prémios iniciais). A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

O quadro seguinte apresenta as condições de base dos planos baseados em ações da DWS:

Ano(s) de atribuição	Tipo de prémio	Calendário de aquisição de direitos	Elegibilidade
2021 - 2023	Prémios anuais	1/4: 12 meses ¹ 1/4: 24 meses ¹ 1/4: 36 meses ¹ 1/4: 48 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT InstVV)
	Prémios anuais	1/3: 12 meses ¹ 1/3: 24 meses ¹ 1/3: 36 meses ¹	Colaboradores selecionados como remuneração baseada no desempenho anual (MRT não-InstVV)
	Prémios anuais (Direção)	1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
	Prémio anual - Upfront	Aquisição imediata na concessão ¹	Colaboradores regulamentados
	Retenção/Nova contratação/Off-Cycle ⁴	Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
	Sessão de funções	Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
	2019 - 2020	Prémios anuais	1/3: 12 meses ¹ 1/3: 24 meses ¹ 1/3: 36 meses ¹
Prémios anuais (Direção)		1/5: 12 meses ¹ 1/5: 24 meses ¹ 1/5: 36 meses ¹ 1/5: 48 meses ¹ 1/5: 60 meses ¹	Membros do Conselho Executivo
Prémio anual - Upfront		Aquisição imediata na concessão ¹	Colaboradores regulamentados
Retenção/Nova contratação/Off-Cycle ⁴		Especificação individual	Selecionar colaboradores para atrair e reter os melhores talentos
Sessão de funções		Especificação individual	Obrigação regulamentar para certos colaboradores de adiar os pagamentos por cessação de funções
Prémio de ações de desempenho (prémio único relacionado com a IPO concedido em 2019)		1/3: Março de 2022 ¹ 1/3: Março de 2023 ¹ 1/3: Março de 2024 ¹	Membros do Conselho Executivo
2018		Prémio de ações de desempenho (prémio único relacionado com a IPO)	1/3: Março de 2022 ¹ 1/3: Março de 2023 ¹ 1/3: Março de 2024 ¹
	Prémio SAR (prémio único relacionado com a IPO)	Para não MRT: 1 de junho de 2021 ³ Para MRT: 1 de março de 2023 ^{1,3}	todos os colaboradores da DWS ²

¹ Dependendo do seu estatuto regulamentar individual, aplica-se um período de retenção de seis meses (MRT AIFMD/UCITS) ou um período de retenção de doze meses (MRT

InstVV, ou IFD a partir de 2023) após a aquisição do direito

² Exceto se o colaborador tiver recebido o Prémio de ações de desempenho

³ No caso de prémios pendentes, aplica-se um período de exercício de 4 anos após a aquisição/período de retenção

⁴ Prémios Off-Cycle apenas para trabalhadores não abrangidos pela regulamentação do InstVV

O quadro seguinte define os movimentos em unidades de prémios em ações.

Ações (em milhares)	DWS Equity Plan		Plano SAR da DWS			
	2023	2022	2023		2022	
	Número de prémios	Número de prémios	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada	Número de prémios	Cotação do exercício média ponderada
Pendentes no início do exercício	2.329	2.415	887	24,65 €	948	24,65 €
Concedidas	1.213	1.005	0	-	0	-
Emitidas ou exercidas	(1.101)	(1.042)	(122)	24,65 €	(40)	24,65 €
Caducadas	(86)	(55)	(10)	24,65 €	(4)	24,65 €
Expiradas	0	0	(18)	24,65 €	(16)	24,65 €
Outros movimentos	22	6	(1)	24,65 €	(1)	24,65 €
Pendentes no final do exercício	2.377	2.329	735	24,65 €	887	24,65 €
Das quais, exercíveis	0	0	695	24,65 €	678	24,65 €

O quadro seguinte estabelece as informações fundamentais relativas aos subsídios concedidos, libertados e remanescentes no exercício.

	2023			2022		
	Justo valor médio ponderado por prêmio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos	Justo valor médio ponderado por prêmio concedido no ano	Cotação média ponderada da ação na libertação/exercício no ano	Duração contratual média ponderada restante em anos
DWS Equity Plan	25,40 €	31,33 €	1,4	27,67 €	29,24 €	1,3
Plano SAR da DWS	n/d	31,64 €	1,9	n/d	31,89 €	3,0

O justo valor de subsídios de prémios com base em ações em circulação era de aproximadamente € 72 million e € 67 million em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente. Destes prémios, aproximadamente € 62 million e € 58 million foram reconhecidos na demonstração de resultados até ao período findo em 2023 e 2022 respetivamente, dos quais € 42 million e € 25 million em 31 de dezembro de 2023 e 2022 dizem respeito a prémios totalmente adquiridos. O total de despesas não reconhecidas relacionadas com planos baseados em ações era de aproximadamente € 9 million e € 10 million em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente, dependendo da evolução futura do preço das ações.

O justo valor do plano de direitos de valorização de ações da DWS foi medido utilizando o modelo generalizado de Black-Scholes. As responsabilidades incorridas são reajustadas no final de cada período de relato até à liquidação. Os principais inputs são o valor de mercado na data de relato, descontado em quaisquer dividendos que não tenham sido cobrados durante os períodos de detenção do prémio, e o ajustamento para os níveis esperados e efetivos de aquisição de direitos, o qual inclui a estimativa do número de colaboradores elegíveis que saem do grupo e o número de colaboradores elegíveis para reforma antecipada. Os dados utilizados na medição dos justos valores na data de atribuição e na data de medição foram os seguintes:

	Data de medição 31 de dezembro de 2023	Data de medição 31 de dezembro de 2022
Unidades (em milhares)	735	887
Justo valor	10,81 €	7,65 €
Cotação da ação	34,80 €	30,36 €
Cotação do exercício	24,65 €	24,65 €
Volatilidade esperada (média ponderada)	32%	32%
Vida útil esperada (média ponderada) em anos	1,9	3,0
Dividendos esperados (% do rendimento)	88%	66%

Dado que não existe um mercado líquido para a volatilidade implícita das ações da DWS, o cálculo da volatilidade do preço das ações da DWS baseia-se em dados históricos de 5 anos para a DWS e um grupo comparável de pares.

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em certa medida, a concessão e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

	31 dez 2023				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	3.301	300	215	661	4.477
Participantes em estado diferido	1.926	1.450	509	87	3.972
Participantes em estado de pagamento	5.277	1.276	448	231	7.232
Total da obrigação com benefícios definidos	10.504	3.026	1.172	979	15.681
Justo valor dos ativos dos planos	10.532	3.912	1.003	1.071	16.518
Rácio de financiamento (em %)	100%	129%	86%¹	109%	105%

¹ A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (  119 million), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos nos EUA, excluindo o Medicare,   de 95%

	31 dez 2022				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	3.193	287	218	593	4.291
Participantes em estado diferido	1.827	1.375	523	83	3.808
Participantes em estado de pagamento	5.017	1.214	461	207	6.899
Total da obrigação com benefícios definidos	10.037	2.876	1.202	883	14.998
Justo valor dos ativos dos planos	10.351	3.768	996	962	16.077
Rácio de financiamento (em %)	103%	131%	83%¹	109%	107%

¹ A obrigação com benefícios definidos totais dos EUA inclui o plano Medicare EUA não financiado (  120 million), além dos planos de pensões com benefícios definidos. O rácio de financiamento das pensões com benefícios definidos nos EUA, excluindo o Medicare,   de 92%

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se   Alemanha, Reino Unido e EUA. Nos outros países, as maiores obrigações referem-se   Suíca. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores ou sindicatos do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas individuais com base na remuneração atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único, um número fixo de parcelas anuais ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade vitalícia. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Os planos de saúde pós-emprego pagam normalmente percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquía. Nos EUA, uma vez que um reformado   elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego era de   145 million e   144 million a 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam risco limitado para o Grupo, dada a natureza e dimensão do passivo dos planos de saúde pós-emprego face   dimensão do balanço do Grupo no final do exercício de 2023.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2023	498	109	89	50	746
Benefícios que deverão ser pagos 2024	543	154	81	76	854
Benefícios que deverão ser pagos 2025	551	138	83	71	843
Benefícios que deverão ser pagos 2026	568	146	88	68	870
Benefícios que deverão ser pagos 2027	586	160	87	70	903
Benefícios que deverão ser pagos 2028	603	171	92	71	937
Benefícios que deverão ser pagos 2029 - 2033	3.252	925	447	350	4.974
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	11	15	9	10	12

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (BVV) juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. Pode surgir também um aumento nos benefícios devido às obrigações adicionais dos reformados pelos efeitos da inflação. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador. No entanto, em sintonia com a prática no setor, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida, visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivo relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo, principalmente porque o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro.

Governança e risco

O Grupo mantém um Comité de Pensões para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se pelo menos trimestralmente e reporta diretamente ao Comité Executivo Sénior de Remuneração.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governança e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais.

Durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (por exemplo, legislação, tributação), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Quaisquer alterações ao plano seguem um processo que requer a aprovação dos Recursos humanos do Grupo e, acima de um determinado limiar, também do Comité de Pensões.

A gestão do risco das pensões está integrada na organização de gestão do risco do Grupo, com forte incidência nos riscos de mercado dada a importância da evolução do mercado de capitais (por exemplo, taxa de juro, spread do crédito, inflação dos preços) para o valor dos ativos e passivos do plano, daí as IFRS e o capital regulamentar. A gestão do risco engloba assim a medição, monitorização e comunicação regular de riscos através de métricas específicas, bem como um quadro de controlo de riscos, por exemplo, através do estabelecimento de limites ou limiares de risco, conforme aplicável. As atividades de gestão de riscos também incluem a contrapartida, revisão e medição de outros riscos financeiros, por exemplo, riscos demográficos e outros pressupostos atuariais (por exemplo, risco de longevidade), mas também a avaliação de modelos, avaliação e outros riscos não financeiros.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos spreads de crédito, taxas de juro, inflação dos preços e longevidade, que são parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego, capital regulamentar e restrições de financiamento local ou requisitos contabilísticos.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. O princípio de financiamento do Grupo visa manter o financiamento da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para muitos dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento locais. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência ao princípio de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Grupo acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta o nível de financiamento relativamente elevado e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Com referência ao princípio de financiamento do Grupo, o Grupo considera não reclamar os benefícios pagos como

equivalente em numerário dos ativos do Grupo para fundos de pensões externos durante o exercício, com referência à política de financiamento do Grupo.

Durante 2022, a maioria dos planos de pensões alemães passou para o estatuto de excedente devido a movimentos significativos do mercado. O Grupo reivindicou cerca de € 860 million do trust, o que representa os benefícios pagos pelos ativos do Banco em nome do trust durante 2022, incluindo o reembolso perdoado do ano anterior, a fim de limitar a medida em que o Grupo violou o limite superior do seu rácio de financiamento alvo. Em 2023, foram também solicitados reembolsos no valor de € 490 million para os benefícios pagos a partir dos ativos do Grupo em nome do trust.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação para assegurar a sua consistência global quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais que são determinados pelo Comité de Pensões do Grupo. A direção do Grupo é regularmente informada de movimentos e alterações nos principais pressupostos atuariais.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31 dez 2023				31 dez 2022			
	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA ¹	Outros
Taxa de desconto (em %)	3,33%	4,50%	5,01%	3,33%	3,80%	4,77%	5,34%	3,99%
Taxa de inflação dos preços (em %)	2,30%	3,42%	2,20%	1,84%	2,62%	3,71%	2,20%	2,16%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,48%	3,42%	2,30%	2,83%	2,81%	3,71%	2,30%	3,14%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	2,77%	3,15%	2,20%	0,69%	2,97%	3,32%	2,20%	0,85%
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	21,4	23,2	22,0	22,0	21,3	23,6	22,0	22,0
Mulher com 65 anos à data de medição	23,6	25,0	23,5	24,1	23,6	25,4	23,4	24,1
Homem com 45 anos à data de medição	22,7	24,4	23,4	23,5	22,6	24,9	23,3	23,5
Mulher com 45 anos à data de medição	24,7	26,3	24,8	25,6	24,7	26,7	24,8	25,5
Tabelas de mortalidade aplicadas		SAPS (S3) Light/ Richttafeln Very Light Heubeck com 2018G projeções modificado CMI 2022	PRI-2012 com projeções MP-2021	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2018G modificado	SAPS (S3) Light/ Very Light com 2018G projeções CMI 2021	PRI-2012 com projeções MP-2021	Tabelas específicas do país

¹ Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rentabilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos

Para os planos de pensões mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade - que deriva de um universo de obrigações com origem em prestadores de dados de mercado de terceiros reputados - refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. Em 2023, foi efetuado um refinamento da metodologia da curva de desconto da zona euro, a fim de a alinhar melhor com os dados de mercado a longo prazo, resultando num lucro reconhecido em Outro rendimento integral de € 70 million.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com as melhores estimativas correntes nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

em milhões de euros	2023				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	10.037	2.876	1.202	884	14.999
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	115	9	7	33	164
Custos com juros	373	137	61	35	606
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	8	2	0	(1)	9
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	387	55	39	36	517
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	36	(59)	0	(1)	(24)
Resultados atuariais decorrentes da experiência	45	55	(7)	9	102
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Benefícios pagos	(498)	(109)	(89)	(50)	(746)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	60	(41)	18	37
Outros	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	10.504	3.026	1.172	979	15.681
dos quais:					
Não financiadas	0	9	138	72	219
Financiadas	10.504	3.017	1.034	907	15.462
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	10.351	3.768	996	962	16.077
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	387	180	50	37	654
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	247	(5)	28	28	298
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Contribuições pagas pelo empregador ¹	44	0	40	41	125
Benefícios pagos ²	(498)	(108)	(74)	(41)	(721)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	83	(35)	29	77
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(6)	(2)	(1)	(9)
Saldo, fim do exercício	10.532	3.912	1.003	1.071	16.518
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	28	886	(169)	92	837
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(107)	(107)
Custos com juros	0	0	0	(2)	(2)
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	13	13
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(6)	(6)
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(102)	(102)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	28	886	(169)	(10)	735³
Justo valor dos direitos de reembolso	0	0	0	3	3

¹ O montante líquido inclui o reembolso das prestações de 2023

² Apenas para planos com fundos constituídos

³ Destes, € 1,087 million reconhecidos em outros ativos e € 353 million em outros passivos

	2022				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	13.097	4.929	1.351	1.027	20.404
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Custos com serviços correntes	164	18	10	38	230
Custos com juros	142	88	39	20	289
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	17	2	0	0	19
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(3.055)	(1.966)	(196)	(183)	(5.400)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	80	29	(5)	0	104
Resultados atuariais decorrentes da experiência	79	97	3	25	204
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Benefícios pagos ¹	(485)	(131)	(92)	(67)	(775)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	(2)	0	0	(2)	(4)
Alterações das taxas de câmbio	0	(190)	92	9	(89)
Outros	(0)	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	10.037	2.876	1.202	884	14.999
dos quais:					
Não financiadas	0	10	143	75	228
Financiadas	10.037	2.866	1.059	809	14.771
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	12.642	6.019	1.148	1.079	20.888
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	139	108	33	19	299
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(1.594)	(1.982)	(184)	(130)	(3.890)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	1	0	0	16	17
Contribuições pagas pelo empregador ¹	(353)	0	0	28	(325)
Benefícios pagos ²	(485)	(130)	(77)	(60)	(752)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações	1	0	0	(1)	0
Alterações das taxas de câmbio	0	(243)	79	11	(153)
Outros	0	0	0	0	0
Custos de administração do plano	0	(4)	(3)	0	(7)
Saldo, fim do exercício	10.351	3.768	996	962	16.077
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	314	892	(206)	78	1.078
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	(90)	(90)
Custos com juros	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(12)	(12)
Alterações das taxas de câmbio	0	0	0	(5)	(5)
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(107)	(107)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	314	892	(206)	(29)	971³
Justo valor dos direitos de reembolso	0	0	0	3	3

¹ O Montante Líquido inclui o reembolso dos pagamentos de prestações de 2022 e um pagamento de prestações perdoadas a partir de 2021

² Apenas para planos com fundos constituídos

³ Destes, € 1,326 million reconhecidos em outros ativos e € 355 million em outros passivos

O Grupo tem um direito de reembolso de cerca de € 3 million domiciliados em França a 31 de dezembro de 2023. Isto refere-se ao excedente do anterior Fundo da CRPB que foi identificado em 2022 e que pode ser utilizado para financiar os pagamentos da indemnização de reforma para a sucursal da DB AG em Paris. Não existem quaisquer outros direitos de reembolso para o Grupo.

Estratégia de investimento

O objetivo de investimento do Grupo é proteger o Grupo de impactos adversos dos seus planos de planos de benefícios definidos em métricas financeiras essenciais. O enfoque principal é proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS dos planos no caso de cenários de mercado adversos. Desde 2021, houve uma mudança na estratégia de investimento em mercados selecionados para equilibrar as métricas financeiras de concorrência. Os gestores de investimento gerem ativos de pensões em linha com mandatos ou diretrizes de investimento como acordado com os mandatários de planos de pensões e comitês de investimento.

Para planos de prestação definida essenciais para os quais o Grupo pretende proteger o estado dos fundos constituídos da IFRS, o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo. Os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais são minimizados, sujeitos ao equilíbrio dos compromissos relevantes. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juro, spreads de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para riscos de mercado não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, swaps de inflação de taxas de juro e swaps de risco de incumprimento. Também se utilizam outros instrumentos, tais como opções e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos que procuram retorno, tais como ações, imóveis, obrigações de alta rentabilidade ou obrigações de mercados emergentes para criar valor a longo prazo e alcançar benefícios de diversificação. Além disso, esta mudança na estratégia de investimento permite assumir ativamente as exposições ao risco de mercado das taxas de juro e dos spreads de crédito dentro de limites definidos regidos pelo Comité de Pensões. Como resultado, o risco de mercado dos ativos dos planos foi reduzido.

Em 2023, o Grupo firmou duas transações de recompra com uma seguradora terceira para reduzir o risco de € 515 million de exposição aos planos de pensões de benefícios definidos do Reino Unido financiados a partir de ativos existentes, sem necessidade de contribuição patronal adicional. O reconhecimento da apólice de seguro como um ativo do plano de qualificação teve um impacto negativo em Outro rendimento integral da demonstração financeira do Grupo de aproximadamente € 33 million. Uma transação de recompra semelhante para reduzir o risco de exposição de € 410 million ocorreu em 2022, o que teve um impacto negativo em Outro rendimento integral da demonstração financeira do Grupo de aproximadamente € 35 million. No total, o Grupo celebrou quatro transações de recompra no Reino Unido com seguradoras terceiras que protegem o Grupo de movimentos nas obrigações de benefícios definidos de cerca de € 1.8 billion em 31 de dezembro de 2023.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos “cotados” (i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 – montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e., ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

em milhões de euros	31 dez 2023					31 dez 2022				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	179	92	53	71	395	34	551	56	69	710
Instrumentos de capital ¹	1.213	0	109	215	1.537	1.046	174	108	186	1.514
Obrigações investment-grade ²										
Governamentais	1.882	919	366	189	3.356	1.860	537	346	169	2.912
Obrigações não governamentais	4.081	915	369	347	5.712	3.898	1.302	385	315	5.900
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	103	1	1	4	109	89	1	2	3	95
Obrigações não governamentais	325	73	16	21	435	282	168	13	17	480
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	47	99	78	10	234	45	47	81	7	180
Seguros	0	1.807	0	15	1.822	0	1.193	0	9	1.202
Alternativos										
Imobiliário	727	0	0	97	824	690	0	0	105	795
Matérias-primas	39	0	0	4	43	41	0	0	5	46
Capital privado	0	0	0	3	3	0	0	0	2	2
Outros ³	1.022	0	0	60	1.082	1.008	0	0	51	1.059
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	909	171	(3)	17	1.094	1.294	229	13	7	1.543
Crédito	(18)	(1)	16	0	(3)	6	(112)	7	0	(99)
Inflação	0	(5)	0	13	8	0	(14)	0	13	(1)
Divisas	21	0	0	5	26	55	(5)	0	4	54
Outros	2	(159)	(2)	0	(159)	3	(303)	(15)	0	(315)
Total do justo valor dos ativos dos planos	10.532	3.912	1.003	1.071	16.518	10.351	3.768	996	962	16.077

¹ A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World

² *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A

³ Esta posição contém fundos mistos que não podem ser segregados para outras categorias de ativos

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos apenas em ativos “cotados”, i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13.

em milhões de euros	31 dez 2023					31 dez 2022				
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	29	92	50	19	190	(154)	551	55	24	476
Instrumentos de capital ¹	933	0	109	39	1.081	772	173	108	38	1.091
Obrigações investment-grade ²										
Governamentais	601	919	360	41	1.921	691	537	340	49	1.617
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	1	1	0	0	2	0	1	0	0	1
Obrigações não governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	0	98	0	0	98	0	45	0	0	45
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	0	(16)	0	(16)	0	0	(7)	0	(7)
Crédito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inflação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	2	0	0	0	2	3	0	0	0	3
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	1.566	1.110	503	99	3.278	1.312	1.307	496	111	3.226

¹ A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, a referência da carteira de participações de capital no Reino Unido dos planos de benefícios de reforma é o Índice MSCI All Countries World

² *Investment-grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A

As tabelas que se seguem demonstram a afetação de ativos dos planos de benefícios "cotados" e de "outros" definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas nas quais estão investidos.

							31 dez 2023
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	(20)	98	67	195	29	26	395
Instrumentos de capital	21	52	921	325	179	40	1.538
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	420	919	419	910	191	497	3.356
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	1	0	2	0	106	109
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	503	693	1.909	2.099	449	60	5.713
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	5	67	29	330	3	1	435
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	32	98	77	14	10	1	232
Subtotal	961	1.928	3.422	3.875	861	731	11.778
Ação (em %)	8%	16%	29%	33%	7%	6%	100%
Outras categorias de ativos							4.740
Justo valor dos ativos dos planos							16.518

							31 dez 2022
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	Estados Unidos	Resto da área do euro	Outros países desenvolvidos	Mercados emergentes	Total
Caixa e seus equivalentes	4	387	126	132	31	30	710
Instrumentos de capital	29	43	881	327	172	62	1.514
Obrigações governamentais (investment-grade e superior)	372	544	402	1.044	106	444	2.912
Obrigações governamentais (non-investment-grade)	0	1	0	0	2	92	95
Obrigações não governamentais (investment-grade e superior)	347	1.068	1.810	2.100	500	75	5.900
Obrigações não governamentais (non-investment-grade)	16	104	23	327	7	3	480
Investimentos titularizados e outros títulos de dívida	32	35	81	21	9	2	180
Subtotal	800	2.182	3.323	3.951	827	708	11.791
Ação (em %)	7%	19%	28%	34%	7%	6%	100%
Outras categorias de ativos							4.286
Justo valor dos ativos dos planos							16.077

Os ativos do plano incluem transações de derivativos com entidades do Grupo com um valor de mercado positivo global de cerca de € 930 million em 31 de dezembro de 2023 e € 1,250 million em 31 de dezembro de 2022, respetivamente. Não há um montante material de títulos emitidos pelo Grupo nem outras reclamações sobre os ativos do Grupo no justo valor dos ativos dos planos. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Sensibilidades de riscos-chave

As obrigações de benefícios definidos do Grupo são sensíveis a alterações nas condições dos mercados de capitais e nos pressupostos atuariais. As sensibilidades aos movimentos dos mercados de capitais e às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada um dos fatores ou dos pressupostos do risco de mercado é alterado isoladamente. As sensibilidades das obrigações de benefícios definidos são aproximadas utilizando métodos de extrapolação geométrica baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida de risco que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de juros deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de juros baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de juros. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Para planos de pensões de benefícios definidos, as alterações nas condições do mercado de capitais terão um impacto nas obrigações do plano através de pressupostos atuariais (por exemplo, através da taxa de desconto e da taxa de inflação de preços), bem como no justo valor dos ativos do plano. Nas situações em que o Grupo aplica uma abordagem de investimento liderado por passivo ou tem segurada parte das obrigações como no Reino Unido, a exposição global ao risco do Grupo a tais alterações é reduzida. Para ajudar os leitores a compreender melhor a exposição ao risco do Grupo aos principais movimentos do mercado de capitais, é mostrado o impacto líquido da alteração das obrigações de benefícios definidos e dos ativos do plano devido a uma alteração do fator de risco de mercado relacionado ou do pressuposto atuarial subjacente. Quando as alterações nos pressupostos atuariais não afetam os ativos do plano, apenas é reportado o impacto nas obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base na informação fornecida pelos gestores de investimento dos planos e extrapoladas linearmente de modo a refletir a alteração aproximada do valor de mercado dos ativos dos planos na eventualidade de uma alteração no fator de risco subjacente.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos movimentos do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações no mercado de capitais ou nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constituídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Mesmo apesar de ativos dos planos e obrigações dos planos serem sensíveis a semelhantes fatores de risco, as alterações efetivas nos ativos e obrigações dos planos podem não se compensar mutuamente de forma total devido a correlações imperfeitas entre os fatores de risco de mercado e os pressupostos atuariais. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nas condições do mercado de capitais e nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

em milhões de euros	31 dez 2023				31 dez 2022			
	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de juros (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(575)	(230)	(25)	(40)	(570)	(225)	(25)	(35)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	355	150	20	15	290	170	25	10
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(220)	(80)	(5)	(25)	(280)	(55)	0	(25)
Taxa de juros (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	545	215	25	40	540	210	25	35
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(355)	(150)	(20)	(15)	(290)	(170)	(25)	(10)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	190	65	5	25	250	40	0	25
Spreads de crédito (-50 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(575)	(230)	(50)	(45)	(570)	(225)	(55)	(40)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	320	65	15	10	210	65	15	5
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(255)	(165)	(35)	(35)	(360)	(160)	(40)	(35)
Spreads de crédito (+50 pontos base):								
Diminuição em DBO	545	215	50	45	540	210	50	40
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(320)	(65)	(15)	(10)	(210)	(65)	(15)	(5)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	225	150	35	35	330	145	35	35
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base):²								
Diminuição em DBO	300	150	10	10	305	140	10	10
Diminuição esperada nos ativos do plano ¹	(275)	(95)	0	(5)	(285)	(115)	0	(5)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	25	55	10	5	20	25	10	5
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base):²								
(Aumento) em DBO	(310)	(160)	(5)	(10)	(325)	(145)	(5)	(10)
Aumento esperado nos ativos do plano ¹	275	95	0	5	285	115	0	5
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	(35)	(65)	(5)	(5)	(40)	(30)	(5)	(5)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	30	5	0	10	30	5	0	10
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(30)	(5)	0	(10)	(30)	(5)	0	(10)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%:³								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(225)	(60) ⁴	(20)	(10)	(215)	(60) ⁴	(20)	(10)

¹ As alterações esperadas no justo valor dos ativos dos planos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça e Bélgica que cobrem mais de 98% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação

² Incorpora a sensibilidade a alterações nos benefícios de pensão na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços

³ Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral

⁴ Devido a transações de recompra, o impacto líquido no estado dos fundos constituídos reduz em € 40 million devido aos ganhos esperados nos ativos do plano. A redução foi € 30 million para 2022

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2024, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2024
	Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	185
BVV	55
Outros planos de contribuições definidas	265
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	25
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	530

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela a seguir apresenta a discriminação das despesas específicas de acordo com os requisitos da IAS 19 e da IFRS 2.

em milhões de euros	2023	2022	2021
Encargos com planos de benefícios definidos:			
Custo do serviço ¹	164	229	234
Custos líquidos com juros (rendimento)	(45)	(10)	0
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	119	219	234
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	55	57	58
Outros planos de contribuições definidas	265	258	244
Total dos encargos com planos de contribuição definida	320	315	302
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	439	534	536
Contribuições patronais para planos de pensões com mandato estatal			
Pagamentos de pensões relacionados com a segurança social na Alemanha	218	214	221
Contribuições para o fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	57	58	66
Outros planos de benefícios estatais relacionados com pensões	248	216	217
Contribuições patronais totais para planos de benefícios com mandato estatal	523	488	504
Despesas com pagamentos baseado em ações:			
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio ²	436	405	455
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário ²	43	29	35
Encargos com planos de retenção de numerário²	448	418	398
Encargos com indemnizações por cessação de funções³	293	82	184

¹ Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções são reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções

² Incluindo despesas para prémios com contratações novas e aceleração de despesas ainda não amortizadas devido a uma descontinuação no emprego, incluindo os montantes que são reconhecidos como parte das despesas de reestruturação do Grupo

³ Excluindo a aceleração dos encargos com a atribuição de indemnizações diferidas ainda não amortizados. Os elementos relacionados com as indemnizações por cessação de funções foram reclassificados como encargos com indemnizações por cessação de funções

34 – Impostos sobre o rendimento

Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento

em milhões de euros	2023	2022	2021
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	1.284	919	847
Ajustamentos de anos anteriores	56	(132)	14
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	1.340	787	861
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Origem e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	442	424	65
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	7	(20)	(26)
Ajustamentos de anos anteriores	(1.002)	(1.256)	(20)
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	(553)	(852)	19
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	787	(64)	880

A despesa/(lucro) total com impostos diferidos inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações e encargos anteriores decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos. A despesa/(lucro) com impostos diferidos foi afetada positivamente em 1,1 mil milhões de euros em 2023, em 1,4 mil milhões de euros em 2022 e em 242 milhões de euros em 2021.

As regras de tributação mínima global ou regras do segundo pilar são aplicáveis ao Deutsche Bank a partir de 2024, sendo o Deutsche Bank AG a empresa-mãe em última instância. O Deutsche Bank é obrigado a calcular anualmente o imposto mínimo global ou o passivo do segundo pilar para as entidades do grupo em cerca de 60 jurisdições. No entanto, a isenção temporária dos cálculos pormenorizados do segundo pilar, que é determinada numa base jurisdição a jurisdição, pode estar disponível ao abrigo de disposições transitórias de "porto seguro". Estas disposições de "porto seguro" aplicam-se aos exercícios de 2024-2026 e baseiam-se nos relatórios por país apresentados anualmente pelo banco às autoridades tributárias alemãs e noutros dados financeiros. Embora subsistam incertezas quanto à aplicação das regras do segundo pilar, sejam esperados novos desenvolvimentos legislativos e orientações interpretativas em muitos países e estejam em curso esforços de implementação, o Deutsche Bank avaliou o impacto potencial na sua posição financeira para 2024 com base nos melhores esforços. A avaliação teve em conta uma série de fatores qualitativos e quantitativos. Por um lado, a taxa de imposto legal combinada do Deutsche Bank em todas as jurisdições aplicáveis varia, em média, entre 28% e 30%, o que é significativamente superior à taxa mínima de imposto de 15%. Por exemplo, em 2023, a taxa legal combinada ascendia a 30%. Além disso, dos cerca de 60 países, seis aplicam uma taxa de imposto legal inferior a 15% às atividades do banco. Além disso, com base numa análise do mais recente relatório disponível por país, estima-se que o Deutsche Bank se qualificará para a isenção ao abrigo das disposições transitórias de "porto seguro" na maioria das jurisdições em que opera. Consequentemente, o Deutsche Bank estima que não estará sujeito a um passivo material do segundo pilar em 2024.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)

em milhões de euros	2023	2022	2021
Encargos esperados com impostos (benefício) à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31,3% (31,3% em 2022 e 31,3% em 2021)	1.777	1.751	1.061
Diferenças cambiais	(89)	(117)	(92)
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(319)	(217)	(183)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(0)	(12)	(11)
Custos não dedutíveis	392	429	287
Imparidades de goodwill	55	(0)	1
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos ¹	(1.238)	(1.891)	(227)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	7	(20)	(26)
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	(0)	(5)	1
Outros ¹	202	18	69
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	787	(64)	880

¹ Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros"

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31,3% para 2023, 2022 e 2021.

As alterações no reconhecimento e mensuração dos ativos por impostos diferidos em 2022 e 2021 incluíram principalmente o efeito do reconhecimento de ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos nos EUA e em 2023 principalmente no Reino Unido. Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. A rubrica "Outros" do quadro anterior inclui os efeitos destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

Impostos sobre o rendimento creditados ou debitados ao capital (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2023	2022	2021
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	137	(642)	(207)
Resultados de justo valor líquido atribuíveis a risco de crédito relacionados com passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	18	(25)	5
Ativos financeiros obrigatórios ao justo valor através de outro rendimento integral:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	109	254	109
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados)	1	(61)	68
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(132)	229	(2)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(110)	(18)	15
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	151	192	88
Resultados líquidos reclassificados em resultados	0	0	7
Impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em outro rendimento integral	174	(71)	83
Outros impostos sobre o rendimento creditados (debitados) em capital próprio	50	25	45

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	4.747	3.946
Créditos fiscais não utilizados	23	2
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	4.723	8.157
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	1.828	1.653
Gasto de juros acumulados	999	1.367
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	949	791
Locações	855	865
Ativos intangíveis	80	43
OCI de justo valor (IFRS 9)	332	387
Outros ativos	485	630
Outras provisões	88	81
Outros passivos	6	1
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	15.115	17.923
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação, incluindo derivados	5.061	8.561
Benefícios dos empregados, incluindo pagamentos baseado em ações liquidados em capital próprio	291	245
Empréstimos, incluindo provisão para empréstimos	617	549
Locações	758	780
Ativos intangíveis	717	594
OCI de justo valor (IFRS 9)	43	70
Outros ativos	272	371
Outras provisões	89	85
Outros passivos	40	46
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	7.888	11.301

Em agosto de 2022, os EUA promulgaram o imposto mínimo alternativo sobre as sociedades (CAMT). O CAMT é geralmente aplicado a uma taxa de 15% sobre os lucros antes de impostos. Não se prevê que o CAMT aumente a carga fiscal global do banco, mas pode acelerar o pagamento de impostos. O banco está sujeito às regras do CAMT a partir de 2023. Os ativos por impostos diferidos sobre créditos fiscais não utilizados no quadro anterior incluem créditos fiscais mínimos alternativos das empresas no valor de 10 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023.

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Apresentados como ativos por impostos diferidos	7.773	7.272
Apresentados como passivos por impostos diferidos	546	650
Ativos líquidos por impostos diferidos	7.227	6.622

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos pode não ser igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. De modo geral, isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 dez 2023 ¹	31 de dezembro de 2022 ¹
Diferenças temporárias dedutíveis	(36)	(773)
Não a expirar	(5.119)	(9.462)
A expirar no período subsequente	(28)	(0)
A expirar após o período subsequente	(55)	(471)
Perdas fiscais não utilizadas	(5.202)	(9.933)
A expirar após o período subsequente	0	(0)
Créditos fiscais não utilizados	(1)	(1)

¹ Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 6,0 mil milhões de euros e 2,5 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. Para determinar os valores dos ativos por impostos diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, agências e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 349 milhões de euros e 244 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

35 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados para fins de vendas, negociação de criação de mercado e gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados pelo justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou não relacionados com a negociação.

Derivados detidos para fins de vendas e negociações de criação de mercado

Vendas e negociações de criação de mercado

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e negociação de criação de mercado. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (bid) ou de venda (offer) a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (spreads) e volumes.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas”.

Numa relação de cobertura de justo valor, o Grupo utiliza sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos no justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado. Numa relação de cobertura de fluxos de caixa, o Grupo utiliza swaps de taxa de juro, a fim de se proteger da exposição à variabilidade nas taxas de juro. O Grupo efetua contratos cambiais a prazo e swaps cambiais o Grupo para coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas spot de fim do período.

Risco de taxa de juro

O Grupo utiliza swaps e opções de taxa de juro para gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro ao modificar as características de nova fixação de preços de ativos e passivos existentes e/ou previstos, incluindo atividades de financiamento e investimento. Os swaps e opções de taxa de juro são designados numa cobertura de justo valor ou numa cobertura de fluxos de caixa. Para coberturas de justo valor, o Grupo utiliza contratos de swaps e opções de taxa de juro para gerir os movimentos de justo valor de instrumentos financeiros de taxa fixa devido a alterações nos juros de referência. Para coberturas de fluxos de caixa, utilizamos swaps de taxa de juro para gerir a exposição à variabilidade do fluxo de caixa dos nossos instrumentos de taxa variável em resultado de alterações nas taxas de juros de referência.

O Grupo gere a sua exposição ao risco de taxa de juro com base numa carteira com alterações frequentes na carteira devido à geração de novos empréstimos e obrigações, repagamentos de empréstimos e obrigações existentes, emissão de novos passivos de financiamento e repagamento de passivos de financiamento existentes. Em conformidade, é adotada uma abordagem de contabilidade de cobertura dinâmica para a carteira, em que as relações de cobertura individuais são designadas e não designadas mais frequentemente (por ex., mensalmente).

O Grupo avalia e mede a eficácia da cobertura de uma relação de cobertura com base na mudança no justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura derivado relativamente à mudança no justo valor ou fluxos de caixa da rubrica de cobertura atribuível ao risco coberto. As potenciais fontes de ineficácia podem ser atribuídas a diferenças entre instrumentos de cobertura e rubricas cobertas:

- Desfasamentos em termos de rubricas cobertas e instrumentos de cobertura, por exemplo a frequência e altura em que as taxas de juros são repostas, frequência de funcionalidades de pagamento e opção de compra.
- Diferença na taxa de desconto aplicada à rubrica coberta e ao instrumento de cobertura, tendo em consideração diferenças na frequência de reposição da rubrica coberta e do instrumento de cobertura.
- Derivados usados como instrumento de cobertura com um justo valor diferente de zero na data de criação da relação de cobertura, resultando em desfasamento em termos com a rubrica coberta.

As relações de cobertura de justo valor da carteira do Grupo incluem coberturas de carteiras de hipotecas alemãs de taxa fixa bem garantidas, em que o Grupo mantém uma margem de manobra para evitar qualquer ineficácia de cobertura que possa resultar de um aumento do risco de incumprimento da carteira de hipotecas subjacente. O mesmo se aplica às relações de cobertura de justo valor da carteira do Grupo, que incluem depósitos sem prazo de vencimento que os clientes do Grupo podem levantar à vista. A natureza estável do volume de depósitos do Grupo (ver Nota 26), bem como a existência de margem de manobra, significa que o Grupo não observou qualquer ineficácia de cobertura decorrente da aplicação da contabilidade de cobertura. No ano em curso, o Grupo interrompeu parcialmente o seu programa de macro-fluxos de caixa, que incluía uma carteira de empréstimos de rendimento variável a empresas como rubrica coberta. Esta descontinuação foi desencadeada por um reequilíbrio das designações de contabilidade de cobertura do Grupo e o Grupo não registou qualquer ineficácia de cobertura devido a um aumento dos incumprimentos da contraparte ou de pré-pagamentos inesperados na carteira de empréstimos a empresas.

Risco cambial

O Grupo gere o seu risco de divisas estrangeiras (incluindo dólares dos Estados Unidos e libras esterlinas) de investimentos em operações estrangeiras através de coberturas de investimento líquido, utilizando uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Além disso, o Grupo aplica a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa para fluxos de caixa específicos denominados em moeda estrangeira altamente prováveis, utilizando instrumentos cambiais a prazo como instrumentos de cobertura.

Como os investimentos em unidades operacionais estrangeiras apenas são cobertos na extensão do valor nocional do instrumento derivado de cobertura, o Grupo normalmente não espera incorrer em ineficácia significativa em coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras. As fontes potenciais de ineficácia limitam-se a situações em que os derivados com um justo valor não zero à data de início da relação de cobertura são utilizados como instrumento de cobertura, ou em que o risco cambial à vista foi designado como risco de cobertura, resultando em desfasamento em termos da rubrica de cobertura. Da mesma forma, para aplicações de contabilidade de cobertura de fluxos de caixa, os instrumentos cambiais a prazo correspondem geralmente aos termos das transações subjacentes altamente prováveis, de tal forma que o Grupo não espera incorrer em ineficácia significativa em tais relações de cobertura.

Contabilidade de cobertura e índices de referência de taxas de juro

A tabela abaixo mostra as relações de contabilidade de cobertura do grupo afetadas pelas alterações de referência da reforma do IASB, os índices de referência de taxas de juro significativos a que o Grupo está exposto e que estão sujeitos à futura reforma esperada e os montantes nominais dos instrumentos de cobertura de derivados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, não existiam relações de cobertura em que os instrumentos de cobertura, as rubricas cobertas ou o risco coberto fossem um índice de referência IBOR, que deixou de ser cotado no início de 2022. Os instrumentos de cobertura de derivados proporcionam uma estreita aproximação à dimensão da exposição ao risco que o grupo gere através de relações de contabilidade de cobertura.

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
	Nocional	Nocional
Coberturas de justo valor		
LIBOR em francos suíços	0	0
LIBOR em libras esterlinas	0	0
LIBOR em ienes	0	0
LIBOR em dólares dos Estados Unidos	0	12.281

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2021
Reportados em capital ¹	44	(790)	(42)
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Resultados afetos ao capital no exercício findo	436	(819)	1
Resultados retirados do capital no exercício findo	398	71	(54)
dos quais relacionados com programas cessados	0	0	0
Alterações do valor utilizado para eficácia de cobertura das rubricas cobertas	434	(899)	66
Ineficácia registada nos resultados	101	16	25

¹ "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado

De acordo com a IAS 39.96, os resultados declarados ao capital numa relação de cobertura de fluxos de caixa é o menor dos resultados cumulativos no instrumento de cobertura desde o início da cobertura e a variação cumulativa do justo valor dos fluxos de caixa futuros esperados na rubrica de cobertura desde o início da cobertura. Como resultado, as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura não são totalmente registadas em capital se excederem as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura. Consequentemente, a ineficácia da cobertura registada dentro da P&L nem sempre se concilia com a diferença entre as alterações do valor da rubrica de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura e as alterações de justo valor do instrumento de cobertura utilizadas para a eficácia da cobertura.

Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2035.

Os instrumentos financeiros designados como coberturas de fluxos de caixa são reconhecidos como empréstimos pelo custo amortizado no Balanço consolidado do Grupo.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	31 dez 2023			2023	31 dez 2022			2022
	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura	Ativos	Passivo	Montante nominal	Alterações de justo valor utilizadas para eficácia da cobertura
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	736	157	42.751	317	1.044	513	45.749	(2.539)

em milhões de euros	2023		2022	
	Alterações no justo valor reconhecidas no capital ¹	Ineficácia da cobertura	Alterações no justo valor reconhecidas no capital ¹	Ineficácia da cobertura
Resultado de coberturas de investimentos líquidos	(169)	(138)	2.410	(329)

¹ "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado no Balanço consolidado

Perfil dos derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2023				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	33.347	85	18	0
Montante nominal dos swaps cambiais	8.683	579	39	0
Total	42.030	664	57	0
Em 31 de dezembro de 2022				
Montante nominal dos contratos a prazo cambiais	34.664	229	21	0
Montante nominal dos swaps cambiais	10.776	59	0	0
Total	45.440	288	21	0

O Grupo utiliza uma estratégia de contratos a prazo cambiais. Como indicado na tabela acima, a grande maioria dos contratos a prazo alcança a maturidade no ano. O Grupo não calculou uma taxa média em moeda estrangeira porque o montante de contratos que alcançam a maturidade após 1 ano não é material.

36 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

- pessoal-chave da gestão, incluindo membros íntimos da família e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias
- subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias
- planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planejar, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2023	2022	2021
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	37	37	36
Benefícios pós-emprego	7	5	7
Outros benefícios de longo prazo	17	15	10
Benefícios por cessação do vínculo laboral	0	2	6
Pagamento baseado em ações	18	17	15
Total	79	76	74

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a € 1 million em 31 de dezembro de 2023, a € 1 million em 31 de dezembro de 2022 e a € 1 million em 31 de dezembro de 2021.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2023, contam-se créditos e compromissos no valor de € 1 million e depósitos no valor de € 16 million. Em 31 de dezembro de 2022, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de € 5 million e depósitos no valor de € 8 million.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respetivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

As transações para subsidiárias, empresas comuns e associados são apresentadas como combinadas na tabela abaixo, já que não são significativas individualmente.

Empréstimos

em milhões de euros	2023	2022
Créditos pendentes, início do ano	119	153
Movimento líquido em empréstimos durante o período	(98)	(34)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	23	0
Créditos pendentes, fim do ano¹	44	119
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	1	0
Provisão para perdas de crédito	0	0
Garantias e compromissos	1	5

¹ O montante de créditos vencidos era de € 0 million em 31 de dezembro de 2023 e de € 0 million em 31 de dezembro de 2022. Para o total de créditos, o Grupo recebeu uma garantia de € 0 million e de € 0 million em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, respetivamente

Depósitos

em milhões de euros	2023	2022
Depósitos pendentes, início do ano	31	63
Movimento líquido em depósitos durante o período	2	(32)
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	0	0
Depósitos pendentes, fim do ano	33	31

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a € 11 million em 31 de dezembro de 2023 e a € 3 million em 31 de dezembro de 2022. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a € 0 million em 31 de dezembro de 2023 e a € 0 million em 31 de dezembro de 2022.

Outros ativos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a € 2 million em 31 de dezembro de 2023 e a € 33 million em 31 de dezembro de 2022. Outros passivos relacionados com transações com empresas associadas ascendiam a € 7 million em 31 de dezembro de 2023 e a € 3 million em 31 de dezembro de 2022.

Transações com planos de pensões

Nos termos das IFRS, os planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2023	2022
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	0	0
Outros ativos	1	5
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	21	20
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	698	1.389
Valor nocional de derivados com uma contraparte do Grupo	8.146	12.888

37 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 520 (2022: 521) entidades consolidadas, das quais 212 (2022: 200) entidades estruturadas consolidadas. 346 (2022: 362) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100% das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 174 (2022: 159) das entidades consolidadas (participações minoritárias). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, uma subsidiária tinha participações minoritárias materiais. As participações minoritárias de todas as outras subsidiárias não são individualmente nem cumulativamente materiais para o Grupo.

Subsidiárias com participações minoritárias materiais

	31 dez 2023	31 dez 2022
DWS Group GmbH & Co. KGaA		
Proporção de participações de capital e direitos de voto detidos por participações minoritárias	20,51%	20,51%
Sede	A nível mundial	A nível mundial
em milhões de euros		
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	117	119
Participações minoritárias acumuladas da subsidiária	1.620	1.622
Dividendos pagos a participações minoritárias	84	82
Resumo das informações financeiras:		
Total do ativo	11.683	11.396
Total do passivo	3.852	3.566
Total de receitas líquidas	2.614	2.712
Resultado líquido	567	599
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	424	783

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

As seguintes restrições contratuais têm impacto na capacidade do Grupo de utilizar ativos e o quadro seguinte reflete o volume desses ativos restritos:

- O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC
- Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades

Ativos restritos

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Total de ativos	Ativos restritos	Total de ativos	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	163.454	41	164.136	108
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	465.252	58.452	482.376	40.346
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	35.546	7.655	31.675	2.771
Empréstimos pelo custo amortizado	473.705	54.372	483.700	73.500
Outros	174.374	8.861	174.902	3.592
Total	1.312.331	129.381	1.336.788	120.317

Para além do acima referido e em conformidade com o regulamento relativo ao rácio de cobertura de liquidez (LCR) (Regulamento Delegado (UE) 2015/61 da Comissão), o Grupo identifica se os ativos detidos em países terceiros estão sujeitos a restrições à sua livre transferência. O Grupo identifica o volume de ativos líquidos de alta qualidade (HQLA) superior às saídas líquidas de caixa detidas em países terceiros que não são livremente transferíveis e exclui-os dos HQLA. O montante agregado de tais HQLA detidos em entidades em países terceiros e considerados restritos é de € 13.3 billion em

31 de dezembro de 2023 (€ 21.8 billion em 31 de dezembro de 2022). Durante 2023, o Grupo fez a transição da sua apetência pelo risco de reservas de liquidez para HQLA.

38 – Entidades estruturadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

- Atividades restritas
- Um objetivo estreito e bem definido
- Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado
- Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches)

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Políticas contabilísticas materiais e estimativas contabilísticas críticas”.

Entidades estruturadas consolidadas

O Grupo tem acordos contratuais que podem exigir a prestação de apoio financeiro aos tipos seguintes de entidades estruturadas consolidadas.

Veículos de titularização

O grupo usa veículos de titularização para o financiamento da aquisição de agregados diversificados de ativos. O grupo presta apoio financeiro a estas entidades sob a forma de instrumentos de liquidez. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não havia compromissos de crédito pendentes para estas entidades.

Fundos

O Grupo pode fornecer o financiamento e os instrumentos de liquidez ou garantias para fundos consolidados pelo grupo. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o valor nominal dos instrumentos de liquidez e garantias fornecidos pelo grupo para tais fundos era de € 1.1 billion e € 1.1 billion, respetivamente.

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas

Estas são entidades que não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, contrato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimento do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (repackaging) e entidades de investimento

O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo porque o Grupo não tem o poder de influenciar os retornos obtidos das entidades. Estas entidades são normalmente implementadas para

possibilitar um determinado retorno de investimento pré-acordado com o investidor, e o Grupo não consegue alterar a estratégia de investimento ou de retorno durante o ciclo de vida da transação.

Entidades de financiamento terceiras

O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Os veículos utilizados nestas transações são controlados por mutuários onde estes têm a capacidade de decidir se depositam uma margem ou garantia adicional no que diz respeito ao financiamento. Em tais casos, onde os mutuários podem decidir continuar ou terminar o financiamento, os mutuários irão consolidar o veículo.

Veículos de titularização

O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

O Grupo pode transferir ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez. O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros. Os veículos de titularização que não estejam consolidados no Grupo são aqueles em que o Grupo não detém o poder ou capacidade de retirar unilateralmente a entidade gestora ou entidade gestora especial à qual foi delegado poder sobre as atividades da entidade.

Fundos

O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos patrocinados por terceiros ou o banco pode agir como gestor de fundos, depositário ou noutra qualidade e fornecer financiamento e facilidades de liquidez tanto a fundos patrocinados pelo banco como a fundos de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

O Grupo não consolida fundos quando o Deutsche Bank é considerado agente ou quando outro investidor de terceiros tem a capacidade de dirigir as atividades do fundo.

Outros

Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima. Estas entidades não estão consolidadas pelo Grupo quando o Grupo banco detém poder sobre a tomada de decisões destas entidades.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas

O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em “Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos pelo justo valor através dos resultados”.

Participações em entidades estruturadas não consolidadas

As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o banco à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o banco adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o banco está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados

no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivativos e compromissos extrapatrimoniais tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da IFRS 12, conforme interpretado pelo Deutsche Bank, é refletida pelos valores nominais. Esses montantes, ou o seu desenvolvimento, não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2023, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivativos e de compromissos fora do balanço era de € 117 billion, € 315 billion e € 26 billion, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2022, o valor nominal relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivativos e de compromissos fora do balanço era de € 457 billion, € 397 billion e € 28 billion, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

- Fundos – Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o banco detém unidades de fundo e o valor nominal de derivativos quando a participação do banco é composta por derivativos
- Titularizações – Valor nominal de notas em emissão (excluindo apenas os juros e o excesso de títulos quando aplicável) quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nominal de derivativos quando as participações do banco se encontram na forma de derivativos
- Entidades de financiamento de terceiros – Total de ativos nas entidades
- Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento terceiras, a informação da dimensão não está disponível, e por conseguinte, o Grupo divulgou a maior parte da garantia recebida/garantida ou o valor nominal da exposição que o banco tem à entidade.

Com base nas definições acima, a dimensão total das entidades estruturadas é de € 2,329 billion, dos quais a maioria de € 1,223 billion provém de fundos. Em 2022, era de € 2,723 billion e € 1,138 billion, respetivamente.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

31 dez 2023

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	0	9	11
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	373	209	3.482	4.064
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	237	4.137	3.372	53.909	61.654
Ativos detidos para negociação	193	2.663	2.750	3.302	8.908
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	44	450	6	3.272	3.772
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	0	1.024	615	47.335	48.974
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	893	330	264	1.487
Empréstimos pelo custo amortizado	233	66.033	31.002	19.433	116.701
Outros ativos	1	677	3.406	10.581	14.665
Total do ativo	472	72.112	38.319	87.679	198.582
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	43	51	71	5.098	5.264
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	43	51	71	5.098	5.264
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
Total do passivo	43	51	71	5.098	5.264
Exposições extrapatrimoniais	0	8.737	10.720	6.386	25.843
Total	429	80.798	48.967	88.967	219.162

31 dez 2022

em milhões de euros	Reagrupamento e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	Total
Ativos					
Caixa e saldos do banco central	0	0	0	0	0
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	1	0	319	7	327
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	87	2.404	2.491
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	195	8.675	4.956	46.695	60.520
Ativos detidos para negociação	145	2.910	3.159	3.660	9.874
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	34	4.224	863	5.458	10.580
Ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios pelo justo valor através de resultados	16	1.541	933	37.577	40.067
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	0	830	298	404	1.532
Empréstimos pelo custo amortizado	212	68.398	31.077	18.896	118.583
Outros ativos	0	956	3.293	10.405	14.654
Total do ativo	408	78.859	40.030	78.810	198.107
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	51	1.251	438	5.021	6.761
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	51	1.251	438	5.021	6.761
Outros empréstimos a curto prazo	0	0	0	0	0
Outros passivos	0	0	0	0	0
Total do passivo	51	1.251	438	5.021	6.761
Exposições extrapatrimoniais	0	10.644	11.045	6.747	28.437
Total	357	88.252	50.637	80.536	219.782

O total de ativos detidos para negociação em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 de € 8.9 billion e € 9.9 billion é composto principalmente por € 2.8 billion e € 3.2 billion em titularizações e € 3.3 billion e € 3.7 billion em fundos de entidades estruturadas, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Os ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados incluem os acordos de revenda para os fundos que compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Os empréstimos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 consistem em € 116.7 billion e € 118.6 billion de investimento em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, no valor de € 14.7 billion e € 14.7 billion, respetivamente, consistem principalmente em saldos de margem.

Os saldos de valores a receber pendentes não são incluídos nesta nota de divulgação devido ao facto de estes saldos surgirem da relação típica entre o cliente e o fornecedor fora de atividades do tipo de corretagem e da sua volatilidade inerente não fornecer aos utilizadores das demonstrações financeiras informação eficaz sobre as exposições do Deutsche Bank às entidades estruturadas.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o período a entidades estruturadas não consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Grupo não tem participação em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

Como patrocinador, o Deutsche Bank está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

- transferindo ativos para as entidades
- disponibilizando capital inicial às entidades
- fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
- fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O banco também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Deutsche Bank. Além disso, a utilização do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o banco agiu como patrocinador.

A receita bruta das entidades patrocinadas em que o banco não detinha qualquer participação em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 era, respectivamente, de € 38 million e € 226 million . As instâncias em que o banco não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados agregados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram, em 2023, de € 1.7 billion para titularização e € 1.9 billion para reagrupamento e entidades de investimento. Em 2022, eram de € 3.4 billion para titularização e € 1.2 billion para reagrupamento e entidades de investimento.

39 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2023

em milhões de euros	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2023
Caixa e saldos do banco central	178.416	0	178.416
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	5.535	606	6.140
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.263	6.462	14.725
Títulos obtidos por empréstimo	32	6	39
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	459.604	5.648	465.252
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.393	28.152	35.546
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1.013	1.013
Empréstimos pelo custo amortizado	127.483	346.222	473.705
Ativos fixos tangíveis	0	6.185	6.185
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	7.327	7.327
Outros ativos	93.090	21.607	114.697
Ativos por impostos correntes	1.084	429	1.513
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	880.900	423.657	1.304.557
Ativos por impostos diferidos			7.773
Total do ativo			1.312.331

Rubricas do passivo a 31 de dezembro de 2023

em milhões de euros	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2023
Depósitos	598.941	23.095	622.035
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	2.215	823	3.038
Títulos cedidos por empréstimo	3	0	3
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	356.954	9.521	366.475
Outros empréstimos a curto prazo	9.620	0	9.620
Outros passivos	107.337	5.699	113.036
Provisões	2.448	0	2.448
Passivos por impostos correntes	369	262	631
Dívida a longo prazo	30.942	88.448	119.390
Títulos fiduciários preferenciais	289	0	289
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.109.119	127.848	1.236.967
Passivos por impostos diferidos			546
Total do passivo			1.237.513

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2022

em milhões de euros	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2022
Caixa e saldos do banco central	178.896	0	178.896
Saldos interbancários (sem bancos centrais)	7.189	6	7.195
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	8.415	3.063	11.478
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	475.945	6.431	482.376
Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	7.296	24.380	31.675
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	1.124	1.124
Empréstimos pelo custo amortizado	119.109	364.591	483.700
Ativos fixos tangíveis	0	6.103	6.103
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	7.092	7.092
Outros ativos	93.565	24.729	118.293
Ativos por impostos correntes	873	711	1.584
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	891.287	438.229	1.329.516
Ativos por impostos diferidos			7.272
Total do ativo			1.336.788

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2022

em milhões de euros	Montantes a recuperar ou a liquidar		Total
	até 1 ano	após 1 ano	31 dez 2022
Depósitos	596.500	24.956	621.456
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	517	56	573
Títulos cedidos por empréstimo	13	0	13
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	383.954	4.118	388.072
Outros empréstimos a curto prazo	5.122	0	5.122
Outros passivos ¹	107.345	6.369	113.714
Provisões	2.449	0	2.449
Passivos por impostos correntes	240	148	388
Dívida a longo prazo	46.622	84.903	131.525
Títulos fiduciários preferenciais	500	0	500
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos¹	1.143.261	120.550	1.263.811
Passivos por impostos diferidos			650
Total do passivo			1.264.461

40 – Acontecimentos após o período de relato

Após a data de relato, não ocorreram eventos materiais que tenham tido um impacto significativo nos resultados de operações, posição financeira e ativos líquidos do banco.

41 – Informação sobre o capital regulamentar

Definições gerais

O cálculo dos fundos próprios do Deutsche Bank inclui os requisitos de capital exigidos pelo “Regulamento (UE) n.º 575/2013, que diz respeito aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito”, CRR e à “Diretiva 2013/36/UE, que diz respeito ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito”, “CRD”, que foram posteriormente alterados com Regulamentos e Diretivas subsequentes. A CRD foi implementada na legislação alemã. A informação apresentada nesta secção, assim como na secção “Evolução dos ativos ponderados pelo risco”, baseia-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Esta secção diz respeito à adequação de capital do grupo de entidades consolidadas, para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com o CRR e com a Lei bancária alemã (“Kreditwesengesetz” ou “KWG”). Não estão incluídas aqui as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro.

O total dos fundos próprios, ao abrigo da regulamentação em vigor no final do exercício de 2023, abrange capital Tier 1 e Tier 2 (T2). O capital Tier 1 subdivide-se em capital Common Equity Tier 1 e capital Tier 1 adicional.

O capital CET 1 consiste principalmente em capital de ações ordinárias (excluindo participações próprias), incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, lucros não distribuídos (incluindo perdas do exercício, se existentes) e outro rendimento integral acumulado, sujeito a ajustamentos regulamentares (ou seja, filtros prudenciais e deduções), bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital CET1 consolidado. Os filtros prudenciais para o capital CET 1, nos termos dos artigos 32.º a 35.º do CRR, incluem ganhos de titularização sobre a venda, coberturas de fluxos de caixa e alterações no valor de passivos próprios e ajustamentos de valor adicionais. Por exemplo, as deduções de capital CET 1 incluem ativos intangíveis (que excedam o seu valor prudencial), ativos por impostos diferidos que dependem de rentabilidade futura, montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas, ativos líquidos de fundos de pensões de prestação definida, participações cruzadas recíprocas em capital de entidades do setor financeiro e investimentos significativos e não significativos no capital (CET 1, AT1, Tier 2) de entidades do setor financeiro acima de determinados limiares. Todos os itens que não são deduzidos (ou seja, quantias abaixo do limiar) estão sujeitos a uma ponderação de risco.

O capital Tier 1 adicional (AT1) consiste em instrumentos de capital AT1 e contas de prémios de emissão relacionadas, bem como participações minoritárias que cumprem os requisitos para inclusão no capital AT1 consolidado. Para se qualificarem como capital AT1 no âmbito do CRR/CRD, os instrumentos têm de ter uma absorção de perdas de capital através de um mecanismo de conversão para ações ordinárias ou de depreciação que atribua as perdas no momento em que são desencadeadas e têm de cumprir também requisitos adicionais, tais como perpétuos sem incentivos para resgate, a instituição tem de ter poderes discricionários totais de dividendo/cupão em todos os momentos, etc.

O capital Tier 2 (T2) é constituído por instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas elegíveis e dívida subordinada a longo prazo, por determinadas provisões para perdas de crédito e por participações minoritárias que preenchem os requisitos de inclusão no capital T2 consolidado. Para se qualificarem como capital T2, instrumentos de capital ou dívida subordinada, é necessário terem uma maturidade inicial de, pelo menos, cinco anos. Além disso, os instrumentos de capital elegíveis podem não conter, entre outros, um incentivo para resgate, o direito de os investidores acelerarem o reembolso ou um atributo de dividendo sensível ao crédito.

Instrumentos de capital

O Conselho de Administração foi autorizado pela Assembleia-Geral Anual de 2022 a comprar, até 30 de abril de 2027, ações até 10% do capital social no momento em que esta deliberação foi tomada ou, se inferior, do capital social no respetivo momento em que a autorização foi exercida. À data da Assembleia-Geral Anual de 2022, isto correspondia a um volume de até 206,6 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 103,3 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Durante o período compreendido entre a Assembleia-Geral Anual de 2022 e a Assembleia-Geral Anual de 2023, foram adquiridas 36,3 milhões de ações para efeitos de compensação em ações no mesmo período ou em períodos futuros. Destas, 22,7 milhões de ações foram adquiridas através do exercício de opções de compra. Além disso, foram adquiridas 30,2 milhões de novas opções de compra para efeitos de compensação de ações em períodos futuros. O número de ações detidas em Tesouraria era de 5,0 milhões à data da Assembleia-Geral Anual de 2023. Estas ações foram detidas para efeitos de compensação de ações em períodos futuros.

A Assembleia Geral Anual de 17 de maio de 2023 concedeu ao Conselho de Administração a aprovação para comprar, até 30 de abril de 2028, ações até 10% do capital social no momento em que esta resolução foi tomada ou, se inferior, do capital social no respetivo momento em que a autorização foi exercida. Na Assembleia-Geral Anual de 2023, isto correspondia a 204 milhões de ações. Neste caso, um volume até 5% do capital social total ou 102 milhões de ações pode ser adquirido através de derivados, incluindo derivados com um volume até 2% do capital social total com uma maturidade superior a 18 meses. Estas autorizações substituíram as autorizações do ano anterior. Entre a data da Assembleia Geral Anual de 2023 e 31 de dezembro de 2023, foram compradas 45,5 milhões de ações para cancelamento com o objetivo de distribuir capital aos acionistas. O número de ações detidas em Tesouraria resultantes de recompras era de 48,2 milhões a 31 de dezembro de 2023. Destes, 45,5 milhões dizem respeito a ações recompradas para cancelamento. O montante remanescente de 2,7 milhões de ações refere-se a ações a utilizar para efeitos de compensação em ações nos próximos períodos.

Desde a Assembleia-Geral Anual de 2017, renovado na Assembleia-Geral Anual de 2021, e a 31 de dezembro de 2023, o capital autorizado disponível para o Conselho de Administração é de 2560 milhões de euros (1000 milhões de ações).

Desde a Assembleia Geral Anual de 2022, o Conselho de Administração está autorizado a emitir obrigações participativas e outros títulos de dívida híbridos que cumpram os requisitos regulamentares para se qualificarem como capital Tier 1 adicional com um valor equivalente a 9,0 mil milhões de euros até 30 de abril de 2027. O Deutsche Bank emitiu 1,25 mil milhões de euros de novas notas AT1 ao abrigo desta autorização em novembro de 2022.

O atual CRR, conforme aplicável desde 27 de junho de 2019, fornece regras de anterioridade para os instrumentos de AT1 e Tier 2 emitidos antes de 27 de junho de 2019. Os instrumentos AT1 e Tier 2 emitidos através de entidades com fins especiais são de anterioridade até 31 de dezembro de 2021. Em 2023, só existem regimes transitórios para instrumentos AT1 e Tier 2 que continuam a ser elegíveis até 26 de junho de 2025, mesmo que não satisfaçam certos novos requisitos que se aplicam desde 27 de junho de 2019. O Deutsche Bank tinha um montante imaterial de instrumentos que se qualificaram durante 2023, o que resultou no facto de não haver diferença material entre os montantes "fully loaded" e "transitórios".

Com base no atual CRR, o Grupo tem instrumentos AT1 elegíveis no valor de 8,6 mil milhões de euros por liquidar em dezembro de 2023. Em 2023, o banco não emitiu nem resgatou notas AT1.

Em 31 de dezembro de 2023, os instrumentos de capital Tier 2 ascendiam a 8,6 mil milhões de euros (valor nominal de 11,5 mil milhões de euros). Em 2023, o banco emitiu instrumentos de capital Tier 2 com um valor nominal de 1,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos (montante equivalente a 1,4 mil milhões de euros) e um valor nominal de 132,5 milhões de euros de instrumentos de capital Tier 2 venceu.

Requisitos mínimos de capital e amortecedores de capital adicionais

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em medidas de fiscalização, tais como restrições de distribuições ou limitações de lucros em determinados negócios, tais como empréstimos. O Deutsche Bank cumpre os requisitos mínimos de adequação de capital regulamentares em 2023.

Detalhes sobre capital regulamentar

Modelo de fundos próprios (incl. RWA e rácios de capital)

em milhões de euros	31 dez 2023 CRR/CRD	31 dez 2022 CRR/CRD
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas		
Instrumentos de capital, contas de prémios de emissão relacionadas e outras reservas	44.908	45.458
Lucros não distribuídos	16.509	12.305
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	(1.760)	(1.314)
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis ¹	3.493	4.183
Outros	973	1.002
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	64.124	61.634
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): ajustamentos regulamentares		
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)	(1.727)	(2.026)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(126)	600
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.014)	(5.024)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(4.207)	(3.244)
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(2.386)	(466)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(920)	(1.149)
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)	(0)	(0)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante superior aos limiares de 10% / 15% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante superior aos limiares de 10% / 15%) (montante negativo)	0	0
Outros ajustamentos regulamentares ²	(1.679)	(2.225)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(16.058)	(13.536)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	48.066	48.097
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos		
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	8.578	8.578
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	0	0
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	8.578	8.578
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares		
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)	(250)	(60)
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	0	0
Outros ajustamentos regulamentares	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(250)	(60)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	8.328	8.518
Capital Tier 1 (T1 = CET 1 + AT1)	56.395	56.616
Capital Tier 2 (T2)	8.610	9.531
Total do capital (TC = T1 + T2)	65.005	66.146
Total dos ativos ponderados pelo risco	349.742	360.003
Rácios de capital		
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,7	13,4
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	16,1	15,7
Rácio de capital total (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	18,6	18,4

N/S – Não significativo

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

² Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 1,2 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,3 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 1,0 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 0,9 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 7,4 milhões de euros) resultantes de compromissos de valor mínimo, nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CRR, e o CET 1 não apresenta qualquer alteração no ano em curso, mas apresenta uma diminuição de 14,7 milhões de euros para o ano de 2022 decorrente da disposição transitória da IFRS 9, nos termos do artigo 473.º-A do CRR

Reconciliação do capital próprio dos acionistas com fundos próprios

em milhões de euros	CRR/CRD	
	31 dez 2023	31 dez 2022
Total do capital acionista por balanço contabilístico	64.486	61.959
Desconsolidação/Consolidação de entidades	(35)	29
Dos quais:		
Capital realizado adicional	0	0
Lucros não distribuídos	(35)	29
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos	0	0
Total do capital acionista por balanço regulamentar	64.451	61.988
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	973	1.002
Dedução de cupões AT1 e dos dividendos dos acionistas ¹	(1.279)	(1.342)
Instrumentos de capital não elegíveis para CET 1 nos termos do CRR 28(1)	(21)	(14)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1) antes de ajustamentos regulamentares	64.124	61.634
Ajustamentos de valor adicionais	(1.727)	(2.026)
Outros filtros prudenciais (para além dos ajustamentos de valor adicionais)	(126)	600
Goodwill e outros ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(5.014)	(5.024)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura	(4.207)	(3.244)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(920)	(1.149)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro		
em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	0	0
Outros ajustamentos regulamentares ²	(4.065)	(2.691)
Capital Common Equity Tier 1	48.066	48.097

¹ É reconhecido lucro para o exercício, na sequência da decisão do BCE (UE) 2015/656 em conformidade com o Artigo 26(2) do Regulamento (UE) n.º 575/2013 (ECB/2015/4)

² Inclui deduções de capital de 1,4 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 1,2 mil milhões de euros) com base nas orientações do BCE sobre compromissos de pagamento irrevogáveis relacionados com o Fundo de Resolução Única e o Sistema de Garantia de Depósitos, 0,3 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 1,0 mil milhões de euros) com base na recomendação de supervisão do BCE para um aprovisionamento prudencial de exposições em incumprimento, 0,9 mil milhões de euros (dezembro de 2022: 7,4 milhões de euros) resultantes de compromissos de valor mínimo, nos termos do artigo 36.º, n.º 1, alínea n) do CRR, e o CET 1 não apresenta qualquer alteração no ano em curso, mas apresenta uma diminuição de 14,7 milhões de euros para o ano de 2022 decorrente da disposição transitória da IFRS 9, nos termos do artigo 473.º-A do CRR

Gestão de capital

A Tesouraria do Deutsche Bank gere a solvabilidade, os rácios de adequação de capital, alavancagem e recapitalização a nível do Grupo e localmente, em cada região, conforme aplicável. A Tesouraria implementa a estratégia de capital do Deutsche Bank, desenvolvida pelo Comité de Risco do Grupo e aprovada pelo Conselho de Administração. A tesouraria, de forma direta ou através do Comité de gestão de ativos e passivos, gere, entre outras coisas, a emissão e a recompra de ações e instrumentos de capital, a cobertura de rácios de capital face a oscilações cambiais, a definição de capacidades para os principais recursos financeiros, a conceção da atribuição do capital próprio dos acionistas e o planeamento de capital regional. O banco está totalmente empenhado em manter a sólida capitalização do Deutsche Bank, tanto do ponto de vista económico como regulamentar, tendo em conta os fundos próprios contabilísticos baseados nas normas contabilísticas IFRS, o capital regulamentar e económico, bem como os requisitos específicos de capital das agências de notação. O banco controla e ajusta continuamente a procura e a oferta global de capital do Deutsche Bank, a fim de alcançar sempre um equilíbrio adequado.

A Tesouraria gere a emissão e a recompra de instrumentos de capital, nomeadamente instrumentos de capital Common Equity Tier 1, Tier 1 adicional e Tier 2, bem como instrumentos de passivos elegíveis de TLAC/MREL. A Tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de passivos. Essas operações representam uma oportunidade contracíclica para criar capital Common Equity Tier 1, recomprando as emissões do Deutsche Bank abaixo do par.

O Tesouro gere a sensibilidade do rácio CET 1 e do capital do Deutsche Bank em relação às oscilações das taxas de câmbio de divisas em relação ao euro. Para este efeito, a Tesouraria desenvolve e executa estratégias de cobertura adequadas dentro dos limites de uma apetência pelo risco aprovada pelo Conselho de Administração. O capital investido nas filiais e sucursais estrangeiras do Deutsche Bank não está coberto, está parcialmente coberto ou está totalmente coberto. Deste modo, a Tesouraria pretende equilibrar os efeitos das variações cambiais sobre o capital, as rubricas de dedução do capital e os ativos ponderados pelo risco em moeda estrangeira. Além disso, a Tesouraria contabiliza também os custos de cobertura associados e as implicações nos ativos ponderados pelo risco de mercado.

Definição de limites para recursos

A utilização de recursos financeiros essenciais é influenciada através de processos e incentivos de governação.

Os objetivos de capacidade de recursos são revistos no plano estratégico anual do Deutsche Bank com as ambições ao nível de CET 1 e rácio de alavancagem do banco. Como parte do processo trimestral do Deutsche Bank, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos do Grupo aprova limites de recursos para divisões para o total da procura de capital (definido como a soma dos RWA e de determinados equivalentes de RWA de rubricas de dedução de capital e determinados equivalentes de RWA de rubricas de requisitos de amortecedor de capital) e exposição a alavancagem que se baseiam no plano estratégico mas ajustados para as condições de mercado e as perspetivas de curto prazo. Os limites são aplicados através de um processo de monitorização estrita e de um mecanismo de sobrecarga.

Os requisitos de capital regulamentares globais são principalmente impulsionados pelos requisitos de rácio CET 1 (solvabilidade) ou rácio de alavancagem (alavancagem) do Deutsche Bank, consoante o que represente a restrição mais vinculativa. Para a afetação interna de capital, a contribuição combinada de cada segmento para o rácio de Common Equity Tier 1 do Grupo, o rácio de alavancagem do Grupo e a perda de capital em situação de esforço do Grupo é ponderada para refletir a respetiva importância relativa e o nível de restrição para o Grupo. Os contributos para o rácio de Common Equity Tier 1 e o rácio de alavancagem são medidos através do RWA e da exposição ao rácio de alavancagem (LRE). A perda de capital em situação de esforço do Grupo é uma medida da exposição de risco económico global do Grupo sob um cenário de esforço definido. O goodwill, outros ativos intangíveis e rubricas de dedução de capital regulamentar relacionados com o negócio incluídos na procura total de capital são diretamente atribuídos aos respetivos segmentos, suportando o cálculo do capital próprio dos acionistas tangível afetado e a respetiva taxa de retorno.

A maioria das subsidiárias do Deutsche Bank, bem como algumas agências do banco, estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Ao elaborar, implementar e testar a posição de capital e de liquidez do Deutsche Bank, o banco tem em conta na íntegra esses requisitos legais e regulamentares. Quaisquer pedidos de capital material das agências e subsidiárias do Deutsche Bank em todo o mundo são apresentados e aprovados pelo Comité de Investimento do Grupo antes da execução.

Além disso, a Tesouraria é membro do Comité de Pensões do Deutsche Bank e está representada nos Comités de Investimento relevantes que supervisionam a gestão dos ativos dos maiores fundos de pensões do Deutsche Bank na Alemanha. Estes comités de investimento definem a estratégia de investimento para estes fundos, em conformidade com o objetivo de investimento do banco de proteger a base de capital e a capacidade de distribuição do banco.

42 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os artigos 297.º, n.º 1a / 314.º do HGB e rentabilidade dos ativos de acordo com o artigo 26.º-A da Lei Bancária Alemã

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2023	2022
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	9.235	8.871
Encargos de segurança social	1.896	1.841
dos quais: relacionados com pensões	963	1.024
Total	11.131	10.712

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2023 era de 87.777 (2022: 85.143) dos quais 39.114 (2022: 37.815) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 51.732 (2022: 49.372) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

De acordo com os requisitos da Norma Contabilística Alemã n.º 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2023, uma remuneração total de 55.004.064 euros (2022: 52.870.209 euros). Desse montante, 27.243.063 euros (2022: 26.981.982 euros) destinaram-se a remuneração fixa, 1.191.666 euros (2022: 1.300.000 euros) destinaram-se a subsídios fixos, 854.238 euros (2022: 1.119.403 euros) destinaram-se a benefícios marginais e 25.715.098 euros (2022: 23.468.824 euros) destinaram-se a componentes relacionadas com o desempenho. Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 26.222.817 euros e 22.974.014 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respetivamente. As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 157,816,164 euros e 158.228.043 euros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respetivamente.

A remuneração do Conselho de Fiscalização está regulamentada na Secção 14 dos Estatutos do Deutsche Bank AG. As novas disposições relativas à compensação foram adotadas pela última vez por deliberação na Assembleia Geral Anual de 17 de maio de 2023. A remuneração total dos membros do Conselho de Fiscalização em 2023 foi de 7.404.172 euros (2022: 6.833.333 euros). O banco não concede aos membros do Conselho de Fiscalização quaisquer benefícios após a sua saída do Conselho de Fiscalização.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 28.429 euros e 4.514.404 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização, a 638.839 euros e 939.889 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram 62.058 euros de empréstimos em 2023 (2022: 93.153 euros).

Rentabilidade dos ativos

O artigo 26.º-A da lei bancária alemã define a rentabilidade dos ativos como lucro líquido dividido pela média do total de ativos. De acordo com esta definição, a rentabilidade dos ativos era de 0,35% e 0,39% para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente.

Informações sobre a empresa-mãe

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft é a empresa-mãe do Deutsche Bank Group. Está constituído em Frankfurt am Main e registado no Registo Comercial do tribunal distrital de Frankfurt am Main, com o número de registo HRB 30000.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). A declaração encontra-se publicada no sítio Web do Deutsche Bank na Internet (www.db.com/ir/en/reports.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Repartição dos honorários cobrados pela EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY GmbH & Co. KG") e outras empresas membros da EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2023	2022
Honorários por serviços de auditoria	66	59
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	52	46
Honorários relacionados com auditoria	12	8
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	9	6
Honorários por serviços de consultoria fiscal	0	0
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	0	0
Todas as outras comissões	0	1
dos quais para a EY GmbH & Co. KG	0	0
Total de comissões	78	68

Os honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG e não incluem os honorários de auditoria da DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

43 – Relatórios por país

Nos termos do artigo 26.º-A da lei bancária alemã (KWG), é exigida a divulgação anual de determinada informação por localização geográfica. As informações apresentadas no quadro seguinte provêm das contas IFRS do Grupo do Deutsche Bank. A tabela não é, no entanto, conciliável com outras informações financeiras deste relatório devido a requisitos específicos publicados pelo Bundesbank em 16 de dezembro de 2014, que incluem o requisito de apresentação da informação sobre as localizações geográficas antes da eliminação das transações transfronteiriças intragrupo. Em linha com estes requisitos do Bundesbank, foram eliminadas as transações intragrupo dentro do mesma localização geográfica. Estas eliminações são idênticas às eliminações aplicadas para efeitos de relatórios de gestão internos sobre as respetivas localizações geográficas.

A localização geográfica das subsidiárias e das agências considera a localização de incorporação ou residência, assim como a jurisdição tributária em questão. Para a denominação, natureza da atividade e domicílio das subsidiária e agências, consultar a Nota 44 "Participações acionistas". Adicionalmente, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias possuem agências na Alemanha e no estrangeiro, como por exemplo em Londres, Nova Iorque e Singapura. As receitas líquidas são compostas por proveitos de juros líquidos e proveitos não provenientes de juros.

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	31 dez 2023			
	Receitas líquidas (volume de negócios)	Colaboradores (equivalente a tempo inteiro) ¹	Resultado antes de imposto sobre o rendimento	Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento
Austrália	179	281	21	(9)
Áustria	15	69	3	(0)
Bélgica	180	482	20	(7)
Brasil	112	169	53	(18)
Canadá	22	12	18	(12)
Ilhas Caimão	7	0	7	0
China	233	634	131	(33)
Colômbia	(0)	0	(0)	0
República Checa	35	44	23	(4)
França	124	215	54	(7)
Alemanha	13.426	36.195	3.832	(889)
Grã-Bretanha	4.052	7.795	472	791
Grécia	1	12	0	(1)
Hong Kong	610	851	74	(11)
Hungria	47	60	24	(4)
Índia	818	20.727	563	(235)
Indonésia	113	220	60	(19)
Irlanda	27	158	(2)	1
Israel	2	15	1	(0)
Itália	838	3.071	(96)	165
Japão	376	380	202	(52)
Jersey	5	0	6	(0)
Luxemburgo	1.158	474	633	(126)
Malásia	97	192	59	(14)
Maurícia	(45)	0	(44)	0
México	19	30	6	0
Países Baixos	307	485	175	(44)
Paquistão	24	88	13	(7)
Peru	1	0	0	0
Filipinas	46	1.386	29	(6)
Polónia	163	352	(174)	14
Portugal	12	45	3	2
Catar	(0)	3	0	(0)
Roménia	1	1.626	12	(2)
Federação da Rússia	88	179	40	(16)
Arábia Saudita	50	47	(24)	(1)
Singapura	982	1.879	259	(42)
África do Sul	23	42	11	(1)
Coreia do Sul	126	185	56	(15)
Espanha	549	2.345	50	(20)
Sri Lanka	38	56	32	(12)
Suécia	6	33	0	(0)
Suíça	351	624	86	(16)
Taiwan	31	120	3	(2)
Tailândia	48	106	10	(2)
Turquia	146	115	126	(37)
Emirados Árabes Unidos	36	196	22	(4)
Ucrânia	12	33	(1)	(2)
EUA	4.870	8.021	317	(103)
Vietname	44	80	30	(6)

¹ Equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2023

44 – Participações

- 392 Subsidiárias
- 396 Entidades estruturadas consolidadas
- 401 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
- 403 Outras empresas em que a participação é superior a 20%
- 406 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão (“HGB”).

Notas de rodapé:

- 1 Controlada.
- 2 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada emitida nos termos do artigo 313.º, parágrafo 2, número 6 do HGB.
- 3 Parceria geral.
- 4 A sociedade recorreu à isenção prevista no artigo 264.º, n.º 3, do HGB.
- 5 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
- 6 Joint venture
- 7 Não controlada.
- 8 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa
- 9 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
- 10 Fundos próprios preliminares no valor de 6.894,9 milhões de euros/Resultado no valor de (28,2) milhões de euros (Exercício de 2023).
- 11 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
- 12 Fundos próprios preliminares no valor de 8.425,3 milhões de euros/Resultado no valor de (41,7) milhões de euros (Exercício de 2023).
- 13 Não consolidado nem contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificado como ativos financeiros não relacionadas com a negociação obrigatórios ao justo valor através de resultados.
- 14 Fundos próprios de 39,7 milhões de euros/Resultado no valor de 3,8 milhões de euros (Exercício de 2022).
- 15 Fundos próprios de 0,6 milhões de euros/Resultado no valor de 16,8 milhões de euros (Exercício de 2022).
- 16 Fundos próprios de 12,3 milhões de euros/Resultado no valor de 2,4 milhões de euros (Exercício de 2022).
- 17 Fundos próprios de 16,0 milhões de euros/Resultado no valor de 0,6 milhões de euros (Exercício de 2022).

Subsidiárias

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		Instituição de crédito	
2	ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
3	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
4	Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
5	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlim		Outra empresa	100,0
6	Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
7	Baldur Mortgages Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
8	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
9	Better Financial Services GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
10	Better Payment Germany GmbH	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
11	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln		Instituição financeira	100,0
12	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		Instituição de crédito	100,0
13	BHW Holding GmbH	Hameln		Empresa de participação financeira	100,0
14	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		Outra empresa	100,0
15	Breaking Wave DB Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
16	BT Globenet Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
17	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
18	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
19	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		Outra empresa	100,0
20	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		Instituição financeira	100,0
21	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		Instituição financeira	67,6
22	China Recovery Fund, LLC	Wilmington		Instituição financeira	85,0
23	Cinda - DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	1	Instituição financeira	10,0
24	Consumo Srl in Liquidazione	Milão		Instituição financeira	100,0
25	D B Investments (GB) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
26	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
27	DB (Barbados) SRL	Christ Church		Empresa de serviços auxiliares	100,0
28	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
29	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
30	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		Instituição financeira	100,0
31	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		Instituição de crédito	100,0
32	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		Empresa de participação financeira	100,0
33	DB Boracay LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
34	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		Empresa de participação financeira	100,0
35	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
36	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	100,0
37	DB Commodity Financing Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
38	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		Instituição financeira	100,0
39	DB Direkt GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
40	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
41	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
42	DB Global Technology SRL	Bucareste		Empresa de serviços auxiliares	100,0
43	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
44	DB Group Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
45	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
46	DB HR Solutions GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
47	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo	2	Instituição financeira	100,0
48	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen	2	Instituição financeira	100,0
49	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		Instituição financeira	100,0
50	DB Intermezzo LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
51	DB International (Asia) Limited	Singapura		Instituição de crédito	100,0
52	DB International Investments Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
53	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		Outra empresa	100,0
54	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
55	DB Investment Partners Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
56	DB Investment Partners Pte. Ltd.	Singapura		Outra empresa	100,0
57	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
58	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
59	DB Investment Services GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
60	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
61	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
62	DB Management Support GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
63	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Empresa de serviços auxiliares	100,0
64	DB Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
65	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		Outra empresa	100,0
66	DB Omega Ltd.	George Town		Instituição financeira	100,0
67	DB Operaciones y Servicios Interactivos, S.L.U.	Madrid		Empresa de serviços auxiliares	100,0
68	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
69	DB Overseas Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
70	DB Print GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
71	DB Private Clients Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
72	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
73	DB Re S.A.	Luxemburgo		Empresa de resseguros	100,0
74	DB Service Centre Limited	Dublin		Empresa de serviços auxiliares	100,0
75	DB Services (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	100,0
76	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
77	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
78	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		Empresa de serviços auxiliares	100,0
79	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
80	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
81	DB Trustee Services Limited	Londres		Outra empresa	100,0
82	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		Outra empresa	100,0
83	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
84	DB UK Bank Limited	Londres		Instituição de crédito	100,0
85	DB UK Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
86	DB UK PCAM Holdings Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
87	DB USA Core Corporation	West Trenton		Empresa de serviços auxiliares	100,0
88	DB USA Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
89	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
90	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
91	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
92	DB Vita S.A.	Luxemburgo		Empresa de seguros	84,0
93	DBAH Capital, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
94	DBCIBZ1	George Town		Instituição financeira	100,0
95	DBFIC, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
96	DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
97	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
98	DBR Investments Co. Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
99	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		Empresa de gestão de ativos	100,0
100	DBRMSGP1	George Town	2, 3	Instituição financeira	100,0
101	DBUK PCAM Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
102	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
103	DBX Advisors LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
104	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	2	Empresa de serviços auxiliares	100,0
105	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
106	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
107	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
108	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		Instituição financeira	100,0
109	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
110	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
111	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		Instituição financeira	100,0
112	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
113	Deutsche Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
114	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		Outra empresa	100,0
115	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		Instituição de crédito	100,0
116	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		Instituição de crédito	100,0
117	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		Instituição de crédito	100,0
118	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		Instituição de crédito	100,0
119	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		Instituição de crédito	100,0
120	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
121	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		Instituição de crédito	100,0
122	Deutsche Bank Financial Company	George Town		Instituição financeira	100,0
123	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
124	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Wilmington		Outra empresa	100,0
125	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		Instituição de crédito	100,0
126	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		Instituição de crédito	100,0
127	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
128	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		Instituição de crédito	100,0
129	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		Empresa de serviços auxiliares	100,0
130	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		Instituição de crédito	100,0
131	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
132	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		Instituição financeira	100,0
133	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		Instituição de crédito	99,9
134	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		Instituição de crédito	100,0
135	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		Instituição de crédito	100,0
136	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
137	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
138	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española Unipersonal	Madrid		Instituição de crédito	100,0
139	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		Instituição financeira	100,0
140	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
141	Deutsche Capital Partners China Limited (em liquidação voluntária)	George Town		Instituição financeira	100,0
142	Deutsche Cayman Ltd.	Camana Bay		Outra empresa	100,0
143	Deutsche Custody N.V.	Amsterdão		Instituição financeira	100,0
144	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
145	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
146	Deutsche Finance No. 2 Limited (em liquidação voluntária)	George Town		Instituição financeira	100,0
147	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
148	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
149	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		Empresa de serviços auxiliares	100,0
150	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
151	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
152	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Outra empresa	99,8
153	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
154	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
155	Deutsche Holdings Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
156	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
157	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
158	Deutsche Holdings No. 4 Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
159	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
160	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
161	Deutsche India Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
162	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		Instituição financeira	100,0
163	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
164	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		Outra empresa	100,0
165	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amsterdão		Instituição financeira	100,0
166	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		Instituição financeira	100,0
167	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
168	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		Empresa de serviços auxiliares	100,0
169	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		Empresa de serviços auxiliares	100,0
170	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
171	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
172	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
173	Deutsche Nederland N.V.	Amsterdão		Empresa de serviços auxiliares	100,0
174	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		Instituição financeira	100,0
175	Deutsche Nominees Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
176	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colônia		Instituição de crédito	100,0
177	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		Empresa de serviços auxiliares	100,0
178	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
179	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		Instituição financeira	100,0
180	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Instituição financeira	100,0
181	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		Outra empresa	100,0
182	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0
183	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		Instituição financeira	100,0
184	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		Instituição financeira	100,0
185	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		Instituição financeira	100,0
186	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anônima fechada conjunta)	Riade		Instituição financeira	100,0
187	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		Instituição financeira	100,0
188	Deutsche Services (CI) Limited	St. Helier		Instituição financeira	100,0
189	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		Empresa de serviços auxiliares	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
190	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
191	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0
192	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		Outra empresa	100,0
193	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
194	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		Outra empresa	100,0
195	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		Empresa de gestão de ativos	100,0
196	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		Outra empresa	78,0
197	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
198	DIP Management GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
199	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
200	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
201	DWS Alternatives France	Paris		Outra empresa	100,0
202	DWS Alternatives Global Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
203	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	100,0
204	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		Empresa de gestão de ativos	100,0
205	DWS Beteiligungsg GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	98,6
206	DWS CH AG	Zurique		Instituição financeira	100,0
207	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
208	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		Instituição financeira	60,0
209	DWS Global Business Services Inc.	Cidade de Taguig		Empresa de serviços auxiliares	99,9
210	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt	2	Sociedade gestora de participações de investimento	79,5
211	DWS Group Services UK Limited	Londres		Empresa de serviços auxiliares	100,0
212	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	99,9
213	DWS India Private Limited	Mumbai		Empresa de serviços auxiliares	100,0
214	DWS International GmbH	Frankfurt		Empresa de investimento	100,0
215	DWS Investment GmbH	Frankfurt		Empresa de gestão de ativos	100,0
216	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
217	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		Empresa de gestão de ativos	100,0
218	DWS Investments Australia Limited	Sydney		Instituição financeira	100,0
219	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		Instituição financeira	100,0
220	DWS Investments Japan Limited	Tóquio		Instituição financeira	100,0
221	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai		Instituição financeira	100,0
222	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		Instituição financeira	100,0
223	DWS Investments UK Limited	Londres		Empresa de gestão de ativos	100,0
224	DWS Management GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
225	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	99,9
226	DWS Service Company	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
227	DWS Shanghai Private Equity Fund Management Limited	Xangai		Outra empresa	100,0
228	DWS Trust Company	Concord		Instituição financeira	100,0
229	DWS USA Corporation	Wilmington		Instituição financeira	100,0
230	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo		Outra empresa	65,2
231	Elm (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
232	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		Instituição financeira	100,0
233	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão		Outra empresa	100,0
234	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim		Empresa de serviços auxiliares	100,0
235	Fir (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
236	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
237	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		Outra empresa	74,9
238	German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		Instituição financeira	100,0
239	Greenheart (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
240	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	1	Instituição financeira	0,0
241	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	98,7
242	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	94,0
243	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf	2	Empresa de serviços auxiliares	100,0
244	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	78,7
245	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	90,0
246	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	99,0
247	ISTRON Beteteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		Empresa de serviços auxiliares	100,0
248	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
249	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		Instituição de crédito	100,0
250	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
251	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		Empresa de serviços auxiliares	100,0
252	Kidson Pte Ltd	Singapura		Instituição financeira	100,0
253	Konsul Inkasso GmbH	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
254	LA Water Holdings Limited	George Town		Instituição financeira	75,0
255	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	100,0
256	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	100,0
257	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
258	MEF I Manager, S. à r.l.	Munsbach		Instituição financeira	100,0
259	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		Instituição financeira	100,0
260	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
261	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		Instituição financeira	100,0
262	norisbank GmbH	Bona		Instituição de crédito	100,0
263	Numis Corporation Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
264	Numis Europe Limited	Dublin		Empresa de investimento	100,0
265	Numis Nominees (Client) Limited	Londres		Outra empresa	100,0
266	Numis Nominees (NSI) Limited	Londres		Outra empresa	100,0
267	Numis Nominees Limited	Londres		Outra empresa	100,0
268	Numis Securities Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
269	Numis Securities Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
270	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		Empresa de serviços auxiliares	100,0
271	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		Instituição de crédito	100,0
272	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
273	OPB-Oktava GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
274	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
275	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
276	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
277	Pan Australian Nominees Pty Ltd (em remoção voluntária)	Sydney		Empresa de serviços auxiliares	100,0
278	PB Factoring GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
279	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen i.A.	Bona	1	Empresa de serviços auxiliares	0,0
280	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen		Empresa de serviços auxiliares	100,0
281	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		Outra empresa	100,0
282	Postbank Direkt GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
283	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		Instituição financeira	100,0
284	Postbank Finanzberatung AG	Hamel		Outra empresa	100,0
285	Postbank Immobilien GmbH	Hamel		Outra empresa	100,0
286	Postbank Leasing GmbH	Bona		Instituição financeira	100,0
287	Prof. Weber GmbH	Mannheim	4	Outra empresa	100,0
288	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta		Instituição financeira	99,0
289	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
290	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
291	RREEF America L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
292	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
293	RREEF Fund Holding LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
294	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		Outra empresa	100,0
295	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
296	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
297	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		Instituição financeira	100,0
298	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	100,0
299	Sharps SP I LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
300	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		Outra empresa	100,0
301	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
302	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		Instituição financeira	100,0
303	Tempurrite Leasing Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
304	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Bangucoque		Instituição financeira	100,0
305	Treinvest Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	100,0
306	Triplereason Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
307	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona		Instituição de pagamento	100,0
308	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0

Entidades estruturadas consolidadas

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
309	Al Mi'yar Capital SA	Luxemburgo	5	Outra empresa	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
310	Alguer Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
311	Alixville Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
312	Altersvorsorge Fonds Hamburg Alter Wall Dr. Juncker KG	Frankfurt		Outra empresa	
313	Atlas Investment Company 1 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
314	Atlas Investment Company 2 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
315	Atlas Investment Company 3 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
316	Atlas Investment Company 4 S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Instituição financeira	
317	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		Instituição financeira	0,0
318	Atlas SICAV - FIS, en liquidation volontaire	Luxemburgo	5	Outra empresa	
319	Australian Secured Personal Loans Trust	Melbourne		Outra empresa	100,0
320	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	5	Outra empresa	
321	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
322	Cathay Capital Company Limited	Ebène		Instituição financeira	9,5
323	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		Instituição financeira	
324	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited (em liquidação voluntária)	George Town		Instituição financeira	
325	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		Empresa de serviços auxiliares	
326	Ceto S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
327	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
328	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
329	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	
330	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
331	City Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
332	CLASS Limited	St. Helier	5	Outra empresa	
333	Collins Capital Low Volatility Performance II Special Investments, Ltd.	Road Town		Instituição financeira	
334	Crofton Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
335	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
336	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	96,9
337	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	96,9
338	DB Aster II, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
339	DB Aster III, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
340	DB Aster, Inc.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
341	DB Aster, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
342	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		Instituição financeira	90,0
343	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
344	DB Finance International GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
345	DB Holding Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior Crédito Privado	São Paulo		Instituição financeira	100,0
346	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt		Outra empresa	
347	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
348	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
349	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
350	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8092 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
351	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8093 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
352	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8095 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
353	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8096 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
354	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8097 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
355	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8098 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
356	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8102 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
357	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8103 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
358	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8108 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
359	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8114 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
360	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8115 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
361	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8116 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,1
362	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8117 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
363	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8201 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
364	DB SPEARs/LIFERs, Series DB-8202 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
365	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8052 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
366	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8055 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
367	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8057 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
368	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8060 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
369	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8067 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
370	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8070 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
371	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8071 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
372	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8081 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
373	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8082 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
374	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8083 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
375	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8085 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
376	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8086 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
377	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8090 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
378	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8094 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
379	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8099 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
380	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8100 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
381	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8101 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
382	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8105 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
383	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8106 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
384	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8107 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
385	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8109 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
386	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8110 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
387	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8112 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
388	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8113 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
389	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8118 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	0,0
390	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8902 Trust	Newark		Empresa de serviços auxiliares	0,0
391	DB SPEARs/LIFERs, Series DBE-8908 Trust	Newark		Empresa de serviços auxiliares	0,0
392	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo		Instituição financeira	100,0
393	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
394	DBX ETF Trust	Wilmington	5	Outra empresa	
395	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	
396	Deloraine Spain, S.L.	Madrid		Outra empresa	
397	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Deposits	Luxemburgo	5	Outra empresa	
398	Deutsche Bank Luxembourg S.A. - Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	5	Outra empresa	
399	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		Instituição financeira	100,0
400	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		Instituição financeira	100,0
401	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		Instituição financeira	100,0
402	Deutsche Postbank Funding Trust I	Newark		Instituição financeira	100,0
403	Deutsche Postbank Funding Trust III	Newark		Instituição financeira	100,0
404	DWS Access S.A.	Luxemburgo	5	Outra empresa	
405	DWS Alternatives (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
406	DWS Funds	Luxemburgo	5	Outra empresa	
407	DWS Garant	Luxemburgo	5	Outra empresa	
408	DWS Invest	Luxemburgo	5	Outra empresa	
409	DWS Invest (IE) ICAV	Dublin		Outra empresa	
410	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		Outra empresa	
411	DWS-Fonds Treasury Liquidity (EUR)	Frankfurt		Outra empresa	100,0
412	Dynamic Infrastructure Securities Fund LP	Wilmington		Instituição financeira	
413	Earls Four Limited	George Town	5	Outra empresa	
414	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à r.l & Co. KG i.l.	Colônia		Outra empresa	
415	Eirles Three Designated Activity Company	Dublin	5	Outra empresa	
416	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	100,0
417	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	5	Outra empresa	
418	Emeris	George Town		Instituição financeira	
419	Encina Property Finance Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
420	Epicuro SPV S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
421	ERET Lux 1 S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
422	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
423	European Real Estate Transformation Fund S.C.A. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	99,9
424	Fondo Privado de Titulización PYMES I Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
425	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-037	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
426	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-039	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
427	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-040	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
428	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-041	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
429	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-043	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
430	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-044	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
431	Freddie Mac Class A Taxable Multifamily M Certificates Series M-047	McLean		Empresa de serviços auxiliares	100,0
432	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
433	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
434	Galene S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
435	Gladyr Spain, S.L.	Madrid		Outra empresa	
436	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		Instituição financeira	
437	Global Opportunities Co-Investment, LLC	George Town		Instituição financeira	
438	GWC-GAC Corp.	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
439	Havbell Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
440	Histria Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
441	Infrastructure Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
442	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
443	Investor Solutions Limited	St. Helier	5	Outra empresa	
444	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
445	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	
446	Kelona Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
447	Kelsey Street LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
448	KH Kitty Hall Holdings Limited	Galway		Instituição financeira	
449	Kratus Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
450	Ledyard, S.L.	Madrid		Outra empresa	
451	87 Leonard Development LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
452	Life Mortgage S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
453	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		Empresa de serviços auxiliares	100,0
454	Lockwood Invest, S.L.	Madrid		Instituição financeira	
455	London Industrial Leasing Limited	Londres		Instituição financeira	100,0
456	Lunashadow Limited	Dublin		Instituição financeira	
457	Malabo Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
458	Merlin XI	George Town		Instituição financeira	
459	Meseta Inversiones Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
460	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt	2	Instituição financeira	100,0
461	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
462	Navegador - SGFTC, S.A.	Lisboa		Empresa de serviços auxiliares	100,0
463	NCW Holding Inc.	Vancouver		Instituição financeira	100,0
464	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
465	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	1	Outra empresa	0,0
466	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
467	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia		Outra empresa	
468	OTTAM Mexican Capital Trust Designated Activity Company	Dublin	5	Outra empresa	
469	Palladium Global Investments S.A.	Luxemburgo	5	Outra empresa	
470	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	5	Outra empresa	
471	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	5	Instituição financeira	
472	PARTS Funding, LLC	Wilmington		Instituição financeira	100,0
473	PEIF II SLP Feeder 2 LP	Edimburgo		Instituição financeira	100,0
474	PEIF III SLP Feeder GP, S.à r.l.	Senningerberg		Instituição financeira	
475	PEIF III SLP Feeder, SCSp	Senningerberg		Outra empresa	55,1
476	Peruda Leasing Limited (em liquidação voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
477	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		Instituição financeira	95,0
478	Property Debt Fund S.C.Sp. SICAV-RAIF	Luxemburgo		Outra empresa	
479	PUTTERS/DRIVERS, Series 3004 Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	14,5
480	PUTTERS/DRIVERS, Series 3005DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	13,4
481	PUTTERS/DRIVERS, Series 3006DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	5,0
482	PUTTERS/DRIVERS, Series 3007DB Trust	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	16,7
483	QR Tower 2, LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
484	Radical Properties Unlimited Company	Dublin		Instituição financeira	
485	Reference Capital Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		Instituição financeira	100,0
486	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
487	Riviera Real Estate	Paris		Outra empresa	100,0
488	ROCKY 2021-1 SPV S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	
489	Romareda Holdings Designated Activity Company	Dublin		Instituição financeira	
490	RREEF Core Plus Residential Fund LP	Wilmington		Outra empresa	100,0
491	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	100,0
492	Samburg Invest, S.L.	Madrid		Outra empresa	
493	SCB Alp Spitze UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Instituição financeira	
494	Seaview Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
495	SGI SLP Feeder GP S.à r.l.	Senningerberg		Instituição financeira	
496	SGI SLP Feeder SCSp	Senningerberg		Instituição financeira	56,0
497	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0
498	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		Outra empresa	100,0
499	SP Mortgage Trust	Wilmington		Outra empresa	100,0
500	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Instituição financeira	99,9

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
501	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		Empresa de serviços auxiliares	99,8
502	Style City Limited	Dublin		Instituição financeira	
503	Sunrise Turnaround Partners G.K.	Tóquio		Instituição financeira	100,0
504	Swabia 1 Designated Activity Company	Dublin		Outra empresa	
505	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt		Instituição financeira	100,0
506	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		Outra empresa	100,0
507	Tasman NZ Residential Mortgage Trust	Auckland		Outra empresa	
508	Tech Venture Growth Portfolio, F.C.R.	Madrid		Instituição financeira	100,0
509	Tech Venture Growth S.C.R., S.A.	Madrid		Instituição financeira	100,0
510	Timing Chance Multi Asset Income	Frankfurt		Outra empresa	100,0
511	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
512	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		Outra empresa	100,0
513	Vermögensfondmandat Flexible (80 % teilgeschützt)	Luxemburgo		Outra empresa	
514	Waltzfire Limited	Dublin		Instituição financeira	
515	Wedverville Spain, S.L.	Madrid		Outra empresa	
516	Wendelstein 2017-1 UG (haftungsbeschränkt)	Frankfurt		Outra empresa	
517	5353 WHMR LLC	Wilmington		Outra empresa	100,0
518	Xtrackers (IE) Public Limited Company	Dublin	5	Outra empresa	0,0
519	Xtrackers II	Luxemburgo	5	Outra empresa	0,1
520	Zumirez Drive LLC	Wilmington		Empresa de serviços auxiliares	100,0

Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
521	A.C.N. 603 303 Pty Ltd	Melbourne		Instituição financeira	19,5
522	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		Instituição de crédito	26,9
523	Arabesque AI Ltd	Londres		Instituição financeira	24,3
524	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		Outra empresa	30,0
525	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		Instituição financeira	49,0
526	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		Outra empresa	16,2
527	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		Outra empresa	50,0
528	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Colônia		Outra empresa	25,1
529	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
530	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		Empresa de participação financeira	21,1
531	dwins GmbH	Frankfurt		Outra empresa	17,8
532	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0
533	Evroenergiaki Anonymi Etairia	Atenas	6	Outra empresa	40,0
534	FSDB Merchant Services GmbH	Frankfurt		Outra empresa	49,0
535	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		Outra empresa	41,2
536	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		Outra empresa	30,6
537	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		Instituição financeira	15,7
538	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		Outra empresa	36,7
539	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	40,1
540	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	41,6
541	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf	2, 7	Outra empresa	62,1
542	Grundstücksgesellschaft Mietwohnhäuser Leipzig-Gohlis GbR	Troisdorf		Outra empresa	25,0
543	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	26,0
544	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		Instituição financeira	30,0
545	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		Instituição financeira	40,7
546	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf	6	Instituição financeira	50,0
547	Immobilienfonds Büro Center Erfurt am Flughafen Bindersleben III GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	20,7
548	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	39,0
549	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colônia	2	Outra empresa	30,5
550	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	28,9
551	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf	2	Outra empresa	40,3
552	Ingrid S.à r.l.	Luxemburgo	6	Outra empresa	23,8
553	Inversiones Pico Espadas S.A.	Castellbisbal		Outra empresa	21,6
554	iSwap Limited	Londres		Instituição financeira	14,0
555	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung i.L.	Düsseldorf		Instituição financeira	22,9
556	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft i.L.	Düsseldorf		Outra empresa	22,9
557	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		Instituição financeira	25,9
558	Latitude Group Holdings Limited	Melbourne		Instituição financeira	16,5
559	MorgenFund GmbH	Frankfurt		Empresa de investimento	30,0
560	North Coast Wind Energy Corp.	Port Moody	6	Outra empresa	50,0
561	Palma Topco Limited	St. Helier		Empresa de serviços auxiliares	22,8
562	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		Instituição financeira	50,0
563	REDUS DTHG, LLC	Wilmington		Outra empresa	49,9
564	Relax Holding S.à r.l., en procédure de dissolution administrative sans liquidation	Luxemburgo		Outra empresa	20,0
565	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		Outra empresa	22,5
566	Starpool Finanz GmbH	Berlim		Outra empresa	49,9
567	Syndicated Loan Consortium Holdings LLC	Wilmington		Outra empresa	7,0
568	Taurus SA	Genebra		Instituição financeira	4,2
569	Trade Information Network Limited	Londres	6	Outra empresa	18,6
570	TRAXPAY GmbH	Frankfurt		Outra empresa	2,4
571	Triton Beteiligungs S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		Outra empresa	33,1
572	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	7	Outra empresa	99,9
573	UKEM Motoryacht Medici Mangusta GbR	Troisdorf	8	Outra empresa	0,0
574	Ullmann Krockow Esch GbR	Troisdorf	8	Outra empresa	0,0
575	Ullmann, Krockow, Esch Luftverkehrsgesellschaft bürgerlichen Rechts	Troisdorf	8	Outra empresa	0,0
576	Volbroker.com Limited	Rochford		Instituição financeira	22,5
577	Weser Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		Outra empresa	25,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
578	zeitinvest-Service GmbH	Frankfurt		Outra empresa	25,0
579	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim	6	Instituição financeira	33,3
580	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		Instituição financeira	25,0

Outras empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
581	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
582	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
583	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
584	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
585	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
586	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
587	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
588	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
589	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
590	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
591	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
592	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
593	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
594	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
595	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
596	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	9	Instituição financeira	50,0
597	Benefit Trust GmbH	Luetzen	10, 11	Instituição financeira	100,0
598	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
599	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	33,2
600	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	32,0
601	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo	7, 11	Instituição financeira	98,2
602	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	11, 12	Outra empresa	100,0
603	DB Placement, LLC	Wilmington	7, 11	Outra empresa	100,0
604	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay	9	Instituição financeira	33,6
605	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier	13	Instituição financeira	25,9
606	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo	9	Instituição financeira	49,0
607	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
608	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
609	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
610	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
611	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
612	DWS Offshore Infrastructure Debt Opportunities Feeder LP	George Town	9, 14	Instituição financeira	26,3
613	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
614	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
615	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
616	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
617	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
618	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	13	Outra empresa	29,5
619	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Rottach-Egern	13	Outra empresa	28,6
620	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork	13	Outra empresa	24,3
621	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG i.L.	Berlim	9	Instituição financeira	20,5
622	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	9	Outra empresa	49,0
623	Isaac Newton S.à r.l.	Capellen	7, 11, 15	Outra empresa	98,2
624	Kinneil Leasing Company	Londres	9	Outra empresa	35,0
625	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
626	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	7, 13, 16	Instituição financeira	77,1
627	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt	13, 17	Instituição financeira	35,4
628	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	39,0
629	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	34,0
630	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	32,8
631	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo	13	Outra empresa	33,0
632	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
633	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
634	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
635	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
636	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
637	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colônia	1, 2, 9	Instituição financeira	27,7
638	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
639	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
640	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
641	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
642	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
643	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
644	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
645	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
646	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
647	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
648	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
649	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
650	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
651	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
652	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
653	Private Equity Invest Participations GmbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
654	Private Equity Life Sciences Participationsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
655	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
656	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
657	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
658	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
659	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
660	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
661	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
662	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
663	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	58,5
664	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
665	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
666	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
667	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
668	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
669	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
670	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	33,2
671	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
672	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	71,1
673	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
674	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
675	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
676	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
677	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
678	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
679	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
680	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	7, 11	Instituição financeira	100,0
681	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
682	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
683	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
684	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
685	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
686	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
687	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
688	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
689	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	11	Outra empresa	100,0
690	SOLOON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
691	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
692	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
693	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
694	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
695	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
696	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
697	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
698	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
699	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
700	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
701	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
702	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
703	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
704	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
705	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
706	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
707	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
708	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
709	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
710	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
711	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	9	Instituição financeira	50,0
712	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
713	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	11	Instituição financeira	100,0
714	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
715	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
716	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
717	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
718	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
719	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
720	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
721	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
722	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
723	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
724	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
725	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	Instituição financeira	25,0
726	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
727	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
728	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
729	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
730	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
731	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
732	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
733	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
734	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
735	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Instituição financeira	50,0
736	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
737	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
738	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Instituição financeira	50,0
739	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
740	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
741	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	Outra empresa	50,0
742	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld	9	Instituição financeira	25,0

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da empresa	Nota de rodapé	Natureza da atividade	Participação no capital em %
743	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	Camana Bay		Instituição financeira	8,8
744	BÜRGERSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		Instituição financeira	8,5
745	Bürgerschaftsbank Hamburg GmbH	Hamburgo		Instituição financeira	8,7
746	Bürgerschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		Instituição financeira	8,4
747	Bürgerschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		Instituição financeira	6,3
748	Bürgerschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		Instituição financeira	8,2
749	Bürgerschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		Instituição financeira	5,6
750	Bürgerschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		Instituição financeira	8,7
751	MTS S.p.A.	Roma		Outra empresa	5,0
752	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		Instituição de crédito	9,0
753	Private Export Funding Corporation	Wilmington		Instituição financeira	6,0
754	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		Instituição de crédito	11,8
755	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		Instituição financeira	7,8

45 – Reforma do índice de referência das taxas de juro

Em 30 de junho de 2023, o Deutsche Bank concluiu materialmente a transição das suas restantes transações indexadas às taxas USD LIBOR. Todas as posições que anteriormente faziam referência à CHF LIBOR, JPY LIBOR, EUR LIBOR e EONIA foram transferidas em 2022. As posições referentes a maturidades da GBP LIBOR e da USD LIBOR que cessaram no início de 2022 foram objeto de uma transição significativa para uma taxa de referência alternativa.

O painel do banco para determinar a USD LIBOR cessou permanentemente a sua atividade em 30 de junho de 2023, mas certas definições da USD LIBOR a curto prazo continuarão a ser publicadas utilizando uma metodologia sintética até 30 de setembro de 2024. A exposição remanescente à US LIBOR após a cessação refere-se a posições que utilizam temporariamente a última fixação disponível da LIBOR ou a LIBOR sintética. Estas posições são acompanhadas de perto e estão no bom caminho para a transição. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição nocional dos instrumentos financeiros do Deutsche Bank indexados a configurações sintéticas da USD LIBOR é de € 3.6 billion, dos quais derivados: € 0.1 billion, ativos financeiros não derivados: € 1.1 billion, passivos financeiros não derivados: € 2.4 billion. Em 31 de dezembro de 2022, a exposição nocional das posições referentes à USD LIBOR era de: € 5,975 billion, dos quais derivados: € 5,897 billion, ativos financeiros não derivados: € 34 billion, passivos financeiros não derivados: € 9 billion e compromissos extrapatrimoniais: € 35 billion.

Confirmações

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a Auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, e das respectivas subsidiárias (o grupo), que inclui o balanço consolidado a 31 de dezembro de 2023 e a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e as notas para as demonstrações financeiras consolidadas, incluindo um resumo de políticas contabilísticas materiais. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que é combinado com o relatório de gestão do Banco, para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. De acordo com os requisitos legais alemães, não auditámos o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno e o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do HGB", publicada no site indicado no relatório de gestão do grupo e que faz parte do relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras consolidadas cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB e, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira do grupo em 31 de dezembro de 2023 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, e
- o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do grupo. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão do grupo está em consonância com as demonstrações financeiras consolidadas e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. Não expressámos uma opinião sobre o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno referido acima ou o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade referido acima.

De acordo com o artigo 322.º, n.º 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Fundamentação dos pareceres

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas alemãs geralmente aceites para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" do nosso relatório do auditor. Somos independentes das entidades do grupo em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã, e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

1. Avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos. O Grupo detinha ativos financeiros e passivos financeiros de nível 3 medidos pelo justo valor de 25.599 milhões de euros e 10.856 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Os instrumentos financeiros relevantes são relatados no âmbito de ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os instrumentos financeiros e dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivados estruturados avaliados com recurso a modelos complexos; derivados OTC mais complexos ou ilíquidos; dívida em incumprimento; obrigações altamente estruturadas; empréstimos ilíquidos, incluindo os relativos a imóveis comerciais; spreads de crédito utilizados para determinar ajustamentos de avaliação; e outros dados significativos que não podem ser observados para instrumentos financeiros com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia, em grande medida, em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliamos a conceção e testamos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e a determinação de dados significativos não observáveis para os mesmos. Isto inclui controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo avaliação das limitações dos modelos; monitorização da utilização do modelo de avaliação; e cálculo dos ajustamentos de valor justo.

Avaliamos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testamos os dados significativos utilizados nesses modelos. Realizamos uma reavaliação independente de uma amostra de derivados e instrumentos financeiros pelo justo valor que não se encontram cotados em mercados ativos utilizando modelos e dados independentes. Avaliamos também, de forma independente, a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizados, comparando-os com fontes de dados do mercado e avaliando a sua relevância para os instrumentos financeiros relacionados.

Adicionalmente, avaliamos a metodologia e os dados utilizados pela gestão para determinar os ajustamentos de justo valor em relação aos requisitos da IFRS 13 e efetuamos novos cálculos para uma amostra destes ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologia independentes.

Envolvemos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros internos nos procedimentos relacionados com modelos de avaliação, reavaliação independente e ajustamentos de justo valor.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros de nível 3 e dados relacionados não cotados em mercados ativos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas notas 1 e 13 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

2. Inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu uma provisão para perdas de crédito de 5.726 milhões de euros, com 1.358 milhões de euros relativos às provisões da fase 1 e da fase 2.

As probabilidades de incumprimento (PD) estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 fase 1 e fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospectivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). São utilizadas técnicas estatísticas para transformar o cenário de base para futuros desenvolvimentos macroeconómicos em múltiplos cenários. Estes cenários são a base para obter curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, que são utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas.

Dadas as incertezas económicas relativas a variações pronunciadas nas taxas de juro, aos atuais conflitos geopolíticos e a outras fontes de volatilidade que afetam as variáveis macroeconómicas, a estimativa de informações prospectivas exige um julgamento significativo. Para refletir estas incertezas, a administração tem de avaliar se deve fazer ajustamentos ao seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas no modelo de perdas de créditos esperadas e métodos de previsão, quer através do ajustamento das variáveis macroeconómicas, quer através da inclusão de sobreposições de gestão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento sujeitos a imparidade ao abrigo da IFRS 9, a incerteza económica e o uso significativo de juízos de valor, consideramos a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado em modelos das perdas de crédito esperadas e de quaisquer ajustamentos aos mesmos, uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento dos processos implementados pela administração, avaliámos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospectivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliámos a revisão da administração do seu modelo de perdas de crédito esperadas e os métodos de previsão conduzidos através do processo de validação do modelo. Além disso, avaliámos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e a derivação dos vários cenários.

Avaliámos as previsões macroeconómicas de base comparando-as com as previsões macroeconómicas publicadas por fontes externas.

Também avaliámos a metodologia aplicada pela administração para determinar se deve ajustar o seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas ou ajustar os resultados do modelo através de sobreposições de gestão. Ao fazê-lo, avaliámos os resultados da análise de sensibilidade da administração e comparámos as variáveis macroeconómicas utilizadas com a nossa própria análise de referência. Também avaliámos se os ajustamentos foram incluídos no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para avaliar a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos em modelação de risco de crédito.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospectivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas e dos respetivos ajustamentos para as fases 1 e 2 são fornecidas nas notas 1 e 19 nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

3. Perdas de crédito esperadas para empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo reconheceu exposições a empréstimos no valor de 38.192 milhões de euros relacionadas com a atividade de empréstimos imobiliários comerciais sem recurso, com provisões correspondentes de 606 milhões de euros.

A identificação e o cálculo das perdas de crédito esperadas para as exposições a empréstimos em situação de incumprimento envolvem vários pressupostos e estimativas, nomeadamente no que se refere à solvência do mutuário, às expectativas de fluxos de caixa futuros, aos preços de mercado observáveis e às receitas esperadas da realização de garantias.

Tendo em conta o aumento das exposições a empréstimos em situação de incumprimento relacionadas com a atividade imobiliária comercial, a incerteza económica e a utilização significativa de juízos de valor, consideramos as perdas de crédito esperadas (ECL) para os empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento como uma questão fundamental de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão dos processos de identificação e cálculo das perdas de crédito esperadas para os mutuários na atividade de empréstimos imobiliários comerciais. Avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados com a notação do risco de crédito, a aplicação de critérios de incumprimento e a transferência para a fase 3, em conformidade com a IFRS 9, e o cálculo de perdas de crédito esperadas.

Avaliámos os critérios utilizados pela gestão para determinar os empréstimos em incumprimento de acordo com a IFRS 9.

Relativamente a uma amostra de empréstimos imobiliários comerciais, analisámos a aplicação dos critérios de incumprimento utilizados para a simulação de ECL. Para os empréstimos classificados na fase 3, avaliámos os pressupostos significativos relativos aos fluxos de caixa futuros estimados das exposições de empréstimos, avaliando o valor da garantia, a solvência do mutuário e as previsões do mercado e do setor publicamente disponíveis. Procurámos e avaliámos informações que corroboram ou contradizem os pressupostos previstos pela gestão. Testámos igualmente a exatidão aritmética das perdas de crédito esperadas calculadas para as posições em situação de incumprimento.

Envolvemos especialistas internos para aferirem, por amostragem, a avaliação das garantias de imóveis comerciais.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com as perdas de crédito esperadas para os empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento.

Referência a divulgações relacionadas

A informação sobre a atividade de crédito imobiliário comercial do Grupo está incluída na Nota 19 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, bem como na secção "Imparidade ao abrigo da IFRS 9" do Relatório de Risco (Relatório de Gestão Combinado), que é parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

4. Medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo registava um goodwill de 2.849 milhões de euros que foi exclusivamente atribuído à sua unidade geradora de caixa (UGC) Asset Management.

Para efeitos do teste de imparidade, o valor recuperável da unidade geradora de caixa de Asset Management é calculado utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Neste contexto, são assumidos pressupostos significativos relativamente às projeções de resultados e à taxa de desconto. A taxa de desconto é apurada utilizando o Modelo de preços de ativos de capital.

Dado que a mensuração do goodwill para a UGC Asset Management se baseia num elevado grau de juízo devido às projeções de resultados e à taxa de desconto contida no modelo de fluxos de caixa descontados, esta é uma questão fundamental de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão do processo de preparação das projeções de ganhos e de cálculo do valor recuperável de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management. A este respeito, obtivemos igualmente uma compreensão dos controlos da gestão relativos às projeções de resultados e à taxa de desconto, avaliamos a conceção desses controlos e testámos a sua eficácia operacional.

Analisámos os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas em comparação com o ano anterior. A este respeito, avaliamos a coerência e a razoabilidade dos pressupostos significativos utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado, comparando-os com as expectativas do mercado externo.

Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados da unidade geradora de caixa de Asset Management, comparámos as projeções de ganhos com as projeções do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliamos quaisquer desvios significativos. Além disso, avaliamos a taxa de desconto comparando-a com uma série de previsões disponíveis externamente.

Para avaliar os pressupostos acima referidos feitos na capacidade de recuperação de goodwill, envolvemos especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a medição de goodwill para a unidade geradora de caixa de Asset Management.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a medição de goodwill são fornecidas nas notas 1 e 23 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

5. Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo relatou ativos líquidos por impostos diferidos de 7227 milhões de euros.

O reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos baseia-se na estimativa da capacidade de utilizar as perdas fiscais não utilizadas e as diferenças temporárias dedutíveis contra potenciais rendimentos tributáveis futuros. Esta estimativa baseia-se, entre outros, em pressupostos relativos aos resultados operacionais previstos com base no plano de negócios aprovado.

À luz do recurso a juízos na estimativa do rendimento futuro sujeito a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas fiscais não utilizadas são identificadas em diferentes jurisdições e medidas de acordo com as disposições da legislação fiscal e as regras de contabilidade dos impostos diferidos ao abrigo da IAS 12, avaliamos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados.

Testámos os pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas do grupo relevantes e grupos de impostos.

Além disso, avaliamos o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliamos as estimativas feitas nos resultados operacionais previstos, comparando os pressupostos-chave subjacentes com os dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Comparámos as previsões históricas com os resultados reais. Além disso, avaliamos os ajustamentos fiscais estimados e realizámos análises de sensibilidade sobre os períodos de utilização dos respetivos ativos por impostos diferidos.

Para avaliar os pressupostos utilizados na capacidade de recuperação dos impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos são fornecidas nas notas 1 e 34 das notas às demonstrações financeiras consolidadas.

6. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do Grupo depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do Grupo como uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Avaliámos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro do Grupo. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI de prevenção e deteção relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à remoção de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores.

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações nas versões de produção foram testadas e aprovadas antes da implementação e se a capacidade de implementar alterações estava limitada aos utilizadores autorizados.

Para avaliar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro do Grupo, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do grupo.

Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão combinado, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Outras informações

O Conselho de Fiscalização é responsável pelo relatório do Conselho de Fiscalização. Os administradores executivos e o Conselho de Fiscalização são responsáveis pela declaração nos termos do artigo 161.º da AktG ("Aktengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações) sobre o Código de governo das sociedades alemão, que faz parte da Declaração de Governo da Sociedade combinada, bem como pelo Relatório de remuneração nos termos do artigo 162.º da AktG. Em todos os outros aspetos, os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão do grupo relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno,
- a Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do HGB, publicada no site referido no relatório de gestão do grupo,

e as outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor, em particular:

- o Relatório Não Financeiro,
- a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 297.º, n.º 2, quarta frase do HGB em conjugação com o artigo 315.º, n.º 1, sexta frase do HGB,
- a secção "Deutsche Bank – Resumo Financeiro",
- a secção "O Grupo Deutsche Bank",
- o Relatório de remuneração,
- a secção "Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial Alemão/Relatório sobre o Governo da Sociedade" e
- a secção "Informação Complementar",

mas não as demonstrações financeiras consolidadas, não as divulgações do relatório de gestão do grupo cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão do grupo não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação acima referida e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras consolidadas, as divulgações no relatório de gestão do grupo cujo conteúdo foi auditado, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas e pelo relatório de gestão do grupo

Os administradores executivos são responsáveis pela preparação das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, as IFRS adotadas pela UE e os requisitos adicionais do direito comercial alemão nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB, e que as demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com estes requisitos, dão uma visão verdadeira e justa dos ativos, passivos, posição financeira e desempenho financeiro do grupo. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que tenham determinado como necessários para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes (ou seja, relatos financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade do grupo para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, exceto se houver uma intenção de liquidar o grupo ou de cessar operações, ou se não houver outra alternativa realista à liquidação.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão do grupo que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição do grupo e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras consolidadas, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão do grupo que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão do grupo.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro do grupo para a preparação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo.

Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão do grupo na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição do grupo e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras consolidadas e neste relatório de gestão do grupo.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de não detetar uma distorção material resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão do grupo a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do grupo de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão do grupo ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar os nossos respetivos pareceres. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que o grupo deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliar a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro do grupo em conformidade com as IFRS conforme adotadas pela UE e os requisitos adicionais da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315.º-E, n.º 1 do HGB.
- Obter provas de auditoria adequadas suficientes relativas à informação financeira das entidades ou atividade empresarial dentro do grupo para expressar pareceres sobre as demonstrações financeiras consolidadas e sobre o relatório de gestão do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo. Somos exclusivamente responsáveis pelos nossos pareceres de auditoria.
- Avaliar a coerência do relatório de gestão do grupo com as demonstrações financeiras consolidadas, a respetiva conformidade com a legislação [alemã], e com a perspectiva que proporciona da posição do grupo.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão do grupo. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos órgãos de gestão como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria. Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Relatório de garantia sobre a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo elaborado para efeitos de publicação, em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB

Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB para obter uma garantia razoável sobre se a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro eletrónico `Deutsche_Bank_AG_KA+KLB_ESEF-2023-12-31.zip` e elaborados para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, este trabalho de confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras consolidadas e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nestas apresentações nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro identificado acima.

Na nossa opinião, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão constantes do ficheiro identificado acima e elaborados para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Além deste parecer de garantia e dos nossos pareceres de auditoria sobre as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão relativo ao exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 contidos no "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo" acima referido, não emitimos qualquer parecer de garantia sobre as informações contidas nestes documentos ou sobre as outras informações contidas no ficheiro acima identificado.

Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão do grupo contidos no ficheiro acima identificado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB e a Norma de Garantia IDW: Garantia sobre a Apresentação Eletrónica de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão Elaborados para Efeitos de Publicação em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB (IDW AsS 410) (06.2022) e a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia 3000 (Revista). A nossa responsabilidade em conformidade com os mesmos é descrita em maior detalhe na secção "Responsabilidades do auditor do grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa empresa de auditoria aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos de Gestão de Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QS 1).

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras consolidadas e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 1 do HGB e para a marcação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 2 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico.

O conselho de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

Responsabilidades do auditor do Grupo pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o trabalho de garantia. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, realizamos procedimentos de garantia adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, sobre a especificação técnica deste ficheiro.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma apresentação XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado.
- Avaliamos se a marcação dos documentos ESEF com tecnologia Inline XBRL (iXBRL) nos termos exigidos pelos artigos 4.º e 6.º do Regulamento Delegado da Comissão (UE) 2019/815, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, permite uma cópia adequada e completa em XBRL, legível por máquina, da apresentação em XHTML.

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores do grupo pela Assembleia-Geral Anual de 17 de maio de 2023. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 8 de agosto de 2023. Somos auditores do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft ininterruptamente desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressos no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Outro assunto - utilização do relatório do auditor

O nosso relatório de auditoria deve ser sempre lido conjuntamente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e o relatório de gestão do grupo auditado, bem como os documentos ESEF garantidos. As demonstrações financeiras consolidadas e o relatório de gestão do grupo convertidos para o formato ESEF – incluindo as versões a serem publicadas no Unternehmensregister [Registo comercial alemão] – são meramente apresentações eletrónicas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas e do relatório de gestão do grupo auditado e não tomam o seu lugar. Em particular, o relatório ESEF e o nosso parecer de garantia nele contido devem ser utilizados exclusivamente em conjunto com os documentos ESEF garantidos disponibilizados em formato eletrónico.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 11 de março de 2024
EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken

Mai

Wirtschaftsprüfer

Wirtschaftsprüfer

[Auditor público alemão]

[Auditor público alemão]

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo, que foi combinado com o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 7 de março de 2024



Christian Sewing



James von Moltke



Fabrizio Campelli



Bernd Leukert



Alexander von zur Mühlen



Claudio de Sanctis



Rebecca Short



Stefan Simon



Olivier Vigneron

3-Relatório de Remuneração

423	Introdução – 422 Remuneração do Conselho de Administração Sumário Executivo – 2 Princípios para a remuneração do Conselho de Administração – 425 Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração – 425 Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa – 425 Princípios de Remuneração – 427 Desenvolvimentos relacionados com a remuneração em 2023 – 428 Desenvolvimento do negócio e alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia empresarial em 2023 – 428 Alterações no Conselho de Administração e decisões de remuneração em 2023 – 429 Aprovação do Relatório de Remuneração de 2022 na Assembleia Geral Anual de 2023 – 430 Princípios que regem a determinação da remuneração – 431 Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração – 431 Composição do objetivo de remuneração total e de remuneração máxima – 432 Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro – 434 Remuneração fixa – 434 Remuneração variável – 434 Adequação da remuneração do Conselho de Administração e conformidade com a remuneração máxima estabelecida – 448 Diferimentos e períodos de carência – 449 Backtesting, malus e clawback – 450 Informação sobre ações e cumprimento da obrigação de titularidade de ações (Diretrizes de participações) – 451 Benefícios no final do mandato – 452 Benefícios aquando da cessação antecipada – 453 Outras provisões do contrato de serviços – 453 Desvios do sistema de remuneração – 454 Remuneração do Conselho de Administração 2023 – 454 Membros atuais do Conselho de Administração – 454 Antigos membros do Conselho de Administração – 457 Perspetivas para o exercício financeiro de 2024 – 459 Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios de 2023 e 2022 – 464
462	Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos
467	Remuneração dos colaboradores (não auditada)
471	Contexto regulamentar – 471 Governo das remunerações – 472 Estratégia de Remuneração e Benefícios – 474 Quadro de remuneração do Grupo – 475 Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas – 477 Determinação da remuneração variável baseada no desempenho – 478 Estrutura de remuneração variável – 479 Ajustamento ex post de risco da remuneração variável – 480

Decisões de remuneração para 2023 – 481

Divulgação da remuneração de colaboradores que
assumem riscos materiais – 483

Introdução

O Relatório de Remuneração para o ano 2023 fornece informações detalhadas sobre a remuneração no Grupo Deutsche Bank.

Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

O Relatório de Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização para o exercício financeiro de 2023 foi elaborado conjuntamente pelo Conselho de Administração e pelo Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft (a seguir: Deutsche Bank AG ou o banco) em conformidade com o artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações. O Relatório de Remuneração descreve as características fundamentais dos sistemas de remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank e fornece informações sobre a remuneração concedida e devida pelo Deutsche Bank no exercício financeiro de 2023 a cada um dos membros atuais ou antigos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

O Relatório de Remuneração cumpre os atuais requisitos legais e regulamentares, em particular o artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e da portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – InstVV*) e tem em conta as recomendações estabelecidas no código de governo das sociedades alemão (GCGC). Está também em conformidade com os requisitos aplicáveis das regras contabilísticas das empresas orientadas para o mercado de capitais [código comercial alemão (HGB), normas internacionais de relato financeiro (IFRS)], bem como com as orientações emitidas pelo grupo de trabalho que se centra nas Orientações para sistemas de remuneração sustentáveis do Conselho de Administração.

Relatório de Remuneração dos colaboradores

Esta parte do Relatório de Remuneração divulga informação relativa à estrutura e sistema de remunerações aplicável aos colaboradores do Grupo Deutsche Bank. O relatório fornece detalhes sobre o enquadramento de remuneração do Grupo e descreve as decisões sobre remuneração variável para 2023. Além disso, esta parte contém divulgações quantitativas específicas de colaboradores identificados como colaboradores que assumem riscos materiais (MRT), em conformidade com a portaria relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – InstVV*).

Remuneração do Conselho de Administração

Sumário executivo

2023 foi mais um ano de extraordinários desafios macroeconómicos e incerteza geopolítica, em que o Deutsche Bank proporcionou estabilidade e apoio aos seus clientes. A estratégia do Global Hausbank e o modelo diversificado de banca universal do Deutsche Bank foram mais uma vez postos à prova e mostraram ser resilientes e robustos, apresentando o melhor resultado anual antes de impostos dos últimos 16 anos. Com um aumento das receitas de 6% para quase 29 mil milhões de euros, o Deutsche Bank cresceu mais rapidamente do que o previsto.

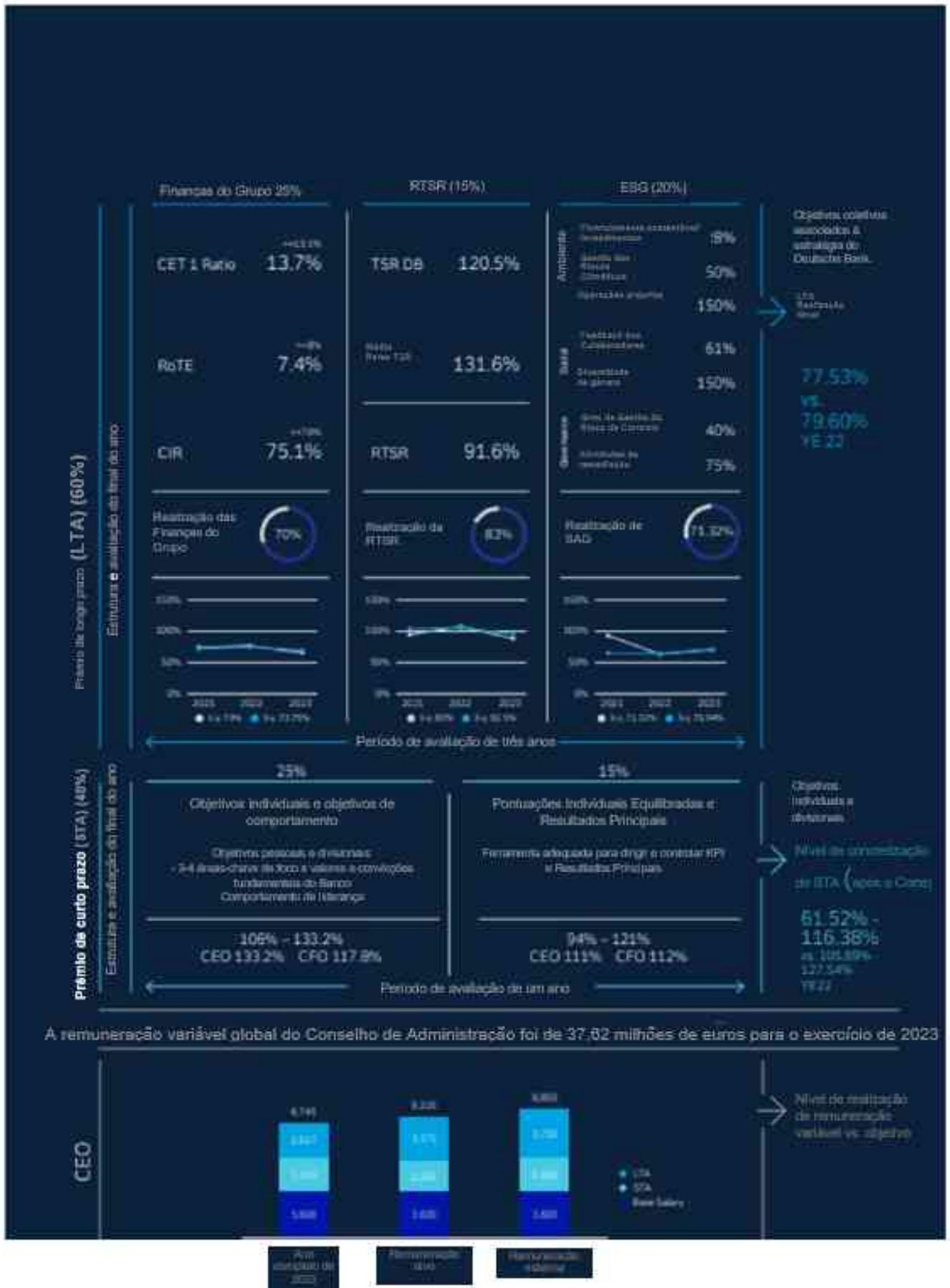
O desempenho do Deutsche Bank em 2023 teve como pano de fundo a persistência de uma inflação elevada, um crescimento económico mais lento e a incerteza geopolítica com a guerra na Ucrânia e o conflito armado em Israel e Gaza. Com o seu realinhamento estratégico em 2019 e a subsequente transformação, o Deutsche Bank lançou as bases para o crescimento e a rentabilidade sustentável. Em 2023, o Deutsche Bank aumentou significativamente as suas distribuições aos acionistas, mantendo a disciplina de custos e continuando a reforçar a sua base de capital.

O Conselho de Fiscalização considerou cuidadosamente as perspetivas das partes interessadas ao tomar as decisões relativas à remuneração. Estas decisões refletem a sua filosofia de remuneração pelo desempenho, tendo em conta os desempenhos financeiros e não financeiros, individuais e coletivos, alinhados com a execução da estratégia Global Hausbank, com a devida atenção aos riscos e controlos. No âmbito da sua avaliação do desempenho, o Conselho de Fiscalização também se debruçou em pormenor sobre os problemas e os efeitos negativos relacionados com o Projeto Unity (migração informática das contas dos clientes do Postbank para a plataforma do Deutsche Bank) e, no âmbito da gestão das consequências, teve em conta as diferentes responsabilidades individuais dos membros do Conselho de Administração nesta matéria e procedeu às reduções adequadas para a determinação dos níveis de concretização dos seus objetivos (redução dos níveis de concretização dos Prémios de Curto Prazo).

Todas as decisões de remuneração são tomadas dentro dos limites de vários requisitos regulamentares. A este respeito, a remuneração do Conselho de Administração e os planos de pagamento das componentes variáveis da remuneração são limitados de várias formas. Devido aos requisitos da Secção 25-A, n.º 5 da Lei Bancária Alemã e de acordo com a decisão da Assembleia Geral de maio de 2014, o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável é geralmente limitado a 1:2 (regra do limite máximo). Por este motivo, a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank é relativamente elevada em comparação com outras empresas do DAX que não estão sujeitas a este regulamento.

O Comité de Controlo de Remunerações do Deutsche Bank analisa regularmente o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração, tendo em conta as tendências do mercado e o feedback dos investidores. Como resultado do processo de revisão em 2023, foram identificados pontos de melhoria. Estes estão agora refletidos num sistema de remuneração reformulado, que será apresentado à Assembleia Geral para aprovação em maio de 2024, com efeitos a partir de 2024. A complexidade do sistema de remuneração foi reduzida através da limitação do número de objetivos, o que conduz a um aumento significativo da transparência. Para ter em conta o feedback dos acionistas, a partir de agora, será utilizado um período de avaliação prospetivo em vez da anterior perspetiva retrospectiva para a avaliação do desempenho do incentivo a longo prazo. Com esta mudança, pretendemos promover um foco a longo prazo e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável da sociedade. Para reforçar ainda mais o alinhamento da remuneração pelo desempenho do Deutsche Bank, o cumprimento do objetivo relativo ao retorno total relativo dos acionistas será avaliado com base numa abordagem mais ambiciosa, baseada na classificação percentual do Deutsche Bank em comparação com os bancos internacionais do grupo de pares.

Para mais informações sobre o novo sistema de remuneração do Conselho de Administração, consultar a secção "Perspetivas" do Relatório de Remunerações de 2023.



Princípios para a remuneração do Conselho de Administração

Responsabilidade e procedimentos para a fixação e revisão da remuneração do Conselho de Administração

O Conselho de Fiscalização como um todo é responsável pelas decisões sobre a concepção do sistema de remuneração, bem como pela fixação dos montantes individuais de remuneração e dos procedimentos para a atribuição da remuneração. O Comité de Controlo de Remunerações apoia o Conselho de Fiscalização nas suas tarefas de concepção e controlo da implementação do sistema e prepara propostas de resoluções para o Conselho de Fiscalização. Se necessário, o Comité de Controlo de Remunerações emite recomendações para que o Conselho de Fiscalização faça ajustamentos ao sistema. No caso de alterações significativas, mas pelo menos de quatro em quatro anos, o sistema de remuneração para o Conselho de Administração é submetido à aprovação da Assembleia Geral, de acordo com o artigo 120.º-A, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. O sistema de remuneração foi aprovado pela última vez na Assembleia Geral de 2021 por uma maioria de 97,76%.

Com base no sistema de remuneração aprovado, o Conselho de Fiscalização estabelece o objetivo de remuneração total para cada membro do Conselho de Administração para o respetivo exercício financeiro, tendo em conta o âmbito e complexidade das responsabilidades funcionais do respetivo membro do Conselho de Administração, o tempo de serviço do membro do Conselho de Administração no Conselho de Administração, bem como a situação financeira da empresa. No processo, o Conselho de Fiscalização também considera a remuneração habitual do mercado, também baseada em comparações horizontais e verticais, e estabelece o limite superior para a remuneração total (remuneração máxima) (informação adicional é fornecida na secção "Adequação da remuneração do Conselho de Administração e cumprimento da remuneração máxima estabelecida").

Princípio orientador: Alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia corporativa

O Deutsche Bank tem por objetivo proporcionar uma contribuição positiva aos seus clientes, colaboradores, investidores e sociedade em geral, promovendo o crescimento económico e o progresso social. O Deutsche Bank oferece soluções aos seus clientes e contribui ativamente para promover a criação de valor pelos seus clientes. Esta abordagem destina-se também a assegurar que o Deutsche Bank seja competitivo e rentável e possa operar com base numa forte posição de capital e liquidez. O Deutsche Bank está empenhado numa cultura corporativa que alinha adequadamente os riscos e os proveitos.

Na Conferência de Imprensa Anual, em fevereiro de 2024, o Deutsche Bank confirmou os seus objetivos estratégicos para o Grupo para o período até 2025. Com as suas quatro atividades bem equilibradas e que se reforçam mutuamente, o modelo de negócio do Deutsche Bank proporciona uma base estável e promissora para um crescimento eficiente do capital, uma combinação previsível de receitas, uma gestão prudente dos riscos e um balanço sólido. O Deutsche Bank tem um rumo claro e está no bom caminho na execução da sua estratégia Global Hausbank para o Grupo até 2025, com o objetivo de alcançar um crescimento sustentável e rentável para os acionistas. Uma vez que as receitas superaram as expectativas do Banco nos últimos anos, o objetivo anterior para 2025 foi aumentado em comparação com a ambição do Banco anunciada no Investor Deep Dive, em março de 2022. Para o período entre 2021 e 2025, o objetivo ajustado é uma taxa de crescimento anual composta das receitas entre 5,5% e 6,5%, superior à anterior expectativa do Banco de 3,5% a 4,5%, e que conduzirá a receitas de projeto de aproximadamente 32 mil milhões de euros no exercício de 2025. Ao mesmo tempo, a disciplina de custos continua a ser uma prioridade. Em 2023, foram implementadas outras medidas de eficiência para reduzir o rácio custos/rendimentos para menos de 62,5% até 2025, libertar capacidade para investimentos e melhorar a alavancagem operacional, a fim de gerar um retorno atrativo sobre o capital próprio tangível superior a 10%. Os objetivos de distribuição de capital devem ser alcançados através de uma combinação de dividendos e de recompra de ações, com o objetivo de atingir um rácio de reembolso de 50% a partir do exercício de 2024. O Banco continuará a centrar-se na conduta e nos controlos e a seguir uma agenda de gestão clara para mudar a forma de trabalhar, tornar-se ainda mais inovador e continuar a ser um empregador de eleição.

No interesse dos acionistas, o sistema de remuneração do Conselho de Administração está alinhado com a estratégia empresarial, bem como com o desenvolvimento sustentável e a longo prazo do Deutsche Bank e fornece incentivos adequados para uma realização consistente dos objetivos estabelecidos. Através da composição da remuneração total, que inclui componentes de remuneração fixas e variáveis, através da avaliação do desempenho ao longo de períodos de curto e longo prazo e através da consideração de parâmetros de desempenho relevantes e desafiantes, a implementação da estratégia do Grupo e o alinhamento com o desempenho sustentável e a longo prazo do Grupo são recompensados de uma forma clara e compreensível. A estrutura das metas e objetivos compreende portanto uma mistura equilibrada de parâmetros e indicadores financeiros e não financeiros.

Através da estruturação do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração são incentivados a atingir as metas e objetivos associados à estratégia do Deutsche Bank, ao trabalharem individualmente e em equipa de forma contínua para o desenvolvimento positivo a longo prazo do Deutsche Bank, sem assumir riscos desproporcionadamente elevados. O Conselho de Fiscalização assegura assim que existe sempre uma forte ligação entre a remuneração e o desempenho de acordo com os interesses dos acionistas ("remuneração pelo desempenho").

Princípios de Remuneração

A conceção do sistema de remuneração e, assim, a avaliação dos montantes individuais de remuneração baseiam-se nos princípios de remuneração a seguir descritos. O Conselho de Fiscalização toma-os em consideração ao adotar as suas resoluções neste contexto:

Estratégia empresarial	O sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração está estreitamente ligado à estratégia do Deutsche Bank, concentrando assim o seu trabalho na sua implementação e no desenvolvimento positivo a longo prazo do Grupo, sem correr riscos desproporcionados.
Interesses dos acionistas	Os interesses dos acionistas são sempre tidos em conta na conceção da estrutura específica do sistema de remuneração, na determinação dos montantes individuais de remuneração e na estruturação dos meios de atribuição e distribuição da remuneração.
Objetivos individuais e coletivos	A definição de objetivos individuais, divisionários e coletivos fomenta não só o desenvolvimento sustentável e a longo prazo de cada uma das divisões empresariais, áreas de infraestruturas ou regiões pelas quais os membros do Conselho de Administração são responsáveis, mas também o desempenho do Conselho de Administração enquanto órgão de gestão coletiva.
Perspetiva a longo prazo	Uma ligação a longo prazo ao desempenho do Deutsche Bank é assegurada através da fixação de uma maior percentagem de objetivos a longo prazo em comparação com objetivos a curto prazo e da concessão de uma remuneração variável exclusivamente sob forma diferida e principalmente como remuneração com base em ações com períodos de aquisição e detenção até sete anos.
Sustentabilidade	Os objetivos de acordo com a estratégia Ambiental, Social e de Governação (ESG) do Deutsche Bank fornecem incentivos para agir de forma responsável, também no contexto da sustentabilidade, e assim dar um importante contributo para o desempenho a longo prazo do Deutsche Bank.
Adequação e limites superiores (caps)	A adequação dos montantes de remuneração é assegurada através da revisão da remuneração com base numa comparação horizontal com os pares e numa comparação vertical com os funcionários, bem como de limites de remuneração adequados sobre a remuneração variável alcançável e a remuneração máxima.
Transparência	Ao evitar uma complexidade desnecessária nas estruturas e através de relatórios claros e compreensíveis, a transparência do sistema de remuneração é aumentada de acordo com as expectativas dos investidores e do público, bem como com os requisitos regulamentares.
Governação	A estruturação do sistema de remuneração e a avaliação para determinar a remuneração é feita no âmbito dos requisitos estatutários e regulamentares.

Desenvolvimentos relacionados com a remuneração em 2023

Desenvolvimento do negócio e alinhamento da remuneração do Conselho de Administração com a estratégia empresarial em 2023

A remuneração do Conselho de Administração está estreitamente alinhada com os objetivos estratégicos do Deutsche Bank. Todos os objetivos individuais e coletivos acordados com os membros do Conselho de Administração, bem como os seus parâmetros de avaliação para o exercício financeiro de 2023 foram discutidos pelo Comité de Controlo de Remunerações no início do ano e posteriormente resolvidos pelo Conselho de Fiscalização. Os objetivos servem de um modo geral para promover a transformação estratégica do Grupo. Os níveis de realização determinados para os objetivos do exercício financeiro de 2023 no início do exercício de 2024 refletem até que ponto os objetivos individuais foram alcançados e assim contribuíram para o desempenho do Banco.

Desde 2019, a equipa de gestão tem transformado com êxito o Deutsche Bank. Ao recentrar as atividades do Banco em torno dos seus principais pontos fortes, o Banco tornou-se significativamente mais rentável, mais equilibrado e mais eficiente em termos de custos. Graças à execução disciplinada da sua estratégia, o Banco conseguiu servir os seus clientes em condições muito difíceis num mundo volátil, demonstrando a sua resiliência através de uma forte disciplina de risco e de uma sólida gestão do capital.

O lucro antes de impostos ascendeu a 5,7 mil milhões de euros no final de 2023. Trata-se de um ligeiro aumento de 2% em relação ao ano anterior e o mais elevado em dezasseis anos, apesar de mais de mil milhões de euros de custos não operacionais. A retorno do capital próprio tangível após impostos diminuiu ao longo do ano passado para 7,4%, devido aos efeitos fiscais em 2022 e 2023, com um maior impacto positivo em 2022. As receitas aumentaram 6% em relação a 2022 para 28,9 mil milhões de euros, impulsionadas pelo aumento das taxas de juro globais e, em particular, pelo sucesso da ampla base de clientes do Banco com um aumento do negócio, especialmente nas áreas de Corporate e Private Bank, que registaram a maior taxa de crescimento das receitas em 2023. Simultaneamente, o Deutsche Bank conseguiu manter os custos ajustados praticamente estáveis em 20,6 mil milhões de euros, com um rácio custos/rendimentos consistente de 75% durante todo o ano.

Refletindo a rentabilidade de todos os segmentos de negócio em 2023, o Corporate Bank e o Private Bank foram os principais motores de crescimento. Ambas as divisões registaram lucros recorde. As receitas líquidas do Corporate Bank ascenderam a 7,7 mil milhões de euros em 2023, um aumento de 22% em termos homólogos. Todas as áreas de negócio de Corporate Bank registaram um crescimento de dois dígitos, enquanto o desenvolvimento de produtos inovadores e os investimentos em capacidades para atividades futuras tiveram efeitos positivos. As receitas líquidas do Private Bank ascenderam a 9,6 mil milhões de euros, um aumento de 5% em termos homólogos. Ajustadas de rubricas específicas, como a venda da organização de vendas financeiras em Itália, as receitas do Private Bank aumentaram 10%. Este facto deveu-se principalmente a uma forte atividade de depósitos com margens melhoradas. O crescimento foi impulsionado, em particular, pelo Private Clients Bank Germany, onde as receitas foram 14% superiores às do ano anterior. Ajustadas para rubricas específicas, o International Private Clients Bank registou um crescimento das receitas de 3%. No Investment Bank, as receitas totalizaram 9,2 mil milhões de euros, 9% abaixo do nível muito elevado de 2022. As receitas da atividade de origem e consultoria aumentaram 25%, em especial devido à atividade de emissão de obrigações e ao facto de não se terem repetido as perdas de avaliação a preços de mercado dos compromissos financiados e não financiados nos mercados de capitais de dívida alavancada. Através da aquisição da Numis, a principal corretora de empresas do Reino Unido, foram efetuados investimentos em serviços de aconselhamento a clientes, a fim de gerar maiores receitas de comissões e taxas a longo prazo.

Os resultados de 2023 demonstram os benefícios dos esforços de transformação do Deutsche Bank. O Banco registou um crescimento das receitas nas suas atividades principais e manteve a disciplina de custos. As provisões para riscos estão em conformidade com as orientações do Banco, apesar das condições difíceis. A redução do risco do balanço contribuiu para o sólido rácio de capital Common Equity Tier 1 de 13,7%.

Os objetivos individuais são agrupados na componente de curto prazo (STA (Short-Term Award)) e representam uma quota de 40% da remuneração variável total alvo. O Conselho de Fiscalização determinou um nível de realização para estas componentes para o exercício financeiro de 2023 entre 61,52% e 116,38%. O desempenho do Conselho de Administração como órgão coletivo reflete-se no componente de longo prazo (Long-Term Award (LTA)), que representa uma percentagem de 60% da remuneração variável total alvo. Globalmente, o nível de realização dos objetivos coletivos baseados unicamente no exercício financeiro de 2023 foi de 73,69%. Este nível de realização representa 60% do Prémio de Longo Prazo a conceder para o exercício financeiro de 2023. Uma vez que os níveis de realização dos anos anteriores (30% a partir de 2022 e 10% a partir de 2021) também afetaram o Prémio de Longo Prazo para o exercício financeiro de 2023, o nível de realização desta componente para o exercício financeiro de 2023 foi de 77,53% com base nos níveis de realização ponderados dos três exercícios financeiros. Os detalhes sobre os níveis de concretização individuais são apresentados como uma visão geral neste relatório sob o título "Aplicação do sistema de remuneração no exercício financeiro".

Alterações no Conselho de Administração e decisões de remuneração em 2023

Com efeitos a partir de 1 de junho e 1 de julho de 2023, respetivamente, o Conselho de Fiscalização decidiu alterar as responsabilidades funcionais atribuídas a cada um dos membros do Conselho de Administração. Claudio de Sanctis foi nomeado membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de julho de 2023, por um período de três anos. Christiana Riley deixou o Conselho de Administração no final de 17 de maio de 2023. Karl von Rohr deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir de 31 de outubro de 2023.

O Conselho de Administração era composto por 9 membros no final de 2023, com uma percentagem de mulheres de 11%. O Deutsche Bank cumpre, assim, os requisitos legais, mas fica aquém das suas ambições. Tal como referido na AGA de 2023, o Conselho de Fiscalização não está satisfeito com a representação de mulheres no Conselho de Administração e mantém o compromisso de aumentar a percentagem de representação feminina no Conselho de Administração e de promover e recompensar uma cultura de diversidade, equidade e inclusão em termos mais gerais. No âmbito do novo sistema de remuneração do Banco, o Conselho de Fiscalização pretende integrar mais firmemente esta ambição nos objetivos de desempenho dos membros do Conselho de Administração. De um modo geral, o Conselho de Administração reduzido foi positivamente reconhecido, a nível interno e externo, como eficiente.

Na sua reunião de 27 de julho de 2023, o Conselho de Fiscalização decidiu conceder um Prémio Equivalente a Dividendos de 0,30 EUR por ação aos membros do Conselho de Administração com prémios de remuneração diferidos baseados em ações que se encontravam no período de detenção no momento da Assembleia Geral de 2023. Um Dividendo Equivalente é um direito de receber um pagamento em dinheiro na respetiva data de libertação, com base no montante de dividendos que teriam sido pagos durante o período de retenção sobre o número de ações do Deutsche Bank adquiridas que são libertadas na Data de Libertação. Os Prémios Equivalentes a Dividendos serão calculados com base no dividendo pago por ação do Deutsche Bank multiplicado pelo número de unidades de ações do Deutsche Bank sujeitas ao requisito de detenção (um valor fixo em euros). Os Equivalentes a Dividendos estão sujeitos às mesmas disposições que o Prémio subjacente, incluindo, mas não se limitando a suspensão, perda ou clawback.

O Conselho de Fiscalização revê anualmente os níveis de remuneração dos membros do Conselho de Administração e contrata regularmente consultores de remuneração externos para apoiar essa revisão, assegurando-se de que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. Em 2023, o Conselho de Fiscalização realizou uma revisão dos níveis de remuneração tendo em conta empresas comparáveis (grupos de pares) com o apoio de um consultor de remuneração externo. Com base nos resultados desta análise e tendo em conta outros aspetos, como a duração da participação no Conselho de Administração ou alterações na área de responsabilidade no Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização tomou as seguintes decisões de remuneração em 2023:

Um estudo de benchmarking encomendado pelo Conselho de Fiscalização revelou que o nível de remuneração do membro do Conselho de Administração responsável pelas divisões de Corporate Bank e Investment Bank é inferior para esta função, em comparação com o grupo de bancos internacionais homólogos. Em comparação com os bancos internacionais, o objetivo global de remuneração situa-se entre o percentil 25 e a mediana. Por este motivo, e tendo em conta a duração do mandato de Fabrizio Campelli como membro do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização decidiu aumentar a sua remuneração alvo total para uma remuneração alvo global mais orientada para o mercado de 8,8 milhões de euros por ano, o que representa um aumento de 25,71% (um aumento do salário base de 21,43%) com efeitos a partir de 1 de abril de 2023.

A remuneração alvo do Diretor Financeiro (CFO) foi igualmente aumentada com efeitos a partir de 1 de abril de 2023. Neste contexto, o Conselho de Fiscalização avaliou o cargo de topo do CFO no Banco e a sua função como Presidente do Deutsche Bank AG em comparação com as outras funções no Conselho de Administração e teve em conta a duração da sua participação no Conselho de Administração, considerando mais três anos à luz da prorrogação da sua nomeação como membro do Conselho de Administração com efeitos a partir de 1 de julho de 2023. A compensação global alvo de James von Moltke foi aumentada para 8,3 milhões de euros por ano, o que representa um aumento de 12,16% (um aumento do salário base de 6,67%).

A fim de assegurar estruturas de remuneração uniformes para todos os membros do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização reviu igualmente o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável. De acordo com os requisitos regulamentares, a remuneração variável não deve exceder 200% da remuneração fixa. Salvo duas exceções, a remuneração alvo de todos os membros do Conselho de Administração é avaliada de forma consistente, de modo a que, se o cumprimento de todos os objetivos for plenamente alcançado, este limite máximo regulamentar possa ser atingido. Por uma questão de coerência, a remuneração variável alvo de Christian Sewing e Karl von Rohr foi aumentada em 3,33% e 6,76%, respetivamente, com efeitos a partir de 1 de abril de 2023. Os salários-base não sofreram alterações.

A remuneração total alvo de Claudio de Sanctis, na sua qualidade de membro do Conselho de Administração e responsável pelo Private Bank foi fixada em 7,9 milhões de euros por ano, com efeitos a partir de 1 de julho de 2023, ou seja, a partir da sua nomeação como membro do Conselho de Administração.

Nas suas avaliações de desempenho, o Conselho de Fiscalização teve em conta, como aspeto positivo, os marcos financeiros alcançados e os contributos de cada um dos membros do Conselho de Administração para este sucesso. Ao determinar a remuneração variável para o exercício de 2023, o Conselho de Fiscalização reconheceu os esforços contínuos dos membros do Conselho de Administração na condução das atividades de correção regulamentar. Embora as entidades reguladoras tenham dado sinais positivos, uma vez que foram alcançados progressos substanciais na correção dos controlos, em particular nos EUA e no Reino Unido, o Conselho de Fiscalização teve em consideração que estas medidas de correção devem continuar a ser aplicadas em todo o Banco.

O Conselho de Fiscalização analisou e avaliou em pormenor os problemas e as consequências negativas para os clientes no âmbito do Projeto Unity (migração informática das contas dos clientes do Postbank para a plataforma do Deutsche Bank). Embora a migração técnica dos registos de dados tenha sido implementada com precisão no lado do sistema, o impacto nos serviços e processos dos clientes foi claramente subestimado. Na opinião do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, o elevado número de clientes que registaram limitações em resultado da migração é inaceitável. Ao executar este programa de integração, o Banco não respeitou os seus próprios padrões elevados e as expectativas dos seus clientes. Embora tenham sido subsequentemente efetuados ajustamentos rápidos e maciços e investimentos em capacidade adicional de recursos, TI e processos automatizados, a fim de eliminar os atrasos o mais rapidamente possível, o Conselho de Fiscalização teve em conta a perspetiva global do problema ao avaliar o desempenho no que se refere à concessão de uma remuneração variável. Ao fazê-lo, foram tidos em conta os graus individuais em que os membros do Conselho de Administração eram responsáveis pelos problemas e, com base na recomendação do Comité de Controlo de Remunerações, foi decidido reduzir o nível de concretização individual para a componente de curto prazo dos membros selecionados do Conselho de Administração envolvidos.

Os detalhes relativos ao cálculo do Prémio de Curto Prazo são apresentados no presente relatório sob o título "Aplicação do sistema de remuneração no exercício financeiro".

Aprovação do Relatório de Remuneração de 2022 na Assembleia Geral Anual de 2023

O Relatório de Remuneração de 2022 para os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank, tal como publicado em 17 de março de 2023, foi submetido à Assembleia Geral ordinária a 17 de maio de 2023, para aprovação em conformidade com o artigo 120.^o-A, n.º 4 da lei alemã relativa às sociedades por ações. A Assembleia Geral aprovou o Relatório de Remuneração com uma maioria de 89,07%.

Princípios que regem a determinação da remuneração

Estrutura do sistema de remuneração do Conselho de Administração

O sistema de remuneração consiste em componentes de remuneração fixa e variável. A remuneração fixa e a remuneração variável em conjunto formam a remuneração total para um membro do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização define os montantes alvo e máximos (limites) para todos os componentes da remuneração.

Sistema de remuneração do Conselho de Administração 2023

Componentes	Objetivo	Implementação
Remuneração fixa		
Salário-base	O salário-base remunera o membro do Conselho de Administração pelo desempenho das respetivas funções e responsabilidades. A remuneração fixa destina-se a assegurar um rendimento justo e orientado para o mercado e a garantir que se evitem riscos indevidos. Além disso, são concedidos aos membros do Conselho de Administração benefícios marginais e contribuições para benefícios de pensão.	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamento mensal; salário-base anual entre 2,4 milhões de euros e 3,6 milhões de euros
Benefícios marginais		<ul style="list-style-type: none"> - Serviço de motorista e automóvel da empresa, bem como, se for caso disso, despesas de mudança, subsídio de alojamento, prémios de seguros e reembolso de despesas de representação comercial
Pensão		<ul style="list-style-type: none"> - Uma contribuição ou subsídio único e contratualmente acordado para um plano de pensão anual de 650.000 euros para uma provisão de pensão adequada
Remuneração variável		
Prémio de curto prazo (STA)	O STA recompensa a contribuição de valor individual de cada membro do Conselho de Administração para alcançar objetivos a curto e médio prazo, de acordo com a estratégia empresarial. É composto por dois elementos, que são adaptados à função e responsabilidades do membro do Conselho de Administração e podem ser individualmente influenciados pelo nível de concretização pelo membro do Conselho de Administração.	<ul style="list-style-type: none"> - 40% da remuneração variável total com 2 elementos relacionados com o desempenho individual <ul style="list-style-type: none"> (1) Objetivos individuais (25%); e (2) Pontuação equilibrada individual (15%) - Nível máximo alvo de 150% - Período de avaliação 1 ano - Desembolso o mais rapidamente possível em 4 parcelas em Prémios Restritos de Incentivo (baseados em numerário) – 1, 3, 5 e 7 anos após a concessão - Montante-alvo para um nível de concretização de 100%: Entre 1.640 milhões de euros e 2.280 milhões de euros
Prémio de longo prazo (LTA)	Na determinação da remuneração variável, a tónica é colocada na concretização de objetivos de longo prazo associados à estratégia. Para sublinhar este facto, o Conselho de Fiscalização colocou a tónica nesta componente com uma quota do LTA de 60% do total da remuneração variável alvo. Para o LTA, o Conselho de Fiscalização estabelece objetivos coletivos para os membros do Conselho de Administração. Uma parte importante do LTA é o fator SAG. Desde a sua implementação em 2021 e o desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade do Deutsche Bank. A remuneração do Conselho de Administração tem sido sistematicamente associada aos objetivos de sustentabilidade.	<ul style="list-style-type: none"> - 60% da remuneração variável total com 3 objetivos de grupo <ul style="list-style-type: none"> (1) Objetivos ESG (20%); (2) Retorno total relativo dos acionistas (15%); (3) Resultados financeiros do grupo (25%) - Nível máximo alvo de 150% - Período de avaliação de 3 anos com ponderações de 60% (Exercício Financeiro (FY)), 30% (FY+1), 10% (FY+2) - Desembolso em 4 parcelas exclusivamente em Prémios Restritos em Ações (baseados em ações) – pagamento o mais cedo possível após 2, 3, 4, 5 anos mais um período de detenção de 1 ano após a concessão - Montante-alvo para um nível de concretização de 100%: Entre 2.460 milhões de euros e 3.420 milhões de euros

Vista geral



* A menos que o Conselho de Fiscalização decida conceder (porções de) STA em casos individuais como prémios baseados em ações para cumprir os requisitos das Diretrizes para Acionistas.

Estão disponíveis informações detalhadas sobre o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração da Deutsche Bank AG no website da empresa: [Sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração a partir de janeiro de 2021](#).

Composição do objetivo de remuneração total e de remuneração máxima

O Conselho de Fiscalização determina para cada membro do Conselho de Administração um objetivo de remuneração total com base no sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral. Determina também, de acordo com a recomendação do Código de governo das sociedades alemão, quais as proporções relativas que a remuneração fixa, por um lado, e a remuneração variável de curto e longo prazo, por outro lado, têm na remuneração total alvo. Neste contexto, o Conselho de Fiscalização assegura, em particular, que a remuneração variável no desempenho associada à concretização de objetivos a longo prazo excede a parte da remuneração variável associada a objetivos a curto prazo.

Ao estabelecer o objetivo de remuneração total para cada membro do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização tem em conta o âmbito e a complexidade da responsabilidade funcional do respetivo membro do Conselho de Administração, bem como a experiência e o tempo de serviço do membro no Conselho de Administração. Além disso, os montantes de remuneração são revistos quanto à sua adequação com base em dados de mercado para grupos de pares adequados. Com base nestes critérios, o Conselho de Fiscalização fixa as percentagens relativas para os componentes de remuneração dentro da remuneração-alvo total da seguinte forma:

Percentagens relativas do total anual da remuneração-alvo atribuída aos diferentes componentes da remuneração (%)

Componentes de remuneração	Percentagem relativa da remuneração total em %
Salário-base	~ 33-37%
Benefícios marginais regulares	~ 1 %
Custos do serviço de pensões / subsídio de pensão	~ 7-9%
Prémio de curto prazo	~ 22-23%
Prémio de longo prazo	~ 33-34%
Remuneração total de referência	100%

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é limitada (capped) de várias formas (remuneração máxima).

Nos termos da Secção 25-A, n.º 5 da Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz - KWG), o rácio de remuneração fixa para variável é geralmente limitado a 1:1 (regulamentação do limite máximo), ou seja, o montante da remuneração variável não deve exceder o da remuneração fixa, a menos que os acionistas de um banco decidam aumentar o rácio da remuneração fixa para variável até 1:2. A Assembleia Geral em maio de 2014 fez uso desta possibilidade e aumentou a relação para 1:2.

O Conselho de Fiscalização limitou ainda os níveis máximos possíveis de realização dos objetivos de curto prazo (STA) e de longo prazo (LTA) de forma consistente para 150% da remuneração-alvo variável. Além disso, especificou um limite de montante adicional (limite máximo) para o montante agregado do salário base, STA e LTA de 9,85 milhões de euros. Isto significa que mesmo com níveis de cumprimento de metas que levariam a montantes de remuneração mais elevados, a remuneração é limitada a um máximo de 9,85 milhões de euros. Após a avaliação do nível de cumprimento do objetivo, se o cálculo tiver como resultado uma remuneração variável ou uma remuneração total que exceda um dos limites especificados, a remuneração variável deve ser reduzida. Isto deve ter lugar através de uma redução proporcional do STA e LTA.

Montantes-alvo e máximos do salário base e da remuneração variável

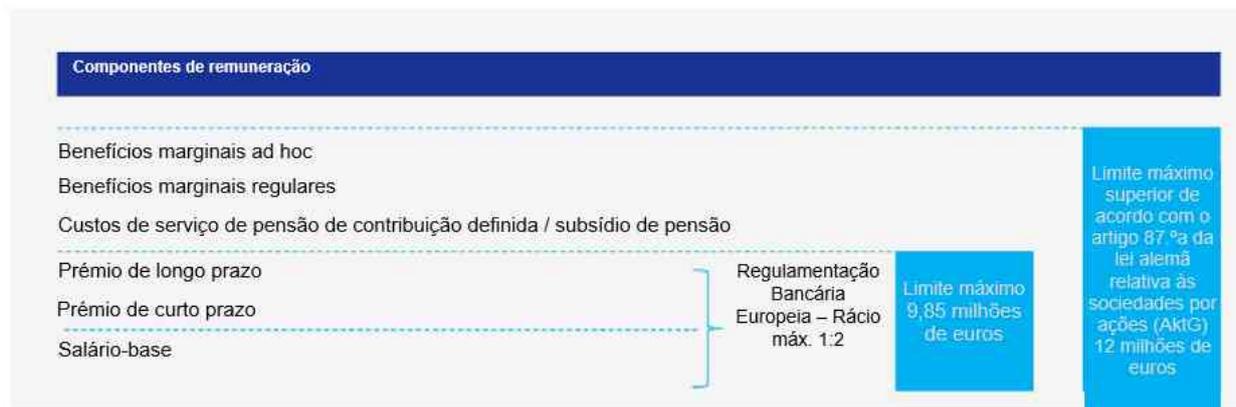
em euros	2023				2022
	Salário-base	Prémio de curto prazo	Prémio de longo prazo	Remuneração total ¹	Remuneração total ¹
CEO²					
Valor-alvo	3.600.000	2.280.000	3.420.000	9.300.000	9.000.000
Valor máximo	3.600.000	3.420.000	5.130.000	9.850.000	9.850.000
Presidente^{2,3}					
Valor-alvo	3.200.000	2.040.000	3.060.000	8.300.000	7.400.000
Valor máximo	3.200.000	3.060.000	4.590.000	9.850.000	9.600.000
Membro ordinário do Conselho de Administração responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank (CB e IB)²					
Valor-alvo	3.400.000	2.160.000	3.240.000	8.800.000	7.000.000
Valor máximo	3.400.000	3.240.000	4.860.000	9.850.000	9.100.000
Membro ordinário do Conselho de Administração responsável pelo PB²					
Valor-alvo	3.000.000	1.960.000	2.940.000	7.900.000	7.400.000
Valor máximo	3.000.000	2.940.000	4.410.000	9.850.000	9.600.000
Todos os outros membros ordinários do Conselho de Administração					
Valor-alvo	2.400.000	1.640.000	2.460.000	6.500.000	6.500.000
Valor máximo	2.400.000	2.460.000	3.690.000	8.550.000	8.550.000

¹ Limitar o montante total máximo do salário base e da remuneração variável ao limite superior estabelecido pelo Conselho de Fiscalização.

² Para mais informações sobre a decisão de remuneração, consultar a secção "Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2023" do presente relatório

³ Presidente e membros ordinários do Conselho de Administração responsáveis pelas áreas de Asset Management (AM) e Financeira (CFO)

Além disso, em conformidade com o artigo 87.º-A, n.º 1, frase 2, n.º 1 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, o Conselho de Fiscalização também estabeleceu um limite superior para a remuneração total máxima de 12 milhões de euros para cada membro do Conselho de Administração (Remuneração Máxima). A Remuneração Máxima é fixada de forma consistente para todos os membros do Conselho de Administração. A Remuneração Máxima corresponde à soma de todos os componentes de remuneração para qualquer exercício financeiro. Isto inclui não só o salário base, STA e LTA, mas também os benefícios marginais e os custos de serviço para o plano de pensões ou subsídios de pensão da empresa.



Aplicação do sistema de remuneração durante o exercício financeiro

Remuneração fixa

As componentes fixas da remuneração sob a forma de salário-base, prestações marginais e contribuições para o plano de pensões ou subsídios de pensão foram concedidas no exercício financeiro como remuneração fixa no desempenho e em conformidade com os acordos individuais nos contratos de serviço. Devido aos requisitos da Secção 25-A, n.º 5 da Lei Bancária Alemã e de acordo com a decisão da Assembleia Geral Anual de maio de 2014, o rácio entre a remuneração fixa e a remuneração variável é geralmente limitado a 1:2 (regra do limite máximo). Por conseguinte, ao determinar o montante do salário-base como parte da remuneração-alvo, deve ter-se em conta que a remuneração variável não pode exceder o valor máximo de 200% da remuneração fixa.

As despesas com benefícios marginais e custos de serviço de pensão variam nos seus montantes anuais. Embora a contribuição para o plano de pensões do Deutsche Bank seja definida de forma consistente para todos os membros do Conselho de Administração, os montantes para os quais o Deutsche Bank contribuiu durante o ano sob a forma de acréscimos de custos do serviço de pensões variam com base no tempo de serviço no Conselho de Administração durante o exercício financeiro, na idade do membro do Conselho de Administração e nos números atuariais (são fornecidas informações adicionais na secção "Prestações após a rescisão regular do contrato").

Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, com base numa proposta do Comité de Controlo de Remunerações, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2023. A remuneração variável compreende dois componentes, um componente de curto prazo (STA (Short-Term Award)), com uma ponderação de 40%, e um componente de longo prazo (LTA (Long-Term Award)), com uma ponderação de 60% em relação à remuneração-alvo variável.

Todos os objetivos, mensurações e critérios de avaliação que foram utilizados para a avaliação do desempenho para o exercício financeiro de 2023 derivam da estratégia do Deutsche Bank e estão de acordo com o sistema de remuneração aprovado pela Assembleia Geral. Os objetivos foram selecionados para estabelecer incentivos adequados aos membros do Conselho de Administração, para promover o desenvolvimento dos lucros do Deutsche Bank e o alinhamento com os interesses dos acionistas, bem como para cumprir a responsabilidade social do Deutsche Bank através da inclusão de aspetos de sustentabilidade e proteção climática. Os objetivos difíceis refletem as ambições do Banco. Se os objetivos não forem alcançados, a remuneração variável pode ser zero; em caso de superação, o nível máximo de realização é limitado a 150% do valor-alvo.

Equilíbrio dos objetivos financeiros e não financeiros

Os objetivos financeiros e não financeiros são considerados de forma equilibrada ao estabelecer os objetivos. Em relação à remuneração variável total, houve um maior foco nos objetivos financeiros no exercício financeiro de 2023, com uma ponderação de cerca de 68%. Tanto os objetivos financeiros como os não financeiros foram escolhidos de modo a serem quantitativa ou qualitativamente mensuráveis no final do exercício financeiro. Cerca de 75% dos objetivos são mensuráveis quantitativamente e uma parte de cerca de 25% é mensurada qualitativamente.

Prémio de curto prazo (STA)

O montante do **Prémio de Curto Prazo** para o exercício financeiro de 2023 baseia-se no nível de concretização durante o período de avaliação dos objetivos individuais e divisionais a curto prazo. O período de avaliação coincide com o exercício financeiro e tem a duração de um ano.

O Prémio de Curto Prazo é composto pelos dois elementos seguintes, com diferentes ponderações:

- Objetivos individuais e objetivo comportamental (62,5%)
- Pontuações equilibradas individuais e principais resultados (37,5%)

Para cada uma destas componentes, o Conselho de Fiscalização determina o nível de concretização com base num processo de avaliação de final do ano claramente estruturado no início do exercício seguinte. A concretização das duas componentes determina o nível de concretização global de cada membro do Conselho de Administração, que, por sua vez, determina o montante da componente de curto prazo para o exercício financeiro anterior.

Determinação do valor em numerário do Prémio de Curto Prazo

	Prémio de Curto Prazo (40%)	
	Objetivos individuais e objetivo comportamental (62,5%)	Pontuação equilibrada e principais resultados (37,5%)
Montante-alvo ¹	1.025.000 € - 1.425.000 €	615.000 € - 855.000 €
Nível-alvo de concretização	0%-150%	0%-150%
Montante-alvo global por componente do STA	0 € - 2.137.500 €	0 € - 1.282.500 €
Montante-alvo global do STA		0 € - 3.420.000 €

¹ O montante-alvo difere consoante a responsabilidade funcional do membro do Conselho de Administração. Com base em 100%. Pro rata temporis ao entrar ou sair durante o ano

Objetivos individuais

O Conselho de Fiscalização estabelece objetivos pessoais e divisionais (Objetivos Individuais) para cada membro do Conselho de Administração no início do ano. São igualmente definidas as ponderações de cada um destes objetivos, bem como os critérios de desempenho relevantes, quantitativa ou qualitativamente mensuráveis, para a sua avaliação. Os objetivos são escolhidos de modo a serem desafiantes, ambiciosos e suficientemente concretos para assegurar um alinhamento adequado entre desempenho e remuneração e para que o princípio de "pagamento por desempenho" seja tido em conta.

Os Objetivos Individuais derivam da estratégia empresarial e promovem a sua implementação. São estabelecidos para cada membro do Conselho de Administração tendo em consideração a respetiva área de responsabilidade funcional e a contribuição desta área de responsabilidade funcional para o avanço da estratégia global do Deutsche Bank. Os objetivos ESG, como a continuação do desenvolvimento da estratégia de sustentabilidade ou a promoção de medidas para melhorar a correção regulamentar, são também incluídos como objetivos individuais. Os Objetivos Individuais também podem ser definidos como metas de projeto ou regionais. Além de medidas operacionais, a implementação de projetos e iniciativas estratégicas também pode ser acordada como objetivos, se estes forem diretamente determinantes para a implementação da estratégia, contribuindo, por exemplo, para a estrutura, organização e desenvolvimento sustentável do Deutsche Bank.

No início do exercício de 2023, foi fixado um máximo de 4 objetivos individuais com diferentes ponderações para cada membro do Conselho de Administração. Para estes objetivos, o Conselho de Fiscalização atribuiu expectativas claras e critérios de desempenho financeiro e/ou não financeiro no início do ano, tais como indicadores-chave de desempenho (KPI) financeiros, cumprimento de metas, feedback do diretor Geral (CEO) e/ou do conselho de Fiscalização, feedback das partes interessadas e avaliações qualitativas. Estes permitem ao Conselho de Fiscalização avaliar objetivamente a contribuição do desempenho do respetivo membro do Conselho de Administração para a execução concreta dos objetivos.

Para além dos objetivos individuais, o Conselho de Fiscalização avalia o comportamento de cada membro do Conselho de Administração, refletindo sobre o desempenho individual face aos valores e convicções fundamentais do Banco, bem como às regras de comportamento de liderança correspondentes. Os temas centrais em 2023 foram a integridade, a inovação e o desempenho sustentável. No que diz respeito à relação entre o comportamento e a remuneração do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização espera que os membros do Conselho de Administração atuem como modelos a seguir. Só é incentivado um desempenho excepcional que ultrapasse as expectativas da respetiva função.

No final do ano, a determinação dos níveis de concretização segue um processo predefinido. Numa primeira fase, todos os membros do Conselho de Administração procedem a uma autoavaliação inicial dos níveis de concretização dos seus objetivos. Os níveis de concretização autoavaliados são depois discutidos em conversas com o Diretor Geral (CEO) e o Presidente do Conselho de Fiscalização e do Comité de Controlo das Remunerações. Com base no feedback destas conversações, o Comité de Controlo de Remunerações elabora uma proposta a apresentar ao Conselho de Fiscalização para decisão. Para esta finalidade, os níveis de concretização são combinados numa média para cada membro do Conselho de Administração de acordo com ponderações pré-definidas.

A visão geral que se segue mostra os objetivos e os níveis de concretização decididos pelo Conselho de Fiscalização para cada membro do Conselho de Administração.

Membro do Conselho de Administração	Ponderação (em %)	Objetivos individuais	Nível de concretização (em %)
Christian Sewing	28,0%	Executar e cumprir as medidas de correção regulamentar	133,20%
	13,7%	Preencher a declaração de objetivos e desenvolver a liderança e a cultura do DB	
	24,0%	Cumprir a execução e os objetivos da estratégia do grupo DB e continuar a desenvolver a visão do DB para além de 2025	
	14,3%	Reforçar o posicionamento junto das principais partes interessadas	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
James von Moltke	24,0%	Executar o plano financeiro do Grupo e a Visão do Futuro Financeiro	117,80%
	28,0%	Conduzir a correção e transformação regulamentares	
	16,0%	Melhorar ainda mais a parceria entre o negócio e a área financeira de uma forma centrada no cliente	
	12,0%	Procurar e atrair acionistas a longo prazo	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Fabrizio Campelli	28,0%	Cumprir a execução da estratégia do Corporate Bank/Investment Bank e assegurar uma rentabilidade sustentável e a liderança dos clientes	119,00%
	28,0%	Melhorar os controlos e demonstrar a sua eficácia às entidades reguladoras	
	16,0%	Conduzir um alinhamento total mais forte para o Corporate Bank/Investment Bank	
	8,0%	Supervisionar a Região RU e Irlanda	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Claudio de Sanctis (Membro desde 1 de julho de 2023)	26,7%	Formular a estratégia de Private Bank	115,33%
	26,7%	Garantir a eficiência, o crescimento e a rentabilidade sustentável	
	26,7%	Realizar atividades de correção críticas	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Bernd Leukert	24,0%	Execução e implementação da estratégia do Grupo	112,80%
	24,0%	Correção: apoiar o CEO no reforço do quadro de controlo do Deutsche Bank, com especial incidência nos requisitos regulamentares	
	16,0%	Estratégia de tecnologia, dados e inovação: continuar a melhorar a estabilidade, apostar na inovação e reforçar a governação dos dados	
	16,0%	Pessoas: reforçar a liderança e promover o empenho dos colaboradores	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Alexander von zur Mühlen	24,0%	Executar e desenvolver a estratégia para a Ásia-Pacífico	110,40%
	24,0%	Foco no cliente	
	16,0%	Cultura e conduta	
	16,0%	Promover a proposta de valor Global Hausbank	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Rebecca Short	29,7%	Impulsionar a correção	114,25%
	21,7%	Executar a carteira de transformação	
	16,0%	Promover a redução dos custos estruturais	
	12,7%	Garantir a excelência das aquisições e promover a integração dos recursos humanos/imobiliário global	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Professor Dr. Stefan Simon	32,0%	Conduzir a execução do principal resultado relacionado com o risco de criminalidade financeira	116,60%
	16,0%	Conformidade: implementar alterações na Comissão Executiva e promover mudanças a nível pessoal, organizacional e cultural	
	16,0%	Jurídico: estabelecer um novo diretor jurídico e desenvolver a agenda de pessoal	
	16,0%	Continuar a desenvolver e reforçar as relações com as entidades reguladoras e de supervisão	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Olivier Vigneron	20,0%	Salvaguardar a estabilidade e a resiliência da nossa Global Hausbank	106,00%
	20,0%	Tecnologia e análise integradas	
	20,0%	Desenvolver o risco não financeiro e a cultura de risco e ESG	
	20,0%	Correção regulamentar	

Membro do Conselho de Administração	Ponderação (em %)	Objetivos individuais	Nível de concretização (em %)
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Christiana Riley ¹ (Membro até 17 de maio de 2023)	32,0%	Correção e envolvimento na regulamentação dos EUA, incluindo a realização de atividades críticas de correção AFC/AML/KYC para as Américas e CCAR de 2022	
(Membro até 17 de maio de 2023)	24,0%	Executar o plano financeiro para 2023 em conformidade com a apetência pelo risco e o estado do ambiente de controlo, incluindo a participação dos clientes	N/A
	16,0%	Reforçar o envolvimento dos clientes e das partes interessadas	
	8,0%	Continuar a impulsionar a cultura do DB com ênfase na integridade e na conduta	
	20,0%	Objetivo de comportamento	
Karl von Rohr ² (Membro até 31 de outubro de 2023)	24,0%	Cumprir a execução da estratégia de Private Bank, incluindo a eficiência, o crescimento e a rentabilidade sustentável	
(Membro até 31 de outubro de 2023)	16,0%	Apoiar a estratégia da DWS através de uma função de supervisão	N/A
	28,0%	Realizar atividades de correção críticas	
	12,0%	Supervisionar as Regiões da Alemanha e EMEA	
	20,0%	Objetivo de comportamento	

¹ Devido à sua opção de abandonar o Conselho de Administração antes do final do período de nomeação inicial, a Sra. Riley não tem direito a receber remuneração variável para 2023

² Não houve lugar à avaliação dos objetivos individuais, uma vez que o nível de concretização do Prémio de Curto Prazo foi fixado, em relação à sua saída do Conselho de Administração, de acordo com o nível do ano anterior

No que se refere aos objetivos qualitativos, o Conselho de Fiscalização formulou expectativas e critérios de desempenho financeiro e/ou não financeiro no início do ano, que lhe permitem avaliar objetivamente a contribuição do desempenho dos respetivos membros do Conselho de Administração no que se refere à implementação concreta de cada objetivo para o ano de desempenho no início do ano seguinte. Os graus de concretização assim determinados para os objetivos individuais são consolidados combinados numa média para cada membro do Conselho de Administração de acordo com ponderações previamente definidas. O grau de cumprimento dos objetivos determinado em conformidade é multiplicado pelo montante alvo de 62,5% da remuneração alvo variável para o STA. Isto resulta no montante de pagamento calculado para a componente que compreende os objetivos individuais.

Resumo da remuneração por desempenho para o CEO e o CFO para o objetivo individual e de comportamento do STA

Senior Membro do Conselho	Objetivos individuais e de comportamento - Resumo da remuneração por desempenho
Christian Sewing (Diretor-Geral)	<p>O Conselho de Fiscalização reconheceu o sucesso de Christian Sewing na execução da estratégia do Deutsche Bank e no aumento dos lucros. Christian Sewing conduziu a execução acelerada da agenda estratégica do Deutsche Bank e a evolução das suas aspirações a longo prazo com um modelo de negócio aperfeiçoado para posicionar o Banco para o crescimento e sucesso futuros. Sob a sua direção, foi elaborada uma nova declaração de objetivos e uma cultura ambiciosa, que passaram a fazer parte de um quadro mais vasto para orientar o desenvolvimento sustentável do Banco a longo prazo.</p> <p>Christian Sewing manteve uma forte concentração nas atividades de mediação regulamentar, com uma afetação material de recursos às respetivas unidades. Consequentemente, foram alcançados progressos substanciais em matéria de mediação - em especial nos EUA e no Reino Unido, onde se registam bons progressos. Apesar dos sinais positivos das entidades reguladoras, o Conselho de Fiscalização teve em consideração que as medidas de mediação têm de ser mais concentradas em todo o banco. No âmbito da avaliação do desempenho, o Conselho de Fiscalização analisou em pormenor os problemas de serviço ao cliente que surgiram no âmbito do Projeto Unity (migração informática das contas dos clientes do Postbank para a plataforma do Deutsche Bank) e procedeu a uma redução individual do nível-alvo de concretização para a componente de curto prazo.</p> <p>O Conselho de Fiscalização reconheceu que Christian Sewing reforçou o reconhecimento e a credibilidade do Banco junto das principais partes interessadas, graças ao elevado nível de confiança pessoal que granjeou. Conduziu o Grupo para uma maior focalização no cliente e promoveu o posicionamento do Deutsche Bank como consultor estratégico para clientes empresariais. Simultaneamente, conseguiu reforçar ainda mais o posicionamento político e regulamentar, bem como a experiência do Deutsche Bank, através do seu envolvimento acelerado na Alemanha, na UE e a nível internacional. Enquanto Presidente da Associação Bancária Alemã, Christian Sewing contribuiu significativamente para a visibilidade e a reputação do Banco. Como parte da avaliação dos objetivos individuais, o Conselho de Fiscalização considerou o comportamento de Christian Sewing no seu papel de Diretor Executivo. Tendo como pano de fundo o Código de Conduta, os valores e as convicções do Banco, o Conselho de Fiscalização reconheceu que Christian Sewing atuou sempre com o mais elevado nível de integridade e se apresentou como um modelo a seguir em todos os aspetos. O seu envolvimento ativo no desenvolvimento e na introdução de uma declaração de objetivos, a sua participação em várias iniciativas de diversidade, inclusão e talento do Deutsche Bank, o seu empenho em garantir um desempenho sustentável e em promover a mentalidade correspondente em todas as áreas de negócio, bem como o seu forte compromisso para com as partes interessadas externas (autoridades de supervisão, investidores, políticos, meios de comunicação social e clientes) foram salientados pelo Conselho de Fiscalização na sua avaliação.</p>
James von Moltke (Diretor Financeiro)	<p>O Conselho de Fiscalização reconheceu os esforços emvidados sob a liderança de James von Moltke para garantir o cumprimento do plano financeiro para 2023. O desempenho financeiro na maioria dos indicadores excedeu o planeado, tendo sido alcançado um desempenho significativamente superior ao plano de capital, apesar de as despesas terem sido mais elevadas do que o previsto, especialmente as despesas não operacionais, bem como as provisões para perdas de crédito mais elevadas. Um desempenho combinado de pontuações equilibradas em termos de indicadores financeiros e de cultura/controlo e os progressos na execução da visão do Futuro das Finanças, incluindo a transferência do programa de transformação das Finanças para o Diretor de Operações do Grupo (COO) como uma organização totalmente ágil, conduziram a um nível de realização global acima do objetivo. O Conselho de Fiscalização reconheceu as iniciativas de James von Moltke para melhorar ainda mais a parceria entre as empresas e as Finanças de uma forma centrada no cliente. Apoiou o replaneamento das iniciativas empresariais relacionadas com a transação da Numis e demonstrou o seu total empenho em promover soluções empresariais, especialmente nas áreas de Finanças Empresariais, Tesouraria e Planeamento e Gestão do Desempenho. James von Moltke também conseguiu concluir a construção do quadro de custos de serviço da gestão de custos baseada em impulsionadores (DBCM), incluindo interbloqueios funcionais de negócios e workshops.</p> <p>James von Moltke apoiou fortemente as atividades de mediação regulamentar em todo o Banco, incluindo o apoio a recursos e interações regulamentares. Promoveu progressos contínuos no sentido da mediação das constatações pendentes no domínio das finanças e conseguiu que as restantes constatações estivessem quase concluídas. Embora tenham sido alcançados marcos importantes nos programas de mediação, o Conselho de Fiscalização teve em consideração que é necessário haver uma atenção contínua a esta questão, para passar gradualmente da mediação para uma gestão sustentável do risco "business as usual". Com base na iniciativa de James von Moltke, registaram-se progressos constantes na transformação através da execução de resultados essenciais. Conseguiu também construir e reforçar as relações com as principais partes interessadas e os investidores. James von Moltke continuou a lançar as bases para um novo envolvimento dos investidores, a fim de atrair acionistas de longo prazo para o banco. Como parte da avaliação do desempenho, o Conselho de Fiscalização analisou em pormenor os problemas de serviço ao cliente que surgiram no âmbito do Projeto Unity (migração informática das contas dos clientes do Postbank para a plataforma do Deutsche Bank) e, tendo em conta o papel de James von Moltke como CFO e a sua responsabilidade alargada como Presidente do Banco, procedeu a uma redução individual do nível de concretização do objetivo para a componente de curto prazo.</p> <p>Como parte da avaliação dos objetivos individuais, o Conselho de Fiscalização teve em conta o comportamento de James von Moltke na sua função de Diretor Financeiro e Presidente. Tendo como pano de fundo o Código de Conduta, os valores e as convicções do Banco, o Conselho de Fiscalização reconheceu que James von Moltke atuou sempre com o mais elevado nível de integridade em 2023. Liderou a implementação da Bússola da Liderança em Finanças e participou ativamente na articulação da declaração de objetivos; representou o banco em numerosos eventos e promoveu a tomada de decisões éticas e sustentáveis em todo o banco.</p>

106.00 % - 133.20%

Intervalo de níveis de concretização dos Objetivos individuais e objetivos de comportamento dos membros do Conselho de Administração para 2023

Pontuação equilibrada individual e principais resultados

As pontuações equilibradas permitem ter uma visão global dos indicadores-chave de desempenho e transformar os objetivos estratégicos em práticas operacionais através de ações concretas e da consequente disseminação na organização. Com a Pontuação equilibrada, o Banco dispõe de uma ferramenta apropriada para a orientação e controlo dos indicadores-chave de desempenho que podem ser utilizados para verificar o nível de realização dos objetivos financeiros e não financeiros em relação a parâmetros de mensuração pré-definidos em qualquer altura e para os mensurar de forma transparente para o ano de desempenho no início do ano seguinte. Ao mesmo tempo, a Pontuação equilibrada fornece uma visão geral das prioridades das divisões individuais em todo o Grupo.

Com base nas responsabilidades funcionais, de acordo com o Plano de Afetação de Atividades do Conselho de Administração, é atribuído a cada membro do Conselho de Administração pelo menos uma Pontuação equilibrada individual e um máximo de 4 Pontuações equilibradas. Se for atribuída mais do que uma pontuação equilibrada a um membro do Conselho de Administração, estas são ponderadas com base na dimensão e complexidade das atividades associadas a cada pontuação. Quatro membros do Conselho de Administração têm mais do que uma Pontuação equilibrada devido às suas múltiplas responsabilidades funcionais e/ou divisionais. O quadro seguinte apresenta o número de Pontuações equilibradas e as respetivas ponderações.

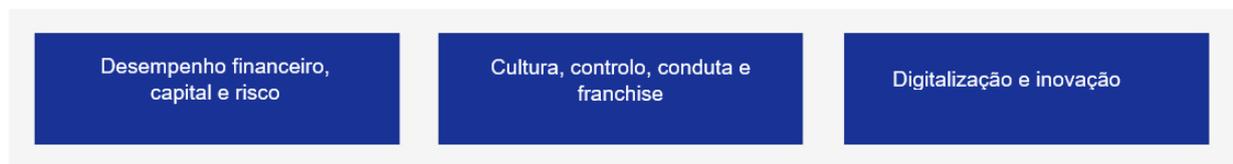
Pontuações equilibradas para os membros do Conselho de Administração em 2023

Membro do Conselho de Administração	Ponderações	Pontuação equilibrada
Christian Sewing	83%	Grupo/Presidente
	17%	Recursos Humanos/Imobiliário Corporativo
James von Moltke	75%	Diretor Financeiro
	25%	Asset Management
Fabrizio Campelli	35%	Corporate Bank
	35%	Investment Bank
	20%	Operações e controlo de Corporate Bank e Investment Bank
	10%	Região do Reino Unido e Irlanda
Claudio de Sanctis ¹	100%	Private Bank
Bernd Leukert	100%	Tecnologia, Digitalização e Inovação
Alexander von zur Mühlen	71%	Região da Ásia-Pacífico
	15%	Região da Alemanha
	15%	Região da Europa, Médio Oriente e África
Rebecca Short	38%	Diretor de Operações do Grupo, excluindo Recursos Humanos e Global Real Estate, excluindo DB Group Strategic Analytics
	27%	Capital Release Unit
	18%	Recursos Humanos/Imobiliário Corporativo
	18%	DB Group Strategic Analytics
Professor Dr. Stefan Simon	71%	Departamento Administrativo
	29%	Região das Américas
Olivier Vigneron	100%	Departamento de Risco
Karl von Rohr ²	40%	Private Bank
	40%	Asset Management
	10%	Região da Alemanha
	10%	Região da Europa, Médio Oriente e África

¹ Membro desde 1 de julho de 2023

² Membro até 31 de outubro de 2023

As responsabilidades funcionais dos respetivos membros do Conselho de Administração estão associadas a números financeiros relevantes predefinidos e a objetivos não financeiros até três categorias. As três categorias são:



No total, são atribuídos 66 indicadores-chave de desempenho (KPI) a estas categorias, dos quais um conjunto de 7 a 16 KPI é integrado em cada pontuação equilibrada, consoante a área de responsabilidade funcional do membro do Conselho de Administração. A metodologia para a Pontuação equilibrada tem sido continuamente desenvolvida desde a sua introdução em 2018 e ajustada para satisfazer o foco em desenvolvimento. Por exemplo, a fim de promover as questões sociais, ambientais e de governação (ESG) no sistema de compensação, os tópicos ESG passaram a ter uma ponderação ainda maior nas pontuações equilibradas desde 2021 e também no Prémio de Longo Prazo (LTA).

Os KPI dentro das categorias individuais são estabelecidos no início do ano para cada membro do Conselho de Administração individualmente, juntamente com as metas, os limiares e os parâmetros de avaliação correspondentes. Além disso, a ponderação é definida para cada categoria. As ponderações que as categorias individuais têm dentro da Pontuação equilibrada global podem atingir 65%, dependendo da responsabilidade funcional do membro do Conselho de Administração. Os KPI das Pontuações equilibradas são mensurados continuamente ao longo do ano, mas a avaliação global é feita no final do ano.

A lógica de cálculo para determinar os níveis finais de concretização para cada membro do Conselho de Administração é a seguinte

Numa primeira fase, é determinada a faixa de concretização de cada KPI. Se não for atingido um valor limiar mínimo, o nível de concretização deste KPI é fixado em zero. Uma vez atingido um limite máximo para um KPI, o nível de concretização é fixado em 150%. Para uma visão geral clara, a Pontuação equilibrada mostra se cada KPI individual foi cumprido ou excedido com base nos critérios de avaliação definidos ("verde"), ou apenas atingido a menos de 100% ("âmbar") ou não atingido ("vermelho").

Numa segunda fase, o nível de concretização para cada categoria é calculado tendo em conta a avaliação dos KPI da primeira fase e as faixas resultantes aplicáveis à respetiva categoria. Quando todos os objetivos de uma categoria são excedidos, o

nível de concretização dessa categoria pode ir até 150%. Contudo, se nenhum dos valores de limiar mínimo de uma categoria for atingido, o nível de concretização é de 0%.

Numa terceira fase, é obtido um nível de concretização global para a Pontuação equilibrada individual a partir dos níveis de concretização das categorias e das suas ponderações.

Pontuação equilibrada individual para Christian Sewing, Diretor Geral

Categorias de KPI	Ponderação categoria KPI	KPI	Realização 2023	Nível de realização
Desempenho financeiro/Capital e risco	50%	Base de custo ajustada direta (Direct adjusted cost base - DACB)	O KPI "Base de custo ajustada direta" mede o objetivo de custos para a divisão do Presidente. "Custos ajustados" significa que os custos de litígios, indemnizações e reestruturação e imparidade são excluídos do objetivo. Em 2023, a base de custo ajustada direta foi de 541 milhões de euros, 4,2% abaixo do objetivo.	
		Base de custo ajustada direta – Grupo	A "base de custo ajustada direta" para o Grupo Deutsche Bank era de 20,6 mil milhões de euros em 2023, 4,6 % acima do objetivo.	
		Rácio de alavancagem – Grupo	O "rácio de alavancagem" é o capital principal do Banco como percentagem da sua exposição total de alavancagem, de acordo com as definições do Regulamento de Requisitos de Capital/Diretiva de Requisitos de Capital. No final do ano de 2023, o rácio de alavancagem era de 4,55%, excedendo o objetivo em 5,5%.	
Cultura, controlo e conduta/franchise	50%	Sinais de alerta (média de 12 meses)	"Sinais de alerta" são atribuídos às violações de políticas e processos de controlo relevantes relacionados com o risco. Embora o objetivo tivesse permitido até um sinal de alerta por mês, em média, na divisão do Presidente, houve 0 sinais de alerta por mês, em média, em 2023.	
		Inquérito de avaliação da cultura	O KPI "Inquérito de avaliação da cultura" é medido com base na média direta das respostas favoráveis a cinco perguntas relacionadas com a cultura. O objetivo de 75% para 2023 foi ultrapassado com um resultado de 75,89%.	111%
		Diversidade de género (VP/D/MD)	O KPI "Diversidade de género" é a quota de mulheres entre os Vice-Presidentes, Diretores e Diretores Executivos do Grupo Deutsche Bank. O objetivo de 41,2% para a área do Presidente foi claramente ultrapassado, com uma quota de 43% em 2023.	
		Conclusões vencidas (F3/ F4)(média de 12 meses)	O KPI "Conclusões vencidas" regista o número de conclusões vencidas, incluindo conclusões "significativas" e "críticas" que abrangem i) conclusões internas e ii) conclusões regulamentares e iii) Questões Auto-identificadas (SI). Em 2023, registaram-se, em média, 0,67 constatações vencidas, face a um objetivo de 0.	
		Reputação dos meios de comunicação	O KPI "Reputação dos meios de comunicação" para o Grupo é um índice sobre a tonalidade da cobertura dos meios de comunicação do DB oferecida pelo fornecedor externo Unicepta (base: lista global de meios de comunicação do DB). A pontuação alvo de 0 numa escala de (1), puramente negativo, a 1, puramente positivo, foi quase alcançada com uma pontuação de (0,21) para 2023.	
		Índice de classificação ESG	O "Índice de classificação ESG" é o valor indexado, igualmente ponderado, das pontuações/classificações obtidas nas três principais classificações ESG do Banco. A pontuação de 2023 foi de 71,00 face a um objetivo de 73,00.	

¹ A pontuação equilibrada do Grupo/Presidente representa uma das duas pontuações equilibradas para o Diretor Geral (Grupo/Presidente e Recursos Humanos/Imobiliário Corporativo). O nível global de concretização da pontuação equilibrada é determinado com base numa combinação de ambas as pontuações equilibradas.

Pontuação equilibrada individual para James von Moltke, Diretor Financeiro

Realização 2023	Nível de realização
<p>Desempenho financeiro/capital e risco</p> <p>60%</p> <p>Base de custo ajustada direta (Direct adjusted cost base - DACB)</p> <p>Base de custo ajustada direta – Grupo</p> <p>Rácio de alavancagem – Grupo</p> <p>Sinais de alerta (média de 12 meses)</p> <p>Auditoria CRMG</p>	<p>O KPI "Base de custo ajustada direta" mede o objetivo de custos para a divisão financeira. "Custos ajustados" significa que os custos de litígios, indemnizações e reestruturação a imparidade são excluídos do objetivo. Em 2023, a base de custo ajustada direta foi de 524 milhões de euros, cerca de 1,7% acima do objetivo.</p> <p>A "base de custo ajustada direta" para o Grupo Deutsche Bank era de 20,5 mil milhões de euros em 2023, 4,6 % acima do objetivo.</p> <p>O "rácio de alavancagem" relata o capital principal do Banco como percentagem da sua exposição total de alavancagem, de acordo com as definições do Regulamento de Requisitos de Capital/Diretiva de Requisitos de Capital. No final do ano de 2023, o rácio de alavancagem era de 4,55%, excedendo o objetivo em 3,5%.</p> <p>"Sinais de alerta" são atribuídos às violações de políticas e processos de controlo relevantes relacionados com o risco. Embora o objetivo tivesse permitido até três sinais de alerta por mês, em média, na divisão de Finanças, houve 1 sinal de alerta por mês, em média, em 2023.</p> <p>O "Grau de Gestão do Risco de Controlo" (CRMG) é uma pontuação baseada no desempenho da divisão em 4 indicadores-chave, que refletem aspetos do ambiente de controlo (ou seja conclusões Críticas) mas, adicionalmente e de forma mais proeminente, centra-se em temas culturais (Auto-Identificação, qualidade e oportunidade da remediação). A pontuação alvo de 2,5 não foi atingida, tendo havido a pontuação de 1,69 para 2023.</p>
<p>Cultura, controlo e conduta/franchise</p> <p>30%</p> <p>Inquérito de avaliação da cultura</p> <p>Diversidade de género (VP/D/MD)</p> <p>Índice de classificação ESG</p> <p>Reuniões de investidores</p> <p>Remediação de problemas de qualidade dos dados</p>	<p>O KPI "Inquérito de avaliação da cultura" é medido com base na média direta das respostas favoráveis a cinco perguntas relacionadas com a cultura. O objetivo de 75% para 2023 foi quase alcançado com um resultado de 74,13%.</p> <p>O KPI "Diversidade de género" é a quota de mulheres entre os Vice-Presidentes, Diretores e Diretores Executivos do Grupo Deutsche Bank. O objetivo de 36,54% para a área financeira foi quase alcançado, com uma quota de 36,05% em 2023.</p> <p>O "índice de classificação ESG" é o valor indexado, igualmente ponderado, das pontuações/classificações obtidas nas três principais classificações ESG do Banco. A pontuação de 2023 foi de 71,00 contra um objetivo de 73,00.</p> <p>O KPI "Reuniões com investidores" indica o número de contactos de investidores de capital e de investidores de crédito. O objetivo de 550 reuniões foi ultrapassado, com um número total de 1.020 reuniões.</p> <p>O KPI "Remediação de problemas de qualidade dos dados" mede a velocidade de Análise e Remediação dos problemas de qualidade dos dados mais importantes do banco contra uma janela de 6m/18m, respetivamente. A pontuação de 2023 foi de 0,13 contra um objetivo de 0,19 e, como tal, ultrapassada.</p>
<p>Digitalização e inovação</p> <p>10%</p> <p>Idéias de digitalização validadas para a criação de capacidades</p>	<p>O KPI "Idéias de digitalização validadas para a criação de capacidade" está relacionado com a identificação de oportunidades de digitalização do programa de trabalho em cada área, a revisão do processo/produto com a equipa de Inovação e a apresentação de um caso de digitalização ao Grupo de Soluções Táticas (TSG) para implementação. O objetivo de 328,23 kHours para 2023 foi ultrapassado, com um resultado de 389,50 khours.</p>

¹ A pontuação equilibrada do CFO representa uma das duas pontuações equilibradas para o CFO (CFO e Asset Management). O nível global de concretização da pontuação equilibrada é determinado com base numa combinação de ambas as pontuações equilibradas.

Pontuação equilibrada (funcionamento ilustrativo da ferramenta de acompanhamento interno)

Categorias de KPI	Ponderação categoria KPI	KPI	Alvos	Real	Nível de realização	Realização	Faixa resultante ¹	Avaliação	Ponderação x fator	Soma resultante
Desempenho financeiro, capital e risco	30 %	KPI 1	Target	Real	Nível de realização		Verde a âmbar (75-125%)	110 %	33 %	76 %
		KPI 2	Target	Real	Nível de realização					
		KPI n	Target	Real	Nível de realização					
Cultura, controlo e conduta e franchise	50 %	KPI 1	Target	Real	Nível de realização		Verde a vermelho (50-100%)	70 %	35 %	
		KPI 2	Target	Real	Nível de realização					
		KPI n	Target	Real	Nível de realização					
Inovação e digitalização	20 %	KPI 1	Target	Real	Nível de realização		Âmbar a vermelho (25-75%)	40 %	8 %	
		KPI 2	Target	Real	Nível de realização					
		KPI n	Target	Real	Nível de realização					

¹ Faixas de resultados das categorias de KPI: Verde (100-150%); Verde a âmbar (75-125%), Verde a vermelho (50-100%), Âmbar a vermelho (25-75%), Vermelho (0%).

Se um membro do Conselho de Administração tiver mais do que uma Pontuação equilibrada, é efetuada uma quarta etapa adicional para determinar um nível de desempenho global final com base nas ponderações pré-definidas das Pontuações equilibradas.

Membro do Conselho de Administração	Nível de concretização da pontuação equilibrada e principais resultados (em %)
Christian Sewing	111%
James von Moltke	112%
Fabrizio Campelli	112%
Claudio de Sanctis ¹	115%
Bernd Leukert	120%
Alexander von zur Mühlen	106%
Rebecca Short	119%
Professor Dr. Stefan Simon	94%
Olivier Vigneron	121%
Christiana Riley ²	N/A
Karl von Rohr ³	N/A

¹ Membro desde 1 de julho de 2023

² Devido à sua opção de abandonar o Conselho de Administração antes do final do período de nomeação inicial, a Sra. Riley não tem direito a receber remuneração variável para 2023

³ Membro até 31 de outubro de 2023. Não se procedeu à avaliação dos KPI das pontuações equilibradas, uma vez que o nível de concretização do Prémio de Curto Prazo foi fixado, em relação à sua saída do Conselho de Administração, de acordo com o nível do ano anterior

94% - 121%

Intervalo dos níveis de concretização das pontuações equilibradas e dos resultados principais dos membros do Conselho de Administração para 2023

Realização global do Prémio de Curto Prazo

Para o exercício financeiro de 2023, os seguintes níveis globais de concretização foram determinados para os membros do Conselho de Administração com base no nível de concretização relativamente aos objetivos associados às três componentes identificadas pelo Conselho de Fiscalização para o Prémio de Curto Prazo:

Realização global do Prémio de Curto Prazo

	Nível de concretização individual (em %)		Concretização global do STA		
	Objetivos individuais e comportamental (62,5%)	Pontuação equilibrada e principais resultados (37,5%)	Nível de concretização (em %)	Nível de concretização incluindo corte unitário (em %)	Nível de concretização (em €)
Christian Sewing	133,20%	111,00%	124,88%	112,39%	2.528.719
James von Moltke	117,80%	112,00%	115,63%	109,84%	2.163.922
Fabrizio Campelli	119,00%	112,00%	116,38%	116,38%	2.374.050
Claudio de Sanctis ¹	115,33%	115,00%	115,21%	109,45%	1.072.570
Bernd Leukert	112,80%	120,00%	115,50%	103,95%	1.704.780
Alexander von zur Mühlen	110,40%	106,00%	108,75%	108,75%	1.783.500
Rebecca Short	114,25%	119,00%	116,03%	110,23%	1.807.767
Professor Dr. Stefan Simon	116,60%	94,00%	108,13%	108,13%	1.773.250
Olivier Vigneron	106,00%	121,00%	111,63%	100,46%	1.647.585
Christiana Riley ²	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Karl von Rohr ³	N/A	N/A	123,03%	61,52%	973.988

¹ Membro desde 1 de julho de 2023

² Devido à sua opção de abandonar o Conselho de Administração antes do final do período de nomeação inicial, a Sra. Riley não tem direito a receber remuneração variável para 2023

³ Membro até 31 de outubro de 2023. Não houve lugar à avaliação do desempenho individual, uma vez que o nível de concretização do Prémio de Curto Prazo foi fixado, em relação à sua saída do Conselho de Administração, de acordo com o nível do ano anterior

61.52% - 116.38%

Intervalo dos níveis de concretização globais do STA dos membros do Conselho de Administração para 2023

Prémio de longo prazo (LTA)

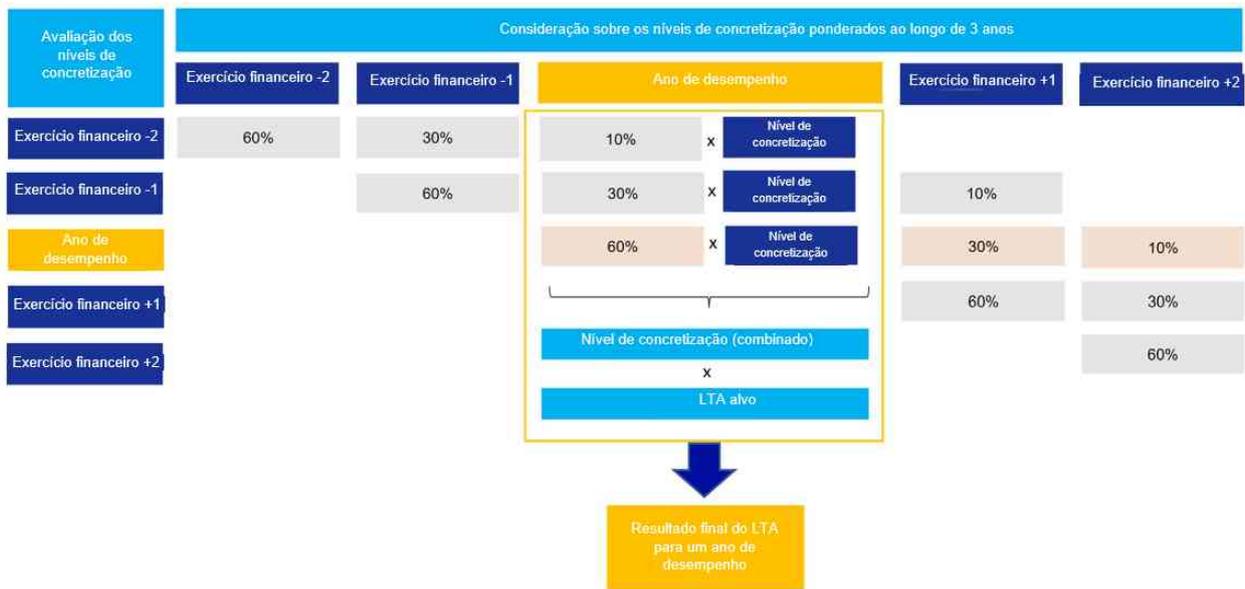
Para a determinação da remuneração variável, é colocado um foco significativo na consecução dos objetivos de longo associados à estratégia do Deutsche Bank. Para enfatizar este facto, o Conselho de Fiscalização decidiu que o Prémio de Longo Prazo (LTA) representará 60% do total da remuneração-alvo variável. No início de cada exercício financeiro, o

Conselho de Fiscalização especifica os objetivos coletivos a longo prazo para os membros do Conselho de Administração relativamente ao LTA. Os objetivos e as suas ponderações no LTA para 2023 são:

- Objetivos ESG (33,33%)
- Retorno total relativo dos acionistas da participação do Deutsche Bank (25%)
- Finanças do grupo (41,67%)

Todos os objetivos do LTA são avaliados ao longo de um período de três anos. 60% da remuneração-alvo para cada objetivo é multiplicada pelo nível-alvo atingido no ano de desempenho, constituindo assim a maior percentagem para o respetivo exercício. 30% da remuneração-alvo do objetivo aplicável baseia-se no nível de concretização para o exercício fiscal anterior e 10% é determinada com base no nível de concretização para o exercício fiscal antes desse. O resultado é um nível de concretização global ponderado para o ano de desempenho.

Período de avaliação de três anos



Objetivos ESG

O Deutsche Bank estabeleceu para si próprio o objetivo de liderar iniciativas de sustentabilidade, como a descarbonização, contribuindo assim para uma economia mais bem governada do ponto de vista ambiental, social e financeiro. Para associar de forma estreita e consistente a remuneração do Conselho de Administração à estratégia de sustentabilidade do Banco, o Conselho de Fiscalização decidiu combinar as metas estratégicas de sustentabilidade do Banco numa componente Ambiental, Social e de Governança (ESG) e implementar os resultados como um dos objetivos coletivos no LTA (a componente ESG).

A componente ESG representa uma quota de 33,33% do LTA. Isto corresponde a 20% da remuneração variável total e enfatiza a importância da agenda ESG para o Deutsche Bank. No início de cada exercício financeiro, o Conselho de Fiscalização fixa metas, bem como limites superiores e inferiores para todos os objetivos agrupados na componente ESG. A avaliação dos níveis de concretização para o exercício financeiro é feita retrospectivamente. É utilizada uma metodologia de cálculo linear para avaliar os níveis de concretização dos KPI quantitativos mensuráveis (todos exceto as atividades de correção de AML/KYC) nas categorias de 0% e 100%, 100% e 100% a 150%. A tabela seguinte mostra os montantes-alvo, os resultados a partir do final do ano e o nível de concretização resultante para o exercício financeiro de 2023:

Nível de concretização global para ESG

Ano	Níveis de desempenho ponderados ao longo de 3 anos			
2021	10%	x	89,38%	= 8,94%
2022	30%	x	64,38%	= 19,31%
2023	60%	x	71,32%	= 42,79%

O nível de concretização global da componente ESG para o exercício de 2023 foi calculado com base nos níveis de concretização ponderados dos sete subobjetivos e fixado em 71,32%. Isto resulta num nível de concretização global ponderado de 71,04% para o período de três anos da parte do LTA atribuível à componente ESG.

71.04% ESG achievement level for the LTA for the period for 2021-2023

ESG ¹			Limite inferior (0%)	Objetivo (100%)	Limite superior (150%)	Resultado YE 2023	Nível de concretização	Ponderação relativa	Nível de concretização relativa
Ambiente	Financiamento sustentável	Aumento dos negócios com financiamento e investimentos sustentáveis	265 mil milhões de euros	315 mil milhões de euros	365 mil milhões de euros	279 mil milhões de euros	26%	12,5%	3,5%
		Promover a gestão dos riscos climáticos							
	Operações próprias	- Divulgar publicamente o plano detalhado de Transição "net zero" e estabelecer objetivos de redução para outros sectores industriais com elevada intensidade de carbono até ao final do ano de 2023, para alinhar com o compromisso da NZBA	Conclusão da definição de objetivos para 2 ou menos sectores-chave relevantes	Conclusão da definição de objetivos para 4 sectores-chave relevantes	Conclusão da definição de objetivos para 8 (todos) sectores-chave relevantes recomendados	3 sectores-chave relevantes (extração de carvão, cimento e transportes marítimos)	50%	12,5%	6,25%
Consumo total do edifício/de energia (kwh/m2) vs. final do ano de 2019		-17%	-21%	-23%	-26% - 30%	150%	5%	7,50%	
Social	Cultura de feedback dos colaboradores (último resultado do inquérito)		72%	75%	78%	73,84%	61,33%	5%	3,07%
	Diversidade de género (VP/D/MD)		31%	31,8%	32,3%	32,3%	150%	10%	15%
Governança	Grau de gestão de risco de controlo (avaliação e auditoria do grupo Grau de risco/Controlo cultural) – média anual		1,5	3	5	2,1	40%	15%	6%
	AML / KYC Atividades de Remediação		0%	100%	150%	75%	75%	48%	30%
								100%	71.32%

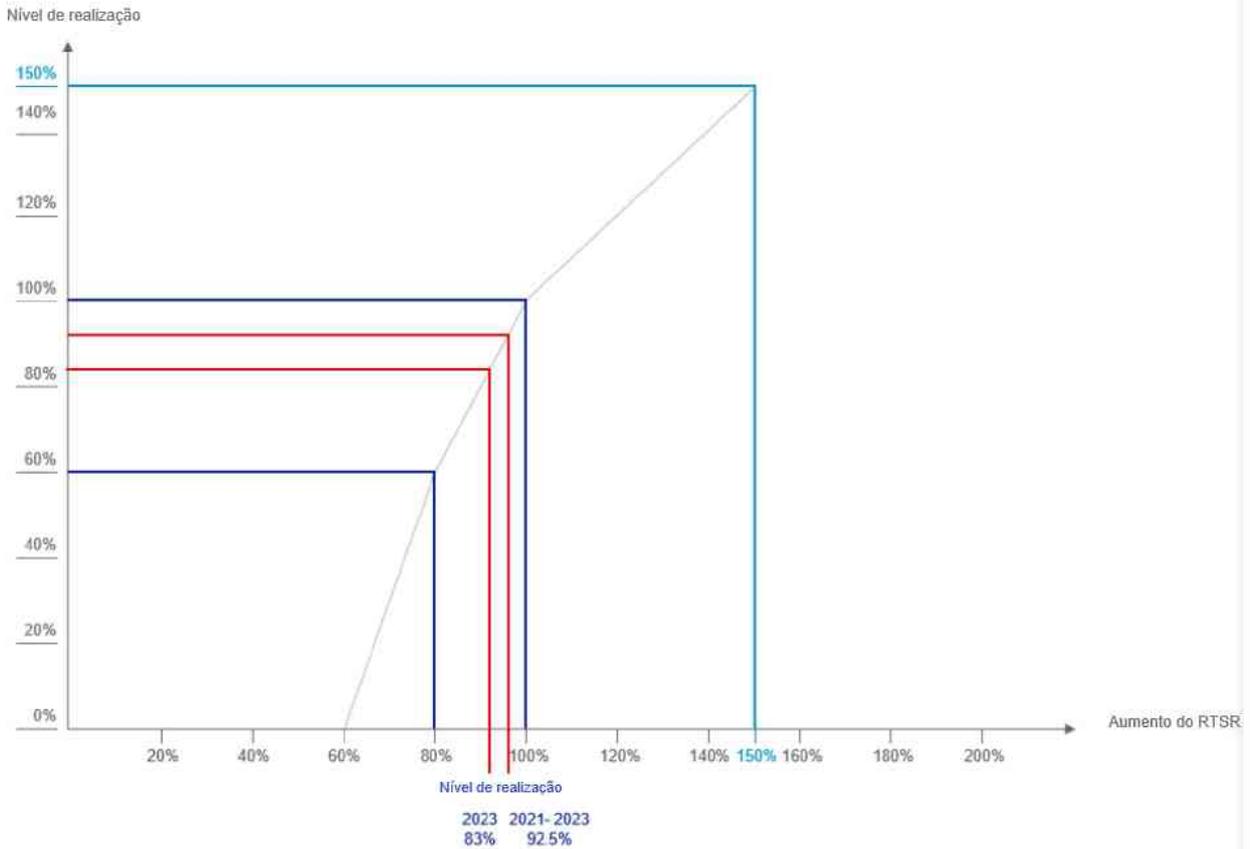
¹ A determinação do Nível de Concretização baseia-se num cálculo linear.

Retorno total relativo dos acionistas (RTSR)

Um alvo estratégico fundamental do Banco é o desempenho da participação do Deutsche Bank em comparação com o desempenho das ações dos seus concorrentes (RTSR (Retorno total relativo dos acionistas)). O objetivo do RTSR para a participação do Deutsche Bank em comparação com instituições financeiras selecionadas destina-se a reforçar o desempenho sustentável da participação do Deutsche Bank. O RTSR associa os interesses do Conselho de Administração aos dos acionistas. Além disso, o RTSR fornece uma mensuração relativa do desempenho, criando um incentivo para superar os pares relevantes. O Retorno total dos acionistas é definido como o desempenho da cotação da ação mais os dividendos brutos teoricamente reinvestidos. O RTSR é obtido e calculado com base no retorno total dos acionistas da participação do Deutsche Bank em relação à média do retorno total dos acionistas do grupo de pares.

Se o RTSR for superior a 100%, então o nível de cumprimento da meta aumenta proporcionalmente a um limite superior de 150% do valor da meta, ou seja, o nível de cumprimento da meta aumenta 1% por cada ponto percentual acima de 100%. Se a média do RTSR for inferior a 100%, o nível de cumprimento da meta diminui desproporcionalmente. Para cada ponto percentual de diminuição do RTSR na ordem de menos de 100% e 80%, o nível de concretização do objetivo diminui dois pontos percentuais. Por cada ponto percentual de diminuição do RTSR na ordem dos 80% e 60%, o nível de concretização do objetivo diminui dois pontos percentuais. Se o RTSR não exceder 60% durante todo o período de avaliação, o nível de cumprimento da meta é zero.

Aumento do RTSR e nível de realização



O grupo de pares utilizado como base de cálculo do RTSR é selecionado entre as empresas com atividades comerciais geralmente comparáveis, bem como com uma dimensão e presença internacional comparáveis. O Conselho de Fiscalização revê a composição do grupo de pares regularmente. Em 2021 e 2022, o grupo de pares para o RTSR incluía os seguintes 11 bancos: Banco Santander, Bank of America, Barclays, BNP Paribas, Citigroup, Credit Suisse, HSBC, JP Morgan Chase, Société Générale, UBS e UniCredit. Em 2023, o Credit Suisse foi retirado do grupo de pares, pelo que o número de bancos incluídos foi reduzido para 10.

Nível de concretização global para RTSR

Ano	Níveis de desempenho ponderados ao longo de 3 anos			
2021	10%	x	88,00%	= 8,80%
2022	30%	x	113,00%	= 33,90%
2023	60%	x	83,00%	= 49,80%

Em 2023, o retorno total para os acionistas do Deutsche Bank foi superior ao de 4 dos 10 concorrentes do grupo de pares. O nível de concretização para o exercício financeiro de 2023 chegou a 83%. Isto resulta num nível de concretização global ponderado de 92,5% para o período global de três anos para a concessão da parte do LTA atribuível ao RTSR.

92.50 % Nível de realização de RTSR para o LTA relativamente ao período de 2021-2023

Finanças do Grupo

Para o exercício de 2023, as duas componentes anteriormente separadas "Crescimento orgânico do capital" e "Componente do grupo" foram combinadas em "Finanças do grupo" com uma ponderação de 25%. Uma vez que o crescimento do capital orgânico e o RoTE refletem com precisão um aumento de capital, o crescimento do capital orgânico foi eliminado como objetivo separado.

Através das Finanças do Grupo, o Conselho de Fiscalização associa os valores financeiros relevantes que apoiam a estratégia empresarial com a remuneração do Conselho de Administração, estabelecendo assim um incentivo para promover de forma sustentável o perfil de capital, risco, custos e ganhos do Banco.

Finanças do Grupo		Alvo	Real	Nível de concretização
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) (em %)	Capital Common Equity Tier 1 do banco, em percentagem dos ativos ponderados pelo risco de crédito, de mercado e operacional.	>= 13,1%	13,7%	70,00%
Rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE) (em %)	Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas do banco após cupões AT1 em percentagem do capital próprio tangível médio dos acionistas.	>= 8%	7,4%	0,00%
Rácio custo/rendimento (CIR) (em %)	Gastos operacionais (excl. juros) em percentagem das receitas líquidas totais, que são definidas como rendimentos líquidos de juros antes da provisão para perdas de crédito, mais rendimento não decorrente de juros.	<=70%	75,1%	0,00%

Nível de concretização global das finanças do grupo

Ano	Níveis de desempenho ponderados ao longo de 3 anos				
2021	10%	x	77,50%	=	7,75%
2022	30%	x	80,00%	=	24,00%
2023	60%	x	70,00%	=	42,00%

Os níveis de concretização dos três objetivos igualmente ponderados das finanças do grupo foram de 70% em 2023. Isto resulta num nível de concretização global ponderado de 73,75% para o período global de três anos da parte do LTA atribuível à Componente do Grupo.

73.75 % Nível de realização de Finanças do Grupo para o LTA relativamente ao período de 2021-2023

Realização global do Prémio de Curto Prazo

	Níveis de Concretização (%)			Concretização global do LTA	
	Objetivos ESG (33,33%)	RTSR (25%)	Finanças do grupo (41,67%)	Nível de concretização (em %)	Nível de concretização (em €)
Christian Sewing					2.616.778
James von Moltke					2.291.135
Fabrizio Campelli					2.372.546
Claudio de Sanctis ¹	71,04%	92,50%	73,75%	77,53%	1.139.752
Bernd Leukert					1.907.341
Alexander von zur Mühlen					1.907.341
Rebecca Short					1.907.341
Professor Dr. Stefan Simon					1.907.341
Olivier Vigneron ²	68,54%	95,00%	74,00%	77,43%	1.904.778
Christiana Riley ³	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Karl von Rohr ⁴	71,04%	92,50%	73,75%	77,53%	1.841.436

¹ Membro desde 1 de julho de 2023

² Membro desde 20 de maio de 2022, Nível de desempenho a longo prazo baseado num período de avaliação de 2 anos, dado que o membro do Conselho de Administração entrou no Deutsche Bank a 1 de março de 2022

³ Devido à sua opção de abandonar o Conselho de Administração antes do final do período de nomeação inicial, a Sra. Riley não tem direito a receber remuneração variável para 2023

⁴ Membro até 31 de outubro de 2023

77.53% foi o nível de realização global do LTA relativamente ao período de 2021-2023

Adequação da remuneração do Conselho de Administração e conformidade com a remuneração máxima estabelecida

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente a adequação das componentes individuais da remuneração, bem como o montante da remuneração total. A revisão da adequação da remuneração do Conselho de Administração concluiu que a remuneração do Conselho de Administração resultante dos níveis de realização para o exercício financeiro de 2023 é adequada.

Adequação horizontal

Através da comparação horizontal, o Conselho de Fiscalização assegura que a remuneração total alvo é adequada em relação às tarefas e realizações do Conselho de Administração e à situação da empresa, sendo também habitual no mercado. Neste contexto, o nível e a estrutura da remuneração, em particular, são examinados em empresas comparáveis (grupos de pares). As empresas adequadas em consideração da posição de mercado do Deutsche Bank (em particular no que diz respeito ao setor empresarial, dimensão e país) são utilizadas como base para esta comparação. A avaliação da adequação horizontal tem lugar em comparação com os três grupos de pares seguintes.

Grupo de Pares 1

Este grupo é composto por 10 bancos globais com

- um modelo de negócio comparável; e
- uma dimensão comparável (medida pelo total do balanço, número de empregados e capitalização de mercado).

As 10 instituições deste grupo de pares são idênticas aos bancos utilizados para medir o retorno total relativo dos acionistas (ver o capítulo "Retorno total relativo dos acionistas"). São os seguintes: Banco Santander, Bank of America, Barclays, BNP Paribas, Citigroup, HSBC, JP Morgan Chase, Société Générale, UBS e UniCredit.

Grupo de Pares 2

Este grupo é composto por 15 bancos europeus com

- um modelo de negócio comparável; e
- uma dimensão comparável (medida pelo total do balanço, número de empregados e capitalização de mercado).

Estes são os seguintes bancos: Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, Banco Santander, Barclays, BNP Paribas, BPCE, Rabobank, Crédit Agricole, Crédit Mutuel, HSBC Holdings, ING Bank, Intesa Sanpaolo, Nordea Bank, Société Générale, UBS Group e UniCredit.

Grupo de Pares 3

Este grupo inclui as empresas do Índice Alemão de Ações (DAX).

A adequação horizontal da remuneração do Conselho de Administração é revista anualmente pelo Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização contrata regularmente consultores externos de remuneração para a revisão da adequação horizontal, assegurando simultaneamente que estes consultores são independentes do Conselho de Administração e do Deutsche Bank. O Conselho de Fiscalização tem em consideração os resultados da revisão ao estabelecer o objetivo de remuneração total para os membros do Conselho de Administração.

Adequação vertical

Para além da comparação horizontal, o Conselho de Fiscalização considera uma comparação vertical, que compara a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração dos colaboradores. No âmbito da comparação vertical, o Conselho de Fiscalização considera em particular, de acordo com o código de governo das sociedades alemão, o desenvolvimento da remuneração ao longo do tempo. Isto envolve uma comparação entre a remuneração do Conselho de Administração e a remuneração de dois grupos de colaboradores. São tidas em conta, por um lado, a remuneração da direção, que compreende o primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e membros dos comités executivos de topo das divisões, bem como dos membros do Conselho de Administração de instituições significativas dentro do Grupo Deutsche Bank e dos correspondentes cargos de nível 1 do Conselho de Administração com responsabilidade de gestão.

Por outro lado, a remuneração do Conselho de Administração é comparada com a remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial (colaboradores pautais e não pautais).

Conformidade com a remuneração máxima fixada (cap)

O limite máximo de remuneração (cap) é fixado em 12 milhões de euros para cada membro do Conselho de Administração. Isto baseia-se na despesa real e/ou no desembolso efetivo da remuneração atribuída para um exercício financeiro. Os salários-base são montantes fixos. As despesas para benefícios marginais variam entre os diferentes membros do Conselho de Administração num determinado ano. A contribuição para o plano de pensões ou subsídio de pensão do Deutsche Bank é fixada no mesmo montante para todos os membros do Conselho de Administração. No entanto, o montante a ser reconhecido pelo Banco durante o ano para os custos do serviço de pensões do Deutsche Bank flutua com base em variáveis atuariais. Como o montante da despesa para os componentes de remuneração variável plurianual do Prémio de Curto Prazo (STA) e do Prémio de Longo Prazo (LTA) só é determinado até sete anos devido aos períodos de diferimento, o cumprimento da remuneração máxima estabelecida para o exercício financeiro de 2023 só pode ser comunicado de forma conclusiva no âmbito dos Relatórios de remuneração para os exercícios financeiros até 2031. O cumprimento do limite máximo de remuneração definido no artigo 87a da lei alemã relativa às instituições de crédito já está, no entanto, assegurado para o exercício financeiro de 2023.

Diferimentos e períodos de carência

A portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV) estipula geralmente um período de avaliação de três anos para a determinação da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração. O Deutsche Bank cumpre este requisito ao avaliar cada um dos objetivos do Prémio de Longo Prazo (LTA) durante um período de três anos. Caso não seja possível atribuir a um membro do Conselho de Administração o período de três anos relevante, por esse membro apenas ter entrado no banco recentemente, o nível de consecução dos objetivos será determinado em relação ao período que possa ser atribuído ao membro. O período de diferimento para o LTA é, em princípio, de cinco anos. Se o período de avaliação for inferior ao mínimo prescrito, o período de diferimento da remuneração variável a ser concedida é prolongado pelo número de anos em falta para o período mínimo de avaliação. O Prémio de Longo Prazo (STA) tem um período de avaliação de um ano. O período de diferimento para o STA é, em princípio, de sete anos.

O Prémio de Longo Prazo (LTA) é concedido sob a forma de instrumentos com base em ações (Prémios Restritos em Ações (REA)). Os REA são adquiridos ao longo de um período de diferimento de 5 anos em 4 frações, começando com uma fração de 40% no ano 2 e três frações de 20% cada nos anos 3, 4 e 5 após a atribuição da remuneração variável (data de atribuição). Após a data de atribuição, os REA de cada fração estão sujeitos a um período de detenção adicional de um ano. Por conseguinte, os membros do Conselho de Administração não podem alienar as ações subjacentes aos REA antes de decorridos 4 anos, no mínimo, e, na sua totalidade, até 6 anos após a data de atribuição. Durante os períodos de diferimento e de detenção, o valor dos REA está associado ao desempenho da participação do Deutsche Bank e está, portanto, associado ao desempenho a longo prazo do Banco, reforçando assim o alinhamento dos incentivos dos membros do Conselho de Administração com o desempenho do Deutsche Bank.

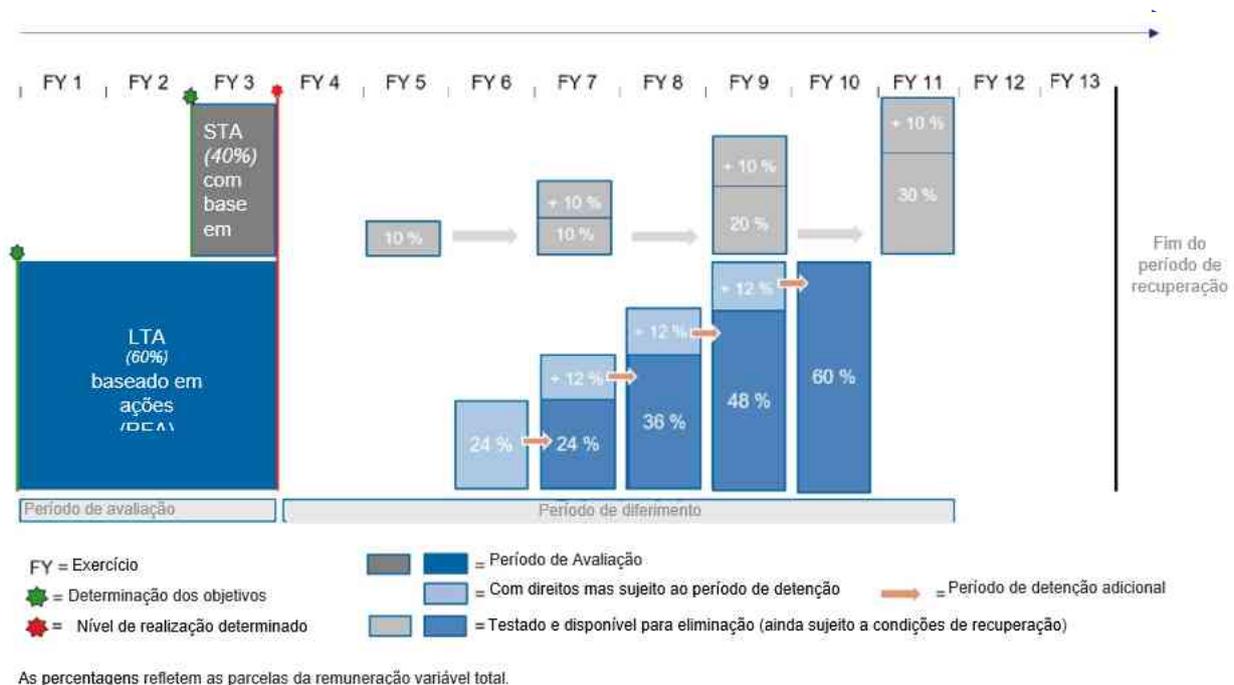
O Prémio de Curto Prazo (STA) é geralmente concedido sob a forma de uma remuneração em numerário diferida (Prémios Restritos de Incentivo – RIA). O STA é pago em quatro frações de 25% cada, ao longo de um período total de sete anos, nos anos 1, 3, 5 e 7 após a data de atribuição. No entanto, se o STA representar mais de 50% do total da remuneração variável, a parcela que exceder 50% é também concedida sob a forma de Prémios Restritos em Ações (REA). Isto assegura que pelo menos 50% do total da remuneração variável é sempre concedida com base em ações, de acordo com os requisitos regulamentares. A parcela que exceder 50% está sujeita às mesmas regras de diferimento que a remuneração com base em ações do LTA.

Em vez de receberem Prémios Restritos em Ações (REA) e Prémios Restritos de Incentivo (RIA), como descrito acima, os titulares de funções específicas em determinadas entidades do Deutsche Bank U.S. são obrigados, pelo regulamento aplicável, a ser remunerados com diferentes planos. A remuneração restrita para estas pessoas consiste em concessões restritas de ações e concessões restritas em numerário. O destinatário torna-se proprietário beneficiário dos prémios a partir da Data de Concessão e os prémios serão detidos em nome do destinatário. Estes prémios são limitados por um período de tempo (sujeitos às regras do plano aplicáveis e às declarações do prémio, incluindo as condições de desempenho e perda de direitos). O período de restrição está em linha com os períodos de retenção aplicáveis aos prémios habitualmente diferidos do Deutsche Bank. No que diz respeito aos membros do Conselho de Administração, estas regras aplicam-se a Stefan Simon devido à sua função de CEO do Deutsche Bank USA Corp.

Se um membro do Conselho de Administração for identificado como titular de uma "função de gestão de topo" (SMF) pela Prudential Regulation Authority (PRA) no Reino Unido, aplicam-se, em princípio, disposições específicas de diferimento ao abrigo da regulamentação britânica. Fabrizio Campelli foi identificado como titular de SMF para efeitos de remuneração

variável em 2023 devido à sua responsabilidade de supervisão na região do Reino Unido. Em 2023, foi acordado com a PRA que a proporção da remuneração variável que corresponde ao tempo despendido com esta responsabilidade de supervisão regional está sujeita às disposições de diferimento previstas na regulamentação do Reino Unido. Por conseguinte, 10% da sua remuneração variável é diferida em conformidade com a regulamentação do Reino Unido, ou seja, 4% é concedida sob a forma de Prémios Restritos de Incentivo (RIA) e paga em duas parcelas iguais nos anos 1 e 3 após a data de atribuição e 6% é concedida sob a forma de Prémios Restritos em Ações (REA) e paga em 5 parcelas iguais nos anos 3, 4, 5, 6 e 7 após a data de atribuição. Após a aquisição do direito, cada fração está sujeita a um período de detenção adicional de um ano.

No caso dos Prémios Restritos de Incentivo (RIAs) e Prémios Restritos em Ações (REA), aplicam-se condições específicas de caducidade durante os períodos de diferimento e de detenção (são fornecidas informações adicionais na secção "Backtesting, malus e clawback").



Backtesting, malus e clawback

Ao conceder componentes de remuneração de forma diferida, repartida por vários anos, é criado um incentivo a longo prazo. Além disso, as parcelas individuais estão sujeitas a condições específicas de perda de direitos até ao momento em que é atribuída a aquisição de direitos.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente se os resultados alcançados pelos membros do Conselho de Administração no passado são sustentáveis (backtesting). Se a constatação for de que as concretizações subjacentes à concessão da remuneração variável não foram sustentáveis, os prémios podem ser parcial ou totalmente cancelados.

Da mesma forma, se os resultados do Grupo forem negativos, a remuneração variável anteriormente concedida pode ser declarada total ou parcialmente cancelados durante o período de diferimento. Além disso, os prémios podem ser total ou parcialmente cancelados se não se encontrarem reunidas determinadas condições de solvência ou liquidez. Adicionalmente, os prémios podem ser cancelados, no todo ou em parte, em caso de conduta imprópria individual (incluindo violações de regulamentos), demissão por justa causa ou contribuições individuais negativas para o desempenho (malus).

Além disso, os contratos dos membros do Conselho de Administração também permitem ao Conselho de Fiscalização recuperar componentes já pagos ou entregues devido a certas contribuições individuais de desempenho negativo do membro do Conselho de Administração (clawback), em conformidade com as disposições dos artigos 18 (5) e 20 (6) da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVergV). A provisão de recuperação (clawback) é possível para toda a remuneração variável de um exercício financeiro até ao fim de dois anos após o fim do período de diferimento da última fração dos elementos de remuneração concedidos numa base diferida para o respetivo exercício financeiro.

O Conselho de Fiscalização analisa regularmente e em tempo útil, antes das respetivas datas de vencimento, a possibilidade de uma perda total ou parcial (malus) ou recuperação (clawback) dos componentes variáveis de remuneração dos membros do Conselho de Administração. Em 2023, não houve lugar a perda ou clawback de prémios.

O Conselho de Fiscalização considerou que a saída antecipada de Christiana Riley do banco para assumir funções numa instituição financeira concorrente do Deutsche Bank justificava a perda de componentes de remuneração variável diferidas e não adquiridas (prémios), de acordo com as regras do plano e as declarações de atribuição aplicáveis. Christiana Riley concordou com este facto.

Informação sobre ações e cumprimento da obrigação de titularidade de ações (Diretrizes de participações)

Todos os membros do Conselho de Administração são obrigados a adquirir uma quantidade significativa de ações do Deutsche Bank e a detê-las a longo prazo. Este requisito destina-se a promover o alinhamento dos membros do Conselho de Administração com o Deutsche Bank e os seus acionistas e a assegurar uma ligação a longo prazo com o desenvolvimento do negócio do Deutsche Bank.

Para o Diretor Geral, o número de ações a deter é equivalente a 200% do seu salário-base bruto anual, e para os outros membros do Conselho de Administração, a 100% do seu salário-base bruto anual. Os requisitos da obrigação de participação devem ser cumpridos primeiro na data em que a remuneração variável com base em ações que foi concedida ao membro do Conselho de Administração desde a sua nomeação para o Conselho de Administração (período de espera) corresponda, no total, a 1,33 vezes a obrigação de participação. A conformidade com os requisitos é revista semestralmente. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

No contexto da concessão de remuneração variável, o Conselho de Fiscalização pode decidir, individualmente, que não só o Prémio de Longo Prazo (LTA) mas também partes do Prémio de Curto Prazo (STA) ou o STA como um todo podem ser atribuídos em ações até que a obrigação de participação seja cumprida. Isto destina-se a assegurar o cumprimento mais rápido da obrigação de participação.

Membros do Conselho de Administração

O quadro seguinte apresenta o número de prémios em ações em circulação detidos pelos atuais membros do Conselho de Administração em 10 de fevereiro de 2023 e 9 de fevereiro de 2024, bem como o número de prémios de ações novamente concedidos, entregues ou caducados neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 10.2.2023	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 9.2.2024
Christian Sewing	895.373	226.006	–	–	1.121.379
James von Moltke	717.588	176.852	–	–	894.440
Fabrizio Campelli	455.170	170.306	67.887	–	557.589
Claudio de Sanctis ¹	–	–	–	–	465.211
Bernd Leukert	295.302	165.939	3.037	–	458.204
Alexander von zur Mühlen	377.906	165.939	111.957	–	431.888
Rebecca Short	172.265	166.316	27.891	–	310.690
Professor Dr. Stefan Simon	265.778	165.939	13.379	–	418.338
Olivier Vigneron	130.539	117.561	41.209	–	206.890

¹ Membro desde 1 de julho de 2023

A tabela abaixo apresenta o número total de ações do Deutsche Bank detidas pelos membros em exercício do Conselho de Administração nas datas de 10 de fevereiro de 2023 e 9 de fevereiro de 2024, bem como o número de prémios baseados em ações e o nível de cumprimento da obrigação de participação.

a 9 de fevereiro de 2024

	Número de ações do Deutsche Bank (em unidades) em 10 de fevereiro de 2023	Número de ações do Deutsche Bank (em unidades)	Prêmio(s) restrito(s) em ações diferido(s)/ Unidades de capital em circulação (diferidos com período de retenção adicional) (em unidades)	dos quais 75% do(s) Prêmio(s) restrito(s) em ações diferido(s)/ Unidades de capital em circulação cobrados pela obrigação de participação (diferidos com período de retenção adicional) (em unidades)	Valor total das ações do Deutsche Bank e do(s) Prêmio(s) restrito(s) em ações diferido(s)/ Unidades de capital em circulação cobrados pela obrigação de participação (em unidades)	A obrigação de retenção de ações deve ser cumprida Sim / Não	Nível de obrigação de participação exigida (em unidades ¹)	Taxa de cumprimento (em %)
Membros do Conselho de Administração								
Christian Sewing	222.171	222.171	1.121.379	841.034	1.063.205	Sim	620.690	171%
James von Moltke	74.753	74.753	894.440	670.830	745.583	Sim	275.862	270%
Fabrizio Campelli	149.473	185.509	557.589	418.192	603.701	Sim	293.103	206%
Claudio de Sanctis ²	–	105.665	465.211	348.908	454.573	Não	258.621	176%
Bernd Leukert	9.477	10.007	458.204	343.653	353.660	Sim	206.897	171%
Alexander von zur Mühlen	359.655	447.485	431.888	323.916	771.401	Sim	206.897	373%
Rebecca Short	51.299	69.168	310.690	233.018	302.186	Sim	206.897	146%
Prof. Dr. Stefan Simon	0	–	418.338	313.754	313.754	Sim	206.897	152%
Olivier Vigneron	0	21.841	206.890	155.168	177.009	Não	206.897	86%
Total	866.828	1.136.599	4.864.631	3.648.473	4.785.072			

¹ O cálculo do valor total das ações do Deutsche Bank e dos prêmios de ações / ações em circulação elegíveis para os requisitos de participação baseia-se na cotação de 11.600 euros (cotação de fecho Xetra em 9 de fevereiro de 2024)

² Membro desde 1 de julho de 2023

Todos os membros do Conselho de Administração cumpriram as obrigações de participação em 2023 ou encontram-se atualmente no período de espera.

O Presidente do Conselho de Administração, o Sr. Sewing, comprometeu-se voluntariamente a investir 15% do seu salário mensal líquido em ações do Deutsche Bank desde setembro de 2019 até ao final de Dezembro de 2023. Em cada caso, as compras são realizadas no 22.º dia de cada mês ou no dia de negociação seguinte.

Benefícios no final do mandato

Benefícios após a rescisão regular do contrato

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões com contribuições predefinidas. No âmbito deste plano de pensões, é criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, com efeitos a partir do início do seu mandato como membro do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, incluindo o Presidente do Conselho de Administração, recebem uma contribuição anual uniforme, contratualmente definida e fixa de 650.000 euros. A contribuição acumula juros que são creditados antecipadamente e determinados através de um fator relacionado com a idade, até à idade de 60 anos. Para os direitos de uma primeira nomeação ou renovação a partir do exercício financeiro de 2021, os juros acumulam a uma taxa média de 2% ao ano, para os direitos antigos, de 4%. A partir da idade de 61 anos, será creditada na conta de pensão uma contribuição adicional igual ao montante resultante da aplicação da taxa de juro acima referida ao saldo da conta de pensão a partir de 31 de dezembro do ano anterior. No conjunto, as contribuições anuais formam o montante do capital de pensão disponível para pagamento dos futuros benefícios de pensão aquando da ocorrência de um evento de pensão (idade de reforma, incapacidade ou morte). O saldo da conta de pensão é adquirido desde o início.

Se um membro do Conselho de Administração estiver sujeito a imposto sobre o rendimento não alemão, a concessão de um subsídio de pensão em numerário anual de 650.000 euros pode ser selecionada como alternativa ao direito ao plano de pensão. Isto está sujeito à condição prévia de que receber as contribuições habituais para o plano de pensão implica desvantagens não insignificantes em termos fiscais para o membro do Conselho de Administração, em comparação com receber um subsídio de pensão. Esta opção pode ser exercida uma vez e a partir daí aplica-se a todo o mandato do membro do Conselho de Administração.

A tabela seguinte mostra as contribuições anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2023 e 2022, bem como as correspondentes obrigações de benefícios definidos para cada membro do Conselho de Administração no cargo em 2023 em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023. Os diferentes saldos são atribuíveis aos diferentes períodos de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores relacionados com a idade, e às diferentes taxas de contribuição.

Membros do Conselho de Administração em euros	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo de serviço (IFRS), no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos (IFRS), fim do exercício	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
	Christian Sewing	747.500	760.500	0	0	8.024.000	7.276.500	564.889	529.109	6.457.344
James von Moltke	812.500	845.000	0	0	5.846.750	5.034.250	667.237	638.068	4.948.283	3.945.284
Fabrizio Campelli	786.500	946.836	0	0	3.968.254	3.181.754	525.920	605.376	2.909.388	2.148.218
Claudio de Sanctis ¹	386.750	0	0	0	386.750	0	272.499	0	278.217	0
Bernd Leukert	702.000	786.500	0	0	3.436.334	2.434.334	573.019	637.939	3.077.074	2.317.651
Alexander von zur Mühlen ²	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rebecca Short	806.000	819.000	0	0	2.179.668	1.373.668	519.350	475.091	1.448.786	826.548
Prof. Dr. Stefan Simon ²	473.959	845.000	0	0	3.483.460	3.009.501	373.627	629.482	2.896.341	2.311.957
Olivier Vigneron	760.500	644.584	0	0	1.405.084	644.584	543.072	423.955	1.053.069	446.932
Christiana Riley ^{2,3}	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Karl von Rohr ⁴	585.001	728.000	0	0	6.034.002	5.449.001	543.542	652.035	5.739.167	4.864.821

¹ Membro desde 1 de julho de 2023

² O membro do Conselho de Administração recebe um subsídio de pensão, que é apresentado na secção "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".

³ Membro até 17 de maio de 2023

⁴ Membro até 31 de outubro de 2023

Benefícios aquando da cessação antecipada

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. De acordo com a recomendação do código de governo das sociedades alemão, a indemnização por cessação de funções ascende, no máximo, a duas vezes a remuneração anual e não deve exceder o montante que seria pago como remuneração pelo período restante do contrato de serviços. O cálculo da indemnização por cessação de funções baseia-se na remuneração anual para o exercício financeiro anterior e, se aplicável, na remuneração anual prevista para o exercício financeiro em curso. A indemnização por cessação de funções é determinada e concedida em conformidade com os requisitos regulamentares e estatutários, nomeadamente com as disposições da portaria relativa a remunerações para instituições (InstitutsVerV)

No caso de uma mudança de controlo, os membros do Conselho de Administração têm um direito especial de rescisão do seu contrato de serviços. No entanto, nesse caso não há direito a uma indemnização por cessação de funções.

Outras provisões do contrato de serviços

Prazo do contrato de serviços

A duração dos contratos de prestação de serviços do Conselho de Administração está associada à duração da nomeação, sendo de cinco anos, no máximo, de acordo com o artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações. O Conselho de Fiscalização decidirá numa fase precoce, o mais tardar seis meses antes do termo do período de nomeação, sobre uma nova nomeação. No caso de uma nova nomeação do membro do Conselho de Administração, o contrato de serviços é prorrogado pela duração de uma nova nomeação.

Para as primeiras nomeações, não deve ser excedido um prazo de contrato de três anos. O contrato de serviços do Conselho de Administração termina automaticamente com a expiração do período de nomeação sem necessidade de aviso exposto de rescisão.

Redução do salário base no âmbito da remuneração de outros mandatos

Os contratos de prestação de serviços dos membros do Conselho de Administração contêm uma obrigação dos membros de assegurar que não receberão qualquer remuneração à qual, de outra forma, teriam direito na sua qualidade de membro de qualquer órgão societário, em particular um conselho de fiscalização, conselho consultivo ou órgão similar de qualquer entidade do grupo do Banco, nos termos da secção 18 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Assim, os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank.

O salário-base de um membro do Conselho de Administração será reduzido num montante igual a 50% da remuneração de um mandato - em particular, mandatos do Conselho de Fiscalização ou do Conselho de Fiscalização - numa empresa que não pertença ao Grupo Deutsche Bank. Não existe tal dedução de qualquer remuneração que não exceda 100.000 euros por mandato e ano civil.

No exercício financeiro de 2023, o salário-base de um membro do Conselho de Administração foi reduzido pelo montante da remuneração de um mandato numa empresa que não pertence ao Grupo Deutsche Bank, uma vez que a remuneração excedeu o montante limite.

Cláusula de não concorrência pós-contratual

Após abandonar o Conselho de Administração, os membros estão, regra geral, sujeitos a uma cláusula de não concorrência durante um ano. Durante o período de não concorrência, o Deutsche Bank paga ao membro do Conselho de Administração uma indemnização (subsídio de espera "Karenzentschädigung") no montante de 65% do seu salário-base anual. O subsídio de espera será creditado face a qualquer pedido de indemnização por cessação de funções. Além disso, o subsídio de espera será reduzido por quaisquer rendimentos que o membro do Conselho de Administração obtenha durante o período de não concorrência, por atividades de trabalhador independente, assalariado ou de outras atividades remuneradas que não estejam sujeitas à cláusula de não concorrência. O Deutsche Bank pode renunciar ao cumprimento da cláusula de não concorrência pós-contratual por parte de um membro do Conselho de Administração. A partir da data de renúncia, se e quando tal renúncia for concedida, termina a obrigação do Deutsche Bank de pagar o subsídio de espera ("Karenzentschädigung").

Christiana Riley deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do final de 17 de maio de 2023. O seu contrato de trabalho foi rescindido por mútuo acordo com efeitos a partir do final de 31 de maio de 2023. Tal como previsto no seu contrato de trabalho, foi acordado um subsídio de espera ("Karenzentschädigung"), em conformidade com a cláusula de não concorrência pós-contratual, no montante de 130.000 euros por mês, correspondente a 65% do seu salário base fixo. A cláusula de não concorrência pós-contratual aplica-se de 1 de junho de 2023 a 30 de setembro de 2023, no âmbito estabelecido no contrato de prestação de serviços.

Karl von Rohr deixou o Conselho de Administração com efeitos a partir do final de 31 de outubro de 2023. O contrato de prestação de serviços terminou com o fim do seu período de nomeação. Tal como previsto no seu contrato de trabalho, foi acordado um subsídio de espera ("Karenzentschädigung"), em conformidade com a cláusula de não concorrência pós-contratual, no montante de 162.500 euros por mês, correspondente a 65% do seu salário base fixo. A cláusula de não concorrência pós-contratual aplica-se de 1 de novembro de 2023 a 31 de outubro de 2024, no âmbito estabelecido no contrato de prestação de serviços.

Desvios do sistema de remuneração

Não houve desvios do sistema de remuneração no exercício financeiro de 2023.

Remuneração do Conselho de Administração 2023

Membros atuais do Conselho de Administração

Remuneração total 2023

O Conselho de Fiscalização determinou a remuneração supramencionada numa base individual para 2023 e 2022, como se segue:

em euros	2023					2022	
	Salário base ¹	Prémio de curto prazo	Prémio de longo prazo	Remuneração total	Remuneração alvo total	Rácio ao alvo	Remuneração total
Christian Sewing	3.600.000	2.528.719	2.616.778	8.745.497	9.225.000	95%	8.933.742
James von Moltke	3.150.000	2.163.922	2.291.135	7.605.057	8.075.000	94%	7.073.709
Fabrizio Campelli	3.250.000	2.374.050	2.372.546	7.996.596	8.350.000	96%	6.485.893
Claudio de Sanctis ²	1.500.000	1.072.570	1.139.752	3.712.322	3.950.000	94%	–
Bernd Leukert	2.400.000	1.704.780	1.907.341	6.012.121	6.500.000	92%	6.266.628
Alexander von zur Mühlen	2.400.000	1.783.500	1.907.341	6.090.841	6.500.000	94%	6.249.101
Rebecca Short	2.400.000	1.807.767	1.907.341	6.115.108	6.500.000	94%	6.325.053
Professor Dr. Stefan Simon	2.400.000	1.773.250	1.907.341	6.080.591	6.500.000	94%	6.258.838
Olivier Vigneron	2.400.000	1.647.585	1.904.778	5.952.363	6.500.000	92%	3.840.545
Christiana Riley ³	1.000.000	N/A	N/A	1.000.000	2.708.333	N/A	6.161.463
Karl von Rohr ⁴	2.500.000	973.988	1.841.436	5.315.424	6.458.333	82%	7.266.592
Total	27.000.000	17.830.131	19.795.789	64.625.920	71.266.666	91%	64.861.564

¹ Na coluna "Salário base", os valores alvo fixados pelo Conselho de Fiscalização são apresentados em euros por motivos de comparabilidade. A entrada real difere deste valor-alvo para os membros do Conselho de Administração Alexander von zur Mühlen e Christiana Riley devido a flutuações cambiais, e para Bernd Leukert devido à compensação da remuneração de mandatos. A entrada é apresentada na secção "Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)".

² Membro desde 1 de julho de 2023

³ Membro até 17 de maio de 2023. Proporcional à duração do contrato de prestação de serviços até 31 de maio de 2023. Devido à sua opção de abandonar o Conselho de Administração antes do final do período de nomeação inicial, a Sra. Riley não tem direito a receber remuneração variável para 2023

⁴ Membro até 31 de outubro de 2023. O nível de desempenho do STA foi fixado, na sequência da sua saída do Conselho de Administração, de acordo com o nível do ano anterior

O número de prêmios em ações concedidos aos membros do Conselho de Administração sob a forma de Prêmios Restritos em Ações (REA) em 2024 para o exercício de 2023 foi calculado dividindo os respectivos montantes em euros pela cotação Xetra média de fecho da ação do Deutsche Bank durante os últimos dez dias de negociação em fevereiro de 2024 (12,2012 euros).

Membros do Conselho de Administração	Prêmio(s) restrito(s) em ações (diferido(s) com período de retenção adicional) (em unidades) ¹
Christian Sewing	214.469
James von Moltke	187.779
Fabrizio Campelli	194.514
Claudio de Sanctis ²	93.413
Bernd Leukert	156.324
Alexander von zur Mühlen	156.324
Rebecca Short	156.324
Prof. Dr. Stefan Simon	156.324
Olivier Vigneron	156.114
Christiana Riley ³	N/A
Karl von Rohr ⁴	150.923
Total	1.622.508

¹ Os Prêmios Restritos em Ações são comercialmente arredondados para efeitos de apresentação

² Membro desde 1 de julho de 2023

³ Membro até 17 de maio de 2023. Devido à sua opção de abandonar o Conselho de Administração antes do final do período de nomeação inicial, a Sra. Riley não tem direito a receber remuneração variável para 2023

⁴ Membro até 31 de outubro de 2023

Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a remuneração paga e devida nos exercícios financeiros de 2023 e 2022 aos membros em exercício do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2023, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente pagos ou entregues aos membros individuais do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos").

Além dos montantes de remuneração, a tabela mostra adicionalmente as proporções relativas da remuneração fixa e variável da remuneração total nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações.

	Christian Sewing				James von Moltke			
	2023		2022		2023		2022	
	em milhares de euros	em %						
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	3.600	72%	3.600	82%	3.150 ¹	77%	2.900	77%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	255	5%	216	5%	72	2%	84	2%
Total de remuneração fixa	3.855	77%	3.816	87%	3.222	79%	2.984	79%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	67	2%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	232	5%	232	5%	169	4%	169	4%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	1%	43	1%	43	1%	43	1%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	304	6%	304	7%	213	5%	213	6%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	577	12%	0	0%	419	10%	0	0%
dos quais prêmios em ações:	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	308 ²	8%
Total de remuneração variável	1.155	23%	579	13%	843	21%	799	21%
Remuneração total	5.010	100%	4.394	100%	4.065	100%	3.783	100%

¹ Para mais informações sobre a decisão de remuneração, consultar a secção "Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2023" do presente relatório

² As prestações acessórias variáveis representam um subsídio de alojamento que foi concedido até 30 de junho de 2022

	Fabrizio Campelli				Claudio de Sanctis (membro desde 1 de julho de 2023)			
	2023		2022		2023		2022	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	3.250 ¹	83%	2.467	90%	1.500 ¹	99%	–	–
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
Benefícios marginais	33	1%	57	2%	9	1%	–	–
Total de remuneração fixa	3.283	84%	2.524	92%	1.509	100%	–	–
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	7	0%	7	0%	0	0%	–	–
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	213	4%	213	5%	0	0%	–	–
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	406	8%	0	0%	0	0%	–	–
dos quais prêmios em ações:	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	–	–
Total de remuneração variável	626	16%	220	8%	0	0%	–	–
Remuneração total	3.909	100%	2.744	100%	1.509	100%	–	–

¹ Para mais informações sobre a decisão de remuneração, consultar a secção "Alterações no Conselho de Administração e Decisões de Remuneração em 2023" do presente relatório

	Bernd Leukert				Alexander von zur Mühlen			
	2023		2022		2023		2022	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.397 ¹	80%	2.397 ¹	92%	2.559 ²	68%	2.567 ²	75%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	650	17%	650	19%
Benefícios marginais	6	0%	8	0%	88	2%	121	4%
Total de remuneração fixa	2.403	80%	2.404	93%	3.297	88%	3.338	98%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	188	4%	188	4%	74	2%	74	2%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	399	8%	0	0%	395	10%	0	0%
dos quais prêmios em ações:	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	587	20%	188	7%	470	12%	74	2%
Remuneração total	2.990	100%	2.593	100%	3.767	100%	3.412	100%

¹ A remuneração fixa apresentada inclui a creditação da remuneração de mandatos

² Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a variações cambiais

	Rebecca Short				Professor Dr. Stefan Simon			
	2023		2022		2023		2022	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.400	90%	2.400	99%	2.429 ¹	73%	2.400	96%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	271 ²	8%	0	0%
Benefícios marginais	33	1%	36	1%	55	2%	10	0%
Total de remuneração fixa	2.433	91%	2.436	100%	2.755	83%	2.410	97%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	0	0%	0	0%	78	2%	78	2%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	241	5%	0	0%	396	10%	0	0%
dos quais prêmios em ações:	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	91	3%	0	0%
Total de remuneração variável	241	9%	0	0%	564	17%	78	3%
Remuneração total	2.674	100%	2.436	100%	3.319	100%	2.488	100%

¹ Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa de câmbio.

² O membro do Conselho de Administração recebe um subsídio de pensão proporcional desde 1 de agosto de 2023

	Olivier Vigneron				Christiana Riley ¹ (Membro até 17 de maio de 2023)			
	2023		2022		2023		2022	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:								
Salário-base	2.400	99%	1.473	98%	1.059 ²	40%	2.612 ²	72%
Pagamento por não concorrência	0	0%	0	0%	543	20%	0	0%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%	271	10%	650	18%
Benefícios marginais	33	1%	35	2%	154	6%	204	6%
Total de remuneração fixa	2.433	100%	1.508	100%	2.026	76%	3.466	95%
Componentes de remuneração variável:								
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:								
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	0	0%	0	0%	240	6%	186	5%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	0	0%	0	0%	405	15%	0	0%
dos quais prêmios em ações:	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	1	0%	1	0%
Total de remuneração variável	0	0%	0	0%	646	24%	187	5%
Remuneração total	2.433	100%	1.508	100%	2.673	100%	3.653	100%

¹ Proporcional à duração do contrato de prestação de serviços até 31 de maio de 2023

² Uma vez que a remuneração fixa é concedida em moeda local, está sujeita a alterações da taxa de câmbio.

	Karl von Rohr ¹ (membro até 31 de outubro de 2023)			
	2023		2022	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Componentes de remuneração fixa:				
Salário-base	2.500	67%	3.000	87%
Pagamento por não concorrência	325	9%	0	0%
Subsídio de pensão	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	24	1%	8	0%
Total de remuneração fixa	2.849	76%	3.008	87%
Componentes de remuneração variável:				
Remuneração variável diferida				
Prêmios restritos de incentivo dos mesmos:				
2017 Prémio restrito de incentivo: Acordado	0	0%	0	0%
2019 Prémio restrito de incentivo para 2018	169	5%	169	5%
2020 Prémio restrito de incentivo para 2019	43	1%	43	1%
2021 Prémio restrito de incentivo para 2020	224	4%	224	5%
2022 Prémio restrito de incentivo para 2021	443	9%	0	0%
dos quais prêmios em ações:	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%
Total de remuneração variável	878	24%	435	13%
Remuneração total	3.727	100%	3.444	100%

Em relação aos componentes de remuneração diferida de anos anteriores aprovados no ano do relatório, o Conselho de Fiscalização confirmou que as respectivas condições de desempenho foram cumpridas.

Antigos membros do Conselho de Administração

Remuneração concedida e devida (tabela de entrada)

A tabela seguinte mostra a compensação paga e devida aos antigos membros do Conselho de Administração no exercício financeiro de 2023, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Isto envolve os componentes de remuneração que foram efetivamente entregues aos membros antigos do Conselho de Administração durante o período abrangido pelo relatório ("pagos") ou que já eram legalmente devidos durante o período abrangido pelo relatório, mas ainda não entregues ("devidos"). Nos termos do artigo 162.º, n.º 5, da lei alemã relativa às sociedades por ações, não são fornecidos dados pessoais sobre antigos membros do Conselho de Administração que terminaram as suas funções no Conselho de Administração antes do final do exercício de 2013.

	Stuart Lewis Membro até 19 de maio de 2022		Frank Kuhnke Membro até 30 de abril de 2021		Werner Steinmüller Membro até 31 de julho de 2020		Sylvie Matherat Membro até 31 de julho de 2019	
	2023		2023		2023		2023	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Pagamento por não concorrência	758	56%	0	0%	0	0%	0	0%
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo	604	44%	348	100%	283	100%	132	100%
Prêmios em ações	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Remuneração total	1.363	100%	348	100%	283	100%	132	100%

	Nicolas Moreau Membro até 31 de dezembro de 2018 2023			em %
	DB AG	DWS Management GmbH	Em geral	
	em milhares de euros	em milhares de euros	em milhares de euros	
Remuneração variável diferida				
Prêmios restritos de incentivo		79	90	59%
Prêmios em ações ¹		0	117	41%
Benefícios marginais		0	0	0%
Benefícios de pensão		0	0	0%
Remuneração total		79	207	100%

¹ Os prêmios em ações apresentados são instrumentos baseados em ações concedidos pela DWS Management GmbH. Poderá encontrar mais informações sobre estes instrumentos no Relatório Anual do DWS

	Garth Ritchie Membro até 31 de julho de 2019		Frank Strauß Membro até 31 de julho de 2019		Dr. Marcus Schenck Membro até 24 de maio de 2018		John Cryan Membro até 8 de abril de 2018	
	2023		2023		2023		2023	
	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %	em milhares de euros	em %
Remuneração variável diferida								
Prêmios restritos de incentivo	268	100%	326	100%	65	100%	3.312	100%
Prêmios em ações	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios marginais	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Benefícios de pensão	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Remuneração total	268	100%	326	100%	65	100%	3.312	100%

Perspetivas para o exercício financeiro de 2024

O atual sistema de remuneração do Conselho de Administração foi aprovado pela Assembleia Geral de 2021. Desde então, ficou provado que o sistema funciona bem e estabelece os incentivos corretos. Ao mesmo tempo, o sistema de remuneração é competitivo. No entanto, o Conselho de Fiscalização e, em preparação, o Comité de Controlo de Remunerações do Deutsche Bank analisam regularmente o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração, tendo em conta as tendências do mercado e o feedback dos investidores. Além disso, são tidos em conta os requisitos regulamentares da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o Regulamento sobre Remunerações das Instituições (InstitutsVergV), bem como os princípios e recomendações do Código Alemão de Governança Empresarial (GCGC), com a última redação que lhe foi dada.

No âmbito do processo de revisão em 2023, foram identificados pontos de melhoria, que são explicados em seguida. Estas melhorias estão refletidas num novo sistema de remuneração que será submetido à aprovação da Assembleia Geral em maio de 2024, com efeitos a partir do início de 2024.

Período de avaliação prospetivo para o Incentivo a Longo Prazo (LTI)

No anterior sistema de remuneração, os objetivos coletivos do Incentivo a Longo Prazo eram avaliados ao longo de um período de três anos. Assim, o exercício em curso foi ponderado em 60%. Os dois anos anteriores foram objeto de uma ponderação de 30% e 10%, respetivamente. Para refletir o feedback dos acionistas, será utilizado um período de avaliação prospetivo para avaliar o desempenho do LTI futuro. Além disso, ao contrário do sistema de remuneração anterior, que previa ponderações diferentes para cada exercício, o objetivo a atingir será determinado após três exercícios financeiros. Em consequência, o Conselho de Fiscalização fixará objetivos e os respetivos valores-alvo para três anos no futuro. Este facto promove uma orientação a longo prazo e, conseqüentemente, o desenvolvimento sustentável da sociedade.

Redução da complexidade

O Conselho de Fiscalização identificou duas alterações destinadas a reduzir significativamente a complexidade global do sistema de remuneração e, por conseguinte, a aumentar a transparência do Relatório de Remuneração:

- A complexidade da remuneração variável foi simplificada através da redução do número de objetivos. No Incentivo a Curto Prazo (STI), serão definidos, no futuro, um máximo de cinco objetivos para medir o desempenho individual e divisional, em vez dos anteriores três a quatro objetivos individuais, mais um objetivo comportamental adicional e uma pontuação equilibrada complexa com um grande número de indicadores-chave de desempenho. Os futuros objetivos do STI podem ser classificados em "Financeiros", "ESG" e "Pessoais", assegurando sempre um equilíbrio entre objetivos financeiros e não financeiros, quantitativos e qualitativos. O LTI prevê um menor número de objetivos em comparação com o sistema anterior. Os objetivos do LTI são refletidos nas finanças do Grupo (rentabilidade sobre o capital próprio tangível (RoTE) e valor contabilístico total por ação (TBVPS)), no retorno total relativo dos acionistas (RTSR) e nos objetivos ESG.
- A remuneração variável total continuará a ser concedida predominantemente sob a forma diferida, a fim de assegurar a sustentabilidade dos resultados no quadro das estratégias de negócio e de risco. Além disso, a remuneração variável total continuará a ser concedida predominantemente sob a forma de instrumentos baseados em ações, a fim de conseguir um alinhamento ainda mais forte da remuneração dos membros do Conselho de Administração com o desempenho do Banco e o preço das suas ações. No anterior sistema de remuneração, o regime subjacente aos períodos de diferimento e de detenção era considerado complexo. No futuro, metade do STI será paga diretamente após o período de avaliação de um ano em dinheiro e a outra metade será concedida com base em ações, com um período de detenção adicional de um ano. O LTI será pago em ações, com início um ano após o período de avaliação de três anos, e distribuído em cinco prestações iguais e consecutivas, cada uma com um período de detenção adicional de um ano. No global, o montante total de pagamento do LTI de uma fração estará disponível para alienação após nove anos. O Conselho de Fiscalização está convicto de que o novo regime de diferimento e de períodos de detenção é significativamente mais simples e compreensível, cumprindo simultaneamente os requisitos regulamentares do InstitutsVergV.

Aumento do alinhamento entre a remuneração e o desempenho

Vários acionistas manifestaram a sua preocupação quanto à conceção da anterior curva de cumprimento dos objetivos para o retorno total relativo dos acionistas (RTSR) na componente de longo prazo, que mede o TSR da ação do Deutsche Bank em relação ao TSR médio de um grupo de pares selecionado. Em particular, os acionistas criticaram o facto de o pagamento começar com um TSR de 40% abaixo do grupo de pares e um desempenho igual ao do grupo de pares resultar num objetivo de 100%. Em conformidade com as práticas de mercado dos bancos internacionais e para reforçar ainda mais o alinhamento com a remuneração pelo desempenho da remuneração do Deutsche Bank, o cumprimento dos objetivos do RTSR será avaliado com base na classificação percentual do Deutsche Bank em comparação com as sociedades individuais do grupo de pares. De acordo com o novo método, o pagamento começa a ser efetuado se o percentil do Deutsche Bank se situar na mediana, ou seja, o Deutsche Bank tem de ter um desempenho superior a 50% das empresas do grupo de pares. Um objetivo de 100% é definido como o alcance do percentil 70, o que, no atual grupo de dez bancos internacionais, corresponde ao alcance da 4.^a posição em termos de desempenho do TSR. Apenas os escalões 1 e 2 permitem um pagamento no limiar superior de 150% do objetivo atingido. O Conselho de Fiscalização gostaria de salientar que o nível de ambição da nova curva de concretização de objetivos ultrapassa a prática atual no mercado alemão e mostra que o feedback dos acionistas foi ouvido e implementado.

Aumento do alinhamento com o mercado

Para aumentar o alinhamento com o mercado e harmonizar outros acordos contratuais relativos à remuneração do Conselho de Administração, foram introduzidas alterações no regime de pensões, nas orientações relativas à participação no capital e nos benefícios de cessação de funções.

- No que respeita ao antigo regime de pensões, será introduzido um modelo simples de subsídio em dinheiro para os membros recém-nomeados do Conselho de Administração. O subsídio pecuniário é pago diretamente de uma só vez. Deste modo, o Deutsche Bank evita os riscos de taxa de juro e biométricos do financiamento de um direito a pensão, bem como os procedimentos administrativos inerentes. Além disso, o subsídio anual de pensão para um novo membro ordinário do Conselho de Administração será 30% inferior à contribuição de pensão atualmente concedida.
- Adicionalmente, em conformidade com a atual prática do mercado, será introduzida uma fase de acumulação de quatro anos para a obrigação decorrente das orientações relativas às participações.
- Em conformidade com a prática do mercado alemão e com a recomendação G.13 do Código Alemão de Governo das Sociedades (GCGC), as indemnizações por despedimento estão atualmente limitadas a duas vezes a remuneração total anual e não são pagas para além do período remanescente do contrato de serviço (limite máximo de indemnização). Tendo em conta o feedback dos investidores e de outras partes interessadas, o Conselho de Fiscalização reduzirá o limite máximo de indemnização de dois anos de salário base para os membros recém-nomeados do Conselho de Administração. Além disso, o subsídio de espera (Karenzenschädigung) durante o período de não concorrência subsequente será reduzido de 65% do salário base anual para 50% do salário base anual.

Perspetivas sobre os objetivos da remuneração variável para 2024-2026

O novo sistema de remuneração estabelece um forte alinhamento de interesses entre os membros do Conselho de Administração e os acionistas do Deutsche Bank e permite um elevado grau de transparência para as partes interessadas. Neste contexto, o Conselho de Fiscalização comprometeu-se a divulgar os objetivos a longo prazo e os valores alvo da remuneração variável de 2024, que se baseia no novo sistema de remuneração, antes do início do respetivo período de avaliação. Os objetivos individuais de curto prazo continuarão a ser divulgados retrospectivamente.

KPI* de incentivo a longo prazo	Ponderação	Definição/Comentário	Limite inferior (0%)	Objetivo (100%)	Limite superior (150%)
Finanças do Grupo					
	25%				
RoTE	15%	Rendibilidade do capital próprio tangível no final de 2026	<9% A 0%: 33% de concretização	11%	12%
TBVPS	10%	Valor contábilístico tangível por ação - crescimento anual médio (excl. divisas) 2024-2026	<=6.5%	8,5%	9,5%
RTSR					
	15%				
RTSR	15%	Posição do Deutsche Bank vs. Grupo de Pares no final de 2026	< média Na média: 50% de concretização	percentil 70	percentil 90
ESG					
	20%				
Ambiental	8%	Promover a gestão dos riscos climáticos - mede o CM em função de KPI acordados, associados a objetivos de redução para os setores com utilização intensiva de carbono divulgados, em conformidade com as trajetórias publicadas até ao nível líquido zero A realização é calculada como "Média para 2025-2026"	>= 50% dos dados pré-definidos dos objetivos de redução estabelecidos para os setores industriais com elevada intensidade de carbono atingem o limiar	70% dos dados pré-definidos dos objetivos de redução estabelecidos para os setores industriais com elevada intensidade de carbono atingem o limiar	85% dos dados pré-definidos dos objetivos de redução estabelecidos para os setores industriais com elevada intensidade de carbono atingem o limiar
Social	4%	Diversidade de género (CM - 1, CM -2) no final de 2026	<= 30%	32,5%	35%
Governança	8%	Grau de Gestão do Risco de Controlo no final de 2026	<= 1,5	3	5
		Atividades de remediação de Combate ao branqueamento de capitais / Conheça o seu cliente no final de 2026	0%	100%	150%

O cálculo entre o limite inferior e o objetivo, bem como entre o objetivo e o limite superior, é uma linha reta linear.

O nível de concretização de cada KPI pode situar-se entre 0% e 150%. O cálculo entre o limite inferior e o objetivo, bem como entre o objetivo e o limite superior, é uma linha reta linear.

Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

A remuneração do Conselho de Fiscalização, que pode ser alterada pela Assembleia Geral, se necessário, está regulamentada na Secção 14 dos Estatutos. As novas disposições relativas à remuneração foram adotadas pela última vez por deliberação da Assembleia Geral de 17 de maio de 2023. Deste modo, as disposições seguintes aplicam-se a partir de 17 de maio de 2023:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). O montante da remuneração base anual para cada membro do Conselho de Fiscalização é de 300.000 euros, para o Presidente do Conselho de Fiscalização de 950.000 euros e para cada Vice-Presidente de 475.000 euros.

Os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem montantes adicionais de remuneração anual fixa da seguinte forma:

Presidente de Comité em euros	
Comité de Auditoria	150.000
Comité de Risco	150.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	150.000
Comité do Presidente	100.000
Comité de Nomeações	100.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000
Comité de Supervisão Regulamentar	100.000
Comité de Estratégia e Sustentabilidade	100.000
Comité de Mediação	0

Se um membro do Conselho de Fiscalização for presidente de mais do que um comité, a remuneração só é paga pelo comité que conferir o direito ao montante mais elevado. O Presidente do Conselho de Fiscalização não recebe qualquer remuneração adicional pela presidência dos comités. Os membros dos comités também não recebem qualquer remuneração adicional.

No âmbito do novo regulamento de remuneração do Conselho de Fiscalização, a Assembleia Geral decidiu aprovar os seguintes regulamentos transitórios com efeitos a partir de 17 de maio de 2023:

Se o montante da remuneração do Conselho de Fiscalização não exceder a remuneração do Conselho de Fiscalização anteriormente paga no caso individual (remuneração calculada para o exercício de 2023 com base no regulamento anterior dos Estatutos), um membro do Conselho de Fiscalização cujo mandato atual tenha começado antes de 17 de maio de 2023 receberá um pagamento compensatório sob a forma de um pagamento em dinheiro no montante da diferença entre a remuneração do Conselho de Fiscalização anteriormente concedida e a remuneração do Conselho de Fiscalização nos termos dos n.ºs 1 e 2 da Secção 14 dos Estatutos. No caso de uma reeleição como membro do Conselho de Fiscalização, aplicam-se as disposições dos Estatutos na versão adotada em 17 de maio de 2023.

Os membros do Conselho de Fiscalização cujo mandato atual tenha tido início antes de 17 de maio de 2023 receberão as ações virtuais acumuladas durante o mandato atual, pagas em fevereiro de 2024 com base no preço médio de fecho durante os últimos 10 dias de negociação na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) do mês de janeiro anterior.

A remuneração determinada será paga ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização até, no máximo, dois meses após a apresentação das faturas e, em regra, nos primeiros três meses do ano seguinte.

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação devido à sua função e reembolsado por custos com medidas de segurança necessárias com base na sua função.

No interesse da sociedade, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa. Não é necessário especificar uma franquia para os membros do Conselho de Fiscalização.

Até à entrada em vigor das novas disposições a 17 de maio de 2023, aplicavam-se as seguintes disposições à remuneração do Conselho de Fiscalização:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebiam uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual ascendia a 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebia duas vezes esse montante e os Vice-presidentes recebiam uma vez e meia esse montante.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebiam uma remuneração anual fixa adicional, conforme se segue:

Comité em euros	até 17 de maio de 2023	
	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200.000	100.000
Comité de Risco	200.000	100.000
Comité de Nomeações	100.000	50.000
Comité de Mediação	0	0
Comité de Supervisão Regulamentar	200.000	100.000
Comité do Presidente	100.000	50.000
Comité de Controlo de Remunerações	100.000	50.000
Comité de Estratégia e Sustentabilidade	100.000	50.000
Comité de Tecnologia, Dados e Inovação	200.000	100.000

75% da remuneração determinada era paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas nos primeiros três meses do ano seguinte. Os restantes 25% eram convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações era pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saísse do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão (regulamento sobre perda de direitos).

No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro era paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa era paga em dinheiro; aplicava-se um regulamento sobre perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro.

A empresa reembolsava os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que pudessem aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização eram pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o Presidente do Conselho de Fiscalização era devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação devido à sua função e reembolsado por custos com medidas de segurança necessárias com base na sua função.

No interesse da sociedade, os membros do Conselho de Fiscalização foram incluídos, num montante adequado, numa apólice de seguro de responsabilidade financeira detida pela sociedade. Os prémios para este efeito foram pagos pela sociedade.

Remuneração do Conselho de Fiscalização para os exercícios de 2023 e 2022

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente aos exercícios de 2023 e 2022 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado). As tabelas mostram a remuneração paga e devida aos membros do Conselho de Fiscalização nos exercícios de 2023 e 2022, nos termos do artigo 162.º, n.º 1, frase 1, da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). Para uma visão mais clara, a remuneração para o exercício de 2023 é primeiro apresentada separadamente com base nas disposições de remuneração aplicáveis até 17 de maio de 2023 e, em seguida, com base na nova disposição de remuneração aplicável desde essa data. Em todos os casos, o cálculo é arredondado para cima ou para baixo para meses completos.

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração relativa ao exercício de 2023 para o período de 1 de janeiro de 2023 a 17 de maio de 2023				
	Remuneração base		Remuneração do comité ¹		Total
	em euros	em %	em euros	em %	em euros
Alexander Wynaendts	83.333	22%	291.667	78%	375.000
Detlef Polaschek ²	62.500	33%	125.000	67%	187.500
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	62.500	27%	166.667	73%	229.167
Ludwig Blomeyer-Bartenstein ²	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Mayree Clark	41.667	25%	125.000	75%	166.667
Jan Duscheck	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Manja Eifert	41.667	50%	41.667	50%	83.334
Sigmar Gabriel	41.667	50%	41.667	50%	83.334
Timo Heider	41.667	40%	62.500	60%	104.167
Martina Klee ²	41.667	50%	41.667	50%	83.334
Gabriele Platscher ²	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Bernd Rose ²	41.667	29%	104.167	71%	145.834
Yngve Slyngstad	41.667	50%	41.667	50%	83.334
John Alexander Thain	41.667	50%	41.667	50%	83.334
Michele Trogni	41.667	22%	145.833	78%	187.500
Dr. Dagmar Valcárcel	41.667	22%	145.833	78%	187.500
Stefan Viertel ²	41.667	29%	104.167	71%	145.834
Dr. Theodor Weimer	41.667	50%	41.667	50%	83.334
Frank Werneke ²	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Frank Witter	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Total	916.672	32%	1.937.501	68%	2.854.173

¹ Os membros correspondentes dos comités do Conselho de Fiscalização no exercício de 2023 são apresentados nas páginas XVIII-XIX

² Membro do Conselho de Fiscalização até 17 de maio de 2023

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração relativa ao exercício de 2023 para o período de 17 de maio de 2023 a 31 de dezembro de 2023					
	Remuneração base		Remuneração pela presidência dos comités ¹		Pagamento compensatório sob a forma de pagamento em dinheiro ³	Total
	em euros	em %	em euros	em %	em euros	em euros
Alexander Wynaendts	554.167	100%	0	0%	0	554.167
Frank Schulze ²	277.083	100%	0	0%	0	277.083
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	277.083	83%	58.333	17%	0	335.417
Susanne Bleidt ²	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Mayree Clark	175.000	67%	87.500	33%	0	262.500
Jan Duscheck	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Manja Eifert	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Claudia Fieber ²	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Sigmar Gabriel	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Timo Heider	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Birgit Laumen ²	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Gerlinde Siebert ²	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Yngve Slyngstad	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Stephan Szukalski ²	175.000	100%	0	0%	0	175.000
John Alexander Thain	175.000	75%	58.333	25%	0	233.333
Jürgen Tögel ²	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Michele Trogni	175.000	67%	87.500	33%	0	262.500
Dr. Dagmar Valcárcel	175.000	75%	58.333	25%	29.167	262.500
Dr. Theodor Weimer	175.000	100%	0	0%	0	175.000
Frank Witter	175.000	67%	87.500	33%	0	262.500
Total	4.083.333	90%	437.500	10%	29.167	4.550.000

¹ Os presidentes correspondentes dos comités do Conselho de Fiscalização no exercício de 2023 são apresentados nas páginas XVIII-XIX. Se um membro do Conselho de Fiscalização for presidente de mais do que um comité, a remuneração só é paga pelo comité que conferir o direito ao montante mais elevado. O Presidente do Conselho de Fiscalização não recebe qualquer remuneração adicional pela presidência dos comités

² Membro do Conselho de Fiscalização desde 17 de maio de 2023

³ Disposição sobre a transição nos termos da Secção § 14, n.º 3, ponto 1, dos Estatutos

Para os membros do Conselho de Fiscalização em funções no exercício de 2023, resulta a seguinte remuneração total:

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração total para o exercício de 2023				
	Remuneração base		Remuneração dos comités e/ou remuneração pela presidência dos comités ¹		Remuneração total
	em euros	em %	em euros	em %	em euros
Alexander Wynaendts	637.500	69%	291.667	31%	929.167
Detlef Polaschek ²	62.500	33%	125.000	67%	187.500
Frank Schulze ³	277.083	100%	0	0%	277.083
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	339.583	60%	225.000	40%	564.583
Ludwig Blomeyer-Bartenstein ²	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Susanne Bleidt ³	175.000	100%	0	0%	175.000
Mayree Clark	216.667	50%	212.500	50%	429.167
Jan Duscheck	216.667	72%	83.333	28%	300.000
Manja Eifert	216.667	84%	41.667	16%	258.334
Claudia Fieber ³	175.000	100%	0	0%	175.000
Sigmar Gabriel	216.667	84%	41.667	16%	258.334
Timo Heider	216.667	78%	62.500	22%	279.167
Martina Klee ²	41.667	50%	41.667	50%	83.334
Birgit Laumen ³	175.000	100%	0	0%	175.000
Gabriele Platscher ²	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Bernd Rose ²	41.667	29%	104.167	71%	145.834
Gerlinde Siebert ³	175.000	100%	0	0%	175.000
Yngve Slyngstad	216.667	84%	41.667	16%	258.334
Stephan Szukalski ³	175.000	100%	0	0%	175.000
John Alexander Thain	216.667	68%	100.000	32%	316.667
Jürgen Tögel ³	175.000	100%	0	0%	175.000
Michele Trogni	216.667	48%	233.333	52%	450.000
Dr. Dagmar Valcárcel ⁴	216.667	48%	233.333	52%	450.000
Stefan Viertel ²	41.667	29%	104.167	71%	145.834
Dr. Theodor Weimer	216.667	84%	41.667	16%	258.334
Frank Werneke ²	41.667	33%	83.333	67%	125.000
Frank Witter	216.667	56%	170.833	44%	387.500
Total	5.000.005	68%	2.404.167	32%	7.404.172

¹ Os membros correspondentes dos comités do Conselho de Fiscalização no exercício de 2023 são apresentados nas páginas XVIII-XIX

² Membro do Conselho de Fiscalização até 17 de maio de 2023

³ Membro do Conselho de Fiscalização desde 17 de maio de 2023

⁴ Remuneração dos comités, incluindo o pagamento em dinheiro nos termos da Secção § 14, n.º 3, ponto 1 dos Estatutos

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração total para o exercício de 2022						
	Remuneração base		Remuneração do comité ¹		Remuneração total	Da qual pago no 1.º trimestre de 2023	
	em euros	em %	em euros	em %	em euros	em euros	em %
Alexander Wynaendts ²	116.667	24%	379.167	76%	495.833	371.875	75%
Dr. Paul Achleitner ³	83.333	22%	291.667	78%	375.000	375.000	100%
Detlef Polaschek	150.000	33%	300.000	67%	450.000	337.500	75%
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Mayree Clark	100.000	23%	329.167	77%	429.167	321.875	75%
Jan Duscheck	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Manja Eifert ⁴	75.000	64%	41.667	36%	116.667	87.500	75%
Dr. Gerhard Eschelbeck ³	41.667	40%	62.500	60%	104.167	104.167	100%
Sigmar Gabriel	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Timo Heider	100.000	32%	208.333	68%	308.333	231.250	75%
Martina Klee	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Henriette Mark ⁵	25.000	40%	37.500	60%	62.500	62.500	100%
Gabriele Platscher	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Bernd Rose	100.000	29%	250.000	71%	350.000	262.500	75%
Yngve Slyngstad ²	58.333	58%	41.667	42%	100.000	75.000	75%
John Alexander Thain	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Michele Trogni	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Dr. Dagmar Valcárcel	100.000	22%	350.000	78%	450.000	337.500	75%
Stefan Viertel	100.000	31%	220.833	69%	320.833	240.625	75%
Dr. Theodor Weimer	100.000	50%	100.000	50%	200.000	150.000	75%
Frank Werneke	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	120.833	23%	400.000	77%	520.833	390.625	75%
Frank Witter	100.000	33%	200.000	67%	300.000	225.000	75%
Total	2.170.833	32%	4.662.500	68%	6.833.333	5.260.417	77%

¹ Os membros correspondentes dos comités do Conselho de Fiscalização no exercício financeiro de 2022 são apresentados no Relatório Anual de 2022, nas páginas XIX-XX

² Membro do Conselho de Fiscalização desde 19 de maio de 2022

³ Membro do Conselho de Fiscalização até 19 de maio de 2022

⁴ Membro do Conselho de Fiscalização desde 7 de abril de 2022

⁵ Membro do Conselho de Fiscalização até 31 de março de 2022

A Assembleia Geral deliberou, juntamente com os novos regulamentos para a Remuneração do Conselho de Fiscalização, com efeitos a partir de maio de 2023, que os membros do Conselho de Fiscalização cujo mandato atual tenha começado antes de 17 de maio de 2023 recebam as ações virtuais cumulativamente ganhas durante o mandato atual, pagas em fevereiro de 2024 com base no preço médio de fecho durante os últimos 10 dias de negociação na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) do mês de janeiro anterior. O quadro seguinte apresenta as unidades de participação virtuais pagas nesta base, de acordo com a Secção 14, n.º 3, ponto 2:

Membros do Conselho de Fiscalização	Pagamento das unidades de ações virtuais	
	Unidades de ações virtuais acumuladas durante o mandato até 17 de maio de 2023	Montante pago em fevereiro de 2024 em € ¹
Alexander Wynaendts	10.287,340	123.534
Detlef Polaschek	54.246,218	651.410
Ludwig Blomeyer-Bartenstein	36.164,145	434.274
Mayree Clark	48.753,546	585.452
Jan Duscheck	31.622,388	379.734
Manja Eifert	2.420,551	29.067
Sigmar Gabriel	13.123,540	157.593
Timo Heider	32.243,505	387.193
Martina Klee	19.567,673	234.976
Gabriele Platscher	36.164,145	434.274
Bernd Rose	34.436,163	413.523
Yngve Slyngstad	2.074,758	24.915
John Alexander Thain	24.109,430	289.516
Michele Trogni	43.315,856	520.154
Dr. Dagmar Valcárcel	36.257,853	435.399
Stefan Viertel	11.855,883	142.370
Dr. Theodor Weimer	11.488,655	137.960
Frank Werneke	6.403,562	76.897
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	49.368,978	592.842
Frank Witter	9.272,179	111.344
Total	513.176,368	6.162.427

¹ A um valor de 12.008 euros com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (XETRA ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2024.

Todos os representantes dos trabalhadores no Conselho de Fiscalização, com exceção de Jan Duscheck, Birgit Laumen, Stephan Szukalski e Frank Werneke, trabalham ou trabalharam no Grupo Deutsche Bank. No exercício de 2023, pagámos a esses membros um montante total de 1,32 milhões de euros (sob a forma de salários, pagamentos de reforma e pensão), além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos aos membros do Conselho de Fiscalização quaisquer benefícios após terem deixado o Conselho de Fiscalização, embora os membros que são ou foram empregados por nós tenham direito aos benefícios associados ao fim desse emprego (ou seja, não com base no seu trabalho no Conselho de Fiscalização). Em 2023, reservámos 0,10 milhões de euros para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Apresentação comparativa das tendências de remuneração e ganhos

A tabela seguinte mostra a apresentação comparativa da mudança de ano para ano na remuneração, nos ganhos da empresa e do Grupo, bem como a remuneração média dos colaboradores numa base de equivalente a tempo inteiro. As informações fornecidas nos termos da Secção 162 (1), frase 2, n.º 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações será sucessivamente expandida com a mudança de um exercício financeiro para o ano anterior até ser atingido um período de relatório de cinco anos. A partir do exercício financeiro de 2025, as mudanças de ano para ano serão mostradas para cada um dos últimos cinco anos.

As informações sobre a remuneração dos atuais e antigos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização refletem a declaração individualizada no Relatório de Remuneração da remuneração paga ou devida nos termos da Secção 162 (1), frase 2, n.º 1 da lei alemã relativa às sociedades por ações. A apresentação da evolução dos lucros da empresa deve refletir, de acordo com os requisitos legais, os da empresa autónoma cotada em bolsa, ou seja, o Deutsche Bank AG. Consequentemente, o resultado líquido do Deutsche Bank AG é utilizado para apresentar lucros na aceção do artigo 162.º (1), frase 2, n.º 2 da lei alemã relativa às sociedades por ações. Uma vez que a remuneração do Conselho de Administração é mensurada com base nos números do Grupo, os números dos ganhos do Grupo são mostrados adicionalmente para a apresentação comparativa. Estes valores dos ganhos do Grupo são resultado líquido, rácio custo-rendimento e rentabilidade do capital próprio tangível (RoTE). Para o grupo de colaboradores para a comparação, os dados relevantes para o Grupo Deutsche Bank foram utilizados à luz dos colaboradores do Deutsche Bank a nível global. O grupo de colaboradores para a comparação inclui todos os colaboradores do Grupo Deutsche Bank a nível mundial.

	2023	2022	2021	2020	Mudança anual de 2023 para 2022 em %	Mudança anual de 2022 para 2021 em %	Mudança anual de 2021 para 2020 em %
1. Evolução dos lucros da empresa							
Resultado líquido do Deutsche Bank AG (em milhões de euros)	4.999	5.506	1.919	(1.769)	(3)	187	N/S
Resultado líquido do Grupo Deutsche Bank (em milhões de euros)	4.772	5.525	2.365	495	(14)	134	N/S
Rácio custo/rendimento do Grupo Deutsche Bank (em %)	75,1%	74,9%	84,6%	88,3%	0	(11)	(4)
Rentabilidade do capital tangível (RoTE) do Grupo Deutsche Bank (em %)	7,4%	9,4%	3,8%	0,2%	(21)	147	N/S
2. Remuneração média dos colaboradores							
A nível mundial, numa base de equivalente a tempo inteiro	116.713	125.301	120.336	113.350	(7)	4	6
3. Remuneração do Conselho de Administração (em milhares de euros)							
Membros atuais do Conselho de Administração							
Christian Sewing (Membro desde 1 de janeiro de 2015)	5.010	4.394	3.867	3.352	14	14	15
James von Moltke (Membro desde 1 de julho de 2017)	4.065	3.783	4.009	3.635	7	(6)	10
Fabrizio Campelli (Membro desde 1 de novembro de 2019)	3.909	2.744	2.420	2.222	42	13	9
Claudio de Sanctis (membro desde 1 de julho de 2023)	1.509	-	-	-			
Bernd Leukert (Membro desde 1 de janeiro de 2020)	2.990	2.593	2.419	2.222	15	7	9
Alexander von zur Mühlen (Membro desde 1 de agosto de 2020)	3.767	3.412	3.157	1.282	10	8	146
Rebecca Short (Membro desde 1 de maio de 2021)	2.674	2.436	1.606	-	10	52	N/S
Prof. Dr. Stefan Simon (Membro desde 1 de agosto de 2020)	3.319	2.488	2.446	1.007	33	2	143
Olivier Vigneron (membro desde 20 de maio de 2023)	2.433	1.508	-	-	61	N/S	N/S
Membros que saíram do Conselho de Administração durante o exercício							
Christiana Riley (membro até 17 de maio de 2023)	2.673	3.653	3.079	3.034	(27)	19	1
Karl von Rohr (Membro até 31 de outubro de 2023)	3.727	3.444	3.235	2.930	8	6	10
Membros que saíram do Conselho de Administração antes do exercício							
Stuart Lewis (membro até 19 de maio de 2023)	1.363	2.648	3.079	2.912	(14)	6	6
Frank Kuhnke (Membro até 30 de abril de 2021)	348	1.626	2.264	2.207	(79)	(28)	3
Werner Steinmüller (Membro até 31 de julho de 2020)	283	283	3.117	2.436	N/S	(91)	28
Sylvie Matherat (Membro até 31 de julho de 2019)	132	134	211	2.719	(1)	(36)	(92)
Garth Ritchie (Membro até 31 de julho de 2019)	268	268	2.071	4.185	N/S	(87)	(51)
Frank Strauß (Membro até 31 de julho de 2019)	326	326	326	2.168	N/S	N/S	(85)
Nicolas Moreau (Membro até 31 de dezembro de 2018)	286	317	299	1.826	(10)	6	(84)
Dr. Marcus Schenck (Membro até 24 de maio de 2018)	65	65	65	65	N/S	N/S	N/S
John Cryan (Membro até 8 de abril de 2018)	3.312	47	47	47	N/S	N/S	N/S

	2023	2022	2021	2020	Mudança anual de 2023 para 2022 em %	Mudança anual de 2022 para 2021 em %	Mudança anual de 2021 para 2020 em %
4. Remuneração do Conselho de Fiscalização (em milhares de euros)							
Membros atuais do Conselho de Fiscalização							
Alexander Wynaendts (Membro desde 19 de maio de 2022)	929	496	-	-	87	N/S	N/S
Frank Schulze (membro desde 17 de maio de 2023)	277	-	-	-	N/S	N/S	N/S
Prof. Dr. Norbert Winkeljohann (Membro desde 1 de agosto de 2018)	565	521	496	450	8	5	10
Susanne Bleidt (membro desde 17 de maio de 2023)	175	-	-	-	N/S	N/S	N/S
Mayree Clark (Membro desde 24 de maio de 2018)	429	429	450	425	N/S	(5)	6
Jan Duscheck (membro desde 2 de agosto de 2016)	300	300	271	250	N/S	11	8
Manja Eifert (Membro desde 7 de abril de 2022)	258	117	-	-	121	N/S	N/S
Claudia Fieber (membro desde 17 de maio de 2023)	175	-	-	-	N/S	N/S	N/S
Sigmar Gabriel (Membro desde 11 de março de 2020)	258	200	200	167	29	N/S	20
Timo Heider (Membro desde 23 de maio de 2013)	279	308	292	250	(9)	5	17
Birgit Laumen (membro desde 17 de maio de 2023)	175	-	-	-	N/S	N/S	N/S
Gerlinde Siebert (membro desde 17 de maio de 2023)	175	-	-	-	N/S	N/S	N/S
Yngve Slyngstad (Membro desde 19 de maio de 2022)	258	100	-	-	158	N/S	N/S
Stephan Szukalski (Membro até 31 de dezembro de 2020; membro desde 17 de maio de 2023)	175	-	-	200	N/S	N/S	N/S
John Alexander Thain (Membro desde 24 de maio de 2018)	317	200	200	200	59	N/S	N/S
Jürgen Tögel (membro desde 17 de maio de 2023)	175	-	-	-	N/S	N/S	N/S
Michele Trogni (Membro desde 24 de maio de 2018)	450	450	392	350	N/S	15	12
Dr. Dagmar Valcárcel (Membro desde 1 de agosto de 2019)	450	450	450	425	N/S	N/S	6
Dr. Theodor Weimer (Membro desde 20 de maio de 2020)	258	200	200	108	29	N/S	85
Frank Witter (Membro desde 27 de maio de 2021)	388	300	142	-	29	111	N/S
Antigos membros do Conselho de Fiscalização							
Ludwig Blomeyer-Bartenstein (membro até 17 de maio de 2023)	125	300	300	300	(58)	N/S	N/S
Detlef Polaschek (membro até 17 de maio de 2023)	188	450	450	450	(58)	N/S	N/S
Martina Klee (membro até 17 de maio de 2023)	83	200	171	150	(59)	17	14
Gabriele Platscher (membro até 17 de maio de 2023)	125	300	300	300	(58)	N/S	N/S
Bernd Rose (membro até 17 de maio de 2023)	146	350	321	275	(58)	9	17
Stefan Viertel (membro até 17 de maio de 2023)	146	321	242	-	(55)	33	N/S
Frank Werneke (membro até 17 de maio de 2023)	125	300	8	-	(58)	N/S	N/S
Dr. Paul Achleitner (Membro até 19 de maio de 2022)	-	375	871	802	N/S	(57)	9
Dr. Gerhard Eschelbeck (Membro até 19 de maio de 2022)	-	104	217	150	N/S	(52)	45
Henriette Mark (Membro até 31 de março de 2022)	-	63	250	250	N/S	(75)	N/S
Frank Bsirske (Membro até 27 de outubro de 2021)	-	-	250	300	N/S	N/S	(17)
Gerd Alexander Schütz (Membro até 27 de maio de 2021)	-	-	50	175	N/S	N/S	(71)
Katherine Garrett-Cox (Membro até 20 de maio de 2020)	-	-	-	100	N/S	N/S	N/S

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Auditámos o relatório de remuneração anexo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, preparado para estar em conformidade com a Sec. 162 da AktG ["Aktiengesetz": Lei alemã relativa às sociedades por ações] para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e as respetivas divulgações. Não auditámos o conteúdo das divulgações na secção "Remunerações dos empregados", uma vez que ultrapassam o âmbito do artigo 162.º da AktG.

Responsabilidades dos diretores executivos e do Conselho de Fiscalização

Os diretores executivos e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft são responsáveis pela preparação do relatório de remuneração e pelas respetivas divulgações, em conformidade com os requisitos do artigo 162.º da AktG. Além disso, os administradores executivos e o conselho de fiscalização são responsáveis pelo controlo interno que determinam ser necessário para permitir a elaboração de um relatório sobre remunerações e respetivas divulgações isento de distorções materiais, quer devido a fraude (ou seja, relatórios financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou a erro.

Responsabilidade do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre este relatório de remuneração e as respetivas divulgações com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com as Normas Contabilísticas Geralmente Aceites na Alemanha para auditorias das demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores de Contas na Alemanha] (IDW). Essas normas exigem que cumpramos os requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obtermos uma garantia razoável de que o relatório sobre remunerações e as respetivas divulgações não contêm distorções materiais, devidas a fraude ou erro.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos com vista a obter provas de auditoria sobre os montantes no relatório de remuneração e as respetivas divulgações. Os procedimentos selecionados dependem do juízo do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorções materialmente relevantes do relatório de remuneração e das respetivas divulgações, devido a fraude ou erro. Ao efetuar essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a elaboração do relatório de remuneração e as respetivas divulgações, a fim de planejar e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também a avaliação das políticas contabilísticas utilizadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelos diretores executivos e pelo Conselho de Fiscalização, bem como a avaliação da apresentação geral do relatório de remuneração e das respetivas divulgações.

Acreditamos que as provas que obtivemos são uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer.

Parecer

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria, o relatório de remuneração para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 e as respetivas divulgações cumprem, em todos os aspetos materiais, as disposições de relato financeiro da Sec. 162.º da AktG. Não expressamos uma opinião sobre o conteúdo das divulgações supramencionadas do relatório sobre remunerações que ultrapassam o âmbito do artigo 162.º da AktG.

Outra questão - auditoria formal do relatório de remuneração

A auditoria ao conteúdo do relatório de remuneração descrito neste relatório do auditor inclui a auditoria formal do relatório de remuneração exigido pela Sec. 162 (3) da AktG e a emissão de um relatório sobre esta auditoria. Uma vez que estamos a emitir um parecer sem reservas sobre a auditoria do conteúdo do relatório de remuneração, este inclui também o parecer de que as divulgações nos termos da Sec. 162 (1) e (2) da AktG são realizadas no relatório de remuneração em todos os aspetos materialmente relevantes.

Limitação da responsabilidade

As "Condições Gerais de Compromisso para 'Allgemeinen Auftragsbedingungen für Wirtschaftsprüferinnen, Wirtschaftsprüfer und Wirtschaftsprüfungsgesellschaften' [auditores públicos e sociedades de auditoria públicas alemães]", emitidas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Auditores Públicos da Alemanha] em 1 de janeiro de 2024, que se encontram em anexo ao presente relatório, são aplicáveis a este compromisso e regem igualmente a nossa responsabilidade perante terceiros no contexto deste compromisso.

Eschborn/Frankfurt am Main, 11 de março de 2024

EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken

Wirtschaftsprüfer

[Auditor Público Alemão]

Mai

Wirtschaftsprüfer

[Auditor Público Alemão]

Remuneração dos colaboradores (não auditada)

O conteúdo do Relatório de Remuneração de Colaboradores de 2023 baseia-se nos requisitos de divulgação da remuneração quantitativos e qualitativos definidos no artigo 450.º n.º 1 (a) a (j) Regulamento relativo a requisitos de capital (CRR) em conjunto com a Secção 16 da portaria alemã relativa a remunerações para instituições (*Institutsvergütungsverordnung – “InstVV”*).

O Relatório de Remuneração assume uma visão alargada do grupo e abrange todas as entidades consolidadas do Grupo Deutsche Bank. Em conformidade com os requisitos regulamentares, são elaborados relatórios equivalentes, relativos a 2023, para as seguintes instituições relevantes do Grupo Deutsche Bank: BHW Bausparkasse AG, Alemanha; Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo; Deutsche Bank S.p.A., Itália; Deutsche Bank Mutui S.p.A., Itália; Deutsche Bank S.A.E., Espanha.

Contexto regulamentar

Garantir a conformidade com os requisitos regulamentares é uma consideração global na estratégia de remuneração do Grupo do banco. O banco esforça-se por estar na linha da frente da implementação dos requisitos regulamentares no que se refere à remuneração e continuará a manter um intercâmbio estreito com o seu supervisor prudencial, o Banco Central Europeu ("BCE"), para agir em conformidade com todos os requisitos novos e existentes.

Como instituição com sede na União Europeia, o Deutsche Bank está globalmente sujeito ao Regulamento e à Diretiva de Requisitos de Capital (CRR/CRD), conforme transpostos para a legislação nacional alemã na lei bancária alemã e InstVV. Estas normas são aplicadas a todas as subsidiárias e agências do Deutsche Bank a nível mundial, na medida necessária de acordo com a Secção 27 do InstVV. Enquanto instituição significativa, no âmbito do InstVV, o Deutsche Bank também identifica todos os colaboradores cujo trabalho é considerado como tendo um impacto significativo no perfil de risco global (Colaboradores que assumem riscos materiais ou MRT), em conformidade com os critérios estipulados na Lei bancária alemã e no Regulamento Delegado 2021/923 da Comissão. O Deutsche Bank identifica os MRT a nível do Grupo, a nível das Instituições Significativas e, de acordo com a lei bancária alemã, a todas as instituições de CRR a nível individual.

Tendo em conta a legislação setorial mais específica e de acordo com o InstVV, algumas subsidiárias do Deutsche Bank (em particular no Grupo DWS) enquadram-se nas normas de remuneração específicas do setor, como a diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD), a diretiva relativa a organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (UCITS) e a diretiva relativa às sociedades de investimento (IFD), incluindo as transposições locais aplicáveis. Os MRT são igualmente identificados nestas subsidiárias. Os colaboradores identificados estão sujeitos às disposições em matéria de remuneração definidas nas Orientações aplicáveis a políticas de remuneração sólidas publicadas pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e pela Autoridade Bancária Europeia (EBA).

O Deutsche Bank tem em conta os regulamentos direcionados para os colaboradores que mantêm relações, direta ou indiretamente, com os clientes do banco, por exemplo, de acordo com as transposições locais da diretiva relativa aos mercados de instrumentos financeiros II – MiFID II. Assim, são implementadas disposições específicas para os colaboradores considerados Pessoas Relevantes, com o objetivo de garantir que atuam no melhor interesse dos clientes do banco.

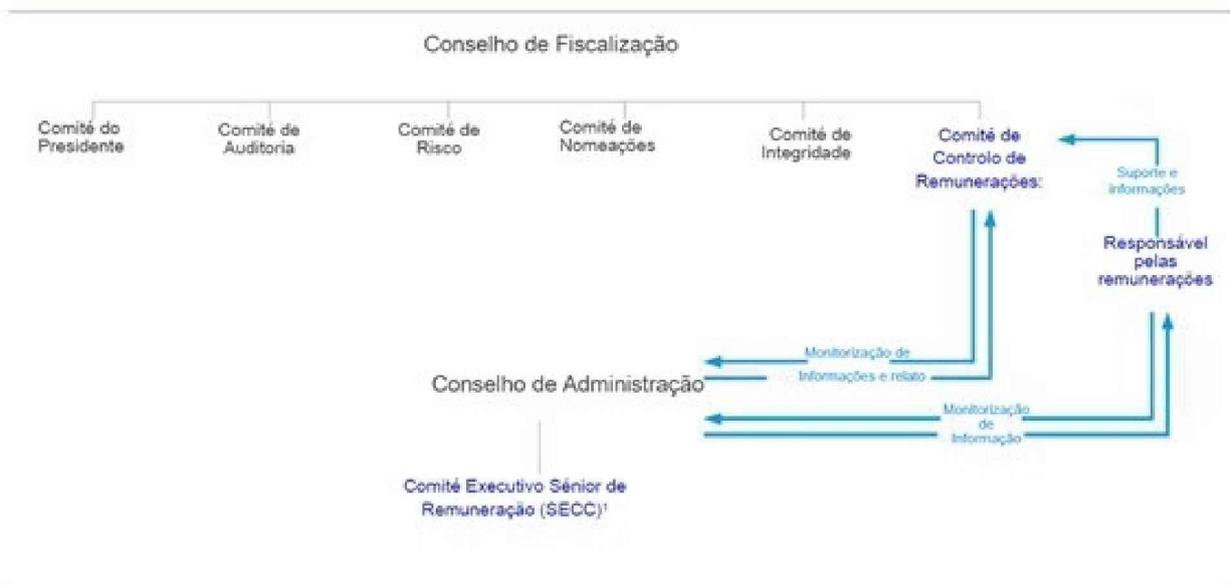
Sempre que aplicável, o Deutsche Bank está também sujeito a regras e regulamentos específicos implementados pelos órgãos reguladores locais. Muitos destes requisitos estão em sintonia com o InstVV. Contudo, sempre que há variações aparentes, os debates pró-ativos e abertos com as entidades reguladoras permitiram ao banco cumprir a regulamentação local e, simultaneamente, assegurar que quaisquer colaboradores ou locais afetados permaneçam dentro do Quadro de Remuneração do Grupo geral do banco. Isto inclui, entre outros, as estruturas de compensação aplicadas aos Funcionários Abrangidos nos Estados Unidos ao abrigo dos requisitos do Conselho da Reserva Federal, bem como os requisitos relacionados com a recuperação da remuneração para os diretores executivos na eventualidade de uma reformulação contabilística, conforme exigido pela Comissão de Valores Mobiliários dos EUA. Em todo o caso, os requisitos do InstVV são aplicados como normas mínimas a nível global.

Governo das remunerações

O Deutsche Bank estabeleceu uma estrutura de governo robusta que lhe permite operar dentro dos parâmetros claros da sua estratégia e política de remuneração. De acordo com a estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, ao passo que o Conselho de Administração supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Tanto o Conselho de Fiscalização como o Conselho de Administração são apoiados por funções e comités específicos, nomeadamente o Comité de Controlo de Remunerações (CCC), O Responsável de Remuneração e o Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC).

De acordo com as suas responsabilidades, as funções de controlo do banco estão envolvidas na conceção e aplicação dos sistemas de remuneração, na identificação de colaboradores que assumem riscos materiais e na determinação do montante total de remuneração variável. Isto inclui a avaliação do impacto do comportamento dos colaboradores e dos riscos relacionados com o negócio, critérios de desempenho, concessão de remuneração e indemnizações, bem como ajustamento ex-post ao risco.

Estrutura de governo dos prémios



Comité de Controlo de Remunerações (CCC)

O Conselho de Fiscalização estabeleceu o CCC para apoiar no estabelecimento e monitorização da estrutura do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Além disso, o CCC monitoriza a adequação dos sistemas de remuneração para os colaboradores do Grupo Deutsche Bank, conforme estabelecido pelo Conselho de Administração e o SECC. O CCC analisa se o montante total da remuneração variável é acessível e fixado de acordo com a situação de risco, capital e liquidez, bem como em alinhamento com as estratégias empresariais e de risco. Além disso, o CCC apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização do processo de identificação de MRT.

O CCC é composto pelo Presidente do Conselho de Fiscalização, bem como por dois outros membros do Conselho de Fiscalização que representam os acionistas e três membros do Conselho de Fiscalização que representam os colaboradores. O Comité realizou sete reuniões no ano civil de 2023. Os membros do Comité de Risco participaram em duas reuniões como convidados e o Presidente do Comité de Risco participou em quatro reuniões como convidado. O Presidente do CCC é também membro do Comité de Risco. Podem ser encontrados mais pormenores no relatório do Conselho de Fiscalização no Relatório Anual.

Responsável pelas remunerações

O Conselho de Administração, em cooperação com o CCC, nomeou um responsável de remuneração do Grupo para apoiar os Conselhos de Fiscalização da Deutsche Bank AG e das instituições relevantes do banco, na Alemanha, no desempenho das suas funções relacionadas com a remuneração. O Responsável de remuneração está continuamente envolvido na revisão concetual, desenvolvimento, monitorização e aplicação dos sistemas de remuneração dos colaboradores, na identificação de MRT e na divulgação da remuneração numa base contínua. O Responsável de Remuneração executa todas as obrigações de monitorização relevantes de forma independente, fornece uma avaliação da adequação da conceção e da estratégia dos sistemas de remuneração para colaboradores pelo menos anualmente e apoia e aconselha regularmente o CCC.

Comité Executivo Sénior de Remuneração (SECC)

O SECC é um comité delegado estabelecido pelo Conselho de Administração que está incumbido de desenvolver princípios de remuneração sustentáveis, preparar recomendações sobre os níveis de remuneração total e assegurar o governo e a supervisão da remuneração. O SECC estabelece a Estratégia e a Política de Remuneração e Benefícios e os princípios orientadores correspondentes. Além disso, ao utilizar fatores quantitativos e qualitativos, SECC avalia o desempenho do Grupo e das divisões como base para decisões sobre remuneração e dá recomendações ao Conselho de Administração relativamente ao montante total anual de remuneração variável e à sua atribuição em todas as divisões e funções de infraestrutura.

Para manter a sua independência, apenas são membros do SECC os representantes de funções de infraestruturas e de controlo não relacionados com qualquer uma das nossas divisões. Em 2023, o SECC era composto pelo membro do Conselho de Administração da DB AG responsável pelos Recursos Humanos e o Diretor Financeiro como Copresidentes, o Diretor de Conformidade, o Diretor de Desempenho e Recompensas, bem como um representante adicional dos departamentos Financeiro e de Risco como membros votantes. O Responsável de Remuneração, o Responsável de Remuneração adjunto e um representante adicional do Departamento de Finanças participaram como membros sem direito a voto. Em geral, o SECC reúne-se mensalmente, mas com reuniões mais frequentes durante o processo de remuneração. Realizou, no total, 19 reuniões no que diz respeito ao processo de remuneração para o ano de desempenho de 2023.

Estratégia de Remuneração e Benefícios

O Deutsche Bank reconhece que a sua estrutura de remunerações desempenha um papel vital no apoio aos objetivos estratégicos. Permite ao banco atrair e fidelizar as pessoas necessárias para atingir os objetivos do banco. A Estratégia de Remuneração e Benefícios assenta em três pilares fundamentais que apoiam a estratégia global de negócio e de risco do banco, centrada no cliente, reforçada por práticas de remuneração seguras e sólidas que operam no âmbito da rentabilidade, solvabilidade e posição de liquidez do banco.

Princípios	Desempenho	Processos
<ul style="list-style-type: none"> - Apoiar a implementação da nossa estratégia de crescimento sustentável enquanto Global Hausbank - Alinhar-se com os interesses dos clientes e dos acionistas e gerir os custos de forma eficaz - Impedir a assunção de riscos inadequados e ter em conta vários tipos de riscos, incluindo ambientais, sociais e de governação risco (ESG) - Atrair e reter os melhores talentos através de quadros e processos alinhados com o mercado e competitivos - Apoiar as aspirações da nossa cultura, incluindo a promoção de uma forte cultura de risco e de "denúncia" 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um ambiente para colaboradores motivados, empenhados e comprometidos - Forte ligação entre o desempenho e os resultados salariais para promover uma cultura de desempenho sustentável - Aplicar e promover os valores e convicções empresariais do banco e o Código de Conduta e aplicar as consequências adequadas em caso de incumprimento das normas exigidas 	<p>Processos concebidos para: - Promover uma abordagem neutra em termos de género, ser simples e transparente e garantir a equidade e a justiça</p> <ul style="list-style-type: none"> - Assegurar a conformidade com requisitos legais e regulamentares - Prevenir a assunção de riscos inadequados através da incorporação de medidas de gestão de riscos

Quadro de remuneração do Grupo

O quadro de remuneração, em geral aplicável globalmente em todas as regiões e linhas de negócio, enfatiza um equilíbrio adequado entre o Pagamento Fixo (PF) e a Remuneração Variável (RV), formando, em conjunto, a Remuneração Total (RT). Alinha incentivos para um desempenho sustentável em todos os níveis do Deutsche Bank, ao mesmo tempo que assegura a transparência das decisões de remuneração e respetivo impacto nos acionistas e colaboradores. Os princípios subjacentes do quadro de remuneração são aplicados a todos os colaboradores de forma igual, independentemente das diferenças de antiguidade, cargo, género ou etnia.

Nos termos do CRD e dos requisitos subsequentemente adotados na lei bancária alemã, o Deutsche Bank está sujeito a um rácio máximo de 1:1 no que se refere às componentes de remuneração fixa e variável, que foi aumentado para 1:2 para uma população limitada, com aprovação dos acionistas a 22 de maio de 2014, com uma taxa de aprovação de 95,27%, com base em votos válidos de 27,68% do capital social representado na Assembleia-Geral Anual. Não obstante, o banco determinou que os colaboradores em funções de infraestrutura específicas (como os colaboradores das áreas Jurídica, Fiscalidade do Grupo e Recursos Humanos) devem, em geral, continuar a estar sujeitos a um rácio máximo de 1:1, enquanto as funções de controlo, conforme definido pelo InstVV, estão sujeitas a um rácio máximo de 2:1. Estas Funções de Controlo incluem Risco, Conformidade, Combate à Criminalidade Financeira, Auditoria do Grupo, o Responsável de Remuneração e o seu adjunto.

O banco atribuiu uma remuneração total de referência (RTC) aos colaboradores elegíveis que descreve um valor de referência para a sua função. Este valor permite orientar os colaboradores em relação aos respetivos pagamentos fixos e remuneração variável. A remuneração total individual efetiva pode estar ao nível, acima ou abaixo da Remuneração Total de Referência, dependendo das decisões de remuneração variável.

A **remuneração fixa** é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa é determinado por referência às taxas de mercado em vigor para cada função, a comparações internas e aos requisitos regulamentares aplicáveis. A remuneração fixa desempenha um papel essencial para atrair e reter os melhores talentos. Para a maioria dos colaboradores, a remuneração fixa é a componente de remuneração principal.

A **remuneração variável** reflete a acessibilidade e o desempenho ao nível do Grupo, da divisão e individual. Permite ao banco a diferenciação do desempenho individual e o incentivo ao comportamento, mediante incentivos apropriados que podem influenciar a cultura de forma positiva. Além disso, permite flexibilidade na base de custo. Para a maioria dos empregados a nível mundial, a remuneração variável é concedida como **remuneração variável individual** e tem em consideração o desempenho, a conduta e a adesão aos valores e crenças da divisão aplicável e do colaborador. Além disso, está sujeita à capacidade de pagamento do Grupo e associada ao desempenho do Grupo. Os colaboradores que não são elegíveis para um prémio de remuneração variável individual recebem uma componente de remuneração variável de grupo e podem ser nomeados para um **prémio de reconhecimento** (quando aplicável). A componente de remuneração variável do Grupo reflete os resultados anuais do banco na consecução dos seus objetivos estratégicos, ao passo que os prémios de reconhecimento proporcionam a oportunidade de reconhecer e recompensar os contributos excecionais dos colaboradores de níveis de antiguidade mais baixos, de forma oportuna e transparente.

Componentes chave do quadro de remuneração

Vice-Presidente e superior		Vice-presidente Adjunto e inferior ¹	
	Remuneração total de referência		
RV individual		Remuneração total de referência	Prémio de reconhecimento
Componente de RV do grupo			Componente de RV do grupo
Pagamento fixo			Pagamento fixo

No contexto do InstVV, os **pagamentos por cessação de funções** são considerados remuneração variável. O quadro de indenizações do banco garante o total alinhamento com os respetivos requisitos do InstVV.

Os **Benefícios dos colaboradores** complementam a remuneração total e são considerados pagamentos fixos do ponto de vista regulamentar, já que não estão diretamente ligados ao desempenho ou a critérios. São atribuídos em conformidade com as práticas e os requisitos aplicáveis do mercado local. As despesas com pensões representam o elemento principal da carteira de benefícios do banco, globalmente.

Grupo de colaboradores com estruturas de remuneração específicas

Para algumas áreas do banco, aplicam-se estruturas de remuneração que se desviam, dentro dos limites regulamentares, em alguns aspetos do Quadro de Remuneração do Grupo acima descrito.

Unidades do Postbank

Embora geralmente os colaboradores executivos do antigo Postbank sigam a estrutura de remuneração do Deutsche Bank, a remuneração para quaisquer outros colaboradores nas unidades Postbank baseia-se em quadros específicos acordados com os sindicatos ou com os respetivos conselhos de trabalhadores. Nos casos em que não exista acordo coletivo, a remuneração está sujeita a contratos individuais. Em geral, o pessoal não executivo e pautal nas unidades do Postbank recebe RV, mas a estrutura e a parte da RV podem diferir entre entidades jurídicas.

DWS

A vasta maioria das entidades de Asset Management da DWS e os colaboradores enquadram-se na AIFMD, na UCITS ou na IFD, enquanto um número limitado de entidades permanece no âmbito do Quadro de Remuneração do Grupo do banco e do InstVV. A DWS estabeleceu o seu próprio governo, política e estruturas relativamente a remuneração, bem como um processo de identificação de colaboradores que correm riscos materiais de acordo com os requisitos das diretivas AIFMD/UCITS/IFD. Estas estruturas e processos estão de acordo com o InstVV quando necessário, mas são adaptados ao negócio de Asset Management. De acordo com as Orientações da ESMA/EBA, a estratégia de remuneração da DWS foi concebida de forma a assegurar uma relação adequada entre remuneração fixa e variável.

Geralmente, a DWS aplica regras de remuneração que são equivalentes à abordagem do Grupo Deutsche Bank, mas utiliza os parâmetros relacionados com o Grupo DWS, quando possível. Os desvios importantes em relação ao Quadro de remuneração do Grupo incluem a utilização de instrumentos baseados em ações ligados às ações da DWS e instrumentos ligados a fundos. Estes servem para melhorar o alinhamento da remuneração dos colaboradores com os juros dos acionistas e dos investidores da DWS.

Colaboradores pautais

No Grupo Deutsche Bank existem 17.105 trabalhadores pautais na Alemanha (com base em equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2023). O pessoal pautal está sujeito a um contrato coletivo (*Tarifvertrag für das private Bankgewerbe und die öffentlichen Banken*), tal como negociado entre sindicatos e associações patronais, ou sujeito a acordos tal como negociado diretamente com os respetivos sindicatos. A remuneração dos colaboradores pautais está incluída nas divulgações quantitativas deste Relatório.

Determinação da remuneração variável baseada no desempenho

O banco coloca um forte enfoque na sua governação relacionada com os processos de tomada de decisões em matéria de remuneração. Foi aplicado um conjunto robusto de princípios baseados em regras para as decisões relativas à remuneração, estreitamente ligadas ao desempenho tanto das empresas como dos indivíduos.

O montante total de RV para um determinado ano de desempenho é obtido de uma avaliação da rentabilidade, solvência e posição de liquidez do banco e a determinação dos grupos de RV para as divisões e funções de infraestrutura baseia-se no seu desempenho em apoio à consecução dos objetivos estratégicos do banco.

Numa primeira etapa, o Deutsche Bank avalia a rentabilidade, a solvência e a posição de liquidez do banco em conformidade com o seu quadro de apetência pelo risco, incluindo uma análise holística face ao plano estratégico plurianual do banco para determinar o que "pode" conceder em conformidade com os requisitos regulamentares (ou seja, a acessibilidade do Grupo). Durante esta avaliação, o banco tem igualmente em conta outras limitações, como as restrições em matéria de custos. A proporção dos fundos de capital de risco que está relacionada com o desempenho do Grupo é determinada com base no desempenho de um número selecionado de indicadores-chave de desempenho do Grupo, tais como o rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1), o rácio custo/rendimento (CIR), a rentabilidade do capital próprio tangível após impostos (RoTE), o volume de financiamento sustentável (ESG), a diversidade de género e o grau de gestão do risco de controlo. Na próxima etapa, o banco avalia o desempenho ajustado ao risco da divisão, ou seja, o que o banco "deve" conceder a fim de proporcionar uma remuneração adequada pelas contribuições para o sucesso do banco.

Ao avaliar o desempenho das divisões, são referenciadas uma série de considerações. O desempenho é avaliado no contexto das metas financeiras e - com base nas pontuações equilibradas - não financeiras. As metas financeiras para as divisões de front-office estão sujeitas ao ajuste de risco adequado, em particular, o grau de risco potencial futuro ao qual o Deutsche Bank pode estar exposto e o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas graves decorrentes desses riscos. Para as funções de infraestrutura, a avaliação do desempenho financeiro baseia-se principalmente na consecução de metas de custos. Embora a atribuição de RV a funções de infraestrutura e, em particular, a funções de controlo, dependa do desempenho global do Deutsche Bank e do seu próprio desempenho, a mesma não está dependente do desempenho da(s) divisão(ões) que estas funções supervisionam.

Ao nível do colaborador individual, encontram-se estabelecidos Princípios de Orientação da Remuneração Variável, os quais definem em detalhe os fatores e as métricas que têm de ser tidos em conta ao tomar decisões relativas à remuneração variável individual. Os gestores têm de avaliar totalmente as atividades de risco das pessoas, a fim de assegurar que as atribuições de RV são equilibradas e que a assunção de riscos não é indevidamente incentivada. Os fatores e métricas a considerar incluem, mas não estão limitados a, (i) concretização de negócios ("O quê"), ou seja, métricas quantitativas e qualitativas de desempenho financeiro, ajustado ao risco e não financeiro, e (ii) comportamento ("Como"), ou seja, considerações de cultura, conduta e controlo, tais como contributos qualitativos de funções de controlo ou sanções disciplinares. Geralmente, o desempenho é avaliado com base num período de um ano. No entanto, para os membros do Conselho de Administração de instituições relevantes, é tido em conta o desempenho ao longo de três anos.

Estrutura de remuneração variável

As estruturas de remuneração foram concebidas para fornecer um mecanismo que promove e apoia o desempenho a longo prazo dos colaboradores e do banco. Embora uma parcela de RV seja paga inicialmente, estas estruturas exigem que uma parcela adequada seja diferida para assegurar o alinhamento com o desempenho sustentável do Grupo. Para ambas as partes da RV, são usadas ações do Deutsche Bank como instrumentos e como forma eficaz de alinhar a remuneração com o desempenho sustentável do Deutsche Bank e os interesses dos acionistas.

O banco continua a ir para além dos requisitos regulamentares no que diz respeito ao âmbito e ao montante de RV que é diferida e aos períodos mínimos de diferimento para certos grupos de colaboradores. A taxa e o período de diferimento são determinados com base na classificação de risco do colaborador e da unidade de negócio. Quando aplicável, o banco inicia o diferimento de partes da remuneração variável dos MRT nos casos em que a RV está definida num valor igual ou superior a 50.000 euros ou que a RV excede 1/3 da RT. Para não MRT, os diferimentos começam em níveis superiores de RV. Os MRT estão, em média, sujeitos a taxas de diferimento superiores a 40% (60% para a Direção), tal como requerido pelo InstVV. Para os MRT em Unidades de Negócio Importantes (MBU), o banco aplica uma taxa de diferimento de pelo menos 50%. O limiar de RV para MRT que necessitam de um diferimento de pelo menos 60% está definido num valor igual a 500 000 euros. Além disso, para todos os colaboradores cuja remuneração fixa exceda o montante de 500.000 euros, o montante total da remuneração variável é diferido.

Conforme detalhado na tabela abaixo, os períodos de diferimento variam entre três e cinco anos, dependendo do grupo de colaboradores.

Visão geral sobre os tipos de prémio em 2023 (excluindo o Grupo DWS)

Tipo de prémio	Descrição	Beneficiários	Período de diferimento	Período de retenção	Porção
Inicial: RV em numerário	Pagamento em numerário	Todos os colaboradores elegíveis	N/A	N/A	100% da remuneração variável, exceto colaboradores com prémios diferidos
Inicial: Prémios iniciais em ações (EUA)	Parcela inicial em ações (indexada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de retenção)	MRT com RV \geq 50.000 euros ou em que a RV excede 1/3 do RT Não MRT com prémios diferidos em que a RT de 2023 > 500.000 €	N/A	12 meses	50% de RV inicial
Diferido: Prémio restrito de incentivo (RIA)	Numerário diferido	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção ¹ : 5 anos Não MRT: 3 anos	N/A	50% de RV diferida
Diferido: Prémio restrito de ações (REA)	Parcela em ações diferidas (indexada à cotação das ações do Deutsche Bank ao longo do período de aquisição de direitos e de retenção)	Todos os colaboradores com RV diferida	Aquisições de tranches iguais: MRT: 4 anos Direção ¹ : 5 anos Não MRT: 3 anos	12 meses para colaboradores que correm riscos materiais	50% de RV diferida

N/A – Não aplicável

¹ Para efeitos dos prémios anuais do Ano de Desempenho de 2023, a Direção é definida como cargos CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas; respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão; para as regras de diferimento específicas para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, consultar o Relatório de Remuneração do Conselho de Administração

Os colaboradores não estão autorizados a vender, prometer, transferir ou ceder um prémio diferido ou quaisquer direitos sobre esse prémio. Não poderão participar em qualquer transação que tenha um efeito económico de garantia sobre qualquer remuneração variável, por exemplo, através da compensação do risco da oscilação de preços relativamente ao prémio baseado em ações. As funções de Recursos Humanos e Conformidade, supervisionadas pelo Responsável de Remuneração, trabalham em conjunto para monitorizar as atividades de negociação dos colaboradores e para garantir que os colaboradores cumprem este requisito.

Ajustamento ex post de risco da remuneração variável

Em conformidade com os requisitos regulamentares relativos ao ajustamento ex post de risco da remuneração variável, o banco acredita que uma visão a longo prazo sobre a conduta e o desempenho dos seus colaboradores é um elemento-chave da RV diferida. Como resultado, sob supervisão do Conselho de Administração, todos os prêmios diferidos estão sujeitos a condições de desempenho e disposições de renúncia, conforme descrito abaixo.

Visão geral das condições de desempenho do Grupo Deutsche Bank e das disposições de renúncia da remuneração variável concedida para o Ano de Desempenho de 2023

Provisão	Descrição	Perda de direitos
Solvência e liquidez	Se, no final do trimestre que precede a aquisição de direitos e a libertação, qualquer um dos seguintes valores for inferior a um limiar definido de apetência pelo risco: Rácio de capital CET1; Rácio de alavancagem; Rácio de adequação dos capitais económicos; Razão de cobertura de liquidez; Reservas de liquidez	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar / do Prémio Inicial em Ações, dependendo do limiar do apetite pelo risco e da medida em que a(s) condição(ões) de PBT do Grupo / Divisão é/são cumpridas
PBT do Grupo	Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT do Grupo for negativo ¹	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, em função da medida em que a condição de solvência e liquidez for cumprida e se as condições PBT da Divisão forem cumpridas (se aplicável)
PBT de Divisão	Se, para o final do ano financeiro que precede a data de aquisição de direitos ajustada, o PBT da Divisão for negativo ¹	Entre 10% e 100% da próxima tranche do prémio diferido a entregar, em função da medida em que a condição de solvência e liquidez for cumprida e se as condições PBT do Grupo forem cumpridas
Provisões para perda de direitos ²	<ul style="list-style-type: none"> - Em caso de violação de uma política interna ou procedimento, violação de legislação ou regulamento aplicável ou falha de controlo - Se algum prémio tiver sido baseado em medidas de desempenho ou pressupostos que mais tarde sejam considerados como apresentando um elevado grau de imprecisão - Quando ocorre um evento adverso significativo e o participante é considerado como sendo suficientemente próximo - Se a perda de direitos for necessária para cumprir os requisitos regulamentares em vigor 	Até 100% dos prémios não entregues
Recuperação (Clawback)	Caso um colaborador que corre riscos materiais no âmbito do InstVV tenha participado em conduta que tenha resultado em perdas significativas ou sanções regulamentares; ou não tenha cumprido as normas externas ou internas relevantes relativamente a normas de conduta apropriadas	100% do prémio entregue, antes do segundo aniversário da última data de aquisição dos direitos do prémio

¹ Tendo em conta os ajustes claramente definidos e governados para itens relevantes de resultados (por exemplo, reestruturações de negócios; imparidades de goodwill ou intangíveis)

² Podem aplicar-se outras disposições, tal como descrito nas respetivas regras do plano.

Decisões de remuneração para 2023

Considerações de final de ano e decisões para 2023

Todas as decisões de remuneração são tomadas dentro dos limites dos requisitos regulamentares. Estes requisitos formam o quadro delimitador para a determinação da remuneração no Deutsche Bank. Em particular, a administração tem de assegurar que as decisões de remuneração não são prejudiciais à manutenção de uma base sólida de capital e de reservas de liquidez.

Apesar da persistência de um cenário macroeconómico difícil, o Deutsche Bank demonstrou resiliência e conseguiu um crescimento sustentável das suas atividades e receitas, o que resultou num lucro antes de impostos de 5,7 mil milhões de euros.

2023 foi um ano de sucesso para o Deutsche Bank, comprovando ainda mais a força do seu modelo Hausbank Global: uma abordagem centrada no cliente, associada a decisões de investimento específicas, sem perder o foco na disciplina contínua de custos, na geração de capital e em controlos sólidos. O banco voltou a confirmar uma abordagem ponderada e prospetiva aquando da decisão sobre a remuneração variável para 2023. Esta abordagem equilibrou a necessidade de crescer de forma sustentável, mantendo-se dentro dos limites dos compromissos de custos e remunerando os colaboradores de forma justa e competitiva com base no desempenho. Este facto resultou em níveis de capital de risco para 2023 que são mais conservadores do que o desempenho financeiro do banco poderia indicar. Tal como em anos anteriores, o SECC acompanhou e analisou continuamente as implicações de potenciais concessões de remuneração variável, tanto para a base de capital e de liquidez do banco, como para os seus ambiciosos objetivos de custos.

Com a devida consideração de todos estes fatores, o Conselho de Administração determinou que o banco está em condições de conceder remuneração variável, incluindo um conjunto de RV baseada no desempenho no final do ano de 1,996 mil milhões de euros para 2023 (2022: 2.126 mil milhões de euros). A RV para o Conselho de Administração do Deutsche Bank AG foi determinada, como sempre, pelo Conselho de Fiscalização num processo separado, mas está incluída nos quadros e gráficos abaixo.

Como parte dos prémios de RV globais de 2023 atribuídos em março de 2024, a componente de RV do Grupo foi atribuída a todos os colaboradores elegíveis, em linha com a avaliação das quatro categorias de KPI definidas, que se encontram descritas no capítulo Quadro de Remuneração do Grupo deste Relatório. O Conselho de Administração determinou uma taxa de pagamento de 70% para a componente de RV do Grupo em 2023, em comparação com 80% em 2022 e 77,5% em 2021.

Prémios de compensação para 2023 – todos os colaboradores

	2023								2022	
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Conselho de Fiscalização ²	Conselho de Administração ³	CB ³	IB ³	PB ³	AM ³	Funções de Controlo ³	Funções Corporativas ³	Total Grupo	Total Grupo
N.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	20	9	15.712	7.990	26.236	4.386	7.088	28.709	90.130	84.930
Remuneração total	7	72	1.329	2.271	2.415	796	796	2.646	10.324	10.237
Salário-base e subsídios	7	28	986	1.255	1.902	478	665	2.106	7.421	7.135
Despesas com pensões	0	6	69	62	87	36	48	133	440	540
Pagamento fixo segundo a Secção 2 do InstVV	7	34	1.055	1.317	1.989	514	713	2.240	7.861	7.674
RV baseada no desempenho de fim de ano ⁴	0	38	228	893	259	209	68	301	1.996	2.126
Outra RV ⁴	0	0	8	28	44	28	5	20	133	110
Pagamentos por cessação de funções	0	0	38	34	122	44	11	86	334	328
RV baseada no desempenho segundo a Secção 2 do InstVV	0	38	274	955	425	281	84	406	2.463	2.563

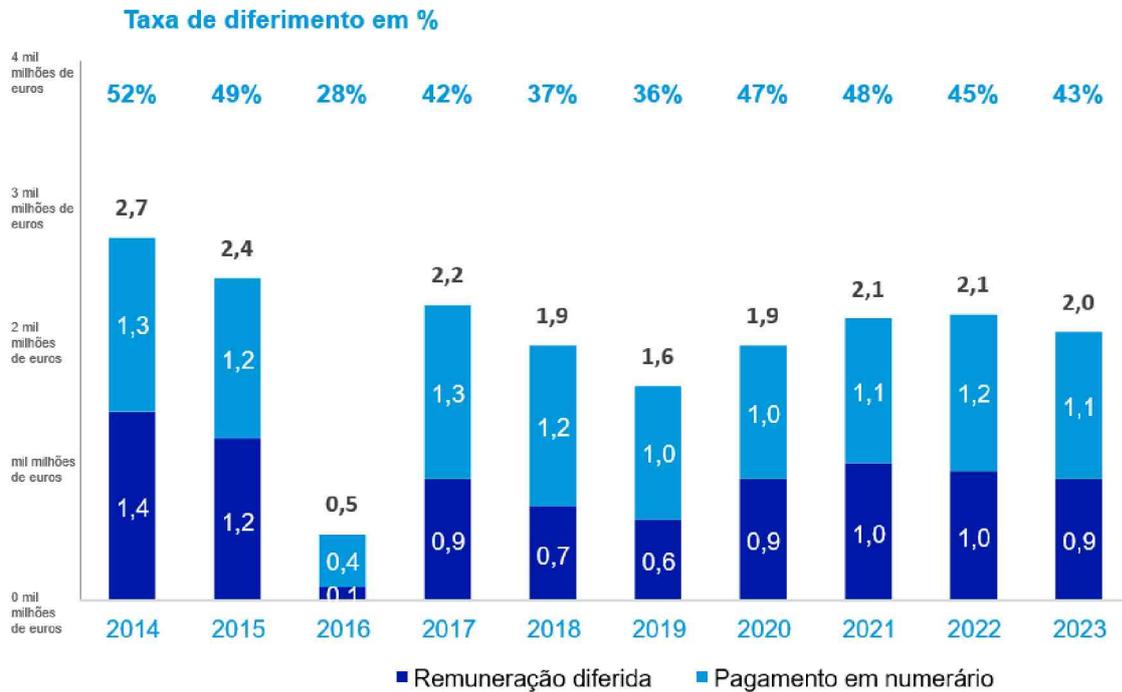
¹ O quadro pode conter diferenças marginais de arredondamento; ETI (equivalente a tempo inteiro) em 31 de dezembro de 2023; mostra a remuneração atribuída a todos os trabalhadores (incluindo os que saíram em 2023)

² O Conselho de Fiscalização representa os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG (não são considerados para o número total de colaboradores do Grupo); os representantes dos colaboradores são considerados apenas com a sua remuneração para o cargo no Conselho de Fiscalização (a sua remuneração de colaborador está incluída na coluna divisional relevante); a remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG não está refletida no Total do Grupo

³ O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG; IB = Investment Bank; CB = Corporate Bank; PB = Private Bank; AM = Asset Management (DWS); as Funções de Controlo incluem o Departamento de Risco, a Auditoria do Grupo, a Compliance e o Combate à Criminalidade Financeira; as Funções Corporativas incluem qualquer função de Infraestrutura que não seja considerada uma Função de Controlo nem faça parte de qualquer divisão

⁴ A RV baseada no desempenho no final do ano inclui a RV individual e a RV do Grupo; a outra RV inclui outros compromissos contratuais de RV, tais como prémios de assinatura, prémios de retenção, prémios de reconhecimento e elementos específicos de RV para os colaboradores pautais e funcionários públicos; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG que devem ser classificados como remuneração variável; o quadro não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

Taxas de remuneração variável e de diferimento baseadas no desempenho de fim de ano (ano a ano) relatadas – todos os colaboradores



Devido a arredondamentos, os números apresentados podem não corresponder exatamente aos totais.

O Deutsche Bank continua a aplicar estruturas de diferimento que vão além do mínimo regulamentar, resultando numa taxa de diferimento global (todos os colaboradores, incluindo a população não-MRT) de 43% em 2023. Apenas para a população MRT, a taxa de diferimento ascende a 91%.

Divulgação da remuneração de colaboradores que assumem riscos materiais

Globalmente, 1477 colaboradores foram identificados como MRT, de acordo com o InstVV, para o exercício de 2023, comparativamente a 1426 colaboradores em 2022. Este ligeiro aumento é atribuível ao maior número de MRT quantitativos (orientados para a remuneração). O número de MRT do Grupo em 2023 ascende a 1.246 indivíduos. Além disso, 179 pessoas foram identificadas por Instituições Significativas (das quais 44 MRT do Grupo e dois MRT identificados por Outras instituições do CRR) e 112 pessoas foram identificadas por Outras instituições do CRR (das quais 16 MRT do Grupo e dois MRT identificados por Instituições Significativas). Os elementos de remuneração para todos esses MRT numa base consolidada são pormenorizados nos quadros abaixo, em conformidade com o artigo 450.º do CRR. Quando aplicável, os quadros REM da UE apresentam as linhas de negócio prescritas de acordo com o anexo XXXIII do Regulamento n.º 575/2013.

No que diz respeito aos mecanismos de diferimento e aos instrumentos de reembolso, 81 MRT identificados por outras Instituições abrangidas pelo CRR, cuja remuneração total ascende a 16,9 milhões de euros (dos quais 5,7 milhões de euros de remuneração variável, incluindo pagamentos por cessação de funções), beneficiam de uma derrogação prevista no artigo 94.º, n.º 3, alínea a), da CRD, e 70 MRT identificados por Instituições do Grupo ou Significativas, cuja remuneração total ascende a 15,8 milhões de euros (dos quais 1,9 milhões de euros de remuneração variável, incluindo pagamentos por cessação de funções), beneficiam de uma derrogação prevista no artigo 94.º, n.º 3, alínea b) a CRD.

Remuneração para 2023 - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 1)

					2023
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹					
	Conselho de Fiscalização ²	Conselho de Administração ³	Direção ⁴	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total Grupo
Número de MRT ⁵	20	9	241	1.043	1.313
Remuneração fixa total	7	34	169	617	828
dos quais: baseados em numerário	7	29	161	588	786
Pagamento fixo					
das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	0	0	0	0
dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0
dos quais: outros instrumentos	0	0	0	0	0
das quais: outras formas	0	5	8	30	43
Número de MRT ⁵	0	9	234	975	1.218
Pagamento variável total ⁶	0	38	150	474	661
dos quais: baseados em numerário	0	18	78	246	342
do qual: diferido	0	18	62	183	263
das quais: ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	20	60	228	308
Pagamento variável					
do qual: diferido	0	20	58	183	260
dos quais: instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	10	0	10
do qual: diferido	0	0	6	0	6
dos quais: outros instrumentos	0	0	2	0	2
do qual: diferido	0	0	2	0	2
das quais: outras formas	0	0	0	0	0
do qual: diferido	0	0	0	0	0
Pagamento total	7	72	319	1.091	1.489

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG

³ O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

⁴ A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas e Outras Instituições abrangidas pelo CRR, e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

⁵ Apenas beneficiários em 31 de dezembro de 2023 (HC comunicados para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, ETI comunicados para a parte restante); por conseguinte, os totais não somam as 1.477 pessoas identificadas como MRT; mostra a remuneração atribuída a todos os MRT (incluindo os que saíram em 2023)

⁶ A Remuneração Variável inclui a remuneração variável baseada no desempenho do Deutsche Bank no final do ano para 2023, outras remunerações variáveis e indemnizações por despedimento; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG que devem ser classificados como remuneração variável; a tabela não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

Remuneração variável garantida e pagamentos por cessação de funções - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 2)

	2023				
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Conselho de Fiscalização ²	Conselho de Administração ³	Direção ⁴	Outros colaboradores que correm riscos materiais	Total Grupo
Prémios de remuneração variável garantida					
Número de MRT ⁵	0	0	2	1	3
Montante total	0	0	1	1	2
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bónus	0	0	1	1	2
Pagamentos por cessação de funções concedidos em períodos anteriores, pagos durante o exercício financeiro					
Número de MRT ⁵	0	0	0	0	0
Montante total	0	0	0	0	0
Pagamentos por cessação de funções concedidos durante o exercício financeiro					
Número de MRT ⁵	0	0	11	63	74
Montante total ⁶	0	0	20	17	37
dos quais: pagos durante o exercício financeiro	0	0	12	17	29
do qual: diferido	0	0	8	0	8
dos quais: pagos durante o exercício financeiro, não tidos em conta no limite do bónus	0	0	20	17	37
dos quais: o pagamento mais elevado que foi atribuído a uma única pessoa	0	0	8	2	8

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG

³ O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

⁴ A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas e Outras Instituições abrangidas pelo CRR, e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

⁵ Beneficiários apenas (HC comunicados para todas as categorias).

Remuneração diferida - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 3)

2023

	Montante total da remuneração diferida atribuída por períodos de desempenho anteriores	Do qual devido à aquisição de direitos durante o exercício financeiro	Do qual com aquisição de direitos nos exercícios financeiros seguintes	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos no exercício financeiro	Montante do ajustamento do desempenho efetuado no exercício financeiro para a remuneração diferida que se devia à aquisição de direitos nos exercícios de desempenho futuros	Montante total do ajustamento durante o exercício financeiro devido a ajustamentos ex post implícitos ⁵	Montante total da remuneração diferida concedida antes do exercício financeiro efetivamente pago no exercício financeiro ⁶	Total do montante da remuneração diferida concedida pelo período de desempenho anterior que tenha sido adquirido mas que esteja sujeito a períodos de retenção
em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹								
Conselho de Fiscalização ²	0	0	0	0	0	0	0	0
Baseados em numerário	0	0	0	0	0	0	0	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	0	0	0	0	0	0	0	0
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Conselho de Administração ³	123	12	111	0	0	8	12	3
Baseados em numerário	55	8	46	0	0	0	8	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	68	3	64	0	0	8	3	3
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Direção ⁴	405	102	303	0	2	28	102	50
Baseados em numerário	197	49	148	0	1	0	48	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	194	50	144	0	1	26	50	47
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	12	3	9	0	0	1	3	3
Outros instrumentos	2	0	2	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros colaboradores que correm riscos materiais	1.536	439	1.096	0	0	99	438	183
Baseados em numerário	756	215	542	0	0	0	214	0
Ações ou interesses de propriedade equivalentes	779	224	554	0	0	99	223	183
Instrumentos ligados a ações ou instrumentos equivalentes não monetários	1	0	1	0	0	0	0	0
Outros instrumentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras formas	0	0	0	0	0	0	0	0
Montante total	2.064	553	1.510	0	2	135	551	236

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² O Conselho de Fiscalização inclui os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG

³ O Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.

⁴ A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas e Outras Instituições abrangidas pelo CRR, e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

⁵ Alterações do valor da remuneração diferida devido às alterações de preços dos instrumentos

⁶ Definida como a remuneração concedida antes do exercício financeiro que cujo direito foi adquirido no exercício financeiro (incluindo quando sujeita a um período de retenção).

Remuneração de colaboradores com rendimentos elevados - Colaboradores que correm riscos materiais (REM 4)

em euros	2023	2022
	Número de indivíduos ¹	Número de pessoas
Pagamento total ²		
1 000 000 a 1 499 999	290	299
1 500 000 a 1 999 999	88	120
2 000 000 a 2 499 999	53	47
2 500 000 a 2 999 999	16	36
3 000 000 a 3 499 999	8	16
3 500 000 a 3 999 999	14	12
4 000 000 a 4 499 999	11	9
4 500 000 a 4 999 999	1	5
5 000 000 a 5 999 999	4	7
6 000 000 a 6 999 999	8	6
7 000 000 a 7 999 999	5	8
8 000 000 a 8 999 999	4	4
9 000 000 to 9 999 999	2	2
10 000 000 to 10 999 999	0	1
11 000 000 to 11 999 999	0	0
12 000 000 a 12 999 999	0	0
13 000 000 a 13 999 999	0	0
14.000.000 a 14.999.999	1	0
Total	505	572

¹ Composto por MRT apenas (incluindo pessoas que saíram em 2023).

² Inclui todas as componentes de pagamentos fixos e remunerações variáveis (incluindo indemnizações); buyouts não incluídos

No total, 505 MRT receberam um Pagamento Total igual ou superior a 1 milhão de euros em 2023.

Prémios de compensação para 2023 – Colaboradores que correm riscos materiais (REM 5)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário) ¹	Remuneração do Órgão de gestão			Áreas de negócio					Total
	Conselho de Administração ²	Conselho de Administração ²	Total do Órgão de Gestão	Banca de investimento ²	Banca de retalho ²	Gestão de ativos ²	Funções Corporativas ²	Funções de Controlo ²	
Número total de colaboradores que correm riscos materiais³									1.313
dos quais: Organismo de gestão		9	29	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
dos quais: Direção ⁴	N/A	N/A	N/A	29	84	5	91	32	241
dos quais: Outros colaboradores que correm riscos materiais	N/A	N/A	N/A	620	205	0	128	89	1.043
Pagamento total aos colaboradores que correm riscos materiais	7	72	79	906	244	29	165	66	1.489
dos quais: pagamento variável ⁵	0	38	38	419	108	20	63	13	661
dos quais: pagamento fixo	7	34	41	488	135	9	102	52	828

¹ A tabela poderá conter diferenças de arredondamento marginais.

² O Conselho de Fiscalização representa os membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, o Conselho de Administração representa os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG; Banca de investimento = Investment Bank; Banca de retalho = Private Bank e Corporate Bank; Gestão de ativos = Asset Management (DWS); as Funções de Controlo incluem o Gabinete de Risco, a Auditoria do Grupo, a Compliance e o combate à Criminalidade Financeira; as Funções Corporativas incluem qualquer função de Infraestrutura que não seja considerada uma Função de Controlo nem faça parte de qualquer divisão

³ HC a 31 de dezembro de 2023 comunicados para o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração, ETI a 31 de dezembro de 2023 comunicados para a parte restante; por conseguinte, os totais não somam as 1.477 pessoas identificadas como MRT; mostra a remuneração atribuída a todos os MRT (incluindo os que saíram em 2023)

⁴ A Direção inclui cargos CM e CM-1 do Deutsche Bank AG; membros com direito de voto dos Comitês Executivos de Topo das Divisões; membros do CM de Instituições Significativas e Outras Instituições abrangidas pelo CRR, e respetivos cargos CM-1 com responsabilidade de gestão

⁵ A Remuneração Variável inclui a remuneração variável baseada no desempenho do Deutsche Bank no final do ano para 2023, outras remunerações variáveis e indemnizações por despedimento; inclui também benefícios adicionais atribuídos aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG que devem ser classificados como remuneração variável; a tabela não inclui prémios de substituição de novos contratados por direitos perdidos de empregadores anteriores (buyouts)

4 – Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão

488	Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
504	Relato e Transparência
504	Operações com partes relacionadas
505	Auditoria e controlo
509	Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade, de acordo com os artigos 289.º-F e 315.º-D do Código Comercial alemão, são apresentadas em 9 de fevereiro de 2024.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Deutsche Bank é responsável pela gestão da empresa em conformidade com a lei, os Estatutos e os Termos de Referência do Conselho de Administração, com o objetivo de criar valor sustentável no interesse da empresa. Tem em consideração os interesses dos acionistas, dos colaboradores e de outras partes interessadas da empresa. Os membros do Conselho de Administração são coletivamente responsáveis pela gestão dos negócios do banco. O Conselho de Administração, como Conselho de Administração do Grupo, gere o Grupo Deutsche Bank de acordo com orientações uniformes e exerce o controlo global de todas as empresas do Grupo.

O Conselho de Administração toma decisões quanto a todos os assuntos previstos pela lei e pelos Estatutos e assegura a conformidade com os requisitos legais e as orientações internas (conformidade). Também aplica as medidas necessárias para assegurar que as diretrizes internas adequadas são desenvolvidas e implementadas. As responsabilidades do Conselho de Administração incluem, em particular, a gestão e a direção estratégicas do banco, a afetação de recursos, a contabilidade e o relato financeiro, o controlo e a gestão de riscos, o bom funcionamento da organização empresarial, a identificação e a avaliação sistemáticas dos impactos ambientais e sociais das operações da empresa, bem como o controlo acionista. O Conselho de Administração toma decisões quanto às nomeações para o nível da direção abaixo do Conselho de Administração e, em particular, quanto à nomeação de titulares de funções-chave globais. Ao nomear pessoas para funções de gestão no Grupo, o Conselho de Administração tem em conta a diversidade e esforça-se, em particular, por obter uma representação adequada de mulheres (informação mais pormenorizada na secção "Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género" nesta Declaração de Governo da Sociedade).

O Conselho de Administração trabalha em conjunto com o Conselho de Fiscalização com confiança na relação de cooperação e para benefício da empresa. O Conselho de Administração comunica ao Conselho de Fiscalização, no mínimo, no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, todos os assuntos com relevância para o Grupo quanto à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade.

Uma apresentação abrangente dos deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração é especificada nos respetivos termos de referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Alterações de pessoal do Conselho de Administração e os membros atuais do Conselho de Administração

O seguinte membro do Conselho de Administração foi nomeado por um período de três anos:

- Claudio de Sanctis, com efeitos a partir de 1 de julho de 2023.

Os seguintes membros deixaram o Conselho de Administração:

- Christiana Riley, a partir de 17 de maio de 2023.
- Karl von Rohr, a partir de 31 de outubro de 2023.

São fornecidas as seguintes informações relativas aos membros atuais do Conselho de Administração, nomeadamente, o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados pela primeira vez, o ano em que o seu mandato expira, assim como os seus atuais cargos e área de responsabilidade, de acordo com o atual plano de afetação de negócios para o Conselho de Administração. São ainda especificados outros mandatos ou cargos de direção fora do Grupo Deutsche Bank, bem como todas as afiliações em conselhos de fiscalização legalmente previstos ou outros órgãos de supervisão nacionais ou estrangeiros comparáveis de empresas comerciais. As sociedades cotadas em bolsa estão assinaladas com um "***". Os Termos de Referência do Conselho de Administração especificam que os membros do nosso Conselho de Administração não devem, em geral, aceitar a presidência de conselhos de fiscalização de sociedades fora do Grupo Deutsche Bank.

Christian Sewing

Ano de nascimento: 1970

Data da primeira nomeação: 2015

Data de termo do mandato: 2026

Christian Sewing tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2015, e é o Diretor Geral com efeitos a partir de 8 de abril de 2018. É responsável pelo Conselho de Administração para as áreas de Communications & Corporate Social Responsibility (CSR), Investigação e Auditoria de Grupo. Assumiu a responsabilidade pelos Recursos Humanos em 31 de maio de 2023.

Antes de assumir o seu cargo no Conselho de Administração, o Sr. Sewing foi o diretor global da Auditoria do Grupo e deteve vários cargos, antes disso, no departamento de risco, incluindo diretor-adjunto de risco (de 2012 a 2013) e diretor de crédito (de 2010 a 2012) do Deutsche Bank.

De 2005 a 2007, Sewing foi membro do Conselho de Administração do Deutsche Genossenschafts-Hypothekenbank.

Antes de se graduar com o diploma da Bankakademie de Bielefeld e Hamburgo, o Sr. Sewing terminou um estágio em banca no Deutsche Bank em 1989.

Sewing não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

James von Moltke

Ano de nascimento: 1969

Data da primeira nomeação: 2017

Data de termo do mandato: 2026

James von Moltke tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2017 e Presidente em 25 de março de 2022. É o Diretor Financeiro e, nesta função, é responsável, entre outras coisas, pelas áreas Financeira, de Fiscalidade do Grupo, Tesouraria e Relações com os Investidores. A partir de 1 de julho de 2023, assumiu a responsabilidade pela divisão de Asset Management (DWS).

Antes de ingressar no Deutsche Bank, o Sr. Von Moltke trabalhou como Tesoureiro do Citigroup. Iniciou a sua carreira no banco de investimento Credit Suisse First Boston em Londres, em 1992. Em 1995, ingressou na J.P. Morgan, trabalhando no banco durante 10 anos em Nova Iorque e Hong Kong. Após trabalhar na Morgan Stanley em Nova Iorque durante quatro anos, onde geria a equipa de consultoria de tecnologia financeira a nível global, o Sr. von Moltke ingressou no Citigroup como Diretor de Fusões e Aquisições Corporativas (M&A) em 2009 e, três anos mais tarde, tornou-se o Diretor Global de Planeamento Financeiro.

Tem uma Licenciatura de Artes pelo New College, University of Oxford.

O Sr. von Moltke não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeita a requisitos de informação.

Fabrizio Campelli

Ano de nascimento: 1973

Data da primeira nomeação: 2019

Data de termo do mandato: 2025

Fabrizio Campelli tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de novembro de 2019. É responsável pelo Corporate Bank e pelo Investment Bank, bem como pela região do Reino Unido e da Irlanda.

De novembro de 2019 a abril de 2021, foi o membro do Conselho de Administração responsável pela transformação, na qualidade de Diretor de Transformação, e pelos Recursos Humanos. Anteriormente, Diretor Global da Deutsche Bank Wealth Management durante quatro anos. Antes disso, foi Diretor de Estratégia e Desenvolvimento Organizacional, bem como Vice-diretor de Operações do Grupo Deutsche Bank.

Ingressou no Deutsche Bank em 2004, após ter trabalhado na McKinsey & Company nos escritórios de Londres e Milão, especializados em atribuições estratégicas, principalmente para instituições financeiras globais.

Possui um MBA da MIT Sloan School of Management e um diploma de administração empresarial da Universidade de Bocconi, em Milão.

O Sr. Campelli é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.

Bernd Leukert

Ano de nascimento: 1967

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2025

Bernd Leukert tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de janeiro de 2020. É o Diretor de Tecnologia, Dados e Inovação e é responsável pelo Departamento de Informações, pelas áreas de Infraestruturas e divisões, pelo Departamento de Tecnologia e pelo Departamento de Segurança. É também responsável pela Governança e Supervisão de Dados e pela Liquidação Comercial, bem como pelo Gabinete de Transformação da Nuvem e Inovação.

Ingressou no Deutsche Bank em 1 de setembro de 2019. Trabalhou anteriormente durante muitos anos na SAP SE, a empresa de software global. Ingressou na SAP em 1994 e ocupou vários cargos de gestão. De 2014 a 2019, foi responsável pelo desenvolvimento de produtos e inovações, bem como pela divisão de serviços de negócio digital no Conselho Executivo.

O Sr. Leukert estudou Engenharia e Gestão Industrial na Universidade de Karlsruhe e na Trinity College Dublin, licenciando-se em 1994 com um mestrado em Administração de Empresas.

É membro do Conselho de Fiscalização do Bertelsmann SE & Co. KGaA.

É membro do Conselho de Fiscalização da DWS Group GmbH & Co. KGaA.*

Alexander von zur Mühlen

Ano de nascimento: 1975

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2026

Alexander von zur Mühlen tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020 e foi CEO da Ásia-Pacífico até 30 de junho de 2023. A 1 de julho de 2023, tornou-se CEO para a Ásia-Pacífico, Europa, Médio Oriente e África (EMEA) e a Alemanha.

O Sr. von zur Mühlen ingressou no Deutsche Bank em 1998 e, ao longo dos anos, desempenhou uma série de funções de gestão em Londres e Frankfurt, em nas divisões de infraestruturas e de negócio. De 2018 a 2020, foi responsável pelo desenvolvimento estratégico do Grupo e foi consultor do Diretor Geral (CEO). Antes disso, foi Codiretor da Global Capital Markets, com um enfoque regional na Ásia e Pacífico e na Europa, Médio Oriente e África (EMEA). De 2009 a 2017, foi Tesoureiro do Grupo.

Alexander von zur Mühlen é licenciado em Gestão de Empresas pela Escola de Economia e Direito de Berlim.

O Sr. von zur Mühlen não ocupa qualquer cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Claudio de Sanctis

Ano de nascimento: 1972

Data da primeira nomeação: 2023

Data de termo do mandato: 2026

Claudio de Sanctis tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de julho de 2023. É o responsável pelo Private Bank.

O Sr. de Sanctis era responsável pelo International Private Bank desde junho de 2020 e, ao mesmo tempo, era também Diretor Geral (CEO) da Europa, Médio Oriente e África (EMEA). Anteriormente, era Diretor Global do Deutsche Bank Wealth Management desde novembro de 2019, depois de ter entrado para o Deutsche Bank em dezembro de 2018 como Diretor do Deutsche Bank Wealth Management Europe. Além disso, foi também Diretor Geral (CEO) do Deutsche Bank (Switzerland) Ltd de fevereiro a dezembro de 2019.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank, foi Diretor de Private Banking, Europa, no Credit Suisse, onde começou em 2013 como Diretor da Área de Mercado do Sudeste Asiático para o Private Bank. Antes disso, esteve sete anos na UBS Wealth Management Europe, mais recentemente como Market Head Iberia and Nordics.

No início da sua carreira, trabalhou no Barclays como Diretor da Unidade de Clientes Principais da Europa na área de Private Banking, centrando-se nos clientes UHNW. Trabalhou também na Merrill Lynch Private Wealth Management na Europa, Médio Oriente e África (EMEA).

Licenciou-se em Filosofia na Universidade La Sapienza de Roma.

O Sr. de Sanctis não tem quaisquer cargos de direção externos sujeitos a divulgação.

Rebecca Short

Ano de nascimento: 1974

Data da primeira nomeação: 2021

Data de termo do mandato: 2027

Rebecca Short tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de maio de 2021. Desde 1 de junho de 2023, é Diretora de Operações, responsável pelos Recursos Humanos e pela transformação do Banco. Até 31 de maio de 2023, foi Diretora de Transformação, responsável pela transformação do banco. A Sra. Short foi responsável pela Capital Release Unit até 31 de janeiro de 2023 e continua a manter a supervisão das restantes atividades neste contexto.

Anteriormente, tinha passado quase seis anos na área de Finanças como Diretora de Planeamento e Gestão de Desempenho do Grupo.

Entrou no Deutsche Bank através do seu programa de pós-graduação em Auckland, em 1998. Em 2000, mudou-se para Londres, para a área de Gestão de Risco de Crédito, onde trabalhou durante 12 anos, tendo chegado a Diretora Europeia de Corporações. Criou então uma nova equipa de risco, Análise e Relato de Risco Estratégico, em 2012, antes de passar para uma função de gestão central superior na área de Auditoria do Grupo, em 2013, onde passou dois anos.

É licenciada em Finanças e Contabilidade pela Universidade de Otago, Dunedin, Nova Zelândia.

A Sra. Short não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Professor Dr. Stefan Simon

Ano de nascimento: 1969

Data da primeira nomeação: 2020

Data de termo do mandato: 2026

O Professor Dr. Stefan Simon tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de agosto de 2020. É o Diretor Administrativo (CAO) e é responsável pelos Assuntos Governamentais e Regulamentares, bem como pela área Jurídica e de Governação. Além disso, é responsável pelas áreas de Compliance, Anti-Financial-Crime (AFC) e Business Selection and Conflicts Office, bem como pelos Testes e Garantia de Controlos. No final da Assembleia Geral Anual de 17 de maio de 2023, tornou-se também responsável pela região das Américas do banco.

O Professor Dr. Simon ingressou no Deutsche Bank em 1 de agosto de 2019. Foi membro do Conselho de Fiscalização entre agosto de 2016 e julho de 2019 e foi presidente do seu Comité de Integridade. É advogado e consultor fiscal e, entre 1997 e 2016, trabalhou na firma de advogados Gocke Schaumburg, da qual se tornou sócio em 2002. Desde 2008, é também Professor Honorário da Universidade de Colónia.

Estudou direito na Universidade de Colónia e aí obteve o seu doutoramento em 1998.

O Professor Dr. Simon é membro do Conselho de Fiscalização da The Clearing House Payments Company LLC e Presidente do Conselho Consultivo da Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG.

Olivier Vigneron

Ano de nascimento: 1971

Data da primeira nomeação: 2022

Data de termo do mandato: 2025

Olivier Vigneron tornou-se membro do Conselho de Administração em 20 de maio de 2022. É o Diretor de Risco responsável pelas funções de gestão de Risco de Crédito, Risco de Mercado e Risco de liquidez, bem como pelas unidades de Infraestruturas de Risco.

O Sr. Vigneron voltou a juntar-se ao Deutsche Bank em 1 de março de 2022. De janeiro de 2020 até voltar a integrar o Deutsche Bank em 2022, Olivier Vigneron foi Diretor de Risco da Natixis, onde também fez parte do Comité de Direção. De 2008 a 2020, trabalhou na J.P. Morgan, onde desempenhou as funções de Diretor de Risco para a Europa, Médio Oriente e África (EMEA) e de Executivo de Risco em toda a Empresa para o Risco de Mercado. Anteriormente, trabalhou no BNP Paribas, UniCredit e Goldman Sachs. Entre 2002 e 2005, trabalhou na área de Structured Credit Trading do Deutsche Bank em Londres.

Foi também membro do Conselho de Fiscalização da J.P. Morgan Germany e do Conselho de Administração da Natixis Assurances.

Olivier Vigneron estudou no Lycée Louis-le-Grand em Paris e possui um Diplôme d'Ingénieur (licenciatura em Engenharia) da École Polytechnique de França. Tem também um doutoramento em Economia pela Universidade de Chicago.

O Sr. Vigneron não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG nomeia e exonera os membros do Conselho de Administração, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. A fiscalização e o aconselhamento incluem também, nomeadamente, questões de sustentabilidade. O Conselho de Fiscalização trabalha em conjunto com o Conselho de Administração numa relação de cooperação de confiança e para benefício da sociedade. A organização interna do Conselho de Fiscalização e das suas comissões, bem como os requisitos aplicáveis aos seus membros, estão sujeitos não só aos regulamentos da Lei Bancária Alemã (Kreditwesengesetz (KWG)) e às recomendações do Código Alemão de Governo das Sociedades (CGCG), mas também a requisitos de supervisão específicos, entre outros, na Lei Bancária Alemã (KWG), no Regulamento sobre Remunerações das Instituições (Institutsvergütungsverordnung (InstitutsVergV)), nas diretrizes da Autoridade Bancária Europeia (EBA) e da Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA) e nas práticas administrativas do Banco Central Europeu (BCE), na qualidade de autoridade de supervisão prudencial. Em casos individuais, os requisitos regulamentares podem divergir das recomendações do Código Alemão de Governo das Sociedades (CGCG).

Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados nos Estatutos do Deutsche Bank AG. Além disso, o Conselho de Fiscalização pode especificar operações adicionais que requerem a sua aprovação.

Os procedimentos do Conselho de Fiscalização e as tarefas e procedimentos dos comités do Conselho de Fiscalização estão definidos nos respetivos termos de referência, publicados no website do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/documents.htm) nas versões atualmente em vigor. O Conselho de Fiscalização também reúne regularmente sem o Conselho de Administração. Além disso, os representantes dos colaboradores e os representantes dos acionistas levaram a cabo discussões preliminares em separado. O número de reuniões e a sua realização são especificados no Relatório do Conselho de Fiscalização, juntamente com detalhes sobre o trabalho do Conselho de Fiscalização e dos seus comités.

O presidente do Conselho de Fiscalização desempenha um papel crucial para o correto funcionamento do Conselho de Fiscalização, bem como um papel de liderança no mesmo. Pode emitir diretrizes e princípios internos relativos à organização interna e comunicações do Conselho de Fiscalização, à coordenação do trabalho do Conselho de Fiscalização e à interação do Conselho de Fiscalização com o Conselho de Administração. O presidente do Conselho de Administração participa em discussões com os investidores sobre tópicos relacionados com o Conselho de Fiscalização quando necessário e informa regularmente o Conselho de Fiscalização sobre a substância de tais diálogos. Estes abrangem igualmente questões sociais, ambientais e de governação (ESG). Além disso, o Presidente do Comité de Fiscalização mantém discussões regulares com o auditor fora das reuniões.

Entre reuniões, o Presidente do Conselho de Fiscalização e, caso seja oportuno, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização mantêm contacto regular com os membros do Conselho de Administração, especialmente com o presidente do Conselho de Administração, e deliberam com o mesmo, entre outros assuntos, sobre questões relativas à estratégia, planeamento, desenvolvimentos comerciais, situação de risco, gestão do risco, controlo do risco, governação, conformidade, serviços de remuneração, TI, dados e digitalização, bem como casos de litígio material do Grupo Deutsche Bank. O presidente do Conselho de Fiscalização e, no âmbito da respetiva responsabilidade funcional, os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização, são informados de forma atempada pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo membro do Conselho de Administração respetivamente responsável sobre eventos de importância significativa para a avaliação da situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank.

Juntamente com o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização organiza um plano de sucessão a longo prazo: a promoção da diversidade no Conselho de Administração é muito importante para o Conselho de Fiscalização, que está a abordar intensamente este tema. Está a trabalhar ativamente na diversidade do Conselho de Administração, por exemplo, em termos de género, nacionalidade e idade, bem como de diferentes origens e mentalidades. O Comité de Nomeação apoia o Comité do Presidente e o Conselho de Fiscalização na identificação de candidatos adequados para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco. Ao fazê-lo, o Comité prepara uma descrição da posição com um perfil de candidato e declara o compromisso de tempo esperado. São identificados os candidatos adequados, em alguns casos em colaboração com consultores de recrutamento externos, e são realizadas entrevistas estruturadas. Além deste planeamento de sucessão com candidatos externos, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização mantêm uma lista de candidatos internos. O Comité de Nomeação e o Conselho de Fiscalização recebem regularmente relatórios do Conselho de Administração sobre os candidatos internos para o planeamento de sucessão e o processo do ponto de vista do Conselho de Administração. Para a seleção dos candidatos adequados, externos e internos, o Comité de Nomeação tem em conta o equilíbrio e a diversidade dos conhecimentos, competências e experiência de todos os membros do Conselho de Administração. Procura também promover a diversidade no Conselho de Administração, por exemplo, no que diz respeito ao sexo, nacionalidade e idade.

No âmbito do trabalho do Comité de Nomeação, o Comité do Presidente apresenta uma recomendação para a resolução do Conselho de Fiscalização. Com base nisto, o Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação dos membros do Conselho de Administração. O primeiro período de nomeação tem uma duração máxima de três anos. Os membros do Conselho de Administração podem ser reconduzidos no cargo por um ou mais mandatos, que podem ter uma duração máxima de cinco anos, nos termos da lei, sendo que, no Deutsche Bank, essas reconduções devem, em regra, ter uma duração máxima de três anos. Além de propostas para a nomeação de membros do Conselho de Administração, o Comité do Presidente também apresenta propostas para a destituição dos membros do Conselho de Administração, sobre as quais o Conselho de Fiscalização decide.

O Conselho de Fiscalização garante o cumprimento da participação mínima legalmente exigida de homens e mulheres, nos termos do artigo 76.º, n.º 3a da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG). O Conselho de Administração é composto por dez membros até 17 de maio de 2023, incluindo duas mulheres: Christiana Riley e Rebecca Short. Christiana Riley decidiu abandonar o banco, pelo que o Conselho de Administração, reduzido para nove membros desde então, tem um membro do sexo feminino: Rebecca Short. O feedback interno e externo sobre o Conselho de Administração de menor dimensão tem sido, em geral, muito positivo, reconhecendo a sua eficiência. Tal como declarado na Assembleia Geral de 2023, o Conselho de Fiscalização não está, no entanto, satisfeito com o atual rácio de mulheres e tenciona aumentar a percentagem de mulheres no futuro. A fim de aumentar o número de candidatas internas adequadas, o Conselho de Fiscalização estabeleceu um objetivo correspondente para o Conselho de Administração para o exercício em curso, no sentido de nomear mulheres para cargos de gestão de topo diretamente abaixo do Conselho de Administração, e integrou este objetivo nos parâmetros de desempenho a longo prazo do novo sistema de remuneração do Conselho de Administração. Para atingir um nível de concretização de 100% nesta categoria, pelo menos 32,5% de mulheres têm de estar representadas abaixo dos dois níveis do Conselho de Administração até ao final de 2026.

Tendo em conta as propostas do Comité de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total dos membros individuais do Conselho de Administração, e revê e delibera regularmente quanto ao sistema de remuneração do Conselho de Administração.

O Conselho de Fiscalização recebe comunicações do Conselho de Administração no âmbito prescrito pela lei ou por diretrizes administrativas, particularmente em todos os assuntos com relevância para o Grupo relativos à estratégia, política comercial prevista, planeamento, desenvolvimento de negócio, situação de risco, gestão do risco, desenvolvimento do pessoal, reputação e conformidade. Além disso, a Auditoria do Grupo informa o Comité de Auditoria de quaisquer deficiências identificadas regularmente, e no caso de deficiências graves, sem atrasos indevidos. Além disso, o Presidente do Conselho de Fiscalização é informado de quaisquer factos graves relacionados com os membros do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração adotaram um Regime de Informação, um protocolo geral de compromisso (interação) e outro protocolo de compromisso (interação) especificamente para temas regulamentares. Estes regulam não só o relato ao Conselho de Fiscalização mas também, entre outras coisas, o relato de consultas e pedidos de informação dos colaboradores da empresa ao Conselho de Fiscalização, bem como a troca de informação relacionada com preparação para as reuniões e entre as reuniões.

O Comité de Nomeações e o Conselho de Fiscalização abordaram a avaliação do Conselho de Fiscalização que deve ser realizada pelo menos anualmente, nos termos do artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), que é também a autoavaliação do Conselho de Fiscalização nos termos do artigo D.12 do Código de governo das sociedades alemão (GCGC) em várias reuniões. A aplicação concreta e o calendário da avaliação foram deliberados e definidos na reunião do Comité de Nomeação de 23 de outubro de 2023. Não foram contratados os serviços de qualquer consultor externo neste contexto. A avaliação foi realizada essencialmente com base em questionários exaustivos relativos ao trabalho do Conselho de Fiscalização, dos comités do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração, em entrevistas realizadas pelos membros do Comité de Nomeações com os membros individuais do Conselho de Administração e numa avaliação dos membros individuais do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O debate final e a aprovação dos resultados da avaliação tiveram lugar na reunião plenária do Conselho de Fiscalização, em 31 de janeiro de 2024, e os resultados foram apresentados num relatório final. O Conselho de Fiscalização continua a ser da opinião que o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração atingiram um padrão elevado e que não existem reservas, em particular, relativamente às habilitações profissionais, fiabilidade pessoal e disponibilidade de tempo dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização.

Membros do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização tem 20 membros. De acordo com a Lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz), é constituído por um número igual de representantes de acionistas e representantes de funcionários.

Em conformidade com os estatutos, os membros do Conselho de Fiscalização são eleitos pelo período até à conclusão da assembleia-geral que adota as resoluções relativas à ratificação dos atos de direção para o quarto exercício após o início do mandato. Para a eleição de representantes de acionistas, a assembleia-geral pode determinar que os mandatos de membros individuais podem começar ou terminar em datas diferentes. De acordo com os Termos de Referência para o Conselho de Fiscalização desde julho de 2020, os representantes dos acionistas são propostos à Assembleia-Geral para eleição por um período máximo de aproximadamente quatro anos, ou seja, até à conclusão da Assembleia-Geral que adote as resoluções relativas à ratificação dos atos de gestão para o terceiro exercício financeiro seguinte ao início do mandato, sendo que não é tomado em consideração o exercício em que se inicia o mandato.

O quadro seguinte apresenta informações sobre os atuais membros do nosso Conselho de Fiscalização (em 9 de fevereiro de 2024).

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Alexander Wynaendts Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 19 de maio de 2022 Data de termo do mandato: 2026	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Air France-KLM Group S.A. ² (Membro do Conselho de Administração); Uber Technologies, Inc. ² (Membro do Conselho de Administração); Uber Payments B.V. (Administrador não-executivo, Presidente); Puissance Holding B.V. (Administrador não-executivo, Presidente)
Susanne Bleidt¹ Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Postbank Filialvertrieb AG ³ ; Erholungswerk Post Postbank Telekom e.V. (Membro da Assembleia Geral de Membros); Postbeamtenkrankenkasse (Membro do Conselho Consultivo)
Mayree Clark Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027	Membro do Conselho de Fiscalização	Ally Financial, Inc. (Membro do Conselho de Administração), Allvue Systems Holdings, Inc. (Membro do Conselho de Administração)
Jan Duscheck¹ Ano de nascimento: 1984 Nomeado pelo tribunal: 2 de agosto de 2016 Ano de eleição: 18 de maio de 2007 Data de termo do mandato: 2028	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional da Banca, ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft (União dos Serviços Unidos))	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Manja Eifert¹ Ano de nascimento: 1971 Nomeado pelo tribunal: 7.4.2022 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Claudia Fieber¹ Ano de nascimento: 1966 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028	Membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Sigmar Gabriel Ano de nascimento: 1959 Nomeado pelo tribunal: 11 de março de 2020	Ex-Ministro do Governo Federal alemão	Heristo AG (desde julho de 2023); Siemens Energy AG ² ; Siemens Energy Management GmbH; ThyssenKrupp Steel Europe AG (Presidente)

Ano de eleição: 20 de maio de 2020		
Data de termo do mandato: 2025		
Florian Haggemiller ¹	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional: Tecnologias da Informação e Comunicações, ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft (União dos Serviços Unidos))	IBM Deutschland GmbH; IBM Central Holding GmbH
Ano de nascimento: 1982		
Nomeado pelo tribunal: 16 de janeiro de 2024		
Data de termo do mandato: 2028		

<p>Timo Heider¹ Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 17 de maio de 2013 Data de termo do mandato: 2028</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>BHW Bausparkasse AG³ (Vice-Presidente); PCC Services GmbH der Deutschen Bank³ (Vice-Presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse VVaG³ (Vice-Presidente)</p>
<p>Frank Schulze¹ Ano de nascimento: 1968 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028</p>	<p>Vice-presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG; Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p>Gerlinde Siebert¹ Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028</p>	<p>Diretor Global de Governação, Deutsche Bank AG</p>	<p>Deutsche Holdings (Luxembourg) S.á.r.l.³ (até dezembro de 2023)</p>
<p>Yngve Slyngstad Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 19 de maio de 2022 Data de termo do mandato: 2026</p>	<p>Diretora Geral da Aker Asset Management AS</p>	<p>Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação</p>
<p>Stephan Szukalski¹ Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 17 de maio de 2023⁴ Data de termo do mandato: 2028</p>	<p>Presidente Federal da Deutscher Bankangestellten-Verband e.V. (DBV) (Associação Alemã dos Empregados do Sector Bancário) – Gewerkschaft der Finanzdienstleister (União dos Prestadores de Serviços Financeiros)</p>	<p>PCC Services GmbH der Deutschen Bank³</p>
<p>John Alexander Thain Ano de nascimento: 1955 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027</p>	<p>Membro do Conselho de Fiscalização</p>	<p>Uber Technologies, Inc.² (Membro do Conselho de Administração); Aperture Investors LLC (Membro do Conselho de Administração); Pine Island Capital Partners LLC (Presidente)</p>
<p>Jürgen Tögel¹ Ano de nascimento: 1968 Ano de eleição: 17 de maio de 2023 Data de termo do mandato: 2028</p>	<p>Membro da Comissão de Trabalhadores</p>	<p>BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.; BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.; BKK Deutsche Bank AG³ (Membro do Conselho Consultivo)</p>
<p>Michele Trogni Ano de nascimento: 1965 Ano de eleição: 24 de maio de 2018 Data de termo do mandato: 2027</p>	<p>Parceira Operacional da Eldridge; Diretora Executiva da Zinnia Corporate Holdings, LLC</p>	<p>Everly Life, LLC (Membro não executivo do Conselho de Administração) (desde setembro de 2023,); Zinnia Corporate Holdings, LLC ((CEO e Presidente do Conselho de Administração)</p>
<p>Dr. Dagmar Valcárcel Ano de nascimento: 1966 Nomeado pelo tribunal: 1 de agosto de 2019 Data de termo do mandato: 2025</p>	<p>Membro do Conselho de Fiscalização</p>	<p>amedes Holding GmbH; Antin Infrastructure Partners S.A.² (Membro do Conselho de Administração)</p>
<p>Dr. Theodor Weimer Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 20 de maio de 2020 Data de termo do mandato: 2025</p>	<p>Diretor Geral, Deutsche Börse AG (Bolsa Alemã)</p>	<p>Knorr Bremse AG²</p>
<p>Professor Dr. Norbert Winkeljohann Ano de nascimento: 1957</p>	<p>Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG; Consultor Corporativo Independente Norbert Winkeljohann Advisory & Investments</p>	<p>Bayer AG² (Presidente); Georgsmarienhütte Holding GmbH; Sievert SE (Presidente); Bohnenkamp AG (Presidente)</p>

Ano de eleição: 1 de agosto
de 2018

Data de termo do mandato:
2027

Frank Witter Membro do Conselho de Fiscalização

Traton SE²; VfL Wolfsburg-Fußball GmbH (Presidente); CGI
Inc.² (Membro do Conselho de Administração)

Ano de nascimento: 1959

Ano de eleição: 27 de maio
de 2021

Data de termo do mandato:
2025

¹ Representantes dos trabalhadores

² Empresa cotada em bolsa

³ Mandato interno do Grupo

⁴ O Sr. Szukalski já foi membro do Conselho de Fiscalização de maio de 2013 a novembro de 2015 e de maio de 2018 a dezembro de 2020.

Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação

A composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar o controlo e aconselhamento eficazes e qualificados ao Conselho de Administração de um banco de funcionamento internacional, amplamente posicionado. A adequação de cada membro individual é avaliada, determinada e continuamente monitorizada, tanto internamente pelo Comité de Nomeação e pelo Conselho de Fiscalização, como externamente pelas autoridades reguladoras. Esta avaliação da adequação abrange a competência, a fiabilidade e o tempo disponível de cada membro individual (adequação individual). Adicionalmente, há uma avaliação do conhecimento, competências e experiência de todo o Conselho de Fiscalização que são necessários para o desempenho das suas tarefas (adequação coletiva). A aprovação na avaliação de adequação do Banco Central Europeu (BCE) após a aceitação do mandato e a adequação contínua do membro do Conselho de Fiscalização durante todo o mandato no Deutsche Bank AG são pré-requisitos regulamentares obrigatórios para o desempenho das funções de membro do Conselho de Fiscalização.

O Conselho de Fiscalização confirmou o Perfil de Requisitos adotado na sua reunião de 27 de julho de 2023. O Conselho de Fiscalização especificou os domínios gerais de especialização e os domínios alargados de especialização.

Domínios gerais de especialização:

Idealmente, todos os membros do Conselho de Fiscalização possuem estas qualificações individuais.

- Compreensão de questões comerciais
- Mentalidade analítica e estratégica
- Compreensão do sistema alemão de governo das sociedades e, conseqüentemente, das responsabilidades de um membro do Conselho de Fiscalização
- Compreensão do modelo empresarial e da estrutura do Deutsche Bank AG
- Conhecimentos básicos do setor dos serviços financeiros, por exemplo, (i) conhecimentos nas áreas da banca, serviços financeiros, mercados financeiros, indústria financeira, incluindo o mercado nacional do banco, bem como os principais mercados do banco na Europa e fora da Europa, e (ii) conhecimento dos clientes relevantes para o banco, das expectativas do mercado e do ambiente operacional.

O cumprimento destes domínios de especialização é indicado de forma resumida na matriz de qualificações, na rubrica "Domínios gerais de especialização".

Domínios alargados de especialização:

Estes domínios de especialização referem-se ao Conselho de Fiscalização na sua totalidade (adequação coletiva). No seu todo, o Conselho de Fiscalização tem de ter um conhecimento dos domínios de especialização especificados abaixo apropriado à dimensão e complexidade do Deutsche Bank AG. Derivam do modelo de negócio do banco e de leis e regulamentos específicos que se aplicam ao banco. Os domínios de especialização são:

Contabilidade, incluindo relatórios de sustentabilidade:

- Contabilidade (Normas internacionais de relato financeiro (IFRS) e o Código Comercial alemão (HGB)) e auditorias das demonstrações financeiras anuais
- Tributação

Quadro regulamentar e requisitos legais:

- Compreensão das principais condições de enquadramento jurídico nos países em que a sociedade desenvolve as suas principais atividades
- Compreensão dos principais sistemas jurídicos relevantes para o banco
- Experiência na gestão executiva/conselho de fiscalização de grandes empresas
- Quadro regulamentar e requisitos legais, em particular, conhecimento dos sistemas legais relevantes para o banco
- Conhecimento das expectativas sociais, políticas e regulamentares no mercado nacional

Capital humano, remuneração e cultura corporativa:

- Recursos humanos e gestão de pessoal
- Remuneração e sistemas de remuneração
- Procedimento de seleção para os membros do órgão de gestão e avaliação da sua adequabilidade
- Cultura corporativa

Gestão do risco

- Gestão do risco (investigação, avaliação, mitigação, gestão e controlo de riscos financeiros e não-financeiros, gestão de capital e liquidez, participações)
- Combate ao branqueamento de capitais e prevenção da criminalidade financeira e do financiamento do terrorismo

Tecnologias da informação, dados e digitalização:

- Digitalização, incluindo a banca digital
- Dados, incluindo a governação de dados
- Tecnologias da informação (TI), sistemas informáticos e segurança informática, incluindo riscos cibernéticos

Estratégia, transformação e questões sociais, ambientais e de governação (ESG):

- Planeamento estratégico de modelos de negócio e estratégias de risco, bem como a sua implementação
- Clima e outros aspetos ambientais
- Conhecimento das expectativas sociais e políticas (em especial no mercado nacional) e do seu impacto na responsabilidade social corporativa
- Propósito da sociedade

Estrutura organizacional e controlo de uma instituição financeira

- Governação
- Gestão de uma empresa grande, internacional e regulamentada
- Organização interna do banco
- Auditoria interna
- Conformidade e controlos internos

A fim de refletir adequadamente o modelo de negócio do banco, o Conselho de Fiscalização deve demonstrar não só estas qualificações profissionais, mas também qualificações e experiência nos vários segmentos de clientes e nos diferentes mercados de vendas.

Segmentos de clientes

- Private Banking e Wealth Management
- Corporate Banking
- Investment Banking
- Asset Management

Conhecimentos regionais

- Alemanha
- Europa
- Américas
- Ásia-Pacífico (APAC)

O Conselho de Fiscalização considera que tal cumpre os objetivos concretamente especificados relativamente à sua composição e ao perfil de requisitos, conforme apresentado na seguinte matriz de qualificações. Todos os membros do Conselho de Fiscalização devem ter os conhecimentos, as competências e a experiência necessários para o bom desempenho das suas funções.

Há dez representantes independentes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Todos os membros agem com independência de espírito, ou seja, todos os membros do Conselho de Fiscalização empenham-se ativamente nas suas funções e são capazes de tomar as suas próprias decisões e juízos de valor sólidos, objetivos e independentes no exercício das suas funções e responsabilidades. No exercício financeiro anterior, não havia antigos membros do Conselho de Administração no Conselho de Fiscalização.

		Alexander Wynaendts	Susanne Bleidt	Mayree Clark	Jan Duscheck	Manja Eifert	Claudia Fieber	Sigmar Gabriel	Florian Haggemiller	Timo Heider	Frank Schulze	Gerlinde Siebert	Yngve Slyngstad	Stephan Szukalski	John Thain	Jürgen Tögel	Michele Trogini	Dr. Dagmar Valcarcel	Dr. Theodor Weimer	Prof. Dr. Norbert Winkeljohann	Frank Witter		
Participação	Sem excesso de cargos de direção*	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Independente **	✓	ER	✓	ER	ER	ER	✓	ER	ER	ER	ER	✓	ER	✓	ER	✓	✓	✓	✓	✓		
Competências profissionais	Domínios gerais de especialização	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Contabilidade e relatórios, incluindo relatórios de sustentabilidade	✓	✓	✓								✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Especialistas Financeiros do Comitê de Auditoria ***	◆																	◆	◆	◆	◆	
	Conhecimentos especializados no domínio da contabilidade ***	◆																		◆	◆	◆	◆
	Conhecimentos especializados no domínio da auditoria ***	◆																		◆	◆	◆	◆
	Quadro regulamentar e requisitos legais	✓		✓				✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	
	Capital Humano, Remuneração e Cultura Corporativa	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
	Especialistas de Remuneração do Comitê de Controlo de Remunerações***	◆																		◆		◆	
	Risk Management	✓		✓	✓		✓	✓				✓	✓	✓	✓	✓		✓	✓	✓	✓	✓	
	Tecnologias da informação, dados e digitalização	✓	✓	✓	✓				✓		✓	✓	✓			✓		✓		✓			
	Estratégia, Transformação e ESG	✓		✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	
Estrutura organizacional e controlo de uma instituição financeira	✓	✓	✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
Experiência do cliente/empresa	Private Banking e Wealth Management	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Corporate Banking	✓				✓	✓				✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		
	Investment Banking	✓		✓								✓	✓			✓		✓	✓	✓	✓		
	Asset Management	✓		✓									✓			✓			✓	✓			
Conhecimentos regionais	Alemanha		✓		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓		✓	✓	✓	✓		
	Europa	✓		✓				✓	✓			✓	✓		✓		✓	✓	✓	✓	✓		
	Américas	✓		✓				✓				✓			✓		✓	✓	✓	✓	✓		
	APAC	✓		✓				✓				✓	✓		✓		✓	✓	✓	✓	✓		

✓ Conhecimentos profundos e profissionais/especialista

◆ Especialista em matéria de regulamentação/conhecimentos especializados exigidos por lei e/ou regulamentos de supervisão

ER Representantes dos trabalhadores

* Definição de "sem excesso de cargos de direção": todos os membros do Conselho de Fiscalização têm um número admissível de cargos de direção em várias sociedades, para além do Deutsche Bank AG. O excesso de cargos de direção, ou seja, a detenção de um número inadmissível de cargos de administração em diferentes sociedades, é determinado com base no regulamento estatutário do § 25d (3) da Lei Bancária Alemã (KWG). Um membro do Conselho de Fiscalização pode ser simultaneamente membro do órgão de fiscalização de um máximo de cinco sociedades (incluindo o Deutsche Bank AG). Se um membro do Conselho de Fiscalização for também administrador executivo de uma empresa, esse membro do Conselho de Fiscalização pode ser simultaneamente membro do órgão de fiscalização de um máximo de três empresas (incluindo o Deutsche Bank AG). Os fatores decisivos para determinar se é esse o caso são os requisitos regulamentares da autoridade de supervisão, tendo em conta a legislação local. O cumprimento deste regulamento estatutário é continuamente monitorizado pelas autoridades reguladoras. Em caso de excesso de cargos de direção, as autoridades de supervisão podem exigir que o Deutsche Bank AG revogue a nomeação de um membro do Conselho de Fiscalização e proíba esse membro de exercer as suas funções.

** Definição de independência: um membro do Conselho de Fiscalização é independente quando não tem relações pessoais ou comerciais com o Deutsche Bank ou com o seu Conselho de Administração que possam causar um conflito de interesses substancial e não apenas temporário. O Conselho de Fiscalização emitiu orientações para a avaliação coerente da independência dos seus membros em 2017 e atualiza-as regularmente. Estas orientações têm igualmente em conta os requisitos regulamentares em matéria de independência. Atualmente, o banco não tem qualquer acionista de controlo.

*** Definição de especialistas apresentada na secção "Auditoria e Controlo" do presente relatório

Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Ordinária que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subsequentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização.

No caso dos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização, a duração do mandato de membro do Conselho de Fiscalização não pode, em regra, exceder 12 anos.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade ao propor membros para nomeação. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank AG, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais ou vidas privadas de seis membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm muitos anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido, por exemplo, membros de Conselhos de Administração ou Diretores Gerais, ou de terem uma função executiva comparável em empresas ou organizações com operações internacionais. O Conselho de Fiscalização considera que, destas duas formas, as atividades internacionais da sociedade são suficientemente tidas em conta. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Tem sido prestada atenção especial a uma representatividade adequada de mulheres. no processo de seleção desde as eleições para o Conselho de Fiscalização em 2008. Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização tem em consideração as recomendações do Comité de Nomeações e os requisitos legais, de acordo com os quais o Conselho de Fiscalização deverá ser composto, pelo menos, por 30% de mulheres e, pelo menos, por 30% de homens. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, são incluídas mulheres qualificadas no processo. No final do exercício, o Conselho de Fiscalização era composto por cinco mulheres e cinco homens, do lado dos representantes dos trabalhadores, e por três mulheres e sete homens, do lado dos representantes dos acionistas. Assim, a quota mínima estatutária de 30% tem vindo a ser cumprida há muitos anos.

A idade média dos membros do Conselho de Fiscalização era de 57,25 anos em 31 de dezembro de 2023. A estrutura etária é diversificada, variando entre os 39 e os 68 anos de idade e abrangendo três gerações, de acordo com a definição geral do termo.

A duração da participação no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG variou entre menos de um ano e cerca de 10 anos no final do exercício financeiro. A duração média da participação no Conselho de Fiscalização em 31 de dezembro de 2023 era de 3,2 anos.

A variedade do histórico educativo e profissional dos membros inclui banca, gestão de empresas, economia, auditoria, direito, estudos germânicos, ciência política, engenharia elétrica e cuidados de saúde. Os currículos dos membros do Conselho de Fiscalização estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/supervisory-board.htm).

Os membros do Conselho de Fiscalização não exercem funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestam serviços de consultoria aos mesmos. Os conflitos de interesses materiais envolvendo um membro do Conselho de Fiscalização que não sejam meramente temporários resultarão na cessação do mandato desse membro do Conselho de Fiscalização. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem, de acordo com o Artigo 25.º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), e não devem, de acordo com as recomendações dos pontos C.4 e C.5 do Código de governo das sociedades alemão (GCGC), deter mais do que o número permitido de mandatos no Conselho de Fiscalização ou mandatos em órgãos de fiscalização de sociedades que tenham requisitos semelhantes. Estes requisitos foram cumpridos no exercício financeiro anterior.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas foram realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Na opinião do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, estas transações não afetaram a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Comitês do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização criou oito comitês permanentes. Os comitês coordenam os seus trabalhos e consultam-se mutuamente numa base ad hoc. Os presidentes dos comitês reportam regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comitês.

Os comitês e os seus membros são ou eram:

Comité do Presidente: Alexander Wynaendts, Presidente, Timo Heider (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações: Alexander Wynaendts, Presidente, Mayree Clark, Timo Heider (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Auditoria: Frank Witter, Presidente, Susanne Bleidt (desde 17 de maio de 2023) Manja Eifert, Birgit Laumen (de 17 de maio de 2023 até 12 de janeiro de 2024), Gabriele Platscher (até 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose (até 17 de maio de 2023), Gerlinde Siebert (desde 17 de maio de 2023), Dr. Dagmar Valcárcel, Stefan Viertel (até 17 de maio de 2023), Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts (até 17 de maio de 2023)

Comité de Risco: Mayree Clark, Presidente, Ludwig Blomeyer-Bartenstein (até 17 de maio de 2023), Jan Duscheck, Gerlinde Siebert (desde 17 de maio de 2023), Stephan Szukalski (desde 17 de maio de 2023), Michele Trogni, Stefan Viertel (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts

Comité de Supervisão Regulamentar: Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente, Ludwig Blomeyer-Bartenstein (até 17 de maio de 2023), Jan Duscheck (desde 17 de maio de 2023), Sigmar Gabriel, Timo Heider, Gabriele Platscher (até 17 de maio de 2023), Stephan Szukalski (desde 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Controlo de Remunerações: Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente, Jan Duscheck (desde 17 de maio de 2023), Timo Heider (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose (até 17 de maio de 2023), Jürgen Tögel (desde 17 de maio de 2023), Dr. Dagmar Valcárcel, Frank Werneke (até 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Estratégia e Sustentabilidade: John Alexander Thain, Presidente, Mayree Clark, Claudia Fieber (desde 17 de maio de 2023), Florian Haggenmiller (desde 31 de janeiro de 2024), Timo Heider (até 17 de maio de 2023), Birgit Laumen (de 17 de maio de 2023 a 12 de janeiro de 2024), Detlef Polaschek (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze (desde 17 de maio de 2023), Jürgen Tögel (desde 17 de maio de 2023), Michele Trogni, Stefan Viertel (até 17 de maio de 2023), Frank Werneke (até 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação: Michele Trogni, Presidente, Susanne Bleidt (desde 17 de maio de 2023), Jan Duscheck (até 17 de maio de 2023), Manja Eifert (desde 17 de maio de 2023), Claudia Fieber (de 17 de maio de 2023 a 31 de janeiro de 2024), Florian Haggenmiller (desde 31 de janeiro de 2024), Martina Klee (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose (até 17 de maio de 2023), Yngve Slyngstad, Alexander Wynaendts

O Relatório do Conselho de Fiscalização fornece informações sobre o trabalho específico desenvolvido pelos comitês durante o exercício financeiro anterior. Para além destes oito comitês especializados permanentes, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário. Os seus membros são ou foram Alexander Wynaendts (Presidente), Timo Heider (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke (até 17 de maio de 2023) e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann.

Planos de ações

Para obter mais informações sobre os planos de ações para colaboradores, consulte a Nota 33 “Benefícios dos colaboradores” adicional nas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Relato e Transparência

Participação dos Administradores

Conselho de Administração: Para informações sobre a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização: Os membros individuais do Conselho de Fiscalização detinham o seguinte número de ações (e prêmios em ações ao abrigo de planos de ações para trabalhadores).

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prêmios em ações
Alexander Wynaendts	0	0
Susanne Bleidt	0	0
Mayree Clark	109.444	0
Jan Duscheck	0	0
Manja Eifert	158	10
Claudia Fieber	360	10
Sigmar Gabriel	0	0
Florian Haggenmiller	0	0
Timo Heider	0	0
Frank Schulze	577	0
Gerlinde M. Siebert	4.056	1.117 ¹
Yngve Slyngstad	0	0
Stephan Szukalski	0	0
John Alexander Thain	100.000	0
Jürgen Tögel	1.052	10
Michele Trogni	15.000	0
Dr. Dagmar Valcárcel	0	0
Dr. Theodor Weimer	108.000	0
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	0	0
Frank Witter	0	0
Total	338.647	1.147

¹ Prêmio restrito em ações. A Sra. Siebert tem direito a 1.117 ações através de Prêmios Restritos em Ações como parte da sua remuneração variável enquanto colaboradora. Estes prêmios em ações deverão ser entregues nos anos de 2024 a 2026

Em 9 de fevereiro de 2024, os membros do Conselho de Fiscalização detinham 338.647 ações, o que representa menos de 0,02% das ações emitidas no dia do relatório.

A coluna "Número de prêmios em ações" no quadro indica os prêmios em ações concedidos no âmbito do Global Share Purchase Plan aos membros do Conselho de Fiscalização que são colaboradores do Deutsche Bank ("Prêmios Correspondentes"), que estão programados para lhes serem entregues em 1 de novembro de 2023, bem como os Prêmios Restritos em Ações (prêmios de ações diferidas), que são concedidos a colaboradores com remuneração variável diferida. Os Prêmios Restritos em Ações são indicados com uma nota de rodapé no quadro e são fornecidos mais detalhes sobre os mesmos enquanto instrumento de remuneração no "Relatório de remuneração dos trabalhadores".

Conforme descrito no "Relatório de gestão: Remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização", a Assembleia Geral de 17 de maio de 2023 adotou novas disposições relativas à remuneração. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. Os presidentes dos comitês recebem uma remuneração fixa anual adicional. Além disso, não há qualquer remuneração em ações. Para os membros do Conselho de Fiscalização cujo mandato atual tenha tido início antes de 17 de maio de 2023, existem regulamentos transitórios.

O Relatório de Remuneração relativo ao exercício anterior e o relatório do auditor, nos termos do artigo 162.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), o sistema de remuneração atualmente em vigor, nos termos do artigo 87.º-A, n.º 1 e n.º 2, frase 1, da AktG, bem como a última deliberação sobre a remuneração, nos termos do artigo 113.º, n.º 3, da AktG, estão disponíveis no sítio Web do banco www.db.com (nas rubricas "Relatórios e eventos" e "Relatórios anuais" da secção "Relações com investidores").

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 36 "Operações com partes relacionadas".

Auditoria e controle

Especialista Financeiro do Comitê de Auditoria

O Conselho de Fiscalização determinou que os seguintes membros do Comitê de Auditoria são "especialistas financeiros do Comitê de Auditoria", conforme a definição desse termo pelas regras de implementação da Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (Securities and Exchange Commission), emitidas nos termos do artigo 407.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002: Dr. Dagmar Valcárcel, Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Frank Witter. Estes Especialistas Financeiros do Comitê de Auditoria são "independentes" do banco conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 dos Estados Unidos.

Além disso, o Conselho de Fiscalização determinou, de acordo com os artigos 107.º n.º 4 e 100.º, n.º 5 da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e com o artigo 25.º-D, n.º 9 da Lei Bancária Alemã (KWG), que a Dra. Dagmar Valcárcel, o Dr. Theodor Weimer, o Professor Dr. Norbert Winkeljohann e Frank Witter possuem conhecimentos especializados em contabilidade financeira e auditoria de demonstrações financeiras.

A Dra. Dagmar Valcárcel possui conhecimentos especializados nas áreas da contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Presidente do Conselho de Administração da Andbank Asset Management Luxembourg S.A. e da Barclays Vida y Pensiones, S.A.U. e ao seu trabalho atual como membro do Conselho de Administração da Antin Infrastructure Partners S.A. O Dr. Theodor Weimer possui conhecimentos especializados nas áreas de contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Diretor Executivo da HypoVereinsbank / UniCredit AG e como antigo membro do Comitê de Auditoria da ERGO Gruppe AG, bem como ao seu trabalho atual como Presidente do Conselho Executivo da Deutsche Börse AG. O Professor Dr. Norbert Winkeljohann possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria através das suas habilitações acadêmicas e formação como auditor e dos seus muitos anos de experiência como auditor em várias sociedades de auditoria e como Presidente do Conselho de Administração da PwC Europe SE. Frank Witter possui conhecimentos especializados nos domínios da contabilidade e auditoria, graças aos seus muitos anos de experiência como Diretor Financeiro da Volkswagen AG e como Presidente do Conselho de Administração da Volkswagen Financial Services AG.

Especialistas de Remuneração do Comitê de Controlo de Remunerações

Nos termos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG), pelo menos um membro do recém-formado Comitê de Controlo de Remunerações deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. Com base na recomendação do Comitê de Controlo de Remunerações, o Conselho de Fiscalização decidiu nomear a Dra. Dagmar Valcárcel, o Sr. Alexander Wynaendts e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann como especialistas em remunerações do Comitê de Controlo de Remunerações. Todos possuem conhecimentos e experiência profissional no domínio da gestão e controlo dos riscos, nomeadamente no que se refere aos mecanismos de alinhamento dos sistemas de remuneração com a apetência e a estratégia global de risco da sociedade e com a sua base de capital. Por conseguinte, cumprem os requisitos do artigo 25.º-D, n.º 12 da Lei Bancária Alemã (KWG). A Dra. Valcárcel tem uma vasta experiência jurídica em matéria de quadros de compensação, incluindo riscos de reputação, desde o tempo em que foi, entre outras coisas, Diretora do Departamento Jurídico do Barclays PLC para a Europa Ocidental. Com base nos seus anos de experiência como Presidentes do Conselho de Administração e/ou Diretores Executivos, o Sr. Alexander Wynaendts e o Professor Dr. Norbert Winkeljohann têm conhecimentos especializados e experiência profissional suficientes na área da gestão e controlo de riscos.

Valores e princípios de liderança do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank

Código de conduta e código de ética para responsáveis financeiros seniores do Grupo Deutsche Bank

O Código de Conduta do Grupo Deutsche Bank determina o propósito, os valores e as convicções do Deutsche Banks, bem como as normas mínimas de conduta que o banco espera que todos os membros do Conselho de Administração e os trabalhadores sigam. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores com os clientes, concorrentes, parceiros comerciais, autoridades governamentais e reguladoras e acionistas do banco, bem como com outros colaboradores. Além disso, o Código constitui a pedra angular das políticas do banco, que fornecem orientações sobre o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Em conformidade com o artigo 406.º da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, o banco adotou um Código de ética para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank com obrigações especiais que se aplicam aos "responsáveis financeiros seniores", que são, neste momento, o presidente do Conselho de Administração do Deutsche Bank e o diretor financeiro, bem como outros responsáveis financeiros seniores. Não houve alterações nem renúncias a este Código de ética em 2023.

As versões atuais do código de conduta e do código de ética e para responsáveis financeiros seniores do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank estão disponíveis no sítio Web do Deutsche Bank: www.db.com/ir/en/documents.htm.

Governo da Sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank

O Deutsche Bank criou uma função de Governação do Grupo para definir, implementar e monitorizar o quadro de governação corporativo do Deutsche Bank AG e do Grupo Deutsche Bank e para desempenhar esta função de governação em todo o Grupo. A função Governação do Grupo aborda questões de governo da sociedade no Deutsche Bank AG e no Grupo Deutsche Bank, focando-se principalmente em estruturas organizacionais claras, alinhadas com os elementos-chave do bom governo da sociedade.

O Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank estão empenhados em assegurar um enquadramento de governo da sociedade em conformidade com as normas internacionais e disposições estatutárias. Para apoiar este objetivo, o Deutsche Bank AG e o Grupo Deutsche Bank instituíram princípios claros de governo da sociedade.

Todos os detalhes sobre o governo da sociedade estão publicados no sítio Web do Deutsche Bank (www.db.com/ir/en/corporate-governance.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

De acordo com a legislação alemã, o auditor principal do Deutsche Bank é nomeado na Assembleia Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank. O Comitê de Auditoria do Conselho de Fiscalização elabora essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comitê de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft ("EY") foi o auditor principal do banco para os exercícios de 2022 e 2023, respectivamente.

As tabelas abaixo apresentam o total dos honorários cobrados para cada um dos dois últimos exercícios pela EY em cada uma das seguintes categorias: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank ou por serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das demonstrações financeiras do banco e que não são registrados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Honorários cobrados pela EY

Categoria de honorários em milhões de euros	2023	2022
Honorários por serviços de auditoria	66	59
Honorários relacionados com auditoria	12	8
Honorários por serviços de consultoria fiscal	0	0
Todas as outras comissões	0	1
Total de comissões	78	68

Os honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank e não incluem os honorários de auditoria da DWS e respectivas subsidiárias, que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, para auditorias de cisões e para auditorias de fusões, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os honorários fiscais do banco incluem honorários pelos serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

Nos termos dos regulamentos da SEC, os honorários do auditor externo devem ser apresentados da seguinte forma: os honorários de auditoria foram de 68 milhões de euros em 2023, em comparação com 61 milhões de euros em 2022, os honorários relacionados com auditoria foram de 10 milhões de euros em 2023, em comparação com 6 milhões de euros em 2022, os honorários relativos a impostos foram de 0 milhões de euros em 2023, em comparação com 0 milhões de euros em 2022, e todos os outros honorários foram de 0 milhões de euros em 2023, em comparação com 1 milhão de euros em 2022.

A legislação e a regulamentação dos Estados Unidos, bem como as políticas do próprio banco, exigem, em geral, que todos os serviços prestados pelo auditor principal do Deutsche Bank sejam previamente aprovados pelo Comitê de Auditoria ou nos termos das políticas e procedimentos por este adotados. O Comitê de Auditoria do Banco adotou as seguintes políticas e procedimentos para a apreciação e aprovação de pedidos de contratação do auditor principal para a prestação de serviços que não sejam de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor principal, o pedido tem de ser rejeitado. O Comitê de Auditoria do Banco deu a sua pré-aprovação a determinados serviços de garantia de fiabilidade, de consultoria financeira e fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não excedam 1 milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) e, posteriormente, tem de ser reportado ao Comitê de Auditoria. Caso o pedido de contratação não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, tem de ser submetido à apreciação do Comitê de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comitê de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comitê de Auditoria na sua reunião seguinte.

Adicionalmente, as leis e regulamentos dos Estados Unidos permitem que o requisito de pré-aprovação seja dispensado no que diz respeito a contratações de serviços que não sejam de auditoria, que não excedam cinco por cento do montante total das receitas pagas pelo banco ao auditor principal, se essas contratações não forem reconhecidas pelo banco no momento da contratação e forem prontamente levadas ao conhecimento do Comitê de Auditoria do banco ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2022 e 2023, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao auditor principal do Deutsche Bank pelos serviços que não de auditoria e que estaria sujeito a tal isenção foi inferior a 5%.

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2023)

Ao atualizar a Declaração de Conformidade emitida pela última vez em 26 de outubro de 2022, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG aprovaram a seguinte declaração de conformidade em 25 de outubro de 2023.

"O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft declaram nos termos do artigo 161.º da lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG):

1. A última declaração de conformidade foi publicada em 26 de outubro de 2022. Desde então, o Deutsche Bank Aktiengesellschaft tem cumprido as recomendações da "Comissão Governamental do Código Alemão de Governo das Sociedades", na versão do Código datada de 28 de abril de 2022, publicada no Jornal Oficial Federal (Bundesanzeiger) em 27 de junho de 2022, e continuará a cumpri-las no futuro, com exceção do seguinte desvio:

Relativamente à recomendação G.10, segunda frase, segundo a qual os componentes da remuneração variável a longo prazo só devem estar acessíveis a um membro do Conselho de Administração após um período de quatro anos.

O sistema de remuneração do Conselho de Administração prevê que as componentes de longo prazo da remuneração variável sejam adquiridas durante um período de diferimento de cinco anos. Uma vez que se trata de elementos de remuneração com base em ações, estão sujeitos a um período de detenção adicional de um ano após a sua aquisição. No que respeita à estrutura do período de diferimento, os membros do Conselho de Fiscalização poderão, no futuro, dispor de uma primeira parte após três anos e da última parte das componentes a longo prazo após seis anos. O Conselho de Fiscalização continua, assim, a cumprir os requisitos aplicáveis às instituições financeiras, estabelecidos na lei relativa às remunerações das instituições (Institutionsvergütungsverordnung). Não consideramos que seja adequado um novo reforço dos requisitos regulamentares específicos dos bancos. Declaramos um desvio face à recomendação, tal como no ano passado, embora os membros do Conselho de Administração não possam dispor da primeira parte da componente de longo prazo concedida para o exercício de 2021 até 2025 e para o exercício de 2022 até 2026.

2. O Código Alemão de Governo das Sociedades limita a aplicabilidade das recomendações do Código às instituições de crédito e às companhias de seguros, desde que as recomendações lhes sejam aplicáveis em exclusivo e que não existam disposições estatutárias em contrário. O Deutsche Bank Aktiengesellschaft informou pela última vez sobre os regulamentos estatutários e os efeitos para a Declaração de Conformidade na sua Declaração de Governo da Sociedade no Relatório Anual de 2022.

Frankfurt am Main, em outubro de 2023

O Conselho de Administração
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Fiscalização
do Deutsche Bank Aktiengesellschaft"

Recomendações inaplicáveis do código devido à precedência das disposições estatutárias

De acordo com a recomendação do artigo F.4 do código de governo das sociedades alemão na versão de 28 de abril de 2022, as empresas sujeitas a regulamentos jurídicos especiais devem especificar na Declaração de Governo da Sociedade quais as recomendações do código que não eram aplicáveis devido a cláusulas legais preponderantes.

No que respeita ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft, isto aplica-se atualmente à recomendação do artigo D.5 do código de governo das sociedades alemão, na versão de 28 de abril de 2022, que estabelece que o Conselho de Fiscalização deve constituir um Comité de Nomeações composto exclusivamente por representantes dos acionistas.

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft, enquanto Instituição de Crédito supervisionada, está sujeito aos regulamentos jurídicos especiais da Lei Bancária Alemã (KWG). O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank Aktiengesellschaft criou um Comité de Nomeações, de acordo com o nº 11 do artigo 25º-D da Lei Bancária Alemã (KWG), cuja função é apoiar o Conselho de Fiscalização nas seguintes tarefas:

- Identificar candidatos a preencher uma posição no Conselho de Administração e preparar propostas para a eleição de membros do Conselho de Fiscalização;
- Elaborar um objetivo para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para o conseguir;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização e fazer recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização;
- Avaliar regularmente (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente; e
- Analisar os princípios do Conselho de Administração para a seleção e nomeação de pessoas para o nível superior de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito.

O Comité de Nomeações a estabelecer em conformidade com a Lei Bancária Alemã (KWG) tem, por conseguinte, numerosas tarefas que vão além da preparação das propostas eleitorais para os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. A exclusão geral dos representantes dos colaboradores do Conselho de Fiscalização da composição num comité só é admissível, de acordo com o parecer prevaemente, se houver uma razão material para tal. Ainda que possa existir uma tal razão material para um comité que apenas lida com a preparação das propostas a apresentar à Assembleia-Geral para a eleição dos representantes dos acionistas, não existe uma justificação para a exclusão dos representantes dos colaboradores para um comité de nomeações com o leque de tarefas que lhe são atribuídas pela Lei Bancária Alemã (KWG). Devido ao leque de tarefas obrigatórias do Comité de Nomeações estipulado pela Lei Bancária Alemã (KWG) e à inadmissibilidade de discriminar representantes dos colaboradores na composição dos comités, a recomendação do artigo D.4 do código de governo das sociedades alemão não é aplicável ao Deutsche Bank Aktiengesellschaft. Contudo, de modo a ter em conta esta recomendação, o nº 3 do artigo 2.º dos termos de referência do Comité de Nomeações prevê que as propostas de eleição para a Assembleia-Geral sejam elaboradas apenas pelos representantes dos acionistas do Comité de Nomeações.

Objetivos para a proporção de mulheres em cargos de gestão/quota de género

A 31 de dezembro de 2023, a percentagem de mulheres no Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG é de 40%. O mínimo estatutário de 30% nos termos da Secção 96 (2) da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) foi assim excedido.

A atual lei alemã que complementa e altera os regulamentos sobre a igualdade de participação de mulheres e homens em cargos de gestão nos setores público e privado (Lei da Igualdade de Participação II (FüPoG II)) exige que pelo menos uma mulher e um homem sejam nomeados para um conselho de administração com mais de três membros, mas não devem ser estabelecidos objetivos adicionais. Com uma mulher, Rebecca Short, no Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, o banco cumpriu o requisito até 31 de dezembro de 2023.

O Deutsche Bank está firmemente convicto de que um melhor equilíbrio de género em funções de liderança irá contribuir de forma significativa para o seu sucesso futuro.

Em conformidade com as condições do quadro jurídico e com base na própria estratégia do banco em matéria de diversidade, equidade e inclusão, o banco está a trabalhar para progredir nos seus ambiciosos objetivos do programa "35 by 25" que o Conselho de Administração estabeleceu em 4 de maio de 2021. Até 2025, as mulheres devem representar um mínimo de 35% dos cargos de diretor executivo, diretor e vice-presidente.

Os objetivos para a representação das mulheres nos dois níveis de administração abaixo do Conselho de Administração são agora de, pelo menos, 30% de mulheres no primeiro nível de administração e de, pelo menos, 30% de mulheres no segundo nível de administração abaixo do Conselho de Administração. Estes objetivos deverão ser atingidos até 31 de dezembro de 2025.

A população dos colaboradores no primeiro nível de administração abaixo do Conselho de Administração abrange os diretores executivos e os diretores que reportam diretamente ao Conselho de Administração e aos administradores com responsabilidades comparáveis. A população dos colaboradores no segundo nível de administração abrange os diretores executivos e os diretores que reportam ao primeiro nível de administração.

Implementar a legislação relativa à quota de género alemã no Deutsche Bank AG

	31 dez 2023		31 dez 2022	31 dez 2021
	Objetivo	Resultado	Resultado	Resultado
Nível (número de efetivos, em %) ¹				
Conselho de Fiscalização	30,0	40,0	30,0	30,0
Conselho de Administração ²	1,0	1,0	2,0	2,0
Nível do Conselho de Administração -1 ³	30,0	20,0	17,1	20,0
Nível do Conselho de Administração -2 ³	30,0	27,6	29,6	27,5
Cargos seniores da sociedade (número de efetivos, em %) ^{4,5}				
Diretores executivos, diretores, vice-presidentes	35,0	32,3	30,7	29,9

¹ Lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FüPoG II)

² O objetivo reflete o requisito da lei alemã relativa às quotas de género (Zweites Führungspositionen-Gesetz, FüPoG II)

³ O objetivo reflete dezembro de 2025

⁴ O objetivo reflete dezembro de 2025, incluindo as promoções do ano seguinte

⁵ Excluindo Asset Management e Corporate & Others

Em 31 de dezembro de 2023, a proporção de mulheres era de 20,0% (2022: 17,1%) no primeiro nível de gestão abaixo do Conselho de Administração e de 27,6 % (2022: 29,6 %) no segundo nível de gestão abaixo do Conselho de Administração.

Embora o compromisso do banco de aumentar a representação das mulheres em posições de administração sénior seja global, a implementação pelo banco é local. Cada região e cada empresa tem as suas próprias necessidades de diversidade e inclusão, uma vez que as culturas e os atuais desafios sociais diferem de país para país e de área de negócio para área de negócio. No entanto, o Conselho de Administração continua empenhado nestas metas e está a desenvolver iniciativas centradas para acelerar a mudança. Estas iniciativas aplicam-se a todas as fases do desenvolvimento da carreira, abrangendo o recrutamento de talentos, o desenvolvimento, a retenção e as promoções.

No âmbito deste enquadramento, as decisões do banco sobre promoções e nomeações estão em consonância, em particular, com a adequação dos candidatos aos respetivos cargos, o desempenho demonstrado e o potencial futuro. Em consonância com o conceito do banco de diversidade fundamental, o banco também leva em conta os conhecimentos e as competências necessárias para o correto desempenho das tarefas e a experiência necessária dos colaboradores para a composição dos dois níveis abaixo do Conselho de Administração.

Conceito de diversidade

A diversidade é um fator decisivo para o sucesso do Deutsche Bank, enquanto parte integrante da sua estratégia como banco europeu líder, com um alcance global e um forte mercado interno na Alemanha. A diversidade, a equidade e a inclusão ajudam o Deutsche Bank a estabelecer e a reforçar as relações com os seus clientes e parceiros nas sociedades onde o banco desenvolve a sua atividade.

A idade, o género e o percurso académico e profissional sempre foram considerados aspetos-chave do entendimento mais abrangente de diversidade no Deutsche Bank.

O banco está convicto de que a diversidade, a equidade e a inclusão estimulam a inovação, por exemplo, e ajudam o banco a tomar decisões mais equilibradas, desempenhando assim um papel decisivo no sucesso do Deutsche Bank. Assim, a diversidade e inclusão são componentes fundamentais dos valores e convicções do banco e do respetivo Código de Conduta.

O Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração empenham-se e devem ser um modelo a seguir pelo banco no que se refere à diversidade, equidade e inclusão. Em conformidade com os valores e convicções do banco especificados acima, a diversidade na composição do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração também facilita o correto desempenho das tarefas e deveres que lhes são atribuídos por lei, pelos Estatutos e pelos Termos de Referência.

Com base no entendimento do Deutsche Bank de diversidade, equidade e inclusão, os valores e convicções e as medidas descritas a seguir para a sua implementação também são aplicáveis – na medida legalmente permitida – ao Conselho de Fiscalização e ao Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. O Conselho de Fiscalização tem em atenção a diversidade na empresa, nomeadamente, ao preencher vagas no Conselho de Administração e no Conselho de Fiscalização.

Em 27 de julho de 2023, o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG atualizou a orientação de adequação para a seleção de membros do Conselho de Fiscalização e do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG, a qual também contém princípios de diversidade. A orientação de adequação implementa as "orientações relativas à avaliação da adequação dos membros do Conselho de Administração e titulares de funções-chave" publicadas conjuntamente pela Autoridade Bancária Europeia e pela Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados.

Conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização

O conceito de diversidade para o Conselho de Fiscalização e a sua implementação são descritos acima na secção "Objetivos para a composição do Conselho de Fiscalização, perfil de requisitos, conceito de diversidade e estado de implementação".

Conceito de diversidade e planeamento de sucessões para o Conselho de Administração

Através da composição do Conselho de Administração, é necessário assegurar que os membros têm, sempre, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar adequadamente as suas tarefas. Em conformidade, ao selecionar os membros para o Conselho de Administração, é necessário assegurar que estes têm coletivamente conhecimentos especializados e diversidade suficiente no âmbito dos objetivos acima indicados. Além disso, o Conselho de Fiscalização e o Conselho de Administração devem assegurar o planeamento da sucessão a longo prazo.

A atual lei alemã que complementa e altera os regulamentos sobre a igualdade de participação de mulheres e homens em cargos de gestão nos setores público e privado (Lei da Igualdade de Participação II (FüPoG II)) exige que pelo menos uma mulher e um homem sejam nomeados para um conselho de administração com mais de três membros, mas não devem ser estabelecidos objetivos adicionais. O banco cumpriu este requisito em 31 de dezembro de 2023, uma vez que tem uma mulher no Conselho de Administração. Em geral, um membro do Conselho de Administração não deverá, no final do seu mandato, ter idade superior à idade normal de reforma, de acordo com as regras do regime de seguro de pensão obrigatório aplicável na Alemanha para o segurado de longa duração requerer uma pensão de reforma antecipada.

Implementação

De acordo com a legislação, os Estatutos e os Termos de referência, o Conselho de Fiscalização adotou um perfil de candidato para os membros do Conselho de Administração, com base numa proposta do Comité de Nomeações. Este perfil têm em consideração uma "Matriz de conhecimentos especializados e competências" que especifica, entre outros, o conhecimento, as competências e a experiência necessários para desempenhar as tarefas de membro do Conselho de Administração, a fim de desenvolver e implementar com sucesso a estratégia do banco no respetivo mercado ou na respetiva divisão e enquanto órgão de gestão coletivamente. O Conselho de Administração analisa planos de sucessão para posições do Conselho de Administração, tanto a nível individual como coletivo. Os planos de sucessão individuais são revistos e os candidatos à sucessão interna são discutidos em pormenor com base no potencial, nas competências de liderança e na experiência, bem como na adequação e idoneidade. Uma vez que a diversidade de género é um aspeto fundamental para o Deutsche Bank, no que respeita à sucessão, são aplicadas métricas e análises de dados para apoiar este processo. Após aprovação pelo Conselho de Administração, estes planos são submetidos ao Comité de Nomeações e ao Conselho de Fiscalização, em princípio, numa reunião para deliberação alargada.

Na identificação de candidatos para preencher uma vaga no Conselho de Administração do banco, o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização tem em consideração o equilíbrio de diversidade apropriado de todos os membros do Conselho de Administração coletivamente. Além disso, também tem em consideração os objetivos definidos pelo Conselho de Fiscalização em conformidade com os requisitos estatutários para a percentagem de mulheres no Conselho de Administração.

O Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização na avaliação periódica (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Administração coletivamente.

Resultados alcançados no exercício financeiro de 2023

Em 31 de dezembro de 2023, o Conselho de Administração era composto por uma mulher (11%) e oito homens.

A estrutura etária é diversificada, variando entre 48 e 56 anos de idade em 31 de dezembro de 2023. O tempo de experiência como membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank em 31 de dezembro de 2023 variava entre menos de um ano e cerca de oito anos.

Tendo em conta a estratégia do banco como banco europeu líder com um alcance global e um forte mercado doméstico na Alemanha, cinco dos nove membros do Conselho de Administração em 31 de dezembro de 2023 são de origem alemã. Além disso, os membros do Conselho de Administração são provenientes de Itália, Reino Unido, França, Austrália, Nova Zelândia e Suíça. No entanto, a diversidade étnica do Conselho de Administração não reflete atualmente toda a diversidade dos mercados em que o banco exerce a sua atividade, nem a diversidade dos trabalhadores do Deutsche Bank.

A diversidade de percursos académicos e profissionais dos membros do Conselho de Administração inclui contabilidade, banca, administração de empresas, economia, engenharia financeira, literatura, direito e filosofia.

O banco relata de forma transparente a diversidade do Conselho de Administração adicionalmente à informação apresentada acima neste Relatório de Governo da Sociedade na secção "Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização:

Conselho de Administração" bem como no sítio Web do banco: www.db.com (título: "Relações com os investidores", "Governo da sociedade", "Conselho de Administração").

5 - Informações complementares (não auditadas)

515	Medidas financeiras não-GAAP
523	Declaração de aval
524	Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
525	Impressão/Publicações

Medidas financeiras não-GAAP

Este documento e outros documentos que o Grupo publicou ou poderá vir a publicar contêm medidas financeiras não-GAAP. As medidas financeiras não-GAAP são medidas do desempenho histórico ou futuro do Grupo, da nossa posição financeira ou dos fluxos de caixa, que contêm ajustamentos que excluem ou incluem montantes incluídos ou excluídos, conforme o caso, da medida mais diretamente comparável calculada e apresentada em conformidade com as IFRS nas demonstrações financeiras do Grupo.

Rácios de rentabilidade do capital próprio

O Grupo comunica uma rentabilidade após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível, sendo que cada um corresponde a uma medida financeira não-GAAP.

As rentabilidades após impostos do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio dos acionistas tangível são calculadas como lucros (perdas) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais (cupão AT1) como uma percentagem do capital próprio médio dos acionistas e do capital próprio médio tangível dos acionistas, respetivamente.

Os resultados atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank após os resultados atribuíveis a componentes de capital adicional (cupão AT1) para os segmentos são um indicador financeiro não GAAP e são definidos como lucros (perdas) excluindo lucros (perdas) após impostos atribuíveis a participações minoritárias e após lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicional (cupão AT1), que são atribuídos aos segmentos com base no capital próprio médio tangível dos acionistas. Para o Grupo, reflete a taxa efetiva de imposto relatada, que foi de 14% no exercício de 2023, (1)% para 2022 e 26% para 2021. Para os segmentos, a taxa de imposto aplicada foi de 28% para 2023, 2022 e 2021.

A nível do Grupo, o capital próprio dos acionistas tangível é o capital próprio dos acionistas conforme apresentado no balanço consolidado, excluindo goodwill e outros ativos intangíveis. O capital próprio tangível dos acionistas para os segmentos é calculado deduzindo o goodwill e outros ativos intangíveis do capital próprio dos acionistas como atribuído aos segmentos. O capital próprio dos acionistas e o capital próprio dos acionistas tangível são apresentados sob a forma de média.

O Grupo acredita que a apresentação do capital próprio médio dos acionistas tangível facilita as comparações com os seus concorrentes e faz referência a esta medida nos rácios de rentabilidade do capital próprio apresentados pelo Grupo. Contudo, o capital próprio médio dos acionistas tangível não é uma medida prevista nas IFRS e não se deve comparar os rácios do Grupo baseados nesta medida com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças nos cálculos.

A conciliação dos rácios supramencionados encontra-se na tabela abaixo:

	2023					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.984	1.836	1.015	396	(553)	5.678
Lucros (prejuízos)	2.148	1.322	731	285	405	4.892
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	120	120
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	2.148	1.322	731	285	286	4.772
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	121	262	132	23	23	560
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	2.027	1.060	599	263	263	4.212
Capital próprio médio dos acionistas alocado	13.306	27.593	14.477	5.318	2.318	63.011
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ¹	1.059	1.246	1.094	2.989	45	6.434
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	12.247	26.346	13.383	2.328	2.273	56.577
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	15,2%	3,8%	4,1%	4,9%	N/S	6,7%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	16,6%	4,0%	4,5%	11,3%	N/S	7,4%

N/S – Não significativo

¹ O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

	2022					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.814	3.217	1.722	584	(1.743)	5.594
Lucros (prejuízos)	1.306	2.316	1.240	421	376	5.659
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	134	134
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	1.306	2.316	1.240	421	242	5.525
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	103	232	116	22	28	500
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	1.203	2.084	1.124	399	214	5.025
Capital próprio médio dos acionistas alocado	12.015	26.036	13.557	5.395	2.991	59.994
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ¹	953	1.139	1.108	3.067	61	6.328
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	11.062	24.897	12.449	2.328	2.929	53.666
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	10,0%	8,0%	8,3%	7,4%	N/S	8,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	10,9%	8,4%	9,0%	17,1%	N/S	9,4%

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

	2021					
em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	609	3.458	(133)	809	(1.353)	3.390
Lucros (prejuízos)	438	2.490	(96)	583	(906)	2.510
Lucros (prejuízos) atribuíveis a participações minoritárias	0	0	0	0	144	144
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	438	2.490	(96)	583	(1.050)	2.365
Lucros (perdas) atribuíveis a componentes de capital adicionais	81	207	103	17	18	426
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	358	2.282	(199)	566	(1.067)	1.940
Capital próprio médio dos acionistas alocado	11.101	25.281	13.041	5.128	1.883	56.434
Deduzir: Goodwill médio atribuído e outros ativos intangíveis ¹	893	1.072	1.105	2.936	42	6.049
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	10.208	24.208	11.936	2.192	1.841	50.385
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	3,2%	9,0%	(1,5)%	11,0%	N/S	3,4%
Rentabilidade do capital próprio tangível médio dos acionistas (após impostos)	3,5%	9,4%	(1,7)%	25,8%	N/S	3,8%

N/S – Não significativo

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ O goodwill e outros ativos intangíveis relacionados com a participação da DWS que não é detida pelo Deutsche Bank estão excluídos desde o primeiro trimestre de 2018

Receitas excluindo rubricas específicas

As receitas excluindo rubricas específicas são um indicador de desempenho que é uma medida financeira não-GAAP mais diretamente comparável às receitas líquidas da medida financeira das IFRS. As receitas excluindo rubricas específicas são calculadas ajustando as receitas líquidas nos termos das IFRS para rubricas de receitas específicas que, em geral, não se enquadram na natureza ou no âmbito de atividade habituais e que são suscetíveis de falsear uma avaliação exata do desempenho operacional das divisões. Os elementos excluídos são o ajustamento da avaliação de dívida (AAD) e transações ou eventos significativos que sejam de natureza única ou pertençam a uma carteira de transações ou eventos relacionados, em que o impacto P&L se limite a um período específico de tempo. O Grupo acredita que a apresentação de receitas líquidas, excluindo o impacto destas rubricas, proporciona uma descrição mais significativa das receitas associadas aos negócios.

	2023					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Proveitos	7.716	9.160	9.575	2.383	45	28.879
AAD	0	47	0	0	(5)	42
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	0	0	0	0
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	0	47	0	0	(5)	42
Receitas excluindo rubricas específicas	7.716	9.207	9.575	2.383	40	28.921

	2022					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Proveitos	6.337	10.016	9.153	2.608	(904)	27.210
AAD	0	(49)	0	0	6	(43)
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	(125)	0	0	(125)
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank ¹	0	0	(305)	0	0	(305)
Total de rubricas de receitas específicas	0	(49)	(430)	0	6	(473)
Receitas excluindo rubricas específicas	6.337	9.968	8.723	2.608	(898)	26.737

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

¹ Ganho na venda de 312 milhões de euros, líquidos de comissões relacionadas com a transação no valor de 6 milhões de euros

	2021					
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Proveitos	5.153	9.631	8.233	2.708	(314)	25.410
AAD	0	28	0	0	2	30
Sal. Negociação de Oppenheim – International Private Bank	0	0	(103)	0	0	(103)
Ganho na venda da atividade de Financial Advisors Italy – International Private Bank	0	0	0	0	0	0
Total de rubricas de receitas específicas	0	28	(103)	0	2	(73)
Receitas excluindo rubricas específicas	5.153	9.660	8.130	2.708	(312)	25.337

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Custos ajustados/custos não operacionais

Os custos ajustados são um dos indicadores-chave de desempenho do Grupo e são uma medida financeira não-GAAP para a qual a medida financeira das IFRS mais diretamente comparável são os gastos operacionais. Os custos ajustados são calculados através da dedução (i) da imparidade do goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) de encargos líquidos com litígios, e (iii) reestruturação e separação de gastos operacionais (no total referidas como custos não operacionais) excl. juros, ao abrigo das IFRS. O Grupo acredita que a apresentação de gastos operacionais (excl. juros) excluindo o impacto destas rubricas proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos negócios operacionais.

						2023
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.466	6.890	7.777	1.825	738	21.695
Custos não operacionais:						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	233	0	0	0	233
Encargos com litígios, valor líquido	53	147	123	26	(37)	311
Reestruturação e indemnização	76	87	346	34	23	566
Total de custos não operacionais	129	468	468	59	(14)	1.110
Custos ajustados	4.337	6.422	7.308	1.765	752	20.585

						2022
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.188	6.466	6.848	1.850	1.037	20.390
Custos não operacionais:						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	0	0	0	68	0	68
Encargos com litígios, valor líquido	23	166	(60)	24	261	413
Reestruturação e indemnização	(6)	43	(87)	37	6	(8)
Total de custos não operacionais	16	209	(147)	129	267	474
Custos ajustados	4.172	6.257	6.995	1.722	770	19.916

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

						2021
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Gastos operacionais (excl. juros)	4.547	6.087	7.920	1.670	1.281	21.505
Custos não operacionais:						
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	5	0	0	0	0	5
Encargos com litígios, valor líquido	2	99	134	2	231	466
Reestruturação e indemnização	111	87	236	21	13	468
Total de custos não operacionais	117	186	371	23	243	939
Custos ajustados	4.429	5.901	7.549	1.647	1.038	20.566

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Receitas e custos numa base ajustada à moeda

As receitas e custos numa base ajustada à moeda são calculados através da conversão em euros das receitas e custos de períodos anteriores que foram gerados ou incorridos em moedas não euro às taxas de câmbio que prevaleceram durante o período do ano corrente. Estes números ajustados e as respetivas alterações percentuais período a período destinam-se a fornecer informações sobre o desenvolvimento dos volumes e custos de negócio subjacentes.

Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos

Os lucros (perdas) ajustados antes de impostos são calculado ajustando os lucros (perdas) antes de impostos segundo as IFRS para rubricas específicas de receita e custos não operacionais. Uma panorâmica pormenorizada dos custos não operacionais, que consistem em (i) imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) encargos líquidos com litígios e (iii) reestruturação e indemnizações, é apresentada na secção "Custos ajustados/custos não operacionais". O Grupo acredita que a apresentação de lucros (perdas) antes dos impostos, excluindo o impacto das rubricas acima proporciona uma descrição mais significativa dos custos associados aos negócios operacionais.

						2023
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	2.984	1.836	1.015	396	(553)	5.678
Rubricas de receitas específicas	0	47	0	0	(5)	42
Custos não operacionais	129	468	468	59	(14)	1.110
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	3.112	2.351	1.484	456	(571)	6.831

						2022
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.814	3.217	1.722	584	(1.743)	5.594
Rubricas de receitas específicas	0	(49)	(430)	0	6	(473)
Custos não operacionais	16	209	(147)	129	267	474
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	1.831	3.377	1.145	713	(1.470)	5.595

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

						2021
em milhões de euros	Corporate Bank	Investment Bank	Private Bank	Asset Management	Corporate & Other	Total consolidado
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	609	3.458	(133)	809	(1.353)	3.390
Rubricas de receitas específicas	0	28	(103)	0	2	(73)
Custos não operacionais	117	186	371	23	243	939
Lucros (prejuízos) ajustados antes dos impostos	726	3.672	135	832	(1.108)	4.256

Comparativos de anos anteriores alinhados com a apresentação no ano em curso.

Rentabilidade após impostos ajustada (Grupo)

A rentabilidade após impostos ajustada (Grupo) ajusta os lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank para rubricas específicas de receita e custos não operacionais, bem como para o impacto do imposto líquido dessas rubricas. A rentabilidade ajustada após impostos dos capitais próprios tangíveis médios é calculada dividindo o lucro (prejuízo) ajustado atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelos capitais próprios tangíveis médios atribuídos. O Grupo considera que uma apresentação de rentabilidade após impostos ajustada facilita as comparações com os seus concorrentes.

Uma panorâmica pormenorizada dos custos não operacionais, que consistem em (i) imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) encargos líquidos com litígios e (iii) reestruturação e indemnizações, é apresentada na secção "Custos ajustados/custos não operacionais".

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	4.212	5.025	1.940
Rubricas de receitas específicas	42	(473)	(73)
Custos não operacionais	1.110	474	939
Ajustamentos fiscais	323	3	244
dos quais: Efeito fiscal das rubricas de ajustamento acima ¹	323	0	243
dos quais: Ajustamentos para efeitos relacionados com pagamentos baseados em ações	0	3	1
Lucros (prejuízos) ajustados atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	5.042	5.022	2.562
Capital próprio médio tangível dos acionistas atribuído	56.577	53.666	50.385
Rentabilidade após impostos ajustada sobre a média do capital próprio tangível dos acionistas	8,9%	9,4%	5,1%

¹ Ajustes antes de impostos tributados a uma taxa de 28%

Lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo custos não operacionais

Os lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo custos não operacionais são um indicador financeiro não GAAP para o qual o indicador financeiro das IFRS mais diretamente comparável são os lucros (prejuízos) antes de impostos. Os lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo custos não operacionais são calculados deduzindo os custos não operacionais, que consistem em (i) imparidade do goodwill e outros ativos intangíveis, (ii) encargos líquidos com litígios e (iii) reestruturação e indenizações, dos lucros (prejuízos) antes de impostos de acordo com as IFRS. Uma panorâmica pormenorizada dos custos não operacionais é apresentada na secção "Custos ajustados/custos não operacionais". O Grupo acredita que a apresentação dos lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo os custos não operacionais, fornece uma representação mais significativa dos custos associados às suas atividades operacionais.

O quadro seguinte apresenta uma reconciliação dos lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo os custos não operacionais do Grupo:

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	5.678	5.594	3.390
Custos não operacionais	1.110	474	939
Lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo custos não operacionais	6.789	6.068	4.329

O quadro seguinte apresenta uma reconciliação dos lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo os custos não operacionais do Private Bank:

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021
Lucros (prejuízos) antes dos impostos	1.015	1.722	(133)
Custos não operacionais	468	(147)	371
Lucros (prejuízos) antes de impostos, excluindo custos não operacionais	1.484	1.575	238

Rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio dos acionistas, excluindo custos não operacionais

A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio dos acionistas, excluindo custos não operacionais é um ajustamento da rentabilidade após impostos dos capitais próprios tangíveis médios dos acionistas, que é um indicador financeiro não GAAP. A rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio dos acionistas, excluindo custos não operacionais é calculada deduzindo os custos não operacionais dos lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank. O Grupo considera que a apresentação da rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio dos acionistas, excluindo custos não operacionais constitui uma representação mais significativa dos custos associados às suas atividades operacionais e do seu desempenho financeiro.

Uma panorâmica pormenorizada dos custos não operacionais, que consistem em (i) imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) encargos líquidos com litígios e (iii) reestruturação e indenizações, é apresentada na secção "Custos ajustados/custos não operacionais".

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do Deutsche Bank	4.212	5.025	1.940
Ajustamento para custos não operacionais	1.110	474	939
Efeito do imposto sobre o rendimento do ajustamento para custos não operacionais ¹	311	133	263
Lucros (prejuízos) atribuíveis aos acionistas do DB, excluindo custos não operacionais	5.011	5.366	2.616
Capital próprio médio dos acionistas alocado	63.011	59.994	56.434
Capital próprio médio tangível dos acionistas	56.577	53.666	50.385
Rentabilidade após impostos do capital próprio médio tangível dos acionistas, excluindo custos não operacionais	8,0%	8,9%	4,6%
Rentabilidade após impostos do capital próprio tangível médio dos acionistas, excluindo custos não operacionais	8,9%	10,0%	5,2%

¹ Ajustes antes de impostos tributados a uma taxa de 28%

Rácio custo/rendimento, excluindo custos não operacionais

O rácio custo/rendimento, excluindo os custos não operacionais, é um indicador financeiro não GAAP para o qual o indicador financeiro das IFRS mais diretamente comparável é o rácio do total das despesas não relacionadas com juros dividido pelo total das receitas líquidas, que designamos por rácio custo/rendimento. O rácio custo/rendimento, excluindo custos não operacionais é calculado deduzindo os custos não operacionais das despesas não relacionadas com juros. O Grupo acredita que uma apresentação do rácio custo/rendimento, excluindo os custos não operacionais fornece uma representação mais significativa dos custos associados às suas atividades operacionais e do seu desempenho financeiro.

Uma panorâmica pormenorizada dos custos não operacionais, que consistem em (i) imparidade de goodwill e de outros ativos intangíveis, (ii) encargos líquidos com litígios e (iii) reestruturação e indemnizações, é apresentada na secção "Custos ajustados/custos não operacionais".

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021
Receitas líquidas	28.879	27.210	25.410
Gastos operacionais (excl. juros)	21.695	20.390	21.505
Rácio custo/rendimento	75,1%	74,9%	84,6%
Ajustamento para custos não operacionais	1.110	474	939
Despesas não relacionadas com juros, excluindo custos não operacionais	20.585	19.916	20.566
Rácio custo/rendimento, excluindo custos não operacionais	71,3%	73,2%	80,9%

Ativos líquidos (ajustados)

Os ativos líquidos (ajustados) são definidos como ativos totais IFRS ajustados de modo a refletir o reconhecimento dos acordos jurídicos de compensação, a liquidação de garantias em numerário recebidas e pagas e a compensação dos saldos de liquidações pendentes. O Grupo considera que a apresentação dos ativos líquidos (ajustados) torna mais fácil a comparação com os seus concorrentes.

em milhões de euros (exceto se indicação em contrário)	2023	2022	2021
Total do ativo	1.312	1.337	1.324
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de instrumentos derivados (incl. derivados de cobertura)	196	228	239
Deduzir: Garantia em numerário de derivados recebida / paga	56	70	65
Deduzir: Compensação de linhas de crédito de transações de financiamento de títulos	2	2	2
Deduzir: Compensação de liquidações pendentes	29	17	15
Ativos líquidos (ajustados)	1.029	1.019	1.002

Valor contabilístico e valor contabilístico tangível por ação básica em circulação

O valor contabilístico por ação básica em circulação e o valor contabilístico tangível por ação básica em circulação são medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas pelos investidores e analistas da indústria que nelas confiam como indicadores de adequação do capital. O valor contabilístico por ação básica em circulação representa o total do capital acionista do banco dividido pelo número de ações básicas em circulação no final do período. O valor contabilístico tangível representa o total do capital acionista do Banco menos o goodwill e outros ativos intangíveis. O valor contabilístico tangível por ação básica em circulação é calculado dividindo o valor contabilístico tangível pelas ações básicas em circulação no final do período.

Valor contabilístico tangível

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Total do capital acionista (valor contabilístico)	64.486	61.959	58.027	2.527	4	3.932	7
Goodwill e outros ativos intangíveis ¹	(6.573)	(6.327)	(6.079)	(246)	4	(248)	4
Capital próprio dos acionistas tangível (valor contabilístico tangível)	57.913	55.632	51.949	2.281	4	3.683	7

¹ Exclui goodwill e outros ativos intangíveis atribuíveis à venda parcial da DWS.

Ações básicas em circulação

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2023	2022	2021	Aumento (diminuição) em 2023 relativamente a 2022		Aumento (diminuição) em 2022 relativamente a 2021	
				em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Número de ações	2.040,2	2.066,8	2.066,8	(26,5)	(1,3)	0	0
Ações em circulação:							
Ações em tesouraria	(48,2)	(28,9)	(0,7)	(19,3)	66,6	(28,3)	N/S
Prêmios em ações com direitos adquiridos	46,3	45,6	34,5	0,8	1,7	11,1	32,0
Ações básicas em circulação	2.038,4	2.083,4	2.100,6	(45,0)	(2,2)	(17,2)	(0,8)
Valor contabilístico por ação básica em circulação em €	31,64	29,74	27,62	1,90	6,4	2,12	7,7
Valor contabilístico tangível por ação básica em circulação em €	28,41	26,70	24,73	1,71	6,4	1,97	8,0

Medidas regulamentares do CRR/CRD

Os ativos regulamentares, exposições, ativos ponderados pelo risco, capital e rácios do Grupo são calculados para fins regulamentares e definidos ao longo deste documento nos termos do CRR/CRD, como atualmente aplicável.

Para as comparações a 31 de dezembro de 2021, determinados valores com base na definição do CRR de fundos próprios (aplicáveis ao capital Tier 1 (AT1) adicional e ao capital Tier 2 adicional e em números baseados nos mesmos, incluindo o capital Tier 1, o capital total e o rácio de alavancagem) são apresentados numa base "fully loaded". Esses valores "fully loaded" são calculados excluindo os regimes transitórios para instrumentos de fundos próprios, tal como previsto no CRR/CRD atualmente aplicável. O Deutsche Bank tinha montantes imateriais desses instrumentos em circulação no final de 2022 e 2023. Para esses períodos comparativos, os números CET1 e RWA incluem os impactos transitórios de inclusão da IFRS 9 também nos números "fully-loaded", uma vez que é uma diferença insignificativa. As medidas calculadas de acordo com a metodologia "fully loaded" do Grupo são medidas financeiras não GAAP.

O Deutsche Bank acredita que estes cálculos "fully-loaded" fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o progresso do banco face a futuras normas de capital regulamentar então conhecidas. Muitos dos concorrentes do Deutsche Bank têm descrito cálculos numa base "fully-loaded". No entanto os pressupostos e estimativas dos concorrentes em relação aos cálculos "fully loaded" podem variar de tal forma que as medidas "fully loaded" do banco poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante utilizadas pela concorrência.

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London	Deutsche Holdings (Grand Duchy), Luxembourg
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited i. L., Londres
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa, México
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO "Deutsche Bank", Moscovo
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	PB Factoring GmbH, Bona
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	
Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque	

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

em milhões de euros	2023	2022	2021	2020	2019
Rendimento de juros líquido	13.602	13.650	11.155	11.526	13.749
Provisão para perdas de crédito	1.505	1.226	515	1.792	723
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	12.097	12.425	10.640	9.734	13.026
Rendimentos de serviços e comissões	9.206	9.838	10.934	9.424	9.520
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	4.947	2.999	3.045	2.465	193
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	1.125	723	277	614	(298)
Total de receitas líquidas	28.879	27.210	25.410	24.028	23.165
Remunerações e benefícios	11.131	10.712	10.418	10.471	11.142
Despesas gerais e administrativas	10.112	9.728	10.821	10.259	12.253
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	0
Imparidade de goodwill e outros ativos intangíveis	233	68	5	0	1.037
Atividades de reestruturação	220	(118)	261	485	644
Despesas totais (excluindo juros)	21.695	20.390	21.505	21.216	25.076
Resultado antes de impostos sobre o rendimento	5.678	5.594	3.390	1.021	(2.634)
Despesa de imposto sobre o rendimento	787	(64)	880	397	2.630
Resultado líquido	4.892	5.659	2.510	624	(5.265)
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	120	134	144	129	125
Resultados líquidos atribuíveis a acionistas do Deutsche Bank e componentes de capital adicionais	4.772	5.525	2.365	495	(5.390)
em euros (exceto se indicado em contrário)					
Resultados por ação básicos ¹	2,07	2,42	0,96	0,07	(2,71)
Resultados por ação diluídos ²	2,03	2,37	0,93	0,07	(2,71)
Dividendos pagos por ação ³	0,30	0,20	0,00	0,00	0,11
Dividendos pagos por ação em dólares dos Estados Unidos ⁴	0,32	0,21	0,00	0,00	0,12

¹ Os resultados básicos por ação para cada período são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação; os resultados foram ajustados em 498 milhões de euros, 479 milhões de euros, 363 milhões de euros, 349 milhões de euros e 330 milhões de euros antes de impostos para os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais em maio de 2023, maio de 2022, abril de 2021, abril de 2020 e abril de 2019, respectivamente

² Os resultados por ação diluídos para cada período são calculados dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação, ambos após as conversões assumidas; os resultados foram ajustados em 498 milhões de euros, 479 milhões de euros, 363 milhões de euros, 349 milhões de euros e 330 milhões de euros antes de impostos para os cupões pagos sobre os títulos Tier 1 adicionais em maio de 2023, maio de 2022, abril de 2021, abril de 2020 e abril de 2019, respectivamente

³ Dividendos declarados e pagos no exercício.

⁴ Os dividendos declarados e pagos em dólares dos Estados Unidos foram convertidos de euros para dólares dos Estados Unidos, com base nas taxas de câmbio em vigor nos respectivos dias de pagamento.

em milhões de euros	2023	2022	2021	2020	2019
Total do ativo	1.312.331	1.336.788	1.323.993	1.325.259	1.297.674
Empréstimos pelo custo amortizado	473.705	483.700	471.319	426.995	429.841
Depósitos	622.035	621.456	603.750	568.031	572.208
Dívida a longo prazo	119.390	131.525	144.485	149.163	136.473
Ações ordinárias	5.223	5.291	5.291	5.291	5.291
Total do capital acionista	64.486	61.959	58.027	54.786	55.857
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) ¹	48.066	48.097	46.506	44.885	44.148
Capital Common Equity Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) ^{1,2}	N/A	N/A	46.506	44.885	44.148
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) ¹	56.395	56.616	55.375	51.734	50.546
Capital Tier 1 (CRR/CRD IV fully-loaded) ^{1,2}	N/A	N/A	54.775	50.634	48.733
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV relatado/integração progressiva) ¹	65.005	66.146	62.732	58.677	56.503
Total do capital regulamentar (CRR/CRD IV fully-loaded) ^{1,2}	N/A	N/A	62.102	57.257	56.503

N/A – não aplicável

¹ Os valores apresentados baseiam-se nas regras transitórias ("CRR/CRD IV") e na aplicação integral ("CRR/CRD IV fully-loaded") do quadro CRR/CRD IV.

² A partir do primeiro trimestre de 2022, a informação é apresentada como reportada, uma vez que a definição fully loaded foi eliminada por resultar apenas numa diferença imaterial; a informação comparativa para períodos anteriores mantém-se inalterada e baseia-se na anterior definição de fully loaded do Deutsche Bank.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank
Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60325 Frankfurt am Main
(para cartas e postais: 60262)
Alemanha
Telefone: +49 69 910-00
deutsche.bank@db.com

Contacto para os acionistas
+49 800 910-8000
db.ir@db.com

Hotline AGM
+49 6196 8870704

Online
Todas as publicações relativas aos nossos
relatos financeiros estão disponíveis em:
www.db.com/reports

Publicação
Publicado em 14 de março de 2024

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são declarações que não são factos históricos; estas incluem declarações sobre as nossas opiniões e expectativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a principal fonte de receitas do banco e onde detemos a maior parte dos seus ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do plano de gestão do Grupo, a fiabilidade das suas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no formulário SEC 20-F do banco de 14 de março de 2024, sob o título "Fatores de risco". Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em www.db.com/ir.

*Calendário Financeiro
a atualizar*

Deutsche Bank



Demonstrações Financeiras Anuais do Deutsche Bank AG de 2023

Versão Master

1-	
Relatório de Gestão	
2	Relatório da gestão combinado
2-	
Demonstrações financeiras anuais	
3	Balanço a 31 de dezembro, 2023
5	Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023
6	Notas ao balanço e à demonstração de resultados
3-	
Confirmações	
64	Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração
65	Relatório do auditor independente

Relatório da gestão combinado

De acordo com as disposições do n.º 5 do artigo 315.º do HGB (Código Comercial Alemão, "Handelsgesetzbuch") e do n.º 2 do artigo 298.º do HGB, o relatório de gestão do Deutsche Bank AG foi combinado com o relatório de gestão do Deutsche Bank Group. O relatório de gestão combinado é publicado no Relatório Anual de 2023 do Grupo Deutsche Bank. É apresentado ao Jornal Oficial alemão (Bundesanzeiger) e posteriormente publicado por esta entidade.

O Relatório Anual é também disponibilizado em <https://www.db.com/ir/en/annual-reports.htm>.

Balanço a 31 de dezembro, 2023

Ativos em milhões de euros			31 dez 2023	31 dez 2022
Reserva em numerário				
a) Numerário em caixa			1.345	1.793
b) Saldos em bancos centrais dos quais: no Deutsche Bundesbank	5.150		76.287	67.159
				4.969
			77.632	68.952
Instrumentos de dívida de entidades do setor público e letras elegíveis para refinanciamento em bancos centrais				
a) Títulos do Tesouro, obrigações do Tesouro e instrumentos de dívida semelhantes de entidades do setor público dos quais: elegíveis para refinanciamento no Deutsche Bundesbank	128	642		636
b) Letras		13		340
			656	653
Valores a receber de bancos				
a) Empréstimos hipotecários		61		61
b) Empréstimos ou garantias de entidades do setor público		22		59
c) outros valores a receber		175.297		172.761
dos quais: reembolsáveis à vista	92.911		175.379	172.881
valores a receber garantidos por títulos	8.742			108.372
				6.479
Valores a receber de clientes				
a) Empréstimos hipotecários		99.211		97.740
b) Empréstimos ou garantias de entidades do setor público		3.544		4.545
c) outros valores a receber		333.189		351.477
dos quais: valores a receber garantidos por títulos	13.803		435.943	453.762
				13.984
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo				
a) Instrumentos do mercado monetário				
aa) de emitentes do setor público		935		174
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0
ab) de outros emitentes		0		0
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	0			0
			935	174
b) Obrigações				
ba) de emitentes do setor público		37.304		37.626
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	14.665			9.613
bb) de outros emitentes		32.955		32.674
das quais: elegíveis como garantia colateral para o Deutsche Bundesbank	23.811			23.908
			70.259	70.300
c) Instrumentos de dívida própria			228	0
valor nominal	292			0
			71.422	70.474
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável			302	438
Ativos detidos para negociação			247.596	234.670
Participações financeiras			206	153
dos quais: em bancos	11			11
em instituições de serviços financeiros	57			46
Investimentos em empresas afiliadas			29.282	30.774
dos quais: em bancos	4.914			5.510
em instituições de serviços financeiros	523			219
Ativos detidos em fideicomisso			3.491	2.804
dos quais: Empréstimos concedidos a título fiduciário	313			387
Ativos intangíveis				
a) Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio		3.151		2.884
b) Ativos intangíveis adquiridos		240		331
c) Goodwill		12		14
d) Adiantamentos para ativos intangíveis		0		0
			3.404	3.230
Ativos tangíveis			1.618	1.402
Ativos diversos			5.610	5.844
Gastos pagos antecipadamente				
a) da emissão e atividade de crédito		69		12
b) outros		919		924
			988	936
Ativos por impostos diferidos			6.698	5.366
Ativos do plano sobrefinanciados			5	5
Total do ativo			1.060.231	1.052.343

Passivo e capital próprio dos acionistas em milhões de euros			31 dez 2023	31 dez 2022
Dívidas a bancos				
a) obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) registadas emitidas		60		125
b) Obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) do Setor público registadas emitidas		0		0
c) outros passivos		145.182		148.430
			145.242	148.555
dos quais: reembolsáveis à vista	69.256			63.499
obrigações cobertas registadas de acordo com a lei de transição DSLB	114			274
Responsabilidades para com clientes				
a) obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) registadas emitidas		2.056		2.131
b) Obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) do Setor público registadas emitidas		90		93
c) depósitos de poupança				
ca) com período de aviso prévio acordado de três meses		41.374		56.816
cb) com período de aviso prévio acordado superior a três meses		22.909		2.818
		64.284		59.634
d) outros passivos		451.283		463.446
			517.713	525.304
dos quais: reembolsáveis à vista	304.406			345.035
obrigações cobertas registadas de acordo com a lei de transição DSLB	1.983			2.210
Passivo na forma de certificados				
a) emissão de obrigações				
aa) Obrigação hipotecária (<i>Pfandbriefe</i>)		10.956		8.809
ab) Obrigações hipotecárias (<i>Pfandbriefe</i>) do Setor Público		0		0
ac) outras obrigações		74.630		75.035
		85.587		83.843
b) outros passivos na forma de certificados		6.545		3.246
			92.132	87.090
dos quais: Instrumentos do mercado monetário	5.930			2.726
aceitações próprias e notas promissórias em circulação	129			40
Passivos detidos para negociação			191.329	178.394
Passivos detidos em fideicomisso			3.491	2.804
dos quais: empréstimos concedidos a título fiduciário	313			387
Passivo diverso			34.407	37.337
Rendimento diferido				
a) da emissão e atividade de crédito		412		497
b) outros		526		533
			938	1.030
Provisões				
a) Provisões para pensões e obrigações semelhantes		1.991		2.241
b) Provisões para impostos		633		458
c) outras provisões		4.477		4.759
			7.100	7.457
Passivos subordinados			12.454	12.761
Capital de direitos de participação			20	30
dos quais: a pagar no prazo de 2 anos			0	10
Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional			8.910	9.013
Fundo para riscos bancários gerais			2.944	2.944
do qual: reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB	1.476			1.476
Capital e reservas				
a) capital subscrito		5.223		5.291
menos valor nominal nominal de ações próprias		123		74
			5.100	5.217
capital condicional 0 milhões de euros. (31 dez 2022: 0 milhões de euros)				
b) Reserva de capital			20.940	20.940
c) Reservas de receitas				
ca) reserva legal		13		13
cd) outras reservas de receitas		14.043		9.887
		14.056		9.900
d) Lucros (prejuízos) distribuíveis		3.458		3.569
			43.552	39.625
Total do passivo e capital próprio dos acionistas			1.060.231	1.052.343
Passivos contingentes				
a) passivos contingentes de letras descontadas		0		0
b) Passivo de garantias e acordos de indemnização		60.181		62.785
c) Passivo decorrente da provisão de garantia para passivo de terceiros		0		0
			60.181	62.785
Outras obrigações				
b) colocação e subscrição de obrigações		0		0
c) compromissos de crédito irrevogáveis		158.247		158.116
			158.247	158.116

Demonstração de resultados para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023

em milhões de euros			2023	2022
Rendimento de juros de				
a) Empresas de crédito e do mercado monetário	54.849			22.141
do qual: rendimento de juros negativo de empresas de crédito e do mercado monetário	30			471
b) Títulos de rendimento fixo e crédito inscrito na dívida pública	2.954			1.770
		57.802		23.911
Gastos de juros		49.811		15.550
do qual: gastos de juros negativos		76		1.123
			7.991	8.361
Rendimento corrente de				
a) Ações de capital e outros títulos de rendimento variável		74		246
b) Participações financeiras		9		16
c) Investimentos em empresas afiliadas		1.245		1.147
			1.328	1.409
Rendimento de contratos de comunidade de resultados, transferência de lucros e transferência de lucros parcial			1.137	431
Rendimento de comissões		8.109		8.767
Gastos com comissões		1.886		2.672
			6.224	6.095
Resultado de negociação líquido			4.762	2.898
do qual: libertação da reserva especial relacionada com a negociação, de acordo com o artigo 340.º-E, n.º 4 do HGB		0		0
Outro rendimento operacional			6.108	7.176
Gastos administrativos				
a) Gastos com pessoal				
aa) Salários e vencimentos	4.997			4.687
ab) Contribuições para a segurança social obrigatórias e despesas com pensões e outros benefícios dos colaboradores	1.283			2.032
		6.281		6.720
dos quais: para pensões no valor de 534 milhões de euros (2022: 1310 milhões)				
b) Outros gastos administrativos		8.930		8.640
			15.210	15.359
Depreciação, amortização, depreciações e ajustes de valor de ativos tangíveis e intangíveis			1.283	1.241
Outros gastos operacionais			5.179	8.484
Depreciações e ajustes de valor de reclamações e determinados títulos, bem como acréscimos de provisões para perdas de crédito			514	1.596
Depreciações e ajustes de valor de participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos			740	0
Rendimento de reintegrações e resultados de alienação em participações financeiras, investimentos em empresas afiliadas e títulos tratados como ativos fixos			0	4.189
Gastos derivados da assunção de perdas			113	281
Libertações de/acréscimos (-) ao fundo para riscos bancários gerais			0	0
Resultado de atividades ordinárias			4.511	3.599
Receitas extraordinárias		1		114
Despesas extraordinárias		158		19
Resultado extraordinário			(157)	95
Impostos sobre o rendimento		(736)		(1.895)
dos quais: benefício com impostos diferidos de 1375 milhões de euros (2022: benefício com impostos diferidos de 2040 milhões de euros)				
Outros impostos, exceto se relatados em "Outros gastos operacionais"		90		83
			(646)	(1.813)
Resultado líquido			4.999	5.506
Lucros transitados do ano anterior			459	562
			5.458	6.069
Retirada de reservas de capital			0	0
Alocações a reservas de receitas				
- a outras reservas de receitas		2.000		2.500
			2.000	2.500
Lucros distribuíveis			3.458	3.569

Informações gerais

A denominação jurídica do Deutsche Bank AG é Deutsche Bank Aktiengesellschaft e este foi constituído em Frankfurt am Main. Além disso, está matriculado na Conservatória do Registo Comercial do Tribunal Distrital de Frankfurt am Main com o número de inscrição HRB 30000.

As demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank AG para o exercício de 2023 foram preparadas de acordo com o Código Comercial alemão ("HGB") e a Portaria relativa às contas de bancos e instituições prestadoras de serviços financeiros ("RechKredV"). As disposições do direito das sociedades foram cumpridas. Por motivos de clareza, os números são relatados em milhões de euros (€). Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados pelo banco e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

01 - Bases de preparação

Políticas contabilísticas para:

Líquidos

Os valores a receber detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Os valores a receber de bancos e clientes que não preenchem os requisitos de ativos detidos para negociação são, geralmente, relatados ao respetivo valor nominal ou ao custo de aquisição menos as imparidades necessárias. Caso, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminua e a diminuição da imparidade possa estar relacionada de modo objetivo com um evento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a imparidade anteriormente reconhecida é invertida através da demonstração dos resultados.

Provisionamento de risco

A provisão para perdas de crédito inclui imparidades e provisões para todos os riscos de crédito e de país identificáveis e para os riscos de incumprimento inerentes, bem como a provisão para riscos bancários gerais. As provisões para riscos de crédito são refletidas de acordo com o princípio de prudência no montante das perdas esperadas.

O risco de transferência para empréstimos a mutuários em estados estrangeiros (risco de país) é avaliado através de um sistema de classificação que tem em conta a situação económica, política e regional. No reconhecimento de provisões para exposições transfronteiriças para determinados estados estrangeiros é aplicado o princípio da prudência.

As provisões para o risco de crédito inerente são refletidas sob a forma de ajustes gerais de valor, de acordo com os princípios do direito comercial. Os riscos bancários gerais são igualmente fornecidos de acordo com o artigo 340.º-F do HGB. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-F, n.º 3 do HGB foi utilizada.

O cálculo de perdas esperadas é baseado nos parâmetros de probabilidade de incumprimento (PD), perdas em caso de incumprimento (LGD) e exposição em caso de incumprimento (EAD). Para o último parâmetro, todos os contratos de risco relevantes são incluídos. O cálculo da LGD tem em conta a evolução dos valores das garantias que se encontram agrupadas por regiões, nomeadamente no que se refere aos imóveis. Os encargos com risco de crédito para exposições extrapatrimoniais como garantias e compromissos de empréstimo é apresentado como provisões. A projeção do risco de crédito é complementada por fatores macroeconómicos (por exemplo, taxas de crescimento do PIB e taxas de desemprego na Europa e nos EUA) para melhor refletir o risco da carteira.

O banco reconhece uma provisão de perdas de crédito num montante equivalente a perdas de crédito esperadas de 12 meses. Isto representa a parte das perdas de crédito esperadas (ECL) na duração de eventos de incumprimento que se esperam no prazo de 12 meses a contar da data de relato, assumindo que o risco de crédito não foi aumentado para acionar uma imparidade.

O banco reconhece uma provisão adicional para perdas de crédito para refletir as perdas de crédito esperadas na duração para ativos financeiros que se considere terem sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Utilizando a metodologia da IFRS 9, esta abordagem exige o cálculo das perdas de crédito esperadas com base na

PD na duração, nas LGD na duração e na EAD na duração, que representa a probabilidade de incumprimento durante o período de vida restante do ativo financeiro.

Para os ativos financeiros que estão em imparidade de crédito, o banco reconhece uma provisão de perdas igual às perdas de crédito esperadas na duração, refletindo uma probabilidade de incumprimento de 100%, através de fluxos de caixa recuperáveis esperados para o ativo.

Em julho de 2023, o Banco concluiu a migração dos clientes do Postbank para os sistemas informáticos do Deutsche Bank, o que resultou num alinhamento a nível do Grupo do modelo e das metodologias de imparidade da IFRS 9, tendo sido desativados modelos específicos anteriormente aplicados ao Postbank. Este alinhamento resultou num aumento líquido imaterial da provisão para perdas de crédito.

Em setembro de 2023, o Banco recebeu aprovação das autoridades para alinhar o modelo de probabilidade de incumprimento (PD) para grandes empresas e empréstimos alavancados com os requisitos regulamentares. O modelo é utilizado para a determinação da procura de capital ao abrigo da abordagem baseada no método IRB de Basileia, para práticas internas de gestão do risco e é utilizado para efeitos de ECL da IFRS 9. A respetiva alteração de estimativa reduziu as ECL do Banco em 72 milhões de euros.

Numa base contínua e como parte do quadro geral de controlo e governação do Grupo, o Grupo avalia em cada período de relatório se são necessárias quaisquer sobreposições ao seu modelo IFRS 9. Este quadro de monitorização do modelo considera se existem riscos não capturados no modelo, como uma mudança súbita no ambiente macroeconómico, e identifica quaisquer limitações do modelo ou melhorias de rotina do modelo que ainda não tenham sido totalmente refletidas. De um modo geral, o quadro de monitorização do modelo garante que o Grupo comunica a melhor estimativa da direção relativamente às suas perdas de crédito esperadas em cada data de relatório.

Títulos

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo, bem como as ações de capital e outros títulos de rendimento variável detidos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Determinadas obrigações e outros títulos de rendimento fixo detidos para um futuro próximo são classificados como ativos não correntes e contabilizados através da regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que os respetivos títulos são escriturados ao custo de aquisição menos a imparidade temporária.

Caso as obrigações e outros títulos de rendimento fixo não sejam detidos para o futuro próximo nem integrem a carteira de negociação, estes são classificados como ativos correntes e são contabilizados através da regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que são escriturados ao menor do custo de aquisição ou valor de mercado respetivamente atribuível.

O mesmo é aplicável às ações de capital e outros títulos de rendimento variável que, no de caso não integrarem a carteira de negociação, são geralmente contabilizados como ativos correntes.

Os títulos são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nesses casos, a componente de derivado é designada por derivado embutido, enquanto a componente não de derivado representa o contrato de acolhimento. Sempre que as características económicas e os riscos dos derivados incorporados não estejam estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento e o próprio contrato híbrido não seja escriturado como uma atividade de negociação ao justo valor através de resultados, o derivado incorporado é separado de acordo com os princípios gerais de contabilidade de derivados. O contrato de acolhimento é contabilizado ao custo amortizado ou ao montante de liquidação.

Derivados de crédito

Os derivados de crédito detidos ou incorridos para negociação são contabilizados conforme descrito no parágrafo separado "Atividades de negociação".

Outros derivados de crédito detidos que preencham os requisitos de garantia para o risco de crédito incorrido não são contabilizados separadamente, porém, são tidos em conta no provisionamento de risco para a transação subjacente.

Atividades de negociação

Os instrumentos financeiros (incluindo valores de mercado positivos e negativos de instrumentos financeiros derivados) e os metais preciosos detidos ou incorridos para negociação são reconhecidos ao justo valor menos o ajuste ao risco. Além do limite de facto do ajuste ao valor em risco relativo à distribuição de lucros para negociação líquida, os resultados existem porque, em cada exercício, uma determinada parte dos proventos líquidos de negociação tem de ser atribuída a uma reserva especial associada à negociação que integra o fundo para o risco bancário geral.

O justo valor define-se como o montante ao qual um instrumento financeiro poderia ser comercializado numa transação atual entre partes informadas, não relacionadas e que atuem de livre vontade, e não numa venda forçada ou liquidação. Se disponível, o justo valor baseia-se em parâmetros ou preços de mercado observáveis ou deriva de tais parâmetros ou preços. A disponibilidade dos dados observáveis varia de acordo com o produto e o mercado e poderá sofrer alterações ao longo do tempo. Sempre que os preços ou os dados observáveis não estejam disponíveis, são aplicadas as técnicas de avaliação adequadas ao instrumento específico.

Se o justo valor for estimado através de uma técnica de avaliação ou for derivado de parâmetros ou preços observáveis, poderá ser necessário um juízo de valor significativo. Tais estimativas são intrinsecamente incertas e suscetíveis a alterações. Por conseguinte, os resultados reais e a posição financeira poderão diferir dessas estimativas.

A avaliação justa dos instrumentos financeiros inclui ajustamentos da avaliação para custos de encerramento, risco de liquidez e risco de contraparte, bem como considerações de financiamento para derivados de negociação sem garantia.

A fim de refletir qualquer risco de realização remanescente para resultados não realizados, o resultado da medição do justo valor é reduzido através de um ajuste ao risco que é deduzido dos ativos detidos para negociação. O ajuste ao risco baseia-se no valor em risco calculado através de um período de carência de dez dias e um nível de confiança de 99%.

A reserva especial associada à negociação é prevista ao ter em conta, no mínimo, 10% dos proventos líquidos de negociação (após o ajuste ao risco) e não deve ser superior ao montante total dos proventos líquidos de negociação do respetivo exercício. Tem de ser previsto até que a reserva especial associada à negociação corresponda a 50% da média de cinco anos dos proventos líquidos de negociação após o ajuste ao risco.

A reserva poderá ser consumida apenas para libertar um montante superior ao limite de 50% ou para cobrir perdas líquidas de negociação.

Os instrumentos financeiros e os metais preciosos detidos para negociação são apresentados separadamente como "Ativos detidos para negociação" ou "Passivos detidos para negociação" no rosto do balanço. Os contratos a prazo para a compra e venda de matérias-primas não preenchem, basicamente, os requisitos de instrumentos financeiros e, por conseguinte, não podem ser atribuídos aos ativos detidos para negociação.

Quaisquer alterações ao justo valor após o ajuste ao risco de instrumentos de negociação são reconhecidas como "Resultado de negociação líquido". As receitas de juros de ativos detidos para negociação e as despesas de juros de passivos detidos para negociação são apresentadas na margem financeira.

Sob determinadas condições, os derivados de negociação são compensados como garantia em numerário constituída pelas contrapartes. Numa base de contraparte individual, tais derivados preenchem os requisitos de compensação que foram contratados ao abrigo de um contrato-tipo com um anexo de apoio ao crédito ("CSA") e um câmbio diário de garantia em numerário. Para cada contraparte, o montante compensado inclui os valores de mercado positivos e negativos dos derivados, bem como as garantias pagas ou recebidas.

Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

Nos casos em que, para efeitos contabilísticos, os ativos, os passivos, as transações pendentes ou as transações de previsão altamente provável (elementos cobertos) e os instrumentos financeiros (instrumentos de cobertura) sejam designados numa unidade de avaliação para atingir uma compensação para alterações ao justo valor ou fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto, as regras de medição gerais não são aplicáveis. As unidades de avaliação são reconhecidas geralmente sob a forma de microcoberturas. A análise estatística, a análise de regressão e o método de correspondência de fatores críticos são aplicados para avaliar a eficácia prospetiva. O banco utiliza, geralmente, o método de congelamento, o que significa que as alterações do valor de compensação relacionadas com o risco coberto não são registadas. Consequentemente, as alterações do justo valor negativo relacionadas com o mesmo tipo de risco não são reconhecidas durante o período da cobertura, exceto se uma perda líquida, ou seja, uma ineficácia negativa ocorrer, a qual seja reconhecida como uma provisão para perdas iminentes.

O rendimento de juros e o custo de juros do instrumento de cobertura (por exemplo, um swap de taxa de juro) são geralmente apresentados líquidos do rendimento/custo de juros do elemento coberto na declaração de rendimentos. Isto resulta numa apresentação do rendimento e dos custos tendo em conta o resultado coberto da unidade de avaliação na sua totalidade.

Para efeitos da contabilidade de cobertura, as transações de negociação física e de derivados são também tomadas em consideração.

Reclassificações

Os valores a receber e os títulos são classificados como atividades de negociação, reservas de liquidez ou investimentos não correntes na respetiva criação.

Não é permitida uma reclassificação como negociação após o reconhecimento inicial, e uma reclassificação das atividades de negociação é permitida apenas se a intenção sofrer alterações devido a condições de mercado excecionais, em particular condições que afetam negativamente a capacidade de negociação. Além disso, os instrumentos financeiros detidos para negociação poderão ser designados subsequentemente como instrumentos de cobertura numa unidade de avaliação.

Uma reclassificação entre as categorias de reservas de liquidez e investimentos não correntes ocorre quando existe uma alteração clara na intenção de gestão após o reconhecimento inicial, o qual é documentado.

As reclassificações são efetuadas na alteração da intenção e ao justo valor na data de reclassificação.

Participações financeiras e investimentos em empresas afiliadas

As participações financeiras são reconhecidas ao custo ou através da opção disponível, de acordo com o artigo 253.º do HGB, ao respetivo justo valor mais baixo.

Os investimentos em empresas afiliadas são contabilizados de acordo com a regra moderada do custo de aquisição ou valor de mercado, consoante o valor que for mais baixo. Isto significa que as depreciações são apenas reconhecidas se a imparidade for considerada outra que não temporária.

Para determinar o justo valor das empresas afiliadas, aplica-se um modelo de fluxo de caixa descontado. O modelo desconta os fluxos de caixa livres esperados ao longo de um horizonte temporal de cinco anos, utilizando uma taxa de juro ajustada ao risco. Para o período após os cinco anos, o desenvolvimento do plano sustentável está projetado para determinar o valor terminal. A avaliação inclui sinergias mensuráveis para determinadas empresas afiliadas.

As participações financeiras e os investimentos em empresas afiliadas são reintegrados de acordo com o requisito de readmissão dos valores iniciais caso o motivo da reintegração possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação. A opção de compensação disponível de acordo com o artigo 340.º-C, n.º 2 do HGB foi utilizada.

Ativos tangíveis e intangíveis

Os ativos tangíveis e intangíveis são relatados ao respetivo custo de aquisição ou fabrico menos qualquer depreciação ou amortização. As marcas de desenvolvimento próprio, os cabeçalhos, os títulos de publicações, as listas de clientes e os ativos intangíveis semelhantes não são reconhecidos.

As depreciações são realizadas para qualquer imparidade com probabilidade de ser permanente.

Os ativos tangíveis e intangíveis têm de ser reintegrados caso o aumento de valor possa estar objetivamente relacionado com um evento que ocorra após o reconhecimento da depreciação.

Os ativos de baixo valor são abatidos no ano da respetiva aquisição.

Desreconhecimento de ativos

Um ativo é geralmente desreconhecido quando a propriedade legal é transferida.

No entanto, caso o vendedor, independentemente da transferência legal do ativo, detenha a maioria do risco e recompense a propriedade, o ativo não é desreconhecido.

As transações de empréstimo/concessão de títulos e os títulos transferidos em acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço do cedente, uma vez que este permanece exposto à maioria dos riscos e recompensas da propriedade.

Passivo

Os passivos são reconhecidos aos respectivos valores nominais ou de liquidação. As obrigações emitidas com desconto são registradas ao respectivo valor atual, utilizando a taxa de juro efetiva original.

Instrumentos qualificados como capital Tier 1 adicional

Os instrumentos emitidos preenchem os requisitos de passivos e são reconhecidos ao respectivo valor nominal ou de liquidação. O custo de juros é acrescido com base nos pagamentos esperados aos investidores que detêm os instrumentos.

Provisões

As provisões para pensões e obrigações semelhantes são reconhecidas de acordo com os princípios atuariais. As provisões para pensões são calculadas utilizando o método da unidade de crédito projetada e a taxa média de mercado para um prazo remanescente assumido de 15 anos conforme publicado pelo Banco Federal da Alemanha, exceto se o prazo remanescente do plano de pensões for mais curto.

O banco está a utilizar pressupostos de mortalidade específicos para determinar a obrigação com benefícios definidos para os seus planos de pensões de benefícios definidos na Alemanha. As expectativas de mortalidade do "Richttafeln Heubeck 2018G" são ajustadas à experiência de mortalidade específica dos trabalhadores e pensionistas do Deutsche Bank.

Os ativos exclusivamente utilizados para liquidar pensões e obrigações semelhantes e não controlados pelo Deutsche Bank AG nem por qualquer credor (ativos do plano) são determinados pelo justo valor e compensados com as respetivas provisões. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são reconhecidas as provisões.

O montante de liquidação das pensões e obrigações semelhantes baseia-se exclusivamente no justo valor dos títulos detidos; a provisão é medida ao justo valor desses títulos caso o justo valor seja superior ao montante mínimo garantido.

Outras provisões para determinados passivos ou para contratos onerosos (excluindo atividades de negociação) são reconhecidas ao respectivo montante de liquidação esperado através da aplicação dos princípios de critério comercial prudente. As provisões para determinados passivos são descontadas caso as saídas de caixa relacionadas não sejam as previstas no prazo de doze meses após a data do balanço. A anulação do efeito de desconto é reconhecida como custo de juros se a provisão resultar da atividade bancária ou como outra despesa se a provisão não resultar da atividade bancária.

A avaliação do reconhecimento de uma provisão para perdas iminentes de transações pendentes inclui uma avaliação da probabilidade de uma perda líquida para todos os ativos e passivos geradores de juros e remunerados a juros, respetivamente, que não sejam detidos para negociação, ou seja, todas as posições numa carteira bancária existentes na data de relato.

A avaliação da probabilidade de uma perda líquida no que diz respeito às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na carteira bancária exige a comparação da margem financeira futura esperada e das taxas futuras esperadas diretamente atribuíveis com o financiamento futuro esperado e as despesas de risco de crédito, bem como os gastos administrativos futuros esperados associados às posições geradoras de juros e remuneradas a juros na data de relato.

A avaliação de uma potencial provisão está alinhada com a gestão interna da posição relacionada com os juros na carteira bancária. Para posições relacionadas com os juros da carteira bancária, é utilizada uma abordagem baseada no valor atual, complementada por uma análise da cobertura do custo histórico do risco e dos custos administrativos com excedentes de juros líquidos para as posições cobertas contra o risco de taxa de juro.

Impostos diferidos

Os ativos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos relativos a diferenças temporárias entre a base contabilística e tributária para os ativos, os passivos e os acréscimos são compensados entre si e apresentados líquidos no balanço como ativos por impostos diferidos ou passivos por impostos diferidos. Na determinação dos ativos por impostos diferidos, as perdas fiscais não utilizadas são tidas em consideração, porém, apenas na medida em que possam ser utilizadas nos cinco anos seguintes.

Ações em tesouraria

Caso o Deutsche Bank AG adquira as respectivas ações próprias (ações em tesouraria), estas são deduzidas ao custo do capital e reservas distribuíveis no rosto do balanço sem quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração de resultados.

Caso as ações em tesouraria sejam posteriormente vendidas, a dedução suprarreferida é invertida e qualquer montante superior aos custos de aquisição iniciais será reconhecido nas reservas de capital, enquanto uma perda na venda posterior será reconhecida nas reservas de receitas.

Conversão cambial

A conversão cambial é consistente com os princípios enunciados nos artigos 256.º-A e 340.º-H do HGB.

Os ativos expressos em moeda estrangeira e tratados como ativos fixos, mas não cobertos separadamente na mesma moeda, são apresentados ao custo histórico, exceto se a alteração na moeda estrangeira for distinta da temporária, de modo que os ativos tenham de ser depreciados. Outros ativos e passivos expressos em moeda estrangeira e transações em numerário pendentes são convertidas à taxa *spot* média na data do balanço e as transações cambiais a prazo à taxa a prazo na data do balanço.

A definição dessas posições em moeda estrangeira para a qual o banco aplica o método de cobertura especial de acordo com o artigo 340.º-H do HGB reflete os procedimentos internos de gestão do risco.

A contabilização dos resultados da conversão cambial depende das posições da moeda estrangeira com as quais estão relacionados. Os resultados da conversão cambial dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação, bem como os resultados da conversão de posições especificamente cobertas são reconhecidos na demonstração de resultados. Isto também é aplicável às posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas, contudo, com um prazo remanescente igual ou inferior a um ano. Por outro lado, para posições da moeda estrangeira não especificamente cobertas e com um prazo remanescente superior a um ano de acordo com o princípio da imparidade, apenas são reconhecidas as perdas da conversão cambial. O resultado da conversão cambial está incluído no resultado de negociação líquido e noutros rendimentos e despesas operacionais.

Os elementos dos balanços e das demonstrações de resultados de agências estrangeiras são convertidos para euros a taxas médias nas respetivas datas do balanço (método da taxa de fecho). A diferença resultante da conversão das rubricas do balanço à taxa de câmbio *spot* média, por oposição às rubricas da demonstração de resultados que são convertidas a taxas de câmbio médias (ponderadas), é refletida em outros rendimentos ou despesas operacionais na demonstração de resultados.

Passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis

Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são apresentados pelo seu valor nocional, líquido de quaisquer garantias em numerário e provisões reconhecidas no balanço.

O risco de perda decorrente da utilização de passivos contingentes é reduzido pela capacidade existente de apresentar processos de recurso contra o cliente relevante e baseia-se, portanto, no risco de crédito do cliente.

Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada dos compromissos de crédito que não podem ser anulados incondicionalmente pelo banco. São incluídos na monitorização do risco de crédito.

Notas ao balanço

02 - Estrutura de maturidade dos valores a receber

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Outros valores a receber de bancos sem valores a receber a pagar à vista	82.468	64.509
com um período residual de		
até três meses	26.679	23.528
mais de três meses e inferior a um ano	14.841	9.573
Mais do que um ano e até cinco anos	25.497	18.321
mais de cinco anos	15.451	13.088
Valores a receber de clientes	435.943	453.762
com um período residual de		
até três meses	165.657	174.112
mais de três meses e inferior a um ano	45.959	44.929
Mais do que um ano e até cinco anos	99.683	114.367
mais de cinco anos	119.422	116.079
com um período indefinido	5.222	4.275

03 - Títulos

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos títulos negociáveis incluídos nas posições do balanço cotadas.

em milhões de euros	cotadas		não cotadas	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	40.517	40.542	30.905	29.932
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	10	143	56	18
Participações financeiras	0	0	0	0
Investimentos em empresas afiliadas	0	0	0	0
Total	40.527	40.685	30.961	29.950

Das obrigações e outros títulos de rendimento fixo de € 71.4 billion, 5,9 mil milhões de euros vencem em 2024.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo classificados como ativos fixos são contabilizados ao custo amortizado à medida que o Deutsche Bank pretende deter esses títulos para o futuro próximo. O valor contabilístico total para estas obrigações e outros títulos de rendimento fixo à data de relato era de € 41.0 billion e dizia respeito a auto-titularizações, bem como a investimentos do Tesouro em obrigações governamentais, supranacionais e de agências de elevada qualidade. Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações e outros títulos de rendimento fixo classificados como ativos fixos continham ativos com um valor contabilístico de 15,9 mil milhões de euros, para os quais os valores atuais de mercado atuais eram, no total, 1,4 mil milhões de euros inferiores aos valores contabilísticos.

As obrigações e outros títulos de rendimento fixo classificados como ativos correntes são contabilizados de acordo com a regra rigorosa do custo de aquisição ou valor de mercado, ao custo de aquisição ou, se este for inferior, ao seu preço de cotação ou justo valor. Em 31 de dezembro de 2023, o rendimento líquido destes títulos era de € 435.0 million.

04 - Investimentos em fundos de investimento

A tabela a seguir apresenta uma discriminação das participações em fundos de investimento alemães e estrangeiros para efeitos de investimento, em que as unidades dos fundos detidas foram superiores a 10%.

em milhões de euros	31 dez 2023			
	Valor contabilístico	Justo valor	Diferença entre o justo valor e o valor contabilístico	Distribuição em 2023
Fundos de capitais próprios	0	0	0	0
Fundos de obrigações	0	0	0	0
Fundos mistos	207	207	0	0
Total	207	207	0	0

Os investimentos nos fundos foram atribuídos a ativos detidos para negociação. Os respetivos valores escriturados corresponderam aos justos valores. Não existem restrições para o resgate diário das unidades do fundo.

05– Transações sujeitas a acordos de venda e recompra

O valor contabilístico dos ativos relatados no balanço e vendidos sujeitos a um acordo de recompra no montante de € 32.4 billion estava exclusivamente relacionado com os títulos vendidos ao abrigo de acordos de recompra.

06– Ativos e passivos detidos para negociação

Instrumentos financeiros detidos para negociação

A tabela a seguir fornece uma discriminação dos ativos detidos para negociação e dos passivos detidos para negociação.

31 de dezembro 2023 em milhões de euros	Ativos detidos para negociação	em milhões de euros	Passivos detidos para negociação
Instrumentos financeiros derivados	74.538	Instrumentos financeiros derivados	68.794
Líquidos	76.153	Passivo	122.535
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	93.250		
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável	2.606		
Ativos diversos	1.191		
Ajuste ao risco	(143)		
Total	247.596	Total	191.329

Os pressupostos básicos para determinar o justo valor através de métodos de avaliação aceites são apresentados em pormenor na secção "Base de preparação".

Os derivados detidos para fins de negociação negociados ao abrigo de acordos-quadro de compensação em conjunto com o anexo de apoio de crédito que permite a permuta diária de garantias foram liquidados para cada contraparte externa do Deutsche Bank AG no balanço. A liquidação para cada contraparte engloba o valor escriturado dos derivados e a garantia fornecida. Isto implicou justos valores positivos de compensação de 175,4 mil milhões de euros (2022: 186,2 mil milhões de euros) com justos valores negativos de 163,4 mil milhões de euros (2022: 203,9 mil milhões de euros) em derivados detidos para negociação com os valores a receber associados de garantias prestadas (13,9 mil milhões de euros, 2022: 33,5 mil milhões de euros) e valores a pagar (25,9 mil milhões de euros, 2022: 15,8 mil milhões de euros) de garantias recebidas. Consulte a secção "Base de preparação" relativamente à compensação.

A tabela a seguir descreve os derivados avaliados ao justo valor que correspondem aos derivados de negociação, por tipo e volume.

em milhões de euros	Valor nominal	
	31 dez 2023	31 dez 2022
Produtos do mercado de balcão	49.016.618	40.986.375
transações associadas a taxas de juro	39.769.411	31.696.479
transações associadas a taxas de câmbio	8.013.185	7.692.387
transações associadas a capitais próprios e índices	23.344	21.448
derivados de crédito	1.116.382	1.511.612
outras transações	94.296	64.450
Produtos negociados em bolsa	2.497.769	903.765
transações associadas a taxas de juro	2.260.876	642.519
transações associadas a taxas de câmbio	16.268	23.656
transações associadas a capitais próprios e índices	188.125	212.818
outras transações	32.500	24.772
Total	51.514.387	41.890.141

O montante, o prazo e a fiabilidade dos fluxos de caixa futuros são afetados pelo contexto da taxa de juro, pelo desenvolvimento nos mercados acionistas e de dívida, bem como pelos spreads de crédito e pelos incumprimentos.

Método e pressupostos e montante de ajuste ao risco

O cálculo do ajuste ao risco baseia-se no modelo para calcular o valor em risco regulamentar que integra instrumentos financeiros detidos ou incorridos para negociação. A avaliação dos ativos detidos para negociação poderá exigir vários ajustamentos da avaliação, por exemplo, para riscos de liquidez que são explicados em "Base da apresentação", na secção "Atividades de negociação".

O cálculo do ajuste ao valor em risco ("ajuste VaR") baseia-se num período de carência de dez dias e num nível de confiança de 99%. O período de observação é de 261 dias de negociação.

Além do ajustamento VaR regulamentar, o ajuste ao risco foi complementado por valores de risco adicionais relacionados com o risco de crédito próprio do Deutsche Bank não coberto pelo cálculo do VaR.

O montante absoluto do ajuste ao risco é de € 143 million.

Alteração de critérios para a classificação de instrumentos financeiros como de negociação

Ao longo do exercício de 2023, os critérios relacionados com a atribuição de instrumentos financeiros para ativos e passivos detidos para negociação permaneceram inalterados.

07 – Ativos subordinados

A tabela a seguir apresenta uma descrição geral dos ativos subordinados incluídos nas posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Valores a receber de bancos	5.295	845
Valores a receber de clientes	407	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	694	717
Ativos detidos para negociação	8.119	2.281
Total	14.516	3.843

08– Instrumentos financeiros derivados

Transações a prazo

As transações a prazo pendentes na data do balanço eram principalmente compostas pelos seguintes tipos de transações:

- transações associadas a taxas de juro: transações a prazo associadas a instrumentos de dívida, contratos a prazo de taxa de juro, swaps de taxa de juro, futuros de taxas de juros, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a taxas de juro e índices
- transações associadas a taxas de câmbio: contratos a prazo de câmbio e metais preciosos, swaps interdivisas, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados ao câmbio e metais preciosos, futuros de câmbio e metais preciosos
- transações relacionadas com ações/índices: contratos a prazo e futuros sobre ações, futuros sobre índices, direitos de opção na forma de certificados, transações de opção e contratos de opção associados a ações e índices
- derivados de crédito: swaps de risco de incumprimento (CDS), swaps de retorno total (TRS), títulos de dívida indexados a crédito (CLN)

Os tipos de transações acima descritos são realizados quase exclusivamente para cobrir as flutuações da taxa de juro, da taxa de câmbio e as do preço de mercado nas atividades de negociação.

Derivados não contabilizados ao justo valor

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros derivados registados como derivados da carteira bancária que não são, em geral, contabilizados ao justo valor.

em milhões de euros	Nocional montante	31 dez 2023			
		Valor contabilístico		Justo valor	
		positivo	negativo	positivo	negativo
Produtos do mercado de balcão					
transações relacionadas com taxas de juro	1.500.194	5.575	3.413	30.521	26.062
transações relacionadas com taxas de câmbio	60.293	260	65	1.064	1.113
derivados de crédito	4.861	2	68	14	81
outras transações	43	0	0	0	12
Total	1.565.391	5.837	3.546	31.598	27.268

Os valores escriturados dos derivados geralmente não registados ao justo valor são relatados em "Ativos diversos" e "Passivos diversos".

09– Unidades de avaliação (contabilidade de cobertura)

O Deutsche Bank AG procede a unidades de avaliação através de coberturas de justo valor, para se proteger essencialmente através de opções e swaps de taxa de juro contra alterações do justo valor de títulos de taxa fixa resultantes de alterações nas taxas de mercado.

Caso os derivados de crédito na carteira bancária não preencham os requisitos de processamento de garantia de empréstimo, a contabilidade de cobertura é aplicável de acordo com a diretriz IDW RS BFA 1.

Os riscos adicionais resultantes de derivados incorporados em instrumentos financeiros híbridos que podem ser separados do contrato de acolhimento são também cobertos através de relações de microcobertura.

Além dos casos descritos acima, o Deutsche Bank cobre riscos de matéria-prima através de relações de cobertura de carteira e de microcobertura.

A tabela abaixo fornece uma visão geral dos elementos cobertos em unidades de avaliação, incluindo o montante dos riscos cobertos. Para ativos cobertos e passivos cobertos, o valor contabilístico é igualmente apresentado.

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	Valor contabilístico	Montante de risco coberto	Valor contabilístico	Montante de risco coberto
Ativos cobertos, total	4.736	(223)	7.596	(598)
Passivos cobertos, total	101.965	2.387	102.184	5.696
	Valor nocional	Montante de risco coberto	Valor nocional	Montante de risco coberto
Transações pendentes	24.716	244	31.202	878

O montante de risco coberto, se negativo, representa a diminuição cumulativa do justo valor para ativos em relação ao aumento cumulativo do justo valor para passivos desde a criação da relação de cobertura não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas. Os montantes positivos de risco coberto correspondem ao aumento cumulativo do justo valor dos ativos em relação à diminuição cumulativa do justo valor dos passivos não reconhecidos nos resultados líquidos após serem consideradas as coberturas.

Ao utilizar contratos a prazo e swaps cambiais, o Deutsche Bank AG contrata coberturas de justo valor do risco cambial do capital de dotação das respetivas agências e dos lucros/perdas transportados que representam o valor do ativo líquido exposto ao risco cambial. O valor contabilístico da posição líquida coberta ascendia a € 17.0 billion. O montante de risco coberto foi positivo € 0.9 billion. A compensação final das alterações da taxa *spot* paralela ocorre numa altura em que o capital de dotação é reembolsado.

Nos casos em que os termos contratuais do elemento coberto e do instrumento de cobertura são exatamente compensados, a avaliação prospetiva da eficácia e a medição retrospectiva da eficácia de uma unidade de avaliação baseiam-se na correspondência de termos fundamentais. Além disso, o banco utiliza métodos estatísticos e análise de regressão para a avaliação da eficácia prospetiva. O Deutsche Bank AG compara os montantes das alterações dos justos valores de elementos cobertos e os instrumentos de cobertura (método da compensação em dólares). As unidades de avaliação são, em geral, estabelecidas ao longo da maturidade residual dos elementos cobertos.

10– Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas

em milhões de euros	Empresas afiliadas		Empresas associadas e relacionadas	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Valores a receber de bancos	69.389	54.841	0	0
Valores a receber de clientes	44.265	46.465	41	39
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	26.373	26.386	2	9
Dívidas a bancos	35.208	30.173	2	4
Responsabilidades para com clientes	24.073	21.888	12	10
Passivo na forma de certificados	0	0	0	0
Passivos subordinados	600	1.087	0	0

Uma lista completa das participações do Deutsche Bank AG (incluindo empresas nas quais a participação é igual ou superior a 20% e participações em grandes empresas, nas quais a participação é superior a 5% dos direitos de voto) está disponível na nota "Participações".

11 – Sociedade fiduciária

Ativos detidos em fideicomisso

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Valores a receber de bancos	3.175	2.417
Valores a receber de clientes	316	387
Total	3.491	2.804

Passivos detidos em fideicomisso

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Dívidas a bancos	197	251
Responsabilidades para com clientes	3.293	2.553
Total	3.491	2.804

Os valores a receber de bancos estão principalmente relacionados com depósitos de clientes colocados em seu nome junto de bancos terceiros. Os valores a receber de clientes são sobretudo empréstimos financiados por bancos de desenvolvimento ou organismos públicos para fins específicos.

12 – Ativos fixos

A lista a seguir apresenta as alterações nos ativos fixos.

	Custos de aquisição/fabricao			Depreciação/amortização, depreciações e ajustes de valor			Valor contabilístico	
	Saldo em 1 de janeiro de 2023	Acrés- cimos / Transferê- ncias	Aliena- ções	Cumu- lativo	incluindo no ano atual	incluindo aliena- ções	Saldo em 31 de dezembro de 2023	Saldo em 31 de dezembro de 2022
em milhões de euros								
Ativos intangíveis	10.472	1.236	6	8.298	1.041	8	3.404	3.230
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	8.297	1.202 ¹	5	6.343	914	7	3.151	2.884
Ativos intangíveis adquiridos	1.458	34	1	1.251	125	1	240	331
Goodwill	718	0	1	704	2	1	12	14
Adiantamentos	0	0	0	0	0	0	0	0
Ativos tangíveis	4.626	524	644	2.889	241	596	1.618	1.402
Terrenos e edifícios	78	1	33	24	11	13	21 ²	51
Mobiliário e equipamento de escritório	4.548	102	610	2.865	231	583	1.176	1.351
Construção em curso	0	421	0	0	0	0	421	0
Ativos de locação	0	0	0	0	0	0	0	0
			Alterações					
Participações financeiras			53				206	153
Investimentos em empresas afiliadas			(1.491) ³				29.282	30.774
Instrumentos do mercado monetário			0				0	0
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo			(2.849)				40.974	43.823
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0
Ações de capital e outros títulos de rendimento variável			0				0	0
das quais: incluídas nas unidades de avaliação de acordo com o artigo 254.º do HGB			0				0	0

Foi utilizada a opção de combinar ativos financeiros de acordo com o artigo 34.º, n.º 3 da RechKredV. As alterações das taxas de câmbio em agências estrangeiras resultantes da conversão cambial às taxas de fecho foram reconhecidas nos custos de aquisição/fabricao (saldo em 1 de janeiro de 2023) e na depreciação/amortização cumulativa, depreciações e ajustes de valores

¹ Os acréscimos aos ativos intangíveis de desenvolvimento próprio estão relacionados com o software de desenvolvimento próprio.

² Os terrenos e edifícios foram utilizados como parte das nossas atividades próprias

³ Os investimentos em empresas afiliadas diminuíram 1,5 mil milhões de euros para 29,3 mil milhões de euros; esta diminuição deveu-se a abatimentos (0,9 mil milhões de euros), reembolsos de capital (0,8 mil milhões de euros), à fusão de uma empresa associada no Deutsche Bank AG (0,4 mil milhões de euros) e a um impacto negativo da conversão cambial (0,3 mil milhões de euros), parcialmente compensado por uma aquisição de empresas associadas (0,5 mil milhões de euros) e aumentos de capital (0,4 mil milhões de euros).

Ativos intangíveis

O *goodwill* relatado em ativos intangíveis é amortizado ao longo da respetiva vida útil de cinco a 10 anos. A respetiva determinação baseia-se em fatores económicos e organizacionais tais como crescimento futuro e perspetivas futuras, natureza e duração de sinergias esperadas, alavancagem da base de clientes e força de trabalho reunida das empresas adquiridas. O software classificado como ativo intangível é amortizado ao longo da respetiva vida útil, que se prolonga por um período de até 10 anos.

13 – Ativos diversos

Os ativos diversos de € 5.6 billion consistiam principalmente em valores a receber de garantias no valor de 2,3 mil milhões de euros, créditos fiscais de € 1.0 billion, valores a receber de acordos de agregação de lucros de € 1.1 billion e pagamentos de valores a pagar no período de reembolso (balloon) de swaps de € 0.5 billion.

14 – Gastos pagos antecipadamente e rendimento diferido

Os gastos pagos antecipadamente incluíram descontos entre o montante de emissão e de reembolso para passivos de acordo com o n.º 3 do artigo 253.º do HGB de € 102 million.

O rendimento diferido incluiu descontos de acordo com o n.º 2 do artigo 340.º e do HGB, no montante de € 110 million.

15 – Impostos diferidos

Os impostos diferidos são determinados para diferenças temporárias entre os valores contabilísticos de ativos, passivos e acréscimos de acordo com a contabilidade do HGB e as suas bases fiscais, quando se antecipa que tais diferenças serão invertidas nos períodos de relato subsequentes. Nesse contexto, as diferenças temporárias de subsidiárias/parcerias do grupo com tributação consolidada nas quais o Deutsche Bank AG seja um acionista/parceiro são também incluídas na determinação dos impostos diferidos do Deutsche Bank AG. Além disso, as perdas fiscais não utilizadas são consideradas na determinação dos ativos por impostos diferidos, na medida em que sejam utilizadas nos cinco anos seguintes.

Em dezembro de 2021, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) emitiu regras globais contra a erosão da base tributável e a transferência de lucros ao abrigo do quadro do Pilar 2. As regras de tributação mínima global ou regras do Pilar 2 são aplicáveis ao Deutsche Bank a partir de 2024, sendo a Deutsche Bank AG a empresa-mãe. Em dezembro de 2023, foi promulgada o n.º 3 do art. 274.º do HGB para introduzir uma exceção temporária obrigatória à contabilização dos impostos diferidos resultantes da implementação das regras do modelo do Pilar 2. Estas regras e os correspondentes requisitos de divulgação, de acordo com o n.º 30a do artigo 285.º do HGB, são aplicáveis ao exercício de 2023.

A medição dos impostos diferidos baseia-se na taxa conjunta de imposto sobre o rendimento do grupo fiscal do Deutsche Bank AG, a qual é atualmente de 31,3%. A taxa conjunta de imposto sobre o rendimento inclui o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas, o imposto sobre vendas e a sobretaxa de solidariedade.

Por outro lado, os impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias em investimentos alemães na forma de parceira são medidos com base numa taxa conjunta de imposto sobre o rendimento que inclui apenas o imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas e a sobretaxa de solidariedade; tal ascende atualmente a 15,83%.

Os impostos diferidos em agências estrangeiras são medidos através das taxas de imposto legais aplicáveis, que se encontram principalmente num intervalo entre 20% e 33%.

No período de relato, foi apresentado no balanço um ativo por impostos diferidos global de 6,7 mil milhões de euros. Os principais contribuidores foram o Deutsche Bank AG – o "banco nacional", incluindo impostos diferidos de subsidiárias do grupo com tributação consolidada, Deutsche Bank AG – Agência de Nova Iorque e o Deutsche Bank AG – Agência de Londres. Aqueles baseiam-se sobretudo nas perdas fiscais não utilizadas e nas diferenças temporárias, estando as últimas principalmente relacionadas com as obrigações associadas ao pessoal e as medições do justo valor de carteiras de empréstimos e carteiras de negociação.

16 - Estrutura de maturidade dos passivos

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Dívidas a bancos com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	75.985	85.056
com um período residual de		
até três meses	30.681	40.761
mais de três meses e inferior a um ano	21.522	20.908
Mais do que um ano e até cinco anos	10.953	11.549
mais de cinco anos	12.829	11.838
Depósitos de poupança com prazo de pré-aviso acordado superior a três meses	22.909	2.818
com um período residual de		
até três meses	4.050	1.194
mais de três meses e inferior a um ano	18.677	1.567
Mais do que um ano e até cinco anos	180	57
mais de cinco anos	2	0
Outras responsabilidades para com clientes com prazo acordado ou prazo de pré-aviso	149.016	120.625
com um período residual de		
até três meses	92.735	62.016
mais de três meses e inferior a um ano	40.864	40.713
Mais do que um ano e até cinco anos	7.886	11.121
mais de cinco anos	7.531	6.775
Outros passivos na forma de certificados	6.545	3.246
com um período residual de		
até três meses	904	830
mais de três meses e inferior a um ano	5.596	2.415
Mais do que um ano e até cinco anos	45	2
mais de cinco anos	0	0

Das obrigações emitidas de € 85.6 billion, € 16.6 billion vencem em 2024.

17– Passivo para o qual os ativos foram penhorados como garantia

Para o seguinte passivo, foram penhorados os ativos como garantia no montante indicado na tabela.

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Dívidas a bancos	14.505	22.924
Responsabilidades para com clientes	940	841
Passivos detidos para negociação	14.627	1.918
Outros passivos	0	0
Total	30.072	25.683

18 - Passivos diversos

Os passivos diversos de € 34.4 billion incluíam principalmente passivos decorrentes de desreconhecimento falhado no valor de € 28.5 billion, efeitos de reavaliação cambial para capital de dotação e resultados transitados no valor de € 1.1 billion e despesas operacionais a pagar no valor de € 1.0 billion.

19– Pensões e obrigações semelhantes

O Deutsche Bank AG patrocina planos de benefícios pós-emprego para os seus colaboradores (planos de pensões) que incluem uma contribuição definida e planos de benefício definido.

A maioria dos beneficiários desses planos de pensões está localizada na Alemanha. O valor do benefício acumulado de um participante baseia-se principalmente na remuneração e no tempo de serviço de cada colaborador.

A data de medição para todos os planos de benefício definido é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados através do método da unidade de crédito projetada. A avaliação exige a aplicação de determinados pressupostos atuariais tais como as evoluções demográficas, o aumento da remuneração para os colaboradores ativos e das pensões, bem como as taxas de inflação. A taxa de desconto é determinada de acordo com as regras do artigo 253.º, n.º 2 do HGB.

Pressupostos utilizados para os planos de pensões	31 dez 2023	31 dez 2022
Taxa de desconto	1,69%	1,62%
Taxa de inflação	2,44%	2,64%
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração	2,62%	2,83%
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento	2,91%	3,02%
	RichttafelnH	RichttafelnH
Tabelas de mortalidade/invalidez	eubeck 2018 G alterado	eubeck 2018 G alterado

As obrigações desses planos de pensões de benefícios definido são, na maioria, financiadas externamente. As obrigações sobrefinanciadas são reconhecidas no balanço como um ativo líquido após a compensação das provisões. Para obrigações com pensões sobrefinanciadas e obrigações dos planos financiados internamente do Banco são reconhecidas as provisões relevantes.

Para os planos de contribuição definida na Alemanha, em que o Deutsche Bank AG e outras instituições financeiras sejam membros do BVV, o passivo dos empregadores da subsidiária cobre os pagamentos de benefícios e os respetivos aumentos legalmente exigidos.

Além disso, as provisões são reconhecidas para outras obrigações de longo prazo semelhantes, em particular na Alemanha, por exemplo, para anos de aniversário de serviço ou regimes de reforma antecipada. O Banco financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	31 dez 2023	31 dez 2022
Obrigação de pensão (reconhecida nas Finanças)	10.493	10.620
Obrigação de pensão fictícia com base numa taxa de desconto média de 7 anos	10.575	11.098
Rendimento reconhecido devido a diferença da taxa de desconto	81	478
Justo valor dos ativos dos planos	8.508	8.385
dos quais:		
custo dos ativos do plano	8.958	9.729
total de resultados não realizados nos ativos do plano	1	0
Montante sobrefinanciado líquido no final do exercício	(1.986)	(2.236)
Ativos de pensões líquidos	(1.986)	(2.236)
dos quais:		
reconhecidos como "Ativos do plano sobrefinanciados relacionados com planos de pensões"	5	5
reconhecidos como "Provisões para pensões e obrigações semelhantes"	1.991	2.241

Tal como no ano anterior, os princípios de avaliação de acordo com o artigo 253.º, n.º 6 do HGB resultaram numa diferença de avaliação entre a obrigação com benefícios definidos reconhecida nas finanças utilizando a taxa de desconto média de 10 anos e a taxa de desconto média de 7 anos. Esta diferença de € 81 million está sujeita a disposições de bloqueio de dividendos.

em milhões de euros	Planos de pensões	
	2023	2022
Rentabilidade dos ativos do plano	515	(1.115)
Custos com juros para o efeito financeiro de desconto das obrigações com pensões	74	360
Rendimento de juros líquido (despesa)	442	(1.476)
do qual: reconhecido como "Outros rendimentos operacionais"	442	4
do qual: reconhecido como "Outros gastos operacionais"	(1)	(1.479)

20 - Outras provisões

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Provisões para perdas de crédito	350	534
Provisões para perdas iminentes	192	241
Outras provisões remanescentes	3.934	3.984
Total de outras provisões	4.477	4.759

As outras provisões remanescentes são definidas para os seguintes (principais) tipos de risco:

As provisões associadas ao pessoal foram definidas para refletirem remunerações e benefícios adicionais para os colaboradores. Aquelas estão relacionadas com pagamentos variáveis e remuneração diferida, remuneração com base em ações, obrigações para reforma antecipada e outros. O montante totalizou 2,8 mil milhões de euros no final do ano de 2023.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. A transformação estratégica do Grupo visa melhorar significativamente a rentabilidade sustentável para os acionistas, concentrando-se nos nossos negócios essenciais, reduzindo os nossos custos ajustados e permitindo uma tomada de decisões e execução mais rápidas. A provisão para estas atividades era de 225 milhões de euros no final do ano de 2023.

Execução regulamentar as provisões surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que alegam o incumprimento de responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar numa avaliação de coimas ou penalizações pelas agências regulamentares governamentais, organizações de autorregulamentação ou outras autoridades de aplicação da lei. A provisão para este risco era de 95 milhões de euros no final do ano de 2023.

As provisões de processos civis surgem de reclamações correntes ou potenciais ou de investigações que aleguem o incumprimento de responsabilidades contratuais ou outras responsabilidades legais ou regulamentares, que resultaram ou possam resultar em exigências dos clientes, contrapartes ou outras partes em processos civis. A provisão para este risco é de 532 milhões de euros no final do ano de 2023.

As provisões operacionais surgem do risco operacional e excluem os processos civis e provisões de execução regulamentar, apresentados como classes separadas de provisões. A provisão para este risco era de 15 milhões de euros no final do exercício de 2023. Os riscos operacionais incluem perdas resultantes de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou fracassados ou de eventos externos.

As provisões diversas ascendiam a 289 milhões de euros no final do exercício de 2023.

21 - Passivos subordinados

Os passivos contratualmente subordinados são emitidos na forma de títulos de taxa fixa e taxa variável, obrigações nominativas e ao portador, bem como empréstimos de nota promissória, e têm maturidades iniciais, na sua maioria, no prazo de 10 e 20 anos.

O Deutsche Bank AG não está obrigado a reembolsar passivos subordinados antes da data de vencimento especificada, contudo, em alguns casos, é possível o resgate antecipado por opção do emitente. No caso de dissolução ou insolvência, os valores a receber e os juros exigidos resultantes de tal passivo estão subordinados aos valores a receber não subordinados de todos os credores do Deutsche Bank AG. A conversão desses fundos para capital próprio ou outra forma de dívida não é antecipada ao abrigo dos termos das notas. Essas condições aplicam-se também aos passivos subordinados não especificados individualmente.

Passivos subordinados materiais acima de 1,0 mil milhões de euros

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Maturidade ¹
€	1.250	Obrigação ao portador	2015	2,750%	17/02/2025
dólares dos Estados Unidos	1.500	Obrigação ao portador	2015	4,500%	1/4/2025
€	1.250	Obrigação ao portador	2020	5,625%	19/05/2031
dólares dos Estados Unidos	1.250	Obrigação ao portador	2021	3,729%	14/01/2032
dólares dos Estados Unidos	1.250	Obrigação ao portador	2022	3,742%	1 de julho de 2033
€	1.500	Obrigação ao portador	2022	4,000%	24/06/2032
dólares dos Estados Unidos	1.500	Obrigação ao portador	2023	7,079%	2 de outubro de 2034

¹ Data de maturidade das obrigações; as obrigações têm algumas opções de compra extraordinárias, que estão sujeitas a aprovação pelos órgãos reguladores ou alterações às leis fiscais

As despesas para todos os passivos contratualmente subordinados de € 12.5 billion totalizaram € 428 million, incluindo os resultados de derivados de cobertura. Os juros acrescidos mas ainda não pagos de € 248 million incluídos neste valor são relatados nos passivos diversos.

Adicionalmente, determinados passivos são subordinados por lei, de acordo com a secção 46f parágrafo 6 da lei bancária alemã, caso a sua maturidade original seja superior a um ano e o montante de resgate ou o montante de juros não esteja dependente de eventos incertos no momento da emissão. Este passivo não preferencial ascende a 46,6 mil milhões de euros em dezembro de 2023.

22– Capital de direitos de participação

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Primeira data de compra
€	20	Dt. Postbank Namensgenussschein Nr. 032	05/03/2007	5,250%	31/12/2026

23– Instrumentos para capital regulamentar Tier 1 adicional

Em 31 de dezembro de 2023, as Notas Tier 1 adicionais ("Notas AT1" ou "Notas") totalizaram € 8.9 billion, em comparação com € 9.0 billion no ano passado. O custo de juros nas notas para 2023 totalizou € 560 million e incluiu € 381 million de juros acumulados no final do exercício de 2023, os quais foram registrados em outros passivos.

As Notas AT1 constituem as notas não garantidas e subordinadas do Deutsche Bank. As Notas auferem juros no seu montante nominal desde a data de emissão até à próxima data de reposição à taxa fixa anual. Por conseguinte, a taxa de juro será reajustada em intervalos de cinco anos. As Notas contêm características que podem requerer que o Deutsche Bank e permitirão que o Deutsche Bank, sempre no seu exclusivo critério absoluto e por qualquer razão, cancele quaisquer pagamentos de juros. Se cancelados, os pagamentos de juros não são cumulativos e não subirão para compensar qualquer défice nos pagamentos de juros em qualquer ano anterior. As Notas não terão data de vencimento. As Notas são reembolsáveis pelo Deutsche Bank a seu critério na respetiva data de compra seguinte e, posteriormente, nas datas de compra definidas ou em outras circunstâncias limitadas. Em cada caso, as Notas estão sujeitas a limitações e condições, tais como descritas nos termos e condições por exemplo, as Notas podem ser reembolsadas pelo Deutsche Bank a seu critério, no todo mas não em parte, por alguns motivos regulamentares ou de tributação. Todo e qualquer reembolso está sujeito ao consentimento prévio da autoridade de supervisão competente. O montante de reembolso e o montante nominal das Notas pode ser abatido na ocorrência de um evento acionador. Estamos na presença de um evento acionador quando o rácio Common Equity Tier 1 do Grupo Deutsche Bank, determinado numa base consolidada, descer abaixo dos 5,125%. As Notas também podem ser reintegradas, na sequência de um evento acionador, sob reserva do cumprimento de algumas condições.

Notas AT1 pendentes em 31 de dezembro de 2023

Moeda	Montante em milhões	Tipo	Ano de emissão	Cupão	Data da próxima compra
dólares dos Estados Unidos	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	4,789%	30/4/2025
GBP	650	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,125%	30/4/2026
dólares dos Estados Unidos	1.500	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2014	7,500%	30/4/2025
dólares dos Estados Unidos	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2020	6,000%	30/10/2025
€	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2021	4,625%	30/10/2027
€	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2021	4,500%	30/11/2026
€	750	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2022	6,750%	30/10/2028
€	1.250	Montante fixo não cumulativo e não datado para reajustar notas Tier 1 adicionais	2022	10,000%	12 de janeiro de 2027

24 – Moedas estrangeiras

O montante total de ativos expressos em moedas estrangeiras foi equivalente a € 452.8 billion na data do balanço; o valor total de passivo foi equivalente a € 334.7 billion.

25 – Capital e reservas

Ações próprias

No decurso de 2023, o banco ou as suas sociedades afiliadas não detêm nem adquiriram quaisquer ações próprias, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da AktG (fim de negociação).

O banco foi autorizado a comprar ações próprias pelas Assembleias Gerais de 17 de maio de 2023 (autorização até 30 de abril de 2028) e de 19 de maio de 2022 (autorização até 30 de Abril de 2027), nos termos do artigo 71.º (1) n.º 8 da AktG, incluindo a retirada de ações próprias nos termos dos artigos 237.º, 238.º e 239.º da AktG. Os limites respetivos (até 10% do número total de ações ordinárias) foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

Além disso, a Assembleia-Geral Anual de 17 de maio de 2023 autorizou o Conselho de Administração nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG a realizar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo. Os limites relativos à utilização de tais derivados foram cumpridos para cada transação de compra e venda.

As participações da Deutsche Bank AG e das suas filiais, nos termos do art. 71.º, n.º 1, ponto 8 da AktG, ascendiam a 48.195.109 ações (2,4% do seu capital social), das quais 45.541.366 ações foram recompradas para serem anuladas em 2024. Em 31 de dezembro de 2023, 15.499.710 (final de 2022: 7.543.254) ações do Deutsche Bank, ou seja, 0,76 % (final de 2022: 0,36%) do capital social foram penhoradas ao Banco ou às respetivas empresas afiliadas como garantia.

Alterações no capital subscrito, autorizado e condicional

O capital subscrito do Banco está dividido em 2.040.242.959 ações nominativas sem valor nominal e cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros. Excluindo as participações das ações próprias do Banco, o número de ações pendentes em 31 de dezembro de 2023 era de 1.992.047.850 (final de 2022: 2.037.841.513). O número médio de ações pendentes no período de relato era de 2.015.004.950.

em euros	Capital subscrito ¹	Capital autorizado	Capital condicional (ainda a utilizar)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.290.939.215,36	2.560.000.000,00	0
Cancelamento de acordo com a resolução da Assembleia-Geral de 19 de maio de 2022	(67.917.240,32)	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.223.021.975,04	2.560.000.000,00	0

¹ Inclui o valor nominal das ações em tesouraria

Os pormenores em relação ao capital autorizado são apresentados no relatório de gestão combinado relativo à Informação de acordo com o artigo 315a, n.º 1 do Código Comercial alemão.

Alterações no capital e reservas

em milhões de euros		
Saldo em 31 de dezembro de 2022		39.625
Cancelamento de ações		
- Variação de capital subscrito		(68)
- Variação da reserva de receitas		(232)
Distribuição em 2023		(610)
Lucro transportado		(459)
Ações em tesouraria		
– Alteração no valor nominal de ações em tesouraria	(49)	
– Alteração dos custos de aquisição	(100)	
– Resultados líquidos não realizados (não relacionados com a negociação)	0	
– Resultado realizado (relacionado com a negociação)	0	
– Perdas líquidas não realizadas (não relacionadas com a negociação)	(12)	
Adição à reserva de proveitos		2.000
Lucros (perdas) distribuíveis para 2023		3.458
Saldo em 31 de dezembro de 2023		43.552

Considerando a adição às reservas de proveitos no valor de 2,0 mil milhões de euros, o lucro distribuível restante ascendia a 3,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Na Assembleia-Geral Anual, o Banco proporá aos acionistas o pagamento de um dividendo de 45 centimos por ação, 2,0 mil milhões de euros adicionais apropriados para reservas de proveitos e a transição do lucro distribuível remanescente.

26 - Transações extrapatrimoniais

O Banco divulga passivos contingentes e compromissos de crédito irrevogáveis como transações extrapatrimoniais desde que não tenham sido estabelecidas provisões para os mesmos. A decisão de divulgação dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis como extrapatrimoniais ou reconhecidos como provisões é tomada com base no resultado da avaliação do risco de crédito. Os passivos contingentes e os compromissos de crédito irrevogáveis são igualmente reduzidos através do montante de garantia em numerário recebido, o qual é registado como passivo no balanço.

O risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes é mitigado pela possibilidade de recurso em relação ao respetivo cliente e, por conseguinte, baseia-se predominantemente no risco de crédito do cliente.

O Banco avalia o risco de perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis antes de realizar irrevogavelmente uma obrigação no âmbito de uma avaliação do risco de crédito ou ao utilizar uma avaliação do cumprimento previsto do cliente da obrigação subjacente. Além disso, o Banco avalia regularmente ao longo da vida útil do compromisso se são esperadas perdas resultantes de reclamações ao abrigo dos passivos contingentes e dos compromissos de crédito irrevogáveis. Em determinadas circunstâncias, o Banco solicita a provisão da garantia para reduzir o risco de perdas resultantes de reclamações. Os montantes das perdas analisados no âmbito de tais avaliações são registados como provisões.

Compromissos de crédito irrevogáveis

Os compromissos de crédito irrevogáveis ascenderam a € 158.2 billion em 31 de dezembro de 2023 e incluíram compromissos de € 156.1 billion para empréstimos e descontos a favor de entidades não bancárias.

O Deutsche Bank AG celebra compromissos de crédito irrevogáveis para satisfazer as necessidades de financiamento dos respetivos clientes. Os compromissos de crédito irrevogáveis representam a parte não utilizada da obrigação do Deutsche Bank de conceder empréstimos que não podem ser revogados pelo Deutsche Bank. Esses compromissos são apresentados com o montante contratual após a consideração da garantia em numerário recebida e as provisões conforme registadas no balanço. Os montantes acima referidos não representam fluxos de caixa futuros esperados, pois muitos desses contratos expirarão sem serem retirados. Apesar de os compromissos de crédito irrevogáveis não serem reconhecidos no balanço, o Deutsche Bank AG considera-os na monitorização da exposição ao crédito. Se a monitorização do risco de crédito fornecer indicações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é definida uma provisão.

O Deutsche Bank AG está comprometido em várias atividades comerciais com determinadas entidades, designadas como entidades de finalidade especial (SPE), que foram nomeadas para atingir uma finalidade de negócio específica. As principais utilizações de SPE consistem em proporcionar aos clientes o acesso a carteiras específicas de ativos e riscos, bem como em fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. O Deutsche Bank AG beneficiará, em geral, da receção de taxas de serviços e comissões para a criação de SPE ou por atuar como um gestor de investimento, instituição de custódia ou qualquer outra função. As SPE podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. Embora o envolvimento do Banco com tais entidades possa assumir muitas formas distintas, aquele é sobretudo composto por instrumentos de liquidez, divulgados de modo extrapatrimonial como compromissos de crédito irrevogáveis no âmbito das "outras obrigações" abaixo da linha do balanço. O Deutsche Bank AG presta apoio financeiro às SPE relacionado com os programas de veículos de titularização comercial, as titularizações de ativos, os fundos de investimento e os fundos de locação imobiliária. Tais veículos são fundamentais para o funcionamento de vários mercados investidores importantes, incluindo os mercados de créditos hipotecários para habitação e outros títulos garantidos por ativos, uma vez que proporcionam aos investidores o acesso a fluxos de caixa e riscos específicos criados através do processo de titularização. Em 31 de dezembro de 2023, a exposição do Deutsche Bank AG não tinha um impacto significativo nos respetivos acordos de dívida, rácios de capital, notações de crédito ou dividendos.

Passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Deutsche Bank AG realiza regularmente garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito em nome dos seus clientes. Ao abrigo desses contratos, o Deutsche Bank AG está obrigado a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento por parte do terceiro das respetivas obrigações ou da execução de um contrato de obrigação. Para essas contingências, não é do conhecimento do Banco, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de um saque previsto, é reconhecida uma provisão.

A tabela a seguir apresenta o total dos potenciais pagamentos ao abrigo de garantias, cartas de crédito e responsabilidades de crédito após a dedução da garantia em numerário e das provisões registadas no balanço. Aquela apresenta o montante máximo da potencial utilização do Deutsche Bank AG no caso de todas as obrigações realizadas terem de ser cumpridas e, simultaneamente, todos os recursos para clientes não serem satisfeitos. Por conseguinte, a tabela não apresenta os fluxos

de caixa futuros esperados desses contratos, uma vez que muitos desses contratos expirarão sem serem retirados ou os saques serão contrabalançados através de recurso para o cliente.

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Garantias	48.886	51.996
Cartas de crédito	3.464	3.701
Responsabilidades de crédito	7.831	7.089
Total	60.181	62.786

27 - Obrigações diversas

Obrigações de aquisição

As obrigações de aquisição são acordos legalmente executáveis e vinculativos para a compra de mercadorias ou serviços nos termos predefinidos tais como quantidades ou preços mínimos. Sempre que o Deutsche Bank AG celebra tais acordos, existe o risco potencial de os termos e condições do contrato serem menos favoráveis do que os termos e condições no momento em que as mercadorias ou os serviços são fornecidos ou de os custos relacionados serem mais elevados do que o benefício económico recebido. No caso de uma perda antecipada, o Deutsche Bank AG poderá anular uma provisão para contratos onerosos.

As obrigações de aquisição para mercadorias e serviços ascendem a € 3.9 billion em 31 de dezembro de 2023, as quais incluem pagamentos futuros para, entre outros, serviços de tecnologia da informação e de gestão de instalações, por exemplo.

As locações são contratos em que o proprietário de um ativo (locador) concede o direito de utilização desse ativo a outra parte (locatário) por um período de tempo específico em troca de pagamentos regulares. Um contrato de locação é classificado como uma locação operacional caso o contrato inclua um direito limitado ou ilimitado de resolução para o locatário. Todos os principais riscos e benefícios associados à propriedade do ativo permanecem com o locador, que permanece o proprietário económico. As locações operacionais proporcionam uma alternativa à propriedade, pois permitem ao locatário beneficiar do não investimento dos seus recursos no ativo. As obrigações existentes do Deutsche Bank AG resultantes das locações operacionais envolvem contratos de arrendamento e locação para edifícios, mobiliário e equipamento de escritório. A maioria das mesmas são contratos de locação para edifícios, nos quais o Deutsche Bank AG é o locatário. Em 31 de dezembro de 2023, as obrigações de pagamento ao abrigo dos contratos de arrendamento e locações ascendiam a € 4.8 billion (dos quais € 0 million diziam respeito a subsidiárias) e tinham maturidades residuais de até 25 anos.

Compromissos de pagamento irrevogáveis relativos a taxas e proteção de depósitos

O banco é obrigado a fazer contribuições para as autoridades internacionais de resolução ou para os sistemas de proteção de depósitos, como o Fundo Único de Resolução (FUR) do Conselho Único de Resolução (CUR). Parte dessas contribuições pode ser efetuada sob a forma de compromissos de pagamento irrevogáveis (IPC) apoiados por garantias em numerário ou em títulos.

Os IPC relacionados com a taxa bancária de acordo com a Diretiva de Recuperação e Resolução Bancárias (BRRD), o FUR e a proteção de depósitos fornecida pelo fundo alemão de proteção de depósitos ascendiam a € 1.4 billion em 31 de dezembro de 2023 (31 de dezembro de 2022: € 1.2 billion). Dos quais, 1,0 mil milhões de euros de IPC relacionados com o FUR (31 de dezembro de 2022): 0,8 mil milhões de euros).

Em 2023, o banco disponibilizou IPC adicionais de 118 milhões de euros ao FUR e de 46 milhões de euros ao fundo de proteção de depósitos alemão, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, o total das garantias consistia em 1,3 mil milhões de euros de garantias em numerário e 81 milhões de euros de garantias em títulos (31 de dezembro de 2022): 1,1 mil milhões de euros e 78 milhões de euros, respetivamente). Dos quais, 962 milhões de euros de garantias em numerário relacionadas com o FUR (31 de dezembro de 2022): 844 milhões de euros).

O banco contabiliza os IPC como passivos contingentes, uma vez que não é provável que os CIP venham a ser acionados. Além disso, o banco continua a ser o proprietário económico da garantia prestada.

Em outubro de 2023, numa questão não relacionada com o Deutsche Bank, o Tribunal Geral da UE proferiu um acórdão que apoiava o CUR na sua opinião de que, no caso de uma entidade que já não esteja abrangida pelo âmbito de aplicação do

Mecanismo Único de Resolução, os seus IPC são cancelados e as garantias que suportam estes compromissos só são devolvidas se a entidade pagar uma contribuição em numerário para o FUR no mesmo montante. O queixoso interpôs recurso contra este acórdão junto do Tribunal de Justiça da UE em janeiro de 2024. O banco considera que a sua análise contabilística dos IPC no que respeita ao FUR e à proteção dos depósitos não é afetada em 31 de dezembro de 2023, e continua a acompanhar os desenvolvimentos jurídicos e o seu potencial impacto contabilístico.

Outras contingências

Em 31 de dezembro de 2023, os custos com remuneração variável diferida não amortizados totalizavam 0,4 mil milhões de euros.

O passivo para possíveis compras de ações não integralmente liberadas em sociedades anónimas ou sociedades por quotas e outras ações ascendia a € 22 million no final de 2023, dos quais € 15 million estavam relacionados com uma subsidiária.

De acordo com o artigo 5.º, n.º 10 do Estatuto do Fundo de proteção de depósitos, o Deutsche Bank AG comprometeu-se a indemnizar o Bundesverband deutscher Banken e.V., Berlim, por quaisquer perdas incorridas devido às medidas tomadas a favor de bancos maioritariamente detidos ou controlados pelo Deutsche Bank AG.

As obrigações decorrentes de transações em bolsas de futuros e opções e em câmaras de compensação para as quais foram penhorados títulos como garantia ascendiam a € 2.5 billion em 31 de dezembro de 2023.

Outros passivos contingentes adicionais ascendem a € 74 million.

Notas às demonstrações financeiras

28 – Rendimentos por mercado geográfico

O montante total do rendimento de juros, do rendimento corrente de ações de capital e outros títulos de rendimento variável, das participações financeiras e dos investimentos em empresas afiliadas, do rendimento de comissões, do resultado de negociação líquido e de outras receitas operacionais tem origem em várias regiões, conforme apresentado através da seguinte discriminação de acordo com o artigo 34.º, n.º 2 da RechKredV.

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Alemanha	42.778	18.621
Europa (excl. Alemanha)	20.085	16.065
Américas	9.963	5.491
África/Ásia/Austrália	5.284	3.970
Total	78.111	44.146

O aumento global em comparação com 2022 deveu-se principalmente ao aumento das receitas de juros na Alemanha e nas Américas. Ambas as regiões beneficiaram do aumento das taxas de juro, tendo outras regiões registado aumentos comparativamente mais baixos.

A melhoria dos resultados comerciais líquidos é principalmente imputável à Europa, com exceção da Alemanha.

Os rendimentos de comissões e outros rendimentos operacionais mantiveram-se praticamente inalterados.

29 – Rendimento de juros e gastos de juros

O rendimento de juros de empresas de crédito e do mercado monetário incluiu € 30 million de juros negativos, ou seja, custos de juros sobre valores a receber que estavam principalmente relacionados com valores a receber de bancos e ativos detidos para negociação. Os custos de juros incluíram € 76 million de juros negativos, ou seja, rendimento de juros de passivo que estava sobretudo relacionado com dívidas a bancos.

30 – Serviços administrativos e de agência prestados por terceiros

Os seguintes serviços administrativos e de agência foram prestados por terceiros: serviços de custódia, encaminhamento de hipotecas, apólices de seguros e contratos de poupança e crédito habitação, gestão de ativos detidos em fideicomisso e gestão de ativos.

31 – Outros rendimentos e despesas operacionais

Os outros rendimentos operacionais de € 6.1 billion incluem o resultado de derivativos não negociáveis de € 4.6 billion, os juros líquidos dos planos de benefícios definidos de € 0.4 billion e desembolsos de provisões de € 0.4 billion.

Outras despesas operacionais de € 5.2 billion incluem principalmente o resultado de derivativos não negociáveis de € 4.3 billion e despesas para provisões de € 0.2 billion.

32 - Resultado extraordinário

O rendimento extraordinário de € 1 million estava relacionado com atividades de reestruturação. (2022: ganho de € 114 million). Despesas extraordinárias de € 158 million refletem atividades de reestruturação (2022: despesas de € 19 million).

Receitas extraordinárias e despesas líquidas para um resultado extraordinário de negative € 157 million (2022: € 95 million).

33 – Impostos

Em 2023, o banco registou um benefício fiscal de 646 milhões de euros, em comparação com um benefício de 1,8 mil milhões de euros no ano anterior. O benefício fiscal do ano em curso deveu-se principalmente a alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos.

As regras de tributação mínima global ou regras do Pilar 2, que foram transpostas para a legislação alemã ("Mindeststeuergesetz" ou "MinStG") em 27 de dezembro de 2023, são aplicáveis ao Deutsche Bank a partir de 2024, sendo o Deutsche Bank AG a empresa-mãe. Os relatórios de informação global do Pilar 2 e as respetivas declarações fiscais para 2024 só devem ser entregues em junho de 2026. Na medida em que tal seja aplicável, o Deutsche Bank AG deve remeter às autoridades fiscais alemãs um passivo do Pilar 2 calculado para uma jurisdição, a menos que essa jurisdição adote o seu próprio conjunto de regras do Pilar 2. No entanto, a isenção temporária dos cálculos pormenorizados do Pilar 2, que é determinada numa base de jurisdição a jurisdição, pode estar disponível ao abrigo de disposições transitórias de "porto seguro". Estas disposições de "porto seguro" aplicam-se aos anos fiscais de 2024-2026 e baseiam-se nos relatórios país a país apresentados anualmente pelo banco às autoridades fiscais alemãs e noutros dados financeiros. Embora subsistam incertezas quanto à aplicação das regras do Pilar 2, sejam esperados novos desenvolvimentos legislativos e orientações interpretativas em muitos países e estejam em curso esforços de implementação, o Deutsche Bank avaliou o impacto potencial na sua posição financeira para 2024 com base nos melhores esforços. A avaliação teve em conta uma série de fatores qualitativos e quantitativos. Por um lado, a taxa de imposto legal combinada do Deutsche Bank é significativamente mais elevada do que a taxa mínima de imposto de 15%. Além disso, apenas alguns países aplicam uma taxa de imposto legal inferior a 15% às operações do Banco. Adicionalmente, com base numa análise do mais recente relatório disponível por país, estima-se que o Deutsche Bank AG se qualificará para a isenção ao abrigo das disposições transitórias de "porto seguro" na maioria das jurisdições em que opera. Consequentemente, o Deutsche Bank AG estima que não estará sujeito a um passivo material do Pilar 2 em 2024.

34 – Informação relativa ao montante bloqueado de acordo com os artigos 253.º, n.º 6 e 268.º, n.º 8 do HGB

A tabela a seguir apresenta o montante de acordo com o artigo 253.º, n.º 6 do HGB e o artigo 268.º, n.º 8 do HGB que deverá ser considerado para distribuição de lucros. As reservas distribuíveis totais de 14,0 mil milhões de euros, acrescidas do lucro distribuível de 3,5 milhões de euros, cobrem os montantes bloqueados em 31 de dezembro de 2023. As posições individuais abaixo incluem passivos por impostos diferidos, se aplicável; por conseguinte, os montantes apresentados na tabela poderão desviar-se das posições do balanço correspondentes.

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Ativos por impostos diferidos	7.154	5.895
Ativos intangíveis de desenvolvimento próprio	2.720	2.504
Diferença de avaliação relacionada com o desconto de provisões para obrigações com pensões	56	329
Resultados não realizados de ativos do plano	1	0
Total do montante não distribuível	9.931	8.728

35 – Participações

- 33 Empresas em que a participação é superior a 20%
- 42 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações do Deutsche Bank AG de acordo com o artigo 285.º, ponto 11 do HGB, incluindo as informações de acordo com o artigo 285.º, ponto 11-a do HGB. De acordo com o artigo 286.º, n.º 3, 1.ª frase, ponto 1 do HGB, o Deutsche Bank AG não divulga os fundos próprios e o resultado anual de participações individuais, na medida em que tais divulgações são insignificantes para a apresentação dos ativos e do passivo, da posição financeira e dos resultados de operações do Deutsche Bank AG.

Notas de rodapé:

- 1 No contrato de transferência de resultados, o resultado anual não é divulgado.
- 2 Fundos próprios e resultado anual do exercício de 2022; os números locais da GAAP para o exercício de 2023 ainda não estão disponíveis.
- 3 Fundos próprios e resultado anual do subgrupo. As empresas a seguir que começam com um travessão fazem parte do subgrupo; os respetivos fundos próprios e o resultado anual são incorporados nos dados do subgrupo.
- 4 Estado como acionista com responsabilidade ilimitada nos termos do artigo 285.º, ponto 11-a do HGB.
- 5 Parceria geral.

Empresas em que a participação é superior a 20%

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
1	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
2	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
3	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
4	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
5	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
6	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
7	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
8	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
9	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
10	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
11	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
12	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		26,9	283,8	10,2
13	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
14	Alfred Herrhausen Gesellschaft mbH	Berlim		100,0		
15	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
16	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
17	Arabesque AI Ltd	Londres		24,3	(0,7)	(3,0)
18	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
19	Baldur Mortgages Limited	Londres		100,0		
20	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30,0		
21	Banks Island General Partner Inc.	Toronto		50,0		
22	Benefit Trust GmbH	Luetzen		100,0	6.894,9	(28,2)
23	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		49,0		
24	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0	154,9	37,3
25	Better Financial Services GmbH	Berlim		100,0		
26	Better Payment Germany GmbH	Berlim		100,0		
27	BHW - Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hamel	1	100,0	1.161,3	0,0
28	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hamel	1	100,0	1.800,6	0,0
29	BHW Holding GmbH	Hamel	1	100,0	727,8	0,0
30	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
31	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf		33,2		
32	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		32,0		
33	Borfield Sociedad Anonima	Montevideo		100,0		
34	Breaking Wave DB Limited	Londres		100,0		
35	BT Globenet Nominees Limited	Londres		100,0		
36	Cardea Real Estate S.r.l.	Milão		100,0		
37	Carpathian Investments Designated Activity Company	Dublin		100,0		
38	Cathay Advisory (Beijing) Co., Ltd.	Pequim		100,0		
39	Cathay Asset Management Company Limited	Ebène		100,0		
40	Cathay Capital Company (No 2) Limited	Ebène		67,6	147,2	(45,9)
41	Cedar (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		98,2		
42	City Leasing (Thameside) Limited	Londres		100,0		
43	City Leasing Limited	Londres		100,0		
44	Consumo Srl in Liquidazione	Milão		100,0		
45	D B Investments (GB) Limited	Londres	2	100,0	519,5	(6,0)
46	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
47	Danube Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
48	DB (Barbados) SRL	Christ Church		100,0		
49	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0		
50	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sendirian Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
51	DB Advisors SICAV	Luxemburgo		100,0	8.425,3	(41,7)
52	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0		
53	DB Asset Finance I S.à r.l.	Luxemburgo	2	96,9	5,7	9,5
54	DB Asset Finance II S.à r.l.	Luxemburgo	2	96,9	5,5	16,7
55	DB Beteteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt	1	100,0	6.303,9	0,0
56	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt	1	100,0	330,2	0,0
57	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Madrid		100,0		
58	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0		
59	DB Commodity Financing Limited	Londres		100,0		
60	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0	3,2	3,1
61	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		90,0		
62	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo	2	100,0	1,4	12,6
63	DB Direkt GmbH	Frankfurt	1	100,0		
64	DB Finance International GmbH	Frankfurt		100,0		
65	DB Global Technology SRL	Bucareste		100,0	52,9	10,2
66	DB Group Services (UK) Limited	Londres		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
67	DB HR Solutions GmbH	Frankfurt		100,0	5,3	2,2
68	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		100,0		
69	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		100,0		
70	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen		100,0	1.648,1	58,8
71	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen		100,0	1.480,9	47,5
72	DB International (Asia) Limited	Singapura		100,0	444,6	17,9
73	DB International Investments Limited	Londres		100,0		
74	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		100,0		
75	DB Investment Partners Limited	Londres		100,0	14,0	(5,9)
76	DB Investment Partners Pte. Ltd.	Singapura		100,0		
77	DB Investment Services GmbH	Frankfurt	1	100,0	46,0	0,0
78	DB London (Investor Services) Nominees Limited	Londres		100,0		
79	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0		
80	DB Municipal Holdings LLC	Wilmington		100,0	25,5	0,6
81	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
82	DB Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
83	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		100,0		
84	DB Operaciones y Servicios Interactivos, S.L.U.	Madrid		100,0		
85	DB Overseas Holdings Limited	Londres	2	100,0	81,9	0,4
86	DB Placement, LLC	Wilmington		100,0		
87	DB Print GmbH	Frankfurt	1	100,0		
88	DB Re S.A.	Luxemburgo		100,0	9,7	4,6
89	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		33,6		
90	DB Service Centre Limited	Dublin	2	100,0	25,0	3,5
91	DB Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0		
92	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		100,0		
93	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati		100,0		
94	DB Structured Holdings Luxembourg S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
95	DB Trustee Services Limited	Londres		100,0		
96	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0		
97	DB UK Bank Limited	Londres	2	100,0	678,7	(5,0)
98	DB UK Holdings Limited	Londres	2	100,0	423,7	15,3
99	DB UK PCAM Holdings Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
100	DB USA Corporation (Subgrupo)	Wilmington	3	100,0	11.959,1	496,7
101	-ABFS I Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
102	-Alex. Brown Financial Services Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
103	-Alex. Brown Investments Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
104	-Argent Incorporated	Lutherville-Timonium		100,0		
105	-China Recovery Fund, LLC	Wilmington		85,0		
106	-DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0		
107	-DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0		
108	-DB Aster III, LLC	Wilmington		100,0		
109	-DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0		
110	-DB Aster, LLC	Wilmington		100,0		
111	-DB Boracay LLC	Wilmington		100,0		
112	-DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		100,0		
113	-DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0		
114	-DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0		
115	-DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		100,0		
116	-DB Intermezzo LLC	Wilmington		100,0		
117	-DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0		
118	-DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0		
119	-DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0		
120	-DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		100,0		
121	-DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0		
122	-DB Omega Ltd.	George Town		100,0		
123	-DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0		
124	-DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0		
125	-DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		100,0		
126	-DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0		
127	-DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0		
128	-DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0		
129	-DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0		
130	-DB USA Core Corporation	West Trenton		100,0		
131	-DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0		
132	-DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0		
133	-DBNZ Overseas Investments (No.1) Limited	George Town		100,0		
134	-Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
135	-Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0		
136	-Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Wilmington		100,0		
137	-Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0		
138	-Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0		
139	-Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		100,0		
140	-Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0		
141	-Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		100,0		
142	-Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		100,0		
143	-Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		100,0		
144	-Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0		
145	-GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0		
146	-German American Capital Corporation	Lutherville-Timonium		100,0		
147	-GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0		
148	-Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0		
149	-87 Leonard Development LLC	Wilmington		100,0		
150	-MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0		
151	-MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0		
152	-MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		100,0		
153	-New 87 Leonard, LLC	Wilmington		100,0		
154	-Numis Securities Inc.	Wilmington		100,0		
155	-PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0		
156	-QR Tower 2, LLC	Wilmington		100,0		
157	-Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		100,0		
158	-Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0		
159	-Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0		
160	-Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0		
161	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	596,7	27,7
162	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	43,5	1,0
163	DB VersicherungsManager GmbH	Frankfurt	1	100,0		
164	DB Vita S.A.	Luxemburgo		84,0	45,2	1,3
165	DBCIBZ1	George Town		100,0		
166	DBG Eastern Europe II L.P.	St. Helier		25,9		
167	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres	2	100,0	11,8	6,5
168	DBR Investments Co. Limited	George Town		100,0	16,7	(57,7)
169	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		100,0		
170	DBRE Global Real Estate Management US IB, L.L.C.	Wilmington		100,0		
171	DBRMSGP1	George Town	4, 5	100,0	387,4	21,7
172	DBUK PCAM Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
173	DBUSBZ2, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
174	DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0	9,6	(3,0)
175	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn	4	100,0	99,5	21,1
176	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Frankfurt		100,0		
177	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0	4,1	3,4
178	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0		
179	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0		
180	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0		
181	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		100,0	293,7	16,6
182	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0	10,5	0,3
183	Deutsche Australia Limited (Subgrupo)	Sydney	2, 3	100,0	175,0	(8,3)
184	-Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0		
185	-Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0		
186	-Pan Australian Nominees Pty Ltd (em cancelamento voluntário)	Sydney		100,0		
187	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0	70,1	3,4
188	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		100,0	1.224,7	88,6
189	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0	373,8	37,7
190	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		100,0	641,8	14,1
191	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		100,0		
192	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		100,0	127,3	64,0
193	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt	1	100,0	10,0	0,0
194	Deutsche Bank Financial Company	George Town		100,0	19,8	(24,9)
195	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0	5.056,3	362,7
196	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		100,0	27,0	5,1
197	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Varsóvia		100,0	355,6	(153,1)
198	Deutsche Bank Representative Office Nigeria Limited	Lagos		100,0		
199	Deutsche Bank S.A. - Banco Alemão	São Paulo		100,0	496,1	36,0
200	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0	43,4	1,5
201	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		99,9	2.380,3	205,8
202	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española Unipersonal	Madrid		100,0	1.021,0	35,6

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
203	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0		
204	Deutsche Capital Partners China Limited (em dissolução voluntária)	George Town		100,0		
205	Deutsche Cayman Ltd.	Camana Bay		100,0		
206	Deutsche Colombia S.A.S.	Bogotá		100,0		
207	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão		100,0		
208	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0	47,3	12,7
209	Deutsche Finance No. 2 Limited (em dissolução voluntária)	George Town	2	100,0	11,0	0,0
210	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		100,0		
211	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		100,0	14,5	1,7
212	Deutsche Group Holdings (SA) Proprietary Limited	Joanesburgo		100,0		
213	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt	1	99,8		
214	Deutsche Holdings (Grand Duchy)	Luxemburgo		100,0	56,1	1,8
215	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	1.791,6	77,2
216	Deutsche Holdings Limited	Londres	2	100,0	419,8	0,0
217	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres	2	100,0	249,2	0,1
218	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres	2	100,0	178,4	(0,7)
219	Deutsche Holdings No. 4 Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0	10,2	3,1
220	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf	1	100,0	26,5	0,0
221	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0	89,1	6,2
222	Deutsche India Private Limited	Mumbai		100,0	264,2	72,7
223	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0		
224	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0		
225	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0		
226	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão		100,0	14,7	14,6
227	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0	102,2	1,1
228	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0		
229	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		100,0	196,6	118,7
230	Deutsche Mexico Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0	181,2	(15,8)
231	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres	2	100,0	37,6	(0,5)
232	Deutsche Nederland N.V.	Amesterdão		100,0		
233	Deutsche New Zealand Limited (Subgrupo)	Auckland	3	100,0	1,2	0,0
234	-Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0		
235	-Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0		
236	-Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0		
237	-Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0		
238	Deutsche Nominees Limited	Londres		100,0		
239	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Colónia	1	100,0	199,3	0,0
240	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuettringen		100,0		
241	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0		
242	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0		
243	Deutsche Postbank Funding Trust I	Newark		100,0		
244	Deutsche Postbank Funding Trust III	Newark		100,0		
245	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		49,0		
246	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		100,0		
247	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0	26,4	3,9
248	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0		
249	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0	107,0	3,8
250	Deutsche Securities Inc.	Tóquio	2	100,0	658,5	85,3
251	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		100,0		
252	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		100,0	63,4	(5,1)
253	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta)	Riade		100,0	75,8	(0,6)
254	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		100,0	131,7	5,1
255	Deutsche Services (CI) Limited	St. Helier		100,0	177,7	6,2
256	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		100,0		
257	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt	1	100,0		
258	Deutsche Strategic Investment Holdings Yugen Kaisha	Tóquio		100,0		
259	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		100,0	18,4	2,3
260	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0		
261	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0		
262	Deutsche Wealth Management S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0		
263	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50,0		
264	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Colónia		25,1	12,5	0,6
265	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0		
266	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt	1	100,0		
267	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
268	DIP Management GmbH	Frankfurt		100,0		
269	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	1	100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
270	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		21,1		
271	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf		50,0		
272	DREIUNZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
273	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
274	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
275	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
276	Durian (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
277	DWS Alternatives France	Paris		100,0		
278	DWS Alternatives Global Limited	Londres		100,0	131,2	(9,3)
279	DWS Alternatives GmbH	Frankfurt	1	100,0	19,5	0,0
280	DWS Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		100,0	18,1	3,2
281	DWS Beteiligungs GmbH	Frankfurt	1	98,6	336,4	0,0
282	DWS CH AG	Zurique		100,0	19,5	4,1
283	DWS Distributors, Inc.	Wilmington		100,0	32,6	4,7
284	DWS Far Eastern Investments Limited	Taipei		60,0	11,7	1,4
285	DWS Global Business Services Inc.	Cidade de Taguig		99,9		
286	DWS Group GmbH & Co. KGaA	Frankfurt		79,5	8.458,2	558,5
287	DWS Group Services UK Limited	Londres		100,0	44,2	(5,7)
288	DWS Grundbesitz GmbH	Frankfurt	1	99,9	27,7	0,0
289	DWS India Private Limited	Mumbai		100,0		
290	DWS International GmbH	Frankfurt	1	100,0	86,3	0,0
291	DWS Investment GmbH	Frankfurt	1	100,0	393,6	0,0
292	DWS Investment Management Americas, Inc.	Wilmington		100,0	670,4	(36,0)
293	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		100,0	395,3	20,1
294	DWS Investments Australia Limited	Sydney		100,0		
295	DWS Investments Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0	50,0	5,8
296	DWS Investments Japan Limited	Tóquio		100,0	23,8	1,7
297	DWS Investments Shanghai Limited	Xangai		100,0		
298	DWS Investments Singapore Limited	Singapura		100,0	387,8	50,5
299	DWS Investments UK Limited	Londres		100,0	179,0	74,6
300	DWS Management GmbH	Frankfurt		100,0		
301	DWS Offshore Infrastructure Debt Opportunities Feeder LP	George Town		26,3	39,7	3,8
302	DWS Real Estate GmbH	Frankfurt	1	99,9	52,7	0,0
303	DWS Service Company	Wilmington		100,0	0,7	(7,3)
304	DWS Shanghai Private Equity Fund Management Limited	Xangai		100,0		
305	DWS Trust Company	Concord		100,0	26,1	1,1
306	DWS USA Corporation	Wilmington		100,0	1.573,8	56,7
307	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG i.l.	Hamburgo		65,2		
308	EINUNZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
309	Elbe Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		25,0		
310	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Düsseldorf		50,0		
311	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
312	Elm (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
313	Emerald Asset Repackaging Designated Activity Company	Dublin		100,0		
314	ERET Lux 1 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
315	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Frankfurt		100,0		
316	European Real Estate Transformation Fund S.C.A. SICAV-RAIF	Luxemburgo		99,9		
317	European Value Added I (Alternate G.P.) LLP	Londres		100,0		
318	Evroenergeiaki Anonymi Etaireia	Atenas		40,0		
319	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.l.	Milão		100,0		
320	Finanzberatungsgesellschaft mbH der Deutschen Bank	Berlim		100,0	4,3	4,0
321	Fir (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
322	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
323	FSDB Merchant Services GmbH	Frankfurt		49,0		
324	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
325	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		41,2		
326	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6		
327	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,9		
328	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
329	G.O. IB-US Management, L.L.C.	Wilmington		100,0		
330	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		36,7	9,2	7,1
331	Glor Music Production GmbH & Co. KG	Rottach-Egern		29,5		
332	GLOR Music Production II GmbH & Co. KG	Rottach-Egern		28,6		
333	Greenheart (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
334	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		98,7		
335	Grundstücksgesellschaft Karlsruhe Kaiserstraße GbR	Troisdorf		40,1		
336	Grundstücksgesellschaft Kerpen-Sindorf Vogelrutherfeld GbR	Troisdorf		94,0		
337	Grundstücksgesellschaft Köln Oppenheimstraße GbR	Troisdorf		100,0		
338	Grundstücksgesellschaft Köln-Merheim Winterberger Straße GbR	Troisdorf		41,6		
339	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf		62,1		
340	Grundstücksgesellschaft Mietwohnhäuser Leipzig-Gohlis GbR	Troisdorf		25,0		
341	Grundstücksgesellschaft München Synagogenplatz GbR	Troisdorf		26,0		
342	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		78,7		
343	Harvest Fund Management Co., Ltd.	Xangai		30,0	1.130,8	226,3
344	HR "Simone" GmbH & Co. KG i.L.	Jork		24,3		
345	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		40,7	449,1	(227,6)
346	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		50,0		
347	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG i.L.	Berlim		20,5		
348	Immobilienfonds Büro Center Erfurt am Flughafen Bindersleben III GbR	Troisdorf		20,7		
349	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben I GbR	Troisdorf		90,0		
350	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Grafenberg GbR	Troisdorf		39,0		
351	Immobilienfonds Bürohaus Düsseldorf Parsevalstraße GbR	Colónia		30,5		
352	Immobilienfonds Köln-Deutz Arena und Mantelbebauung GbR	Troisdorf		28,9		
353	Immobilienfonds Köln-Ossendorf II GbR	Troisdorf		40,3		
354	Immobilienfonds Wohn- und Geschäftshaus Köln-Blumenberg V GbR	Troisdorf		99,0		
355	Ingrid S.à r.l.	Luxemburgo		23,8		
356	Inn Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
357	Intermodal Finance I Ltd.	George Town		49,0		
358	Inversiones Pico Espadas S.A.	Castellbisbal		21,6		
359	Isaac Newton S.à r.l.	Capellen		98,2	0,6	16,8
360	Isar Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
361	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0		
362	I VAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
363	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung i.L.	Düsseldorf		22,9		
364	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft i.L.	Düsseldorf		22,9		
365	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU	Kiev		100,0	15,8	2,9
366	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		100,0		
367	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt	1	100,0		
368	Kidson Pte Ltd	Singapura		100,0	17,8	0,5
369	Kinneil Leasing Company	Londres		35,0		
370	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
371	Konsul Inkasso GmbH	Essen	1	100,0		
372	KVD Singapore Pte. Ltd.	Singapura		25,9	587,9	(207,5)
373	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0		
374	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		100,0	25,0	(0,7)
375	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0		
376	Leonardo III Initial GP Limited	Londres		100,0		
377	Lindsell Finance Limited	St. Julian's		100,0		
378	London Industrial Leasing Limited	Londres		100,0		
379	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt		77,1	12,3	2,4
380	M Cap Finance Mittelstandsfonds III GmbH & Co. KG	Frankfurt		35,4	16,0	0,6
381	MCT Südafrika 3 GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo		39,0		
382	MEF I Manager, S. à r.l.	Munsbach		100,0		
383	MorgenFund GmbH	Frankfurt		30,0	166,6	(18,0)
384	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0		
385	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0		
386	MT "CAPE BEALE" Tankschiffahrts GmbH & Co. KG i.L.	Hamburgo		34,0		
387	MT "KING DANIEL" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo		32,8		
388	MT "KING DOUGLAS" Tankschiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG i.L.	Hamburgo		33,0		
389	Navegator - SGFTC, S.A.	Lisboa		100,0		
390	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
391	NCW Holding Inc.	Vancouver		100,0		
392	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
393	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
394	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
395	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
396	norisbank GmbH	Bona	1	100,0	433,9	0,0
397	North Coast Wind Energy Corp.	Port Moody		50,0		
398	Numis Corporation Limited	Londres		100,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
399	Numis Europe Limited	Dublin		100,0		
400	Numis Nominees (Cliente) Limited	Londres		100,0		
401	Numis Nominees (NSI) Limited	Londres		100,0		
402	Numis Nominees Limited	Londres		100,0		
403	Numis Securities Limited	Londres		100,0		
404	Oder Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
405	OOO "Deutsche Bank TechCentre"	Moscovo		100,0	7,4	(12,8)
406	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		100,0	282,0	39,4
407	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		100,0		
408	OPB-Oktava GmbH	Colónia		100,0		
409	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG i.L.	Colónia		27,7		
410	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		100,0		
411	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0		
412	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
413	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
414	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
415	Palma Topco Limited	St. Helier		22,8		
416	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
417	PB Factoring GmbH	Bona	1	100,0	32,6	0,0
418	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Essen	1	100,0	32,4	0,0
419	PEIF II SLP Feeder 2 LP	Edimburgo		100,0		
420	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
421	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
422	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
423	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
424	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
425	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
426	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
427	Peruda Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
428	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
429	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
430	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Makati		95,0		
431	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0		
432	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
433	Postbank Direkt GmbH	Bona	1	100,0	15,9	0,0
434	Postbank Filialvertrieb AG	Bona	1	100,0	37,0	0,0
435	Postbank Finanzberatung AG	Hamel	1	100,0	85,8	0,0
436	Postbank Immobilien GmbH	Hamel	1	100,0		
437	Postbank Leasing GmbH	Bona	1	100,0		
438	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
439	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
440	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
441	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf		50,0		
442	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
443	Prof. Weber GmbH	Mannheim		100,0		
444	PT Deutsche Sekuritas Indonesia	Jakarta		99,0		
445	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
446	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
447	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
448	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
449	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
450	REDUS DTHG, LLC	Wilmington		49,9		
451	Reference Capital Investments Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
452	Rhine Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
453	Riviera Real Estate	Paris		100,0		
454	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0	361,1	83,4
455	RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0	289,0	100,1
456	RREEF Core Plus Residential Fund LP	Wilmington		100,0		
457	RREEF DCH, L.L.C.	Wilmington		100,0		
458	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		100,0		
459	RREEF Fund Holding LLC	Wilmington		100,0	141,4	(0,6)
460	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0		
461	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0	(38,5)	5,8
462	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
463	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
464	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0	14,1	1,5
465	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
466	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
467	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG i.L.	Düsseldorf		58,5		
468	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
469	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
470	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
471	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
472	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
473	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
474	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
475	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		33,2		
476	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
477	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG i.L.	Düsseldorf		71,1		
478	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
479	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
480	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
481	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
482	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
483	SELEKTA Grundstücksverwaltungs-gesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
484	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
485	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf		100,0		
486	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
487	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
488	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
489	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
490	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
491	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
492	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
493	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
494	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		100,0		
495	SOLOON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
496	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
497	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
498	Somkid Immobiliare S.r.l.	Conegliano		100,0		
499	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
500	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
501	SPV I Sociedad Anónima Cerrada	Lima		99,9		
502	SPV II Sociedad Anónima Cerrada	Lima		99,8		
503	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		22,5		
504	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
505	Starpool Finanz GmbH	Berlin		49,9		
506	Stelvio Immobiliare S.r.l.	Bolzano		100,0		
507	Sunrise Turnaround Partners G.K.	Tóquio		100,0		
508	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
509	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
510	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
511	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
512	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Frankfurt		100,0		
513	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0		
514	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
515	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
516	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
517	Tagus - Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		100,0		
518	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
519	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
520	Tech Venture Growth S.C.R., S.A.	Madrid		100,0		
521	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0		
522	Tempurrite Leasing Limited (em dissolução voluntária pelos membros)	Londres		100,0		
523	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
524	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG i.L.	Düsseldorf		100,0		
525	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG i.L.	Düsseldorf		100,0		
526	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		100,0		
527	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
528	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
529	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
530	Trave Properties S.à r.l., en faillite	Luxemburgo		25,0		
531	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlin		50,0		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
532	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
533	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0		
534	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0		
535	Triplereason Limited	Londres		100,0	330,1	9,1
536	Triton Beteiligungs S.à r.l., en liquidation volontaire	Luxemburgo		33,1		
537	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
538	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque		99,9		
539	VCJ Lease S.à r.l.	Luxemburgo		100,0		
540	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
541	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
542	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
543	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
544	Volbroker.com Limited	Rochford		22,5	14,1	2,3
545	VÖB-ZVD Processing GmbH	Bona	1	100,0	28,6	0,0
546	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0	190,2	20,4
547	Weser Properties S.à r.l., en faillite clôturée	Luxemburgo		25,0		
548	5353 WHMR LLC	Wilmington		100,0		
549	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
550	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
551	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
552	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
553	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
554	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
555	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0		
556	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
557	zeitinvest-Service GmbH	Frankfurt		25,0		
558	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
559	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
560	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
561	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3	150,0	(10,7)
562	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
563	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
564	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
565	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		50,0		
566	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
567	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		50,0		
568	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
569	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
570	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
571	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
572	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Düsseldorf		50,0		
573	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0		
574	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		25,0		
575	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH i.L.	Schoenefeld		25,0		

Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5% dos direitos de voto

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %	Fundos próprios em milhões de euros	Resultado em milhões de euros
576	A.C.N. 603 303 126 Pty Ltd	Melbourne		19,5		
577	ABRAAJ Holdings (em dissolução oficial)	Camana Bay		8,8		
578	BÜRGERSCHAFTSBANK BRANDENBURG GmbH	Potsdam		8,5		
579	Bürgerschaftsbank Hamburg GmbH	Hamburgo		8,7		
580	Bürgerschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8,4		
581	Bürgerschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6,3		
582	Bürgerschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8,2		
583	Bürgerschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5,6		
584	Bürgerschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8,7		
585	Latitude Group Holdings Limited	Melbourne		16,5		
586	MTS S.p.A.	Roma		5,0		
587	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9,0		
588	Private Export Funding Corporation	Wilmington		6,0		
589	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrücken		11,8		
590	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		7,8		

Outras informações

36 - Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes subsidiárias estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

D B Investments (GB) Limited, London	Deutsche Holdings (Grand Duchy), Luxembourg
DB International (Asia) Limited, Singapura	Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf
Deutsche Australia Limited, Sydney	Deutsche Morgan Grenfell Group Limited i. L., Londres
DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa, México
Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington	Deutsche Securities Inc., Tóquio
Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim	Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong
Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main	Deutsche Securities Saudi Arabia (uma sociedade anónima fechada conjunta), Riade
Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo	norisbank GmbH, Bona
Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur	Joint Stock Company Deutsche Bank DBU, Kiev
Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna, Varsóvia	OOO "Deutsche Bank", Moscovo
Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo	Deutsche Oppenheim Family Office AG, Colónia
Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft, Hameln
Deutsche Bank Società per Azioni, Milão	PB Factoring GmbH, Bona
Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra	
Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque	

37 – Divulgações de acordo com o artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

As tabelas a seguir apresentam as divulgações exigidas pelo artigo 28.º da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief). Estas divulgações contêm informações sobre as obrigações hipotecárias Pfandbriefe e as obrigações hipotecárias do setor público que o Deutsche Bank AG detinha em 31 de dezembro de 2023.

Exposição global (artigo 28.º, n.º 1, pontos 1 e 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em milhões de euros	31 dez 2023				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas ²	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas ²	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial ²
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	13.725,0	13.545,5	12.165,6	15.263,8	12.165,6
Cobertura de ativos	16.421,1	15.570,1	13.447,0	18.330,8	13.447,0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 12.º (1)	15.324,1	14.570,3	12.586,0	17.159,7	12.586,0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 1 2a, 2b	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 3a-3c ¹	1.097,0	999,8	861,0	1.171,0	861,0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	8,0	7,4	7,1	7,7	7,1
Caução excessiva	2.696,1	2.024,6	1.281,4	3.067,0	1.281,4
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	19,6	15,0	10,5	20,1	10,5
de acordo com as proporções legais	571,7	531,9	468,8	612,7	468,8
de acordo com as proporções contratuais	0	0	0	0	0
de acordo com as proporções voluntárias	2.124,4	1.492,7	812,6	2.454,3	812,6

¹ Incluindo cobertura de ativos de acordo com o artigo 4 (1) da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

² De acordo com o artigo 5 (1) n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief) e o artigo 6, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV

em milhões de euros	31 dez 2022				
	Valor nominal	Valor atual	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro elevadas ²	Valor atual - Cenário de esforço das taxas de juro reduzidas ²	Valor atual - Pior cenário de esforço de taxas de juro e mercado cambial ²
Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	13.038,0	12.199,2	11.029,4	13.674,2	11.029,4
Cobertura de ativos	16.192,8	14.550,3	12.637,9	17.023,8	12.637,9
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 12.º (1)	15.530,3	14.038,7	12.215,4	16.399,4	12.215,4
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), n.º 1 2a, 2b	0	0	0	0	0
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	0	0	0	0	0
Cobertura de ativos de acordo com o artigo 19.º (1), ponto 1, n.º 3a- 3c ¹	662,5	511,5	422,6	624,4	422,6
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	5,1	4,2	3,8	4,6	3,8
Caução excessiva	3.154,8	2.351,1	1.608,5	3.349,6	1.608,5
como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	24,2	19,3	14,6	24,5	14,6
de acordo com as proporções legais	576,7	479,7	425,7	548,9	425,7
de acordo com as proporções contratuais	0	0	0	0	0
de acordo com as proporções voluntárias	2.578,1	1.871,4	1.182,8	2.800,7	1.182,8

¹ Incluindo cobertura de ativos de acordo com o artigo 4 (1) da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

² De acordo com o artigo 5 (1) n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief) e o artigo 6, n.º 2, ponto 1 da abordagem estática da PfandBarwertV

Todas as coberturas de ativos são valores a receber de clientes que estão garantidos por hipotecas e coberturas de ativos adicionais são obrigações e outros títulos de rendimento fixo de acordo com a Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief).

Pfandbriefe do Setor Público

em milhões de euros	Valor nominal		Valor atual líquido		Valor atual líquido ajustado ao risco ¹	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
Pfandbriefe do Setor Público	90,0	90,0	95,8	93,5	101,1	73,5
Cobertura de ativos	119,0	142,8	112,3	125,1	115,8	102,5
dos quais derivados	0	0	0	0	0	0
Sobrecolateralização	29,0	52,8	16,5	31,6	14,7	29,0
em % de Pfandbriefe do Setor Público	32,2	58,7	17,2	33,8	14,6	39,5
de acordo com as proporções legais	3,9	4,2	3,7	3,5	3,7	2,8
de acordo com as proporções contratuais	0	0	0	0	0	0
de acordo com as proporções voluntárias	25,1	48,6	12,8	28,1	11,0	26,2

¹ De acordo com o artigo 5 (1) n.º 1, ponto 1 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief) e o artigo 6, n.º 2, ponto 1 da abordagem dinâmica da PfandBarwertV

Perfil de maturidade (artigo 28.º, n.º 1, ponto 4, da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Estrutura de maturidade da hipoteca e períodos de juros fixos dos ativos de cobertura.

Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em milhões de euros	Estrutura de maturidade da obrigação hipotecária (Pfandbriefe) pendente		Prazos da taxa fixa para a garantia total	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
inferior a 6 meses	1.212,5	533,0	722,0	526,0
de 6 a 12 meses	55,0	160,0	459,1	509,8
de 12 a 18 meses	250,0	1.184,5	396,0	535,6
de 18 meses a 2 anos	557,0	55,0	380,5	504,9
de 2 a 3 anos	2.131,0	1.207,0	711,8	864,4
de 3 a 4 anos	2.348,0	1.631,0	1.159,3	780,2
de 4 a 5 anos	1.532,0	2.693,0	1.058,9	1.033,9
de 5 a 10 anos	3.712,0	3.552,0	6.214,2	6.112,3
superior a 10 anos	1.927,5	2.022,5	5.319,3	5.325,6
Total	13.725,0	13.038,0	16.421,1	16.192,7

Estrutura de maturidade da Pfandbriefe do Setor Público e períodos de juros fixos dos ativos de cobertura.

Pfandbriefe do Setor Público

em euros	Cobertura de ativos		Pfandbriefe do Setor Público	
	31 dez 2023	31 dez 2022	31 dez 2023	31 dez 2022
inferior a 6 meses	0	0	0	0
de 6 a 12 meses	37,0	0	0	0
de 12 a 18 meses	0	0	10,0	0
de 18 meses a 2 anos	58,5	37,0	40,0	0
de 2 a 3 anos	0	58,5	0	50,0
de 3 a 4 anos	8,5	0	0	0
de 4 a 5 anos	0	1,3	0	0
de 5 a 10 anos	15,0	46,0	40,0	40,0
superior a 10 anos	0	0	0	0
Total	119,0	142,8	90,0	90,0

Perfil de maturidade com prorrogação de 12 meses (artigo 28.º (1), n.º 1, ponto 5 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em euros	Deslocação por maturidade (12 meses)	
	31 dez 2023	31 dez 2022
inferior a 6 meses	0	0
de 6 a 12 meses	0	0
de 12 a 18 meses	1.212,5	533,0
de 18 meses a 2 anos	55,0	160,0
de 2 a 3 anos	807,0	1.239,5
de 3 a 4 anos	2.131,0	1.207,0
de 4 a 5 anos	2.348,0	1.631,0
de 5 a 10 anos	4.569,0	5.665,0
superior a 10 anos	2.602,5	2.602,5

em euros	Deslocação por maturidade (12 meses)	
	31 dez 2023	31 dez 2022
Total	13.725,0	13.038,0

Pfandbriefe do Setor Público

em euros	Deslocação por maturidade (12 meses)	
	31 dez 2023	31 dez 2022
inferior a 6 meses	0	0
de 6 a 12 meses	0	0
de 12 a 18 meses	0	0
de 18 meses a 2 anos	0	0
de 2 a 3 anos	50,0	0
de 3 a 4 anos	0	50,0
de 4 a 5 anos	0	0
de 5 a 10 anos	40,0	25,0
superior a 10 anos	0	15,0
Total	90,0	90,0

Porção de derivativos incluídos na garantia total (artigo 28.º (1), n.º 1, ponto 7 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existiam quaisquer derivativos na garantia total.

Cobertura de ativos por valor nominal (artigo 28.º, n.º 2, ponto 1-a da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

A cobertura de ativos únicos incluída no montante total de 15,3 mil milhões de euros (2022: 15,5 mil milhões de euros) com um valor nominal inferior a 0,3 milhões de euros ascendeu a 12,3 mil milhões de euros (2022: 12,4 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 0,3 milhões de euros e 1 milhão de euros ascendeu a 2,4 mil milhões de euros (2022: 2,4 mil milhões de euros), com um valor nominal entre 1 milhão de euros e 10 milhões de euros ascendeu a 690 milhões de euros (2022: 749 milhões de euros) e com um valor nominal superior a 10 milhões de euros ascendeu a 0 milhões de euros (2022: 0 milhões de euros).

Cobertura adicional de obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) (valor nominal) por país/sede social (artigo 28.º (1), n.º 1, pontos 8, 9, 11 e 12 da Lei das obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existia cobertura adicional de obrigações hipotecárias (Pfandbriefe).

Empréstimos utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) por país, em que os imóveis onerados baseiam-se no tipo de utilização (artigo 28.º, n.º 2, pontos 1-b e 1-c da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

31 dez 2023	Residencial						Comercial					
	Apartamentos	Habitaciones unifamiliares	Habitaciones multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção	Total
em milhões de euros												
Alemanha	3.239,7	8.642,4	2.491,0	0	14.373,1	497,1	142,8	133,2	177,9	951,0	0	15.324,1
Total	3.239,7	8.642,4	2.491,0	0	14.373,1	497,1	142,8	133,2	177,9	951,0	0	15.324,1

31 dez 2022	Residencial						Comercial					
	em milhões de euros	Apartamentos	Habitações unifamiliares	Habitações multifamiliares	Outros	Total	Edifícios de escritórios	Edifícios comerciais	Edifícios industriais	Outros edifícios utilizados para fins comerciais	Total	Terrenos detidos para construção
Alemanha	3.108,1	8.718,9	2.685,3	0	14.512,4	527,0	150,3	144,2	196,4	1.017,9	0	15.530,3
Total	3.108,1	8.718,9	2.685,3	0	14.512,4	527,0	150,3	144,2	196,4	1.017,9	0	15.530,3

Pagamentos pendentes relativos a empréstimos hipotecários utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe) (artigo 28.º, (1), n.º 1, ponto 2 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existiam quaisquer pagamentos em incumprimento há 90 ou mais dias utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe).

Pagamentos pendentes utilizados como cobertura para Pfandbriefe do setor público (artigo 28.º (3), n.º 3, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existiam quaisquer pagamentos em incumprimento há 90 ou mais dias utilizados como cobertura para Pfandbriefe do setor público.

Informação adicional relativa a empréstimos hipotecários (artigo 28.º, n.º 2, ponto 4 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

No final de 2023 e 2022, não existiam quaisquer execuções hipotecárias pendentes. Em 2023 e 2022, não foram realizadas execuções hipotecárias e o Deutsche Bank AG não adquiriu propriedades para evitar perdas de hipotecas. Além disso, não existiam quaisquer prestações de juros a pagar pelos devedores.

Fatores característicos de liquidez (artigo 28 (1), n.º 1, ponto 6 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief)).

Obrigação hipotecária (Pfandbriefe)

em euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2023	31 dez 2022
Requisitos máximos de liquidez diária agregada para os próximos 180 dias, de acordo com o artigo 4, n.º 1a, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief) ¹	(982.692.414)	(178.788.286)
Cobertura de acordo com o artigo 4, n.º 1a (Cobertura excedentária + obrigações elegíveis para crédito do banco central)	1.097.000.000	662.500.000

¹ O requisito diário de liquidez agregado é apresentado em 29 de abril de 2024 para 2023 (2022: 22 de maio de 2023)

Pfandbriefe do Setor Público

em euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2023	31 dez 2022
Requisitos máximos de liquidez diária agregada para os próximos 180 dias, de acordo com o artigo 4, n.º 1a, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief) ¹	(1.950.750)	(1.950.750)
Cobertura de acordo com o artigo 4, n.º 1a (Cobertura excedentária + obrigações elegíveis para crédito do banco central)	8.500.000	17.275.000

¹ O requisito diário de liquidez agregado é apresentado em 12 de abril de 2024 para 2023 (2022: 12 de abril de 2023)

Comparação de ações com juros fixos (artigo 28.º, n.º 1, ponto 9 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe)

em milhões de euros (salvo indicação em contrário)	Valor nominal	
	31 dez 2023	31 dez 2022
Obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) com juros fixos	12.745	10.807
Como % da obrigação hipotecária (Pfandbriefe)	93	83
Cobertura de ativos com juros fixos	16.346	16.092
Como % do total da cobertura de ativos	100	99

Valor atual líquido por moeda (artigo 28.º, n.º 1, ponto 10 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não existiam empréstimos hipotecários em moedas estrangeiras utilizados como cobertura para obrigação hipotecária (Pfandbriefe).

Fatores característicos adicionais (artigo 28.º, n.º 1, ponto 7; artigo 28.º, n.º 1, ponto 11; artigo 28.º, n.º 2, ponto 3 da Lei relativa a obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31 dez 2023	31 dez 2022
Rácio médio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia ponderado utilizando o valor do financiamento hipotecário (em %) ¹	54	54
Média ponderada ao volume em anos da maturidade decorridos desde a concessão do crédito hipotecário ²	6	5
Reclamações totais superiores aos limites do § 13.º (1) da PfandBG (países sem direito de preferência) ³	0	0
Valor nominal total de acordo com o artigo 19.º, n.º 1, excedendo os limites do artigo 19.º, n.º 1, ponto 7 ³	0	0

¹ De acordo com o artigo 28.º (2) n.º 1, ponto 3 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

² De acordo com o artigo 28.º (2), n.º 1, ponto 4 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

³ De acordo com o artigo 28.º (1), n.º 1, ponto 11 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief)

Valores a receber aplicados para cobrir obrigações hipotecárias do setor público (Pfandbriefe), categorizados por dimensão (valor nominal) (artigo 28.º (3), n.º 1 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
até 10 milhões de euros, inclusive	0,0	0,0
10 milhões de euros a 100 milhões de euros	110,50	125,50
mais de 100 milhões de euros	0,0	0,0
Total	110,50	125,50

Valores a receber aplicados para cobrir obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) do setor público emitidas (valor nominal), por tipo de devedor que garante, respetivamente, o organismo e respetiva sede social (país) (artigo 28.º, n.º 3, ponto 2 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros	31 dez 2023		31 dez 2022	
	devido	com garantia	devido	com garantia
Alemanha				
País	0	0	0	0
Autoridades regionais	37,0	0	37,0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para a Alemanha	37,0	0	37,0	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
Países Baixos				
País	73,5	0	88,5	0
Autoridades regionais	0	0	0	0
Autoridades locais	0	0	0	0
Outros devedores	0	0	0	0
Total para os Países Baixos	73,5	0	88,5	0
Garantido face a garantias concedidas por razões de promoção das exportações	0	0	0	0
Total devido/garantido	0	0	0	0
Total	110,5	0	125,5	0

Características das obrigações hipotecárias (Pfandbriefe) do setor público emitidas e ativos de cobertura aplicados (artigo 28.º (1), n.º 1, pontos 13 e 14 da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief))

em milhões de euros	31 dez 2023	31 dez 2022
Comparação de ações com juros fixos		
Pfandbriefe do Setor Público com juros fixos (em %)	100,00	100,00
Cobertura de ativos com juros fixos (em %)	100,00	100,00
Valor atual líquido de acordo com o artigo 6.º da Lei relativa às obrigações hipotecárias (Pfandbrief-Barwertverordnung) por moeda estrangeira (milhões de euros)	0,0	29,00

38 – Informação de acordo com o artigo 160.º, n.º 1, ponto 8 da AktG

Em 31 de dezembro de 2023, o Deutsche Bank tomou conhecimento dos seguintes acionistas que relataram uma participação de, no mínimo, 3% dos direitos de voto cada um, de acordo com o artigo 33.º da Lei alemã relativa à transação de títulos (*Wertpapierhandelsgesetz*):

A BlackRock, Inc., Wilmington, DE, notificou o Deutsche Bank que, em 31 de março de 2023, detinha 5,38% das ações do Banco. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação da BlackRock, Inc., Wilmington, DE, até 31 de dezembro de 2023.

A Paramount Services Holdings Ltd. S.ÀR.L., Ilhas Virgens Britânicas, notificou o Deutsche Bank de que, a 25 de janeiro de 2023, detinha 4,54% das ações do Banco. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação da Paramount Services Holdings Ltd. S.ÀR.L., Ilhas Virgens Britânicas, até 31 de dezembro de 2023.

Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) notificou o Deutsche Bank de que, a 20 de novembro de 2020, detinha 3,18% das ações do Banco. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação de Douglas L. Braunstein (Hudson Executive Capital LP) até 31 de dezembro de 2023.

A Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, notificou o Deutsche Bank que, a 20 de agosto de 2015, detinha 3,05% das ações do Banco. O Deutsche Bank não recebeu qualquer outra notificação da Supreme Universal Holdings Ltd., Ilhas Caimão, até 31 de dezembro de 2023.

39 – Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente para o exercício de 2023 uma remuneração total de 55.004.064 euros (2022: 52.870.209 euros). Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobreviventes receberam 26.222.817 euros e 22.974.014 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respetivamente. As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobreviventes totalizavam 182.659.862 euros e 187.137.298 euros em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, respetivamente.

A remuneração do Conselho de Fiscalização está regulamentada no artigo 14.º dos estatutos do Deutsche Bank AG. As novas disposições relativas à remuneração foram adotadas pela última vez por deliberação na Assembleia Geral Anual de 17 de maio de 2023. A remuneração total dos membros do Conselho de Fiscalização em 2023 foi de 7.404.172 euros (2022: 6.833.333 euros). O Banco não concede aos membros do Conselho de Fiscalização quaisquer benefícios após a sua saída do Conselho de Fiscalização.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 28.429 eurose 4.514.404 euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG a 638.839 euros e 939.889 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 62.058 euros em 2023 (2022: 93.153 euros). Quaisquer empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Administração e aos membros do Conselho de Fiscalização são concedidos em termos e condições de mercado ou, se aplicável, em termos e condições de programas amplamente disponíveis para os colaboradores do banco.

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização são indicados nas páginas XX a XX.

40 – Colaboradores

O número médio de colaboradores equivalentes a tempo inteiro empregados durante o exercício do relato foi de 36.285 (2022: 35.325), 15.481 dos quais mulheres (2022: 15.002). Os colaboradores a tempo parcial estão proporcionalmente incluídos nesses números com base nas respetivas horas de trabalho. Uma média de 13.384 (2022: 13.108) colaboradores trabalhavam em agências fora da Alemanha.

41 – Governo da Sociedade

O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG emitiram, em outubro de 2023, a declaração de conformidade com o Código de Governo das Sociedades alemão nos termos do número 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) e disponibilizou-a permanentemente no seu site (www.db.com/ir/en/documents.htm).

Os Diretores Executivos do Parceiro Geral e o Conselho de Fiscalização do DWS Group GmbH & Co. KGaA emitiram também a sua declaração de conformidade com o Código de Governo das Sociedades alemão nos termos do artigo 161.º da Lei alemã relativa às sociedades por ações (Akt) e disponibilizaram-na permanentemente no seu site (<https://group.dws.com/corporate-governance/declaration-of-conformity-pursuant-to-ss161-german-stock-corporation-act-aktg/>).

42 – Serviços adicionais prestados pelo auditor

O Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias receberam determinados serviços fiscais e relacionados com a auditoria pelo auditor do Deutsche Bank AG das demonstrações financeiras anuais, EY GmbH & Co. KG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft (“EY”).

Os Honorários de auditoria incluem honorários pelos serviços profissionais para a auditoria às nossas demonstrações financeiras anuais e demonstrações financeiras consolidadas e não incluem os honorários de auditoria do DWS e respetivas subsidiárias que não são auditadas pela EY. As comissões relacionadas com auditoria incluem comissões para outros serviços de garantia exigidos por legislação ou regulamentos, nomeadamente para certificação específica de serviços financeiros, para análises trimestrais, bem como comissões para serviços de garantia voluntários, como auditorias voluntárias para fins de gestão interna e para a emissão de cartas de conforto. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais.

As informações sobre as comissões pagas ao auditor do Deutsche Bank AG são divulgadas no Relatório Anual do Grupo.

43 – Acontecimentos após o período de relato

Após a data de relato, não ocorreram eventos materiais que tenham tido um impacto significativo nos resultados de operações, posição financeira e ativos líquidos do banco.

Órgãos de gestão

Conselho de Administração

No ano de 2023, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Administração:

Christian Sewing
Diretor-geral (CEO) da

James von Moltke
Presidente

Karl von Rohr
Presidente
(até 31 de outubro de 2023)

Fabrizio Campelli

Bernd Leukert

Alexander von zur Mühlen

Christiana Riley
(até 17 de maio de 2023)

Claudio de Sanctis
(desde 1 de julho de 2023)

Rebecca Short

Prof. Dr. Stefan Simon

Olivier Vigneron

Conselho de Fiscalização

No ano de 2023, os seguintes membros pertenciam ao Conselho de Fiscalização.
Além disso, está especificada a morada de residência dos membros do Conselho de Fiscalização.

Alexander Wynaendts
- Presidente
Haia
Países Baixos

Detlef Polaschek*
- Presidente Adjunto
até 17 de maio de 2023
Essen
Alemanha

2024
Professor Dr. Norbert Winkeljohann
- Presidente Adjunto
Osnabrück
Alemanha

Frank Schulze*
- Presidente Adjunto
desde 17 de maio de 2023
Hanau
Alemanha

Susanne Bleidt*
desde 17 de maio de 2023
Bell
Alemanha

Ludwig Blomeyer Bartenstein*
até 17 de maio de 2023
Bremen
Alemanha

Mayreee Clark
Nova Canaã
EUA

Jan Duscheck*
Berlim
Alemanha

Manja Eifert*
Berlim
Alemanha

Claudia Fieber*
Desde 17 de maio de 2023
Berlim
Alemanha

Sigmar Gabriel
Goslar
Alemanha

Florian Haggenmiller*
desde 16 de janeiro de 2024
Kempten (Allgäu)
Alemanha

Timo Heider*
Emmerthal
Alemanha

Martina Klee*
até 17 de maio de 2023
Frankfurt am Main
Alemanha

Birgit Laumen*
desde 17 de maio de 2023 até 12 de janeiro de

Alfter
Alemanha

Gabriele Platscher*
até 17 de maio de 2023
Braunschweig
Alemanha

Bernd Rose*
até 17 de maio de 2023

Menden
Alemanha

Gerlinde Siebert*
desde 17 de maio de 2023

Frankfurt am Main
Alemanha

Yngve Slyngstad
Oslo
Noruega

Stephan Szukalski*
desde 17 de maio de 2023
Ober-Mörlen
Alemanha

John Alexander Thain
Rye
EUA

Jürgen Tögel*
desde 17 de maio de 2023
Horgau
Alemanha

Michele Trogni
Riverside
EUA

*Representante dos colaboradores

Dr. Dagmar Valcárcel
Madrid
Espanha

Stefan Viertel*
até 17 de maio de 2023
Kelkheim im Taunus
Alemanha

Dr. Theodor Weimer
Wiesbaden
Alemanha

Frank Wernecke*
até 17 de maio de 2023
Berlim
Alemanha

Frank Witter
Braunschweig
Alemanha

*Representante dos colaboradores

Comités

Comité do Presidente

Alexander Wynaendts, Presidente

Timo Heider* (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze* (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Nomeações

Alexander Wynaendts, Presidente

Mayree Clark, Timo Heider* (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze* (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann

Comité de Auditoria

Frank Witter, Presidente

Susanne Bleidt* (desde 17 de maio de 2023), Manja Eifert*, Birgit Laumen* (de 17 de maio de 2023 a 12 de janeiro de 2023), Gabriele Platscher* (até 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose* (até 17 de maio de 2023), Gerlinde Siebert (desde 17 de maio de 2023), Dr. Dagmar Valcárcel, Stefan Viertel* (até 17 de maio de 2023), Dr. Theodor Weimer, Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts (até 17 de maio de 2023)

Comité de Risco

Mayree Clark, Presidente

Ludwig Blomeyer-Bartenstein* (até 17 de maio de 2023)*, Jan Duscheck*, Gerlinde Siebert* (desde 17 de maio de 2023), Stephan Szukalski* (desde 17 de maio de 2023), Michele Trogni, Stefan Viertel* (até 17 de maio de 2023), Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Alexander Wynaendts

Comité de Supervisão Regulamentar

Dr. Dagmar Valcárcel, Presidente

Ludwig Blomeyer-Bartenstein* (até 17 de maio de 2023), Jan Duscheck* (desde 17 de maio de 2023), Sigmar Gabriel, Timo Heider*, Gabriele Platscher* (até 17 de maio de 2023), Stephan Szukalski (desde 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Controlo de Remunerações

Professor Dr. Norbert Winkeljohann, Presidente

Jan Duscheck* (desde 17 de maio de 2023), Timo Heider* (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose* (até 17 de maio de 2023), Jürgen Tögel* (desde 17 de maio de 2023), Dr. Dagmar Valcárcel, Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Estratégia e Sustentabilidade

John Alexander Thain, Presidente

Mayree Clark, Claudia Fieber* (since May 17, 2023), Florian Haggenmiller* (since January 31, 2024), Timo Heider* (until May 17, 2023), Birgit Laumen* (from May 17, 2023 until 12 January 2023), Detlef Polaschek* (until May 17, 2023), Frank Schulze* (desde 17 de maio de 2023), Jürgen Tögel* (desde 17 de maio de 2023), Michele Trogni, Stefan Viertel* (até 17 de maio de 2023), Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023), Alexander Wynaendts

Comité de Tecnologia, Dados e Inovação

Michele Trogni, Presidente

Susanne Bleidt* (desde 17 de maio de 2023), Jan Duscheck* (até 17 de maio de 2023), Manja Eifert* (desde 17 de maio de 2023), Claudia Fieber* (de 17 de maio de 2023 a 31 de janeiro de 2024), Florian Haggenmiller* (desde 31 de janeiro de 2024), Martina Klee* (até 17 de maio de 2023), Bernd Rose* (até 17 de maio de 2023), Yngve Slyngstad, Alexander Wynaendts

Comité de Mediação

Alexander Wynaendts, Presidente

Timo Heider* (desde 17 de maio de 2023), Detlef Polaschek* (até 17 de maio de 2023), Frank Schulze* (desde 17 de maio de 2023), Frank Werneke* (até 17 de maio de 2023); Professor Dr. Norbert Winkeljohann

*Representante dos colaboradores

Lista de mandatos

Conselho de Fiscalização

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

Em: Fevereiro de 2024

Para os membros do Conselho de Fiscalização que saíram de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Fiscalização, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Alexander Wynaendts	Presidente do Conselho de Fiscalização, Deutsche Bank AG	Mandatos externos	
		Air France-KLM Group S.A.	Membro do Conselho de Administração
		Puissance Holding B.V.	Diretor não executivo, Presidente
		Uber Payments B.V.	Diretor não executivo, Presidente
Susanne Bleidt (desde 17 de maio de 2023)	Membro da Comissão de Trabalhadores	Uber Technologies, Inc.	Membro do Conselho de Administração
		Mandatos externos	
		Erholungswerk Post Postbank Telekom e.V.	Membro da Assembleia Geral de Membros
		Caixa de Previdência dos Funcionários dos Correios	Membro do Conselho Consultivo
Ludwig Blomeyer-Bartenstein (até 17 de maio de 2023)	Porta-voz da Direção de Bremen, Deutsche Bank AG	Mandatos no Grupo	
		Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Mayree Clark	Membro do Conselho de Fiscalização	Mandatos externos	
		Frowein & Co. Beteiligungs AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jan Duscheck	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional Banca, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Mandatos externos	
		Allvue Systems Holdings, Inc.	Membro do Conselho de Administração
Manja Eifert	Membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
		Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Claudia Fieber (desde 17 de maio de 2023)	Membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
		Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Sigmar Gabriel	Ex-Ministro do Governo Federal alemão	Mandatos externos	
		Heristo AG	Membro do Conselho de Fiscalização (desde julho de 2023)
		Siemens Energy AG	Membro do Conselho de Fiscalização
		Siemens Energy Management GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
		ThyssenKrupp Steel Europe AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
Florian Haggenmiller (desde 16 de janeiro de 2024)	Diretor do Grupo de Trabalho Nacional: Tecnologias da Informação e da Comunicação, ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft (Sindicato dos Serviços Unidos))	Mandatos externos	
		IBM Deutschland GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
		IBM Central Holding GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Timo Heider	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos no Grupo	
		BHW Bausparkasse AG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização

Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
		PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
		Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVaG	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização
Martina Klee (até 17 de maio de 2023)	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos externos Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank-Gruppe VVaG	Membro do Conselho de Fiscalização
Birgit Laumen (desde 17 de maio de 2023 até 12 de janeiro de 2024)	Secretária do sindicato, sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Mandatos no Grupo Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Gabriele Platscher (até 17 de maio de 2023)	Colaborador do banco	Sem cargos de direção Sujeito a divulgação	
Detlef Polaschek (até 17 de maio de 2023)	Vice-Presidente do Conselho Conselho de Administração; membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Bernd Rose (até 17 de maio de 2023)	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos externos ver.di Vermögensverwaltungs-gesellschaft m.b.H.	Vice-Presidente do Conselho Conselho
		Mandatos no Grupo Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Schulze (desde 17 de maio de 2023)	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização; membro da Comissão de Trabalhadores	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação	
Gerlinde Siebert (desde 17 de maio de 2023)	Diretora Global de Governança, Deutsche Bank AG	Mandatos no Grupo Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à.r.l.	Membro do Conselho de Fiscalização (até dezembro de 2023)
Yngve Slyngstad	Diretor Geral, Aker Asset Management AS	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Stephan Szukalski (desde 17 de maio de 2023)	Presidente federal do sindicato DBV (Deutscher Bankangestellten-Verband e.V. (Associação Alemã dos Empregados do Setor Bancário))	Mandatos no Grupo PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
John Alexander Thain	Membro do Conselho de Fiscalização	Mandatos externos Aperture Investors LLC Pine Island Capital Partners LLC Uber Technologies, Inc.	Membro do Conselho de Administração Presidente Membro do Conselho de Administração
Jürgen Tögel (desde 17 de maio de 2023)	Membro da Comissão de Trabalhadores	Mandatos externos BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. BKK Deutsche Bank AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho Consultivo
Michele Trogni	Parceiro Operacional, Eldridge	Mandatos externos Everly Life LLC Zinnia Corporate Holdings LLC	Membro do Conselho Não Executivo (desde setembro de 2023) Diretora-Geral e Presidente do Conselho de Administração
Dr. Dagmar Valcárcel	Membro do Conselho de Fiscalização	Mandatos externos amedes Holding GmbH Antin Infrastructure Partners S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Administração
Stefan Viertel (até 17 de maio de 2023)	Membro da Comissão de Trabalhadores	Sem cargos de direção sujeitos a divulgação	
Dr. Theodor Weimer	Diretor Geral, Deutsche Börse AG	Mandatos externos Knorr Bremse AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Werneke (até 17 de maio de 2023)	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft)	Mandatos externos Conselho de Televisão da Zweites Deutsches Fernsehen (ZDF) ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft m.b.H. ZDF Studios GmbH (anteriormente ZDF)	Membro Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização

Membros do Conselho de Fiscalização

Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Professor Dr. Norbert Winkeljohann	Vice-Presidente do Conselho Conselho do Deutsche Bank AG; Trabalhador independente da Empresa própria Norbert Winkeljohann Consultoria e investimentos	Enterprises GmbH)	
		Mandatos externos	
		Bayer AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Bohnenkamp AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Georgsmarienhütte Holding GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Witter	Membro do Conselho de Fiscalização	Sievert SE	Presidente do Conselho de Fiscalização
		Mandatos externos	
		CGI Inc.	Membro do Conselho de Administração
		Traton SE	Membro do Conselho de Fiscalização
		VfL Wolfsburg-Fußball GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

Mandatos de acordo com o § 285.º, n.º 10 do Código Comercial alemão (HGB) em conjunto com o § 125.º (1), 5.ª frase da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG)

Participações nos conselhos de fiscalização legais das sociedades alemãs e em órgãos de fiscalização de empresas comerciais alemãs e estrangeiras. As alterações nas participações ao longo do ano estão indicadas com a data de entrada e/ou saída.

As participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB) estão assinaladas com *.

Em: Fevereiro de 2024

Para os membros do Conselho de Administração que saírem de modo antecipado, os mandatos são apresentados na data da respetiva saída. Para os novos membros do Conselho de Administração, os mandatos apresentados referem-se à data da respetiva entrada.

Membro do Conselho de Administração			
Titular do mandato	Cargo	Sociedade	Mandato
Christian Sewing	Presidente do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	
James von Moltke	Presidente	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	
Karl von Rohr (até 31 de outubro de 2023)	Presidente	Mandatos no Grupo DWS Group GmbH & Co. KGaA*	Presidente do Conselho de Fiscalização
Fabrizio Campelli	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.*	Membro do Conselho de Fiscalização
		BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V.	Membro do Conselho de Fiscalização
Bernd Leukert	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos Bertelsmann SE & Co.KGaA*	Membro do Conselho de Fiscalização
		Mandatos no Grupo DWS Group GmbH & Co. KGaA*	Membro do Conselho de Fiscalização
Alexander von zur Mühlen	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	
Christiana Riley (até 17 de maio de 2023)	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos The Clearing House Payments Company LLC	Membro do Conselho de Fiscalização
		Mandatos no Grupo DB USA Corporation	Diretor-geral (CEO) da
Claudio de Sanctis (desde 1 de julho de 2023)	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	
Rebecca Short	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	
Professor Dr. Stefan Simon	Membro do Conselho de Administração	Mandatos externos The Clearing House Payments Company LLC	Membro do Conselho de Fiscalização (desde junho de 2023)
		Leop. Krawinkel GmbH & Co. KG	Presidente do Conselho Consultivo
Olivier Vigneron	Membro do Conselho de Administração	Sem cargos de direção	
		sujeitos a divulgação	

Colaboradores do Deutsche Bank AG

Mandatos de acordo com o artigo 340.º-A, n.º 4, ponto 1 do Código Comercial alemão (HGB)

Participações em órgãos de fiscalização legais de grandes sociedades alemãs e estrangeiras.

Em: 31 de dezembro de 2023

Colaboradores do Deutsche Bank AG

Titular do mandato	Sociedade	Mandato
Martin Ball	Mandatos no Grupo	
	DWS Grundbesitz GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
	norisbank GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Ina Bandemer	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Membro do Conselho de Fiscalização
Manuel Beermann	Mandatos no Grupo	
	Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jörg Bongartz	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Polska Spółka Akcyjna	Presidente do Conselho de Fiscalização
	OOO "Deutsche Bank"	Presidente do Conselho de Fiscalização
Sigrid Bowenkamp	Mandatos no Grupo	
	BHW Bausparkasse AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Rüdiger Bronn	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Boudewijn Dornseiffen	Mandatos no Grupo	
	OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização
Tanja Engelbrecht	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
David Feldmann	Mandatos externos	
	Eurex Clearing AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Eva Frank	Mandatos no Grupo	
	PB Factoring GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Jan-Philipp Gillmann	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Membro do Conselho de Fiscalização
Carola Günther	Mandatos externos	
	BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG	Membro do Conselho de Fiscalização
	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G.	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Dominik Hennen	Mandatos no Grupo	
	Postbank Filialvertrieb AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
	Postbank Finanzberatung AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
Britta Hercher	Mandatos externos	
	Bankpower GmbH Personaldienstleistungen	Membro do Conselho de Fiscalização
Elena Hergass	Mandatos no Grupo	
	Sociedade de responsabilidade limitada "Deutsche Bank Technology Centre" (OOO)	Membro do Conselho de Fiscalização
Jutta Herzog	Mandatos no Grupo	
	Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Jennifer Hörl	Mandatos no Grupo	
	Postbank Finanzberatung AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Marissa Horvatin	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Società per Azioni	Membro do Conselho de Fiscalização
Kees Hoving	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank A.S.	Membro do Conselho de Administração
Dr. Alexander Ilgen	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Presidente do Conselho de Fiscalização
	DWS Investment GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Salah Jaidah	Mandatos externos	
	Al Mahar Holding	Membro Não Executivo do Conselho
	Mandatos no Grupo	
	Deutsche Bank A.S.	Membro do Conselho de Administração
Angelika Kaefer-Schroeder	Mandatos no Grupo	
	norisbank GmbH	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização

Anke Kirn	Mandatos no Grupo Betriebs-Center für Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Frank Krings	Mandatos no Grupo Deutsche Bank A.S. Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Presidente do Conselho de Administração Membro do Conselho de Fiscalização
Achim Kuhn	Mandatos no Grupo BHW Bausparkasse AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Anna Lucarelli	Mandatos externos MTS Spa Mercato Telematico dei Titoli di Stato	Diretor não executivo
Chandra Mallika	Mandatos no Grupo Deutsche India Private Limited	Membro do Conselho de Administração
Bas Martejn	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Ole Matthiessen	Mandatos externos S.W.I.F.T. SC	Membro do Conselho de Administração
Leonhard Felix Müller	Mandatos no Grupo norisbank GmbH Postbank Direkt GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Christinan Nolting	Mandatos no Grupo Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Diretor não executivo
Patrick O'Connell	Mandatos no Grupo DB International (Asia) Limited	Membro do Conselho de Administração
Henning Oldenburg	Mandatos externos Beutin AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Kirsten Oppenländer	Mandatos no Grupo Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Diretor não executivo
Beaux Pontak	Mandatos externos Latitude Group Holdings Limited	Membro do Conselho de Administração
Reiner Ramacher	Mandatos no Grupo Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Oliver Resovac	Mandatos no Grupo PB Factoring GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Barbara Roerig	Mandatos externos AGR Abfallentsorgung-Gesellschaft Ruhrgebiet mbH Theater + Philharmonie Essen GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Dr. Friederike Rotsch	Mandatos externos SAP SE	Membro do Conselho de Fiscalização
Karsten Rusch	Mandatos externos Postbank SICAV	Membro do Conselho Consultivo
Roland Sahr	Mandatos externos Investitionsbank Sachsen-Anhalt – Anstalt der Norddeutschen Landesbank Girozentrale	Membro do Conselho de Administração
Alexandre Sallavaud	Mandatos no Grupo Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Membro do Conselho de Administração
Torsten Sauer	Mandatos no Grupo PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Membro do Conselho de Fiscalização
Nicole Scheidt	Mandatos no Grupo Betriebs-Center für Banken AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Tatjana Schierack	Mandatos no Grupo BHW Bausparkasse AG Postbank Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Daniel Schmand	Mandatos no Grupo PB Factoring GmbH	Presidente do Conselho de Fiscalização
Werner Schmidt	Mandatos externos AKA-Ausfuhrkredit Gesellschaft mbH	Vice-Presidente do Conselho Conselho
Frank Schütz	Mandatos externos AKA-Ausfuhrkredit Gesellschaft mbH	Membro do Conselho de Fiscalização
Kaushik Shaparia	Mandatos no Grupo Deutsche India Private Limited	Membro do Conselho de Administração
Eric-M Smith	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Trust Company Americas	Membro do Conselho de Administração
Jaishankar Srinivasan	Mandatos no Grupo DWS Investments Singapore Limited	Membro do Conselho de Administração
Thomas Stahl	Mandatos no Grupo OOO "Deutsche Bank"	Membro do Conselho de Fiscalização

Dr. Anke Steenbock	Mandatos no Grupo Betriebs-Center für Banken AG norisbank GmbH PCC Services GmbH der Deutschen Bank	Presidente do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Presidente do Conselho de Fiscalização
Fabian Steinhoff	Mandatos no Grupo Betriebs-Center für Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank Postbank Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Lars Stoy	Mandatos no Grupo BHW Bausparkasse AG	Presidente do Conselho de Fiscalização
Jana Symmossek	Mandatos no Grupo Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Meike Webler	Mandatos no Grupo Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Daniela Weeth	Mandatos no Grupo BHW Bausparkasse AG	Membro do Conselho de Fiscalização
Dr. Jan Dirk Wiede	Mandatos no Grupo Betriebs-Center für Banken AG PCC Services GmbH der Deutschen Bank Postbank Filialvertrieb AG	Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização Membro do Conselho de Fiscalização
Kay Wolf	Mandatos no Grupo Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Membro do Conselho de Fiscalização
Juliane Zimbehl	Mandatos no Grupo Postbank Direkt GmbH	Membro do Conselho de Fiscalização

Frankfurt am Main, 7 de março de 2024

Deutsche Bank Aktiengesellschaft

O Conselho de Administração



Christian Sewing



James von Moltke



Fabrizio Campelli



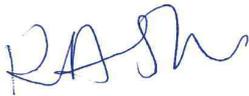
Bernd Leukert



Alexander von zur Mühlen



Claudio de Sanctis



Rebecca Short



Stefan Simon



Olivier Vigneron

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras do Deutsche Bank AG apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e os resultados do Deutsche Bank AG e o relatório de gestão do Deutsche Bank AG, que foi combinado com o relatório de gestão do Grupo, inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Deutsche Bank AG, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Deutsche Bank AG.

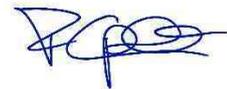
Frankfurt am Main, 7 de março de 2024



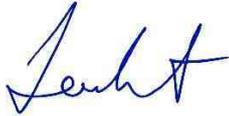
Christian Sewing



James von Moltke



Fabrizio Campelli



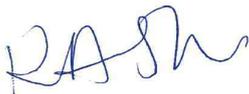
Bernd Leukert



Alexander von zur Mühlen



Claudio de Sanctis



Rebecca Short



Stefan Simon



Olivier Vigneron

Relatório do auditor independente

Para a Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas anuais e do relatório de gestão

Parecer

Auditámos as demonstrações financeiras anuais do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, e a demonstração de resultados para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo as políticas de reconhecimento e medição aí apresentadas. Além disso, auditámos o relatório de gestão do Deutsche Bank Aktiengesellschaft, que é combinado com o relatório de gestão do Grupo, para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. De acordo com os requisitos legais alemães, não auditámos o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno e o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do HGB, publicada no site indicado no relatório de gestão e que faz parte do relatório de gestão.

Na nossa opinião, com base no conhecimento obtido na auditoria,

- as demonstrações financeiras anuais cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã aplicável às instituições e conferem uma imagem verdadeira e justa dos ativos, passivos e posição financeira da Instituição em 31 de dezembro de 2023 e do seu desempenho financeiro para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, e
- o relatório de gestão, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição da Instituição. Em todos os aspetos relevantes, este relatório de gestão está em consonância com as demonstrações financeiras anuais e, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro. Não expressámos uma opinião sobre o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno referido acima e o conteúdo da declaração combinada sobre o governo da sociedade referido acima.

De acordo com o artigo 322.º, número 3, primeira frase do HGB, declaramos que a nossa auditoria não resultou em quaisquer reservas relativas à conformidade legal das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

Fundamentação dos pareceres

Realizámos a nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 317.º do HGB e com o Regulamento da UE relativo a auditorias (n.º 537/2014, doravante referido como "Regulamento sobre auditoria da UE") e em conformidade com as normas contabilísticas alemãs geralmente aceites para auditoria de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer [Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha] (IDW). As nossas responsabilidades nos termos desses requisitos e princípios são descritas em pormenor na secção "Responsabilidades dos Revisores oficiais de contas para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão" do nosso relatório do auditor. Somos independentes da instituição em conformidade com os requisitos da legislação europeia e da legislação profissional e comercial alemã e cumprimos todas as nossas responsabilidades profissionais na Alemanha em conformidade com estes requisitos. Além disso, em conformidade com o artigo 10.º, n.º 2, alínea f) do Regulamento sobre auditoria da UE, declaramos que não prestámos serviços diferentes de auditoria proibidos pelo disposto no artigo 5.º, n.º 1 do Regulamento sobre auditoria da UE. Acreditamos que as provas de auditoria que obtivemos são suficientes e apropriadas para fornecer uma base para as nossas opiniões sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Questões de auditoria essenciais na auditoria das demonstrações financeiras anuais

As questões essenciais de auditoria são as questões que, de acordo com o nosso juízo profissional, foram da maior importância na nossa auditoria às demonstrações financeiras anuais para o exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. Essas questões foram abordadas no âmbito da nossa auditoria das demonstrações financeiras anuais como um todo, e na formação da nossa opinião sobre as mesmas, não fornecemos uma opinião separada sobre estas questões.

A seguir, descrevemos o que consideramos ser as questões essenciais da auditoria:

1. Avaliação de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração utiliza técnicas de avaliação para estabelecer o justo valor de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos. O Banco detinha ativos para negociação e passivos para negociação no valor de 247.596 milhões de euros e 191.329 milhões de euros em 31 de dezembro de 2023. Ambas as contas incluem também instrumentos financeiros cuja avaliação se baseia em dados não observáveis.

Os instrumentos financeiros com dados relacionados que não são cotados em mercados ativos incluem derivados estruturados avaliados com recurso a modelos complexos; derivados OTC mais complexos ou ilíquidos; dívida em incumprimento; obrigações extremamente estruturadas; empréstimos ilíquidos, incluindo os relativos a imóveis comerciais; spreads de crédito utilizados para determinar ajustamentos de avaliação; e outros dados significativos que não podem ser observados para instrumentos financeiros com prazos de vencimento mais longos.

Uma vez que a avaliação de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos se baseia em pressupostos e juízos de gestão devido à natureza complexa das técnicas de avaliação e dos modelos utilizados e à não observabilidade dos dados relevantes utilizados, esta é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento, avaliámos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos sobre os processos de gestão para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros e a determinação de dados significativos não observáveis para os mesmos. Isto inclui controlos relacionados com a verificação independente dos preços; validação independente dos modelos de avaliação, incluindo avaliação das limitações dos modelos; monitorização da utilização do modelo de avaliação; e cálculo dos ajustamentos de valor justo.

Avaliámos as técnicas, modelos e metodologias de avaliação e testámos os dados significativos utilizados nesses modelos. Realizámos uma reavaliação independente de uma amostra de derivados e instrumentos financeiros pelo justo valor que não se encontram cotados em mercados ativos utilizando modelos e dados independentes. Também avaliámos independentemente a razoabilidade de uma amostra de dados representativos utilizada por comparação com fontes de dados do mercado e avaliámos a sua relevância para os instrumentos financeiros relacionados.

Além disso, avaliámos a metodologia e os dados utilizados pela administração na determinação dos ajustamentos de valor justo em relação aos requisitos do artigo 340e do HGB e realizámos cálculos para uma amostra de ajustamentos de avaliação utilizando os nossos próprios dados e metodologias independentes.

Envolvemos especialistas em avaliação de instrumentos financeiros internos nos procedimentos relacionados com modelos de avaliação, reavaliação independente e ajustamentos de justo valor.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de instrumentos financeiros com dados relacionados não cotados em mercados ativos.

Referência a divulgação relacionada

As informações sobre as técnicas, modelos e metodologias de avaliação utilizados na medição do justo valor são fornecidas nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e "Notas ao balanço, Ativos e passivos detidos para negociação" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

2. Inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração adotou os requisitos do IDW AcP BFA 7 e reconhece uma provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 para ativos financeiros que são considerados como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

As probabilidades de incumprimento (PD) estimadas utilizadas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas em instrumentos financeiros não em incumprimento (IFRS 9 fase 1 e fase 2) baseiam-se em informações históricas, combinadas com a evolução económica atual e com previsões macroeconómicas prospetivas (por exemplo, produto interno bruto e taxas de desemprego). São utilizadas técnicas estatísticas para transformar o cenário de base para futuros desenvolvimentos macroeconómicos em múltiplos cenários. Estes cenários são a base para obter curvas de PD plurianuais para diferentes classes de notação e contrapartes, que são utilizadas no cálculo das perdas de crédito esperadas.

Dadas as incertezas económicas relativas a movimentos pronunciados nas taxas de juro, aos atuais conflitos geopolíticos e a outras fontes de volatilidade que afetam as variáveis macroeconómicas, a estimativa de informações prospetivas implica um julgamento significativo. Para refletir estas incertezas, a administração tem de avaliar se deve fazer ajustamentos ao seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas no modelo de perdas de créditos esperadas e métodos de previsão, quer através do ajustamento das variáveis macroeconómicas, quer através da inclusão de sobreposições de gestão.

Tendo em conta a detenção significativa de instrumentos financeiros não em incumprimento sujeitos a imparidade ao abrigo da IFRS 9, a incerteza económica e o uso significativo de juízos de valor, consideramos a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado em modelos das perdas de crédito esperadas e, e de quaisquer ajustamentos aos mesmos, uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento dos processos implementados pela administração, avaliamos a conceção dos controlos sobre a seleção, determinação e validação de informações prospetivas no que diz respeito aos requisitos da IFRS 9 e testámos a sua eficácia operacional.

Avaliamos a revisão da administração do seu modelo de perdas de crédito esperadas e os métodos de previsão conduzidos através do processo de validação do modelo. Além disso, avaliamos os métodos utilizados para incluir as variáveis selecionadas no cenário de base e a derivação dos vários cenários.

Avaliamos as previsões macroeconómicas de base comparando-as com as previsões macroeconómicas publicadas por fontes externas.

Também avaliamos a metodologia aplicada pela administração para determinar se deve ajustar o seu processo padrão de inclusão de variáveis macroeconómicas ou ajustar os resultados do modelo através de sobreposições de gestão. Ao fazê-lo, avaliamos os resultados da análise de sensibilidade da administração e comparámos as variáveis macroeconómicas utilizadas com a nossa própria análise de referência. Também avaliamos se os ajustamentos foram incluídos no cálculo das perdas de crédito esperadas de acordo com a metodologia da gestão.

Para avaliar a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas, envolvemos especialistas internos em modelação de risco de crédito.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a inclusão de informações prospetivas no cálculo baseado no modelo das perdas de crédito esperadas são fornecidas na secção "Informações gerais, Base de apresentação" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

3. Perdas de crédito esperadas para empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A administração adotou os requisitos do IDW AcP BFA 7 e reconhece uma provisão para perdas de crédito em conformidade com a IFRS 9 para ativos financeiros que são considerados como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

A identificação e o cálculo das perdas de crédito esperadas para as exposições a empréstimos em situação de incumprimento envolvem vários pressupostos e estimativas, nomeadamente no que se refere à solvência do mutuário, às expectativas de fluxos de caixa futuros, aos preços de mercado observáveis e às receitas esperadas provenientes da realização de garantias.

Tendo em conta o aumento das exposições a empréstimos em situação de incumprimento relacionadas com a atividade imobiliária comercial, a incerteza económica e a utilização significativa de juízos de valor, consideramos as perdas de crédito esperadas (ECL) para os empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento como uma questão fundamental de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão dos processos de identificação e cálculo das perdas de crédito esperadas para os mutuários no setor de empréstimos imobiliários comerciais. Avaliamos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados com a notação do risco de crédito, a aplicação de critérios de incumprimento e a transferência para a fase 3, em conformidade com a IFRS 9, e o cálculo da perda de crédito esperada.

Avaliamos os critérios utilizados pela gestão para determinar os empréstimos em incumprimento de acordo com a IFRS 9.

Relativamente a uma amostra de empréstimos imobiliários comerciais, analisámos a aplicação dos critérios de incumprimento utilizados para a avaliação das perdas de crédito esperadas. Para os empréstimos classificados na fase 3, avaliámos os pressupostos significativos relativos aos fluxos de caixa futuros estimados das exposições de empréstimos, avaliando o valor da garantia, a solvência do mutuário e as previsões do mercado e do setor publicamente disponíveis. Procurámos e avaliámos informações que corroboram ou contradizem os pressupostos previstos pela direção. Testámos igualmente a exatidão aritmética da perda de crédito esperada calculada para as posições em risco em situação de incumprimento.

Envolvemos especialistas internos para avaliarem, por amostragem, a avaliação das garantias de imóveis comerciais.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com as perdas de crédito esperadas para os empréstimos imobiliários comerciais em situação de incumprimento.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a atividade de crédito imobiliário comercial do Banco estão incluídas na secção "Informações gerais, bases de apresentação" das notas às demonstrações financeiras anuais, bem como na secção "Qualidade dos ativos" do Relatório de Risco (Relatório de Gestão Combinado).

4. Avaliação dos investimentos em empresas afiliadas

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco comunicou investimentos em sociedades afiliadas no valor de 29.282 milhões de euros.

Os investimentos em empresas afiliadas são escriturados ao custo de aquisição ou, no caso de uma imparidade permanente, ao justo valor mais baixo. O justo valor é determinado utilizando um modelo de fluxo de caixa descontado para a sociedade afiliada correspondente. Neste contexto, são feitos pressupostos significativos relativamente às projeções de ganhos e à taxa de desconto. A taxa de desconto é apurada utilizando o Modelo de preços de ativos de capital.

Uma vez que a medição dos investimentos em sociedades associadas envolve um elevado grau de julgamento devido às projeções de ganhos e à taxa de desconto contida no modelo de fluxo de caixa descontado, esta é uma questão chave de auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos uma compreensão do processo de preparação das projeções de ganhos e de cálculo do justo valor dos investimentos em afiliadas. A este respeito, obtivemos igualmente um entendimento dos controlos da gestão relativamente às projeções de ganhos e a taxa de desconto e avaliámos a conceção desses controlos e testou a sua eficácia operacional.

Analisámos os pressupostos significativos acima descritos, com destaque para alterações significativas em comparação com o ano anterior. A este respeito, avaliámos a coerência e a razoabilidade dos pressupostos significativos utilizados no modelo de fluxo de caixa descontado, comparando-os com as expectativas do mercado externo.

Ao analisar os fluxos de caixa futuros esperados dos investimentos em afiliadas, comparámos as projeções de ganhos com as projeções do exercício anterior e com os resultados efetivos alcançados e avaliámos quaisquer desvios significativos. Além disso, avaliámos a taxa de desconto, comparando-a com uma série de previsões disponíveis externamente. Para avaliar os pressupostos acima referidos feitos na capacidade de recuperação dos investimentos em sociedades afiliadas, envolvemos especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relacionadas com a avaliação de investimentos em empresas afiliadas.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre a avaliação dos investimentos em empresas afiliadas são fornecidas nas notas às demonstrações financeiras anuais, nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e nas "Notas ao balanço, Informações relacionadas com empresas afiliadas, associadas e relacionadas".

5. Reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

Em 31 de dezembro de 2023, o Banco comunicou impostos diferidos no valor de 6.698 milhões de euros.

O reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos baseia-se na estimativa da capacidade de utilizar as perdas fiscais não utilizadas e as diferenças temporárias dedutíveis contra potenciais rendimentos tributáveis futuros. Esta estimativa

baseia-se, entre outros, em pressupostos relativos aos resultados operacionais previstos com base no plano de negócios aprovado.

À luz do recurso a juízos na estimativa do rendimento futuro sujeito a impostos e da capacidade de utilizar perdas fiscais, o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos é uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Obtivemos um entendimento do processo para determinar se as diferenças temporárias dedutíveis e as perdas fiscais não utilizadas são identificadas em diferentes jurisdições e medidas de acordo com as disposições da legislação fiscal e as regras de contabilidade dos impostos diferidos ao abrigo do artigo 274.º do HGB, avaliamos a conceção e testámos a eficácia operacional dos controlos relacionados.

Testámos os pressupostos utilizados para desenvolver e alocar elementos do plano de negócios aprovado como base para estimar o rendimento futuro sujeito a impostos das empresas controladas relevantes e grupos de impostos.

Além disso, avaliamos o reconhecimento de ativos por impostos diferidos, analisando os pressupostos assumidos na estimativa dos lucros futuros tributáveis. Avaliamos as estimativas feitas nos resultados operacionais previstos, comparando os pressupostos-chave subjacentes com os dados históricos e prospetivos disponíveis externamente. Comparámos as previsões históricas com os resultados reais. Além disso, avaliamos os ajustamentos fiscais estimados e realizámos análises de sensibilidade sobre os períodos de utilização dos respetivos ativos por impostos diferidos.

Para avaliar os pressupostos utilizados na capacidade de recuperação dos ativos por impostos diferidos, envolvemos os nossos profissionais fiscais e especialistas internos em avaliação de negócios.

Os nossos procedimentos não conduziram a quaisquer reservas relativas ao reconhecimento e medição dos ativos por impostos diferidos.

Referência a divulgações relacionadas

As informações sobre o reconhecimento e medição dos impostos diferidos são fornecidas nas secções "Informações gerais, Base de apresentação" e "Notas ao balanço, Impostos diferidos" nas notas às demonstrações financeiras anuais.

6. Gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro

Razões pelas quais a questão foi determinada como uma questão essencial da auditoria

A exatidão do relato financeiro do Banco depende muito da fiabilidade e da continuidade da tecnologia de informação utilizada, devido ao número significativo de transações que são processadas diariamente.

Dada a elevada dependência do tratamento fiável e contínuo de dados e a natureza abrangente dos controlos de TI sobre o sistema de controlo interno, consideramos a gestão de acessos e alterações de TI no relato financeiro do Banco como uma questão essencial da auditoria.

Resposta do auditor

Avaliamos o ambiente de controlo de TI, incluindo os controlos gerais de TI, bem como os controlos de aplicações de TI relevantes para o relato financeiro do Banco. Os nossos procedimentos também abrangeram as alterações durante o ano no atual ambiente de controlo de TI.

Além disso, testámos a eficácia operacional dos controlos gerais de TI de prevenção e deteção relacionados com a gestão de acessos dos utilizadores e a gestão de alterações entre aplicações, bases de dados e sistemas operativos. Além disso, testámos os controlos das aplicações de TI sobre o tratamento automatizado de dados, os feeds de dados e as interfaces. Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de acessos de TI incluíram, mas não se limitaram ao aprovisionamento e à remoção de acessos de utilizador, ao acesso de utilizadores privilegiados, a recertificações periódicas dos direitos de acesso, a definições de segurança dos sistemas e aos controlos de autenticação dos utilizadores.

Os nossos procedimentos de auditoria relacionados com a gestão de alterações de TI incluíram, mas não se limitaram a, avaliar se as alterações no ambiente de produção foram testadas e aprovadas antes da implementação e se a capacidade de implementar alterações estava limitada aos utilizadores autorizados.

Para avaliar a gestão de acessos e alterações de TI no processo de relato financeiro do Banco, envolvemos profissionais internos com conhecimentos específicos na área das auditorias de TI.

Os nossos procedimentos relativamente ao acesso de TI e à gestão das alterações não deram origem a quaisquer reservas no relato financeiro do Banco.

Referência a divulgações relacionadas

Para uma descrição geral dos controlos internos sobre o relato financeiro, remetemos para o relatório de gestão combinado, na secção "Controlo interno sobre o relato financeiro".

Outras informações

Os administradores executivos são responsáveis pelas outras informações. As outras informações incluem

- o último parágrafo da secção "Princípios de gestão do risco" (capítulo "Relatório de risco") do relatório de gestão relativo à declaração da direção sobre a estrutura de gestão do risco e o sistema de controlo interno,
- a Declaração de Governo da Sociedade combinada nos termos do artigo 289.º-F e 315.º-D do HGB, publicada no site referido no relatório de gestão,

e as seguintes outras partes a incluir no relatório anual, das quais obtivemos uma versão antes da emissão deste relatório do auditor:

- o Relatório Não Financeiro,
- a Declaração de Responsabilidade nos termos do artigo 264.º, n.º 2, terceira frase do HGB em conjugação com o artigo 289.º, n.º 1, quinta frase do HGB,

mas não as demonstrações financeiras anuais, não as divulgações do relatório de gestão cujo conteúdo é auditado e não o relatório do nosso auditor sobre o mesmo.

Os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão não abrangem a outra informação e, conseqüentemente, não expressamos um parecer ou qualquer outra forma de conclusão de confiança sobre a mesma.

No âmbito da nossa auditoria, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, indicar se a outra informação

- é substancialmente incoerente com as demonstrações financeiras anuais, com o relatório de gestão, ou com o conhecimento obtido na auditoria, ou
- se de outra forma aparenta ser substancialmente inexata.

Se, com base no trabalho que realizámos, concluirmos que existe uma distorção material desta outra informação, somos obrigados a comunicar esse facto. Não temos nada a comunicar a este respeito.

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelas demonstrações financeiras anuais e pelo relatório de gestão

Os administradores executivos são responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos da legislação comercial alemã aplicável às instituições e que as demonstrações financeiras anuais apresentam de forma verdadeira e fiel os ativos, os passivos, a posição financeira e o desempenho financeiro da Instituição, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelo controlo interno que, em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos, tenham determinado como necessários para a preparação de demonstrações financeiras anuais isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes (ou seja, relatos financeiros fraudulentos e apropriação indevida de ativos) ou erros.

Na elaboração das demonstrações financeiras anuais, os administradores executivos são responsáveis pela avaliação da capacidade da Instituição para manter a continuidade. Têm também a responsabilidade de divulgar, conforme aplicável, assuntos relacionados com a continuidade. Adicionalmente, são responsáveis pelo relato financeiro com base na continuidade da contabilidade, desde que não haja conflito de circunstâncias efetivas ou jurídicas entre os mesmos.

Além disso, os administradores executivos são responsáveis pela elaboração do relatório de gestão que, na sua totalidade, confere uma imagem apropriada da posição da Instituição e é, em todos os aspetos relevantes, coerente com as demonstrações financeiras anuais, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e os riscos de desenvolvimento futuro. Adicionalmente, os administradores executivos são responsáveis pelos acordos e medidas (sistemas) que tenham considerado necessários para permitir a elaboração de um relatório de gestão que está em conformidade com os requisitos legais alemães e por conseguir apresentar provas apropriadas suficientes para as afirmações constantes no relatório de gestão.

O Conselho de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato financeiro da Instituição para a elaboração das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão.

Responsabilidades do revisor oficial de contas pela auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão

Os nossos objetivos são a obtenção de uma garantia razoável de que as demonstrações financeiras anuais na sua totalidade estão isentas de distorção material, quer devido a fraude ou erro, e de que o relatório de gestão na sua totalidade confere uma imagem apropriada da posição da Instituição e, em todos os aspetos relevantes, é coerente com as demonstrações financeiras anuais e os conhecimentos obtidos na auditoria, cumpre os requisitos legais alemães e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro, bem como para criar um relatório do auditor que inclua os nossos pareceres sobre as demonstrações financeiras anuais e sobre o relatório de gestão.

Uma confiança razoável consiste num elevado nível de confiança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada em conformidade com o artigo 317.º do HGB e o Regulamento sobre auditoria da UE e em conformidade com as normas alemãs geralmente aceites para auditorias de demonstrações financeiras promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (IDW) detetem sempre uma distorção material. As declarações inexatas podem decorrer de fraude ou erro e são consideradas graves se, individualmente ou em agregado, seja razoavelmente expectável que influenciem as decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nestas demonstrações financeiras anuais e neste relatório de gestão.

Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em toda a auditoria. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão, quer devido a fraude ou erro, concebemos e efetuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos provas de auditoria que sejam suficientes e apropriadas para fornecer uma base para os nossos pareceres. O risco de não detetar uma distorção material resultante de fraude é superior ao risco de não detetar uma distorção material resultante de erro, pois a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, declarações enganosas ou a sobreposição ao controlo interno.
- Compreendemos o controlo interno relevante para a auditoria das demonstrações financeiras anuais e dos acordos e medidas (sistemas) relevantes para a auditoria do relatório de gestão a fim de conceber procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia destes sistemas da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilistas utilizadas pelos administradores executivos e a razoabilidade das estimativas feitas pelos administradores executivos e das divulgações relacionadas.
- Tiramos conclusões sobre a adequação da utilização feita pelos administradores executivos da base de continuidade da contabilidade e, com base nas provas de auditoria obtidas, se existe uma incerteza substancial relacionada com os eventos ou condições que possa levantar uma dúvida significativa sobre a capacidade do Banco de manter a continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, somos obrigados a chamar a atenção no relatório do auditor para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão ou, se essas divulgações não forem adequadas, a modificar o nosso respetivo parecer. As nossas conclusões baseiam-se nas provas de auditoria obtidas até à data do nosso relatório do auditor. No entanto, condições ou eventos futuros podem fazer com que a Instituição deixe de conseguir manter a continuidade.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras anuais, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras anuais apresentam as operações e os eventos subjacentes, de forma que as demonstrações financeiras anuais facultem uma imagem fiel dos ativos, dos passivos, da posição financeira e do desempenho financeiro da Instituição em conformidade com os princípios contabilísticos alemães legalmente exigidos.
- Avaliamos a coerência do relatório de gestão com as demonstrações financeiras anuais, a respetiva conformidade com a legislação alemã e com a perspetiva que proporciona da posição da Instituição.
- Realizamos procedimentos de auditoria sobre as informações prospetivas apresentadas pelos administradores executivos no relatório de gestão. Com base em provas de auditoria apropriadas suficientes avaliamos, principalmente, os pressupostos significativos utilizados pelos administradores executivos como a base para a informação prospetiva, e avaliamos a derivação adequada da informação prospetiva destes pressupostos. Não expressamos um parecer separado sobre a informação prospetiva ou sobre os pressupostos utilizados como base. Existe um risco inevitável significativo de que os eventos futuros sejam significativamente diferentes da informação prospetiva.

Comunicamos com os responsáveis pela governação relativamente, entre outras matérias, ao âmbito e calendário planeado da auditoria e a resultados significativos, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identifiquemos durante a nossa auditoria.

Também facultamos aos responsáveis pela governação uma declaração de cumprimento dos requisitos de independência relevantes e comunicamos aos mesmos todas as relações e outras questões que possam razoavelmente aparentar o comprometimento da nossa independência e, se aplicável, as salvaguardas necessárias.

Das questões comunicadas aos responsáveis pela governação, determinamos as questões que foram mais significativas na auditoria das demonstrações financeiras anuais do período atual e que são, por isso, as questões essenciais na auditoria.

Descrevemos estas questões no nosso relatório do auditor, exceto caso a legislação ou os regulamentos impeçam a divulgação pública sobre a questão.

Outros requisitos jurídicos e regulamentares

Relatório de garantia sobre a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão elaborado para efeitos de publicação, em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB

Parecer

Realizámos o trabalho de confiança em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB para obter uma confiança razoável sobre se a apresentação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão (a seguir "Documentos ESEF") constantes do ficheiro Deutsche_Bank_AG_JA+LB_ESEF-2023-12-31.zip e elaborado para efeitos de publicação cumprem, em todos os aspetos relevantes, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico ("formato ESEF"). Em conformidade com os requisitos legais alemães, este trabalho de confiança só se estende à conversão das informações contidas nas demonstrações financeiras anuais e no relatório de gestão no formato ESEF, pelo que não diz respeito às informações contidas nestas apresentações nem a quaisquer outras informações contidas no ficheiro identificado acima.

Na nossa opinião, a apresentação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão constantes do ficheiro identificado acima e elaborados para fins de publicação cumpre, em todos os aspetos materiais, os requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico. Além deste parecer de garantia e dos nossos pareceres de auditoria sobre as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão relativo ao exercício de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 contidos no "Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão" acima referido, não emitimos qualquer parecer de garantia sobre as informações contidas nestes documentos ou sobre as outras informações contidas no ficheiro acima identificado.

Fundamentação do parecer

Realizámos o nosso trabalho de confiança sobre a apresentação das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão contidos no ficheiro acima identificado em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB e a Norma de Garantia IDW: Garantia sobre a Apresentação Eletrónica de Demonstrações Financeiras e Relatórios de Gestão Elaborados para Efeitos de Publicação em conformidade com o artigo 317.º, n.º 3a do HGB (IDW AsS 410) (10.2021) e a Norma Internacional relativa a Compromissos de Garantia 3000 (Revista). A nossa responsabilidade em conformidade com os mesmos é descrita em maior detalhe na secção "Responsabilidades do auditor pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF". A nossa empresa de auditoria aplica a Norma IDW relativa à Gestão de Qualidade 1: Requisitos de Gestão de Qualidade na Empresa de Auditoria (IDW QS 1).

Responsabilidades dos administradores executivos e do Conselho de Fiscalização pelos documentos ESEF

Os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pela elaboração dos documentos ESEF, incluindo a apresentação eletrónica das demonstrações financeiras anuais e do relatório de gestão em conformidade com o artigo 328.º, n.º 1, quarta frase, ponto 1 do HGB.

Além disso, os administradores executivos da Sociedade são responsáveis pelo controlo interno que consideraram necessário para permitir a elaboração de documentos ESEF livres de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB para o formato de relato eletrónico.

O conselho de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de elaboração dos documentos ESEF no quadro do processo de relato financeiro.

Responsabilidades do auditor pelo trabalho de confiança nos documentos ESEF

O nosso objetivo é obter uma confiança razoável de que os documentos ESEF estão isentos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB. Damos opiniões profissionais e mantemos o espírito crítico em todo o trabalho de garantia. Também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de incumprimento material intencional e não intencional dos requisitos do artigo 328.º, n.º 1 do HGB, realizamos procedimentos de garantia adequados a esses riscos e obtemos provas de confiança suficientes e adequadas para fornecer uma base para o nosso parecer de confiança.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a garantia sobre os documentos ESEF para a conceção de procedimentos de confiança adequados nas circunstâncias, mas não para efeitos de elaboração de um parecer de confiança sobre a eficácia desses controlos.
- Avaliamos a validade técnica dos documentos ESEF, ou seja, se o ficheiro que contém os documentos ESEF cumpre os requisitos do Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, na versão em vigor à data das demonstrações financeiras, sobre a especificação técnica deste ficheiro.
- Avaliamos se os documentos ESEF permitem uma apresentação em XHTML com conteúdo equivalente ao das demonstrações financeiras anuais auditadas e do relatório de gestão auditado.

Informações adicionais nos termos do artigo 10.º do Regulamento sobre auditoria da UE

Fomos eleitos auditores pela Assembleia-Geral Anual de 17 de maio de 2023. Fomos contratados pelo Conselho de Fiscalização em 8 de agosto de 2023. Somos auditores do Deutsche Bank Aktiengesellschaft ininterruptamente desde o exercício de 2020.

Declaramos que os pareceres expressos no relatório do auditor são coerentes com o relatório adicional ao Comité de Auditoria nos termos do artigo 11.º do Regulamento sobre auditoria da UE (relatório de auditoria detalhado).

Outro assunto - utilização do relatório do auditor

O nosso relatório de auditoria deve ser sempre lido conjuntamente com as demonstrações financeiras anuais auditadas e o relatório de gestão auditado, bem como os documentos ESEF garantidos. As demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão convertidos para o formato ESEF – incluindo as versões a serem publicadas no Unternehmensregister [Registo comercial alemão] – são meramente apresentações eletrónicas das demonstrações financeiras anuais auditadas e do relatório de gestão auditado e não tomam o seu lugar. Em particular, o relatório ESEF e o nosso parecer de garantia nele contido devem ser utilizados exclusivamente em conjunto com os documentos ESEF garantidos disponibilizados em formato eletrónico.

Revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria

O revisor de contas público alemão responsável pelos termos específicos da missão de auditoria é Holger Lösken.

Eschborn/Frankfurt am Main, 11 de março de 2024

EY GmbH & Co. KG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Lösken
Wirtschaftsprüfer
[Revisor de contas público alemão]

Mai
Wirtschaftsprüfer
[Revisor de contas público alemão]

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

Em caso de conflito, prevalecerá a versão Inglesa publicada em
<https://db.com/ir/en/annual-reports.htm>